

Gabaritado &  
**APROVADO** ✓

---

# POLÍCIA CIVIL

COORDENAÇÃO

CLAUDIO HENRIQUE DE ASSIS LOPES e RENATA BAPTISTA ZANIN

**7<sup>a</sup>**

**EDIÇÃO**

**CONTEÚDO ADICIONAL *ON-LINE***

 EDITORA  
**RIDEEL**  
Quem tem Rideel tem mais.

# SUMÁRIO

## **DIREITO CONSTITUCIONAL / ADMINISTRATIVO**

Renata Baptista Zanin ..... 1

## **DIREITO PENAL**

Claudio Henrique de Assis Lopes..... 197

## **DIREITO PROCESSUAL PENAL**

Fernando David de Melo Gonçalves ..... 331

## **DIREITOS HUMANOS**

Renata Baptista Zanin ..... 447

## **CRIMINOLOGIA**

Renato Topan..... 477

## **LÍNGUA PORTUGUESA**

Tatiane Felix da Cruz Medrado..... 517

## **RACIOCÍNIO LÓGICO**

Roberto Eugênio Pereira Soares..... 641

## **INFORMÁTICA**

Eduardo Soares Benjamin ..... 693

# DIREITO CONSTITUCIONAL / ADMINISTRATIVO

## Sobre a Autora

### **Renata Baptista Zanin**

Mestre em Direito Internacional pela Universidade Católica de Santos.

Especialista em Direito Constitucional pela Escola Superior de Direito Constitucional.

Professora de Direito Constitucional, Direitos Humanos e Direito Internacional.

Ganhadora do “Concurso de Artigos sobre o Livro Branco de Defesa Nacional – 2011” promovido pelo Ministério da Defesa na categoria Identidade Nacional.

Delegada de Polícia do Estado de São Paulo.



1. **(Delegado de Polícia – PC/SP – VUNESP – 2018)** Os contratos administrativos são peculiares por terem cláusulas que contêm a manifestação do poder estatal e da supremacia do interesse público sobre interesses privados, as chamadas “cláusulas exorbitantes”. Entre tais cláusulas se inclui:
- a) a possibilidade de modificar o contrato, unilateralmente, para melhor adequação às finalidades de interesse público, respeitados os direitos do contratado.
  - b) a necessidade de identificação precisa do crédito orçamentário pelo qual correrá a despesa, com a indicação da classificação funcional programática e da categoria econômica.
  - c) a proibição de utilização de meios alternativos de resolução de conflitos, tais como a mediação e a arbitragem.
  - d) a fixação do preço e das condições de pagamento, as quais deverão ser mantidas durante todo o prazo do contrato.
  - e) a definição de prazos não superiores a 12 (doze) meses, excetuados os projetos contemplados na Lei de Diretrizes Orçamentárias.

**GABARITO OFICIAL: A****JUSTIFICATIVA:**

- a) CERTO, porque: é o previsto no art. 58, I, da Lei nº 8.666/1993.
- b) Errado, porque: o art. 55 da Lei nº 8.666/1993 estabelece que esta é uma cláusula necessária nos contratos.
- c) Errado, porque: não há norma que a proíba.
- d) Errado, porque: o art. 55 da Lei nº 8.666/1993 estabelece que é uma cláusula necessária nos contratos o preço e as condições de pagamento, os critérios, data-base e periodicidade do reajustamento de preços, os critérios de atualização monetária entre a data do adimplemento das obrigações e a do efetivo pagamento.
- e) Errado, porque: não há definição na lei.

**Preste Atenção:**

As demais cláusulas exorbitantes previstas na lei estão em seu art. 58.

São prerrogativas da Administração Pública, nos contratos administrativos: I – modificá-los, unilateralmente, para melhor adequação às finalidades de interesse público, respeitados os direitos do contratado; II – rescindi-los, unilateralmente, nos casos especificados no inciso I do art. 79 desta Lei; III – fiscalizar-lhes a execução; IV – aplicar sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do ajuste; V – nos casos de serviços essenciais, ocupar provisoriamente bens móveis, imóveis, pessoal e serviços vinculados ao objeto do contrato, na hipótese da necessidade de acautelar apuração administrativa de faltas contratuais pelo contratado, bem como na hipótese de rescisão do contrato administrativo.

2. **(Delegado de Polícia – PC/SP – VUNESP – 2018)** Os princípios administrativos podem ser utilizados para fins de controle de constitucionalidade dos atos administrativos pelo Poder Judiciário, sendo o que se observa na alternativa a seguir:
- a) a nomeação de cônjuge da autoridade nomeante para o exercício de cargo em comissão ou de confiança na Administração Pública do Estado viola a Constituição Federal.
  - b) o ato administrativo eivado de ilegalidade deverá ser revogado pelo administrador público, em obediência ao princípio administrativo da discricionariedade.
  - c) ao titular do cargo de procurador de autarquia exige-se a apresentação de instrumento de mandato para representá-la em juízo.

- d) não é possível a autotutela sobre os atos administrativos após a sua impugnação no Poder Judiciário.
- e) o princípio da pessoalidade é corolário da isonomia e da legalidade, sendo centrais à ação administrativa.

### GABARITO OFICIAL: A

#### JUSTIFICATIVA:

- a) CERTO, porque: é o previsto na Súm. Vinculante nº 13.
- b) Errado, porque: o ato administrativo eivado de ilegalidade deverá ser ANULADO pelo administrador público OU PELO PODER JUDICIÁRIO, em obediência ao princípio DA LEGALIDADE.
- c) Errado, porque: segundo a Súm. 644 do STF, “ao titular do cargo de procurador de autarquia não se exige a apresentação de instrumento de mandato para representá-la em juízo”.
- d) Errado, porque: mesmo depois da interferência do Poder Judiciário, é possível a Administração Pública anular ou revogar seus atos administrativos.
- e) Errado, porque: o correto é princípio da IMPESSOALIDADE.



#### Preste Atenção:

Segundo o STF, em sua Súm. nº 473:

A Administração pode anular seus próprios atos, quando eivados de vícios que os tornam ilegais, porque deles não se originam direitos; ou revogá-los, por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos, e ressalvada, em todos os casos, a apreciação judicial.

3. **(Delegado de Polícia – PC/SP – VUNESP – 2018)** É exemplo de ato de improbidade administrativa que causa prejuízo ao erário:
- a) perceber vantagem econômica para intermediar a liberação ou aplicação de verba pública de qualquer natureza.
- b) praticar ato visando fim proibido em lei ou regulamento ou diverso daquele previsto na regra de competência.
- c) conceder benefício administrativo ou fiscal sem a observância das formalidades legais ou regulamentares aplicáveis à espécie.
- d) perceber vantagem econômica, direta ou indireta, para facilitar a alienação, permuta ou locação de bem público ou o fornecimento de serviço por ente estatal por preço inferior ao valor de mercado.
- e) receber, para si ou para outrem, dinheiro, bem móvel ou imóvel, ou qualquer outra vantagem econômica, direta ou indireta, a título de comissão de quem tenha interesse, direto ou indireto, que possa ser atingido por ação ou omissão decorrente das atribuições do agente público.

### GABARITO OFICIAL: C

#### JUSTIFICATIVA:

- a) Errado, porque: é exemplo de ato que causa enriquecimento ilícito (art. 9º da Lei nº 8.429/1992).
- b) Errado, porque: é exemplo de ato que atenta contra os princípios da administração pública (art. 11 da Lei nº 8.429/1992).
- c) CERTO, porque: é exemplo de ato que causa prejuízo ao erário (art. 10 da Lei nº 8.429/1992).
- d) Errado, porque: é exemplo de ato que causa enriquecimento ilícito (art. 9º da Lei nº 8.429/1992).
- e) Errado, porque: é exemplo de ato que causa enriquecimento ilícito (art. 9º da Lei nº 8.429/1992).

**Preste Atenção:**

Os atos de improbidade administrativa estão divididos entre atos que causam enriquecimento ilícito, atos que causam prejuízo ao erário, atos decorrentes de concessão ou aplicação indevida de benefício financeiro ou tributário e atos que atentam contra os princípios da administração.

4. **(Escrivão de Polícia – PC/SP – VUNESP – 2018)** Empregado de empresa de ônibus prestadora do serviço público de transporte de passageiros em município, ao dirigir veículo da empresa delegatária, colidiu com veículo particular estacionado, causando prejuízo. Nessa hipótese, a responsabilidade civil pelo ressarcimento do dano suportado pelo particular proprietário do veículo abalroado será
- subsidiária e subjetiva do município titular do serviço público.
  - subjetiva, do município titular do serviço público.
  - objetiva, do motorista empregado da empresa prestadora do serviço público.
  - subjetiva, da empresa prestadora do serviço público.
  - objetiva, da empresa prestadora do serviço público.

**GABARITO OFICIAL: E****JUSTIFICATIVA:**

- Errado, porque: desrespeita o previsto na CRFB/1988.
- CERTO, porque: é o previsto no art. 37, § 6º, da CRFB/1988.

**Preste Atenção:**

A responsabilidade do Estado será sempre objetiva. Quanto ao empregado/servidor que causa prejuízo no exercício da função, terá que ressarcir os cofres públicos somente se ficar comprovado dolo ou culpa (responsabilidade subjetiva).

5. **(Investigador de Polícia – PC/SP – VUNESP – 2018)** Lei estadual que vede a realização de processo seletivo para o recrutamento de estagiários pelos órgãos e pelas entidades do poder público estadual fere o princípio da
- eficiência.
  - legalidade.
  - impessoalidade.
  - segurança jurídica.
  - continuidade do serviço público.

**GABARITO OFICIAL: C****JUSTIFICATIVA:**

- Errado, porque: é princípio que está relacionado à economia de recursos, ao não desperdício na prestação da atividade administrativa. Maiores resultados com o menor recurso possível.
- Errado, porque: o princípio da legalidade administrativa impõe ao administrador a atuação mediante lei; isto quer dizer que só haverá atuação se existir lei permitindo.

- c) CERTO, porque: o concurso público garante que não se escolha alguém determinado, e sim qualquer um que alcance os requisitos previstos na lei.
- d) Errado, porque: é princípio relacionado à confiança no ordenamento jurídico vigente, segurança de que as leis vigoram e serão cumpridas.
- e) Errado, porque: é princípio que garante que, uma vez iniciado o serviço público, este não pode ser descontinuado.

**Preste Atenção:**

Os princípios da Administração Pública expressos na Constituição são LEGALIDADE, IMPESSOALIDADE, MORALIDADE, PUBLICIDADE e EFICIÊNCIA.

6. (Investigador de Polícia – PC/SP – VUNESP – 2018) Advertência verbal aplicada por diretor de escola estadual a aluno que não cumpriu seus deveres, cometendo falta dentro do estabelecimento de ensino, é expressão do poder
- a) disciplinar.
  - b) de polícia.
  - c) hierárquico.
  - d) regulamentar
  - e) discricionário.

**GABARITO OFICIAL: A****JUSTIFICATIVA:**

- a) CERTO, porque: trata-se de poder que aplica sanção no caso de descumprimento das normas.
- b) Errado, porque: trata-se de poder que limita, restringe direitos individuais em benefício da coletividade. Não aplica sanções.
- c) Errado, porque: trata-se de poder que distribui e escalona as funções, além de ordenar, coordenar, controlar e corrigir as atividades administrativas.
- d) Errado, porque: esse poder garante aos Chefes do Poder Executivo a capacidade de regulamentar, complementar as leis já editadas. Não pode criar direito novo, apenas o explicitar.
- e) Errado, porque: é poder que garante margem de liberdade para que a Administração Pública analise a conveniência e a oportunidade na prática dos atos administrativos.

**Preste Atenção:**

É possível a utilização do poder disciplinar contra particulares que tenham algum vínculo com a Administração Pública. O poder hierárquico, contudo, só poderá ser aplicado em âmbito interno, isto é, contra subordinados.

7. (Investigador de Polícia – PC/SP – VUNESP – 2018) Ao negar pedido de um cidadão para ter acesso aos dados estatísticos sobre os crimes violentos cometidos no âmbito estadual no último ano, a autoridade administrativa não indicou qualquer fato ou fundamento jurídico para embasar sua decisão, embora a lei exigisse que essa indicação fosse expressa. Nesse caso, considerando que apesar da ausência de indicação os fatos e os fundamentos jurídicos para a denegação do pedido existiam e eram válidos, é correto afirmar que o ato administrativo em questão possui vício de
- a) forma.
  - b) finalidade.

- c) motivo.
- d) objeto.
- e) competência.

**GABARITO OFICIAL: A****JUSTIFICATIVA:**

- a) CERTO, porque: o ato administrativo não obedeceu à forma definida em lei para a sua prática. Não obedeceu ao “COMO”.
- b) Errado, porque: a finalidade está relacionada com o resultado final, resultado mediato do ato, que, via de regra, sempre deve atingir o interesse público. “PARA QUE” este ato está sendo praticado.
- c) Errado, porque: motivo é requisito que indica o fundamento para a prática do ato, o “POR QUÊ?”;
- d) Errado, porque: o objeto vem definido na norma e mostra “O QUE FEZ” o ato administrativo;
- e) Errado, porque: competência também tem sua estrutura advinda na lei e aponta “QUEM” deve praticar o ato.

**Preste Atenção:**

Negativa (OBJETO) de acesso aos dados estatísticos sobre os crimes violentos cometidos no âmbito estadual no último ano (FINALIDADE), a autoridade administrativa (COMPETÊNCIA) não indicou qualquer fato ou fundamento jurídico para embasar sua decisão, embora a lei exigisse que essa indicação fosse expressa (FORMA). Nesse caso, considerando que apesar da ausência de indicação os fatos e os fundamentos jurídicos para a denegação do pedido existiam e eram válidos (MOTIVO).

8. **(Investigador de Polícia – PC/SP – VUNESP – 2018)** O desenvolvimento dos serviços públicos obedece a princípios próprios, dentre os quais se pode apontar o da
- a) estabilidade.
  - b) delegação da sua prestação.
  - c) exceção do contrato não cumprido.
  - d) vedação de equiparações.
  - e) modicidade tarifária.

**GABARITO OFICIAL: E****JUSTIFICATIVA:**

- a) Errado, porque: não se encontra disposto na lei que trata do regime de concessão e permissão da prestação de serviços públicos (Lei nº 8.987/1995, art. 6º).
- b) Errado, porque: não se encontra disposto na lei que trata do regime de concessão e permissão da prestação de serviços públicos (Lei nº 8.987/1995, art. 6º).
- c) Errado, porque: não se encontra disposto na lei que trata do regime de concessão e permissão da prestação de serviços públicos (Lei nº 8.987/1995, art. 6º).
- d) Errado, porque: não se encontra disposto na lei que trata do regime de concessão e permissão da prestação de serviços públicos (Lei nº 8.987/1995, art. 6º).
- e) CERTO, porque: está previsto no art. 6º da Lei nº 8.987/1995. A modicidade tarifária indica que os preços dos serviços públicos devem ser módicos, isto é, deve-se levar em conta o poder aquisitivo do usuário, bem como a modernização do serviço prestado.

**Preste Atenção:**

Os demais princípios previstos na Lei são: regularidade, continuidade, eficiência, segurança, atualidade, generalidade, cortesia na sua prestação, além da modicidade das tarifas.

9. **(Escrivão de Polícia – PC/SP – VUNESP – 2018)** A Administração Indireta compreende as seguintes entidades, dotadas de personalidade jurídica própria
- autarquias, fundações, empresas públicas e sociedades de economia mista.
  - agências executivas, fundações de apoio e serviços sociais autônomos.
  - autarquias, fundações, organizações sociais e empresas públicas.
  - agências reguladoras, empresas públicas e Polícias Civil e Militar.
  - autarquias, fundações e organizações sociais.

**GABARITO OFICIAL: A****JUSTIFICATIVA:**

- CERTO, porque: é o disposto no art. 37, XIX, da CRFB/1988.
- Errado, porque: as duas últimas não fazem parte da Administração Pública.
- Errado, porque: as organizações sociais não fazem parte da Administração Pública.
- Errado, porque: as Polícias Cíveis e Militar fazem parte da Administração Pública Direta.
- Errado, porque: as organizações sociais não fazem parte da Administração Pública.

**Preste Atenção:**

Os serviços sociais autônomos são:

Todos aqueles instituídos por lei, com personalidade de Direito Privado, para ministrar assistência ou ensino a certas categorias sociais ou grupos profissionais, sem fins lucrativos, mantidos por dotações orçamentárias ou por contribuições parafiscais. São entes paraestatais, de cooperação com o Poder Público, com a administração e patrimônios próprios (MEIRELLES, Hely Lopes. *Direito administrativo brasileiro*. 25. ed. São Paulo: Malheiros, 2000).

10. **(Escrivão de Polícia – PC/SP – VUNESP – 2018)** Sobre os servidores públicos, a Constituição Federal estabelece que, extinto o cargo ou declarada a sua desnecessidade, o servidor estável
- ficará à disposição do órgão público em que se encontra lotado, sem prejuízo dos vencimentos até que seja readaptado em outro cargo.
  - será exonerado, com direito à indenização proporcional ao tempo de serviço em um décimo para cada ano trabalhado.
  - será demitido do cargo, com direito à indenização pelo período de tempo que restar para obter a aposentadoria.
  - será alocado em cargo equivalente, na repartição mais próxima do seu domicílio, sem direito à indenização.
  - ficará em disponibilidade, com remuneração proporcional ao tempo de serviço, até seu adequado aproveitamento em outro cargo.

**GABARITO OFICIAL: E**

**JUSTIFICATIVA:**

- a) Errado, porque: desrespeita o disposto no ordenamento constitucional.
- b) Errado, porque: desrespeita o disposto no ordenamento constitucional.
- c) Errado, porque: desrespeita o disposto no ordenamento constitucional.
- d) Errado, porque: desrespeita o disposto no ordenamento constitucional.
- e) CERTO, porque: é o disposto no art. 41, § 3º, da CRFB/1988.

**Preste Atenção:**

São estáveis após três anos de efetivo exercício os servidores nomeados para cargo de provimento efetivo em virtude de concurso público. Após a estabilidade o servidor público somente perderá o cargo: em virtude de sentença judicial transitada em julgado; mediante processo administrativo em que lhe seja assegurada ampla defesa; mediante procedimento de avaliação periódica de desempenho, na forma de lei complementar, assegurada ampla defesa.

**11. (Escrivão de Polícia – PC/SP – VUNESP – 2018)** Sobre controle externo da Administração Pública, é correto afirmar que

- a) não alcança os atos administrativos vinculados.
- b) inclui-se na competência do Poder Judiciário, com auxílio dos Tribunais administrativos.
- c) não alcança os atos administrativos discricionários.
- d) inclui-se na competência do Poder Legislativo, com auxílio dos Tribunais de Contas.
- e) inclui-se na competência do Poder Executivo, com auxílio da Corregedoria.

**GABARITO OFICIAL: D****JUSTIFICATIVA:**

- a) Errado, porque: o ato administrativo vinculado poderá sempre ser controlado, inclusive pelo Poder Judiciário.
- b) Errado, porque: o controle externo é feito pelo Poder Legislativo, com auxílio do Tribunal de Contas.
- c) Errado, porque: atos discricionários, apesar de indicarem certa margem de liberdade para a Administração Pública, quando forem praticado de forma abusiva, poderão sofrer controle.
- d) CERTO, porque: é o previsto no art. 71 da CRFB/1988.
- e) Errado, porque: o Poder Executivo não faz controle externo e a Corregedoria faz parte do órgão, portanto pode ser entendido como controle interno.

**Preste Atenção:**

Segundo o art. 70 da CRFB/1988, a fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial da União e das entidades da administração direta e indireta, quanto à legalidade, legitimidade, economicidade, aplicação das subvenções e renúncia de receitas, será exercida pelo Congresso Nacional, mediante controle externo, e pelo sistema de controle interno de cada Poder.

**12. (Escrivão de Polícia – PC/SP – VUNESP – 2018)** Os poderes de comando, de fiscalização e revisão de atos administrativos, assim como os poderes de delegação e avocação de competências são expressão do poder administrativo

- a) de autotutela.
- b) hierárquico.
- c) disciplinar.
- d) de polícia judiciária.
- e) de polícia.

**GABARITO OFICIAL: B****JUSTIFICATIVA:**

- a) Errado, porque: é poder que a Administração Pública tem de revisar seus próprios atos. Tal poder advém do poder hierárquico, está subentendido nele.
- b) CERTO, porque: está de acordo com o conceito de poder hierárquico.
- c) Errado, porque: é poder que a Administração Pública tem de punir seus subordinados em razão da prática de infrações.
- d) Errado, porque: é poder que a Administração Pública tem para apurar as infrações penais civis e militares, e sua autoria por meio da investigação policial é uma das funções dos órgãos de segurança previstas no art. 144 da CRFB/1988.
- e) Errado, porque: é poder que a Administração Pública tem de limitar ou restringir direitos individuais em benefício da coletividade.

**Preste Atenção:**

Os poderes da administração pública são prerrogativas que garantem que o interesse público será alcançado. Sempre devem ter como finalidade última a busca do interesse coletivo e bem-estar social. Normalmente, a doutrina aponta como poderes: hierárquico, disciplinar, regulamentar, de polícia e discricionário/vinculado.

13. (Escrivão de Polícia – PC/SP – VUNESP – 2018) A Administração Pública, ao constatar que um de seus atos foi praticado com desvio de finalidade deverá
- a) provocar o Poder Judiciário para que aquele poder revogue o ato viciado.
  - b) provocar o Tribunal de Contas para que aquele órgão declare nulo o ato viciado.
  - c) convalidá-lo, mediante provocação.
  - d) declará-lo nulo, de ofício.
  - e) revogá-lo, de ofício ou mediante provocação.

**GABARITO OFICIAL: D****JUSTIFICATIVA:**

- a) Errado, porque: a Administração Pública tem o poder de autotutela, que permite a revisão de seus próprios atos, sem necessitar do auxílio do Poder Judiciário. Além de que, ato administrativo viciado deve ser anulado, e não revogado.
- b) Errado, porque: o Tribunal de Contas não tem tal competência.
- c) Errado, porque: não é possível convalidar (consertar) ato administrativo com vício de finalidade; ele deverá ser anulado.
- d) CERTO, porque: é o que decorre do poder de autotutela.
- e) Errado, porque: revogação somente acontece quando o ato é válido. No caso retratado na questão, há ato viciado, portanto deverá ser anulado, porque inválido.

**Preste Atenção:**

A revogação pressupõe ato administrativo válido e praticado sob o comando do poder discricionário, isto é, mediante a análise de oportunidade e conveniência. A anulação pressupõe ato administrativo inválido por conter vícios no momento da sua edição.

14. (Delegado de Polícia - Bloco II – PC/RS – FUNDATEC – 2018) Em relação à organização da Administração Pública, assinale a alternativa correta.
- a) O processo de desconcentração administrativa tem por consequência a criação de entidades dotadas de personalidade jurídica própria, distinta do ente político criador.
  - b) Às entidades que integram a administração indireta podem ser atribuídas, nos termos da lei que as institui, as mesmas competências cometidas ao ente político criador.
  - c) A teoria do órgão não reconhece a responsabilidade do Estado em relação aos atos praticados pelos denominados “funcionários de fato”, assim considerados os que foram irregularmente investidos em cargos, empregos ou funções públicas.
  - d) As autarquias podem desempenhar atividades típicas de estado e, excepcionalmente, explorar atividade econômica.
  - e) As empresas públicas e sociedades de economia mista, ainda que explorem atividade econômica de prestação de serviços, sujeitam-se ao regime jurídico próprio das empresas privadas, inclusive quanto aos direitos e obrigações civis, comerciais, trabalhistas e tributárias.

#### GABARITO OFICIAL: E

#### JUSTIFICATIVA:

- a) Errado, porque: o processo de desconcentração administrativa tem por consequência a criação de ÓRGÃOS INTERNOS E SUBORDINADOS, SEM personalidade jurídica própria.
- b) Errado, porque: a lei deverá indicar as atribuições das pessoas jurídicas pertencentes à Administração indireta, contudo sem que exista a descentralização total das atividades originárias. Caso fosse permitido, haveria renúncia total da competência, o que é proibido pelo ordenamento jurídico.
- c) Errado, porque: a teoria do órgão RECONHECE a responsabilidade do Estado em relação aos atos praticados pelos denominados “funcionários de fato”, assim considerados os que foram irregularmente investidos em cargos, empregos ou funções públicas. Tal assertiva advém da teoria do “funcionário de fato”, de Celso Antônio Bandeira de Mello, adotada pelo ordenamento jurídico brasileiro.
- d) Errado, porque: não podem explorar atividade econômica.
- e) CERTO, porque: é o disposto no art. 173, § 1º, II, da CRFB/1988.



#### Preste Atenção:

Ressalvados os casos previstos na Constituição, a exploração direta de atividade econômica pelo Estado só será permitida quando necessária aos imperativos da segurança nacional ou a relevante interesse coletivo, conforme definidos em lei.

15. (Delegado de Polícia – Bloco II – PC/RS – FUNDATEC – 2018) O art. 37 da Constituição Federal de 1988 lista os princípios inerentes à Administração Pública, que são: legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência. A incumbência desses princípios é dar unidade e coerência ao Direito Administrativo do Estado, controlando as atividades administrativas de todos os entes que integram a federação brasileira. Tendo por base essa ideia inicial, assinale a alternativa correta.
- a) A administração não pode anular seus próprios atos, quando eivados de vícios que os tornem ilegais.
  - b) Não viola o princípio da presunção de inocência a exclusão de certame público de candidato que responda a inquérito policial ou ação penal sem trânsito em julgado da sentença condenatória.

- c) Segundo Hely Lopes Meirelles, o princípio da impessoalidade, referido na CF/1988 (Art. 37, *caput*), nada mais é que o clássico princípio da finalidade, o qual impõe ao administrador público que só pratique o ato para atingir o objetivo indicado expressa ou virtualmente pela norma de direito, de forma impessoal.
- d) Segundo o jurista Alexandre de Moraes, o princípio da moralidade é o que impõe à administração pública direta e indireta e a seus agentes a persecução do bem comum, por meio do exercício de suas competências de forma imparcial, neutra, transparente, participativa, eficaz, sem burocracia e sempre em busca da qualidade, primando pela adoção dos critérios legais e morais necessários para melhor utilização possível dos recursos públicos, de maneira a evitarem-se desperdícios e garantir-se maior rentabilidade social.
- e) Os atos administrativos não são passíveis de controle de mérito, bem como de legalidade pelo Poder Judiciário.

### GABARITO OFICIAL: C

#### JUSTIFICATIVA:

- a) Errado, porque: segundo a Súm. nº 473 do STF, tem-se que  
A administração pode anular seus próprios atos, quando eivados de vícios que os tornam ilegais, porque deles não se originam direitos; ou revogá-los, por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos, e ressalvada, em todos os casos, a apreciação judicial.
- b) Errado, porque: segundo o STF, na Ação Cautelar (AC) nº 3.468, ficou definido que o princípio constitucional da presunção de inocência impede a exclusão de certame público de candidato que responda a inquérito policial ou a ação penal sem trânsito em julgado de eventual sentença condenatória.
- c) CERTO, porque: está de acordo com a doutrina apontada.
- d) Errado, porque: o princípio ilustrado é o da eficiência, e não o da moralidade.
- e) Errado, porque: o controle de mérito não é feito pelo Poder Judiciário. O controle de mérito é função da Administração Pública e somente será controlado caso torne-se ilegal.



#### Preste Atenção:

O mérito administrativo é formado a partir da análise da conveniência e oportunidade daquele ato administrativo. Neste caso, dizemos que a Administração Pública está atuando mediante o Poder Discricionário. Quando atua sob os auspícios deste Poder, ela atua com liberdade, mas sempre em busca do interesse público. Se, por algum motivo, o interesse público não é alcançado, o ato se torna ilegal, e somente neste caso haverá controle do Poder Judiciário.

### 16. (Delegado de Polícia - Bloco II – PC/RS – FUNDATEC – 2018)

Acerca da formação histórica do Direito Administrativo, analise as seguintes assertivas:

- I. O Direito Administrativo tem origem na Idade Média, período histórico em que a vontade do monarca passa a se subordinar à lei.
- II. O direito francês se notabiliza como a principal influência na formação do Direito Administrativo brasileiro, de onde importamos institutos importantes como o conceito de serviço público, a teoria dos atos administrativos, da responsabilidade civil do estado e da submissão da Administração Pública ao princípio da legalidade.
- III. Devido à organização do Estado brasileiro, composto por diferentes entes políticos dotados de competências legislativas próprias para disciplinar suas atividades administrativas, a codificação do Direito Administrativo em âmbito nacional se torna inviável.

Quais estão corretas?

- a) Apenas I.
- b) Apenas III.
- c) Apenas I e II.
- d) Apenas II e III.
- e) I, II e III.

#### GABARITO OFICIAL: D

#### JUSTIFICATIVA:

- a) Errado, porque: na Idade Média o Estado estava condensado numa única figura: o Rei. O Estado era Absolutista e totalmente centralizado na figura do monarca, que, regra geral, não tinha seus atos contestados porque era a figura de Deus na Terra.
- b) Errado, porque: as assertivas II e III estão corretas.
- c) Errado, porque: a assertiva I está incorreta (*vide* alternativa a).
- d) CERTO, porque: retratam a estrutura brasileira. Nossos entes políticos detêm a tríplice capacidade (auto-organização (incluída a competência legislativa); autogoverno; autoadministração). *Vide* “Preste Atenção”.
- e) Errado, porque: a assertiva I está incorreta (*vide* alternativa a).



#### Preste Atenção:

Apesar de o direito administrativo brasileiro sofrer influência francesa em seu desenvolvimento histórico, há que se afastá-la num momento, pelo menos. Trata-se da adoção da “Jurisdição Uma” pelo Brasil, afastando a “Jurisdição Administrativa” praticada no sistema francês. No Brasil o Poder Judiciário não poderá ser afastado de nenhuma contenda jurídica (art. 5º, XXXV, da CRFB/1988). No sistema francês, por sua vez, haverá tribunais administrativos que são os competentes para julgar causas relacionadas à Administração Pública.

**17. (Delegado de Polícia - Bloco II – PC/RS – FUNDATEC – 2018)** A respeito do regime jurídico das licitações e contratos administrativos, analise as seguintes assertivas:

I. Em homenagem ao princípio da supremacia do interesse público sobre o privado, vetor dos contratos administrativos, as cláusulas econômico-financeiras e monetárias poderão ser alteradas independentemente de prévia concordância do contratado.

II. Os contratos administrativos se distinguem dos contratos privados celebrados pela Administração Pública pelo fato de assegurarem a esta certos poderes ou prerrogativas que a colocam em posição de superioridade diante do particular contratado, a fim de que o interesse público seja preservado.

III. A existência de certo bem, de natureza singular, cuja aquisição se apresenta como a única capaz de satisfazer de maneira plena determinada necessidade ou utilidade pública da Administração, justifica a contratação direta mediante dispensa de licitação.

Quais estão corretas?

- a) Apenas I.
- b) Apenas II.
- c) Apenas I e II.
- d) Apenas I e III.
- e) Apenas II e III.

**GABARITO OFICIAL: B****JUSTIFICATIVA:**

- a) Errado, porque: segundo o art. 58, § 1º, da Lei nº 8.666/1993, as cláusulas econômico-financeiras e monetárias dos contratos administrativos não poderão ser alteradas sem prévia concordância do contratado.
- b) CERTO, porque: está de acordo com a lei.
- c) Errado, porque: a alternativa I está incorreta (vide comentários sobre a alternativa a).
- d) Errado, porque: a existência de certo bem, de natureza singular, cuja aquisição se apresenta como a única capaz de satisfazer de maneira plena determinada necessidade ou utilidade pública da Administração, justifica a contratação direta mediante inexigibilidade de licitação.
- e) Errado, porque: a alternativa III está incorreta (vide comentário sobre a alternativa d).

**Preste Atenção:**

O rol previsto para dispensa de licitação no art. 24 da Lei nº 8.666/1993 é taxativo, isto é, não poderá ser utilizado como fundamento em nenhum outro caso que não aqueles previstos expressamente. O rol previsto para licitação inexigível no art. 25 da mesma lei é exemplificativo, isto quer dizer que, mediante o caso concreto e fundamentação adequada, a Administração Pública poderá afastar a licitação, com base na inexigibilidade, em outros casos que não aqueles expressos nos incisos do art. 25.

- 18. (Delegado de Polícia - Bloco II – PC/RS – FUNDATEC – 2018)** Uma equipe da Delegacia de Polícia de Roubos e Extorsões do Departamento Estadual de Investigações Criminais da Polícia Civil do Estado do Rio Grande do Sul, a bordo de uma viatura oficial devidamente caracterizada, na rodovia BR 290, no sentido capital-litoral, realiza perseguição a um veículo tripulado por criminosos que, instantes antes, praticaram um assalto a uma agência bancária, com emprego de explosivos. Ao longo da perseguição, os policiais se veem obrigados a não parar na praça de pedágio, rompendo a respectiva cancela, de propriedade de empresa concessionária de serviço público, como única forma de não perderem os criminosos de vista. Graças a essa atitude, a equipe se manteve no encalço dos criminosos, logrando êxito em prendê-los em flagrante. Relacionando o caso acima com a responsabilidade extracontratual do Estado, analise as seguintes assertivas:

I. O Estado responderá objetivamente pelo prejuízo causado à empresa concessionária de serviço público.

II. A equipe de policiais civis não poderá ser responsabilizada em ação regressiva, porque não agiu com dolo ou culpa, mas no estrito cumprimento do dever legal.

III. A jurisprudência do Supremo Tribunal Federal adota, como regra geral, a teoria do risco administrativo para fundamentar a responsabilidade objetiva extracontratual do Estado.

Quais estão corretas?

- a) Apenas I.
- b) Apenas II.
- c) Apenas I e II.
- d) Apenas I e III.
- e) I, II e III.

**GABARITO OFICIAL: E**

**JUSTIFICATIVA:**

- a) Errado, porque: *vide* comentários sobre a alternativa e.
- b) Errado, porque: *vide* comentários sobre a alternativa e.
- c) Errado, porque: *vide* comentários sobre a alternativa e.
- d) Errado, porque: *vide* comentários sobre a alternativa e.
- e) CERTO, porque: é o previsto no art. 37, § 6º, da CRFB/1988. A doutrina aponta que se aplica a teoria do risco administrativo para atos comissivos do Estado que causam dano.

**Preste Atenção:**

Segundo o STF,

o que a Constituição distingue é o dano causado pelos agentes da Administração (servidores) dos danos ocasionados por atos de terceiros ou por fenômenos da natureza. Observe-se que o art. 37, § 6º, só atribui responsabilidade objetiva à Administração pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, causem a terceiros. Portanto o legislador constituinte só cobriu o risco administrativo da atuação ou inação dos servidores públicos; não responsabilizou objetivamente a Administração por atos predatórios de terceiros, nem por fenômenos naturais que causem danos aos particulares.

A responsabilidade civil por tais atos e fatos é subjetiva (MEIRELLES, Hely Lopes. *Direito administrativo brasileiro*. 21. ed. São Paulo: Malheiros, 1996, p. 566). (Fonte: *Informativo* nº 391).

- 19. (Delegado de Polícia - Bloco II – PC/RS – FUNDATEC – 2018)** Levando em consideração os temas “Controle da Administração Pública” e “Responsabilidade Fiscal”, assinale a alternativa correta.
- a) O exercício do controle interno pela administração pública não inclui a revogação de atos administrativos.
  - b) A jurisprudência contemporânea acerca do controle de legalidade tem admitido, por parte do Poder Judiciário, a invalidação de atos administrativos discricionários em decorrência da falta de conformação deles com os princípios da administração pública, em especial, os da razoabilidade e da proporcionalidade.
  - c) O controle desempenhado pela Administração Direta sobre as entidades que integram a Administração Indireta é uma manifestação da autotutela administrativa.
  - d) Os Tribunais de Contas, no exercício do controle externo, têm competência para julgar as contas dos Chefes do Poder Executivo.
  - e) Nos termos da Lei de Responsabilidade Fiscal (LC nº 101/2000), é nulo de pleno direito o ato de que resulte aumento da despesa com pessoal expedido nos noventa dias anteriores ao final do mandato do titular do respectivo Poder.

**GABARITO OFICIAL: B****JUSTIFICATIVA:**

- a) Errado, porque: o poder de autotutela permite a anulação e a revogação dos atos administrativos a serem realizados pela própria Administração Pública.
- b) CERTO, porque: está de acordo com a jurisprudência dominante.
- c) Errado, porque: o controle desempenhado pela Administração Direta sobre as entidades que integram a Administração Indireta é uma manifestação da TUTELA administrativa.

- d) Errado, porque: os Tribunais de Contas, no exercício do controle externo, têm competência para APRECIAR as contas dos Chefes do Poder Executivo.
- e) Errado, porque: nos termos da Lei de Responsabilidade Fiscal (LC nº 101/2000), é nulo de pleno direito o ato de que resulte aumento da despesa com pessoal expedido nos 180 DIAS anteriores ao final do mandato do titular do respectivo Poder.



### Preste Atenção:

O poder de autotutela acontece internamente, entre órgãos internos da pessoa jurídica (desconcentração). O poder de tutela ou controle de finalidade, por sua vez, acontece entre pessoas jurídicas diferentes (descentralização).

- 20. (Escrivão e de Inspetor de Polícia – PC/RS – FUNDATEC – 2018)** De acordo com o que preceitua o art. 37, “*caput*” da Constituição Federal de 1988, a administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá a princípios. A partir dos princípios enumerados no artigo supramencionado, é correto afirmar que:
- a) Ainda que sua existência autônoma seja questionada por alguns autores, pode-se entender que, pelo princípio da eficiência, a Administração Pública deve atender não só à lei, mas à própria moral comum, aos bons costumes, às regras de boa administração, aos princípios de justiça e equidade, à ideia comum de honestidade.
- b) Segundo Di Pietro, o princípio da publicidade pode permitir duas interpretações, uma vez que tanto deve ser observado em relação aos administrados (relacionado com a finalidade pública) como a própria Administração Pública (atos e provimentos administrativos não são imputáveis aos funcionários que os praticam).
- c) Tanto o modo de atuação do agente público quanto o modo de organizar, estruturar e disciplinar a Administração Pública, a fim de alcançar os melhores resultados, são aspectos a serem considerados na definição do princípio da eficiência.
- d) O princípio da impessoalidade significa que a Administração Pública, em toda a sua atividade, está atrelada aos mandamentos legais, deles não se podendo afastar. A Administração Pública só pode fazer o que a lei permite.
- e) Pelo princípio da legalidade, é exigida a ampla divulgação dos atos praticados pela Administração Pública direta e indireta, ressalvadas as hipóteses legais de sigilo.

### GABARITO OFICIAL: C

#### JUSTIFICATIVA:

- a) Errado, porque: ainda que sua existência autônoma seja questionada por alguns autores, pode-se entender que, pelo princípio da MORALIDADE, a Administração Pública deve atender não só à lei, mas à própria moral comum, aos bons costumes, às regras de boa administração, aos princípios de justiça e equidade, à ideia comum de honestidade.
- b) Errado, porque: segundo Di Pietro, o princípio da IMPESSOALIDADE pode permitir duas interpretações, uma vez que tanto deve ser observado em relação aos administrados (relacionado com a finalidade pública) como à própria Administração Pública (atos e provimentos administrativos não são imputáveis aos funcionários que os praticam).
- c) CERTO, porque: está de acordo com o ordenamento, a doutrina e a jurisprudência.
- d) Errado, porque: o princípio da LEGALIDADE significa que a Administração Pública, em toda a sua atividade, está atrelada aos mandamentos legais, deles não se podendo afastar. A Administração Pública só pode fazer o que a lei permite.

e) Errado, porque: pelo princípio da PUBLICIDADE, é exigida a ampla divulgação dos atos praticados pela Administração Pública direta e indireta, ressalvadas as hipóteses legais de sigilo.



### Preste Atenção:

Além dos princípios expressos descritos na questão e presentes do art. 37 da CRFB/1988, a Administração Pública ainda conta com princípios implícitos, tais como: supremacia do interesse público, indisponibilidade do interesse público, segurança jurídica, proporcionalidade, ampla defesa e contraditório, razoabilidade, motivação.

21. **(Delegado de Polícia Civil – PC/AC – IBADE – 2017)** De acordo com uma das concepções sobre a Constituição, ela “consigna a norma fundamental hipotética não positiva, pois sobre ela embasa-se o primeiro ato legislativo não determinado por nenhuma norma superior de direito positivo” (BULOS, Uadi Lammêgo, Curso de Direito Constitucional, 2015, p. 103). O trecho acima destacado:
- remete aos fatores reais de poder enunciados por Lassale em sua concepção sociológica.
  - alude a ideia de que a “essência da Constituição” advém da realidade social em que o texto constitucional estiver inserido.
  - tem por base a linha decisionista que funda a concepção política de Schmitt.
  - sustenta a concepção de que as leis constitucionais podem conter diversos elementos que não sejam propriamente constitucionais.
  - refere-se ao aspecto lógico-jurídico da concepção jurídica de Kelsen.

### GABARITO OFICIAL: E

#### JUSTIFICATIVA:

- Errado, porque: os fatores reais de poder encontram-se inseridos na teoria cunhada por Ferdinand Lassale, que nada se relaciona com a “norma hipotética fundamental”.
- Errado, porque: a “essência da Constituição” faz parte dos estudos e da teoria desenvolvida por Ferdinand Lassale e seus “fatores reais de poder”.
- Errado, porque: a concepção política de Constituição está relacionada com Carl Schmitt e indica que o seu fundamento é a “decisão política fundamental” do país.
- Errado, porque: tal assertiva define o “conceito formal” de constituição.
- CERTO, porque: a assertiva indicada na questão aponta para a concepção de Hans Kelsen e sua “Teoria Pura do Direito”.



### Preste Atenção:

Classicamente, as constituições dos países podem ser estudadas sob três enfoques diferentes:

- Concepção Sociológica: Proposta por Ferdinand Lassale no livro “A essência da Constituição” e o conceito-chave nessa teoria são os fatores reais de poder e sua influência para determinar a Constituição real ou efetiva.
- Concepção Política: Cunhada por Carl Schmitt no livro “Teoria da Constituição”. O fundamento para traçar uma constituição perpassa pela decisão política fundamental do país e que tal decisão deve ser anterior à própria elaboração da Carta Magna.
- Concepção Jurídica: Adotada por Hans Kelsen em sua obra *Teoria pura do direito*. A constituição do país não deve buscar seu fundamento na filosofia, na sociologia ou na política, mas na própria ciência jurídica. A ideia central de tal teoria abriga-se na norma fundamental hipotética.

22. (Delegado de Polícia Civil – PC/AC – IBADE – 2017) Acerca do poder constituinte e controle de constitucionalidade, é CORRETO afirmar:
- a) O STF admite controle concentrado ou difuso de constitucionalidade de normas produzidas pelo poder constituinte originário, aplicando a tese das “normas constitucionais inconstitucionais”.
  - b) Um dos exemplos à limitação circunstancial do poder de reforma na CRFB/1988 diz respeito às pessoas que poderão propor emendas à Constituição (art. 60, CRFB/1988).
  - c) O poder constituinte originário é definido como permanente, pela possibilidade de se manifestar a qualquer tempo.
  - d) A CRFB/1988 adota o entendimento de que o povo é o titular do poder constituinte, se filiando, portanto, à concepção da teoria da soberania nacional cunhada por Emmanuel Sieyès.
  - e) As limitações materiais ao poder constituinte de reforma (art. 60, § 4º, CRFB/1988) significam a intangibilidade literal da respectiva disciplina na Constituição originária.

### GABARITO OFICIAL: C

#### JUSTIFICATIVA:

- a) Errado, porque: não há que se falar de controle de constitucionalidade, qualquer que seja sua espécie, cujo paradigma seja o Poder Constituinte Originário.
- b) Errado, porque: limite circunstancial é aquele que deriva de situações excepcionais, graves, como “A Constituição não poderá ser emendada na vigência de intervenção federal, de estado de defesa ou de estado de sítio” (art. 60, § 14, da CRFB/1988).
- c) CERTO, porque: uma das suas características é ser Permanente, isto é, não se exaure com a elaboração da Constituição. Ele encontra-se em estado de hibernação, aguardando seu titular – que é o povo – reativá-lo.
- d) Errado, porque: Sieyès utiliza-se do conceito de nação para identificar o titular do poder de ditar as regras do país (Poder Constituinte).
- e) Errado, porque: as limitações materiais para a reforma da constituição indicam que existem determinadas matérias ou conteúdos jurídicos que ficam além do alcance do Poder Constituinte Derivado – tais limitações não podem ser nem discutidas, muito menos alteradas (cláusulas pétreas). Para modificá-las, seria necessário o advento do Poder Constituinte Originário.



#### Preste Atenção:

O Poder Constituinte é aquele capaz de modificar as normas constitucionais vigentes. Classifica-se como: Poder constituinte originário e Poder constituinte derivado. Este, por sua vez, é subdividido em poder constituinte derivado decorrente e poder constituinte derivado reformador.

23. (Delegado de Polícia Civil – PC/AC – IBADE – 2017) Maristela era casada com o prefeito Alcides Ferreira do município X, falecido em um acidente de avião em setembro de 2015, no curso de seu segundo mandato. O vice-prefeito de Alcides Ferreira assumiu o cargo. Nas eleições de 2016, Maristela concorreu à prefeitura do Município X e ganhou a eleição. Considerando o entendimento jurisprudencial do STF, Maristela:
- a) não poderia ser elegível, tendo em vista tratar-se de hipótese de inelegibilidade reflexiva prevista no art. 14, § 7º, CRFB/1988.
  - b) não poderia ser elegível, considerando o teor da Súm. vinculante nº 18 do STF.
  - c) poderia ser elegível, vez que a inelegibilidade prevista no § 7º do art. 14 da CRFB/1988 não se aplica aos casos de extinção do vínculo conjugal pela morte de um dos cônjuges.
  - d) poderia ser elegível, uma vez que a CRFB/1988 não impede que o cônjuge concorra às eleições na mesma circunscrição por motivo de casamento, parentesco ou afinidade.

e) não poderia ser elegível, tendo em vista que a CRFB/1988 exige o prazo de 5 (cinco) anos, após o término de mandato, para que o cônjuge concorra às eleições na mesma circunscrição do marido ou ex-marido.

### GABARITO OFICIAL: C

#### JUSTIFICATIVA:

- a) Errado, porque: a inexigibilidade reflexiva retrata o previsto no art. 14, § 7º, da CRFB/1988, mas nada elucida o caso de morte.
- b) Errado, porque: a Súm. Vinculante nº 18 não resolve o problema retratado na questão: “A dissolução da sociedade ou do vínculo conjugal, no curso do mandato, não afasta a inelegibilidade prevista no § 7º do art.14 da Constituição Federal”.
- c) CERTO, porque: é o indicado na jurisprudência do STF. “Ementa: Constitucional e eleitoral. Morte de prefeito no curso do mandato, mais de um ano antes do término. Inelegibilidade do cônjuge supérstite. CF, art. 14, § 7º. Inocorrência. 1. O que orientou a edição da Súmula Vinculante 18 e os recentes precedentes do STF foi a preocupação de inibir que a dissolução fraudulenta ou simulada de sociedade conjugal seja utilizada como mecanismo de burla à norma da inelegibilidade reflexa prevista no § 7º do art. 14 da Constituição. Portanto, não atrai a aplicação do entendimento constante da referida súmula a extinção do vínculo conjugal pela morte de um dos cônjuges.” (RE nº 758461, rel. Min. Teori Zavascki – Tribunal Pleno – j. 22-5-2014 – DJe 30-10-2014, com repercussão geral – tema 678)
- d) Errado, porque: desrespeita a literalidade da norma constitucional, bem como a jurisprudência dominante.
- e) Errado, porque: as regras que retratam o assunto nada dizem respeito acerca de prazo.



#### Preste Atenção:

A inexigibilidade incide na mesma circunscrição do cônjuge, companheiro ou parente. Segundo o art. 86 do Código Eleitoral: “Nas eleições presidenciais, a circunscrição serão País; nas eleições federais e estaduais, o Estado; e nas municipais, o respectivo município”.

Isso que dizer que o cônjuge, o companheiro e os parentes do prefeito não poderão concorrer a vereador ou prefeito no âmbito do mesmo município; o cônjuge, o companheiro e os parentes do governador não poderão candidatar-se a nenhum cargo no território do respectivo estado; e o cônjuge, o companheiro e os parentes do Presidente da República não serão elegíveis para nenhum cargo no país.

24. (Delegado de Polícia Civil – PC/AC – IBADE – 2017) Supondo-se que 27 senadores resolvam propor emenda à Constituição para autorizar e regulamentar o exercício da vaquejada em todo território nacional. Considerando: 1) que a referida emenda à constituição reconhece a vaquejada como tradição cultural, esporte e lazer brasileiro; 2) que exige regulamentação em lei específica para que se assegure o bem-estar dos animais envolvidos; 3) e que o STF julgou inconstitucional a Lei cearense nº 15.299/2013 que regulamentava vaquejada como prática desportiva e cultural no estado, através da Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) 4.983, analise as alternativas a seguir, assinalando a CORRETA.
- a) Os senadores não podem propor emenda à constituição para autorizar e regulamentar o exercício da vaquejada, tendo em vista que a declaração de constitucionalidade ou inconstitucionalidade impede o legislador de emendar à constituição sobre o mesmo conteúdo julgado pelo STF como inconstitucional.

- b) Os senadores podem propor emenda à constituição para autorizar e regulamentar o exercício da vaquejada, em observância ao princípio da separação dos poderes. Entretanto, o STF pode, através de proposição de ação civil pública, exercer o controle prévio de constitucionalidade material da proposta de emenda constitucional, tendo em vista que o caso em questão viola o núcleo de cláusula pétrea da CRFB/1988.
- c) O quórum de senadores para propor emenda à constituição é de, no mínimo, 3/5 dos membros do Senado Federal, existindo erro no número mencionado no enunciado.
- d) O Poder Legislativo não se submete à decisão de inconstitucionalidade da Lei cearense nº 15.299/2013 julgada pelo STF (ADI 4.983), em observância à proibição da fossilização constitucional e preservação da atividade legislativa do Estado.
- e) A atuação legislativa contrária à decisão do STF, o qual assentou a inconstitucionalidade de lei cearense que regulamentava a prática da vaquejada no referido Estado, só pode ser feita pela via legislativa ordinária e não por via de emenda constitucional.

### GABARITO OFICIAL: D

#### JUSTIFICATIVA:

- a) Errado, porque: os Poderes são independentes e harmônicos entre si. Mesmo com a decisão judicial (Poder Judiciário), a função típica legislativa (Poder Legislativo), em regra, não sofreria limitação.
- b) Errado, porque: não há previsão normativa/jurisprudencial para tal assertiva. A inconstitucionalidade de determinado dispositivo legal pode ser alegada em ação civil pública, mas inserido no contexto de controle de constitucionalidade incidental/difuso e não abstrato/concreto, como apontado pela questão. A inconstitucionalidade seria causa de pedir, e não o pedido propriamente dito.
- c) Errado, porque: a Constituição poderá ser emendada mediante proposta de um terço, no mínimo, dos membros da Câmara dos Deputados ou do Senado Federal (art. 60, I, da CRFB/1988).
- d) CERTO, porque: é o apontado pela doutrina e jurisprudência dominante.
- e) Errado, porque: a função típica legislativa pode ser praticada tanto na forma de projeto de lei como de proposta de emenda à Constituição.



#### Preste Atenção:

AÇÃO CIVIL PÚBLICA. CONTROLE INCIDENTAL DE CONSTITUCIONALIDADE. QUESTÃO PREJUDICIAL. POSSIBILIDADE. INOCORRÊNCIA DE USURPAÇÃO DA COMPETÊNCIA DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. RECLAMAÇÃO IMPROCEDENTE.

- O Supremo Tribunal Federal tem reconhecido a legitimidade da utilização da ação civil pública como instrumento idôneo de fiscalização incidental de constitucionalidade, pela via difusa, de quaisquer leis ou atos do Poder Público, mesmo quando contestados em face da Constituição da República, desde que, nesse processo coletivo, a controvérsia constitucional, longe de identificar-se como objeto único da demanda, qualifique-se como simples questão prejudicial, indispensável à resolução do litígio principal. Precedentes. Doutrina.

25. (Delegado de Polícia Civil – PC/AC – IBADE – 2017) Acerca dos instrumentos de tutela das liberdades, previstos na CRFB/1988, afirma-se corretamente:
- a) Direito de petição e direito de ação são expressões sinônimas, segundo o entendimento do STF.
- b) O pagamento de custas judiciais e do ônus da sucumbência é devido em sede de *habeas corpus*.

- c) A repartição pública que obstruir o direito de certidão deverá ser compelida, mediante *habeas data*, a concedê-lo, sob pena de os seus titulares serem responsabilizados civil e criminalmente.
- d) O mandado de injunção pode ser ajuizado coletivamente, embora inexistia previsão expressa na CRFB/1988.
- e) Os brasileiros naturalizados não possuem legitimidade ativa para propor ação popular, direito este resguardado somente aos brasileiros natos.

### GABARITO OFICIAL: D

#### JUSTIFICATIVA:

- a) Errado, porque: o direito de petição, com previsão expressa no art. 5º, XXXIV, *a*, da CRFB/1988, implica o direito de qualquer pessoa ser ouvida pelo Poder Público em defesa de direitos – basicamente utiliza-se da via administrativa. Já o direito de ação está relacionado ao direito de o interessado ser ouvido perante o Poder Judiciário, portanto, utilizando-se da via judicial e inserto nas obrigações e direitos que são inerentes à via (art. 5º, XXXV, da CRFB/1988).
- b) Errado, porque: o *habeas corpus* é isento de qualquer tipo de custas (art. 5º, LXXVII, da CRFB/1988).
- c) Errado, porque: a questão confunde os institutos do direito de petição previsto no art. 5º, XXXIV, *a*, da com o direito ao acesso à informação previsto no art. 5º, XXXIII, e o *habeas data* (art. 5º, LXXII), todos da CRFB/1988. O *habeas data* não garante a emissão de certidão, apenas assegura o conhecimento de informações.
- d) CERTO, porque: é o previsto na Lei nº 13.300, de 23 de junho de 2016.
- e) Errado, porque: não há previsão normativa para tal proibição.



#### Preste Atenção:

O mandado de injunção coletivo pode ser promovido: I – pelo Ministério Público, quando a tutela requerida for especialmente relevante para a defesa da ordem jurídica, do regime democrático ou dos interesses sociais ou individuais indisponíveis; II – por partido político com representação no Congresso Nacional, para assegurar o exercício de direitos, liberdades e prerrogativas de seus integrantes ou relacionados com a finalidade partidária; III – por organização sindical, entidade de classe ou associação legalmente constituída e em funcionamento há pelo menos 1 (um) ano, para assegurar o exercício de direitos, liberdades e prerrogativas em favor da totalidade ou de parte de seus membros ou associados, na forma de seus estatutos e desde que pertinentes a suas finalidades, dispensada, para tanto, autorização especial; IV – pela Defensoria Pública, quando a tutela requerida for especialmente relevante para a promoção dos direitos humanos e a defesa dos direitos individuais e coletivos dos necessitados. (art. 12 da Lei nº 13.300, de 23-6-2016.)

26. (Delegado de Polícia Civil – PC/AC – IBADE – 2017) José Afonso da Silva, em sua obra clássica “Aplicabilidade das normas constitucionais”, formulou a classificação das normas constitucionais em: 1- normas constitucionais de eficácia plena; 2- normas constitucionais de eficácia contida; e 3- normas constitucionais de eficácia limitada. Assinale a alternativa que reflete hipótese de norma constitucional de eficácia limitada.
- a) “Constituem objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil construir uma sociedade livre, justa e solidária”.
  - b) “São brasileiros natos os nascidos na República Federativa do Brasil, ainda que de pais estrangeiros, desde que estes não estejam a serviço de seu país”.
  - c) “O alistamento eleitoral e voto são obrigatórios para os maiores de dezoito anos”.

- d) “É assegurado a todos o livre exercício de qualquer atividade econômica, independentemente de autorização de órgãos públicos, salvo nos casos previstos em lei”.
- e) “O civilmente identificado não será submetido à identificação criminal, salvo nas hipóteses previstas em lei”.

### GABARITO OFICIAL: A

#### JUSTIFICATIVA:

- a) CERTO, porque: sem o devido complemento (princípio programático) a norma apontada não alcança a plenitude de seu alcance.
- b) Errado, porque: tal norma é de eficácia plena, não necessitando de complemento para surtir todos os efeitos desejados.
- c) Errado, porque: tal norma é de eficácia plena, não necessitando de complemento para surtir todos os efeitos desejados.
- d) Errado, porque: trata-se de norma de eficácia contida. Uma lei posterior poderá restringir o “livre exercício” indicado no conteúdo da norma.
- e) Errado, porque: trata-se de norma de eficácia contida. Uma lei posterior poderá indicar outros casos em que o civilmente identificado poderá ser criminalmente identificado, portanto, haverá restrição a direito.



#### Preste Atenção:

As normas constitucionais de eficácia limitada subdividem-se em:

- i) Normas constitucionais de eficácia limitada definidoras de princípios institutivos (ou organizatórios ou organizativos): são aquelas que criam órgãos ou entidade, estruturando-os de forma geral – precisam ser complementados pela ordem infraconstitucional com as especificações da estrutura. Como exemplos, os arts. 33, 88 e 102, § 1º, da CRFB/1988.
- ii) Normas constitucionais de eficácia limitada definidoras de princípios programáticos (ou apenas normas programáticas): são as que estabelecem programas, metas, objetivos a serem desenvolvidos pelo Estado. Como exemplos, os arts. 6º, 7º, IV, e 196 da CRFB/1988.

27. (Delegado de Polícia Civil – PC/AC – IBADE – 2017) Acerca da intervenção federal, assinale a alternativa CORRETA.
- a) A invasão de um Estado-membro por outro não caracteriza hipótese de intervenção federal, mas sim decretação de estado de sítio pelo Presidente da República.
- b) Nas intervenções espontâneas, o Presidente da República deve ouvir o Conselho da República e o de Defesa Nacional, embora não esteja obrigado ao parecer destes.
- c) A intervenção do inciso VII do art. 34, CRFB/1988 (descumprimento de princípio sensível) é hipótese de atuação *ex officio* do Presidente da República, ou seja, pode decretar a intervenção sem a provocação de ninguém.
- d) De acordo com o entendimento jurisprudencial do STF, a insuficiência de recursos financeiros pelo Estado não caracteriza fundamento razoável para se indeferir pleito de intervenção federal.
- e) A hipótese do art. 34, I, CRFB/1988 (manter a integridade nacional), depende de solicitação do Poder Legislativo ao Presidente da República.

### GABARITO OFICIAL: B

**JUSTIFICATIVA:**

- a) Errado, porque: é possível decretar intervenção federal conforme previsto no art. 34, II, da CRFB/1988.
- b) CERTO, porque: nas intervenções espontâneas, o próprio chefe do Poder Executivo, utilizando-se de sua discricionariedade, decide por tal medida. Deverá ouvir os Conselhos, mas seus pareceres terão efeito não vinculativo.
- c) Errado, porque: a intervenção por descumprimento dos princípios sensíveis deverá ser decretada pelo chefe do Poder Executivo, contudo mediante provocação do Procurador Geral da República perante o STF.
- d) Errado, porque:  
**EMENTA: AGRAVO REGIMENTAL EM INTERVENÇÃO FEDERAL. PRECATÓRIO. DESCUMPRIMENTO INVOLUNTÁRIO.** 1. Descumprimento voluntário e intencional de decisão transitada em julgado. Pressuposto indispensável ao acolhimento do pedido de intervenção federal. 2. Precatório. Não pagamento do título judicial em virtude da insuficiência de recursos financeiros (...) Exaustão financeira. Fenômeno econômico/financeiro vinculado à baixa arrecadação tributária, que não legitima a medida drástica de subtrair temporariamente a autonomia estatal. Precedentes. Agravo regimental a que se nega provimento. (STF IF 506 AgR/SP – SÃO PAULO)
- e) Errado, porque: trata-se de espécie de intervenção espontânea.

**Preste Atenção:**

A ação direta de inconstitucionalidade interventiva, ou apenas representação interventiva, acontecerá nos casos de violação dos princípios sensíveis. O procedimento judicial ocorre a partir de provocação do Procurador Geral da República perante o Supremo Tribunal Federal que examina a situação. Uma vez tendo sido confirmada a referida violação aos princípios sensíveis, o STF requisita, então, ao Presidente da República que decrete a intervenção federal.

- 28. (Delegado de Polícia Civil – PC/AC – IBADE – 2017)** Leia a assertiva a seguir sobre o tema “liberdade de expressão” e responda.

“A crítica jornalística, quando inspirada pelo interesse público, dirigida a figuras públicas, com alto grau de responsabilidade na condução dos negócios do Estado, não se revela suscetível, em situações de caráter ordinário, à possibilidade de sofrer qualquer repressão estatal”.

(CHEQUER, Cláudio. *A liberdade de expressão como direito fundamental preferencial prima facie*. Ed. Lumen Juris, 2011).

A afirmação acima reflete a(o):

- a) interpretação do STF em reiteradas oportunidades.
- b) entendimento da doutrina majoritária brasileira, mas não do STF.
- c) posição da doutrina minoritária brasileira, não albergada pelo STF.
- d) interpretação do STJ, em alguns julgados, com base na teoria interna dos limites dos direitos fundamentais.
- e) posição da doutrina estrangeira, não recepcionada pelo Direito Constitucional Brasileiro.

**JUSTIFICATIVA:**

- a) CERTO, porque: é posição pacífica perante o Tribunal. O voto foi proferido pelo Min. Celso de Mello – informativo/STF nº 398/2005 e utilizado em outros processos reiteradamente.
- b) Errado, porque: é posição do STF.
- c) Errado, porque: é posição do STF.
- d) Errado, porque: vigora, majoritariamente, tanto no STF como no STJ, a aplicação da teoria externa dos limites dos direitos fundamentais.
- e) Errado, porque: é posição do STF.

**Preste Atenção:**

Teoria Externa dos limites aos direitos fundamentais defende que o direito fundamental nasce absoluto, sem limitações. Tal restrição acontecerá, basicamente, por superveniência de uma outra norma constitucional ou infraconstitucional que adequará àquele direito ilimitado em seu nascimento à sociedade, aos interesses sociais e a outros direitos fundamentais de igual hierarquia.

A Teoria Interna indica que os limites/restrições aos direitos fundamentais são inatos a eles, isto é, limites imanentes dos próprios direitos, resultantes da determinação do conteúdo do direito em si. A mesma fonte normativa da qual se origina o direito também estabelece seu conteúdo, o qual é necessariamente limitado.

- 29. (Delegado de Polícia Civil – PC/AC – IBADE – 2017)** No âmbito da repartição vertical de competências, compete à União estabelecer normas gerais, vale dizer, diretrizes essenciais de comportamento. Com base nesta afirmação, assinale a alternativa CORRETA.
- a) Se a União não editar as normas gerais, os demais entes federativos poderão legislar de forma plena sobre a matéria. Contudo, caso a União edite posteriormente as normas gerais, as normas estaduais que lhe forem contrárias serão revogadas.
  - b) Os Estados e o Distrito Federal não possuem competência suplementar complementar.
  - c) Os Municípios são dotados de competência suplementar complementar, no que for cabível.
  - d) A CRFB/1988 não adotou a teoria da repartição vertical concorrente não cumulativa, mas sim a teoria da repartição vertical concorrente cumulativa.
  - e) Caso a União não edite as normas gerais, os demais entes federados devem impetrar mandado de segurança perante o STF para que seus direitos sejam resguardados.

**GABARITO OFICIAL: C****JUSTIFICATIVA:**

- a) Errado, porque: se a União não editar as normas gerais, os ESTADOS e o DISTRITO FEDERAL poderão legislar de forma plena sobre a matéria (conhecida por competência suplementar supletiva - art. 24, § 3º, da CRFB/1988). Contudo, caso a União edite posteriormente as normas gerais, as normas estaduais que lhe forem contrárias TERÃO SUA EFICÁCIA SUSPensa.
- b) Errado, porque: há previsão (art. 24, § 2º, da CRFB/1988) para os Estados e, consequentemente, o Distrito Federal, que complementem as normas gerais editadas pela União para atender suas peculiaridades regionais (conhecida por competência suplementar complementar).
- c) CERTO, porque: é o previsto no art. 30, II, da CRFB/1988.
- d) Errado, porque: no Brasil, o sistema de repartição de competências se dá em dois planos. Há a repartição de competências em plano horizontal e a repartição de competências em plano vertical.
- e) Errado, porque: não há previsão constitucional para tal medida.

**Preste Atenção:**

No sistema da Constituição de 1988, convivem a repartição horizontal e a repartição vertical de competências. Sob a orientação de repartição horizontal, foram relacionadas as competências da União, no campo material e legislativo, permanecendo os Estados com as competências remanescentes e os Municípios com as competências definidas indicativamente (arts. 21, 22, 25 e 30 da CRFB/1988). Quanto à repartição vertical, ela se aplica onde possa haver atuação concorrente dos entes federativos. Foram previstos domínios de execução comum, em que pode ocorrer a atuação concomitante e cooperativa entre União, Estados, Distrito Federal e Municípios (art. 23 da CRFB/1988). No campo legislativo, foram definidos domínios de legislação concorrente, nos quais a União estabelece as regras gerais, a serem suplementadas pelos Estados, Distrito Federal e pelos Municípios (arts. 24, §§ 2º e 3º, e 30, II, da CRFB/1988). (Fonte: Senado Federal. Disponível em: <<https://www2.senado.leg.br>>)

**30. (Delegado de Polícia Civil – PC/AC – IBADE – 2017)** Leia a seguir os seguintes artigos enunciados pela CRFB/1988 e, a partir dos respectivos conteúdos, responda.

1. Art. 5º, XXXVII: “Inexiste juízo ou tribunal de exceção”.
2. Art. 5º, LIII: “Ninguém será processado nem sentenciado senão pela autoridade competente”.

Qual princípio a seguir melhor sintetiza o conteúdo?

- a) Razoabilidade.
- b) Do juiz e do promotor natural.
- c) Ampla Defesa.
- d) Contraditório.
- e) Duplo grau de jurisdição.

**GABARITO OFICIAL: B****JUSTIFICATIVA:**

- a) Errado, porque: razoabilidade é o princípio utilizado comumente na Administração Pública e na aplicação da lei em casos concretos. Decorrente do princípio da legalidade, será acionado quando o administrador possuir liberdade em agir. Segundo o Min. Luis Roberto Barroso, tem-se que é “um valioso instrumento de proteção dos direitos fundamentais e do interesse público, por permitir o controle da discricionariedade dos atos do Poder Público e por funcionar como medida com que uma norma deve ser interpretada no caso concreto para a melhor realização do fim constitucional nela embutido ou decorrente do sistema” (BARROSO, 2002, p. 373).
- b) CERTO, porque: tribunal de exceção é exatamente o oposto do juiz natural (autoridade competente). Tribunal de exceção seria criado após o cometimento do fato a ser julgado, isto é, seria organizado para julgar fato já ocorrido (Tribunal ad hoc), o que é vedado no Brasil.
- c) Errado, porque: tal princípio garante uma série de direitos ao acusado. Aduz a obrigatoriedade em fornecer ao imputado todas as informações necessárias para que haja a defesa, bem como o direito, de que sua defesa seja efetiva, como a necessidade da presença de advogado.
- d) Errado, porque: tal princípio, que está aliado ao princípio da ampla defesa, garante que o imputado, a partir do conhecimento pleno dos fatos sobre o qual está sendo acusado, forneça a sua versão, a contradita. Para cada fato alegado pela parte contrária, haverá espaço para a manifestação do imputado.

e) Errado, porque: o duplo grau de jurisdição informa a necessidade de que toda decisão proferida em sede do Poder Judiciário possa ser revista por juiz ou tribunal superior. Segundo posição do STF, tem-se que o princípio deve ser entendido “com seus dois caracteres específicos: a possibilidade de um reexame integral da sentença de primeiro grau e que esse reexame seja confiado a órgão diverso do que a proferiu e de hierarquia superior na ordem judiciária” (Informativo nº 187 do STF). Sobre o duplo grau de jurisdição, tem-se que é direito fundamental, mas NÃO é considerado direito constitucional.

*HABEAS CORPUS*. PROCESSO PENAL. SENTENÇA CONDENATÓRIA. RECURSO DE APELAÇÃO. PROCESSAMENTO. POSSIBILIDADE. DESNECESSIDADE DE RECOLHIMENTO DO RÉU À PRISÃO. DECRETO DE CUSTÓDIA CAUTELAR NÃO PREJUDICADO. PRISÃO PREVENTIVA SUBSISTENTE ENQUANTO PERDURAREM OS MOTIVOS QUE A MOTIVARAM. ORDEM CONCEDIDA I – Independe do recolhimento à prisão o regular processamento de recurso de apelação do condenado. II – O decreto de prisão preventiva, porém, pode subsistir enquanto perdurarem os motivos que justificaram a sua decretação. III – A garantia do devido processo legal engloba o direito ao duplo grau de jurisdição, sobrepondo-se à exigência prevista no art. 594 do CPP. IV – **O acesso à instância recursal superior consubstancia direito que se encontra incorporado ao sistema pátrio de direitos e garantias fundamentais.** V – **Ainda que não se empreste dignidade constitucional ao duplo grau de jurisdição**, trata-se de garantia prevista na Convenção Interamericana de Direitos Humanos, cuja ratificação pelo Brasil deu-se em 1992, data posterior à promulgação Código de Processo Penal. VI – A incorporação posterior ao ordenamento brasileiro de regra prevista em tratado internacional tem o condão de modificar a legislação ordinária que lhe é anterior. VII – Ordem concedida (grifo nosso)



### Preste Atenção:

Em âmbito internacional, há exemplos de criação de Tribunais de Exceção. Os Tribunais de Nuremberg e de Tóquio (Tribunal para o Extremo Oriente) julgaram crimes ocorridos durante a Segunda Guerra Mundial; Tribunal para Ruanda e Tribunal para Ex-Iugoslávia.

31. (Delegado de Polícia Civil – PC/AC – IBADE – 2017) Cento e setenta deputados federais resolvem instaurar Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) a fim de investigar atuação da FUNAI e do INCRA na demarcação de terras indígenas. No curso da CPI, os parlamentares ouviram investigados, bem como testemunhas. Determinaram prisões preventivas, impediram a saída de investigado da comarca, obrigaram o comparecimento de testemunhas faltosas, determinaram quebras de sigilos bancário, fiscal e de interceptação telefônica, bem como determinaram realização de perícias. Considerando apenas as informações contidas no caso em referência, assinale a alternativa correta, de acordo com o tema Poder Legislativo e CPI.
- Não agiu corretamente ao decretar a prisão preventiva, tendo em vista que CPIs não são dotadas de poder geral de cautela.
  - No caso em tela, fora inobservado o quórum exigido constitucionalmente para criação de CPI, qual seja, 3/5 dos deputados federais.
  - Segundo o STF a intimação de testemunha e indiciado pode ser feita por via de comunicação telefônica ou via postal.
  - Aguiu corretamente ao impedir a saída de investigado da comarca, mas incorreu em erro ao determinar perícias.
  - Aguiu corretamente ao quebrar os sigilos bancário e fiscal e decretar interceptação telefônica, vez que possuem poderes de investigação próprios das autoridades judiciais.

**GABARITO OFICIAL: A****JUSTIFICATIVA:**

- a) CERTO, porque: é o entendimento atual da jurisprudência dominante. Segundo o art. 58, § 3º, da CRFB/1988, tem-se que
- as comissões parlamentares de inquérito, que terão poderes de investigação próprios das autoridades judiciais, além de outros previstos nos regimentos das respectivas Casas, serão criadas pela Câmara dos Deputados e pelo Senado Federal, em conjunto ou separadamente, mediante requerimento de um terço de seus membros, para a apuração de fato determinado e por prazo CERTO, sendo suas conclusões, se for o caso, encaminhadas ao Ministério Público, para que promova a responsabilidade civil ou criminal dos infratores.
- b) Errado, porque: o quórum para criação das CPIs é de um terço dos membros da Casa (Senado Federal ou Câmara dos Deputados) que deseja investigar fato determinado.
- c) Errado, porque: segundo posição consolidada do STF, o rito a ser obedecido em CPIs será, em regra, o ditado pelo Código de Processo Penal e, portanto, as intimações devem ser sempre pessoais.
- d) Errado, porque: a CPI não pode impedir que o cidadão deixe o território nacional e determinar apreensão de passaporte.
- e) Errado, porque: o STF já se pronunciou acerca da proibição de as CPIs realizarem, autonomamente, a interceptação telefônica. Senão, vejamos: “A QUEBRA DO SIGILO CONSTITUI PODER INERENTE À COMPETÊNCIA INVESTIGATÓRIA DAS COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO. – O sigilo bancário, o sigilo fiscal e o sigilo telefônico (**sigilo este que incide sobre os dados/registros telefônicos e que não se identifica com a inviolabilidade das comunicações telefônicas**) – ainda que representem projeções específicas do direito à intimidade, fundado no art. 5º, X, da Carta Política – não se revelam oponíveis, em nosso sistema jurídico, às Comissões Parlamentares de Inquérito, eis que o ato que lhes decreta a quebra traduz natural derivação dos poderes de investigação que foram conferidos, pela própria Constituição da República, aos órgãos de investigação parlamentar. (MS nº 23452 – rel. Min. Celso de Mello – Tribunal Pleno – j. 16-9-1999 – DJ 12-5-2000 PP-00020 EMENT VOL-01990-01 PP-00086) (grifo nosso).

**Preste Atenção:**

**O que a CPI pode fazer:** convocar ministro de Estado; tomar depoimento de autoridade federal, estadual ou municipal; ouvir suspeitos (que têm direito ao silêncio para não se autoincriminar) e testemunhas (que têm o compromisso de dizer a verdade e são obrigadas a comparecer); ir a qualquer ponto do território nacional para investigações e audiências públicas; prender em flagrante delito; requisitar informações e documentos de repartições públicas e autárquicas; requisitar funcionários de qualquer poder para ajudar nas investigações, inclusive policiais; pedir perícias, exames e vistorias, inclusive busca e apreensão (veta-da em domicílio); determinar ao Tribunal de Contas da União (TCU) a realização de inspeções e auditorias; e quebrar sigilo bancário, fiscal e de dados (inclusive telefônico, ou seja, extrato de conta e não escuta ou grampo).

**O que a CPI não pode fazer:** condenar; determinar medida cautelar, como pri-sões, indisponibilidade de bens, arresto, sequestro; determinar interceptação telefônica e quebra de sigilo de correspondência; impedir que o cidadão deixe o território nacional e determinar apreensão de passaporte; expedir mandado de busca e apreensão domiciliar; e impedir a presença de advogado do depoente na reunião (advogado pode: ter acesso a documentos da CPI; falar para esclare-cer equívoco ou dúvida; opor a ato arbitrário ou abusivo; ter manifestações ana-lisadas pela CPI até para impugnar prova ilícita). (Fonte: <www.camara.leg.br>)

- 32. (Delegado de Polícia Civil – PC/AC – IBADE – 2017)** Sobre o processo legislativo, assinale a alternativa correta.
- O Congresso Nacional não pode sustar os atos normativos do Poder Executivo que exorbitem a esfera do poder regulamentar ou os limites da delegação legislativa.
  - O veto será apreciado em sessão separada, dentro de trinta dias a contar de seu recebimento, só podendo ser rejeitado pelo voto da maioria simples dos deputados e senadores.
  - As leis complementares serão aprovadas por maioria simples ao passo que as leis ordinárias serão aprovadas por maioria absoluta.
  - A CRFB/1988 exige que a discussão e votação dos projetos de lei de iniciativa do Presidente do Supremo Tribunal Federal tenha início no Senado Federal.
  - Projetos de lei enviados pelo Presidente da República à Câmara dos Deputados, podem ser alterados por meio de emendas parlamentares, desde que não acarretem aumento de despesa e haja pertinência temática.

#### GABARITO OFICIAL: E

#### JUSTIFICATIVA:

- Errado, porque: segundo o art. 49, V, da CRFB/1988, o Congresso Nacional TEM A COMPETÊNCIA EXCLUSIVA de sustar os atos normativos do Poder Executivo que exorbitem do poder regulamentar ou dos limites de delegação legislativa.
- Errado, porque: segundo o art. 66, § 4º, da CRFB/1988, decreta que o veto será apreciado em sessão conjunta, dentro de 30 dias a contar de seu recebimento, só podendo ser rejeitado pelo voto da maioria absoluta dos Deputados e Senadores.
- Errado, porque: segundo o art. 69 da CRFB/1988, as leis complementares serão aprovadas por maioria absoluta.
- Errado, porque: segundo o art. 64 da CRFB/1988, a discussão e a votação dos projetos de lei de iniciativa do Presidente da República, do Supremo Tribunal Federal e dos Tribunais Superiores terão início na Câmara dos Deputados.
- CERTO, porque: é o previsto nos arts. 63 e 166 da CRFB/1988.



#### Preste Atenção:

O Poder Legislativo Federal é o único bicameral, isto é, ele é formado por duas Casas: Senado Federal – Casa representativa dos estados e Câmara dos Deputados – e Casa representativa do povo.

- 33. (Delegado de Polícia Civil – PC/AC – IBADE – 2017)** A quem compete julgar os crimes de responsabilidade cometidos pelo Advogado-Geral da União?
- Câmara dos Deputados
  - Senado Federal
  - Tribunal Regional Federal
  - Superior Tribunal de Justiça
  - Supremo Tribunal Federal

#### GABARITO OFICIAL: B

#### JUSTIFICATIVA:

- Errado, porque: não tem correspondência legal.

- b) CERTO, porque: é o previsto no art. 52, II, da CRFB/1988.
- c) Errado, porque: não tem correspondência legal.
- d) Errado, porque: não tem correspondência legal.
- e) Errado, porque: não tem correspondência legal.

**Preste Atenção:**

Compete privativamente ao Senado Federal processar e julgar o Presidente e o Vice-Presidente da República nos crimes de responsabilidade, bem como os Ministros de Estado e os Comandantes da Marinha, do Exército e da Aeronáutica nos crimes da mesma natureza conexos com aqueles (art. 52, I, da CRFB/1988). Nos casos de julgamento das autoridades previstas nos incs. I e II, funcionará como Presidente o do **Supremo Tribunal Federal**, limitando-se à condenação, que somente será proferida por dois terços dos votos do Senado Federal, à perda do cargo, com inabilitação, por oito anos, para o exercício de função pública, sem prejuízo das demais sanções judiciais cabíveis (art. 52, par. único, da CRFB/1988).

34. (Delegado de Polícia Civil – PC/AC – IBADE – 2017) Sobre o Poder Judiciário, assinale a alternativa correta.
- a) Compete ao Superior Tribunal de Justiça processar e julgar originariamente nos crimes comuns os Ministros de Estado.
  - b) A vitaliciedade, nos Tribunais, será adquirida após dois anos de efetivo exercício da atividade.
  - c) O magistrado pode ser removido por interesse público, mediante decisão da maioria simples dos membros do tribunal ao qual ele está alocado.
  - d) O Conselho Nacional de Justiça não é órgão do Poder Judiciário, pois exerce controle externo sobre ele.
  - e) Os ministros do STF podem perder o cargo em condenação por crime de responsabilidade no Senado.

**GABARITO OFICIAL: E****JUSTIFICATIVA:**

- a) Errado, porque: segundo o art. 102, I, b, da CRFB/1988, caberá ao Supremo Tribunal Federal o julgamento nas infrações penais comuns e nos crimes de responsabilidade, os Ministros de Estado e os Comandantes da Marinha, do Exército e da Aeronáutica, ressalvado o disposto no art. 52, I, os membros dos Tribunais Superiores, os do Tribunal de Contas da União e os chefes de missão diplomática de caráter permanente.
- b) Errado, porque: os magistrados de 1º grau adquirem a vitaliciedade após dois anos de efetivo exercício (decorrente de concurso público), e aqueles que forem nomeados para os tribunais, por exemplo, pelo “quinto constitucional”, adquirem a vitaliciedade a partir da posse.
- c) Errado, porque: segundo o art. 93, VIII, da CRFB/1988, o ato de remoção, disponibilidade e aposentadoria do magistrado, por interesse público, fundar-se-á em decisão por voto da maioria absoluta do respectivo tribunal ou do Conselho Nacional de Justiça, assegurada ampla defesa.
- d) Errado, porque: segundo o art. 92, I-A, da CRFB/1988, o Conselho Nacional de Justiça é órgão do Poder Judiciário.
- e) CERTO, porque: é o previsto no art. 52, II, da CRFB/1988.

**Preste Atenção:**

Os Ministros de Estado serão julgados pelo STF ou pelo Senado Federal a depender de terem praticado crime de responsabilidade conexo ou não àquele praticado pelo Presidente ou Vice-Presidente da República. Se for conexo, será julgado pelo Senado Federal; se não estiver em conexão, o STF será o competente.

35. **(Delegado de Polícia Civil – PC/AC – IBADE – 2017)** Bartholomeu, dois meses antes de se eleger a deputado federal, cometeu crime de homicídio contra seu desafeto. O crime, no entanto, só foi descoberto após a diplomação. À luz das imunidades parlamentares, Bartholomeu:
- a) não terá imunidade formal em relação ao processo, mas haverá deslocamento de competência para o STF.
  - b) terá imunidade formal em relação ao processo sendo sustada a ação penal.
  - c) não terá imunidade formal em relação ao processo, sendo julgado pela justiça de primeiro grau.
  - d) terá imunidade formal em relação ao processo, mas não em relação à prisão.
  - e) terá imunidade formal em relação ao processo, considerando que o crime fora descoberto após a diplomação.

**GABARITO OFICIAL: A****JUSTIFICATIVA:**

- a) CERTO, porque: o processo não poderá ser sustado e também não é necessária a comunicação à Câmara dos Deputados, isto é, não se aplica o art. 53, § 3º, da CRFB/1988, tendo em vista o momento em que foi praticado o crime (depois da diplomação), contudo se aplica o art. 53, § 1º, da CRFB/1988.
- b) Errado, porque: não respeita o previsto no art. 53, §§ 2º e 3º, da CRFB/1988.
- c) Errado, porque: não respeita o previsto no art. 53, § 1º, da CRFB/1988.
- d) Errado, porque: não respeita o previsto no art. 53, §§ 2º e 3º, da CRFB/1988.
- e) Errado, porque: não respeita o previsto no art. 53, §§ 2º e 3º, da CRFB/1988.

**Preste Atenção:**

As inviolabilidades parlamentares são prerrogativas que asseguram o livre exercício de suas funções. São divididas em duas: inviolabilidade material (previstas nos arts. 53, *caput*; 27, § 1º, e 29, VIII, todos da CRFB/1988) e inviolabilidade formal (prevista no art. 53, §§ 2º e 3º).

36. **(Delegado de Polícia Civil – PC/AC – IBADE – 2017)** Acerca das disposições constitucionais sobre segurança pública, assinale a alternativa correta.
- a) O STF definiu o rol do art. 144, CRFB/1988 como exemplificativo, de modo que é permitida, aos Estados, a instituição de polícias penitenciárias ou outros modelos de policiamento desde que, em Constituição Estadual.
  - b) É proibida a instituição, pela União, de órgãos com propósito de coordenar as políticas de segurança e de integrá-las com outras ações do governo, de modo que se contesta a instituição da secretária nacional antidrogas.

- c) As leis sobre segurança nos três planos federativos de governo devem estar em conformidade com a CRFB/1988, assim como as respectivas estruturas administrativas e as próprias ações concretas das autoridades policiais.
- d) A polícia marítima é exercida pela Polícia Rodoviária Federal e tem atuação em portos prestando-se, ao controle da entrada e da saída de pessoas e bens do país.
- e) As polícias militares são forças auxiliares e reservas do exército, embora subordinadas aos governadores de Estado, e têm como atribuição constitucional, entre outras, a lavratura de termos circunstanciados e, nos crimes militares, a investigação policial.

**GABARITO OFICIAL: C****JUSTIFICATIVA:**

- a) Errado, porque: o rol do art. 144 da CRFB/1988 é taxativo. Não há outros órgãos de segurança pública que não os elencados no artigo.
- b) Errado, porque: não há impeditivo legal acerca da criação de tal instituição.
- c) CERTO, porque: tal assertiva encontra-se baseada em um julgamento do STF (MC-ADI nº 5356).
- d) Errado, porque: caberá à polícia federal exercer as funções de polícia marítima, aeroportuária e de fronteiras (art. 144, § 1º, III, da CRFB/1988).
- e) Errado, porque: a parte final da questão encontra-se errada. A lavratura de termos circunstanciados e a investigação não são atribuições previstas na CRFB/1988 para a polícia militar.

**Preste Atenção:**

Os municípios não possuem órgão de segurança pública sobre sua competência. Segundo o previsto no art. 144, § 8º, da CRFB/1988, tais entes federativos poderão constituir guardas municipais destinadas à proteção de seus bens, serviços e instalações, mas não serão considerados órgãos de segurança pública porque não constam expressamente no rol previsto no *caput* do art. 144 da CRFB/1988.

- 37. (Delegado de Polícia Civil – PC/AC – IBADE – 2017)** Epitácio, brasileiro naturalizado, cometera crime de tráfico ilícito de drogas, na Itália, antes de sua naturalização. Considerando que: 1) A Itália requereu sua extradição ao Brasil; 2) Epitácio casou-se com uma brasileira nata e deste relacionamento adveio um filho, assinale a alternativa correta.
- a) Configura o caso hipótese de deportação. Diferentemente da extradição e da expulsão, a deportação é a entrega por um Estado a outro, a requerimento deste, de pessoa que nele deva responder processo penal ou cumprir pena.
  - b) A CRFB/1988 veda expressamente a extradição de brasileiro naturalizado em caso de crime comum praticado antes da naturalização, ou de comprovado envolvimento em tráfico ilícito de drogas.
  - c) O STF, em reiteradas decisões, decidiu que a constituição de filho brasileiro impede a extradição, em observância ao princípio do melhor interesse do menor.
  - d) A hipótese narrada, no caso em tela, é de expulsão, tendo em vista que a CRFB/1988 não permite que brasileiro naturalizado tenha cometido crime, por se tornar nocivo à conveniência e aos interesses nacionais.
  - e) Epitácio poderá ser extraditado, tendo em vista que não impede à extradição a circunstância de ser o extraditado casado com brasileira ou ter filho brasileiro.

**GABARITO OFICIAL: E**

**JUSTIFICATIVA:**

- a) Errado, porque: a questão não apresenta um caso de deportação que está relacionado com a irregularidade na entrada ou estada de um estrangeiro em território nacional.
- b) Errado, porque: a CRFB/1988 permite a extradição do brasileiro naturalizado nos casos de crime comum praticado antes da naturalização, ou de comprovado envolvimento em tráfico ilícito de drogas.
- c) Errado, porque: segundo a Súm. nº 421 do STF: “Não impede a extradição a circunstância de ser o extraditando casado com brasileira ou ter filho brasileiro”.
- d) Errado, porque: a questão não diz respeito à expulsão, que tem suas características definidas pelo art. 54 da Lei da Imigração (Lei nº 13.445, de 24 de maio de 2017).
- e) CERTO, porque: está de acordo com a jurisprudência do STF.

**Preste Atenção:**

O Estatuto do Estrangeiro, Lei nº 6.815/1980, foi inteiramente revogado pela Lei da Imigração, Lei nº 13.445/2017.

- 38. (Delegado de Polícia Substituto – PC/GO – CESPE – 2017)** Considerando a jurisprudência do STF, assinale a opção correta com relação aos remédios do direito constitucional.
- a) É cabível *habeas corpus* contra decisão monocrática de ministro de tribunal.
  - b) Em *habeas corpus* é inadmissível a alegação do princípio da insignificância no caso de delito de lesão corporal cometido em âmbito de violência doméstica contra a mulher.
  - c) No mandado de segurança coletivo, o fato de haver o envolvimento de direito apenas de certa parte do quadro social afasta a legitimação da associação.
  - d) O prazo para impetração do mandado de segurança é de cento e vinte dias, a contar da data em que o interessado tiver conhecimento oficial do ato a ser impugnado, havendo decadência se o mandado tiver sido protocolado a tempo perante juízo incompetente.
  - e) O *habeas corpus* é o instrumento adequado para pleitear trancamento de processo de *impeachment*.

**GABARITO OFICIAL: B****JUSTIFICATIVA:**

- a) Errado, porque: segundo a Súm. nº 691 do STF: “Não compete ao Supremo Tribunal Federal conhecer de *habeas corpus* impetrado contra decisão do relator que, em *habeas corpus* requerido a tribunal superior, indefere a liminar”. O fundamento seria a supressão de instância. Atenção ao item “Preste Atenção”.
- b) CERTO, porque: é a posição atual da jurisprudência dominante.
- c) Errado, porque: segundo a Súm. nº 630 do STF: “A entidade de classe tem legitimação para o mandado de segurança ainda quando a pretensão veiculada interesse apenas a uma parte da respectiva categoria”.
- d) Errado, porque: é posição pacífica da jurisprudência do STF que o prazo decadencial para ajuizamento do mandado de segurança, mesmo que tenha ocorrido perante juízo absolutamente incompetente, há de ser aferido pela data em que foi originariamente protocolizado; portanto, se ocorrido dentro do prazo de 120 dias, não há que se decretar a decadência.
- e) Errado, porque: segundo o STF (HC-136067), é incabível a utilização de *habeas corpus* nesses casos. Segundo o voto do Ministro Celso de Mello, “o processo de *impeachment* não autoriza a

imposição, contra presidente da República, de sanção de índole penal, muito menos de medida que envolva privação de sua liberdade, pois a única sanção constitucionalmente aplicável ao chefe do Poder Executivo da União, no caso, consiste em sua destituição funcional, além da inabilitação por oito anos para o exercício de qualquer função pública, eletiva ou de nomeação (...). Como se sabe, a ação de habeas corpus destina-se, unicamente, a amparar a imediata liberdade de locomoção física das pessoas, revelando-se estranha à sua específica finalidade jurídico-constitucional qualquer pretensão que vise a desconstituir atos que não se mostrem ofensivos, ainda que potencialmente, ao direito de ir, de vir e de permanecer das pessoas”.

**Preste Atenção:**

A Súm. nº 691 do STF vem sendo abrandada nas seguintes hipóteses: a) seja presente a necessidade de concessão do provimento cautelar para evitar flagrante constrangimento ilegal; ou b) a negativa de decisão concessiva de medida liminar pelo tribunal superior importe na caracterização ou na manutenção de situação que seja manifestamente contrária à jurisprudência do STF.

- 39. (Delegado de Polícia Substituto – PC/GO – CESPE – 2017)** No modelo de funcionamento da justiça montado no Brasil, entendeu-se ser indispensável a existência de determinadas funções essenciais à justiça. Nesse sentido, a CF considera como funções essenciais à justiça
- o Poder Judiciário, o Ministério Público, a defensoria pública, a advocacia e as polícias civil e militar.
  - o Ministério Público, a defensoria pública, a advocacia pública, a advocacia e as polícias civil e militar.
  - o Poder Judiciário e o Ministério Público.
  - o Ministério Público, a defensoria pública, a advocacia pública e a advocacia.
  - o Poder Judiciário, o Ministério Público e a defensoria pública.

**GABARITO OFICIAL: D****JUSTIFICATIVA:**

- Errado, porque: não tem correspondência legal.
- Errado, porque: não tem correspondência legal.
- Errado, porque: não tem correspondência legal.
- CERTO, porque: é o previsto no Capítulo IV da CRFB/1988 (arts. 127 a 135).
- Errado, porque: não tem correspondência legal.

**Preste Atenção:**

As polícias civis e militares estão elencadas no art. 144 da CRFB/1988 como órgãos da segurança pública.

- 40. (Delegado de Polícia Substituto – PC/GO – CESPE – 2017)** Tendo em vista que a petição inicial de arguição de descumprimento de preceito fundamental (ADPF) dirigida ao STF deverá conter, entre outros requisitos, a indicação do ato questionado, assinale a opção correta acerca do cabimento dessa ação constitucional.
- Não cabe ADPF sobre atos normativos já revogados.

- b) Cabe ADPF sobre decisão judicial transitada em julgado.
- c) Se uma norma pré-constitucional já fosse inconstitucional no regime constitucional anterior e existisse um precedente do STF que reconhecesse essa inconstitucionalidade, caberia ADPF contra essa norma pré-constitucional.
- d) Não cabe ADPF sobre ato normativo municipal.
- e) Cabe ADPF sobre ato de efeitos concretos como decisões judiciais.

**GABARITO OFICIAL: E****JUSTIFICATIVA:**

- a) Errado, porque: revogação da lei ou ato normativo não impede o exame da matéria em sede de ADPF, porque o que se postula nessa ação é a declaração de ilegitimidade ou de não recepção da norma pela ordem constitucional superveniente (ADPF nº 33, de relatoria do Min. Gilmar Mendes, DJ de 27-10-2006).
- b) Errado, porque: na ADPF nº 105, tem-se que “em atendimento ao princípio da segurança jurídica, uma interpretação compreensiva deve assentar que não se pode ampliar o rol de objetos possíveis da ADPF, de modo a fazê-la alcançar decisões judiciais acobertadas pela preclusão consistente na coisa julgada”.
- c) Errado, porque: nesse caso, caberia Reclamação Constitucional pois já há, conforme expresso no texto em questão, precedente do STF.
- d) Errado, porque: segundo a Lei nº 9.882/1999, em seu art. 1º, par. único, I, caberá ADPF contra lei ou ato normativo federal, estadual ou municipal.
- e) CERTO, porque: é a jurisprudência dominante.

**Preste Atenção:**

Basicamente, o STF indica o critério de subsidiariedade para definir o âmbito de abrangência da ADPF:

O princípio da subsidiariedade da ADPF, que consiste na inexistência de outro meio eficaz para sanar a lesão, deve ser compreendido no contexto da ordem constitucional global, ou seja, como aquele apto a solver a controvérsia constitucional relevante de forma ampla, geral e imediata. Sendo assim, quando uma norma não puder ser levada à apreciação do Supremo Tribunal Federal por meio de ação direta de inconstitucionalidade ou ação declaratória de constitucionalidade, é cabível a ADPF.

**41. (Delegado de Polícia Substituto – PC/GO – CESPE – 2017)** A respeito dos estados-membros da Federação brasileira, assinale a opção correta.

- a) Denomina-se cisão o processo em que dois ou mais estados se unem geograficamente, formando um terceiro e novo estado, distinto dos estados anteriores, que perdem a personalidade originária.
- b) Para o STF, a consulta a ser feita em caso de desmembramento de estado-membro deve envolver a população de todo o estado-membro e não só a do território a ser desmembrado.
- c) A CF dá ao estado-membro competência para instituir regiões metropolitanas e microrregiões, mas não aglomerações urbanas: a competência de instituição destas é dos municípios.

- d) Conforme a CF, a incorporação, a subdivisão, o desmembramento ou a formação de novos estados dependerá de referendo. Assim, o referendo é condição prévia, essencial ou prejudicial à fase seguinte: a propositura de lei complementar.
- e) Segundo o STF, os mecanismos de freios e contrapesos previstos em constituição estadual não precisam guardar estreita similaridade com aqueles previstos na CF.

**GABARITO OFICIAL: B****JUSTIFICATIVA:**

- a) Errado, porque: denomina-se FUSÃO o processo em que dois ou mais estados se unem geograficamente, formando um terceiro e novo estado, distinto dos estados anteriores, que perdem a personalidade originária.
- b) CERTO, porque: é a definição empregada pelo STF para o termo “população diretamente interessada” expresso no art. 18, § 3º, da CRFB/1988.
- c) Errado, porque: segundo o art. 25, § 3º, da CRFB/1988, “os Estados poderão, mediante lei complementar, instituir regiões metropolitanas, aglomerações urbanas e microrregiões, constituídas por agrupamentos de municípios limítrofes, para integrar a organização, o planejamento e a execução de funções públicas de interesse comum”.
- d) Errado, porque: segundo o art. 18, § 3º, da CRFB/1988, os Estados podem incorporar-se entre si, subdividir-se ou desmembrar-se para se anexarem a outros, ou formarem novos Estados ou Territórios Federais, mediante aprovação da população diretamente interessada, por meio de plebiscito, e do Congresso Nacional, por lei complementar.
- e) Errado, porque: o STF entende que as constituições estaduais devem guardar simetria com a Constituição Federal. Além da jurisprudência pacífica, há previsão expressa de tal necessidade no art. 25 da CRFB/1988.

**Preste Atenção:**

As Leis Orgânicas dos municípios, apesar de serem reconhecidamente entes federativos de mesma hierarquia que os demais, não são consideradas “constituições municipais”.

42. (Delegado de Polícia Substituto – PC/GO – CESPE – 2017) Assinale a opção correta a respeito da organização dos poderes e do sistema de freios e contrapesos no direito constitucional pátrio.
- a) Adotada por diversos países, entre eles o Brasil, a ideia de tripartição dos poderes do Estado em segmentos distintos e autônomos entre si – Legislativo, Executivo e Judiciário – foi concebida por Aristóteles.
- b) A atividade legislativa e a de julgar o presidente da República nos crimes de responsabilidade são funções típicas do Poder Legislativo.
- c) Constitui exemplo de mecanismo de freios e contrapesos a possibilidade de rejeição, pelo Congresso Nacional, de medida provisória editada pelo presidente da República.
- d) As expressões poder, função e órgão são sinônimas.
- e) A CF adotou o princípio da indelegabilidade de atribuições de forma absoluta, inexistindo qualquer exceção a essa regra.

**GABARITO OFICIAL: C**

**JUSTIFICATIVA:**

- a) Errado, porque: apesar de Aristóteles ter identificado as três funções típicas do Estado, foi em Montesquieu que a teoria apontou a necessidade de que tais atribuições fossem exercidas por órgãos estatais distintos.
- b) Errado, porque: as funções típicas do Poder Legislativo são legislar e fiscalizar. O julgamento do Presidente da República está relacionado à teoria dos freios e contrapesos.
- c) CERTO, porque: o entendimento trazido na assertiva está de acordo com a doutrina dos freios e contrapesos.
- d) Errado, porque: poder, conforme previsão no art. 2º da CRFB/1988, advém da própria criação do Estado, e ele será uno e indivisível. As funções desse Poder estão divididas em Legislativa, Executiva e Judiciária. Para que tais funções possam ser concretizadas/efetivadas, são criados os órgãos.
- e) Errado, porque: existem exceções, inclusive expressas na própria CRFB/1988 –, por ex., art. 84, par. único, da CRFB/1988.

**Preste Atenção:**

A teoria dos freios e contrapesos, ou *checks and balances*, afirma que, apesar de os poderes do Estado contarem com a independência entre eles, para que haja harmonia no exercício de suas funções, faz-se necessário que um Poder exerça certo controle sobre o outro.

- 43. (Delegado de Polícia Substituto – PC/GO – CESPE – 2017)** A respeito da administração pública, assinale a opção correta de acordo com a CF.
- a) Desde a promulgação da CF, não houve, até o presente, inovação a respeito dos princípios constitucionais da administração pública por meio de emenda constitucional.
  - b) A previsão constitucional de que a investidura em cargo ou emprego público depende de aprovação prévia em concurso público decorre exclusivamente do princípio da razoabilidade administrativa.
  - c) Em oposição ao que diz o texto constitucional, o STF já se posicionou contrário à cobrança de contribuição previdenciária dos servidores públicos aposentados e pensionistas.
  - d) Caso um deputado estadual nomeie sua tia materna como assessora de seu gabinete, não haverá violação à súmula vinculante que trata do nepotismo, pois esta veda a nomeação de colaterais de até o segundo grau.
  - e) Segundo o STF, candidato aprovado em concurso público dentro do número de vagas previsto no edital e dentro do prazo de validade do certame terá direito subjetivo à nomeação.

**GABARITO OFICIAL: E****JUSTIFICATIVA:**

- a) Errado, porque: o princípio da eficiência foi inserido no art. 37 da CRFB/1988 somente em 1998, mediante a EC nº 19.
- b) Errado, porque: a exigência de concurso público está relacionada ao princípio da igualdade/isonomia.
- c) Errado, porque: atualmente há contribuição previdenciária para os aposentados e pensionistas. Há decisão do STF indicando a constitucionalidade da medida (ADIN nº 3105).
- d) Errado, porque: a Súm. Vinc. nº 13 é expressa em proibir a nomeação de parentes até o terceiro grau, inclusive.
- e) CERTO, porque: é o previsto na jurisprudência atual do STF.

**Preste Atenção:**

Os candidatos que forem aprovados fora do número de vagas do edital terão mera expectativa de direito à nomeação.

44. **(Delegado de Polícia Substituto – PC/GO – CESPE – 2017)** À luz da CF, assinale a opção correta a respeito do Ministério Público.
- Segundo a CF, são princípios institucionais aplicáveis ao Ministério Público: a unidade, a indivisibilidade, a independência funcional e a inamovibilidade.
  - Foi com a CF que a atividade do Ministério Público adquiriu o *status* de função essencial à justiça.
  - O STF, ao tratar das competências e prerrogativas do Ministério Público, estabeleceu o entendimento de que membro desse órgão pode presidir inquérito policial.
  - A CF descreve as carreiras abrangidas pelo Ministério Público e, entre elas, elenca a do Ministério Público Eleitoral.
  - A exigência constitucional de que o chefe do Ministério Público da União, procurador-geral da República, pertença à carreira significa que ele, para o exercício do cargo, pode pertencer tanto ao Ministério Público Federal quanto ao estadual.

**GABARITO OFICIAL: B****JUSTIFICATIVA:**

- Errado, porque: segundo o art. 127, § 1º, da CRFB/1988, são princípios institucionais do Ministério Público a unidade, a indivisibilidade e a independência funcional.
- CERTO, porque: está de acordo com a CRFB/1988.
- Errado, porque: o inquérito policial é atribuição da polícia civil e de presidência do delegado de polícia.
- Errado, porque: não encontra correspondência com o previsto no art. 128 da CRFB/1988.
- Errado, porque: segundo o art. 128, § 1º, “o Ministério Público da União tem por chefe o Procurador-Geral da República, nomeado pelo Presidente da República dentre integrantes da carreira, maiores de trinta e cinco anos, após a aprovação de seu nome pela maioria absoluta dos membros do Senado Federal, para mandato de dois anos, permitida a recondução”.

**Preste Atenção:**

Além do Ministério Público, as demais funções essenciais à Justiça são: a advocacia pública, a advocacia e a defensoria pública.

45. **(Delegado de Polícia Substituto – PJC/MT – CESPE – 2017)** Uma proposta de emenda constitucional tramita em uma das casas do Congresso Nacional, mas determinados atos do seu processo de tramitação estão incompatíveis com as disposições constitucionais que disciplinam o processo legislativo.
- Nessa situação hipotética, segundo o entendimento do STF, terá legitimidade para impetrar mandado de segurança a fim de coibir os referidos atos
- partido político.
  - governador de qualquer estado da Federação, desde que este seja afetado pela matéria da referida emenda.
  - o Conselho Federal da OAB.
  - o procurador-geral da República.
  - parlamentar federal.

**GABARITO OFICIAL: E****JUSTIFICATIVA:**

- a) Errado, porque: segundo a jurisprudência do STF, esse não é um legitimado.
- b) Errado, porque: segundo a jurisprudência do STF, esse não é um legitimado.
- c) Errado, porque: segundo a jurisprudência do STF, esse não é um legitimado.
- d) Errado, porque: segundo a jurisprudência do STF, esse não é um legitimado.
- e) CERTO, porque: o STF admite a legitimidade do parlamentar – e somente do parlamentar – para impetrar mandado de segurança com a finalidade de coibir atos praticados no processo de aprovação de lei ou emenda constitucional incompatíveis com disposições constitucionais que disciplinam o processo legislativo. Precedentes do STF: MS nº 20.257/DF, Min. Moreira Alves (*leading case*) (RTJ nº 99/1031); MS nº 20.452/DF, Min. Aldir Passarinho (RTJ nº 116/47); MS nº 21.642/DF, Min. Celso de Mello (RDA nº 191/200); MS nº 24.645/DF, Min. Celso de Mello, DJ de 15-9-2003; MS nº 24.593/DF, Min. Maurício Corrêa, DJ de 8-8-2003; MS nº 24.576/DF, Min. Ellen Gracie, DJ de 12-9-2003; MS nº 24.356/DF, Min. Carlos Velloso, DJ de 12-9-2003. [MS nº 24.667 AgR, rel. Min. Carlos Velloso, j. 4-12-2003, P, DJ de 23-4-2004.] = MS nº 32.033, rel. p/ o ac. Min. Teori Zavascki, j. 20-6-2013, P, DJe de 18-2-2014.

**Preste Atenção:**

Segundo o STF, o caso ventilado na questão abrange o controle de constitucionalidade preventivo. Tal espécie de controle acontece antes mesmo da promulgação de uma lei ou emenda. Será exercido pelo Poder Legislativo, por meio das Comissões de Constituição e Justiça – CCJs, pelo Poder Executivo, por meio do veto realizado pelo Presidente da República, e excepcionalmente pelo Poder Judiciário, provocado pelo parlamentar via mandado de segurança.

46. (Delegado de Polícia Substituto – PJC/MT – CESPE – 2017) Aprovada pela assembleia legislativa de um estado da Federação, determinada lei conferiu aos delegados de polícia desse estado a prerrogativa de ajustar com o juiz ou a autoridade competente a data, a hora e o local em que estes serão ouvidos como testemunha ou ofendido em processos e inquéritos.

Nessa situação hipotética, a lei é

- a) constitucional, pois, apesar de tratar de matéria de competência privativa da União, o estado legislou sobre procedimentos de âmbito estadual.
- b) constitucional, pois trata de matéria de competência comum da União, dos estados, do DF e dos municípios.
- c) constitucional, pois trata de matéria de competência concorrente da União, dos estados e do DF.
- d) inconstitucional, pois o estado legislou sobre direito processual, que é matéria de competência privativa da União.
- e) inconstitucional, pois o estado legislou sobre normas gerais de matéria de competência concorrente da União, dos estados e do DF.

**GABARITO OFICIAL: D****JUSTIFICATIVA:**

- a) Errado, porque: desrespeita o previsto no art. 22, I, da CRFB/1988.
- b) Errado, porque: desrespeita o previsto no art. 22, I, da CRFB/1988.
- c) Errado, porque: desrespeita o previsto no art. 22, I, da CRFB/1988.

- d) CERTO, porque: caberá à União, privativamente, legislar sobre direito civil, comercial, penal, processual, eleitoral, agrário, marítimo, aeronáutico, espacial e do trabalho (art. 22, I, da CRFB/1988).  
e) Errado, porque: desrespeita o previsto no art. 22, I, da CRFB/1988.



### Preste Atenção:

Acerca das competências legislativas, tem-se que será exclusiva porque distribuída a um único ente e terá a característica de ser indelegável (art. 21 da CRFB/1988 – União; art. 25, §§§ 1º, 2º e 3º da CRFB/1988 – Estados; art. 30, I, da CRFB/1988 – Municípios). A competência será privativa porque distribuída a um único ente, contudo pode ser delegável (art. 22 da CRFB/1988 – União). E, finalmente, a competência será comum porque caberá a todos os entes, mediante o princípio da preponderância do interesse (art. 23 da CRFB/1988).

47. **(Delegado de Polícia Substituto – PJC/MT – CESPE – 2017)** O boliviano Juan e a argentina Margarita são casados e residiram, por alguns anos, em território brasileiro. Durante esse período, nasceu, em território nacional, Pablo, o filho deles.
- Nessa situação hipotética, de acordo com a CF, Pablo será considerado brasileiro
- naturalizado, não podendo vir a ser ministro de Estado da Justiça.
  - nato e poderá vir a ser ministro de Estado da Defesa.
  - nato, mas não poderá vir a ser presidente do Senado Federal.
  - naturalizado, não podendo vir a ser presidente da Câmara dos Deputados.
  - naturalizado e poderá vir a ocupar cargo da carreira diplomática.

### GABARITO OFICIAL: B

#### JUSTIFICATIVA:

- Errado, porque: desrespeita o previsto no art. 12, II, da CRFB/1988.
- CERTO, porque: é o previsto no art. 12, I, a, c/c o art. 12, § 3º, VII, ambos da CRFB/1988.
- Errado, porque: desrespeita o previsto no art. 12, I e § 3º, III, da CRFB/1988.
- Errado, porque: desrespeita o previsto no art. 12, II, da CRFB/1988.
- Errado, porque: desrespeita o previsto no art. 12, II e § 3º, V, da CRFB/1988.



### Preste Atenção:

São brasileiros natos os nascidos no estrangeiro, de pai brasileiro ou de mãe brasileira, desde que venham a residir no Brasil e optem, em qualquer tempo, pela nacionalidade brasileira. A opção pode ser feita a qualquer tempo, desde que venha o filho de pai brasileiro ou de mãe brasileira, nascido no estrangeiro, a residir no Brasil. Essa opção somente pode ser manifestada depois de alcançada a maioridade. É que a opção, por decorrer da vontade, tem caráter personalíssimo. Exige-se, então, que o optante tenha capacidade plena para manifestar a sua vontade, capacidade que se adquire com a maioridade. Vindo o nascido no estrangeiro, de pai brasileiro ou de mãe brasileira, a residir no Brasil, ainda menor, passa a ser considerado brasileiro nato, sujeita essa nacionalidade à manifestação da vontade do interessado, mediante a opção, depois de atingida a maioridade. Atendida a maioridade, enquanto não manifestada a opção, esta passa a constituir-se em condição suspensiva da nacionalidade brasileira. [RE nº 418.096 – rel. Min. Carlos Velloso – j. 22-3-2005 – 2ª T. – DJ de 22-4-2005.]

48. (Delegado de Polícia Substituto – PJC/MT – CESPE – 2017) Com referência ao *habeas corpus* e ao mandado de segurança, julgue os itens seguintes, de acordo com o entendimento do STF.

I – Não caberá *habeas corpus* nem contra decisão que condene a multa nem em processo penal em curso no qual a pena pecuniária seja a única imposta ao infrator.

II – O *habeas corpus* é o remédio processual adequado para garantir a proteção do direito de visita a menor cuja guarda se encontre sob disputa judicial.

III – Nos casos em que a pena privativa de liberdade já estiver extinta, não será possível ajuizar ação de *habeas corpus*.

IV – O mandado de segurança impetrado por entidade de classe não terá legitimidade se a pretensão nele veiculada interessar a apenas parte dos membros da categoria profissional representada por essa entidade.

Estão certos apenas os itens

a) I e II.

b) I e III.

c) II e IV.

d) I, III e IV.

e) II, III e IV.

### GABARITO OFICIAL: B

#### JUSTIFICATIVA:

a) Errado, porque: a alternativa II encontra-se em desacordo com o HC nº 81681. Nele, o STF declarou que “esse não é o meio processual adequado para se discutir esse direito, que tem como foro apropriado o cível”.

b) CERTO, porque: as alternativas I e III estão de acordo com o entendimento do STF. A Súm. nº 693 STF decreta que não cabe *habeas corpus* contra decisão condenatória a pena de multa, ou relativo a processo em curso por infração penal a que a pena pecuniária seja a única cominada. Por sua vez, a Súm. nº 695 do STF afirma que não cabe *habeas corpus* quando já extinta a pena privativa de liberdade.

c) Errado, porque: “o mandado de segurança coletivo pode ser impetrado por partido político com representação no Congresso Nacional, na defesa de seus interesses legítimos relativos a seus integrantes ou à finalidade partidária, ou por organização sindical, entidade de classe ou associação legalmente constituída e em funcionamento há, pelo menos, 1 (um) ano, **em defesa de direitos líquidos e certos da totalidade, ou de parte, dos seus membros ou associados**, na forma dos seus estatutos e desde que pertinentes às suas finalidades, dispensada, para tanto, autorização especial” (Lei nº 12.016/2009, art. 21 – grifo nosso).

d) Errado, porque: vide comentários anteriores.

e) Errado, porque: vide comentários anteriores.



#### Preste Atenção:

O mandado de segurança é considerado remédio constitucional subsidiário, isso porque será cabível quando não puder ser impetrado *habeas corpus* ou *habeas data*.

49. (Delegado de Polícia Substituto – PJC/MT – CESPE – 2017) De acordo com o entendimento dos tribunais superiores, lei municipal que impedir a instalação de mais de um estabelecimento comercial do mesmo ramo em determinada área do município será considerada

a) inconstitucional, por ofender o princípio da livre concorrência.

b) inconstitucional, por ofender o princípio da busca do pleno emprego.

c) constitucional, por versar sobre assunto de interesse exclusivamente local.

d) constitucional, por não ofender o princípio da defesa do consumidor.

e) inconstitucional, por ofender o princípio da propriedade privada.

**GABARITO OFICIAL: A****JUSTIFICATIVA:**

- a) CERTO, porque: é o disposto na Súm. Vinc. nº 49: “Ofende o princípio da livre concorrência lei municipal que impede a instalação de estabelecimentos comerciais do mesmo ramo em determinada área”.
- b) Errado, porque: contraria o disposto na Súmula Vinculante supra disposta.
- c) Errado, porque: contraria o disposto na Súmula Vinculante supra disposta.
- d) Errado, porque: contraria o disposto na Súmula Vinculante supra disposta.
- e) Errado, porque: contraria o disposto na Súmula Vinculante supra disposta.

**Preste Atenção:**

A Súm. Vinc. nº 49 foi baseada, entre outros fundamentos, no art. 170, par. único. Tal artigo inaugura o Título VII, que trata da ordem econômica e financeira, que vem sendo cada vez mais cobrado nas provas de concurso público.

- 50. (Delegado de Polícia – PC/AP – FCC – 2017)** Lei municipal atribuiu à Guarda Municipal as funções de Polícia Judiciária e a apuração de infrações penais, com exceção das militares e daquelas sujeitas à competência da União. Contra a referida lei foi ajuizada ação direta de inconstitucionalidade perante o Tribunal de Justiça do Estado, que foi julgada procedente, por maioria absoluta dos membros do Tribunal, sob o fundamento de que a Constituição Federal atribui à polícia civil dos Estados as funções disciplinadas na lei municipal. Nessa situação, a lei municipal

I – não poderia ter sido declarada inconstitucional com fundamento em norma da Constituição Federal, uma vez que ao Tribunal de Justiça compete exercer o controle de constitucionalidade apenas em face da Constituição do Estado.

II – não poderia ter sido declarada inconstitucional, uma vez que não foi atingido o quórum de 2/3 dos membros do Tribunal, quórum esse também exigido para a aprovação de súmulas vinculantes pelo Supremo Tribunal Federal.

III – é incompatível com a Constituição Federal por violar competência atribuída à polícia civil do Estado.

Está correto o que se afirma em

- a) I, II e III.
- b) I e III, apenas.
- c) II e III, apenas.
- d) III, apenas.
- e) I, apenas.

**GABARITO OFICIAL: D****JUSTIFICATIVA:**

- a) Errado, porque: as assertivas I e II estão em desacordo com a jurisprudência atual. O Tribunal de Justiça pode declarar a inconstitucionalidade em face da Constituição Federal em sede de controle difuso ou por meio da ADPF. Além de que, recentemente o STF, no RE nº 650898-RS, entendeu que os Tribunais de Justiça podem exercer controle abstrato de constitucionalidade de leis municipais utilizando como parâmetro normas da Constituição Federal, desde que se trate de normas de reprodução obrigatória pelos estados (Plenário. Rel. originário Min. Marco Aurélio, Rel. para acórdão Min. Roberto Barroso, j. 1º-2-2017 [repercussão geral]).
- b) Errado, porque: a alternativa I está incorreta (vide comentários anteriores).

- c) Errado, porque: a alternativa II está incorreta porque, segundo o art. 97 da CRFB/1988, somente pelo voto da maioria absoluta de seus membros ou dos membros do respectivo órgão especial poderão os tribunais declarar a inconstitucionalidade de lei ou ato normativo do Poder Público. Tal quórum se denomina “reserva de plenário”.
- d) CERTO, porque: é o que dispõe o art. 144, § 4º, da CRFB/1988.
- e) Errado, porque: a alternativa I está incorreta (vide comentários anteriores).



### Preste Atenção:

Controle concentrado de constitucionalidade de lei municipal em face da Lei Orgânica do Município. Inexistência de previsão constitucional. 3. Recurso não conhecido. A Lei Orgânica do Município não possui a qualidade de norma constitucional. (STF – Recurso Extraordinário – RE nº 175.087/SP – rel. Min. Néri da Silveira – j. 19-3-2002 – Órgão Julgador: 2ª T. – DJ 17-5-2002 PP-00073). Tal julgado é a regra, cuja exceção é a apontada nos comentários da letra “a” (RE nº 650.898-RS). Cuidado!

- 51. (Delegado de Polícia – PC/AP – FCC – 2017)** A Constituição de determinado Estado, ao dispor sobre prerrogativas do Governador, dispõe que
- a Assembleia Legislativa é o órgão competente para processar e julgar o Governador pela prática de crimes de responsabilidade, que deverão ser definidos em lei estadual.
  - lei estadual disciplinará as normas de processo e julgamento do Governador por prática de crime de responsabilidade.
  - o Tribunal do Júri é competente para julgar o Governador nos crimes dolosos contra a vida.
- À luz da Constituição Federal e da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, a Constituição Estadual mencionada CONTRARIA a Constituição Federal ao atribuir
- I – à lei estadual a definição dos crimes de responsabilidade do Governador.
  - II – à lei estadual a definição das normas de processo e julgamento do Governador por prática de crime de responsabilidade.
  - III – ao Tribunal do Júri a competência para julgar o Governador pela prática de crimes dolosos contra a vida.
- Está correto o que se afirma em
- a) I, II e III.
  - b) III, apenas.
  - c) II e III, apenas.
  - d) I e II, apenas.
  - e) I e III, apenas.

### GABARITO OFICIAL: A

#### JUSTIFICATIVA:

- a) CERTO, porque: as três assertivas apontam impropriedades trazidas pela hipotética norma estadual. A lei estadual não pode disciplinar sobre crimes de responsabilidade (Súm. Vinc. nº 46). Além de que, o art. 22, I, da CRFB/1988 declara que é da competência da União legislar acerca de direito processual.
- b) Errado, porque: vide comentários anteriores.
- c) Errado, porque: vide comentários anteriores.

- d) Errado, porque: vide comentários anteriores.  
e) Errado, porque: vide comentários anteriores.

- 52. (Delegado de Polícia – PC/AP – FCC – 2017)** Prefeito e Vereador de determinado Município participaram de congresso nacional sobre reforma política realizado em Município vizinho, no qual manifestaram opiniões divergentes a respeito da conveniência da reeleição para o cargo de Prefeito, ocasião em que se ofenderam mutuamente em público. Se a conduta moralmente ofensiva praticada por eles caracterizar crime comum,
- a) poderá ser responsabilizado penalmente o Prefeito, cabendo ao Tribunal de Justiça processá-lo e julgá-lo, sendo que o Vereador não poderá ser responsabilizado penalmente, por gozar de imunidade parlamentar.
  - b) poderá ser responsabilizado penalmente o Prefeito, cabendo ao Tribunal de Justiça processá-lo e julgá-lo durante vigência do mandato, sendo que o Vereador também poderá ser responsabilizado penalmente, uma vez que vereadores, diferentemente de deputados federais, senadores e deputados estaduais, não gozam de imunidade.
  - c) poderá ser responsabilizado penalmente o Prefeito, cabendo ao Tribunal de Justiça processá-lo e julgá-lo durante vigência do mandato, sendo que o Vereador também poderá ser responsabilizado penalmente, uma vez que Vereadores não gozam de imunidade parlamentar fora da circunscrição do Município.
  - d) poderá ser responsabilizado penalmente o Prefeito apenas após o término do mandato, sendo competente para processá-lo e julgá-lo o órgão judiciário estadual previsto na Constituição do Estado, que não necessariamente deve ser o Tribunal de Justiça, podendo o Vereador também ser responsabilizado penalmente, uma vez que vereadores não gozam de imunidade parlamentar fora da circunscrição do Município.
  - e) poderão ser responsabilizados penalmente o Prefeito e o Vereador apenas após o término dos respectivos mandatos, sendo possível, todavia, a responsabilização política de ambos durante o exercício dos mandatos eletivos.

### GABARITO OFICIAL: C

#### JUSTIFICATIVA:

- a) Errado, porque: vereadores não gozam de imunidade material (palavras e votos) fora da circunscrição em que exercem a vereança (art. 29, VIII, da CRFB/1988).
- b) Errado, porque: vereadores gozam de imunidade parlamentar.
- c) CERTO, porque: está de acordo com a CRFB/1988 (art. 29, VIII) e a jurisprudência atual.
- d) Errado, porque: o Prefeito poderá ser processado no curso do mandato e o competente para tal será o Tribunal de Justiça do Estado (art. 29, X, da CRFB/1988).
- e) Errado, porque: não há previsão legal para tal situação.



#### Preste Atenção:

Os Estados-membros não podem reproduzir em suas próprias Constituições o conteúdo normativo dos preceitos inscritos no art. 86, § 3º e § 4º, da Carta Federal, pois as prerrogativas contempladas nesses preceitos da Lei Fundamental – por serem unicamente compatíveis com a condição institucional de chefe de Estado – são apenas extensíveis ao presidente da República. [ADI 978, rel. p/ o ac. Min. Celso de Mello, j. 19-10-1995, P, DJ de 24-11-1995.]

- 53. (Delegado de Polícia – PC/AP – FCC – 2017)** De acordo com o sistema brasileiro de controle de constitucionalidade de leis e atos normativos,

- a) lei federal que condiciona a criação de associações à prévia autorização da Administração pública, editada anteriormente à Constituição Federal, é com ela incompatível, podendo ser objeto de ação direta de inconstitucionalidade.
- b) tratado internacional proibindo a prisão civil por dívida, que for aprovado em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, por três quintos dos votos dos respectivos membros, não tem hierarquia equivalente às emendas constitucionais, ingressando no ordenamento jurídico como norma infraconstitucional, mas supralegal, podendo ser objeto de controle abstrato de constitucionalidade.
- c) lei federal que determine o uso de algemas em todos os réus presos que compareçam a audiências judiciais é inconstitucional, podendo ser objeto de reclamação constitucional por violar súmula vinculante editada pelo STF.
- d) o ajuizamento de ação direta de inconstitucionalidade em face de lei estadual, perante o Tribunal de Justiça do Estado, não impede que a mesma lei seja impugnada perante o Supremo Tribunal Federal, mediante a propositura de ação direta de inconstitucionalidade.
- e) acórdão do Tribunal de Justiça do Estado que julgue, por maioria simples de seus membros, improcedente ação direta de inconstitucionalidade contra ato normativo estadual, resulta na declaração de inconstitucionalidade da norma, com efeitos vinculantes e contra todos.

### GABARITO OFICIAL: D

#### JUSTIFICATIVA:

- a) Errado, porque: não caberá Ação Direta de Inconstitucionalidade contra lei anterior à CRFB/1988 (leis pré-constitucionais). Segundo o art. 1º da Lei nº 9.882/1999, caberá Ação de Descumprimento de Preceito Fundamental para tais normas.
- b) Errado, porque: tratados internacionais que versem sobre direitos humanos e que sejam votados e aprovados em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, por três quintos dos votos dos respectivos membros, terão hierarquia equivalente às emendas constitucionais (art. 5º, § 3º, da CRFB/1988).
- c) Errado, porque: súmula vinculante não vincula o Poder Legislativo dentro de sua função típica de legislar (art. 103-A da CRFB/1988).
- d) CERTO, porque: é o entendimento jurisprudencial atual.
- e) Errado, porque: se a ação direta de inconstitucionalidade for julgada improcedente, significa dizer que a norma contestada é constitucional e continuará seus efeitos normalmente. Lembrando que se presume constitucional toda norma promulgada.



#### Preste Atenção:

A instauração do processo de fiscalização normativa abstrata, perante o Supremo Tribunal Federal, em que se postule a invalidação de legislação editada por Estado-membro, questionada em face da Constituição da República (CF, art. 102, I, "a"), qualifica-se como causa de suspensão prejudicial do processo de controle concentrado de constitucionalidade, que, promovido perante o Tribunal de Justiça local (CF, art. 125, § 2º), tenha, por objeto de impugnação, os mesmos atos normativos emanados do Estado-membro, contestados, porém, em face da Constituição estadual, como sucede na espécie. (...) Isso significa, portanto, que, em ocorrendo hipótese caracterizadora de "simultaneous processus", impor-se-á a paralisação do processo de fiscalização concentrada em curso perante o Tribunal de Justiça local, até que esta Suprema Corte julgue a ação direta, que, ajuizada com apoio no art. 102, I, "a", da Constituição da República, tenha por objeto o mesmo diploma normativo local, embora contestado em face da Carta Federal. (ADI 3517 MC, rel. Min. Celso de Mello)

54. (Delegado de Polícia – PC/AP – FCC – 2017) De acordo com o regime constitucional de proteção dos direitos fundamentais,
- a) o direito à inviolabilidade de domicílio abrange a casa em que o indivíduo mantém residência, mas não impede que a autoridade policial ingresse em estabelecimento profissional de acesso privativo, contra a vontade de seu proprietário, sendo desnecessária ordem judicial nesse caso.
  - b) o sigilo bancário e o sigilo fiscal não podem ser afastados por ato de comissões parlamentares de inquérito, mas apenas por atos praticados por autoridades judiciais.
  - c) as comissões parlamentares de inquérito podem determinar a interceptação telefônica de conversas mantidas entre pessoas por elas investigadas, desde que seja demonstrada a existência concreta de causa provável que legitime a medida excepcional, justificando a necessidade de sua efetivação, sem prejuízo de ulterior controle jurisdicional.
  - d) é constitucional lei que autorize as autoridades e os agentes fiscais tributários examinar documentos, livros e registros de instituições financeiras, quando houver processo administrativo instaurado ou procedimento fiscal em curso, se tais exames forem considerados indispensáveis pela autoridade administrativa competente.
  - e) a omissão do dever de informar o preso, no momento oportuno, do direito de ficar calado, gera mera irregularidade, não se impondo a decretação de nulidade e a desconsideração das informações incriminatórias dele obtidas.

#### GABARITO OFICIAL: D

#### JUSTIFICATIVA:

- a) Errado, porque: segundo jurisprudência dominante, o conceito de casa e, portanto, sua inviolabilidade foi estendido para escritórios e consultórios (por exemplo: HC 82788 – STF).
- b) Errado, porque: as comissões parlamentares de inquéritos terão competência para decretar quebra tanto de sigilo fiscal quanto bancário, além do telefônico (por exemplo: MS 23.868 – STF).
- c) Errado, porque: segundo o STF, tem-se que:
  - o princípio constitucional da reserva de jurisdição – que incide sobre as hipóteses de busca domiciliar (CF, art. 5º, XI), de interceptação telefônica (CF, art. 5º, XII) e de decretação da prisão, ressalvada a situação de flagrância penal (CF, art. 5º, LXI) – não se estende ao tema da quebra de sigilo, pois, em tal matéria, e por efeito de expressa autorização dada pela própria CR (CF, art. 58, § 3º), assiste competência à CPI, para decretar, sempre em ato necessariamente motivado, a excepcional ruptura dessa esfera de privacidade das pessoas. (HC 100.341)
- d) CERTO, porque: é o entendimento fixado pelo STF no julgamento da RE 601.314/SP e das ADIs 2390; 2386; 2397 e 2859.
- e) Errado, porque:
  - Informação do direito ao silêncio (Const., art. 5º, LXIII): (...) o direito à informação oportuna da faculdade de permanecer calado visa a assegurar ao acusado a livre opção entre o silêncio – que faz recair sobre a acusação todo o ônus da prova do crime e de sua responsabilidade. Em princípio, ao invés de constituir desprezível irregularidade, a omissão do dever de informação ao preso dos seus direitos, no momento adequado, gera efetivamente a nulidade e impõe a desconsideração de todas as informações incriminatórias dele anteriormente obtidas, assim como das provas delas derivadas. (HC 78708, rel. Min. Sepúlveda Pertence, 1º T., j. 9-3-1999, DJ 16-4-1999 PP-00008 EMENT VOL-01946-05 PP-00874 RTJ VOL-00168-03 PP-00977).

**Preste Atenção:**

O “Aviso de Miranda” (“Miranda Rights”) está relacionado com o direito fundamental do acusado em permanecer em silêncio e não produzir prova contra si mesmo (*nemo tenetur se detegere*). Por volta dos anos 1960, nos EUA, o caso *Miranda versus Arizona* chegou ao fim com a absolvição do acusado, que havia sido condenado com base em uma confissão obtida sem que tivesse sido informado do direito a ser assistido por um advogado e permanecer em silêncio.

- 55. (Delegado de Polícia – PC/AP – FCC – 2017)** Ao disciplinar a Defesa do Estado e das Instituições Democráticas, a Constituição Federal prescreve que
- o estado de sítio e o estado de defesa podem ser decretados pelo Presidente da República, desde que previamente autorizados pelo Congresso Nacional, por maioria absoluta dos membros de cada Casa Legislativa.
  - o estado de sítio pode ser decretado para preservar ou prontamente restabelecer, em locais restritos e determinados, a ordem pública ou a paz social ameaçadas por grave e iminente instabilidade institucional ou atingidas por calamidades de grandes proporções na natureza.
  - o decreto que instituir o estado de defesa deve, dentre outros requisitos, especificar as medidas coercitivas que vigorarão no período de sua vigência, dentre as quais são admissíveis restrições aos direitos de sigilo de correspondência, de sigilo de comunicação telegráfica e telefônica e de reunião.
  - o estado de sítio é uma limitação circunstancial ao poder constituinte reformador, uma vez que a Constituição Federal não pode ser emendada durante sua vigência, ao contrário do estado de defesa, que não impede a aprovação de emendas constitucionais no período.
  - o decreto que instituir o estado de sítio deve indicar as garantias constitucionais que ficarão suspensas no período de sua vigência, sendo vedado, contudo, o estabelecimento de restrições relativas à liberdade de imprensa, radiodifusão e televisão.

**GABARITO OFICIAL: C****JUSTIFICATIVA:**

- Errado, porque: o Congresso Nacional somente autoriza o decreto do estado de sítio (art. 137 da CRFB/1988).
- Errado, porque: o Presidente da República pode, ouvidos o Conselho da República e o Conselho de Defesa Nacional, decretar estado de defesa para preservar ou prontamente restabelecer, em locais restritos e determinados, a ordem pública ou a paz social ameaçadas por grave e iminente instabilidade institucional ou atingidas por calamidades de grandes proporções na natureza (art. 136 da CRFB/1988).
- CERTO, porque: é o previsto no art. 136, § 1º, da CRFB/1988.
- Errado, porque: segundo o art. 60, § 1º, da CRFB/1988, a Constituição não poderá ser emendada na vigência de intervenção federal, de estado de defesa ou de estado de sítio.
- Errado, porque: segundo o art. 139, III, da CRFB/1988, poderá existir restrição à liberdade de imprensa, radiodifusão e televisão.

**Preste Atenção:**

Em caso de guerra declarada ou agressão estrangeira armada, não é necessário decretar primeiro o estado de defesa; é possível a adoção direta do estado de sítio, que dos dois é o mais grave.

56. (Delegado de Polícia – PC/AP – FCC – 2017) O Presidente da República encaminhou à Câmara dos Deputados projeto de lei fixando o quadro de cargos da Polícia Federal e a respectiva remuneração. A proposta, todavia, foi aprovada com emenda parlamentar que aumentou o número de cargos previsto inicialmente. Descontente com a redação final do projeto, o Presidente da República deixou de sancioná-lo, restituindo-o ao Poder Legislativo. Considerando as disposições da Constituição Federal,

I – a emenda parlamentar foi validamente proposta e aprovada, uma vez que versou sobre a mesma matéria do projeto de lei encaminhado pelo Presidente, titular de iniciativa privativa de leis que criem cargos públicos de policiais federais e que disponham sobre sua remuneração.

II – ao deixar de ser expressamente sancionado pelo Presidente da República, o projeto de lei será tacitamente sancionado decorridos 15 dias úteis.

III – havendo sanção tácita, descabe o ato de promulgação da lei pelo Chefe do Poder Executivo, devendo a lei ser promulgada pelo Presidente do Senado em 48 horas, sendo que se este não o fizer em igual prazo, caberá ao Vice-Presidente do Senado fazê-lo.

Está correto o que se afirma em

- a) I, II e III.
- b) II, apenas.
- c) I e III, apenas.
- d) I, apenas.
- e) II e III, apenas.

#### GABARITO OFICIAL: B

#### JUSTIFICATIVA:

- a) Errado, porque: as alternativas I e III estão erradas. Segundo o STF, tem-se que há inconstitucionalidade formal quando o Poder Legislativo aprova emenda parlamentar a projeto de iniciativa exclusiva do chefe do Executivo que resulta em aumento de despesa afronta os arts. 63, I, c/c o 61, § 1º, II, c, da CF. [ADI nº 2.791, rel. Min. Gilmar Mendes, j. 16-8-2006, DJ de 24-11-2006.] = ADI nº 4.009, rel. Min. Eros Grau, j. 4-2-2009, DJe de 29-5-2009. Sobre a alternativa III, tem-se que, decorrido o prazo de 15 dias, o silêncio do Presidente da República importará sanção da lei. Se essa não for promulgada dentro de 48 horas pelo Presidente da República, o Presidente do Senado a promulgará, e, se este não o fizer em igual prazo, caberá ao Vice-Presidente do Senado fazê-lo (art. 66, §§ 3º e 7º, da CRFB/1988).
- b) CERTO, porque: a alternativa II é a única correta com base no art. 66, § 3º, da CRFB/1988.
- c) Errado, porque: vide comentários anteriores.
- d) Errado, porque: vide comentários anteriores.
- e) Errado, porque: vide comentários anteriores.



#### Preste Atenção:

Os projetos de lei que possuem iniciativa privativa do Chefe do Poder Executivo estão arrolados no art. 61, § 1º, da CRFB/1988.

57. (Agente de Polícia – PC/AP – FCC – 2017) A Constituição Federal de 1988, ao tratar dos direitos e deveres individuais e coletivos,

- a) assegura-os aos brasileiros residentes no País, mas não aos estrangeiros em trânsito pelo território nacional, cujos direitos são regidos pelas normas de direito internacional.

- b) prescreve que a natureza do delito praticado não pode ser critério para determinar o estabelecimento em que a pena correspondente será cumprida pelo réu.
- c) atribui ao júri a competência para o julgamento dos crimes dolosos contra a vida, assegurando a plenitude de defesa, a publicidade das votações e a soberania dos veredictos.
- d) excepciona o princípio da irretroatividade da lei penal ao permitir que a lei seja aplicada aos crimes cometidos anteriormente a sua entrada em vigência, quando for mais benéfica ao réu, regra essa que incide, inclusive, quando se tratar de crime hediondo.
- e) determina que a prática de crime hediondo constitui crime inafiançável e imprescritível.

### GABARITO OFICIAL: D

#### JUSTIFICATIVA:

- a) Errado, porque: segundo o *caput* do art. 5º da CRFB/1988 e a jurisprudência pacífica do STF, são assegurados a todos os brasileiros e aos estrangeiros em trânsito no território nacional os direitos previstos na Constituição.
- b) Errado, porque: desrespeita o art. 5º, XLVIII, da CRFB/1988 – “a pena será cumprida em estabelecimentos distintos, de acordo com a natureza do delito, a idade e o sexo do apenado”.
- c) Errado, porque: desrespeita o art. 5º, XXXVIII, da CRFB/1988 – que atribui ao júri a competência para o julgamento dos crimes dolosos contra a vida, assegurando a plenitude de defesa, o sigilo das votações e a soberania dos veredictos.
- d) CERTO, porque: é o princípio da retroatividade da lei penal mais benéfica ao acusado (art. 5º, XL, da CRFB/1988).
- e) Errado, porque: desrespeita o art. 5º, XLIII, da CRFB/1988 – a lei considerará crimes inafiançáveis e insuscetíveis de graça ou anistia a prática da tortura, o tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, o terrorismo e os definidos como crimes hediondos, por eles respondendo os mandantes, os executores e os que, podendo evitá-los, se omitirem.



#### Preste Atenção:

Os crimes hediondos são aqueles listados na Lei nº 8.072/1990. O Brasil adota o critério legal, e não a gravidade da conduta para definição desses crimes.

- 58. (Agente de Polícia – PC/AP – FCC – 2017)** A Constituição Federal, ao tratar das competências legislativas dos entes federativos, atribui aos Estados a competência para
- a) suplementar as normas gerais da União sobre procedimentos em matéria processual, cabendo-lhes, na hipótese de não haver normas gerais da União, exercer a competência legislativa plena para atender a suas peculiaridades.
  - b) editar normas específicas sobre direito processual, independentemente de delegação da União, desde que não contrariem as normas gerais editadas pela União nessa matéria.
  - c) legislar, privativamente, em matéria de organização, efetivos, material bélico, garantias, convocação e mobilização das polícias militares e corpos de bombeiros militares.
  - d) editar normas específicas sobre emigração e imigração no território do Estado, independentemente de delegação da União, desde que não contrariem a legislação federal nessa matéria.
  - e) legislar sobre desapropriação, na hipótese não haver lei federal disposta sobre a matéria, sendo que a superveniência da lei federal suspende a eficácia da lei estadual naquilo que lhe for contrário.

### GABARITO OFICIAL: A

**JUSTIFICATIVA:**

- a) CERTO, porque: é o previsto no art. 24, XI e § 3º, da CRFB/1988.
- b) Errado, porque: normas sobre direito processual são privativas da União, e só podem ser editadas pelos Estados mediante autorização por lei complementar (art. 22, par. único, da CRFB/1988).
- c) Errado, porque: tais matérias são privativas da União, conforme o art. 21, XXI, da CRFB/1988.
- d) Errado, porque: tal matéria é privativa da União, conforme o art. 21, XV, da CRFB/1988, e só pode ser editada pelos Estados mediante autorização por lei complementar (art. 22, par. único, da CRFB/1988).
- e) Errado, porque: tal matéria é privativa da União, conforme o art. 22, II, da CRFB/1988, e só pode ser editada pelos Estados mediante autorização por lei complementar (art. 22, parágrafo único, da CRFB/1988).

**Preste Atenção:**

Divisão de tarefas entre os Entes Federativos: competência legislativa (editar leis) e administrativa ou material (prática de atos administrativos); competência enumerada (União e Municípios) e remanescente (Estados). Competência horizontal (exclui os demais entes) e vertical (atribuída a mais um ente/graduada).

**59. (Agente de Polícia – PC/AP – FCC – 2017)** Considere as seguintes atividades:

- I – Policiamento ostensivo e preservação da ordem pública.
- II – Apuração de crime de furto de equipamentos de propriedade da União.
- III – Proteção de esculturas instaladas em parques municipais.
- IV – Prevenção à prática de crimes de contrabando e descaminho.

De acordo com a Constituição Federal, essas atividades são atribuições das

- a) I – polícia militar; II – polícia federal; III – polícia militar; IV – polícia civil.
- b) I – guarda municipal; II – polícia federal; III – guarda municipal; IV – polícia militar.
- c) I – polícia federal; II – polícia civil; III – polícia militar; IV – polícia militar.
- d) I – polícia militar; II – polícia federal; III – guarda municipal; IV – polícia federal.
- e) I – polícia militar; II – polícia federal; III – polícia civil; IV – polícia federal.

**GABARITO OFICIAL: D****JUSTIFICATIVA:**

- a) Errado, porque: desrespeita o previsto no art. 144 da CRFB/1988.
- b) Errado, porque: desrespeita o previsto no art. 144 da CRFB/1988.
- c) Errado, porque: desrespeita o previsto no art. 144 da CRFB/1988.
- d) CERTO, porque: o art. 144 da CRFB/1988 elenca os órgãos de segurança pública, além de definir suas atribuições, e indica a possibilidade de os municípios criarem suas guardas municipais.
- e) Errado, porque: desrespeita o previsto no art. 144 da CRFB/1988.

**Preste Atenção:**

Sobre prevenir e reprimir o tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, além do contrabando e do descaminho, a polícia federal não possui competência exclusiva, tendo em vista que outros órgãos, tal como a fazenda pública, podem praticar atos relacionados as suas competências.

- 60. (Oficial de Polícia Civil – PC/AP – FCC – 2017)** No curso de processo licitatório, servidor público, brasileiro nato, favoreceu, em troca de recebimento de vantagem pecuniária ilícita, determinada empresa licitante que veio a vencer o certame. A empresa indevidamente favorecida foi contratada pela Administração, o que prejudicou financeiramente o erário. Nessa situação, caso o ato do servidor público caracterize improbidade administrativa, crime, e ainda tenha causado danos financeiros ao erário, o servidor público poderá, de acordo com a Constituição Federal,
- a) perder o cargo público e seus direitos políticos, ser condenado a reparar o dano causado ao erário, mas não poderá sofrer condenação penal por prática de crime, caso contrário seria punido duplamente pelo mesmo ato.
  - b) perder o cargo público, ter seus direitos políticos suspensos, ser condenado a reparar o dano causado ao erário, sem prejuízo de cumprir condenação penal por prática de crime.
  - c) perder o cargo público, ser condenado a reparar o dano causado ao erário, ter de cumprir condenação penal por prática de crime, mas não poderá ter seus direitos políticos suspensos por ausência de previsão constitucional nesse sentido.
  - d) perder o cargo público, ter suspensa a nacionalidade brasileira, ser condenado a reparar o dano causado ao erário, sem prejuízo de cumprir condenação penal por prática de crime.
  - e) ser suspenso do exercício do cargo público e do exercício de seus direitos políticos enquanto durarem os efeitos da sentença penal condenatória, sem prejuízo de ser condenado a reparar o dano causado ao erário, mas não poderá perder o cargo público.

**GABARITO OFICIAL: B****JUSTIFICATIVA:**

- a) Errado, porque: não é o caso de dupla condenação quando as esferas de proteção legal são diversas, isto é, o indivíduo poderá ser condenado pela prática de um mesmo ato na esfera penal, na esfera cível, na esfera administrativa etc.
- b) CERTO, porque: é o previsto no art. 37, § 4º, da CRFB/1988: “Os atos de improbidade administrativa importarão a suspensão dos direitos políticos, a perda da função pública, a indisponibilidade dos bens e o ressarcimento ao erário, na forma e gradação previstas em lei, sem prejuízo da ação penal cabível”.
- c) Errado, porque: desrespeita o art. 37, § 4º, da CRFB/1988.
- d) Errado, porque: desrespeita o art. 37, § 4º, da CRFB/1988.
- e) Errado, porque: desrespeita o art. 37, § 4º, da CRFB/1988.

**Preste Atenção:**

Sobre as esferas de condenação, o STF assim se pronunciou:

Mandado de segurança. – São independentes as instâncias penal e administrativa, só repercutindo aquela nesta quando ela se manifesta pela inexistência material do fato ou pela negativa de sua autoria. Precedentes do S.T.F. (MS 22.438, rel. Min. Moreira Alves) O Plenário do Supremo Tribunal Federal tem reiterado a independência das instâncias penal e administrativa afirmando que aquela só repercute nesta quando conclui pela inexistência do fato ou pela negativa de sua autoria. (MMSS 21.708, rel. Min. Maurício Corrêa, *DJ* 18-5-2001, 22.438, rel. Min. Moreira Alves, *DJ* 6-2-1998, 22.477, rel. Min. Carlos Velloso, *DJ* 14-11-1997, 21.293, rel. Min. Octavio Gallotti, *DJ* 28-11-1997).

- 61. (Oficial de Polícia Civil – PC/AP – FCC – 2017)** O Senado Federal instaurou comissão parlamentar de inquérito para apurar a ocorrência de crime de sonegação fiscal de tributo federal praticado por empresas de determinado ramo econômico. Ao final do procedimento, concluiu que estavam presentes indícios de autoria e de materialidade de crimes de corrupção, motivo pelo qual decidiu encaminhar o assunto ao Ministério Público, que ajuizou ação penal contra os supostos autores do crime. À luz da Constituição Federal,
- I – a comissão não poderia ter sido instaurada no âmbito do Senado Federal, uma vez que apenas a Câmara dos Deputados tem competência para a investigação que foi realizada.
- II – embora a comissão tenha sido instaurada para apurar a ocorrência de crime de sonegação, as conclusões da comissão podem apontar indícios de autoria e de materialidade de crime de corrupção.
- III – o Ministério Público não poderia ajuizar ação penal com fundamento nas provas colhidas pela comissão, uma vez que a Constituição Federal condiciona o ajuizamento de ação penal pelo Ministério Público à conclusão de inquérito penal conduzido pela polícia competente.
- Está correto o que se afirma APENAS em
- a) I e II. d) II e III.  
b) I e III. e) I.  
c) II.

**GABARITO OFICIAL: C****JUSTIFICATIVA:**

- a) Errado, porque: a alternativa I está errada. É possível que as CPLs sejam criadas pelo Senado Federal e pela Câmara dos Deputados, em conjunto ou em separado (art. 58, § 3º, da CRFB/1988).
- b) Errado, porque: as alternativas I e III estão incorretas. Sobre a alternativa III, tem-se que a ação penal não precisa ser instaurada somente após o inquérito penal. São peças independentes.
- c) CERTO, porque: as CPLs podem, ao final, indicar a presença de ilícitos, mas não está em sua competência a possibilidade de condenação.
- d) Errado, porque: vide comentários anteriores.
- e) Errado, porque: vide comentários anteriores.

**Preste Atenção:**

Para ilustrar os comentários da questão, segue o art. 58, § 3º, da CRFB/1988:

As comissões parlamentares de inquérito, que terão poderes de investigação próprios das autoridades judiciais, além de outros previstos nos regimentos das respectivas Casas, serão criadas pela Câmara dos Deputados e pelo Senado Federal, em conjunto ou separadamente, mediante requerimento de um terço de seus membros, para a apuração de fato determinado e por prazo certo, sendo suas conclusões, se for o caso, encaminhadas ao Ministério Público, para que promova a responsabilidade civil ou criminal dos infratores.

- 62. (Oficial de Polícia Civil – PC/AP – FCC – 2017)** A Constituição Federal atribui o exercício da atividade de controle externo ao
- a) Conselho Nacional de Justiça, órgão que não integra o Poder Judiciário, cabendo-lhe controlar a atuação administrativa e financeira do Poder Judiciário e o cumprimento dos deveres funcionais dos juízes.

- b) Conselho Nacional do Ministério Público, cabendo-lhe rever, de ofício ou mediante provocação, todos os processos disciplinares de membros do Ministério Público da União ou dos Estados julgados há mais de um ano.
- c) Senado Federal, a quem compete a fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial da União e das entidades da Administração direta e indireta, quanto à legalidade, legitimidade, economicidade, aplicação das subvenções e renúncia de receitas, com auxílio do Tribunal de Contas da União.
- d) Ministério Público, a quem compete o controle da atividade policial, na forma da lei complementar.
- e) Órgão correccional de cada um dos Poderes, cabendo-lhe examinar a adequação dos atos administrativos aos princípios da legalidade, moralidade, eficiência, impessoalidade e igualdade.

### GABARITO OFICIAL: D

#### JUSTIFICATIVA:

- a) Errado, porque: o CNJ é órgão do judiciário e está arrolado no art. 92, I-A, da CRFB/1988.
- b) Errado, porque: o CNMP, segundo o art. 130-A, § 2º, da CRFB/1988, tem a atribuição de controlar a atuação administrativa e financeira do Ministério Público e cumprimento dos deveres funcionais de seus membros. O art. 130-A, § 2º, IV, da CRFB/1988, por sua vez, decreta que o CNMP pode rever, de ofício ou mediante provocação, os processos disciplinares de membros do Ministério Público da União ou dos Estados julgados há MENOS DE 1 (um) ano.
- c) Errado, porque: segundo o art. 70 da CRFB/1988, será exercida, pelo Congresso Nacional, a fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial da União e das entidades da administração direta e indireta, quanto à legalidade, à legitimidade, à economicidade, à aplicação das subvenções e à renúncia de receitas. O Tribunal de Contas da União auxiliará o Congresso Nacional.
- d) CERTO, porque: é o previsto no art. 129, VII, da CRFB/1988.
- e) Errado, porque: trata-se de controle interno.



#### Preste Atenção:

Os tribunais de contas (União, Estados e Municípios de São Paulo e Rio de Janeiro) são órgãos auxiliares do Poder Legislativo correspondente. Não fazem parte do Poder Judiciário.

- 63. (Oficial de Polícia Civil – PC/AP – FCC – 2017)** Vereador de Município praticou os seguintes atos:

I – Cometeu crime doloso contra a vida de Prefeito de Município vizinho, executado na sede da respectiva Prefeitura.

II – Ofendeu moralmente membro do Congresso Nacional ao prestar testemunho perante comissão parlamentar de inquérito instaurada em âmbito federal e sediada no Distrito Federal.

III – Manifestou-se, em discurso realizado no plenário da Câmara dos Vereadores da qual é membro, contrariamente à união civil de pessoas do mesmo sexo, ao defender projeto de lei por ele apresentado.

Considerando a disciplina da Constituição Federal sobre imunidades parlamentares, o vereador NÃO poderá ser responsabilizado civil, penal e administrativamente pela prática, APENAS, do ato

- a) II.
- b) III.

- c) I, enquanto durar seu mandato e, em qualquer tempo, pela conduta III.
- d) I, enquanto durar seu mandato e, em qualquer tempo, pela conduta II.
- e) II e III, enquanto durar seu mandato.

**GABARITO OFICIAL: B****JUSTIFICATIVA:**

- a) Errado, porque: na alternativa II, o vereador estava fora da circunscrição do seu Município (art. 29, VIII, da CRFB/1988) e, portanto, não está protegido pela inviolabilidade.
- b) CERTO, porque: obedece ao disposto no art. 29, VIII, da CRFB/1988.
- c) Errado, porque: na alternativa I, o crime praticado está fora do exercício de suas funções e, portanto, está afastada a proteção constitucional.
- d) Errado, porque: vide comentários anteriores.
- e) Errado, porque: vide comentários anteriores.

**Preste Atenção:**

Para o STF, no julgamento RE/600063, ainda que a reação do vereador tenha sido imprópria tanto no tom quanto no vocabulário, ela ocorreu no exercício do mandato como reação jurídico-política a uma questão municipal – a representação apresentada contra o prefeito, o que a enquadraria na garantia prevista no art. 29 da Constituição, e que eventuais abusos cometidos podem ser objeto de outro tipo de sanção no âmbito da própria casa legislativa, que pode submeter seus membros a diversos graus de punições, culminando com a cassação por falta de decoro.

- 64. (Perito Médico Legista – IGP/RS – FUNDATEC – 2017)** Sobre a organização do Estado, prevista na Constituição da República Federativa do Brasil, assinale a alternativa correta.
- a) As terras devolutas indispensáveis à defesa das fronteiras, das fortificações e construções militares, das vias federais de comunicação e à preservação ambiental, definidas em lei, são bens pertencentes aos Estados-Membros.
  - b) Os potenciais de energia hidráulica são bens pertencentes aos Municípios.
  - c) Compete privativamente aos Estados-Membros legislar sobre trânsito e transporte.
  - d) Compete privativamente à União proteger os documentos, as obras e outros bens de valor histórico, artístico e cultural, os monumentos, as paisagens naturais notáveis e os sítios arqueológicos.
  - e) A competência da União para legislar sobre normas gerais não exclui a competência suplementar dos Estados.

**GABARITO OFICIAL: E****JUSTIFICATIVA:**

- a) Errado, porque: pertencem à União (art. 20, II, da CRFB/1988).
- b) Errado, porque: pertencem à União (art. 20, VIII, da CRFB/1988).
- c) Errado, porque: compete privativamente à União legislar sobre trânsito e transporte (art. 22, XI, da CRFB/1988).
- d) Errado, porque: a competência, nesse caso, é comum a todos os entes federativos (art. 23, III, da CRFB/1988).
- e) CERTO, porque: é o disposto no art. 24, § 2º, da CRFB/1988.

**Preste Atenção:**

Sobre a competência legislativa dos entes federativos, uma dica é definir que assuntos de interesse local foram entregues aos municípios. Sobre a competência material para os estados, ficou definido que aquilo que não cabe aos municípios e à União será de competência desses entes federativos (competência residual).

**65. (Técnico em perícia – IGP/RS – FUNDATEC – 2017)** Acerca da fiscalização contábil, financeira e orçamentária prevista na Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, assinale a alternativa correta.

- a) Compete ao Tribunal de Contas da União julgar as contas prestadas anualmente pelo Presidente da República, mediante parecer prévio que deverá ser elaborado em sessenta dias a contar de seu recebimento.
- b) A fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial da União e das entidades da administração direta e indireta, quanto à legalidade, legitimidade, economicidade, aplicação das subvenções e renúncia de receitas, será exercida pelo Tribunal de Contas da União.
- c) O Tribunal de Contas da União tem sede no Distrito Federal, é integrado por 11 ministros e tem jurisdição em todo território nacional.
- d) Os Ministros do Tribunal de Contas da União terão as mesmas garantias, prerrogativas, impedimentos, vencimentos e vantagens dos Ministros do Supremo Tribunal Federal.
- e) Os Ministros do Tribunal de Contas da União serão escolhidos em um terço pelo Presidente da República e dois terços pelo Congresso Nacional.

**GABARITO OFICIAL: E****JUSTIFICATIVA:**

- a) Errado, porque: caberá ao Tribunal de Contas apreciar as contas prestadas anualmente pelo Presidente da República, mediante parecer prévio que deverá ser elaborado em 60 dias a contar de seu recebimento (art. 71, I, da CRFB/1988).
- b) Errado, porque: a fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial da União e das entidades da administração direta e indireta, quanto à legalidade, à legitimidade, à economicidade, à aplicação das subvenções e à renúncia de receitas, será exercida pelo Congresso Nacional, mediante controle externo, e pelo sistema de controle interno de cada Poder (art. 70 da CRFB/1988).
- c) Errado, porque: o Tribunal de Contas da União, integrado por nove Ministros, tem sede no Distrito Federal, quadro próprio de pessoal e jurisdição em todo o território nacional (art. 73 da CRFB/1988).
- d) Errado, porque: os Ministros do Tribunal de Contas da União terão as mesmas garantias, prerrogativas, impedimentos, vencimentos e vantagens dos Ministros do Superior Tribunal de Justiça (art. 73, § 3º, da CRFB/1988).
- e) CERTO, porque: é o disposto no art. 73, § 2º, da CRFB/1988.

**Preste Atenção:**

Qualquer cidadão, partido político, associação ou sindicato é parte legítima para, na forma da lei, denunciar irregularidades ou ilegalidades perante o Tribunal de Contas da União.

66. **(Perito Criminal – PC/AC – FUNCAB – 2015)** Com base no texto constitucional vigente, qual dos seguintes cargos poderá ser exercido por um brasileiro naturalizado?
- a) Presidente da Câmara dos Deputados.
  - b) Vice-Presidente da República.
  - c) Oficial das Forças Armadas.
  - d) Ministro da Justiça.
  - e) Ministro do Supremo Tribunal Federal.

**GABARITO OFICIAL: D****JUSTIFICATIVA:**

- a) Errado, porque: segundo o art. 12, § 3º, da CF/1988, esse cargo deve ser preenchido somente por brasileiro nato.
- b) Errado, porque: segundo o art. 12, § 3º, da CF/1988, esse cargo deve ser preenchido somente por brasileiro nato.
- c) Errado, porque: segundo o art. 12, § 3º, da CF/1988, esse cargo deve ser preenchido somente por brasileiro nato.
- d) CERTO, porque: não há impedimento constitucional para que um naturalizado assumira o cargo de Ministro da Justiça.
- e) Errado, porque: segundo o art. 12, § 3º, da CF/1988, esse cargo deve ser preenchido somente por brasileiro nato.

**Preste Atenção:**

Quando existir vacância dos cargos de Presidente e Vice-Presidente da República nos dois primeiros anos do mandato, far-se-á eleição noventa dias depois de aberta a última vaga. Ocorrendo a vacância nos últimos dois anos do período presidencial, a eleição para ambos os cargos será feita trinta dias depois da última vaga, pelo Congresso Nacional, na forma da lei. Aquele que for eleito somente cumprirá o restante do mandato (mandato tampão).

67. **(Perito Criminal – PC/AC – FUNCAB – 2015)** De acordo com a Constituição Federal, os tratados e convenções internacionais sobre direitos humanos que forem aprovados, em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, por três quintos dos votos dos respectivos membros, serão equivalentes às:
- a) emendas constitucionais.
  - b) medidas provisórias.
  - c) leis complementares.
  - d) leis com status supralegal.
  - e) leis ordinárias.

**GABARITO OFICIAL: A****JUSTIFICATIVA:**

- a) CERTO, porque: é o disposto no art. 5º, § 3º, da CF/1988.
- b) Errado, porque: não há correspondência com as normas da CF/1988.
- c) Errado, porque: não há correspondência com as normas da CF/1988.
- d) Errado, porque: não há correspondência com as normas da CF/1988.
- e) Errado, porque: não há correspondência com as normas da CF/1988.



### Preste Atenção:

Os tratados internacionais de direitos humanos que foram incorporados mediante votação por maioria relativa no Congresso Nacional – antes de 2004 – possuem força supralegal, isto é, encontram-se acima das leis e abaixo da Constituição Federal. Exemplo: Pacto de São José da Costa Rica.

- 68. (Perito Criminal – PC/AC – FUNCAB – 2015)** O art. 5º, XII, da Constituição Federal estabelece que: “é inviolável o sigilo da correspondência e das comunicações telegráficas, de dados e das comunicações telefônicas, salvo, no último caso, por ordem judicial, nas hipóteses e na forma que a lei estabelecer para fins de investigação criminal ou instrução processual penal”. A última parte do dispositivo transcrito, que permite a redução do alcance da norma constitucional pela atividade do legislador infraconstitucional, corresponde à classificação doutrinária de norma constitucional de eficácia:
- plena.
  - contida.
  - reduzida.
  - limitada de conteúdo institutivo.
  - limitada de conteúdo programático.

### GABARITO OFICIAL: B

#### JUSTIFICATIVA:

- Errado, porque: normas de eficácia plena são normas que já estão completas e não precisam de nenhuma complementação para se tornar eficazes. Além de que, mesmo no futuro, não haverá nenhum tipo de diminuição de seu alcance (como o que acontece nas contidas).
- CERTO, porque: normas de eficácia contida são normas que, em um primeiro momento, aparentam ser de eficácia plena, mas que poderão sofrer redução no seu alcance a partir da edição de uma norma (estas últimas chamadas de regras de contenção).
- Errado, porque: não há correspondência com a doutrina sobre o assunto.
- Errado, porque: as normas constitucionais de princípio institutivo ou organizativo trazem em seu bojo a estruturação geral, o formato organizacional em que se baseiam determinado órgão, entidade ou instituição, aguardando nova normatização para complementar tais regras gerais. Exemplo: art. 18, § 2º, da CF/1988.
- Errado, porque: as normas constitucionais de eficácia limitada de princípio programático são aquelas que estabelecem programas, políticas públicas que norteiam o Estado. Serão implementadas pelo Governo de acordo com sua capacidade financeira, estrutural, objetivando a realização de fins sociais, como o direito à saúde, à educação, à cultura.



### Preste Atenção:

São exemplos de normas constitucionais de cada um destes conceitos: eficácia plena – arts. 1º, 2º, 14, 15, 44, 45 e 77; eficácia contida – arts. 5º, VIII, XII, XIII, XXXIII, e 37, I; eficácia limitada institucional – arts. 33, 90, § 2º, e 109, VI; de eficácia limitada programática – arts. 6º, 196, 205 e 227.

69. **(Perito Criminal – PC/AC – FUNCAB – 2015)** Sobre os direitos e garantias fundamentais previstos na Constituição Federal, assinale a alternativa correta.
- a) Ninguém poderá ser compelido a associar-se ou a permanecer associado, salvo no caso das agremiações sindicais.
  - b) Ninguém será privado de direitos por motivo de crença religiosa ou de convicção filosófica ou política, salvo se as invocar para eximir-se de obrigação legal a todos imposta e recusar-se a cumprir prestação alternativa, fixada em lei.
  - c) O preso não tem direito à identificação dos responsáveis por sua prisão ou por seu interrogatório policial.
  - d) É livre a manifestação do pensamento, sendo permitido inclusive o anonimato.
  - e) No caso de iminente perigo público, a autoridade competente poderá usar de propriedade particular, assegurada ao proprietário indenização ulterior, independentemente da existência de dano.

**GABARITO OFICIAL: B****JUSTIFICATIVA:**

- a) Errado, porque: a liberdade de associação e sindical é ampla, seja de criação, associação, ou de permanecer associado. É o disposto no art. 5º, XVII e XVIII, da CF/1988.
- b) CERTO, porque: é o previsto no art. 5º, VIII, da CF/1988.
- c) Errado, porque: o preso tem direito à identificação dos responsáveis por sua prisão ou por seu interrogatório policial. É o disposto expressamente no art. 5º, LXIV, da CF/1988.
- d) Errado, porque: é livre a manifestação do pensamento, sendo vedado o anonimato. É o disposto expressamente no art. 5º, IV, da CF/1988.
- e) Errado, porque: no caso de iminente perigo público, a autoridade competente poderá usar de propriedade particular, assegurada ao proprietário indenização ulterior, mediante a comprovação da existência de dano. É o disposto expressamente no art. 5º, XXV, da CF/1988.

**Preste Atenção:**

A leitura atenta de todos os incisos do art. 5º é essencial para a correta marcação em questões deste tipo. Ela cobrou a literalidade do que está escrito na lei.

70. **(Perito Criminal – PC/AC – FUNCAB – 2015)** A alternativa que enumera corretamente quatro direitos sociais previstos expressamente na Constituição Federal vigente é:
- a) vida, felicidade, educação e segurança.
  - b) alimentação, trabalho, moradia e lazer.
  - c) paz, alimentação, propriedade e lazer.
  - d) alimentação, trabalho, moradia e propriedade.
  - e) educação, saúde, seguridade social e felicidade.

**GABARITO OFICIAL: B****JUSTIFICATIVA:**

- a) Errado, porque: não há correspondência com as normas da CF/1988.
- b) CERTO, porque: é o disposto no art. 6º da CF/1988.
- c) Errado, porque: não há correspondência com as normas da CF/1988.
- d) Errado, porque: não há correspondência com as normas da CF/1988.
- e) Errado, porque: não há correspondência com as normas da CF/1988.

**Preste Atenção:**

Conforme alteração constitucional (Emenda Constitucional nº 90), o art. 6º elenca como direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição.

71. **(Perito Criminal – PC/AC – FUNCAB – 2015)** Vereadores de cidades vizinhas pretendem a fusão dos municípios com o objetivo de assegurar maior desenvolvimento social, cultural e econômico para a região. Para que essa fusão ocorra, a Constituição Federal exige:
- parecer prévio do governador do estado, lei estadual prevendo a fusão e estudos de viabilidade municipal.
  - lei federal, consulta prévia, mediante plebiscito, às populações dos municípios envolvidos e estudos de viabilidade municipal.
  - lei federal, consulta prévia, mediante plebiscito, às populações dos municípios envolvidos e parecer do governador do estado.
  - lei estadual, dentro do período determinado por lei complementar federal, consulta prévia, mediante plebiscito, às populações dos municípios envolvidos, após divulgação dos estudos de viabilidade municipal, apresentados e publicados na forma da lei.
  - lei estadual, consulta prévia à população do estado envolvido e estudos de viabilidade municipal.

**GABARITO OFICIAL: D****JUSTIFICATIVA:**

- Errado, porque: não há correspondência com as normas da CF/1988.
- Errado, porque: não há correspondência com as normas da CF/1988.
- Errado, porque: não há correspondência com as normas da CF/1988.
- CERTO, porque: é o disposto no art. 18, § 4º, da CF/1988.
- Errado, porque: não há correspondência com as normas da CF/1988.

**Preste Atenção:**

Atenção com incorporação, subdivisão, criação ou desmembramento de Estados, o que deverá ser realizado mediante aprovação da população diretamente interessada, por plebiscito, e do Congresso Nacional, por lei complementar.

72. **(Perito Criminal – PC/AC – FUNCAB – 2015)** Em relação ao processo legislativo, assinale a alternativa incorreta.
- A matéria constante de proposta de emenda constitucional rejeitada ou havida por prejudicada não pode ser objeto de nova proposta na mesma sessão legislativa.
  - A discussão e votação dos projetos de lei de iniciativa do Presidente da República, do Supremo Tribunal Federal e dos Tribunais Superiores terão início no Senado Federal.
  - A Constituição Federal não poderá ser emendada na vigência de intervenção federal, de estado de defesa ou de estado de sítio.
  - É vedada a reedição, na mesma sessão legislativa, de medida provisória que tenha sido rejeitada ou que tenha perdido sua eficácia por decurso de prazo.
  - As leis complementares serão aprovadas por maioria absoluta.

**GABARITO OFICIAL: B**

**JUSTIFICATIVA:**

- a) CERTO, porque: é o disposto no art. 60, § 5º, da CF/1988.
- b) Errado, porque: a discussão e a votação dos projetos de lei de iniciativa do Presidente da República, do Supremo Tribunal Federal e dos Tribunais Superiores terão início na Câmara dos Deputados (art. 64 da CF/1988).
- c) CERTO, porque: é o disposto no art. 60, § 1º, da CF/1988.
- d) CERTO, porque: é o disposto no art. 62, § 10, da CF/1988.
- e) CERTO, porque: é o disposto no art. 69 da CF/1988.

**Preste Atenção:**

Para a elaboração de Medida Provisória, o Chefe do Poder Executivo deverá se pautar em requisitos de urgência e relevância. Esses fundamentos poderão, em geral, ser apreciados pelo Congresso Nacional quando existir abuso de poder – isto é, quando ultrapassar o limite da discricionariedade.

- 73. (Perito Criminal – PC/AC – FUNCAB – 2015)** Acerca das disposições constitucionais referentes às Súmulas Vinculantes, marque a alternativa correta.
- a) A partir de sua publicação na imprensa oficial, a súmula terá efeito vinculante em relação aos demais órgãos do Poder Judiciário, do Poder Legislativo, e à Administração Pública direta e indireta, nas esferas federal e estadual.
  - b) A aprovação, revisão ou cancelamento de Súmula Vinculante poderá ser provocada por qualquer cidadão em gozo de seus direitos políticos.
  - c) A aprovação da Súmula Vinculante depende de decisão favorável de, no mínimo, 1/3 dos membros do Supremo Tribunal Federal.
  - d) Dentre os legitimados para propor a aprovação, a revisão ou o cancelamento de Súmula Vinculante estão: o Presidente da República, a Mesa do Senado Federal, o Procurador-Geral da República e o Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil.
  - e) Do ato administrativo ou decisão judicial que contrariar a súmula aplicável ou que indevidamente a aplicar, caberá reclamação direta ao Superior Tribunal de Justiça.

**GABARITO OFICIAL: D****JUSTIFICATIVA:**

- a) Errado, porque: a partir de sua publicação na imprensa oficial, terá efeito vinculante em relação aos demais órgãos do Poder Judiciário e à administração pública direta e indireta, nas esferas federal, estadual e municipal (art. 103-A da CF/1988).
- b) Errado, porque: sem prejuízo do que vier a ser estabelecido em lei, a aprovação, revisão ou o cancelamento de súmula poderá ser provocado por aqueles que podem propor a ação direta de inconstitucionalidade (art. 103-A, § 2º, da CF/1988).
- c) Errado, porque: a aprovação da Súmula Vinculante depende de decisão favorável de, no mínimo, dois terços dos membros do Supremo Tribunal Federal (art. 103-A da CF/1988).
- d) CERTO, porque: é o disposto no art. 103-A, § 2º, c/c o art. 103, ambos da CF/1988.
- e) Errado, porque: do ato administrativo ou decisão judicial que contrariar a súmula aplicável ou que indevidamente a aplicar, caberá reclamação direta ao Supremo Tribunal Federal (art. 103-A, § 3º, da CF/1988).

**Preste Atenção:**

Os legitimados para propor Ação direta de inconstitucionalidade são: I – o Presidente da República; II – a Mesa do Senado Federal; III – a Mesa da Câmara dos Deputados; IV – a Mesa de Assembleia Legislativa ou da Câmara Legislativa do Distrito Federal; V – o Governador de Estado ou do Distrito Federal; VI – o Procurador-Geral da República; VII – o Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil; VIII – partido político com representação no Congresso Nacional; IX – confederação sindical ou entidade de classe de âmbito nacional.

- 74. (Perito Criminal – PC/AC – FUNCAB – 2015)** No que diz respeito ao Conselho Nacional de Justiça (CNJ), assinale a alternativa correta.
- O Conselho será presidido pelo Presidente do Supremo Tribunal Federal e, nas suas ausências e impedimentos, pelo ministro do Superior Tribunal de Justiça.
  - É composto por 15 (quinze) membros com mandato de 4 (quatro) anos, admitida 1 (uma) recondução.
  - O Presidente do Supremo Tribunal Federal exercerá a função de Ministro-Corregedor e ficará excluído da distribuição de processos no Tribunal.
  - Junto ao Conselho officiarão o Procurador-Geral da República e o Presidente do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil.
  - Entre os membros do CNJ, estão dois cidadãos, de notável saber jurídico e reputação ilibada, indicados pela Câmara dos Deputados.

**GABARITO OFICIAL: D****JUSTIFICATIVA:**

- Errado, porque: o Conselho será presidido pelo Presidente do Supremo Tribunal Federal e, nas suas ausências e impedimentos, pelo Vice-Presidente do Supremo Tribunal Federal (art. 103-B, § 1º, da CF/1988).
- Errado, porque: é composto por 15 (quinze) membros com mandato de 2 anos, admitida 1 recondução (art. 103-B da CF/1988).
- Errado, porque: o Presidente do Superior Tribunal de Justiça exercerá a função de Ministro-Corregedor e ficará excluído da distribuição de processos no Tribunal (art. 103-B, § 5º, da CF/1988).
- CERTO, porque: é o disposto no art. 103-B, § 6º, da CF/1988.
- Errado, porque: entre os membros do CNJ, estarão dois cidadãos, de notável saber jurídico e reputação ilibada, indicados um pela Câmara dos Deputados e outro pelo Senado Federal (art. 103-B, XIII, da CF/1988).

**Preste Atenção:**

Compete ao Conselho de Justiça apenas o controle da atuação administrativa e financeira do Poder Judiciário e do cumprimento dos deveres funcionais dos juízes; jamais poderá haver interferência nas funções típicas (ato de sentenciar) do magistrado.

- 75. (Perito Criminal – PC/AC – FUNCAB – 2015)** Em relação ao estado de defesa e ao estado de sítio, a alternativa incorreta é:
- no estado de defesa a prisão ou detenção de qualquer pessoa não poderá ser superior a dez dias, salvo quando autorizada pelo Poder Judiciário.

- b) na vigência do estado de defesa é vedada a incomunicabilidade do preso.
- c) o tempo de duração do estado de defesa não será superior a trinta dias, podendo ser prorrogado uma vez, por igual período, se persistirem as razões que justificaram a sua decretação.
- d) caracteriza fundamento para a decretação do estágio de sítio comoção grave de repercussão regional nos Estados Federativos ou ocorrência de fatos que comprovem a ineficácia de medida tomada durante o estado de defesa.
- e) solicitada autorização para decretar o estado de sítio durante o recesso parlamentar, o Presidente do Senado Federal, de imediato, convocará extraordinariamente o Congresso Nacional para se reunir dentro de cinco dias, a fim de apreciar o ato.

**GABARITO OFICIAL: D****JUSTIFICATIVA:**

- a) CERTO, porque: é o disposto no art. 136, § 3º, III, da CF/1988.
- b) CERTO, porque: é o disposto no art. 136, § 3º, IV, da CF/1988.
- c) CERTO, porque: é o disposto no art. 136, § 2º, da CF/1988.
- d) Errado, porque: caracteriza fundamento para a decretação do estágio de sítio comoção grave de repercussão nacional, ou ocorrência de fatos que comprovem a ineficácia de medida tomada durante o estado de defesa (art. 137, I, da CF/1988).
- e) CERTO, porque: é o disposto no art. 138, § 2º, da CF/1988.

**Preste Atenção:**

No caso de guerra ou agressão estrangeira armada, não é necessário passar pelo estado de defesa para depois caminhar para o de estado de sítio. Este último poderá ser decretado diretamente.

- 76. (Perito Médico – PC/DF – FUNIVERSA – 2015)** Acerca dos direitos e deveres individuais e coletivos e dos direitos políticos, assinale a alternativa correta.
- a) O voto é proibido para os analfabetos.
  - b) Conforme a Constituição Federal de 1988 (CF), são inelegíveis, no território de jurisdição do titular, o cônjuge e os parentes consanguíneos ou afins, até o segundo grau ou por adoção, de governador(a) de estado. Entretanto, em se tratando de norma restritiva do direito de ser eleito, o Supremo Tribunal Federal (STF) entende que a proibição não se estende ao companheiro ou à companheira do governador(a).
  - c) É ilícita a prisão civil de depositário infiel em qualquer modalidade de depósito.
  - d) De acordo com a Constituição Federal, a tortura é crime imprescritível.
  - e) Os servidores públicos não possuem direito à greve garantido explicitamente na Constituição Federal, embora esse direito tenha surgido, ao longo do tempo, a partir de construção jurisprudencial.

**GABARITO OFICIAL: C****JUSTIFICATIVA:**

- a) Errado, porque: o voto é facultativo para os analfabetos (art. 14, § 1º, II, a, da CF/1988).
- b) Errado, porque: há extensão aos companheiros(as) (art. 14, § 7º, da CF/1988).
- c) CERTO, porque: é o previsto na Súm. Vinc. nº 25, do STF.
- d) Errado, porque: segundo o art. 5º, XLIII, da CF/1988, a tortura é crime inafiançável, contudo prescritível.
- e) Errado, porque: os servidores públicos possuem direito à greve. Há previsão expressa no art. 37, VII, da CF/1988.

**Preste Atenção:**

Súm. Vinc. nº 18 declara que: “A dissolução da sociedade ou do vínculo conjugal, no curso do mandato, não afasta a inelegibilidade prevista no § 7º do art. 14 da Constituição Federal”.

77. **(Perito Médico – PC/DF – FUNIVERSA – 2015)** No que se refere ao processo legislativo, é correto afirmar que
- a) a aprovação de proposta de emenda à Constituição prescinde de sanção presidencial.
  - b) a sanção presidencial sana o vício de iniciativa na hipótese de lei cuja iniciativa é reservada ao chefe do Poder Executivo federal.
  - c) se aplica o denominado procedimento legislativo ordinário aos decretos legislativos.
  - d) o Supremo Tribunal Federal evoluiu no sentido de admitir o controle de constitucionalidade dos pressupostos objetivos para edição de medida provisória. Admite-se, pois, que o Poder Judiciário verifique meticulosamente se restam preenchidos os requisitos de urgência e relevância para fins de medida provisória, sob pena da inconstitucionalidade da medida.
  - e) o projeto de lei somente será aprovado quando houver total e perfeita concordância, quanto ao seu teor, por parte das duas Casas Legislativas, sem que se possa falar em vantagem da Casa Legislativa iniciadora.

**GABARITO OFICIAL: A****JUSTIFICATIVA:**

- a) CERTO, porque: a promulgação das emendas constitucionais será feita pelas Mesas do Senado Federal e da Câmara dos Deputados. Não há necessidade de passar por sanção/veto do Presidente da República (art. 60, § 3º, da CF/1988).
- b) Errado, porque: segundo posição consolidada da jurisprudência, a sanção presidencial não sana o vício de iniciativa na hipótese de lei cuja iniciativa é reservada ao chefe do Poder Executivo federal.
- c) Errado, porque: aplica-se o denominado procedimento legislativo especial aos decretos legislativos.
- d) Errado, porque: na verdade, somente em casos excepcionalíssimos poderá haver controle judicial sobre os requisitos de urgência e emergência; se houver abuso de poder na utilização dos requisitos, o STF permitirá a análise, desde que seja patente a inconstitucionalidade (ADI nº 2213 – rel. Min. Celso de Mello – DJ 23-4-2004; ADI nº 1647 – rel. Min. Carlos Velloso – DJ 26-3-1999; ADI nº 1753-MC – rel. Min. Sepúlveda Pertence – DJ 12-6-1998; ADI nº 162-MC – rel. Min. Moreira Alves – DJ 19-9-1997). (ADC 11-MC – voto do rel. Min. Cezar Peluso – j. 28-3-2007 – DJ 29-6-2007.) No mesmo sentido: ADI nº 4029 – rel. Min. Luiz Fux – j. 8-3-2012 – DJe 27-6-2012).
- e) Errado, porque: é necessário que as Casas Legislativas votem, por maioria, para que a lei seja aprovada, mas não que haja perfeita concordância entre as Casas. Um exemplo disso é a previsão constitucional do art. 65: “O projeto de lei aprovado por uma Casa será revisto pela outra, em um só turno de discussão e votação, e enviado à sanção ou promulgação, se a Casa revisora o aprovar, ou arquivado, se o rejeitar”.

**Preste Atenção:**

O processo legislativo ordinário, o mais extenso de todos, destina-se à elaboração das leis ordinárias. O processo legislativo sumário terá vez quando for dado prazo determinado para a análise/deliberação do assunto ao Congresso Nacional. Os processos legislativos especiais serão utilizados para a elaboração das emendas à Constituição, leis complementares, leis delegadas, medidas provisórias, decretos legislativos, resoluções e leis financeiras.

- 78. (Perito Médico – PC/DF – FUNIVERSA – 2015)** Acerca das atribuições dos Poderes Executivo e Legislativo e do modelo federativo adotado no Brasil, assinale a alternativa correta.
- a) O veto do presidente da República poderá ser rejeitado pelo voto da maioria absoluta dos deputados e senadores, em escrutínio secreto.
  - b) O presidente da República pode, por meio de decreto autônomo, extinguir órgãos públicos, desde que isso não implique aumento de despesa.
  - c) A República Federativa do Brasil exemplifica a denominada federação por agregação.
  - d) Os municípios não possuem autonomia para criar novos tribunais, conselhos ou órgãos de contas municipais.
  - e) Para fins de inviolabilidade, os deputados distritais equiparam-se aos vereadores.

**GABARITO OFICIAL: D****JUSTIFICATIVA:**

- a) Errado, porque: o veto do presidente da República poderá ser rejeitado pelo voto da maioria absoluta dos deputados e senadores, em sessão conjunta, por maioria absoluta.
- b) Errado, porque: o presidente da República pode, por meio de decreto autônomo, dispor sobre a organização e o funcionamento da administração federal, quando não implicar aumento de despesa nem criação ou extinção de órgãos públicos (art. 84, VI, *a*, da CF/1988).
- c) Errado, porque: a República Federativa do Brasil exemplifica a denominada federação por desagregação ou centrífuga, tendo em vista que, em sua origem histórica, houve a divisão do Estado Unitário. Esse continuará com parcela maior de poder.
- d) CERTO, porque: os municípios não possuem competência para essa criação (art. 31, § 4º, da CF/1988). Existem apenas dois exemplos de Tribunais de Contas Municipais: São Paulo e Rio de Janeiro (que já existiam anteriormente à Constituição Federal de 1988).
- e) Errado, porque: para fins de inviolabilidade, os deputados distritais equiparam-se aos deputados estaduais (art. 32, § 3º, da CF/1988).

**Preste Atenção:**

Na federação por agregação ou centrípeta, como exemplo a formação dos EUA, o Estado se origina da união de entes que eram soberanos. Em uma tentativa de garantir maior segurança do território contra agressões estrangeiras ou de consolidar saúde financeira, acabam por renunciar parcela da soberania a um ente maior e centralizador.

- 79. (Papiloscopista Policial – PC/DF – FUNIVERSA – 2015)** Quanto ao Poder Legislativo, ao Poder Executivo, à federação brasileira e aos direitos e às garantias fundamentais, é correto afirmar que
- a) a federação brasileira se compõe dos seguintes entes federativos: União, estados, Distrito Federal, municípios e territórios.
  - b) a decretação de interceptação telefônica nem sempre se sujeita à reserva de jurisdição.
  - c) são chamados de princípios constitucionais impassíveis aqueles que autorizam a requisição da intervenção federal por parte do Supremo Tribunal Federal (STF).
  - d) cabe ao Congresso Nacional autorizar o presidente da República a se ausentar do país quando a ausência exceder a quinze dias, sob pena de perda do cargo.
  - e) se admite o direito de secessão no Brasil.

**GABARITO OFICIAL: D**

**JUSTIFICATIVA:**

- a) Errado, porque: os territórios não são considerados entes federativos. São meras descentralizações administrativas da União (art. 18, § 2º, da CF/1988).
- b) Errado, porque: a decretação de interceptação telefônica estará sujeita à reserva de jurisdição. Somente ao Poder Judiciário caberá a autorização para tal interceptação (art. 5º, XII, da CF/1988).
- c) Errado, porque: são chamados de princípios constitucionais sensíveis aqueles que autorizam a requisição da intervenção federal por parte do Supremo Tribunal Federal (art. 34, IV, da CF/1988).
- d) CERTO, porque: é o previsto no art. 83 da CF/1988.
- e) Errado, porque: não se admite o direito de secessão no Brasil, que é uma federação que não admite a separação dos entes federativos do território.

**Preste Atenção:**

Existiram 3 territórios no Brasil: Amapá, Roraima e Fernando de Noronha. Os dois primeiros tornaram-se estados federados e o último foi incorporado ao estado de Pernambuco. Atualmente não há nenhum.

- 80. (Papiloscopista Policial – PC/DF – FUNIVERSA – 2015)** Acerca do processo legislativo, do meio ambiente e dos povos indígenas, assinale a alternativa correta.
- a) Consoante o Supremo Tribunal Federal, para fins de demarcação das terras indígenas, somente se consideram as terras tradicionalmente ocupadas em 5 de outubro de 1988.
  - b) A renovação da concessão ou permissão para o serviço de radiodifusão de sons e imagens obedece ao rito do procedimento legislativo ordinário.
  - c) Conforme a Constituição Federal, as unidades de conservação da natureza podem ser criadas, alteradas e suprimidas por meio de decreto ou ato infralegal equivalente, desde que na forma da lei.
  - d) A Constituição Federal contém mandamentos constitucionais de criminalização, embora entre eles não se inclua a punição criminal de pessoas jurídicas por danos causados ao meio ambiente.
  - e) São nulos e extintos, não produzindo efeitos jurídicos, os atos que tenham por objeto a ocupação, o domínio e a posse dos sítios detentores de reminiscências históricas dos antigos quilombos.

**GABARITO OFICIAL: A****JUSTIFICATIVA:**

- a) CERTO, porque: é o declarado pela Súm. nº 650 do STF: “Os incs. I e XI do art. 20 da CF/1988 não alcançam terras de aldeamentos extintos, ainda que ocupadas por indígenas em passado remoto”.
- b) Errado, porque: a renovação da concessão ou permissão para o serviço de radiodifusão de sons e imagens obedece ao rito do procedimento legislativo especial (realizado por meio de decreto legislativo).
- c) Errado, porque: conforme a CF, as unidades de conservação da natureza podem ser criadas, alteradas e suprimidas por meio de lei (art. 225, III, da CF/1988).
- d) Errado, porque: é possível a condenação da pessoa jurídica por crimes ambientais de acordo com as condições apresentadas pela jurisprudência. É de se salientar que existe posição contrária a essa (vide “Preste Atenção” logo a seguir).

- e) Errado, porque: aos remanescentes das comunidades dos quilombos, que estejam ocupando suas terras, é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes os títulos respectivos (art. 68 da CF/1988).



### Preste Atenção:

Sobre a responsabilização da pessoa jurídica por crimes ambientais, temos duas posições que devem ser levadas em consideração:

1ª corrente: a responsabilidade da pessoa jurídica é incompatível com a teoria do crime adotada no Brasil. É a posição majoritária na doutrina.

2ª corrente: é possível porque há previsão expressa na CF/1988. A pessoa jurídica pode ser punida penalmente por crimes ambientais, ainda que não haja responsabilização de pessoas físicas. É a posição do STJ e do STF (Fonte: <<http://www.dizerodireito.com.br/2015/10/e-possivel-responsabilizacao-penal-da.html>>).

81. **(Perito Criminal – PC/AC – FUNCAB – 2015)** Com relação ao regime disciplinar dos servidores públicos, e de acordo com os termos da Lei nº 8.112/1990, assinale a alternativa correta.
- A responsabilidade civil do servidor público decorre de ato omissivo culposo, que resulte em prejuízo ao erário ou a terceiros.
  - A destituição de cargo em comissão exercido por não ocupante de cargo efetivo será aplicada nos casos de infração sujeita às penalidades de advertência e de demissão.
  - É admissível uma segunda punição de servidor público, com base no mesmo processo em que se fundou a primeira.
  - A pena de suspensão será aplicada em caso de reincidência das faltas punidas com advertência e poderá exceder o prazo de 90 (noventa) dias.
  - Ao servidor público é proibido atuar, como procurador ou intermediário, junto a repartições públicas, salvo quando se tratar de benefícios previdenciários ou assistenciais de parentes até o segundo grau, e de cônjuge ou companheiro.

### GABARITO OFICIAL: E

#### JUSTIFICATIVA:

- Errado, porque: a responsabilidade civil do servidor público decorre de ato omissivo ou doloso, que resulte em prejuízo ao erário ou a terceiros (art. 122 da Lei nº 8.112/1990).
- Errado, porque: a destituição de cargo em comissão exercido por não ocupante de cargo efetivo será aplicada nos casos de infração sujeita às penalidades de suspensão e de demissão (art. 135 da Lei nº 8.112/1990).
- Errado, porque: é inadmissível uma segunda punição de servidor público, com base no mesmo processo em que se fundou a primeira.
- Errado, porque: a pena de suspensão será aplicada em caso de reincidência das faltas punidas com advertência, e não poderá exceder o prazo de 90 dias (art. 130 da Lei nº 8.112/1990).
- CERTO, porque: é o expressamente previsto no art. 117, XI, da Lei nº 8.112/1990.



### Preste Atenção:

A Lei nº 8.112/1990 trata da responsabilidade, dos direitos e deveres dos servidores públicos estatutários federais.

- 82. (Perito Criminal – PC/AC – FUNCAB – 2015)** Sobre o tema da improbidade administrativa, e de acordo com a Lei nº 8.429/1992, assinale a alternativa correta.
- a) O ressarcimento integral do dano causado ao patrimônio público se dará nos casos de ação ou omissão, seja ela dolosa ou culposa.
  - b) O sucessor daquele que causar lesão ao patrimônio público ou se enriquecer ilicitamente não está sujeito às penalidades da lei de improbidade administrativa.
  - c) Somente os agentes públicos de nível hierárquico superior são obrigados a observar os princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade e publicidade.
  - d) No caso de enriquecimento ilícito, apenas o terceiro beneficiário perderá os bens ou valores acrescidos ao seu patrimônio.
  - e) A Lei nº 8.249/1992 se aplica somente aos agentes públicos que induzam ou concorram para a prática do ato de improbidade ou dele se beneficiem sob qualquer forma.

**GABARITO OFICIAL: A****JUSTIFICATIVA:**

- a) CERTO, porque: é o previsto expressamente no art. 5º da Lei nº 8.429/1992.
- b) Errado, porque: o sucessor daquele que causar lesão ao patrimônio público ou se enriquecer ilicitamente responderá às penalidades da Lei de Improbidade Administrativa até o limite do valor transferido pela herança (art. 8º da Lei nº 8.429/1992).
- c) Errado, porque: os agentes públicos de qualquer nível ou hierarquia são obrigados a velar pela estrita observância dos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade e publicidade (art. 4º da Lei nº 8.429/1992).
- d) Errado, porque: no caso de enriquecimento ilícito, perderá o agente público ou terceiro beneficiário os bens ou valores acrescidos ao seu patrimônio (art. 6º da Lei nº 8.429/1992).
- e) Errado, porque: a Lei nº 8.249/1992 se aplica a todos, até mesmo os particulares, que induzam ou concorram para a prática do ato de improbidade ou dele se beneficiem sob qualquer forma (art. 3º da Lei nº 8.429/1992).

**Preste Atenção:**

A Lei nº 8.429/1992 divide a improbidade administrativa em três tipos de ilícitos: improbidade administrativa que causa enriquecimento ilícito (casos previstos no art. 9º); improbidade administrativa que causa lesão ao erário (casos previstos no art. 10); e improbidade administrativa que viola princípios (casos previstos no art. 11). É importante o conhecimento de cada um desses artigos.

- 83. (Delegado de Polícia – PC/SP – VUNESP – 2014)** A Constituição poderá ser emendada mediante proposta
- a) de governador da Unidade da Federação.
  - b) de mais da metade das Câmaras Municipais, manifestando-se, cada uma delas, pela maioria relativa de seus membros.
  - c) do Presidente da República, mediante representação popular, manifestada por apoio de partido político sem representação no Congresso Nacional.
  - d) de dois terços, no mínimo, dos membros da Câmara dos Deputados ou do Senado Federal.
  - e) de mais da metade das Assembleias Legislativas das unidades da Federação, manifestando-se, cada uma delas, pela maioria relativa de seus membros.

**GABARITO OFICIAL: E**

**JUSTIFICATIVA:**

- a) Errado, porque: desrespeita o disposto na Constituição Federal.
- b) Errado, porque: desrespeita o disposto na Constituição Federal.
- c) Errado, porque: desrespeita o disposto na Constituição Federal.
- d) Errado, porque: o art. 60, I, da CF declara que será necessário um terço, no mínimo, dos membros da Câmara dos Deputados ou do Senado Federal.
- e) CERTO, porque: é o disposto no art. 60, III, da CF.

**Preste Atenção:**

Nossa Constituição Federal de 1988 é considerada uma constituição rígida, justamente porque seu processo de alteração é mais dificultoso do que aquele necessário para modificar uma lei. Uma das fases deste processo legislativo é o voto da maioria qualificada dos congressistas. Segundo o disposto no art. 60, § 2º, da CF, tem-se que: a proposta [de emenda constitucional] será discutida e votada em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, considerando-se aprovada se obtiver, em ambos, três quintos dos votos dos respectivos membros.

84. **(Delegado de Polícia – PC/SP – VUNESP – 2014)** Pode(m) propor a ação direta de inconstitucionalidade e a ação declaratória de constitucionalidade perante o Supremo Tribunal Federal:
- a) partido político sem representação no Congresso Nacional.
  - b) os Conselhos Federais de órgãos de classe profissional.
  - c) confederação sindical ou entidade de classe de âmbito regional.
  - d) a Mesa da Câmara dos Deputados.
  - e) o Procurador-Geral de Justiça.

**GABARITO OFICIAL: D****JUSTIFICATIVA:**

- a) Errado, porque: segundo o art. 103, VIII, da CF será um dos legitimados para propor a ação direta de inconstitucionalidade e a ação declaratória de constitucionalidade, partido político com representação no Congresso Nacional.
- b) Errado, porque: desrespeita o disposto na Constituição Federal.
- c) Errado, porque: segundo o art. 103, IX, da CF será um dos legitimados para propor a ação direta de inconstitucionalidade e a ação declaratória de constitucionalidade, confederação sindical ou entidade de classe de âmbito nacional.
- d) CERTO, porque: é o disposto no art. 103, III, da CF.
- e) Errado, porque: segundo o art. 103, VI, da CF será um dos legitimados para propor a ação direta de inconstitucionalidade e a ação declaratória de constitucionalidade, o Procurador-Geral da República.

**Preste Atenção:**

Desta forma, segundo o disposto no art. 103 da CF, são legitimados para propor a ação direta de inconstitucionalidade e a ação declaratória de constitucionalidade: I – o Presidente da República; II – a Mesa do Senado Federal; III – a Mesa da Câmara dos Deputados; IV – a Mesa de Assembleia Legislativa ou da Câmara Legislativa do Distrito Federal; V – o Governador de Estado ou do Distrito Federal; VI – o Procurador-Geral da República; VII – o Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil; VIII – partido político com representação no Congresso Nacional; IX – confederação sindical ou entidade de classe de âmbito nacional.

85. **(Delegado de Polícia – PC/SP – VUNESP – 2014)** Compete privativamente à União legislar sobre
- produção e consumo.
  - assistência jurídica e defensoria pública.
  - trânsito e transporte.
  - direito tributário, financeiro, penitenciário, econômico e urbanístico.
  - educação, cultura, ensino e desporto.

**GABARITO OFICIAL: C****JUSTIFICATIVA:**

- Errado, porque: segundo o art. 24, V, da CF, compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre produção e consumo.
- Errado, porque: segundo o art. 24, XIII, da CF, compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre assistência jurídica e Defensoria Pública.
- CERTO, porque: é o disposto no art. 22, XI, da CF.
- Errado, porque: segundo o art. 24, I, da CF, compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre direito tributário, financeiro, penitenciário, econômico e urbanístico.
- Errado, porque: segundo o art. 24, IX, da CF, compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre educação, cultura, ensino e desporto, ciência, tecnologia, pesquisa, desenvolvimento e inovação.

**Preste Atenção:**

A Constituição Federal elencou as competências legislativas e materiais de cada ente federativo. Em seu art. 22 traz a competência legislativa privativa da União que, via lei complementar, poderá ser delegada aos Estados. Em seu art. 24, elenca a competência legislativa concorrente entre a União, os Estados e o Distrito Federal e, complementa, declarando, em seu § 1º que no âmbito da legislação concorrente, a competência da União limitar-se-á a estabelecer normas gerais. Faz-se necessária a leitura atenta dos artigos (e de todos os seus incisos) que foram elencados nesse comentário – principalmente para concursos cuja exigência é a de nível superior.

86. **(Delegado de Polícia – PC/SP – VUNESP – 2014)** Nos termos da Constituição Federal, os Municípios poderão constituir guardas municipais destinadas
- à execução de atividades de defesa civil.
  - ao patrulhamento ostensivo das vias públicas municipais.
  - às funções de polícia judiciária e à apuração de infrações penais.
  - à proteção de seus bens, serviços e instalações.
  - ao policiamento ostensivo e à preservação da ordem pública.

**GABARITO OFICIAL: D****JUSTIFICATIVA:**

- Errado, porque: é de competência dos Estados (art. 144, § 5º, *in fine* e § 6º da CF).
- Errado, porque: é de competência dos Estados (art. 144, § 5º, primeira parte e § 6º da CF).
- Errado, porque: é de competência da União (art. 144, § 1º, I, da CF) ou dos Estados (art. 144, § 4º, da CF).
- CERTO, porque: é o disposto no art. 144, § 8º, da CF.
- Errado, porque: é de competência dos Estados (art. 144, § 5º, *in fine*, da CF).

**Preste Atenção:**

Lembrando que é pacífico, na doutrina e jurisprudência, que as Guardas Civis Metropolitanas não são órgãos da segurança pública (não estão arroladas no *caput* do art. 144 da CF).

87. **(Delegado de Polícia – PC/SP – VUNESP – 2014)** Quanto às garantias constitucionais e à privação da liberdade, assinale a alternativa correta.
- a) Conceder-se-á *habeas corpus* sempre que a lei admitir a liberdade provisória.
  - b) O preso será informado de seus direitos, dentre os quais o de permanecer calado, sendo-lhe assegurada a remoção para estabelecimento perto de sua família.
  - c) O preso tem direito à identificação dos responsáveis por sua prisão ou por seu interrogatório policial, exceto nos crimes inafiançáveis.
  - d) A prisão de qualquer pessoa e o local onde se encontre serão comunicados no primeiro dia útil ao juiz competente e à família do preso ou à pessoa por ele indicada.
  - e) Ninguém será levado à prisão ou nela mantido quando a lei admitir a liberdade provisória, com ou sem fiança.

**GABARITO OFICIAL: E****JUSTIFICATIVA:**

- a) Errado, porque: segundo o disposto no art. 5º, LXVIII, da CF conceder-se-á *habeas corpus* sempre que alguém sofrer ou se achar ameaçado de sofrer violência ou coação em sua liberdade de locomoção, por ilegalidade ou abuso de poder.
- b) Errado, porque: não há previsão do direito de remoção para estabelecimento perto de sua família.
- c) Errado, porque: não há exceção constitucional para o direito à identificação dos responsáveis pela prisão (art. 5º, LXIV, da CF).
- d) Errado, porque: segundo o disposto no art. 5º, LXII, da CF a prisão de qualquer pessoa e o local onde se encontre serão comunicados imediatamente ao juiz competente e à família do preso ou à pessoa por ele indicada.
- e) CERTO, porque: é o disposto no art. 5º, LXVI, da CF.

**Preste Atenção:**

Lembrando que a liberdade provisória sem fiança sempre poderá ser aplicada – desde que cumpridos os requisitos legais. O STF, por diversas vezes, já se pronunciou no sentido de que, para os crimes inafiançáveis (Racismo, tortura, tráfico de drogas, terrorismo, hediondos e ação de grupos armados contra a ordem constitucional e o Estado Democrático de Direito) só resta proibida a liberdade com fixação de fiança; se o investigado cumprir os requisitos legais, poderá ser posto em liberdade sem fiança.

88. **(Delegado de Polícia – PC/SP – VUNESP – 2014)** Os atos de improbidade administrativa importarão, nos termos da Constituição Federal, dentre outros,
- a) a prisão provisória, sem direito à fiança.
  - b) a indisponibilidade dos bens.
  - c) a impossibilidade de deixar o país.
  - d) a suspensão dos direitos civis.
  - e) o pagamento de multa ao Fundo de Proteção Social.

**GABARITO OFICIAL: B**

**JUSTIFICATIVA:**

- a) Errado, porque: não há previsão constitucional.
- b) CERTO, porque: é o disposto no art. 37, § 4º, da CF.
- c) Errado, porque: não há previsão constitucional.
- d) Errado, porque: não há previsão constitucional.
- e) Errado, porque: não há previsão constitucional.

**Preste Atenção:**

O art. 37, § 4º, da CF decreta que os atos de improbidade administrativa “importarão a suspensão dos direitos políticos, a perda da função pública, a indisponibilidade dos bens e o ressarcimento ao erário, na forma e gradação previstas em lei, sem prejuízo da ação penal cabível”.

89. **(Delegado de Polícia – PC/SP – VUNESP – 2014)** A respeito de ações penais contra Deputados e Senadores, assinale a alternativa correta.
- a) No caso de sustação da ação criminal, não há suspensão da prescrição, que permanecerá em curso.
  - b) Somente após a posse serão submetidos a julgamento perante o Supremo Tribunal Federal.
  - c) Recebendo, o Supremo Tribunal Federal dará ciência à Casa respectiva, que poderá sustar o andamento da ação.
  - d) As imunidades de Deputados ou Senadores não subsistirão durante o estado de sítio ou de guerra.
  - e) Desde a expedição do Diploma, não poderão ser presos, exceto pela prática de crime inafiançável.

**GABARITO OFICIAL: C****JUSTIFICATIVA:**

- a) Errado, porque: a sustação do processo suspende a prescrição, enquanto durar o mandato (art. 53, § 5º, da CF).
- b) Errado, porque: os Deputados e Senadores, desde a expedição do diploma, serão submetidos a julgamento perante o Supremo Tribunal Federal (art. 53, § 1º, da CF).
- c) CERTO, porque: é o disposto no art. 53, § 3º, da CF.
- d) Errado, porque: as imunidades de Deputados ou Senadores subsistirão durante o estado de sítio, só podendo ser suspensas mediante o voto de dois terços dos membros da Casa respectiva, nos casos de atos praticados fora do recinto do Congresso Nacional, que sejam incompatíveis com a execução das medidas (art. 53, § 8º, da CF).
- e) Errado, porque: desde a expedição do diploma, os membros do Congresso Nacional não poderão ser presos, salvo *em flagrante* de crime inafiançável (art. 53, § 2º, da CF).

**Preste Atenção:**

Os Deputados e Senadores são invioláveis, civil e penalmente, por quaisquer de suas opiniões, palavras e votos (art. 53, *caput*, da CF). Tal inviolabilidade é chamada de imunidade material e, segundo o STF, no interior do Congresso Nacional ela é absoluta – não há exceções para sua não aplicação – porque presume-se que o congressista está sempre no exercício da função. Fora do Congresso, para fazer valer tal imunidade, o deputado ou senador deverá provar que expressou sua opinião ou pensamento em virtude da função política que exerce.

90. **(Delegado de Polícia – PC/SP – VUNESP – 2014)** É privativo de brasileiro nato o cargo de
- a) Ministro do Supremo Tribunal Federal.                      d) Delegado de Polícia.  
 b) Senador.    e) Deputado Federal.  
 c) Juiz de Direito.

**GABARITO OFICIAL: A****JUSTIFICATIVA:**

- a) CERTO, porque: é o disposto no art. 12, § 3º, IV, da CF.  
 b) Errado, porque: não é cargo privativo de brasileiro nato.  
 c) Errado, porque: não é cargo privativo de brasileiro nato.  
 d) Errado, porque: não é cargo privativo de brasileiro nato.  
 e) Errado, porque: não é cargo privativo de brasileiro nato.

**Preste Atenção:**

São privativos de brasileiro nato os cargos: I – de Presidente e Vice-Presidente da República; II – de Presidente da Câmara dos Deputados; III – de Presidente do Senado Federal; IV – de Ministro do Supremo Tribunal Federal; V – da carreira diplomática; VI – de oficial das Forças Armadas; VII – de Ministro de Estado da Defesa (art. 12, § 3º, da CF).

91. **(Escrivão de Polícia – PC/SP – VUNESP – 2014)** Assinale a alternativa correta a respeito dos direitos e garantias fundamentais previstos na Constituição Federal de 1988.
- a) A lei só poderá restringir a publicidade dos atos processuais quando a defesa da intimidade ou o interesse social o exigirem.  
 b) Conceder-se-á *habeas data* sempre que a falta de norma regulamentadora torne inviável o exercício dos direitos e liberdades constitucionais.  
 c) A lei regulará a individualização da pena e adotará, entre outras, a privação ou a restrição da liberdade, a perda de bens e o banimento.  
 d) Constituem crimes inafiançáveis e imprescritíveis o racismo, a tortura, o tráfico ilícito de entorpecentes e os definidos como crimes hediondos.  
 e) Nenhum brasileiro será extraditado, salvo o naturalizado, em caso de crime comum praticado antes da naturalização, ou de comprovado envolvimento com terrorismo.

**GABARITO OFICIAL: A****JUSTIFICATIVA:**

- a) CERTO, porque: é o disposto no art. 5º, LX, da CF.  
 b) Errado, porque: conforme art. 5º, LXVIII, da CF, “conceder-se-á *habeas corpus* sempre que alguém sofrer ou se achar ameaçado de sofrer violência ou coação em sua liberdade de locomoção, por ilegalidade ou abuso de poder.”  
 c) Errado, porque: conforme disposto no art. 5º, XLVI, da CF, “a lei regulará a individualização da pena e adotará, entre outras, as seguintes: a) privação ou restrição da liberdade; b) perda de bens; c) multa; d) prestação social alternativa; e) suspensão ou interdição de direitos.”  
 d) Errado, porque: é não é o que se entende da leitura do art. 5º em seus incisos: “XLII – a prática do racismo constitui crime *inafiançável e imprescritível*, sujeito à pena de reclusão, nos termos da lei; XLIII – a lei considerará crimes *inafiançáveis e insuscetíveis de graça ou anistia* a prática da tortura, o tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, o terrorismo e os definidos como crimes

hediondos, por eles respondendo os mandantes, os executores e os que, podendo evitá-los, se omitirem; XLIV – *constitui crime inafiançável e imprescritível* a ação de grupos armados, civis ou militares, contra a ordem constitucional e o Estado Democrático. Assim sendo, imprescritíveis são apenas o racismo e a ação de grupos armados, civis ou militares, contra a ordem constitucional e o Estado Democrático.”

- e) Errado, porque: o art. 5º, LI, da CF dita que “nenhum brasileiro será extraditado, salvo o naturalizado, em caso de crime comum, praticado antes da naturalização, ou de comprovado envolvimento em tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, na forma da lei.”



### Preste Atenção:

Novamente a banca da Vunesp cobra, para as provas da polícia, a leitura e compreensão minuciosa de todo o art. 5º da CF. Este é um estudo obrigatório e importante para aqueles que prestarão àquelas que estão por vir. A parte que diz respeito ao Direito Penal, atenção a ela, vai do inc. XXXVII ao LXVII. E os remédios constitucionais que seguem do inc. LXVIII até o inc. LXXIII e mais o XXXIV.

92. **(Escrivão de Polícia – PC/SP – VUNESP – 2014)** Prevê o art. 37 da Constituição Federal, de forma expressa, que a administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e:
- |                       |                   |
|-----------------------|-------------------|
| a) razoabilidade      | d) unidade.       |
| b) eficiência.        | e) economicidade. |
| c) proporcionalidade. |                   |

### GABARITO OFICIAL: B

#### JUSTIFICATIVA:

- a) Errado, porque: apesar de ser um princípio que importa à Administração Pública, ele não está expressamente elencado no art. 37.
- b) CERTO, porque é o que declara o *caput* do art. 37 da CF: “A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e *eficiência*”.
- c) Errado, porque: apesar de ser um princípio que importa à Administração Pública, ele não está expressamente elencado no art. 37.
- d) Errado, porque: o princípio da unidade vigora em casos muito específicos dentro da Administração Pública. Não está, a unidade, presente em toda a Administração.
- e) Errado, porque: apesar de ser um princípio que importa à Administração Pública, ele não está expressamente elencado no art. 37.



### Preste Atenção:

Um método eficiente para decorar quais são os princípios da Administração Pública arrolados expressamente na Constituição Federal é guardar a palavra LIMPE – ou seja: Legalidade, Impessoalidade, Moralidade, Publicidade e Eficiência. Atentem, também, para as Constituições estaduais; muitas delas trazem rol de princípios mais amplo. A Constituição do Estado de São Paulo, por exemplo, elenca os seguintes princípios: legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, razoabilidade, finalidade, motivação, interesse público e eficiência.

93. **(Técnico de Laboratório – PC/SP – VUNESP – 2014)** A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, possui, entre outros, o objetivo de
- a) cooperar com outros povos para o progresso da humanidade.
  - b) erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais.
  - c) combater a escravidão, a servidão e o tráfico de mulheres.
  - d) buscar a integração econômica, social e cultural dos povos da América Latina.
  - e) assegurar o livre exercício de qualquer trabalho, ofício ou profissão.

**GABARITO OFICIAL: B****JUSTIFICATIVA:**

- a) Errado, porque: conforme art. 4º, IX, da CF a cooperação entre os povos para o progresso da humanidade é um dos princípios das relações internacionais.
- b) CERTO, porque: é o disposto no art. 3º, III, da CF.
- c) Errado, porque: não há correspondente legal.
- d) Errado, porque: buscar a integração econômica, social e cultural dos povos da América Latina encontra-se no parágrafo único do art. 4º da CF. Desta forma, está relacionado a questões de cunho internacional (princípios que regem as relações internacionais).
- e) Errado, porque: apesar de ser um dos incisos do art. 5º (inc. XIII) da CF, ele traz um direito individual do cidadão e não um objetivo da República.

**Preste Atenção:**

Remetemos o leitor aos diversos comentários acerca da questão que se mostra insistente em TODAS as carreiras policiais (estudo dos arts. 1º, 3º e 4º da CF). Além disso, seria importante ressaltar nesta questão a alternativa *d*. Ela trouxe o parágrafo único do art. 4º; nele encontramos o fundamento constitucional que permite ao Brasil a participação em comunidades internacionais. Atualmente, na América Latina, o Brasil busca a integração econômica, política, social e cultural através do MERCOSUL e da UNASUL.

94. **(Técnico de Laboratório – PC/SP – VUNESP – 2014)** A Constituição Federal prevê que as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que
- a) é aplicável somente às autarquias, fundações e empresas públicas.
  - b) não permitirá exigências de qualificação técnica ou econômica dos concorrentes.
  - c) será disciplinado por leis estaduais.
  - d) assegure igualdade de condições a todos os concorrentes.
  - e) não permitirá hipóteses de dispensa ou inexigibilidade.

**GABARITO OFICIAL: D****JUSTIFICATIVA:**

- a) Errado, porque: conforme *caput* do art. 37 da CF, os princípios decorrentes e o disposto em todos os seus incisos devem ser obedecidos pela Administração Pública Direta e Indireta, entre eles está o dever de licitar.
- b) Errado, porque: são legalmente permitidas as exigências de qualificação técnica ou econômica dos concorrentes (Lei de Licitações – Lei nº 8.666/1993).

- c) Errado, porque: conforme o disposto no art. 22, XXVII, da CF – caberá a União legislar sobre normas gerais de licitação e contratação, em todas as modalidades, para as administrações públicas diretas, autárquicas e fundacionais da União, Estados, Distrito Federal e Município.
- d) CERTO, porque: é o disposto no art. 37, XXI, da CF – ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações.
- e) Errado, porque: são legalmente estipuladas as regras para os casos de dispensa e para os casos de inexigibilidade da licitação (Lei de Licitações – Lei nº 8.666/1993).



### Preste Atenção:

Nas últimas provas da polícia houve a inserção de algumas matérias que não eram comumente cobradas. É o caso desta questão; dentro do cargo que exige nível médio não havia questionamento acerca de licitações e, agora, é interessante que os candidatos se atentem aos seguintes artigos da Constituição, entre outros, que tratam do tema: art. 37, incisos e parágrafos; art. 173, incisos e parágrafos; art. 175, incisos e parágrafos; e aqueles que foram apontados nos comentários anteriores.

95. **(Médico Legista – PC/SP – VUNESP – 2014)** A Declaração Universal dos Direitos do Homem, proclamada pela ONU em 1948, assevera que: “toda pessoa tem o direito à liberdade de locomoção”. Nesse sentido, é CERTO afirmar que esse direito é garantido pela Constituição Federal brasileira por meio do(a)

- a) *habeas data*.  
 b) inquérito policial.  
 c) mandado de segurança.  
 d) *habeas corpus*.  
 e) ação popular.

### GABARITO OFICIAL: D

#### JUSTIFICATIVA:

- a) Errado, porque: é não é o que dispõe o art. 5º, LXXII, da CF. O *habeas data* possui como objetivos: 1. assegurar o conhecimento de informações relativas à pessoa do impetrante, constantes de registros ou bancos de dados de entidades governamentais ou de caráter público e, 2. a retificação de dados, quando não se prefira fazê-lo por processo sigiloso, judicial ou administrativo;
- b) Errado, porque: não há previsão legal/constitucional;
- c) Errado, porque: conforme disposto no art. 5º, LXIX, da CF: “conceder-se-á mandado de segurança para proteger direito líquido e CERTO, não amparado por *habeas corpus* ou *habeas data*, quando o responsável pela ilegalidade ou abuso de poder for autoridade pública ou agente de pessoa jurídica no exercício de atribuições do Poder Público;
- d) CERTO, porque: é o disposto no art. 5º, LXVIII, da CF.
- e) Errado, porque: o art. 5º, LXXIII, da CF dita que: “qualquer cidadão é parte legítima para propor ação popular que vise a anular ato lesivo ao patrimônio público ou de entidade de que o Estado participe, à moralidade administrativa, ao meio ambiente e ao patrimônio histórico e cultural, ficando o autor, salvo comprovada má-fé, isento de custas judiciais e do ônus da sucumbência.”

**Preste Atenção:**

Os remédios constitucionais (*habeas corpus*, *habeas data*, mandado de segurança, mandado de injunção, ação popular e direito de petição) visam devolver à normalidade o direito que foi violado. Cada um deles com um propósito objetivo de assegurar o exercício ou de corrigir o abuso praticado contra os direitos e garantias fundamentais expressos na Constituição Federal.

96. **(Investigador de Polícia – PC/SP – VUNESP – 2014)** Considerando o disposto na Constituição Federal sobre os direitos e garantias fundamentais, assinale a alternativa correta.
- Todos podem reunir-se pacificamente, sem armas, em locais abertos ao público, desde que obtida prévia autorização do delegado de polícia e não frustrem outra reunião anteriormente convocada para o mesmo local.
  - É reconhecida a instituição do júri, com a organização que lhe der a lei, assegurada a competência para o julgamento dos crimes dolosos e culposos contra a vida.
  - A lei considerará crimes inafiançáveis e insuscetíveis de graça ou anistia, entre outros, a prática da tortura e o tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins.
  - É inviolável o sigilo da correspondência e das comunicações telegráficas, de dados e das comunicações telefônicas, salvo, no último caso, por ordem do juiz ou do promotor de justiça, na forma da lei.
  - A casa é asilo inviolável do indivíduo, ninguém nela podendo penetrar sem consentimento do morador, salvo em caso de flagrante delito ou desastre, ou para prestar socorro, ou, durante à noite, por determinação judicial.

**GABARITO OFICIAL: C****JUSTIFICATIVA:**

- Errado, porque: não é o que dispõe o art. 5º, XVI, da CF “todos podem reunir-se pacificamente, sem armas, em locais abertos ao público, independentemente de autorização, desde que não frustrem outra reunião anteriormente convocada para o mesmo local, sendo apenas exigido prévio aviso à autoridade competente;”
- Errado, porque: segundo o art. 5º, XXXVIII da CF: “é reconhecida a instituição do júri, com a organização que lhe der a lei, assegurados: a) plenitude de defesa; b) o sigilo das votações; c) a soberania dos veredictos; d) a competência para o julgamento dos crimes dolosos contra a vida;”
- CERTO, porque: é o disposto no art. 5º, XLIII, da CF.
- Errado, porque: conforme disposto no art. 5º, XII, da CF: “é inviolável o sigilo da correspondência e das comunicações telegráficas, de dados e das comunicações telefônicas, salvo, no último caso, por ordem judicial, nas hipóteses e na forma que a lei estabelecer para fins de investigação criminal ou instrução processual penal;”
- Errado, porque: o art. 5º, XI, da CF dita que: “a casa é asilo inviolável do indivíduo, ninguém nela podendo penetrar sem consentimento do morador, salvo em caso de flagrante delito ou desastre, ou para prestar socorro, ou, durante o dia, por determinação judicial.”

**Preste Atenção:**

Segundo o art. 5º, XLIII, da CF: “a lei considerará crimes inafiançáveis e insuscetíveis de graça ou anistia a prática da tortura, o tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, o terrorismo e os definidos como crimes hediondos, por eles respondendo os mandantes, os executores e os que, podendo evitá-los, se omitirem.” Neste inciso estão previstos duas espécies de crime – os hediondos e os equiparados aos hediondos. São hediondos aqueles que foram listados na Lei nº 8.072/1990, enquanto que a tortura, o tráfico de drogas e o terrorismo não são hediondos, pois ali não foram arrolados. A doutrina resolveu por bem reconhecê-los como equiparados aos hediondos.

- 97. (Investigador de Polícia – PC/SP – VUNESP – 2014)** Exercer as funções de polícia marítima e aeroportuária, conforme dispõe o texto constitucional, é uma função da
- |                     |                      |
|---------------------|----------------------|
| a) Polícia Federal. | d) Polícia Militar.  |
| b) Polícia Civil.   | e) Guarda Municipal. |
| c) Guarda Nacional. |                      |

**GABARITO OFICIAL: A****JUSTIFICATIVA:**

- a) CERTO, porque: é o disposto no art. 144, § 1º, III, da CF;  
 b) Errado, porque: não é atribuição da instituição;  
 c) Errado, porque: não é atribuição da instituição;  
 d) Errado, porque: não é atribuição da instituição;  
 e) Errado, porque: não é atribuição da instituição.

**Preste Atenção:**

Segundo o art. 144 da CF: “a segurança pública, dever do Estado, direito e responsabilidade de todos, é exercida para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio, através dos seguintes órgãos: I – polícia federal; II – polícia rodoviária federal; III – polícia ferroviária federal; IV – polícias civis; V – polícias militares e corpos de bombeiros militares.”

- 98. (Oficial administrativo – PC/SP – VUNESP – 2014)** A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em um Estado
- |                            |                             |
|----------------------------|-----------------------------|
| a) democrático de Direito. | d) socialista progressista. |
| b) burocrático.            | e) humanitário social.      |
| c) autoritário.            |                             |

**GABARITO OFICIAL: A****JUSTIFICATIVA:**

- a) CERTO, porque: é o disposto no art. 1º da CF;  
 b) Errado, porque: não há previsão no ordenamento jurídico;  
 c) Errado, porque: não há previsão no ordenamento jurídico;  
 d) Errado, porque: não há previsão no ordenamento jurídico;  
 e) Errado, porque: não há previsão no ordenamento jurídico.

**Preste Atenção:**

A República Federativa do Brasil adotou, na Constituição Federal de 1988, o fundamento do pluralismo político. Tal fundamento pode ser interpretado, num viés mais amplo, no sentido de que o País aceita as mais diversas concepções ideológicas, políticas, filosóficas. Afirmar que a Constituição Federal decreta esta ou aquela dogmática – assim como aponta a alternativa “d” e “e” da questão estudada – via de regra, fere o fundamento do pluralismo político. Ex.: o Brasil é um país que adota concepções da ideologia capitalista (propriedade privada, livre concorrência...), mas busca frear tal ótica, elencando o respeito aos direitos sociais, o respeito ao valor social do trabalho.

99. (Oficial administrativo – PC/SP – VUNESP – 2014) São Poderes da União, independentes e harmônicos entre si,
- a) a Federação brasileira, os Estados e os Municípios.
  - b) o Ministério Público, a Defensoria Pública e a Procuradoria-Geral do Estado.
  - c) o Congresso Nacional, o Senado e a Câmara dos Deputados.
  - d) o Legislativo, o Executivo e o Judiciário.
  - e) o Presidente da República, os Governadores e os Prefeitos.

**GABARITO OFICIAL: D****JUSTIFICATIVA:**

- a) Errado, porque: contraria o disposto no art. 2º da CF;
- b) Errado, porque: tais instituições são consideradas, pela Constituição Federal, como “funções essenciais à Justiça” e não como Poderes da União;
- c) Errado, porque: representam apenas o Poder Legislativo da União;
- d) CERTO, porque: é o disposto no art. 2º da CF;
- e) Errado, porque: a alternativa elenca os chefes dos Poderes Executivos da União, dos Estados e dos Municípios, respectivamente.

**Preste Atenção:**

São 3 Poderes da União – Legislativo, Executivo e Judiciário. São, também, em número de 3 os Poderes dos Estados – Legislativo, Executivo e Judiciário. Mas, apenas, 2 são os Poderes dos Municípios – Legislativo e Judiciário. Os municípios não contam com poder judiciário próprio.

100. (Oficial administrativo – PC/SP – VUNESP – 2014) A Constituição Federal estabelece que “ninguém será obrigado a fazer ou deixar de fazer alguma coisa senão em virtude de lei.” Esse é o denominado princípio constitucional do(a)
- a) moralidade.
  - b) legalidade.
  - c) isonomia.
  - d) lealdade.
  - e) igualdade.

**GABARITO OFICIAL: B****JUSTIFICATIVA:**

- a) Errado, porque: o princípio da moralidade, segundo o STF, exige que o agente público paute sua conduta por padrões éticos; com a finalidade última em alcançar a consecução do bem comum (RE 579.951 – j. 20-8-2009 – rel. Min. Ricardo Lewandowski – iSTF 516);
- b) CERTO, porque: é o disposto no art. 5º, II, da CF;
- c) Errado, porque: o princípio da isonomia, ou também conhecido como igualdade, obriga o tratamento igual a todos. É o disposto na primeira parte do *caput* do art. 5º da CF – “Todos são iguais perante a lei”. Também pode ser encontrado no inc. I do mesmo art. “homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações, nos termos desta Constituição”;
- d) Errado, porque: a lealdade tem uma concepção amplíssima em nosso ordenamento jurídico. Encontraremos o princípio da lealdade ou dever de lealdade nos atos processuais, no trato com os demais servidores públicos e com os particulares, no momento da participação de uma li-

citação... Enfim, tal princípio tem sua influência sentida por todo o sistema e, muitas vezes, analisado sob enfoques diferentes;

- e) Errado, porque: é sinônimo de isonomia, razão pela qual, remetemos o leitor aos comentários da alternativa “c”.



### Preste Atenção:

O princípio da igualdade ou da isonomia deve ser entendido sob seus dois aspectos. O primeiro, o viés formal – igualdade formal – em que obriga o tratamento igual para todos. O segundo aspecto – igualdade material – vem, no momento em que aquela igualdade formal não existe no mundo real. A igualdade material busca tratar os desiguais de forma desigual, mas sempre na medida de sua desigualdade.

**101. (Oficial administrativo – PC/SP – VUNESP – 2014)** No que se refere à liberdade religiosa, é CERTO afirmar que a Constituição Federal

- a) não estabelece qualquer regra sobre essa matéria, permitindo total e irrestrita liberdade de religião.
- b) estabelece a proteção a todas as religiões de forma irrestrita e impede que o Estado exerça qualquer tipo de fiscalização sobre os locais de culto.
- c) protege e assegura toda e qualquer manifestação religiosa, sendo a religião Católica Apostólica Romana considerada a religião oficial do Estado brasileiro.
- d) assegura o livre exercício dos cultos e garante, na forma da lei, a proteção aos locais de culto e a suas liturgias.
- e) assegura a proteção às manifestações religiosas, devendo o Estado fomentar as religiões e subsidiar os templos e locais de culto.

### GABARITO OFICIAL: D

#### JUSTIFICATIVA:

- a) Errado, porque: a Constituição Federal traz regras acerca da liberdade religiosa e ainda sobre o seu exercício e proteção;
- b) Errado, porque: não existe direito ou liberdade irrestrita. Via de regra, não existem direitos absolutos;
- c) Errado, porque: a República Federativa do Brasil é um país laico, isto é, que não possui religião oficial;
- d) CERTO, porque: é o que fez expresso no art. 5º, VI, da CF;
- e) Errado, porque: não é possível o fomento, nem o subsídio estatal a nenhuma religião.



### Preste Atenção:

A escusa de consciência – invocada para eximir-se do cumprimento de obrigação legal – no Brasil é ampla: ela abarca questões religiosas, filosóficas ou políticas e é assegurado, constitucionalmente, o direito de cumprir prestação alternativa condizente à personalidade do indivíduo. Ex. É invocada a escusa de consciência (“minha religião não permite”) para não cumprimento do serviço militar obrigatório; a este indivíduo será proporcionado o direito de cumprir outro serviço que esteja de acordo com suas convicções.

- 102. (Oficial administrativo – PC/SP – VUNESP – 2014)** Perseu, oficial de justiça, foi cumprir mandado de busca e apreensão na residência de Hércules. Tendo chegado à casa de Hércules às 20 horas para cumprir a ordem judicial, este não permitiu que Perseu entrasse em sua residência. Considerando esses fatos, bem como o que dispõe a Constituição Federal sobre a inviolabilidade do domicílio, é CERTO afirmar que
- Perseu não poderia, realmente, adentrar ao domicílio de Hércules naquele horário, já que o domicílio somente pode ser penetrado, à noite, sem o consentimento do morador, em caso de flagrante delito ou desastre, ou para prestar socorro.
  - a negativa de Hércules baseia-se na regra de que o domicílio é absolutamente inviolável, não podendo ser penetrado, sem o consentimento do morador, de dia ou de noite, em qualquer hipótese.
  - Hércules não poderia impedir a entrada de Perseu em sua casa naquele horário, tendo em vista que este estava de posse de um mandado judicial.
  - a Constituição não autoriza que o domicílio seja penetrado, sem o consentimento do morador, para cumprir uma ordem judicial, seja de noite ou de dia.
  - Perseu poderia, legalmente, adentrar na residência de Hércules, ainda que sem o seu consentimento, para cumprir o mandado judicial naquele horário.

**GABARITO OFICIAL: A****JUSTIFICATIVA:**

- CERTO, porque: é o disposto no art. 5º, XI, da CF;
- Errado, porque: conforme já mencionado, a regra é que não existam direitos absolutos – se o domicílio é inviolável, haverá exceções que permitirão sua entrada forçada;
- Errado, porque: o mandado judicial somente autoriza a entrada durante o dia;
- Errado, porque: a Constituição Federal permite que o domicílio seja violado em situações traçadas em seu art. 5º, XI;
- Errado, porque: o art. 5º, XI, da CF elenca que a casa é asilo inviolável do indivíduo, ninguém nela podendo penetrar sem consentimento do morador, salvo em caso de flagrante delito ou desastre, ou para prestar socorro, ou, durante o dia, por determinação judicial.

**Preste Atenção:**

O critério para aferição de dia e de noite, trazido pelo o art. 5º, XI, da CF, foi interpretado pelo STF para vinculá-lo à presença/ausência de luz. Sendo assim, “dia” é um conceito astrofísico: presença de luz = dia; ausência de luz = noite.

- 103. (Oficial administrativo – PC/SP – VUNESP – 2014)** O texto constitucional dispõe que a lei estabelecerá o procedimento para desapropriação por necessidade ou utilidade pública, ou por interesse social. Nessa hipótese, ressalvados os casos previstos na própria Constituição, o proprietário do bem desapropriado terá direito
- à indenização a ser paga em títulos da dívida pública, resgatáveis no prazo de até vinte anos.
  - a receber indenização em créditos de impostos.
  - à justa e prévia indenização em dinheiro.
  - a receber do poder público outro bem de igual valor.
  - à indenização em dinheiro a ser paga somente após cinco anos da transferência do bem para o poder público.

**GABARITO OFICIAL: C**

**JUSTIFICATIVA:**

- a) Errado, porque: não é a solução adequada para o caso trazido na questão;
- b) Errado, porque: não guarda respeito aos ditames constitucionais;
- c) CERTO, porque: é o previsto no art. 5º, XXIV, da CF;
- d) Errado, porque: não guarda respeito aos ditames constitucionais;
- e) Errado, porque: não guarda respeito aos ditames constitucionais.

**Preste Atenção:**

Haverá desapropriação por descumprimento da função social da propriedade e, neste caso, também conhecido como desapropriação-sanção, a perda da propriedade terá como contraprestação o pagamento mediante títulos da dívida pública, de emissão previamente aprovada pelo Senado Federal, com prazo de resgate de até dez anos, em parcelas anuais, iguais e sucessivas, assegurados o valor real da indenização e os juros legais (art. 182 da CF).

- 104. (Oficial administrativo – PC/SP – VUNESP – 2014)** Conforme reza a Constituição da República, a competência para o julgamento dos crimes dolosos contra a vida é do(a)
- a) juizado especial federal.
  - b) júri.
  - c) Juiz criminal de primeira instância.
  - d) justiça militar.
  - e) Ministério Público.

**GABARITO OFICIAL: B****JUSTIFICATIVA:**

- a) Errado, porque: não guarda respeito aos ditames constitucionais;
- b) CERTO, porque: é o previsto no art. 5º, XXXVIII, da CF;
- c) Errado, porque: não guarda respeito aos ditames constitucionais;
- d) Errado, porque: não guarda respeito aos ditames constitucionais;
- e) Errado, porque: não guarda respeito aos ditames constitucionais.

**Preste Atenção:**

A Constituição Federal elenca que é reconhecida a instituição do júri, com a organização que lhe der a lei, assegurados: a) a plenitude de defesa; b) o sigilo das votações; c) a soberania dos veredictos; d) a competência para o julgamento dos crimes dolosos contra a vida (art. 5º, XXXVIII).

- 105. (Oficial administrativo – PC/SP – VUNESP – 2014)** No direito brasileiro, é vedada a pena de
- a) suspensão ou interdição de direitos.
  - b) perda de bens.
  - c) trabalhos forçados.
  - d) privação da liberdade.
  - e) restrição da liberdade.

**GABARITO OFICIAL: C**

**JUSTIFICATIVA:**

- a) Errado, porque: é possível a decretação de suspensão ou interdição de direitos (art. 5º, XLVI, e, da CF);
- b) Errado, porque: é possível a decretação de perda de bens (art. 5º, XLVI, b, da CF);
- c) CERTO, porque: é o disposto no art. 5º, XLVII, c da CF);
- d) Errado, porque: é possível a decretação de pena privativa de liberdade (art. 5º, XLVI, a, da CF);
- e) Errado, porque: é possível a decretação de pena de restrição da liberdade (art. 5º, XLVI, a, da CF).

**Preste Atenção:**

A Constituição Federal elenca que nenhuma pena passará da pessoa do condenado, podendo a obrigação de reparar o dano e a decretação do perdimento de bens ser, nos termos da lei, estendidas aos sucessores e contra eles executadas, até o limite do valor do patrimônio transferido.

- 106. (Oficial administrativo – PC/SP – VUNESP – 2014)** Segundo a Constituição Federal, para que alguém seja considerado culpado é suficiente
- a) condenação recorrível do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo.
  - b) sentença judicial criminal de primeira instância recorrível.
  - c) decisão unânime do tribunal do júri da qual ainda caiba recurso.
  - d) denúncia do Ministério Público recebida pelo Poder Judiciário.
  - e) sentença penal condenatória transitada em julgado.

**GABARITO OFICIAL: E****JUSTIFICATIVA:**

- a) Errado, porque: não há dispositivo correspondente no ordenamento jurídico;
- b) Errado, porque: não há dispositivo correspondente no ordenamento jurídico;
- c) Errado, porque: não há dispositivo correspondente no ordenamento jurídico;
- d) Errado, porque: não há dispositivo correspondente no ordenamento jurídico;
- e) CERTO, porque: é o disposto no art. 5º, LVII, da CF.

**Preste Atenção:**

Nosso ordenamento jurídico privilegia o princípio do estado de inocência ou princípio da não culpabilidade – enquanto não houver o trânsito em julgado da sentença, não se inverte o estado de inocente. A consequência mais imediata de sua aplicação é que, se houver dúvida quanto à culpabilidade do agente, ele deverá ser inocentado (*in dubio pro reo*).

- 107. (Oficial administrativo – PC/SP – VUNESP – 2014)** O mandado de segurança coletivo pode ser impetrado, dentre outros requerentes, por
- a) qualquer pessoa.
  - b) partido político com representação no Congresso Nacional.
  - c) Juiz.
  - d) cidadão brasileiro.
  - e) Promotor de Justiça.

**GABARITO OFICIAL: B**

**JUSTIFICATIVA:**

- a) Errado, porque: não há dispositivo correspondente no ordenamento jurídico;
- b) CERTO, porque: é o disposto no art. 5º, LXX, da CF;
- c) Errado, porque: não há dispositivo correspondente no ordenamento jurídico;
- d) Errado, porque: não há dispositivo correspondente no ordenamento jurídico;
- e) Errado, porque: não há dispositivo correspondente no ordenamento jurídico.

**Preste Atenção:**

O remédio constitucional do mandado de segurança pode ser decretado individualmente (qualquer pessoa poderá fazê-lo, desde que diante de um direito líquido e certo) e também poderá ser impetrado em sua espécie coletiva. Segundo a Constituição Federal, o mandado de segurança coletivo pode ser impetrado por: a) partido político com representação no Congresso Nacional; b) organização sindical, entidade de classe ou associação legalmente constituída e em funcionamento há pelo menos um ano, em defesa dos interesses de seus membros ou associados.

**108. (Oficial administrativo – PC/SP – VUNESP – 2014)** O remédio constitucional que tem por objetivo tutelar o direito de locomoção é o(a)

- a) mandado de injunção.
- b) mandado de segurança.
- c) ação popular.
- d) *habeas corpus*.
- e) *habeas data*.

**GABARITO OFICIAL: D****JUSTIFICATIVA:**

- a) Errado, porque: conceder-se-á mandado de injunção sempre que a falta de norma regulamentadora torne inviável o exercício dos direitos e liberdades constitucionais e das prerrogativas inerentes à nacionalidade, à soberania e à cidadania;
- b) Errado, porque: conceder-se-á mandado de segurança para proteger direito líquido e CERTO, não amparado por *habeas corpus* ou *habeas data*, quando o responsável pela ilegalidade ou abuso de poder for autoridade pública ou agente de pessoa jurídica no exercício de atribuições do Poder Público (art. 5º, LXIX, da CF);
- c) Errado, porque: qualquer cidadão é parte legítima para propor ação popular que vise a anular ato lesivo ao patrimônio público ou de entidade de que o Estado participe, à moralidade administrativa, ao meio ambiente e ao patrimônio histórico e cultural, ficando o autor, salvo comprovada má-fé, isento de custas judiciais e do ônus da sucumbência (art. 5º, LXXIII, da CF);
- d) CERTO, porque: é o disposto no art. 5º, LXVIII, da CF: “conceder-se-á *habeas corpus* sempre que alguém sofrer ou se achar ameaçado de sofrer violência ou coação em sua liberdade de locomoção, por ilegalidade ou abuso de poder;”
- e) Errado, porque: “conceder-se-á ‘*habeas data*’: a) para assegurar o conhecimento de informações relativas à pessoa do impetrante, constantes de registros ou bancos de dados de entidades governamentais ou de caráter público; b) para a retificação de dados, quando não se prefira fazê-lo por processo sigiloso, judicial ou administrativo” (art. 5º, LXXII, da CF).

**Preste Atenção:**

A questão cobrou o conhecimento dos remédios constitucionais. A lista não estará completa sem o Direito de Petição, que está previsto no art. 5º, XXXIV, da CF: “são a todos assegurados, independentemente do pagamento de taxas: a) o direito de petição aos Poderes Públicos em defesa de direitos ou contra ilegalidade ou abuso de poder; b) a obtenção de certidões em repartições públicas, para defesa de direitos e esclarecimento de situações de interesse pessoal”. Sendo assim, são 6 os remédios constitucionais: *habeas corpus*, *habeas data*, mandado de segurança, mandado de injunção, ação popular e direito de petição.

- 109. (Oficial administrativo – PC/SP – VUNESP – 2014)** Assinale a alternativa que está de acordo com as disposições constitucionais sobre os direitos do trabalhador brasileiro.
- É proibido o trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de dezoito anos.
  - É direito do trabalhador jornada de doze horas para o trabalho realizado em turnos ininterruptos de revezamento.
  - O trabalhador tem o direito de gozo de férias anuais remuneradas com, pelo menos, duas vezes mais do que o salário normal.
  - O trabalhador tem direito a receber, anualmente, o décimo terceiro e o décimo quarto salários.
  - É proibido qualquer trabalho a menores de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de doze anos.

**GABARITO OFICIAL: A****JUSTIFICATIVA:**

- CERTO, porque: é o disposto no art. 7º, XXXIII, da CF – é proibido o trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de dezoito e de qualquer trabalho a menores de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos;
- Errado, porque: a jornada será de seis horas para o trabalho realizado em turnos ininterruptos de revezamento, salvo negociação coletiva (art. 7º, XIV, da CF);
- Errado, porque: segundo o art. 7º, XVII, da CF, o trabalhador tem direito ao gozo de férias anuais remuneradas com, pelo menos, um terço a mais do que o salário normal;
- Errado, porque: o disposto no art. 7º, VIII, da CF garante apenas o décimo terceiro salário, com base na remuneração integral ou no valor da aposentadoria;
- Errado, porque: o art. 7º, XXXIII, da CF declara que a condição de aprendiz poderá ser exercida a partir dos quatorze anos.

**Preste Atenção:**

O art. 7º elenca o direito dos trabalhadores urbanos e rurais, mas é a partir do artigo anterior (art. 6º) que a Constituição inaugura o capítulo dos direitos sociais. Tais direitos exigem uma contraprestação estatal – uma prestação positiva – e também são conhecidos como direitos de segunda geração ou dimensão.

- 110. (Oficial administrativo – PC/SP – VUNESP – 2014)** A soberania popular pode ser exercida, dentre outros instrumentos previstos na Constituição Federal, pelo(a)
- veto popular a projeto de lei.
  - plebiscito.
  - protesto.

- d) manifestação pública.
- e) ato de improbidade administrativa.

**GABARITO OFICIAL: B****JUSTIFICATIVA:**

- a) Errado, porque: não há tal mecanismo de participação popular;
- b) CERTO, porque: é o disposto no art. 14 da CF;
- c) Errado, porque: apesar de ser, o protesto, uma forma de participação popular, ele não é considerado um mecanismo formal;
- d) Errado, porque: apesar de ser, a manifestação pública, uma forma de participação popular, ele não é considerado um mecanismo formal;
- e) Errado, porque: o ato de improbidade administrativa é ato ilícito praticado contra a administração pública, portanto, não há nenhuma correspondência com mecanismo de participação popular na democracia.

**Preste Atenção:**

O Estado Democrático Brasileiro convive com as duas espécies de democracia: a indireta – em que o povo escolhe seus representantes, exemplo, deputados, e a direta – em que estão expressamente considerados seus instrumentos, plebiscito, referente e lei de iniciativa popular. Segundo o art. 14 da CF, “a soberania popular será exercida pelo sufrágio universal e pelo voto direto e secreto, com valor igual para todos, e, nos termos da lei, mediante: I – plebiscito; II – referendo; III – iniciativa popular.”

**III. (Oficial administrativo – PC/SP – VUNESP – 2014)** A idade mínima para alguém eleger-se ao cargo de Vereador é de

- a) 16 anos.
- b) 21 anos.
- c) 18 anos.
- d) 25 anos.
- e) 35 anos.

**GABARITO OFICIAL: C****JUSTIFICATIVA:**

- a) Errado, porque: não é o disposto na Constituição Federal;
- b) Errado, porque: não é o disposto na Constituição Federal;
- c) CERTO, porque: é o disposto no art. 14, § 3º, VI, d, da CF;
- d) Errado, porque: não é o disposto na Constituição Federal;
- e) Errado, porque: não é o disposto na Constituição Federal.

**Preste Atenção:**

Para concorrer aos diversos cargos eletivos, a Constituição impõe alguns requisitos, dentre eles, o da idade. Segundo o art. 14, § 3º, VI, a idade mínima será de: a) trinta e cinco anos para concorrer aos cargos de Presidente e Vice-Presidente da República e Senador; b) trinta anos para Governador e Vice-Governador de Estado e do Distrito Federal; c) vinte e um anos para Deputado Federal, Deputado Estadual ou Distrital, Prefeito, Vice-Prefeito e juiz de paz; e d) dezoito anos para concorrer ao cargo de Vereador.

- 112. (Oficial administrativo – PC/SP – VUNESP – 2014)** Considerando o que dispõe a Constituição Federal a respeito dos direitos políticos, é CERTO afirmar, a respeito dos analfabetos, que
- a) não podem se alistar como eleitores.
  - b) podem ser eleitos apenas para o cargo de Vereador.
  - c) podem candidatar-se apenas para o cargo de Prefeito.
  - d) não podem votar.
  - e) são inelegíveis.

**GABARITO OFICIAL: E****JUSTIFICATIVA:**

- a) Errado, porque: não é o disposto na Constituição Federal;
- b) Errado, porque: não é o disposto na Constituição Federal;
- c) Errado, porque: não é o disposto na Constituição Federal;
- d) Errado, porque: não é o disposto na Constituição Federal;
- e) CERTO, porque: é o disposto no art. 14, § 4º, da CF.

**Preste Atenção:**

O alistamento eleitoral e o voto são: I – obrigatórios para os maiores de dezoito anos; II – facultativos para: a) os analfabetos; b) os maiores de setenta anos; c) os maiores de dezesseis e menores de dezoito anos. São inelegíveis os inalistáveis (os estrangeiros e conscritos) e os analfabetos.

- 113. (Oficial administrativo – PC/SP – VUNESP – 2014)** Nos termos da Constituição Federal, os cargos em comissão, a serem preenchidos por servidores de carreira nos casos, condições e percentuais mínimos previstos em lei, destinam-se, entre outras hipóteses, apenas às atribuições
- a) políticas.
  - b) técnicas.
  - c) burocráticas.
  - d) de direção.
  - e) administrativas.

**GABARITO OFICIAL: D****JUSTIFICATIVA:**

- a) Errado, porque: não é o disposto na Constituição Federal;
- b) Errado, porque: não é o disposto na Constituição Federal;
- c) Errado, porque: não é o disposto na Constituição Federal;
- d) CERTO, porque: é o disposto no art. 37, V, da CF;
- e) Errado, porque: não é o disposto na Constituição Federal.

**Preste Atenção:**

A Constituição Federal declara que o concurso público é etapa obrigatória para preenchimento de cargos públicos. Contudo, excepciona as funções de confiança e os cargos em comissão, nos seguintes termos (art. 37, V): as funções de confiança, exercidas exclusivamente por servidores ocupantes de cargo efetivo, e os cargos em comissão, a serem preenchidos por servidores de carreira nos casos, condições e percentuais mínimos previstos em lei, destinam-se apenas às atribuições de direção, chefia e assessoramento.

- 114. (Oficial administrativo – PC/SP – VUNESP – 2014)** Assinale a alternativa que contempla um tipo de cargo público que admite acumulação com outro do mesmo tipo, quando houver compatibilidade de horários.
- a) Professor.
  - b) Delegado de Polícia.
  - c) Defensor público.
  - d) Procurador público.
  - e) Oficial administrativo.

**GABARITO OFICIAL: A****JUSTIFICATIVA:**

- a) CERTO, porque: é o disposto no art. 37, XVI, *a*, da CF;
- b) Errado, porque: tal cargo não admite acumulação;
- c) Errado, porque: tal cargo não admite acumulação;
- d) Errado, porque: tal cargo não admite acumulação;
- e) Errado, porque: tal cargo não admite acumulação.

**Preste Atenção:**

Atenção! A regra da inacumulabilidade estende-se a empregos e funções e abrange autarquias, fundações, empresas públicas, sociedades de economia mista. Além da exceção para o cargo de professor, a Constituição Federal aponta também, a possibilidade de acumulação para cargos ou empregos privativos de profissionais de saúde.

- 115. (Oficial administrativo – PC/SP – VUNESP – 2014)** Para quem comete ato de improbidade administrativa, a Constituição Federal prevê, entre outras, a seguinte pena:
- a) jubilação.
  - b) trabalhos forçados.
  - c) cassação dos direitos políticos.
  - d) indisponibilidade dos bens.
  - e) prisão perpétua.

**GABARITO OFICIAL: D****JUSTIFICATIVA:**

- a) Errado, porque: tal penalidade não está prevista na Constituição Federal;
- b) Errado, porque: a pena de trabalhos forçados é expressamente proibida pelo art. 5º, XLVII, *c*, da CF;
- c) Errado, porque: não existe penalidade de cassação de direitos políticos. Sendo possível, apenas, sua perda ou suspensão nos moldes do art. 15 da CF;
- d) CERTO, porque: é o disposto no art. 37, § 4º, da CF;
- e) Errado, porque: a pena de prisão perpétua é expressamente proibida pelo art. 5º, XLVII, *b*, da CF.

**Preste Atenção:**

Os atos de improbidade administrativa importarão a suspensão dos direitos políticos, a perda da função pública, a indisponibilidade dos bens e o ressarcimento ao erário, na forma e gradação previstas em lei, sem prejuízo da ação penal cabível.

- 116. (Oficial administrativo – PC/SP – VUNESP – 2014)** Nos moldes da Constituição Federal, ressalvada a competência da União, as funções de polícia judiciária e a apuração de infrações penais, exceto as militares, incumbem
- a) ao Ministério Público.
  - b) à Polícia Federal.
  - c) ao Poder Judiciário.
  - d) às Procuradorias Estaduais.
  - e) às Polícias Cíveis.

**GABARITO OFICIAL: E****JUSTIFICATIVA:**

- a) Errado, porque: não é atribuição expressa do Ministério Público as funções de polícia judiciária;
- b) Errado, porque: caberá à Polícia Federal a função de polícia judiciária da União;
- c) Errado, porque: não é função do Poder Judiciário a investigação/apuração dos ilícitos praticados;
- d) Errado, porque: não há previsão da função da polícia judiciária para às Procuradorias Estaduais
- e) CERTO, porque: é o disposto no art. 144, § 4º, da CF.

**Preste Atenção:**

A Constituição Federal declara que os Municípios poderão constituir guardas municipais destinadas à proteção de seus bens, serviços e instalações (art. 144, § 8º, da CF), contudo, não podemos entender que eventual criação destas guardas metropolitanas as tornem órgão de segurança pública. Somente são órgãos de segurança pública a polícia federal, a polícia rodoviária federal, a polícia ferroviária federal, as polícias civis dos estados e as polícias militares e corpos de bombeiros militares.

- 117. (Oficial administrativo – PC/SP – VUNESP – 2014)** Segundo estabelece o texto constitucional, as polícias militares e os corpos de bombeiros militares dos Estados subordinam-se
- a) ao Presidente da República.
  - b) aos Juízes.
  - c) aos Governadores.
  - d) aos Prefeitos.
  - e) aos Promotores de Justiça.

**GABARITO OFICIAL: C****JUSTIFICATIVA:**

- a) Errado, porque: não guarda correspondência com o disposto na Constituição Federal;
- b) Errado, porque: não guarda correspondência com o disposto na Constituição Federal;
- c) CERTO, porque: é o disposto no art. 144, § 6º, da Constituição Federal;
- d) Errado, porque: não guarda correspondência com o disposto na Constituição Federal;
- e) Errado, porque: não guarda correspondência com o disposto na Constituição Federal.

**Preste Atenção:**

As polícias militares e corpos de bombeiros militares, forças auxiliares e reserva do Exército, subordinam-se, juntamente com as polícias civis, aos Governadores dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios (art. 144, § 6º, da CF).

- 118. (Oficial administrativo – PC/SP – VUNESP – 2014)** O conjunto integrado de ações de iniciativa dos Poderes Públicos e da sociedade, destinadas a assegurar os direitos relativos à saúde, à previdência e à assistência social, denomina-se
- a) Bolsa Família.
  - b) seguridade social.
  - c) orçamento público.
  - d) SUS – Sistema Único de Saúde.
  - e) ações afirmativas.

**GABARITO OFICIAL: B****JUSTIFICATIVA:**

- a) Errado, porque: Bolsa Família é um programa específico de distribuição de renda praticado pelo Governo Federal;
- b) CERTO, porque: é o disposto no art. 194 da CF;
- c) Errado, porque: não guarda correspondência com o disposto na Constituição Federal;
- d) Errado, porque: não guarda correspondência com o disposto na Constituição Federal;
- e) Errado, porque: ações afirmativas, fundamentada na igualdade material, são políticas públicas que atingem determinado grupo vulnerável ou de minoria tendo em vista seu peculiar contexto social, histórico, evolutivo.

**Preste Atenção:**

Os objetivos expressamente considerados na Constituição Federal (art. 194, parágrafo único) para a Seguridade Social são: universalidade da cobertura e do atendimento; uniformidade e equivalência dos benefícios e serviços às populações urbanas e rurais; seletividade e distributividade na prestação dos benefícios e serviços; irredutibilidade do valor dos benefícios; equidade na forma de participação no custeio; diversidade da base de financiamento; caráter democrático e descentralizado da administração, mediante gestão quadripartite, com participação dos trabalhadores, dos empregadores, dos aposentados e do Governo nos órgãos colegiados.

- 119. (Oficial administrativo – PC/SP – VUNESP – 2014)** Segundo a Constituição Federal, para a instalação de obra ou atividade potencialmente causadora de significativa degradação do meio ambiente, o poder público pode, na forma da lei, exigir
- a) estudo prévio de impacto ambiental.
  - b) o pagamento de taxas e impostos para liberação da obra.
  - c) imposto sobre serviços.
  - d) recolhimento de valores ao Fundo de Proteção do Meio Ambiente.
  - e) prévia autorização do Ministério Público ambiental.

**GABARITO OFICIAL: A****JUSTIFICATIVA:**

- a) CERTO, porque: é o disposto no art. 225, § 1º, IV, da CF;
- b) Errado, porque: contraria o disposto na Constituição Federal;
- c) Errado, porque: contraria o disposto na Constituição Federal;
- d) Errado, porque: contraria o disposto na Constituição Federal;
- e) Errado, porque: contraria o disposto na Constituição Federal.

**Preste Atenção:**

A Constituição Federal, em seu art. 225, prevê que todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.

- 120. (Oficial administrativo – PC/SP – VUNESP – 2014)** Nos exatos termos do que estabelece a Constituição da República, para efeito da proteção do Estado, é reconhecida a união estável entre o homem e a mulher como entidade familiar, devendo a lei
- impedir os efeitos do casamento religioso.
  - obrigar aos conviventes que transformem a união estável em casamento oficializado.
  - disciplinar a substituição gradual do casamento pela união estável.
  - disciplinar o fim do casamento civil.
  - facilitar sua conversão em casamento.

**GABARITO OFICIAL: E****JUSTIFICATIVA:**

- Errado, porque: segundo o disposto no art. 226, § 2º, da CF, o casamento religioso tem efeito civil, nos termos da lei.
- Errado, porque: contraria o disposto na Constituição Federal;
- Errado, porque: contraria o disposto na Constituição Federal;
- Errado, porque: contraria o disposto na Constituição Federal;
- CERTO, porque: é o disposto no art. 226, § 3º, da CF.

**Preste Atenção:**

Segundo a Constituição Federal, a família, base da sociedade, tem especial proteção do Estado. Para efeito da proteção do Estado, é reconhecida a união estável entre o homem e a mulher como entidade familiar, devendo a lei facilitar sua conversão em casamento. Entende-se, também, como entidade familiar a comunidade formada por qualquer dos pais e seus descendentes. Os direitos e deveres referentes à sociedade conjugal são exercidos igualmente pelo homem e pela mulher (art. 226 da CF).

- 121. (Oficial administrativo – PC/SP – VUNESP – 2014)** São penalmente inimputáveis os
- maiores de dezesseis anos.
  - menores de vinte e um anos.
  - maiores de vinte e um anos.
  - menores de dezoito anos.
  - maiores de dezoito anos.

**GABARITO OFICIAL: D****JUSTIFICATIVA:**

- Errado, porque: contraria o disposto na Constituição Federal;
- Errado, porque: contraria o disposto na Constituição Federal;

- c) Errado, porque: contraria o disposto na Constituição Federal;
- d) CERTO, porque: é o disposto no art. 228 da CF;
- e) Errado, porque: contraria o disposto na Constituição Federal.



### Preste Atenção:

Existe discussão acerca da possibilidade ou não de diminuição da maioria penal. Existem duas correntes doutrinárias que discutem a questão: a primeira delas afirma que não seria possível a diminuição da idade por entender que tal norma é cláusula pétrea e, como tal, impassível de emenda constitucional. A outra entende o contrário, alegando que a imputabilidade penal não é direito e garantia fundamental e, portanto, seria permitido a alteração de seu limite. Até a publicação desta obra, não há decisão expressa do Supremo Tribunal Federal.

- 122. (Perito Criminal – PC/SP – VUNESP – 2014)** A respeito do tema Segurança Pública, expressamente tratado pela Constituição da República, assinale a alternativa correta.
- a) As polícias civis são incumbidas de exercer as funções de polícia judiciária e de apuração de infrações penais, exceto as militares e as de competência da União.
  - b) Os corpos de bombeiros militares não são incumbidos da execução de atividades de defesa civil.
  - c) As polícias militares são incumbidas de exercer as funções de polícia ostensiva, de polícia judiciária comum, além de preservação da ordem pública.
  - d) Os Municípios poderão constituir guardas municipais, destinadas à polícia ostensiva, à preservação da ordem pública e à proteção de seus bens, serviços e instalações.
  - e) A Polícia Federal é incumbida, dentre outras, da função de apuração de infrações penais, inclusive as militares.

### GABARITO OFICIAL: A

#### JUSTIFICATIVA:

- a) CERTO, porque: é o disposto no art. 144, § 4º, da CF;
- b) Errado, porque: caberá aos corpos de bombeiros militares, além das atribuições definidas em lei, execução de atividades de defesa civil (art. 144, § 5º, da CF);
- c) Errado, porque: caberá às polícias militares a polícia ostensiva e a preservação da ordem pública (art. 144, § 5º, da CF);
- d) Errado, porque: os Municípios poderão constituir guardas municipais destinadas à proteção de seus bens, serviços e instalações, conforme dispuser a lei (art. 144, § 8º, da CF);
- e) Errado, porque: a polícia federal deverá, entre outras atribuições, apurar infrações penais contra a ordem política e social ou em detrimento de bens, serviços e interesses da União ou de suas entidades autárquicas e empresas públicas, assim como outras infrações cuja prática tenha repercussão interestadual ou internacional e exija repressão uniforme (art. 144, § 1º, I, da CF).



### Preste Atenção:

A Constituição Federal declara que a segurança pública, dever do Estado, direito e responsabilidade de todos, é exercida para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio (art. 144, *caput*).

**123. (Escrivão de Polícia Civil – PC/SP – VUNESP – 2013)** O Brasil foi constituído como um Estado Democrático de Direito, que é regido por uma Constituição Federal. E, assim sendo, essa formação constitucional não pode ser alterada em determinados aspectos, nem mesmo por emenda constitucional.

Nesse sentido, assinale a alternativa que contempla matéria relativa ao Estado brasileiro que não pode ser objeto de deliberação por emenda constitucional cuja proposta seja tendente a sua abolição.

- a) A separação dos Poderes.
- b) Órgãos da Administração Pública.
- c) O Presidencialismo.
- d) Cargos Públicos.
- e) A República.

#### GABARITO OFICIAL: A

#### JUSTIFICATIVA:

- a) CERTO, porque: segundo o § 4º do art. 60 da CF temos que: “Não será objeto de deliberação a proposta de emenda tendente a abolir: I – a forma federativa de Estado; II – o voto direto, secreto, universal e periódico; III – a separação dos Poderes; IV – os direitos e garantias individuais”.
- b) Errado, porque: não há previsão normativa.
- c) Errado, porque: não há previsão normativa.
- d) Errado, porque: não há previsão normativa.
- e) Errado, porque: não há previsão normativa.



#### Preste Atenção:

Em nosso sistema pátrio, não existe a possibilidade do fenômeno da dupla revisão. Tal prática visaria alterar o próprio art. 60 com a finalidade futura de modificação daquelas normas classificadas como cláusulas pétreas. Ex.: excluir, via emenda constitucional, o inciso I do § 4º do art. 60 da CF. Agora, sem a forma federativa de Estado na lista de cláusula pétrea, permitir aos estados o direito de secessão, o direito de separar-se do Brasil.

**124. (Escrivão de Polícia Civil – PC/SP – VUNESP – 2013)** Assinale a alternativa cuja afirmação está, expressamente, de acordo com a Constituição Federal brasileira.

- a) É inviolável o sigilo da correspondência e das comunicações telefônicas, salvo, em ambos os casos, por ordem judicial, nas hipóteses e na forma que a lei estabelecer para fins de investigação criminal.
- b) A lei penal não retroagirá, salvo para punir o réu nos casos de cometimento de crime hediondo ou de racismo.
- c) Às presidiárias serão asseguradas condições para que possam permanecer com seus filhos durante o período de amamentação.
- d) A casa é asilo inviolável do indivíduo, ninguém nela podendo penetrar sem consentimento do morador, salvo em caso de flagrante delito ou desastre, ou para prestar socorro, ou, durante o dia ou à noite, por determinação judicial.
- e) Todos podem reunir-se pacificamente, sem armas, em locais abertos ao público, desde que prévia e devidamente autorizado pela autoridade competente e não frustrem outra reunião anteriormente convocada para o mesmo local.

#### GABARITO OFICIAL: C

**JUSTIFICATIVA:**

- a) Errado, porque: haverá sigilo na correspondência e nas comunicações telegráficas garantido pela Constituição Federal, isto é, não poderá – via de regra – ser quebrado; sobre as comunicações telefônicas, esse sim é um sigilo que será relativizado por expedição de uma ordem judicial.
- b) Errado, porque: vigora a irretroatividade da lei penal como regra; nos casos em que a lei nova é mais benéfica ao réu, ela alcançará fatos acontecidos antes da sua entrada em vigor, isto é, lei benéfica sempre retroagirá para beneficiar o réu.
- c) CERTO, porque: é o previsto no art. 5º, L, da CF.
- d) Errado, porque: a casa é asilo inviolável do indivíduo que somente poderá sofrer violação nos casos de desastre, socorro, flagrante delito a qualquer hora do dia ou da noite ou *por ordem judicial somente durante o dia*.
- e) Errado, porque: a reunião é direito constitucionalmente previsto e independe de autorização, sendo necessário, apenas, prévio aviso, prévia comunicação à autoridade competente.

**Preste Atenção:**

A palavra “casa” teve seu conceito ampliado pelo STF, podendo ser analisado sob três enfoques: a) qualquer compartimento habitado; b) qualquer aposento ocupado de habitação coletiva; e c) qualquer compartimento privado onde alguém exerce profissão ou atividade. Atualmente, escritórios e consultórios também são considerados invioláveis.

**125. (Escrivão de Polícia Civil – PC/SP – VUNESP – 2013)** Analise as seguintes afirmativas e classifique cada uma como falsa (F) ou verdadeira (V).

- ( ) A prisão de qualquer pessoa e o local onde se encontre serão comunicados imediatamente ao juiz competente e à família do preso ou à pessoa por ele indicada.
- ( ) Conceder-se-á mandado de segurança sempre que alguém sofrer ou se achar ameaçado de sofrer violência ou coação em sua liberdade de locomoção, por ilegalidade ou abuso de poder.
- ( ) O preso tem direito à identificação dos responsáveis por sua prisão ou por seu interrogatório policial.
- ( ) Ninguém será levado à prisão ou nela mantido, quando a lei admitir a liberdade provisória, com ou sem fiança.

Assinale a alternativa que corresponde à classificação correta das afirmativas em ordem de apresentação.

- a) F, F, V, V.  
 b) V, F, V, V.  
 c) V, F, V, F.  
 d) V, F, F, V.  
 e) F, V, F, V.

**GABARITO OFICIAL: B****JUSTIFICATIVA:**

- Verdadeira: conforme art. 5º, LXII, da CF.
- Falsa: a questão traz a função não do mandado de segurança, mas sim do *habeas corpus*.
- Verdadeira: conforme art. 5º, LXIV, da CF.
- Verdadeira: conforme art. 5º, LXVI, da CF.

**Preste Atenção:**

Todas as alternativas desta questão estão na literalidade do art. 5º, *caput* e incisos, da CF. Este é um estudo essencial para todas as provas da polícia, seja em nível fundamental, médio ou superior.

**126. (Escrivão de Polícia Civil – PC/SP – VUNESP – 2013)** Assinale a alternativa correta a respeito da Administração Pública.

- a) As pessoas jurídicas de direito público e as de direito privado prestadoras de serviços públicos responderão pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, causarem a terceiros, sendo vedado o regresso contra o agente responsável nos casos de dolo ou culpa.
- b) Os acréscimos pecuniários percebidos por servidor público deverão ser computados ou acumulados para fins de concessão de acréscimos ulteriores, na forma da lei.
- c) A investidura em cargo ou emprego público depende de aprovação prévia em concurso público de provas ou de provas e títulos, de acordo com a natureza e a complexidade do cargo ou emprego, na forma prevista em lei, incluindo as nomeações para cargo em comissão declarado em lei de livre nomeação e exoneração.
- d) As funções de confiança, exercidas exclusivamente por servidores ocupantes de cargo efetivo, e os cargos em comissão, a serem preenchidos por servidores de carreira nos casos, condições e percentuais mínimos previstos em lei, destinam-se apenas às atribuições de direção, chefia e assessoramento.
- e) O prazo de validade do concurso público será de até três anos, prorrogável uma vez, por igual período.

**GABARITO OFICIAL: D****JUSTIFICATIVA:**

- a) Errado, porque: na verdade, a *Administração Pública poderá ingressar com a ação regressiva contra o agente público causador do dano*. E esse deverá ressarcir o erário sempre que agir com dolo e culpa. O erro da questão está em sua parte final.
- b) Errado, porque: de acordo com o art. 37, XIV, os acréscimos pecuniários percebidos por servidor público *não serão computados nem acumulados* para fins de concessão de acréscimos ulteriores.
- c) Errado, porque: os cargos em comissão e as funções de confiança são funções públicas que *não necessitam de prévio concurso público*, são declarados em lei de livre nomeação e exoneração.
- d) CERTO, porque: é o disposto no art. 37, V, da CF.
- e) Errado, porque: o prazo de validade do concurso público será de *até dois anos*, prorrogável uma vez, por igual período.

**Preste Atenção:**

Os cargos e empregos públicos terão como meio de acesso o concurso público. Para as funções públicas da espécie cargo em comissão e função de confiança, a forma de ingresso é o convite – que também deverá ser publicado no Diário Oficial competente.

**127. (Escrivão de Polícia Civil – PC/SP – VUNESP – 2013)** Considerando o disposto na Carta Magna brasileira, é correto afirmar sobre a estabilidade do servidor público:

- a) o servidor público estável somente poderá perder o cargo por sentença judicial.

- b) extinto o cargo ou declarada a sua desnecessidade, o servidor estável não poderá ser colocado em disponibilidade.
- c) como condição para a aquisição da estabilidade, é obrigatória a avaliação especial de desempenho por comissão instituída para essa finalidade.
- d) invalidada por sentença judicial a demissão do servidor estável, ele não poderá ser reintegrado se o seu cargo já estiver ocupado.
- e) os servidores nomeados para cargo de provimento efetivo em virtude de concurso público são estáveis após três anos, contados da sua nomeação.

### GABARITO OFICIAL: C

#### JUSTIFICATIVA:

- a) Errado, porque: a questão define a vitaliciedade. Aquele que detém cargo vitalício somente o perderá por sentença judicial transitada em julgado. *Os estáveis podem perder o cargo tanto por sentença judicial transitada em julgado quanto por processo administrativo disciplinar.*
- b) Errado, porque: extinto o cargo ou declarada a sua desnecessidade, o servidor estável *deverá* ser colocado em disponibilidade.
- c) CERTO, porque: é o disposto no art. 41, § 4º, da CF.
- d) Errado, porque: invalidada por sentença judicial a demissão do servidor estável, *ele deverá ser reintegrado*, ainda que seu cargo já esteja ocupado.
- e) Errado, porque: o prazo para atingir a estabilidade é, realmente, de três anos, contudo são três anos *de efetivo exercício*.



#### Preste Atenção:

O servidor estável também poderá perder o cargo por corte de gastos, nos termos do art. 169 da CF.

- 128. (Investigador de Polícia – PC/SP – VUNESP – 2013)** A República Federativa do Brasil rege-se nas suas relações internacionais, entre outros, pelo seguinte princípio:
- a) colaboração entre os povos para a evolução religiosa da humanidade.
  - b) construção de uma sociedade internacional livre, justa e solidária.
  - c) fruição total e absoluta dos direitos humanos.
  - d) autodeterminação dos povos.
  - e) uso autorizado da força para resposta aos ataques terroristas internacionais.

### GABARITO OFICIAL: D

#### JUSTIFICATIVA:

- a) Errado, porque: não há previsão legal para tal assertiva, lembrando que o Brasil é um Estado laico, que não adota religião oficial.
- b) Errado, porque: apesar da literalidade da alternativa estar correta, não se trata de um princípio nas relações internacionais, mas sim de um objetivo da República Federativa do Brasil.
- c) Errado, porque: o inciso II do art. 4º da CF apresenta que um dos princípios nas relações internacionais é a “prevalência dos Direitos Humanos”.
- d) CERTO, porque: é o disposto no art. 4º, III, da CF.
- e) Errado, porque: no art. 4º, base legal desta questão, temos vários princípios que se contrapõem à alternativa ora em comentário (não intervenção, igualdade entre os Estados, defesa da paz e solução pacífica dos conflitos); desta forma, o Brasil não legitima, pelo menos em seus princípios nas relações internacionais, o uso da força.

**Preste Atenção:**

É necessário um estudo muito eficiente que consiga diferenciar os fundamentos (presentes no art. 1º) dos objetivos (presentes no art. 3º) dos princípios (presentes no art. 4º) da República Federativa do Brasil. Exemplos como este trazido na questão são corriqueiros em todas as bancas examinadoras. Muita atenção a estes três artigos!

**129. (Investigador de Polícia – PC/SP – VUNESP – 2013)** Assinale a alternativa cujo conteúdo corresponde a um direito ou garantia fundamental previsto expressamente no texto constitucional.

- Não será concedida extradição de estrangeiro por crime político ou de opinião.
- Não haverá juízo ou tribunal de exceção, exceto quando se tratar de crime hediondo, inafiançável ou imprescritível, na forma da lei.
- Ninguém será processado nem sentenciado senão pela autoridade policial competente.
- A lei penal não retroagirá, salvo quando for para punir o réu.
- Não poderá haver penas de morte, cruéis ou de interdição de direitos individuais.

**GABARITO OFICIAL: A****JUSTIFICATIVA:**

- CERTO, porque: é o disposto no art. 5º, LII, da CF.
- Errado, porque: por expressa definição legal é vedada a criação do tribunal ou juízo de exceção; esta proibição não comporta exceção (art. 5º, XXXVII, da CF).
- Errado, porque: ninguém será processado nem sentenciado senão pela autoridade competente (art. 5º, LIII, da CF).
- Errado, porque: a lei penal não retroagirá, salvo quando for para beneficiar o réu (art. 5º, XL, da CF).
- Errado, porque: não poderá haver penas de morte salvo em caso de guerra declarada (art. 84, XIX), cruéis, de caráter perpétuo, de trabalhos forçados, de banimento (art. 5º, XLVII, XLVI, da CF).

**Preste Atenção:**

De acordo com o Código Penal Militar, em seu art. 56, pena de morte é executada por fuzilamento.

**130. (Investigador de Polícia – PC/SP – VUNESP – 2013)** Sansão Herculano, brasileiro, médico veterinário, maior de idade, foi preso em flagrante delito e levado à Delegacia de Polícia. Segundo o que estabelece a Constituição Federal, Sansão tem os seguintes direitos:

- a assistência da família e de um advogado, cela especial por ter curso superior e uma ligação telefônica para pessoa por ele indicada.
- ser criminalmente identificado, mesmo se possuir identificação civil, cela especial em razão de ter curso superior e assistência de um advogado.
- avistar-se pessoalmente com o promotor de justiça, entrar em contato com uma pessoa da família ou quem ele indicar e assistência de um advogado ou defensor público.
- relaxamento imediato de sua prisão se ela foi ilegal, permanecer calado e cela especial privativa.
- permanecer calado, identificação dos responsáveis por sua prisão e que o juiz e sua família sejam imediatamente comunicados sobre sua prisão.

**GABARITO OFICIAL: E**

**JUSTIFICATIVA:**

- a) Errado, porque: (art. 5º, LXII, da CF) a prisão de qualquer pessoa e o local onde se encontre serão comunicados imediatamente ao juiz competente e à família do preso ou à pessoa por ele indicada – sobre o direito à prisão especial não há menção constitucional sobre o tema.
- b) Errado, porque: (art. 5º, LVIII, da CF) o civilmente identificado não será submetido a identificação criminal, salvo nas hipóteses previstas em lei.
- c) Errado, porque: não existe na Constituição Federal o direito de avistar-se pessoalmente com o promotor de justiça; todo o restante da questão está correta.
- d) Errado, porque: conforme já relatado, não há previsão constitucional para a cela especial – o diploma normativo que cuida deste assunto é o Código de Processo Penal.
- e) CERTO, porque: é o disposto no art. 5º, LXII, LXIII e LXIV, da CF.

**Preste Atenção:**

O direito de permanecer calado pode ser cobrado em provas através da seguinte expressão em latim: *nemo tenetur se degenerate*; o direito de não fazer prova contra si mesmo.

**131. (Investigador de Polícia – PC/SP – VUNESP – 2013)** Conforme estabelece a Constituição Federal, as funções de polícia judiciária e de preservação da ordem pública cabem, respectivamente,

- a) à Polícia Militar e ao Corpo de Bombeiros.
- b) à Polícia Militar e às Polícias Cíveis.
- c) às Polícias Cíveis e à Polícia Militar.
- d) às Polícias Cíveis e às Guardas Municipais.
- e) à Polícia Federal e às Guardas Municipais.

**GABARITO OFICIAL: C****JUSTIFICATIVA:**

- a) Errado, porque: tanto à polícia militar quanto ao corpo de bombeiros cabe exercer funções de polícia administrativa.
- b) Errado, porque: à polícia militar cabe exercer funções de polícia administrativa e à polícia civil caberá a função de polícia judiciária.
- c) CERTO, porque: segundo a Constituição Federal, em seu art. 144, temos que as funções de polícia judiciária, entre outras atribuições, foram entregues à polícia federal e às polícias civis em âmbito estadual; às polícias militares cabem a polícia ostensiva e a preservação da ordem pública. As guardas municipais não são órgãos de segurança pública e possuem como função a proteção dos bens, serviços e instalações municipais.
- d) Errado, porque: à polícia civil cabe exercer funções de polícia judiciária e a guarda metropolitana recebeu a função de proteção dos bens, serviços e instalações municipais.
- e) Errado, porque: à polícia federal cabe exercer funções de polícia judiciária e a guarda metropolitana recebeu a função de proteção dos bens, serviços e instalações municipais.

**Preste Atenção:**

A função de polícia judiciária será repressiva e investigativa, porque atua após o cometimento do ato. Já a função da polícia administrativa acontecerá de forma ostensiva e preventiva, porque atua para que o ato ilícito não ocorra.

- 132. (Investigador de Polícia – PC/SP – VUNESP – 2013)** Com relação aos direitos políticos previstos na Constituição Federal brasileira, é correto afirmar que
- a) não podem alistar-se como eleitores os estrangeiros e, durante o período do serviço militar obrigatório, os conscritos.
  - b) o alistamento eleitoral e o voto são obrigatórios para os maiores de dezoito anos e facultativos para os analfabetos e os maiores de sessenta anos.
  - c) a idade mínima para elegibilidade ao cargo de Vereador é de vinte e um anos.
  - d) os direitos políticos poderão ser cassados em decorrência da sentença criminal condenatória transitada em julgado.
  - e) o militar é inalistável e inelegível.

**GABARITO OFICIAL: A****JUSTIFICATIVA:**

No art. 14 da CF, encontramos as formas de exercício dos direitos políticos.

- a) CERTO, porque: é o disposto no art. 14, § 2º, da CF.
- b) Errado, porque: o alistamento eleitoral e o voto são obrigatórios para os maiores de dezoito anos e facultativos para os analfabetos e os maiores de setenta anos e *ainda para os maiores de dezesseis e menores de dezoito anos*.
- c) Errado, porque: a idade mínima para elegibilidade ao cargo de vereador é de *dezoito* anos.
- d) Errado, porque: é vedada a cassação de direitos políticos, eles poderão ser perdidos ou suspensos nos termos do art. 15 da CF.
- e) Errado, porque: o militar alistável é elegível, atendidas as seguintes condições: I – se contar menos de dez anos de serviço, deverá afastar-se da atividade; ou II – se contar mais de dez anos de serviço, será agregado pela autoridade superior e, se eleito, passará automaticamente, no ato da diplomação, para a inatividade.

**Preste Atenção:**

Os direitos políticos em si não podem ser cassados; contudo, diante de uma questão que afirme que o mandato político pode ser cassado, a alternativa deve ser entendida como correta. O mandato político pode ser cassado – os direitos políticos do detentor daquele mandato podem sofrer apenas perda ou suspensão. Cuidado com isso!

- 133. (Papiloscopista Policial – PC/SP – VUNESP – 2013)** Assinale a alternativa cujo conteúdo se encontra em consonância com o texto expresso da Constituição Federal brasileira.
- a) A criação de associações e, na forma da lei, a de cooperativas dependem de expressa autorização do poder público, sendo permitida a interferência estatal em seu funcionamento quando necessária para resguardar a segurança da sociedade e do Estado.
  - b) São inadmissíveis, no processo, as provas obtidas por meios ilícitos, salvo quando expressamente autorizadas pela autoridade policial ou judiciária.

- c) Na hipótese de prisão em flagrante ou decorrente de mandado judicial, o preso será obrigatoriamente submetido à identificação criminal, mesmo que identificado civilmente.
- d) Ninguém será obrigado a fazer ou deixar de fazer alguma coisa senão em virtude de lei ou de decreto do Poder Executivo.
- e) É assegurado a todos o acesso à informação e resguardado o sigilo da fonte, quando necessário ao exercício profissional.

### GABARITO OFICIAL: E

#### JUSTIFICATIVA:

- a) Errado, porque: a criação de associações e, na forma da lei, a de cooperativas independem de autorização, sendo vedada a interferência estatal em seu funcionamento.
- b) Errado, porque: são inadmissíveis, no processo, as provas obtidas por meios ilícitos.
- c) Errado, porque: civilmente identificado, não será submetido a identificação criminal, salvo nas hipóteses previstas em lei.
- d) Errado, porque: ninguém será obrigado a fazer ou deixar de fazer alguma coisa senão em virtude de lei. O Poder Regulamentar (decreto do Poder Executivo, por exemplo) não é competente para restringir ou contrariar lei expressa.
- e) CERTO, porque: é o disposto no art. 5º, XIV, da CF.



#### Preste Atenção:

O art. 84, IV, da CF dita que compete ao chefe do Poder Executivo expedir decretos e regulamentos para a fiel execução das leis.

- 134. (Papiloscopista Policial – PC/SP – VUNESP – 2013)** A ação judicial, prevista na Constituição Federal, que vise a anular ato lesivo ao patrimônio público ou de entidade de que o Estado participe, à moralidade administrativa, ao meio ambiente e ao patrimônio histórico e cultural, em que o autor, salvo comprovada má-fé, está isento de custas judiciais e do ônus da sucumbência, é a(o):
- a) ação civil pública.
  - b) *habeas data*.
  - c) *habeas corpus*.
  - d) ação popular.
  - e) mandado de segurança.

### GABARITO OFICIAL: D

#### JUSTIFICATIVA:

- a) Errado, porque: não é o que está disposto na CF. A Lei de Ação Civil Pública nº 7.347/1985 traz seu objeto e competência.
- b) Errado, porque: o art. 5º, LXXII, da CF dispõe que “conceder-se-á *habeas data* para assegurar o conhecimento de informações relativas à pessoa do impetrante, constantes de registros ou bancos de dados de entidades governamentais ou de caráter público ou para a retificação de dados, quando não se prefira fazê-lo por processo sigiloso, judicial ou administrativo”.
- c) Errado, porque: o art. 5º, LXVIII da CF dispõe “conceder-se-á *habeas corpus* sempre que alguém sofrer ou se achar ameaçado de sofrer violência ou coação em sua liberdade de locomoção, por ilegalidade ou abuso de poder”.
- d) CERTO, porque: é o disposto no art. 5º, LXXIII, da CF. Lembrando que essa é uma ação exclusivamente popular, isto é, seu único legitimado é o cidadão, cidadão brasileiro cuja prova da cidadania será a apresentação do título de eleitor.

- e) Errado, porque: o art. 5º, LXIX, da CF dispõe que “conceder-se-á mandado de segurança para proteger direito líquido e certo, não amparado por *habeas corpus* ou *habeas data*, quando o responsável pela ilegalidade ou abuso de poder for autoridade pública ou agente de pessoa jurídica no exercício de atribuições do Poder Público”.

**Preste Atenção:**

Não é necessário respeitar o domicílio eleitoral do cidadão, isto é, é possível que um cidadão domiciliado em São Paulo impetre uma ação popular contra ato lesivo da Administração Pública de Minas Gerais, por exemplo.

- 135. (Papiloscopista Policial – PC/SP – VUNESP – 2013)** Conforme estabelece a Constituição da República, entre outras consequências, os atos de improbidade administrativa importarão, ao responsável,
- a) o ressarcimento ao Erário.
  - b) a desapropriação da função pública.
  - c) o confisco dos bens.
  - d) a prisão civil.
  - e) a cassação dos direitos políticos.

**GABARITO OFICIAL: A****JUSTIFICATIVA:**

- a) CERTO, porque: segundo o art. 37, § 4º, da CF, os atos de improbidade administrativa importarão a suspensão dos direitos políticos, a perda da função pública, a indisponibilidade dos bens e o ressarcimento ao erário, na forma e gradação previstas em lei, sem prejuízo da ação penal cabível.
- b) Errado, porque: não há previsão normativa.
- c) Errado, porque: não há previsão normativa.
- d) Errado, porque: não há previsão normativa.
- e) Errado, porque: não há previsão normativa.

**Preste Atenção:**

Segundo a Lei de Improbidade Administrativa (Lei nº 8.429/1992), as sanções ali dispostas poderão ser aplicadas cumulativamente.

- 136. (Papiloscopista Policial – PC/SP – VUNESP – 2013)** Considerando o disposto na Constituição Federal, é correto afirmar que o servidor público nomeado para cargo de provimento efetivo em virtude de concurso público adquire estabilidade
- a) após dois anos contados da sua nomeação para o cargo e mediante a avaliação especial de desempenho por comissão instituída para essa finalidade.
  - b) após três anos de efetivo exercício no cargo e mediante a avaliação técnica da sua chefia imediata que deverá ser ratificada pelo Secretário de Estado da respectiva Pasta.
  - c) após dois anos de efetivo exercício no cargo e mediante a avaliação especial de desempenho por comissão instituída para essa finalidade.
  - d) após três anos contados da sua nomeação para o cargo e mediante a avaliação técnica da sua chefia imediata que deverá ser ratificada pelo Governador do Estado.
  - e) após três anos de efetivo exercício no cargo e mediante a avaliação especial de desempenho por comissão instituída para essa finalidade.

**GABARITO OFICIAL: E****JUSTIFICATIVA:**

- a) Errado, porque: não há previsão normativa.
- b) Errado, porque: não há previsão normativa.
- c) Errado, porque: não há previsão normativa.
- d) Errado, porque: não há previsão normativa.
- e) CERTO, porque: com o advento do princípio da eficiência, a Administração Pública busca a excelência na prestação do serviço público. Uma das consequências práticas deste princípio foi a adoção da avaliação de desempenho que está sendo aplicada aos agentes públicos. Para alcançar a estabilidade, o servidor público deverá cumprir três anos de efetivo exercício e ser aprovado na avaliação de desempenho por comissão instituída para essa finalidade.

**Preste Atenção:**

A avaliação de desempenho pode ser classificada como “especial” – requisito de estabilidade – e também “periódica” – mesmo após a estabilidade, o servidor público passará, contínua e periodicamente, por avaliação para atestar seu desempenho.

- 137. (Investigador de Polícia – PC/SP – VUNESP – 2013)** Tendo em vista os direitos humanos fundamentais na vigente Constituição da República brasileira, o direito de locomoção e a obtenção ou correção de dados e informações constantes de arquivos de entidades governamentais ou caráter público podem ser garantidos, respectivamente, pelos seguintes remédios constitucionais:

- a) alvará de soltura e ação civil pública.
- b) *habeas data* e mandado de segurança.
- c) mandado de injunção e *habeas data*.
- d) *habeas corpus* e mandado de injunção.
- e) *habeas corpus* e *habeas data*.

**GABARITO OFICIAL: E****JUSTIFICATIVA:**

Os remédios constitucionais previstos em nossa Constituição são apenas: *habeas corpus* (utilizado em favor da liberdade de ir e vir); *habeas data* (como última opção para conhecer e retificar informações pessoais); mandado de segurança individual ou coletivo (para proteger direito líquido e certo não amparado por *habeas corpus* e *habeas data*); mandado de injunção (contra a omissão legislativa – falta de norma regulamentadora que torna inviável o exercício das liberdades constitucionais, dos direitos da nacionalidade, soberania e cidadania); ação popular (que visa a anulação de ato lesivo ao patrimônio público ou de entidade de que o Estado participe) e direito de petição (em defesa de direitos ou contra ilegalidade ou abuso de poder ou para obter certidões em repartições públicas, para defesa de direitos e esclarecimento de situações de interesse pessoal).

- a) Errado, porque: não há correspondente constitucional.
- b) Errado, porque: não há correspondente constitucional.
- c) Errado, porque: não há correspondente constitucional.
- d) Errado, porque: não há correspondente constitucional.
- e) CERTO, porque: correspondem aos objetivos descritos na questão (vide comentários anteriores).

**Preste Atenção:**

Diferença entre direitos, garantias e remédios constitucionais. *Direitos* são disposições meramente declaratórias, normas que descrevem alguma situação; *garantias* são disposições assecuratórias, que, em defesa daqueles direitos, limitam o poder; *remédios constitucionais* serão utilizados quando aquelas garantias não foram suficientes para proteger os direitos – quando houver violação (ou iminência da violação), o remédio constitucional devolverá o direito maculado à normalidade.

**138. (Delegado de Polícia – PC/BA – CESPE – 2013)** Considere a seguinte situação hipotética.

Pedro e Paulo simularam contrato de gestão com o objetivo de dispensar licitação em situação que não configurava hipótese de dispensa autorizada por lei. Em processo criminal, Pedro foi condenado à pena de dois anos e um mês de detenção e Paulo, à pena de três anos e dois meses de detenção e, apesar de não ter sido comprovada a obtenção de vantagem econômica, ambos foram condenados, ainda, ao pagamento de multa.

Nessa situação hipotética, o juiz agiu corretamente ao aplicar a pena pecuniária.

( ) Certo                      ( ) Errado

**GABARITO OFICIAL: ERRADO****JUSTIFICATIVA:**

ERRADO, porque: a Lei nº 8.666/1993, no art. 89, alerta que dispensar ou inexigir licitação fora das hipóteses previstas em lei, ou deixar de observar as formalidades pertinentes à dispensa ou à inexigibilidade resulta em pena de detenção, de três a cinco anos, e multa.

“Art. 99. A pena de multa cominada nos arts. 89 a 98 desta Lei consiste no pagamento de quantia fixada na sentença e calculada em índices percentuais, cuja base corresponderá ao valor da vantagem efetivamente obtida ou potencialmente auferível pelo agente”. Portanto, se não há comprovação da obtenção da vantagem, não há o que se falar de multa.

**Preste Atenção:**

O STF alerta que “O tipo subjetivo do crime tipificado no art. 89, da Lei de Licitações estará preenchido com a simples presença do dolo genérico, não havendo necessidade, pois, de demonstração de qualquer finalidade específica na conduta do agente” (AI nº 816383 RJ).

**139. (Delegado de Polícia – PC/BA – CESPE – 2013)** A respeito do controle de constitucionalidade, julgue os itens que se seguem.

Ao governador de estado é permitido questionar, por via principal e concentrada, a validade de determinada lei, ainda que não tenha vetado, na ocasião própria, o projeto dessa lei.

( ) Certo                      ( ) Errado

**GABARITO OFICIAL: CERTO****JUSTIFICATIVA:**

CERTO, porque: a questão trata da legitimidade para propor ação no controle concentrado de constitucionalidade. Para tanto, devemos pesquisar quais são os legitimados para ingressar com a Ação Direita de Inconstitucionalidade. Segundo a Lei nº 9.868/1999, são eles: Presidente da República;

Mesa do Senado Federal; Mesa da Câmara dos Deputados; Mesa de Assembleia Legislativa ou a Mesa da Câmara Legislativa do Distrito Federal; Governador de Estado ou o Governador do Distrito Federal; Procurador-Geral da República; Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil; partido político com representação no Congresso Nacional; confederação sindical ou entidade de classe de âmbito nacional.



**Preste Atenção:**

Podem propor a ação declaratória de constitucionalidade de lei ou ato normativo federal: I – o Presidente da República; II – a Mesa do Senado Federal; III – a Mesa da Câmara dos Deputados; IV – a Mesa de Assembleia Legislativa ou a Mesa da Câmara Legislativa do Distrito Federal; V – o Governador de Estado ou o Governador do Distrito Federal; VI – o Procurador-Geral da República; VII – o Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil; VIII – partido político com representação no Congresso Nacional; IX – confederação sindical ou entidade de classe de âmbito nacional.

**140. (Delegado de Polícia – PC/BA – CESPE – 2013)** Prefeito municipal é parte legítima para ingressar com arguição de descumprimento de preceito fundamental perante o Supremo Tribunal Federal (STF).

( ) Certo            ( ) Errado

**GABARITO OFICIAL: ERRADO**

**JUSTIFICATIVA:**

ERRADO, porque: segundo a Lei nº 9.882/1999, art. 2º, podem propor arguição de descumprimento de preceito fundamental: I – os legitimados para a ação direta de inconstitucionalidade. Sendo assim, o prefeito não tem legitimidade para propor ADPF.



**Preste Atenção:**

A ADPF será proposta perante o Supremo Tribunal Federal e terá por objeto evitar ou reparar lesão a preceito fundamental, resultante de ato do Poder Público ou quando for relevante o fundamento da controvérsia constitucional sobre lei ou ato normativo federal, estadual ou municipal, incluídos os anteriores à Constituição.

**141. (Delegado de Polícia – PC/BA – CESPE – 2013)** O mandado de injunção é remédio jurídico apto a enfrentar a inconstitucionalidade por omissão.

( ) Certo            ( ) Errado

**GABARITO OFICIAL: CERTO**

**JUSTIFICATIVA:**

CERTO, porque: existem duas formas de contornar a omissão legislativa. Uma na modalidade concreta, a ação direta de inconstitucionalidade por omissão, em que os legitimados são taxativos e estão arrolados na Lei nº 9.868/1999 (“Art. 12-A. Podem propor a ação direta de inconstitucionalidade por omissão os legitimados à propositura da ação direta de inconstitucionalidade e da ação declaratória de constitucionalidade”). E a outra, no chamado controle difuso, de ordem individual, possuindo

natureza de remédio constitucional, que é o mandado de injunção. Fazendo parte do controle difuso, não há rol de legitimados. Todo indivíduo, em tese, é legitimado por impetrar mandado de injunção.



### Preste Atenção:

Em caso de excepcional urgência e relevância da matéria, o tribunal, por decisão da maioria absoluta de seus membros, poderá conceder medida cautelar, após a audiência dos órgãos ou autoridades responsáveis pela omissão inconstitucional, que deverão pronunciar-se no prazo de cinco dias. A medida cautelar poderá consistir na suspensão da aplicação da lei ou do ato normativo questionado, no caso de omissão parcial, bem como na suspensão de processos judiciais ou de procedimentos administrativos, ou ainda em outra providência a ser fixada pelo tribunal.

- 142. (Delegado de Polícia – PC/BA – CESPE – 2013)** O brasileiro nato que cometer crime no exterior, quaisquer que sejam as circunstâncias e a natureza do delito, não pode ser extraditado pelo Brasil a pedido de governo estrangeiro.

( ) Certo      ( ) Errado

### GABARITO OFICIAL: CERTO

#### JUSTIFICATIVA:

CERTO, porque: de qualquer forma, a lei penal será aplicada contra tal brasileiro. Vejamos a decisão do caso perante o STF: “O brasileiro nato, quaisquer que sejam as circunstâncias e a natureza do delito, não pode ser extraditado, pelo Brasil, a pedido de Governo estrangeiro, pois a CR, em cláusula que não comporta exceção, impede, em caráter absoluto, a efetivação da entrega extradicional daquele que é titular, seja pelo critério do *jus soli*, seja pelo critério do *jus sanguinis*, de nacionalidade brasileira primária ou originária. Esse privilégio constitucional, que beneficia, sem exceção, o brasileiro nato (CF, art. 5º, LI), não se descaracteriza pelo fato de o Estado estrangeiro, por lei própria, haver-lhe reconhecido a condição de titular de nacionalidade originária pertinente a esse mesmo Estado (CF, art. 12, § 4º, II, a). Se a extradição não puder ser concedida, por inadmissível, em face de a pessoa reclamada ostentar a condição de brasileira nata, legitimar-se-á a possibilidade de o Estado brasileiro, mediante aplicação extraterritorial de sua própria lei penal (CP, art. 7º, II, b, e respectivo § 2º) – e considerando, ainda, o que dispõe o Tratado de Extradicação Brasil/Portugal (Art. IV) –, fazer instaurar, perante órgão judiciário nacional competente (CPP, art. 88), a concorrente *persecutio criminis*, em ordem a impedir, por razões de caráter ético-jurídico, que práticas delituosas, supostamente cometidas, no exterior, por brasileiros (natos ou naturalizados), fiquem impunes.” (HC nº 83.113-QO, rel. Min. Celso de Mello, j. 26-6-2003, Plenário, DJ de 29-8-2003).



### Preste Atenção:

Nenhum brasileiro será extraditado, salvo o naturalizado, em caso de crime comum, praticado antes da naturalização, ou de comprovado envolvimento em tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, na forma da lei.

- 143. (Delegado de Polícia – PC/BA – CESPE – 2013)** A proteção do direito à vida tem como consequência a proibição da pena de morte em qualquer situação, da prática de tortura e da eutanásia.

( ) Certo      ( ) Errado

**GABARITO OFICIAL: ERRADO****JUSTIFICATIVA:**

ERRADO, porque: segundo a CF, XLVII, não haverá penas: a) de morte, *salvo em caso de guerra declarada, nos termos do art. 84, XIX*; b) de caráter perpétuo; c) de trabalhos forçados; d) de banimento; e) cruéis.

**Preste Atenção:**

Nenhuma pena passará da pessoa do condenado, podendo a obrigação de reparar o dano e a decretação do perdimento de bens serem, nos termos da lei, estendidas aos sucessores e contra eles executadas, até o limite do valor do patrimônio transferido.

**144. (Delegado de Polícia – PC/BA – CESPE – 2013)** A respeito do Poder Legislativo, julgue os próximos itens.

Aos suplentes de senadores e deputados federais são garantidas as mesmas prerrogativas dos titulares, ainda que aqueles não estejam em exercício.

( ) Certo            ( ) Errado

**GABARITO OFICIAL: ERRADO****JUSTIFICATIVA:**

ERRADO, porque: as prerrogativas são entregues ao mandatário em razão do cargo ocupado. Não são privilégios pessoais, e sim prerrogativas do cargo. O STF assim se pronunciou: “Inquérito criminal. Suplente de senador. Retorno do titular. Competência. STF. A prerrogativa de foro conferida aos membros do Congresso Nacional, vinculada à liberdade máxima necessária ao bom desempenho do ofício legislativo, estende-se ao suplente respectivo apenas durante o período em que este permanecer no efetivo exercício da atividade parlamentar. Assim, o retorno do deputado ou do senador titular às funções normais implica a perda, pelo suplente, do direito de ser investigado, processado e julgado no STF” (Inq nº 2.421-AgR, rel. Min. Menezes Direito, j. 14-2-2008, Plenário, *DJe* de 4-4-2008). No mesmo sentido: Inq nº 3.341, rel. Min. Celso de Mello, decisão monocrática, j. 25-4-2012, *DJe* de 3-5-2012; AP nº 511, rel. Min. Celso de Mello, decisão monocrática, j. 25-11-2009, *DJe* de 3-12-2009.

**Preste Atenção:**

“O membro do Congresso Nacional que se licencia do mandato para investir-se no cargo de ministro de Estado não perde os laços que o unem, organicamente, ao Parlamento (CF, art. 56, I). Consequentemente, continua a subsistir em seu favor a garantia constitucional da prerrogativa de foro em matéria penal (Inq 777-3-QQ/TO, rel. Min. Moreira Alves, *DJ* de 1º-10-1993), bem como a faculdade de optar pela remuneração do mandato (CF, art. 56, § 3º). Da mesma forma, ainda que licenciado, cumpre-lhe guardar estrita observância às vedações e incompatibilidades inerentes ao estatuto constitucional do congressista, assim como às exigências ético-jurídicas que a Constituição (CF, art. 55, § 1º) e os regimentos internos das casas legislativas estabelecem como elementos caracterizadores do decoro parlamentar.” (MS nº 25.579-MC, rel. p/ o ac. Min. Joaquim Barbosa, j. 19-10-2005, Plenário, *DJ* de 24-8-2007).

- 145. (Delegado de Polícia – PC/BA – CESPE – 2013)** O processo penal impetrado contra deputado federal será julgado no STF, enquanto durar seu mandato, ainda que o crime tenha sido cometido antes da eleição.

( ) Certo                      ( ) Errado

#### GABARITO OFICIAL: CERTO

#### JUSTIFICATIVA:

CERTO, porque: o foro especial por prerrogativa de função terá como termo inicial a diplomação e como termo final o término do mandato. “A diplomação do réu como deputado federal opera o deslocamento, para o STF, da competência penal para a *persecutio criminis*, não tendo o condão de afetar a integridade jurídica dos atos processuais, inclusive os de caráter decisório, já praticados, com base no ordenamento positivo vigente à época de sua efetivação, por órgão judiciário até então competente.” (HC nº 70.620, rel. Min. Celso de Mello, j. 16-12-1993, Plenário, *DJ* de 24-11-2006). No mesmo sentido: Inq nº 2.767, rel. Min. Joaquim Barbosa, j. 18-6-2009, Plenário, *DJe* de 4-9-2009.



#### Preste Atenção:

Apesar de o termo final ser o término do mandato, o STF assim se pronunciou acerca do abuso deste direito: “Deputado federal. Renúncia ao mandato. Abuso de direito: reconhecimento da competência do STF para continuidade do julgamento da presente ação penal. (...) Renúncia de mandato: ato legítimo. Não se presta, porém, a ser utilizada como subterfúgio para deslocamento de competências constitucionalmente definidas, que não podem ser objeto de escolha pessoal. Impossibilidade de ser aproveitada como expediente para impedir o julgamento em tempo à absolvição ou à condenação e, neste caso, à definição de penas. No caso, a renúncia do mandato foi apresentada à Casa Legislativa em 27-10-2010, véspera do julgamento da presente ação penal pelo Plenário do Supremo Tribunal: pretensões nitidamente incompatíveis com os princípios e as regras constitucionais porque exclui a aplicação da regra de competência deste Supremo Tribunal. (...) As provas documentais e testemunhais revelam que o réu, no cargo de diretor financeiro da Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia, praticou os crimes de peculato, na forma continuada, e de quadrilha narrados na denúncia, o que impõe a sua condenação. Questão de ordem resolvida no sentido de reconhecer a subsistência da competência deste STF para continuidade do julgamento.” (AP nº 396, rel. Min. Cármen Lúcia, j. 28-10-2010, Plenário, *DJe* de 28-4-2011.) *Vide*: AP nº 333, rel. Min. Joaquim Barbosa, j. 5-12-2007, Plenário, *DJe* de 11-4-2008.

- 146. (Delegado de Polícia – PC/BA – CESPE – 2013)** A respeito de administração pública, julgue os itens seguintes.

Entidades paraestatais são pessoas jurídicas privadas que colaboram com o Estado no desempenho de atividades não lucrativas, mas não integram a estrutura da administração pública.

( ) Certo                      ( ) Errado

#### GABARITO OFICIAL: CERTO

**JUSTIFICATIVA:**

CERTO, porque: as entidades paraestatais, serviços sociais autônomos, ou como são comumente conhecidas, o sistema “S”, abrange o SESI, SESC, SENAC, SEST, SENAI, SENAR e SEBRAE, são instituídos por lei, com personalidade de direito privado, para ministrar assistência ou ensino a certas categorias sociais ou grupos profissionais, sem fins lucrativos, sendo mantidos por dotações orçamentárias ou por contribuições parafiscais. São entes paraestatais, de cooperação com o Poder Público, com administração e patrimônio próprios, revestindo a forma de instituições particulares convencionais (fundações, sociedades civis ou associações) ou peculiares ao desempenho de suas incumbências estatutárias (Direito Administrativo Brasileiro, São Paulo, Malheiros Editores, 1996, 21. ed., atualizada, p. 665/666).

**Preste Atenção:**

As entidades paraestatais não podem nem receberem classificação como Administração Pública Indireta. Fazem parte da Administração Indireta: fundações, autarquias, sociedade de economia mista e empresas públicas.

**147. (Delegado de Polícia – PC/BA – CESPE – 2013)** A criação de nova secretaria por governador de estado caracteriza exemplo de descentralização.

( ) Certo            ( ) Errado

**GABARITO OFICIAL: ERRADO****JUSTIFICATIVA:**

ERRADO, porque: a descentralização acontecerá no momento em que a Administração Direta criar a Indireta. Quando o governador cria nova secretaria, ele se utiliza da desconcentração, isto é, ele não cria novo ente (como acontece na descentralização), ele cria órgão interno – subdivide e delega funções. A desconcentração é interna e a descentralização é externa.

**Preste Atenção:**

Na desconcentração, a relação é hierárquica, é de subordinação. Na descentralização podemos encontrar apenas o controle finalístico.

**148. (Delegado de Polícia – PC/BA – CESPE – 2013)** Acerca de atos administrativos, julgue os itens subsequentes.

A concessão de licença-maternidade à servidora gestante é ato administrativo vinculado.

( ) Certo            ( ) Errado

**GABARITO OFICIAL: CERTO****JUSTIFICATIVA:**

CERTO, porque: nos atos administrativos vinculados existe cumprimento de requisitos. Não há margem de liberdade para a Administração. Ela simplesmente verificará o preenchimento dos requisitos impostos pela lei e praticará o ato, no caso do preenchimento, e negará o ato, em caso de descumprimento.

**Preste Atenção:**

Caso contrário ao dos atos vinculados será o do ato discricionário. Aqui haverá juízo de valor. A Administração praticará ou não o ato discricionário de acordo com a análise da oportunidade e conveniência. Os atos vinculados são a regra, os discricionários são a exceção.

- 149. (Delegado de Polícia – PC/BA – CESPE – 2013)** A venda de bens de produção no mercado por sociedade de economia mista caracteriza a prática de ato administrativo.
- ( ) Certo            ( ) Errado

**GABARITO OFICIAL: ERRADO****JUSTIFICATIVA:**

ERRADO, porque: segundo posição do *STJ*, “Os atos de gestão não possuem o requisito da supremacia, por isso são meros atos da administração e não atos administrativos”. Obs.: tal posição encontra-se divergente a depender da doutrina estudada.

**Preste Atenção:**

Ainda em consequência desta decisão do *STJ*, houve sedimentação do entendimento jurisprudencial de que não cabe mandado de segurança contra atos de gestão comercial praticados por administradores de empresas públicas, de sociedade de economia mista e de concessionárias de serviço público.

- 150. (Delegado de Polícia – PC/BA – CESPE – 2013)** De acordo com a Lei de Improbidade Administrativa, julgue os itens que se seguem.
- Considere que um agente de polícia tenha utilizado uma caminhonete da polícia civil para transportar sacos de cimento para uma construção particular. Nesse caso, o agente cometeu ato de improbidade administrativa que importa em enriquecimento ilícito.
- ( ) Certo            ( ) Errado

**GABARITO OFICIAL: CERTO****JUSTIFICATIVA:**

CERTO, porque: segundo a Lei nº 8.429/1992, em seu art. 9º, IV, importará em enriquecimento ilícito utilizar, em obra ou serviço particular, veículos, máquinas, equipamentos ou material de qualquer natureza, de propriedade ou à disposição de qualquer das entidades mencionadas no art. 1º desta lei, bem como o trabalho de servidores públicos, empregados ou terceiros contratados por essas entidades.

**Preste Atenção:**

As penalidades previstas, que podem ser aplicadas isolada ou cumulativamente, para ato de enriquecimento ilícito são: ressarcimento integral do dano, perda dos bens ou valores acrescidos ilicitamente ao patrimônio, se concorrer esta circunstância, perda da função pública, suspensão dos direitos políticos de cinco a oito anos, pagamento de multa civil de até duas vezes o valor do dano e proibição de contratar com o Poder Público ou receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, ainda que por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário, pelo prazo de cinco anos.

**151. (Delegado de Polícia – PC/BA – CESPE – 2013)** Um agente público que, agindo de forma culposa, gere lesão ao patrimônio público, estará obrigado a ressarcir integralmente o dano causado.

( ) Certo            ( ) Errado

#### GABARITO OFICIAL: CERTO

##### JUSTIFICATIVA:

CERTO, porque: quem comete os atos previstos no art. 10 da Lei de Improbidade Administrativa, para sofrer responsabilização, deve ter agido com dolo ou culpa. O STF afirma que os atos que importam em enriquecimento ilícito e os atos que atentam contra os princípios da Administração Pública devem, para sofrer as sanções previstas, possuir elemento subjetivo dolo. A culpa só afetará os atos que importam em lesão aos cofres públicos.



##### Preste Atenção:

O dolo aceito pelo STF é o genérico, não sendo necessária a comprovação do dolo específico.

**152. (Delegado de Polícia – PC/BA – CESPE – 2013)** Para que ocorra provimento de vagas em qualquer cargo público, é necessária a prévia aprovação em concurso público.

( ) Certo            ( ) Errado

#### GABARITO OFICIAL: ERRADO

##### JUSTIFICATIVA:

ERRADO, porque: de acordo com o art. 37, II, da CF, a investidura em cargo ou emprego público depende de aprovação prévia em concurso público de provas ou de provas e títulos, de acordo com a natureza e a complexidade do cargo ou emprego, na forma prevista em lei, ressalvadas as nomeações (que são uma das formas de provimento de cargo público) para cargo em comissão declarado em lei de livre nomeação e exoneração.



##### Preste Atenção:

Os cargos públicos e as funções públicas são considerados de livre nomeação e exoneração. Mas, de qualquer forma, sobre tal nomeação incidirá a vedação ao nepotismo. Súmula Vinculante nº 13.

**153. (Delegado de Polícia – PC/PA – UEPA – 2013)** Sobre a Lei de Licitações, assinale a alternativa correta.

- a) A licitação não será sigilosa, sendo públicos e acessíveis ao público todos os atos de seu procedimento, durante todas as fases, sem exceção, em virtude do princípio da transparência e da necessidade de controle social.
- b) É dispensável a licitação nos casos de emergência ou de calamidade pública, quando caracterizada urgência de atendimento de situação que possa ocasionar prejuízo ou comprometer a segurança de pessoas, obras, serviços, equipamentos e outros bens, públicos ou particulares, e somente para os bens necessários ao atendimento da situação emergencial ou calamitosa e para as parcelas de obras e serviços que possam ser concluídas no prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias consecutivos e ininterruptos,

contados da ocorrência da emergência ou calamidade, sendo a prorrogação dos respectivos contratos permitida desde que persista a situação de calamidade.

- c) Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução de obra ou serviço e do fornecimento de bens a eles necessários, o autor do projeto, básico ou executivo, mesmo que atue como consultor ou técnico, nas funções de fiscalização, supervisão ou gerenciamento, exclusivamente a serviço da Administração interessada.
- d) A declaração de nulidade do contrato administrativo opera retroativamente impedindo os efeitos jurídicos que ele, ordinariamente, deveria produzir, além de desconstituir os já produzidos e exonera a Administração do dever de indenizar o contratado pelo que este houver executado até a data em que ela for declarada, em qualquer caso.
- e) Nos processos de licitação, poderá ser estabelecida margem de preferência para produtos manufaturados e para serviços nacionais que atendam a normas técnicas brasileiras. No caso de produtos manufaturados e serviços nacionais resultantes de desenvolvimento e inovação tecnológica realizados no País, poderá ser estabelecida margem de preferência adicional. As margens serão definidas pelo Poder Executivo federal, não podendo a soma delas ultrapassar o montante de 25% (vinte e cinco por cento) sobre o preço dos produtos manufaturados e serviços estrangeiros.

#### GABARITO OFICIAL: E

#### JUSTIFICATIVA:

- a) Errado, porque: nos termos do art. 3º, § 3º, da Lei nº 8.666/1993 “A licitação não será sigilosa, sendo públicos e acessíveis ao público os atos de seu procedimento, salvo quanto ao conteúdo das propostas, até a respectiva abertura”.
- b) Errado, porque: nos termos do art. 24, IV “nos casos de emergência ou de calamidade pública, quando caracterizada urgência de atendimento de situação que possa ocasionar prejuízo ou comprometer a segurança de pessoas, obras, serviços, equipamentos e outros bens, públicos ou particulares, e somente para os bens necessários ao atendimento da situação emergencial ou calamitosa e para as parcelas de obras e serviços que possam ser concluídas no prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias consecutivos e ininterruptos, contados da ocorrência da emergência ou calamidade, *vedada a prorrogação dos respectivos contratos*”.
- c) Errado, porque: nos termos do art. 9º, § 1º “É permitida a participação do autor do projeto ou da empresa a que se refere o inciso II deste artigo, na licitação de obra ou serviço, ou na execução, como consultor ou técnico, nas funções de fiscalização, supervisão ou gerenciamento, exclusivamente a serviço da Administração interessada”.
- d) Errado, porque: nos termos do art. 59, a declaração de nulidade do contrato administrativo opera retroativamente impedindo os efeitos jurídicos que ele, ordinariamente, deveria produzir, além de desconstituir os já produzidos. Parágrafo único. A nulidade não exonera a Administração do dever de indenizar o contratado pelo que este houver executado até a data em que ela for declarada e por outros prejuízos regularmente comprovados, contanto que não lhe seja imputável, promovendo-se a responsabilidade de quem lhe deu causa.
- e) CERTO, porque: é o que dispõe o art. 3º, §§ 5º, 7º e 8º, da Lei nº 8.666/1993.



#### Preste Atenção:

A margem de preferência a que se refere a alternativa “e” poderá ser estendida, total ou parcialmente, aos bens e serviços originários dos Estados Partes do Mercado Comum do Sul – Mercosul.

- 154. (Delegado de Polícia – PC/PA – UEPA – 2013)** Assinale a alternativa correta sobre atos de improbidade administrativa.
- a) O agente público que exerce função em entidade fundacional da União, com qualquer forma de vínculo, mesmo que transitoriamente e sem remuneração, está sujeito à pena de suspensão dos direitos políticos de cinco a oito anos, se cometer ato de improbidade administrativa que atente contra os princípios da administração pública.
  - b) A aplicação das sanções previstas para o ato de improbidade administrativa que causa lesão ao erário depende da rejeição das contas pelo órgão de controle interno ou pelo Tribunal ou Conselho de Contas.
  - c) O agente público que exerce função em sociedade de economia mista, mesmo que transitoriamente e sem remuneração, e pratica ato de improbidade administrativa que importe em enriquecimento ilícito, está sujeito às penas de suspensão dos direitos políticos de oito a dez anos, pagamento de multa civil de até três vezes o valor do acréscimo patrimonial e proibição de contratar com o Poder Público ou receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, ainda que por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário, pelo prazo de dez anos.
  - d) O agente público que pratica ato de improbidade administrativa que importe em lesão ao erário está sujeito às penas de suspensão dos direitos políticos de cinco a oito anos, pagamento de multa civil de até duas vezes o valor do dano e proibição de contratar com o Poder Público ou receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, ainda que por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário, pelo prazo de cinco anos, somente se não houver sido aplicada sanção penal prevista em lei específica, em prestígio ao princípio ne bis *in idem*.
  - e) Estão sujeitos às penalidades da lei os atos de improbidade praticados contra o patrimônio de entidade que receba subvenção, benefício ou incentivo, fiscal ou creditício, de órgão público, bem como daquelas entidades para cuja criação ou custeio o erário haja concorrido ou concorra com menos de cinquenta por cento do patrimônio ou da receita anual, não se limitando, nestes casos, a sanção patrimonial à repercussão do ilícito sobre a contribuição dos cofres públicos, em virtude da natureza repressiva e preventiva da sanção.

#### GABARITO OFICIAL: C

#### JUSTIFICATIVA:

- a) Errado, porque: os atos de improbidade praticados por qualquer agente público, servidor ou não, contra a administração direta, indireta ou fundacional de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios, de Território, contudo, aquele que pratica atos atentatórios aos princípios da administração pública poderão sofrer, entre outras penalidades, *suspensão dos direitos políticos de três a cinco anos*.
- b) Errado, porque: nos termos do art. 21 da Lei nº 8.429/1992, a aplicação das sanções previstas nesta lei *independe*: I – da efetiva ocorrência de dano ao patrimônio público, salvo quanto à pena de ressarcimento; II – da aprovação ou rejeição das contas pelo órgão de controle interno ou pelo Tribunal ou Conselho de Contas.
- c) CERTO, porque: é o disposto nos arts. 1º, 2º e 12, I, todos da Lei nº 8.429/1992.
- d) Errado, porque: a alternativa se mostra incorreta, porque as sanções previstas na lei são autônomas e independentes da responsabilização penal. Não caracterizaria *bis in idem* porque trataria, se fosse condenado criminalmente, de esfera de responsabilidade diferente.
- e) Errado, porque: nos termos do art. 1º, parágrafo único, da Lei nº 8.429/1992. Estão também sujeitos às penalidades desta lei os atos de improbidade praticados contra o patrimônio de entidade que receba subvenção, benefício ou incentivo, fiscal ou creditício, de órgão público bem como daquelas para cuja criação ou custeio o erário haja concorrido ou concorra *com menos de*

*cinquenta por cento do patrimônio ou da receita anual, limitando-se, nestes casos, a sanção patrimonial à repercussão do ilícito sobre a contribuição dos cofres públicos.*

**Preste Atenção:**

Os atos de improbidade praticados por qualquer agente público, servidor ou não, contra a administração direta, indireta ou fundacional de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios, de Território, de empresa incorporada ao patrimônio público ou de entidade para cuja criação ou custeio o erário haja concorrido ou concorra *com mais de cinquenta por cento* do patrimônio ou da receita anual, serão punidos na forma desta lei.

**155. (Delegado de Polícia – PC/PA – UEPA – 2013) Sobre Controle e Responsabilização da Administração Pública, assinale a alternativa correta.**

- a) O controle externo da Administração é o controle exercido por órgãos alheios à Administração, como o controle parlamentar direto, o controle pelo Tribunal de Contas e o controle judicial. O controle externo, a cargo do Congresso Nacional, será exercido com o auxílio do Tribunal de Contas da União, ao qual compete apreciar, para fins de registro, a legalidade dos atos de admissão de pessoal, a qualquer título, na administração direta e indireta, incluídas as nomeações para cargo de provimento em comissão, bem como a das concessões de aposentadorias, reformas e pensões.
- b) O controle externo da Administração pode ser exercido por meio das comissões parlamentares de inquérito, que terão poderes de investigação próprios das autoridades judiciais, além de outros previstos nos regimentos das respectivas Casas, e serão criadas pela Câmara dos Deputados e pelo Senado Federal, em conjunto ou separadamente, mediante requerimento de um terço de seus membros, para a apuração de fato ou pessoas determinadas e por prazo certo, sendo suas conclusões, se for o caso, encaminhadas ao Ministério Público, para que promova a responsabilidade civil ou criminal dos infratores.
- c) Do ato administrativo que contrariar a súmula aplicável ou que indevidamente a aplicar, caberá reclamação ao Supremo Tribunal Federal que, julgando-a procedente, determinará que a Administração anule seu próprio ato.
- d) Os pagamentos devidos pelas Fazendas Públicas Federal, Estaduais, Distrital e Municipais, em virtude de sentença judicial, far-se-ão exclusivamente na ordem cronológica de apresentação dos precatórios e os débitos de natureza alimentícia decorrentes de indenizações por morte ou por invalidez, fundadas em responsabilidade civil, em virtude de sentença judicial transitada em julgado, serão pagos com preferência sobre todos os demais débitos, admitindo exceções.
- e) Compete ao Tribunal de Contas da União julgar as contas dos administradores e demais responsáveis por dinheiros, bens e valores públicos da administração direta e indireta, incluídas as fundações e sociedades instituídas e mantidas pelo Poder Público federal, e as contas daqueles que derem causa a perda, extravio ou outra irregularidade qualquer, mesmo que não resulte prejuízo ao erário público.

**GABARITO OFICIAL: D****JUSTIFICATIVA:**

- a) Errado, porque: segundo a Lei nº 8.443/1992, em seu art. 1º, V, caberá ao Tribunal de Contas da União, entre outras coisas, apreciar, para fins de registro, na forma estabelecida no Regimento Interno, a legalidade dos atos de admissão de pessoal, a qualquer título, na administração direta e indireta, incluídas as fundações instituídas e mantidas pelo poder público federal, *excetuadas as nomeações para cargo*

*de provimento em comissão*, bem como a das concessões de aposentadorias, reformas e pensões, ressalvadas as melhorias posteriores que não alterem o fundamento legal do ato concessório.

- b) Errado, porque: as comissões parlamentares de inquérito, que terão poderes de investigação próprios das autoridades judiciais, além de outros previstos nos regimentos das respectivas Casas, serão criadas pela Câmara dos Deputados e pelo Senado Federal, em conjunto ou separadamente, mediante requerimento de um terço de seus membros, *para a apuração de fato determinado e por prazo certo*, sendo suas conclusões, se for o caso, encaminhadas ao Ministério Público, para que promova a responsabilidade civil ou criminal dos infratores.
- c) Errado, porque: nos termos do art. 103-A, § 3º, da CF, do ato administrativo ou decisão judicial que contrariar a súmula aplicável ou que indevidamente a aplicar, caberá reclamação ao Supremo Tribunal Federal que, julgando-a procedente, *anulará o ato administrativo ou cassará a decisão judicial reclamada*, e determinará que outra seja proferida com ou sem a aplicação da súmula, conforme o caso.
- d) CERTO, porque: é o disposto no art. 100, *caput*, §§ 1º e 2º, da CF.
- e) Errado, porque: segundo a Lei nº 8.443/1992, em seu art. 1º, I, caberá ao Tribunal de Contas da União, entre outras coisas julgar as contas dos administradores e demais responsáveis por dinheiros, bens e valores públicos das unidades dos poderes da União e das entidades da administração indireta, incluídas as fundações e sociedades instituídas e mantidas pelo poder público federal, e as contas daqueles que derem causa a perda, extravio ou outra irregularidade *de que resulte dano ao Erário*.



### Preste Atenção:

O Tribunal de Contas é o órgão responsável pela fiscalização dos gastos públicos. No âmbito federal, a responsabilidade é do Tribunal de Contas da União e nos âmbitos municipal e estadual, na maioria dos casos, a responsabilidade é dos Tribunais de Contas dos estados. Há exceções em relação aos estados e municípios, pois em alguns estados existe um TCE e também um Tribunal de Contas do Município (TCM), responsável pela fiscalização da capital, ou dos Municípios (TCM), responsável pela fiscalização de todas as cidades do Estado.

**156. (Delegado de Polícia – PC/PA – UEPA – 2013)** Dos Direitos e Garantias Fundamentais na Constituição de 1988, assinale a alternativa correta.

- a) Ninguém será obrigado a fazer alguma coisa, mesmo que tal conduta esteja prevista em lei.
- b) A expressão da atividade intelectual, artística e científica será livre, após o licenciamento e a aprovação da censura ética, na forma da lei.
- c) A tortura será admitida, desde que para a promoção da segurança da sociedade e do Estado.
- d) É livre o exercício de qualquer trabalho, ofício ou profissão, desde que atendidas as qualificações estabelecidas na forma da lei.
- e) É livre a manifestação do pensamento, ainda que sob anonimato.

### GABARITO OFICIAL: D

#### JUSTIFICATIVA:

- a) Errado, porque: ninguém será obrigado a fazer ou deixar de fazer alguma coisa senão em virtude de lei.
- b) Errado, porque: é livre a expressão da atividade intelectual, artística, científica e de comunicação, independentemente de censura ou licença.
- c) Errado, porque: ninguém será submetido a tortura nem a tratamento desumano ou degradante.

- d) CERTO, porque: é o disposto no art. 5º, XIII, da CF.  
e) Errado, porque: é livre a manifestação do pensamento, sendo vedado o anonimato.



### Preste Atenção:

É assegurado o direito de resposta, proporcional ao agravo, além da indenização por dano material, moral ou à imagem.

- 157. (Delegado de Polícia – PC/PA – UEPA – 2013)** A respeito do direito de propriedade na Constituição de 1988, é correto afirmar que:
- não consta do rol dos direitos e garantias fundamentais.
  - o procedimento para desapropriação por necessidade ou utilidade pública, ou por interesse social, mediante justa e prévia indenização em dinheiro, ressalvados os casos previstos no texto constitucional, será estabelecido por lei.
  - a pequena propriedade rural, ainda que trabalhada pela família, poderá ser objeto de penhora somente para o pagamento de débitos decorrentes de sua atividade produtiva.
  - em que pese o seu reconhecimento pela legislação infraconstitucional, o direito de herança não consta do rol dos direitos e garantias fundamentais.
  - aos autores pertence o direito exclusivo de utilização, publicação ou reprodução de suas obras, o qual não poderá ser transmitido aos herdeiros, em virtude de sua função social.

### GABARITO OFICIAL: B

#### JUSTIFICATIVA:

- Errado, porque: conforme art. 5º, XXII, da CF, é garantido o direito de propriedade.
- CERTO, porque: há expressa definição no art. 5º, XXIV, da CF.
- Errado, porque: nos termos do art. 5º, XXVI, da CF, a pequena propriedade rural, assim definida em lei, desde que trabalhada pela família, não será objeto de penhora para pagamento de débitos decorrentes de sua atividade produtiva, dispondo a lei sobre os meios de financiar o seu desenvolvimento.
- Errado, porque: nos termos do art. 5º, XXX, da CF, é garantido o direito de herança.
- Errado, porque: nos termos do art. 5º, XXVII, da CF, aos autores pertence o direito exclusivo de utilização, publicação ou reprodução de suas obras, transmissível aos herdeiros pelo tempo que a lei fixar.



### Preste Atenção:

Diferentemente do direito autoral, a invenção industrial terá exclusividade temporária. Art. 5º, XXIX, da CF “a lei assegurará aos autores de inventos industriais privilégio temporário para sua utilização, bem como proteção às criações industriais, à propriedade das marcas, aos nomes de empresas e a outros signos distintivos, tendo em vista o interesse social e o desenvolvimento tecnológico e econômico do País”.

- 158. (Delegado de Polícia – PC/PA – UEPA – 2013)** Com relação ao Poder Judiciário, é correto afirmar que:
- o juiz titular somente residirá na respectiva comarca se assim determinar o tribunal.
  - todas as decisões de seus órgãos serão fundamentadas, sob pena de nulidade, e todos os julgamentos serão acompanhados somente pelas partes e seus advogados, para preservar o direito à intimidade do interessado.
  - a atividade jurisdicional será ininterrupta, exceto nos períodos de férias coletivas nos juízos e tribunais.

- d) as decisões administrativas serão motivadas em sessão pública, sendo as disciplinares tomadas pelo voto da maioria simples dos presentes.
- e) um quinto dos lugares dos Tribunais Regionais Federais, dos Tribunais dos Estados, e do Distrito Federal e Territórios será composto de membros do Ministério Público, com mais de dez anos de carreira, e de advogados de notório saber jurídico e de reputação ilibada, com mais de dez anos de efetiva atividade profissional.

### GABARITO OFICIAL: E

#### JUSTIFICATIVA:

- a) Errado, porque: nos termos do art. 93, VII, da CF, o juiz titular residirá na respectiva comarca, salvo autorização do tribunal.
- b) Errado, porque: nos termos do art. 93, IX, da CF, todos os julgamentos dos órgãos do Poder Judiciário serão públicos, e fundamentadas todas as decisões, sob pena de nulidade, podendo a lei limitar a presença, em determinados atos, às próprias partes e a seus advogados, ou somente a estes, em casos nos quais a preservação do direito à intimidade do interessado no sigilo não prejudique o interesse público à informação.
- c) Errado, porque: nos termos do art. 93, XII, da CF: a atividade jurisdicional será ininterrupta, sendo vedado férias coletivas nos juízos e tribunais de segundo grau, funcionando, nos dias em que não houver expediente forense normal, juízes em plantão permanente.
- d) Errado, porque: nos termos do art. 92, X, da CF, as decisões administrativas dos tribunais serão motivadas e em sessão pública, sendo as disciplinares tomadas pelo voto da maioria absoluta de seus membros.
- e) CERTO, porque: é o que vem disposto no art. 94 da CF.



#### Preste Atenção:

É garantia do magistrado a inamovibilidade, contudo, tal direito não é absoluto: ato de remoção, disponibilidade e aposentadoria do magistrado, por interesse público, fundar-se-á em decisão por voto da maioria absoluta do respectivo tribunal ou do Conselho Nacional de Justiça, assegurada ampla defesa.

- 159. (Delegado de Polícia – PC/PA – UEPA – 2013)** Assinale a alternativa correta acerca do regramento constitucional das funções essenciais à justiça.
- a) O Chefe do Poder Executivo elaborará a proposta orçamentária do Ministério Público dentro dos limites estabelecidos na lei de diretrizes orçamentárias.
- b) O Ministério Público da União tem por chefe o Procurador-Geral da República, livremente nomeado pelo Presidente da República, o qual poderá destituí-lo a qualquer tempo, ad nutum.
- c) Os membros do Ministério Público poderão exercer a advocacia, desde que não optem pelo regime de exclusividade no momento do ingresso na carreira, sendo-lhes vedado litigar contra a unidade federada a que se vinculam.
- d) Os Procuradores dos Estados e do Distrito Federal, organizados em carreira, na qual o ingresso dependerá de concurso público de provas e títulos, com a participação da Ordem dos Advogados do Brasil em todas as suas fases, exercerão a representação judicial e a consultoria jurídica das respectivas unidades federadas.
- e) Aos Procuradores dos Estados e do Distrito Federal é assegurada estabilidade após dois anos de efetivo exercício, mediante avaliação de desempenho perante os órgãos próprios, após relatório circunstanciado das corregedorias.

**GABARITO OFICIAL: D****JUSTIFICATIVA:**

- a) Errado, porque: nos termos do art. 127, § 3º, da CF: O Ministério Público elaborará sua proposta orçamentária dentro dos limites estabelecidos na lei de diretrizes orçamentárias.
- b) Errado, porque: nos termos do art. 128, §§ 1º e 2º, da CF: O Ministério Público da União tem por chefe o Procurador-Geral da República, nomeado pelo Presidente da República dentre integrantes da carreira, maiores de trinta e cinco anos, após a aprovação de seu nome pela maioria absoluta dos membros do Senado Federal, para mandato de dois anos, permitida a recondução. A destituição do Procurador-Geral da República, por iniciativa do Presidente da República, deverá ser precedida de autorização da maioria absoluta do Senado Federal.
- c) Errado, porque: nos termos do art. 128, § 5º, II, *b*: É vedado ao membro do MP: exercer a advocacia.
- d) CERTO, porque: é o disposto no art. 132 da CF.
- e) Errado, porque: nos termos do art. 132, os Procuradores dos Estados e do Distrito Federal, organizados em carreira, na qual o ingresso dependerá de concurso público de provas e títulos, com a participação da Ordem dos Advogados do Brasil em todas as suas fases, exercerão a representação judicial e a consultoria jurídica das respectivas unidades federadas. Parágrafo único. Aos procuradores referidos neste artigo é assegurada estabilidade após três anos de efetivo exercício, mediante avaliação de desempenho perante os órgãos próprios, após relatório circunstanciado das corregedorias.

**Preste Atenção:**

São funções essenciais à Justiça (portanto, não integram o Poder Judiciário): o Ministério Público; a Advocacia Pública (Advocacia Geral da União, os procuradores dos Estados e do Distrito Federal), os Advogados e a Defensoria Pública.

**160. (Escriturário/Investigador de Polícia – PC/PA – UEPA – 2013)** Sobre os Institutos de Direito Administrativo a seguir, assinale a alternativa correta.

- a) As pessoas jurídicas de direito público responderão pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, causarem a terceiros, assegurado o direito de regresso contra o responsável nos casos de dolo ou culpa e, portanto, a responsabilidade do Estado por danos causados a terceiros é subjetiva tanto em caso de ação, como em caso de omissão.
- b) O princípio da publicidade determina o dever da transparência dos atos administrativos e corresponde ao direito do cidadão à informação, que foi consagrado de forma absoluta no sistema jurídico brasileiro.
- c) São atributos dos atos administrativos a presunção de legitimidade, a imperatividade, a exigibilidade e a autoexecutoriedade. A legitimidade é a qualidade pela qual o poder público pode compelir materialmente o administrado, sem necessitar buscar previamente as vias judiciais para o cumprimento da obrigação.
- d) Ato administrativo é a declaração do Estado no exercício de prerrogativas públicas, manifestada mediante providências jurídicas complementares da lei a título de lhe dar cumprimento, e sujeitas ao controle de legitimidade e legalidade por órgão jurisdicional, após o esgotamento da via administrativa.
- e) A investidura em cargo ou emprego público depende de aprovação prévia em concurso público de provas ou de provas e títulos, de acordo com a natureza e a complexidade do cargo ou emprego, na forma prevista em lei, ressalvadas as nomeações para cargo em comissão declarado em lei de livre nomeação e exoneração.

**GABARITO OFICIAL: E****JUSTIFICATIVA:**

- a) Errado, porque: as pessoas jurídicas de direito público responderão pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, causarem a terceiros, assegurado o direito de regresso contra o responsável nos casos de dolo ou culpa e, portanto, a responsabilidade do Estado por danos causados a terceiros é objetiva nos casos de ação, e subjetiva em caso de omissão.
- b) Errado, porque: nos termos do art. 5º, XXXIII “todos têm direito a receber dos órgãos públicos informações de seu interesse particular, ou de interesse coletivo ou geral, que serão prestadas no prazo da lei, sob pena de responsabilidade, ressalvadas aquelas cujo sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade e do Estado”.
- c) Errado, porque: a autoexecutoriedade é a qualidade pela qual o poder público pode compelir materialmente o administrado, sem necessitar buscar previamente as vias judiciais para o cumprimento da obrigação.
- d) Errado, porque: segundo Hely Lopes Meirelles: “Ato administrativo é toda manifestação unilateral de vontade da Administração Pública que, agindo nessa qualidade, tenha por fim imediato adquirir, resguardar, transferir, modificar, extinguir e declarar direitos, ou impor obrigações aos administrados ou a si própria”. Não há participação do Poder Judiciário na formação do ato administrativo.
- e) CERTO, porque: é o disposto no art. 37, II, da CF.

**Preste Atenção:**

A lei que regulamenta o acesso à informação é a nº 12.527/2011. Nela, há de se verificar que as informações podem ser declaradas sigilosa e, assim sendo, ficarão restritas à publicidade. “Art. 24. A informação em poder dos órgãos e entidades públicas, observado o seu teor e em razão de sua imprescindibilidade à segurança da sociedade ou do Estado, poderá ser classificada como ultrassecreta, secreta ou reservada”.

**161. (Escriturário/Investigador de Polícia – PC/PA – UEPA – 2013)** A Lei nº 9.784/1999 regulamenta o Processo Administrativo no âmbito da administração pública federal. Sobre o tema, marque a alternativa correta.

- a) O administrado tem direito perante a Administração de ter ciência da tramitação dos processos administrativos em que tenha a condição de interessado, ter vista dos autos, obter cópias de documentos neles contidos e conhecer as decisões proferidas. Porém, não pode formular alegações e apresentar documentos antes da decisão.
- b) São deveres do administrado perante a Administração, sem prejuízo de outros previstos em ato normativo: expor os fatos conforme a verdade; proceder com lealdade, urbanidade e boa-fé; mas não está obrigado a prestar informações.
- c) A motivação deve ser explícita, clara e congruente, podendo consistir em declaração de concordância com fundamentos de anteriores pareceres, informações, decisões ou propostas, que, neste caso, serão parte integrante do ato. Por essa razão, na solução de vários assuntos da mesma natureza, não pode ser utilizado meio mecânico que reproduza os fundamentos das decisões.
- d) O órgão competente perante o qual tramita o processo administrativo determinará a intimação do interessado para ciência de decisão ou a efetivação de diligências. O desatendimento da intimação não importa o reconhecimento da verdade dos fatos, nem a renúncia a direito pelo administrado.

- e) A Administração tem o dever de explicitamente emitir decisão nos processos administrativos e sobre solicitações ou reclamações, em matéria de sua competência. Concluída a instrução de processo administrativo, a Administração tem o prazo de até trinta dias para decidir, com possibilidade de prorrogação por tempo indeterminado, mediante comprovada justificação.

**GABARITO OFICIAL: D****JUSTIFICATIVA:**

- a) Errado, porque: nos termos do art. 3º, O administrado tem os seguintes direitos, dentre outros: I – ser tratado com respeito pelas autoridades e servidores, que deverão facilitar o exercício de seus direitos e o cumprimento de suas obrigações; II – ter ciência da tramitação dos processos administrativos em que tenha a condição de interessado, ter vista dos autos, obter cópias de documentos neles contidos e conhecer as decisões proferidas; III – formular alegações e apresentar documentos antes da decisão, os quais serão objeto de consideração pelo órgão competente; IV – fazer-se assistir, facultativamente, por advogado, salvo quando obrigatória a representação, por força de lei.
- b) Errado, porque: nos termos do art. 4º São deveres do administrado perante a Administração, sem prejuízo de outros previstos em ato normativo: I – expor os fatos conforme a verdade; II – proceder com lealdade, urbanidade e boa-fé; III – não agir de modo temerário; IV – prestar as informações que lhe forem solicitadas e colaborar para o esclarecimento dos fatos.
- c) Errado, porque: nos termos do art. 50, § 2º Na solução de vários assuntos da mesma natureza, pode ser utilizado meio mecânico que reproduza os fundamentos das decisões, desde que não prejudique direito ou garantia dos interessados.
- d) CERTO, porque: é o disposto na Lei nº 9.784/1999 em seus arts. 26 e 27.
- e) Errado, porque: nos termos do art. 48, a Administração tem o dever de explicitamente emitir decisão nos processos administrativos e sobre solicitações ou reclamações, em matéria de sua competência; e, nos termos do art. 49, Concluída a instrução de processo administrativo, a Administração tem o prazo de até trinta dias para decidir, salvo prorrogação por igual período expressamente motivada.

**Preste Atenção:**

Súm. Vinc. nº 3. Nos processos perante o Tribunal de Contas da União asseguram-se o contraditório e a ampla defesa quando da decisão puder resultar anulação ou revogação de ato administrativo que beneficie o interessado, excetuada a apreciação da legalidade do ato de concessão inicial de aposentadoria, reforma e pensão.

**162. (Escriturário/Investigador de Polícia – PC/PA – UEPA – 2013)** Sobre a Administração Pública, assinale a resposta correta.

- a) As autarquias fazem parte da administração indireta, devem ser criadas por lei e respondem pelos próprios atos, com autonomia financeira, funcional e administrativa e, portanto, não existe a responsabilidade subsidiária do Estado.
- b) As agências reguladoras fazem parte da administração pública direta, em virtude do próprio poder regulador inerente ao Estado.
- c) Sociedade de Economia Mista é a entidade dotada de personalidade jurídica de direito privado, criada por lei para a exploração de atividade econômica, sob a forma de sociedade anônima, cujas ações com direito a voto pertencem somente à União.

- d) É vedada a acumulação remunerada de cargos públicos, exceto nos casos previstos na Constituição Federal, e a referida vedação estende-se a empregos e funções e abrange autarquias, fundações, empresas públicas, sociedades de economia mista, suas subsidiárias, e sociedades controladas, direta ou indiretamente, pelo poder público.
- e) Somente por lei específica poderá ser criada fundação e autorizada a instituição de empresa pública e de sociedade de economia mista, cabendo à lei ordinária, neste último caso, definir as áreas de sua atuação.

### GABARITO OFICIAL: D

#### JUSTIFICATIVA:

- a) Errado, porque: em diversas decisões dos Tribunais temos que o fato de as autarquias possuírem autonomia financeira e administrativa não retira do Estado sua responsabilidade subsidiária.
- b) Errado, porque: as agências reguladoras fazem parte da Administração Pública Indireta e, via de regra, são criadas com características de autarquia.
- c) Errado, porque: Sociedade de Economia Mista é a entidade dotada de personalidade jurídica de direito privado, *autorizada* por lei para, *via de regra*, explorar atividade econômica, sob a forma de sociedade anônima, cujas ações com direito a voto pertençam à União em pelo menos 51%.
- d) CERTO, porque: é o disposto no art. 37, XVI e XVII, da CF.
- e) Errado, porque: nos termos do art. 37, XIX “somente por lei específica poderá ser criada autarquia e autorizada a instituição de empresa pública, de sociedade de economia mista e de fundação, cabendo à lei complementar, neste último caso, definir as áreas de sua atuação”.



#### Preste Atenção:

Art. 37, XVI, da CF “é vedada a acumulação remunerada de cargos públicos, exceto, quando houver compatibilidade de horários: a) a de dois cargos de professor; b) a de um cargo de professor com outro técnico ou científico; c) a de dois cargos ou empregos privativos de profissionais de saúde, com profissões regulamentadas.

**163. (Escriturário/Investigador de Polícia – PC/PA – UEPA – 2013)** Assinale a alternativa correta acerca das liberdades públicas na Constituição de 1988.

- a) Todos podem reunir-se pacificamente, sem armas, em locais abertos ao público, independentemente de autorização ou de qualquer aviso prévio à autoridade competente.
- b) Todos podem reunir-se pacificamente, mesmo portando armas, em locais abertos ao público, independentemente de autorização ou de qualquer aviso prévio à autoridade competente.
- c) É plena a liberdade de associação para fins lícitos, mas exige-se autorização expressa da autoridade competente, na forma da lei, para associações de caráter paramilitar.
- d) As entidades associativas, quando expressamente autorizadas, têm legitimidade para representar seus filiados judicialmente ou extrajudicialmente.
- e) A criação de associações e, na forma da lei, a de cooperativas depende de autorização do Poder Público, o qual poderá interferir em seu funcionamento a qualquer tempo, por razões de conveniência e oportunidade.

### GABARITO OFICIAL: D

**JUSTIFICATIVA:**

- a) Errado, porque: nos termos do art. 5º, XVI “todos podem reunir-se pacificamente, sem armas, em locais abertos ao público, independentemente de autorização, desde que não frustrem outra reunião anteriormente convocada para o mesmo local, sendo apenas exigido prévio aviso à autoridade competente.
- b) Errado, porque: nos termos do art. 5º, XVI “todos podem reunir-se pacificamente, sem armas, em locais abertos ao público, independentemente de autorização, desde que não frustrem outra reunião anteriormente convocada para o mesmo local, sendo apenas exigido prévio aviso à autoridade competente.
- c) Errado, porque: nos termos do art. 5º, XVII “é plena a liberdade de associação para fins lícitos, vedada a de caráter paramilitar”.
- d) CERTO, porque: é o disposto no art. 5º, XXI, da CF.
- e) Errado, porque, nos termos do art. 5º, XVIII “a criação de associações e, na forma da lei, a de cooperativas independem de autorização, sendo vedada a interferência estatal em seu funcionamento”.

**Preste Atenção:**

Quando a questão se refere às liberdades públicas, elas fazem alusão aos direitos de primeira dimensão, isto é, direitos individuais, civis e políticos.

**164. (Escriturário/Investigador de Polícia – PC/PA – UEPA – 2013)** Sobre os Direitos e Garantias Fundamentais na Constituição de 1988, assinale a alternativa correta.

- a) Não haverá pena de morte, exceto em caso de guerra declarada.
- b) Não haverá pena de morte em hipótese alguma.
- c) Não haverá pena de morte, exceto para homicidas e terroristas com condenação transitada em julgado.
- d) Não haverá prisão perpétua, exceto para estupradores e pedófilos com condenação transitada em julgado.
- e) Não haverá penas de trabalhos forçados, exceto para os que forem condenados por crimes inafiançáveis e insuscetíveis de graça.

**GABARITO OFICIAL: A****JUSTIFICATIVA:**

- a) CERTO, porque: art. 5º, XLVII “não haverá penas: a) de morte, salvo em caso de guerra declarada, nos termos do art. 84, XIX; b) de caráter perpétuo; c) de trabalhos forçados; d) de banimento; e) cruéis. Nestes casos não haverá exceção, não importando a gravidade do crime ou a periculosidade do agente.
- b) Errado, porque: excepcionalmente poderá ser aplicada a pena de morte no Brasil.
- c) Errado, porque: não há previsão no ordenamento jurídico.
- d) Errado, porque: não há previsão no ordenamento jurídico.
- e) Errado, porque: não há previsão no ordenamento jurídico.

**Preste Atenção:**

A prática do racismo constitui crime inafiançável e imprescritível, sujeito à pena de reclusão, nos termos da lei; a lei considerará crimes inafiançáveis e insuscetíveis de graça ou anistia a prática da tortura, o tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, o terrorismo e os definidos como crimes hediondos, por eles respondendo os mandantes, os executores e os que, podendo evitá-los, se omitirem; constitui crime inafiançável e imprescritível a ação de grupos armados, civis ou militares, contra a ordem constitucional e o Estado Democrático.

**165. (Escriturário/Investigador de Polícia – PC/PA – UEPA – 2013)** Com relação ao Poder Legislativo, é correto afirmar que:

- a) o Senado Federal compõe-se de representantes dos Estados e do Distrito Federal, eleitos pelo sistema proporcional.
- b) salvo disposição constitucional em contrário, as deliberações de cada casa e de suas Comissões serão tomadas por maioria dos votos, presente a maioria absoluta de seus membros.
- c) é da competência exclusiva do Senado Federal: autorizar o Presidente da República a declarar guerra e a celebrar a paz.
- d) é da competência exclusiva da Câmara dos Deputados: autorizar referendo e convocar plebiscito.
- e) é da competência privativa do Senado Federal: autorizar, pela maioria absoluta de seus membros, a instauração de processo contra o Presidente e o Vice-Presidente da República e os Ministros de Estado.

**GABARITO OFICIAL: B****JUSTIFICATIVA:**

- a) Errado, porque: os Senadores da República são eleitos pelo sistema majoritário relativo.
- b) CERTO, porque: é o disposto no art. 47 da CF.
- c) Errado, porque: é da competência exclusiva do Congresso Nacional: autorizar o Presidente da República a declarar guerra e a celebrar a paz.
- d) Errado, porque: é da competência exclusiva do Congresso Nacional: autorizar referendo e convocar plebiscito.
- e) Errado, porque: é da competência privativa da Câmara dos Deputados: autorizar, por dois terços de seus membros, a instauração de processo contra o Presidente e o Vice-Presidente da República e os Ministros de Estado.

**Preste Atenção:**

Compete privativamente ao Senado Federal: processar e julgar [após a autorização da Câmara dos Deputados] o Presidente e o Vice-Presidente da República nos crimes de responsabilidade, bem como os Ministros de Estado e os Comandantes da Marinha, do Exército e da Aeronáutica nos crimes da mesma natureza conexos com aqueles.

**166. (Escriturário/Investigador de Polícia – PC/PA – UEPA – 2013)** Assinale a alternativa correta acerca do Poder Executivo.

- a) O Presidente da República só poderá ausentar-se do País, por período superior a 15 dias, com licença do Congresso Nacional, sob pena de perda do mandato.
- b) O Presidente da República só poderá conceder indulto e comutar penas com autorização do Procurador-Geral da República ou do Advogado-Geral da União.
- c) O Presidente da República poderá delegar ao Procurador-Geral da República a competência para enviar ao Congresso o plano plurianual, o projeto de lei de diretrizes orçamentárias e as propostas de orçamentos previstos na Constituição.
- d) Os Ministros de Estado serão escolhidos dentre brasileiros maiores de trinta e cinco anos e no exercício dos direitos políticos.
- e) O Presidente da República disporá, mediante Decreto, sobre a criação e extinção de Ministérios e órgãos da administração pública.

**GABARITO OFICIAL: A****JUSTIFICATIVA:**

- a) CERTO, porque: é o disposto no art. 83 da CF.
- b) Errado, porque: compete privativamente ao Presidente da República: conceder indulto e comutar penas, com audiência, se necessário, dos órgãos instituídos em lei.
- c) Errado, porque: compete privativamente ao Presidente da República: art. 84, XXIII, da CF “enviar ao Congresso Nacional o plano plurianual, o projeto de lei de diretrizes orçamentárias e as propostas de orçamento previstos nesta Constituição – sem possibilidade de delegação”.
- d) Errado, porque: os Ministros de Estado serão escolhidos dentre brasileiros maiores de vinte e um anos e no exercício dos direitos políticos.
- e) Errado, porque: a lei disporá sobre a criação e extinção de Ministérios e órgãos da administração pública.

**Preste Atenção:**

O Presidente da República poderá delegar as seguintes atribuições, aos Ministros de Estado, ao Procurador-Geral da República ou ao Advogado-Geral da União, que observarão os limites traçados nas respectivas delegações: organização e funcionamento da administração federal, quando não implicar aumento de despesa nem criação ou extinção de órgãos públicos; extinção de funções ou cargos públicos, quando vagos; conceder indulto e comutar penas e prover os cargos públicos federais.

**167. (Escriturário/Investigador de Polícia – PC/PA – UEPA – 2013)** Assinale a alternativa correta acerca do Poder Judiciário.

- a) O juiz poderá exercer a advocacia no juízo ou tribunal do qual se afastou, decorrido período de seis meses do afastamento do cargo por aposentadoria ou exoneração.
- b) Aos juízes é vedado exercer, ainda que em disponibilidade, todo e qualquer outro cargo ou função.
- c) Aos juízes é vedado dedicar-se à atividade político-partidária.
- d) O encaminhamento da proposta orçamentária do Poder Judiciário, dentro dos limites estipulados em conjunto com os demais Poderes na Lei de Diretrizes Orçamentárias, compete, no âmbito dos Estados e no Distrito Federal ao respectivo Governador.
- e) Os pagamentos devidos pela Fazenda Pública Estadual, em virtude de sentença judiciária, far-se-ão exclusivamente na ordem cronológica de apresentação dos precatórios e à conta dos créditos respectivos, devendo ser expressamente designados os nomes dos credores nas dotações orçamentárias para este fim.

**GABARITO OFICIAL: C**

**JUSTIFICATIVA:**

- a) Errado, porque: aos juízes é vedado: exercer a advocacia no juízo ou tribunal do qual se afastou, antes de decorridos três anos do afastamento do cargo por aposentadoria ou exoneração.
- b) Errado, porque: aos juízes é vedado: exercer, ainda que em disponibilidade, outro cargo ou função, salvo uma de magistério.
- c) CERTO, porque: é o disposto no art. 95, parágrafo único, III, da CF.
- d) Errado, porque: os tribunais elaborarão suas propostas orçamentárias dentro dos limites estipulados conjuntamente com os demais Poderes na lei de diretrizes orçamentárias. O encaminhamento da proposta, ouvidos os outros tribunais interessados, compete: no âmbito da União, aos Presidentes do Supremo Tribunal Federal e dos Tribunais Superiores, com a aprovação dos respectivos tribunais; no âmbito dos Estados e no do Distrito Federal e Territórios, aos Presidentes dos Tribunais de Justiça, com a aprovação dos respectivos tribunais.
- e) Errado, porque: os pagamentos devidos pelas Fazendas Públicas Federal, Estaduais, Distrital e Municipais, em virtude de sentença judiciária, far-se-ão exclusivamente na ordem cronológica de apresentação dos precatórios e à conta dos créditos respectivos, proibida a designação de casos ou de pessoas nas dotações orçamentárias e nos créditos adicionais abertos para este fim.

**Preste Atenção:**

Não existe Poder Judiciário municipal.

- 168. (Agente de Polícia – PC/AL – CESPE – 2012)** Acerca da Constituição Federal e dos direitos e garantias fundamentais, julgue os itens a seguir.

As normas constitucionais de eficácia limitada dependem da intervenção legislativa para produzirem seus principais efeitos, ou seja, necessitam de norma infraconstitucional integradora para a sua aplicação.

( ) Certo                      ( ) Errado

**GABARITO OFICIAL: CERTO****JUSTIFICATIVA:**

CERTO, porque: segundo a classificação do professor José Afonso da Silva, existem três tipos de normas: *Normas de Eficácia Plena* (são normas completas, no sentido que não lhes serve o auxílio de nenhuma outra norma; conseguem regular de forma satisfatória o assunto tratado em seu conteúdo); *Normas de Eficácia Contida* (são normas que esperam por legislação futura não como forma de complementar seu alcance, e sim de limitar e restringir seus efeitos); *Normas de Eficácia Limitada* (são aquelas que não produzem todos os efeitos esperados, porque, para tanto, é necessária a expedição de lei integradora, lei regulamentadora).

**Preste Atenção:**

Diante da falta de lei regulamentadora, é possível a utilização do remédio constitucional chamado mandado de injunção.

- 169. (Agente de Polícia – PC/AL – CESPE – 2012)** No Brasil, a pena é personalíssima, não podendo passar da pessoa do condenado, razão por que a obrigação de reparar o dano não pode ser estendida aos sucessores do condenado ou contra eles executada.

( ) Certo                      ( ) Errado

**GABARITO OFICIAL: ERRADO****JUSTIFICATIVA:**

ERRADO, porque: por expressa menção constitucional, temos que nenhuma pena passará da pessoa do condenado, podendo a obrigação de reparar o dano e a decretação do perdimento de bens serem, nos termos da lei, estendidas aos sucessores e contra eles executadas, até o limite do valor do patrimônio transferido (art. 5º, XLV, da CF).

**Preste Atenção:**

A pena de multa – advinda da sentença penal condenatória – é considerada intrasfinita, portanto não transmitirá aos herdeiros.

**170. (Agente de Polícia – PC/AL – CESPE – 2012)** Acerca da Constituição Federal e dos direitos e garantias fundamentais, julgue os itens a seguir.

O uso de algemas durante audiência de instrução e julgamento pode ser determinado pelo magistrado quando presentes, de maneira concreta, riscos a segurança do acusado ou das pessoas ao ato presentes.

( ) Certo            ( ) Errado

**GABARITO OFICIAL: CERTO****JUSTIFICATIVA:**

CERTO, porque: de acordo com a Súmula Vinculante nº 11, temos que “Só é lícito o uso de algemas em casos de resistência e de fundado receio de fuga ou de perigo à integridade física própria ou alheia, por parte do preso ou de terceiros, justificada a excepcionalidade por escrito, sob pena de responsabilidade disciplinar, civil e penal do agente ou da autoridade e de nulidade da prisão ou do ato processual a que se refere, sem prejuízo da responsabilidade civil do estado”.

**Preste Atenção:**

Tal súmula vinculante se fundamentou, basicamente, em dois princípios: o da dignidade da pessoa humana e o da inocência.

**171. (Agente de Polícia – PC/AL – CESPE – 2012)** A Constituição Federal de 1988 pode ser considerada democrática e tem como fundamentos a soberania, a cidadania, a dignidade da pessoa humana, os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa e o pluralismo político.

( ) Certo            ( ) Errado

**GABARITO OFICIAL: CERTO****JUSTIFICATIVA:**

CERTO, porque: de acordo com o art. 1º e seus incisos, temos que os fundamentos da República Federativa do Brasil são a “soberania, a cidadania, a dignidade da pessoa humana, os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa e o pluralismo político”.

**Preste Atenção:**

A Constituição Federal de 1988 é uma constituição promulgada porque foi elaborada por representantes eleitos pelo povo, portanto democrática.

**172. (Agente de Polícia – PC/AL – CESPE – 2012)** A respeito do Poder Executivo, do Poder Legislativo, do processo legislativo e do Poder Judiciário, julgue os itens seguintes.

O Poder Legislativo Federal é bicameral e exercido pelo Congresso Nacional, que é composto pela Câmara dos Deputados e pelo Senado Federal. A inauguração da sessão legislativa é feita em sessão conjunta da Câmara dos Deputados e do Senado Federal.

( ) Certo            ( ) Errado

**GABARITO OFICIAL: CERTO****JUSTIFICATIVA:**

CERTO, porque: de acordo com o § 3º do art. 57 da CF, “Além de outros casos previstos nesta Constituição, a Câmara dos Deputados e o Senado Federal reunir-se-ão em sessão conjunta para: I – inaugurar a sessão legislativa; II – elaborar o regimento comum e regular a criação de serviços comuns às duas Casas; III – receber o compromisso do Presidente e do Vice-Presidente da República; IV – conhecer do veto e sobre ele deliberar”.

**Preste Atenção:**

Não haverá recesso parlamentar, ou seja, interrupção da sessão legislativa, sem a aprovação do projeto de lei de diretrizes orçamentárias, a PLDO.

**173. (Agente de Polícia – PC/AL – CESPE – 2012)** O processo legislativo ordinário ou comum, caracterizado pela sua maior extensão, é o que se destina à elaboração das leis ordinárias e das leis complementares.

( ) Certo            ( ) Errado

**GABARITO OFICIAL: ERRADO****JUSTIFICATIVA:**

ERRADO, porque: existem três espécies de processo legislativo: 1. ordinário, que se destina à elaboração das leis ordinárias, caracterizando-se por sua maior extensão e ausência de prazo; 2. sumário, que possui prazo para que o Congresso Nacional delibere sobre o assunto; 3. especiais, estabelecidos para elaboração das emendas à Constituição, leis complementares, leis delegadas, medidas provisórias, decretos legislativos, leis financeiras.

**Preste Atenção:**

A regra em nosso processo legislativo está na regulamentação das matérias por meio de edição de lei ordinária – cuja aprovação depende do voto da maioria entre os presentes (maioria simples).

- 174. (Agente de Polícia – PC/AL – CESPE – 2012)** O Poder Judiciário é autônomo e independente, dele fazendo parte, entre outros órgãos, o Supremo Tribunal Federal e o Conselho Nacional de Justiça.
- ( ) Certo            ( ) Errado

**GABARITO OFICIAL: CERTO**

**JUSTIFICATIVA:**

CERTO, porque: de acordo com o art. 92 da CF, são órgãos do Poder Judiciário: I – o Supremo Tribunal Federal; I-A – o Conselho Nacional de Justiça; II – o Superior Tribunal de Justiça; III – os Tribunais Regionais Federais e Juízes Federais; IV – os Tribunais e Juízes do Trabalho; V – os Tribunais e Juizes Eleitorais; VI – os Tribunais e Juizes Militares; VII – os Tribunais e Juizes dos Estados e do Distrito Federal e Territórios.



**Preste Atenção:**

O Conselho Nacional de Justiça detém competência de controle e fiscalização do Poder Judiciário, contudo, essas atribuições restringem-se à esfera administrativa, de modo que atos jurisdicionais não podem ser revistos pelo Conselho.

- 175. (Agente de Polícia – PC/AL – CESPE – 2012)** O presidente da República possui competências privativas de chefe de Estado e de chefe de Governo, sendo uma de suas atribuições decretar o estado de defesa e o estado de sítio.
- ( ) Certo            ( ) Errado

**GABARITO OFICIAL: CERTO**

**JUSTIFICATIVA:**

CERTO, porque: na República Federativa do Brasil, o presidente da República desempenha a função de Chefe de Governo – chefe do Poder Executivo Federal administrando a União – quando, por exemplo, decreta o estado de sítio e o de defesa, por expressa menção do texto legal (arts. 136 e 137), e, também, é o responsável por representar o Brasil internacionalmente – Chefe de Estado – quando, por exemplo, abre, todos os anos, a Assembleia Geral da ONU. Atenção à dica!



**Preste Atenção:**

Está disposto nos arts. 136 e 137 da CF que o presidente da República decreta o estado de defesa *sem qualquer tipo de autorização prévia* – sendo necessária apenas a consulta ao Conselho da República e de Defesa –, contudo, quando se tratar de estado de sítio, ele deve solicitar *autorização* ao Congresso Nacional para, autorizado então, decretar o estado de sítio.

- 176. (Agente de Polícia – PC/AL – CESPE – 2012)** No que se refere à segurança pública e à ordem social, julgue os itens subsequentes.
- A remoção dos grupos indígenas de suas terras é proibida pela Constituição Federal, exceto em caso de catástrofe ou epidemia que ponha em risco a população indígena, ou ainda no interesse da soberania do País, desde que, em todos os casos, haja referendo do Congresso Nacional.
- ( ) Certo            ( ) Errado

**GABARITO OFICIAL: ERRADO**

**JUSTIFICATIVA:**

ERRADO, porque: a questão traz como único procedimento para remoção de grupos indígenas o referendo, fato que não é verdadeiro. No caso de catástrofe ou epidemia, é necessário *ad referendum* do Congresso Nacional, e nos casos em que haja interesse da soberania do País para a remoção, essa prescindirá de deliberação do Congresso Nacional.

Ainda, de acordo com a Constituição Federal, em seu art. 231 e parágrafos, fica garantido, em qualquer hipótese, o retorno imediato da população indígena deslocada, logo que cesse o risco.

**Preste Atenção:**

Os índios, suas comunidades e organizações são partes legítimas para ingressar em juízo em defesa de seus direitos e interesses, intervindo o Ministério Público em todos os atos do processo.

**177. (Agente de Polícia – PC/AL – CESPE – 2012)** Os estados-membros não podem criar órgão de segurança pública diverso daqueles previstos na Constituição Federal.

( ) Certo            ( ) Errado

**GABARITO OFICIAL: CERTO****JUSTIFICATIVA:**

CERTO, porque: o rol dos órgãos de Segurança Pública trazido pela CF em seu art. 144 é uma lista taxativa, isto é, não admite novas inclusões. São eles: polícia federal, polícia rodoviária federal, polícia ferroviária federal, polícias civis, polícias militares e corpos de bombeiros militares. Somente esses e nenhum outro.

**Preste Atenção:**

As guardas municipais, de competência dos Municípios, não são órgãos de segurança pública e não integram o rol trazido pelo art. 144 da CF.

**178. (Escrivão de Polícia – PC/AL – CESPE – 2012)** No que concerne aos princípios, direitos e garantias fundamentais, estabelecidos na Constituição Federal de 1988 (CF), julgue os itens a seguir.

O direito à não produção de provas contra si decorre do princípio do devido processo legal, devidamente consagrado no nosso sistema constitucional.

( ) Certo            ( ) Errado

**GABARITO OFICIAL: CERTO****JUSTIFICATIVA:**

CERTO, porque: a Constituição Federal, principalmente entre os incisos LIII e LXVII do art. 5º, elenca alguns dos mais importantes princípios referentes ao processo e à defesa do acusado perante a Justiça. A obediência a esses princípios e outros procedimentos legais formará o devido processo legal. O inciso LXIII (“o preso será informado de seus direitos, entre os quais o de permanecer calado, sendo-lhe assegurada a assistência da família e de advogado”) foi trazido como garantia à ampla defesa e, conseqüentemente, em respeito àquele devido processo legal.

**Preste Atenção:**

O direito de não fazer prova contra si mesmo, ou direito ao silêncio, ou ainda o direito de permanecer calado, pode ser cobrado pela expressão latina *nemo tenetur se detegere*.

**179. (Escrivão de Polícia – PC/AL – CESPE – 2012)** Dado o direito à liberdade, um dos direitos fundamentais, a prisão de um indivíduo é medida excepcional.

( ) Certo      ( ) Errado

**GABARITO OFICIAL: CERTO****JUSTIFICATIVA:**

CERTO, porque: o direito à liberdade é classificado como direito fundamental de primeira geração. Não será relativizado a não ser em alguns casos excepcionalíssimos. A regra é a da liberdade: “ninguém será preso senão em flagrante delito ou por ordem escrita e fundamentada de autoridade judiciária competente, salvo nos casos de transgressão militar ou crime propriamente militar, definidos em lei” (art. 5º, LXI, da CF) e, ainda, “ninguém será levado à prisão ou nela mantido, quando a lei admitir a liberdade provisória, com ou sem fiança” (art. 5º, LXVI, da CF).

**Preste Atenção:**

A prisão ilegal será imediatamente relaxada pela autoridade judiciária via impetração de *habeas corpus*.

**180. (Escrivão de Polícia – PC/AL – CESPE – 2012)** O brasileiro naturalizado poderá ser extraditado em caso de crime comum, ainda que praticado após a naturalização.

( ) Certo      ( ) Errado

**GABARITO OFICIAL: ERRADO****JUSTIFICATIVA:**

ERRADO, porque: segundo o art. 5º, LI, da CF, nenhum brasileiro será extraditado, salvo o naturalizado, em caso de crime comum, praticado antes da naturalização, ou de comprovado envolvimento em tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, na forma da lei.

**Preste Atenção:**

A ninguém, mesmo que estrangeiro, será concedida a extradição pela prática de crime político ou de opinião.

**181. (Escrivão de Polícia – PC/AL – CESPE – 2012)** Com relação aos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, julgue os itens a seguir.

Compete privativamente ao Senado Federal autorizar, por dois terços de seus membros, a instauração de processo contra presidente e vice-presidente da República.

( ) Certo      ( ) Errado

**GABARITO OFICIAL: ERRADO**

**JUSTIFICATIVA:**

ERRADO, porque: compete privativamente à Câmara dos Deputados autorizar, por dois terços de seus membros, a instauração de processo contra o presidente e o vice-presidente da República.

**Preste Atenção:**

Autorizada a abertura do processo, o competente para processar e julgar o presidente e o vice-presidente da República nos crimes de responsabilidade será o Senado Federal.

**182. (Escrivão de Polícia – PC/AL – CESPE – 2012)** A CF autoriza a edição de medida provisória sobre matéria relativa a direito penal, processual penal e processual civil.

( ) Certo            ( ) Errado

**GABARITO OFICIAL: ERRADO****JUSTIFICATIVA:**

ERRADO, porque: é vedada a edição de medidas provisórias sobre direito penal, processual penal e processual civil por expressa menção do art. 62, § 1º, I, b, da CF.

**Preste Atenção:**

Somente em caso de relevância e urgência, o presidente da República poderá adotar medidas provisórias, com força de lei, devendo submetê-las de imediato ao Congresso Nacional.

**183. (Escrivão de Polícia – PC/AL – CESPE – 2012)** Compete ao Supremo Tribunal Federal processar e julgar originariamente, por infrações penais comuns, os seus próprios ministros.

( ) Certo            ( ) Errado

**GABARITO OFICIAL: CERTO****JUSTIFICATIVA:**

CERTO, porque: compete ao Supremo Tribunal Federal, precipuamente, a guarda da Constituição, cabendo-lhe processar e julgar, originariamente nas infrações penais comuns, o presidente da República, o vice-presidente, os membros do Congresso Nacional, seus próprios ministros e o procurador-geral da República.

**Preste Atenção:**

Os ministros do Supremo Tribunal Federal serão nomeados pelo presidente da República, depois de aprovada a escolha pela maioria absoluta do Senado Federal.

**184. (Escrivão de Polícia – PC/AL – CESPE – 2012)** Os ministros de Estado, inclusive o ministro da Defesa, devem ser escolhidos entre brasileiros natos, com, no mínimo, 21 anos de idade, no exercício dos direitos políticos.

( ) Certo            ( ) Errado

**GABARITO OFICIAL: ERRADO****JUSTIFICATIVA:**

ERRADO, porque: os ministros de Estado serão escolhidos dentre brasileiros maiores de 21 anos e no exercício dos direitos políticos. Dentre todos os ministros de Estado, haverá *somente um* que deverá ser brasileiro nato: o ministro da Defesa. Todos os outros não devem ser necessariamente brasileiros natos.

**Preste Atenção:**

São cargos privativos de brasileiros natos os de presidente e vice-presidente da República, de presidente da Câmara dos Deputados, de presidente do Senado Federal, de ministro do Supremo Tribunal Federal, da carreira diplomática, de oficial das Forças Armadas, de Ministro de Estado da Defesa.

**185. (Delegado de Polícia – PC/AL – CESPE – 2012)** No que se refere a aspectos históricos do direito constitucional, julgue o item a seguir.

O constitucionalismo moderno surgiu no século XVIII, trazendo novos conceitos e práticas constitucionais, como a separação de poderes, os direitos individuais e a supremacia constitucional.

( ) Certo      ( ) Errado

**GABARITO OFICIAL: CERTO****JUSTIFICATIVA:**

CERTO, porque: apesar de a doutrina apontar a Carta Magna de 1215 como o marco histórico constitucional, temos que somente com a Revolução Francesa, em 1789, o ocidente se deparou com a verdadeira essência de uma Constituição: normas que organizam o Estado – que o separam de uma vez por todas da Igreja e que o organizam em três funções típicas: legislativa, judiciária e executiva –, normas que estabelecem direitos e garantias fundamentais e, ainda, um sistema de proteção que impingem um caráter rígido ao documento, isto é, para alterar este conjunto de normas constitucionais, é necessário um procedimento mais dificultoso do que aquele utilizado para normas infraconstitucionais.

**Preste Atenção:**

A Revolução Francesa, uma revolução tida por burguesa, teve como lema a “Liberdade, Igualdade e Fraternidade”.

**186. (Delegado de Polícia – PC/AL – CESPE – 2012)** Julgue os itens seguintes, acerca do poder constituinte.

De acordo com o Supremo Tribunal Federal (STF), é possível questionar, através de mandado de segurança, proposta de emenda constitucional tendente a abolir a separação de poderes. Todavia, a legitimidade para o ajuizamento é exclusiva de parlamentar.

( ) Certo      ( ) Errado

**GABARITO OFICIAL: CERTO**

**JUSTIFICATIVA:**

CERTO, porque: o Poder Judiciário, ainda que de forma excepcional, poderá exercer controle de constitucionalidade preventivo cujo objeto seja a deliberação de uma proposta de emenda tendente a abolir cláusula pétreia. Para tanto, deverá ele ser provocado por parlamentar via mandado de segurança, em razão da inobservância do devido processo legislativo constitucional.

Segundo Marcelo Novelino, os parlamentares têm direito público subjetivo à observância do devido processo legislativo constitucional. Por isso, apenas eles, e nunca terceiros estranhos à atividade parlamentar, têm legitimidade para impetrar o mandado de segurança nessa hipótese. A iniciativa somente poderá ser tomada por membros do órgão parlamentar perante o qual se achem em curso o projeto de lei ou a proposta de emenda (*Direito Constitucional*. 3. ed. São Paulo: Editora Método, 2009).

**Preste Atenção:**

O STF já pacificou o entendimento de que o controle preventivo de constitucionalidade sobre projeto de lei ainda em trâmite somente pode ocorrer de modo incidental, na via de exceção ou defesa.

- 187. (Delegado de Polícia – PC/AL – CESPE – 2012)** Para a doutrina constitucional majoritária, não existem limites implícitos ao poder constituinte derivado reformador. É possível, assim, adotar a teoria da dupla revisão.

( ) Certo            ( ) Errado

**GABARITO OFICIAL: ERRADO****JUSTIFICATIVA:**

ERRADO, porque: a Constituição Federal de 1988 trouxe, em seu art. 60, incisos e parágrafos, os limites expressos para sua modificação (limites formais, circunstanciais e materiais). Disso não resta alguma discussão. O que se discute são os limites implícitos, isto é, será que podemos discutir, votar e promulgar uma emenda constitucional que altere o art. 60? Alteraríamos o quórum para reforma da constituição dos atuais 3/5 de votos para 1/3. Será que seria possível? Com algumas vozes em contrário, a jurisprudência e a doutrina majoritária entendem que não vigora no Brasil tal possibilidade. Sendo assim, não existe em nosso ordenamento jurídico o fenômeno da dupla revisão.

**Preste Atenção:**

Lembre-se apenas de que, apesar da existência de cláusulas pétreas (normas imutáveis) e da necessidade de dois turnos de votação em cada Casa do Congresso Nacional no caso de alteração de suas normas, nossa Constituição não pode ser classificada de outra forma senão como rígida (posição majoritária e que deve ser defendida em concursos públicos).

- 188. (Delegado de Polícia – PC/AL – CESPE – 2012)** Consoante o entendimento atual do STF, a prova consistente em gravação ambiental realizada por um dos interlocutores sem o conhecimento do outro é ilícita, mesmo quando destinada a fazer prova em favor de quem efetuou a gravação, pois viola o direito constitucional à intimidade.

( ) Certo            ( ) Errado

**GABARITO OFICIAL: ERRADO****JUSTIFICATIVA:**

ERRADO, porque: Conforme posição do STF, não há ilicitude na gravação clandestina. Senão, vejamos:

EMENTA: PROVA. Criminal. Conversa telefônica. Gravação clandestina, feita por um dos interlocutores, sem conhecimento do outro. [...] Fonte lícita de prova. Inexistência de interceptação, objeto de vedação constitucional. Ausência de causa legal de sigilo ou de reserva da conversação. [...] Inexistência de ofensa ao art. 5º, incs. X, XII e LVI, da CF. Precedentes. Como gravação meramente clandestina, que se não confunde com interceptação, objeto de vedação constitucional, é lícita a prova consistente no teor de gravação de conversa telefônica realizada por um dos interlocutores, sem conhecimento do outro, se não há causa legal específica de sigilo nem de reserva da conversação, sobretudo quando se predestine a fazer prova, em juízo ou inquérito, a favor de quem a gravou. Recurso Extraordinário nº 402.717/PR.

**Preste Atenção:**

“Gravação clandestina de ‘conversa informal’ do indiciado com policiais. [...] O privilégio contra a autoincriminação – *nemo tenetur se detegere* –, erigido em garantia fundamental pela Constituição – além da inconstitucionalidade superveniente da parte final do art. 186 do CPP – importou compelir o inquiridor, na polícia ou em juízo, ao dever de advertir o interrogado do seu direito ao silêncio: a falta da advertência – e da sua documentação formal – faz ilícita a prova que, contra si mesmo, forneça o indiciado ou acusado no interrogatório formal e, com mais razão, em ‘conversa informal’ gravada, clandestinamente ou não.” (HC nº 80.949, rel. Min. Sepúlveda Pertence, j. 30-10-2001, 1ª T., DJ de 14-12-2001).

- 189. (Delegado de Polícia – PC/AL – CESPE – 2012)** A jurisprudência do STF entende que o sigilo bancário é protegido constitucionalmente. Dessa forma, o acesso a dados bancários somente pode ser feito por determinação judicial ou requisição da autoridade policial.
- ( ) Certo                      ( ) Errado

**GABARITO OFICIAL: ERRADO****JUSTIFICATIVA:**

ERRADO, porque: realmente a jurisprudência reconhece o sigilo bancário como espécie do gênero sigilo de dados. Acontece que, de acordo com expressa menção constitucional, mais precisamente em seu art. 5º, XII, será possível a quebra do sigilo de dados por ordem judicial, nas hipóteses e na forma que a lei estabelecer para fins de investigação criminal ou instrução processual penal. Assim sendo, autoridade policial não pode quebrar diretamente o sigilo de dados.

**Preste Atenção:**

É pacífica a posição jurisprudencial em que se afirma e reconhece o poder de quebrar sigilo de dados das Comissões Parlamentares de Inquérito.

- 190. (Delegado de Polícia – PC/AL – CESPE – 2012)** De acordo com a CF, os tratados internacionais de direitos humanos que forem aprovados, em cada Casa do Congresso

Nacional, em dois turnos, por três quintos dos votos dos respectivos membros, terão *status* de norma constitucional. Tais tratados podem fundamentar tanto o controle de constitucionalidade quanto o controle de convencionalidade.

( ) Certo ( ) Errado

### GABARITO OFICIAL: CERTO

#### JUSTIFICATIVA:

CERTO, porque: de acordo com Mazzuoli, o controle de convencionalidade se fez obrigatório após a Emenda Constitucional nº 45/2004: “Ora, à medida que os tratados de direitos humanos ou são materialmente constitucionais (art. 5, § 2º) ou material e formalmente constitucionais (art. 5º, § 3º), é lícito entender que, para além do clássico ‘controle de constitucionalidade’, deve ainda existir (doravante) um ‘controle de convencionalidade’ das leis, que é a compatibilização da produção normativa doméstica com os tratados de direitos humanos ratificados pelo governo e em vigor no país.” (MAZZUOLI, Valério de Oliveira. *O controle jurisdicional da convencionalidade das leis*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2009).



#### Preste Atenção:

Atualmente a dicotomia entre normas constitucionais e normas infraconstitucionais não pode ser mais aceita em sua integralidade. Após o julgamento pelo STF do fim da prisão do depositário infiel, temos um novo conjunto de normas que possuem força de supralegal. Elas, as normas supralegais, estão abaixo da Constituição e acima das leis infraconstitucionais. (Consulta: Recursos Extraordinários (RE nº 349.703) e (RE nº 466.343) e do *Habeas Corpus* (HC nº 87.585) e Súmula Vinculante nº 25).

**191. (Delegado de Polícia – PC/AL – CESPE – 2012)** Em relação às normas constitucionais relativas à segurança pública, julgue os próximos itens.

Os corpos de bombeiros militares e as polícias militares são forças auxiliares do Exército, não se subordinando aos governadores de Estado.

( ) Certo ( ) Errado

### GABARITO OFICIAL: ERRADO

#### JUSTIFICATIVA:

ERRADO, porque: por expressa definição constitucional, as polícias militares e corpos de bombeiros militares, forças auxiliares e reserva do Exército, subordinam-se, juntamente com as polícias civis, aos governadores dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios.



#### Preste Atenção:

Ao militar são proibidas a sindicalização e a greve.

**192. (Delegado de Polícia – PC/AL – CESPE – 2012)** Em relação às normas constitucionais relativas à segurança pública, julgue os próximos itens.

A segurança pública é dever do Estado e direito e responsabilidade de todos, sendo exercida pela polícia federal, polícia rodoviária federal, polícia ferroviária federal, polícias civis, polícias militares e corpos de bombeiros militares.

( ) Certo      ( ) Errado

**GABARITO OFICIAL: CERTO**

**JUSTIFICATIVA:**

CERTO, porque: a questão traz a literalidade do art. 144 da CF.



**Preste Atenção:**

O rol do art. 144 é uma lista taxativa de órgãos da Segurança Pública, não sendo possível a criação de nenhum outro.

**193. (Delegado de Polícia – PC/AL – CESPE – 2012)** De acordo com a CF, a polícia civil exerce as funções de polícia judiciária e apura as infrações penais, inclusive as militares.

( ) Certo      ( ) Errado

**GABARITO OFICIAL: ERRADO**

**JUSTIFICATIVA:**

ERRADO, porque: às polícias civis, dirigidas por delegados de polícia de carreira, incumbem, ressalvada a competência da União, as funções de polícia judiciária e a apuração de infrações penais, exceto as militares (art. 144, § 4º, da CF).



**Preste Atenção:**

O STF afirmou que “[...] A simples circunstância de ter-se o envolvimento de policiais militares nas investigações não desloca a atribuição do inquérito para a Polícia Militar. Tratando-se de fatos estranhos à atividade militar, incumbe a atuação à Polícia Civil. [...] como é exemplo o de quadrilha visando à prática de homicídio, de tráfico de drogas e de roubo –, descabe cogitar da configuração de delito de natureza militar.” (HC nº 89.102, rel. Min. Marco Aurélio, j. 12-6-2007, 1ª T., DJ de 14-9-2007).

**194. (Inspetor de Polícia – PC/RJ – FEC – 2012)** De acordo com a doutrina constitucionalista, o Poder Constituinte derivado classifica-se em:

- a) poder revisor e poder originário.
- b) poder originário e poder reformador.
- c) poder decorrente e poder originário.
- d) poder reformador e poder decorrente.
- e) poder majoritário e poder contra majoritário.

**GABARITO OFICIAL: D**

**JUSTIFICATIVA:**

O poder constituinte originário é aquele competente para inaugurar um ordenamento jurídico. Depois de criado o novo sistema normativo, o poder constituinte originário permite que 1) seu trabalho seja atualizado – *poder derivado reformador* e 2) os Estados-Membros possam desenvolver suas próprias constituições – *poder derivado decorrente*. Ainda, em nosso ordenamento jurídico tivemos a oportunidade de vivenciar uma terceira espécie de poder derivado, o 3) *poder derivado revisor* – a revisão constitucional aconteceu em 1993 e não poderá mais acontecer.

- a) Errado, porque: não coaduna com a subdivisão do poder derivado.
- b) Errado, porque: não coaduna com a subdivisão do poder derivado.
- c) Errado, porque: não coaduna com a subdivisão do poder derivado.
- d) CERTO, porque: está é a subdivisão do poder derivado: Reformador, Decorrente e ainda, Revisor.
- e) Errado, porque: não coaduna com a subdivisão do poder derivado.



**Preste Atenção:**

A doutrina majoritária entende que aos municípios não foi entregue o poder constituinte derivado. Suas leis orgânicas não podem ser equiparadas a normas constitucionais.

**195. (Inspetor de Polícia 6ª Classe – PC/RJ – FEC – 2012)** Pela Constituição da República, a competência para legislar a respeito de normas gerais sobre organização, efetivos, material bélico, garantias, convocação e mobilização das polícias militares e corpos de bombeiros militares é:

- a) privativa da União.
- b) comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.
- c) concorrente da União, dos Estados e do Distrito Federal.
- d) privativa dos Estados e do Distrito Federal.
- e) concorrente da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

**GABARITO OFICIAL: A**

**JUSTIFICATIVA:**

- a) CERTO, porque: é o disposto no art. 22, XXI, da CF.
- b) Errado, porque: contraria o disposto no art. 22 da CF.
- c) Errado, porque: contraria o disposto no art. 22 da CF.
- d) Errado, porque: contraria o disposto no art. 22 da CF.
- e) Errado, porque: contraria o disposto no art. 22 da CF.



**Preste Atenção:**

Sendo competência privativa (e não exclusiva), lei complementar poderá autorizar os Estados a legislar sobre tais matérias.

**196. (Inspetor de Polícia 6ª Classe – PC/RJ – FEC – 2012)** Brasileiros natos e naturalizados, em regra, não podem ter distinções de tratamento. No entanto, a própria Constituição estabelece duas distinções. São elas:

- a) o alistamento eleitoral obrigatório e o acesso a determinados cargos.
- b) a elegibilidade e a possibilidade de extradição.
- c) o acesso a determinados cargos e a possibilidade de extradição.
- d) a possibilidade de extradição e o serviço militar.
- e) o acesso ao cargo de professor universitário e o serviço militar.

**GABARITO OFICIAL: B**

**JUSTIFICATIVA:**

A questão cobra o conhecimento de duas normas constitucionais. Sobre a extradição, o art. 5º, LI, reza que nenhum brasileiro será extraditado, salvo o naturalizado, em caso de crime comum,

praticado antes da naturalização, ou de comprovado envolvimento em tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, na forma da lei. Acerca da elegibilidade, existem alguns cargos que são privativos de brasileiros natos. Estão eles previstos no art. 12, § 3º da CF: I – de Presidente e Vice-Presidente da República; II – de Presidente da Câmara dos Deputados; III – de Presidente do Senado Federal; IV – de Ministro do Supremo Tribunal Federal; V – da carreira diplomática; VI – de oficial das Forças Armadas; VII – de Ministro de Estado da Defesa.

- a) Errado, porque: não há previsão para tal discriminação de tratamento.
- b) CERTO, porque: é o disposto nos arts. 12, § 3º e 5º, LI, ambos da CF.
- c) Errado, porque: não há previsão para tal discriminação de tratamento.
- d) Errado, porque: não há previsão para tal discriminação de tratamento.
- e) Errado, porque: não há previsão para tal discriminação de tratamento.



### Preste Atenção:

Apesar de a questão trazer apenas a elegibilidade e a extradição como forma de discriminação entre natos e naturalizados, é necessário apontar para o art. 89, VII, da CF. Farão parte do Conselho da República, além de outros, seis cidadãos brasileiros natos, com mais de 35 anos de idade, sendo dois nomeados pelo Presidente da República, dois eleitos pelo Senado Federal e dois eleitos pela Câmara dos Deputados.

**197. (Inspetor de Polícia 6ª Classe – PC/RJ – FEC – 2012)** Os direitos políticos no Brasil permitem, sob determinadas condições, que qualquer brasileiro possa concorrer a cargos políticos. Algumas dessas condições, negativas, são consideradas causas de inelegibilidade e estão expressas no texto constitucional. Nesse sentido, analise os itens a seguir:

I. analfabetos.

II. militares alistáveis.

III. Governador do Estado licenciado para concorrer a outro cargo.

IV. parentes consanguíneos ou afins, até segundo grau, de Presidente da República, Governador de Estado, Prefeito ou de quem os haja substituído dentro dos seis meses anteriores ao pleito, no território de jurisdição do titular, salvo se já ocupante de cargo e candidato à reeleição.

São causas de inelegibilidade expressas na Constituição as que estão relacionadas nos itens:

- a) I, II e III.
- b) I e IV.
- c) III e IV.
- d) I, II e IV.
- e) II e III.

### GABARITO OFICIAL: B

#### JUSTIFICATIVA:

Segundo o art. 14 e parágrafos, temos que: são inelegíveis os inalistáveis e os analfabetos. O presidente da República, os governadores de Estado e do Distrito Federal, os prefeitos e quem os houver sucedido, ou substituído no curso dos mandatos poderão ser reeleitos para um único período subsequente. Para concorrerem a outros cargos, o presidente da República, os governadores de Estado e do Distrito Federal e os prefeitos devem renunciar aos respectivos mandatos até seis meses antes do pleito. São inelegíveis, no território de jurisdição do titular, o cônjuge e os parentes consanguíneos

ou afins, até o segundo grau ou por adoção, do presidente da República, de governador de Estado ou Território, do Distrito Federal, de prefeito ou de quem os haja substituído dentro dos seis meses anteriores ao pleito, salvo se já titular de mandato eletivo e candidato à reeleição.

I) CERTO, porque: é o disposto no art. 14, § 4º, da CF.

II) Errado, porque: não há previsão constitucional.

III) Errado, porque: não há previsão constitucional.

VI) CERTO, porque: é o disposto no art. 14, § 7º, da CF.



### Preste Atenção:

A dissolução da sociedade ou do vínculo conjugal, no curso do mandato, não afasta a inelegibilidade prevista no § 7º do art. 14 da CF (Súm. Vinc. nº 18).

**198. (Inspetor de Polícia 6ª Classe – PC/RJ – FEC – 2012)** Entre as funções essenciais à Justiça, destaca-se a instituição do Ministério Público, responsável, entre outras atribuições, pela propositura de ações penais públicas. Com relação a essa instituição, é INCORRETO afirmar que:

- a) o Ministério Público da União tem por chefe o Procurador-Geral da República, nomeado pelo Presidente da República dentre integrantes da carreira, maiores de trinta e cinco anos, após a aprovação de seu nome pela maioria absoluta dos membros do Senado Federal, para mandato de dois anos, permitida a recondução.
- b) o ingresso na carreira faz-se mediante concurso de provas e títulos, assegurada a participação da Ordem dos Advogados do Brasil, exigindo-se do bacharel em Direito o mínimo de três anos de atividade jurídica.
- c) as funções do Ministério Público só podem ser exercidas por integrantes da carreira, que deverão residir na comarca da respectiva lotação, salvo autorização do chefe da instituição.
- d) os membros do Ministério Público não podem exercer, ainda que em disponibilidade, outra função pública, salvo a de magistrado.
- e) os membros da carreira possuem as mesmas garantias que os membros da magistratura, salvo a da vitaliciedade.

### GABARITO OFICIAL: E

#### JUSTIFICATIVA:

- a) Certo, porque: é o disposto no art. 128, § 1º, da CF.
- b) Certo, porque: é o disposto no art. 129, § 3º, da CF.
- c) Certo, porque: é o disposto no art. 129, § 2º, da CF.
- d) Certo, porque: é o disposto no art. 128, § 5º, II, d, da CF.
- e) ERRADO, porque: os membros do Ministério público também possuem a garantia da vitaliciedade.



### Preste Atenção:

Qual é a diferença entre estabilidade e vitaliciedade? Esta será alcançada após dois anos de exercício, garantindo ao seu titular não perder o cargo senão por sentença judicial transitada em julgado; aquela concede ao titular a perda do cargo somente através de processo administrativo disciplinar e por sentença judicial transitada em julgado.

- 199. (Inspetor de Polícia 6ª Classe – PC/RJ – FEC – 2012)** Entre as formas de defesa do Estado Nacional e das instituições democráticas está o estado de defesa. Sobre o tema, é correto afirmar que:
- a) decretado o estado de defesa, deve o Presidente encaminhar o ato com a respectiva justificativa ao Senado, que decidirá por maioria absoluta.
  - b) na vigência do estado de defesa, a prisão ou detenção de qualquer pessoa não poderá ser superior a trinta dias, salvo quando autorizada pelo Poder Judiciário.
  - c) não poderá ser superior a trinta dias, salvo prorrogação, por uma única vez, pelo mesmo período, se persistirem as razões que justificaram sua decretação.
  - d) entre as medidas que podem ser adotadas, incluem-se restrições aos direitos de liberdade de locomoção e de expressão.
  - e) havendo rejeição do decreto pelo Congresso Nacional, cessa imediatamente o estado de defesa, exceto no caso de prorrogação na hipótese de calamidade pública.

**GABARITO OFICIAL: C****JUSTIFICATIVA:**

O Estado de Defesa está previsto nos arts. 136 e 137 da CF.

- a) Errado, porque: decretado o estado de defesa ou sua prorrogação, o presidente da República, dentro de 24 horas, submeterá o ato com a respectiva justificativa ao Congresso Nacional, que decidirá por maioria absoluta.
- b) Errado, porque: a prisão ou detenção de qualquer pessoa não poderá ser superior a dez dias, salvo quando autorizada pelo Poder Judiciário.
- c) CERTO, porque: é o disposto no art. 136, § 2º, da CF.
- d) Errado, porque: vigorando o Estado de Defesa, haverá restrições aos direitos de: *reunião*, ainda que exercida no seio das associações; *sigilo de correspondência*; *sigilo de comunicação telegráfica e telefônica*;
- e) Errado, porque: se o Congresso Nacional rejeitar o decreto, cessa imediatamente o estado de defesa.

**Preste Atenção:**

No Estado de Sítio, mais grave do que o de Defesa, poderá haver restrição na liberdade de locomoção, entre outras limitações (art. 139 da CF).

- 200. (Inspetor de Polícia 6ª Classe – PC/RJ – FEC – 2012)** Considerando-se as normas acerca do Poder Executivo expressas na Constituição, é INCORRETO dizer que:
- a) se, decorridos dez dias da data fixada para a posse, o Presidente ou o Vice-Presidente, salvo motivo de força maior, não tiver assumido o cargo, este será declarado vago.
  - b) nenhuma das atribuições previstas na Constituição ao Presidente pode ser por ele delegada.
  - c) em caso de impedimento do Presidente e do Vice-Presidente, ou vacância dos respectivos cargos, serão sucessivamente chamados ao exercício da Presidência o Presidente da Câmara dos Deputados, o do Senado Federal e o do Supremo Tribunal Federal.
  - d) o Presidente e o Vice-Presidente da República não poderão, sem licença do Congresso Nacional, ausentar-se do País por período superior a quinze dias, sob pena de perda do cargo.
  - e) admitida a acusação contra o Presidente da República, por dois terços da Câmara dos Deputados, será ele submetido a julgamento perante o Supremo Tribunal Federal, nas infrações penais comuns, ou perante o Senado Federal, nos crimes de responsabilidade.

**GABARITO OFICIAL: B****JUSTIFICATIVA:**

- a) Certo, porque: é o disposto no art. 78, p. único, da CF.
- b) ERRADO, porque: há atribuições (art. 84 da CF) do Presidente da República que poderão ser delegadas. A saber: dispor, mediante decreto, sobre: a) organização e funcionamento da administração federal, quando não implicar aumento de despesa nem criação ou extinção de órgãos públicos; b) extinção de funções ou cargos públicos, quando vagos; conceder indulto e comutar penas, com audiência, se necessário, dos órgãos instituídos em lei; prover e extinguir os cargos públicos federais, na forma da lei.
- c) Certo, porque: é o disposto no art. 80 da CF.
- d) Certo, porque: é o disposto no art. 83 da CF.
- e) Certo, porque: é o disposto no art. 86 da CF.

**Preste Atenção:**

A delegação poderá ser entregue aos ministros de Estado, ao procurador-geral da República ou ao advogado-geral da União.

- 201. (Inspetor de Polícia 6ª Classe – PC/RJ – FEC – 2012)** Durante eleições para vereador e prefeito, foi constatado que determinado candidato a vereador do Município do Rio de Janeiro se valia das viagens realizadas na barca Rio-Paquetá para aliciar eleitores. Na hipótese, o processamento e o julgamento do referido crime são de competência do(a):
- a) Justiça Estadual.
- b) Justiça Federal.
- c) Justiça Eleitoral.
- d) Juizado Especial Federal.
- e) Juizado Especial Criminal.

**GABARITO OFICIAL: C****JUSTIFICATIVA:**

- a) Errado, porque: não coaduna com doutrina e jurisprudência dominante.
- b) Errado, porque: não coaduna com doutrina e jurisprudência dominante.
- c) CERTO, porque: apesar de não constar expressamente na Constituição Federal qual a competência da Justiça Eleitoral, a doutrina e a jurisprudência delimitam tal esfera. No caso trazido pela questão, não há dúvida de que a competência será da justiça especializada.
- “É da competência da Justiça Eleitoral processar e julgar os crimes eleitorais e os comuns que lhes forem conexos. (...) 4. Assim, corretas as manifestações dos Tribunais de Justiça e Regional Eleitoral do Pará que, em sede de outros *habeas corpus*, assentaram a competência da Justiça Eleitoral para processar e julgar a ação penal proposta contra a paciente, considerando que os fatos estão relacionados com o processo eleitoral, não havendo falar em competência da Justiça Federal. (...)” (Ac. de 1º-7-2008 no HC nº 592, rel. Min. Caputo Bastos).
- O crime eleitoral em tela é o previsto no art. 334 do Código Eleitoral: “Utilizar organização comercial de vendas, distribuição de mercadorias, prêmios e sorteios para propaganda ou aliciamento de eleitores”.
- d) Errado, porque: não coaduna com doutrina e jurisprudência dominante.
- e) Errado, porque: não coaduna com doutrina e jurisprudência dominante.

**Preste Atenção:**

O Tribunal Superior Eleitoral elege seu presidente e vice-presidente dentre os ministros do STF, e o corregedor eleitoral dentre os ministros do STJ (CF/1988, art. 119, parágrafo único).

- 202. (Inspetor de Polícia 6ª Classe – PC/RJ – FEC – 2012)** Em ação civil pública ajuizada por associação representativa dos servidores públicos estaduais, foi requerida a declaração de inconstitucionalidade de determinada lei estadual previdenciária, com a devolução de valores descontados dos servidores públicos em razão da aplicação da lei. Nessa hipótese:
- deve o juiz rejeitar a referida ação, por ser questão de competência exclusiva do Supremo Tribunal Federal.
  - deve o juiz rejeitar a referida ação, por ser ela sucedânea de representação de inconstitucionalidade.
  - a ação civil pública deve ser apreciada pelo Tribunal de Justiça, diante da matéria constitucional.
  - o controle difuso pode ser exercido, por ser incidental.
  - o juiz deve encaminhar a questão constitucional ao Tribunal de Justiça e aguardar o resultado para, só então, se pronunciar sobre a devolução das quantias descontadas, diante da cláusula da reserva de plenário.

**GABARITO OFICIAL: D****JUSTIFICATIVA:**

- Errado, porque: não coaduna o sistema difuso de controle de constitucionalidade.
- Errado, porque: não coaduna o sistema difuso de controle de constitucionalidade, nem com os efeitos da decisão de uma ação civil pública.
- Errado, porque: não coaduna o sistema difuso de controle de constitucionalidade.
- CERTO, porque: senão vejamos:

A ação civil pública pode, assim como qualquer outra ação judicial, pleitear inconstitucionalidade de lei ou ato normativo. Seus efeitos, apesar de *erga omnes*, não são universais – estão atrelados ao fato concretamente considerado.

O STJ tem posição consolidada acerca do assunto e já se manifestou diversas vezes neste sentido.

“(…) ação civil pública se fundamenta em inconstitucionalidade de lei, seus efeitos universais (*erga omnes*) são limitados espacialmente conforme a extensão dos danos, atuando no plano dos fatos concretos por meio, por exemplo, de tutelas condenatórias, executivas ou mandamentais.

Por isso, não seria o mesmo que uma ação direta de inconstitucionalidade, que tem efeitos universais sobre todo o âmbito de vigência da lei questionada, excluindo-a do ordenamento jurídico.”

Contudo, diante do controle difuso de constitucionalidade, é mister que exista outro pedido, o pedido principal a ser julgado. A causa de pedir pode ser a inconstitucionalidade de lei (pedido incidental), mas nunca o pedido principal. Tal possibilidade encontra-se no controle concentrado de constitucionalidade e é nesse ponto, se fosse possível assim proceder, que teríamos a ação civil pública como sucedânea de ação direta de inconstitucionalidade.

- Errado, porque: não coaduna o sistema difuso de controle de constitucionalidade.



### Preste Atenção:

São legitimados para propor a ação civil pública o Ministério Público; a Defensoria Pública; a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios; a autarquia, empresa pública, fundação ou sociedade de economia mista; a associação legalmente instituída há pelo menos um ano e, desde que inclua, entre suas finalidades institucionais, a proteção ao meio ambiente, ao consumidor, à ordem econômica, à livre concorrência ou ao patrimônio artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico.

### 203. (Inspetor de Polícia 6ª Classe – PC/RJ – FEC – 2012) Autorização; licença:

- a) aquele é ato administrativo precário; este, definitivo.
- b) este é ato administrativo precário; aquele, definitivo.
- c) ambos são atos administrativos definitivos.
- d) ambos são atos administrativos precários.
- e) este é ato administrativo facultativamente precário; aquele, facultativamente definitivo.

### GABARITO OFICIAL: A

#### JUSTIFICATIVA:

- a) CERTO, porque: segundo Hely Lopes Meirelles (*Direito administrativo brasileiro*. 35. ed. São Paulo: Malheiros, 2009, pp. 190): *autorização* é o ato administrativo discricionário e precário pelo qual o Poder Público torna possível ao pretendente a realização de certa atividade, serviço ou utilização de determinados bens particulares ou públicos, de seu exclusivo ou predominante interesse, que a lei condiciona à aquiescência prévia da Administração, tais como o uso especial de bem público, o porte de arma, o trânsito por determinados locais etc. *Licença* é o ato administrativo vinculado e definitivo pelo qual o Poder Público, verificando que o interessado atendeu a todas as exigências legais, faculta-lhe o desempenho de atividades ou a realização de fatos materiais antes vedados ao particular, como, p. ex., o exercício de uma profissão, a construção de um edifício em terreno próprio. A licença resulta de um direito subjetivo do interessado, razão pela qual a Administração não pode negá-la quando o requerente satisfaz todos os requisitos legais para sua obtenção, e, uma vez expedida, traz a presunção de definitividade.
- b) Errado, porque: conforme doutrina, não traz a nomenclatura correta.
- c) Errado, porque: conforme doutrina, não traz a nomenclatura correta.
- d) Errado, porque: conforme doutrina, não traz a nomenclatura correta.
- e) Errado, porque: conforme doutrina, não traz a nomenclatura correta.



### Preste Atenção:

Tanto a autorização quanto a licença são classificadas como atos negociais. Atos administrativos negociais são todos aqueles que contêm uma declaração de vontade da Administração apta a concretizar determinado negócio jurídico ou a deferir certa faculdade ao particular, nas condições impostas ou consentidas pelo Poder Público. Neste conceito enquadram-se, dentre outros, os atos administrativos de licença, autorização, permissão, admissão, visto, aprovação, homologação, dispensa, renúncia.

### 204. (Inspetor de Polícia 6ª Classe – PC/RJ – FEC – 2012) Concessionárias de serviço público; permissionárias de serviço público: na hipótese de dano a usuário:

- a) estas estão sujeitas à responsabilidade direta: aquelas, não.
- b) nem estas nem aquelas estão sujeitas à responsabilidade objetiva.
- c) tanto estas quanto aquelas estão sujeitas à responsabilidade objetiva.
- d) aquelas estão sujeitas à responsabilidade direta; estas, não.
- e) tanto estas quanto aquelas estão sujeitas à responsabilidade subjetiva.

**GABARITO OFICIAL: C****JUSTIFICATIVA:**

- a) Errado, porque: contraria entendimento jurisprudencial.
- b) Errado, porque: contraria entendimento jurisprudencial.
- c) CERTO, porque: há entendimento pacífico do STF e correspondente constitucional art. 37, § 6º, da CF. Atualmente, já é pacífico, também, que tal responsabilidade será extensível, inclusive, para danos sofridos por não usuário. Atenção!

**Responsabilidade Civil Objetiva e Terceiro Não Usuário do Serviço – 2**

“(…) No mérito, salientando não ter ficado evidenciado, nas instâncias ordinárias, que o acidente fatal que vitimara o ciclista ocorrera por culpa exclusiva deste ou em razão de força maior, reputou-se comprovado o nexo de causalidade entre o ato administrativo e o dano causado ao terceiro não usuário do serviço público, e julgou-se tal condição suficiente para estabelecer a responsabilidade objetiva da pessoa jurídica de direito privado, nos termos do art. 37, § 6º, da CF” (RE 591874 MS – Relator(a): Min. RICARDO LEWANDOWSKI – j. 26-8-2009 – Órgão Julgador: Tribunal Pleno – Publicação: REPERCUSSÃO GERAL – MÉRITO).

- d) Errado, porque: contraria entendimento jurisprudencial.
- e) Errado, porque: contraria entendimento jurisprudencial.

**Preste Atenção:**

Não confundir permissão x autorização x concessão. *Permissão* é o ato administrativo negocial, discricionário e precário, pelo qual o Poder Público faculta ao particular a execução de serviços de interesse coletivo, ou o uso especial de bens públicos, a título gratuito ou remunerado, nas condições estabelecidas pela Administração. Faculta-se a realização de uma atividade de interesse

concorrente do permitente, do permissionário e do público. Não se confunde com a concessão, nem com a autorização. A *concessão* é contrato administrativo bilateral; a *autorização* é ato administrativo unilateral. Pela concessão contrata-se um serviço de utilidade pública; pela autorização consente-se numa atividade ou situação de interesse exclusivo ou predominante do particular.

**205. (Inspetor de Polícia 6ª Classe – PC/RJ – FEC – 2012)** De acordo com a Lei nº 8.429/92, o prazo de suspensão dos direitos políticos do agente que comete ato de improbidade administrativa que importa enriquecimento ilícito é de:

- a) três a cinco anos.
- b) cinco a dez anos.
- c) cinco a oito anos.
- d) três a oito anos.
- e) oito a dez anos.

**GABARITO OFICIAL: E**

**JUSTIFICATIVA:**

- a) Errado, porque: há distorção com a Lei nº 8.429/1992.
- b) Errado, porque: há distorção com a Lei nº 8.429/1992.
- c) Errado, porque: há distorção com a Lei nº 8.429/1992.
- d) Errado, porque: há distorção com a Lei nº 8.429/1992.
- e) CERTO, porque: na condenação por enriquecimento ilícito, as penalidades previstas na lei são: perda dos bens ou valores acrescidos ilicitamente ao patrimônio, ressarcimento integral do dano, quando houver, perda da função pública, *suspensão dos direitos políticos de oito a dez anos*, pagamento de multa civil de até três vezes o valor do acréscimo patrimonial e proibição de contratar com o Poder Público ou receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, ainda que por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário, pelo prazo de dez anos.

**Preste Atenção:**

Tais penalidades serão aplicadas isolada ou cumulativamente. Em recente decisão do STJ, no entanto, o ressarcimento integral do dano é obrigatório e não pode ser visto como uma penalidade se aplicado isoladamente.

**206. (Delegado de Polícia – PC/RJ – FUNCAB – 2012)** Considere as seguintes afirmações acerca da disciplina dos contratos administrativos.

I. A principal distinção entre os contratos e os convênios administrativos reside no fato de que os convênios se caracterizam pela comunhão de interesses dos convenientes, enquanto os contratos se caracterizam pela contraposição dos interesses do contratante e do contratado.

II. São características dos contratos administrativos, dentre outras, a instabilidade, o desequilíbrio, a comutatividade e o formalismo.

III. Tanto as cláusulas regulamentares (de serviço) quanto as cláusulas econômicas (financeiras) dos contratos administrativos podem ser alteradas unilateralmente pela Administração Pública, desde que respeitados os limites estabelecidos pela Lei nº 8.666/1993.

IV. De acordo com o entendimento adotado pelo Tribunal de Contas da União (TCU), os limites percentualmente estabelecidos na Lei nº 8.666/1993 para a alteração unilateral dos contratos administrativos aplicam-se apenas às alterações quantitativas, estando as alterações qualitativas limitadas apenas pela impossibilidade de descaracterização do objeto contratual.

A análise do conteúdo de tais afirmações evidencia que:

- a) Estão corretas as afirmativas II, III e IV e incorreta a afirmativa I.
- b) Estão corretas as afirmativas I, II e III, e incorreta a afirmativa IV.
- c) Estão corretas as afirmativas I e IV, e incorretas as afirmativas II e III.
- d) Estão corretas as afirmativas II e IV, e incorretas as afirmativas I e III.
- e) Estão corretas as afirmativas I e II, e incorretas as afirmativas III e IV.

**GABARITO OFICIAL: E****JUSTIFICATIVA:**

I) CERTO, porque: o convênio é o acordo que tem por partes órgãos, entidades da Administração e organizações particulares. Os objetivos são recíprocos e a cooperação mútua. No contrato, o interesse das partes é diverso, pois a Administração objetiva a realização do objeto contratado e ao

particular interessa o valor do pagamento correspondente. No convênio, os interesses das partes são convergentes; no contrato são opostos (Fonte: TCU).

II) CERTO, porque: de acordo com Celso Bandeira de Melo (*Curso de direito administrativo*. 13. ed. atual. São Paulo: Malheiros, 2001. p. 561), temos que “contrato administrativo é um tipo de avença entre a Administração e terceiros na qual, por força de lei, de cláusulas pactuadas ou do tipo de objeto, a permanência do vínculo e as condições preestabelecidas assujeitam-se a cambiáveis imposições de interesse público, ressalvados os interesses patrimoniais do contratante privado”. Sendo assim, identificada está a característica de instabilidade. O desequilíbrio, por sua vez, pode ser encontrado nas cláusulas exorbitantes presentes num contrato administrativo. A comutatividade porque estabelece compensações recíprocas e equivalentes para as partes, isto é, equivalência intrínseca entre as prestações. E, por fim, o formalismo porque obrigatoriamente deve respeitar os requisitos trazidos em lei.

III) Errado, porque: as cláusulas econômico-financeiras e monetárias dos contratos administrativos não poderão ser alteradas sem prévia concordância do contratado (Lei nº 8.666, art. 58, § 1º).

IV) Errado, porque: os contratos regidos por esta lei poderão ser alterados, com as devidas justificativas, nos seguintes casos: I – unilateralmente pela Administração: a) quando houver modificação do projeto ou das especificações, para melhor adequação técnica aos seus objetivos; b) quando necessária a modificação do valor contratual em decorrência de acréscimo ou diminuição quantitativa de seu objeto, nos limites permitidos por essa lei (Lei nº 8.666, art. 65). Na alínea a, temos a possibilidade de alteração qualitativa. E, por sua vez, na letra b, a alteração quantitativa. Dessa forma, ambas poderão ser alteradas.



#### Preste Atenção:

O TCU determinou “à Petrobras que observasse, como regra, o limite de 25% do valor inicial atualizado do contrato para a alteração dos quantitativos dos itens das planilhas de serviços, elaborando, nos casos excepcionais em que se fizesse necessário ultrapassar esse limite, justificativa fundamentada para tal extrapolação, em que ficasse evidenciado, ainda, que os preços praticados para tais itens da planilha se encontram dentro dos preços de mercado, de forma a garantir que as alterações não constituem ‘jogo de preços’” (item 9.3.1, TC-008.419/2004-3, Ac. nº 1.014/2007-TCU-Plenário).

**207. (Delegado de Polícia – PC/RJ – FUNCAB – 2012)** Identificado servidor público ocupante de cargo efetivo em desvio de função, embora recebendo a remuneração do cargo no qual se encontra formalmente investido, indique a providência a ser adotada pela Administração Pública, considerando a atual jurisprudência do Supremo Tribunal Federal.

- a) Deve o servidor retornar às funções inerentes ao cargo no qual se encontra formalmente investido, sem receber quaisquer eventuais diferenças remuneratórias referentes ao cargo “ocupado de fato”.
- b) Deve o servidor permanecer no exercício das funções que vinha exercendo, mas continuando a receber o valor da remuneração referente ao cargo no qual se encontra formalmente investido.
- c) Deve cessar imediatamente o desvio, e o servidor deve responder a processo disciplinar por abandono do cargo no qual foi formalmente investido.
- d) Deve o servidor permanecer no exercício das funções que vinha exercendo, passando também a receber o valor da remuneração referente ao cargo “ocupado de fato”.

- e) Deve o servidor retornar às funções inerentes ao cargo no qual se encontra formalmente investido, mas recebendo quaisquer eventuais diferenças remuneratórias referentes ao cargo “ocupado de fato”.

### GABARITO OFICIAL: E

#### JUSTIFICATIVA:

- a) Errado, porque: não é o entendimento jurisprudencial para o fato.  
 b) Errado, porque: não é o entendimento jurisprudencial para o fato.  
 c) Errado, porque: não é o entendimento jurisprudencial para o fato.  
 d) Errado, porque: não é o entendimento jurisprudencial para o fato.  
 e) CERTO, porque: segundo a Súm. nº 378 do STJ: “Reconhecido o desvio de função, o servidor faz jus às diferenças salariais decorrentes”. Contudo, a exigência de concurso público, tanto para Administração Direta quanto para a Indireta, obriga que os cargos e empregos públicos sejam providos apenas por pessoas que concorram exclusivamente para aquele cargo ou para aquele emprego. E, diante disso, além de receber as diferenças remuneratórias, o servidor deve voltar ao seu cargo originário.



#### Preste Atenção:

Não esquecer! É vedada a vinculação ou equiparação de quaisquer espécies remuneratórias para o efeito de remuneração de pessoal do serviço público.

- 208. (Delegado de Polícia – PC/RJ – FUNCAB – 2012)** Levando em conta a jurisprudência atualmente predominante do Superior Tribunal de Justiça sobre a improbidade administrativa, é correto afirmar:
- a) Em nenhuma hipótese, a configuração da improbidade administrativa exige a ocorrência de dolo por parte do acusado.  
 b) Às pessoas jurídicas não se pode atribuir a prática de ato de improbidade, ante a necessidade de se comprovar a suposta má-fé do acusado.  
 c) É imprescindível a presença, no polo passivo da ação de improbidade, dos sócios da pessoa jurídica beneficiada illicitamente.  
 d) A decretação cautelar da indisponibilidade dos bens não exige prévia demonstração de risco de dano irreparável, uma vez que o *periculum in mora*, nas ações de improbidade, é presumido.  
 e) A configuração da improbidade administrativa pressupõe a ocorrência de dano ao Erário.

### GABARITO OFICIAL: D

#### JUSTIFICATIVA:

- a) Errado, porque: a jurisprudência do STJ consolidou a tese de que é indispensável a existência de *dolo* nas condutas que caracterizariam enriquecimento ilícito (art. 9º da Lei nº 8.429/1992) e que atentariam contra os princípios da Administração Pública (art. 11 da Lei nº 8.429/1992) e ao menos de *culpa* nas hipóteses que causam prejuízo ao Erário (art. 10 da Lei nº 8.429/1992), nas quais o dano ao Erário precisa ser comprovado. De acordo com o ministro Castro Meira, a conduta culposa ocorre quando o agente não pretende atingir o resultado danoso, mas atua com negligência, imprudência ou imperícia (STJ – REsp nº 1.127.143). Nos casos do art. 11 da Lei nº 8.429/1992, a Primeira Seção unificou a tese de que o elemento subjetivo necessário para

caracterizar a improbidade é o dolo genérico, ou seja, a vontade de realizar ato que atente contra os princípios da Administração Pública. Assim, não é necessária a presença de dolo específico, com a comprovação da intenção do agente (STJ – REsp nº 951.389).

- b) Errado, porque: o STJ destacou, sobre o assunto, que a expressão “no que couber” prevista no art. 3º da Lei nº 8.429/1992 deve ser entendida apenas como forma de restringir as sanções aplicáveis, que devem ser compatíveis com as condições pessoais do agente. Assim, o sujeito particular submetido à lei que tutela a probidade administrativa pode ser pessoa física ou jurídica, sendo incompatíveis à pessoa jurídica apenas as sanções de perda da função pública e suspensão dos direitos políticos.
- c) Errado, porque: não se exige a presença dos sócios em ação por improbidade administrativa movida contra pessoa jurídica.
- d) CERTO, porque: é o que afirma jurisprudência atual (STJ – REsp 1319515).
- e) Errado, porque: é cediço que “não havendo prova de dano ao erário, afasta-se a sanção de ressarcimento prevista na primeira parte do inciso III do art. 12 da Lei nº 8.429/1992. As demais penalidades, inclusive a multa civil, que não ostenta feição indenizatória, são perfeitamente compatíveis com os atos de improbidade tipificados no art. 11 da Lei nº 8.429/1992 (lesão aos princípios administrativos).” (STJ – REsp nº 880.662/MG).



### Preste Atenção:

É decisão do STJ: “excetuada a hipótese de atos de improbidade praticados pelo presidente da República, cujo julgamento se dá em regime especial pelo Senado Federal, não há norma constitucional alguma que imunize os agentes políticos, sujeitos a crime de responsabilidade, de qualquer das sanções por ato de improbidade”. (AgRg no AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL nº 265.989).

**209. (Delegado de Polícia – PC/RJ – FUNCAB – 2012)** O art. 5º da Constituição Federal de 1988 enuncia a maior parte dos direitos fundamentais de primeira geração albergados em nosso ordenamento constitucional. Tomando por base as decisões recentes do Supremo Tribunal Federal, é INCORRETO afirmar:

- a) Só é lícito o uso de algemas em caso de resistência e de fundado receio de fuga ou de perigo à integridade física própria ou alheia, por parte do preso ou de terceiros, justificada a excepcionalidade por escrito, sob pena de responsabilidade disciplinar, civil e penal do agente ou da autoridade e de nulidade da prisão ou do ato processual a que se refere, sem prejuízo da responsabilidade civil do Estado.
- b) É ilícita a prisão civil do depositário infiel, qualquer que seja a modalidade de depósito.
- c) É direito do defensor, no interesse do representado, ter acesso amplo aos elementos de prova que, já documentados em procedimento investigatório realizado por órgão com competência de polícia judiciária, digam respeito ao exercício do direito de defesa.
- d) Não cabe *habeas corpus* quando já extinta a pena privativa de liberdade.
- e) A prisão do depositário judicial pode ser decretada no próprio processo em que se constitui o encargo, independentemente da propositura de ação de depósito.

### GABARITO OFICIAL: E

#### JUSTIFICATIVA:

- a) Certo, porque: trata-se da Súm. Vinc. nº 11.
- b) Certo, porque: Súm. Vinc. nº 25.

- c) Certo, porque: Súm. Vinc. nº 14.
- d) Certo, porque: Súm. nº 695 do STF.
- e) ERRADO, porque: edição da Súm. Vinc. nº 11.



### Preste Atenção:

Súmula Vinculante vinculará o Poder Judiciário e o Poder Executivo. No que tange à função típica do Legislativo, isto é, legislar, e somente nesta função, é que não haverá vinculação.

**210. (Delegado de Polícia – PC/RJ – FUNCAB – 2012)** O art. 5º, LVI, da Constituição Federal de 1988 trata da vedação da prova ilícita. Tomando por base as decisões do Supremo Tribunal Federal, é INCORRETO afirmar:

- a) É lícita a prova obtida por meio de gravação de conversa própria, feita por um dos interlocutores, se quem está gravando está sendo vítima de proposta criminosa do outro.
- b) Exige-se a comprovação da legitimidade das interceptações telefônicas, com a fiel observância de todos os requisitos legais, não entendendo, porém, que exista ofensa ao direito ao silêncio e ao direito a não autoincriminação nas gravações obtidas mediante os requisitos constitucionais e legais para a realização de interceptação telefônica.
- c) É incabível a utilização de prova emprestada obtida mediante interceptação telefônica, judicialmente autorizada, para fins de subsidiar apurações de cunho disciplinar.
- d) A prova ilícita originária contamina todas as demais provas obtidas a partir dela; é a denominada teoria dos frutos da árvore envenenada.
- e) A confissão sob prisão ilegal é prova ilícita e, portanto, invalida a condenação nela fundada.

### GABARITO OFICIAL: C

#### JUSTIFICATIVA:

- a) Certo, porque: é jurisprudência dominante no STF (Informativo STF nº 250).
- b) Certo, porque: é jurisprudência dominante no STF (a título de exemplo, STF – HC 103236).
- c) ERRADO, porque: o STF, resolvendo questão de ordem suscitada entendeu que os elementos informativos de uma investigação criminal, ou as provas colhidas no bojo de instrução processual penal, desde que obtidos mediante interceptação telefônica devidamente autorizada por juiz competente, como no caso, podem ser compartilhados para fins de instruir procedimento administrativo disciplinar. (STF – Informativo nº 512).
- d) Certo, porque: esta é uma teoria largamente utilizada. Atualmente, tal matéria encontra-se pacificada (apenas para citar exemplo: Informativo STF nº 250).
- e) Certo, porque: é jurisprudência dominante no STF (Informativo STF nº 250).



### Preste Atenção:

A nulidade do processo criminal por incompetência do juízo processante não torna ilícitas as provas colhidas em interceptação telefônica que fora deferida por juiz que, à época da decisão, era competente. Se à época da decisão já era incompetente, todas as provas ali colhidas serão consideradas ilícitas.

**211. (Delegado de Polícia – PC/RJ – FUNCAB – 2012)** O art. 58, § 3º, da Constituição Federal de 1988 consagrou, no Poder Legislativo, as Comissões Parlamentares de Inquérito. No que se refere ao poder investigatório da Comissão, é correto afirmar:

- a) Pode ouvir testemunhas, inclusive com a possibilidade de condução coercitiva.
- b) Não pode quebrar o sigilo bancário, fiscal e de dados de pessoa que esteja sendo investigada.
- c) Pode determinar quaisquer buscas e apreensões imprescindíveis à elucidação do objeto da investigação, desde que fundamente sua decisão.
- d) Pode determinar a aplicação de medidas cautelares, tais como indisponibilidade de bens, arrestos e sequestros, na hipótese de fundado receio de remessa para o exterior dos bens, públicos ou privados, adquiridos pela organização criminosa investigada.
- e) No interesse da investigação, possuem competência para decretar todas as espécies de prisões cautelares, desde que haja prejuízo para a garantia da ordem pública, conveniência da instrução criminal e aplicação da lei penal.

#### **GABARITO OFICIAL: A**

#### **JUSTIFICATIVA:**

- a) CERTO, porque: coaduna com jurisprudência atual (STF – HC 71193/SP).
- b) Errado, porque: “o princípio constitucional da reserva de jurisdição – que incide sobre as hipóteses de busca domiciliar (CF, art. 5º, XI), de interceptação telefônica (CF, art. 5º, XII) e de decretação da prisão, ressalvada a situação de flagrância penal (CF, art. 5º, LXI) – não se estende ao tema da quebra de sigilo, pois, em tal matéria, e por efeito de expressa autorização dada pela própria CR (CF, art. 58, § 3º), assiste competência à CPI, para decretar, sempre em ato necessariamente motivado, a excepcional ruptura dessa esfera de privacidade das pessoas. Autonomia da investigação parlamentar. O inquérito parlamentar, realizado por qualquer CPI, qualifica-se como procedimento jurídico-constitucional revestido de autonomia e dotado de finalidade própria, circunstância esta que permite à Comissão legislativa – sempre respeitados os limites inerentes à competência material do Poder Legislativo e observados os fatos determinados que ditaram a sua constituição – promover a pertinente investigação, ainda que os atos investigatórios possam incidir, eventualmente, sobre aspectos referentes a acontecimentos sujeitos a inquéritos policiais ou a processos judiciais que guardem conexão com o evento principal objeto da apuração congressional.” (MS nº 23.652, rel. Min. Celso de Mello, j. 22-11-2000, Plenário, *DJ* 16-2-2001.) No mesmo sentido: HC nº 100.341, rel. Min. Joaquim Barbosa, j. 4-11-2010, Plenário, *DJe* 2-12-2010.
- c) Errado, porque: é cláusula de reserva de jurisdição, conforme visto anteriormente.
- d) Errado, porque: as Comissões Parlamentares de Inquérito (CPI) têm poderes de investigação vinculados à produção de elementos probatórios para apurar fatos certos e, portanto, não podem decretar medidas assecuratórias para garantir a eficácia de eventual sentença condenatória (CPP, art. 125), uma vez que o poder geral de cautela de sentenças judiciais só pode ser exercido por juízes. Com esse entendimento, o Tribunal deferiu mandado de segurança para tornar sem efeito ato do Presidente da chamada CPI dos Bancos que decretara a indisponibilidade dos bens dos impetrantes (MS nº 23.446-DF, rel. Min. Ilmar Galvão, 18.8.99 – Cf. Informativo 158 do STF).
- e) Errado, porque: viola basicamente (vide anteriormente) o art. 125 do CPP e jurisprudência dominante.



### Preste Atenção:

“Quebra ou transferência de sigilos bancário, fiscal e de registros telefônicos que, ainda quando se admita, em tese, susceptível de ser objeto de decreto de CPI – porque não coberta pela reserva absoluta de jurisdição que resguarda outras garantias constitucionais –, há de ser adequadamente fundamentada: aplicação no exercício pela CPI dos poderes instrutórios das autoridades judiciárias da exigência de motivação do art. 93, IX, da CR.” (MS nº 23.466, rel. Min. Sepúlveda Pertence, j. 4-5-2000, Plenário, *DJ* 6-4-2001).

- 212. (Delegado de Polícia – PC/RJ – FUNCAB – 2012)** Com base nas orientações do Supremo Tribunal Federal, no que se refere às ações constitucionais, é correto afirmar:
- É cabível a impetração do mandado de injunção mesmo que já exista norma regulamentadora de direito previsto na Constituição Federal, desde que essa norma seja flagrantemente inconstitucional.
  - A entidade de classe tem legitimação para o mandado de segurança ainda quando a pretensão veiculada interesse apenas a uma parte da respectiva categoria.
  - É incabível o mandado de injunção coletivo, por ausência de previsão constitucional.
  - Os tribunais do Poder Judiciário não têm competência originária para julgamento de ação popular, mesmo que proposta contra atos de autoridades que dispõem de foro por prerrogativa de função, exceto no caso do Presidente da República em que a competência originária é do Supremo Tribunal Federal.
  - É cabível o mandado de injunção se a Constituição Federal outorga mera faculdade ao legislador para regulamentar direito previsto em algum de seus dispositivos.

### GABARITO OFICIAL: B

#### JUSTIFICATIVA:

- Errado, porque: “Uma vez editada a lei em relação à qual restou apontada omissão, tem-se a perda de objeto do mandado de injunção. (...) O mandado de injunção não é o meio próprio a lograr-se o controle concentrado de constitucionalidade de certa norma.” (MI nº 575-AgR, rel. Min. Marco Aurélio, j. 29-10-1998, Plenário, *DJ* 26-2-1999). No mesmo sentido: MI nº 742-ED, rel. Min. Gilmar Mendes, j. 10-3-2008, Plenário, *DJe* 30-5-2008.
- CERTO, porque: Súm. nº 630 do STF.
- Errado, porque: de acordo com expressa menção constitucional, em seu art. 5º, LXXI, temos que “conceder-se-á mandado de injunção sempre que a falta de norma regulamentadora torne inviável o exercício dos direitos e liberdades constitucionais e das prerrogativas inerentes à nacionalidade, à soberania e à cidadania”.
- Errado, porque: neste sentido, STF 859 QO/AP: A competência para julgar ação popular contra ato de qualquer autoridade, até mesmo do Presidente da República, é, via de regra, do juízo competente de primeiro grau.
- Errado, porque: segundo J.J. Canotilho, “A omissão legislativa só é autônoma e juridicamente relevante quando se conexiona com uma exigência constitucional de ação, não bastando o simples dever geral de legislador para dar fundamento a uma omissão constitucional. Um dever jurídico-constitucional de ação existirá quando as normas constitucionais tiverem a natureza de imposições concretamente impositivas.” (*apud* MI nº 5.542-DF, Min. Rosa Weber, j. 23-9-2013).

**Preste Atenção:**

No recente julgado anteriormente indicado (MI nº 5.542-DF, de 23-9-2013, o STF apontou que cabe mandado de injunção contra a omissão legislativa traduzida na regra do § 4º do art. 40 da Carta Política, que, desde a EC nº 20/1998, traduz verdadeiro direito subjetivo do servidor público à aposentadoria especial quando verificadas as condições nela previstas. Encerra, ainda, o preceito, em decorrência, incumbência específica dirigida ao legislador complementar, e não mera faculdade. E, decidiu, que “reconhecida a omissão quanto à regulamentação do direito – constitucionalmente assegurado – do servidor público à aposentadoria especial, concedo parcialmente a ordem, apenas para determinar seja aplicado supletivamente o art. 57 da Lei nº 8.213/1991 pela autoridade administrativa a quem compete apreciar concretamente o preenchimento dos requisitos legais para a jubilação especial da parte impetrante, até a superveniência da lei complementar a que se refere o § 4º do art. 40 da Magna Carta, que se toma por condição resolutiva desta decisão”.

**213. (Delegado de Polícia – PC/RJ – FUNCAB – 2012)** A jurisprudência do Supremo Tribunal Federal fixou entendimentos sobre o mandado de segurança. Com base nessas orientações, é correto afirmar:

- a) É constitucional a lei que fixa prazo prescricional para impetração de mandado de segurança.
- b) Controvérsia sobre matéria de direito impede concessão de mandado de segurança.
- c) A concessão de mandado de segurança produz efeitos patrimoniais em relação a período pretérito, os quais somente devem ser reclamados pela via judicial própria.
- d) Praticado o ato por autoridade, no exercício de competência delegada, contra ela cabe o mandado de segurança ou a medida judicial.
- e) É cabível mandado de segurança contra decisão judicial com trânsito em julgado.

**GABARITO OFICIAL: D****JUSTIFICATIVA:**

- a) Errado, porque: segundo a Súm. nº 632 do STF é constitucional lei que fixa o *prazo de decadência*, e não de prescrição, para a impetração de mandado de segurança.
- b) Errado, porque: segundo a Súm. nº 625 do STF a controvérsia sobre matéria de direito não impede concessão de mandado de segurança.
- c) Errado, porque: segundo a Súm. nº 271 do STF a concessão de mandado de segurança não produz efeitos patrimoniais, em relação a período pretérito, os quais devem ser reclamados administrativamente ou pela via judicial própria.
- d) CERTO, porque: Súm. nº 510 do STF.
- e) Errado, porque: segundo a Súm. nº 268 do STF não cabe mandado de segurança contra decisão judicial com trânsito em julgado.

**Preste Atenção:**

O prazo decadencial para interposição do mandado de segurança é de 120 dias contados da ciência, pelo interessado, do ato impugnado.

**214. (Delegado de Polícia – PC/RJ – FUNCAB – 2012)** Acerca dos direitos individuais e coletivos, é correto afirmar o seguinte:

- a) A propriedade particular não poderá ser usada por autoridade competente, mesmo no caso de iminente perigo público.
- b) A prática do racismo constitui crime inafiançável, imprescritível, sujeito à pena de detenção, nos termos da lei.
- c) O brasileiro naturalizado não poderá ser extraditado pela prática de crime comum antes da naturalização, ou de comprovado envolvimento em tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, na forma da lei.
- d) O sigilo da fonte será resguardado, quando necessário ao exercício profissional e assegurado a todos o acesso à informação.
- e) O sigilo das informações imprescindíveis à segurança da sociedade e do Estado não excepciona o direito do indivíduo de receber dos órgãos públicos informações de interesse particular, ou de interesse coletivo ou geral, devendo ser prestadas no prazo da lei, sob pena de responsabilidade.

#### GABARITO OFICIAL: D

#### JUSTIFICATIVA:

- a) Errado, porque: (art. 5º, XXV) existe, em nossa CF, a figura da Requisição Administrativa, que será utilizada no caso de iminente perigo público, pela autoridade competente para usar de propriedade particular, assegurada ao proprietário indenização ulterior, se houver dano.
- b) Errado, porque: (art. 5º, XLII) a prática do racismo constitui crime inafiançável e imprescritível, sujeito à pena de *reclusão*, nos termos da lei.
- c) Errado, porque: (art. 5º, LI) nenhum brasileiro será extraditado, salvo o naturalizado, em caso de crime comum, praticado antes da naturalização, ou de comprovado envolvimento em tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, na forma da lei.
- d) CERTO, porque: é o disposto no art. 5º, XIV, da CF.
- e) Errado, porque: (art. 5º, XXXIII) todos têm direito a receber dos órgãos públicos informações de seu interesse particular, ou de interesse coletivo ou geral, que serão prestadas no prazo da lei, sob pena de responsabilidade, *ressalvadas aquelas cujo sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade e do Estado*.



#### Preste Atenção:

A Lei nº 12.527/2011 vem regulamentar o acesso às informações e apontar quais delas são e por quanto tempo serão tidas por sigilosas. As informações sigilosas foram categorizadas em: reservadas, secretas e ultrassecretas.

**215. (Delegado de Polícia – PC/RJ – FUNCAB – 2012)** Considerando as normas constitucionais que regulam a competência da Justiça Federal, é correto afirmar que cabe aos juízes federais processar e julgar:

- a) os crimes políticos e todas as infrações penais praticadas em detrimento de bens, serviços ou interesse da União ou de suas entidades autárquicas ou empresas públicas, ressalvada a competência da Justiça Militar e da Justiça Eleitoral.
- b) os crimes praticados contra o trabalhador que não importem em grave violação de direitos humanos.
- c) as infrações penais cuja prática tenha repercussão interestadual e exija repressão uniforme.
- d) os crimes cometidos em rodovias federais.

- e) os crimes cometidos a bordo de navios ou aeronaves, ressalvada a competência da Justiça Militar.

**GABARITO OFICIAL: E****JUSTIFICATIVA:**

- a) Errado, porque: é de competência da Justiça Federal, segundo o art. 109, IV, da CF, os crimes políticos e as infrações penais praticadas em detrimento de bens, serviços ou interesse da União ou de suas entidades autárquicas ou empresas públicas, excluídas as contravenções e ressalvada a competência da Justiça Militar e da Justiça Eleitoral.
- b) Errado, porque: é de competência da Justiça Federal (art. 109, VI, da CF) os crimes contra a organização do trabalho e, nos casos determinados por lei, contra o sistema financeiro e a ordem econômico-financeira (art. 109, V-A) e as causas relativas a direitos humanos a que se refere o § 5º do art. 109 da CF. *Vide* Súm. nº 115 do TRF.
- c) Errado, porque: de acordo com o art. 109, IV, da CF, a Justiça Federal não é competente para julgar contravenções penais. Senão, vejamos: processará “os crimes políticos e as infrações penais praticadas em detrimento de bens, serviços ou interesse da União ou de suas entidades autárquicas ou empresas públicas, *excluídas as contravenções* e ressalvada a competência da Justiça Militar e da Justiça Eleitoral”.
- d) Errado, porque: segundo precedentes do STJ, ante a ausência de prejuízo ou interesse da União ou quaisquer de suas autarquias e empresas públicas, a competência será da Justiça Estadual para julgar crimes praticados em rodovias federais (HC nº 149.640/SP).
- e) CERTO, porque: é o disposto no art. 109, IX, da CF.

**Preste Atenção:**

Segundo o STJ, os juízes federais serão os competentes para processar e julgar os delitos cometidos a bordo de aeronaves, independentemente de elas se encontrarem no solo.

**216. (Delegado de Polícia – PC/RJ – FUNCAB – 2012)** Acerca da organização do Poder Legislativo, é correto o que se afirma em:

- a) Os Deputados e Senadores não serão obrigados a testemunhar sobre informações recebidas ou prestadas em razão do exercício do mandato, nem sobre as pessoas que lhes confiaram ou deles receberam informações.
- b) Compete exclusivamente ao Congresso Nacional autorizar, por dois terços dos seus membros, a instauração de processo contra o Presidente e o Vice-Presidente da República e os Ministros de Estado.
- c) Compete privativamente à Câmara dos Deputados sustar os atos normativos do Poder Executivo que exorbitem do poder regulamentar ou dos limites de delegação legislativa.
- d) Compete privativamente ao Senado Federal apreciar os atos de concessão e renovação de concessão de emissoras de rádio e televisão.
- e) As imunidades de Deputados ou Senadores subsistirão durante o estado de sítio, só podendo ser suspensas mediante o voto da maioria absoluta dos membros da Casa respectiva, nos casos de atos praticados fora do recinto do Congresso Nacional, que sejam incompatíveis com a execução da medida.

**GABARITO OFICIAL: A**

**JUSTIFICATIVA:**

- a) CERTO, porque: é o disposto no art. 53, § 6º, da CF.
- b) Errado, porque: segundo o art. 51 da CF, compete privativamente à Câmara dos Deputados: I – autorizar, por dois terços de seus membros, a instauração de processo contra o Presidente e o Vice-Presidente da República e os Ministros de Estado.
- c) Errado, porque: segundo o art. 49 da CF é da competência exclusiva do Congresso Nacional: V – sustar os atos normativos do Poder Executivo que exorbitem do poder regulamentar ou dos limites de delegação legislativa.
- d) Errado, porque: segundo o art. 49 da CF é da competência exclusiva do Congresso Nacional: XII – apreciar os atos de concessão e renovação de concessão de emissoras de rádio e televisão.
- e) Errado, porque: segundo o art. 53, § 8º, da CF, as imunidades de Deputados ou Senadores subsistirão durante o estado de sítio, só podendo ser suspensas mediante o voto de dois terços dos membros da Casa respectiva, nos casos de atos praticados fora do recinto do Congresso Nacional, que sejam incompatíveis com a execução da medida.

**Preste Atenção:**

De acordo com o art. 52, compete privativamente ao Senado Federal: I – processar e julgar o Presidente e o Vice-Presidente da República nos crimes de responsabilidade, bem como os Ministros de Estado e os Comandantes da Marinha, do Exército e da Aeronáutica nos crimes da mesma natureza conexos com aqueles. Neste caso, segundo o parágrafo único deste artigo, funcionará como *Presidente da sessão o do Supremo Tribunal Federal*, limitando-se a condenação, que somente será proferida por dois terços dos votos do Senado Federal, à perda do cargo, com inabilitação, por oito anos, para o exercício de função pública, sem prejuízo das demais sanções judiciais cabíveis.

**217. (Delegado de Polícia – PC/RJ – FUNCAB – 2012)** De acordo com a distribuição das competências legislativas entre os entes da Federação, prevista na Constituição da República, é correto afirmar:

- a) A União tem competência privativa para legislar sobre proteção à infância e à juventude.
- b) A União pode delegar aos Estados, por meio de Lei Ordinária, assuntos de sua competência legislativa privativa.
- c) A União, os Estados e o Distrito Federal possuem competência concorrente para legislar sobre sistema de consórcios e sorteios.
- d) A competência para legislar sobre a organização, garantias, direitos e deveres das polícias civis é privativa dos Estados e do Distrito Federal.
- e) Compete à União legislar privativamente sobre trânsito e transporte.

**GABARITO OFICIAL: E****JUSTIFICATIVA:**

- a) Errado, porque: compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre: XV – proteção à infância e à juventude (art. 24).
- b) Errado, porque: somente por meio de lei complementar é que a União poderá autorizar os Estados a legislar sobre questões de sua competência privativa.
- c) Errado, porque: compete privativamente à União legislar sobre: XX – sistemas de consórcios e sorteios. (art. 22).

- d) Errado, porque: compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre: XVI – organização, garantias, direitos e deveres das polícias civis (art. 24).  
e) CERTO, porque: é o disposto no art. 22, XI, da CF.



### Preste Atenção:

Na competência legislativa concorrente, a União se limitará a estabelecer normas gerais, aos Estados e aos Municípios caberá a complementação de tais normas gerais.

- 218. (Delegado de Polícia – PC/RJ – FUNCAB – 2012)** Quanto ao direito de nacionalidade, previsto na Constituição da República, é correto afirmar:
- a) Será declarada a perda da nacionalidade do brasileiro residente em Estado estrangeiro que adquire outra nacionalidade em função de imposição de naturalização, pela norma estrangeira, como condição para permanência em seu território ou para o exercício de direitos civis.  
b) O cargo de militar das Forças Armadas é privativo de brasileiro nato.  
c) Aos portugueses com residência permanente no País, se houver reciprocidade em favor de brasileiros, serão atribuídos os direitos inerentes ao brasileiro, salvo os casos previstos na Constituição.  
d) Em respeito ao princípio da origem territorial, todos os nascidos na República Federativa do Brasil, ainda que de pais estrangeiros, mesmo que estes estejam a serviço de seu país serão considerados brasileiros natos.  
e) Os estrangeiros de qualquer nacionalidade residentes na República Federativa do Brasil há mais de 20 anos ininterruptos, desde que requeiram a nacionalidade brasileira, serão considerados brasileiros naturalizados.

### GABARITO OFICIAL: C

#### JUSTIFICATIVA:

- a) Errado, porque: segundo o art. 12, § 4º, da CF, será declarada a perda da nacionalidade do brasileiro que: II – adquirir outra nacionalidade, salvo nos casos: b) de imposição de naturalização, pela norma estrangeira, ao brasileiro residente em estado estrangeiro, como condição para permanência em seu território ou para o exercício de direitos civis.  
b) Errado, porque: segundo o art. 12, § 3º, são privativos de brasileiro nato os cargos: VI – de oficial das Forças Armadas.  
c) CERTO, porque: é o disposto no art. 12, § 1º, da CF.  
d) Errado, porque: segundo art. 12, são brasileiros: I – natos: a) os nascidos na República Federativa do Brasil, ainda que de pais estrangeiros, desde que estes *não estejam a serviço de seu país*.  
e) Errado, porque: segundo o art. 12, são brasileiros: II – naturalizados: b) os estrangeiros de qualquer nacionalidade, residentes na República Federativa do Brasil *há mais de quinze anos ininterruptos* e sem condenação penal, desde que requeiram a nacionalidade brasileira.



### Preste Atenção:

São os oficiais das Forças Armadas: coronel, tenente-coronel, major, capitão, 1º tenente, 2º tenente e aspirante a oficial. São praças e, portanto, podem ser brasileiros naturalizados: subtenente, 1º sargento, 2º sargento, 3º sargento, cabo e soldado.

- 219. (Delegado de Polícia – PC/RJ – FUNCAB – 2012)** Dentre as espécies normativas mencionadas nas opções a seguir, aponte a que admite a figura da iniciativa popular.

- a) Leis Delegadas.
- b) Medidas Provisórias.
- c) Resoluções.
- d) Leis Complementares.
- e) Decretos Legislativos.

### GABARITO OFICIAL: D

#### JUSTIFICATIVA:

- a) Errado, porque: leis delegadas serão elaboradas pelo Presidente da República, que deverá solicitar a delegação ao Congresso Nacional.
- b) Errado, porque: em caso de relevância e urgência, o Presidente da República poderá adotar medidas provisórias, com força de lei, devendo submetê-las de imediato ao Congresso Nacional.
- c) Errado, porque: as resoluções são atos praticados pelo Congresso Nacional que, via de regra, possuem efeitos internos. É ato formal que comunica suas Casas (Senado Federal e Câmara dos Deputados).
- d) CERTO, porque: é o que se pressupõe do art. 61, § 2º, da CF e da doutrina majoritária. De acordo com o Regimento Interno da Câmara dos Deputados, não poderá, o projeto de lei de iniciativa popular, ser rejeitado por vício de forma.
- e) Errado, porque: é a exteriorização da competência definida como exclusiva do Congresso Nacional. Tal competência exclusiva está disposta no art. 49 da CF.



#### Preste Atenção:

A lei de iniciativa popular municipal, conforme o art. 29, XIII, da CF, poderá tratar de projetos de lei de interesse específico do Município, da cidade ou de bairros, através de manifestação de, pelo menos, 5% do eleitorado. A lei de iniciativa popular estadual dependerá do disposto em lei estadual (art. 27, § 4º, da CF). A lei de iniciativa popular federal, conforme art. 61, § 2º, da CF, pode ser exercida pela apresentação à Câmara dos Deputados de projeto de lei subscrito por, no mínimo, 1% do eleitorado nacional, distribuído pelo menos por cinco Estados, com não menos de 0,3% dos eleitores de cada um deles.

**220. (Delegado de Polícia – PC/RJ – FUNCAB – 2012)** Acerca das Reuniões ou Sessões do Poder Legislativo, qual das hipóteses a seguir NÃO possui previsão constitucional?

- a) Sessão Extraordinária.
- b) Sessão Ordinária.
- c) Sessão Conjunta.
- d) Sessão Preparatória.
- e) Sessão Interventiva.

### GABARITO OFICIAL: E

#### JUSTIFICATIVA:

- a) Certo, porque: previsão constitucional no art. 57, §§ 6º, 7º e 8º, da CF.
- b) Certo, porque: (art. 57) o Congresso Nacional reunir-se-á, anualmente, na Capital Federal, de 2 de fevereiro a 17 de julho e de 1º de agosto a 22 de dezembro. Estes são os dias em que acontecerão as sessões ordinárias.
- c) Certo, porque: (art. 57, § 3º, da CF) além de outros casos previstos nesta Constituição, a Câmara dos Deputados e o Senado Federal reunir-se-ão em sessão conjunta para: I – inaugurar a sessão

- legislativa; II – elaborar o regimento comum e regular a criação de serviços comuns às duas Casas; III – receber o compromisso do Presidente e do Vice-Presidente da República; IV – conhecer do veto e sobre ele deliberar.
- d) Certo, porque: (art. 57, § 4º, da CF) cada uma das Casas reunir-se-á em sessões preparatórias, a partir de 1º de fevereiro, no primeiro ano da legislatura, para a posse de seus membros e eleição das respectivas Mesas, para mandato de dois anos, vedada a recondução para o mesmo cargo na eleição imediatamente subsequente.
- e) ERRADO, porque: não há previsão constitucional.



### Preste Atenção:

Na sessão legislativa extraordinária, o Congresso Nacional deliberará, via de regra, sobre a matéria para a qual foi convocado, *vedado o pagamento* de parcela indenizatória, em razão da convocação.

- 221. (Delegado de Polícia – PC/RJ – FUNCAB – 2012)** No que se refere às três funções do Estado, quando o Executivo, através do Presidente da República, adota medida provisória com força de lei; o Judiciário elabora seu regimento interno; o Legislativo julga o Presidente da República nos crimes de responsabilidade e, ainda, o Legislativo pratica atos de fiscalização financeira do Executivo, é correto afirmar:
- a) Ocorrem respectivamente: função atípica do Executivo de natureza legislativa, função atípica do Judiciário de natureza executiva, função atípica do Legislativo de natureza jurisdicional e, por último, função típica do Legislativo.
- b) Ocorrem respectivamente: função atípica do Executivo de natureza jurisdicional, função atípica do Judiciário de natureza legislativa, função típica do Legislativo e, por último, função atípica do Legislativo de natureza executiva.
- c) Ocorrem respectivamente: função atípica do Executivo de natureza legislativa, função atípica do Judiciário de natureza legislativa, função atípica do Legislativo de natureza jurisdicional e, por último, função típica do Legislativo.
- d) Ocorrem respectivamente: função típica do Executivo, função típica do Judiciário, função atípica do Legislativo de natureza executiva e, por último, função atípica do Legislativo de natureza executiva.
- e) Ocorrem respectivamente: função atípica do Executivo de natureza jurisdicional, função atípica do Judiciário de natureza executiva, função atípica do Legislativo de natureza jurisdicional e, por último, função atípica do Legislativo de natureza executiva.

### GABARITO OFICIAL: C

#### JUSTIFICATIVA:

- a) Errado, porque: a assertiva não julga corretamente as funções típicas e atípicas.
- b) Errado, porque: a assertiva não julga corretamente as funções típicas e atípicas.
- c) CERTO, porque: quando o Executivo, através do presidente da República, adota medida provisória com força de lei, ele está praticando função atípica; o Judiciário elabora seu regimento interno, também está praticando função atípica; o Legislativo julga o presidente da República nos crimes de responsabilidade, pratica função atípica e, ainda, o Legislativo pratica atos de fiscalização financeira do Executivo, praticando função típica.
- d) Errado, porque: a assertiva não julga corretamente as funções típicas e atípicas.
- e) Errado, porque: a assertiva não julga corretamente as funções atípicas.

**Preste Atenção:**

O Poder Legislativo possui duas funções típicas – e ele é o único Poder que assim se estrutura –, além da função típica de legislar, ele também recebeu do Poder Constituinte Originário a função típica de fiscalizar.

**222. (Delegado de Polícia – PC/RJ – FUNCAB – 2012)** Quanto aos Princípios Fundamentais da República Federativa do Brasil, elencados na Constituição Federal, é correto afirmar como fundamento e objetivo, respectivamente:

- a) pluralismo político e promoção do bem de todos.
- b) independência nacional e construção de uma sociedade livre, justa e solidária.
- c) defesa da paz e igualdade entre os Estados.
- d) soberania da União e garantia do desenvolvimento nacional.
- e) livre-iniciativa e eliminação das desigualdades sociais e econômicas.

**GABARITO OFICIAL: A****JUSTIFICATIVA:**

- a) CERTO, porque: é o disposto nos arts. 1º e 3º da CF.
- b) Errado, porque: independência nacional é princípio das relações internacionais (art. 4º da CF) e construção de uma sociedade livre, justa e solidária é objetivo (art. 3º da CF).
- c) Errado, porque: defesa da paz e igualdade entre os Estados são princípios das relações internacionais (art. 4º da CF).
- d) Errado, porque: a União não é soberana, quem é soberana é a República Federativa do Brasil, a União é ente federativo dotado de autonomia, e garantia do desenvolvimento nacional é objetivo (art. 3º da CF).
- e) Errado, porque: livre-iniciativa é fundamento previsto no art. 1º da CF e *reduzir e não eliminar* (e esse é o erro da alternativa e) as desigualdades sociais e econômicas é objetivo (art. 3º da CF).

**Preste Atenção:**

Os objetivos são metas, são normas que servem para nortear as atitudes governamentais do presente. Não há no Brasil uma sociedade livre, justa e solidária, sendo assim, é o objetivo no futuro, a sua construção.

**223. (Delegado de Polícia – PC/RJ – FUNCAB – 2012)** Acerca do instrumento hábil para realizar o controle de constitucionalidade de lei ou ato normativo municipal em face do texto federal, assinale a alternativa correta.

- a) Arguição de descumprimento de preceito fundamental, incluindo nesse raciocínio, a hipótese do veto imotivado.
- b) Arguição de descumprimento de preceito fundamental, incluindo nesse raciocínio, os atos legislativos em fase de formação.
- c) Fiscalização difusa, exercida, no caso concreto, por qualquer juiz ou tribunal.
- d) Fiscalização difusa exercida no caso concreto, pelo Tribunal de Justiça ou pelo Tribunal de Justiça Militar dos Estados, nesta última hipótese, nos casos em que houver.
- e) Arguição de descumprimento de preceito fundamental, pela fiscalização difusa exercida no caso concreto, pelo Tribunal de Justiça e pela ação direta de controle de constitucionalidade, nos casos em que a lei ou ato normativo municipal se referirem a ato que tenha repercussão geral.

**GABARITO OFICIAL: C****JUSTIFICATIVA:**

Segundo a Lei nº 9.882/1999, a arguição de descumprimento de preceito fundamental (ADPF) terá por objeto evitar ou reparar lesão a preceito fundamental, resultante de ato do Poder Público (art. 1º) ou quando for relevante o fundamento da controvérsia constitucional sobre lei ou ato normativo federal, estadual ou municipal, incluídos os anteriores à Constituição (inciso I do par. ún.). A competência para o julgamento é do STF.

- a) Errado, porque: questão do veto imotivado. Na ADPF nº 1 julgada pelo STF ficou decidido que o veto não pode ser enquadrado no conceito de “ato do Poder Público”, para os fins do art. 1º da Lei nº 9.882/1999;
- b) Errado, porque: sobre atos legislativos em fase de formação, assim se pronunciou o STF: “(...) a impugnação de ato com tramitação ainda em aberto possui nítida feição de controle preventivo e abstrato de constitucionalidade, o qual não encontra suporte em norma constitucional-positiva” (ADPF 43-AgR, rel. Min. Carlos Britto, j. 20-11-2003, DJ 19-12-2003).
- c) CERTO, porque: o controle de constitucionalidade difuso será realizado por qualquer dos órgãos jurisdicionais.
- d) Errado, porque: conforme já assinada como correta a alternativa c, temos que o controle difuso da constitucionalidade se dará perante todos os órgãos do Poder Judiciário (e não somente o Tribunal de Justiça e Militar, conforme apontou o item), porque incidental num processo judicial.
- e) Errado, porque: conforme o art. 1º da Lei nº 9.882/1999, a arguição prevista no § 1º do art. 102 da CF será proposta perante o Supremo Tribunal Federal.

**Preste Atenção:**

A ADPF alcançará, conforme visto, leis anteriores à própria Constituição Federal. A discussão travada acerca do aborto dos anencefálicos (ADPF nº 54) foi um exemplo disso. O Código Penal é de 1940, portanto não poderia incidir sobre ele o controle de constitucionalidade difuso, nem via Ação Declaratória de Constitucionalidade nem por Ação Direta de Inconstitucionalidade – porque este controle somente se prestará para leis posteriores à Constituição.

**224. (Delegado de Polícia – PC/RJ – FUNCAB – 2012)** Assinale, dentre as opções a seguir, aquela que indica uma característica INCORRETA dos direitos e garantias tidos como fundamentais previstos na Constituição da República:

- a) Históricos.
- b) Cumuláveis ou concorrentes.
- c) Inalienáveis.
- d) Absolutos.
- e) Irrenunciáveis.

**GABARITO OFICIAL: D****JUSTIFICATIVA:**

- a) Certo, porque: é característica dos direitos e garantias fundamentais.
- b) Certo, porque: é característica dos direitos e garantias fundamentais.
- c) Certo, porque: é característica dos direitos e garantias fundamentais.

- d) ERRADO, porque: tal conjunto de normas deve ser entendido como relativo. Imaginemos o direito à vida. Muitos contestariam que este sim seria um direito absoluto. Contudo, isso não é verdadeiro. A Constituição Federal relativizou o direito à vida quando afirmou que haverá pena de morte no caso de guerra declarada nos termos do art. 84, XIX. O Código Penal permite o aborto no caso de gravidez decorrente de estupro. Pois bem. Estes exemplos corroboram que nossos direitos e garantias individuais são relativos, e não absolutos.
- e) Certo, porque: é característica dos direitos e garantias fundamentais.



### Preste Atenção:

O ato que decreta estado de sítio indicará sua duração, as normas necessárias a sua execução e as *garantias constitucionais que ficarão suspensas*. Sendo assim, durante este período de anormalidade institucional, algumas de nossas garantias fundamentais ficarão suspensas.

- 225. (Delegado de Polícia – PC/RJ – FUNCAB – 2012)** Sobre o Princípio da Motivação das decisões judiciais, assinale a alternativa correta.
- a) Trata-se de uma garantia contra possíveis excessos do Estado-Juiz.
- b) Trata-se de uma prerrogativa do cidadão com base no princípio constitucional do contraditório.
- c) Trata-se de uma prerrogativa do cidadão, correlacionada com a garantia do *habeas corpus*.
- d) Trata-se de uma garantia contra possíveis excessos do Estado-Juiz, vinculada tão somente às decisões judiciais e administrativas dos Tribunais que ocorram em sessão pública.
- e) Trata-se tanto de uma prerrogativa do cidadão com base no princípio constitucional do contraditório como uma garantia contra possíveis excessos do Estado-Juiz, vinculada tão somente às decisões administrativas dos Tribunais.

### GABARITO OFICIAL: A

#### JUSTIFICATIVA:

- a) CERTO, porque: o STF se manifestou expressamente sobre o tema: “A exigência de fundamentação das decisões judiciais, mais do que expressiva imposição consagrada e positivada pela nova ordem constitucional (art. 93, IX), reflete uma poderosa garantia contra eventuais excessos do Estado-Juiz, pois, ao torná-la elemento imprescindível e essencial dos atos sentenciados, quis o ordenamento jurídico erigi-la como fator de limitação dos poderes deferidos aos magistrados e Tribunais” (STF, HC nº 68.202, rel. Min. Celso de Mello, DJ 15-3-1991). E ainda: “A exigência de motivação dos atos jurisdicionais constitui, hoje, postulado constitucional inafastável, que traduz, em sua concepção básica, poderoso fator de limitação do próprio poder estatal, além de constituir instrumento essencial de respeito e proteção às liberdades públicas. Atos jurisdicionais, que descumpram a obrigação constitucional de adequada motivação decisória, são atos estatais nulos” (Min. Celso de Mello, do STF, como relator do HC nº 68.530/SP).
- b) Errado, porque: não é a alternativa mais completa. Apesar de influenciar e promover o contraditório, o princípio da motivação deve ser visto como uma garantia contra arbitrariedades – que muitas vezes poderão aparecer num momento em que o contraditório já foi realizado a contento. Sendo assim, apesar de não estar incorreta, deve ser entendida como incompleta.
- c) Errado, porque: não há correlação direta com o direito de ir e vir (fundamento do *habeas corpus*).
- d) Errado, porque: a presença do princípio da motivação deve se fazer demonstrada tanto em processos judiciais quanto em processos administrativos independentemente de qualquer coisa.

Deve ser vista como uma forma de convencimento para as partes de que aquela decisão encontra-se pautada no ordenamento jurídico.

- e) Errado, porque: conforme já dito, a presença do princípio da motivação deve se fazer demonstrada tanto em processos judiciais quanto em processos administrativos.



### Preste Atenção:

“O art. 93, IX, da CF exige que o acórdão ou decisão sejam fundamentados, ainda que sucintamente, sem determinar, contudo, o exame pormenorizado de cada uma das alegações ou provas, nem que sejam corretos os fundamentos da decisão.” (AI nº 791.292-QO-RG, rel. Min. Gilmar Mendes, j. 23-6-2010, Plenário, *DJe* 13-8-2010, com repercussão geral).

**226. (Delegado de Polícia – PC/RJ – FUNCAB – 2012)** Com relação à competência administrativa, é correto afirmar que:

- a) a competência de um órgão não se transfere a outro órgão por acordo entre as partes.
- b) o ato de delegação retira a competência da autoridade delegante.
- c) o fenômeno da avocação dar-se-á quando o agente hierarquicamente inferior praticar ato da competência da autoridade de maior hierarquia.
- d) a delegação de competência prescinde de norma expressa autorizadora.
- e) a incompetência se transmuda em competência de acordo com a característica da improrrogabilidade.

### GABARITO OFICIAL: A

#### JUSTIFICATIVA:

Seguem as explicações desenvolvidas pela própria banca examinadora após o indeferimento de recurso interposto. Preferiu-se inserir o comentário completo.

- a) CERTO, porque: a competência de um órgão não se transfere a outro órgão por acordo entre as partes.
- b) Errado, porque: o ato de delegação não retira a competência da autoridade delegante que permanece competente cumulativamente com a autoridade delegada.
- c) Errado, porque: ao contrário, o fenômeno da avocação dar-se-á quando a autoridade hierarquicamente superior atrair para a sua esfera decisória a prática de ato da competência de agente com menor hierarquia.
- d) Errado, porque: a norma pode autorizar que um agente transfira a outras funções atribuídas a si. Nesse caso, estamos diante da delegação de competência. Conforme leciona José dos Santos Carvalho Filho, em sua obra *Manual de Direito Administrativo*, 25. ed. São Paulo: Atlas, 2012, p. 107, “É o fenômeno da delegação de competência. Para que ocorra, é mister que haja norma expressa autorizadora, normalmente de lei”. No mesmo sentido, o renomado mestre Hely Lopes Meirelles, em sua obra atualizada *Direito Administrativo Brasileiro*, 38. ed. Malheiros, 2012, p. 159, assim ressalta: “A competência administrativa, sendo um requisito de ordem pública, é intransferível e improrrogável pela vontade dos interessados. Pode, entretanto, ser delegada e avocada, desde que o permitam as normas reguladoras da Administração. Sem que a lei faculte essa deslocamento de função não é possível a modificação discricionária da competência, porque ela é elemento vinculado de todo ato administrativo, e, pois, insuscetível de ser fixada ou alterada ao nuto do administrador e ao arripio da lei”. Por outro lado, o art. 11 da Lei nº 9.784/1999, a qual regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal, ratifica o entendimento doutrinário da presente questão, vez que dispõe que: “A competência é irrenunciável e se exerce pelos órgãos administrativos a que foi atribuída como própria, salvo os casos

de delegação e avocação legalmente admitidos”. Quanto ao art. 12 do citado diploma legal, o legislador federal expressamente admitiu a possibilidade da delegação de competência, se não houver impedimento legal, quando conveniente, ainda que os delegatários da competência não sejam hierarquicamente subordinados aos delegantes, em razão de índole técnica, social, econômica, jurídica ou territorial. A interpretação do dispositivo legal deve ser adotada de forma sistemática. O legislador apenas pretendeu ressaltar que, na hipótese de impedimento legal, claro está que a delegação será vedada. Concluindo, pois, é indispensável, para que ocorra a delegação de competência, a norma expressa autorizadora, quase sempre, a lei, conforme entendimento doutrinário e legal.

- e) Errado, porque: improrrogabilidade “a incompetência não se transmuda em competência, ou seja, se um órgão não tem competência para certa função, não poderá vir a tê-la supervenientemente, a menos que a antiga norma definidora seja alterada” (José dos Santos Carvalho Filho, *Manual de Direito Administrativo*, 23. ed. p. 117).



### Preste Atenção:

Segundo o STJ – REsp 1348472, o ato administrativo praticado com vício de competência pode ser convalidado desde que não se trate de competência exclusiva.

**227. (Delegado de Polícia – PC/RJ – FUNCAB – 2012)** No que diz respeito à aquisição da estabilidade do servidor público, assinale a alternativa correta.

- a) É exigido o requisito temporal de dois anos de efetivo exercício.  
 b) Pode ser estendida aos titulares de cargo em comissão de livre nomeação e exoneração.  
 c) Guarda correlação com o cargo e não com o serviço público.  
 d) A avaliação negativa, pela Administração, do desempenho do servidor, pode excluí-lo do serviço público sem o ato de exoneração.  
 e) O servidor que não satisfizer as condições do estágio probatório deverá ser exonerado, observadas as formalidades legais.

### GABARITO OFICIAL: E

#### JUSTIFICATIVA:

- a) Errado, porque: o período de estágio probatório é de três anos.  
 b) Errado, porque: somente será concedida estabilidade para aqueles que forem nomeados para cargo de provimento efetivo em virtude de concurso público; os cargos em comissão e as funções de confiança não são de provimento efetivo.  
 c) Errado, porque: “A estabilidade é instituto que guarda relação com o serviço, e não com o cargo. Emanada daí que, se o servidor já adquiriu estabilidade no serviço ocupando determinado cargo, não precisará de novo estágio probatório no caso de permanecer em sua carreira, cujos patamares são alcançados normalmente pelo sistema de promoções. Entretanto, se vier a habilitar-se a cargo de natureza e carreiras diversas, terá que submeter-se a novo estágio probatório para a aquisição da estabilidade.” (*Manual de Direito Administrativo*, José dos Santos Carvalho Filho, 25. ed. São Paulo: Atlas, 2012, p. 663).  
 d) Errado, porque: o servidor não aprovado no estágio probatório será exonerado ou, se estável, reconduzido ao cargo anteriormente ocupado (art. 20, § 2º, da Lei nº 8.112/1990).  
 e) CERTO, porque: é o disposto no art. 41, § 1º, III, da CF.

**Preste Atenção:**

“Em atenção (...) aos princípios da impessoalidade e isonomia, que regem a admissão por concurso público, a dispensa do empregado de empresas públicas e sociedades de economia mista que prestam serviços públicos deve ser motivada, assegurando-se, assim, que tais princípios, observados no momento daquela admissão, sejam também respeitados por ocasião da dispensa. A motivação do ato de dispensa, assim, visa a resguardar o empregado de uma possível quebra do postulado da impessoalidade por parte do agente estatal investido do poder de demitir. Recurso extraordinário parcialmente provido para afastar a aplicação, ao caso, do art. 41 da CF, exigindo-se, entretanto, a motivação para legitimar a rescisão unilateral do contrato de trabalho” (RE nº 589.998, rel. Min. Ricardo Lewandowski, j. 20-3-2013, Plenário, DJe 12-9-2013).

**228. (Delegado de Polícia – PC/RJ – FUNCAB – 2012)** São características das Agências Reguladoras, EXCETO:

- a) poder normativo técnico.
- b) autonomia decisória.
- c) não vinculação à Administração Direta.
- d) independência administrativa.
- e) autonomia econômico-financeira.

**GABARITO OFICIAL: C****JUSTIFICATIVA:**

- a) Certo, porque: é característica básica das Agências Reguladoras o poder normativo técnico (poder de expedir atos regulamentares necessários ao cumprimento de suas finalidades).
- b) Certo, porque: faz parte de sua criação, a entrega da autonomia decisória. Mas, de qualquer forma, é importante ressaltar o previsto no art. 70 da CF – A fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial da União e das entidades da administração direta e indireta, quanto à legalidade, legitimidade, economicidade, aplicação das subvenções e renúncia de receitas, será exercida pelo Congresso Nacional, mediante controle externo, e pelo sistema de controle interno de cada Poder. Sendo assim, tal autonomia não poderá ser irrestrita.
- c) ERRADO, porque: via de regra, as agências reguladoras possuem vinculação (e não subordinação) com algum órgão da Administração Direta.
- d) Certo, porque: é característica das entidades da Administração Indireta.
- e) Certo, porque: é característica própria, contudo, ressalte-se os comentários trazidos pelo art. 70 da CF.

**Preste Atenção:**

As agências reguladoras foram criadas, via de regra, para fiscalizar a prestação de serviços públicos praticados pela iniciativa privada. Além de controlar a qualidade na prestação do serviço, estabelecem regras para o setor.

**229. (Delegado de Polícia – PC/RJ – FUNCAB – 2012)** Sobre o poder de polícia, é correto afirmar:

- a) Por ter natureza eminentemente sancionatória, deve sempre ser exercido nos estritos limites da lei.

- b) Embora não seja a regra, admite-se sua delegação a particulares, incluindo as atividades materiais acessórias e conexas, bem ainda a coerção e a imposição de sanções.
- c) Excepcionalmente, se presente interesse público relevante, as medidas de poder de polícia podem gerar efeitos retroativos e infirmar os efeitos produzidos por atos praticados anteriormente.
- d) Orienta-se a prevenir lesão a direitos e a valores tutelados juridicamente, possuindo cunho eminentemente preventivo.
- e) Desenvolve-se por meio de quatro categorias de providências: a regulamentação (edição de normas gerais), a emissão de decisões particulares, a coerção fática propriamente dita e o sancionamento a *posteriori*.

### GABARITO OFICIAL: D

#### JUSTIFICATIVA:

- a) Errado, porque: o Poder de Polícia tem como um dos seus atributos o da discricionariedade. Desta forma, a lei traça apenas os limites, ficando a cargo do servidor a proporcionalidade e a razoabilidade na formação da conduta.
- b) Errado, porque: embora não seja a regra, admite-se a delegação a particulares somente no que tange às atividades materiais acessórias e conexas. Aquelas consideradas de coerção e a imposição de sanções jamais podem ser delegadas.
- c) Errado, porque: "(...) os atos administrativos não podem ofender o ato jurídico perfeito, o direito adquirido ou a coisa julgada, gerados sob a vigência de disciplina normativa anterior. Portanto, nenhuma medida de poder de polícia pode gerar efeitos retroativos ou infringir os efeitos produzidos por atos válidos e eficazes praticados anteriormente" (Marçal Justen Filho, *Curso de Direito Administrativo*, 8. ed. Fórum, p. 569).
- d) CERTO, porque: apesar de o poder de polícia também ser empregado em situações repressivas, a banca entendeu por bem que sua principal característica é preventiva. Utilizou-se de Marçal Justen Filho para amparar sua decisão em sede de recurso e do conceito restrito de Poder de Polícia trazido por Celso Bandeira de Melo: "A expressão 'poder de polícia' pode ser tomada em um sentido mais restrito, relacionando-se unicamente com as intervenções, quer gerais e abstratas, como os regulamentos, quer concretas e específicas (tais as autorizações, as licenças, as injunções), do Poder Executivo destinadas a alcançar o mesmo fim de prevenir e obstar ao desenvolvimento de atividades particulares contrastantes com os interesses sociais" (*Curso de Direito Administrativo*, 26. ed. Malheiros, p. 815).
- e) Errado, porque: "A atividade de poder de polícia administrativa desenvolve-se por meio de três categorias de providências jurídicas: a regulamentação (edição de normas gerais), a emissão de decisões particulares e a coerção fática propriamente dita" (Marçal Justen Filho, *Curso de Direito Administrativo*, 8ª edição, Editora Fórum, p. 567).



#### Preste Atenção:

Súm. nº 397 do STF "O poder de polícia da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, em caso de crime cometido nas suas dependências, compreende, consoante o regimento, a prisão em flagrante do acusado e a realização do inquérito".

- 230. (Delegado de Polícia – PC/RJ – FUNCAB – 2012)** Os poderes administrativos encerram as prerrogativas de direito público outorgadas aos agentes do Estado. Sobre o tema, analise as afirmativas a seguir e assinale a alternativa correta.

- I. Nem toda omissão administrativa se qualifica como ilegal.
- II. Agindo com abuso de poder, a invalidação da conduta abusiva pode dar-se por mandado de segurança.
- III. O desvio de poder é modalidade de abuso em que o agente atua fora dos limites de sua competência.
- IV. No excesso de poder, o agente atua dentro dos limites de sua competência.

Estão corretas apenas as afirmativas:

- a) I e II.
- b) III e IV.
- c) I, II e III.
- d) I e IV.
- e) I e III.

### GABARITO OFICIAL: A

#### JUSTIFICATIVA:

I) CERTO, porque: pois aqui vigora o princípio da “maior efetividade possível”, ou, “na medida do possível”. Aquilo que está fora do alcance real da Administração Pública não pode ser entendido como omissão ilegal.

II) CERTO, porque: (art. 5º, LXIX) conceder-se-á mandado de segurança para proteger direito líquido e certo, não amparado por *habeas corpus* ou *habeas data*, quando o responsável pela ilegalidade ou *abuso de poder* for autoridade pública ou agente de pessoa jurídica no exercício de atribuições do Poder Público.

III) Errado, porque: segundo Hely Lopes Meirelles (*Direito Administrativo Brasileiro*, 38. ed. Malheiros, 2012): “O *desvio de finalidade* ou de *poder* verifica-se quando a autoridade, embora atuando nos limites de sua competência, pratica o ato por motivos ou com fins diversos dos objetivados pela lei ou exigidos pelo interesse público”.

IV) Errado, porque: nos utilizando do mesmo autor e obra (MEIRELLES, Hely Lopes. *Direito Administrativo Brasileiro*, 38. ed. Malheiros, 2012), temos que “O *excesso de poder* ocorre quando a autoridade, embora competente para praticar o ato, vai além do permitido e exorbita no uso de suas faculdades administrativas. Excede, portanto, sua competência legal e, com isso, invalida o ato, porque ninguém pode agir em nome da Administração fora do que a lei lhe permite”.



#### Preste Atenção:

A doutrina vem elaborando o que se reconhece por “indícios denunciadores do desvio de poder”. Tal posicionamento, aponta a dificuldade na colheita de provas capazes de confirmar o desvio de finalidade, e, conseqüentemente, vem ressaltando a necessidade do abrandamento no conjunto probatório nos casos de desvio de poder, sob pena de inviabilizar o controle jurisdicional sobre a conduta viciada. (BANDEIRA DE MELLO, Celso Antônio. *Discricionariedade e controle jurisdicional*. 2. ed. São Paulo: Malheiros, 2006.)

**231. (Inspetor de Polícia – PC/CE – CESPE – 2012)** Com relação aos poderes e atos administrativos, julgue os itens subsequentes.

A concessão de licenças de localização e funcionamento de estabelecimentos comerciais, de alvarás e habite-se, entre outras atividades de polícia administrativa, compete aos estados e ao Distrito Federal

( ) Certo      ( ) Errado

### GABARITO OFICIAL: ERRADO

#### JUSTIFICATIVA:

ERRADO, porque: segundo dispõe a CF em seu art. 30 “Compete aos Municípios: I – legislar sobre assuntos de interesse local; (...) V – organizar e prestar, diretamente ou sob regime de concessão ou permissão, os serviços públicos de interesse local, incluído o de transporte coletivo, que tem caráter essencial; (...) VIII – promover, no que couber, adequado ordenamento territorial, mediante planejamento e controle do uso, do parcelamento e da ocupação do solo urbano”.

E, segundo a doutrina, temos que “os assuntos de interesse nacional ficam sujeitos à regulamentação e policiamento da União; as matérias de interesse regional sujeitam-se às normas e à polícia estadual; e os assuntos de interesse local subordinam-se aos regulamentos edilícios e ao policiamento administrativo municipal (MEIRELLES, Hely Lopes. *Direito administrativo brasileiro*. 25. ed. São Paulo: Malheiros, 2002. p. 121).



#### Preste Atenção:

Súm. nº 645 do STF. “É competente o Município para fixar o horário de funcionamento de estabelecimento comercial”.

**232. (Inspetor de Polícia – PC/CE – CESPE – 2012)** Julgue os próximos itens, relativos a serviços públicos.

A promoção da proteção do patrimônio histórico-cultural local compete aos estados.

( ) Certo      ( ) Errado

### GABARITO OFICIAL: ERRADO

#### JUSTIFICATIVA:

Errado, porque: segundo o disposto no art. 30 da CF “Compete aos Municípios: IX – promover a proteção do patrimônio histórico-cultural local, observada a legislação e a ação fiscalizadora federal e estadual”.



#### Preste Atenção:

Art. 23. É competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios: (...) III – proteger os documentos, as obras e outros bens de valor histórico, artístico e cultural, os monumentos, as paisagens naturais notáveis e os sítios arqueológicos; IV – impedir a evasão, a destruição e a descaracterização de obras de arte e de outros bens de valor histórico, artístico ou cultural.

**233. (Inspetor de Polícia – PC/CE – CESPE – 2012)** A titularidade dos serviços públicos é conferida expressamente ao poder público.

( ) Certo      ( ) Errado

**GABARITO OFICIAL: CERTO****JUSTIFICATIVA:**

CERTO, porque: nos termos do art. 175 CF “Incumbe ao Poder Público, na forma da lei, diretamente ou sob regime de concessão ou permissão, sempre através de licitação, a prestação de serviços públicos”.

**Preste Atenção:**

O serviço público poderá ser prestado diretamente pela a Administração Direta (centralização) ou ele será descentralizado a outros entes. Tal descentralização será outorgada (em que há a transferência, por lei, da titularidade e da execução do serviço público) ou delegada (em que transfere-se somente a execução, mantendo-se a titularidade na Administração Direta).

- 234. (Inspetor de Polícia – PC/CE – CESPE – 2012)** Acerca da responsabilidade civil do Estado, julgue os próximos itens.

As empresas públicas e as sociedades de economia mista que exploram atividade econômica respondem pelos danos que seus agentes causarem a terceiros conforme as mesmas regras aplicadas à demais pessoas jurídicas de direito privado.

( ) Certo                      ( ) Errado

**GABARITO OFICIAL: CERTO****JUSTIFICATIVA:**

CERTO, porque: nos termos do art. 37, § 6º, da CF, “As pessoas jurídicas de direito público e as de direito privado prestadoras de serviços públicos responderão pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, causarem a terceiros, assegurado o direito de regresso contra o responsável nos casos de dolo ou culpa”. Desta forma, quando se tratar de pessoa jurídica exploradora de atividade econômica, aplicar-se-á a regra geral, isto é, a responsabilidade subjetiva.

**Preste Atenção:**

Contudo, quando a Empresa Pública ou a Sociedade de Economia Mista forem prestadoras de serviços públicos a responsabilidade será objetiva.

- 235. (Inspetor de Polícia – PC/CE – CESPE – 2012)** A responsabilidade civil do Estado exige três requisitos para a sua configuração: ação atribuível ao Estado, dano causado a terceiros e nexos de causalidade

( ) Certo                      ( ) Errado

**GABARITO OFICIAL: CERTO****JUSTIFICATIVA:**

CERTO, porque: conforme se extrai do art. 37, § 6º, da CF “As pessoas jurídicas de direito público e as de direito privado prestadoras de serviços públicos responderão pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, causarem a terceiros, assegurado o direito de regresso contra o responsável nos casos de dolo ou culpa”.

A teoria da responsabilidade objetiva, aplicada para ações estatais danosas, também chamada teoria do risco, tem como fundamento ser a atuação estatal uma atividade que envolve risco de dano, que é inerente do regular desenvolvimento da atividade. Não será, neste caso, necessária a comprovação de dolo ou culpa, bastando assegurar que a atividade é de atribuição estatal, que tal atividade foi a causadora do dano comprovadamente demonstrado.



**Preste Atenção:**

A questão não distingue qual foi a causa do dano, se foi por ação, a responsabilidade será objetiva (conforme apontado nos comentários anteriores), se foi por omissão, por conduta omissiva, nesse caso é necessária a comprovação de dolo ou culpa por parte do Estado.

Resumindo:

Ação = responsabilidade objetiva

Omissão = responsabilidade subjetiva

- 236. (Inspetor de Polícia – PC/CE – CESPE – 2012)** Tendo como referência a CF, julgue os itens seguintes.

Ocorrendo a vacância dos cargos de presidente da República e de vice-presidente da República, nos dois primeiros anos do mandato, deverá haver eleição para ambos os cargos pelo Congresso Nacional, noventa dias depois de aberta a última vaga.

( ) Certo            ( ) Errado

**GABARITO OFICIAL: ERRADO**

**JUSTIFICATIVA:**

ERRADO, porque: vagando os cargos de Presidente e Vice-Presidente da República, far-se-á eleição noventa dias depois de aberta a última vaga. No período em que se organizam as novas eleições, ocuparão o cargo de Presidente da República: o Presidente da Câmara dos Deputados, na sua falta, o do Senado Federal e, na sua falta, o do Supremo Tribunal Federal.



**Preste Atenção:**

Se a vacância ocorrer nos últimos dois anos do período presidencial, a eleição para ambos os cargos será feita trinta dias depois da última vaga, pelo Congresso Nacional, na forma da lei.

- 237. (Inspetor de Polícia – PC/CE – CESPE – 2012)** A respeito da organização administrativa da União, julgue os itens a seguir.

O surgimento de uma autarquia se consolida com o registro de seus estatutos em cartório.

( ) Certo            ( ) Errado

**GABARITO OFICIAL: ERRADO**

**JUSTIFICATIVA:**

ERRADO, porque: as autarquias fazem parte da Administração Pública Indireta e são criadas por lei. Em razão desta criação diretamente pela lei, recebem a classificação de pessoas jurídicas de direito público.

**Preste Atenção:**

As empresas públicas, sociedades de economia mista e as fundações serão autorizadas por lei e, para alcançarem a personalidade jurídica, deverão registrar seus estatutos no órgão de registro competente.

**238. (Inspetor de Polícia – PC/CE – CESPE – 2012)** O Ministério da Saúde é órgão da administração pública indireta.

( ) Certo            ( ) Errado

**GABARITO OFICIAL: ERRADO****JUSTIFICATIVA:**

ERRADO, porque: o Ministério da saúde, assim como qualquer Ministério, é órgão da Administração Direta. A presença dos Ministérios no Poder Executivo da União é um exemplo da desconcentração, tais “pastas” são criadas por lei e cada um dos Ministros que se ocuparão destas específicas atribuições serão nomeados e exonerados pelo Presidente da República numa clara relação de subordinação, de hierarquia entre eles.

**Preste Atenção:**

Não confundir com a descentralização (fenômeno de criação da Administração Pública Indireta). É a descentralização que explica o fenômeno de criação das autarquias, fundações, sociedades de economia mista e empresas públicas.

**239. (Inspetor de Polícia – PC/CE – CESPE – 2012)** Com relação aos poderes e atos administrativos, julgue os itens subsequentes.

O abuso do poder pela autoridade competente invalida o ato por ela praticado, devendo a invalidade ser reconhecida somente por controle judicial.

( ) Certo            ( ) Errado

**GABARITO OFICIAL: ERRADO****JUSTIFICATIVA:**

ERRADO, porque: o abuso do poder pela autoridade competente invalida o ato por ela praticado, devendo a invalidade ser reconhecida por controle judicial ou pela própria Administração Pública.

**Preste Atenção:**

A anulação dos atos administrativos gera, via de regra, efeitos *ex tunc* (efeitos que retroagem a data da sua criação).

**240. (Inspetor de Polícia – PC/CE – CESPE – 2012)** O ato de aplicação de penalidade administrativa deve ser sempre motivado.

( ) Certo            ( ) Errado

**GABARITO OFICIAL: CERTO****JUSTIFICATIVA:**

CERTO, porque: um dos princípios que regem a Administração Pública é o da motivação. Desta forma, seus atos devem ser sempre motivados, ainda mais quando o procedimento causar prejuízo ao particular.

**Preste Atenção:**

A punição de servidor público deverá sempre ser precedida de Processo Administrativo Disciplinar, em que se garanta ampla defesa e contraditório.

- 241. (Inspetor de Polícia – PC/CE – CESPE – 2012)** Julgue os itens que se seguem, acerca do direito constitucional, considerando a Constituição da República de 1988 (CF).

Em função do sistema de distribuição de competências legislativas criado pela CF, há nítida superioridade hierárquica das leis federais sobre as estaduais.

( ) Certo                      ( ) Errado

**GABARITO OFICIAL: ERRADO****JUSTIFICATIVA:**

ERRADO, porque: na verdade a Constituição Federal distribuiu atribuições, matérias, “competências” para cada um dos entes federativos. A partir desta divisão, e da autonomia que possui cada ente, existirão áreas definidas de atuação e, caso não haja respeito, tal ato deverá ser expulso do ordenamento jurídico. Uma lei federal não poderá disciplinar matéria entregue a uma lei estadual, e o contrário também é verdadeiro. Não existe, portanto, hierarquia e sim divisão de competência.

**Preste Atenção:**

As competências legislativas estão dispostas nos arts. 22, 23, 24, 25, § 1º, e 30, I e II, todos da Constituição Federal.

- 242. (Inspetor de Polícia – PC/CE – CESPE – 2012)** O Brasil adota a forma de governo, de acordo com o princípio republicano, em que o acesso aos cargos públicos em geral é franqueado àqueles que preencham as condições de capacidade previstas na CF ou em normas infraconstitucionais obedientes ao texto constitucional.

( ) Certo                      ( ) Errado

**GABARITO OFICIAL: CERTO****JUSTIFICATIVA:**

CERTO, porque: o Brasil adota realmente a forma de governo republicana. República vem do latim *res publica*, isto é, coisa pública, desta forma, todos terão acesso aos cargos públicos – em condições de igualdade – desde que preencham os requisitos constitucionais. Analisando a outra forma de governo, antagônica à República, a monarquia, vemos que o acesso a cargos somente se dá por meio da sucessão hereditária.

**Preste Atenção:**

O Brasil possui forma de Estado = Federação; forma de governo = República; sistema de governo = Presidencialismo; Regime de governo = Democrático.

- 243. (Inspetor de Polícia – PC/CE – CESPE – 2012)** Em sua maioria, as disposições constitucionais são não autoaplicáveis, ou têm sua eficácia contida e(ou) limitada, porque a CF não se executa a si mesma, mas impõe ou requer a ação legislativa para tornar efetivos os seus preceitos. Contudo, todas as normas constitucionais são imperativas, de cumprimento obrigatório e vinculam o legislador ordinário.

( ) Certo                      ( ) Errado

**GABARITO OFICIAL: ERRADO****JUSTIFICATIVA:**

ERRADO, porque: as normas constitucionais são dotadas de eficácia, conforme o exemplo trazido no art. 5º, § 1º, da CF – As normas definidoras dos direitos e garantias fundamentais têm aplicação imediata. De acordo com a divisão clássica de José Afonso da Silva (SILVA, José Afonso da. *Aplicabilidade das normas constitucionais*. 2. ed., São Paulo: Revista dos Tribunais, 1982), as normas constitucionais serão divididas em normas de eficácia plena – aplicabilidade ampla e integral – normas de eficácia limitada – aquelas que necessitam de complementação da norma infraconstitucional para alcançar a plenitude – normas de eficácia contida – que enquanto não sobrevier uma lei infraconstitucional limitando a sua eficácia possuirá a plenitude na regulação. Mas, de forma alguma, mesmo diante desta classificação, é possível afirmar que as normas constitucionais não são autoaplicáveis. A Constituição Federal está no topo do ordenamento jurídico, são as demais normas que necessitam dela para receberem seu fundamento de validade.

**Preste Atenção:**

Existe outra classificação para as normas constitucionais, que já vem sendo objeto de questionamento nas bancas de concursos públicos.

São normas constitucionais programáticas “aquelas em que o legislador, constituinte ou não, em vez de editar regra jurídica de aplicação concreta, apenas traça linhas diretoras, pelas quais se hão de orientar os poderes públicos. A legislação, a execução e a própria justiça ficam sujeitas a esses ditames que são programas dados à sua função.” (PONTES DE MIRANDA. *Comentários à Constituição de 1967, com a Emenda nº 1, de 1969, tomo I*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1969, p. 126-27). Então, de certa forma, podemos indicar que este conjunto de normas vincula o legislador.

- 244. (Inspetor de Polícia – PC/CE – CESPE – 2012)** Considere que uma manifestação pública realizada por determinado grupo religioso tenha atraído uma multidão hostil e que, quando a polícia foi chamada a intervir, o líder do grupo tenha chamado os policiais de fascistas, criando uma situação de perigo de pronta e violenta retaliação por parte dos policiais. Nessa situação, o líder do movimento está amparado pela garantia constitucional que assegura a liberdade de expressão.

( ) Certo                      ( ) Errado

**GABARITO OFICIAL: ERRADO****JUSTIFICATIVA:**

ERRADO, porque: de alguma forma vigorará a liberdade de expressão para o religioso, acontece que aquela reunião já não mais obedecia aos limites constitucionais traçados para aquele direito: art. 5º, XVI, da CF “todos podem reunir-se *pacificamente*, sem armas, em locais abertos ao público, independentemente de autorização, desde que não frustrem outra reunião anteriormente convocada para o mesmo local, sendo apenas exigido prévio aviso à autoridade competente”. Se o ambiente não era mais pacífico, à polícia caberia a dispersão da reunião.

**Preste Atenção:**

Não existem direitos absolutos em nosso ordenamento jurídico. A liberdade de expressão é livre? Sim. Não poderá sofrer censura prévia. Mas em casos abusivos haverá sim repercussão posterior: a Constituição aponta que haverá, pelo menos, dois – indenização e direito de resposta proporcional ao agravo.

- 245. (Inspetor de Polícia – PC/CE – CESPE – 2012)** Por serem simples descentralizações administrativas da União, os territórios não têm autonomia política, podendo ser criados por lei ordinária federal.

( ) Certo                      ( ) Errado

**GABARITO OFICIAL: ERRADO****JUSTIFICATIVA:**

ERRADO, porque: os Territórios Federais integram a União, e sua criação, transformação em Estado ou reintegração ao Estado de origem serão reguladas *em lei complementar* (e não em lei ordinária). A lei disporá sobre a organização administrativa e judiciária dos Territórios.

**Preste Atenção:**

Apesar de possuírem personalidade jurídica, os territórios não são dotados de autonomia política, se constituindo em meras descentralizações administrativo-territoriais da União.

- 246. (Inspetor de Polícia – PC/CE – CESPE – 2012)** Tendo como referência a CF, julgue os itens seguintes.

A missão da defensoria pública restringe-se à defesa dos hipossuficientes em todos os graus de jurisdição.

( ) Certo                      ( ) Errado

**GABARITO OFICIAL: ERRADO****JUSTIFICATIVA:**

ERRADO, porque: a Defensoria Pública é instituição *essencial à função jurisdicional do Estado* [ao lado do Ministério Público, da Advocacia Pública e dos Advogados em geral], incumbindo-lhe a orientação jurídica e a defesa, em todos os graus, dos necessitados, na forma do art. 5º, LXXIV, da CF.

**Preste Atenção:**

Às Defensorias Públicas Estaduais são asseguradas autonomia funcional e administrativa e a iniciativa de sua proposta orçamentária dentro dos limites estabelecidos na lei de diretrizes orçamentárias.

- 247. (Inspetor de Polícia – PC/CE – CESPE – 2012)** Na defesa dos hipossuficientes, a defensoria pública tem legitimidade para ajuizar ação coletiva.

( ) Certo      ( ) Errado

**GABARITO OFICIAL: CERTO****JUSTIFICATIVA:**

CERTO, porque: a defensoria pública terá legitimidade para ingresso com ação coletivas. Em recente decisão do STJ há a corroboração: “Recurso Especial provido para reconhecer a legitimidade ativa da Defensoria Pública para a propositura da Ação Civil Pública. (REsp 1264116/RS, rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, 2ª. T., j. 18-10-2011, *DJe* 13-4-2012)”.

Para a doutrina também existe legitimidade. Segundo Ada Pellegrini Grinover: “a legitimação à ação civil pública não é exclusiva do MP e as ações coletivas propostas pela Defensoria Pública significam um maior acesso à Justiça.” Fonte: <http://www.anadef.org.br>

**Preste Atenção:**

A Terceira Turma do STJ manteve decisão do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro que admitiu a nomeação da Defensoria Pública como curadora especial de incapaz. Fonte: [http://www.stj.gov.br/portal\\_stj/publicacao/engine.wsp?tmp.area=398&tmp.texto=112168](http://www.stj.gov.br/portal_stj/publicacao/engine.wsp?tmp.area=398&tmp.texto=112168)

- 248. (Inspetor de Polícia – PC/CE – CESPE – 2012)** Assim como todos os demais órgãos jurisdicionais, também o Supremo Tribunal Federal (STF) está submetido às deliberações do Conselho Nacional de Justiça.

( ) Certo      ( ) Errado

**GABARITO OFICIAL: ERRADO****JUSTIFICATIVA:**

ERRADO, porque: segundo o próprio STF, no julgamento da ADI 3367 DF, Relator: CEZAR PELUSO, j. 13-4-2005. Órgão Julgador: Tribunal Pleno. Publicação: *DJ* 17-3-2006.

PODER JUDICIÁRIO. Conselho Nacional de Justiça. Órgão de natureza exclusivamente administrativa. Atribuições de controle da atividade administrativa, financeira e disciplinar da magistratura. Competência relativa apenas aos órgãos e juízes situados, hierarquicamente, abaixo do Supremo Tribunal Federal. Preeminência deste, como órgão máximo do Poder Judiciário, sobre o Conselho, cujos atos e decisões estão sujeitos a seu controle jurisdicional. Inteligência dos art. 102, *caput*, I, *r*, e § 4º, da CF. O Conselho Nacional de Justiça não tem nenhuma competência sobre o Supremo Tribunal Federal e seus ministros, sendo esse o órgão máximo do Poder Judiciário nacional, a que aquele está sujeito.

**Preste Atenção:**

Neste mesmo julgamento o STF acaba por definir que o Conselho Nacional de Justiça possui natureza meramente administrativa, sendo órgão interno de controle administrativo, financeiro e disciplinar da magistratura. Sendo vedado ao CNJ interferir na função jurisdicional, típica do Judiciário, e das condições materiais do seu exercício imparcial e independente.

- 249. (Delegado de Polícia – PC/MA – FGV – 2012)** João, sem solicitar permissão ou autorização ao Poder Público, inaugurou uma rádio comunitária, por meio da qual pretendia prestar serviço de radiodifusão. Constatado o fato, o Poder Executivo, sem prévia oitiva de João, interditou a rádio, interrompendo as transmissões, e lacrou os aparelhos. Considerando a jurisprudência dos Tribunais Superiores acerca da matéria, assinale a afirmativa correta.
- a) O ato praticado pelo Executivo configura sanção administrativa e é ilegal, pois o interessado possui direito a prévio contraditório e ampla defesa.
  - b) O ato praticado pelo Executivo configura sanção administrativa e é válido, pois o interessado não possuía permissão ou autorização para operar rádio comunitária.
  - c) O ato praticado pelo Executivo configura medida cautelar da Administração, inerente ao poder de polícia, e é ilegal, pois o interessado possui direito a prévio contraditório e ampla defesa.
  - d) O ato praticado pelo Executivo configura medida cautelar da Administração, manifestação do poder de polícia administrativa preventiva, e é válido, pois a rádio operava sem permissão ou autorização.
  - e) O ato praticado pelo Executivo é ilegal, pois, além de não ter havido o prévio contraditório, não há necessidade de autorização ou permissão para a prestação de serviços de radiodifusão.

**GABARITO OFICIAL: D****JUSTIFICATIVA:**

- a) Errado, porque: não coaduna com o entendimento jurisprudencial acerca do tema.
- b) Errado, porque: não coaduna com o entendimento jurisprudencial acerca do tema.
- c) Errado, porque: não coaduna com o entendimento jurisprudencial acerca do tema.
- d) CERTO, porque: assim se pronunciou o STJ sobre o tema: “Rádio comunitária de baixa frequência. Funcionamento sem autorização legal. Interrupção e lacre. Legalidade. Abertura de prévio processo administrativo. Desnecessidade. I – A exploração dos serviços de radiodifusão, inclusive comunitária de baixa potência, depende de autorização ou concessão do Poder Concedente, sendo indevido o funcionamento de rádio comunitária sem o prévio licenciamento. Precedentes: REsp nº 845.751/CE, rel. Min. Felix Fischer, DJ de 10/09/2007; REsp nº 584.392/PE, rel. Min. João Otávio de Noronha, DJ de 25/04/2007 e REsp nº 440.674/RN, rel. Min. Teori Albino Zavascki, DJ de 23/08/2004. II – Inexistindo a regular autorização do Poder Público para a exploração do serviço de radiodifusão ressaí perfeitamente legal, a despeito da abertura ou não de processo administrativo, a interrupção e lacre das transmissões, estando tal proceder dentro do poder de polícia da Administração Pública. III – Agravo regimental provido e consequente provimento do recurso especial da UNIÃO”. (AgRg no REsp 1074432/MG – 1ª T. – DJ 6-11-2008).
- e) Errado, porque: não coaduna com o entendimento jurisprudencial acerca do tema.

**Preste Atenção:**

“Art. 21. Compete à União: (...) XII – explorar, diretamente ou mediante autorização, concessão ou permissão: a) os serviços de radiodifusão sonora, e de sons e imagens”. “Art. 222. A propriedade de empresa jornalística e de radiodifusão sonora e de sons e imagens é privativa de brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos, ou de pessoas jurídicas constituídas sob as leis brasileiras e que tenham sede no País”.

**250. (Delegado de Polícia – PC/MA – FGV – 2012)** A Secretaria Estadual de Segurança Pública, após o regular processo licitatório, celebrou contrato com uma empresa prestadora de serviços de limpeza.

Contudo, dois meses após a contínua prestação dos serviços, a Administração suspendeu o pagamento até então realizado, sob a alegação de inexistirem verbas orçamentárias para fazer frente a tais despesas. Ocorre que, quase quatro meses depois, a empresa continua sem receber pelos serviços prestados.

Acerca da situação anteriormente narrada, assinale a afirmativa correta.

- a) Em razão do princípio da supremacia do interesse público, a ausência de pagamento não é justificativa razoável para que a empresa contratada suspenda a prestação do serviço de limpeza no prédio da Secretaria.
- b) Em razão do princípio da continuidade do serviço público, a empresa contratada não poderá interromper a prestação do serviço de limpeza, a não ser mediante decisão judicial transitada em julgado.
- c) Ainda que sem receber a contraprestação financeira pelos serviços prestados, a empresa não poderá interromper ou paralisar o serviço de limpeza na Secretaria, visto que não há previsão legal nesse sentido.
- d) O princípio da supremacia do interesse público não pode servir de justificativa para a Administração deixar de cumprir suas obrigações contratuais, mesmo nos casos de calamidade pública.
- e) Caso não queira pleitear a rescisão do contrato, poderá a empresa suspender a prestação dos serviços, independentemente de qualquer medida judicial.

**GABARITO OFICIAL: E****JUSTIFICATIVA:**

- a) Errado, porque: não coaduna com o sistema legal.
- b) Errado, porque: não coaduna com o sistema legal.
- c) Errado, porque: não coaduna com o sistema legal.
- d) Errado, porque: não coaduna com o sistema legal.
- e) CERTO, porque: de acordo com a Lei nº 8.666/1993, art. 78: “Constituem motivo para rescisão do contrato: (...) XV – o atraso superior a 90 (noventa) dias dos pagamentos devidos pela Administração decorrentes de obras, serviços ou fornecimento, ou parcelas destes, já recebidos ou executados, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, assegurado ao contratado o direito de optar pela suspensão do cumprimento de suas obrigações até que seja normalizada a situação”.



### Preste Atenção:

Tema em evolução jurisprudencial e doutrinária, atualmente é acertada a aplicação do princípio da *exceptio non adimpleti contractus* quando se tratar de contratos administrativos que não tenham como objeto o serviço público: quando a inadimplência do poder público impeça de fato e diretamente a execução do pactuado ou “(...) não se tratando, por exemplo, de contrato de concessão de serviço público (transporte coletivo, serviço funerário) ou de fornecimento de bens necessários à manutenção de um serviço público (merenda escolar, refeição para presos ou hospitalizados, remédios hospitalares), cabia, perfeitamente, a invocação da *exceptio nos adimpleti contractus*” (GASPARINI, Diógenes. *Direito administrativo*. 13. ed. São Paulo: Saraiva, 2008, p.762).

- 251. (Delegado de Polícia – PC/MA – FGV – 2012)** No interior de determinada cela de cadeia pública do Estado “Y”, o detento Pedro cometeu suicídio. Diante da situação narrada, tendo em vista a jurisprudência recente do Supremo Tribunal Federal (STF), é correto afirmar que
- o Estado não pode ser responsabilizado civilmente pela morte de Pedro, tendo em vista que o fato lesivo foi praticado exclusivamente pela vítima.
  - essa situação configura hipótese de conduta comissiva, que enseja a responsabilidade subjetiva do Estado, caso comprovada sua culpa.
  - essa situação configura hipótese de conduta omissiva, que enseja a responsabilidade objetiva, tendo em vista o dever estatal de preservar a integridade física do preso.
  - houve conduta omissiva estatal, de modo que a reparação só seria possível caso fosse demonstrado que o Estado intencionalmente permitiu a ocorrência do resultado.
  - o caso permite a aplicação da teoria da responsabilidade civil pelo risco integral.

### GABARITO OFICIAL: C

#### JUSTIFICATIVA:

- Errado, porque: não coaduna com o entendimento jurisprudencial acerca do tema.
- Errado, porque: não coaduna com o entendimento jurisprudencial acerca do tema.
- CERTO, porque: a jurisprudência vem afirmando que a responsabilidade do Estado no interior de presídios é objetiva – portanto, independe de verificação de dolo ou culpa. Recentemente foi reconhecida repercussão geral ao tema, contudo ainda não há julgamento definitivo. Segue relacionado recurso para futuras consultas.

“STF – ARE 638.467 RG / RS Recurso Extraordinário com Agravo. Responsabilidade civil objetiva do Estado por morte de detento. Relevância da matéria e transcendência de interesses. Manifestação pela existência de repercussão geral da questão constitucional.

#### MANIFESTAÇÃO

Trata-se de agravo de instrumento contra decisão que negou seguimento a Recurso Extraordinário interposto em face de acórdão prolatado pela Sexta Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul, assim fundamentado: Apelações Cíveis. Responsabilidade civil. Morte de detento em estabelecimento penitenciário. Asfixia mecânica. Evidências tanto de homicídio quanto de suicídio. Omissão específica do Estado. Aplicação da teoria do risco administrativo. Responsabilidade objetiva. *Quantum* indenizatório reduzido. Manutenção do pensionamento. Verba honorária sucumbencial redimensionada.

Conforme o artigo 37, § 6º, da Constituição Federal, responde o Estado objetivamente pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, causarem a terceiros, sendo desnecessária a comprovação de dolo ou culpa. Por se tratar de omissão do Estado, a responsabilidade será

objetiva, se a omissão for específica, e subjetiva, se a omissão for genérica. No caso em análise, a omissão é específica, pois o Estado deve zelar pela integralidade física dos internos em estabelecimentos penitenciários que estão sob sua custódia, tendo falhado nesse ínterim.

- d) Errado, porque: não coaduna com o entendimento jurisprudencial acerca do tema.
- e) Errado, porque: não coaduna com o entendimento jurisprudencial acerca do tema.



### Preste Atenção:

O Brasil adota, para a responsabilidade civil do Estado, a teoria do risco administrativo. Para Hely Lopes Meireles (*Direito administrativo brasileiro*. 35. ed. São Paulo: Malheiros, 2009. p. 657), esta teoria “baseia-se no risco que a atividade pública gera para os administrados e na possibilidade de acarretar dano a certos membros da comunidade, impondo-lhes um ônus não suportado pelos demais”. Contudo, diante da culpa exclusiva da vítima, caso fortuito e força maior, haverá causa excludente da responsabilidade.

**252. (Delegado de Polícia – PC/MA – FGV – 2012)** José, servidor público, permitiu que chegasse ao conhecimento de João, antes da respectiva divulgação oficial, teor de medida econômica capaz de afetar o preço de mercadoria, do qual teve notícia em razão de sua função.

Diante do caso narrado, tendo em vista a jurisprudência dos Tribunais Superiores, assinale a afirmativa correta.

- a) A aferição acerca da configuração de ato de improbidade administrativa dependerá da comprovação de dolo específico de José. Caso este seja comprovado, José poderá sofrer a punição de suspensão dos direitos políticos pelo período de cinco a oito anos.
- b) Para a verificação da prática de ato de improbidade administrativa no caso narrado, é suficiente a constatação de dolo genérico de José. Caso haja comprovação, José poderá ter seus direitos políticos suspensos pelo período de três a cinco anos.
- c) Para que se configure ato de improbidade administrativa no caso, é essencial que João também seja servidor público.
- d) A verificação de prática de ato de improbidade administrativa dependerá da comprovação de dolo específico de José. Caso este seja comprovado, José poderá sofrer a punição de suspensão de direitos políticos pelo período de oito a dezesseis anos ou pagamento de multa.
- e) Para a aferição da prática de ato de improbidade administrativa, é suficiente a constatação de dolo genérico de José. Caso este seja comprovado, José poderá perder a função pública e ter seus direitos políticos suspensos pelo período de cinco a oito anos.

### GABARITO OFICIAL: B

#### JUSTIFICATIVA:

- a) Errado, porque: não coaduna com o entendimento jurisprudencial acerca do tema.
- b) CERTO, porque: as condutas descritas na Lei nº 8.429/1992 podem ser enquadradas em três grandes conjuntos: atos que importam em enriquecimento ilícito – que imprescindem da verificação de dolo; atos que importem em prejuízo aos cofres públicos – que se contentam com o elemento subjetivo culpa; atos que atentem contra princípios da Administração Pública – em que se cobra o dolo. O caso tratado na questão contorna a última espécie de improbidade administrativa. A saber: “Art. 11 da Lei nº 8.429/1992. Constitui ato de improbidade administrativa que atenta contra os princípios da administração pública qualquer ação ou omissão que viole os deveres de honestidade, imparcialidade, legalidade, e lealdade às instituições, e notadamente:

(...) III – revelar fato ou circunstância de que tem ciência em razão das atribuições e que deva permanecer em segredo”. Segundo o STJ, no julgamento do REsp nº 951.389, para caracterizar a conduta tipificada no art. 11 da Lei nº 8.429/1992, é necessário apenas o dolo genérico, “a vontade de realizar ato que atente contra os princípios da Administração Pública. Assim, não é necessária a presença de dolo específico, com a comprovação da intenção do agente”. A pena imposta será aplicada de forma isolada ou cumulativa e importará em: ressarcimento integral do dano, se houver, perda da função pública, suspensão dos direitos políticos de três a cinco anos, pagamento de multa civil de até cem vezes o valor da remuneração percebida pelo agente e proibição de contratar com o Poder Público ou receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, ainda que por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário, pelo prazo de três anos.

- c) Errado, porque: não coaduna com o entendimento jurisprudencial acerca do tema.
- d) Errado, porque: não coaduna com o entendimento jurisprudencial acerca do tema.
- e) Errado, porque: não coaduna com o entendimento jurisprudencial acerca do tema.



### Preste Atenção:

Na fixação das penas previstas nesta lei, o juiz levará em conta a extensão do dano causado, assim como o proveito patrimonial obtido pelo agente.

**253. (Delegado de Polícia – PC/MA – FGV – 2012)** Agentes da fiscalização tributária de determinado Estado, durante o dia, sem mandado judicial, ingressaram no escritório de contabilidade de empresa investigada por sonegação fiscal, a fim de apreender livros contábeis e documentos fiscais.

Nesse caso, a atuação dos agentes

- a) foi correta, pois o escritório de contabilidade não está sujeito à proteção constitucional da inviolabilidade domiciliar.
- b) foi correta, pois, apesar da proteção constitucional, o ingresso sem mandado judicial é possível nos casos de flagrante delito, de desastre, de prestação de socorro e, durante o dia, de investigação fiscal ou criminal, quando houver risco de destruição de provas.
- c) não foi correta, pois o ingresso sem mandado judicial somente seria possível nos casos de investigação criminal, e não nos casos de investigação fiscal.
- d) não foi correta, pois o escritório, como espaço privado, não aberto ao público, está sujeito à proteção constitucional da inviolabilidade domiciliar, havendo necessidade de autorização judicial.
- e) não foi correta, pois livros e documentos só podem ser objeto de apreensão para fins de investigação criminal ou instrução processual penal.

### GABARITO OFICIAL: D

#### JUSTIFICATIVA:

- a) Errado, porque: não coaduna com o entendimento jurisprudencial acerca do tema.
- b) Errado, porque: não coaduna com o entendimento jurisprudencial acerca do tema.
- c) Errado, porque: não coaduna com o entendimento jurisprudencial acerca do tema.
- d) CERTO, porque: a questão trata do disposto no art. 5º, XI: “a casa é asilo inviolável do indivíduo, ninguém nela podendo penetrar sem consentimento do morador, salvo em caso de flagrante delito ou desastre, ou para prestar socorro, ou, durante o dia, por determinação judicial”. O STF assim se pronunciou acerca do tema: HC nº 93.050-RJ – Ementa: “Fiscalização tributária – Apreensão de livros contábeis e documentos fiscais realizada, em escritório de contabilidade, por agentes fazendários e policiais federais, sem mandado judicial – Inadmissibilidade – Espaço

- privado, não aberto ao público, sujeito à proteção constitucional da inviolabilidade domiciliar (CF, art. 5º, XI) – Subsunção ao conceito normativo de ‘casa’ – Necessidade de ordem judicial – Administração pública e fiscalização tributária – Dever de observância, por parte de seus órgãos e agentes, dos limites jurídicos impostos pela constituição e pelas leis da república – Impossibilidade de utilização, pelo Ministério Público, de prova obtida com transgressão à garantia da inviolabilidade domiciliar – prova ilícita – inidoneidade jurídica – *habeas corpus* deferido”.
- e) Errado, porque: não coaduna com o entendimento jurisprudencial acerca do tema.



### Preste Atenção:

As Comissões Parlamentares de Inquérito não podem determinar a busca e apreensão domiciliar, por se tratar de ato sujeito ao princípio constitucional da reserva de jurisdição, ou seja, ato cuja prática a CF atribui com exclusividade aos membros do Poder Judiciário.

- 254. (Delegado de Polícia – PC/MA – FGV – 2012)** Com relação à chamada responsabilidade do Presidente da República, assinale a afirmativa correta.
- O Presidente da República pode ser responsabilizado por atos estranhos ao exercício de suas funções, mesmo na vigência de seu mandato.
  - O Presidente da República somente será submetido a julgamento após admitida a acusação por dois terços dos membros do Congresso Nacional.
  - O Presidente da República, nos crimes de responsabilidade, ficará suspenso de suas funções após a instauração do processo pelo Senado Federal.
  - O Presidente da República, durante a vigência do mandato, somente está sujeito a julgamento pela prática de crimes de responsabilidade.
  - O Presidente da República, nas infrações comuns, estará sujeito a prisão cautelar, mediante autorização de dois terços dos membros da Câmara dos Deputados.

### GABARITO OFICIAL: C

#### JUSTIFICATIVA:

- Errado, porque: art. 86, § 4º: “O Presidente da República, na vigência de seu mandato, não pode ser responsabilizado por atos estranhos ao exercício de suas funções.
- Errado, porque: art. 86: “Admitida a acusação contra o Presidente da República, por *dois terços da Câmara dos Deputados*, será ele submetido a julgamento perante o Supremo Tribunal Federal, nas infrações penais comuns, ou perante o Senado Federal, nos crimes de responsabilidade.
- CERTO, porque: é o disposto no art. 86, § 1º, II, da CF.
- Errado, porque: o Presidente poderá ser processado tanto por crime comum – cujo julgamento será perante o STF – quanto por crime político, em julgamento no Senado Federal.
- Errado, porque: art. 86, § 3º: “Enquanto não sobrevier sentença condenatória, nas infrações comuns, o Presidente da República não estará sujeito a prisão”.



### Preste Atenção:

O Presidente da República não poderá ser preso senão em virtude de sentença condenatória. Sendo assim, nem diante de flagrante delito por crime inafiançável poderá ser lavrado o auto de prisão.

- 255. (Delegado de Polícia – PC/MA – FGV – 2012)** O Deputado Federal “X”, jornalista de formação, continua a escrever matérias e crônicas para um jornal de grande circula-

ção. Um de seus últimos textos, de grande repercussão, foi a crítica a um livro de poesias lançado por outro Deputado, “Y”, de um partido de oposição. Sentindo-se ofendido em sua honra, “Y” ameaça processar “X” por danos morais.

Com relação a esse caso

- a) é incabível a condenação, pois “X”, por ser Deputado Federal, é inviolável, civil e penalmente, por suas opiniões e palavras.
- b) é cabível a condenação, pois “X”, em regra, não pode ser processado por suas opiniões, mas essa inviolabilidade não pode ser oposta à ofensa dirigida a outro parlamentar.
- c) é incabível a condenação por danos morais, não se tratando, entretanto, de imunidade parlamentar, mas de corolário da livre manifestação do pensamento.
- d) é cabível a condenação, mas o processo só poderá ser iniciado após o fim do mandato de “X”.
- e) é cabível a condenação de “X”, pois a ofensa foi proferida fora do recinto da Casa Legislativa (Câmara dos Deputados).

### GABARITO OFICIAL: C

#### JUSTIFICATIVA:

- a) Errado, porque: apesar de “X” ter recebido, em razão de seu cargo, a imunidade material elencada na alternativa, tal excludente não será utilizada no caso em análise. “X” não será responsabilizado porque é cidadão que exerce sua liberdade de expressão.
- b) Errado, porque: não é este o fundamento da exclusão da responsabilidade.
- c) CERTO, porque: “X” não será responsabilizado por estar amparado por um direito constitucionalmente previsto a todos os indivíduos e, não somente a deputados. Ele não precisará socorrer-se de sua imunidade parlamentar, porque já possui a liberdade de expressão. O STF, no julgamento da ADPF nº 130/DF, decidiu acerca do tema, dentre outras coisas, que: “Relação de inerência entre pensamento crítico e imprensa livre. A imprensa como instância natural de formação da opinião pública e como alternativa à versão oficial dos fatos. O pensamento crítico é parte integrante da informação plena e fidedigna. O possível conteúdo socialmente útil da obra compensa eventuais excessos de estilo e da própria verve do autor. O exercício concreto da liberdade de imprensa assegura ao jornalista o direito de expender críticas a qualquer pessoa, ainda que em tom áspero ou contundente, especialmente contra as autoridades e os agentes do Estado. A crítica jornalística, pela sua relação de inerência com o interesse público, não é aprioristicamente suscetível de censura, mesmo que legislativa ou judicialmente intentada. O próprio das atividades de imprensa é operar como formadora de opinião pública, espaço natural do pensamento crítico e ‘real alternativa à versão oficial dos fatos’”.
- d) Errado, porque: aponta solução que está em desacordo com o sistema jurídico.
- e) Errado, porque: aponta solução que está em desacordo com o sistema jurídico.



#### Preste Atenção:

A liberdade de expressão e manifestação do pensamento faz parte do rol de direitos e garantias fundamentais do ser humano. Sua positivação encontra-se em dois incisos do art. 5º, quais sejam: “IX – é livre a expressão da atividade intelectual, artística, científica e de comunicação, independentemente de censura ou licença”; “IV – é livre a manifestação do pensamento, sendo vedado o anonimato”.

**256. (Delegado de Polícia – PC/MA – FGV – 2012)** Para apurar suposto desvio de recursos públicos na construção de uma usina nuclear, foi instaurada Comissão Parlamentar de Inquérito pela Câmara dos Deputados. A Comissão foi instalada após requerimento de um terço dos Deputados, com prazo certo de duração. Uma das determinações da Comissão foi que se transladassem cópias das provas obtidas em processo judicial previamente instaurado, que corre sob sigredo de justiça.

A respeito do caso sugerido, assinale a afirmativa correta.

- a) A criação da Comissão foi irregular, pois é obrigatória a participação do Senado na composição de qualquer Comissão Parlamentar de Inquérito.
- b) A criação da Comissão observou os requisitos constitucionais, mas a prova não pode ser obtida, pois o sigredo de justiça não pode ser levantado por Comissão Parlamentar de Inquérito.
- c) A Comissão não poderia ser instaurada, uma vez que sua criação pressupõe o requerimento da maioria absoluta dos membros da Câmara.
- d) A criação da Comissão observou todos os requisitos constitucionais, e a prova pode ser obtida, pois a Constituição dotou as Comissões Parlamentares de Inquérito dos poderes de investigação próprios das autoridades judiciais.
- e) A CPI pode ser instaurada pela Câmara dos Deputados, mediante requerimento de um terço dos seus membros, mas a comissão não pode ter, por objeto, a apuração de fato determinado.

#### GABARITO OFICIAL: B

#### JUSTIFICATIVA:

- a) Errado, porque: as Comissões Parlamentares poderão ser criadas por cada Casa do Congresso Nacional separadamente; caso seja necessária a abertura conjunta, o nome não será mais CPI, mas CPMI – comissão parlamentar mista de inquérito.
- b) CERTO, porque: o sigredo de justiça faz parte de um rol criado pela doutrina e jurisprudência em que somente o Poder Judiciário pode manifestar-se. Tal conjunto de regras são denominadas “cláusulas de reserva de jurisdição”.
- c) Errado, porque: o quórum para abertura de uma CPI é de um terços dos membros da Casa.
- d) Errado, porque: por decisão do STF – MS 27483 MC-REF/DF: “Comissão Parlamentar de Inquérito – CPI. Prova. Interceptação telefônica. Decisão judicial. Sigilo judicial. Sigredo de justiça. Quebra. Requisição, às operadoras, de cópias das ordens judiciais e dos mandados de interceptação. Inadmissibilidade. Poder que não tem caráter instrutório ou de investigação. Competência exclusiva do juízo que ordenou o sigilo”.
- e) Errado, porque: um dos requisitos obrigatório é a indicação de fato determinado.



#### Preste Atenção:

Art. 58, § 3º, da CF: “As comissões parlamentares de inquérito, que terão poderes de investigação próprios das autoridades judiciais, além de outros previstos nos regimentos das respectivas Casas, serão criadas pela Câmara dos Deputados e pelo Senado Federal, em conjunto ou separadamente, mediante requerimento de um terço de seus membros, para a apuração de fato determinado e por prazo certo, sendo suas conclusões, se for o caso, encaminhadas ao Ministério Público, para que promova a responsabilidade civil ou criminal dos infratores”.

**257. (Delegado de Polícia – PC/MA – FGV – 2012)** Acerca da concessão de medidas cautelares em ações de controle abstrato de constitucionalidade, assinale a afirmativa correta.

- a) Em qualquer caso, só podem ser concedidas por 2/3 dos membros do Tribunal.
- b) A medida cautelar em ação direta de inconstitucionalidade tem efeitos *ex nunc*, ressalvada a possibilidade de concessão de efeitos retroativos à decisão.
- c) A medida cautelar em ação declaratória de constitucionalidade pode ser concedida por maioria simples dos membros do tribunal.
- d) A medida cautelar em ação direta de inconstitucionalidade perderá a eficácia em 180 dias, se o tribunal não proceder ao julgamento definitivo da ação.
- e) A ação direta de inconstitucionalidade por omissão não admite a concessão de medida cautelar.

### GABARITO OFICIAL: B

#### JUSTIFICATIVA:

- a) Errado, porque: somente por decisão da maioria absoluta de seus membros, poderá ser deferido o pedido de medida cautelar.
- b) CERTO, porque: é o disposto no art. 11, § 1º, da Lei nº 9.868/1999.
- c) Errado, porque: também por maioria absoluta.
- d) Errado, porque: somente em sede de ação declaratória de constitucionalidade é que encontramos tal prazo de 180 dias (art. 21, par. ún.).
- e) Errado, porque: segundo o art. 12-F da Lei nº 9.868/1999, “Em caso de excepcional urgência e relevância da matéria, o Tribunal, por decisão da maioria absoluta de seus membros, observado o disposto no art. 22, poderá conceder medida cautelar, após a audiência dos órgãos ou autoridades responsáveis pela omissão inconstitucional, que deverão pronunciar-se no prazo de 5 (cinco) dias”.



#### Preste Atenção:

A decisão sobre a constitucionalidade ou a inconstitucionalidade da lei ou do ato normativo somente será tomada se presentes na sessão pelo menos *oito* ministros. Efetuado o julgamento, proclamar-se-á a constitucionalidade ou a inconstitucionalidade da disposição ou da norma impugnada se num ou noutro sentido se tiverem manifestado pelo menos *seis* ministros, quer se trate de ação direta de inconstitucionalidade ou de ação declaratória de constitucionalidade.

**258. (Delegado de Polícia – PC/MA – FGV – 2012)** Determinada associação de âmbito nacional, que congrega trabalhadores da indústria automotiva, montadoras instaladas no país e revendedores de veículos e bens correlatos, ajuíza uma ação direta de inconstitucionalidade contra lei federal que determinou a majoração do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) incidentes sobre veículos produzidos no país.

A partir do caso relatado, assinale a afirmativa correta.

- a) A associação de âmbito nacional não foi elencada pela Constituição da República como um dos legitimados à propositura da ação.
- b) A associação de âmbito nacional está dispensada de demonstrar o requisito da pertinência temática para o ajuizamento da ação.
- c) O caráter nacional da associação é verificado pela declaração constante dos seus atos constitutivos.
- d) A associação em tela não preenche o requisito da homogeneidade para qualificar-se como legitimado à propositura da ação.
- e) Não se admite a legitimidade de associações constituídas por pessoas jurídicas para a propositura de ação direta de inconstitucionalidade.

**GABARITO OFICIAL: D****JUSTIFICATIVA:**

- a) Errado, porque: podem propor a ação direta de inconstitucionalidade: I – o Presidente da República; II – a Mesa do Senado Federal; III – a Mesa da Câmara dos Deputados; IV – a Mesa de Assembleia Legislativa ou a Mesa da Câmara Legislativa do Distrito Federal; V – o Governador de Estado ou o Governador do Distrito Federal; VI – o Procurador-Geral da República; VII – o Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil; VIII – partido político com representação no Congresso Nacional; IX – confederação sindical ou entidade de classe de âmbito nacional;
- b) Errado, porque: “A legitimidade ativa da confederação sindical, entidade de classe de âmbito nacional, Mesas das Assembleias Legislativas e governadores, para a ação direta de inconstitucionalidade, vincula-se ao objeto da ação, pelo que deve haver pertinência da norma impugnada com os objetivos do autor da ação” (ADI nº 1.507-MC-AgR, rel. Min. Carlos Velloso, j. 3-2-1997, Plenário, *DJ* de 6-6-1997);
- c) Errado, porque: segundo decisão do STF a associação precisa comprovar sua situação de caráter nacional que “não decorre de mera declaração formal, consubstanciada em seus estatutos ou atos constitutivos, pressupondo essa particular característica de índole espacial, além da atuação transregional da instituição, a existência de associados ou membros em pelo menos nove Estados da Federação” (ADI nº 108, rel. Min. Celso de Mello, *DJ* de 5-6-1992);
- d) CERTO, porque: por entidade homogênea assim se pronunciou o STF “A entidade de classe considerada legítima para ajuizar ADI deve ser integrada por membros vinculados entre si por objetivos comuns. É necessária a presença de um elemento unificador que, fundado na essencial homogeneidade, comunhão e identidade de valores, constitua um necessário fator de conexão capaz de identificar os associados como membros que efetivamente pertencem a uma mesma classe ou categoria (cf. ADI 108-6/DF, rel. Min. Celso de Mello, *DJ* de 24-4-1992). Na ADI 1.988, rel. Min. Março Aurélio, *DJ* de 28-4-1999, já mencionada, o Supremo Tribunal Federal reafirma a tese do não reconhecimento de legitimidade a associações abrangentes, sob o argumento de que a representação há de ser de uma classe definida”. A associação trazida na questão abrange três categorias diferentes – portanto, não homogênea (ADI nº 3787/DF);
- e) Errado porque: após alteração de jurisprudência, o STF, desde 2004, admite “a legitimação das ‘associações de associações de classe’, de âmbito nacional, para a ação direta de inconstitucionalidade” (ADI-AgR nº 3153/DF). Isto é, associações formadas por pessoas jurídicas.

**Preste Atenção:**

Dentre os legitimados podemos auferir a presença de duas classes distintas: os legitimados especiais ou temáticos – que necessitam comprovar pertinência temática – e os legitimados universais ou amplos – que podem discutir qualquer matéria. Entre os primeiros estão: Governador de Estado ou Distrital, as Mesas das Assembleias Legislativas e ou da Câmara Distrital e as Confederações Sindicais ou entidades de classe. O restante, Presidente da República, as mesas do Senado Federal e da Câmara dos Deputados, o Procurador-Geral da República, o conselho federal da OAB e os partidos políticos com representação, são os legitimados universais.

- 259. (Delegado de Polícia – PC/MA – FGV – 2012)** Uma lei federal de 2001 viola frontalmente a garantia do acesso à justiça. Entretanto, a validade dessa norma nunca foi desafiada em sede de controle abstrato. Posteriormente, em 2008, essa lei é revogada

por outra lei federal, de conteúdo idêntico, e, portanto, também violadora daquela garantia constitucional. Em 2012, é ajuizada ação direta de inconstitucionalidade contra a lei federal de 2008, revogadora da anterior.

A respeito do caso apresentado, assinale a afirmativa correta.

- a) O autor da ação deverá, expressamente, requerer que seja apreciada a inconstitucionalidade da lei que vai voltar a produzir efeitos em razão de sua volta à vigência, pena de não ser conhecida a ação direta.
- b) Ao ser declarada a inconstitucionalidade de uma norma revogadora, não se admite que a norma revogada volte à vigência, pois se trata de efeito repristinatório, vedado pelo ordenamento.
- c) Um dos efeitos decorrentes da declaração de inconstitucionalidade da norma revogadora é, exatamente, o retorno à vigência da norma revogada, e, se esta padecer do vício de inconstitucionalidade, só poderá ser impugnada por meio de ação própria.
- d) Com a declaração de inconstitucionalidade da norma revogadora, somente voltam à vigência as normas por ela revogadas que sejam compatíveis com a Constituição da República.
- e) O retorno à vigência da norma revogada consubstancia exemplo de inconstitucionalidade superveniente, não admitido em nosso ordenamento.

#### GABARITO OFICIAL: A

#### JUSTIFICATIVA:

- a) CERTO, porque: segundo decisão do STF, um dos efeitos que possa ser conferido ao sistema normativo por uma decisão de inconstitucionalidade de norma é a volta da norma – em tese – revogada pela lei – em tese – revogadora inconstitucional.

“É que a lei declarada inconstitucional, por incidir em absoluta desvalia jurídica (RTJ 146/461-462), não pode gerar quaisquer efeitos no plano do direito, nem mesmo o de provocar a própria revogação dos diplomas normativos a ela anteriores. Lei inconstitucional, porque inválida (RTJ 102/671), sequer possui eficácia derogatória. A decisão do STF que declara, em sede de fiscalização abstrata, a inconstitucionalidade de determinado diploma normativo tem o condão de provocar a repristinação dos atos estatais anteriores que foram revogados pela lei proclamada inconstitucional. Doutrina. Precedentes (ADI 2.215-MC/PE, rel. Min. Celso de Mello, Informativo/STF 224, v.g.). (ADI 3.148, rel. Min. Celso de Mello, j. 13-12-2006, Plenário, DJ de 28-9-2007)”.

- b) Errado, porque: contraria o ordenamento jurídico.
- c) Errado, porque: o STF entendeu que *não será nem conhecida* a Ação Direta quando o efeito repristinatório por ela alcançado, traga à tona norma que já foi declarada anteriormente inconstitucional. No Informativo nº 224, a Corte assim se pronuncia: “Esta Suprema Corte, nos precedentes em questão, e considerando o efeito repristinatório acima referido, firmou orientação no sentido de que, em processo de fiscalização concentrada, a ausência de impugnação, em caráter subsidiário, da norma revogada por ato estatal superveniente, desde que somente este tenha sido contestado em sede de controle abstrato, achando-se, também ela, inquinada do vício de inconstitucionalidade, importa em não-conhecimento da ação direta, se esta, promovida, unicamente, contra o diploma ab-rogatório, não se dirigir contra a espécie normativa que por ele tenha sido afetada no plano de sua vigência.”. *Sendo assim, não há como elucidar a volta de uma norma à validade quando ela já foi expurgada anteriormente pelo vício da inconstitucionalidade.*
- d) Errado, porque: contraria o ordenamento jurídico.
- e) Errado, porque: contraria o ordenamento jurídico.

**Preste Atenção:**

Nosso sistema jurídico não aceita a “represtinação” de leis de forma automática (salvo disposição em contrário, a lei revogada não se restaura por ter a lei revogadora perdido a vigência). O que é diferente do disposto nesta questão, “efeito represtinatório” no controle de constitucionalidade. Atenção!

**260. (Delegado de Polícia – PC/MA – FGV – 2012)** Acerca da repartição constitucional de competências, analise as afirmativas a seguir.

- I. No campo das competências legislativas concorrentes, lei complementar disciplinará o modo de cooperação entre União, Estados e Municípios.
  - II. No campo das competências comuns à União, Estados e Municípios, a competência da União limita-se ao estabelecimento de normas gerais.
  - III. É reservada aos Estados competência residual, que não lhes seja vedada pela Constituição.
- Assinale:

- a) se todas as afirmativas estiverem corretas.
- b) se apenas as afirmativas I e II estiverem corretas.
- c) se apenas as afirmativas I e III estiverem corretas.
- d) se apenas a afirmativa II estiver correta.
- e) se apenas a afirmativa III estiver correta.

**GABARITO OFICIAL: E****JUSTIFICATIVA:**

- I) Errado, porque: na competência concorrente (art. 24 da CF): “A competência da União limitar-se-á a estabelecer normas gerais”. Tal competência não exclui a competência suplementar dos Estados e dos Municípios (art. 30 da CF). E, inexistindo lei federal sobre normas gerais, os Estados exercerão a competência legislativa plena, para atender a suas peculiaridades. Na superveniência de lei federal sobre normas gerais suspende a eficácia da lei estadual, no que lhe for contrário.
- II) Errado, porque: na competência comum (art. 23 da CF): “Serão editadas normas complementares que fixarão a forma para a cooperação entre a União e os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, tendo em vista o equilíbrio do desenvolvimento e do bem-estar em âmbito nacional”.
- III) CERTO, porque: segundo o disposto no art. 25, § 1º, da CF: “São reservadas aos Estados as competências que não lhes sejam vedadas por esta Constituição”.

**Preste Atenção:**

Na competência privativa da União a lei complementar poderá autorizar os Estados a legislar sobre questões específicas das matérias relacionadas no art. 22 da CF.

**261. (Delegado de Polícia – PC/MA – FGV – 2012)** No caso de comoção grave de repercussão nacional, o Presidente da República pode, ouvidos o Conselho da República e o Conselho de Defesa Nacional, solicitar ao Congresso Nacional autorização para decretar o estado de sítio.

As alternativas a seguir apresentam medidas que poderiam ser adotadas como decorrência da decretação do estado de sítio, à exceção de uma. Assinale-a.

- a) Desapropriação sem prévia e justa indenização em dinheiro.

- b) Intervenção nas empresas de serviços públicos.
- c) Requisição de bens particulares.
- d) Suspensão da liberdade de reunião.
- e) Busca e apreensão em domicílio, sem prévia autorização judicial.

### GABARITO OFICIAL: A

#### JUSTIFICATIVA:

- a) ERRADO, porque: segundo o art. 139 da CF: Na vigência do estado de sítio decretado com fundamento no art. 137, I, só poderão ser tomadas contra as pessoas as seguintes medidas: I – obrigação de permanência em localidade determinada; II – detenção em edifício não destinado a acusados ou condenados por crimes comuns; III – restrições relativas à inviolabilidade da correspondência, ao sigilo das comunicações, à prestação de informações e à liberdade de imprensa, radiodifusão e televisão, na forma da lei; IV – suspensão da liberdade de reunião; V – busca e apreensão em domicílio; VI – intervenção nas empresas de serviços públicos; VII – requisição de bens”.
- b) Certo, porque: é medida pode ser tomada diante do Estado de Sítio (art. 139, VI, da CF).
- c) Certo, porque: é medida pode ser tomada diante do Estado de Sítio (art. 139, VII, da CF).
- d) Certo, porque: é medida pode ser tomada diante do Estado de Sítio (art. 139, IV, da CF).
- e) Certo, porque: é medida pode ser tomada diante do Estado de Sítio (art. 139, V, da CF).



#### Preste Atenção:

Não se inclui nas restrições do inciso III a difusão de pronunciamentos de parlamentares efetuados em suas Casas Legislativas, desde que liberada pela respectiva Mesa.

**262. (Delegado de Polícia – PC/MA – FGV – 2012)** A respeito da Constituição da República Federativa do Brasil, de 1988, tendo em vista a classificação das constituições, assinale a afirmativa correta.

- a) A Constituição de 1988 é exemplo de Constituição semirrígida, que possui um núcleo imutável (cláusulas pétreas) e outras normas passíveis de alteração.
- b) A Constituição de 1988 é exemplo de Constituição outorgada, pois resulta do exercício da democracia indireta, por meio de representantes eleitos.
- c) O legislador constituinte optou pela adoção de uma Constituição histórica, formada tanto por um texto escrito quanto por usos e costumes internacionais.
- d) Na Constituição de 1988, coexistem normas materialmente constitucionais e normas apenas formalmente constitucionais.
- e) A Constituição de 1988 pode ser considerada como uma Constituição fixa (ou imutável), pois o seu núcleo rígido não pode ser alterado nem mesmo por Emenda.

### GABARITO OFICIAL: D

#### JUSTIFICATIVA:

- a) Errado, porque: quanto à estabilidade, nossa Constituição é rígida. Vejamos: Imutáveis – não podem ser alteradas; Rígidas – serão alteradas dentro de um procedimento mais complexo do que o exigido para as leis infraconstitucionais; Semirrígidas – mistura entre os conceitos de constituição rígida (em determinada parte) e constituição flexível (para outras normas); Flexíveis – podem ser alteradas sem qualquer solenidade diferenciada;

- b) Errado, porque: quanto à origem, nossa Constituição é democrática. Vejamos: Outorgadas – impostas (antidemocraticamente) pelo poder dominante; *Promulgadas* – são produto de um processo democrático; Cesaristas – outorgadas e, após, submetidas a plebiscito para aprovação popular; Pactuadas – não há representação da totalidade do povo, apenas alguns setores da sociedade;
- c) Errado, porque: quanto ao modo de elaboração, nossa Constituição é dogmática. *Dogmática* – elaborada à luz de credos e dogmas; *Histórica* – aperfeiçoa-se no transcorrer do tempo em processo lento de absorção de conteúdo;
- d) CERTO, porque: é estrutura da nossa atual Constituição abrigar tais espécies diferentes de normas, exemplo – norma materialmente constitucional = art. 5º e norma formalmente constitucional = art. 242, § 2º.
- e) Errado, porque: conforme visto, a CF de 1988 é rígida, mesmo diante da existência das cláusulas pétreas, a doutrina aponta a rigidez apenas, e não a imutabilidade.



### Preste Atenção:

A classificação da Constituição Federal de 1988 é: promulgada, analítica, dogmática, rígida, escrita, formal, garantia, jurídica.

- 263. (Delegado de Polícia – PC/MA – FGV – 2012)** Sobre os efeitos decorrentes de alterações legislativas à norma impugnada em sede de ação direta de inconstitucionalidade, assinale a afirmativa correta:
- a) Caso se constate a revogação da norma impugnada na ação, a jurisprudência do STF indica a necessidade de se aditar a inicial.
  - b) Mesmo que a norma cuja constitucionalidade é questionada seja revogada, persiste interesse processual no ajuizamento da ação, sobretudo diante dos efeitos já produzidos pela norma revogada.
  - c) Qualquer alteração na lei questionada por meio da Ação Direta prejudica o seu prosseguimento.
  - d) Não terão impacto no curso processual alterações legislativas que não modifiquem o conteúdo do dispositivo impugnado ou que impliquem alteração meramente formal.
  - e) A conversão em lei de Medida Provisória questionada em Ação Direta levará sempre à perda superveniente do objeto da ação.

### GABARITO OFICIAL: D

#### JUSTIFICATIVA:

- a) Errado, porque: se a lei objeto da ADI é revogada, o STF indica que há perda do objeto da ação e, portanto, prejudicada. “(...) reiteradas decisões, no tema, têm reconhecido a ocorrência de prejudicialidade da ação direta, quando, após o seu ajuizamento, sobrevém a cessação da eficácia das normas questionadas em referido processo objetivo, como sucedeu no caso”. E, ainda, não será possível o aditamento da inicial após a requisição de informações ao órgão estatal do qual emanou a norma. “Quanto ao pedido de aditamento feito pela Confenen – no qual requereu que a ADI 3197 não fosse extinta por perda de objeto, mas houvesse a substituição do pedido de declaração de inconstitucionalidade da Lei 4.151/2003 pela Lei 5.346/2008, ora em vigor – o relator o indeferiu. Segundo o ministro Celso de Mello, também de acordo com a jurisprudência do STF, tais pedidos só podem ser acolhidos antes da requisição de informações ao órgão estatal do qual emanou o ato normativo impugnado. No caso, a requisição de informações foi determinada em 08/06/2007,

sendo certo que a autora protocolou o pedido de aditamento somente em 30/06/2011. A sequência cronológica que venho de mencionar faz incidir, na espécie (aditamento posterior à requisição), a diretriz jurisprudencial que tem prevalecido nesta Corte”, salientou o relator.” (ADI nº 3197).

- b) Errado, porque: afronta jurisprudência do STF; (vide comentários anteriores).
- c) Errado, porque: não haverá *sempre* perda do objeto, depende da análise do caso em concreto. “Medida provisória e sua conversão em lei. Conversão da medida provisória na Lei 11.658/2008, sem alteração substancial. Aditamento ao pedido inicial. Inexistência de obstáculo processual ao prosseguimento do julgamento. A lei de conversão não convalida os vícios existentes na medida provisória. Precedentes. (...) Medida cautelar deferida. Suspensão da vigência da Lei 11.658/2008, desde a sua publicação, ocorrida em 22-4-2008” (ADI nº 4.048-MC, rel. Min. Gilmar Mendes, j. 14-5-2008, Plenário, *DJe* de 22-8-2008).
- d) CERTO, porque: é expressamente declarada tal solução na jurisprudência do STF (vide anterior).
- e) Errado, porque: conforme visto anteriormente – comentários da alternativa c – tal conclusão somente poderá ser feita a partir da análise do caso concreto.



### Preste Atenção:

“A conversão da medida provisória em lei prejudica o debate jurisdicional *acerca da ‘relevância e urgência’* dessa espécie de ato normativo (ADI nº 1.721, rel. Min. Ayres Britto, j. 11-10-2006, 2ª T., *DJ* de 29-6-2007). Em sentido contrário: ADI 3.090-MC, rel. Min. Gilmar Mendes, j. 11-10-2006, Plenário, *DJ* de 26-10-2007”.

**264. (Delegado de Polícia – PC/MA – FGV – 2012)** Com relação aos limites ao exercício do Poder Constituinte, assinale a única afirmativa correta.

- a) Os limites ao Poder Reformador, como todas as exceções, interpretam-se restritivamente; daí decorre que é vedada a proposta de Emenda tendente a abolir a forma Federativa de Estado, sendo possível, por outro lado, que uma Emenda retire dos municípios o *status* de entes da federação.
- b) Não será objeto de deliberação a proposta de emenda tendente a abolir a forma federativa do Estado, o voto direto, secreto, universal e periódico, os monopólios do Estado e os direitos e garantias individuais.
- c) Além dos limites expressos na Constituição ao Poder Constituinte Reformador, podem ser identificados limites implícitos, exemplificados pelo próprio dispositivo que prevê as matérias que não podem ser objeto de Emenda.
- d) De acordo com a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, não se pode invocar a existência de direito adquirido em face do Poder Constituinte, quer do originário, quer do reformador.
- e) O Poder Constituinte Originário divide-se em Poder Constituinte Estruturante e Poder Constituinte Decorrente

### GABARITO OFICIAL: C

#### JUSTIFICATIVA:

- a) Errado, porque: a autonomia entregue aos municípios também engloba o conceito maior de Estado Federado. O Brasil, no momento em que se declarou uma Federação, descentralizou-se em entes federativos. São eles: União, Estados, Distrito Federal e Municípios – todos eles dotados de autonomia.
- b) Errado, porque: segundo prescreve o art. 60, § 4º, da CF, temos que: “Não será objeto de deliberação a proposta de emenda tendente a abolir: I – a forma federativa de Estado; II – o voto

- direto, secreto, universal e periódico; III – a *separação dos Poderes*; IV – os direitos e garantias individuais.
- c) CERTO, porque: apesar do art. 60, § 4º elencar os limites expressos, há reconhecimento, também, dos limites implícitos – que permitem a continuidade do sistema escolhido pelo Poder Constituinte Originário.
- d) Errado, porque: contra o Poder Constituinte Originário (tendo em vista suas características de ilimitado, incondicional e inicial) não há o que se falar acerca de direito adquirido; depois de sua manifestação originária, haverá, por certo, direitos entregues aos destinatários. Se houver alteração – através do Poder Constituinte Reformador, que é limitado e condicional –, deverá haver respeito aos direitos adquiridos. Não nos esqueçamos de que o direito adquirido é cláusula pétrea (art. 60, § 4º, IV, CF) e, portanto será um dos limites à reforma (ADIN nº 939-7-DF e ADIN nº 829-DF).
- e) Errado, porque: o Poder Constituinte Originário cria: o Poder Constituinte Derivado. Este, por sua vez, subdivide-se em, reformador, revisor e decorrente.



### Preste Atenção:

Segundo a doutrina e a jurisprudência, são apontadas como limitações implícitas:

- 1 – as normas concernentes ao titular do Poder Constituinte;
- 2 – as normas concernentes ao titular do Poder de Reforma;
- 3 – as normas referentes à matéria e ao processo de emenda.

**265. (Delegado de Polícia – PC/MA – FGV – 2012)** José, servidor público federal, recebia há anos gratificação de dedicação exclusiva, sem ter notícia de qualquer impugnação quanto ao respectivo pagamento. Na semana passada, José foi surpreendido com o corte do pagamento da gratificação e com a notificação, pelo órgão ao qual é vinculado, de que deveria devolver todas as quantias já recebidas a título de dedicação exclusiva. Ambas as medidas decorreram de determinação exarada em processo administrativo que tramitou no Tribunal de Contas da União (TCU).

Diante da situação narrada, assinale a afirmativa correta.

- a) O imediato corte no pagamento e a cobrança dos valores recebidos foram medidas adotadas de forma adequada, tendo em vista que o dever do TCU de fiscalizar pagamentos a servidores legitima a pronta anulação de quaisquer atos irregulares.
- b) As medidas adotadas foram viciadas, eis que não foram observados o contraditório e a ampla defesa no processo administrativo que tramitou perante o TCU, do qual resultou a anulação do ato que concedeu a gratificação a José.
- c) A determinação exarada pelo TCU foi apenas parcialmente correta, eis que apenas o imediato corte no pagamento da gratificação poderia ter sido determinado de forma válida.
- d) As medidas determinadas pelo TCU não poderiam ter sido imediatamente implementadas, pois dependeriam de prévia autorização judicial.
- e) A competência constitucional do TCU não abrange a possibilidade de determinação de quaisquer das medidas aplicadas.

### GABARITO OFICIAL: B

#### JUSTIFICATIVA:

- a) Errado, porque: contraria jurisprudência dominante.
- b) CERTO, porque: de acordo com a Súmula Vinculante nº 3, nos processos perante o Tribunal de Contas da União asseguram-se o contraditório e a ampla defesa quando da decisão puder

resultar anulação ou revogação de ato administrativo que beneficie o interessado, excetuada a apreciação da legalidade do ato de concessão inicial de aposentadoria, reforma e pensão. Em outro momento, o STF também se pronunciou: RE nº 594.296 RG/MG (rel. Min. Dias Toffoli, *DJe* 13-2-2009) “Ao Estado é facultada a revogação de atos que repute ilegalmente praticados; porém, se de tais atos já decorreram efeitos concretos, seu desfazimento deve ser precedido de regular processo administrativo”, de modo a se obedecer aos princípios do contraditório e da ampla defesa (Pleno, rel. Min. Dias Toffoli, *DJe* 13-2-2012).

- c) Errado, porque: contraria jurisprudência dominante.
- d) Errado, porque: contraria jurisprudência dominante.
- e) Errado, porque: contraria jurisprudência dominante.



### Preste Atenção:

A parte final da Súmula (“excetuada a apreciação da legalidade do ato de concessão inicial de aposentadoria, reforma e pensão”) já vem sendo relativizada. A jurisprudência do STF afirma que, se decorridos mais de cinco anos entre a data de ingresso do processo administrativo no Tribunal de Contas da União e a efetiva apreciação do registro de aposentadorias exige-se a observância do contraditório e ampla defesa.

“Ementa: (...) 1. A inércia da Corte de Contas, por mais de cinco anos, a contar da submissão do ato concessivo da pensão ao TCU, consolidou afirmativamente a expectativa da pensionista quanto ao recebimento de verba de caráter alimentar. Esse aspecto temporal diz intimamente com: a) o princípio da segurança jurídica (...); b) a lealdade (...). 2. A manifestação do órgão constitucional de controle externo há de se formalizar em tempo que não desborde das pautas elementares da razoabilidade. (...) 3. O prazo de cinco anos é de ser aplicado aos processos de contas que tenham por objeto o exame de legalidade dos atos concessivos de aposentadorias, reformas e pensões. Transcorrido ‘in albis’ o interregno quinquenal, é de se convocar os particulares para participarem do processo de seu interesse, a fim de desfrutar das garantias constitucionais do contraditório e da ampla defesa (inciso LV do art. 5º)”, MS nº 25.116 (*DJe* 10-2-2011), rel. Min. Ayres Britto – Tribunal Pleno.

**266. (Delegado de Polícia – PC/MA – FGV – 2012)** Jorge, delegado, praticou ato passível, em tese, de aplicação de penalidade de demissão. Instaurado processo administrativo disciplinar (PAD), Jorge atuou em causa própria, dispensando representação por advogado. Ao final do PAD, foi aplicada a pena de demissão. Antes de proferida a decisão administrativa, houve trânsito em julgado de sentença prolatada em processo judicial de natureza penal, referente ao mesmo ato, no qual Jorge foi absolvido por falta de provas. Jorge, então, interpôs recurso administrativo, no qual alegou:

I. que a decisão judicial, neste caso específico, deveria necessariamente repercutir sobre a decisão administrativa.

II. que houve nulidade no processo administrativo disciplinar, tendo em vista a ausência de defesa técnica, que resultou em evidente prejuízo, consistente na aplicação da pena de demissão.

Diante do caso narrado, assinale a afirmativa correta.

- a) A demissão deve ser anulada, tendo em vista que os dois argumentos alegados por Jorge estão corretos.

- b) A demissão deve ser anulada, mas só é possível o acolhimento do argumento referente à repercussão da esfera penal na esfera administrativa nos casos de absolvição.
- c) A demissão deve ser anulada, mas só é possível o acolhimento do argumento de vício no PAD, pois a defesa técnica é direito indisponível da parte, de modo que nem mesmo a dispensa de representação feita por Jorge permite a superação do vício.
- d) A demissão não deve ser anulada, pois, no caso narrado, não há repercussão da esfera penal na esfera administrativa, e a falta de defesa técnica por advogado no PAD não ofende a Constituição.
- e) A demissão não deve ser anulada, eis que qualquer decisão proferida na esfera penal jamais teria o condão de repercutir na esfera administrativa, tendo em vista a absoluta independência entre ambas, conforme entendimento consolidado em súmula vinculante do Supremo Tribunal Federal.

**GABARITO OFICIAL: D****JUSTIFICATIVA:**

- a) Errado, porque: não obedece aos parâmetros judiciais.
- b) Errado, porque: não haverá repercussão na esfera penal.
- c) Errado, porque: não obedece aos parâmetros judiciais.
- d) CERTO, porque: o ato ilícito praticado pode ter repercussão nas três esferas de responsabilidade (cível, penal e administrativa). Todas são independentes e a decisão de uma, via de regra, não afetará as demais. A exceção estará em algumas sentenças absolutórias na esfera penal. Haverá repercussão na esfera cível e administrativa quando a sentença penal decretar a falta da materialidade do crime ou a negativa de autoria, isto é, o ato ilícito não aconteceu ou, se aconteceu, não foi o réu o seu autor. Diante dessas duas espécies de sentenças penais teremos o conseqüente arquivamento das demais. Não é o que encontramos na questão. A sentença absolutória por falta de provas *não* impede a continuidade nas demais. E o STF editou a Súmula Vinculante nº 5 afirmando que a falta de defesa técnica por advogado no processo administrativo disciplinar não ofende a Constituição.
- e) Errado, porque: não obedece aos parâmetros judiciais.

**Preste Atenção:**

O STF afirma que o direito a defesa é mais amplo do que a simples presença ou ausência de advogado. Ela estará efetivamente presente quando for devidamente garantido o direito a) à informação, b) à manifestação e c) à consideração dos argumentos manifestados (RE nº 434.059 – STF). Trata-se de um conceito que ultrapassa questões de forma.

**267. (Delegado de Polícia – PC/MA – FGV – 2012)** O estado “X” deseja desapropriar, por utilidade pública, um imóvel pertencente a particular, razão pela qual edita decreto declaratório de utilidade pública de determinada área.

Diante do caso narrado, e tendo em vista as disposições do Decreto Lei n. 3.365/41, assinale a afirmativa correta.

- a) Após a declaração de utilidade pública, caso o Estado não efetive a desapropriação em até dois anos contados da data da expedição do respectivo decreto, este caducará.
- b) As autoridades administrativas, declarada a utilidade pública, podem penetrar nos prédios compreendidos na declaração, desde que possuam prévia autorização judicial.

- c) Os proprietários de imóveis contíguos prejudicados extraordinariamente em sua destinação econômica deverão reclamar perdas e danos do proprietário do imóvel expropriado, pelo fato de este ter recebido integralmente o pagamento do preço.
- d) O proprietário do imóvel poderá discutir em juízo se estão presentes ou não os casos de utilidade pública, hipótese em que, procedentes os pedidos do autor, este poderá reivindicar o imóvel mesmo após incorporado à Fazenda Pública, e obter indenização por perdas e danos.
- e) A desapropriação poderá abranger as zonas que se valorizaram extraordinariamente em consequência da realização do serviço, as quais deverão estar compreendidas na declaração de utilidade pública.

### GABARITO OFICIAL: E

#### JUSTIFICATIVA:

- a) Errado, porque: segundo a Lei nº 3.365/1941, art. 10, a desapropriação deverá efetivar-se mediante acordo ou intentar-se judicialmente, dentro de cinco anos, contados da data da expedição do respectivo decreto e findos os quais este caducará.
- b) Errado, porque: segundo a Lei nº 3.365/1941, art. 7º, declarada a utilidade pública, ficam as autoridades administrativas autorizadas a penetrar nos prédios compreendidos na declaração, podendo recorrer, em caso de oposição, ao auxílio de força policial. Àquele que for molestado por excesso ou abuso de poder, cabe indenização por perdas e danos, sem prejuízo da ação penal.
- c) Errado, porque: na mesma lei, art. 37, aquele cujo bem for prejudicado extraordinariamente em sua destinação econômica pela desapropriação de áreas contíguas terá direito a reclamar perdas e danos do expropriante.
- d) Errado, porque: segundo o art. 35, os bens expropriados, uma vez incorporados à Fazenda Pública, não podem ser objeto de reivindicação, ainda que fundada em nulidade do processo de desapropriação. Qualquer ação, julgada procedente, resolver-se-á em perdas e danos.
- e) CERTO, porque: é o disposto no art. 4º da Lei nº 3.365/1941.



#### Preste Atenção:

Poderá haver desapropriação por: *necessidade pública* – tem por principal característica uma situação de urgência, cuja melhor solução será a transferência de bens particulares para o domínio do Poder Público. O prazo de caducidade também é de cinco anos. *Utilidade pública* – se traduz na transferência conveniente da propriedade privada para a Administração; não há o caráter imprescindível nessa transferência, pois é apenas oportuna e vantajosa para o interesse coletivo. O Decreto-Lei nº 3.365/1941 prevê no art. 5º a hipótese utilidade pública. *Interesse social* – segundo Hely Lopes Meirelles (*Direito administrativo brasileiro*. 32. ed. São Paulo: Malheiros, 2006, p. 607-608) “o interesse social ocorre quando as circunstâncias impõem a distribuição ou o condicionamento da propriedade para seu melhor aproveitamento, utilização ou produtividade em benefício da coletividade ou de categorias sociais merecedoras de amparo específico do Poder Público”. Aqui, o prazo de caducidade é de dois anos.

**268. (Delegado de Polícia – PC/MA – FGV – 2012)** A respeito da autoexecutoriedade dos atos da Administração Pública, analise as afirmativas a seguir.

- I. É vedada a autoexecutoriedade dos atos administrativos que imponham ao particular a obrigação de pagar dinheiro, devendo a Administração valer-se da via judicial para a cobrança.

II. A remoção de construções de áreas de risco iminente de desabamento somente pode ser feita após autorização judicial.

III. Admite-se, excepcionalmente, que a Administração execute seus atos, assegurando o exercício do contraditório e da ampla defesa apenas posteriormente.

Assinale:

- a) se somente as afirmativas I e II estiverem corretas.
- b) se somente as afirmativas I e III estiverem corretas.
- c) se somente as afirmativas II e III estiverem corretas.
- d) se somente a afirmativa II estiver correta.
- e) se somente a afirmativa III estiver correta.

### GABARITO OFICIAL: B

#### JUSTIFICATIVA:

I) Certo, porque: autoexecutoriedade: é um dos atributos da Administração Pública que lhe autoriza a exigir o cumprimento de suas decisões sem a necessidade de intervenção do Poder Judiciário. Devido ao tamanho do poder, tal atributo não estará presente em qualquer ato administrativo, sendo necessária a menção autorizadora ou em situações emergenciais, nas quais são necessárias ações imediatas. Em alguns casos o ato administrativo não conta com este atributo, o que obriga a Administração a socorrer-se do Judiciário. Cite-se, como exemplo, a cobrança de multa ou a desapropriação.

II) Errado, porque: em situações emergenciais a administração pública tem o dever/poder de atuar imediatamente, sem necessidade de autorização judicial.

III) Certo, porque: o STJ declarou que “deve a Administração Pública conferir ao administrado, sempre que possível, o direito à ampla defesa e ao contraditório, mormente quando o ato a ser praticado repercute negativamente na sua esfera jurídica, sob pena de violação aos mandamentos constitucionais, principalmente os dispostos nos incisos LIV e LV do art. 5º da nossa Carta Magna. Apenas em casos de comprovado risco iminente à *integridade física de pessoas, aos bens públicos ou ao meio ambiente*, é que se permite que o Poder Público adiante, cautelarmente, a eficácia da medida administrativa”. (STJ – DJe – Edição nº 1043 – Brasília, disponibilização: 7-5-2012, publicação 8-5-2012.).



#### Preste Atenção:

São atributos dos atos administrativos: 1) presunção de legitimidade (ou, para alguns autores, desmembrando-se em dois: legalidade e veracidade); 2) imperatividade; 3) tipicidade; 4) autoexecutoriedade.

**269. (Delegado de Polícia – PC/MA – FGV – 2012)** O Estado do Maranhão resolveu realizar a concessão de serviço público para a operação de uma rodovia estadual.

Considerando a situação fática apresentada, assinale a afirmativa correta.

- a) A concessão de serviço público, tal como no caso, deve ser realizada mediante licitação, em modalidade a ser definida conforme o valor da obra necessária.
- b) O critério de julgamento previsto no edital de concessão de serviço público somente poderá ser o da menor tarifa pelo serviço prestado.
- c) As responsabilidades penal e administrativa dos agentes operadores da concessionária são subjetivas, já a civil, quanto ao serviço da concessionária, será objetiva.
- d) A outorga do contrato de concessão de serviço público, deve ser sempre precedida de autorização legislativa, ao licitante vencedor.

- e) A concessão poderá ser transferida a terceiros, direito que assiste ao concessionário e que não necessita de anuência por parte do poder concedente.

### GABARITO OFICIAL: C

#### JUSTIFICATIVA:

- a) Errado, porque: toda concessão de serviço público, precedida ou não da execução de obra pública, será objeto de prévia licitação, nos termos da legislação própria, contudo, os critérios de julgamento não estarão vinculados no valor da obra (arts. 14 e 15 da Lei nº 8.987/1995).
- b) Errado, porque: o art. 15 da Lei nº 8.987/1995 elenca quais serão os critérios de julgamentos possíveis, dentre as opções vemos o da menor tarifa, mas não é o único.
- c) CERTO, porque: é o disposto no art. 37, § 6º, da CF e é posição jurisprudencial pacífica.
- d) Errado, porque: não há previsão legal.
- e) Errado, porque: segundo a Lei nº 8.987/1995, art. 27, A transferência de concessão ou do controle societário da concessionária sem prévia anuência do poder concedente implicará a caducidade da concessão.



#### Preste Atenção:

São modalidades de extinção da concessão: I – advento do termo contratual; II – encampação; III – caducidade; IV – rescisão; V – anulação; e VI – falência ou extinção da empresa concessionária e falecimento ou incapacidade do titular, no caso de empresa individual.

- 270. (Delegado de Polícia – PC/MA – FGV – 2012)** Ana da Silva, servidora estadual, formula junto à Administração pleito para obter autorização para a venda de empadinhas na repartição em que trabalha, durante o horário de almoço e sem prejuízo do desempenho de suas atribuições. A Administração não responde ao seu requerimento.

Considerando que a legislação daquele estado nada menciona quanto ao silêncio da Administração, assinale a afirmativa correta.

- a) O silêncio administrativo viola o direito de petição, a todos assegurado pelo artigo 5º, XXIV, “a”, da Constituição, e produz como efeito jurídico, via de regra, a autorização tácita para a prática de atos.
- b) Apenas nas hipóteses em que a lei expressamente atribuir efeitos *positivos* ao silêncio da Administração, após o decurso de determinado prazo, será possível extrair a concordância do Poder Público.
- c) A jurisprudência do Supremo Tribunal Federal de longa data considera inconstitucional a aprovação tácita de pleitos de particulares por meio do silêncio da autoridade administrativa.
- d) O silêncio administrativo somente deixa de produzir efeitos de aprovação tácita nas hipóteses em que houver ônus para a Administração, como nos casos de utilização privativa de bem público ou parcelamento de débitos, não em relação aos atos de pura autorização para a prática de atos.
- e) Com a ausência de manifestação por parte da Administração, presume-se a sua aceitação, tendo o Poder Público o prazo de cinco anos para rever seu ato, proferindo negativa expressa, sob pena de decair do seu direito.

### GABARITO OFICIAL: B

#### JUSTIFICATIVA:

- a) Errado, porque: não respeita posição doutrinária dominante.

- b) CERTO, porque: a questão aborda tema quase que exclusivamente doutrinário. Não há decisões que possam formar uma jurisprudência dominante sobre o assunto. O silêncio administrativo não importará em concordância, somente diante de expressa menção legal. Maria Sylvia Zanella de Pietro (*Direito administrativo*. 10. ed. São Paulo: Atlas, 1998. p. 173), aponta que "(...) o silêncio pode significar forma de manifestação da vontade, quando a lei assim o prevê; normalmente ocorre quando a lei fixa um prazo, findo o qual o silêncio da Administração significa concordância ou discordância". No exemplo tratado na questão, auferindo que no Brasil vigora a Jurisdição Única, em que nenhuma ameaça ou lesão a direito pode ser afastada do Poder Judiciário, o administrado terá como última opção socorrer-se do Judiciário.
- c) Errado, porque: não há posição jurisprudencial dominante acerca do assunto.
- d) Errado, porque: não respeita posição doutrinária dominante.
- e) Errado, porque: não respeita posição doutrinária dominante.



### Preste Atenção:

Segundo a Súm. nº 429 do STF, a existência de recurso administrativo com efeito suspensivo não impede o uso do mandado de segurança contra omissão da autoridade. Vemos aqui a possibilidade de impetrar mandado de segurança somente porque estamos diante de uma omissão – não caberia mandando de segurança contra ato comissivo pendente de recurso administrativo.

- 271. (Delegado de Polícia – PC/MA – FGV – 2012)** A respeito dos contratos administrativos, tendo em vista as disposições da Lei nº 8.666/93, assinale a afirmativa correta.
- a) Os contratos administrativos podem ser alterados unilateralmente pela Administração Pública em casos específicos, situações em que esta deverá restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro inicial, caso haja aumento dos encargos do contratado.
- b) Nos contratos administrativos, fica facultado à Administração inserir cláusula de reconhecimento dos direitos da Administração, em caso de rescisão administrativa decorrente de inexecução total ou parcial do contrato.
- c) O instrumento de contrato, em regra, é obrigatório apenas nos casos de concorrência, bem como nas dispensas e inexigibilidades cujos preços estejam compreendidos no limite desta modalidade de licitação.
- d) A Administração poderá, pela inexecução total ou parcial do contrato, aplicar as sanções de advertência, multa, suspensão temporária ou declaração de inidoneidade, independentemente de prévia oitiva da parte contratada.
- e) Os contratos relativos a direitos reais sobre imóveis deverão ser lavrados nas repartições interessadas, as quais deverão manter arquivo cronológico dos seus autógrafos e registro sistemático do seu extrato.

### GABARITO OFICIAL: A

#### JUSTIFICATIVA:

- a) CERTO, porque: é o disposto no art. 58, § 2º, da Lei nº 8.666/1993.
- b) Errado, porque: segundo a Lei nº 8.666/1993, em seu art. 55, “são cláusulas necessárias em todo contrato as que estabeleçam: (...) IX – o reconhecimento dos direitos da Administração, em caso de rescisão administrativa prevista no art. 77 desta Lei;”; “Art. 77. A inexecução total ou parcial do contrato enseja a sua rescisão, com as consequências contratuais e as previstas em lei ou regulamento”.
- c) Errado, porque: o art. 62 da lei citada alerta que o instrumento de contrato é obrigatório nos casos de concorrência e de tomada de preços, bem como nas dispensas e inexigibilidades cujos

preços estejam compreendidos nos limites destas duas modalidades de licitação, e facultativo nos demais em que a Administração puder substituí-lo por outros instrumentos hábeis, tais como carta-contrato, nota de empenho de despesa, autorização de compra ou ordem de execução de serviço.

- d) Errado, porque: o erro da questão está na expressão “independentemente de prévia oitiva da parte”. Tal fato é imprescindível para aplicação de qualquer das penalidades impostas (art. 87 da Lei nº 8.666/1993). No mais, a questão não merece reparo.
- e) Errado, porque: segundo o art. 60 da lei, *os contratos e seus aditamentos* serão lavrados nas repartições interessadas, as quais manterão arquivo cronológico dos seus autógrafos e registro sistemático do seu extrato, salvo os relativos a *direitos reais sobre imóveis*, que se formalizam por instrumento lavrado em cartório de notas, de tudo juntando-se cópia no processo que lhe deu origem.



### Preste Atenção:

Apesar de existir a possibilidade de a Administração Pública proceder à alteração contratual (de forma unilateral portanto), não serão em todas as cláusulas que tal prerrogativa existirá. Segundo o art. 58, § 1º, da Lei nº 8.666/1993, as cláusulas econômico-financeiras e monetárias dos contratos administrativos não poderão ser alteradas sem prévia concordância do contratado.

**272. (Delegado de Polícia – PC/MA – FGV – 2012)** João recebeu a notícia de que havia sido aprovado na 12ª colocação no concurso para Delegado de Polícia e, agora, somente aguarda ser chamado para começar a exercer a tão sonhada profissão. O Edital previra a existência das atuais 10 vagas, além da formação de cadastro de reserva com outros 10 candidatos aprovados.

Considerando a situação anterior e o atual entendimento sobre o tema, assinale a afirmativa correta.

- a) Mesmo que João já tenha sido nomeado, ele não tem direito subjetivo a tomar posse no cargo de Delegado de Polícia, vez que foi aprovado em 12º para um concurso que somente previra 10 vagas.
- b) João tem direito subjetivo à nomeação e à posse, vez que aprovado no concurso dentro do número previsto para o cadastro de reserva, o que demonstra a necessidade do Estado no preenchimento do cargo.
- c) Se houver a desistência de dois candidatos aprovados em melhor colocação que João, terá ele direito subjetivo à nomeação e à posse, vez que o edital ao estabelecer o número de vagas vincula o Estado.
- d) Mesmo os candidatos aprovados até a 10ª colocação não têm direito a nomeação e posse, pois a aprovação em concurso público gera mera expectativa de direito, ficando a convocação sujeita a discricionariedade do Administrador Público.
- e) Mesmo que o 13º colocado seja nomeado e empossado, João não terá direito subjetivo à nomeação e à posse, vez que não foi aprovado dentro do número de vagas no concurso.

### GABARITO OFICIAL: C

#### JUSTIFICATIVA:

- a) Errado, porque: João não tinha direito subjetivo em relação à nomeação, mas, após a sua decretação, João deverá tomar posse.
- b) Errado, porque: não coaduna com decisão do STF.

- c) CERTO, porque: segundo decisão do STF, o direito subjetivo à nomeação surgirá quando presentes as seguintes condições: previsão em edital de número específico de vagas a serem preenchidas pelos candidatos aprovados no concurso; realização do certame conforme as regras do edital; homologação do concurso; e proclamação dos aprovados dentro do número de vagas previsto no edital em ordem de classificação por ato inequívoco e público da autoridade administrativa competente. Inferindo, por consequência, como “um limite à discricionariedade do poder público quanto à realização e gestão dos concursos públicos. Respeitada a ordem de classificação, a discricionariedade da administração se resume ao momento da nomeação nos limites do prazo de validade do concurso” (Notícias STF – 10-8-2011).
- d) Errado, porque: não coaduna com decisão do STF.
- e) Errado, porque: o 13º colocado somente poderia ser nomeado após João – tendo em vista a obrigatoriedade no cumprimento da ordem classificatória.

**Preste Atenção:**

Diante da omissão/negativa da nomeação, o interessado terá 120 dias para impetrar mandado de segurança a contar do fim do prazo de validade do concurso.

- 273. (Delegado de Polícia – PC/MA – FGV – 2012)** Tendo em vista a disciplina da Lei n. 8.987/95 sobre os modos de extinção de concessões de serviços públicos, assinale a afirmativa correta.
- a) A concessão pode ser extinta pela caducidade, que ocorre com o advento do termo final do contrato.
- b) A concessão pode ser extinta pela encampação, que ocorre quando a concessionária não atender a intimação do poder concedente no sentido de regularizar a prestação do serviço, e independe de prévio pagamento de indenização.
- c) Na rescisão, o contrato pode ser extinto por iniciativa do concessionário em caso de descumprimento de normas contratuais pelo poder concedente, mediante notificação administrativa para que sejam sanadas as irregularidades.
- d) A encampação consiste na retomada do serviço pelo poder concedente, durante o prazo de concessão, por motivo de interesse público, após prévio pagamento de indenização, independentemente de autorização legislativa.
- e) A caducidade da concessão pode ser declarada quando a concessionária não cumprir tempestivamente as penalidades impostas por infrações.

**GABARITO OFICIAL: E****JUSTIFICATIVA:**

- a) Errado, porque: a alternativa traz o conceito de “advento do termo contratual” (art. 35, I, da Lei nº 8.987/1995).
- b) Errado, porque: encampação é a retomada do serviço pelo poder concedente durante o prazo da concessão, por motivo de interesse público, mediante lei autorizativa específica e após prévio pagamento da indenização (art. 37 da Lei nº 8.987/1995).
- c) Errado, porque: segundo o art. 39 da Lei nº 8.987/1995, “O contrato de concessão poderá ser rescindido por iniciativa da concessionária, no caso de descumprimento das normas contratuais pelo poder concedente, mediante ação judicial especialmente intentada para esse fim. Parágrafo único. Na hipótese prevista no *caput* deste artigo, os serviços prestados pela concessionária não poderão ser interrompidos ou paralisados, até a decisão judicial transitada em julgado.

- d) Errado, porque: a encampação necessita de autorização legislativa.  
e) CERTO, porque: é o disposto no art. 38, § 1º, V, da Lei nº 8.987/1995.

**Preste Atenção:**

As formas de extinção da concessão são: advento do termo contratual; encampação; caducidade; rescisão; anulação; e falência ou extinção da empresa concessionária e falecimento ou incapacidade do titular, no caso de empresa individual.

# DIREITO PENAL

## Sobre o Autor

### **Claudio Henrique de Assis Lopes**

Palestrante e Especialista em Direito Penal pela Uni-FMU.  
Professor de Cursos Preparatórios para Concursos Públicos.  
Delegado de Polícia do Estado de São Paulo.



1. (Delegado de Polícia Civil – PC/AC – IBADE – 2017) Acerca dos crimes contra a honra, é correto afirmar que:
- a) apenas a calúnia, considerados todos os crimes contra a honra, pode ter a pessoa morta como sujeito passivo do delito, hipótese em que o bem jurídico atingido será a honra objetiva ou externa do morto.
  - b) não comete crime de calúnia quem com intenção de ampliar a lesão à honra do ofendido, propala ou divulga a imputação prévia feita por outrem, sabendo da falsidade da imputação, hipótese capaz de gerar apenas responsabilidade civil.
  - c) xingar um homem casado de “cornô” ou “cornudo” é uma hipótese de injúria reflexa, dando azo ao concurso formal de crimes.
  - d) o crime de calúnia pressupõe a falsidade da imputação, cuja ciência deve integrar o dolo do agente, de modo que somente se admitirá dolo direto no referido delito.
  - e) escarnecer de alguém por motivo de crença e de forma privada caracteriza crime de ultraje a culto, que prevalecerá sobre o crime de injúria.

**GABARITO OFICIAL: C****JUSTIFICATIVA:**

- a) Errado, porque: embora a calúnia seja o único crime contra a honra que pode ser praticado contra os mortos (art. 138, § 2º, do CP), ao contrário do que consta na alternativa, a vítima desse delito não é a pessoa morta, mas, sim, seu cônjuge ou seus parentes, tutelando-se a honra e a memória do morto. Vale lembrar que crimes contra a honra estão inseridos no Título I do Código Penal, que prevê os crimes contra as pessoas, e morto não ostenta esse *status*.
- b) Errado, porque: nos termos do art. 138, § 1º, do CP, nas mesmas penas do crime de calúnia, incorre quem, sabendo falsa a imputação, a propala ou divulga.
- c) CERTO, porque: injúria reflexa é aquela que atinge não só a pessoa ofendida diretamente, mas também uma terceira pessoa em ricochete, como no caso do enunciado, em que o ofendido não é somente o homem casado chamado de “cornô”, mas também sua esposa. Nesse caso, o ofensor comete dois crimes de injúria mediante uma única conduta, restando caracterizada, assim, a hipótese de concurso formal de crimes, descrito no art. 70 do CP.
- d) Errado, porque: ao contrário do que consta no enunciado, o crime de calúnia admite tanto o dolo direto quanto o dolo eventual.
- e) Errado, porque: nos termos do art. 208 do CP, o crime de ultraje a culto somente se caracteriza quando o agente escarnecer de alguém publicamente, por motivo de crença. Se o escárnio se der de forma privada, conforme descrito no enunciado, restará configurado crime contra a honra.

**Preste Atenção:**

Enquanto a injúria reflexa é aquela em que o agente atinge não só a pessoa ofendida diretamente, mas também uma terceira pessoa em ricochete, a injúria oblíqua é aquela em que o agente ofende uma pessoa ligada à vítima, por quem ela nutre apreço.

2. (Delegado de Polícia Civil – PC/AC – IBADE – 2017) Assinale a alternativa que corretamente apresenta uma hipótese de estupro, na forma consumada ou tentada (art. 213 do CP).
- a) Aproveitar-se do pouco espaço para locomoção em um coletivo lotado para beliscar as nádegas de uma mulher, que, desconhecendo a autoria do fato, fica impedida de agir contra o autor.

- b) Valer-se de violência contra pessoa portadora de deficiência mental, possuidora de discernimento para o exercício da sexualidade, para com ela praticar ato libidinoso diverso da conjunção carnal.
- c) Propor a um adolescente de quinze anos, por aplicativo de mensagens instantâneas, um encontro sexual para a prática de coito anal, sendo a proposta prontamente refutada pelo adolescente.
- d) Manter relações sexuais, mediante remuneração, com adolescente de quatorze anos completos, o qual esteja submetido à prostituição.
- e) Manipular, sob a roupa, a genitália de pessoa completamente bêbada, que esteja desacordada em virtude da severa ingestão de álcool.

### GABARITO OFICIAL: B

#### JUSTIFICATIVA:

- a) Errado, porque: a conduta consistente em beliscar as nádegas de uma mulher não é apta a configurar o crime de estupro, o qual exige uma contemplação lasciva por meio de atos libidinosos. O fato descrito no enunciado configura contravenção penal de importunação ofensiva ao pudor, descrita no art. 61 da Lei das Contravenções Penais (Dec.-lei nº 3.688/1941).
- b) CERTO, porque: embora se trate de vítima portadora de deficiência mental, era possuidora de discernimento para o exercício da sexualidade, o que afasta a incidência do crime de estupro de vulnerável. Considerando que houve emprego de violência para prática do ato libidinoso, resta configurado o crime de estupro descrito no art. 213 do CP.
- c) Errado, porque: a conduta de simplesmente propor a uma adolescente um encontro sexual não apresenta uma hipótese de estupro, por não ter havido início de nenhum ato de execução.
- d) Errado, porque: aquele que mantém relações sexuais, mediante remuneração, com adolescente de quatorze anos, submetido à prostituição, não comete crime de estupro, mas, sim, crime de favorecimento da prostituição ou de outra forma de exploração sexual de criança ou adolescente ou de vulnerável, nos termos do art. 218-B, § 2º, I, do CP.
- e) Errado, porque: tratando-se de vítima completamente bêbada e desacordada, acaba não podendo oferecer resistência, restando evidenciado, assim, crime de estupro de vulnerável, descrito no art. 217-A do CP.



#### Preste Atenção:

Com o advento da Lei nº 12.015/2009, ficaram unificadas as figuras típicas do estupro e do atentado violento ao pudor, nascendo assim um tipo penal de ação múltipla. Dessa forma, a prática de conjunção carnal e outro ato libidinoso, num mesmo contexto fático e contra a mesma vítima, caracteriza crime único. (1ª T. – STF – HC nº 106.454/SP – rel. Min. Rosa Weber – j. 16-4-2013).

3. (Delegado de Polícia Civil – PC/AC – IBADE – 2017) “O suicídio é um crime (assassinio) [...]. Aniquilar o sujeito da moralidade na própria pessoa é erradicar a existência da moralidade mesma do mundo, o máximo possível, ainda que a moralidade seja um fim em si mesma. Consequentemente, dispor de si mesmo como um mero meio para algum fim discricionário é rebaixar a humanidade na própria pessoa (*homo noumenon*), à qual o ser humano (*homo phaenomenon*) foi, todavia, confiado para preservação” (KANT, Immanuel, *A Metafísica dos Costumes*).

A extinção da própria vida já foi objeto de sancionamento penal em diversos países. Esclarece Galdino Siqueira (Tratado, tomo III, p. 68) que o direito romano punia com confisco de bens o ato de suicidar-se para fugir a uma acusação ou à pena por outro

delito. A mesma pena foi aplicada em França. O confisco – segundo o autor – persistia na Inglaterra no início do século XX, desde que o suicídio não fosse efeito de uma desordem mental provada. Tendo por base o confisco de bens outrora pertencentes ao suicida – que tem herdeiros – como forma de punição penal, é correto afirmar que responsabilização de terceiros pela conduta de alguém viola o princípio penal, denominado:

- a) individualização judicial da pena.
- b) taxatividade.
- c) intranscendência.
- d) ofensividade.
- e) inderrogabilidade.

### GABARITO OFICIAL: C

#### JUSTIFICATIVA:

- a) Errado, porque: o princípio constitucional da individualização da pena, previsto no art. 5º, XLVI, da CF é o que garante aos indivíduos a aplicação da pena de forma individualizada, levando-se em conta peculiaridades do caso concreto. A aplicação de tal princípio se dá mediante três fases: a legislativa, a da individualização judiciária e a da execução da pena.
- b) Errado, porque: o princípio da taxatividade, corolário lógico do princípio da legalidade (art. 5º, XXXIX, da CF), é aquele que exige a edição de leis penais, que tragam em seu bojo condutas claras e precisas, para que cumpram sua função pedagógica, permitindo a todos a compreensão dos tipos penais. Esse princípio refuta tipos penais abertos.
- c) CERTO, porque: o princípio da intranscendência da pena, também denominado princípio da pessoalidade ou da personalidade da pena, previsto no art. 5º, XLV, da CF, preconiza que somente o condenado é quem pode responder por seus atos, de forma que a pena não pode passar de sua pessoa. Esse princípio é que embasa a extinção da punibilidade pela morte do agente, descrita no art. 107, I, do CP.
- d) Errado, porque: o princípio da ofensividade ou lesividade defende que a imposição de pena somente se justifica quando a conduta praticada pelo agente expuser um bem jurídico tutelado a perigo de lesão. Apregoa, ainda, que condutas lesivas que não ultrapassem a esfera individual da pessoa não são suscetíveis de sanção, como a autolesão (princípio da alteridade ou transcendentalidade).
- e) Errado, porque: O princípio da inderrogabilidade, também conhecido como princípio da inevitabilidade da pena, defende que uma vez imposta a sanção penal, ela deve ser fielmente cumprida.



#### Preste Atenção:

Outro princípio que também vem sendo difundido e cobrado em concursos é o da fragmentariedade, o qual apregoa que o direito penal deve ser fragmentário, ou seja, deve se preocupar em criminalizar apenas um pequeno número (fragmento) de condutas, entre tantas existentes. Esse princípio é complementado pelo da intervenção mínima, que defende a imposição do direito penal somente quando absolutamente necessário.

4. (Delegado de Polícia Civil – PC/AC – IBADE – 2017) Setembrino, oficial de Justiça, recebe ligação de um amigo, o qual solicita a protelação do cumprimento de certa decisão judicial. A fim de atender ao pedido do amigo, o funcionário público retarda o ato de ofício. Nesse contexto, é correto dizer que Setembrino cometeu:
- a) mero ato de improbidade administrativa.

- b) desobediência.
- c) corrupção passiva majorada.
- d) corrupção passiva privilegiada.
- e) prevaricação.

**GABARITO OFICIAL: D****JUSTIFICATIVA:**

- a) Errado, porque: a conduta descrita no enunciado também configura crime, e não mero ato de improbidade administrativa, devendo ser responsabilizado nas duas esferas.
- b) Errado, porque: nos termos do art. 330 do CP, desobediência consiste na conduta do agente que desobedecer à ordem legal de funcionário público.
- c) Errado, porque: nos termos do art. 317, § 1º, do CP, corrupção passiva majorada se configura quando o agente, em consequência da vantagem ou promessa, retarda ou deixa de praticar ato de ofício ou o pratica infringindo dever funcional. Nesse caso, a pena é aumentada de um terço.
- d) CERTO, porque: nos termos do art. 317, § 2º, do CP, comete corrupção passiva aquele que deixa de praticar ou retarda ato de ofício, com infração de dever funcional, cedendo a pedido de outrem. Essa espécie é doutrinariamente chamada de “corrupção passiva privilegiada”, pois, ao contrário do que ocorre no caso do art. 317, *caput*, não há recebimento de vantagem indevida, o que torna a conduta menos gravosa.
- e) Errado, porque: nos termos do art. 319 do CP, a prevaricação se configura quando o agente retarda ou deixar de praticar, indevidamente, ato de ofício, ou o pratica contra disposição expressa da lei, para satisfazer interesse ou sentimento pessoal.

**Preste Atenção:**

A diferença entre os crimes de corrupção passiva privilegiada e prevaricação reside no elemento subjetivo específico, pois, enquanto na prevaricação o agente busca satisfazer um interesse pessoal (relação direta entre o funcionário público e o destinatário do ato), na corrupção passiva privilegiada exige-se a presença de um terceiro para influir no ato do funcionário público.

5. (Delegado de Polícia Civil – PC/AC – IBADE – 2017) Assinale a alternativa que contempla uma hipótese de violação de domicílio.
- a) Pafúncio e Marocas, casados, em virtude de um desentendimento, resolvem se separar, após o que, conforme acordado entre ambos, Pafúncio deixa o lar conjugal para morar em outra casa. Semanas depois, embora já proposta a ação de divórcio, Pafúncio retorna ao imóvel e ali se instala sem a ciência de Marocas, que naquele momento viajava com o novo namorado.
  - b) Clarabela, ao passear pelas ruas internas de um condomínio de casas, no qual entrou regularmente, percebe um canteiro de rosas no jardim de um dos imóveis. Como o jardim não é murado, delimitado por cercas ou possui qualquer outro obstáculo ao livre acesso de pessoas, Clarabela nele ingressa, de lá colhendo uma muda de flor para levar consigo.
  - c) Jeremias, após o trabalho, por volta das 18h, notando que não chegará a tempo para ver o jogo televisionado de seu time de coração, entra no saguão de um hotel, misturando-se a hóspedes e funcionários, pois ali há um telão transmitindo a partida.
  - d) Ferdinando, fotógrafo, é contratado para trabalhar em um evento privado. No dia agendado, erra o endereço e ingressa – de forma não autorizada – no aniversário de Violeta. Instado pelos seguranças a deixar o local, ainda desconhecendo seu equívoco, Ferdinando se recusa a sair, o que só acontece com a chegada da polícia militar.

e) Acácio, andarilho, entra em um apartamento de propriedade de Nestor, o qual se encontra vazio e destinado à locação. Embora sua intenção inicial fosse apenas pernoitar no imóvel, Acácio decide fazer do local sua nova moradia.

### GABARITO OFICIAL: A

#### JUSTIFICATIVA:

- a) CERTO, porque: o enunciado deixou claro que, no ato da separação, restou acordado entre as partes que Pafúncio deixaria o lar conjugal, tendo havido, inclusive, propositura da respectiva ação de divórcio. Nesse caso, Pafúncio deixa de ter ali seu domicílio e sua entrada no imóvel enquanto Marocas viajava, conduta que constitui crime.
- b) Errado, porque: o enunciado narra que Clarabela teve acesso ao condomínio regularmente e que o jardim permitia o livre acesso de pessoas, tratando-se, portanto, de local aberto, o qual não se compreende na expressão “casa”, conforme art. 150, § 5º, I, do CP.
- c) Errado, porque: o enunciado narra que Jeremias entrou num saguão de hotel, o que não configura crime, vez que hospedarias, estalagens ou habitações coletivas não se compreendem na expressão “casa”, conforme art. 150, § 5º, I, do CP.
- d) Errado, porque: o enunciado narra que, embora Ferdinando tenha ingressado de forma não autorizada no aniversário de Violeta, ele agiu culposamente, o que afasta a incidência do crime de violação de domicílio, o qual não admite modalidade culposa.
- e) Errado, porque: o bem jurídico tutelado no crime de violação de domicílio é a tranquilidade doméstica. Ou seja, tratando-se de imóvel vazio, não há que se falar em crime em razão da manifesta impossibilidade de agressão ao bem jurídico. Nesse caso, restaria configurado o crime de esbulho possessório, previsto no art. 161, § 1º, II, do CP.



#### Preste Atenção:

O crime não se verifica nas hipóteses de casa vazia e desabitada em definitivo, por tempo indeterminado. Tratando-se de ausência momentânea dos moradores, por exemplo, no caso de uma viagem, a violação configura crime.

6. (Delegado de Polícia Civil – PC/AC – IBADE – 2017) Sobre o crime de extorsão mediante sequestro, é correto afirmar que:
- a) a consumação do crime do art. 159 do CP se opera com a exigência de uma vantagem como condição ou preço do resgate, o que faz com que o delito seja doutrinariamente classificado como crime formal.
  - b) o crime é hediondo mesmo em sua forma simples, dispensando a verificação de resultados morte ou lesão corporal de natureza grave para a incidência da Lei nº 8.072, de 1990.
  - c) o concurso de pessoas é uma das circunstâncias qualificadoras concernentes ao crime de extorsão mediante sequestro, nos mesmos moldes do furto e diferentemente do que ocorre no roubo, no qual a pluralidade de agentes tem a natureza de causa de aumento da pena.
  - d) há, no art. 159 do Código Penal, previsão expressa de delação premiada, determinando diminuição da pena ao participante que revelar o crime à autoridade, permitindo a libertação do sequestrado ou a recuperação do produto ou do proveito do crime.
  - e) ocorre a forma qualificada da extorsão mediante sequestro, entre outras hipóteses, quando a restrição à liberdade da vítima dura mais de quinze dias, mas nunca em tempo inferior.

**GABARITO OFICIAL: B****JUSTIFICATIVA:**

- a) Errado, porque: o crime de extorsão mediante sequestro se consuma no momento em que o agente pratica a conduta descrita no tipo penal, ou seja, no ato do sequestro, em que a vítima é arrebatada, antes mesmo que ocorra a exigência da vantagem.
- b) CERTO, porque: nos termos art. 1º, IV, da Lei nº 8.072/1990, o crime de extorsão mediante sequestro é considerado hediondo em todas as suas formas, ou seja, na modalidade simples ou qualificada.
- c) Errado, porque: o mero concurso de pessoas não é uma circunstância qualificadora do crime de extorsão mediante sequestro. Nos termos do art. 159, § 1º, do CP, a qualificadora somente se verifica se o crime é cometido por quadrilha ou bando (atualmente denominado associação criminosa, conforme nova rubrica conferida pela Lei nº 12.850/2013), exigindo-se, para tal, a associação de, no mínimo, três pessoas.
- d) Errado, porque: embora haja previsão expressa de delação premiada, a diminuição da pena está condicionada à facilitação da libertação do sequestrado, não sendo prevista a recuperação do produto ou do proveito do crime.
- e) Errado, porque: nos termos do art. 159, § 1º, do CP, a qualificadora ocorre quando a restrição da liberdade da vítima dura mais de 24 (vinte e quatro) horas.

**Preste Atenção:**

Nos termos do art. 13-A do CPP, tratando-se de crime de extorsão mediante sequestro, o membro do Ministério Público ou o delegado de polícia pode requisitar, de quaisquer órgãos do poder público ou de empresas privadas, dados e informações cadastrais da vítima ou de suspeitos.

7. (Delegado de Polícia Civil – PC/AC – IBADE – 2017) Naiara, adolescente, ao chegar à própria casa depois do colégio, encontra seu pai caído, com um ferimento na cabeça, aparentemente produzido por disparo de arma de fogo realizado por ele mesmo, todavia ainda respirando. Desesperada, corre até a casa de seu tio Hermínio, cunhado da vítima, solicitando ajuda. Como houvera uma rusga entre Hermínio e a vítima, aquele se recusa a prestar auxílio, limitando-se a dizer à sobrinha: “tomara que morra”. Naiara, então, vai à casa de um vizinho, que se compromete a ajudá-la. Ao retornarem ao local do fato, encontram a vítima ainda viva, mas dando seus últimos suspiros, vindo a óbito em menos de um minuto. Do momento em que Naiara viu a vítima ferida até sua morte não transcorreram mais do que quinze minutos. Realizado o exame cadavérico, o laudo pericial indica que o ferimento seria inexoravelmente fatal, ainda que o socorro tivesse sido prestado de imediato. Nesse contexto, com base nos estudos sobre a omissão e acerca do bem jurídico-penal, é correto afirmar que a conduta de Hermínio caracteriza:
- a) homicídio qualificado.
  - b) induzimento, instigação ou auxílio ao suicídio.
  - c) homicídio culposo.
  - d) conduta atípica.
  - e) omissão de socorro.

**GABARITO OFICIAL: D**

**JUSTIFICATIVA:**

- a) Errado, porque: Hermínio não foi o responsável pela conduta que propiciou a morte da vítima, tratando-se de aparente suicídio.
- b) Errado, porque: em nenhum momento o enunciado noticiou que Hermínio tenha induzido, instigado ou prestado auxílio para que a vítima se suicidasse.
- c) Errado, porque: em nenhum momento o enunciado noticiou que Hermínio tenha propiciado a morte da vítima mediante inobservância do dever de cuidado.
- d) CERTO, porque: embora se trate de tema acometido por duas correntes doutrinárias divergentes, a banca adotou posicionamento no sentido de que o crime só se verifica se o agente omitente estiver na presença da vítima que corre perigo. Essa corrente é defendida pelo professor Cezar Roberto Bitencourt, que cita Magalhães Noronha em seus ensinamentos, o qual apregoa que se trata de conduta imoral, mas não criminosa.
- e) Errado, porque: conforme já exposto na assertiva anterior, a banca entendeu que agente omitente a distância não comete crime de omissão de socorro.

**Preste Atenção:**

Embora a banca tenha adotado o posicionamento anteriormente exposto, o tema não é pacífico. O professor Damásio de Jesus defende que se caracterizará o crime de omissão de socorro na hipótese em que o agente a distância for chamado a intervir e quedar-se inerte. Esse posicionamento, aliás, foi adotado pela banca FCC na prova de advogado do Metrô de São Paulo, aplicada no ano de 2010, cuja assertiva, tida como correta, diz ser possível a prática do crime de omissão de socorro por pessoa que não se encontre presente no local em que está a vítima.

8. **(Delegado de Polícia Civil – PC/AC – IBADE – 2017)** No que tange aos crimes contra a família, assinale a resposta correta.
- a) O crime de abandono intelectual pode ocorrer quando os pais, sem justa causa, deixam de matricular o filho no ensino fundamental ou no ensino médio, ou quando o obrigam a faltar repetidas vezes, prejudicando seu desempenho escolar.
  - b) O crime de conhecimento de prévio impedimento é uma norma penal em branco homogênea, cuja ação penal dependerá de queixa do contraente enganado.
  - c) Aquele que falsifica documentos com o exclusivo objetivo de contrair novas núpcias, já sendo casado, comete crimes de bigamia e contra a fé pública, em concurso.
  - d) Comete crime de abandono material quem, sendo solvente e sem motivo justo, com o único propósito de deixar de pagar pensão alimentícia fixada em acordo judicialmente homologado, abandona o emprego, gerando situação de necessidade – não suprida por outrem – para o alimentando.
  - e) A subtração de incapazes é crime expressamente subsidiário, além de classificado pela doutrina como permanente, de modo que seu prazo prescricional tem termo inicial quando o incapaz é restituído.

**GABARITO OFICIAL: D****JUSTIFICATIVA:**

- a) Errado, porque: nos termos do art. 246 do CP, o crime de abandono intelectual se perfaz quando os pais deixam, sem justa causa, de prover à instrução primária do filho, o que equivale ao ensino fundamental, nos termos do art. 32 da Lei nº 9.394/1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação

Nacional), não configurando o crime de abandono quando se tratar de ausência de matrícula no ensino médio.

- b) Errado, porque: embora o crime de conhecimento prévio de impedimento (art. 237 do CP) seja norma penal em branco homogênea, a ação penal é pública incondicionada e não privada, independentemente, assim, de queixa do contraente enganado.
- c) Errado, porque: considerando que a declaração de estado civil é um documento obrigatório para que haja casamento, o agente bigamo está obrigado a cometer o crime de falso, o qual, entretanto, acaba sendo absorvido pelo crime de bigamia, em razão do princípio da consunção ou da absorção. Não há que se falar em concurso de crime. Esse é o entendimento adotado pelo STJ (5ª T. – STJ – HC nº 39.583/MS – rel. Min. Laurita Vaz – DJe 11-4-2005).
- d) CERTO, porque: nos termos do art. 244, par. único, do CP, nas mesmas penas do crime de crime de abandono material, incide quem, sendo solvente, frustra ou ilide, de qualquer modo, inclusive por abandono injustificado de emprego ou função, o pagamento de pensão alimentícia judicialmente acordada, fixada ou majorada.
- e) Errado, porque: nesse caso, a banca adotou posicionamento minoritário, no sentido de que o delito de subtração de incapaz não é crime instantâneo, mas, sim, instantâneo de efeitos permanentes.



### Preste Atenção:

O crime de bigamia, por ser crime-fim, absorve o crime de falsidade, que se classifica como crime-meio. No entanto, se não chegar a acontecer o novo casamento, a falsidade deve ser punida como crime autônomo, deixando, assim, de ser crime consunto, pela inexistência de crime posterior apto a absorver.

9. (Delegado de Polícia Civil – PC/AC – IBADE – 2017) Jomar alega ser capaz de influir na decisão a ser tomada por um Juiz de Direito, solicitando certa quantia em dinheiro a Ovídio para garantir uma sentença favorável aos interesses deste. Jomar insinua, ainda, que parte do dinheiro será direcionada ao Juiz. Considerando que todas as alegações são fraudulentas, majoritariamente se afirma que a conduta de Jomar:
- a) é atípica.
  - b) configura crime de estelionato.
  - c) afeta a honra objetiva do magistrado, existindo calúnia.
  - d) caracteriza exploração de prestígio.
  - e) se subsume ao tipo penal que prevê o tráfico de influência.

### GABARITO OFICIAL: D

#### JUSTIFICATIVA:

- a) Errado, porque: a conduta é típica e se amolda no art. 357 do CP, que prevê o crime de exploração de prestígio.
- b) Errado, porque: embora tenha havido emprego de fraude, a conduta de Jomar encontra perfeita adequação típica no crime de exploração de prestígio, o qual, entretanto, se inexistisse, poderia deslocar a conduta do agente para o crime de estelionato.
- c) Errado, porque: a alegação de que o magistrado também vai receber dinheiro não constitui crime autônomo contra a honra, configurando mera causa de aumento de pena do crime de exploração de prestígio, conforme art. 357, parágrafo único, do CP.

- d) CERTO, porque: nos exatos termos do art. 357 do CP, aquele que solicita dinheiro a pretexto de influir em juiz comete crime de exploração de prestígio.
- e) Errado, porque: o crime de tráfico de influência se configura quando o agente alega que vai influir em ato de um funcionário público qualquer. Sendo alegado que vai haver influência em ato de juiz, o crime é de exploração de prestígio.



### Preste Atenção:

Embora parecidos, o tráfico de influência é crime contra a Administração Pública, ao passo que a exploração de prestígio é crime contra a Administração da Justiça.

- 10. (Delegado de Polícia Civil – PC/AC – IBADE – 2017)** Horácio, traficante de drogas, é integrante de uma facção criminosa instalada em certa comunidade carente. Lucinda, ao seu turno, mora em comunidade dominada por facção criminosa rival. Devido ao preço do aluguel, Lucinda se muda para a mesma comunidade de Horácio, que, ao descobrir a origem de Lucinda, decide matá-la. Assim, usando uma arma de fogo adquirida exclusivamente para aquela finalidade, Horácio vai à casa de Lucinda e derruba a porta. Após percorrer alguns cômodos, Horácio descobre o quarto de seu alvo, encontrando Lucinda sentada em uma cadeira de rodas. Só então descobre que a mulher é tetraplégica. Não obstante, Horácio coloca em prática sua intenção criminosa e mata a vítima com um tiro na testa. Considerando apenas as informações contidas no enunciado, pode-se dizer que Horácio praticou crime de:
- femicídio majorado.
  - homicídio qualificado pelos motivos determinantes e pelo modo de execução.
  - homicídio qualificado pelos motivos determinantes.
  - homicídio qualificado pelo modo de execução.
  - femicídio.

### GABARITO OFICIAL: C

#### JUSTIFICATIVA:

- a) Errado, porque: o homicídio não foi praticado por razões da condição do sexo feminino, sem as quais não há que se falar em feminicídio, conforme art. 121, § 2º, VI, do CP.
- b) Errado, porque: trata-se de homicídio qualificado pelos motivos determinantes, qual seja, o motivo fútil. Afinal, Horácio matou a vítima pelo simples fato de ela ter morado em uma comunidade dominada por uma facção criminosa rival à sua. Não incidiu, porém, nenhuma qualificadora referente aos meios de execução. Vale ressaltar que o crime foi perpetrado mediante o disparo de um único tiro. A tetraplegia é uma condição pessoal da vítima que nada tem a ver com os exemplos citados no art. 121, § 2º, IV, do CP. As condições pessoais da vítima em relação ao agente não podem ser consideradas recursos que dificultem ou impossibilitem a defesa do ofendido; afinal, a questão foi clara ao informar que Horácio desconhecia a situação da vítima, de modo que não foi responsável por fazer existir uma disparidade de armas entre eles, inexistindo, assim, qualificadora concernente ao modo de execução.
- c) CERTO, porque: conforme já exposto, trata-se de homicídio qualificado pelos motivos determinantes, qual seja, o motivo fútil. Afinal, Horácio matou a vítima pelo simples fato de ela ter morado em uma comunidade dominada por uma facção criminosa rival à sua.
- d) Errado, porque: conforme já exposto, *in casu*, não incidiu nenhuma qualificadora referente aos meios de execução.

- e) Errado, porque: conforme já exposto na alternativa inaugural, o homicídio não foi praticado por razões da condição do sexo feminino, sem as quais não há que se falar em feminicídio, conforme art. 121, § 2º, VI, do CP.



### Preste Atenção:

Só há feminicídio quando o crime for praticado por razões da condição do sexo feminino, ou seja, quando envolver violência doméstica e familiar, menosprezo ou discriminação à condição de mulher. Se inexistir uma dessas razões, o homicídio de mulher não é feminicídio, mas, sim, homicídio.

- 11. (Delegado de Polícia Civil – PC/AC – IBADE – 2017)** Acerca dos crimes contra a incolumidade pública, é correto afirmar que:
- o crime de incêndio não admite a modalidade culposa.
  - caso ocorra, no crime de perigo de desastre ferroviário, resultado morte indesejado pelo agente, existirá concurso de crimes com o delito de homicídio culposo.
  - há arremesso de projétil quando alguém realiza disparos de arma de fogo contra um ônibus em andamento.
  - o exercício ilegal da medicina, arte dentária ou farmacêutica é doutrinariamente classificado como crime habitual e de perigo abstrato.
  - o delito de desabamento ou desmoronamento é majorado quando praticado com a intenção de obter vantagem pecuniária.

### GABARITO OFICIAL: D

#### JUSTIFICATIVA:

- Errado, porque: nos termos do art. 250, § 2º, do CP, o crime de incêndio admite a modalidade culposa.
- Errado, porque: não há que se falar em concurso de crimes, pois, nos termos do art. 263 do CP, se do crime de perigo de desastre ferroviário resultar morte indesejada, aplica-se a regra do art. 258 do mesmo diploma, sendo a pena aplicada em dobro.
- Errado, porque: para incidência do crime descrito no art. 264 do CP, considera-se projétil qualquer objeto sólido e pesado que seja suscetível de ser arremessado por impulso, por exemplo, pedras ou garrafas. O disparo de arma de fogo contra um ônibus em andamento configura crime de disparo de arma de fogo, descrito no art. 15 da Lei nº 10.826/2003 (Estatuto do Desarmamento).
- CERTO, porque: o crime somente se verifica quando houver efetivo exercício ilegal da medicina, arte dentária ou farmacêutica, o que exige habitualidade na conduta. Ou seja, é crime habitual porque exercer exige reiteração de atos. Ademais, é crime de perigo abstrato porque a lei não exige efetiva lesão à saúde das pessoas para configuração do delito, cujo risco é presumido de forma absoluta pelo tipo penal.
- Errado, porque: nos termos do art. 258, o crime de desabamento ou desmoronamento terá a pena majorada somente se sobrevier lesão corporal ou morte.



### Preste Atenção:

O entendimento majoritário na doutrina é no sentido de que a falsificação do diploma de conclusão do curso superior de medicina, visando ao exercício ilegal profissão de médico, constitui crime-meio e por isso resta absorvido pelo crime-fim. Esse também é o entendimento do STJ (5ª T. – STJ – HC nº 138.221/RS – rel. Min. Laurita Vaz – j. 29-9-2009).

12. (Agente de Polícia Civil – PC/AC – IBADE – 2017) O delito de sequestro ou cárcere privado é classificado como crime:
- a) continuado e de perigo.
  - b) permanente e de dano.
  - c) permanente e de perigo.
  - d) continuado e de dano.
  - e) habitual e de perigo.

**GABARITO OFICIAL: B****JUSTIFICATIVA:**

- a) Errado, porque: crime continuado não é uma classificação doutrinária afeta a uma única infração penal, mas diz respeito ao concurso de vários crimes da mesma espécie, praticados em situações análogas, nos termos do art. 71 do CP. Ademais, o delito de sequestro ou cárcere privado não é crime de perigo, mas, sim, crime de dano, vez que a consumação depende de uma efetiva lesão ao bem jurídico, qual seja, a liberdade individual.
- b) CERTO, porque: no que pertine à consumação, trata-se de crime permanente, vez que, durante todo o período em que estiver ocorrendo o sequestro ou o cárcere privado, o bem jurídico tutelado (liberdade individual) é atingido ininterruptamente, de forma que a consumação se protraí no tempo. Também se trata de crime dano, vez que a consumação depende de uma efetiva lesão ao bem jurídico, qual seja, a liberdade individual.
- c) Errado, porque: embora seja crime permanente, conforme já exposto, o delito de sequestro ou cárcere privado não é crime de perigo, mas, sim, crime de dano, vez que a consumação depende de uma efetiva lesão ao bem jurídico, qual seja, a liberdade individual.
- d) Errado, porque: embora seja crime de dano, conforme já exposto, crime continuado não é uma classificação doutrinária afeta a uma única infração penal, mas diz respeito ao concurso de vários crimes da mesma espécie, praticados em situações análogas, nos termos do art. 71 do CP.
- e) Errado, porque: o crime de sequestro ou cárcere privado não é crime habitual nem crime de perigo, tratando-se de crime permanente e de dano.

**Preste Atenção:**

A diferença entre sequestro e cárcere privado reside no fato de que, no sequestro, não há confinamento da vítima, a qual fica presa, por exemplo, em uma casa ou em um sítio. Por sua vez, cárcere privado se verifica quando há confinamento da vítima, enclausurada em local pequeno.

13. (Agente de Polícia Civil – PC/AC – IBADE – 2017) Assinale a hipótese que contempla um crime de violência doméstica (art. 129, § 9º, CP).
- a) Manolo, ao chegar bêbado em casa e sem qualquer intenção especial, passa a bater em seu filho Ernesto, de 18 anos, que, por respeito ao pai, não revida. No evento, Ernesto suporta lesões leves.
  - b) Casemiro, desejando lesionar a própria mãe, tenta golpeá-la com um bastão, mas erra o alvo, atingindo um vaso. Aterrorizada, a vítima se encolhe esperando novo golpe, mas Casemiro, que poderia prosseguir com a ação, se apieda, cessando a execução do crime.
  - c) Bertoldo, em casa, ao efetuar reparos em um lustre, culposamente deixa cair uma ferramenta sobre a cabeça da esposa, que segurava a escada, ferindo-a levemente.

- d) Durante uma discussão com a ex-esposa sobre a guarda dos filhos, Gervásio desferiu um soco na boca da mulher, quebrando vários de seus dentes, o que, consoante laudo pericial, lhe causa debilidade permanente de função.
- e) Marinalva, que coabita com a amiga Soraia, irritada com o fato de a amiga não ajudar na limpeza da casa, dá um empurrão nesta, que se desequilibra e bate com a cabeça na parede, ficando desacordada por cinco minutos. Ao acordar, a vítima, apesar de sentir dores por dois dias, se recupera plenamente, contando com a assistência de Marinalva, a qual não pretendia o resultado.

**GABARITO OFICIAL: A****JUSTIFICATIVA:**

- a) CERTO, porque: nos termos do art. 129, § 9º, do CP, quando a lesão for praticada contra ascendente, descendente, irmão, cônjuge ou companheiro, resta configurada hipótese de violência doméstica.
- b) Errado, porque: embora Casemiro tenha iniciado sua conduta com intenção de praticar violência doméstica, acaba errando sua genitora, que, logo em seguida, mesmo podendo prosseguir, se arrepende e cessa os atos de execução, motivo pelo qual opera-se hipótese de desistência voluntária, devendo o agente responder somente pelo dano do vaso, não se perfazendo o crime de violência doméstica.
- c) Errado, porque: o enunciado informa que Bertoldo causou uma lesão culposamente, o que afasta a hipótese de violência doméstica, a qual somente se configura quando a conduta do agente for dolosa.
- d) Errado, porque: a violência doméstica é uma hipótese de qualificadora que se aplica somente à lesão corporal de natureza leve. Considerando que, em razão da agressão, a esposa de Gervásio suportou debilidade permanente de função, trata-se de lesão corporal de natureza grave, descrita no art. 129, § 1º, III, do CP, tratando-se, portanto, de outra qualificadora.
- e) Errado, porque: conforme se verifica no enunciado, a conduta de Marinalva consistiu em um empurrão, restando evidenciada, assim, hipótese de contravenção penal de vias de fato. Ademais, consta ainda que Marinalva não queria o resultado mais grave, o qual derivou de culpa. Nesse caso, não há que se falar em violência doméstica, a qual somente se verifica quando a conduta for dolosa.

**Preste Atenção:**

No âmbito da violência doméstica e familiar contra a mulher, a ação penal do crime de lesão corporal será sempre pública incondicionada, ainda que seja de natureza leve.

**14. (Agente de Polícia Civil – PC/AC – IBADE – 2017)** Sobre o crime de receptação, é correto afirmar que:

- a) aquele que encomenda a prática de crime patrimonial prévio não responde por receptação ao receber para si o produto do crime.
- b) não é possível a receptação que tenha como crime prévio uma outra receptação.
- c) cuida-se de crime subsidiário ao delito de favorecimento real.
- d) a receptação qualificada admite a modalidade culposa.
- e) majoritariamente entende-se que se a infração penal prévia for um ato infracional, não há receptação, pois esta tem como objeto material o produto de um crime.

**GABARITO OFICIAL: A**

**JUSTIFICATIVA:**

- a) CERTO, porque: aquele que encomenda a prática de crime patrimonial deve ser considerado partícipe desse, e não autor do crime de receptação. O recebimento do produto do crime encomendado se torna mero exaurimento do crime anterior, e não conduta apta a configurar receptação como crime autônomo.
- b) Errado, porque: é perfeitamente possível a receptação que tenha como crime anterior outra receptação. É o que a doutrina chama de receptação em cadeia, a qual se verifica enquanto a coisa conservar seu caráter delituoso.
- c) Errado, porque: ao contrário do que diz a alternativa, é o crime de favorecimento real que é subsidiário ao de receptação, conforme expresso no art. 349 do CP.
- d) Errado, porque: a receptação qualificada consiste na prática de atos cometidos no exercício da atividade comercial ou industrial, o que exige conduta dolosa. Para a doutrina majoritária, a expressão “deve saber ser produto de crime” contida no art. 180, § 1º, consiste em dolo eventual, e não culpa.
- e) Errado, porque: a corrente majoritária defende o oposto do enunciado, entendendo que existe receptação oriunda de ato infracional anterior. Afinal, ato infracional nada mais é do que a prática de um crime, que, por ter sido perpetrado por adolescente, leva o nome de ato infracional.

**Preste Atenção:**

Recentemente, a Lei nº 13.330/2016 criou um novo tipo penal, denominado receptação de animal, descrito no art. 180-A, o qual prevê como crime a conduta de quem “adquirir, receber, transportar, conduzir, ocultar, ter em depósito ou vender, com a finalidade de produção ou de comercialização, semovente domesticável de produção, ainda que abatido ou dividido em partes, que deve saber ser produto de crime”. A pena é de reclusão de 2 (dois) a 5 (cinco) anos, e multa.

- 15. (Agente de Polícia Civil – PC/AC – IBADE – 2017)** São elementos caracterizadores do concurso de pessoas (coautoria e participação em sentido estrito), entre outros:
- a) acordo de vontades entre os agentes e relevância causal das condutas.
  - b) pluralidade de agentes e acordo de vontades entre os agentes.
  - c) liame subjetivo e pluralidade de infrações penais.
  - d) pluralidade de agentes e pluralidade de infrações penais.
  - e) liame subjetivo e relevância causal das condutas.

**GABARITO OFICIAL: E****JUSTIFICATIVA:**

- a) Errado, porque: embora relevância causal das condutas seja elemento do concurso de pessoas, o acordo de vontades não é requisito de tal instituto, o qual se configura com o liame subjetivo, que significa que um agente adere a vontade do outro no momento da prática da conduta.
- b) Errado, porque: embora a pluralidade de agentes seja elemento do concurso de pessoas, conforme já exposto, o acordo de vontades não é requisito de tal instituto.
- c) Errado, porque: embora o liame subjetivo seja elemento do concurso de pessoas, a pluralidade de infrações não é requisito de tal instituto, de forma que pode haver concurso de pessoas para a prática de uma única infração penal.

- d) Errado, porque: embora a pluralidade de agentes seja elemento do concurso de pessoas, conforme já exposto, a pluralidade de infrações não é requisito de tal instituto, de forma que pode haver concurso de pessoas para a prática de uma única infração penal.
- e) CERTO, porque: os requisitos do concurso de pessoas são quatro: a pluralidade de agentes, a relevância causal das condutas, a identidade de infração e o liame subjetivo.



### Preste Atenção:

No que pertine ao concurso de pessoas, o Código Penal adotou a teoria monista ou unitária, estabelecendo que todos os que concorrem para a prática do delito incidem nas mesmas penas a ele cominadas.

16. (Agente de Polícia Civil – PC/AC – IBADE – 2017) Desejando roubar um estabelecimento comercial, Celidônio rouba primeiramente um carro, deixando-o ligado em frente ao estabelecimento para a facilitação de sua fuga. Quando Celidônio se afasta, Arlindo casualmente passa pelo local e, vendo o veículo ligado, opta por subtraí-lo, dirigindo ininterruptamente até ingressar em outro Estado da Federação. Nesse contexto, é correto falar que Arlindo cometeu crime de:
- a) furto.  
b) roubo.  
c) receptação.  
d) roubo majorado.  
e) furto qualificado.

### GABARITO OFICIAL: E

#### JUSTIFICATIVA:

- a) Errado, porque: a assertiva se refere a furto simples, e, pelo fato de o veículo ter sido transportado para outro Estado, restou configurada uma qualificadora, descrita no art. 155, § 5º, do CP.
- b) Errado, porque: ao subtrair o veículo, Arlindo não empregou violência ou grave ameaça, inexistindo, assim, crime roubo.
- c) Errado, porque: para que Arlindo respondesse por receptação, ele tinha que saber que o veículo era produto de crime anterior, o que não foi evidenciado pelo enunciado.
- d) Errado, porque: conforme já exposto, ao subtrair o veículo, Arlindo não empregou violência ou grave ameaça, inexistindo, assim, crime roubo.
- e) CERTO, porque: ao subtrair o veículo, Arlindo praticou furto, e, pelo fato de o veículo ter sido transportado para outro Estado, restou configurada a qualificadora do art. 155, § 5º, do CP.
17. (Delegado de Polícia – PC/CE – VUNESP – 2015) Ficam sujeitos à lei brasileira, embora cometidos no estrangeiro, mas desde que presentes algumas condições (entrar o agente no território nacional; ser o fato punível também no país em que foi praticado; estar o crime incluído entre aqueles pelos quais a lei brasileira autoriza a extradição; não ter sido o agente absolvido no estrangeiro ou não ter aí cumprido a pena; não ter sido o agente perdoado no estrangeiro ou, por outro motivo, não estar extinta a punibilidade, segundo a lei mais favorável), os crimes:
- a) contra a administração pública, por quem está a seu serviço.  
b) de genocídio, quando o agente for brasileiro ou domiciliado no Brasil.  
c) contra a vida ou a liberdade do Presidente da República.  
d) que, por tratado ou convenção, o Brasil se obrigou a reprimir.

e) contra o patrimônio ou a fé pública da União, do Distrito Federal, de Estado, de Território, de Município, de empresa pública, sociedade de economia mista, autarquia ou fundação instituída pelo Poder Público.

### GABARITO OFICIAL: D

#### JUSTIFICATIVA:

- a) Errado, porque: em se tratando de crimes contra a administração pública, por quem está a seu serviço, incide a extraterritorialidade incondicionada, conforme art. 7º, I, c, do CP.
- b) Errado, porque: em se tratando de crime de genocídio, quando o agente for brasileiro ou domiciliado no Brasil, incide a extraterritorialidade incondicionada, conforme art. 7º, I, d, do CP.
- c) Errado, porque: em se tratando de crime praticado contra a vida ou liberdade do Presidente da República, incide a extraterritorialidade incondicionada, conforme art. 7º, I, a, do CP.
- d) CERTO, porque: nos termos do art. 7º, § 2º, do CP, as condições elencadas no enunciado são exigíveis para incidência da lei brasileira, quando se tratar de crimes que, por tratado ou convenção, o Brasil se obrigou a reprimir (art. 7º, II, a, do CP). É o que se chama de extraterritorialidade condicionada.
- e) Errado, porque: em se tratando de crime contra o patrimônio ou a fé pública da União, do Distrito Federal, de Estado, de Território, de Município, de empresa pública, sociedade de economia mista, autarquia ou fundação instituída pelo Poder Público, incide a extraterritorialidade incondicionada, conforme art. 7º, I, b, do CP.



#### Preste Atenção:

A regra é de que o Brasil adotou a teoria da territorialidade temperada, pois o art. 5º do Código Penal apregoa que, aos crimes cometidos em território nacional, aplica-se a lei brasileira, sem prejuízo de convenções, tratados e regras de direito internacional. Ou seja, a territorialidade não é absoluta, surgindo assim os casos de extraterritorialidade, que pode ser incondicionada (art. 7º, I, do CP) ou condicionada (art. 7º, II, do CP).

**18. (Delegado de Polícia – PC/CE – VUNESP – 2015)** Considera-se em estado de necessidade quem:

- a) pratica o fato para salvar de perigo atual, que não provocou por sua vontade, nem podia de outro modo evitar, direito próprio ou alheio, ainda que nas circunstâncias seja exigível sacrifício.
- b) exclusivamente em situação de calamidade pública, pratica o fato para salvar de perigo atual, que não provocou por sua vontade, nem podia de outro modo evitar, direito próprio ou alheio, cujo sacrifício, nas circunstâncias, não era razoável exigir-se.
- c) pratica o fato para salvar de perigo atual, que não provocou por sua vontade, nem podia de outro modo evitar, direito próprio ou alheio, cujo sacrifício, nas circunstâncias, não era razoável exigir-se.
- d) exclusivamente em situação de calamidade pública, pratica o fato para salvar de perigo atual, que não provocou por sua vontade, nem podia de outro modo evitar, direito próprio (excluído direito alheio), cujo sacrifício, nas circunstâncias, não era razoável exigir-se.
- e) pratica o fato para salvar de perigo iminente ou atual, que não provocou por sua vontade, nem podia de outro modo evitar, direito próprio ou alheio, ainda que nas circunstâncias seja exigível sacrifício.

### GABARITO OFICIAL: C

**JUSTIFICATIVA:**

- a) Errado, porque: só se considera em estado de necessidade quem pratica o fato cujo sacrifício nas circunstâncias, não era razoável exigir-se.
- b) Errado, porque: o estado de necessidade não se aplica exclusivamente em situação de calamidade pública, mas sempre que houver um perigo atual.
- c) CERTO, porque: nos exatos termos do art. 24 do CP, que descreve a excludente do estado de necessidade.
- d) Errado, porque: como já dito na alternativa B, o estado de necessidade não se aplica exclusivamente em situação de calamidade pública, mas sempre que houver um perigo atual.
- e) Errado, porque: o perigo iminente não permite o reconhecimento do estado de necessidade, onde o perigo tem que ser sempre atual. Ademais, o estado de necessidade exige que o fato seja praticado em circunstâncias cujo sacrifício não era razoável exigir-se.

**Preste Atenção:**

O Código Penal Brasileiro adotou a Teoria Unitária, pois só reconhece como excludente de ilicitude o estado de necessidade justificante, em que o bem sacrificado tem igual ou menor valor do que o bem salvaguardado. Se o bem sacrificado for de maior valor em relação ao bem protegido, não se configura a excludente de ilicitude, havendo apenas uma diminuição de pena de um a dois terços, conforme art. 24, § 2º, do Código Penal.

19. **(Delegado de Polícia – PC/CE – VUNESP – 2015)** Considere que determinado sujeito, portador de desenvolvimento mental incompleto, ao tempo da ação tinha plena capacidade de entender o caráter ilícito do fato, mas era inteiramente incapaz de determinar-se de acordo com esse entendimento – o que fora clinicamente atestado nos autos em perícia oficial. Em consonância com o texto legal do art. 26 do CP, ao proferir sentença deve o juiz reconhecer sua:
- a) inimputabilidade.
  - b) imputabilidade.
  - c) semi-imputabilidade, absolvendo-lhe e aplicando-lhe medida de segurança.
  - d) semi-imputabilidade, condenando-lhe e aplicando-lhe pena diminuída.
  - e) semi-imputabilidade, condenando-lhe e aplicando-lhe medida de segurança.

**GABARITO OFICIAL: A****JUSTIFICATIVA:**

- a) CERTO, porque: o agente portador de doença mental ou de desenvolvimento mental incompleto ou retardado é considerado inimputável quando se torna inteiramente incapaz de entender o caráter ilícito do fato ou de determinar-se de acordo com esse entendimento.
- b) Errado, porque: imputável é o indivíduo livre de qualquer doença mental, que, no momento da ação ou da omissão, tem plena capacidade de entender o caráter ilícito do fato e de determinar-se de acordo com esse entendimento.
- c) Errado, porque: só se reconhece a semi-imputabilidade quando, ao tempo da ação ou da omissão, o agente não era inteiramente capaz, ou seja, trata-se de capacidade diminuída e não de inteira incapacidade, conforme descrito no enunciado. Ademais, o juiz também não está adstrito a aplicação de medida de segurança, podendo aplicar pena diminuída.
- d) Errado, porque: como já dito, só se reconhece a semi-imputabilidade quando, ao tempo da ação ou da omissão, o agente não era inteiramente capaz, ou seja, trata-se de capacidade diminuída

e não de inteira incapacidade, conforme descrito no enunciado. Ademais, o juiz não está adstrito a aplicação de pena diminuída, podendo aplicar também medida de segurança.

- e) Errado, porque: como já dito, só se reconhece a semi-imputabilidade quando, ao tempo da ação ou da omissão, o agente não era inteiramente capaz, ou seja, trata-se de capacidade diminuída e não de inteira incapacidade, conforme descrito no enunciado. Ademais, em se tratando de condenação, não há que se falar em medida de segurança, que decorre sempre de uma sentença absolutória imprópria.



### Preste Atenção:

Sendo caso de semi-imputabilidade, o juiz pode aplicar pena reduzida de um a dois terços ou medida de segurança. É o chamado sistema vicariante. Com a reforma de 1984, nosso código veda ao juiz a aplicação de pena cumulada com a medida de segurança (sistema duplo binário). Fiquemos atentos ainda às decisões do Superior Tribunal de Justiça, que, em maio de 2015, editou a Súmula nº 527, esposando entendimento no sentido de que: “O tempo de duração da medida de segurança não deve ultrapassar o limite máximo da pena abstratamente cominada ao delito praticado”.

20. (**Delegado de Polícia – PC/CE – VUNESP – 2015**) Quando o agente, mediante uma só ação ou omissão, pratica dois ou mais crimes, idênticos ou não, aplica-se-lhe a mais grave das penas cabíveis ou, se iguais, somente uma delas, mas aumentada, em qualquer caso, de um sexto até metade. Trata-se da definição legal do:
- a) concurso formal.
  - b) concurso material.
  - c) concurso material benéfico.
  - d) princípio da consunção
  - e) crime continuado.

### GABARITO OFICIAL: A

#### JUSTIFICATIVA:

- a) CERTO, porque: o enunciado descreve os exatos termos do art. 70 do CP, onde o concurso formal se verifica mediante uma única ação/omissão e com pluralidade de crimes. Aqui é unicidade de conduta e pluralidade de resultados.
- b) Errado, porque: nos termos do art. 69 do CP, o concurso material se verifica mediante mais de uma ação ou omissão e com pluralidade de crimes. Ou seja, aqui é pluralidades de condutas e de resultados.
- c) Errado, porque: o concurso material benéfico, descrito no art. 70, par. ún., do CP, é hipótese em que há uma única ação ou omissão (concurso formal), mas aplicam-se as penas somadas (regra do concurso material), por ser mais benéfico ao réu.
- d) Errado, porque: o princípio da consunção (ou da absorção) é uma forma de solucionar o conflito aparente de normas. De acordo com tal princípio, quando o crime for praticado como meio necessário para a prática de outro, resta por este absorvido, como ocorre, por exemplo, com o disparo de arma de fogo (crime consunto) que resta absorvido pelo homicídio (crime consuntivo).
- e) Errado, porque: crime continuado se verifica quando o agente, mediante mais de uma ação ou omissão, pratica dois ou mais crimes da mesma espécie e, pelas condições de tempo, lugar, maneira de execução e outras semelhantes, devem os subsequentes ser havidos como continuação do primeiro. Nesse caso, aplica-se-lhe a pena de um só dos crimes, se idênticas, ou a mais grave, se diversas, aumentada, em qualquer caso, de um sexto a dois terços.

**Preste Atenção:**

O concurso formal (também chamado de concurso ideal) se classifica em perfeito ou imperfeito. Será perfeito quando o agente não tiver desígnios autônomos em relação a cada crime ocorrido, aplicando-se uma única pena, aumentada de um sexto até a metade. Porém, se presentes desígnios autônomos em relação a cada um dos crimes praticados, tem-se concurso formal imperfeito, aplicando-se, nesse caso, a somatória das penas.

21. **(Delegado de Polícia – PC/CE – VUNESP – 2015)** Se da lesão corporal dolosa resulta morte e as circunstâncias evidenciam que o agente não quis o resultado morte, nem assumiu o risco de produzi-lo, configura(m)-se
- lesão culposa e homicídio culposo, cujas penas serão aplicadas cumulativamente.
  - lesão corporal seguida de morte.
  - homicídio culposo qualificado pela lesão.
  - homicídio doloso (dolo eventual).
  - homicídio doloso (dolo indireto).

**GABARITO OFICIAL: B****JUSTIFICATIVA:**

- Errado, porque: o enunciado deixa claro que é hipótese de lesão dolosa.
- CERTO, porque: nos termos do art. 129, § 3º, do CP.
- Errado, porque: não há que se falar em qualificadora de homicídio culposo.
- Errado, porque: restando evidenciado que o agente não quis o resultado morte e nem assumiu o risco de produzi-lo, não há que se falar em crime doloso, nem mesmo eventual.
- Errado, porque: conforme dito na alternativa anterior, restando evidenciado que o agente não quis o resultado morte e nem assumiu o risco de produzi-lo, não há que se falar em crime doloso, nem mesmo indireto.

**Preste Atenção:**

A lesão corporal seguida de morte é típico caso de crime preterdoloso. É caso de crime agravado pelo resultado, onde o agente pratica uma conduta dolosa buscando um resultado menos grave, alcançando, contudo, resultado mais grave não desejado, ou seja, culposo. Temos dolo no antecedente (conduta) e culpa no consequente (resultado). A doutrina chama a lesão corporal seguida de morte de homicídio preterdoloso.

22. **(Delegado de Polícia – PC/CE – VUNESP – 2015)** O crime de maus-tratos tem pena aumentada de 1/3 (art. 136, § 3º, do CP) se:
- praticado contra ascendente, descendente, irmão ou cônjuge.
  - resulta em lesão corporal, ainda que leve.
  - o agente prevalece-se de relações familiares ou domésticas.
  - praticado contra pessoa menor de 14 anos.
  - praticado por agente público.

**GABARITO OFICIAL: D**

**JUSTIFICATIVA:**

- a) Errado, porque: inexistente essa causa de aumento de pena no art. 136 do CP.
- b) Errado, porque: as lesões corporais de natureza leve são absorvidas pelo crime de maus-tratos. Se forem lesões corporais de natureza grave, resta caracterizada uma qualificadora do art. 136, § 2º, e não uma causa de aumento de pena.
- c) Errado, porque: inexistente essa causa de aumento de pena no art. 136 do CP.
- d) CERTO, porque: nos exatos termos do art. 136, § 3º, do CP.
- e) Errado, porque: inexistente essa causa de aumento de pena no art. 136 do CP. O fato do crime ser praticado por agente público é uma causa de aumento de pena do crime de tortura e não de maus-tratos.

**Preste Atenção:**

Os crimes de maus-tratos e de tortura-castigo são muito parecidos. Porém, a diferença entre eles reside na intensidade do sofrimento da vítima. Na tortura-castigo, exige-se que haja um intenso sofrimento da vítima, ao passo que no crime de maus-tratos, basta que a saúde ou a vida da vítima sejam expostas a perigo.

23. **(Delegado de Polícia – PC/CE – VUNESP – 2015)** Aquele que com prévia intenção de vantagem patrimonial seduz outra pessoa, convidando-a à prática de ato sexual e, durante o coito, amarra a vítima ao leito, impossibilitando sua reação, a fim de que possa subtrair-lhe os pertences pessoais (dinheiro, telefone celular e automóvel), comete crime de
- a) extorsão mediante sequestro.
  - b) extorsão.
  - c) roubo.
  - d) furto.
  - e) estelionato.

**GABARITO OFICIAL: C****JUSTIFICATIVA:**

- a) Errado, porque: extorsão mediante sequestro se verifica quando o agente sequestra pessoa com o fim de obter, para si ou para outrem, qualquer vantagem, como condição ou preço do resgate, nos termos do art. 159 do CP.
- b) Errado, porque: extorsão se verifica quando o agente constrange alguém, mediante violência ou grave ameaça, e com o intuito de obter para si ou para outrem indevida vantagem econômica, a fazer, tolerar que se faça ou deixar de fazer alguma coisa, nos termos do art. 158 do CP.
- c) CERTO, porque: nos termos do art. 157 do CP, o roubo se configura sempre que a subtração se der mediante violência ou grave ameaça, ou ainda, quando houver submissão da vítima à impossibilidade de resistência por qualquer meio.
- d) Errado, porque: furto se configura quando o agente subtrai, para si ou para outrem, coisa alheia móvel, nos termos do art. 155 do CP.
- e) Errado, porque: estelionato se configura quando o agente obtém, para si ou para outrem, vantagem ilícita, em prejuízo alheio, induzindo ou mantendo alguém em erro, mediante artifício, ardil, ou qualquer outro meio fraudulento, nos termos do art. 171 do CP.

**Preste Atenção:**

O roubo pode ser praticado mediante grave ameaça (vis compulsiva) ou ainda mediante violência, a qual se divide em dois tipos: a violência própria (vis absoluta ou corporalis), em que há violência física, e a violência imprópria (submissão da vítima a incapacidade de resistência por qualquer meio), como ocorre, por exemplo, quando há ministração de sedativo à vítima, com o fim de subtrair-lhe os bens.

**24. (Delegado de Polícia – PC/SE – CESPE – 2018)** Acerca do tráfico ilícito de entorpecentes, de ações de prevenção e repressão a delitos praticados por organizações criminosas, de abuso de autoridade e de delitos previstos na Lei de Tortura, julgue os itens que se segue.

**Situação hipotética:** Uma autoridade policial prolongou, sem autorização judicial, a execução de prisão temporária de um indiciado, o que levou a defesa deste a representá-la criminalmente por abuso de autoridade, mediante petição dirigida à autoridade superior.

**Assertiva:** Nessa situação, a representação é condição de procedibilidade para a aplicação das sanções penais correspondentes.

( ) Certo      Errado ( )

#### JUSTIFICATIVA:

Errado, porque: a expressão “representação” que se refere o art. 12 da Lei nº 4.898/1965, não é condição de procedibilidade para desencadeamento da ação penal, referindo-se na verdade, ao direito constitucional de petição, descrito no art. 5º, XXXIV, *a*, da Constituição Federal. Todos os crimes descritos na lei em comento são de ação penal pública incondicionada, nos termos da Lei nº 5.249/1967, editada apenas com o fim de esclarecer tal celeuma, restando insculpido em seu art. 1º: “A falta de representação do ofendido, nos casos de abusos previstos na Lei nº 4.898, de 9 de dezembro de 1965, não obsta a iniciativa ou o curso da ação pública”.

#### GABARITO OFICIAL: ERRADO



#### Preste Atenção:

O direito de petição descrito na lei de abuso de autoridade, prevê que a petição deve ser dirigida à autoridade superior que tiver competência legal para aplicar, à autoridade civil ou militar culpada, a respectiva sanção ou pode ser dirigida ao órgão do Ministério Público que tiver competência para iniciar processo-crime contra a autoridade culpada.

**25. (Delegado de Polícia – PC/SP – VUNESP – 2018)** Considere que um Delegado de Polícia, após atuar em flagrante um criminoso, deixe de comunicar imediatamente ao juiz competente a referida prisão. É correto afirmar que o Delegado:

- cometeu um abuso de autoridade, podendo ser sancionado administrativamente com a suspensão do cargo, função ou posto por prazo de trinta a cento e oitenta dias, além da cominação acessória de não poder exercer funções de natureza policial no município da culpa, por prazo de um a dez anos.
- cometeu um abuso de autoridade, podendo ser sancionado administrativamente com repreensão.
- não cometeu abuso de autoridade, devendo ser responsabilizado tão somente na esfera administrativa.
- não cometeu abuso de autoridade. Entretanto, poderá ser sancionado com a pena autônoma de não poder exercer funções de natureza policial no município da culpa, por prazo de um a cinco anos.
- cometeu um abuso de autoridade, podendo ser sancionado administrativamente com advertência ou suspensão do cargo, além da cominação acessória de não poder exercer funções de qualquer natureza no município da culpa, por prazo de um a dez anos.

#### GABARITO OFICIAL: B

**JUSTIFICATIVA:**

- a) Errado, porque: nos termos do art. 6º, § 1º, *c*, da Lei de Abuso de Autoridade, a sanção administrativa consistente na suspensão do cargo, função ou posto será pelo prazo mínimo de cinco dias e não trinta. Ademais, nos termos do § 5º do mesmo artigo, a pena acessória de não poder exercer funções de natureza policial no município da culpa, pode ser imposta pelo prazo máximo de cinco anos;
- b) CERTO, porque: repreensão é uma das sanções administrativas previstas para quem comete crime de abuso de autoridade, nos termos do art. 6º, § 1º, *b*, da Lei de Abuso de Autoridade;
- c) Errado, porque: deixar de comunicar, imediatamente, ao juiz competente a prisão ou detenção de qualquer pessoa, é crime de abuso de autoridade, nos termos do art. 4º, *c*, da Lei de Abuso de Autoridade, motivo pelo qual o delegado deve também ser responsabilizado na esfera penal;
- d) Errado, porque: conforme já explicitado na assertiva anterior, deixar de comunicar, imediatamente, ao juiz competente a prisão ou detenção de qualquer pessoa, é crime de abuso de autoridade, nos termos do art. 4º, *c*, da Lei de Abuso de Autoridade, motivo pelo qual o delegado deve também ser responsabilizado na esfera penal;
- e) Errado, porque: cometeu um abuso de autoridade, podendo ser sancionado administrativamente com advertência ou suspensão do cargo, além da cominação acessória de não poder exercer funções de natureza estritamente policial, no município da culpa, pelo prazo de um a cinco anos e não de um a dez anos, conforme erroneamente consta na alternativa.

**Preste Atenção:**

Por se tratar de esferas autônomas, o abuso de autoridade sempre sujeitará o seu autor à sanção administrativa civil e penal.

**26. (Investigador de Polícia – PC/SP – VUNESP – 2018)** Nos termos da Lei nº 4.898/1965 (Lei de Abuso de Autoridade), é correto afirmar:

- a) o processo administrativo não poderá ser sobrestado para o fim de aguardar a decisão da ação penal ou civil.
- b) o direito de representação será exercido por meio de petição dirigida exclusivamente ao Ministério Público.
- c) não constitui abuso de autoridade deixar o Juiz de ordenar o relaxamento de prisão ou detenção ilegal que lhe seja comunicada.
- d) não contempla qualquer sanção administrativa.
- e) a legislação possui pena de reclusão para determinadas modalidades de abuso.

**GABARITO OFICIAL: A****JUSTIFICATIVA:**

- a) CERTO, porque: nos exatos termos do art. 7º, § 3º, da Lei de Abuso de Autoridade;
- b) Errado, porque: nos termos do art. 2º da Lei de Abuso de Autoridade, o direito de representação realmente será exercido por meio de petição, a qual, entretanto, não deve ser dirigida exclusivamente ao Ministério Público, podendo também ser dirigida à autoridade superior que tiver competência legal para aplicar, à autoridade civil ou militar culpada, a respectiva sanção;
- c) Errado, porque: nos termos do art. 4º, *d*, o juiz que deixar de ordenar o relaxamento de prisão ou detenção ilegal que lhe seja comunicada comete crime de abuso de autoridade;
- d) Errado, porque: nos termos do art. 6º da Lei de Abuso de Autoridade, o autor estará sujeito à sanção administrativa, civil e penal;

e) Errado, porque: nos termos do art. 6º, § 3º, da Lei de Abuso de Autoridade, a sanção penal consiste sempre em detenção de dez dias a seis meses.



### Preste Atenção:

Tratando-se de crime de abuso de autoridade, recebida a representação da vítima, o Ministério Público terá 48 horas para oferecer a denúncia, ao passo que o Juiz, recebido os autos, terá 48 horas para proferir o despacho, recebendo ou rejeitando a denúncia.

27. **(Delegado de Polícia – PC/CE – VUNESP – 2015)** O filho de João tem grave problema de saúde e precisa realizar custoso procedimento cirúrgico, que a família não tem condição de pagar. Imagine que Pedro empresta R\$ 50.000,00 a João, mas como garantia de tal dívida exige que João, de próprio punho e em documento escrito, confesse ter traído a própria esposa, bem como ter fraudado a empresa em que ambos trabalham, desviando recursos em proveito próprio. João cede à exigência a fim de obter o empréstimo. A conduta de Pedro
- é isenta de pena, por incidir causa supra legal que afasta a culpabilidade, qual seja, o consentimento da vítima.
  - configura exercício arbitrário das próprias razões.
  - é atípica, por ausência de previsão legal.
  - configura constrangimento ilegal.
  - configura extorsão indireta.

### GABARITO OFICIAL: E

#### JUSTIFICATIVA:

- Errado, porque: o crime de extorsão indireta não prevê nenhuma causa de isenção de pena.
- Errado, porque: o exercício arbitrário das próprias razões se configura quando o agente faz justiça pelas próprias mãos, para satisfazer pretensão, embora legítima, nos termos do art. 345 do CP.
- Errado, porque: a conduta de Pedro se trata de figura penalmente típica, descrita no art. 160 do CP.
- Errado, porque: o crime de constrangimento ilegal se configura quando o agente constrange alguém, mediante violência ou grave ameaça, ou depois de lhe haver reduzido, por qualquer outro meio, a capacidade de resistência, a não fazer o que a lei permite, ou a fazer o que ela não manda.
- CERTO, porque: a conduta de Pedro é exatamente a descrita no art. 160 do CP, havendo assim, perfeita adequação típica.



### Preste Atenção:

O crime de extorsão indireta só se configura quando o documento exigido ou recebido pelo credor se preste a instauração de procedimento criminal. No presente caso, Pedro só praticou o crime porque obrigou João assinar documento confessando eventual fraude praticada contra sua empresa, o que configura estelionato. Se a confissão fosse referente apenas ao fato dele ter traído sua esposa, a conduta de Pedro seria atípica, pois o adultério não pode dar causa a instauração de procedimento criminal, em razão da revogação do art. 240 do CP.

28. (Delegado de Polícia – PC/CE – VUNESP – 2015) Marcelo é aprovado em concurso público para o cargo de Delegado de Polícia. Sabe que seu vizinho tem expedido em seu desfavor mandado de prisão. Mesmo antes de assumir o cargo, Marcelo procura seu vizinho, que é proprietário de automóvel de luxo, e solicita-lhe comprar o veículo por 1/3 do preço de mercado, insinuando de modo implícito que caso a proposta não seja aceita efetuará sua prisão tão logo assuma o cargo público. O vizinho não cede e Marcelo, mesmo após assumir o cargo, não toma qualquer atitude em desfavor de seu vizinho. Marcelo praticou
- a) corrupção passiva.
  - b) estelionato, na modalidade tentada.
  - c) meros atos preparatórios.
  - d) corrupção passiva, na modalidade tentada.
  - e) concussão.

**GABARITO OFICIAL: A****JUSTIFICATIVA:**

- a) CERTO, porque: nos termos do art. 317 do CP, a corrupção passiva se configura pelo simples fato do agente solicitar para si a vantagem indevida, ainda que fora da função ou antes de assumi-la, mas desde que seja em razão dela, como no caso em estudo.
- b) Errado, porque: quando o agente se vale de sua função para obtenção de qualquer vantagem indevida, o crime é contra a Administração Pública e não contra o patrimônio.
- c) Errado, porque: o simples fato do agente ter solicitado a vantagem consistente na venda do automóvel por 1/3 do valor de mercado já alcança a fase de execução do iter criminis, vez que a conduta descrita no art. 317 do CP é solicitar, receber ou aceitar promessa de vantagem indevida.
- d) Errado, porque: a corrupção passiva é crime formal (de consumação antecipada ou de resultado cortado), cuja consumação não ocorre somente com o recebimento da vantagem indevida, mas também com a simples solicitação ou aceitação da promessa de tal vantagem.
- e) Errado, porque: a concussão somente se configura quando houver uma exigência de vantagem por parte do agente, ou seja, quando o enunciado falar em solicitação, o crime jamais pode ser de concussão, cujo verbo núcleo do tipo é exigir.

**Preste Atenção:**

A simples solicitação da vantagem indevida feita pelo funcionário público já configura crime de corrupção passiva consumado. Contudo, se houver efetivo recebimento da vantagem de sua parte, ocorre o que chamamos de mero exaurimento do crime, que está fora do *iter criminis*, mas é suscetível de influenciar na dosimetria de pena a ser aplicada em caso de condenação.

29. (Delegado de Polícia – PC/CE – VUNESP – 2015) O crime de usurpação de função pública é qualificado se
- a) do fato resulta prejuízo patrimonial para a Administração.
  - b) do fato o agente auferir vantagem.
  - c) ocorre em local ermo ou de difícil acesso ou durante repouso noturno.
  - d) praticado mediante o uso de uniforme ou insígnias ou qualquer outro elemento distintivo da atividade usurpada.
  - e) praticado em concurso de pessoas.

**GABARITO OFICIAL: B**

**JUSTIFICATIVA:**

- a) Errado, porque: o art. 328 do CP não prevê referida qualificadora, ou seja, assertiva errada por ausência de previsão legal.
- b) CERTO, porque: nos termos do art. 328, par. ún., do CP, se do fato o agente auferir vantagem, a pena, que era de detenção de três meses a dois anos e multa, passa a ser de reclusão de dois a cinco anos e multa, configurando assim uma qualificadora.
- c) Errado, porque: o art. 328 do CP não prevê referida qualificadora, ou seja, assertiva errada por ausência de previsão legal.
- d) Errado, porque: o art. 328 do CP não prevê referida qualificadora, ou seja, assertiva errada por ausência de previsão legal.
- e) Errado, porque: o art. 328 do CP não prevê referida qualificadora, ou seja, assertiva errada por ausência de previsão legal.

**Preste Atenção:**

O crime de usurpação de função pública somente se configura quando o agente efetivamente pratica algum ato que seja inerente ao exercício de uma função pública. Caso o agente apenas se intitule falsamente como funcionário, sem, contudo, praticar qualquer ato inerente à função, resta configurada a contravenção penal prevista no art. 45 da Lei das Contravenções Penais (Decreto Lei nº 3.688/1941).

30. **(Delegado de Polícia – PC/CE – VUNESP – 2015)** Assinale alternativa que contempla todas as hipóteses de decretação de interceptação telefônica (art. 3º, da Lei nº 9.296/1996).
- a) Pelo juiz, a requerimento da autoridade policial, na investigação criminal; ou pelo juiz, a requerimento do representante do Ministério Público, na investigação criminal e na instrução processual penal.
  - b) Pelo juiz, a requerimento da autoridade policial, na investigação criminal; ou a requerimento do representante do Ministério Público ou da autoridade policial, na instrução processual penal.
  - c) Pelo juiz, a requerimento da autoridade policial, na investigação criminal; ou a requerimento do representante do Ministério Público, na investigação criminal e na instrução processual penal.
  - d) Pelo juiz, de ofício, ou a requerimento da autoridade policial, na investigação criminal; ou a requerimento do representante do Ministério Público ou da autoridade policial, na instrução processual penal.
  - e) Pelo juiz, de ofício, ou a requerimento da autoridade policial, na investigação criminal; ou a requerimento do representante do Ministério Público, na investigação criminal e na instrução processual penal.

**GABARITO OFICIAL: E****JUSTIFICATIVA:**

- a) Errado, porque: nessa alternativa faltou a hipótese de decretação de ofício, pelo juiz.
- b) Errado, porque: além de não prever a hipótese de decretação de ofício pelo juiz, a autoridade policial só pode requerer interceptação telefônica na investigação criminal e não na instrução processual penal.
- c) Errado, porque: nessa alternativa também faltou a hipótese de decretação de ofício, pelo juiz.

- d) Errado, porque: como já dito antes, a autoridade policial só pode requerer interceptação telefônica na investigação criminal e não na instrução processual penal.
- e) CERTO, porque: essa alternativa prevê todas as hipóteses de decretação de interceptação telefônica previstas no art. 3º da Lei nº 9.296/1996.

**Preste Atenção:**

A interceptação telefônica só será admitida quando houver indícios razoáveis da autoria ou participação do agente em infração penal punida com reclusão e cuja prova não pode ser feita por outros meios disponíveis.

- 31. (Delegado de Polícia – PC/CE – VUNESP – 2015)** Com relação ao Estatuto do Desarmamento, Lei nº 10.826/2003, assinale a alternativa correta.
- a) É proibida a conduta de portar arma de fogo de uso permitido ou proibido, não se punindo, no estatuto, a conduta de portar ou possuir acessório ou munição para arma de fogo.
  - b) O porte de arma de fogo com numeração raspada, previsto no parágrafo único, inciso IV, do art. 16, refere-se tanto à arma de fogo de uso permitido como à arma de fogo de uso proibido/restrito.
  - c) O art. 16 prescreve que é proibido possuir, deter, portar, adquirir, fornecer, receber, ter em depósito, transportar, ceder, ainda que gratuitamente, emprestar, remeter, empregar, manter sob sua guarda ou ocultar arma de fogo de uso permitido sem autorização legal.
  - d) O crime de disparo de arma de fogo, previsto no art. 15 do estatuto, é autônomo, sendo que, na hipótese de o agente tentar matar a vítima com disparos de arma de fogo, responderá por tentativa de homicídio e pelo crime de disparo de arma de fogo em concurso material de delitos.
  - e) A vedação à concessão de fiança prevista no parágrafo único do art. 15 (disparo de arma de fogo) foi declarada constitucional pelo Supremo Tribunal Federal em ação direta de constitucionalidade.

**GABARITO OFICIAL: B****JUSTIFICATIVA:**

- a) Errado, porque: o Estatuto do Desarmamento pune tanto o porte ilegal de arma de fogo de uso permitido ou proibido quanto o porte ilegal de acessório ou munição para arma de fogo.
- b) CERTO, porque: em se tratando de arma de fogo com numeração, marca ou qualquer outro sinal de identificação raspado, suprimido ou adulterado, resta configurado o crime de porte ilegal de arma de fogo de uso restrito por equiparação, podendo ser a arma de uso permitido, proibido ou restrito.
- c) Errado, porque: o art. 16 se refere a posse ou porte ilegal de arma de fogo de uso restrito. No caso de condutas envolvendo arma de fogo de uso permitido, o crime é o do art. 12 (posse) ou do art. 14 (porte).
- d) Errado, porque: o crime de disparo de arma de fogo não é autônomo, mas sim subsidiário, pois ele só resta configurado quando a conduta do agente não tenha como finalidade a prática de outro crime. Assim, o disparo é absorvido pelo crime de tentativa de homicídio.
- e) Errado, porque: ao contrário do que consta na alternativa, através da ADI nº 3.112-1, o Supremo Tribunal Federal declarou inconstitucional a vedação à concessão de fiança em se tratando de crime de disparo de arma de fogo.

**Preste Atenção:**

Na ADI mencionada na alternativa anterior, além do par. ún. do art. 15 (vedação de fiança para disparo de arma de fogo), o Supremo Tribunal Federal também declarou inconstitucional o par. ún. do art. 14 (vedação de fiança para porte ilegal de arma de fogo de uso permitido) e o art. 21, que negava liberdade provisória aos acusados de posse ou porte ilegal de arma de uso restrito, comércio ilegal de arma e tráfico internacional de arma.

- 32. (Delegado de Polícia – PC/CE – VUNESP – 2015)** Pode-se afirmar sobre o crime de tortura, regulado pela Lei nº 9.455/1997, que:
- será sempre de competência da Justiça Federal, independentemente do lugar do crime.
  - é crime equiparado ao hediondo, caso ocorra o resultado morte.
  - quando praticado pelo militar, ele será julgado pela Justiça Militar.
  - o condenado por crime de tortura poderá perder o cargo, função ou emprego público, desde que este efeito seja expressamente declarado na sentença.
  - as lesões leves suportadas pela vítima serão absorvidas pelo crime de tortura.

**GABARITO OFICIAL: E****JUSTIFICATIVA:**

- Errado, porque: o crime de tortura pode ser tanto de competência da Justiça Federal (quando se amolda as hipóteses do art. 109 da CF/1988) quanto de competência da Justiça Estadual (nos demais casos).
- Errado, porque: o crime de tortura será sempre equiparado a hediondo, ainda que não ocorra o resultado morte, o que torna a alternativa incompleta.
- Errado, porque: ainda que seja praticado por militar, o crime de tortura não se qualifica como delito de natureza castrense, sendo, portanto, de competência da Justiça comum (federal ou estadual), ainda que praticado por membro das Forças Armadas ou por integrante da Polícia Militar. (STF – AgIn nº 769637/MG – rel. Min. Celso de Mello – j. 8-9-2010 – *Dje* 15-10-2013).
- Errado, porque: em se tratando de crime de tortura, a perda do cargo, função ou emprego público é efeito automático da condenação, conforme art. 1º, § 5º, da Lei nº 9.455/1997, sendo esse o entendimento dos Tribunais Superiores.
- CERTO, porque: as lesões corporais de natureza leve restam absorvidas pelo crime de tortura, em razão da incidência do princípio da consunção (ou absorção).

**Preste Atenção:**

Só restam absorvidas pela tortura as lesões corporais de natureza leve, pois se resultar lesão corporal de natureza grave ou gravíssima, resta evidenciada uma qualificadora, cuja pena que era de reclusão de dois a oito anos, passa a ser de reclusão de quatro a dez anos, nos termos do art. 1º, § 3º, da Lei nº 9.455/1997.

- 33. (Delegado de Polícia – PC/CE – VUNESP – 2015)** Sobre a Lei de Organizações Criminosas, Lei nº 12.850/2013, é correto afirmar que
- alterou (aumentando para 2 a 4 anos e multa) as penas previstas para o delito do art. 342 do Código Penal (Crime de falso testemunho).
  - pode ter por objeto a investigação de qualquer crime, desde que apenado com reclusão.

- c) define organização criminosa como sendo, dentre outros, uma associação de no mínimo cinco agentes.
- d) o acordo de colaboração realizado entre o delegado de polícia, o investigado e o defensor somente será válido se formalizado na presença de um juiz, que em seguida o homologará.
- e) autoriza a infiltração, por policiais, em atividade de investigação, independentemente da existência de investigação formal iniciada, exatamente para preservar o sigilo das investigações.

### GABARITO OFICIAL: A

#### JUSTIFICATIVA:

- a) CERTO, porque: a Lei de Organizações Criminosas alterou a pena do crime de falso testemunho previsto no art. 342 do CP, que antes era de reclusão de 1 a 3 anos.
- b) Errado, porque: a Lei de Organizações Criminosas só pode ter como objeto de investigação as infrações penais cujas penas máximas sejam superiores a quatro anos, ou que sejam de caráter transnacional.
- c) Errado, porque: para caracterização de organização criminosa, exige-se a associação de quatro ou mais pessoas, não se exigindo o mínimo de cinco.
- d) Errado, porque: o juiz não participará das negociações realizadas entre as partes para a formalização do acordo de colaboração, que ocorrerá apenas entre o delegado de polícia, o investigado e o defensor, com a manifestação do Ministério Público, ou, conforme o caso, entre o Ministério Público e o investigado ou acusado e seu defensor.
- e) Errado, porque: a infiltração só é possível em tarefas de investigação, ou seja, não é cabível infiltração sem que haja investigação formal iniciada, pois se trata de diligência que depende sempre de circunstanciada, motivada e sigilosa autorização judicial.



#### Preste Atenção:

Assim como ocorre nos crimes de tortura, a Lei de Organizações Criminosas também prevê como efeito automático da condenação a perda do cargo, função, emprego ou mandato eletivo. Contudo, o crime de tortura prevê sua interdição pelo dobro do prazo da pena aplicada, ao passo que a Lei de Organizações Criminosas prevê a interdição para o exercício de função ou cargo público pelo prazo de oito anos, subsequentes ao cumprimento da pena.

- 34. (Escrivão de Polícia – PC/CE – VUNESP – 2015)** O indivíduo B provocou aborto com o consentimento da gestante, em 1º de fevereiro de 2010, e foi condenado, em 20 de fevereiro de 2013, pela prática de tal crime à pena de oito anos de reclusão. A condenação já transitou em julgado. Na hipótese do crime de aborto, com o consentimento da gestante, deixar de ser considerado crime por força de uma lei que passe a vigorar a partir de 2 de fevereiro de 2015, assinale a alternativa correta no tocante à consequência dessa nova lei à condenação imposta ao indivíduo B.
- a) A nova lei será aplicada para os fatos praticados pelo indivíduo B, cessando em virtude dela a execução e os efeitos penais da sentença condenatória.
  - b) A nova lei só irá gerar algum efeito sobre a condenação do indivíduo B se prever expressamente que se aplica a fatos anteriores.
  - c) A nova lei só seria aplicada para os fatos praticados pelo indivíduo B se a sua entrada em vigência ocorresse antes de 01 de fevereiro de 2015.
  - d) Não haverá consequência à condenação imposta ao indivíduo B visto que já houve o trânsito em julgado da condenação.

e) A nova lei será aplicada para os fatos praticados pelo indivíduo B, contudo só fará cessar a execução persistindo os efeitos penais da sentença condenatória, tendo em vista que esta já havia transitado em julgado.

**GABARITO OFICIAL: A****JUSTIFICATIVA:**

- a) CERTO, porque: nos termos do art. 2º do CP: “Ninguém pode ser punido por fato que lei posterior deixa de considerar crime, cessando em virtude dela a execução e os efeitos penais da sentença condenatória.” É a chamada “*abolitio criminis*”.
- b) Errado, porque: a retroatividade da lei benéfica independe de expressa previsão legal na lei nova.
- c) Errado, porque: nos termos do art. 2º do CP, a lei posterior que deixa de considerar determinado fato como crime, faz cessar tanto a execução da pena quanto os efeitos penais da sentença condenatória, alcançando todos os atos praticados antes de sua vigência.
- d) Errado, porque: a lei posterior, que de qualquer modo favorecer o agente, aplica-se aos fatos anteriores, ainda que decididos por sentença condenatória transitada em julgado, conforme par. ún. do art. 2º do CP.
- e) Errado, porque: a lei benéfica faz cessar tanto a execução da pena quanto os efeitos penais da sentença condenatória.

**Preste Atenção:**

A nova lei que deixa de considerar determinado fato como criminoso é denominada “*abolitio criminis*”, tratando-se de uma causa de extinção da punibilidade, conforme art. 107, III, do Código Penal, que atinge, inclusive, fatos já decididos por força de sentença condenatória transitada em julgado.

**35. (Escrivão de Polícia – PC/CE – VUNESP – 2015)** No que diz respeito à contagem de prazo no Código Penal, assinale a alternativa correta.

- a) Inicia-se o cômputo do prazo dois dias após o dia do começo.
- b) O dia do começo exclui-se no cômputo do prazo nas hipóteses de crime contra a vida.
- c) O dia do começo inclui-se no cômputo do prazo.
- d) O dia do começo exclui-se no cômputo do prazo.
- e) O dia do começo é irrelevante no cômputo do prazo.

**GABARITO OFICIAL: C****JUSTIFICATIVA:**

- a) Errado, porque: inicia-se o cômputo do prazo no dia do começo.
- b) Errado, porque: no CP, o dia do começo nunca se exclui no cômputo do prazo, qualquer que seja o crime.
- c) CERTO, porque: nos termos do art. 10 do CP, o dia do começo inclui-se no cômputo do prazo.
- d) Errado, porque: como já mencionado, no CP, o dia do começo nunca exclui-se no cômputo do prazo.
- e) Errado, porque: o dia do começo é de extrema relevância no cômputo do prazo, pois incluindo-se ele na contagem, será mais benéfico ao réu.

**Preste Atenção:**

Tratando-se de contagem de prazo penal, o dia do começo inclui-se no cômputo do prazo, conforme art. 10 do CP. Por sua vez, tratando-se de prazo processual penal, o dia do começo não se computará no prazo, conforme art. 798, § 1º do Código de Processo Penal.

36. **(Escrivão de Polícia – PC/CE – VUNESP – 2015)** Com relação à consumação e tentativa do crime, nos termos previstos no Código Penal, é correto afirmar que
- diz-se o crime consumado, quando nele se reúnem a maioria dos elementos de sua definição legal.
  - diz-se o crime tentado quando não se exaure por circunstâncias alheias à vontade do agente.
  - diz-se o crime tentado quando, iniciada a cogitação, não se consuma por circunstâncias alheias à vontade do agente.
  - salvo disposição em contrário, pune-se a tentativa com a pena correspondente ao crime consumado, diminuída de um a dois terços.
  - diz-se o crime consumado, quando nele se reúnem dois terços dos elementos de sua definição legal.

**GABARITO OFICIAL: D****JUSTIFICATIVA:**

- Errado, porque: nos termos do art. 14, I, do CP, diz ser o crime consumado quando nele se reúnem todos os elementos de sua definição legal e não a maioria deles.
- Errado, porque: nos termos do art. 14, II, do CP, o crime é considerado tentado quando não se consuma por circunstâncias alheias à vontade do agente, nada falando sobre exaurimento.
- Errado, porque: diz-se o crime tentado quando, iniciada a execução, não se consuma por circunstâncias alheias à vontade do agente, nada falando sobre cogitação.
- CERTO, porque: nos exatos termos do art. 14, par. ún., do CP, quanto mais próximo o agente chega da consumação, menor será a diminuição da pena, devendo-se levar em conta o iter criminis percorrido pelo agente.
- Errado, porque: conforme já dito anteriormente, o art. 14, I, do CP, diz ser o crime consumado aquele em que nele se reúnem todos os elementos de sua definição legal e não apenas dois terços deles.

**Preste Atenção:**

A regra é a de que o crime tentado tenha a mesma pena do crime consumado, diminuída de um a dois terços. Contudo, há hipóteses em que o crime tentado recebe a mesma pena do crime consumado. Isso ocorre quando a tentativa estiver descrita no próprio tipo penal, como, por exemplo, no crime descrito no art. 352 do CP, que descreve as condutas de evadir-se ou de tentar evadir-se. São os chamados crimes de atentado ou de empreendimento.

37. **(Escrivão de Polícia – PC/CE – VUNESP – 2015)** Sobre o concurso material de crimes, o Código Penal estabelece que
- quando o agente, mediante mais de uma ação ou omissão, pratica dois ou mais crimes, idênticos ou não, aplicam-se cumulativamente as penas privativas de liberdade em que haja incorrido.

- b) quando o agente, mediante uma só omissão, pratica dois ou mais crimes, idênticos ou não, aplicam-se cumulativamente as penas privativas de liberdade em que haja incorrido.
- c) quando o agente, mediante mais de uma ação ou omissão, pratica dois ou mais crimes, idênticos ou não, aplica-se a mais grave das penas cabíveis ou, se iguais, somente uma delas, mas aumentada, em qualquer caso, de um sexto até dois terços.
- d) quando o agente, mediante uma só ação, pratica dois ou mais crimes, idênticos ou não, aplicam-se cumulativamente as penas privativas de liberdade em que haja incorrido.
- e) quando o agente, mediante mais de uma ação ou omissão, pratica dois ou mais crimes, idênticos ou não, aplica-se a mais grave das penas cabíveis ou, se iguais, somente uma delas, mas aumentada, em qualquer caso, de um sexto até metade.

### GABARITO OFICIAL: A

#### JUSTIFICATIVA:

- a) CERTO, porque: nos termos do art. 69 do CP, o concurso material de crimes se verifica quando o agente, mediante mais de uma ação ou omissão (pluralidade de condutas), pratica dois ou mais crimes, idênticos ou não, devendo as penas nesse caso, serem somadas.
- b) Errado, porque: quando o agente pratica dois ou mais crimes, mediante uma só omissão (unicidade de conduta), resta configurado o concurso formal e não o material, conforme art. 70 do CP.
- c) Errado, porque: quando o agente, mediante mais de uma ação ou omissão (pluralidade de condutas), pratica dois ou mais crimes, idênticos ou não, resta configurado concurso material, devendo as penas, nesse caso, serem somadas.
- d) Errado, porque: quando o agente pratica dois ou mais crimes, mediante uma só ação (unicidade de conduta), resta configurado o concurso formal e não o material, conforme art. 70 do CP.
- e) Errado, porque: conforme já dito, quando o agente, mediante mais de uma ação ou omissão, pratica dois ou mais crimes, idênticos ou não, resta configurado o concurso material, devendo as penas, nesse caso, serem somadas.



#### Preste Atenção:

Tratando-se de concurso material de crimes (mediante mais de uma ação ou omissão) as penas devem ser somadas. É o princípio do cúmulo material. Por sua vez, tratando-se de concurso formal de crimes (uma só ação ou omissão), deve ser aplicada apenas a mais grave das penas cabíveis ou, se iguais, somente uma delas, mas aumentada, em qualquer caso, de um sexto até metade. É o sistema da exasperação.

38. (Escrivão de Polícia – PC/CE – VUNESP – 2015) Segundo o previsto no Código Penal, incorrerá na excludente de ilicitude denominada estado de necessidade aquele que
- a) atua ou se omite sem a consciência da ilicitude do fato, quando não lhe era possível, nas circunstâncias, ter ou atingir essa consciência.
  - b) pratica o fato para salvar de perigo atual, que não provocou por sua vontade, nem podia de outro modo evitar, direito próprio ou alheio, cujo sacrifício, nas circunstâncias, não era razoável exigir-se.
  - c) pratica o fato para salvar de perigo atual, que não provocou por sua vontade, nem podia de outro modo evitar, direito próprio ou alheio, cujo sacrifício, nas circunstâncias, era razoável exigir-se.
  - d) tendo o dever legal de enfrentar o perigo, pratica o fato para salvar de perigo atual, que não provocou por sua vontade, nem podia de outro modo evitar, direito próprio ou alheio, cujo sacrifício, nas circunstâncias, não era razoável se exigir.

- e) pratica o fato usando moderadamente dos meios necessários, para repelir injusta agressão, atual ou iminente, a direito seu ou de outrem.

**GABARITO OFICIAL: B****JUSTIFICATIVA:**

- a) Errado, porque: aquele que atua ou se omite sem a consciência da ilicitude do fato, quando não lhe era possível, nas circunstâncias, ter ou atingir essa consciência, age em erro inevitável, nos termos do par. ún. do art. 21 do CP.
- b) CERTO, porque: nos exatos termos do art. 24 do CP.
- c) Errado, porque: o estado de necessidade só se configura quando o sacrifício, nas circunstâncias, não era razoável exigir-se. A alternativa fala em sacrifício razoável de exigir-se.
- d) Errado, porque nos termos do art. 24, § 1º, do CP, não pode alegar estado de necessidade quem tinha o dever legal de enfrentar o perigo.
- e) Errado, porque essa alternativa retrata hipótese de legítima defesa e não de estado de necessidade.

**Preste Atenção:**

No que pertine ao estado de necessidade, o Código Penal brasileiro adotou a teoria unitária, pois entende que o estado de necessidade só será considerado excluyente de ilicitude quando o bem jurídico salvaguardado for de valor maior ou igual ao bem jurídico sacrificado (justificante). Se o bem salvaguardado for de menor valor que o sacrificado, não haverá exclusão do crime, mas apenas causa de diminuição de pena de um a dois terços.

- 39. (Escrivão de Polícia – PC/CE – VUNESP – 2015)** No tocante às disposições do Código Penal relativas à culpabilidade e imputabilidade, é correto afirmar que

- a) se o fato é cometido sob coação irresistível ou em estrita obediência à ordem, manifestamente ilegal, de superior hierárquico, só é punível o autor da coação ou da ordem.
- b) a pena pode ser reduzida de um a dois terços se o agente, por doença mental ou desenvolvimento mental incompleto ou retardado era, ao tempo da ação ou da omissão, inteiramente incapaz de entender o caráter ilícito do fato ou de determinar-se de acordo com esse entendimento.
- c) a embriaguez culposa pelo álcool ou substância de efeitos análogos exclui a imputabilidade penal.
- d) a embriaguez voluntária pelo álcool ou substância de efeitos análogos exclui a imputabilidade penal.
- e) a pena pode ser reduzida de um a dois terços se o agente, em virtude de perturbação de saúde mental ou por desenvolvimento mental incompleto ou retardado, não era inteiramente capaz de entender o caráter ilícito do fato ou de determinar-se de acordo com esse entendimento.

**GABARITO OFICIAL: E****JUSTIFICATIVA:**

- a) Errado, porque: nos termos do art. 22 do CP, a punibilidade do agente só é afastada quando pratica o fato em estrita obediência à ordem não manifestamente ilegal de superior hierárquico. Se a ordem for manifestamente ilegal, o agente responde por sua conduta.

- b) Errado, porque: nos casos em que o agente é inteiramente incapaz, resta configurada a inimputabilidade, o que o isenta de pena e não a diminui, aplicando-se assim a medida de segurança.
- c) Errado, porque: nos termos do art. 28, II, do CP, a embriaguez culposa pelo álcool ou substância de efeitos análogos não exclui a imputabilidade penal.
- d) Errado, porque: nos termos do art. 28, II, do CP, a embriaguez voluntária pelo álcool ou substância de efeitos análogos também não exclui a imputabilidade penal.
- e) CERTO, porque: nos exatos termos do par. ún. do art. 26 do CP. É hipótese de semi-imputabilidade penal, em que o juiz pode aplicar pena diminuída ou ainda aplicar medida de segurança.

**Preste Atenção:**

Assim como a embriaguez voluntária ou culposa pelo álcool ou substância de efeitos análogos, a emoção (sentimento abrupto e de curta duração) e a paixão (sentimento duradouro) também não excluem a imputabilidade penal.

40. **(Escrivão de Polícia – PC/CE – VUNESP – 2015)** Assinale a alternativa correta no que diz respeito aos crimes contra a vida previstos no Código Penal
- a) No crime de homicídio, a prática deste mediante paga ou promessa de recompensa, ou por outro motivo torpe são circunstâncias que, apesar de não qualificar o crime, caracterizam-se como causas de aumento de pena.
  - b) No crime de induzimento, instigação ou auxílio a suicídio, a prática da conduta criminosa por motivo egoístico é circunstância que qualifica o crime.
  - c) Não se pune o aborto praticado por médico se não há outro meio de salvar a vida da gestante.
  - d) O crime de aborto provocado pela gestante ou com seu consentimento equipara-se e possui a mesma pena que o aborto provocado por terceiro.
  - e) No crime de homicídio simples, se o agente comete o crime impelido por motivo de relevante valor social ou moral, ou sob o domínio de violenta emoção, logo em seguida a injusta provocação da vítima, o juiz deve conceder o perdão judicial.

**GABARITO OFICIAL: C****JUSTIFICATIVA:**

- a) Errado, porque: o homicídio praticado mediante paga ou promessa de recompensa ou por outro motivo torpe são hipóteses de qualificadoras e não causas de aumento de pena, conforme art. 121, § 2º, I, do CP.
- b) Errado, porque: no crime de induzimento, instigação ou auxílio a suicídio, o motivo egoístico é uma causa de aumento de pena e não uma qualificadora, conforme par. ún. do art. 122 do CP, que prevê que a pena seja aplicada em dobro.
- c) CERTO, porque: nos exatos termos do art. 128, I, do CP. É o chamado aborto necessário ou terapêutico.
- d) Errado, porque: o crime de aborto provocado pela gestante ou com seu consentimento está descrito no art. 124 do CP, cuja pena é de detenção, de um a três anos, ao passo que o aborto provocado por terceiro está descrito no art. 126 do CP e tem pena de reclusão, de um a quatro anos, não tendo o que se falar em equiparação, por serem crimes distintos.
- e) Errado, porque: nos termos do art. 121, § 1º do CP, se o agente comete o crime impelido por motivo de relevante valor social ou moral, ou sob o domínio de violenta emoção, logo em seguida a injusta provocação da vítima, resta configurada uma causa de diminuição de pena. É o homicídio doutrinariamente denominado “privilegiado”, podendo o juiz, nesse caso, reduzir a pena de um sexto a um terço e não conceder perdão judicial, pois este só é cabível no homicídio culposo.

**Preste Atenção:**

Os casos de aborto necessário (para salvar a vida da gestante) e sentimental (quando a gravidez resulta de estupro) são hipóteses legais de abortos permitidos, pois descritos no próprio Código Penal. Porém, no que tange ao aborto eugenésico (de feto anencéfalo), não se trata de hipótese legal, tendo, contudo, o Supremo Tribunal Federal, julgado procedente Ação de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF nº 54) declarando atípica a interrupção da gravidez de feto anencéfalo.

41. **(Escrivão de Polícia – PC/CE – VUNESP – 2015)** No crime de furto, caracteriza-se como causa de aumento de pena, mas não qualificadora do crime
- a) a prática do crime mediante concurso de duas ou mais pessoas.
  - b) a prática do crime durante o repouso noturno.
  - c) a prática do crime com abuso de confiança, ou mediante fraude, escalada ou destreza.
  - d) a prática do crime com emprego de chave falsa.
  - e) a prática do crime com destruição ou rompimento de obstáculo à subtração da coisa.

**GABARITO OFICIAL: B****JUSTIFICATIVA:**

- a) Errado, porque: o concurso de duas ou mais pessoas caracteriza uma qualificadora, nos termos do art. 155, § 4º, IV, do CP.
- b) CERTO, porque: nos termos do art. 155, § 1º do CP, se o furto é praticado durante o repouso noturno, a pena aumenta-se de um terço.
- c) Errado, porque: a prática do crime com abuso de confiança, ou mediante fraude, escalada ou destreza, caracteriza uma qualificadora, nos termos do art. 155, § 4º, II, do CP.
- d) Errado, porque: a prática do crime com emprego de chave falsa caracteriza uma qualificadora, nos termos do art. 155, § 4º, III, do CP.
- e) Errado, porque: a prática do crime mediante destruição ou rompimento de obstáculo à subtração da coisa caracteriza uma qualificadora, nos termos do art. 155, § 4º, I, do CP.

**Preste Atenção:**

Contrariando entendimento que era tido como pacífico, o Superior Tribunal de Justiça decidiu recentemente que a causa de aumento de pena de um terço, prevista no § 1º do art. 155 do CP (repouso noturno), é aplicável tanto na forma simples (*caput*) quanto na forma qualificada (§ 4º do delito de furto, entendendo que são circunstâncias diversas que incidem em momentos diferentes da aplicação da pena, ou seja, o fato da causa de aumento de pena vir antes das qualificadoras não é fator que impede sua incidência. (STJ – HC nº 306.450/SP – rel. Min. Maria Thereza de Assis Moura – j. 4-12-2014 – DJe 17-12-2014).

42. **(Escrivão de Polícia – PC/CE – VUNESP – 2015)** Assinale a alternativa que indica corretamente crimes que, de acordo com o texto constitucional, a lei considerará inafiançáveis e insuscetíveis de graça ou anistia, por eles respondendo os mandantes, os executores e os que, podendo evitá-los, omitirem-se.
- a) O tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, o terrorismo, os definidos como crimes hediondos e o assédio sexual.

- b) A posse e o tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, o terrorismo, os definidos como crimes hediondos e o racismo.
- c) A prática da tortura, o tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, o terrorismo e os definidos como crimes hediondos.
- d) A prática da tortura, a posse e o tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins e o terrorismo.
- e) A prática da tortura, o terrorismo e os definidos como crimes hediondos e o assédio sexual.

**GABARITO OFICIAL: C****JUSTIFICATIVA:**

- a) Errado, porque: o assédio sexual não consta no texto constitucional como sendo inafiançável e insuscetível de graça ou anistia.
- b) Errado, porque: diferente do tráfico, a simples posse de entorpecentes e drogas afins não consta no texto constitucional como sendo inafiançável e insuscetível de graça ou anistia.
- c) CERTO, porque: nos exatos termos do art. 5º, XLIII, da CF/1988.
- d) Errado, porque: como já dito, a simples posse de entorpecentes e drogas afins não consta no texto constitucional como sendo inafiançável e insuscetível de graça ou anistia.
- e) Errado, porque: como já dito, o assédio sexual não consta no texto constitucional como sendo inafiançável e insuscetível de graça ou anistia.

**Preste Atenção:**

A prática da tortura, o tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, o terrorismo e os definidos como crimes hediondos, embora sejam inafiançáveis e insuscetíveis de graça ou anistia, são todos prescritíveis. Os únicos dois crimes considerados imprescritíveis em nosso ordenamento jurídico estão previstos no art. 5º, XLII e XLIV da Constituição Federal, que prevê, respectivamente, a prática do racismo e a ação de grupos armados, civis ou militares, contra a ordem constitucional e o Estado Democrático.

43. **(Escrivão de Polícia – PC/CE – VUNESP – 2015)** Segundo o disposto na Lei nº 9.296/1996 (Interceptação Telefônica), a gravação dos áudios decorrente da interceptação telefônica que não interessar à prova será inutilizada por decisão judicial:
- a) somente durante a execução da pena imposta na condenação ou após o trânsito em julgado da decisão que absolveu o acusado.
  - b) após a instrução processual independentemente de requerimento do Ministério Público ou da parte interessada.
  - c) durante o inquérito, a instrução processual ou após esta, em virtude de requerimento do Ministério Público ou da parte interessada.
  - d) somente após a instrução processual, em virtude de requerimento do Ministério Público ou da parte interessada.
  - e) somente durante a instrução processual ou após esta, em virtude de requerimento do Ministério Público ou da parte interessada.

**GABARITO OFICIAL: C****JUSTIFICATIVA:**

- a) Errado, porque: nos termos do art. 9º, da Lei nº 9.296/1996, a gravação que não interessar à prova será inutilizada por decisão judicial, durante o inquérito, a instrução processual ou após esta.

- b) Errado, porque: a inutilização da gravação que não interessar à prova pode ser inutilizada durante o inquérito, ou seja, mesmo antes da instrução processual. Ademais, essa diligência sempre depende de requerimento do Ministério Público ou da parte interessada.
- c) CERTO, porque: nos exatos termos do art. 9º da Lei de Interceptações Telefônicas.
- d) Errado, porque: como já dito, a gravação que não interessar à prova pode ser inutilizada durante o inquérito, ou seja, mesmo antes da instrução processual.
- e) Errado, porque: como já dito, a gravação que não interessar à prova pode ser inutilizada durante o inquérito, ou seja, mesmo antes da instrução processual.

**Preste Atenção:**

No curso de uma interceptação telefônica, a autoridade policial pode se deparar com duas situações novas, tomando ciência da prática de outro crime que não aquele originariamente investigado, ou ainda, do envolvimento de uma outra pessoa que não era objeto da investigação. A esse encontro fortuito de provas a doutrina dá o nome de serendipidade.

44. **(Escrivão de Polícia – PC/CE – VUNESP – 2015)** É cominada pena de detenção aos seguintes crimes da Lei nº 10.826/2003 (Estatuto do Desarmamento):
- a) posse de arma de fogo de uso permitido e posse de arma de fogo de uso restrito.
  - b) disparo de arma de fogo e porte ilegal de arma de fogo de uso permitido.
  - c) posse irregular de arma de fogo de uso permitido e porte ilegal de arma de fogo de uso permitido.
  - d) posse irregular de arma de fogo de uso permitido e omissão de cautela.
  - e) disparo de arma de fogo e omissão de cautela.

**GABARITO OFICIAL: D****JUSTIFICATIVA:**

- a) Errado, porque: nos termos do art. 16 do Estatuto do Desarmamento, a posse de arma de fogo de uso restrito é apenada com reclusão, de três a seis anos;
- b) Errado, porque: nos termos do art. 15 do Estatuto do Desarmamento, o disparo de arma de fogo é apenado com reclusão, de dois a quatro anos, sendo esta também a pena prevista para o crime de porte ilegal de arma de fogo de uso permitido, previsto no art. 14;
- c) Errado, porque: como já dito, nos termos do art. 14 do Estatuto do Desarmamento, o porte ilegal de arma de fogo de uso permitido é apenado com reclusão, de dois a quatro anos;
- d) CERTO, porque: nos termos do art. 12 do Estatuto do Desarmamento, a posse irregular de arma de fogo de uso permitido é apenada com detenção, de um a três anos, ao passo que a omissão de cautela, prevista no art. 13 do mesmo diploma, é apenada com detenção, de um a dois anos;
- e) Errado, porque: como já dito, nos termos do art. 15 do Estatuto do Desarmamento, o disparo de arma de fogo é apenado com reclusão, de dois a quatro anos.

**Preste Atenção:**

Trata-se de questão que exige puro conhecimento do texto de lei, motivo pelo qual é importante ficarmos atentos às espécies de penas cominadas aos crimes. Vale ressaltar que, nos termos do art. 33 do CP, detenção e reclusão são espécies de pena privativa de liberdade. Porém, atente-se que a reclusão é aplicável aos crimes cujo bem jurídico é de maior importância, pois permite o cumprimento da pena em regime fechado, semiaberto ou aberto. Por outro lado, a detenção, em regra, só permite o cumprimento da pena em regime semiaberto ou aberto, sendo, portanto, mais branda.

45. **(Escrivão de Polícia – PC/CE – VUNESP – 2015)** O condenado por crime hediondo, de acordo com o texto legal (Lei nº 8.072/90 – Lei dos Crimes Hediondos),
- pode, a critério do juiz, apelar em liberdade e, se primário, alcança o lapso temporal necessário à progressão do regime prisional cumpridos 2/5 da pena.
  - pode, a critério do juiz, apelar em liberdade e, se primário, alcança o lapso temporal necessário à progressão do regime prisional cumprido 1/6 da pena.
  - não pode apelar em liberdade e não tem direito à progressão de regime.
  - não pode apelar em liberdade e, se reincidente, alcança o lapso temporal necessário à progressão do regime prisional cumpridos 3/5 da pena.
  - pode, a critério do juiz, apelar em liberdade e, se reincidente, alcança o lapso temporal necessário à progressão do regime prisional cumpridos 2/3 da pena.

**GABARITO OFICIAL: A****JUSTIFICATIVA:**

- CERTO, porque: nos termos do art. 2º, § 3º, da Lei dos Crimes Hediondos, em caso de sentença condenatória, o juiz decidirá fundamentadamente se o réu poderá apelar em liberdade. Por sua vez, nos termos do art. 2º, § 2º, o réu primário tem direito a progressão do regime após o cumprimento de 2/5 da pena.
- Errado, porque: o lapso temporal de 1/6 de cumprimento da pena não é requisito aplicável para progressão do regime prisional no caso de crimes hediondos, mas somente no caso de crimes comuns, nos termos do art. 112 da Lei de Execuções Penais (Lei nº 7.210/1984).
- Errado, porque: conforme já dito, nos termos do art. 2º, § 3º, da Lei dos Crimes Hediondos, em caso de sentença condenatória, o juiz decidirá fundamentadamente se o réu poderá apelar em liberdade. Ademais, embora a lei exija lapso temporal diferenciado, o condenado por crime hediondo tem direito a progressão do regime.
- Errado, porque: conforme já dito, nos termos do art. 2º, § 3º, da Lei dos Crimes Hediondos, em caso de sentença condenatória, o juiz decidirá fundamentadamente se o réu poderá apelar em liberdade.
- Errado, porque: se tratando de réu reincidente, o lapso temporal exigido para a progressão do regime prisional é de 3/5 e não 2/3 da pena.

**Preste Atenção:**

A regra é de que os condenados por crimes hediondos tenham direito a progressão do regime prisional, após o cumprimento de 2/5 da pena, se o apenado for primário, e de 3/5, se reincidente. Contudo, através da Súmula nº 471, o Superior Tribunal de Justiça esposou entendimento no sentido de que os condenados por crimes hediondos ou assemelhados cometidos antes da vigência da Lei nº 11.464/2007 (entrou em vigor em 29-3-2007) sujeitam-se ao disposto no art. 112 da Lei de Execuções Penais para a progressão de regime prisional, ou seja, após cumprirem apenas 1/6 da pena.

46. **(Escrivão de Polícia – PC/CE – VUNESP – 2015)** De acordo com a Lei nº 7.716/89, é típica a conduta de fabricar bandeiras estampadas com a cruz suástica?
- Sim, mas se trata de crime que se processa mediante ação pública condicionada à representação do ofendido.
  - Não, em atenção ao princípio constitucional da liberdade de expressão.
  - Sim, se trata de crime que se processa mediante ação privada.
  - Sim, desde que fabricada com o fim de divulgar o nazismo.
  - Sim, desde que sem prévia autorização da autoridade competente.

**GABARITO OFICIAL: D**

**JUSTIFICATIVA:**

- a) Errado, porque: embora o enunciado retrate uma figura típica descrita no art. 20, § 1º da Lei nº 7.716/1989, trata-se de um crime de ação penal pública incondicionada e não condicionada a representação do ofendido.
- b) Errado, porque: conforme já dito, trata-se de uma figura típica descrita no art. 20, § 1º, da Lei nº 7.716/1989, cuja conduta não está acobertada pela liberdade de expressão.
- c) Errado, porque: se trata de crime que se processa mediante ação penal pública incondicionada e não mediante ação privada.
- d) CERTO, porque: nos termos do art. 20, § 1º, da Lei nº 7.716/1989, é típica a conduta de fabricar, comercializar, distribuir ou veicular símbolos, emblemas, ornamentos, distintivos ou propaganda que utilizem a cruz suástica ou gamada, para fins de divulgação do nazismo.
- e) Errado, porque inexistente possibilidade da obtenção de autorização para fabricação de bandeiras que ostentem a cruz suástica.

**Preste Atenção:**

O crime de racismo descrito na Lei nº 7.716/1989 se verifica quando a vítima sofre algum tipo de proibição de comportamento mediante uma conduta de segregação, seja por discriminação ou por preconceito de raça, cor, etnia, religião ou procedência nacional. Como por exemplo, recusando atendimento ou impedindo que a pessoa pratique uma conduta a todos permitida. Por sua vez, o crime de injúria racial descrito no art. 140, § 3º, do CP, ocorre quando o agente ofende a honra subjetiva da vítima, proferindo-lhe impropérios mediante utilização de elementos referentes a raça ou a cor. O racismo é imprescritível e se processa mediante ação penal pública incondicionada, enquanto a injúria é prescritível e somente se processa mediante representação da vítima.

- 47. (Escrivão de Polícia – PC/CE – VUNESP – 2015)** O crime de tortura (Lei nº 9.455/1997) tem pena aumentada de um sexto até um terço se for praticado
- a) ininterruptamente, por período superior a 24 h.
  - b) em concurso de pessoas
  - c) por motivos políticos.
  - d) contra mulher
  - e) por agente público.

**GABARITO OFICIAL: E****JUSTIFICATIVA:**

- a) Errado, porque: inexistente essa causa de aumento de pena no art. 1º, § 4º, da Lei de Tortura. Cuidado com a pegadinha, pois período superior a 24 horas é uma qualificadora do crime de extorsão mediante sequestro previsto no art. 159 do CP.
- b) Errado, porque: inexistente essa causa de aumento de pena no art. 1º, § 4º, da Lei de Tortura. Concurso de pessoas é uma causa de aumento de pena do crime de roubo, previsto no art. 157 do CP, ou ainda uma qualificadora do crime de furto, previsto no art. 155 do CP.
- c) Errado, porque: inexistente essa causa de aumento de pena no art. 1º, § 4º, da Lei de Tortura.
- d) Errado, porque: inexistente essa causa de aumento de pena no art. 1º, § 4º, da Lei de Tortura. Só há aumento de pena quando se tratar de mulher gestante.
- e) CERTO, porque: nos termos do art. 1º, § 4º, da Lei de Tortura, a pena será aumentada de um sexto a um terço se o crime for cometido por agente público, contra criança, gestante, portador de deficiência, adolescente ou maior de 60 ou ainda se o crime for cometido mediante sequestro.

**Preste Atenção:**

Ao crime de tortura praticado contra vítima brasileira, em qualquer lugar, ou ainda, estando o autor da tortura em local sob jurisdição brasileira, qualquer que seja a vítima, aplica-se a lei brasileira, restando configurada assim hipótese de extraterritorialidade.

48. **(Escrivão de Polícia – PC/CE – VUNESP – 2015)** Aquele que oferece droga, eventualmente e sem objetivo de lucro, à pessoa de seu relacionamento, para juntos a consumirem, pratica:
- a) contravenção penal.
  - b) crime equiparado ao uso de drogas.
  - c) crime, mas que não está sujeito à pena privativa de liberdade.
  - d) crime de menor potencial ofensivo.
  - e) conduta atípica.

**GABARITO OFICIAL: D****JUSTIFICATIVA:**

- a) Errado, porque: inexistente essa conduta na Lei das Contravenções Penais (Lei nº 11.343/2006).
- b) Errado, porque: o uso de drogas é fato atípico. O crime se verifica se o agente adquirir, guardar, tiver em depósito, transportar ou trazer consigo, a droga, para consumo pessoal, nos termos do art. 28 da Lei nº 11.343/2006.
- c) Errado, porque: trata-se de crime sujeito também a pena privativa de liberdade, consistente em detenção, de seis meses a um ano, nos termos do art. 33, § 3º, da Lei nº 11.343/2006.
- d) CERTO, porque: nos termos do art. 33, § 3º, da Lei nº 11.343/2006, a pena prevista para essa infração é de detenção de seis meses a um ano, sendo classificado, portanto, como crime de menor potencial ofensivo, nos termos do art. 61 da Lei nº 9.099/1995.
- e) Errado, porque: como já dito, trata-se de figura típica descrita no art. 33, § 3º, da Lei nº 11.343/2006.

**Preste Atenção:**

O crime descrito no enunciado só resta configurado quando se fizerem presentes os quatro requisitos cumulativamente, ou seja, desde que a oferta da droga seja eventual (1), gratuita (2), para pessoa do relacionamento do agente (3) e para que seja consumida conjuntamente (4). Ausente um desses requisitos pode restar configurado o tráfico de drogas.

49. **(Inspetor de Polícia – PC/CE – VUNESP – 2015)** Nos termos do Código Penal, a imputabilidade penal é excluída pela:
- a) embriaguez completa e culposa que torna o autor, ao tempo da ação ou da omissão, inteiramente incapaz de entender o caráter ilícito do fato ou de determinar-se de acordo com esse entendimento.
  - b) doença mental ou desenvolvimento mental incompleto ou retardado, que torna o autor, ao tempo da ação ou da omissão, inteiramente incapaz de entender o caráter ilícito do fato ou de determinar-se de acordo com esse entendimento.
  - c) emoção.

d) paixão.

e) embriaguez, proveniente de caso fortuito ou força maior, que privou o autor, ao tempo da ação ou da omissão, da plena capacidade de entender o caráter ilícito do fato ou de determinar-se de acordo com esse entendimento.

### GABARITO OFICIAL: B

#### JUSTIFICATIVA:

- a) Errado, porque: nos termos do art. 28, II, do CP, a embriaguez culposa não exclui a imputabilidade.
- b) CERTO, porque: nos termos do art. 26 do CP, a imputabilidade é afastada quando o agente, em razão de doença mental ou desenvolvimento mental incompleto ou retardado, se torna, no momento da ação ou da omissão, inteiramente incapaz de entender o caráter ilícito do fato ou de determinar-se de acordo com esse entendimento, restando configurada a inimputabilidade.
- c) Errado, porque: nos termos do art. 28, I, do CP, a emoção não exclui a imputabilidade.
- d) Errado, porque: nos termos do art. 28, I, do CP, a paixão não exclui a imputabilidade.
- e) Errado, porque: a embriaguez involuntária só exclui a imputabilidade quando tornar o agente inteiramente incapaz. Na alternativa consta que ele foi apenas privado da plena capacidade, o que apenas diminui a pena de um a dois terços.



#### Preste Atenção:

A imputabilidade só será excluída pela embriaguez quando for involuntária (oriunda de caso fortuito ou força maior) e completa (torne o agente inteiramente incapaz de entender o caráter ilícito do fato ou de determinar-se de acordo com esse entendimento).

50. (Delegado de Polícia – PC/SP – VUNESP – 2014) “X”, uma senhora idosa, foi presa em flagrante pela prática do crime de falsificação de documento público. Não ofereceu qualquer resistência à prisão, mas ainda assim foi algemada. Por hipótese, a conduta dos policiais que efetuaram a prisão de “X”:
- a) tipifica o crime de exploração de prestígio.
  - b) é prevista em lei, portanto, não configura crime.
  - c) tipifica o crime de exercício arbitrário ou abuso de poder.
  - d) tipifica o crime de violência arbitrária.
  - e) é polêmica, mas em razão da prisão em flagrante é considerada lícita.

### GABARITO OFICIAL: C

#### JUSTIFICATIVA:

- a) Errado, porque: o crime de exploração de prestígio se configura quando o agente solicita ou recebe dinheiro ou qualquer utilidade, a pretexto de influir em Juiz, jurado, órgão do Ministério Público, funcionário de justiça, perito, tradutor, intérprete ou testemunha, nos termos do art. 357 do CP;
- b) Errado, porque: ao contrário do que consta na alternativa, a conduta dos policiais não é acobertada por lei. Aliás, o uso de algemas só é considerado lícito, em casos de resistência e de fundado receio de fuga ou de perigo à integridade física própria ou alheia, por parte do preso ou de terceiros, conforme Súm. Vinc. nº 11 do STF;
- c) CERTO, porque: devemos consignar que embora a Vunesp tenha considerado essa assertiva como correta, grande parte da doutrina entende que o crime de exercício arbitrário ou abuso de

poder, descrito no art. 350 do CP, foi tacitamente revogado pela Lei de Abuso de Autoridade. Na jurisprudência, o STJ entende que o crime do art. 350, parágrafo único, IV, do CP, continua em vigor, não tendo sido totalmente revogado pela lei dos crimes de abuso de autoridade (STJ – HC 65499/SP – 5ª T. – rel. Min. Laurita Vaz – *DJe* 28-4-2008 e HC 48083/MG – 5ª T. – rel. Min. Laurita Vaz – *DJe* 7-4-2008). O STF também já se manifestou nesse sentido, ao julgar o RE 739914, em que concluiu que o art. 350 do CP não foi inteiramente revogado pela Lei de Abuso de Autoridade porque o seu parágrafo único, IV, continua em vigor;

- d) Errado, porque: o crime de violência arbitrária, descrito no art. 322 do CP somente se configura quando houver emprego de violência. Aqui, também há quem entenda que referido artigo fora revogado pela Lei de Abuso de Autoridade;
- e) Errado, porque: a prisão em flagrante não elide a responsabilidade do agente, que diante de abuso, deve ser considerada ilícita, ensejando, inclusive, a nulidade da prisão ou do ato processual a que se refere.



### Preste Atenção:

Conforme Súm. Vinc. nº 11 do STF, o uso de algemas deve ser medida excepcional, pois referida súmula limita o uso de algemas a casos excepcionais de resistência, de fundado receio de fuga ou de perigo à integridade física do policial ou alheia, por parte do preso ou de terceiros. O Judiciário teve a iniciativa depois da inércia de mais de 24 anos dos outros Poderes em regulamentar a matéria prevista na Lei de Execuções Penais, que em seu art. 199 reclamava regulamentação específica. Além da Súm. Vinc. nº 11, o Código de Processo Penal também descreve que não será permitido o emprego de força, salvo a indispensável no caso de resistência ou de tentativa de fuga do preso. O art. 474, § 3º, do CPP também preceitua que não se permitirá o uso de algemas no acusado durante o período em que permanecer no plenário do Júri, salvo se absolutamente necessário à ordem dos trabalhos, à segurança das testemunhas ou à garantia da integridade física dos presentes. O Código de Processo Penal Militar também reza em seu art. 234, § 1º, que o emprego de algemas deve ser evitado, desde que não haja perigo de fuga ou de agressão da parte do preso, e de modo algum será permitido, se tratando de autoridades sujeitas à prisão especial.

51. **(Delegado de Polícia – PC/SP – VUNESP – 2014)** Dentre as escolas penais a seguir, aquela na qual se pretendeu inicialmente aplicar ao direito penal os mesmos métodos de observação e investigação que se utilizavam em outras ciências naturais é a:
- a) Clássica.  
 b) Técnico-Jurídica.  
 c) Correccionalista.  
 d) Positivista.  
 e) Moderna.

### GABARITO OFICIAL: D

#### JUSTIFICATIVA:

- a) Errado, porque: a escola clássica é a que defende que o crime é um ente jurídico, que consiste na violação de um direito, sendo a pena uma forma de prevenção de novos crimes, o que a torna instituto de defesa social;
- b) Errado, porque: a escola técnico-jurídica é a que defende ser o crime um fenômeno individual e social, sendo o delinquentes dotado de livre arbítrio, constituindo a pena um método de castigo do infrator;

- c) Errado, porque: para a escola correccionalista, o crime é um ente jurídico criado pela sociedade e não um ato natural, sendo a pena a correção da vontade do criminoso e não a retribuição a um mal;
- d) CERTO, porque: a escola positiva tinha nítida preferência pela cientificidade, excluindo os juízos de valor e limitando seu objeto ao direito positivo. Para referida escola, a conduta, portanto, era meramente objetiva, vinculada ao resultado pela relação de causalidade, de forma que o positivismo pretendeu aplicar ao direito os mesmos métodos de observação e investigação que eram utilizados nas ciências experimentais;
- e) Errado, porque: a escola moderna (alemã) considera crime como sendo simultaneamente um ente jurídico e fenômeno de ordem humana e social, sendo a pena apenas um instrumento de ordem e segurança social, com função preventiva geral negativa, calcada na coação psicológica.



### Preste Atenção:

A escola positivista rechaça totalmente a noção de um homem racional ser capaz de exercer seu livre arbítrio, sustentando que o delinquente se revelava automaticamente em suas ações e que estava impulsionado por forças que ele mesmo não tinha consciência.

52. (Delegado de Polícia – PC/SP – VUNESP – 2014) Assinale a alternativa que apresenta o princípio que deve ser atribuído a Claus Roxin, defensor da tese de que a tipicidade penal exige uma ofensa de gravidade aos bens jurídicos protegidos:
- a) Insignificância.
  - b) Intervenção mínima.
  - c) Fragmentariedade.
  - d) Adequação social.
  - e) Humanidade.

### GABARITO OFICIAL: A

#### JUSTIFICATIVA:

- a) CERTO, porque: embora seja originário do Direito Romano, o princípio da insignificância ou bagatela, foi introduzido no Direito Penal por Claus Roxin, na década de sessenta. Referido princípio tem por base a máxima *minimis non curat praetor*, isto é, “o pretor (no caso o magistrado) não deve cuidar de minudências”. O STF tem admitido a aplicabilidade de tal princípio se presentes seus quatro requisitos, sendo eles a mínima ofensividade da conduta do agente, nenhuma periculosidade social da ação, reduzido grau de reprovabilidade do comportamento e inexpressividade da lesão jurídica provocada. Se presentes todos os requisitos a conduta deve ser considerada atípica do ponto de vista material;
- b) Errado, porque: o princípio da intervenção mínima não se calca na inexpressividade da lesão, defendendo que o Direito Penal só deve intervir de forma excepcional, minimamente, o menos possível na vida em sociedade;
- c) Errado, porque: princípio da fragmentariedade defende que o Direito Penal deve ser fragmentário, ou seja, deve ser aplicado somente em desfavor de um pequeno número de condutas. Assim, não é toda conduta humana que merece intervenção punitiva, mas somente algumas delas, ou seja, o direito punitivo deve ser fragmentado no que tange a aplicabilidade;
- d) Errado, porque: princípio da adequação social, preconizado por Hans Welzel, defende que condutas socialmente aceitas e que não atentem contra a Constituição Federal, devem ser consideradas atípicas, sejam elas aceitas pelos costumes, pelo folclore ou pela cultura. Referido princípio defende ser um instrumento de interpretação das leis e por esse motivo deve prevalecer sobre o Direito penal;

- e) Errado, porque: o princípio da humanidade, apregoado pelos doutrinadores Cezar Roberto Bitencourt e Eugenio Raúl Zaffaroni, sustenta que o Estado não pode aplicar sanções que atinjam a dignidade da pessoa humana ou lesionem a constituição físico-psíquica dos condenados. Para Zaffaroni, referido princípio determina “a inconstitucionalidade das penas que crie uma deficiência física ou que se transforme em uma consequência jurídica inapagável”.



### Preste Atenção:

Todos os princípios anteriormente descritos são consectários da concepção minimalista do Direito Penal, que coteja instrumentos de política criminal com o caráter dogmático do Direito Penal. Referida concepção defende que o Estado se vale de instrumentos de controle social, que insiram o Direito Penal baseado em critérios racionais e proporcionais, vez que atinge direitos, liberdades e garantias individuais e coletivas, fundamentais à vida em sociedade. Em suma, poderíamos dizer que o caráter minimalista é uma espécie de antagonismo ao Movimento da Lei e da Ordem.

53. (Delegado de Polícia – PC/SP – VUNESP – 2014) Segundo o conceito restritivo, é autor aquele que:
- tem o domínio do fato.
  - realiza a conduta típica descrita na lei.
  - contribui com alguma causa para o resultado.
  - age dolosamente na prática do crime.
  - pratica o fato por interposta pessoa que atua sem culpabilidade.

### GABARITO OFICIAL: B

#### JUSTIFICATIVA:

- Errado, porque: a teoria do domínio do fato, formulada por Wezel, defende que autor é aquele que tem domínio da própria ação típica, ainda que não pratique a conduta descrita no tipo penal, ao contrário do que apregoa o conceito restritivo;
- CERTO, porque: o conceito restritivo de autor é aquele que defende que nem todos os intervenientes do crime são autores, considerado como tal, somente quem realiza a conduta típica descrita na lei, ao passo que aqueles que concorrem para o resultado de qualquer forma, mas sem praticar efetivamente a conduta descrita no tipo penal são considerados partícipes;
- Errado, porque: se houver contribuição para o resultado com uma outra causa, estaremos diante do instituto das concausas;
- Errado, porque: o dolo ou culpa, que são os elementos subjetivos do crime, nada tem haver com o tema proposto no enunciado, que trata de concurso de pessoas;
- Errado, porque: quando o agente pratica o fato por interposta pessoa desprovida de culpabilidade, temos a chamada autoria mediata (ou chamado doutrinariamente de crime do homem de trás).



### Preste Atenção:

No que tange ao concurso de pessoas, o Código Penal Brasileiro adotou a teoria monista, pois ainda que o crime tenha sido praticado por várias pessoas em colaboração, continua único, indivisível. Assim, todo aquele que concorre para o crime, responde por ele, na medida de sua culpabilidade, conforme o art. 29 do CP, que no que tange a culpabilidade, adotou a teoria temperada ao diferenciar os graus de aplicação de pena de acordo com a lesividade da conduta.

54. (Delegado de Polícia – PC/SP – VUNESP – 2014) “X” estaciona seu automóvel regularmente em uma via pública com o objetivo de deixar seu filho, “Z”, na pré-escola, entretanto, ao descer do veículo para abrir a porta para “Z”, não percebe que, durante esse instante, a criança havia soltado o freio de mão, o suficiente para que o veículo se deslocasse e derrubasse um idoso, que vem a falecer em razão do traumatismo craniano causado pela queda. Em tese, “X”:
- a) responderá pelo crime de homicídio culposo com pena mais severa do que a estabelecida no Código Penal, nos termos do Código de Trânsito Brasileiro.
  - b) responderá pelo crime de homicídio culposo, entretanto, a ele poderá ser aplicado o perdão judicial.
  - c) não responde por crime algum, uma vez que não agiu com dolo ou culpa.
  - d) responderá pelo crime de homicídio doloso por dolo eventual.
  - e) responderá pelo crime de homicídio culposo em razão de sua negligência.

**GABARITO OFICIAL: C****JUSTIFICATIVA:**

- a) Errado, porque: a conduta que propiciou o resultado morte foi perpetrada por “Z” e não por “X”. Ou seja, não há que se imputar o homicídio culposo à pessoa de “X”, vez que o resultado de que depende a existência do crime só é imputado a quem lhe deu causa;
- b) Errado, porque: conforme dito na alternativa anterior, não há que se imputar o crime de homicídio culposo à “X”;
- c) CERTO, porque: o enunciado descreve situação fática que demonstra claramente que “X” não agiu com dolo, nem tampouco com culpa. Foi taxativo ao descrever que “X” estacionou seu veículo regularmente, de forma a afastar um dos elementos do crime culposo, qual seja, o da previsibilidade. Assim, não sendo hipótese de reconhecimento de dolo ou culpa por parte de “X”, forçoso se faz reconhecer que não deve responder por crime algum;
- d) Errado, porque: em momento algum o enunciado disse que “X” assumiu o risco de produzir o resultado;
- e) Errado, porque: não ficou demonstrado em momento algum, que o resultado tenha decorrido de ausência de cautela por parte de “X”. Ademais, não há como se estabelecer nexos causal algum entre sua conduta e a morte do idoso.

**Preste Atenção:**

Para a teoria causalista, o dolo e a culpa integravam a culpabilidade, onde o tipo penal era meramente natural, cuja existência do crime independia da análise valorativa da intenção do agente. Ou seja, era feita uma mera subsunção do fato à norma penal, sem qualquer aprofundamento subjetivo. A intenção do agente ficava para uma análise posterior, com a culpabilidade. Contudo, em razão da teoria finalista de Welzel, o dolo e a culpa passaram a integrar a própria conduta, integrando assim, a tipicidade. Ou seja, dolo e culpa deixam de ser elementos da culpabilidade para integrarem o fato típico; fazendo assim, parte do próprio tipo penal, através de seu elemento “fato típico”. Se ausentes dolo e culpa não há que se falar em conduta, afastando-se assim o fato típico, que por sua vez, afasta o crime, tornando-se o fato atípico.

55. (Delegado de Polícia – PC/SP – VUNESP – 2014) Quantos foram os Códigos Penais vigentes no Brasil?
- a) Três.

- b) Seis.
- c) Dois.
- d) Cinco.
- e) Um.

**GABARITO OFICIAL: A****JUSTIFICATIVA:**

- a) CERTO, porque: o atual Código Penal brasileiro (Dec.-Lei nº 2.848, de 7-12-1940) é o terceiro da história do Brasil e o de maior período de vigência. Os Códigos anteriores foram os de 1830 (Código Criminal do Império do Brasil) e o de 1890 (Código Penal da República dos Estados Unidos do Brasil);
- b) Errado, porque: como já dito, os Códigos Penais vigentes no Brasil foram três;
- c) Errado, porque: como já dito, os Códigos Penais vigentes no Brasil foram três;
- d) Errado, porque: como já dito, os Códigos Penais vigentes no Brasil foram três;
- e) Errado, porque: como já dito, os Códigos Penais vigentes no Brasil foram três.

**Preste Atenção:**

No período compreendido entre a descoberta do Brasil (1500) e a entrada em vigor do primeiro Código Criminal (1830), vigoraram entre nós as Ordenações do Reino. As Ordenações Afonsinas vigoraram até 1521, seguidas pelas Ordenações Manuelinas, que em 1603, deram lugar as Ordenações Filipinas. As Ordenações foram marcadas por desproporcionalidade e exorbitância das penas e confusão entre direito e outros ramos de estudo, como religião e moral.

- 56. (Delegado de Polícia – PC/SP – VUNESP – 2014)** Em regra geral, a prescrição antes de transitar em julgado a sentença final:
- a) é chamada, pela doutrina, de prescrição intercorrente.
  - b) é chamada, pela doutrina, de prescrição retroativa.
  - c) regula-se pelo mínimo da pena privativa de liberdade cominada ao crime.
  - d) regula-se pela pena aplicada na sentença de primeiro grau.
  - e) regula-se pelo máximo da pena privativa de liberdade cominada ao crime.

**GABARITO OFICIAL: E****JUSTIFICATIVA:**

- a) Errado, porque: a prescrição intercorrente, também chamada de superveniente, é aquela descrita no art. 110, § 1º, do CP, que se verifica depois da sentença condenatória com trânsito em julgado para acusação ou depois de improvido seu recurso. Deve ser regulada pela pena efetivamente aplicada e em nenhuma hipótese, deve ser computado o prazo decorrido antes da data da denúncia ou queixa;
- b) Errado, porque: a prescrição retroativa é aquela que verifica o decurso do prazo prescricional, tendo como base a pena em concreto, contada entre a data da denúncia e a data da sentença;
- c) Errado, porque: a prescrição não se verifica pelo mínimo da pena cominada ao crime, mas sim pela pena máxima, conforme o art. 109 do CP;
- d) Errado, porque: a prescrição que se verifica através da pena aplicada na sentença de primeiro grau é a prescrição da pretensão executória e não punitiva;
- e) CERTO, porque: conforme estabelece o art. 109 do CP, a prescrição, antes de transitar em julgado a sentença final, regula-se pelo máximo da pena privativa de liberdade cominada ao crime. Também chamada de prescrição da pretensão punitiva abstrata.

**Preste Atenção:**

Prescrição é a perda do Direito de Punir (*Jus Puniendi*) do Estado, em razão do exacerbado lapso temporal decorrido entre a conduta delituosa e a concretização do título executivo perseguido pelo Estado (sentença condenatória). A prescrição é uma das formas de extinção da punibilidade descritas no art. 107 do CP e se divide em duas espécies: a Prescrição da Pretensão Punitiva, que ocorre antes do trânsito em julgado da sentença penal condenatória e a Prescrição da Pretensão Executória, a qual ocorre após o trânsito em julgado da sentença penal condenatória, em que se verifica a perda da executoriedade da pena imposta na condenação.

57. (Delegado de Polícia – PC/SP – VUNESP – 2014) “X” recebe recomendação médica para ficar de repouso, caso contrário, poderia sofrer um aborto. Ocorre que “X” precisa trabalhar e não consegue fazer o repouso desejado e, por essa razão, acaba expelindo o feto, que não sobrevive. Em tese, “X”:
- a) não praticou crime algum.
  - b) praticou o crime de aborto doloso.
  - c) praticou o crime de aborto culposo.
  - d) praticou o crime de lesão corporal qualificada pela aceleração do parto.
  - e) praticou o crime de desobediência.

**GABARITO OFICIAL: A****JUSTIFICATIVA:**

- a) CERTO, porque: o aborto só constitui crime quando praticado dolosamente. No enunciado ficou claro que “X” acabou abortando em razão de seu trabalho, o que demonstra que não tinha intenção de abortar, embora tenha recebido recomendação médica para repousar, o que faz com que sua conduta se amolde eventualmente, à hipótese de negligência, que por sua vez, configura crime culposo;
- b) Errado, porque: como já dito na assertiva anterior, “X” não agiu dolosamente e por esse motivo não praticou crime de aborto, que só remanesce na modalidade dolosa;
- c) Errado, porque: ausência de previsão legal, vez que não há crime de aborto na modalidade culposa. Nunca devemos nos esquecer de que o crime culposo só é punível se houver previsão legal, nos termos do art. 18, parágrafo único, do CP;
- d) Errado, porque: a lesão corporal qualificada pela aceleração de parto se verifica quando um agente perpetrar lesão contra terceira pessoa, ou seja, não é o caso do enunciado, em que o examinador descreve um caso de auto lesão culposa praticada por “X”. Ademais, não é caso de aceleração de parto e sim de aborto;
- e) Errado, porque: desobediência é crime praticado por particular contra a Administração Pública, em que o agente desobedece ordem legal de funcionário público, nos termos do art. 330 do CP.

**Preste Atenção:**

O crime de aborto só é punível na modalidade dolosa, vez que os arts. 124 a 126 do CP não preveem modalidade culposa, o que torna o autoaborto um fato atípico. Por sua vez, se um agente praticar aborto culposo em outrem, responderá pela lesão corporal doutrinariamente chamada de “gravíssima”, conforme o art. 129, § 2º, V, do CP, na modalidade culposa (c/c o art. 129, § 6º, do CP).

58. (Delegado de Polícia – PC/SP – VUNESP – 2014) Dentre os crimes listados a seguir, aquele que foi revogado do Código Penal é:
- a) curandeirismo.
  - b) charlatanismo.
  - c) bigamia.
  - d) sedução.
  - e) simulação de casamento.

**GABARITO OFICIAL: D****JUSTIFICATIVA:**

- a) Errado, porque: o crime de curandeirismo continua em vigor, nos termos do art. 284 do CP;
- b) Errado, porque: o crime de charlatanismo continua em vigor, nos termos do art. 283 do CP;
- c) Errado, porque: o crime de bigamia continua em vigor, nos termos do art. 235 do CP;
- d) CERTO, porque: o crime de sedução, anteriormente previsto no art. 217 do CP, foi revogado pela Lei nº 11.106/2005. Referida Lei também revogou os crimes de raptio violento ou mediante fraude e raptio consensual. Posteriormente, a Lei nº 12.015/2009 revogou outro crime contra a liberdade sexual, o de atentado violento ao pudor, antes previsto no art. 214 do CP;
- e) Errado, porque: o crime de simulação de casamento continua em vigor, nos termos do art. 239 do CP.

**Preste Atenção:**

A Lei nº 11.106/2005 também revogou o crime de adultério, anteriormente descrito no art. 240 do CP. Hoje o adultério é um problema a ser resolvido no âmbito civil, vez que os cônjuges têm como um dos deveres a fidelidade recíproca, conforme art. 1.566, I, do CC. O Direito Penal só deve agir em última instância, quando as demais disciplinas do direito não se mostraram aptas a solucionar o problema. É o princípio da Intervenção Mínima ou *ultima ratio* do Direito Penal.

59. (Delegado de Polícia – PC/SP – VUNESP – 2014) A tese supralegal de inexigibilidade de conduta diversa, se acolhida judicialmente, importa em exclusão:
- a) da imputabilidade.
  - b) da pena.
  - c) de punibilidade.
  - d) do crime.
  - e) de culpabilidade.

**GABARITO OFICIAL: E****JUSTIFICATIVA:**

- a) Errado, porque: a imputabilidade somente é excluída em razão de desenvolvimento mental incompleto ou retardado, que deixa o agente inteiramente incapaz de entender o caráter ilícito do fato (elemento cognitivo) ou de determinar-se de acordo com esse entendimento (elemento volitivo), no momento da ação ou omissão. Excepcionalmente, a imputabilidade também é excluída pela embriaguez completa, se oriunda de caso fortuito ou força maior;
- b) Errado, porque: a exclusão da pena decorre de inimputabilidade, conforme art. 26 do CP, que isenta de pena os inimputáveis;
- c) Errado, porque: a inexigibilidade de conduta diversa não é descrita como hipótese de extinção da punibilidade, as quais estão descritas no art. 107 do CP. Em que pese o art. 107 do CP trazer um rol meramente exemplificativo, não há que se falar em inexigibilidade de conduta diversa como causa de extinção da punibilidade;
- d) Errado, porque: a exclusão do crime ocorre quando estiver presente uma das hipóteses de excludentes de ilicitude ou antijuridicidade, conforme art. 23 do CP;

- e) CERTO, porque: a culpabilidade tem três elementos, sendo eles a imputabilidade, a potencial consciência da ilicitude e a exigibilidade da conduta diversa. Ou seja, se houver exclusão da exigibilidade de conduta diversa, configura-se a inexigibilidade de conduta diversa, que por via de consequência, exclui a culpabilidade por lhe retirar um de seus elementos.

**Preste Atenção:**

No que tange à culpabilidade, o Código Penal adotou a Teoria Limitada da Culpabilidade, pois trata as discriminantes putativas fáticas como erro de tipo e as discriminantes permissivas como erro de proibição.

60. (**Delegado de Polícia – PC/SP – VUNESP – 2014**) Para subtrair um automóvel, “X”, de forma violenta, danificou a sua porta. Nesse caso, “X” deverá responder:
- pelo crime de roubo, visto que se utilizou de violência para danificar a porta.
  - apenas pelo crime de furto, em razão do princípio da subsidiariedade.
  - apenas pelo crime de furto, em razão do princípio da consunção.
  - pelos crimes de furto e de dano.
  - apenas pelo crime de furto, em razão do princípio da especialidade.

**GABARITO OFICIAL: C****JUSTIFICATIVA:**

- Errado, porque: o crime de roubo somente se configura quando houver violência ou grave ameaça à pessoa, o que não se verifica no caso em tela;
- Errado, porque: o princípio da subsidiariedade está ligado precipuamente à intervenção mínima do Direito Penal, segundo o qual, a intervenção do Direito Penal somente se justifica quando as demais disciplinas protetoras de bens jurídicos não se demonstrarem aptas a resolverem a questão. No campo do conflito aparente de normas, a subsidiariedade defende que a norma principal deve afastar a incidência da norma subsidiária, o que não é o caso;
- CERTO, porque: o dano ocasionado na porta do automóvel foi apenas um meio para a prática do crime fim, devendo ser por este absorvido. O agente desde o início desejava o furto, sendo a destruição do obstáculo apenas a forma através da qual praticou o furto, devendo responder apenas por este crime. O dano deixa de ser considerado como crime autônomo e passa a ser considerado como hipótese qualificadora do crime de furto, conforme o art. 155, § 4º, I, do CP. A consunção (ou absorção) se verifica sempre que o bem jurídico atingido for único;
- Errado, porque: conforme dito na alternativa anterior, o crime de dano deve ser absorvido pelo crime de furto, não se tratando de hipótese de concurso de crimes;
- Errado, porque: princípio da especialidade é aquele que defende que a norma especial afasta a incidência da norma geral, derogando-a, num eventual conflito em que a conduta praticada aparentemente se subsume a mais de um tipo penal, o que não é o caso do enunciado.

**Preste Atenção:**

Não há que se falar em aplicabilidade do princípio da consunção ou absorção, quando estivermos diante de condutas autônomas em que são violados bens jurídicos diversos, pois só se verifica relação consuntiva, quando o fato definido por uma norma incriminadora é meio necessário ou normal fase de preparação ou execução de outro crime. Nesse sentido já de pronunciou o STF (RHC 106.067/MG – 1ª T. – rel. Min. Rosa Weber – DJe 15-8-2012).

61. (Delegado de Polícia – PC/SP – VUNESP – 2014) “X”, primário e de bons antecedentes, cumpre, com bom comportamento, pena de vinte anos de reclusão em regime fechado, pela prática do crime de latrocínio. Até o momento, “X” cumpriu quatorze anos do total da pena. Nesse caso, a resposta correta para a pergunta – “X” tem direito à concessão de algum benefício? – é:
- “X” tem direito ao livramento condicional.
  - “X” tem direito à concessão da liberdade provisória.
  - “X” tem direito à concessão do *sursis*.
  - “X” tem direito à concessão da suspensão condicional da pena.
  - “X” não faz jus a nenhum benefício por ter praticado crime hediondo.

### GABARITO OFICIAL: A

#### JUSTIFICATIVA:

- CERTO, porque: nos termos do art. 83, V, do CP, os condenados por crimes hediondos não reinidentes, tem direito ao livramento condicional após cumprirem dois terços da pena, o que se verifica no caso do enunciado;
- Errado, porque: a liberdade provisória é instituto por meio do qual o agente pode responder a acusação em liberdade até que haja condenação definitiva. A liberdade provisória não é concedida após o indício do cumprimento da pena imposta definitivamente;
- Errado, porque: o *sursis* da pena só é aplicável aos condenados à pena privativa de liberdade não superior a dois anos, conforme art. 77 do CP. Não há que se falar ainda em *sursis* processual, o qual somente se aplica aos crimes cuja pena mínima cominada ao crime for igual ou inferior a dois anos, nos termos do art. 88 da Lei nº 9.099/1995;
- Errado, porque: pelos mesmos motivos expostos na alternativa anterior;
- Errado, porque: os crimes hediondos também são suscetíveis da concessão de alguns benefícios, como por exemplo, livramento condicional, progressão de regime e concessão de liberdade provisória.



#### Preste Atenção:

Questão interessante recai sobre a progressão de regime nos crimes hediondos. Como cediço, a partir da edição da Lei nº 11.464/2007, os condenados por crime hediondo terão direito a progressão de regime, após o cumprimento de 2/5 (dois quintos) da pena, se o apenado for primário, e de 3/5 (três quintos), se reinidente. Contudo, o entendimento firmado nos Tribunais Superiores é de que os condenados por crimes hediondos ou assemelhados cometidos antes da vigência da Lei nº 11.464/2007 sujeitam-se ao disposto no art. 112 da Lei nº 7.210/1984 (Lei de Execução Penal) para a progressão de regime prisional. Ou seja, nesses casos, a progressão se dará após o cumprimento de apenas 1/6 da pena. O STJ inclusive, já sumulou tal entendimento através da Súm. nº 471, editada pelo sodalício em 23-2-2011.

62. (Delegado de Polícia – PC/SP – VUNESP – 2014) “X”, em um cinema, durante a exibição de um filme que continha cenas de sexo, é flagrado por policiais expondo e manipulando sua genitália. Tal conduta, em tese:
- tipifica o crime de mediação para satisfazer a lascívia de outrem.
  - tipifica o crime de ato obsceno.
  - tipifica o crime de favorecimento da prostituição.
  - não tipifica crime algum, em razão da existência de excludente de ilicitude.
  - não tipifica crime algum, uma vez que “X” estava em local apropriado para a prática desse tipo de conduta.

### GABARITO OFICIAL: B

**JUSTIFICATIVA:**

- a) Errado, porque: conforme o art. 227 do CP, o crime de mediação para satisfação da lascívia de outrem, só ocorre quando o agente induzir alguém (terceira pessoa) à satisfação de lascívia alheia (pessoa determinada);
- b) CERTO, porque: conforme o art. 233 do CP;
- c) Errado, porque: só ocorre favorecimento à prostituição quando o agente induzir ou atrair alguém a prostituição ou outra forma de exploração sexual, ou ainda, facilitá-la, impedir ou dificultar que alguém a abandone, conforme o art. 228 do CP;
- d) Errado, porque: não se verifica incidência de nenhuma excludente na conduta descrita no enunciado;
- e) Errado, porque: em que pese o filme exibido conter cenas de sexo, o cinema é um local aberto ao público, onde o pudor público deve ser protegido.

**Preste Atenção:**

O crime de ato obsceno é classificado doutrinariamente como um tipo penal aberto, sendo assim considerados, aqueles em que o legislador, em razão da impossibilidade de prever todas as condutas passíveis de acontecerem na sociedade, cria tipos penais em que não se descrevem completamente as condutas suscetíveis de realização, sendo imposta a necessidade de complementação pelo intérprete da norma, exigindo do aplicador do direito, a realização de juízo normativo. O art. 233 do CP, por exemplo, não conceitua o que é ato obsceno, por isso, é chamado tipo penal aberto.

**63. (Delegado de Polícia – PC/SP – VUNESP – 2014) O crime de peculato**

- a) consiste em solicitar ou receber, para si ou para outrem, direta ou indiretamente, vantagem indevida.
- b) é crime contra a administração da justiça.
- c) consiste em dar às verbas ou rendas públicas aplicação diversa da estabelecida em lei.
- d) embora seja crime próprio, admite a participação de agentes que não sejam funcionários públicos.
- e) mediante erro de outrem tem a mesma pena do crime de peculato.

**GABARITO OFICIAL: D****JUSTIFICATIVA:**

- a) Errado, porque: a conduta descrita nesta alternativa configura crime de corrupção passiva, nos termos do art. 317 do CP;
- b) Errado, porque: é crime contra a Administração Pública em geral, vez que inserido no Capítulo I do Título XI do Código Penal. Os crimes contra a Administração da Justiça, por sua vez, estão no Capítulo III do Título XI;
- c) Errado, porque: a conduta descrita nesta alternativa configura crime de emprego irregular de verbas ou rendas públicas, conforme o art. 315 do CP;
- d) CERTO, porque: em que pese se tratar de um crime próprio, que só pode ser praticado por funcionário público, devemos considerar que a circunstância funcional do agente é uma elementar para a existência do crime de peculato, devendo, portanto, se comunicar entre os agentes do crime, por força do art. 30 do CP. Ou seja, se o particular praticar o crime em concurso com um funcionário público sabendo de sua condição funcional, também deve responder excepcionalmente, por crime de peculato;
- e) Errado, porque: o peculato mediante erro de outrem, descrito no art. 313 do CP é apenado com reclusão de um a quatro anos e multa, ao passo que o peculato, descrito no art. 312 do CP, tem pena de reclusão de dois a doze anos e multa.

**Preste Atenção:**

O crime de peculato somente se verifica quando o funcionário público se apropria ou desvia bem móvel de que tem a posse em razão do cargo, ou quando se vale da facilidade que lhe propicia o cargo para a subtração do bem que não tenha a posse. Ou seja, o funcionário público se vale dos benefícios de sua função para a subtração. Ora, se o particular concorre para o crime sabendo da condição funcional do coautor, também deve responder por peculato, vez que na verdade, também se valeu da condição funcional do agente e por isso deve receber pena mais grave do que a do furto, ante a maior probabilidade de êxito na empreitada criminosa.

- 64. (Delegado de Polícia – PC/SP – VUNESP – 2014)** Levar ao conhecimento da autoridade policial a ocorrência de um crime, por vingança, sabedor de que o suposto fato criminoso jamais ocorreu, supostamente, tipifica o delito de:
- fraude processual.
  - exercício arbitrário das próprias razões.
  - comunicação falsa de crime ou de contravenção.
  - denúncia caluniosa.
  - falso testemunho.

**GABARITO OFICIAL: C****JUSTIFICATIVA:**

- Errado, porque: fraude processual se verifica quando o agente inova artificialmente estado de lugar, de coisa ou de pessoa, a fim de induzir a erro Juiz ou perito, na pendência de processo civil ou administrativo, conforme art. 347 do CP. Também se verifica fraude quando houver inovação artificial em processo penal ainda que não iniciado;
- Errado, porque: nos termos do art. 345 do CP, o exercício arbitrário se configura quando o agente fizer justiça pelas próprias mãos, para satisfação de pretensão, embora legítima;
- CERTO, porque: nos termos do art. 340 do CP;
- Errado, porque: o crime de denúncia caluniosa somente se configura quando houver imputação de um crime a uma pessoa determinada que o agente sabe ser inocente, conforme o art. 339 do CP;
- Errado, porque: nos termos do art. 342 do CP, cuja conduta do falso testemunho se verifica quando o agente faz afirmação falsa ou nega ou cala a verdade.

**Preste Atenção:**

O crime de comunicação falsa de crime ou contravenção exige dolo específico, o qual se configura somente se o agente tem plena consciência da inexistência da infração penal comunicada por ele, ocorrendo a consumação apenas a partir do momento em que a autoridade efetivamente agir, não se configurando com a mera comunicação falsa.

- 65. (Delegado de Polícia – PC/SP – VUNESP – 2014)** “X”, valendo-se de um documento de identidade falsificado, consegue abrir uma conta corrente no Banco do Brasil com a finalidade de lavar dinheiro. O bem jurídico tutelado no crime praticado por “X” é (são):
- o patrimônio.
  - a administração da justiça.
  - a administração pública.
  - a fé pública.
  - as finanças públicas.

**GABARITO OFICIAL: D**

**JUSTIFICATIVA:**

- a) Errado, porque: o uso de documento falso atinge a fé pública e não o patrimônio;
- b) Errado, porque: a conduta perpetrada por “X” é descrita como crime contra a fé pública e não contra a administração da justiça;
- c) Errado, porque: como já dito, uso de documento falso atinge a fé pública e não administração da justiça;
- d) CERTO, porque: o enunciado foi claro ao mencionar que “X” fez uso de um documento de identidade falso, o que configura o crime ao art. 304 do CP, cujo bem jurídico tutelado é a fé pública;
- e) Errado, porque: conforme exaustivamente mencionado, a conduta de “X” atinge a fé pública e não as finanças públicas. Deve se ressaltar que embora o uso do documento, tivesse por finalidade abertura de conta para prática futura de crime de lavagem de dinheiro, não houve atos de execução deste crime financeiro, motivo pelo qual, no que tange ao crime de lavagem, restou configurada fase de impunibilidade.

**Preste Atenção:**

Se o enunciado tivesse mencionado que “X” almejava obtenção de vantagem ilícita através da abertura fraudulenta de conta, o crime seria de estelionato, o qual, por sua vez, absorveria o crime de falso, conforme Súm. nº 17 do STJ.

66. **(Delegado de Polícia – PC/SP – VUNESP – 2014)** Pertinente à Lei de combate às organizações criminosas, consiste a intervenção administrativa na:
- a) forma de ação controlada existente.
  - b) escolha do momento mais oportuno à formação de provas.
  - c) ação realizada por agentes de polícia, exclusivamente.
  - d) observação e acompanhamento da infiltração policial.
  - e) infiltração feita por agentes não policiais.

**GABARITO OFICIAL: A****JUSTIFICATIVA:**

- a) CERTO, porque: nos termos do art. 8º da Lei nº 12.850/2013, a ação controlada pode ocorrer através de duas formas, sendo elas a mitigação de intervenção policial ou administrativa. Ou seja, intervenção administrativa pode ser uma das formas de ação controlada;
- b) Errado, porque: a escolha do momento oportuno para concretização da medida legal, do ponto de vista probante é requisito aplicável tanto à ação policial quanto administrativa;
- c) Errado, porque: intervenção administrativa não é ação exclusiva de agentes de polícia, ao contrário da intervenção policial;
- d) Errado, porque: infiltração policial é ato exclusivo de agentes de polícia, sendo, portanto, intervenção policial e não administrativa;
- e) Errado, porque: inexistente hipótese de infiltração por agentes que não sejam policiais, nos termos do art. 3º, VII, da Lei nº 12.850/2013.

**Preste Atenção:**

A Lei nº 12.850/2013 conceituou organização criminosa como sendo a associação de quatro ou mais pessoas estruturalmente ordenada e caracterizada pela divisão de tarefas, ainda que informalmente, com objetivo de obter, direta ou indiretamente, vantagem de qualquer natureza, mediante a prática de infrações penais cujas penas máximas sejam superiores a quatro anos, ou que sejam de caráter transnacional.

- 67. (Delegado de Polícia – PC/SP – VUNESP – 2014)** Aos crimes previstos na Lei nº 10.741, de 2003 – Estatuto do Idoso – aplica-se o procedimento previsto na Lei nº 9.099, de 26 de setembro de 1995, desde que a pena máxima privativa de liberdade não ultrapasse:
- a) 6 (seis) anos.
  - b) 8 (oito) anos.
  - c) 4 (quatro) anos.
  - d) 1 (um) ano.
  - e) 2 (dois) anos.

**GABARITO OFICIAL: C****JUSTIFICATIVA:**

- a) Errado, porque: ausência de previsão legal;
- b) Errado, porque: ausência de previsão legal;
- c) CERTO, porque: nos termos do art. 94 da Lei em comento;
- d) Errado, porque: ausência de previsão legal;
- e) Errado, porque: ausência de previsão legal.

**Preste Atenção:**

Através da ADIn 3.096-5, o STF se manifestou no sentido de que o Estatuto do Idoso deve obedecer ao descrito em seu art. 94, apenas no que tange a celeridade processual descrita na Lei nº 9.099/1995, sendo inaplicável, contudo, quaisquer medidas despenalizadoras ou de interpretação benéfica ao autor do crime.

- 68. (Escrivão de Polícia – PC/SP – VUNESP – 2014)** A conduta de induzir, instigar ou auxiliar outra pessoa a suicidar-se, que tem como resultado lesão corporal de natureza leve:
- a) tem pena duplicada se cometida por motivo egoístico.
  - b) tem pena agravada se a vítima tem diminuída, por qualquer causa, a capacidade de resistência.
  - c) não é prevista como crime.
  - d) tem pena aumentada se a vítima for menor de idade.
  - e) é punida com pena de 1 (um) a 3 (três) anos.

**GABARITO OFICIAL: C****JUSTIFICATIVA:**

- a) Errado, porque: o crime de induzimento, instigação ou auxílio ao suicídio só resta configurado se a vítima sofrer lesão corporal de natureza grave ou morte, motivo pelo qual, a pena duplicada não é aplicável quando o resultado for apenas lesão leve;
- b) Errado, porque: assim como a alternativa anterior, a pena só é agravada quando a conduta ensejar ao menos lesão grave;
- c) CERTO, porque: o crime descrito no art. 122 do CP, só resta configurado quando a vítima sofre lesão grave ou morte, tratando-se, portanto, de crime de resultado necessário, cuja punibilidade está condicionada ao resultado lesão grave ou morte. O induzimento, instigação ou auxílio ao suicídio que enseja apenas lesão leve na vítima é fato atípico;
- d) Errado, porque: mesmos motivos expostos nas alternativas anteriores. Ou seja, só há aumento de pena quando se tratar de conduta que enseja lesão grave ou morte;
- e) Errado, porque: o crime do art. 122 do CP é punido com pena de reclusão, de 2 (dois) a 6 (seis) anos, se o suicídio se consuma; ou reclusão, de 1 (um) a 3 (três) anos, se da tentativa de suicídio resulta lesão corporal de natureza grave. Não há, portanto, previsão de pena de detenção no crime em comento.

**Preste Atenção:**

O crime de induzimento, instigação ou auxílio ao suicídio, exige como sujeito passivo uma pessoa com capacidade de discernimento, de forma que tenha aptidão para entender o caráter maléfico da proposta suicida. Ou seja, se a conduta for dirigida a imputável ou menor de quatorze anos, o crime será de homicídio.

69. (Escrivão de Polícia – PC/SP – VUNESP – 2014) Considere que João e José se agrediram mutuamente e que as lesões recíprocas não são graves. Nesta hipótese, o art. 129, § 5º, do CP prescreve que ambos podem:
- ser beneficiados com a exclusão da ilicitude.
  - ser beneficiados com o perdão judicial.
  - ter as penas de reclusão substituídas por prisão simples.
  - ser beneficiados com a exclusão da culpabilidade.
  - ter as penas de detenção substituídas por multa

**GABARITO OFICIAL: E****JUSTIFICATIVA:**

- Errado, porque: por ausência de previsão legal;
- Errado, porque: o perdão judicial só é aplicável ao crime de lesão corporal culposa, conforme descrito no art. 129, § 8º, do CP;
- Errado, porque: o enunciado deixou claro que a lesão corporal é de natureza leve, cuja pena prevista é de detenção e não de reclusão. A lesão corporal só é punida com pena de reclusão quando for grave, gravíssima ou seguida de morte;
- Errado, porque: o crime de lesão corporal só admite exclusão da culpabilidade na hipótese do perdão judicial, o qual, por sua vez, se aplica somente à lesão corporal culposa;
- CERTO, porque: nos exatos termos do art. 129, § 5º, do CP.

**Preste Atenção:**

Em razão da alteração oriunda da Lei nº 12.720/2012, o art. 129, § 7º, do CP passou a prever uma causa de aumento de pena de um terço, caso a lesão tenha sido praticada por milícia privada, sob pretexto de prestação de serviço de segurança, ou por grupo de extermínio. Cuidado: se tratando de homicídio, essa causa de aumento é de um terço até a metade.

70. (Escrivão de Polícia – PC/SP – VUNESP – 2014) Qualifica o crime de furto, nos termos do art. 155, § 4º, do CP, ser o fato praticado:
- em local ermo ou de difícil acesso.
  - contra ascendente ou descendente.
  - durante o repouso noturno.
  - com abuso de confiança.
  - mediante emprego de arma de fogo.

**GABARITO OFICIAL: D**

**JUSTIFICATIVA:**

- a) Errado, porque: por ausência de previsão legal, vez que o fato do crime ter sido praticado em local ermo ou de difícil acesso não consta como qualificadora do art. 155, § 4º, do CP;
- b) Errado, porque: o fato do crime ter sido praticado contra ascendente ou descendente não qualifica o crime de furto, ensejando apenas o reconhecimento de uma agravante genérica, descrita no art. 61, II, e, do CP;
- c) Errado, porque: conforme § 1º do art. 155 do CP, o furto praticado durante o repouso noturno enseja apenas uma causa de aumento de pena de um terço, não configurando, contudo, uma hipótese de qualificadora, as quais estão descritas no art. 155, § 4º, do CP;
- d) CERTO, porque: nos termos do art. 155, § 4º, II, do CP;
- e) Errado, porque: se houver emprego de arma de fogo o crime será de roubo e não de furto, conforme descrito no art. 157 do CP. Vale lembrar que o emprego de arma de fogo enseja uma causa de aumento de pena do crime de roubo.

**Preste Atenção:**

Vale lembrar que a qualificadora do abuso de confiança somente se configura se houver uma relação de credibilidade entre as partes, a qual acaba abalada em razão da quebra de lealdade. Desse modo, a mera relação empregatícia ou coabitação são insuficientes para caracterizar a qualificadora do abuso de confiança, porquanto indispensável a existência de vínculo subjetivo entre o réu e a vítima, que enseja por parte da vítima, uma menor vigilância sobre os bens em razão da confiança depositada no sujeito ativo.

- 71. (Escrivão de Polícia – PC/SP – VUNESP – 2014)** Imagine que Pedro, ilicitamente, guarda consigo tintas, papéis e um aparelho capaz de fabricar moeda falsa. Tal conduta.
- a) configura o crime de *petrechos para falsificação de moeda* (CP, art. 291).
  - b) configura crime *assimilado ao de moeda falsa* (CP, art. 290).
  - c) configura o crime de *moeda falsa* (CP, art. 289).
  - d) não configura crime algum, por ausência de previsão legal.
  - e) não configura crime algum, por se tratar de mero ato preparatório.

**GABARITO OFICIAL: A****JUSTIFICATIVA:**

- a) CERTO, porque: nos exatos termos do art. 291 do CP, em que a simples guarda de aparelho ou qualquer objeto, destinados à falsificação de moeda configura crime de petrechos para falsificação;
- b) Errado, porque: crime assimilado ao de moeda falsa se configura quando o agente formar cédula, nota ou bilhete representativo de moeda com fragmentos de cédulas, notas ou bilhetes verdadeiros ou suprimir, em nota, cédula ou bilhete recolhidos, para o fim de restituí-los à circulação, sinal indicativo de sua inutilização ou restituir à circulação cédula, nota ou bilhete em tais condições, ou já recolhidos para o fim de inutilização, nos termos do art. 290 do CP;
- c) Errado, porque: o crime de moeda falsa só se configura a partir do momento em que o agente iniciar condutas consistentes em atos de falsificação, seja fabricando, seja alterando moeda ou papel-moeda em curso legal no País ou no estrangeiro. A simples posse de objetos não configuraria tal delicto;
- d) Errado, porque: a conduta descrita no enunciado é prevista como crime no art. 291 do CP;

- e) Errado, porque: embora se trate de ato preparatório para o crime de falsificação de moeda, a simples guarda dos objetos destinados a fabricação de moeda falsa se torna crime autônomo, conforme art. 289 do CP.

**Preste Atenção:**

Vale lembrar que os atos preparatórios são, em tese, impuníveis, nos termos do art. 31 do CP, o qual, entretanto, prevê a possibilidade de punição de tais atos, quando houver expressa previsão legal, como ocorre por exemplo, no art. 291 do CP, em que os atos preparatórios destinados a falsificação de moedas se tornam, por si só, puníveis como um crime autônomo.

- 72. (Escrivão de Polícia – PC/SP – VUNESP – 2014)** Imagine que um policial, em abordagem de rotina, identifique e efetue a detenção de um indivíduo procurado pela Justiça. Assim que isso ocorre e antes de apresentar o indivíduo à autoridade de polícia Judiciária (Delegado de Polícia), o policial recebe verbalmente, do detido, a seguinte proposta: soltar o indivíduo para que ele vá até o caixa eletrônico e busque R\$ 500,00, a serem entregues ao policial em troca de sua liberdade. O policial aceita a proposta e solta o detido, que não retorna e não cumpre com a promessa de pagamento. Diante dessa hipótese, o policial:
- cometeu crime de prevaricação (CP, art. 319).
  - cometeu crime de corrupção passiva (CP, art. 317).
  - cometeu o crime de condescendência criminosa (CP, art. 320).
  - cometeu o crime de concussão (CP, art. 316).
  - não cometeu crime algum, pois não chegou a receber o dinheiro.

**GABARITO OFICIAL: B****JUSTIFICATIVA:**

- Errado, porque: a prevaricação só se configura quando o funcionário agir motivado pela satisfação de interesse ou sentimento pessoal, o que não se verificou no enunciado;
- CERTO**, porque: conforme o art. 317 do CP comete crime de corrupção passiva o funcionário que aceita promessa de vantagem indevida;
- Errado, porque: o crime de condescendência criminosa somente se configura quando um funcionário, motivado exclusivamente por um sentimento de indulgência, deixa de agir diante do cometimento de uma infração cometida por outro funcionário, no exercício do cargo;
- Errado, porque: o crime de concussão exige que o funcionário pratique ato de exigência de vantagem, o que não ocorreu no caso em estudo;
- Errado, porque: o crime de corrupção passiva é classificado como crime formal, em que a consumação ocorre no exato momento em que o funcionário solicita, recebe ou simplesmente aceita promessa de vantagem, ainda que não ocorra seu efetivo recebimento.

**Preste Atenção:**

Conforme já dito, o crime de corrupção passiva não se consuma somente com o recebimento da vantagem, mas também com a simples solicitação ou aceitação de promessa de vantagem. Contudo, vale lembrar que o efetivo recebimento da vantagem configura mero exaurimento do delito, que influenciará o Juiz no momento em que for estabelecer a pena a ser aplicada.

- 73. (Escrivão de Polícia – PC/SP – VUNESP – 2014)** A esposa que comprovadamente ludibriou autoridade policial e auxilia marido, autor de crime de roubo, a subtrair-se à ação da autoridade pública:
- deve cumprir pena por exercício arbitrário das próprias razões (CP, art. 345).
  - deve cumprir pena por favorecimento real (CP, art. 349).
  - fica isenta de pena.
  - deve cumprir pena por crime de favorecimento pessoal (CP, art. 348).
  - deve cumprir pena por fuga de pessoa presa (CP, art. 351).

#### GABARITO OFICIAL: C

##### JUSTIFICATIVA:

- Errado, porque: exercício arbitrário das próprias razões se verifica quando o agente faz justiça pelas próprias mãos, para satisfazer pretensão, embora legítima, como por exemplo, se apossar forçosamente de um bem do devedor para saldar uma dívida;
- Errado, porque: o crime de favorecimento real se verifica quando o agente presta auxílio ao criminoso com o fito de tornar seguro o proveito do crime, o que não ocorre no enunciado, onde a esposa busca auxiliar o marido a subtrair-se à ação da autoridade;
- CERTO, porque: a conduta da esposa, embora configure crime de favorecimento pessoal, esta amparada pela excludente da culpabilidade, nos termos do art. 348, § 2º, do CP;
- Errado, porque: conforme já esclarecido na alternativa anterior, se o favorecimento pessoal for praticado por cônjuge, haverá isenção de pena. Por isso não há que se falar em cumprimento de pena;
- Errado, porque: o crime de fuga de pessoa presa se verifica quando o agente promove ou facilita a fuga de pessoa presa ou submetida à medida de segurança, nos termos do art. 351 do CP.



#### Preste Atenção:

Haverá extinção da punibilidade pelo perdão judicial, se o crime de favorecimento pessoal for praticado por ascendente, descendente, cônjuge ou irmão do criminoso.

- 74. (Escrivão de Polícia – PC/SP – VUNESP – 2014)** Marlene, na qualidade de cuidadora de dona Ana Rosa, uma senhora de 77 anos de idade e que necessita de cuidados especiais, foi filmada, por câmeras colocadas no quarto da idosa, causando-lhe sofrimento físico durante vários dias, consistindo em puxões de cabelo, beliscões, arranhões, tapas e outras barbáries. Havendo condenação por crime de tortura, é correto afirmar que Marlene:
- terá sua pena aumentada de um sexto até um terço.
  - durante a execução da pena poderá ser beneficiada pelo instituto da graça.
  - durante a execução da pena poderá ser beneficiada, apenas, pelo instituto da anistia.
  - poderá, nos termos da sentença condenatória, iniciar o cumprimento da pena no regime semiaberto.
  - estará sujeita à pena máxima de seis anos de detenção.

#### GABARITO OFICIAL: A

##### JUSTIFICATIVA:

- CERTO, porque: nos termos do art. 1º, § 4º, II, da Lei nº 9.455/1997;
- Errado, porque: o crime de tortura é insuscetível de graça ou anistia, conforme art. 1º, § 6º, da Lei nº 9.455/1997;

- c) Errado, porque: pelos mesmos motivos expostos na alternativa anterior, vez que a tortura é insuscetível de graça ou anistia;
- d) Errado, porque: conforme art. 1º, § 7º, da Lei de Tortura, o cumprimento da pena deve iniciar no regime fechado, salvo quando se tratar de tortura por omissão, em que a pena prevista é de detenção;
- e) Errado, porque: a pena prevista para a tortura prevista no enunciado é de reclusão de dois a oito anos.



### Preste Atenção:

Conforme mencionado, se tratando de crime de tortura, a pena será aumentada de um sexto até um terço quando a vítima for maior de sessenta anos. Porém, devemos lembrar que referido aumento também se aplica quando o crime for praticado por agente público, ou mediante sequestro ou ainda quando for cometido contra criança, gestante, portador de deficiência ou adolescente.

- 75. (Escrivão de Polícia – PC/SP – VUNESP – 2014)** Dentre as penas previstas pela Lei nº 11.343/2006, para quem adquirir, guardar, tiver em depósito, transportar ou trazer consigo, para consumo pessoal, drogas sem autorização ou em desacordo com determinação legal ou regulamentar, encontra-se a:
- a) prisão domiciliar.
  - b) advertência sobre os efeitos das drogas.
  - c) prisão civil.
  - d) prisão preventiva
  - e) detenção de 6 meses a um ano e multa.

### GABARITO OFICIAL: B

#### JUSTIFICATIVA:

- a) Errado, porque: ausência de previsão legal;
- b) CERTO, porque: conforme art. 28, I, da Lei nº 11.343/2006;
- c) Errado, porque: ausência de previsão legal. Vale ressaltar que a prisão civil nunca pode ser decorrente de crime;
- d) Errado, porque: além de não ter previsão legal nesse sentido, a prisão preventiva é uma modalidade de prisão cautelar que só é cabível nos crimes dolosos apenados com pena privativa de liberdade máxima superior a quatro anos, nos termos do art. 313, I, do CPP;
- e) Errado, porque: o crime descrito no art. 28 da Lei de Drogas não prevê pena privativa de liberdade, seja detenção, seja reclusão.



### Preste Atenção:

O crime descrito no art. 28 da Lei nº 11.343/2006 é o único que não prevê pena privativa de liberdade, sendo punível somente com penas alternativas, sendo elas advertência sobre os efeitos das drogas, prestação de serviços à comunidade ou medida educativa de comparecimento a programa ou curso educativo. Se necessário for, no escopo de garantir o cumprimento das medidas educativas mencionadas, o Juiz pode submeter o agente, sucessivamente a admoestação verbal e multa.

- 76. (Investigador de Polícia – PC/SP – VUNESP – 2014)** Com relação ao crime e à contravenção, assinale a alternativa correta:
- a) A contravenção penal somente pode ser apenada com detenção.
  - b) O crime é infração penal menos grave do que a contravenção.
  - c) A contravenção poderá ser dolosa ou culposa.
  - d) A contravenção penal poderá ser apenada com prisão simples.
  - e) O crime é doloso e a contravenção, culposa.

**GABARITO OFICIAL: D****JUSTIFICATIVA:**

- a) Errado, porque: contravenção penal é uma modalidade de infração penal que pode ser apenada com prisão simples ou multa, mas não com pena de detenção, nos termos do art. 1º da Lei de Introdução ao Código Penal (Dec.-Lei nº 3.914/1941);
- b) Errado, porque: ao contrário do que consta na alternativa, o crime é infração penal mais grave do que contravenção. Prova disso é que o crime pode ser apenado com pena de reclusão ou detenção, ao passo que a contravenção só admite pena de prisão simples ou multa;
- c) Errado, porque: o entendimento firmado na doutrina majoritariamente é de que a contravenção penal não admite modalidade culposa. Tal entendimento se calca no art. 4º da Lei das Contravenções Penais, que reza que não é punível a tentativa de contravenção;
- d) CERTO, porque: a contravenção penal é a modalidade de infração penal a que a lei comina, isoladamente, penas de prisão simples ou multa, ou ambas, alternativa ou cumulativamente;
- e) Errado, porque: em que pese a modalidade culposa ser uma exceção, o crime pode ser doloso ou culposos, nos termos do art. 18, parágrafo único, do CP. Por sua vez, a contravenção culposa é impunível, conforme já vimos nas alternativas anteriores.

**Preste Atenção:**

Nos termos do art. 1º do Dec.-Lei nº 3.914/1941 (Lei de Introdução ao Código Penal), crime e contravenção penal são espécies de infração penal. Conforme conceito legal considera-se crime a infração penal que a lei comina pena de reclusão ou de detenção, quer isoladamente, quer alternativa ou cumulativamente com a pena de multa; contravenção, a infração penal a que a lei comina, isoladamente, penas de prisão simples ou de multa, ou ambas, alternativa ou cumulativamente.

- 77. (Investigador de Polícia – PC/SP – VUNESP – 2014)** Durante as festividades de Natal de 2013, o motorista “A” dirigia o seu veículo pela Rodovia Presidente Dutra na velocidade de 90 km/h, num trecho em que a velocidade máxima permitida era de 110 km/h. Ao transitar por uma curva, veio a perder o controle de seu veículo, atropelando “B” e “C” que se encontravam num ponto de ônibus no acesso à cidade de Arujá. “B” faleceu no local e “C” foi socorrido em estado grave, permanecendo internado no hospital da cidade. Apenas com base nas informações contidas no caso descrito, há possibilidade de “A” ser responsabilizado, penalmente:
- a) por crime culposos consumados.
  - b) por crime doloso consumado e tentado.
  - c) por um crime doloso consumado e por outro crime culposos tentados.
  - d) somente por crime tentado.
  - e) por uma contravenção penal.

**GABARITO OFICIAL: A**

**JUSTIFICATIVA:**

- a) CERTO, porque: a alternativa deixou claro que o motorista conduzia seu veículo pela rodovia, em velocidade aquém da máxima permitida e que o acidente ocorreu em razão de “A” ter perdido o controle do automóvel. Tais informações tornam patente a inocorrência de dolo, seja direto (quando o agente quer), seja eventual (quando o agente assume o risco de produzir o resultado). Assim, em relação a “B”, há a possibilidade de “A” responder sim por crime culposos consumado, conforme o que foi questionado no enunciado;
- b) Errado, porque: como já dito, não há que se falar em crime doloso se o texto deixou claro que o agente não quis nem tampouco assumiu o risco de produzir o resultado;
- c) Errado, porque: com as informações contidas não há que se falar em crime doloso;
- d) Errado, porque: no que tange a “B” o crime é consumado. Ademais, no que tange a “C” não há que se falar em tentativa, vez que se trata de crime culposos, cujas figuras são incompatíveis;
- e) Errado, porque: tanto o homicídio culposos quanto a lesão corporal culposa, praticados na direção de veículo automotor, são condutas descritas como crimes, previstos respectivamente nos arts. 302 e 303 do CTB (Lei nº 9.503/1997).

**Preste Atenção:**

Considerando que “A” praticou um homicídio culposos e uma lesão corporal culposa, através de uma única conduta, deve responder pelos dois crimes em concurso formal, sendo-lhe aplicada apenas a mais grave das penas ou, se iguais, somente uma delas, mas aumentada em qualquer caso, de um sexto até a metade. Contudo, essa regra de aplicação de pena (sistema da exasperação), não pode exceder a pena que seria cabível pela regra do cúmulo material, em que as penas são somadas, conforme art. 70, parágrafo único, do CP.

78. (Investigador de Polícia – PC/SP – VUNESP – 2014) Nos termos do Código Penal, “entende-se em \_\_\_\_\_ quem, usando moderadamente dos meios necessários, repele injusta agressão, atual ou iminente, a direito seu ou de outrem”. Assinale a alternativa que completa corretamente a afirmação.
- a) estado de necessidade
  - b) estrito cumprimento de dever legal
  - c) legítima defesa
  - d) exercício regular de direito
  - e) coação irresistível

**GABARITO OFICIAL: C****JUSTIFICATIVA:**

- a) Errado, porque: nos termos do art. 24 do CP, o estado de necessidade se verifica quando o agente pratica o fato para salvar de perigo atual, que não provocou por sua vontade, nem podia de outro modo evitar, direito próprio ou alheio, cujo sacrifício, nas circunstâncias, não era razoável exigir-se;
- b) Errado, porque: o estrito cumprimento do dever legal se verifica quando o agente pratica uma conduta que em tese, seria típica. Contudo, deixa de ser considerada ilícita em razão de ter sido praticada com fulcro num dever legal de agir, como ocorre, por exemplo, quando um policial cumpre um mandado de busca e apreensão, violando um domicílio, hipótese em que sua conduta está legalmente assegurada por uma norma permissiva;

- c) CERTO, porque: nos exatos termos do art. 25 do CP;
- d) Errado, porque: o exercício regular de direito se verifica quando um indivíduo pratica uma conduta autorizada pela existência de um direito definido em lei, como ocorre, por exemplo, no caso do agente que se utiliza da força necessária para evitar o esbulho de sua posse;
- e) Errado, porque: coação irresistível é hipótese de exclusão de conduta, nos termos do art. 22 do CP, em que só é punível o autor da coação.

**Preste Atenção:**

Embora as excludentes de ilicitude sejam normas que autorizam a prática de condutas típicas em situações excepcionais, devem sempre ser praticados nos exatos limites legais, sendo punível o excesso, seja ele doloso ou culposo, nos termos do art. 23, parágrafo único, do CP.

79. **(Investigador de Polícia – PC/SP – VUNESP – 2014)** Nos termos do Código Penal, assinale a alternativa que contenha apenas crimes contra o patrimônio.
- a) Homicídio; estelionato; extorsão.
  - b) Estelionato; furto; roubo.
  - c) Dano; estupro; homicídio.
  - d) Furto; roubo; lesão corporal.
  - e) Extorsão; lesão corporal; dano.

**GABARITO OFICIAL: B****JUSTIFICATIVA:**

- a) Errado, porque: homicídio é crime contra a vida e não contra o patrimônio, nos termos do art. 121 do CP;
- b) CERTO, porque: o estelionato (art. 171 do CP), o furto (art. 155 do CP) e o roubo (art. 157 do CP) são todos crimes contra o patrimônio;
- c) Errado, porque: nessa alternativa, somente o dano (art. 163 do CP) é crime contra o patrimônio, ao passo que o estupro (art. 213 do CP) é crime contra a liberdade sexual e o homicídio (art. 121 do CP) é crime contra a vida;
- d) Errado, porque: embora o furto (art. 155 do CP) e roubo (art. 157 do CP), sejam crimes contra o patrimônio, a lesão corporal (art. 129 do CP) é crime contra a pessoa;
- e) Errado, porque: embora a extorsão (art. 158 do CP) e o dano (art. 163 do CP) sejam crimes contra o patrimônio, a lesão corporal (art. 129 do CP) é crime contra a pessoa.

**Preste Atenção:**

Se da violência empregada no crime patrimonial resultar a morte, teremos crime contra o patrimônio qualificado pelo resultado e não crime contra a vida, hipótese em que o agente será julgado por Juiz singular e não pelo Tribunal do Júri, o qual só tem competência para julgar crimes dolosos contra a vida, nos termos do art. 5º, XXXVIII, da CF.

80. **(Investigador de Polícia – PC/SP – VUNESP – 2014)** Nos termos do Código Penal, assinale a alternativa que contenha apenas crimes contra a dignidade sexual.
- a) Perigo de contágio venéreo; atentado ao pudor mediante fraude; assédio sexual.
  - b) Assédio sexual; perigo de contágio venéreo; corrupção de menores.
  - c) Estupro; atentado violento ao pudor; prostituição.
  - d) Atentado violento ao pudor; sedução; estupro.
  - e) Estupro; corrupção de menores; assédio sexual.

**GABARITO OFICIAL: E****JUSTIFICATIVA:**

- a) Errado, porque: embora o assédio sexual (art. 216-A do CP) seja crime contra a dignidade sexual, o perigo de contágio venéreo (art. 130 do CP) é crime contra a pessoa, ao passo que o crime de atentado ao pudor mediante fraude (antigo art. 216 do CP) foi revogado por meio da Lei nº 12.015/2009;
- b) Errado, porque: em que pese o assédio sexual (art. 216-A do CP) e corrupção de menores (art. 218 do CP) serem crimes contra a dignidade sexual, o perigo de contágio venéreo (art. 130 do CP) é crime contra a pessoa;
- c) Errado, porque: desta alternativa somente o estupro é crime contra a dignidade sexual, ao passo que atentado violento ao pudor (antigo art. 214 do CP) foi revogado, sendo a prostituição, fato atípico;
- d) Errado, porque: o atentado violento ao pudor (antigo art. 214 do CP) e sedução (antigo art. 217 do CP) foram revogados, respectivamente pelas Leis nºs 12.015/2009 e 11.106/2005, sendo apenas o estupro (art. 213 do CP) crime contra dignidade sexual;
- e) CERTO, porque: tanto o estupro (art. 213 do CP), quanto a corrupção de menores (art. 218 do CP) e o assédio sexual (art. 216-A do CP) são crimes contra a dignidade sexual.

**Preste Atenção:**

Em razão da alteração oriunda da Lei nº 12.015/2009, os crimes contra a dignidade sexual são de ação penal pública condicionada à representação. Exceto se a vítima é menor de 18 anos ou vulnerável, hipóteses em que a ação passa a ser pública incondicionada, nos termos do art. 225 do CP.

81. **(Investigador de Polícia – PC/SP – VUNESP – 2014)** Considerando os crimes contra a Administração Pública, previstos no Código Penal e praticados por funcionário público, é correto afirmar que a conduta de “solicitar ou receber, para si ou para outrem, direta ou indiretamente, ainda que fora da função ou antes de assumi-la, mas em razão dela, vantagem indevida, ou aceitar promessa de tal vantagem”, tipificará o crime de:
- a) emprego irregular de verbas.
  - b) corrupção passiva.
  - c) concussão.
  - d) excesso de exação.
  - e) peculato.

**GABARITO OFICIAL: B****JUSTIFICATIVA:**

- a) Errado, porque: o emprego irregular de verbas se configura quando o funcionário público dá às verbas ou rendas públicas aplicação diversa da estabelecida em lei. Nos termos do art. 315 do CP;

- b) CERTO, porque: nos exatos termos do art. 317 do CP;
- c) Errado, porque: a concussão se verifica quando o funcionário público exige, para si ou para outrem, direta ou indiretamente, vantagem indevida, ainda que fora da função ou antes de assumi-la, mas em razão dela, conforme art. 316 do CP;
- d) Errado, porque: excesso de exação se configura quando o funcionário exige tributo ou contribuição social que sabe ou deveria saber indevido, ou quando devido, emprega na cobrança meio vexatório ou gravoso, que a lei não autoriza, conforme art. 316, § 1º, do CP;
- e) Errado, porque: peculato é ato através do qual o funcionário público se apropria de dinheiro, valor ou qualquer outro bem móvel, público ou particular, de que tem a posse em razão do cargo, ou o desvia em proveito próprio ou alheio, conforme art. 312 do CP.

**Preste Atenção:**

O crime de corrupção passiva se consuma no momento em que o funcionário solicita a vantagem indevida ou simplesmente aceita a promessa de tal vantagem, ainda que não a receba, tratando-se, portanto, de crime formal, cujo recebimento da vantagem configura mero exaurimento do crime, influenciando na dosimetria da pena.

- 82. (Investigador de Polícia – PC/SP – VUNESP – 2014)** Hércules, delegado de polícia, efetuou uma prisão em flagrante delito, mas deixou de comunicar ao Juiz competente, de imediato, a prisão da pessoa, mesmo estando obrigado a fazê-lo. Segundo as leis brasileiras, essa omissão de Hércules constitui crime de:
- a) omissão delituosa.
  - b) tortura.
  - c) omissão de socorro.
  - d) abuso de autoridade.
  - e) usurpação de poder.

**GABARITO OFICIAL: D****JUSTIFICATIVA:**

- a) Errado, porque: por ausência de previsão legal. Não há crime com *nomen iuris* de omissão delituosa;
- b) Errado, porque: a tortura se verifica quando o agente submete alguém a sofrimento físico ou mental, com emprego de violência ou grave ameaça. A única modalidade de tortura por omissão se verifica quando o agente tinha o dever de evitá-las ou apurá-las e se omite em face de tais condutas, conforme o art. 1º, § 2º, da Lei nº 9.455/1997;
- c) Errado, porque: omissão de socorro é um crime comum, em que o agente deixa de prestar assistência, quando possível fazê-lo sem risco pessoal, à criança abandonada ou extraviada, ou à pessoa inválida ou ferida, ao desamparo ou em grave e iminente perigo; ou não pedir, nesses casos, o socorro da autoridade pública, conforme art. 135 do CP;
- d) CERTO, porque: nos termos do art. 4º, c, da Lei nº 4.898/1965;
- e) Errado, porque: usurpação de poder não é descrito como crime. Trata-se de matéria de direito administrativo, em que há ofensa ao princípio da separação de poderes, por um órgão da administração pública.

**Preste Atenção:**

Atenção: Se o preso ou detido for imputável, a ausência de imediata comunicação de prisão ao Juiz competente constitui abuso de autoridade, conforme mencionado anteriormente. Contudo, se tratando de apreensão de criança ou adolescente, a ausência de imediata comunicação á autoridade judiciária constitui crime descrito no art. 230 do ECA.

83. **(Investigador de Polícia – PC/SP – VUNESP – 2014)** Fulano, maior de idade, forneceu, gratuitamente, a Sicrano, adolescente, seis projéteis de revólver, sem saber que Sicrano já possuía uma arma e pretendia utilizá-la em um assalto. Nessa situação, e considerando o que dispõe o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), é correto afirmar que Fulano:
- a) cometeu um crime previsto no ECA, mas terá sua pena reduzida em razão de não saber que Sicrano já possuía uma arma.
  - b) cometeu um crime previsto no ECA e terá sua pena aumentada porque forneceu a munição de forma gratuita a Sicrano.
  - c) não cometeu crime algum, uma vez que forneceu a Sicrano Somente a munição, mas não a arma.
  - d) não cometeu crime algum, uma vez que essa conduta não é prevista em lei como delito.
  - e) cometeu um crime previsto no ECA apenado com reclusão.

**GABARITO OFICIAL: E****JUSTIFICATIVA:**

- a) Errado, porque: em que pese se tratar de crime previsto no ECA, não há causas de redução de pena;
- b) Errado, porque: em que pese se tratar de crime previsto no ECA, não há causas de aumento de pena;
- c) Errado, porque: o fornecimento de arma, munição ou explosivo, mesmo que separados, à criança ou adolescente, constituem crime do ECA;
- d) Errado, porque: a conduta está descrita como crime no art. 242 do ECA, não sendo, portanto, fato atípico;
- e) CERTO, porque: o art. 242 do ECA prevê como crime a conduta de vender, fornecer ainda que gratuitamente ou entregar, de qualquer forma, a criança ou adolescente arma, munição ou explosivo, cuja pena é de reclusão de três a seis anos e multa.

**Preste Atenção:**

Para alguns doutrinadores, o crime descrito no art. 242 do ECA foi revogado tacitamente pelo art. 16, parágrafo único, V, da Lei nº 10.826/2003 (Estatuto do Desarmamento). A questão é controvertida, por isso a Vunesp se limitou a cobrar conhecimento do texto legal, sem, contudo, se imiscuir na celeuma em comento.

84. **(Investigador de Polícia – PC/SP – VUNESP – 2014)** A Lei de Crimes Hediondos (Lei nº 8.072/1990) dispõe que será de três a seis anos de reclusão a pena prevista no art. 288 do CP (Associação Criminosa), quando se tratar de crimes hediondos, prática da tortura, tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins ou terrorismo. Nessa hipótese,

o participante e o associado que denunciar à autoridade o bando ou quadrilha, possibilitando seu desmantelamento:

- a) deverá cumprir a pena em estabelecimento distinto dos demais participantes.
- b) deixará de responder pelo referido crime.
- c) terá a pena reduzida de um a dois terços.
- d) terá a pena anistiada pelo Presidente da República.
- e) terá sua pena convertida para prestação de serviços à comunidade.

### GABARITO OFICIAL: C

#### JUSTIFICATIVA:

- a) Errado, porque: ausência de previsão legal;
- b) Errado, porque: a Lei dos Crimes Hediondos não prevê hipótese de extinção da punibilidade pela delação premiada;
- c) CERTO, porque: nos termos do art. 8º, parágrafo único, da Lei nº 8.072/1990;
- d) Errado, porque: anistia não é concedida em razão de participação do agente. Trata-se na verdade de uma forma de extinção da punibilidade concedida pelo Congresso Nacional e não pelo Presidente, nos termos do art. 48, VIII, da CF;
- e) Errado, porque: a conversão de pena privativa de liberdade em restritivas de direitos não decorre da delação premiada.



#### Preste Atenção:

A Lei dos Crimes Hediondos não prevê extinção da punibilidade em razão da colaboração do agente. Porém, em alguns casos excepcionais, a delação pode ensejar a extinção da punibilidade, como ocorre, por exemplo, se tratando de réu colaborador protegido (art. 13 da Lei nº 9.807/1999) ou nos casos de colaboração premiada, em se tratando de crimes de organização criminosa (art. 4º da Lei 12.850/2013).

85. **(Investigador de Polícia – PC/SP – VUNESP – 2014)** Apolo e Afrodite estão em um bar, e Apolo decide ir para casa de madrugada. Apolo está visivelmente embriagado e Afrodite, mesmo sabendo disso, entrega seu automóvel para Apolo, que conduz o veículo até o condomínio em que ambos residem, mas não causa qualquer acidente e obedece todas as regras de trânsito no trajeto. Nessa situação, e conforme estabelece o Código de Trânsito Brasileiro, é correto afirmar que:
- a) apenas Apolo cometeu crime por dirigir embriagado.
  - b) apenas Afrodite cometeu crime por emprestar seu automóvel a Apolo.
  - c) Apolo e Afrodite cometeram crimes.
  - d) Afrodite teria cometido crime apenas e tão somente se Apolo tivesse se envolvido em acidente de trânsito com vítima.
  - e) nenhum dos dois cometeu crime algum, já que ninguém sofreu qualquer dano físico ou material.

### GABARITO OFICIAL: C

#### JUSTIFICATIVA:

- a) Errado, porque: Afrodite também cometeu crime ao entregar a condução de seu veículo a Apolo, sabendo de sua condição de embriaguez;
- b) Errado, porque: Apolo também cometeu crime ao conduzir veículo automotor embriagado;

- c) CERTO, porque: ao entregar a condução do veículo automotor à pessoa embriagada, Afrodite praticou crime descrito no art. 310 do CTB, ao passo que Apolo praticou crime de embriaguez ao volante, conforme art. 306 do mesmo diploma legal;
- d) Errado, porque: o crime descrito no art. 310 do CTB é de perigo abstrato, não se exigindo prova da probabilidade do dano, cuja consumação ocorre com a entrega do veículo à pessoa que não esteja em condições de dirigi-lo;
- e) Errado, porque: tanto o crime do art. 306 quanto o do art. 310 do CTB, são de perigo abstrato, cuja consumação independe da probabilidade de dano concreto.



### Preste Atenção:

Em que pese o crime de embriaguez ao volante ser descrito em seu tipo penal, como sendo de perigo abstrato, O STJ já se manifestou no sentido de que se trata de crime de perigo concreto (HC 158.311/RS – 5ª T. – rel. Min. Gilson Dipp – *DJe* 18-10-2010). Esse entendimento também foi recentemente adotado pelo Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro (RESE 0019021-06.2013.8.19.0000 – j. 29-5-2013).

- 86. (Investigador de Polícia – PC/SP – VUNESP – 2014)** Conforme a Lei Maria da Penha (Lei nº 11.340/2006), no atendimento à mulher em situação de violência doméstica e familiar, a autoridade policial deverá, entre outras providências:
- a) expedir ordem policial contra o ofensor para a imediata desocupação do imóvel, a fim de que a ofendida a entregue ao ofensor.
  - b) fornecer transporte para a ofendida e seus dependentes para abrigo ou local seguro, quando houver risco de vida.
  - c) verificar se algum dos funcionários da Delegacia de Polícia poderia abrigar, temporariamente, a ofendida e seus dependentes.
  - d) abrigar a ofendida e seus dependentes no Distrito Policial se houver risco de vida para alguém da família.
  - e) solicitar, em 24 horas, a presença do ofensor no Distrito Policial, para uma tentativa de conciliação entre este e a ofendida.

### GABARITO OFICIAL: B

#### JUSTIFICATIVA:

- a) Errado, porque: somente o Juiz pode determinar o afastamento do agressor do lar, domicílio ou local de convivência com a ofendida, conforme art. 22 da Lei Maria da Penha. Ademais, referida lei ainda proíbe que a ofendida entregue intimações ou notificações ao ofensor, conforme art. 21, parágrafo único, da Lei nº 11.340/2006;
- b) CERTO, porque: nos termos do art. 11, III, da Lei nº 11.340/2006;
- c) Errado, porque: conforme o art. 11, III, da Lei Maria da Penha, a ofendida e seus dependentes devem ser colocados em abrigo ou local seguro. Assim, não há que se falar em abrigamento da vítima na casa de funcionários da Delegacia;
- d) Errado, porque: conforme já mencionado na alternativa anterior, a ofendida e seus dependentes devem ser colocados em abrigo ou local seguro. Assim, não há que se falar em abrigamento da vítima na Delegacia, vez que não se trata de local seguro;
- e) Errado, porque: a conciliação entre as partes é um instituto previsto na Lei nº 9.099/1995, a qual, por sua vez, não se aplica aos crimes praticados com violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do art. 41 da Lei Maria da Penha.

**Preste Atenção:**

Em razão da ADIn 4424/2010, ter sido julgada procedente pelo Supremo Tribunal Federal, em caso de crime de lesão, a ação penal passa a ser de natureza pública incondicionada, qualquer que seja sua extensão, o que inclui a lesão corporal de natureza leve. Cuidado: os demais crimes continuam com sua condição de procedibilidade atrelada às regras do Código Penal, como por exemplo, no crime de ameaça, em que a ação continua sendo condicionada a representação, mesmo se praticada no âmbito doméstico e familiar contra a mulher. Tal conhecimento foi alvo de questionamento na prova aplicada em 2013, para a carreira de escrivão de polícia da Polícia Civil de Goiás.

- 87. (Investigador de Polícia – PC/SP – VUNESP – 2014)** Roberval Taylor consumiu droga sem autorização ou em desacordo com determinação legal ou regulamentar. Essa conduta, segundo a Lei sobre Drogas (Lei nº 11.343/2006), pode submeter Roberval, entre outras, às seguintes penas:
- prisão e prestação de serviços à comunidade.
  - advertência sobre os efeitos das drogas e prestação de serviços à comunidade.
  - medida educativa de comparecimento a programa ou curso educativo e detenção.
  - cassação dos direitos políticos e advertência sobre os efeitos das drogas.
  - multa e reclusão.

**GABARITO OFICIAL: B****JUSTIFICATIVA:**

- Errado, porque: o art. 28 da Lei de Drogas não prevê pena de prisão;
- CERTO, porque: nos termos do art. 28, I e II, da Lei nº 11.343/2006;
- Errado, porque: como já dito, o art. 28 da Lei de Drogas não prevê pena de detenção;
- Errado, porque: o art. 28 da Lei de Drogas não prevê pena de cassação dos direitos políticos;
- Errado, porque: o art. 28 da Lei de Drogas não prevê pena de reclusão.

**Preste Atenção:**

Em que pese o gabarito considerado correto pela organizadora, devemos nos atentar para as condutas descritas no art. 28, o qual descreve como crime a conduta daquele que “adquire, guarda, tem em depósito, transporta ou traz consigo” drogas. Ou seja, a conduta de consumir drogas não é descrita como crime. Por isso, reputo a questão elaborada pela banca organizadora como mal formulada.

- 88. (Investigador de Polícia – PC/SP – VUNESP – 2014)** A Lei do Crime Organizado (Lei nº 12.850/2013) dispõe que a infiltração de agentes de polícia em tarefas de investigação:
- pode ser determinada de ofício por parte do Juiz competente para apreciar o caso.
  - será precedida de circunstanciada, motivada e sigilosa autorização judicial.
  - será autorizada pelo Ministério Público, quando requisitada pelo Delegado de Polícia.
  - não será permitida em nenhuma hipótese.
  - poderá ser autorizada por decisão do Delegado de Polícia competente quando houver urgência na investigação policial.

**GABARITO OFICIAL: B**

**JUSTIFICATIVA:**

- a) Errado, porque: a infiltração de agentes não pode ser determinada pelo Juiz de ofício, dependendo sempre de representação do Delegado de Polícia ou requerimento do Ministério Público, nos termos do art. 10 da Lei 12.850/2013;
- b) CERTO, porque: conforme descrito no mesmo art. 10 da Lei do Crime Organizado;
- c) Errado, porque: Ministério Público não autoriza infiltração, apenas a requer. Quem autoriza é somente o Juiz. Por sua vez, Delegado de Polícia representa por sua concessão, não se tratando de requisição;
- d) Errado, porque: a infiltração de agentes é um dos meios de obtenção de prova, nos termos da lei, assim como colaboração premiada e ação controlada;
- e) Errado, porque: a infiltração de agentes depende sempre de circunstanciada, motivada e sigilosa autorização judicial. O Delegado de Polícia não pode em hipótese alguma autorizar infiltração de agentes.

**Preste Atenção:**

A infiltração de agentes será autorizada pelo prazo de até seis meses, podendo, entretanto, ser alvo de renovações, desde que comprovada sua necessidade. Vale ainda consignar, que não será punível a prática de eventuais crimes por agentes infiltrados no curso da investigação, quando inexigível conduta diversa.

- 89. (Investigador de Polícia – PC/SP – VUNESP – 2014)** Minerva, 45 anos de idade, é filha de Pomona, 62 anos de idade. Ambas vivem juntas. Quando Pomona veio a adoecer gravemente, Minerva a levou para um hospital público e lá a abandonou sob os cuidados médicos do estabelecimento, não mais retornando para buscá-la. Essa conduta de Minerva:
- a) é considerada um crime de preconceito punível pelo Estatuto do Idoso.
  - b) não é considerada como crime, uma vez que Pomona, embora abandonada, foi deixada sob cuidados médicos.
  - c) não é considerada crime, por se tratar de hospital público, que tem a obrigação legal de cuidar de Pomona.
  - d) seria considerada crime pelo Estatuto do Idoso apenas se Pomona fosse maior de 65 anos de idade.
  - e) é considerada um crime pelo Estatuto do Idoso.

**GABARITO OFICIAL: E****JUSTIFICATIVA:**

- a) Errado, porque: eventual ofensa à honra do idoso em razão de sua condição de pessoa idosa, configura crime de injúria qualificada, nos termos do art. 140, § 3º, do CP;
- b) Errado, porque: o abandono de idoso em hospitais, casas de saúde, entidades de longa permanência ou congêneres, configura crime descrito no art. 98 do Estatuto do Idoso;
- c) Errado, porque: a obrigação do hospital em prestar socorro e dar atendimento aos pacientes quando em estado emergencial, não elide a responsabilidade de Pomona;
- d) Errado, porque: o art. 1º da Lei nº 10.741/2003 esclarece que referido diploma se destina a regular os direitos assegurados às pessoas com idade igual ou superior a sessenta anos;
- e) CERTO, porque: nos termos do art. 98 do Estatuto do Idoso, cuja pena é de detenção de seis meses a três anos e multa.

**Preste Atenção:**

Todos os crimes definidos no Estatuto do Idoso são de ação penal pública incondicionada, conforme descrito no art. 95 da Lei nº 10.741/2003. Vale ainda ressaltar que aos crimes patrimoniais perpetrados contra idoso não se aplicam as escusas penais descritas nos arts. 181 e 182 do CP.

90. **(Médico Legista – PC/SP – VUNESP – 2014)** Artaxerxes cometeu o crime de homicídio contra Valenciano. Apurou-se que Artaxerxes cometeu o crime sob o domínio de violenta emoção logo em seguida a injusta provocação de Valenciano. Nessa hipótese, pelo que dispõe o Código Penal e desconsiderando outros eventuais fatores, é correto afirmar que:
- Artaxerxes deverá responder pelo crime de homicídio qualificado.
  - o Juiz poderá reduzir a pena de Artaxerxes.
  - Artaxerxes poderá ter a sua pena aumentada pelo Juiz.
  - o Juiz deverá aplicar a pena de homicídio simples, sem qualquer redução ou aumento de pena.
  - o Juiz deverá deixar de aplicar a pena, nesse caso, em razão de Valenciano ter provocado Artaxerxes injustamente.

**GABARITO OFICIAL: B****JUSTIFICATIVA:**

- Errado, porque: o fato do agente ter praticado o crime sob domínio de violenta emoção, logo em seguida à injusta provocação, configura causa de diminuição de pena e não qualificadora;
- CERTO, porque: nos termos do art. 121, § 1º, do CP, se o agente pratica o crime sob domínio de violenta emoção, logo em seguida à injusta provocação da vítima, o Juiz pode reduzir a pena de um sexto a um terço. A doutrina denomina essa causa de diminuição de pena como “homicídio privilegiado”;
- Errado, porque: ausência de previsão legal. Não há que se falar em aumento de pena no caso do homicídio ser praticado sob domínio de violenta emoção;
- Errado, porque: conforme já mencionado, a hipótese descrita no enunciado enseja redução de pena de um sexto a um terço;
- Errado, porque: o Juiz somente poderá deixar de aplicar a pena quando se tratar de homicídio culposo, conforme o art. 121, § 5º, do CP.

**Preste Atenção:**

Vale lembrar que o crime de homicídio pode ser ao mesmo tempo, privilegiado e qualificado, desde que as qualificadoras sejam de caráter objetivo, ou seja, estejam ligadas à conduta empregada pelo agente. Para a maioria da doutrina e da jurisprudência, o homicídio privilegiado/qualificado não pode ser considerado crime hediondo.

91. **(Médico Legista – PC/SP – VUNESP – 2014)** Fulano é portador de doença venérea contagiosa e, mesmo sabendo disso, mantém relação sexual com Ciclana. Essa conduta de Fulano, de acordo com o que dispõe o Código Penal:
- será considerada crime independentemente se Fulano tinha ou não a intenção de transmitir a doença para Ciclana.
  - não é considerada crime.

- c) é considerada como crime de abuso sexual.
- d) será considerada como crime somente se a doença foi realmente transmitida para Ciclana, comprovada por laudo pericial.
- e) será considerada crime apenas se Fulano tinha a intenção de transmitir a doença para Ciclana.

**GABARITO OFICIAL: A****JUSTIFICATIVA:**

- a) CERTO, porque: conforme art. 130 do CP, o crime de perigo de contágio venéreo se caracteriza quando o agente expõe alguém a perigo de contágio de moléstia venérea, de que sabia ou devia saber que está contaminado. Ou seja, haverá crime ainda que Fulano não tivesse intenção de transmitir a doença, sendo, portanto, crime de perigo. Contudo, se o agente tinha a intenção de transmitir a doença, trata-se de crime qualificado, conforme art. 130, § 1º, do CP;
- b) Errado, porque: a conduta descrita no enunciado descreve crime descrito no art. 130 do CP;
- c) Errado, porque: a conduta descrita no enunciado é crime de periclituação da vida e da saúde e não contra a dignidade sexual;
- d) Errado, porque: a consumação do crime ocorre no momento em que se efetiva o ato sexual libidinoso, em que a vítima é exposta ao perigo de contágio, sendo a efetiva transmissão da doença, irrelevante para a configuração do crime;
- e) Errado, porque: como já mencionado, o crime se caracteriza ainda que o agente não tivesse a intenção de transmitir a doença, bastando a exposição da vítima ao perigo de contágio. Caso o agente tenha intenção de transmitir a moléstia, configura-se a qualificadora descrita no art. 130, § 1º, do CP.

**Preste Atenção:**

Se a conduta do agente for praticada com a finalidade de transmitir Aids, ao julgar o HC 98.712/SP, 1ª T., rel. Min. Marco Aurélio, publicado no *DJe* em 17-12-2010, o STF entendeu que o crime será de lesão corporal gravíssima, descrito no art. 129, § 2º, II, do CP. Tal posicionamento também foi adotado pelo STJ, ao julgar o HC 160.982/DF – 5ª T. – rel. Min. Laurita Vaz – *DJe* 28-5-2012.

92. (**Médico Legista – PC/SP – VUNESP – 2014**) Apropriar-se o funcionário público de dinheiro, valor ou qualquer outro bem móvel, público ou particular, de que tem a posse em razão do cargo, ou desviá-lo, em proveito próprio ou alheio. Essa é uma definição do crime de:
- a) roubo.
  - b) furto.
  - c) estelionato.
  - d) peculato.
  - e) advocacia administrativa.

**GABARITO OFICIAL: D****JUSTIFICATIVA:**

- a) Errado, porque: roubo se verifica quando há subtração de coisa móvel alheia mediante violência ou grave ameaça, conforme art. 157 do CP;
- b) Errado, porque: furto se configura quando o agente subtrai coisa alheia móvel para si ou para outrem, conforme art. 155 do CP;

- c) Errado, porque: estelionato se configura quando o agente obtém vantagem ilícita em prejuízo alheio, induzindo ou mantendo alguém em erro, mediante artifício, ardil ou qualquer outro meio fraudulento, nos termos do art. 171 do CP;
- d) CERTO, porque: nos termos do art. 312 do CP;
- e) Errado, porque: advocacia administrativa se configura quando o funcionário público patrocina interesse privado perante a administração pública se valendo da sua qualidade de funcionário, conforme art. 321 do CP.

**Preste Atenção:**

Vale lembrar que o crime de peculato é classificado como crime próprio, pois só pode ser praticado por funcionário público. Contudo, o particular que pratica o crime em concurso com o funcionário, sabendo de sua condição funcional, também responde por crime de peculato, vez que a condição de funcionário é uma elementar do crime e por isso se comunica ao terceiro, conforme art. 30 do CP.

- 93. (Médico Legista – PC/SP – VUNESP – 2014)** O Código de Trânsito Brasileiro, com suas alterações posteriores, dispõe que é crime “conduzir veículo automotor com capacidade psicomotora alterada em razão da influência de álcool ou de outra substância psicoativa que determine dependência”. Assim, considerando o que estabelece essa lei a respeito do referido crime, é correto afirmar que a conduta delituosa será feita pela constatação de concentração igual ou superior a:
- a) 3 decigramas de álcool por litro de sangue ou igual ou superior a 6 decigramas de álcool por litro de ar alveolar.
  - b) 5 decigramas de álcool por litro de sangue ou igual ou superior a 0,5 miligrama de álcool por litro de ar alveolar.
  - c) 8 decigramas de álcool por litro de sangue ou igual ou superior a 0,2 miligrama de álcool por litro de ar alveolar.
  - d) 6 decigramas de álcool por litro de sangue ou igual ou superior a 0,3 miligrama de álcool por litro de ar alveolar.
  - e) 3 decigramas de álcool por litro de sangue ou igual ou superior a 0,1 miligrama de álcool por litro de ar alveolar.

**GABARITO OFICIAL: D****JUSTIFICATIVA:**

- a) Errado, porque: o índice estabelecido para que o crime se configure, é de 6 decigramas de álcool por litro de sangue ou 0,3 miligramas de álcool por litro de ar alveolar;
- b) Errado, porque: o índice estabelecido para que o crime se configure é de 6 decigramas de álcool por litro de sangue ou 0,3 miligramas de álcool por litro de ar alveolar;
- c) Errado, porque: conforme já mencionado nas alternativas anteriores, o índice estabelecido para que se configure o crime é 6 decigramas de álcool por litro de sangue ou 0,3 miligramas de álcool por litro de ar alveolar;
- d) CERTO, porque: nos termos do art. 306, § 1º, I, do CTB (Lei nº 9.503/1997), a conduta será considerada delituosa quando se constatar concentração de 6 decigramas de álcool por litro de sangue ou igual ou superior a 0,3 miligrama de álcool por litro de ar alveolar;
- e) Errado, porque: o índice estabelecido para que o crime se configure é de 6 decigramas de álcool por litro de sangue ou 0,3 miligramas de álcool por litro de ar alveolar.

**Preste Atenção:**

Vale ressaltar que o crime de embriaguez ao volante é de mera conduta de perigo abstrato, cuja alteração da capacidade psicomotora pela influência do álcool ou substância psicoativa que determine dependência pode ser constatada através de alcoolemia, exame clínico, perícia, vídeo, prova testemunhal ou quaisquer outros meios de prova em direito admitidos, observando-se sempre, o direito à contraprova, por força da edição da Lei nº 12.760/2012.

94. **(Oficial Administrativo – PC/SP – VUNESP – 2014)** Midas Barros é funcionário público e, para atender a um pedido de seu pai, patrocinou, diretamente, assunto de interesse pessoal, mas legítimo, do seu genitor perante a repartição pública onde trabalha, valendo-se da qualidade de funcionário. Nessa situação, considerando o que dispõe o Código Penal, é correto afirmar que Midas.
- a) não cometeu crime algum, tendo em vista que o interessado era seu pai.
  - b) não cometeu crime, tendo em vista que sua conduta não tem previsão no Código Penal.
  - c) cometeu o crime de advocacia administrativa.
  - d) cometeu crime previsto no Código Penal, mas ficará livre da pena por ser funcionário público.
  - e) cometeu o crime de peculato.

**GABARITO OFICIAL: C****JUSTIFICATIVA:**

- a) Errado, porque: funcionário público que patrocina interesse pessoal perante a administração pública se valendo da qualidade de funcionário comete crime de advocacia administrativa, ainda que se trate de interesse legítimo;
- b) Errado, porque: a conduta de Midas Barros está prevista como crime de advocacia administrativa no Código Penal;
- c) CERTO, porque: nos exatos termos do art. 321 do CP;
- d) Errado, porque: o crime em estudo não prevê nenhuma hipótese de isenção de pena;
- e) Errado, porque: peculato é ato através do qual o funcionário de apropria de bem público ou particular de que tem a posse, ou se vale da facilidade de seu cargo para subtraí-lo, conforme art. 312 do CP.

**Preste Atenção:**

O crime de advocacia administrativa prevê pena de detenção de 1 a 3 meses ou multa, ou seja, pena alternativa. Porém, se o interesse patrocinado pelo funcionário for ilegítimo, a pena passa a ser cumulativa, de detenção de 3 meses a 1 ano e multa, conforme art. 321, parágrafo único, do CP.

95. **(Oficial Administrativo – PC/SP – VUNESP – 2014)** Assinale a alternativa que indica conduta típica que corresponde ao crime de corrupção passiva prevista no Código Penal.
- a) Subtrair para si ou para outrem coisa alheia móvel
  - b) Dar às verbas ou rendas públicas aplicação diversa da estabelecida em lei.
  - c) Modificar ou alterar, o funcionário, sistema de informações ou programa de informática sem autorização ou solicitação de autoridade competente.

- d) Revelar fato de que tem ciência em razão do cargo e que deva permanecer em segredo, ou facilitar-lhe a revelação.
- e) Solicitar ou receber, para si ou para outrem, direta ou indiretamente, ainda que fora da função ou antes de assumi-la, mas em razão dela, vantagem indevida, ou aceitar promessa de tal vantagem.

**GABARITO OFICIAL: E****JUSTIFICATIVA:**

- a) Errado, porque: a conduta de subtrair para si ou para outrem coisa alheia móvel configura crime de furto, nos termos do art. 155 do CP;
- b) Errado, porque: a conduta descrita nesta alternativa configura crime de emprego irregular de verbas ou rendas públicas, tipificado no art. 315 do CP;
- c) Errado, porque: a conduta descrita nesta alternativa configura crime descrito no art. 313-B do Código Penal;
- d) Errado, porque: a conduta descrita nesta alternativa configura crime de violação de sigilo funcional, nos termos do art. 325 do CP;
- e) CERTO, porque: nos termos ao art. 317 do CP.

**Preste Atenção:**

No crime de corrupção passiva, a pena será aumentada de um terço, se em razão da vantagem ou promessa, o funcionário efetivamente retarda ou deixa de praticar qualquer ato de ofício ou o pratica infringindo dever funcional.

96. **(Oficial Administrativo – PC/SP – VUNESP – 2014)** Iona Prosérpina, ocupante de função de direção em uma sociedade de economia mista, cometeu crime contra a Administração Pública previsto no Código Penal. Conseqüentemente, é correto afirmar que Iona:
- a) ficará livre da pena por ser mulher.
- b) deverá ser punida com a obrigação de pagar cestas básicas.
- c) terá a pena aumentada em virtude de ser ocupante de função de direção.
- d) responderá pelo crime, mas terá a pena reduzida em virtude de ser funcionária pública.
- e) terá a pena reduzida por exercer função em sociedade de economia mista.

**GABARITO OFICIAL: C****JUSTIFICATIVA:**

- a) Errado, porque: o fato do crime ter sido praticado por mulher não isenta de pena em hipótese alguma;
- b) Errado, porque: a obrigação de pagar cestas básicas não é descrita como pena em nenhum crime funcional;
- c) CERTO, porque: conforme art. 327, § 2º, do CP, a pena será aumentada de um terço se o crime for praticado por ocupantes de cargos em comissão ou de função de direção ou assessoramento de órgãos da administração direta, sociedade de economia mista, empresa pública ou fundação instituída pelo poder público;
- d) Errado, porque: ausência de previsão legal, pois o fato do crime ter sido praticado por funcionário público não enseja redução de pena em hipótese alguma;
- e) Errado, porque: ausência de previsão legal. Não há redução de pena pelo fato do agente exercer função em sociedade de economia mista.

**Preste Atenção:**

Cuidado, pois essa causa de aumento de pena de um terço aplicável ao ocupante de cargos em comissão ou de função de direção ou assessoramento não se aplica aos funcionários de autarquia, por ausência de previsão expressa, sob pena de restar configurada “analogia in malam partem”. Nesse sentido já se manifestou inclusive, o STJ, conforme REsp 1385916, julgado em 28-8-2013.

97. (Perito Criminal – PC/SP – VUNESP – 2014) É correto afirmar que o aborto praticado por médico:
- a) não é punível, ainda que haja outro meio de salvar a vida da gestante.
  - b) não é punível, se não houver outro meio de salvar a vida da gestante.
  - c) não é punível em hipótese alguma.
  - d) é punível, se a gravidez resulta de estupro e o aborto é precedido de consentimento da gestante ou, quando incapaz, de seu representante legal.
  - e) não é punível, se a gravidez resulta de estupro e o aborto não é precedido de consentimento da gestante ou, quando incapaz, de seu representante legal.

**GABARITO OFICIAL: B****JUSTIFICATIVA:**

- a) Errado, porque: conforme preceitua o art. 128, I, do CP, o aborto praticado por médico somente deixa de ser punível na hipótese em que não há outro meio de salvar a vida da gestante;
- b) CERTO, porque: nos termos do art. 128, I, do CP;
- c) Errado, porque: o aborto só deixa de ser punível quando praticado nas hipóteses descritas no art. 128 do CP. Nos demais casos o aborto é considerado criminoso, ainda que praticado por médico;
- d) Errado, porque: se praticado no caso de gravidez resultante de estupro e precedido de consentimento, não é punível, conforme art. 128, II, do CP;
- e) Errado, porque: como já visto o aborto praticado no caso de gravidez resultante de estupro só deixa de ser punível se for precedido de consentimento da gestante ou quando incapaz, de seu representante legal.

**Preste Atenção:**

O aborto só é previsto como crime quando provocado dolosamente. O aborto culposo é fato atípico. O agente que culposamente provoca aborto na vítima, responde por lesão corporal gravíssima culposa, conforme art. 129, § 2º, V, combinado com o art. 129, § 6º, do CP.

98. (Perito Criminal – PC/SP – VUNESP – 2014) Grotius, policial civil regularmente investido no cargo, durante seu horário de folga, surpreendeu Brutus, seu vizinho, na condução de uma motocicleta sem placa, em desacordo com a legislação de trânsito em vigor. Para tentar eximir-se da responsabilidade pela infração legal, Brutus ofereceu certa quantia em dinheiro a Grotius, a ser entregue após a liberação do veículo, o que foi prontamente aceito por Grotius, embora não houvesse ocorrido a entrega da quantia. Diante do exposto, Grotius:
- a) responderá pelo crime de Prevaricação.
  - b) responderá pelo crime de Concussão.
  - c) responderá pelo crime de Corrupção Ativa.

- d) responderá pelo crime de Corrupção Passiva.  
e) não responderá por crime algum, por tratar-se de fato atípico, uma vez que não ocorreu a entrega do numerário.

**GABARITO OFICIAL: D****JUSTIFICATIVA:**

- a) Errado, porque: o crime de prevaricação só se configura quando o funcionário público age no intuito de satisfazer interesse ou sentimento pessoal, conforme art. 319 do CP;  
b) Errado, porque: o crime de concussão depende de uma exigência por parte do funcionário, que se valendo da função, constrange com o intuito de obter vantagem indevida;  
c) Errado, porque: corrupção ativa se configura quando o particular oferece ou promete vantagem indevida a funcionário público, para determiná-lo a praticar, omitir ou retardar ato de ofício. No caso em estudo, foi Brutus quem cometeu crime de corrupção ativa;  
d) CERTO, porque: conforme art. 317 do CP, que prevê como crime de corrupção passiva a conduta do funcionário que aceita promessa de vantagem indevida;  
e) Errado, porque: a conduta de Grotius caracteriza crime de corrupção passiva, o qual se consuma independente do funcionário receber a entrega da vantagem, tratando-se, portanto, de crime formal.

**Preste Atenção:**

A corrupção passiva se consuma independentemente da corrupção ativa, bem como, a corrupção ativa se consuma independentemente da corrupção passiva, ou seja, são crimes unilaterais e não bilaterais. Referido conhecimento já foi cobrado pela Cespe UNB na prova da PRF 2008, cuja alternativa descreveu que: “A corrupção é crime necessariamente bilateral, de forma que a configuração da corrupção passiva dependerá da existência do crime de corrupção ativa”. Ou seja, a assertiva deveria ser assinalada errada pelo candidato.

99. **(Perito Criminal – PC/SP – VUNESP – 2014)** “Dar causa à instauração de investigação policial, de processo judicial, instauração de investigação administrativa, inquérito civil ou ação de improbidade administrativa contra alguém, imputando-lhe crime de que o sabe inocente”. O delito ora tipificado é denominado
- a) Fraude processual.  
b) Comunicação falsa de contravenção.  
c) Denúncia caluniosa.  
d) Comunicação falsa de crime.  
e) Tergiversação

**GABARITO OFICIAL: C****JUSTIFICATIVA:**

- a) Errado, porque: fraude processual é um crime contra a Administração da Justiça, que se verifica quando o agente inova artificialmente na pendência de processo administrativo, civil ou penal, a fim de induzir a erro o Juiz ou perito, conforme art. 347 do CP;  
b) Errado, porque: vez que falsa comunicação de contravenção ocorre quando alguém provocar ação de autoridade, comunicando-lhe ocorrência de crime ou contravenção que sabe não se ter verificado, nos termos do art. 340 do CP;  
c) CERTO, porque: nos termos do art. 339 do CP;

- d) Errado, porque: pelos motivos já expostos na alternativa “B”;
- e) Errado, porque: tergiversação (ou patrocínio simultâneo) ocorre quando o advogado ou procurador judicial defende na mesma causa, simultânea ou sucessivamente, partes contrárias, conforme art. 355, parágrafo único, do CP.

**Preste Atenção:**

No crime de denúncia caluniosa, se o agente se vale do anonimato ou nome suposto, a pena é aumentada de sexta parte. Por outro lado, a pena será diminuída de metade se a imputação for de contravenção penal.

**100. (Técnico de Laboratório – PC/SP – VUNESP – 2014)** Condutor dirige seu veículo e vê seu maior desafeto atravessando a rua na faixa de pedestres. Estando próximo à faixa, o condutor, consciente, deliberada e intencionalmente, acelera seu veículo e o coloca na direção de seu desafeto, acabando por atropelá-lo e matá-lo. De acordo com o Código Penal, o crime cometido deve ser considerado:

- a) culposo porque o agente deu causa ao resultado por imperícia.
- b) doloso porque o agente não atentou para a faixa de pedestres.
- c) doloso porque o agente tinha intenção de matar seu desafeto.
- d) culposo porque o agente deu causa ao resultado por negligência.
- e) culposo porque o agente deu causa ao resultado por imprudência.

**GABARITO OFICIAL: C****JUSTIFICATIVA:**

- a) Errado, porque: imperícia é uma modalidade de culpa, que se verifica quando constatada a inaptidão do agente, por ausência de qualificação técnica, teórica ou prática, ligadas ao exercício de arte, profissão ou ofício;
- b) Errado, porque: o fato do crime ter sido praticado na faixa de pedestres é uma causa de aumento de pena dos crimes de trânsito, nos termos do art. 298, VII, da Lei nº 9.503/1997 (Código de Trânsito Brasileiro), no qual só há previsão de homicídio culposo, diferente do caso descrito no enunciado, onde o crime foi desejado, portanto, doloso;
- c) CERTO, porque: o enunciado deixou claro que o agente tinha a intenção de matar, o que configura crime doloso, nos termos do art. 18, I, do CP;
- d) Errado, porque: negligência é uma modalidade de culpa, que se verifica quando o agente se omite e deixa de adotar condutas aptas a evitar o resultado. É uma omissão, uma inércia, como por exemplo, uma enfermeira que ao pegar um frasco não se atenta ao rótulo que diz ser vaselina, aplicando referida substância no paciente por acreditar que se tratava de soro;
- e) Errado, porque: imprudência também é uma das modalidades da culpa, verificada quando o agente pratica o ato sem adoção de cautelas, de forma a colocar os bens protegidos a perigo de lesão, como por exemplo, empreendendo alta velocidade num veículo automotor.

**Preste Atenção:**

No que tange ao dolo, o Código Penal pátrio adotou duas teorias: a da vontade, quando o agente quis o resultado (dolo direto) e ao do assentimento (dolo eventual), quando o agente assumiu o risco de produzir o resultado. Cuidado, o Brasil não adota a teoria da representação, em que o agente prevê o resultado como possível e mesmo assim opta por praticar a conduta.

**101. (Técnico de Laboratório – PC/SP – VUNESP – 2014)** Médico devidamente contratado pela Administração Pública e que está lotado em hospital público exige de familiar de paciente do Sistema Único de Saúde o pagamento de um valor indevido para a realização de uma cirurgia imprescindível. O familiar finge aquiescer com a exigência, mas ao sair do hospital aciona a autoridade policial e não efetua qualquer pagamento. Nesse caso, considerando as previsões do Código Penal, houve crime:

- a) tentado, pois não houve o pagamento, circunstância alheia à vontade do médico.
- b) culposo, porque o agente deu causa ao resultado por imprudência.
- c) impossível, por ineficácia absoluta do meio, já que a polícia foi acionada.
- d) tentado, pela superveniência de causa relativamente independente.
- e) consumado, pois o crime reuniu todos os elementos de sua definição legal.

#### **GABARITO OFICIAL: E**

#### **JUSTIFICATIVA:**

- a) Errado, porque: o crime praticado pelo médico é de concussão, vez que ostenta a condição de funcionário público, sendo que referido crime se consuma no momento em que há a exigência da vantagem, ainda que o agente não a obtenha efetivamente, tratando-se, portanto, de crime formal;
- b) Errado, porque: o enunciado foi claro ao dizer que o agente exigiu, sendo tal conduta incompatível com qualquer das modalidades de culpa, não havendo previsão legal de crime de concussão na modalidade culposa;
- c) Errado, porque: como já dito, o crime se consuma no momento em que há exigência da vantagem indevida, não tendo que se falar em ineficácia do meio;
- d) Errado, porque: o crime de concussão, por se tratar de delito formal, em tese, não admite tentativa, exceto, na excepcional hipótese da exigência ser feita de forma não verbal, como, por exemplo, por meio de carta. É a chamada carta extorsionária;
- e) CERTO, porque: no momento em que o agente exige a vantagem, o crime se consuma. Ademais, nessa alternativa, o examinador se valeu do conceito legal de crime consumado, nos termos do art. 14, I, do CP.



#### **Preste Atenção:**

Não podemos nos esquecer que para fins penais, considera-se funcionário público aquele que exerce cargo, emprego ou função pública, ainda que transitoriamente ou sem remuneração, equiparando-se ainda a funcionário público, aquele que exerce cargo, emprego ou função em entidade paraestatal, e quem trabalha para empresa prestadora de serviço, contratada ou conveniada para a execução de atividade típica da Administração Pública.

**102. (Técnico de Laboratório – PC/SP – VUNESP – 2014)** Funcionário público membro de equipe que faz a análise de pedidos de alvará recebe um pedido formulado por um desafeto pessoal seu, que pretende abrir um comércio. O funcionário público, pretendendo prejudicar seu desafeto, não analisa o pedido, guardando o processo em armário em que não pudesse ser visto pelos demais. Considerando o que dispõe o Código Penal sobre os crimes praticados por funcionários públicos contra a Administração em Geral, o funcionário do caso praticou crime de:

- a) advocacia administrativa.
- b) peculato.
- c) excesso de exação.

- d) prevaricação.
- e) corrupção passiva.

**GABARITO OFICIAL: D****JUSTIFICATIVA:**

- a) Errado, porque: advocacia administrativa se verifica quando o agente patrocina direta ou indiretamente, interesse privado perante a administração pública, se valendo da sua qualidade de funcionário, nos termos do art. 321 do CP;
- b) Errado, porque: peculato é ato através do qual o funcionário público se apropria do bem que tem a posse em razão de seu cargo, ou se valendo da facilidade da função, conforme art. 312 do CP;
- c) Errado, porque: excesso de exação ocorre quando o funcionário exige tributo ou contribuição social indevido, ou quando emprega na cobrança, meio vexatório ou gravoso, conforme art. 316, § 1º, do CP;
- d) CERTO, porque: nos termos do art. 319 do CP, o funcionário público que deixa de praticar indevidamente um ato de ofício, com escopo de satisfazer interesse ou sentimento pessoal comete crime de prevaricação, como no caso em tela, em que o funcionário deixa de apreciar um pedido de concessão de alvará feito por um desafeto seu;
- e) Errado, porque: a corrupção passiva se caracteriza quando o funcionário solicita, recebe ou aceita promessa de vantagem indevida em razão de sua função, conforme art. 317 do CP.

**Preste Atenção:**

O crime de prevaricação só se configura se o funcionário agir para satisfazer interesse ou sentimento pessoal. Se o funcionário pratica, deixa de praticar ou retarda ato de ofício com infração do dever funcional, cedendo a pedido ou influência de outrem, o crime será de corrupção passiva, descrita no art. 317, § 2º, do CP.

- 103. (Escrivão de Polícia Civil – PC/SP – VUNESP – 2013)** Para os efeitos da Lei nº 9.099/1995, com as alterações da Lei nº 11.313/2006 (Lei dos Juizados Especiais Criminais), consideram-se infrações penais de menor potencial ofensivo as contravenções penais e os crimes a que a lei comine pena
- a) máxima não superior a 2 (dois) anos, cumulada ou não com multa.
  - b) exclusivamente de multa.
  - c) mínima de 1 (um) ano e máxima de 3 (três) anos, cumulada ou não com multa.
  - d) de detenção ou multa.
  - e) restritiva de direitos.

**GABARITO OFICIAL: A****JUSTIFICATIVA:**

- a) CERTO, porque: conforme texto do art. 61 da Lei nº 9.099/1995. Por absoluta ausência de previsão legal, as demais alternativas estão todas erradas.
- b) Errado, porque: ausência de previsão legal.
- c) Errado, porque: ausência de previsão legal.
- d) Errado, porque: ausência de previsão legal.
- e) Errado, porque: ausência de previsão legal.

**Preste Atenção:**

Em razão da Lei nº 10.259/2001 (Juizado Especial Federal) no âmbito da Justiça Federal, também se consideram infrações penais de menor potencial ofensivo, aquelas cuja pena máxima não seja superior a dois anos. Aliás, referida legislação acabou por influenciar a edição da Lei nº 11.313/2006, que alterou o art. 61 da Lei nº 9.099/1995, que no âmbito da Justiça Estadual, também passou a considerar infração de menor potencial ofensivo aquelas cuja pena máxima não sejam superior a dois anos.

**104. (Escrivão de Polícia Civil – PC/SP – VUNESP – 2013)** Segundo a Lei nº 8.072/1990, são considerados crimes hediondos:

- a) o racismo e a corrupção ativa.
- b) o terrorismo e o atentado violento ao pudor.
- c) a falsificação, corrupção, adulteração ou alteração de produto destinado a fins terapêuticos ou medicinais e o estupro de vulnerável.
- d) a prática da tortura e a corrupção ativa.
- e) o tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins e o racismo.

**GABARITO OFICIAL: C****JUSTIFICATIVA:**

- a) Errado, porque: nem o racismo (Lei nº 7.716/1989), nem a corrupção ativa (art. 333 do CP) são considerados crimes hediondos;
- b) Errado, porque: a Lei nº 8.072/1990 não considera a prática de terrorismo crime hediondo. Por sua vez, o crime de atentado violento ao pudor, já foi revogado pela Lei nº 12.015/2009.
- c) CERTO, porque: conforme se verifica no art. 1º da Lei dos Crimes Hediondos, a falsificação, corrupção, adulteração ou alteração de produto destinado a fins terapêuticos ou medicinais (inciso VII-B) e o estupro de vulnerável (Inciso VI), são considerados crimes hediondos;
- d) Errado, porque: a prática de tortura não é considerada um crime hediondo, sendo uma figura apenas “assemelhada” a crime hediondo. Da mesma forma, a corrupção ativa (art. 333 do CP) também não é considerada crime hediondo;
- e) Errado, porque: tráfico ilícito de entorpecentes não é crime hediondo, sendo apenas figura “assemelhada”, assim como o racismo também não é considerado crime hediondo.

**Preste Atenção:**

Atenção, pois essa “pegadinha” aparece constantemente em concursos. Os crimes de tortura, o tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins e o terrorismo, não são considerados crimes hediondos, se tratando apenas de figuras equiparadas (ou assemelhadas). Crimes hediondos são somente aqueles descritos no art. 1º da Lei nº 8.072/1990, o qual traz um rol taxativo. Por sua vez, as figuras equiparadas estão previstas no art. 2º da mencionada Lei. O único crime previsto em legislação especial considerado crime hediondo é o de genocídio, previsto na Lei nº 2.889/1956.

**105. (Escrivão de Polícia – PC/SP – VUNESP – 2013)** Rufus, maior de idade e plenamente capaz, em conduta eventual e sem objetivo de lucro, oferece maconha a Pomona, amiga sua, também maior e capaz, e juntos a consomem. Uma vez dependente, Pomona come-

ça a cultivar a droga em seu quintal, em pequena quantidade, para o seu uso pessoal. Considerando as condutas anteriormente descritas e tendo em vista o que dispõe a Lei de Drogas (Lei nº 11.343/06), assinale a alternativa que indica corretamente as penas legais a que Rufus e Pomona, respectivamente, estão sujeitos, entre outras.

- a) Detenção para ambos.
- b) Detenção e prestação de serviços à comunidade.
- c) Multa e detenção.
- d) Reclusão e detenção.
- e) Prestação de serviços à comunidade e reclusão.

#### GABARITO OFICIAL: B

##### JUSTIFICATIVA:

- a) Errado, porque: a conduta de Pomona, consistente em cultivar drogas em pequena quantidade e para seu uso pessoal não enseja pena de detenção, conforme art. 28, § 1º, da Lei de Drogas.
- b) CERTO, porque: Rufus deve responder pelo crime descrito no art. 33, § 3º, da lei, que prevê pena de detenção, ao passo que Pomona deve responder pelo crime do art. 28, § 1º, que prevê pena de prestação de serviços a comunidade, advertência sobre os efeitos das drogas ou medida educativa de comparecimento a programa ou curso educativo.
- c) Errado, porque: a conduta de Pomona não enseja pena de detenção.
- d) Errado, porque: a conduta de Rufus não enseja pena de reclusão, e a de Pomona não enseja aplicação de pena de detenção.
- e) Errado, porque: a conduta de Pomona não permite aplicação de pena de reclusão.



##### Preste Atenção:

As penas alternativas descritas no art. 28 da Lei de Drogas (porte de drogas para consumo pessoal) embora não sejam penas privativas de liberdade, prescrevem em dois anos, conforme art. 30 da Lei de Drogas.

**106. (Investigador de Polícia – VUNESP – PC/SP – 2013)** Quanto ao crime de tortura, é correto afirmar que:

- a) a lei brasileira que comina pena para o crime de tortura não se aplica quando o crime foi cometido fora do território nacional, mesmo sendo a vítima brasileira.
- b) o condenado pelo crime de tortura cumprirá todo o tempo da pena em regime fechado.
- c) é afiançável, mas insuscetível de graça ou anistia.
- d) na aplicação da pena pelo crime de tortura, não serão admitidas agravantes ou atenuantes.
- e) a condenação acarretará a perda do cargo, função ou emprego público e a interdição para seu exercício pelo dobro do prazo da pena aplicada.

#### GABARITO OFICIAL: E

##### JUSTIFICATIVA:

- a) Errado, porque: a Lei de Tortura se aplica ainda que o crime não tenha sido cometido em território nacional, sendo a vítima brasileira ou encontrando-se o agente em local sob jurisdição brasileira, conforme art. 2º da Lei nº 9.455/1997.
- b) Errado, porque: conforme art. 1º, § 7º, da Lei de Tortura, o condenado por este crime iniciará o cumprimento da pena em regime fechado. Ou seja, a lei exige apenas que se inicie o cumprimento da pena em regime fechado, não sendo vedada, portanto, a progressão de regime.

- c) Errado, porque: o art. 1º, § 6º, da Lei de Tortura prevê que o crime de tortura é inafiançável.
- d) Errado, porque: as agravantes e atenuantes, descritas no CP, são utilizadas na fase da dosimetria da pena e portanto, se aplicam aos crimes descritos na legislação extravagante.
- e) CERTO, porque: nos termos do art. 1º, § 5º, da Lei de Tortura.

**Preste Atenção:**

Em que pese o crime de tortura ser inafiançável e insuscetível de graça ou anistia, ele admite que seja concedida liberdade provisória sem arbitramento de fiança, conforme art. 2º da Lei dos Crimes Hediondos, alterado pela Lei nº 11.464/2007.

**107. (Investigador de Polícia – PC/SP – VUNESP – 2013)** Com relação aos crimes em espécie previstos no Código de Trânsito Brasileiro, é correto afirmar que:

- a) não será considerado crime a mera conduta de afastar-se o condutor do veículo do local do acidente, para fugir à responsabilidade civil que lhe possa ser atribuída.
- b) no homicídio culposo cometido na direção de veículo automotor, a pena é aumentada se o agente, no exercício de sua profissão ou atividade, estiver conduzindo veículo de transporte de passageiros.
- c) será considerado crime participar, na direção de veículo automotor, em via pública, de corrida, disputa ou competição automobilística não autorizada pela autoridade competente, mesmo que não resulte dano potencial à incolumidade pública ou privada.
- d) é crime conduzir veículo automotor, na via pública, estando com concentração de álcool por litro de sangue igual ou superior a 2 (dois) decigramas, ou sob a influência de qualquer outra substância psicoativa que determine dependência.
- e) o juiz deixará de aplicar a pena no crime de omissão de socorro se restar provado que a omissão foi suprida por terceiros ou que se tratou de vítima com morte instantânea ou com ferimentos leves.

**GABARITO OFICIAL: B****JUSTIFICATIVA:**

- a) Errado, porque: o crime descrito no enunciado, tipificado no art. 305 do Código de Trânsito Brasileiro, é de mera conduta.
- b) CERTO, porque: conforme art. 302, parágrafo único, inciso IV da lei em estudo.
- c) Errado, porque: a corrida, disputa ou competição não autorizadas só configuram crime se resultarem dano potencial à incolumidade pública ou privada, conforme art. 308 do CTB. Ou seja, se trata de crime de mera conduta de perigo concreto, em que a ausência de perigo torna a conduta atípica.
- d) Errado, porque: nos termos do art. 306 do CTB, o crime se verifica se o agente conduzir veículo automotor com a capacidade psicomotora alterada em razão de álcool, na quantidade igual ou superior a 6 decigramas de álcool por litro de sangue ou igual ou superior a 0,3 miligrama de álcool por litro de ar alveolar.
- e) Errado, porque: o condutor do veículo que omite socorro será punido criminalmente, ainda que sua omissão seja suprida por terceiros ou que se trate de vítima com morte instantânea ou com ferimentos leves, conforme descrito no art. 304, parágrafo único, do CTB.

**Preste Atenção:**

Em razão da Lei nº 12.760/2012, o atual texto do art. 306, § 2º, da Lei nº 9.503/1997, permite que a prova da embriaguez seja obtida mediante teste de alcoolemia, exame clínico, perícia, vídeo, prova testemunhal ou outros meios de prova em direito admitidos.

- 108. (Investigador de Polícia – PC/SP – VUNESP – 2013)** Fulano, casado com Ciclana, num momento de discussão no lar, destruiu parte dos instrumentos de trabalho de sua esposa. Considerando a conduta de Fulano em face do disposto na Lei Maria da Penha, pode-se afirmar que:
- Fulano, pela sua conduta, poderá ser submetido à pena de pagamento de cestas básicas em favor de entidades assistenciais.
  - Fulano não se sujeitará às penas da Lei Maria da Penha, pois a sua conduta ocorreu apenas dentro do ambiente familiar.
  - Fulano estará sujeito à prisão preventiva, a ser decretada pelo juiz, de ofício, a requerimento do Ministério Público ou mediante representação da autoridade policial.
  - Fulano não poderá ser processado pela Lei Maria da Penha, tendo em vista que esta se destina a proteger a mulher contra agressões físicas, psicológicas ou morais, mas não patrimoniais.
  - Ciclana terá direito a obter medida judicial protetiva de urgência contra Fulano, podendo entregar pessoalmente a intimação da respectiva medida ao seu marido.

**GABARITO OFICIAL: C****JUSTIFICATIVA:**

- Errado, porque: o art. 17 da Lei Maria da Penha, veda a aplicação de penas de cesta básica ou outras de prestação pecuniária.
- Errado, porque: Fulano está sujeito às penas da Lei Maria da Penha, por ter praticado uma das formas de violência doméstica e familiar contra a mulher, conforme art. 7º, IV, da Lei nº 11.340/2006.
- CERTO, porque: nos termos do art. 313, III, do Código de Processo Penal, que permite a decretação da prisão preventiva nos casos em que o crime envolver violência doméstica e familiar contra a mulher.
- Errado, porque: a Lei Maria da Penha não se destina a proteger a mulher só de agressões físicas, mas também de violência psicológica, sexual, patrimonial ou moral, conforme art. 7º da Lei Maria da Penha.
- Errado, porque: o art. 21, parágrafo único, da Lei Maria da Penha proíbe que a ofendida entregue intimação ou notificação ao agressor.

**Preste Atenção:**

Aos crimes praticados com violência contra a mulher, também incide a agravante descrita no art. 61, II, f, do CP.

- 109. (Investigador de Polícia – PC/SP – VUNESP – 2013)** Nos termos do que estabelece a Lei sobre Drogas (Lei nº 11.343/2006), quem adquirir, guardar, tiver em depósito,

transportar ou trazer consigo, para consumo pessoal, drogas sem autorização ou em desacordo com determinação legal ou regulamentar poderá sofrer a seguinte pena:

- a) medida educativa de comparecimento a programa ou curso educativo, pelo prazo máximo de cinco meses, se não reincidente.
- b) detenção.
- c) reclusão.
- d) pagamento de multa a ser revertida ao patrimônio da Defensoria Pública.
- e) prestação de serviços à comunidade, pelo prazo máximo de um ano, a ser cumprida em programas comunitários ou entidades que se ocupem da prevenção do consumo ou da recuperação de usuários e dependentes de drogas.

### GABARITO OFICIAL: A

#### JUSTIFICATIVA:

- a) CERTO, porque: nos termos do art. 28, III e § 3º, da Lei de Drogas. Vale ressaltar ainda que também é possível a aplicação de pena de advertência sobre os efeitos da droga ou prestação de serviços à comunidade.
- b) Errado, porque: o crime de posse de drogas para consumo pessoal não prevê pena de detenção;
- c) Errado, porque: o crime de posse de drogas para consumo pessoal também não prevê pena de reclusão, ou seja, este crime não admite nenhuma modalidade de pena privativa de liberdade.
- d) Errado, porque: os valores decorrentes da imposição de multa serão revertidos ao Fundo Nacional Antidrogas e não à Defensoria Pública.
- e) Errado, porque: a pena de prestação de serviços a comunidade pode ser aplicada pelo prazo máximo de cinco meses, se primário, ou dez meses, se tratando de reincidente, conforme art. 28, §§ 3º e 4º.



#### Preste Atenção:

A pena de prestação de serviços a comunidade pode ser cumprida em estabelecimentos públicos ou privados sem fins lucrativos.

**110. (Papiloscopista Policial – PC/SP – VUNESP – 2013)** Belo Narciso foi indiciado em inquérito policial por crime contra os costumes, tendo sido identificado criminalmente. No entanto, a respectiva denúncia não foi aceita e o inquérito foi definitivamente arquivado. Narciso, preocupado com sua imagem perante terceiros, requereu, em seguida, a retirada de sua identificação fotográfica do inquérito policial. Neste caso, considerando o disposto na Lei nº 12.037/2009, é correto afirmar que Narciso:

- a) não tem direito à retirada de sua identificação civil, uma vez que esta se constitui em prova policial, que não pode ser alterada ou suprimida do inquérito policial.
- b) deverá ter seu pedido atendido, desde que apresente provas de sua identificação civil.
- c) tem direito à retirada da sua identificação criminal do inquérito, mas terá que obter ordem judicial específica nesse sentido.
- d) tem direito à retirada da sua identificação do inquérito, pois a presença desta viola o seu direito à imagem, não sendo legal qualquer exigência para que seu pedido seja atendido.
- e) não pode ter seu pedido atendido, tendo em vista que o inquérito já foi arquivado, não havendo, portanto, interesse de Narciso em seu pedido.

### GABARITO OFICIAL: B

**JUSTIFICATIVA:**

- a) Errado, porque: inexistindo denúncia do Ministério Público, ou sendo caso de sua rejeição, ou, ainda, no caso do indiciado ser absolvido, o agente tem direito a retirada de sua fotografia dos Autos do Inquérito, desde que apresente prova de sua identificação civil.
- b) CERTO, porque: nos termos do art. 7º da Lei nº 12.037/2009.
- c) Errado, porque: tal procedimento independe de autorização judicial.
- d) Errado, porque: para que o pedido seja atendido o agente tem que satisfazer uma exigência legal, consistente em fornecer provas de sua identificação civil.
- e) Errado, porque: contraria o art. 7º da Lei nº 12.037/2009, que estabelece que o pedido do indiciado só pode ser atendido após o arquivamento definitivo ou trânsito em julgado da sentença condenatória.

**Preste Atenção:**

A identificação criminal inclui o processo datiloscópico e fotográfico, que devem ser juntados aos autos da comunicação da prisão em flagrante, ou do inquérito policial ou outra forma de investigação.

**III. (Escrivão de Polícia – PC/SP – VUNESP – 2013)** A hipótese do art. 121, § 5º, do CP, doutrinariamente denominada de perdão judicial, aplica-se ao homicídio:

- a) cometido por relevante valor moral.
- b) culposo.
- c) privilegiado (caso de diminuição de pena).
- d) cometido sob o domínio de violenta emoção, logo em seguida a injusta provocação da vítima.
- e) cometido por relevante valor social.

**GABARITO OFICIAL: B****JUSTIFICATIVA:**

- a) Errado, porque: o relevante valor moral faz com que o homicídio sofra apenas uma causa de diminuição de pena de um sexto a um terço, (privilegiado), não sendo admitido, entretanto, o perdão judicial nesse caso;
- b) CERTO, porque: nos exatos termos do art. 121, § 5º, do CP;
- c) Errado, porque: o homicídio privilegiado é aquele previsto no art. 121, § 1º, e não admite perdão judicial;
- d) Errado, porque: homicídio praticado sob domínio de violenta emoção e logo em seguida injusta provocação da vítima configura apenas uma causa de diminuição de pena de um sexto a um terço, (privilegiado), não sendo admitido, entretanto, o perdão judicial;
- e) Errado, porque: também configura hipótese de causa de diminuição de pena de um sexto a um terço (privilegiado) não sendo admitida extinção da punibilidade.

**Preste Atenção:**

Somente o homicídio **culposo** admite extinção da punibilidade pelo perdão judicial!

**112. (Escrivão de Polícia – PC/SP – VUNESP – 2013)** A lesão corporal se enquadra nas hipóteses expressas no art. 129, § 2º, do CP, doutrinariamente denominada de gravíssima, se ocorrer:

- a) aceleração de parto.
- b) incapacidade para as ocupações habituais, por mais de trinta dias.
- c) debilidade permanente de membro, sentido ou função.
- d) perigo de vida.
- e) enfermidade incurável.

#### **GABARITO OFICIAL: E**

##### **JUSTIFICATIVA:**

- a) Errado, porque: aceleração de parto configura lesão grave, prevista no art. 129, § 1º, inc. IV, do CP;
- b) Errado, porque: tal incapacidade (temporal) configura lesão grave, prevista no art. 129, § 1º, I, do CP;
- c) Errado, porque: debilidade permanente (diferente de perda) de membro, sentido ou função configura apenas lesão grave, nos termos do art. 129, § 1º, inc. III, do CP;
- d) Errado, porque: perigo de vida também configura apenas lesão grave, nos termos do art. 129, § 1º, inc. II, do CP;
- e) CERTO, porque: nos exatos termos do art. 129, § 2º, inc. II, do CP.



#### **Preste Atenção:**

Faz-se extremamente necessário se atentar aos diversos graus de lesões previstos no art. 129 do CP.

**113. (Escrivão de Polícia – PC/SP – VUNESP – 2013)** A conduta de constranger alguém, mediante violência ou grave ameaça, e com o intuito de obter para si ou para outrem indevida vantagem econômica, a fazer, tolerar que se faça ou deixar fazer alguma coisa caracteriza o crime de:

- a) extorsão.
- b) abuso de poder.
- c) exercício arbitrário.
- d) coação no curso do processo.
- e) roubo.

#### **GABARITO OFICIAL: A**

##### **JUSTIFICATIVA:**

- a) CERTO, porque: nos exatos termos do art. 158 do CP;
- b) Errado, porque: “abuso de poder” é crime previsto no art. 350 do CP, revogado tacitamente pela Lei nº 4.898/1965;
- c) Errado, porque: exercício arbitrário é crime contra Administração da Justiça, previsto no art. 345 do CP;
- d) Errado, porque: coação no curso do processo também configura crime contra Administração da Justiça, previsto no art. 344 do CP;
- e) Errado, porque: roubo tem como conduta “subtrair” e não “constranger”, conforme se verifica no art. 157 do CP.

**Preste Atenção:**

Nunca se esqueçam que extorsão é crime formal cuja consumação independe do recebimento da vantagem por parte do agente.

**114. (Escrivão de Polícia – PC/SP – VUNESP – 2013)** Analise as informações apresentadas a seguir e classifique-as como (V) verdadeira ou (F) falsa. O crime de homicídio é qualificado, nos expressos termos do § 2º do art. 121 do CP, se cometido:

- ( ) para assegurar a execução, a ocultação, a impunidade ou vantagem de outro crime.
- ( ) por funcionário público no exercício de suas funções.
- ( ) durante o repouso noturno.

A classificação correta, de cima para baixo, é:

- a) V, V, F.
- b) F, V, V.
- c) V, F, V.
- d) V, F, F.
- e) V, V, V.

**GABARITO OFICIAL: D****JUSTIFICATIVA:**

- a) Errado, porque: o homicídio praticado por funcionário público no exercício das funções não é qualificadora de homicídio, o que torna esta alternativa incorreta;
- b) Errado, porque: o homicídio praticado para assegurar a execução, a ocultação, a impunidade ou vantagem de outro crime é considerado crime qualificado. Além disso, o homicídio praticado por funcionário público no exercício das funções ou cometido durante o repouso noturno não são qualificados;
- c) Errado, porque: o homicídio praticado durante o repouso noturno não é considerado qualificado;
- d) CERTO, porque: nos termos do art. 121, § 2º, inc. V, do CP, o homicídio praticado para assegurar a execução, a ocultação, a impunidade ou vantagem de outro crime é considerado crime qualificado. Além disso, o fato de o agente ser funcionário público é irrelevante para os crimes contra a pessoa, ao passo que repouso noturno configura causa de aumento de pena de um terço no crime de furto, nos termos do art. 155, § 1º, do CP, sendo tal fato irrelevante para o crime de homicídio;
- e) Errado, porque: conforme já mencionado, o homicídio praticado por funcionário público no exercício das funções ou cometido durante o repouso noturno não são hipóteses de qualificadora do homicídio.

**Preste Atenção:**

Atenção ao enunciado, pois o examinador exigiu conhecimento de uma qualificadora e duas causas de aumento de pena previstas em capítulos distintos.

**115. (Escrivão de Polícia – PC/SP – VUNESP – 2013)** O crime de induzimento, instigação ou auxílio a suicídio:

- a) é punido com pena de detenção e multa.
- b) só se caracteriza se o suicídio se consuma ou se a vítima sofre lesão corporal de natureza grave.
- c) é punido com pena de detenção, apenas.
- d) tem a pena aumentada de metade se a vítima é menor.
- e) tem a pena aumentada de metade se o crime é praticado por motivo egoístico.

**GABARITO OFICIAL: B****JUSTIFICATIVA:**

- a) Errado, porque: é crime apenado com pena de reclusão e sem previsão de multa;
- b) CERTO, porque: a punibilidade do agente está condicionada a um resultado específico (morte ou lesão grave) exigido na própria pena do art. 122 do CP, se tratando, portanto, de crime de resultado necessário. Se a vítima sofre apenas lesões leves o fato é atípico;
- c) Errado, porque: se trata de crime apenado com pena de reclusão;
- d) Errado, porque: se a vítima for menor a pena será duplicada, nos termos do parágrafo único do art. 122 do CP;
- e) Errado, porque: se o crime for praticado por motivo egoístico a pena também será duplicada, conforme parágrafo único do art. 122 do CP.

**Preste Atenção:**

Dos crimes contra a vida, os únicos apenados com detenção são o de homicídio culposo, infanticídio e aborto consentido.

**116. (Escrivão de Polícia – PC/SP – VUNESP – 2013)** Aquele que desvia e faz circular moeda, cuja circulação não estava ainda autorizada, incorre nas penas do crime de:

- a) falsidade ideológica.
- b) petrechos para falsificação de moeda.
- c) moeda falsa.
- d) emissão de título ao portador sem permissão legal.
- e) falsificação de papéis públicos.

**GABARITO OFICIAL: C****JUSTIFICATIVA:**

- a) Errado, porque: o crime de falsidade ideológica é previsto no art. 299 do CP e não prevê as condutas de desviar ou fazer circular moedas;
- b) Errado, porque: o crime de petrechos para falsificação de moeda exige a existência de maquinismo, aparelho, instrumento ou qualquer objeto especialmente destinado à falsificação de moedas, conforme art. 291 do CP;
- c) CERTO, porque: nos exatos termos do art. 289, § 4º, do CP;
- d) Errado, porque: conforme se verifica no art. 292 do CP;
- e) Errado, porque: falsificação de papéis públicos está em capítulo distinto dos crimes de moeda falsa, conforme se verifica no art. 293 do CP.

**Preste Atenção:**

Se o agente receber a moeda falsa ou alterada de boa-fé, também poderá responder criminalmente se a restituir à circulação depois de conhecer sua falsidade, nos termos do art. 289, § 2º, do CP.

**117. (Investigador de Polícia – PC/SP – VUNESP – 2013)** No que diz respeito ao conceito do crime, é correto afirmar que:

- a) é considerada como causa do crime a ação ou omissão sem a qual o resultado não teria ocorrido, sendo que a superveniência de causa relativamente independente exclui a imputação do crime quando, por si só, produziu o resultado.
- b) ao agente que tenha por lei obrigação de cuidado, proteção ou vigilância, não será imputado o crime se apenas omitiu-se, ainda que pudesse agir para evitar o resultado.
- c) se considera o crime tentado quando iniciada a preparação; este não se consuma por circunstâncias alheias à vontade do agente.
- d) para a caracterização da omissão penalmente relevante é suficiente que o agente tivesse o poder de agir para evitar o resultado do crime.
- e) se pune a tentativa se, por ineficácia absoluta do meio ou por absoluta impropriedade do objeto, é impossível consumar-se o crime.

#### **GABARITO OFICIAL: A**

#### **JUSTIFICATIVA:**

- a) CERTO, porque: nos termos do art. 13 do CP;
- b) Errado, porque: o Direito Penal considera penalmente relevante a omissão daquele que tem por lei o dever de cuidado proteção ou vigilância, sendo-lhe, portanto, imputado o crime (art. 13, § 2º, a, do CP);
- c) Errado, porque: a tentativa exige início de atos de execução e não de preparação, conforme art. 14, inc. II, do CP;
- d) Errado, porque: além do poder de agir é necessário também o dever de agir para caracterização da omissão penalmente relevante, conforme art. 13, § 2º, do CP;
- e) Errado, porque: nesse caso a tentativa é impunível por se tratar de crime impossível, nos termos do art. 17 do CP.



#### **Preste Atenção:**

Por ser um dos elementos do fato típico, o nexa causal é sempre cobrado em concursos, por isso se familiarize com o texto do art. 13 do CP.

**118. (Investigador de Polícia – PC/SP – VUNESP – 2013)** Em relação aos crimes dolosos e culposos, é correto afirmar:

- a) a culpa estará caracterizada se o agente previu o resultado e assumiu o risco de produzi-lo.
- b) o dolo estará caracterizado quando o agente quis o resultado ou assumiu o risco de produzi-lo.
- c) a culpa consciente estará caracterizada quando o agente assumiu o risco de produzir o resultado do crime.
- d) o dolo estará caracterizado se o agente previu o resultado, mas não assumiu o risco de produzi-lo.
- e) com fundamento na parte geral do Código Penal, o agente será responsabilizado pela prática de crime culposo se praticar uma conduta prevista na lei como crime doloso, mas tenha agido com imprudência, imperícia ou negligência, independentemente da previsão legal do crime na modalidade culposa.

#### **GABARITO OFICIAL: B**

**JUSTIFICATIVA:**

- a) Errado, porque: na culpa o agente jamais assume o risco de produzir o resultado;
- b) CERTO, porque: conforme art. 18, inc. I, do CP;
- c) Errado, porque: na culpa consciente, embora o agente preveja o resultado, não assume o risco de sua produção;
- d) Errado, porque: mera previsibilidade do resultado não configura dolo, que depende de vontade ou assentimento;
- e) Errado, porque: crimes culposos dependem de expressa previsão legal para que haja punibilidade, conforme art. 18, parágrafo único, do CP.

**Preste Atenção:**

Devido a sua importância, o elemento subjetivo do crime merece atenção especial, por isso recomendo atenta leitura ao art. 18 do CP.

**119. (Investigador de Polícia – PC/SP – VUNESP – 2013)** Assinale a alternativa correta a respeito das excludentes de antijuridicidade previstas no Código Penal.

- a) Ao agir em estrito cumprimento de dever legal, o agente não responderá pelo excesso culposo, e, sim, apenas pelo excesso doloso.
- b) Considera-se em estado de necessidade quem pratica o fato para salvar de perigo atual, que provocou por sua vontade e podia de outro modo evitar, direito próprio ou alheio, cujo sacrifício, nas circunstâncias, não era razoável exigir-se.
- c) A alegação do estado de necessidade independe do fato de o agente ter o dever legal de enfrentar o perigo.
- d) Em qualquer das hipóteses de excludente de antijuridicidade, previstas na Parte Geral do Código Penal, o agente responderá pelo excesso doloso ou culposo.
- e) Para a caracterização da legítima defesa, basta que o agente demonstre ter repellido uma injusta agressão, atual ou iminente, a direito seu ou de outrem.

**GABARITO OFICIAL: D****JUSTIFICATIVA:**

- a) Errado, pune-se o excesso culposo ou doloso, conforme art. 23, parágrafo único, do CP;
- b) Errado, porque: no estado de necessidade o perigo não pode ser provocado e nem evitado, conforme art. 24 do CP;
- c) Errado, porque: quem tem dever legal de enfrentar o perigo não pode arguir estado de necessidade, conforme art. 24, § 1º, do CP;
- d) CERTO, porque: conforme art. 23, parágrafo único, do CP;
- e) Errado, porque: para a caracterização da legítima defesa exige-se que os meios empregados sejam moderados, conforme art. 25 do CP.

**Preste Atenção:**

Se as excludentes não forem reais o crime remanesce, extinguindo-se apenas a punibilidade, conforme art. 20, § 1º, do CP (discriminantes putativas).

**120. (Investigador de Polícia – PC/SP – VUNESP – 2013)** Assinale a alternativa correta no que tange aos crimes contra a pessoa e a dignidade sexual previstos no Código Penal.

- a) O homicídio será qualificado se for praticado por milícia privada, sob o pretexto de prestação de serviço de segurança, ou por grupo de extermínio.
- b) Constranger um homem, mediante violência ou grave ameaça, a praticar ou permitir que com ele se pratique outro ato libidinoso diverso da conjunção carnal, caracteriza o crime de atentado violento ao pudor e não de estupro.
- c) Constranger alguém com o intuito de obter vantagem ou favorecimento sexual, prevalecendo-se o agente da sua condição de superior hierárquico ou ascendência inerentes ao exercício de emprego, cargo ou função, caracteriza o crime de assédio sexual.
- d) Se o agente comete o crime de homicídio impelido por motivo de relevante valor social ou moral, ou sob o domínio de violenta emoção, independentemente de injusta provocação da vítima, o juiz pode reduzir a pena de um sexto a um terço.
- e) Não se caracteriza o crime de aborto provocado por terceiro aquele praticado pelo médico, se a gravidez resulta de estupro, ainda que sem o consentimento da gestante capaz.

### GABARITO OFICIAL: C

#### JUSTIFICATIVA:

- a) Errado, porque: tal circunstância configura apenas uma causa de aumento de pena (de um terço até a metade) e não uma qualificadora, conforme art. 121, § 6º, do CP;
- b) Errado, porque: o art. 214 do CP foi revogado, sendo admitido, atualmente, tanto homem quanto mulher como vítimas de estupro, o qual está previsto no art. 213 do CP;
- c) CERTO, porque: conforme art. 216-A do CP;
- d) Errado, porque: a pena do homicídio só será diminuída se o agente agir logo em seguida a injusta provocação da vítima, conforme art. 121, § 1º, do CP;
- e) Errado, porque: tal hipótese de aborto permitido depende de consentimento da gestante ou de seu representante legal, quando incapaz, conforme art. 128, inc. II, do CP.



#### Preste Atenção:

As alternativas “A” e “B” cobram textos de artigos alterados recentemente, por isso estude sempre com Códigos atualizados!

**121. (Investigador de Polícia – PC/SP – VUNESP – 2013)** No que diz respeito aos crimes contra o patrimônio previstos no Código Penal, é correto afirmar que:

- a) subtrair coisa móvel alheia, para si ou para outrem, mediante grave ameaça ou violência à pessoa, e mantendo a vítima em seu poder, restringindo sua liberdade, caracteriza o crime de extorsão mediante sequestro.
- b) o crime de furto é qualificado se praticado com destruição ou rompimento de obstáculo à subtração da coisa.
- c) sequestrar pessoa com o fim de obter, para si ou para outrem, qualquer vantagem, como condição ou preço do resgate, caracterizará o crime de roubo mediante sequestro se este durar menos do que 24 (vinte e quatro) horas.
- d) o crime de furto é qualificado se praticado durante o repouso noturno.
- e) quem acha coisa alheia perdida e dela se apropria, deixando de restituí-la ao dono ou legítimo possuidor ou de entregá-la à autoridade competente, dentro do prazo de 15 (quinze) dias, não comete crime se desconhece a identidade do proprietário do objeto.

### GABARITO OFICIAL: B

**JUSTIFICATIVA:**

- a) Errado, porque: a hipótese descrita nessa alternativa caracteriza crime de roubo circunstanciado, conforme art. 157, § 2º, inc. V, do CP;
- b) CERTO, porque: nos termos do art. 155, § 4º, inc. I, do CP;
- c) Errado, porque: tal assertiva caracteriza crime de extorsão mediante sequestro, ainda que dure menos do que 24 horas, conforme art. 159 do CP;
- d) Errado, porque: o repouso noturno caracteriza o aumento de pena de 1/3 e não uma qualificadora, conforme art. 155, § 1º, do CP;
- e) Errado, porque: conforme art. 169, inc. II, do CP, pois se desconhecido o proprietário do objeto, o agente deve entregar o bem a autoridade no prazo de quinze dias.

**Preste Atenção:**

Essa questão demonstra a importância de distinguirmos qualificadoras de causas de aumento de pena; por isso é importante a leitura atenta de todos os parágrafos do artigo.

**122. (Investigador de Polícia – PC/SP – VUNESP – 2013)** No que tange aos crimes praticados contra a Administração Pública, é correto afirmar que:

- a) aceitar promessa de vantagem indevida ainda que fora da função pública ou antes de assumi-la, mas em razão dela, será caracterizado como corrupção passiva tentada se o agente não receber a vantagem.
- b) apropriar-se o funcionário público de dinheiro, valor ou qualquer outro bem móvel, público ou particular, de que tem a posse em razão de circunstâncias alheias ao cargo, caracteriza o crime de peculato.
- c) praticar ato de ofício contra disposição expressa de lei, para satisfazer interesse ou sentimento pessoal, caracteriza-se como crime de prevaricação.
- d) facilitar, por culpa, a revelação de fato de que tem ciência em razão do cargo e que deva permanecer em segredo caracteriza o crime de violação de sigilo funcional.
- e) solicitar, para si ou para outrem, direta ou indiretamente, ainda que fora da função ou antes de assumi-la, mas em razão dela, vantagem indevida, caracteriza o crime de concussão.

**GABARITO OFICIAL: C****JUSTIFICATIVA:**

- a) Errado, porque: a corrupção passiva é crime formal e se consuma independentemente do recebimento da vantagem, o qual configura mero exaurimento do crime;
- b) Errado, porque: o peculato exige que o funcionário tenha a posse do bem em razão do cargo ou se valha de sua qualidade de funcionário público para a subtração;
- c) CERTO, porque: conforme art. 319 do CP;
- d) Errado, porque: o crime de violação de sigilo funcional só admite modalidade dolosa, conforme art. 325 do CP;
- e) Errado, porque: no caso restaria caracterizado o crime de corrupção passiva, nos termos do art. 317 do CP.

**Preste Atenção:**

Para que se configure o crime de concussão o funcionário deve “exigir” vantagem indevida e não apenas “solicitar” tal vantagem.

- 123. (Papiloscopista Policial – PC/SP – VUNESP – 2013)** Assinale a alternativa que contém o crime que tem expressa causa de aumento de pena se praticado por motivo egoístico.
- a) Homicídio culposo.
  - b) Aborto provocado pela gestante ou com seu consentimento.
  - c) Induzimento, instigação ou auxílio ao suicídio.
  - d) Aborto provocado por terceiro com consentimento da gestante.
  - e) Infanticídio.

**GABARITO OFICIAL: C****JUSTIFICATIVA:**

- a) Errado, porque: conforme art. 121, § 3º, do CP;
- b) Errado, porque: conforme art. 124 do CP;
- c) CERTO, porque: conforme previsto no inciso I do parágrafo único do artigo 122 do CP;
- d) Errado, porque: conforme art. 126 do CP;
- e) Errado, porque: conforme art. 123 do CP.

**Preste Atenção:**

Esta causa de aumento de pena do art. 122 do CP também se aplica se a vítima for menor ou tiver diminuída por qualquer causa, a capacidade de resistência.

- 124. (Papiloscopista Policial – PC/SP – VUNESP – 2013)** Aquele que assume o risco de produzir um resultado criminoso comete crime movido por:
- a) culpa.
  - b) imprudência.
  - c) dolo.
  - d) imperícia.
  - e) negligência.

**GABARITO OFICIAL: C****JUSTIFICATIVA:**

- a) Errado, porque: o fato do agente ter assumido o risco configura crime doloso, conforme artigo 18, Inciso I do CP. Culpa é a produção do resultado de forma não intencional, onde o agente não quis o resultado nem tampouco assumiu o risco de produzi-lo;
- b) Errado, porque: assim como a negligência e a imperícia, a imprudência configura crime culposo, que não admite que o agente tenha assumido o risco de produzir o resultado;
- c) CERTO, porque: conforme art. 18, inc. I, do CP aquele que assume o risco de produzir o resultado age com dolo. Nesse caso é homenageada a teoria do assentimento;
- d) Errado, porque: assim como a negligência e a imprudência, a imperícia configura crime culposo;
- e) Errado, porque: assim como a imprudência e a imperícia, a negligência configura crime culposo.

**Preste Atenção:**

Importante conhecer todas as espécies de culpa e seus elementos.

- 125. (Papiloscopista Policial – PC/SP – VUNESP – 2013)** Imagine que João confunda seu aparelho de telefone celular com o de seu colega Pedro e, descuidadamente, leve para sua casa o aparelho de Pedro. Ao perceber o equívoco, João imediatamente comunica-se com Pedro e informa o ocorrido. No dia seguinte, João devolve o aparelho ao colega sem qualquer dano. Analisando a hipótese narrada, é possível afirmar que João
- cometeu crime de furto, mas não será punido em vista do instituto da desistência voluntária.
  - não cometeu crime algum.
  - cometeu crime de apropriação indébita, mas não será punido em vista do instituto da desistência voluntária.
  - cometeu crime de furto, mas não será punido em vista do instituto do arrependimento eficaz.
  - cometeu crime de apropriação indébita, mas não será punido em vista do instituto do arrependimento eficaz.

**GABARITO OFICIAL: B****JUSTIFICATIVA:**

- Errado, porque: não cometeu crime de furto por ausência de dolo;
- CERTO**, porque: a subtração de coisa alheia móvel perpetrada culposamente não configura crime, ocorrendo no caso um erro de tipo, conforme art. 20 do CP;
- Errado, porque: João não tinha a posse lícita anterior da coisa, indispensável para caracterização do crime do art. 168 do CP;
- Errado, porque: não cometeu crime de furto por ausência de dolo;
- Errado, porque: João não tinha a posse lícita anterior da coisa, indispensável para caracterização do crime do art. 168 do CP.

**Preste Atenção:**

Conforme o art. 18, parágrafo único, do CP, o agente só pode ser punido por crime culposo se houver expressa previsão legal, o que não ocorre no caso do furto, tornando o fato atípico.

- 126. (Papiloscopista Policial – PC/SP – VUNESP – 2013)** No que concerne ao crime de receptação, analise as seguintes assertivas:
- Não é punível se desconhecido o autor do crime de que proveio a coisa.
  - Não é punível se isento de pena o autor do crime de que proveio a coisa.
  - A pena para a figura simples dolosa (CP, art. 180, *caput*) é aplicada em dobro caso se trate de bem da União.
- As assertivas estão, respectivamente:
- correta; correta; incorreta.
  - incorreta; correta; incorreta.
  - correta; correta; correta.
  - incorreta; incorreta; incorreta.
  - incorreta; incorreta; correta.

**GABARITO OFICIAL: E**

**JUSTIFICATIVA:**

A resposta correta é a alternativa “E”, pois a primeira e segunda hipóteses do enunciado são falsas, vez que a receptação será punível ainda que desconhecido ou isento de pena o autor do crime de que proveio a coisa, conforme art. 180, § 4º, do CP.

**Preste Atenção:**

A pena jamais será aplicada em dobro se estivermos diante de uma receptação qualificada. Cuidado!

**127. (Papiloscopista Policial – PC/SP – VUNESP – 2013)** O crime de fraude no pagamento por meio de cheque (CP, art. 171, § 2º, VI) tem expressa previsão de aumento de pena, na razão de um terço, se:

- a) cometido em detrimento de entidade de direito público.
- b) cometido por funcionário público.
- c) causa qualquer prejuízo à vítima.
- d) consumado.
- e) causa vultoso prejuízo à vítima.

**GABARITO OFICIAL: A****JUSTIFICATIVA:**

- a) CERTO, porque: nos termos do artigo 171, § 3º, do CP;
- b) Errado, porque: ausência de previsão legal, vez que o fato do estelionato ter sido praticado por funcionário público não é causa de aumento de pena;
- c) Errado, porque: ausência de previsão legal, pois o prejuízo à vítima constitui materialidade do crime de estelionato e não uma causa de aumento de pena;
- d) Errado, porque: ausência de previsão legal, vez que o fato do crime ser consumado não constitui hipótese de aumento de pena;
- e) Errado, porque: ausência de previsão legal, pois o fato do prejuízo ter sido vultoso não configura uma causa de aumento de pena, podendo, contudo, influenciar o juiz na dosimetria da pena.

**Preste Atenção:**

Tal causa de aumento de pena também se configura se o crime é cometido em detrimento de instituto de economia popular, assistência social ou beneficência.

**128. (Papiloscopista Policial – PC/SP – VUNESP – 2013)** O crime de lesão corporal seguida de morte caracteriza-se quando:

- a) da ação culposa de lesão advém o resultado morte.
- b) da conduta resulta morte e as circunstâncias evidenciam que o agente não quis o resultado, nem assumiu o risco de produzi-lo.
- c) a vítima ou seu precário estado de saúde contribuem para o resultado morte, que era desejado pelo agente.
- d) o agente assumiu o risco de produzir o resultado mais grave, embora não o desejasse.
- e) o agente, num primeiro momento, deseja lesionar, mas num segundo momento passa a agir para obter o resultado morte.

**GABARITO OFICIAL: B**

**JUSTIFICATIVA:**

- a) Errado, porque: na lesão seguida de morte, a ação da lesão deve ser dolosa;
- b) CERTO, porque: se o agente não queria o resultado nem assumiu o risco de produzi-lo no caso concreto, restaria caracterizado o crime preterdoloso;
- c) Errado, porque: o resultado não pode ser desejado pelo agente no crime preterdoloso;
- d) Errado, porque: se o agente assumisse o risco configuraria crime doloso;
- e) Errado, porque: se o agente passa a agir para obter o resultado morte configura o crime passa a ser doloso e não mais preterdoloso, configurando hipótese de progressão criminosa.

**Preste Atenção:**

Nos crimes agravados pelo resultado (preterdolosos), como, por exemplo, a lesão corporal seguida de morte, há dolo na conduta antecedente (menos grave) e culpa na conduta subsequente (resultado mais grave indesejado).

**129. (Papiloscopista Policial – PC/SP – VUNESP – 2013)** Aquele que pratica fato típico para salvar de perigo atual, que não provocou por sua vontade, nem podia de outro modo evitar, direito próprio ou alheio, cujo sacrifício, nas circunstâncias, não era razoável exigir-se, atuou em:

- a) legítima defesa putativa e, portanto, não cometeu crime.
- b) estado de necessidade e, portanto, terá a pena diminuída de 1 (um) a 2 (dois) terços.
- c) legítima defesa e, portanto, não cometeu crime.
- d) estado de necessidade e, portanto, não cometeu crime.
- e) legítima defesa e, portanto, terá a pena diminuída de 1 (um) a 2 (dois) terços.

**GABARITO OFICIAL: D****JUSTIFICATIVA:**

- a) Errado, porque: o enunciado se refere a estado de necessidade. Ademais, as excludentes putativas configuram crime, isentando o agente, apenas, de pena;
- b) Errado, porque: estado de necessidade acarretaria fato atípico e não redução de pena;
- c) Errado, porque: nos termos do art. 25 do CP, vez que o enunciado se refere a estado de necessidade;
- d) CERTO, porque: nos termos do art. 24 do CP, que prevê hipótese de estado de necessidade, em que não há crime por ausência de ilicitude, conforme art. 23 do CP;
- e) Errado, porque: o enunciado se refere a estado de necessidade, e conforme já dito, excludentes não diminuem a pena, mas afastam o crime.

**Preste Atenção:**

As excludentes reais elidem o crime por ausência de ilicitude (art. 23 do CP), ao passo que as excludentes putativas apenas isentam de pena (art. 20, § 1º, do CP).

**130. (Agente Policial – PC/SP – VUNESP – 2013)** No tocante aos crimes dolosos e culposos, assinale a alternativa correta.

- a) A negligência e a imperícia estão diretamente relacionadas ao crime culposos.
- b) Em tese, o homicídio culposos traz como consequência uma pena mais grave se comparada à pena do homicídio doloso.

- c) Todo e qualquer crime de trânsito que venha a causar a morte de alguém é considerado doloso.
- d) O crime culposo caracteriza-se quando uma pessoa possui a vontade e a consciência de cometer um crime.
- e) No crime doloso, a lei não pune a simples tentativa de cometê-lo, enquanto que, no culposo, a tentativa é punida pela lei.

**GABARITO OFICIAL: A****JUSTIFICATIVA:**

- a) CERTO, porque: negligência, imperícia e imprudência são hipóteses de inobservância do dever de cuidado, que configuram hipótese de crime culposos;
- b) Errado, porque: o crime culposo é punido com pena de detenção de um a três anos, enquanto o homicídio doloso é apenado com pena de reclusão de seis a vinte anos, se for simples e reclusão de doze a trinta anos se qualificado;
- c) Errado, porque: o Código de Trânsito Brasileiro só prevê a hipótese de homicídio culposo, nos termos do art. 302 da Lei nº 9.503/1997, aplicando-se ao caso de homicídio doloso, o Código Penal;
- d) Errado, porque: vontade e consciência de cometer o crime configuram dolo, restando caracterizado o crime culposo somente na hipótese do resultado não ser desejado pelo agente;
- e) Errado, porque: o homicídio doloso tentado é punido nos termos do art. 14, parágrafo único, do CP, ao passo que crimes culposos, em tese, não admitem tentativa.

**Preste Atenção:**

A única hipótese em que não se pune a tentativa é a do crime impossível, nos termos do art. 17 do CP, onde é impossível consumar-se o crime por ineficácia absoluta do meio ou absoluta impropriedade do objeto.

- 131. (Agente Policial – PC/SP – VUNESP – 2013)** De acordo com o Código Penal, a execução iniciada de um crime, que não se consuma por circunstâncias alheias à vontade do agente, caracteriza o(a):
- a) desistência voluntária.
  - b) crime frustrado.
  - c) arrependimento posterior.
  - d) arrependimento eficaz.
  - e) tentativa.

**GABARITO OFICIAL: E****JUSTIFICATIVA:**

- a) Errado, porque: a desistência voluntária advém da voluntariedade do agente e não de uma circunstância alheia à sua vontade;
- b) Errado, porque: “crime frustrado” não é previsto em nossa legislação;
- c) Errado, porque: no arrependimento posterior o crime já se consumou, conforme art. 16 do CP. Observe que o enunciado fala em crime que não se consuma;
- d) Errado, porque: assim como na desistência voluntária, o arrependimento eficaz decorre de voluntariedade do agente e não de uma circunstância alheia;
- e) CERTO, porque: conforme o conceito de tentativa previsto no art. 14, inc. II, do CP.

**Preste Atenção:**

Na desistência voluntária o agente deixa de prosseguir nos atos de execução, enquanto no arrependimento eficaz o agente evita a consumação do crime após o exaurimento dos atos de execução. Nos dois casos o agente só responde pelos atos já praticados.

**132. (Agente Policial – PC/SP – VUNESP – 2013)** Apolo conduzia seu automóvel por uma via pública, quando seu veículo veio a ser “fechado” bruscamente pelo automóvel conduzido por Dafne. Em seguida, Apolo, muito nervoso por conta da “fechada” que levou, passou a perseguir Dafne com seu automóvel para “tirar satisfação” pelo ocorrido. Ao alcançar o veículo de Dafne, esta xingou Apolo com alguns “palavrões”. Ato contínuo, Apolo, que estava armado com um revólver, para o qual tinha a devida licença de porte de arma, disparou cinco tiros em Dafne, causando-lhe a sua morte instantânea. Com base nos dados expostos, é correto afirmar que Apolo:

- a) deverá responder pelo crime de lesão corporal seguida de morte.
- b) cometeu o crime de homicídio, mas terá diminuída sua pena em razão de ter porte de arma e de ter agido em legítima defesa da honra.
- c) deverá responder pelo crime de homicídio qualificado por ter sido cometido por motivo fútil.
- d) cometeu o crime de homicídio simples, mas não sofrerá pena em razão de ter reagido a uma injusta provocação da vítima.
- e) deverá responder pelo crime de homicídio qualificado por ter sido cometido por motivo torpe.

**GABARITO OFICIAL: C****JUSTIFICATIVA:**

- a) Errado, porque: no crime de lesão corporal seguida de morte, o resultado morte não é intencional, ao contrário do que se depreende do enunciado, em que o agente disparou cinco tiros em Dafne, evidenciando a intenção de matar;
- b) Errado, porque: o porte de arma não é causa de diminuição de pena. Ademais, o entendimento atual é de que não se admite legítima defesa da honra;
- c) CERTO, porque: a qualificadora do motivo fútil se verifica quando a motivação do crime for ínfima, demonstrando desproporção entre o motivo e a conduta perpetrada, como no exemplo do enunciado, em que uma discussão de trânsito não justifica o homicídio;
- d) Errado tanto pelo fato de não se tratar de homicídio simples e sim qualificado, quanto pelo fato de que a injusta provocação da vítima não elide aplicação de pena;
- e) Errado, porque: motivo torpe é aquele que causa um alto grau de reprovação social, tornando-se um motivo abjeto, repugnante e causador de asco.

**Preste Atenção:**

Tanto o motivo fútil quanto o motivo torpe são hipóteses de qualificadora de caráter subjetivo, por isso são incompatíveis com as hipóteses de causa de diminuição de pena previstas no art. 121, § 1º, do CP.

**133. (Agente Policial – PC/SP – VUNESP – 2013)** Orfeu, maior de idade e devidamente habilitado, voltava de viagem de férias na direção de seu automóvel, tendo em sua com-

panhia sua esposa e três filhos menores. Durante o percurso, envolveu-se em acidente de trânsito, no qual Orfeu foi considerado culpado, e sua família que estava no automóvel veio a falecer em decorrência do sinistro causado por negligência de Orfeu. Tendo em vista os fatos narrados e considerando o que dispõe o código Penal, é correto afirmar que:

- a) Orfeu não deverá ser responsabilizado pelo falecimento de seus familiares, pois o acidente de trânsito ocorreu por simples negligência, a qual afasta a caracterização do crime.
- b) por se tratar de morte de familiares, Orfeu terá direito à redução da pena ao responder pelo crime de homicídio simples.
- c) Orfeu deverá ser imediatamente preso em razão de ter cometido o crime de homicídio triplamente qualificado.
- d) Orfeu não responderá por qualquer crime, uma vez que a morte de seus familiares decorreu de um mero acidente de trânsito.
- e) o juiz poderá deixar de aplicar a pena a Orfeu, pois as consequências da infração já o atingiram de forma tão grave que a pena se tornou desnecessária.

### GABARITO OFICIAL: E

#### JUSTIFICATIVA:

- a) Errado, porque: negligência não afasta a caracterização do crime, configurando, contudo, hipótese de crime culposos;
- b) Errado, porque: “homicídio simples” é espécie de homicídio doloso e não culposos. Ademais, a morte de familiares não enseja diminuição na pena;
- c) Errado, porque: se tratando de crime culposos (no caso, negligência), não se aplicam as qualificadoras do homicídio;
- d) Errado, porque: foi em razão da negligência de Orfeu que ocorreu o acidente de trânsito, devendo por isso, responder por homicídio culposos, nos termos do art. 121, § 3º, do CP;
- e) CERTO, porque: o art. 121, § 5º, do CP permite aplicação do perdão judicial caso a sanção se torne desnecessária, extinguindo por consequência, a punibilidade do agente, conforme art. 107, inc. IX, do CP.



#### Preste Atenção:

O Código de Trânsito Brasileiro não traz a hipótese de perdão judicial, aplicando-se ao homicídio culposos praticado na direção de veículo automotor, o perdão previsto no art. 121 do CP.

**134. (Agente Policial – PC/SP – VUNESP – 2013)** No crime de lesão corporal culposa, a pena é aumentada quando:

- a) a vítima estava indefesa.
- b) o agente foge para evitar prisão em flagrante.
- c) o agente quer deliberadamente atingir a vítima e causar-lhe ferimento.
- d) o agente comete o crime por motivo torpe.
- e) o agente comete o crime sob o domínio de violenta emoção.

### GABARITO OFICIAL: B

#### JUSTIFICATIVA:

- a) Errado, porque: não há essa causa de aumento de pena no art. 129, § 7º, do CP;
- b) CERTO, porque: as hipóteses de aumento de pena do homicídio culposos, previstas no art. 121, § 4º, do CP, também se aplicam ao crime de lesão corporal, conforme art. 129, § 7º, do CP;

- c) Errado, porque: se o agente quisesse deliberadamente atingir a vítima, não há que se falar em lesão culposa e sim dolosa;
- d) Errado, porque: motivo torpe não é causa de aumento de pena do crime de lesão corporal culposa, mas sim uma qualificadora do homicídio doloso, conforme se verifica no art. 121, § 2º, inc. I, do CP;
- e) Errado, porque: o domínio de violenta emoção enseja causa de diminuição de pena no crime de lesão corporal, e desde que a agressão ocorra logo em seguida à injusta provocação da vítima, conforme art. 129, § 4º, do CP.



### Preste Atenção:

A pena da lesão corporal culposa ainda será aumentada caso o crime decorra de inobservância de regra técnica de profissão, arte ou ofício, ou se o agente não procura diminuir as consequências de seu ato ou deixa de prestar socorro, ou ainda se o crime for praticado por milícia privada, sob pretexto de prestação de serviço de segurança, ou por grupo de extermínio.

**135. (Agente Policial – PC/SP – VUNESP – 2013)** Baco, cliente de uma vídeo locadora, aluga 4 filmes e os leva para casa. Passado o período de locação, Baco decide devolver somente 3 filmes e retém um deles com a intenção de ficar definitivamente com o filme de propriedade da locadora. Essa conduta de Baco configura o crime de:

- a) receptação.
- b) furto.
- c) apropriação indébita.
- d) peculato.
- e) roubo.

### GABARITO OFICIAL: C

#### JUSTIFICATIVA:

- a) Errado, porque: a receptação ocorre quando o agente adquire, recebe, transporta, conduz ou oculta coisa que sabe ser produto de crime anterior, o que não é o caso do enunciado;
- b) Errado, porque: o furto ocorre quando o agente “subtrai” a coisa para si ou para outrem. Caso o agente tenha a posse lícita anterior da coisa e resolva não restituí-la a seu legítimo proprietário, o crime é de apropriação indébita, na modalidade negativa de restituição;
- c) CERTO, porque: na apropriação indébita o agente recebe a coisa legitimamente e posteriormente, resolve apoderar-se do objeto ilícitamente. Ou seja, a apropriação indébita ocorre quando o agente deixa de entregar ou devolver ao seu legítimo dono um bem móvel que lhe foi entregue licitamente;
- d) Errado, porque: o peculato é crime contra a Administração Pública e que só pode ser praticado por funcionário público, conforme art. 312 do CP;
- e) Errado, porque: o roubo se configura apenas quando o agente subtrai a coisa com emprego de violência ou grave ameaça, conforme art. 157 do CP.



### Preste Atenção:

O crime de apropriação indébita se consuma no momento em que o agente inverte o ânimo da posse, se recusando a restituir a coisa a seu proprietário, ou praticando atos típicos de proprietário com a coisa.

**136. (Agente Policial – PC/SP – VUNESP – 2013)** O funcionário público que se apropria de dinheiro de que tem a posse em razão do cargo comete o crime de:

- a) furto qualificado.
- b) extorsão passiva.
- c) furto.
- d) peculato.
- e) roubo.

**GABARITO OFICIAL: D**

**JUSTIFICATIVA:**

- a) Errado, porque: se tratando de apropriação de dinheiro ocorrida em razão do cargo, o crime é de peculato;
- b) Errado, porque: extorsão passiva não é crime descrito em lei;
- c) Errado, porque: no furto a conduta é de subtrair e não de se apropriar. Além disso, se o agente tem a posse em razão do cargo, resta configurado um crime funcional;
- d) CERTO, porque: o peculato se verifica quando o funcionário público se apropria de bem móvel que tem a posse em razão do cargo, ou se vale da facilidade do cargo para sua subtração, conforme art. 312 do CP;
- e) Errado, porque: o roubo se verifica quando há subtração de coisa móvel alheia mediante violência ou grave ameaça à pessoa, conforme art. 157 do CP.



**Preste Atenção:**

Se o funcionário público se apropria de bem móvel de que tem a posse, resta configurado o peculato próprio, descrito no art. 312, *caput*, do CP. Entretanto, se o funcionário não tem a posse, mas se vale da facilidade do cargo para a subtração da coisa, resta configurado o peculato impróprio (peculato-furto), previsto no art. 312, § 1º, do CP.

**137. (Agente Policial – PC/SP – VUNESP – 2013)** Nos crimes praticados por funcionário público contra a Administração Pública em geral, conforme previsto no Código Penal, se o autor do crime for ocupante de cargo em comissão ou de função de direção ou assessoramento de órgão da administração direta:

- a) sua pena será reduzida.
- b) acarretar-se-á a punição também daquele que o nomeou para o cargo.
- c) ele não responderá criminalmente pelo fato delituoso, mas apenas civil e administrativamente.
- d) ele apenas perderá o cargo, mas ficará isento de pena.
- e) sua pena será aumentada.

**GABARITO OFICIAL: E**

**JUSTIFICATIVA:**

- a) Errado, porque: ao contrário do que consta no enunciado, o funcionário público ocupante de cargo de confiança tem a pena aumentada (art. 327, § 2º, do CP);
- b) Errado, porque: a pena não pode passar da pessoa do condenado (art. 5º, inc. XLV, da CF). Somente seria possível a punição do agente que nomeou o funcionário caso restasse comprovado que ambos tivessem agido com unidade de propósitos;

- c) Errado, porque: a conduta do funcionário público enseja responsabilidades administrativa, civil e criminal;
- d) Errado, porque: o fato do funcionário público ser ocupante de cargo de confiança não o isenta de pena;
- e) CERTO, porque: nos termos do art. 327, § 2º, do CP, a pena será aumentada de terça parte caso o funcionário seja ocupante de cargos em comissão ou de função de direção ou assessoramento de órgãos da administração direta.



### Preste Atenção:

A pena ainda será aumentada caso o crime seja praticado por funcionário público ocupante de cargo de confiança em sociedade de economia mista, empresa pública ou fundação instituída pelo poder público. Cuidado, pois se tratando se autarquia não haverá a causa de aumento de pena por ausência de previsão legislativa, não sendo admitida em nosso ordenamento, a analogia “in malam partem”.

- 138. (Perito – PC/SP – VUNESP – 2013)** No crime de Induzimento, Instigação ou Auxílio a Suicídio, a pena é aumentada:
- a) em dois terços, se o agente tiver aumentada, por qualquer causa, a capacidade física de ofensa.
  - b) pela metade, se o crime for praticado por motivo torpe.
  - c) em dobro, se o crime for praticado por motivo egoístico.
  - d) em três quartos, se o crime for praticado por motivo fútil.
  - e) em um terço, se a vítima for menor.

### GABARITO OFICIAL: C

#### JUSTIFICATIVA:

- a) Errado, por absoluta ausência de previsão legal;
- b) Errado, porque: motivo torpe é circunstância qualificadora do crime de homicídio (art. 121, § 2º, inc. I, do CP);
- c) CERTO, porque: nos termos do parágrafo único do art. 122 do CP;
- d) Errado, porque: assim como o motivo torpe, mencionado na alternativa “B”, o motivo fútil também configura uma qualificadora do crime de homicídio (art. 121, § 2º, inc. II, do CP);
- e) Errado, porque: se a vítima for menor a pena será aplicada em dobro e não aumentada em um terço (art. 122, parágrafo único, inc. II, do CP).



### Preste Atenção:

O parágrafo único do art. 122 do CP prevê a aplicação da pena em dobro em duas hipóteses: se o crime for praticado por motivo egoístico ou se a vítima é menor ou tem diminuída, por qualquer causa, a capacidade de resistência.

- 139. (Perito – PC/SP – VUNESP – 2013)** O crime de Falsidade de Atestado Médico tem por sujeito(s) ativo(s):
- a) o médico, no exercício de sua profissão.
  - b) qualquer pessoa.
  - c) o médico, o dentista, o farmacêutico e o psicólogo.
  - d) o médico, dentro e fora do exercício de sua profissão.
  - e) qualquer pessoa, quando o crime é cometido com o fim lucrativo.

**GABARITO OFICIAL: A****JUSTIFICATIVA:**

- a) CERTO, porque: o crime do art. 302 do CP só pode ser praticado por médico, sendo, portanto, crime próprio;
- b) Errado, porque: somente o médico é quem pode praticar esse crime, vez que a conduta deve ser praticada no exercício da profissão;
- c) Errado, porque: dentista, farmacêutico e psicólogo não são médicos;
- d) Errado, porque: este crime só pode ser praticado por médico que esteja no efetivo exercício de sua profissão;
- e) Errado, porque: o crime só pode ser praticado por médico e não por qualquer pessoa. O fato de o crime ser praticado com fim lucrativo faz com que seja aplicada também a pena de multa, que em princípio, era apenas de detenção (art. 302, parágrafo único, do CP).

**Preste Atenção:**

O crime de falsidade de atestado médico se consuma no momento em que o médico fornece o atestado, vez que a conduta prevista no art. 302 do CP é “dar” admitindo-se, portanto, a tentativa.

**140. (Perito – PC/SP – VUNESP – 2013)** Em relação ao crime de Advocacia Administrativa, é correto afirmar que:

- a) não é necessário, para alguém figurar como sujeito ativo do crime, ser bacharel em Direito tampouco possuir a qualidade de funcionário público.
- b) não é necessário, para alguém figurar como sujeito ativo do crime, ser bacharel em Direito, regularmente inscrito na Ordem dos Advogados do Brasil.
- c) é necessário, para alguém figurar como sujeito ativo do crime, ser bacharel em Direito, porém não é requisito sua inscrição na Ordem dos Advogados do Brasil.
- d) qualquer pessoa pode figurar como sujeito ativo do crime, ainda que não ostente a qualidade de funcionário público.
- e) é necessário, para alguém figurar como sujeito ativo do crime, ser bacharel em Direito, regularmente inscrito na Ordem dos Advogados do Brasil.

**GABARITO OFICIAL: B****JUSTIFICATIVA:**

- a) Errado, porque: a qualidade de funcionário público é indispensável para que alguém possa ser sujeito ativo do crime, vez que se trata de um crime funcional;
- b) CERTO, porque: a exigência é que o sujeito ativo seja funcionário público e não advogado, em que pese o nome do crime ser de Advocacia Administrativa;
- c) Errado, porque: para ser sujeito ativo do crime, não é necessário que o agente seja bacharel em direito nem tampouco seja inscrito junto à Ordem dos Advogados do Brasil, bastando que se trate de funcionário público;
- d) Errado, porque: se tratando de crime praticado por funcionário público contra a Administração Pública, não pode ser praticado por qualquer pessoa mas sim por funcionário público, sendo, portanto, crime funcional;
- e) Errado, pelos mesmos fundamentos que a alternativa “C” foi considerada errada.

**Preste Atenção:**

O crime de advocacia administrativa é apenado com uma pena alternativa de detenção de um a três meses ou multa; Entretanto, se o interesse patrocinado pelo funcionário for ilegítimo, a pena passa a ser de detenção de três meses a um ano além da multa, tornando-se, portanto, cumulativa.

**141. (Perito – PC/SP – VUNESP – 2013)** O autor do crime de furto terá sua pena aumentada de um terço se o delito for praticado:

- a) mediante emprego de chave falsa.
- b) mediante concurso de duas ou mais pessoas.
- c) mediante abuso de confiança, fraude, escalada ou destreza.
- d) mediante destruição ou rompimento de obstáculo à subtração da coisa.
- e) durante o repouso noturno.

**GABARITO OFICIAL: E****JUSTIFICATIVA:**

- a) Errado, porque: o emprego de chave falsa não é uma causa de aumento de pena, mas sim uma das hipóteses de qualificadora do crime de furto, conforme art. 155, § 4º, inciso III, do CP;
- b) Errado, porque: o concurso de duas ou mais pessoas não é uma causa de aumento de pena, mas sim uma das hipóteses de qualificadora do crime de furto, conforme art. 155, § 4º, inciso IV, do CP;
- c) Errado, porque: o abuso de confiança, a fraude, a escalada ou a destreza, não são causas de aumento de pena, mas sim hipóteses de qualificadora do crime de furto, conforme art. 155, § 4º, inciso II, do CP;
- d) Errado, porque: a destruição ou rompimento de obstáculo à subtração da coisa não é uma causa de aumento de pena, mas sim uma das hipóteses de qualificadora do crime de furto, conforme art. 155, § 4º, inciso I, do CP;
- e) CERTO, porque: nos termos do art. 155, § 1º, do CP.

**Preste Atenção:**

Para a maioria da doutrina e da jurisprudência, a causa de aumento de pena do furto praticado durante o repouso noturno, só se aplica ao furto simples, previsto art. 155, *caput*, do CP, não se estendendo ao furto qualificado.

**142. (Auxiliar de Necropsia – PC/SP – VUNESP – 2013)** Diz-se o crime:

- a) doloso quando o agente não quis o resultado ou assumiu o risco de produzi-lo.
- b) culposo quando o agente quis o resultado, mas não assumiu o risco de produzi-lo.
- c) tentado quando, iniciada a execução, não se consuma por circunstâncias da vontade do agente.
- d) culposo quando o agente deu causa ao resultado por imprudência, negligência ou imperícia.
- e) tentado quando o agente, voluntariamente, desiste de prosseguir na execução ou impede que o resultado se produza.

**GABARITO OFICIAL: D**

**JUSTIFICATIVA:**

- a) Errado, porque: no crime doloso o agente quis o resultado ou assumiu o risco de produzi-lo;
- b) Errado, porque: se o agente quis o resultado o crime é doloso e não culposo;
- c) Errado, porque: o crime tentado se verifica quando a consumação não ocorrer por circunstâncias alheias à vontade do agente;
- d) CERTO, porque: o crime sempre será culposo quando o resultado decorre da inobservância do dever de cuidado objetivo, que se dá através de imprudência, negligência ou imperícia;
- e) Errado, porque: havendo voluntariedade do agente não há que se falar em tentativa, e sim em desistência voluntária ou arrependimento eficaz.

**Preste Atenção:**

Os elementos da tentativa são três, sendo eles: a) início dos atos de execução, b) não consumação do delito e c) circunstâncias alheias à vontade do agente, conforme se verifica no art. 14, inc. II, do CP.

**143. (Auxiliar de Necropsia – PC/SP – VUNESP – 2013)** São excludentes de ilicitude:

- a) estrito cumprimento de dever legal, desistência voluntária e legítima defesa.
- b) arrependimento eficaz, desistência voluntária e legítima defesa.
- c) exercício regular de direito, legítima defesa e estado de necessidade.
- d) exercício regular de direito, estado de necessidade e desistência voluntária.
- e) legítima defesa, arrependimento eficaz e exercício regular de direito.

**GABARITO OFICIAL: C****JUSTIFICATIVA:**

- a) Errado, porque: desistência voluntária não é uma excludente de ilicitude, conforme art. 15 do CP;
- b) Errado, porque: arrependimento eficaz e desistência voluntária não são excludentes de ilicitude (art. 15 do CP);
- c) CERTO, porque: as três hipóteses da alternativa são consideradas excludentes de ilicitude, conforme previsto no art. 23 do CP;
- d) Errado, porque: como já visto, desistência voluntária não é hipótese de excludente de ilicitude;
- e) Errado, porque: arrependimento eficaz não configura hipótese de excludente de ilicitude.

**Preste Atenção:**

As excludentes de ilicitude previstas no art. 23 do CP excluem a antijuridicidade da conduta, ainda que seja praticado um fato típico. Por isso dizemos que nem todo fato típico é antijurídico, homenageando o princípio da indiciariedade do fato típico.

**144. (Auxiliar de Necropsia – PC/SP – VUNESP – 2013)** Assinale a alternativa correta.

- a) considera-se roubo constranger alguém, mediante violência ou grave ameaça, e com o intuito de obter para si ou para outrem indevida vantagem econômica.
- b) No homicídio, a pena é aumentada de 1/3 (um terço) até a metade se o crime for praticado por milícia privada, sob o pretexto de prestação de serviço de segurança, ou por grupo de extermínio.

- c) Na lesão corporal, o agente ficará isento de pena se cometer o crime impelido por motivo de relevante valor social ou moral, ou sob o domínio de violenta emoção, logo em seguida a injusta provocação da vítima.
- d) Matar, sob a influência do estado puerperal, o próprio filho, durante o parto ou logo após, trata-se de homicídio qualificado por motivo torpe.
- e) Aquele que obtém, para si ou para outrem, vantagem ilícita, em prejuízo alheio, induzindo ou mantendo alguém em erro, mediante artifício, ardil, ou qualquer outro meio fraudulento, comete o crime de receptação.

### GABARITO OFICIAL: B

#### JUSTIFICATIVA:

- a) Errado, porque: no roubo a conduta é a de “subtrair” e não “constranger”, sendo que nesta alternativa estamos diante do tipo penal concernente ao crime de extorsão, descrito no art. 158 do CP;
- b) CERTO, porque: conforme descrito no art. 121, § 6º, do CP;
- c) Errado, porque: esta alternativa traz hipóteses que ensejam uma causa de diminuição de pena de um sexto a um terço no crime de lesão corporal, não havendo contudo, isenção de pena, conforme art. 129, § 4º, do CP;
- d) Errado, porque: a hipótese elencada nesta alternativa configura crime de infanticídio e não de homicídio, conforme se verifica no art. 123 do CP;
- e) Errado, porque: a hipótese elencada nesta alternativa configura crime de estelionato e não de receptação, conforme descrito no art. 171 do CP.



#### Preste Atenção:

O exercício em tela demonstra que é indispensável nos atentarmos ao texto de lei dos artigos contidos no edital, pois nota-se que em suas alternativas o examinador descreveu tipos penais de um crime e disse que tais condutas configuravam outro delito.

**145. (Auxiliar de Necropsia – PC/SP – VUNESP – 2013)** Assinale a alternativa em que o crime praticado por funcionário público contra a administração em geral (em negrito) está corretamente definido, de acordo com o Código Penal.

- a) **Condescendência criminosa** – retardar ou deixar de praticar, indevidamente, ato de ofício, ou praticá-lo contra disposição expressa de lei, para satisfazer interesse ou sentimento pessoal.
- b) **Prevaricação** – solicitar ou receber, para si ou para outrem, direta ou indiretamente, ainda que fora da função ou antes de assumi-la, mas em razão dela, vantagem indevida, ou aceitar promessa de tal vantagem.
- c) **Corrupção passiva** – exigir, para si ou para outrem, direta ou indiretamente, ainda que fora da função ou antes de assumi-la, mas em razão dela, vantagem indevida.
- d) **Peculato culposo** – apropriar-se de dinheiro ou qualquer utilidade que, no exercício do cargo, recebeu por erro de outrem.
- e) **Modificação ou alteração não autorizada de sistema de informações** – modificar ou alterar, o funcionário, sistema de informações ou programa de informática sem autorização ou solicitação de autoridade competente.

### GABARITO OFICIAL: E

**JUSTIFICATIVA:**

- a) Errado, porque: a conduta descrita nesta alternativa configura prevaricação e não condescendência criminosa, conforme art. 319 do CP;
- b) Errado, porque: a conduta descrita nesta alternativa configura corrupção passiva e não prevaricação, conforme se verifica no art. 317 do CP;
- c) Errado, porque: a conduta descrita nesta alternativa configura crime de concussão e não de corrupção passiva (art. 316 do CP);
- d) Errado, porque: a hipótese elencada nesta alternativa configura crime de peculato mediante erro de outrem, conforme art. 313 do CP;
- e) CERTO, porque: conforme art. 313-B do CP.

**Preste Atenção:**

O crime de modificação ou alteração não autorizada de sistema de informações tem a pena aumentada de um terço até a metade se da conduta resultar prejuízo à Administração Pública ou o administrado (art. 313-B, parágrafo único, do CP).

- 146. (Delegado de Polícia – PC/BA – CESPE – 2013)** Servidor público alfandegário que, em serviço de fiscalização fronteiriça, permitir a determinado indivíduo penalmente imputável adentrar o território nacional trazendo consigo, sem autorização do órgão competente e sem o devido desembaraço, pistola de calibre 380 de fabricação estrangeira deverá responder pela prática do crime de facilitação de contrabando, com infração do dever funcional excluída a hipótese de aplicação do Estatuto do Desarmamento.
- ( ) Certo            ( ) Errado

**GABARITO OFICIAL: ERRADO****JUSTIFICATIVA:**

ERRADO, porque: no caso em tela temos hipótese de um conflito aparente de normas, em que uma única conduta se amolda “aparentemente” em dois tipos penais, o de facilitação de contrabando ou descaminho, descrito no art. 318 do CP e o de tráfico internacional de armas de fogo, descrito no art. 18 do Estatuto do Desarmamento (Lei nº 10.826/2003). Nesse caso, devemos resolver o conflito aplicando a lei especial, ou seja, aplica-se o Estatuto do Desarmamento, em atendimento ao princípio da especialidade. Assim, o servidor público alfandegário que facilita a entrada de armas no território nacional responderá pelo crime do Estatuto do Desarmamento, excluindo-se no caso, a aplicação do crime descrito no CP.

**Preste Atenção:**

Embora o art. 21 do Estatuto do Desarmamento diga que o crime de tráfico internacional de armas seja insuscetível de liberdade provisória, em 2-5-2007, o STF declarou tal vedação inconstitucional, ao julgar a Adin 3112-1. Ou seja, em razão disso, referido crime permite a concessão de liberdade provisória.

- 147. (Delegado de Polícia – PC/BA – CESPE – 2013)** A interceptação telefônica solicitada pelo delegado de polícia e autorizada judicialmente é nula, haja vista ter sido sucessivamente prorrogada pelo magistrado por prazo superior a trinta dias, o que contraria a

previsão legal de que o prazo da interceptação telefônica não pode exceder quinze dias, renovável uma vez por igual período.

( ) Certo      ( ) Errado

### GABARITO OFICIAL: ERRADO

#### JUSTIFICATIVA:

ERRADO, porque: a jurisprudência do STJ e do STF tem admitido a possibilidade de prorrogação do prazo de quinze dias para interceptação telefônica, por períodos sucessivos, desde que se trate de investigação complexa e se demonstre a necessidade da investigação contínua. Acerca de tal entendimento se manifestou o STF ao julgar o HC 106.129/MS, j. 6-3-2012.



#### Preste Atenção:

Interceptação telefônica se verifica quando uma terceira pessoa capta a conversa entre duas pessoas, sem o conhecimento destas. Por sua vez, escuta telefônica ocorre quando um dos interlocutores sabe que sua conversa está sendo gravada, seja por ele, seja por terceira pessoa.

**148. (Delegado de Polícia – PC/BA – CESPE – 2013)** A interceptação telefônica realizada por Milton é ilegal, porquanto desprovida da necessária autorização judicial.

( ) Certo      ( ) Errado

### GABARITO OFICIAL: CERTO

#### JUSTIFICATIVA:

CERTO, porque: em atendimento ao art. 5º, XII, da Constituição Federal, a interceptação telefônica deve ser sempre precedida de autorização judicial, devendo ainda correr sob sigilo de justiça, conforme art. 1º da Lei de Interceptações Telefônicas.



#### Preste Atenção:

A interceptação telefônica pode ser determinada pelo juiz, de ofício, ou a requerimento da Autoridade Policial, durante a investigação criminal ou do Ministério Público, na investigação criminal ou durante a instrução processual penal.

**149. (Delegado de Polícia – PC/BA – CESPE – 2013)** Determinado policial militar efetuou a prisão em flagrante de Luciano e o conduziu à Delegacia de Polícia. Lá, com o objetivo de fazer Luciano confessar a prática dos atos que ensejaram sua prisão, o policial responsável por seu interrogatório cobriu sua cabeça com um saco plástico e amarrou-o no seu pescoço, asfixiando-o. Como Luciano não confessou, o policial deixou-o trancado na sala de interrogatório durante várias horas, pendurado de cabeça para baixo, no escuro, período em que lhe dizia que, se ele não confessasse, seria morto. O Delegado de Polícia, ciente do que ocorria na sala de interrogatório, manteve-se inerte. Em depoimento posterior, Luciano afirmou que a conduta do policial lhe provocara intenso sofrimento físico e mental. Considerando a situação hipotética anterior e o disposto na Lei Federal nº 9.455/1997, julgue os itens subsequentes.

O Delegado não pode ser considerado coautor ou partícipe da conduta do policial, pois o crime de tortura somente pode ser praticado de forma comissiva.

( ) Certo      ( ) Errado

**GABARITO OFICIAL: ERRADO****JUSTIFICATIVA:**

ERRADO, porque: o art. 1º, § 2º, da Lei de Tortura assevera que aquele que se omite em face da tortura quando o tinha o dever de evitá-la ou apurá-la, incorre na pena de detenção de um a quatro anos. Ou seja, há possibilidade do crime de tortura ser praticado também na modalidade omissiva e não somente na forma comissiva, conforme descrito no enunciado.

**Preste Atenção:**

A tortura por omissão é a única modalidade de tortura que não exige que o condenado inicie o cumprimento da pena em regime fechado.

- 150. (Delegado de Polícia – PC/BA – CESPE – 2013)** João, preso em flagrante pela prática do crime de roubo, foi encaminhado à Delegacia de Polícia, onde apresentou a carteira nacional de habilitação para identificar-se, visto que não portava sua carteira de identidade. Ainda assim, o Delegado determinou que João fosse submetido à perícia dactiloscópica. Com base nessa situação hipotética, julgue os itens que se seguem à luz do disposto na Lei nº 12.037/2009.

I – Nos termos da Lei nº 12.037/2009, a identificação criminal de João se justifica pelo fato de ele estar sendo indiciado pela prática de crime de roubo.

( ) Certo                      ( ) Errado

**GABARITO OFICIAL: ERRADO****JUSTIFICATIVA:**

ERRADO, porque: com a revogação da Lei nº 10.054/2000, não se permite mais a identificação criminal em razão da natureza da infração penal, qualquer que seja o crime.

II – Ao determinar a identificação criminal de João, o Delegado praticou o delito de constrangimento ilegal.

( ) Certo                      ( ) Errado

**GABARITO OFICIAL: CERTO****JUSTIFICATIVA:**

CERTO, porque: o civilmente identificado não será submetido à identificação criminal, vez que a CNH deve servir para que seja atestada a identificação civil do indivíduo, nos termos do art. 2º, parágrafo único, da Lei nº 12.037/2009, que reza que qualquer documento que permita a identificação do indiciado é apto a atestar a identificação civil.

**Preste Atenção:**

Conforme art. 4º da Lei nº 12.037/2009, mesmo que haja necessidade de identificação criminal do indiciado, a Autoridade adotará providências para evitar o constrangimento do identificado.

**151. (Perito em Telecomunicações – PC/ES – FUNCAB – 2013)** O prazo da prisão temporária será de:

- a) 5 (cinco) dias, prorrogáveis por igual período.
- b) 5 (cinco) dias, improrrogáveis.
- c) 10 (dez) dias, prorrogáveis por igual período.
- d) 10 (dez) dias, improrrogáveis.
- e) 15 (quinze) dias, improrrogáveis.

**GABARITO OFICIAL: A**

**JUSTIFICATIVA:**

- a) CERTO, porque: nos termos do art. 2º da Lei nº 7.960/1989.
- b) Errado, porque: conforme descrito na lei em comento, o prazo da prisão temporária poderá ser prorrogado em caso de extrema e comprovada necessidade.
- c) Errado, porque: a Lei nº 7.960/1989 não prevê o prazo de dez dias em hipótese alguma.
- d) Errado, porque: conforme dito na alternativa anterior, a Lei nº 7.960/1989 não prevê o prazo de dez dias em hipótese alguma.
- e) Errado, porque: a Lei nº 7.960/1989 também não prevê o prazo de quinze dias, em circunstância alguma.



**Preste Atenção:**

Na hipótese de crime hediondo, a prisão temporária terá o prazo de trinta dias, prorrogável por igual período, em caso de extrema e comprovada necessidade, conforme disposto no art. 2º, § 4º, da Lei nº 8.072/1990 (Lei dos Crimes Hediondos).

**152. (Perito em Telecomunicações – PC/ES – FUNCAB – 2013)** Assinale a alternativa que NÃO contenha umas das hipóteses legais de abuso de autoridade.

- a) Levar à prisão e nela deter quem quer que se proponha a prestar fiança, inclusive quando se tratar de crime hediondo.
- b) Deixar de comunicar, imediatamente, ao juiz competente a prisão ou detenção de qualquer pessoa.
- c) Ordenar ou executar medida privativa de liberdade individual, sem as formalidades legais ou com abuso de poder.
- d) Submeter pessoa sob sua guarda ou custódia a vexame ou a constrangimento não autorizado em lei.
- e) Recusar o carcereiro ou agente de autoridade policial recibo de importância recebida a título de carceragem, custas, emolumentos ou de qualquer outra despesa.

**GABARITO OFICIAL: A**

**JUSTIFICATIVA:**

- a) ERRADO, porque: o abuso de autoridade realmente se configura quando a pessoa que se propõe a prestar fiança é levada à prisão, mas crimes hediondos são insuscetíveis de arbitramento de fiança, o que torna a alternativa errada.
- b) Certo, porque: nos termos do art. 4º, c, da Lei nº 4.898/1965.
- c) Certo, porque: nos termos do art. 4º, a, da Lei nº 4.898/1965.
- d) Certo, porque: nos termos do art. 4º, b, da Lei nº 4.898/1965.
- e) Certo, porque: nos termos do art. 4º, g, da Lei nº 4.898/1965.

**Preste Atenção:**

Os crimes hediondos, o tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins e o terrorismo são insuscetíveis de anistia, graça, indulto e fiança, sendo admitida, contudo, a concessão de liberdade provisória. Porém, vale ressaltar que o crime de tortura admite a concessão de indulto, vez que a Lei nº 9.455/1997, art. 1º, § 6º, veda apenas a graça e anistia.

- 153. (Escrivão de Polícia – PC/ES – FUNCAB – 2013)** Elder, após fazer uso de cloridrato de cocaína (cocaína), saiu pilotando o seu iate. Como estivesse efetuando manobras que colocavam em risco tripulantes de outra embarcação, foi abordado por uma patrulha marítima. Após sofrer busca pessoal e em sua embarcação, foi conduzido à delegacia, em face de restar provado o consumo da droga ilícita, não obstante não haver apreensão da mesma e de o piloto não estar com a capacidade psicomotora alterada. Assim, Elder:
- não praticou crime, em face da ausência de apreensão de droga ilícita.
  - praticou uma contravenção penal (Decreto-lei nº 3.688/1941).
  - praticou crime previsto no Código de Trânsito Brasileiro (Lei nº 9.503/1997).
  - praticou crime contra o meio ambiente (Lei nº 9.605/1998).
  - praticou crime previsto na Lei Antidrogas (Lei nº 11.343/2006).

**GABARITO OFICIAL: E****JUSTIFICATIVA:**

- Errado, porque: o crime consiste em conduzir embarcação após o consumo de drogas, não sendo necessária a apreensão da droga para caracterização do crime.
- Errado, porque: a conduta descrita na questão não está descrita na lei das contravenções penais.
- Errado, porque: a conduta descrita na questão não está descrita no Código de Trânsito Brasileiro.
- Errado, porque: a conduta descrita na questão não está descrita na Lei dos Crimes Ambientais.
- CERTO, porque: nos termos do art. 39 da Lei de Drogas, comete crime aquele que conduzir embarcação ou aeronave após o consumo de drogas, expondo a dano potencial a incolumidade de outrem.

**Preste Atenção:**

Observe que só resta configurado o crime, se o agente expuser a incolumidade de outrem a perigo com sua conduta. Ou seja, se trata de um crime de mera conduta de perigo concreto. Caso o agente conduza embarcação ou aeronave após o consumo de drogas, sem expor ninguém a perigo, o fato será atípico.

- 154. (Perito em Telecomunicações – PC/ES – FUNCAB – 2013)** A Lei nº 9.605/1998 dispõe sobre as condutas e atividades lesivas ao meio ambiente. As disposições do art. 89 da Lei nº 9.099/1995 aplicam-se aos crimes de menor potencial ofensivo definidos nesta lei, com algumas modificações. Marque a única alternativa INCORRETA.
- A declaração de extinção de punibilidade dependerá de laudo de constatação de reparação do dano ambiental, ressalvada a impossibilidade.
  - Na hipótese de o laudo de constatação comprovar não ter sido completa a reparação, o prazo de suspensão do processo será prorrogado, até o período máximo, acrescido de mais um ano, com suspensão do prazo da prescrição.

- c) Findo o prazo de prorrogação, proceder-se-á à lavratura de novo laudo de constatação de reparação do dano ambiental, podendo, conforme seu resultado, ser novamente prorrogado o período de suspensão.
- d) Esgotado o prazo máximo de prorrogação, a declaração de extinção de punibilidade dependerá de laudo de constatação que comprove ter o acusado tomado as providências necessárias à reparação integral do dano.
- e) O Ministério Público, ao oferecer a denúncia, poderá propor a suspensão do processo, por três a seis anos, desde que o acusado não esteja sendo processado ou não tenha sido condenado por outro crime, presentes os demais requisitos que autorizariam a suspensão condicional da pena.

### GABARITO OFICIAL: E

#### JUSTIFICATIVA:

- a) Certo, porque: conforme art. 28, I, da Lei nº 9.605/1998.
- b) Certo, porque: conforme art. 28, II, da Lei nº 9.605/1998.
- c) Certo, porque: conforme art. 28, IV, da Lei nº 9.605/1998.
- d) Certo, porque: conforme art. 28, V, da Lei nº 9.605/1998.
- e) ERRADO, porque: a suspensão condicional do processo aplicável à lei dos crimes ambientais, deve seguir aos ditames do art. 89 da Lei nº 9.099/1995. Ou seja, o prazo da suspensão é de dois a quatro anos.



#### Preste Atenção:

A lei de crimes ambientais também permite a aplicação da transação penal, conforme descrito no art. 27 da Lei nº 9.605/1998, desde que tenha havido a prévia composição do dano ambiental, salvo no caso de comprovada impossibilidade.

- 155. (Escrivão de Polícia – PC/ES – FUNCAB – 2013)** No tocante aos programas especiais de proteção às vítimas e às testemunhas ameaçadas, instituídos pela Lei nº 9.807/1999, pode-se afirmar:
- a) A proteção não poderá ser dirigida ou estendida ao cônjuge ou companheiro, ascendentes, descendentes e dependentes.
  - b) A proteção concedida pelos programas e as medidas dela decorrentes não levarão em conta a gravidade da coação ou da ameaça à integridade física ou psicológica, a dificuldade de preveni-las ou reprimi-las pelos meios convencionais e a sua importância para a produção da prova.
  - c) Estão excluídos da proteção os indivíduos cuja personalidade ou conduta seja incompatível com as restrições de comportamento exigidas pelo programa, os condenados que estejam cumprindo pena e os indiciados ou acusados sob prisão cautelar em qualquer de suas modalidades.
  - d) O ingresso no programa, as restrições de segurança e demais medidas por ele adotadas não terão anuência da pessoa protegida.
  - e) Após ingressar no programa, o protegido não ficará obrigado ao cumprimento de normas.

### GABARITO OFICIAL: C

#### JUSTIFICATIVA:

- a) Errado, porque: conforme art. 2º, § 1º, da Lei nº 9.807/1999, a proteção pode ser dirigida ou estendida ao cônjuge ou companheiro, ascendentes e dependentes que tenham convivência habitual com a vítima ou testemunha protegida.

- b) Errado, porque: o art. 2º da Lei nº 9.807/1999 apregoa que a proteção concedida pelos programas e as medidas dela decorrentes levarão em conta a gravidade da coação ou da ameaça à integridade física ou psicológica, a dificuldade de preveni-las ou reprimi-las pelos meios convencionais e a sua importância para a produção da prova.
- c) CERTO, porque: conforme art. 2º, § 2º, da Lei nº 9.807/1999.
- d) Errado, porque: o ingresso no programa deve sempre ter anuência da pessoa protegida ou de seu representante legal, conforme art. 2º, § 3º, da lei em estudo.
- e) Errado, porque: nos termos do art. 2º, § 4º, da Lei nº 9.807/1999, ao ingressar no programa de proteção o protegido ficará obrigado ao cumprimento das normas por ele prescritas.

**Preste Atenção:**

Além da proteção a vítimas e testemunhas ameaçadas, a Lei nº 9.807/1999 também prevê a possibilidade de proteção a acusados e condenados que tenham colaborado voluntariamente com a investigação policial e o processo criminal, prevendo, inclusive, a extinção da punibilidade do réu colaborador, nos termos do art. 13 da lei em estudo.

**156. (Delegado de Polícia – PC/ES – FUNCAB – 2013)** João morava em uma comunidade onde havia comércio ilegal de *cannabis sativa*, razão por que era constante a ação da polícia no local. “Dedinho”, responsável pelo comércio ilegal de drogas na comunidade, objetivando não ser incomodado em suas vendas, e buscando não perder a sua mercadoria, contratou João para soltar rojões quando os policiais chegassem à entrada da comunidade, o que se deu por muitas vezes. Assim, João:

- a) praticou o crime de associação para o tráfico de drogas ilícitas (artigo 35 da Lei nº 11.343/2006).
- b) praticou o crime de quadrilha ou bando (artigo 288 do CP).
- c) colaborou como informante do tráfico de drogas ilícitas (artigo 37 da Lei nº 11.343/2006).
- d) deve responder como partícipe do tráfico de drogas ilícitas (artigo 33 da Lei nº 11.343/2006).
- e) deve responder como coautor do tráfico de drogas ilícitas (artigo 33 da Lei nº 11.343/2006).

**GABARITO OFICIAL: C****JUSTIFICATIVA:**

- a) Errado, porque: o crime de associação para o tráfico somente se verifica quando houver estabilidade associativa, ou seja, tem que haver associação permanente, o que não restou demonstrado no enunciado;
- b) Errado, porque: antes de qualquer outro fato, o crime de quadrilha ou bando recentemente foi revogado do CP, dando lugar ao crime de associação criminosa, descrito no artigo 288;
- c) CERTO, porque: nos termos do art. 37 da Lei de Drogas, que criminaliza a conduta daquele que colaborar como informante para a prática dos crimes de tráfico;
- d) Errado, porque: João não praticou nenhuma conduta descrita no art. 33 da Lei de Drogas.
- e) Errado, porque: como já dito na alternativa anterior, João não praticou nenhuma conduta descrita no art. 33 da Lei de Drogas. Nosso ordenamento só considera coautor aquele que efetivamente pratica a conduta descrita no tipo penal, homenageando a teoria restritiva.

**Preste Atenção:**

O STF já se manifestou no sentido de que a conduta do “fogueteiro” se amolda ao art. 37 da Lei de Drogas, não se tratando de caso de participação ou coautoria de crime de tráfico, como ocorria sob a égide da revogada Lei nº 6.368/1976. (HC 106155/RJ, j. 4-10-2011).

**157. (Delegado de Polícia – PC/GO – UEG – 2013)** O crime de corrupção de menores, previsto no Estatuto da Criança e do Adolescente – art. 244-B. “Corromper ou facilitar a corrupção de menor de 18 (dezoito) anos, com ele praticando infração penal ou induzindo-o a praticá-la” Segundo orientação do Superior Tribunal de Justiça é, quanto ao resultado, crime:

- a) de mera conduta
- b) material
- c) formal
- d) permanente

**GABARITO OFICIAL: C****JUSTIFICATIVA:**

- a) Errado, porque: crime de mera conduta é aquele que não produz resultado algum, como, por exemplo, crime de violação de domicílio ou desobediência, o que não é o caso do crime em estudo;
- b) Errado, porque: crimes materiais (ou causais), são aqueles que exigem um efetivo resultado para sua consumação, como por exemplo o homicídio. Nos crimes materiais, o legislador descreve no tipo penal a conduta proibida, exigindo um resultado efetivo para a consumação do delito, o que não é o caso do crime de corrupção de menores;
- c) CERTO, porque: o STJ entende que a simples participação do menor de dezoito anos em infração penal cometida por agente imputável é suficiente à consumação do crime de corrupção de menores, atualmente tipificado no art. 244-B do ECA, sendo dispensada a prova de que o menor tenha sido efetivamente corrompido (STJ HC 159.620-RJ, j. 12-3-2013). Com esses fundamentos é que o STJ sedimentou o entendimento de que o crime de corrupção de menores é formal;
- d) Errado, porque: crime permanente é aquele cuja consumação se protraí (se estende) no tempo, como por exemplo o crime de extorsão mediante sequestro, em que a liberdade da vítima é tolhida a todo tempo, atingindo-se assim, o bem jurídico tutelado, de forma ininterrupta. Não é o caso do crime de corrupção de menores, cuja consumação ocorre no momento em que o menor participa da infração penal com o imputável.

**Preste Atenção:**

No dia 23-10-2013, o STJ publicou a Súm. nº 500, em que o sodalício explicitou o entendimento de que, para a caracterização do delito de corrupção de menores, é suficiente a comprovação da participação do inimputável em prática criminosa, na companhia de maior de 18 anos. Ou seja, se trata de crime formal. A Súm. nº 500 ficou assim redigida: “A configuração do crime previsto no artigo 244-B do Estatuto da Criança e do Adolescente independe da prova da efetiva corrupção do menor, por se tratar de delito formal.”

**158. (Delegado de Polícia – PC/GO – UEG – 2013)** Sobre a Lei de Drogas (Lei n. 11.343/2006), tem-se que:

- a) o crime de tráfico de drogas consuma-se quando ocorre a efetiva colocação da substância proibida em circulação, dado tratar-se de crime de perigo concreto.
- b) é possível a fixação de regime prisional diferente do fechado para o início do cumprimento de pena imposta ao condenado por crime hediondo, não alcançando essa possibilidade aos condenados pelos denominados crimes hediondos por equiparação, como tráfico de drogas, diante de expressa vedação legal.
- c) na fixação da pena, a lei de drogas não impõe ao juiz qualquer consideração sobre a natureza e a quantidade da droga, em preponderância sobre a regra do artigo 59 do Código Penal.
- d) para configuração da interestadualidade do tráfico (art. 40, V) é prescindível a efetiva transposição das fronteiras do Estado, bastando, a existência de elementos que sinalizem a destinação da droga para além dos limites estaduais.

#### **GABARITO OFICIAL: D**

#### **JUSTIFICATIVA:**

- a) Errado, porque: o crime de tráfico de drogas é de perigo abstrato, cuja consumação ocorre antes mesmo da substância proibida ser colocada em circulação, como, por exemplo, no caso do agente ter em depósito ou trazer consigo a droga.
- b) Errado, porque: por meio de uma declaração incidental de inconstitucionalidade o STF recentemente admitiu que os condenados por crimes hediondos ou assemelhados iniciem o cumprimento da pena no regime inicialmente semi-aberto, contrariando, assim, a vedação legal expressa na Lei dos Crimes Hediondos, que em seu art. 2º, § 1º, fixa o regime inicial fechado para os condenados por crimes hediondos e assemelhados. (STF HC 111840/ES, j. 27-6-2012).
- c) Errado, porque: o art. 42 da Lei de Drogas diz expressamente que ao fixar as penas, o juiz deve considerar, com preponderância sobre o previsto no art. 59 do Código Penal, a natureza e a quantidade da substância ou do produto, a personalidade e a conduta social do agente.
- d) CERTO, porque: parte da doutrina e a jurisprudência majoritária entendem que para incidência da majorante prevista no art. 40, V, da Lei de Drogas, não é necessária a efetiva transposição das divisas dos Estados-membros, bastando que fique evidenciado pelos elementos de prova, que a droga seria transportada para outro Estado da Federação. (STJ AgReg Resp 1.223.831/MS, j. 2-2-2012).



#### **Preste Atenção:**

Se restar caracterizado o tráfico entre os Estados da Federação ou entre estes e o Distrito Federal, a pena do crime será aumentada de um sexto a dois terços.

**159. (Delegado de Polícia – PC/GO – UEG – 2013)** Sobre os crimes de trânsito, previstos no Código de Trânsito Brasileiro, verifica-se o seguinte:

- a) a penalidade de multa reparatória não poderá ser superior ao valor do prejuízo demonstrado no processo, e seu eventual pagamento não repercute na esfera cível.
- b) admite-se indistintamente ao crime de lesão corporal culposa praticado na condução de veículo automotor (art. 303) o benefício da transação penal, tendo em vista a pena máxima cominada ser de 2 (dois) anos de detenção.
- c) a suspensão ou a proibição de se obter a permissão ou habilitação para dirigir veículo automotor somente será imposta como penalidade acessória.

d) para a configuração do delito previsto no art. 310 (permissão ou entrega de veículo automotor a pessoa não habilitada), é exigida a demonstração do perigo concreto de dano.

**GABARITO OFICIAL: D****JUSTIFICATIVA:**

- a) Errado, porque: conforme se verifica no art. 297, § 3º, do CTB, o valor da multa reparatória será descontado da indenização civil do dano, ou seja, seu pagamento repercute diretamente na esfera cível.
- b) Errado, porque: o CTB impede a aplicação da transação penal se o agente estiver sob a influência de álcool ou qualquer outra substância psicoativa que determine dependência, se estiver participando, em via pública, de corrida, disputa ou competição automobilística, de exibição ou demonstração de perícia em manobra de veículo automotor não autorizada pela autoridade competente ou estiver transitando em velocidade superior à máxima permitida para a via em 50 km/h. Ou seja, o benefício da transação penal não é aplicável indistintamente ao crime de lesão corporal, o que torna a alternativa errada.
- c) Errado, porque: a suspensão ou proibição de se obter habilitação para dirigir veículo automotor pode ser imposta como penalidade principal, isolada ou cumulativamente com outras penalidades, conforme art. 292 do CTB.
- d) CERTO, porque: a jurisprudência do STJ (HC 118.310/RS, j. 18-10-2012). entende que o delito do art. 310 do CTB necessita da existência de perigo concreto para sua configuração, sendo tal entendimento adotado também pelo STF (STF HC 84.377/SP, j. 29-6-2004).

**Preste Atenção:**

Vale ressaltar que o tema não é pacífico, pois recentemente, o STJ inovou e se posicionou no sentido de que o crime do art. 310 do CTB é de perigo abstrato (STJ HC 253.884/MG, j. 19-3-2013. Ou seja, temos que nos atentar às mudanças dos Tribunais e verificar com precisão o que o examinador está cobrando no enunciado.

**160. (Escrivão de Polícia – PC/GO – UEG – 2013)** Sobre o crime de posse de drogas para consumo pessoal, previsto no art. 28 da Lei nº 11.343/2006, tem-se que:

- a) a admoestação verbal é medida prevista como pena principal a ser aplicada nos casos de posse para consumo pessoal.
- b) a pena de prestação de serviços à comunidade poderá ter a duração máxima de 10 (dez) meses, em caso de reincidência.
- c) a prescrição ocorrerá em 3 (três) anos, ou seja, no prazo mínimo previsto para essa causa extintiva de punibilidade prevista no Código Penal.
- d) em caso de descumprimento injustificado pelo agente, o juiz poderá converter diretamente a pena de prestação de serviços à comunidade em multa.

**GABARITO OFICIAL: B****JUSTIFICATIVA:**

- a) Errado, porque: a pena de admoestação verbal é pena acessória destinada a garantir o cumprimento das penas principais previstas no art. 28 da Lei de Drogas, sendo estas: advertência sobre os efeitos da droga, prestação de serviços a comunidade e medida educativa de comparecimento a programa ou curso educativo;
- b) CERTO, porque: conforme art. 28, § 4º, da Lei de Drogas;

- c) Errado, porque: a prescrição ocorre em dois anos, nos termos do art. 30 da Lei de Drogas;
- d) Errado, porque: havendo descumprimento injustificado pelo agente, o juiz aplicará sucessivamente as penas de admoestação verbal e multa, não podendo converter diretamente a pena de prestação de serviços à comunidade em multa, sem que haja primeiro a aplicação da pena de admoestação verbal.

**Preste Atenção:**

Na hipótese do crime de posse de drogas para consumo pessoal, não se imporá prisão em flagrante, devendo o autor do fato ser imediatamente encaminhado ao juízo competente ou, na falta deste, assumir o compromisso de a ele comparecer, lavrando-se termo circunstanciado e providenciando-se as requisições dos exames e perícias necessários, sendo vedada a detenção do agente pela autoridade policial, conforme se verifica no art. 48, §§ 3º e 4º, da Lei de Drogas.

**161. (Escrivão de Polícia – PC/GO – UEG – 2013)** Sobre o crime de ameaça, praticado no contexto de violência doméstica (Lei nº 11.340/2006), segundo entendimento do Supremo Tribunal Federal, verifica-se que a ação penal é:

- a) privada personalíssima
- b) condicionada a representação da ofendida
- c) pública incondicionada
- d) privada

**GABARITO OFICIAL: B****JUSTIFICATIVA:**

- a) Errado, porque: o crime de ameaça é de ação penal pública condicionada à representação, ainda que praticado contra a mulher e no âmbito doméstico e familiar.
- b) CERTO, porque: o STF decidiu que a ação penal passa a ser pública incondicionada, somente nos crimes de lesão corporal envolvendo violência doméstica e familiar contra a mulher, ainda que se trate de lesão leve, mantendo a natureza da ação condicionada à representação nos demais casos em que a lei assim estabeleceu, como é o caso do crime de ameaça.
- c) Errado, porque: nos termos do art. 147, parágrafo único, do CP, a ação penal do crime de ameaça é pública condicionada a representação.
- d) Errado, porque: conforme comentado nas questões anteriores, o crime de ameaça é de ação penal pública condicionada à representação.

**Preste Atenção:**

O STF decidiu a questão ao julgar a ADI 4424/DF 2012, que considerou constitucional a vedação do art. 41 da Lei nº 11.340/2006. Assim, ficou estabelecido que a ação penal, nos crimes de lesão corporal envolvendo violência doméstica e familiar contra a mulher é sempre pública incondicionada, já que inaplicável o art. 88 da Lei nº 9.099/1995. Por outro lado, nos demais crimes em que a ação penal é privada ou pública condicionada à representação, por força de outros dispositivos, nada se alterou, como é o caso da ameaça, em que a ação permaneceu sendo condicionada a representação.

**162. (Escrivão de Polícia – PC/GO – UEG – 2013)** A prisão temporária:

- a) poderá ser decretada pelo juiz, durante o curso do processo penal, de ofício ou a pedido do Ministério Público.
- b) possui, no caso de crimes hediondos, prazo de 30 dias, prorrogáveis por igual período em caso de extrema e comprovada necessidade.
- c) será decretada pelo juiz, durante a fase investigativa, de ofício ou a pedido da autoridade policial.
- d) poderá ser decretada pelo juiz durante o inquérito policial ou no curso do processo penal.

**GABARITO OFICIAL: B**

**JUSTIFICATIVA:**

- a) Errado, porque: a prisão temporária não pode ser decretada de ofício e se destina a possibilitar colheita de elementos de prova na fase investigatória, não sendo decretada durante o curso do processo penal.
- b) CERTO, porque: nos termos do art. 2º, § 4º, da Lei dos Crimes Hediondos (Lei nº 8.072/1990).
- c) Errado, porque: como já dito, a prisão temporária não pode ser decretada de ofício, dependendo de representação da autoridade policial ou requerimento do Ministério Público, nos termos do art. 2º da Lei nº 7.960/1989.
- d) Errado, porque: se trata de medida cautelar que busca colher elementos de prova durante a investigação, não sendo aplicável no curso do processo penal.



**Preste Atenção:**

Embora a Lei dos Crimes Hediondos estabeleça que o prazo da prisão temporária seja de trinta dias, prorrogáveis por igual período, o juiz pode decreta-la por período inferior a esse, como por exemplo, 15 dias, prorrogáveis.

**163. (Escrivão de Polícia – PC/GO – UEG – 2013)** Segundo a Constituição Federal, a interceptação telefônica está condicionada à prévia autorização judicial, nas hipóteses e na forma que a lei estabelecer, para fins de:

- a) investigação criminal ou instrução processual penal.
- b) investigação administrativa ou cível ou instrução processual penal.
- c) instrução processual cível e penal ou investigações cíveis ou criminais.
- d) instrução processual penal ou procedimento administrativo.

**GABARITO OFICIAL: A**

**JUSTIFICATIVA:**

- a) CERTO, porque: nos termos do art. 1º da Lei das Interceptações.
- b) Errado, porque: não se admite interceptação telefônica para fins de investigação administrativa.
- c) Errado, porque: é incabível a interceptação telefônica para fins de instrução processual cível, sendo admitida somente para fins de instrução processual penal.
- d) Errado, porque: como já comentado, não é permitida a interceptação em procedimento administrativo.



**Preste Atenção:**

O STF já se manifestou no sentido de que é possível a prorrogação do prazo de autorização para a interceptação telefônica, mesmo que sucessivamente, em especial quando se trata de fato complexo e que exige investigação diferenciada e contínua. (STF HC 106.129/MS, j. 6-3-2012).

**164. (Psicólogo Policial – PC/ES – FUNCAB – 2013)** Para os efeitos dos crimes contra a vida, considera-se morta a pessoa no momento em que:

- a) cessar sua atividade respiratória sem auxílio externo.
- b) perder sua consciência de forma irreversível.
- c) cessar sua atividade encefálica.
- d) perder sua capacidade psicomotora.
- e) cessar sua capacidade cardiopulmonar sem auxílio externo.

**GABARITO OFICIAL: C**

**JUSTIFICATIVA:**

- a) Errado, porque: pode haver vida ainda que a atividade respiratória receba auxílio externo, desde que não tenha havido morte encefálica;
- b) Errado, porque: a perda de consciência não elimina a vida humana, motivo pelo qual uma pessoa não pode ser considerada morta pelo fato de ter perdido sua consciência;
- c) CERTO, porque: nos termos do art. 3º da Lei nº 9.434/1997, que reza que a retirada “post mortem” de tecidos, órgãos ou partes do corpo humano destinados a transplantes ou tratamento, deve ser precedida de diagnóstico de morte encefálica;
- d) Errado, porque: a perda da capacidade psicomotora não cosuma o crime contra a vida;
- e) Errado, porque: conforme já dito, pode haver vida ainda que a atividade cardiopulmonar receba auxílio externo, desde que não tenha havido morte cerebral.



**Preste Atenção:**

Cuidado, é expressamente vedada por lei a remoção “post mortem” de tecidos, órgãos ou partes do corpo de pessoas não identificadas.

**165. (Psicólogo Policial – PC/ES – FUNCAB – 2013)** Assinale a alternativa que corresponde a crime classificado como formal.

- a) extorsão mediante sequestro.
- b) homicídio.
- c) roubo.
- d) estelionato.
- e) furto.

**GABARITO OFICIAL: A**

**JUSTIFICATIVA:**

- a) CERTO, porque: a extorsão mediante sequestro é um crime formal, cuja consumação se dá no momento em que ocorre o arrebatamento da vítima, não se exigindo sequer que haja exigência do resgate, sendo esse, inclusive, o entendimento do STJ (HC 113.978/SP – 6ª T. – j. 16-9-2010, rel. Min. Og Fernandes – *DJe* 4-10-2010);
- b) Errado, porque: sendo o homicídio um crime material, se consuma com a morte encefálica da vítima, nos termos da Lei nº 9.434/1997;
- c) Errado, porque: o roubo também é crime material, consumando-se no momento em que a coisa é retirada da esfera de proteção da vítima;
- d) Errado, porque: se tratando o estelionato de crime material, se consuma no momento em que o agente obtém efetivamente a vantagem ilícita;

- e) Errado, porque: o furto se consuma no momento em que a coisa é retirada da esfera de proteção e vigilância da vítima, permanecendo à disposição do sujeito ativo, ainda que por um curto espaço de tempo, ou seja, trata-se o furto de crime material.

**Preste Atenção:**

O crime de extorsão mediante sequestro é um delito formal que, excepcionalmente, admite tentativa, como por exemplo, o agente que inicia os atos de arrebatamento da vítima, mas não consegue privar sua liberdade por circunstâncias alheias à sua vontade.

**166. (Assistente Social – PC/ES – FUNCAB – 2013)** Segundo o Código Penal, considera-se praticado o crime no lugar:

- a) em que ocorreu o resultado, pouco importando a ação ou a intenção do agente, adotando-se a teoria do resultado ou do evento.
- b) no qual se realizou a conduta típica, sendo irrelevante a localização dos efeitos do crime, adotando-se a teoria da ação ou da atividade.
- c) onde, segundo a intenção do agente, deveria ocorrer o resultado, adotando-se a teoria da intenção.
- d) em que se verificou o ato executivo, independentemente do local do resultado, adotando-se a teoria da ação à distância ou da longa mão.
- e) tanto onde ocorrida a ação quanto onde se produziu ou deveria produzir-se o resultado, ou ainda no lugar do bem jurídico atingido, adotando-se a teoria pura da ubiquidade, mista ou unitária.

**GABARITO OFICIAL: E****JUSTIFICATIVA:**

- a) Errado, porque: para a teoria do resultado (ou do evento), não importa o local da conduta, mas sim, o lugar onde se produziu ou deveria ter se produzido o resultado do crime, sendo esta a teoria adotada no artigo 70 do CPP;
- b) Errado, porque: a teoria da ação (ou da atividade) é adotada pelo Código Penal no que tange ao tempo do crime, conforme art. 4º do CP;
- c) Errado, porque: a teoria da intenção não é adotada pelo Código Penal. Essa teoria defende que o lugar do delito é aquele que, de acordo com a intenção do agente, deveria ocorrer o resultado, sendo tal teoria defendida pelo Professor Cezar Roberto Bitencourt. (BITENCOURT, Cezar Roberto. *Tratado de direito penal: parte geral*. 14. ed. rev., atual. e ampl. São Paulo: Saraiva, 2009. v. 1);
- d) Errado, porque: a teoria da ação à distância considera-se lugar do delito onde foi verificado o ato executivo;
- e) CERTO, porque: conforme art. 6º do CP.

**Preste Atenção:**

No que tange ao tempo do crime o CP adotou a teoria da atividade (art. 4º do CP), ao passo que a teoria da ubiquidade foi adotada no que diz respeito ao lugar do crime (art. 6º do CP).

**167. (Médico Legista – PC/ES – FUNCAB – 2013)** Há mera culpa consciente, e não dolo eventual, quando o agente:

- a) atua sem se dar conta de que sua conduta é perigosa, e de que desatende aos cuidados necessários para evitar a produção do resultado típico, por puro desleixo e desatenção.
- b) não quer diretamente a realização do tipo, mas a aceita como possível ou até provável, assumindo o risco da produção do resultado.
- c) conhece a periculosidade da sua conduta, prevê o resultado típico como possível, mas age deixando de observar a diligência a que estava obrigado, por confiar que este não se verificará.
- d) quer o resultado representado como fim de sua ação, sendo sua vontade dirigida à realização do fato típico.
- e) não dá causa ao resultado, do qual depende a existência do crime.

#### **GABARITO OFICIAL: C**

##### **JUSTIFICATIVA:**

- a) Errado, porque: na culpa consciente o agente se dá conta de que sua conduta é perigosa, havendo, portanto, previsibilidade do resultado;
- b) Errado, porque: na culpa consciente o agente não aceita como possível nem tampouco assume o risco da produção do resultado;
- c) CERTO, porque: na culpa consciente há previsibilidade do resultado pelo agente, o qual, entretanto, não aceita sua ocorrência, confiando que ele não ocorrerá;
- d) Errado, porque: na culpa consciente o agente não quer o resultado, o que configuraria dolo;
- e) Errado, porque: se considera causa toda ação ou omissão sem a qual o resultado não teria ocorrido (art. 13 do CP). Ou seja, se o agente contribuiu de qualquer forma para o resultado do crime, a ele da causa, seja intencionalmente ou não.



##### **Preste Atenção:**

A culpa consciente se identifica com o dolo eventual pelo fato de haver previsibilidade do resultado nos dois casos. Porém, na culpa consciente o agente não aceita a ocorrência do resultado, ao passo que no dolo eventual, além de prever o resultado o agente assume o risco de sua produção.

**168. (Médico Legista – PC/ES – FUNCAB – 2013)** A respeito da legítima defesa, prevista no Código Penal como excludente de antijuridicidade, é correto afirmar que:

- a) deve repelir injusta agressão, não respondendo aquele que assim age por eventual excesso, desde que culposo.
- b) não se volta exclusivamente contra agressão injusta que configure ilícito penal.
- c) não se pode dirigir contra agressão a direito alheio.
- d) a injusta agressão repelida por legítima defesa deve ser atual, e não apenas iminente.
- e) não se admite a legítima defesa sucessiva, tampouco a recíproca.

#### **GABARITO OFICIAL: B**

##### **JUSTIFICATIVA:**

- a) Errado, porque: aquele que se excede na legítima defesa responde pelo excesso, seja ele doloso ou culposo;

- b) CERTO, porque: para que seja caracterizada a excludente da legítima defesa, não é necessário que a agressão suportada pelo agente configure, necessariamente, um crime, podendo haver injusta agressão considerada fato atípico;
- c) Errado, porque: é perfeitamente possível a legítima defesa de terceiro, pois o art. 25 do CP entende em legítima defesa aquele que repele injusta agressão atual ou iminente, a direito seu “ou de outrem”;
- d) Errado, porque: se admite legítima defesa tanto de agressão atual quanto iminente;
- e) Errado, porque: se admite a legítima defesa sucessiva, se o agente se exceder para repelir injusta agressão, o que permite que o segundo agente passe a se defender do excesso. Ademais, excepcionalmente também é possível a ocorrência de legítima defesa recíproca, em que ambos os agentes agem para repelir a injusta agressão sofrida, desde que um deles esteja em legítima defesa real e o outro esteja em legítima defesa putativa.

**Preste Atenção:**

Não podemos nos esquecer que a legítima defesa real exclui o crime por retirar a ilicitude da conduta. Por sua vez, a legítima defesa putativa (ou imaginária) apenas isenta de pena, conforme art. 20, § 1º, do CP.

**169. (Médico Legista – PC/ES – FUNCAB – 2013)** Segundo o Código Penal, é penalmente inimputável o agente que:

- a) por embriaguez, proveniente de caso fortuito ou força maior, não possuía, ao tempo da ação ou da omissão, a plena capacidade de entender o caráter ilícito do fato ou de determinar-se de acordo com esse entendimento.
- b) tendo praticado crime culposo, for maior do que 70 anos quando da execução da sentença penal condenatória.
- c) praticar o crime movido por violenta emoção ou paixão, desde que causadas pela vítima na imediata ocasião anterior ao crime.
- d) por doença mental ou desenvolvimento mental incompleto ou retardado, era, ao tempo da ação ou da omissão, inteiramente incapaz de entender o caráter ilícito do fato ou de determinar-se de acordo com esse entendimento.
- e) em virtude de perturbação de saúde mental ou por desenvolvimento mental incompleto ou retardado não era inteiramente capaz de entender o caráter ilícito do fato ou de determinar-se de acordo com esse entendimento.

**GABARITO OFICIAL: D****JUSTIFICATIVA:**

- a) Errado, porque: a inimputabilidade oriunda da embriaguez só se verifica se a embriaguez for completa e o agente for inteiramente incapaz. Nessa alternativa ficou claro que o agente não era plenamente capaz, ou seja, possuía capacidade reduzida, configurando, portanto, uma causa de diminuição de pena e não inimputabilidade, nos termos do art. 28, § 2º, do CP;
- b) Errado, porque: o fato do crime ser culposo ou doloso, bem como a idade do agente, não ensejam a inimputabilidade;
- c) Errado, porque: a emoção e a paixão não excluem a imputabilidade, nos termos do art. 28, inc. I, do CP;
- d) CERTO, porque: nos exatos termos do art. 26 do CP;
- e) Errado, porque: esta alternativa reproduz o art. 26, parágrafo único, do CP, que configura a semi-imputabilidade e não inimputabilidade.

**Preste Atenção:**

O inimputável é isento de pena, sendo-lhe aplicada medida de segurança, nos termos dos arts. 96 e seguintes do CP. Por outro lado, ao semi-imputável aplica-se a pena reduzida de um a dois terços ou medida de segurança, sendo vedada a aplicação de pena e medida de segurança concomitantemente.

**170. (Médico Legista – PC/ES – FUNCAB – 2013)** Na hipótese de uma terceira pessoa desviar a mão do homicida no exato instante em que este efetuava disparos de arma de fogo em direção ao peito da vítima, vindo apenas a lhe gerar lesão corporal, o agente responderá por:

- a) homicídio doloso consumado, pois o resultado morte somente não ocorreu por circunstâncias alheias à sua vontade.
- b) tentativa de homicídio, porque, muito embora tenha dado início à execução do crime, este não se consumou por circunstâncias alheias à sua vontade.
- c) tentativa de lesão corporal seguida de morte, a qual não se consumou por circunstâncias alheias à sua vontade.
- d) lesão corporal dolosa consumada, em concurso com tentativa de homicídio, o qual não se consumou por circunstâncias alheias à sua vontade.
- e) lesão corporal culposa, sendo o homicídio, nesse caso, caracterizado como crime impossível, em virtude de ter sido o meio adotado absolutamente ineficaz.

**GABARITO OFICIAL: B****JUSTIFICATIVA:**

- a) Errado, porque: se o resultado morte não ocorre o crime jamais será consumado, e sim tentado;
- b) CERTO, porque: nos termos do art. 14, inc. II, do CP, pois a morte da vítima só não ocorreu por circunstâncias alheias à vontade do agente. Vale lembrar, ainda, que o fato da vítima ter sido atingida configura a tentativa cruenta;
- c) Errado, porque: ao se referir ao agente como homicida e dizer que ele apontava para o peito da vítima, o enunciado deixou claro que o agente desejava o resultado morte, o que afasta a incidência do crime de lesão corporal seguida de morte. Ademais, a lesão corporal seguida de morte não admite tentativa;
- d) Errado, porque: a tentativa de homicídio absorve a lesão corporal dolosa pelo princípio da absorção ou consunção;
- e) Errado, porque: o agente desejava o resultado morte, afastando, assim, a incidência de qualquer crime a título de culpa. Além disso, não se verificou hipótese de crime impossível, pelo fato da conduta ser plenamente eficaz à produção do resultado, o qual só não ocorreu por circunstância alheias à vontade do agente.

**Preste Atenção:**

O crime impossível (também chamado de tentativa inidônea ou quase-crime), somente se verifica quando houver ineficácia absoluta do meio ou absoluta impropriedade do objeto, nos termos do art. 17 do CP.

- 171. (Médico Legista – PC/ES – FUNCAB – 2013)** Aquele que subtrai, para si ou para outrem, coisa alheia móvel, com abuso de confiança, ou mediante fraude, escalada ou destreza, pratica o crime de:
- a) roubo.
  - b) furto simples.
  - c) estelionato.
  - d) furto qualificado.
  - e) apropriação indébita.

**GABARITO OFICIAL: D****JUSTIFICATIVA:**

- a) Errado, porque: só há crime de roubo se a subtração da coisa alheia móvel for com emprego de violência ou grave ameaça à pessoa (art. 157 do CP);
- b) Errado, porque: o abuso de confiança, a fraude, a escalada ou destreza configuram qualificadoras do crime de furto, afastando, portanto, a figura do furto simples (art. 155 do CP);
- c) Errado, porque: estelionato se verifica quando o agente obtém vantagem ilícita em prejuízo de outrem, com emprego de artifício, ardil ou qualquer outro meio fraudulento, conforme art. 171 do CP;
- d) CERTO, porque: conforme art. 155, § 4º, inc. II, do CP;
- e) Errado, porque: nos termos do art. 168 do CP, se constata que a apropriação indébita exige que o agente tenha a posse ou detenção anterior da coisa.

**Preste Atenção:**

Cuidado, o furto qualificado pela subtração de veículo automotor que venha a ser transportado para outro Estado ou exterior (art. 155, § 5º, do CP), é a única modalidade de furto que não prevê pena de multa.

- 172. (Médico Legista – PC/ES – FUNCAB – 2013)** O Código Penal dispõe que ninguém será punido por fato que determinada lei posterior deixe de considerar crime. Essa retroatividade da lei penal, mais benigna, pode ser denominada como:
- a) desistência voluntária.
  - b) sistema vicariante.
  - c) arrendimento eficaz.
  - d) abolitio criminis.
  - e) prescrição.

**GABARITO OFICIAL: D****JUSTIFICATIVA:**

- a) Errado, porque: nos termos do art. 15, primeira parte, do CP;
- b) Errado, porque: sistema vicariante é o que defende que ao semi-imputável se aplique pena ou medida de segurança;
- c) Errado, porque: nos termos do art. 15, segunda parte, do CP;
- d) CERTO, porque: esta forma de extinção da punibilidade é prevista no art. 107, inc. III, do CP, sendo doutrinariamente denominada “abolitio criminis”;
- e) Errado, porque: prescrição é outra forma de extinção da punibilidade prevista no art. 107, inc. IV, do CP.

**Preste Atenção:**

A lei posterior que deixa de considerar determinado fato com o crime faz cessar apenas os efeitos penais, subsistindo, entretanto, os efeitos civis da conduta. O art. 2º, parágrafo único, do CP, ainda diz que a lei posterior que de qualquer forma favorecer o agente, se aplica aos fatos anteriores, ainda que decididos por sentença condenatória transitada em julgado.

**173. (Perito em Telecomunicações – PC/ES – FUNCAB – 2013)** Assinale a alternativa que NÃO contempla uma excludente de culpabilidade.

- a) Legítima defesa.
- b) Menoridade.
- c) Embriaguez completa decorrente de força maior ou caso fortuito.
- d) Coação moral irresistível.
- e) Obediência hierárquica.

**GABARITO OFICIAL: A****JUSTIFICATIVA:**

- a) CERTO, porque: a legítima defesa exclui a ilicitude e não a culpabilidade (art. 23, inc. II, do CP);
- b) Errado, porque: a menoridade exclui a imputabilidade, que é um dos elementos da culpabilidade, afastando-a (art. 27 do CP);
- c) Errado, porque: nos termos do art. 28, § 2º, do CP, a embriaguez completa involuntária também afasta a imputabilidade, a qual é um dos elementos da culpabilidade, afastando-a, como já dito na alternativa anterior;
- d) Errado, porque: a coação moral irresistível afasta a culpabilidade (art. 22 do CP), ao passo que a coação física irresistível afasta a conduta;
- e) Errado, porque: a obediência hierárquica também afasta culpabilidade, conforme art. 22 do CP.

**Preste Atenção:**

A culpabilidade tem como elementos a imputabilidade, a potencial consciência da ilicitude e a exigibilidade de conduta diversa, ou seja, afastado um desses elementos haverá uma excludente de culpabilidade. A culpabilidade também é afastada pela coação moral irresistível, pela obediência hierárquica e pelo erro de proibição invencível.

**174. (Perito em Telecomunicações – PC/ES – FUNCAB – 2013)** Sobre o homicídio, é correto afirmar:

- a) Não é admitida a modalidade culposa.
- b) O emprego de veneno, fogo, explosivo ou outro meio cruel consiste em causa de aumento de pena.
- c) O homicídio cometido contra maior de 60 (sessenta) anos é necessariamente qualificado.
- d) A prática do crime por grupo de extermínio constitui causa de aumento de pena.
- e) Se o agente comete o crime sob domínio de violenta emoção, logo em seguida a injusta provocação da vítima, o juiz poderá extinguir a punibilidade.

**GABARITO OFICIAL: D**

**JUSTIFICATIVA:**

- a) Errado, porque: nos termos do art. 121, § 3º, do CP, é prevista a modalidade de homicídio culposo;
- b) Errado, porque: as circunstâncias descritas nesta alternativa constituem qualificadoras e não causas de aumento de pena (art. 121, § 2º, inc. III, do CP);
- c) Errado, porque: o fato da vítima ser maior de sessenta anos constitui causa de aumento de pena e não uma qualificadora, conforme art. 121, § 4º, do CP;
- d) CERTO, porque: conforme se verifica no art. 121, § 6º, do CP, acrescido recentemente pela Lei nº 12.720/2012, em que a pena será aumentada de um terço até a metade;
- e) Errado, porque: nesta hipótese o juiz pode diminuir a pena de um sexto a um terço, conforme art. 121, § 1º, do CP, mas jamais poderá extinguir a punibilidade.

**Preste Atenção:**

Temos que nos atentar para a diferença entre causas de aumento de penas e qualificadoras. Nas causas de aumento de pena o legislador estabelece uma majoração da pena em forma de fração, como ocorre, por exemplo, no art. 157, § 2º, do CP, em que a pena é aumentada de um terço até a metade. Por outro lado, as qualificadoras trazem uma nova pena, estabelecendo novos patamares mínimo e máximo para a pena do crime, como ocorre, por exemplo, no art. 121, § 2º, do CP, em que a pena que era de reclusão de seis a vinte anos, passa a ser de reclusão de doze a trinta anos.

**175. (Perito em Telecomunicações – PC/ES – FUNCAB – 2013)** O funcionário público que apropriar-se de dinheiro, valor ou qualquer outro bem móvel, público ou particular, de que tem a posse em razão do cargo, ou desviá-lo, em proveito próprio ou alheio, comete o crime de:

- a) peculato.
- b) concussão.
- c) corrupção passiva.
- d) prevaricação.
- e) condescendência criminosa.

**GABARITO OFICIAL: A****JUSTIFICATIVA:**

- a) CERTO, porque: nos termos do art. 312 do CP;
- b) Errado, porque: a concussão se verifica quando o funcionário exige vantagem indevida, conforme art. 316 do CP;
- c) Errado, porque: a corrupção passiva ocorre quando o funcionário público solicita ou recebe vantagem indevida, nos termos do art. 317 do CP;
- d) Errado, porque: a prevaricação é ato através do qual o funcionário deixa de praticar, retarda indevidamente ou pratica o ato de ofício contra disposição legal, para satisfação de interesse ou sentimento pessoal, como descrito no art. 319 do CP;
- e) Errado, porque: a condescendência criminosa, conforme o art. 320 do CP, exige ânimo específico de indulgência, a fim de motivar o funcionário a deixar de responsabilizar subordinado que cometeu infração funcional no exercício da função, ou deixar de levar o fato ao conhecimento da autoridade competente, se for o caso.

**Preste Atenção:**

Mesmo que o funcionário público não tenha a posse da coisa (dinheiro, valor ou qualquer outro bem móvel, público ou particular) em razão do cargo, poderá responder por peculato, caso se valha da facilidade de seu cargo para subtrair o bem (art. 312, § 1º, do CP).

**176. (Perito em Telecomunicações – PC/ES – FUNCAB – 2013)** NÃO é crime próprio de funcionário público:

- a) prevaricação.
- b) usurpação de função pública.
- c) advocacia administrativa.
- d) concussão.
- e) peculato mediante erro de outrem.

**GABARITO OFICIAL: B****JUSTIFICATIVA:**

- a) Errado, porque: prevaricação é crime próprio de funcionário público, nos termos do art. 319 do CP, que fala em “ato de ofício”;
- b) CERTO, porque: o delito de usurpação de função pública, descrito no art. 328 do CP, encontra-se no Capítulo dos crimes praticados por particulares contra a Administração em geral, e é, portanto, crime comum, o qual pode ser praticado por qualquer pessoa;
- c) Errado, porque: o crime de advocacia administrativa é crime próprio de funcionário público, descrito no art. 321 do CP, que criminaliza a conduta daquele que patrocina interesse privado perante a Administração Pública, se valendo da qualidade de funcionário;
- d) Errado, porque: concussão é crime próprio de funcionário público, nos termos do art. 316 do CP, que exige que a exigência seja feita em razão da função;
- e) Errado, porque: peculato mediante erro de outrem é crime próprio de funcionário público, nos termos do art. 313 do CP, que fala que a apropriação deve ocorrer no exercício do cargo.

**Preste Atenção:**

Em que pese o crime de usurpação de função pública ser crime previsto no capítulo dos crimes praticados por particulares, a doutrina e a jurisprudência têm admitido que o funcionário público também o pratique, desde que realize condutas que não sejam afetas às suas funções, tendo inclusive, o STJ já se manifestado sobre o assunto (RHC 20.818/AC – 5ª T. – j. 22-5-2007 – rel. Min. Feliz Fischer – DJ 3-9-2007).

**177. (Perito em Telecomunicações – PC/ES – FUNCAB – 2013)** São considerados crimes hediondos, EXCETO:

- a) latrocínio.
- b) estupro.
- c) homicídio culposo.
- d) extorsão qualificada pela morte.
- e) epidemia com resultado morte.

**GABARITO OFICIAL: C**

**JUSTIFICATIVA:**

- a) Errado, porque: o latrocínio é considerado crime hediondo, conforme art. 1º, inc. II, da Lei nº 8.072/1990;
- b) Errado, porque: conforme art. 1º, inc. V, da Lei nº 8.072/1990;
- c) CERTO, porque: homicídio culposo não é crime hediondo, de acordo com a Lei nº 8.072/1990;
- d) Errado, porque: a extorsão mediante sequestro é sempre crime hediondo, qualquer que seja sua modalidade, nos termos do art. 1º, inc. IV, da Lei nº 8.072/1990;
- e) Errado, porque: nos termos do art. 1º, inc. VII, da Lei dos Crimes Hediondos.

**Preste Atenção:**

No que tange aos crimes hediondos, o Brasil adotou o critério legal, pois é a lei que elenca quais são os crimes que devem ser considerados hediondos. Vale ainda lembrar que a Lei nº 8.072/1990 (lei dos crimes hediondos) possui um rol taxativo, não admitindo, portanto, que crimes não previstos na lei sejam considerados hediondos.

**178. (Escrivão de Polícia – PC/ES – FUNCAB – 2013)** Elpídio, conhecido corretor, alugou uma casa para seu amigo Márcio. Quando a inadimplência do locatário já somava quatro meses, o locador procurou Márcio e solicitou que ele pagasse pelo menos dois meses, relatando a importância dos aluguéis para sua subsistência. Na ocasião, Márcio solicitou mais dez dias para saldar seu débito, no que foi atendido. Entretanto, o prazo se esgotou sem que ele efetivasse o pagamento. Indignado com a inadimplência de seu amigo, Elpídio ameaçou Márcio com um revólver calibre 38, levando sua TV de 42”, seu DVD, seu relógio Rolex, objetivando compensar seu prejuízo. Assim, Elpídio praticou o crime de:

- a) furto.
- b) roubo.
- c) extorsão.
- d) ameaça.
- e) exercício arbitrário das próprias razões.

**GABARITO OFICIAL: E****JUSTIFICATIVA:**

- a) Errado, porque: Elpídio não desejava subtrair a coisa para si, mas agiu com o fito único de recompensar seu prejuízo oriundo da inadimplência dos aluguéis;
- b) Errado, porque: a ameaça exercida por Elpídio não objetivava a subtração da coisa como forma de vantagem patrimonial, mas sim o ressarcimento do prejuízo;
- c) Errado, porque: embora tenha havido constrangimento da vítima mediante grave ameaça, Elpídio buscava uma vantagem devida, o que afasta a incidência do crime de extorsão, o qual se verifica apenas quando houver intenção de obtenção de indevida vantagem, conforme art. 158 do CP;
- d) Errado, porque: como dito anteriormente, a ameaça não objetivava a subtração da coisa como forma de vantagem patrimonial, nem tampouco ameaçar a vítima de mal injusto e grave, o que atacaria a liberdade individual, mas a ameaça de Elpídio objetivava o ressarcimento do prejuízo, o que configura crime de exercício arbitrário das próprias razões;
- e) CERTO, porque: Elpídio não buscava atingir o patrimônio de Márcio, mas desejava receber a vantagem que lhe era devida, fazendo justiça com as próprias mãos, o que configura crime de exercício arbitrário das próprias razões, conforme art. 345 do CP.

**Preste Atenção:**

Em tese, o crime de exercício arbitrário das próprias razões é de ação penal privada. Porém, se houver emprego de violência, a ação passa a ser pública incondicionada, conforme parágrafo único do art. 345 do CP. Cuidado, pois o emprego de ameaça não torna a ação incondicionada, tal como ocorre se houver emprego de violência.

- 179. (Escrivão de Polícia – PC/ES – FUNCAB – 2013)** Num período em que faltam corpos humanos para estudo nos institutos de anatomia das universidades de medicina, Claudionor, funcionário de uma universidade privada, vende um cadáver desta universidade para outra, sem o conhecimento dos administradores da instituição em que trabalha. Assim, Claudionor:
- não praticou nenhum crime, haja vista o cadáver não poder ser objeto de crime.
  - praticou o crime de destruição, subtração ou ocultação de cadáver.
  - praticou o crime de vilipêndio a cadáver.
  - praticou o crime de violação de sepultura.
  - praticou o crime de furto.

**GABARITO OFICIAL: E****JUSTIFICATIVA:**

- Errado, porque: o cadáver pode ser objeto de crime, como por exemplo, no crime de vilipêndio a cadáver ou, ainda excepcionalmente, no caso de crimes patrimoniais em que o cadáver pertença a alguém, como por exemplo, se o cadáver estiver exposto em um museu ou pertencer a uma faculdade de medicina para fins de estudos científicos, como no caso em comento;
- Errado, porque: no enunciado ficou claro que o corpo pertence a uma universidade privada, ou seja, passou a ser considerado patrimônio dela e por isso tornou-se objeto de furto e não objeto de crime contra o respeito de sentimento aos mortos;
- Errado, porque: conforme já dito na alternativa anterior, o corpo pertencente à universidade passa a ser patrimônio dela. No enunciado houve subtração do corpo e não vilipêndio. Vilipêndio a cadáver é um crime contra o sentimento de respeito aos mortos, que se verifica quando a conduta é praticada com o fim de desrespeitar, aviltar ou tratar com ultraje o cadáver, desrespeitando o sentimento de respeito devido;
- Errado, porque: o crime de violação de sepultura, descrito no art. 210 do CP, tem como objeto material a sepultura e não o cadáver;
- CERTO, porque: caso o cadáver tenha valor econômico e esteja na posse legítima de alguém (como, por exemplo, pertencer a uma universidade), pode ser objeto material do crime de furto. Fora desses casos, a subtração de cadáver configura crime descrito no art. 211 do CP.

**Preste Atenção:**

Se houver subtração de cadáver da universidade o crime é de furto, porém, se houver subtração de tecidos, órgãos ou partes do corpo de pessoa ou cadáver, o crime é aquele descrito no art. 14 da Lei nº 9.434/1997, que regulamenta a remoção de órgãos e tecidos.

- 180. (Escrivão de Polícia – PC/ES – FUNCAB – 2013)** Maria, que estava sob a influência do estado puerperal, em face de ter acabado de dar à luz, estando sonolenta pela medicação

que lhe fora ministrada, ao revirar na cama, acabou sufocando seu filho, que se encontrava ao seu lado na cama, matando-o. Logo, Maria:

- a) deverá responder pelo crime de homicídio doloso.
- b) deverá responder pelo crime de homicídio culposo.
- c) deverá responder pelo crime de infanticídio doloso.
- d) deverá responder pelo crime de infanticídio culposo.
- e) não deverá responder por crime algum, pois foi um acidente.

### GABARITO OFICIAL: B

#### JUSTIFICATIVA:

- a) Errado, porque: só há crime doloso quando o agente deseja o resultado ou assume o risco de produzi-lo, o que não foi dito no enunciado;
- b) CERTO, porque: embora a mãe estivesse sob influência do estado puerperal, ficou claro que ela matou o filho no momento em que estava sonolenta pela medicação, ou seja, a conduta por ela praticada foi culposa. Como não há previsão legal de infanticídio culposo, Maria deve responder por homicídio culposo;
- c) Errado, porque: o enunciado não deixou claro que a mãe desejava matar o filho, o que afasta o crime de infanticídio, que só remanesce na modalidade dolosa;
- d) Errado, porque: não existe a figura do infanticídio culposo no Código Penal;
- e) Errado, porque: embora se trate de um acidente, sua conduta se amolda na figura típica descrita no artigo 121, § 3º, do CP (homicídio culposo).



#### Preste Atenção:

Só há infanticídio se restar demonstrado o nexo causal entre o estado puerperal e a conduta, o que não ficou evidenciado no enunciado em apreço.

**181. (Escrivão de Polícia – PC/ES – FUNCAB – 2013)** Um profissional foi contratado para cuidar de um homem muito idoso. Certo dia, deixou o idoso sentado em uma praça pública para pegar sol. Em determinado momento, o idoso saiu andando, pensando que tinha sido esquecido pelo cuidador. O cuidador ficou inerte ao ver o idoso cruzar a rua próxima, mesmo vendo avançar um veículo, que estava a toda marcha, concebendo-se, portanto, o propósito de deixá-lo morrer, o que ocorreu. O cuidador:

- a) não praticou crime algum, pois não houve nexo de causalidade da sua conduta e a morte do idoso.
- b) praticou crime de omissão de socorro, com pena triplicada pela morte.
- c) praticou crime de homicídio doloso na modalidade omissão imprópria.
- d) praticou o crime de omissão de socorro (artigo 135 do CP) na modalidade omissão imprópria.
- e) praticou crime de homicídio culposo na modalidade omissão própria.

### GABARITO OFICIAL: C

#### JUSTIFICATIVA:

- a) Errado, porque: a partir do momento em que o cuidador foi contratado para cuidar do idoso, assumiu a responsabilidade de impedir o resultado razão pela qual, sua omissão passa a ser causa do resultado;
- b) Errado, porque: se tratando de omissão penalmente relevante, o agente não responde por omissão de socorro, mas sim pelo resultado decorrente de sua omissão;

- c) CERTO, porque: o enunciado traz hipótese de omissão penalmente relevante, nos termos do art. 13, § 2º, alínea “b”, do CP, em que o profissional contratado passa a ser considerado um “garante”, respondendo, portanto, pelo crime de homicídio (comissivo) decorrente de sua omissão. É o chamado crime omissivo impróprio ou comissivo por omissão, sendo que pelo fato do cuidador ter o propósito de deixar a vítima morrer, deve responder por crime doloso;
- d) Errado, porque: o crime de omissão de socorro só se aplica àquele cuja omissão é penalmente relevante, em que se configura ainda a omissão própria e não imprópria, como dito na alternativa;
- e) Errado, porque: ao dizer que o agente tinha o propósito de ver a morte do idoso, o enunciado deixou claro que havia intenção na morte, o que afasta a modalidade culposa do crime.



### Preste Atenção:

Crimes omissivos próprios (ou puros) são aqueles em que a conduta descrita no tipo penal é a omissão em si mesma, por exemplo, arts. 135, 269 e 319-A do CP, em que a conduta é “deixar”. Por sua vez, crime omissivo impróprio é aquele em que a omissão decorre das pessoas que tem o dever de evitar o resultado, fazendo com que o agente responda por crime comissivo em razão de sua omissão.

**182. (Escrivão de Polícia – PC/ES – FUNCAB – 2013)** Crisântemo, Advogado, recebeu, simultaneamente, procurações do inventariante de um espólio e de um credor deste, em cujo nome lhe move ação executiva. Assim, o crime praticado por Crisântemo foi:

- a) falsidade ideológica.
- b) tergiversação.
- c) estelionato.
- d) fraude à execução.
- e) falimentar (Lei nº 11.101/1995).

### GABARITO OFICIAL: B

#### JUSTIFICATIVA:

- a) Errado, porque: nos termos do art. 299 do CP, falsidade ideológica se perfaz com inserção de informações falsas ou omissão de informações verdadeiras em documento público ou particular verdadeiro;
- b) CERTO, porque: nos termos do art. 355, parágrafo único, do CP, denominado de patrocínio simultâneo ou tergiversação; que criminaliza a conduta do advogado ou procurador judicial que defende na mesma causa, simultânea ou sucessivamente, partes contrárias;
- c) Errado, porque: não houve obtenção da vantagem ilícita com emprego de ardis, artifício ou qualquer outro meio fraudulento, conforme art. 171 do CP;
- d) Errado, porque: nos termos do art. 179 do CP, que tipifica como fraude à execução a conduta daquele que fraudava execução, alienando, desviando, destruindo ou danificando bens, ou simulando dívidas;
- e) Errado, porque: tal conduta não encontra tipicidade na lei de falências.



### Preste Atenção:

O crime de patrocínio simultâneo ou tergiversação é crime próprio, que só pode ser praticado pelo advogado ou procurador judicial, sendo vítimas tanto o Estado (Administração da Justiça) quanto a pessoa que sofre prejuízo em razão da conduta.

- 183. (Escrivão de Polícia – PC/ES – FUNCAB – 2013)** Policiais foram verificar a procedência de informações de tráfico de drogas praticado em uma comunidade. Ao chegarem ao local, elementos começaram a disparar contra os policiais, ocasião em que o policial Godofredo fez um disparo com seu fuzil contra um dos elementos, que se encontrava prestes a atirar contra ele, vindo o meliante a morrer em decorrência das lesões produzidas pelo disparo de Godofredo. Assim, o policial Godofredo:
- não praticou crime, pois estava em estado de necessidade.
  - não praticou crime, pois estava em legítima defesa.
  - não praticou crime, pois estava em exercício regular do direito.
  - não praticou crime, pois estava em estrito cumprimento do dever legal.
  - praticou o crime de homicídio doloso, em face do tiro ser de fuzil.

### GABARITO OFICIAL: B

#### JUSTIFICATIVA:

- Errado, porque: diante dos disparos efetuados contra os policiais, restou evidenciada uma injusta agressão, sendo que a reação diante dessa circunstância não configura estado de necessidade, mas sim legítima defesa;
- CERTO, porque: o policial repeliu injusta agressão iminente a direito seu, se utilizando dos meios moderados, pois embora tenha se utilizado de um fuzil, efetuou apenas um disparo, o que deixa claro não ter ocorrido excessos;
- Errado, porque: exercício regular de direito se configura apenas quando o agente realiza uma conduta que lhe é facultativa, desde que esteja de acordo com as normas jurídicas, como, por exemplo, o pugilista que causa lesão corporal em seu adversário não responde por crime algum. No exercício regular do direito não há que se falar reação a nenhum perigo, seja ele atual ou iminente;
- Errado, porque: o policial não tem o dever legal de matar, mas sim de preservar a ordem. O estrito cumprimento do dever legal consistente em matar se verifica somente quando o agente tem o dever legal específico de matar, como por exemplo, o soldado de guerra que mata o soldado inimigo num campo de batalha, pois nesse caso o agente tem o dever destruir a vida de outrem;
- Errado, porque: o fato de Godofredo ter reagido a um iminente perigo afasta a ilicitude de sua conduta, não havendo crime. O fato de ter disparado um tiro de fuzil não elide a caracterização da excludente de ilicitude, desde que tenha se evidenciado que a conduta foi moderada.



#### Preste Atenção:

Por influência do finalismo penal, só resta configurada a excludente de ilicitude quando o agente souber que está agindo acobertado por uma circunstância que o permite praticar um fato típico.

- 184. (Escrivão de Polícia Civil – PC/GO – UEG – 2013)** João, ao sair do mercado, pega uma bicicleta idêntica à sua, que havia estacionado do lado de fora do estabelecimento, e deixa o local conduzindo-a. Ao fazer isso, incide em erro
- de direito
  - na execução
  - de tipo
  - de proibição

### GABARITO OFICIAL: C

**JUSTIFICATIVA:**

- a) Errado, porque: erro de direito é simplesmente o erro sobre uma norma jurídica disciplinadora, aplicável tanto às normas penais quanto civis;
- b) Errado, porque: o erro na execução ocorre quando o agente atinge pessoa diversa da que pretendia atingir, seja por acidente, seja por erro no uso dos meios de execução, conforme art. 73 do CP. Por exemplo: A dispara em direção a B, mas acerta em C por erro no disparo;
- c) CERTO, porque: nos termos do art. 20 do CP João pegou uma bicicleta alheia pensando, contudo, ser de sua propriedade. Ou seja, o erro incidiu sobre um dos elementos constitutivos do tipo penal, qual seja, a “coisa alheia”;
- d) Errado, porque: erro de proibição ocorre quando o agente desconhece a ilicitude do fato, praticando a conduta sem conhecer sua proibição legal, conforme se verifica no art. 21 do CP.

**Preste Atenção:**

Cuidado, o erro de tipo inevitável afasta o dolo, ao passo que o erro sobre a ilicitude do fato inevitável apenas isenta de pena.

**185. (Escrivão de Polícia Civil – PC/GO – UEG – 2013)** João, que nunca usou uma arma de fogo, manuseia uma e acaba por dispará-la, matando José, que a tudo assistia ao seu lado. Ao fazer isso, pratica uma conduta culposa:

- a) imprudente
- b) negligente
- c) imperita
- d) inconsciente

**GABARITO OFICIAL: A****JUSTIFICATIVA:**

- a) CERTO, porque: se verifica a imprudência quando o agente exerce a prática de um ato perigoso, expondo bens jurídicos a um perigo de lesão, em razão de ter agido sem precaução.
- b) Errado, porque: negligência é ato através do qual o agente deixa de observar as cautelas necessárias a evitar o resultado. Enquanto na imprudência existe uma ação, na negligência ocorre uma omissão.
- c) Errado, porque: imperícia é a ausência de aptidão técnica para exercício de arte, profissão ou ofício, em que o agente realiza a conduta sem o conhecimento técnico necessário, como, por exemplo, o médico que realiza uma cirurgia sem ter o conhecimento específico acerca da moléstia do paciente por não possuir especialidade naquela determinada área médica.
- d) Errado, porque: inconsciente é o nome doutrinário que se dá a culpa comum, que se verifica através da ausência de previsibilidade do resultado.

**Preste Atenção:**

A culpa inconsciente (ou culpa “ex ignorantia”) é aquela em que o agente não prevê o resultado de sua conduta, apesar de ser este previsível, que se verifica através de imprudência, negligência ou imperícia. (Ex.: indivíduo que atinge involuntariamente a pessoa que passava pela rua, porque atirou uma pedra da janela acreditando que não havia ninguém na rua).

**186. (Escrivão de Polícia Civil – PC/GO – UEG – 2013)** Sobre o crime de lesão corporal, verifica-se o seguinte:

- a) por tratar-se de crime material, a consumação ocorrerá quando a ofensa incidir apenas sobre a saúde física da vítima.
- b) será gravíssima a lesão se dela resultar o abortamento, desde que este tenha sido o resultado visado.
- c) será reconhecida a qualificadora da deformidade permanente quando a ofensa ocorrer no rosto da vítima.
- d) a diferença entre a contravenção penal de vias de fato e a lesão corporal está na inexistência de dano à incolumidade física da vítima.

---

**GABARITO OFICIAL: D**

**JUSTIFICATIVA:**

- a) Errado, porque: a consumação do crime de lesão corporal ocorre tanto no momento em que há ofensa à saúde física ou mental, quanto no momento em que há ofensa à integridade corporal da vítima.
- b) Errado, porque: a lesão corporal seguida de abortamento é crime preterdoloso, em que o agente visava apenas lesionar a vítima, propiciando, a título de culpa, um abortamento. Caso o agente visasse o abortamento desde o início de sua conduta, teremos um crime de aborto doloso.
- c) Errado, porque: nem toda ofensa ocorrida no rosto da vítima configura a qualificadora da deformidade permanente, a qual exige que da lesão resulte alteração física permanente, que exponha a vítima a constrangimentos ou situações vexatórias. Ou seja, há casos em que a ofensa no rosto da vítima não enseja a qualificadora, o que torna a alternativa errada.
- d) CERTO, porque: a diferença entre a contravenção penal de vias de fato (art. 21 do Dec.-lei nº 3.688/1941) e lesão corporal (art. 129 do CP), está no fato de que na vias de fato inexistente dano à incolumidade física da vítima, como ocorre por exemplo, quando há apenas meros empurrões ou puxões de cabelo. Caso ocorra dano a incolumidade física ou mental da vítima, resta caracterizado o crime de lesão corporal.



**Preste Atenção:**

A qualificadora da deformidade permanente necessita que haja lesão estética capaz de produzir desgosto e desconforto a quem vê ou humilhação ao portador, não sendo qualquer dano estético ou físico apto a ensejá-la. Embora se entenda que a deformidade não perde o caráter de permanente quando pode ser dissimulada por meios artificiais, ela precisa ser relevante para que se verifique a qualificadora, conforme inclusive, entendimento do STJ. (STJ REsp 1220094/MG, j. 22-2-2011).

**187. (Escrivão de Polícia Civil – PC/GO – UEG – 2013)** O oficial de justiça que, acompanhando o cumprimento de uma ordem judicial de busca e apreensão pela polícia, diante da recusa do morador em facultar a entrada na residência, determina o arrombamento da porta pelos agentes policiais, atua em:

- a) estado de necessidade
- b) obediência hierárquica
- c) exercício regular de um direito
- d) estrito cumprimento do dever legal

---

**GABARITO OFICIAL: D**

**JUSTIFICATIVA:**

- a) Errado, porque: estado de necessidade se verifica quando o agente pratica a conduta diante de um perigo atual, conforme art. 24 do CP.
- b) Errado, porque: a obediência hierárquica se configura quando o subordinado cumpre ordem sem que tenha conhecimento da ilegalidade da conduta. Em razão disso o agente tem excluída sua culpabilidade pela inexigibilidade de conduta diversa.
- c) Errado, porque: exercício regular de direito é a realização de uma conduta que é facultada ao agente, acobertada pelas normas jurídicas, como por exemplo a lesão provocada pelo médico em uma intervenção cirúrgica.
- d) CERTO, porque: o oficial de justiça age em estrito cumprimento do dever legal, o que lhe exclui a ilicitude da conduta. Podemos verificar hipótese de estrito cumprimento do dever legal no art. 293 do CPP, por exemplo.

**Preste Atenção:**

As excludentes de ilicitude (exercício regular de direito, estado de necessidade, legítima defesa e estrito cumprimento do dever legal) afastam o crime por lhe retirar a antijuridicidade, ao passo que a obediência hierárquica e a coação moral irresistível excluem a culpabilidade, por lhe retirar o elemento “exigibilidade de conduta diversa”.

**188. (Escrivão de Polícia Civil – PC/GO – UEG – 2013)** No que respeita ao crime de injúria, verifica-se que:

- a) a consumação ocorre quando a emissão do conceito negativo chega ao conhecimento da vítima.
- b) a retorsão imediata é causa de diminuição de pena, de observância obrigatória pelo magistrado quando da prolação da sentença.
- c) é admitida a exceção da verdade, quando ocorrer ofensa à dignidade e ao decoro da vítima.
- d) a pessoa jurídica pode ser vítima do crime de injúria, tendo em conta gozar de reputação perante o mercado.

**GABARITO OFICIAL: A****JUSTIFICATIVA:**

- a) CERTO, porque: a injúria tem como objeto jurídico a honra subjetiva (dignidade e decoro) da pessoa, por isso, somente se consuma quando o conceito negativo chega ao conhecimento da vítima, ao contrário do que ocorre nos crimes de calúnia e difamação, que se consumam no momento em que a ofensa chega ao conhecimento de qualquer pessoa.
- b) Errado, porque: a retorsão imediata é uma faculdade do juiz, que consiste na extinção da punibilidade, e não em uma causa de diminuição de pena, conforme se verifica no art. 140, § 1º, Inciso II, do CP.
- c) Errado, porque: o crime de injúria não admite exceção da verdade, o que só é admissível nos crimes de calúnia e difamação.
- d) Errado, porque: a doutrina majoritária e a jurisprudência defendem que a pessoa jurídica pode ser vítima de difamação, mas não de injúria, tampouco de calúnia, tendo inclusive, o STF se manifestado nesse sentido (STF – RHC 83.091/DF, publicado em 26-9-2003).

**Preste Atenção:**

Em regra, o crime de injúria é de ação penal privada. Porém, se tratando de injúria racial (art. 140, § 3º, do CP), a ação penal passa a ser pública condicionada a representação. Por derradeiro, vale consignar que se tratando de injúria real (art. 140, § 2º, do CP), a ação penal se torna pública incondicionada, se da violência resultar lesão corporal, nos termos do art. 145 do CP.

**189. (Escrivão de Polícia Civil – PC/GO – UEG – 2013)** Sobre os crimes contra o patrimônio, verifica-se que:

- a) para o aperfeiçoamento do crime de receptação, necessária se faz a existência de anterior crime contra o patrimônio.
- b) no roubo próprio, a violência ou grave ameaça deve ser empregada depois da efetiva subtração do objeto.
- c) a simples relação de emprego ou hospitalidade não é bastante para configurar a majorante do abuso de confiança no crime de furto.
- d) no delito de apropriação indébita a reparação do dano antes do oferecimento da denúncia é causa de extinção da punibilidade.

**GABARITO OFICIAL: C****JUSTIFICATIVA:**

- a) Errado, porque: o crime de receptação se perfaz quando a coisa for produto de crime anterior, que não necessariamente precisa ser contra o patrimônio, como, por exemplo, o agente que recebe coisa sabendo que é fruto de peculato, e também responde por receptação.
- b) Errado, porque: o roubo em que a violência ou grave ameaça são exercidos depois da subtração do objeto é chamado roubo impróprio, previsto no art. 157, § 1º, do CP. Por sua vez, roubo próprio é aquele descrito no *caput* do art. 157, em que a violência ou grave ameaça antecedem a subtração da coisa.
- c) CERTO, porque: a qualificadora do abuso de confiança exige que exista uma relação especial entre os sujeitos do crime, de forma que a vítima diminua a esfera de proteção sobre a coisa em razão da confiança depositada no sujeito ativo. Coabitação ou relação de emprego não configuram, por si só, a qualificadora do crime de furto.
- d) Errado, porque: nos crimes sem violência ou grave ameaça á pessoa, como é o caso da apropriação indébita, a reparação do dano ou restituição da coisa antes do recebimento da denúncia, diminuem a pena de um a dois terços, conforme disposto no art. 16 do CP, que traz a figura do arrependimento posterior. No crime de apropriação indébita não há extinção da punibilidade pela reparação do dano.

**Preste Atenção:**

Nos crimes sem violência ou grave ameaça á pessoa, a reparação do dano ou restituição da coisa só diminuem a pena de um a dois terços, se ocorrerem antes do recebimento da denúncia. Caso ocorra depois disso, resta configurada uma atenuante genérica descrita no art. 65, III, *b*, do CP, desde que ocorra antes do julgamento.

**190. (Delegado de Polícia – PC/GO – UEG – 2013)** João, após cometer um crime de homicídio contra sua esposa, foge da ação policial que busca prendê-lo em flagrante delito. Em

meio à fuga, vai até o escritório de seu tio Cícero, que também é advogado, ocasião em que este, ao ser procurado pela polícia indagando sobre o paradeiro do perseguido, diz dele não ter notícias, mas, logo em seguida, empresta um carro e o sítio de recreio que possui no interior para João se esconder. Nesse contexto, a conduta de Cícero é:

- a) não é punível em razão do grau de parentesco entre eles.
- b) tipicamente irrelevante, tendo em vista que foi o autor do homicídio quem o procurou.
- c) típica, configurando crime de favorecimento pessoal, previsto no art. 348 do Código Penal.
- d) típica, configurando crime de favorecimento real, previsto no art. 349 do Código Penal.

### GABARITO OFICIAL: C

#### JUSTIFICATIVA:

- a) Errado, porque: o favorecimento pessoal só não é punível se tratando de cônjuge, ascendente, descendente ou irmão.
- b) Errado, porque: o fato de Cícero ter sido procurado em nada influencia na sua punibilidade.
- c) CERTO, porque: a conduta de Cícero se deu com o fim de auxiliar João a escapar da ação policial, o que configura o crime de favorecimento pessoal, descrito no art. 348 do CP.
- d) Errado, porque: o favorecimento real ocorre quando a conduta do agente busca tornar seguro o proveito do crime, ao contrário do favorecimento pessoal, em que o agente busca auxiliar o criminoso a subtrair-se da ação da autoridade pública.



#### Preste Atenção:

Além do crime de favorecimento pessoal só admitir a extinção da punibilidade no caso do crime ter sido praticado por cônjuge, ascendente, descendente e irmão, o fato do tio de João ser advogado também não elide a caracterização do crime, pois o advogado pode sim ser autor do crime de favorecimento real, quando ao invés de lhe prestar auxílio jurídico, o auxilia efetivamente e escapar da ação da autoridade pública, como por exemplo, colocando um cliente que é procurado pela Justiça em seu carro e o auxiliando a fugir de um bloqueio policial.

**191. (Delegado de Polícia – PC/GO – UEG – 2013)** Sobre as causas extintivas da punibilidade, tem-se que:

- a) a sentença concessiva do perdão judicial é declaratória da extinção da punibilidade, não subsistindo qualquer efeito condenatório.
- b) a renúncia e a desistência são causas de extinção da punibilidade, diferenciando-se apenas quanto ao momento de seu exercício, já que a primeira ocorre depois do ajuizamento da ação penal, enquanto a segunda opera-se antes.
- c) a perempção opera-se quando o autor na ação penal privada subsidiária da pública deixa de promover o andamento do feito por mais de 30 (trinta) dias.
- d) a anistia é ato discricionário do Presidente da República que tem por objeto crimes cuja sentença tenha transitado em julgado acarretando a extinção da pena imposta.

### GABARITO OFICIAL: A

#### JUSTIFICATIVA:

- a) CERTO, porque: nos exatos termos da Súm. nº 18 do STJ.

- b) Errado, porque: desistência não é causa de extinção da punibilidade, conforme se verifica no art. 107 do CP.
- c) Errado, porque: nos termos do art. 60 do Código de Processo Penal, a perempção se aplica à ação penal privada e não nos casos de ação penal privada subsidiária.
- d) Errado, porque: a anistia não é ato do Presidente da República, mas ato do poder legislativo, cuja concessão é de atribuição do Congresso Nacional, com a sanção do Presidente da República, conforme se verifica no art. 48, VIII, da Constituição Federal.

**Preste Atenção:**

A anistia, a graça e o indulto são causas de extinção da punibilidade, sendo a anistia concedida por meio de lei oriunda do Congresso Nacional, ao passo que a graça e o indulto são concedidos pelo Presidente da República, cuja concessão se dá através de decreto presidencial.

- 192. (Inspetor de Polícia – PC/CE – CESPE – 2012)** Julgue o próximo item, referente aos crimes contra a fé pública:

Considere que, em uma batida policial, um indivíduo se atribua falsa identidade perante autoridade policial com o intento de ocultar seus maus antecedentes. Nessa situação, conforme recente decisão do STF, configurar-se-á crime de falsa identidade, sem ofensa ao princípio constitucional da autodefesa.

- ( ) Certo            ( ) Errado

**GABARITO OFICIAL: CERTO****JUSTIFICATIVA:**

CERTO, porque: o atual entendimento do STF é o de que atribuir-se falsa identidade perante a autoridade policial, com o escopo de acobertar maus antecedentes consubstancia fato típico, porquanto não encontra amparo na garantia constitucional de autodefesa, prevista no art. 5º, LXIII, da CF (STF HC 107632/DF, j. 28-2-2012).

**Preste Atenção:**

Esse também é o atual entendimento do STJ, que mudou sua orientação anterior, ao julgar no dia 27-3-2012, o HC 188937/SP, decidindo que tanto o uso de documento falso (art. 304 do CP), quanto a atribuição de falsa identidade (art. 307 do CP), ainda que utilizados para fins de autodefesa, visando a ocultação de antecedentes, configuram crime.

- 193. (Inspetor de Polícia – PC/CE – CESPE – 2012)** A respeito de crime patrimonial, julgue o item a seguir.

Se um indivíduo for processado por ter, volitivamente, tomado refeição em restaurante quando não dispunha de recursos para pagar o que consumiu, o juiz, conforme as circunstâncias do fato, não poderá reduzir a pena desse indivíduo, podendo, no entanto, conceder-lhe perdão judicial.

- ( ) Certo            ( ) Errado

**GABARITO OFICIAL: CERTO**

**JUSTIFICATIVA:**

CERTO, porque: o crime denominado “outras fraudes”, descrito no art. 176 do CP, apena com detenção de 15 dias a dois meses ou multa, a conduta daquele que tomar refeição em restaurante sem dispor de recursos para efetuar o pagamento. Contudo, em seu parágrafo único, o art. 176 do CP permite ao juiz que a pena deixe de ser aplicada, conforme as circunstâncias.

**Preste Atenção:**

Trata-se de hipótese de extinção da punibilidade pelo perdão judicial, nos termos do art. 107, IX, do CP.

- 194. (Inspetor de Polícia – PC/CE – CESPE – 2012)** Acerca de crime e sua tipicidade, julgue o item a seguir:

Considere que Lúcio, mediante o uso de faca do tipo peixeira, tenha constrangido Maria a entregar-lhe o valor de R\$ 2,50, sob a justificativa de estar desempregado e necessitar do dinheiro para pagar o transporte coletivo. Nesse caso, segundo entendimento do STF quanto ao princípio da insignificância, Lúcio, se processado, deverá ser absolvido por atipicidade da conduta.

( ) Certo                      ( ) Errado

**GABARITO OFICIAL: ERRADO****JUSTIFICATIVA:**

ERRADO, porque: o princípio da insignificância não se aplica ao crime de roubo, pois em que pese o valor ínfimo da coisa, há violência ou grave ameaça à integridade física da vítima, o que torna a conduta mais gravosa e merecedora de sanção. O entendimento do STF é no sentido da inaplicabilidade do princípio da insignificância ao crime de roubo. (STF HC 108.330/RS, j. 20-3-2012).

**Preste Atenção:**

O roubo é um crime complexo, protegendo ao mesmo tempo a liberdade individual, a integridade da vítima e ainda o patrimônio. Ou seja, em que pese o patrimônio não ter sido atingido de forma considerável, não deve incidir o princípio da insignificância pelo fato da conduta do agente ter atingido outros bens jurídicos.

- 195. (Inspetor de Polícia – PC/CE – CESPE – 2012)** Em relação aos crimes contra a administração pública, julgue o item a seguir.

Praticará o crime de prevaricação a autoridade administrativa que, ao tomar conhecimento de irregularidades no serviço público, não proceder à sua apuração ou deixar de comunicá-la à autoridade que tiver competência para promover os atos apuratórios.

( ) Certo                      ( ) Errado

**GABARITO OFICIAL: ERRADO****JUSTIFICATIVA:**

ERRADO, porque: o enunciado não disse em momento algum que a autoridade administrativa deixou de praticar o ato para satisfazer interesse ou sentimento pessoal, sendo esse sentimento indispensável para a configuração do crime de prevaricação, conforme se verifica no art. 319 do CP.

**Preste Atenção:**

Caso o funcionário tivesse agido por indulgência, o crime seria de condescendência criminosa, descrito no art. 320 do CP.

- 196. (Agente de Polícia – PC/AL – CESPE – 2012)** É inafiançável o crime de tráfico ilícito de drogas previsto na Lei Antidrogas, mas a pena pode ser reduzida se o condenado for primário, de bons antecedentes, não se dedicar a atividades criminosas nem integrar organização criminosa.

( ) Certo            ( ) Errado

**GABARITO OFICIAL: CERTO****JUSTIFICATIVA:**

CERTO, porque: nos termos do art. 5º, XLIII, da Constituição Federal, o tráfico ilícito de entorpecentes é inafiançável. Ademais, se tratando de condenado primário, de bons antecedentes, que não se dedique nem integre organização criminosa, a pena pode ser reduzida de um sexto a dois terços.

**Preste Atenção:**

Vale ressaltar que atualmente é permitida a conversão da pena privativa de liberdade em restritivas de direito, em razão da Resolução nº 5/2012, do Senado Federal.

- 197. (Agente de Polícia – PC/AL – CESPE – 2012)** O porte ilegal de munição, mesmo que não localizado o revólver correspondente, configura crime segundo a Lei do Desarmamento, punível com reclusão e multa.

( ) Certo            ( ) Errado

**GABARITO OFICIAL: CERTO****JUSTIFICATIVA:**

CERTO, porque: nos termos dos artigos 14 e 16 do Estatuto do Desarmamento, caracteriza crime a conduta de portar arma de fogo, acessório ou munição, sem autorização e em desacordo com a determinação legal ou regulamentar, seja de uso permitido ou proibido. Ou seja, haverá crime ainda que a munição seja portada sem a respectiva arma de fogo. Tanto a pena do porte de munição de uso permitido (artigo 14), quanto a pena do porte de munição de uso restrito (artigo 16), são apenados com reclusão e multa, o que torna o enunciado correto.

**Preste Atenção:**

O entendimento majoritário da doutrina e da jurisprudência é de que o agente surpreendido na posse de armas e munições de uso permitido e restrito em um contexto único, responde apenas pelo crime mais grave, restando o porte de arma de uso permitido absorvido.

- 198. (Agente de Polícia – PC /AL – CESPE – 2012)** Analu procurou a delegacia e narrou estar sendo agredida fisicamente por seu marido. Disse que as agressões são cada vez mais graves e que, naquele dia, a surra foi tão grande que ela desmaiou e, quando acordou, viu que ele a deixara sem socorro no local e, ainda, cortara os cabelos dela com uma faca. Apavorada,

fugiu de casa, indo à delegacia a pé, com o filho de dois anos e a roupa do corpo. Informou ao delegado ser a proprietária exclusiva do imóvel onde reside o casal, e que quer o afastamento do marido do lar e que ele seja impedido de aproximar-se dela e de seu filho. Considerando essa situação hipotética e com base na Lei Maria da Penha, julgue os itens seguintes.

I – Lavrada a ocorrência, caberá à polícia, no prazo de 48 horas, remeter em expediente apartado o pedido de medidas protetivas de urgência formulado pela ofendida ao juiz, que poderá deferi-las independentemente de oitiva do Ministério Público.

( ) Certo                      ( ) Errado

#### **GABARITO OFICIAL: CERTO**

##### **JUSTIFICATIVA:**

CERTO, porque: nos termos do art. 12, III, da Lei Maria da Penha, a autoridade policial tem o prazo de 48 horas para remeter ao juiz, o expediente requerendo a concessão das medidas protetivas. E se tratando de medidas protetivas de urgência, o juiz poderá concedê-las de imediato, independentemente de audiência das partes e de manifestação do Ministério Público, o qual deve ser prontamente comunicado, nos termos do art. 19, § 1º, da lei em comento.

II – Os crimes praticados pelo marido de Analu são de menor potencial ofensivo: lesão corporal simples e omissão de socorro. Nessa situação, a pena não poderá ser superior a dois anos, sendo competente o Juizado Especial Criminal para julgá-los.

( ) Certo                      ( ) Errado

#### **GABARITO OFICIAL: ERRADO**

##### **JUSTIFICATIVA:**

ERRADO, porque: em se tratando de violência doméstica, a pena é de detenção de três meses a três anos, conforme art. 129, § 9º, do CP, o que afasta a competência do Juizado Especial Criminal.



##### **Preste Atenção:**

Nos termos do art. 22, § 3º, da Lei Maria da Penha, o juiz pode requisitar a qualquer tempo, o auxílio de força policial a fim de garantir a efetividade das medidas protetivas de urgência.

**199. (Agente de Polícia – PC/AL – CESPE – 2012)** Julgue os itens subsequentes, relativos à prisão:

A prisão temporária constitui-se em uma espécie de prisão cautelar, admissível na fase das investigações do inquérito policial, mas será decretada pelo juiz, mediante representação da autoridade policial e ou a requerimento do Ministério Público.

( ) Certo                      ( ) Errado

#### **GABARITO OFICIAL: CERTO**

##### **JUSTIFICATIVA:**

CERTO, porque: o art. 1º da Lei nº 7.960/1989 admite a temporária quando for imprescindível para as investigações do inquérito policial, podendo a prisão temporária ser decretada pelo Juiz, em face da representação da autoridade policial ou de requerimento do Ministério Público, conforme se verifica no art. 2º da lei mencionada.

**Preste Atenção:**

O mandado de prisão oriundo da decretação da prisão temporária deve ser expedido em duas vias, uma das quais deve ser entregue ao indiciado, servindo como nota de culpa.

- 200. (Escrivão de Polícia – PC/AL – CESPE – 2012)** O agente primário, de bons antecedentes, que não se dedique a atividades criminosas nem integre organização criminosa, pratica o denominado tráfico privilegiado, o que resulta em redução da pena. Esses requisitos são subjetivos e cumulativos.

( ) Certo            ( ) Errado

**GABARITO OFICIAL: CERTO****JUSTIFICATIVA:**

CERTO, porque: nos termos do art. 33, § 4º, da Lei de Drogas, é necessário que o agente acumule os quatro requisitos, para que tenha direito a redução de sua pena, que será de um sexto a dois terços.

**Preste Atenção:**

Embora o art. 33, § 4º, diga que as penas poderão ser reduzidas, trata-se de um direito subjetivo do réu, ou seja, caso ele preencha os requisitos legais, a diminuição da pena é um poder-dever do juiz.

- 201. (Escrivão de Polícia – PC/AL – CESPE – 2012)** Em relação aos crimes de trânsito, previstos no Código de Trânsito Brasileiro (CTB), julgue os itens a seguir.

Constitui infração penal o simples fato de trafegar em velocidade incompatível com a segurança nas proximidades de escola, hospitais e estações de embarque e desembarque de passageiros, em qualquer dia ou horário.

( ) Certo            ( ) Errado

**GABARITO OFICIAL: ERRADO****JUSTIFICATIVA:**

ERRADO, porque: o art. 311 do CTB é um crime de mera conduta de perigo concreto, ou seja, o simples fato de trafegar em velocidade incompatível com a segurança nas proximidades de escolas, hospitais ou estações de embarque e desembarque de passageiros, não constitui crime, o qual somente se verifica caso o agente conduza o veículo gerando perigo de dano.

**Preste Atenção:**

O crime também se caracteriza se o agente conduzir veículo em velocidade incompatível, em logradouros estreitos ou onde haja grande movimentação ou concentração de pessoas, desde que gere perigo de dano.

- 202. (Escrivão de Polícia – PC/AL – CESPE – 2012)** A simples fuga do condutor do veículo do local do acidente, com vistas a se esquivar da responsabilidade penal ou civil que lhe possa ser atribuída, é considerada infração penal.

( ) Certo            ( ) Errado

**GABARITO OFICIAL: CERTO****JUSTIFICATIVA:**

CERTO, porque: nos termos do art. 305 do CTB.

**Preste Atenção:**

Caso ocorra um acidente de trânsito com vítima, o agente deve responder também pelo crime de omissão de socorro, vez que se tratam de objetos jurídicos distintos protegidos pelos arts. 304 e 305 do CTB.

- 203. (Escrivão de Polícia – PC/AL – CESPE – 2012)** Em se tratando dos crimes de homicídio culposo ou de lesões corporais culposas praticados sobre faixa de trânsito temporária ou permanente, destinada à travessia de pedestres, incide na aplicação da pena, tanto a agravante como a causa de aumento de pena.

( ) Certo            ( ) Errado

**GABARITO OFICIAL: ERRADO****JUSTIFICATIVA:**

ERRADO, porque: o homicídio culposo e a lesão corporal culposa, praticados sobre faixa de pedestres realmente sofrem uma causa de aumento de pena, conforme descrito no art. 302, parágrafo único, II e art. 303, parágrafo único, ambos do CTB. Em que pese haver a previsão de tal circunstância também como uma agravante do art. 298 do CTB, não há que se falar em sua aplicabilidade no exercício em tela, pois restaria configurado o “bis in idem”, pois uma única circunstância (crime sobre a faixa de pedestres) estaria sendo considerada duas vezes para majorar a pena do réu, o que é vedado em nosso ordenamento.

**Preste Atenção:**

Embora o CTB tenha sofrido veto em seu art. 300, o crime de homicídio culposo previsto na lei de trânsito, também admite o perdão judicial previsto no art. 121, § 5º, do CP.

- 204. (Escrivão de Polícia – PC/AL – CESPE – 2012)** Julgue os itens seguintes, com base no Estatuto do Desarmamento.

O agente encontrado portando arma de uso permitido com numeração, marca ou qualquer outro sinal de identificação raspado, suprimido ou adulterado estará sujeito à sanção prevista para o crime de posse ou porte ilegal de arma de fogo de uso restrito.

( ) Certo            ( ) Errado

**GABARITO OFICIAL: CERTO****JUSTIFICATIVA:**

CERTO, porque: nos termos do art. 16, parágrafo único, IV, da Lei nº 10.826/2003, aquele que portar, possuir, adquirir, transportar ou fornecer arma de fogo com numeração, marca ou qualquer outro sinal de identificação raspado, suprimido ou adulterado, incorre nas mesmas penas do crime de posse ou porte ilegal de arma de fogo de uso restrito.

**Preste Atenção:**

No caso de arma de fogo com numeração suprimida, raspada ou adulterada, independentemente do calibre da arma ser ou não de uso permitido, a pena aplicável é a mesma do porte ilegal de arma de uso restrito.

- 205. (Escrivão de Polícia – PC/AL – CESPE – 2012)** A posse de arma de brinquedo ou a utilização de qualquer outro instrumento simulador de arma de fogo configura, segundo expressamente previsto na norma de regência, crime de porte de arma.

( ) Certo            ( ) Errado

**GABARITO OFICIAL: ERRADO****JUSTIFICATIVA:**

ERRADO, porque: embora o Estatuto do Desarmamento proíba em seu art. 26, a fabricação, venda, comercialização e a importação de brinquedos, réplicas ou simulacros de arma de fogo, a posse ou porte de tal objeto não configura crime de porte de arma.

**Preste Atenção:**

Por ausência de potencialidade lesiva, a arma de brinquedo não permite sequer a incidência da causa de aumento de pena prevista no art. 157, § 2º, do CP, caso o roubo seja praticado com simulacro. O entendimento em sentido contrário está ultrapassado, tendo ocorrido, inclusive, o cancelamento da Súm. nº 174 do STJ.

- 206. (Escrivão de Polícia – PC/AL – CESPE – 2012)** O proprietário de comércio de médio porte localizado em violento bairro da periferia da cidade que possua arma regularmente registrada encontra-se autorizado a portá-la livremente, desde que no interior do estabelecimento, caso seja o responsável legal pela empresa.

( ) Certo            ( ) Errado

**GABARITO OFICIAL: ERRADO****JUSTIFICATIVA:**

ERRADO, porque o Estatuto do Desarmamento autoriza, em seu art. 5º, que seja expedido certificado de registro de arma de fogo, autorizando seu proprietário a manter a arma de fogo exclusivamente no interior de sua residência ou domicílio, ou dependência desses, ou, ainda, no seu local de trabalho, desde que seja ele o titular ou o responsável legal pelo estabelecimento ou empresa. Ou seja, o que a lei permitiu foi apenas a posse de arma por partes das pessoas elencadas neste artigo. O erro da questão incide no fato do examinador dizer que o responsável legal pela empresa pode portá-la livremente, o que não é permitido pela lei.

**Preste Atenção:**

O certificado de registro de arma de fogo será expedido pela Polícia Federal e será sempre precedido de autorização do Sinarm.

**207. (Escrivão de Polícia – PC/AL – CESPE – 2012)** Considerando o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), e os crimes contra a pessoa, julgue o item que se segue.

Se, após a regular apreensão de adolescente, a autoridade policial responsável deixar de comunicar, imediatamente, o fato à autoridade judiciária competente e à família do apreendido ou à pessoa por ele indicada, o delegado de polícia, por ter a incumbência legal de ordenar a lavratura do auto de apreensão e demais medidas dele decorrentes, será responsabilizado criminalmente por delito previsto no ECA.

( ) Certo            ( ) Errado

#### **GABARITO OFICIAL: CERTO**

##### **JUSTIFICATIVA:**

CERTO, porque: conforme se verifica no art. 231 do ECA, é apenada com detenção de seis meses a dois anos a conduta da autoridade policial responsável pela apreensão de criança ou adolescente que deixar de fazer imediata comunicação à autoridade judiciária competente e à família do apreendido ou à pessoa por ele indicada.



##### **Preste Atenção:**

No caso de imputável, a ausência de imediata comunicação ao juiz competente, acerca da prisão ou detenção de qualquer pessoa, configura crime de abuso de autoridade, conforme art. 4º, c, da Lei nº 4.898/1965.

**208. (Escrivão de Polícia – PC/AL – CESPE – 2012)** Julgue o item a seguir, com base a Lei Maria da Penha, que dispõe sobre violência doméstica e familiar contra a mulher.

Conforme a referida lei, consideram-se violência sexual as ações ou omissões que impeçam a mulher de usar qualquer método contraceptivo ou que a forcem à gravidez, ao aborto ou à prostituição, mediante coação, chantagem, suborno ou manipulação.

( ) Certo            ( ) Errado

#### **GABARITO OFICIAL: CERTO**

##### **JUSTIFICATIVA:**

CERTO, porque: o art. 7º, III, da Lei Maria da Penha, que considera violência sexual, qualquer conduta que a constranja a vítima a presenciar, a manter ou a participar de relação sexual não desejada, mediante intimidação, ameaça, coação ou uso da força; que a induza a comercializar ou a utilizar, de qualquer modo, a sua sexualidade, que a impeça de usar qualquer método contraceptivo ou que a force ao matrimônio, à gravidez, ao aborto ou à prostituição, mediante coação, chantagem, suborno ou manipulação; ou que limite ou anule o exercício de seus direitos sexuais e reprodutivos.



##### **Preste Atenção:**

Em seu art. 5º, a Lei Maria da Penha considera violência doméstica ou familiar contra a mulher qualquer ação ou omissão baseada no gênero que lhe cause morte, lesão, sofrimento físico, sexual ou psicológico e dano moral ou patrimonial.

**209. (Escrivão de Polícia – PC/AL – CESPE – 2012)** Julgue o item a seguir, com base a Lei Maria da Penha, que dispõe sobre violência doméstica e familiar contra a mulher: É expressamente previsto na lei o dever de a autoridade policial acompanhar a ofendida, de

forma a assegurar-lhe, se houver necessidade, o direito de retirar seus pertences do local da ocorrência ou do domicílio familiar.

( ) Certo            ( ) Errado

#### GABARITO OFICIAL: CERTO

##### JUSTIFICATIVA:

CERTO, porque: conforme se verifica no art. 11, IV, da Lei Maria da Penha, cujo artigo traz em seu bojo as medidas a serem adotadas pela autoridade policial, ao tomar conhecimento da iminência ou efetiva prática de violência doméstica e familiar contra a mulher.



##### Preste Atenção:

Nos casos de violência doméstica contra a mulher, o juiz poderá determinar o comparecimento obrigatório do agressor a programas de recuperação e reeducação, conforme art. 152, parágrafo único, da Lei das Execuções Penais (Lei nº 7.210/1984).

210. (Escrivão de Polícia – PC/AL – CESPE – 2012) A Lei Maria da Penha incide apenas nos casos em que a violência doméstica e familiar contra a mulher, que consiste em ação ou omissão, baseada no gênero, que resulte em morte, lesão, sofrimento físico, sexual ou psicológico e dano moral ou patrimonial, é praticada no âmbito da unidade doméstica.

( ) Certo            ( ) Errado

#### GABARITO OFICIAL: ERRADO

##### JUSTIFICATIVA:

ERRADO, porque: nos termos do art. 5º da Lei Maria da Penha, esta lei incidirá não somente nos casos em que a violência for praticada no âmbito da unidade doméstica, mas também se tratando de violência perpetrada no âmbito da família ou em qualquer relação íntima de afeto.



##### Preste Atenção:

Em seu art. 5º, a Lei Maria da Penha considera violência doméstica ou familiar contra a mulher qualquer ação ou omissão baseada no gênero que lhe cause morte, lesão, sofrimento físico, sexual ou psicológico e dano moral ou patrimonial.

211. (Escrivão de Polícia – PC/AL – CESPE – 2012) Pratica o crime de abuso de autoridade o agente que, mesmo não tendo a intenção ou o ânimo específico de exorbitar do poder que lhe for conferido legalmente, excede-se nas medidas para cumpri-lo, com o objetivo de proteger o interesse público.

( ) Certo            ( ) Errado

#### GABARITO OFICIAL: ERRADO

##### JUSTIFICATIVA:

ERRADO, porque: para caracterização do crime de abuso de autoridade, o dolo tem que estar presente na consciência do agente que esta cometendo o abuso. O crime de abuso de autoridade exige ainda um dolo específico consistente em cometer um abuso ou agir com arbitrariedade. Ou seja, se o agente acaba cometendo um excesso, quando desejava apenas cumprir seu dever de proteger o interesse público (excesso culposo), não há que se falar em crime de abuso de autoridade.

**Preste Atenção:**

A doutrina majoritária e os Tribunais Superiores entendem que o crime de violência arbitrária, descrito no art. 322 do CP, foi revogado tacitamente pela Lei de Abuso de Autoridade.

- 212. (Escrivão de Polícia – PC/AL – CESPE – 2012)** No que concerne à interceptação telefônica, julgue o item subsequente: Autorizada, a interceptação telefônica será conduzida pela autoridade policial, em autos apartados, com ciência do Ministério Público, que poderá acompanhar a sua realização. Cumprida a diligência, o resultado deverá ser encaminhado ao juiz, com auto circunstanciado contendo o resumo das operações realizadas.
- ( ) Certo            ( ) Errado

**GABARITO OFICIAL: CERTO****JUSTIFICATIVA:**

CERTO, porque: conforme se verifica no art. 6º, § 2º, da Lei nº 9.296/1996.

**Preste Atenção:**

A interceptação telefônica é uma prova que só deve ser produzida em último caso, pois a lei diz que a interceptação não será admitida se a prova puder ser produzida por outros meios disponíveis, conforme art. 2º, II, da Lei nº 9.296/1996.

- 213. (Delegado de Polícia – PC/AL – CESPE – 2012)** Para a fixação da pena de multa nos casos de crime de tráfico de entorpecentes, o juiz deverá obedecer aos critérios fixados na parte especial do Código Penal, que determina que o número de dias-multa será, no mínimo, de 10 e, no máximo, de 360.
- ( ) Certo            ( ) Errado

**GABARITO OFICIAL: ERRADO****JUSTIFICATIVA:**

ERRADO, porque: em atendimento ao princípio da especialidade, deve prevalecer a lei especial sobre a geral, ou seja, ao fixar a pena de multa nos casos de crime de tráfico, o juiz deve obedecer aos critérios estabelecidos na Lei de Drogas e não no Código Penal. Aliás, a Lei de Drogas estabelece em seu art. 42, que, na fixação da pena, o juiz deve considerar, com preponderância sobre o previsto no art. 59 do CP, a natureza e a quantidade da substância ou do produto, a personalidade e a conduta social do agente.

**Preste Atenção:**

Outro erro da questão consiste no fato do enunciado dizer que, ao fixar a pena, o juiz deve obedecer aos critérios fixados na parte especial do CP. Na verdade, os critérios para fixação de pena estão estabelecidos na parte geral do Código Penal (art. 59) e não na parte especial.

- 214. (Delegado de Polícia – PC/AL – CESPE – 2012)** Quando se tratar de crimes relativos ao tráfico de drogas, o prazo para a conclusão do inquérito policial é de 30 dias, se o

indiciado estiver preso e de 90 dias, se estiver solto, podendo ser duplicados, mediante pedido justificado da autoridade de polícia judiciária.

( ) Certo            ( ) Errado

---

**GABARITO OFICIAL: CERTO**

---

**JUSTIFICATIVA:**

CERTO, porque: nos termos do art. 51 da Lei de Drogas, que estabelece que os prazos podem ser duplicados pelo juiz, ouvido o Ministério Público, mediante pedido justificado da autoridade de polícia judiciária.

**Preste Atenção:**

Findos os prazos anteriormente descritos, a autoridade policial remeterá os autos do inquérito policial ao juízo competente, relatando sumariamente as circunstâncias do fato ou requerendo sua devolução para realização de diligências necessárias.

- 215. (Delegado de Polícia – PC/AL – CESPE – 2012)** Nos crimes ambientais, é viável e possível a prorrogação do prazo de suspensão condicional do processo, por mais um ano além do máximo previsto, que é de quatro anos, dependendo a declaração de extinção da punibilidade de laudo que comprove ter o acusado adotado todas as providências inerentes à reparação integral do dano.

( ) Certo            ( ) Errado

---

**GABARITO OFICIAL: CERTO**

---

**JUSTIFICATIVA:**

CERTO, porque: nos termos do art. 28, II e V, da Lei nº 9.605/1998. Vale informar que a suspensão condicional do processo é prevista no art. 89 da Lei nº 9.099/1995, cujo período de suspensão é de 2 a 4 anos. Porém, se tratando de crimes ambientais, esse prazo pode ser prorrogado, visando sempre a reparação do dano ambiental.

**Preste Atenção:**

Tratando-se de crimes ambientais, a transação penal descrita no art. 76 da Lei nº 9.099/1995 também depende de prévia composição civil do dano ambiental, salvo se restar comprovada impossibilidade.

- 216. (Delegado de Polícia – PC/AL – CESPE – 2012)** No que concerne aos aspectos processuais das leis penais extravagantes e às inovações legais havidas no sistema processual penal, julgue o item a seguir: A prisão temporária para os crimes hediondos e equiparados, em função da gravidade objetiva dessas infrações penais, é de 30 dias, prorrogável por igual período em caso de extrema e comprovada necessidade.

( ) Certo            ( ) Errado

---

**GABARITO OFICIAL: CERTO**

---

**JUSTIFICATIVA:**

CERTO, porque: nos termos do art. 2º, § 4º, da Lei dos Crimes Hediondos (Lei nº 8.072/1990). Vale lembrar que, em regra, o prazo da prisão temporária será de 5 dias, prorrogável por igual período em caso de extrema e comprovada necessidade, nos termos do art. 2º da Lei nº 7.960/1989.

**Preste Atenção:**

A prisão temporária é uma modalidade de prisão cautelar que visa colher elementos de prova durante as investigações do inquérito policial, cuja decretação judicial depende sempre de representação da autoridade policial ou requerimento do promotor de justiça, não sendo admitida sua decretação de ofício, como ocorre com a prisão preventiva, em que o juiz pode, de ofício, revoga-la se, no correr do processo, verificar a falta de motivo para que subsista, bem como pode de novo decretá-la, se sobrevierem razões que a justifiquem.

- 217. (Inspetor de Polícia – PC/CE – CESPE UNB – 2012)** Em relação aos crimes previstos na Lei de Drogas, julgue o item que se segue.

As penas cominadas ao delito de tráfico de drogas serão aumentadas de um sexto a dois terços se o agente tiver utilizado transporte público com grande aglomeração de pessoas para passar despercebido, sendo irrelevante se ofereceu ou tentou disponibilizar a substância entorpecente para os outros passageiros.

( ) Certo            ( ) Errado

**GABARITO OFICIAL: CERTO****JUSTIFICATIVA:**

CERTO, porque: em que pese se tratar de tema controvertido, a maioria da doutrina e em especial a atual jurisprudência do STJ (Ag.REg. no REsp 1333564/PR, publicado em 23-5-2013), tem entendido que a causa de aumento de pena descrita nesta questão incide com a simples utilização do transporte público para o transporte da substância entorpecente, não sendo necessária a efetiva comercialização da droga no interior do coletivo. Em recentes julgados, as duas turmas do STF também entenderam de tal forma (HC 109411/MS, publicado em 26-10-2011 e HC 108523/MS, publicado em 14-3-2012).

**Preste Atenção:**

As causas de aumento de pena estão previstas no art. 40 da Lei de Drogas, cuja leitura se faz imprescindível, por se tratar de assunto comumente cobrado em concursos.

- 218. (Inspetor de Polícia – PC/CE – CESPE – 2012)** Julgue os próximos itens, acerca das medidas para prevenção do uso indevido de drogas, atenção e reinserção social de usuários e dependentes de drogas.

O usuário e o dependente de drogas que, em razão da prática de infração penal, estiverem submetidos a medida de segurança terão garantidos os mesmos serviços de atenção à sua saúde que tinham antes do início do cumprimento de pena privativa de liberdade, independentemente da posição do respectivo sistema penitenciário.

( ) Certo            ( ) Errado

**GABARITO OFICIAL: CERTO**

**JUSTIFICATIVA:**

CERTO, porque: nos termos do art. 26 da Lei de Drogas, que assegura ao usuário os serviços de atenção à sua saúde, “independentemente” da posição do sistema penitenciário, a quem, entretanto, cabe definir os serviços aptos a garantir os direitos assegurados a saúde do preso.

**Preste Atenção:**

A atual Lei de Drogas trata o usuário como um problema de saúde e não de segurança pública. Por isso, a lei buscou mecanismos de auxílio ao usuário, vedando inclusive, a prisão em flagrante, daquele que tiver drogas consigo para consumo pessoal, conforme se verifica no art. 48, § 2º, da Lei nº 11.343/2006.

- 219. (Inspetor de Polícia – PC/CE – CESPE – 2012)** As atividades de prevenção do uso indevido, atenção e reinserção social de usuários e dependentes de drogas a serem desenvolvidas pelo SISNAD incluem a adoção de estratégias preventivas diferenciadas e adequadas às especificidades socioculturais das diversas populações, como a internação compulsória.

( ) Certo            ( ) Errado

**GABARITO OFICIAL: ERRADO****JUSTIFICATIVA:**

ERRADO, porque: ao SISNAD não cabe a internação compulsória de usuários e dependentes, conforme se verifica no art. 4º da Lei nº 11.343/2006. Vale ressaltar que no dia 10-4-2013 a Comissão de Assuntos Sociais do Senado aprovou o projeto de Lei nº 111/2010, que prevê a possibilidade de internação compulsória do usuário de drogas, mediante autorização judicial. Entretanto, referido projeto ainda não foi convertido em lei e tramita no Congresso Nacional.

**Preste Atenção:**

O SISNAD não tem por objetivo apenas a prevenção do uso indevido de drogas e a reinserção social dos usuários, mas visa também a repressão da produção não autorizada e do tráfico de drogas, conforme art. 3º, inciso II, da Lei de Drogas.

- 220. (Inspetor de Polícia – PC/CE – CESPE – 2012)** A respeito das normas para repressão à produção não autorizada e ao tráfico ilícito de drogas, julgue os itens subsequentes.

As plantações ilícitas deverão ser imediatamente destruídas pelas autoridades de polícia judiciária, que recolherão quantidade suficiente para exame pericial, de tudo lavrando auto de levantamento das condições encontradas, com a delimitação do local, asseguradas as medidas necessárias para a preservação da prova.

( ) Certo            ( ) Errado

**GABARITO OFICIAL: CERTO****JUSTIFICATIVA:**

CERTO, porque: Mantivemos esse exercício para fins de estudo. Porém, vale consignar que essa alternativa foi considerada correta à época da aplicação da prova, vez que se limitava a reproduzir fielmente o art. 32 da Lei de Drogas (Lei nº 11.343/2006). Contudo, em razão da Lei nº 12.961/2014, a expressão autoridade de polícia judiciária foi recentemente substituída por delegado de polícia, passando o art. 32 da Lei de Drogas a vigorar com a seguinte redação: “As plantações ilícitas serão imediatamente destruídas pelo delegado de polícia na forma do art. 50-A, que recolherá quantidade

suficiente para exame pericial, de tudo lavrando auto de levantamento das condições encontradas, com a delimitação do local, asseguradas as medidas necessárias para a preservação da prova”.

**Preste Atenção:**

Oportuno ainda consignar que haverá o perdimento para União, das glebas de qualquer região do País, onde forem localizadas culturas ilegais de plantas psicotrópicas, as quais serão imediatamente expropriadas, e especificamente destinadas ao assentamento de colonos, para o cultivo de produtos alimentícios e medicamentosos, sem qualquer indenização ao proprietário e sem prejuízo de outras sanções previstas em lei, conforme art. 243 da CF e art. 32, § 4º, da Lei de Drogas.

- 221. (Inspetor de Polícia – PC/CE – CESPE – 2012)** O inquérito policial instaurado para a apuração da prática de tráfico de drogas deverá ser concluído no prazo de trinta dias, se o indiciado estiver preso, e de noventa dias, quando solto, sendo certo que tais prazos poderão ser duplicados pelo juiz, ouvido o MP, mediante pedido justificado da autoridade de polícia judiciária.

( ) Certo            ( ) Errado

**GABARITO OFICIAL: CERTO****JUSTIFICATIVA:**

CERTO, porque: conforme descrito no art. 51 da Lei de Drogas. Vale memorizar, vez que os prazos para conclusão do inquérito que investiga a prática do tráfico de drogas sempre são cobrados, pois excepcionam a regra do CPP, o qual diz que em regra, o inquérito deverá terminar no prazo de 10 dias se o indiciado estiver preso ou no prazo de 30 dias, quando estiver solto.

**Preste Atenção:**

Oportuno ainda lembrar que nos termos do art. 66 da Lei nº 5.010/1966, os inquéritos que tramitam perante a Justiça Federal, tem o prazo de conclusão do inquérito diferenciado, sendo 15 dias se o investigado estiver preso, podendo o prazo ser prorrogado por igual período (15 dias), a pedido devidamente fundamentado pela autoridade policial e deferido pelo Juiz competente. Como esta lei silenciou quanto ao investigado solto, se tratando de inquérito tramitando junto à Justiça Federal, aplica-se por analogia o prazo do Código de Processo Penal, de 30 dias.

- 222. (Inspetor de Polícia – PC/CE – CESPE – 2012)** No território nacional, é expressamente proibido produzir, extrair, fabricar, transformar, preparar, possuir, manter em depósito, importar, exportar, reexportar, remeter, transportar, expor, oferecer, vender, comprar, trocar, ceder ou adquirir, para qualquer fim, drogas ou matéria-prima destinada à sua preparação, não havendo previsão de licença pública para tal fim.

( ) Certo            ( ) Errado

**GABARITO OFICIAL: ERRADO****JUSTIFICATIVA:**

ERRADO, porque: conforme se verifica no art. 2º da Lei de Drogas, as condutas descritas na alternativa são proibidas, ressalvando, contudo, a hipótese de autorização legal ou regulamentar. Ou seja, há possibilidade de obtenção de licença pública para tais fins.

**Preste Atenção:**

Cabe à União autorizar o plantio, cultura e colheita de plantas psicotrópicas, para fins exclusivamente medicinais ou científicos.

- 223. (Inspetor de Polícia – PC/CE – CESPE – 2012)** As glebas cultivadas com plantações ilícitas serão desapropriadas por interesse público, mediante indenização ao proprietário, por meio de títulos da dívida pública resgatáveis apenas após a comprovação de que as plantações ilícitas foram eliminadas da propriedade.

( ) Certo            ( ) Errado

**GABARITO OFICIAL: ERRADO****JUSTIFICATIVA:**

ERRADO, porque: conforme se verifica no art. 243 da CF, as glebas cultivadas com plantações ilícitas serão expropriadas e não desapropriadas, conforme descreveu erroneamente a alternativa. Ou seja, não há que se falar em qualquer indenização ao proprietário.

**Preste Atenção:**

Vale fazermos uma observação: Expropriação é um gênero, que seria a tomada da propriedade pelo Estado. A expropriação se divide em duas espécies, sendo elas a desapropriação ou confisco. A desapropriação se baseia na necessidade, utilidade pública ou interesse social, e por esse motivo é suscetível de indenização, como, por exemplo, a desocupação de um imóvel para construção de um hospital. Por outro lado, o confisco é uma sanção decorrente de um ato ilícito e por esse motivo não gera indenização, como no caso das glebas que cultivam plantas ilícitas.

- 224. (Inspetor de Polícia – PC/CE – CESPE – 2012)** Acerca do Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas (SISNAD), julgue os itens subsequentes.

As ações do SISNAD limitam-se ao plano interno, ou seja, aos limites do território nacional, razão pela qual esse sistema não comporta a integração de estratégias internacionais de prevenção do uso indevido de drogas.

( ) Certo            ( ) Errado

**GABARITO OFICIAL: ERRADO****JUSTIFICATIVA:**

ERRADO, porque: conforme descrito no art. 4º, VII, da Lei de Drogas, o SISNAD tem como princípio a integração de estratégias nacionais e internacionais de prevenção de uso indevido, reinserção social de usuários e dependentes de drogas e repressão à produção não autorizada e tráfico de drogas.

**Preste Atenção:**

O art. 65 da Lei de Drogas ainda prevê que o governo brasileiro prestará, quando solicitado, cooperação a outros países e organismos internacionais e, quando necessário, deles solicitará a colaboração, o que demonstra que o Brasil se vale de instrumentos jurídicos internacionais no que tange a questão de drogas.

- 225. (Inspetor de Polícia – PC/CE – CESPE – 2012)** As instituições que atuam nas áreas de atenção à saúde e assistência social e que atendam usuários ou dependentes de drogas devem comunicar ao órgão competente do respectivo sistema municipal de saúde os casos atendidos e os óbitos ocorridos, preservando a identidade das pessoas.

( ) Certo      ( ) Errado

**GABARITO OFICIAL: CERTO**

**JUSTIFICATIVA:**

CERTO, porque: conforme art. 16 da Lei nº 11.343/2006.



**Preste Atenção:**

Os dados estatísticos nacionais de repressão ao tráfico de drogas integram o sistema de informações do Poder Executivo e tem por fim a coleta, a análise e a disseminação de informações sobre drogas.

- 226. (Agente de Polícia – PC/AL – CESPE – 2012)** Caso caracterizada a tentativa de homicídio, a pena aplicada será reduzida de um a dois terços da pena correspondente ao crime consumado.

( ) Certo      ( ) Errado

**GABARITO OFICIAL: CERTO**

**JUSTIFICATIVA:**

CERTO, porque: nos termos do art. 14, parágrafo único, do CP, pune-se a tentativa com a pena correspondente a do crime consumado, diminuída de um a dois terços.



**Preste Atenção:**

A diminuição da pena de um a dois terços nos crimes tentados é a regra. Porém, há casos em que o crime tentado recebe a mesma pena do crime consumado, como é o caso, por exemplo, do crime descrito no art. 352 do CP, em que o legislador descreveu a tentativa no próprio tipo penal. São os chamados crime de atentado ou de empreendimento.

# DIREITO PROCESSUAL PENAL

## Sobre o Autor

### **Fernando David de Melo Gonçalves**

Pós-graduado pelas Faculdades Damásio de Jesus e FADISP.

Colunista e Autor de Obra.

Professor de Curso Preparatório para Concursos Públicos.

Delegado de Polícia do Estado de São Paulo.



- 1. (Delegado de Polícia – Bloco II – PC/RS – FUNDATEC – 2018)** Assinale a alternativa correta.
- Segundo jurisprudência dos Tribunais Superiores, não cabe *habeas corpus* em sede de inquérito policial.
  - A prisão domiciliar poderá ser concedida a homem, caso seja o único responsável pelos cuidados do filho de até 12 (doze) anos de idade incompletos.
  - O dinheiro ou objetos dados como fiança servirão ao pagamento das custas do processo, ainda que o réu seja absolvido.
  - É possível o recolhimento domiciliar no período noturno e nos dias de folga, ainda que o investigado ou acusado não tenha residência e trabalho fixos.
  - Nos crimes de abuso de autoridade, a ação penal será instruída com inquérito policial ou justificação, sem os quais a denúncia será considerada inepta diante da ausência de lastro probatório mínimo.

**GABARITO OFICIAL: B**

**JUSTIFICATIVA:**

- Errado, porque: a jurisprudência do STF e do STJ firmou entendimento no sentido da possibilidade de trancamento do inquérito policial, por meio do *habeas corpus*, como medida excepcional, para sanar ilegalidades ou teratologias jurídicas, sem que haja exame valorativo do conjunto fático ou probatório pelo julgador (HC – rel. Celso de Mello – RT701/401).
- CERTO, porque: dicção expressa do art. 318, VI, do CPP.
- Errado, porque: tal decorrência só haverá se o réu for condenado, consoante art. 336 do CPP (“O dinheiro ou objetos dados como fiança servirão ao pagamento das custas, da indenização do dano, da prestação pecuniária e da multa, se o réu for condenado.”).
- Errado, porque: o art. 319, V, do CPP exige residência e trabalho fixos.
- Errado, porque: o art. 12 da Lei nº 4.898/1965 (Lei do Abuso de Autoridade) diz o contrário: “A ação penal será iniciada, independentemente de inquérito policial ou justificação por denúncia do Ministério Público, instruída com a representação da vítima do abuso”.



**Preste Atenção:**

Conhecer o rol do art. 318 do CPP é bastante importante para concursos públicos de ingresso em carreiras policiais, inclusive de Delegado de Polícia.

- 2. (Delegado de Polícia Substituto – PC/GO – CESPE – 2017)** Será cabível a concessão de liberdade provisória ao indivíduo que for preso em flagrante devido ao cometimento do crime de
- estelionato;
  - latrocínio;
  - estupro de vulnerável.
- Assinale a opção correta.
- Apenas os itens I e III estão certos.
  - Apenas os itens II e III estão certos.
  - Todos os itens estão certos.
  - Apenas o item I está certo.
  - Apenas os itens I e II estão certos.

**GABARITO OFICIAL: C**

**JUSTIFICATIVA:**

- a) Errado, porque: hoje a liberdade provisória é um direito do réu, e não faculdade da autoridade. Com efeito, a vedação da concessão de liberdade provisória de forma genérica, pela lei, fere o princípio constitucional da presunção de inocência e do devido processo legal, tanto que o art. 321 do CPP reza que, afastados os requisitos da prisão preventiva no caso concreto, “o juiz deverá conceder liberdade provisória”. Sendo assim, a todos os crimes será garantida a liberdade provisória do réu, “impondo, se for o caso, as medidas cautelares previstas no art. 319 deste Código e observados os critérios constantes no art. 282 deste Código”. Contudo, para se conferir liberdade provisória a alguém preso em flagrante por estupro de vulnerável, o juiz estará proibido de arbitrar fiança por força do art. 5º, XLIII, da CF, combinado com o art. 1º, VI, da Lei nº 8.072/1990. Também o magistrado ficará impedido de fixar fiança no crime de latrocínio, pois aplica-se o art. 5º, XLIII, da CF, combinado com o art. 1º, II, da Lei nº 8.072/1990.
- b) Errado, porque: pelos motivos anteriormente expostos.
- c) CERTO, porque: pelos motivos anteriormente expostos.
- d) Errado, porque: pelos motivos anteriormente expostos, acrescentando que, no estelionato (art. 171 do CP), é possível liberdade provisória com fiança pela inteligência do art. 322, parágrafo único, do CPP.
- e) Errado, porque: pelos motivos anteriormente expostos.

**Preste Atenção:**

Lembre-se de que a contagem do prazo, desde logo, busca dar celeridade ao processo penal, em virtude da urgência ditada pelo bem jurídico que se busca esmiuçar no processo, qual seja, a possibilidade de privação da liberdade ambulatorial do réu, o que deve ser excepcional e quando estritamente necessário.

3. (Delegado de Polícia Substituto – PC/GO – CESPE – 2017) Com relação à prisão temporária, assinale a opção correta.
- a) A prisão temporária poderá ser decretada pelo juiz de ofício ou mediante representação da autoridade policial ou requerimento do Ministério Público.
- b) Conforme o STJ, a prisão temporária não pode ser mantida após o recebimento da denúncia pelo juiz.
- c) São três os requisitos indispensáveis para a decretação da prisão temporária, conforme a doutrina majoritária: imprescindibilidade para as investigações; existência de indícios de autoria ou participação; e indiciado sem residência fixa ou identificação duvidosa.
- d) É cabível a prisão temporária para a oitiva do indiciado acerca do delito sob apuração, desde que a liberdade seja restituída logo após a ulitimação do ato.
- e) A prisão temporária poderá ser decretada tanto no curso da investigação quanto no decorrer da fase instrutória do competente processo criminal.

**GABARITO OFICIAL: B****JUSTIFICATIVA:**

- a) Errado, porque: a prisão temporária não pode ser decretada de ofício pelo juiz, pois isso feriria o sistema acusatório no qual o Poder Judiciário não pode se envolver, sem provocação prévia, na colheita de provas na fase pré-processual, sob pena de macular sua imparcialidade (art. 2º da Lei nº 7.960/1989).
- b) CERTO, porque: a jurisprudência entende que, se foi recebida a denúncia e iniciou-se o processo penal, a prisão temporária existente deve ser obrigatoriamente convertida, se o caso, em prisão preventiva, na mesma linha intelectualiva do 310, II, do CPP.

- c) Errado, porque: segundo posição majoritária na doutrina e na jurisprudência, a prisão temporária somente será decretada quando combinados dois dos três requisitos legais. Portanto, devem estar presentes no caso concreto para decretação da prisão temporária os incs. I (“quando imprescindível para as investigações do inquérito policial”) ou II (“quando o indicado não tiver residência fixa ou não fornecer elementos necessários ao esclarecimento de sua identidade”), com a hipótese do inc. III (“quando houver fundadas razões, de acordo com qualquer prova admitida na legislação penal, de autoria ou participação do indiciado nos seguintes crimes: ‘a’ - homicídio doloso; ‘b’ - sequestro ou cárcere privado; ‘c’ - roubo; ‘d’ - extorsão; ‘e’ - extorsão mediante sequestro; ‘f’ - estupro; ‘g’ - atentado violento ao pudor; ‘h’ - rapto violento; ‘i’ - epidemia com resultado de morte; ‘j’ - envenenamento de água potável ou substância alimentícia ou medicinal qualificado pela morte; ‘l’ - quadrilha ou bando; ‘m’ - genocídio; ‘n’ - tráfico de drogas; ‘o’ - crimes contra o sistema financeiro”); ‘p’ crimes previstos na Lei de Terrorismo) do art. 1º da Lei nº 7.960/1989.
- d) Errado, porque: essa razão (“oitiva do indiciado acerca do delito sob apuração”) não constitui motivo expresso na Lei nº 7.960/1989; o art. 366 do CPP traz opção de prisão preventiva para réus evadidos que se furtam ao trâmite processual (Art. 366 do CPP: “se o acusado, citado por edital, não comparecer, nem constituir advogado, ficarão suspensos o processo e o curso do prazo prescricional, podendo o juiz determinar a produção antecipada de provas consideradas urgentes e, se for o caso, decretar prisão preventiva, nos termos do disposto no art. 312”).
- e) Errado, porque: somente será decretada quando imprescindível para as investigações do inquérito policial (art. 1º, I, da Lei nº 7.960/1989).



### Preste Atenção:

É necessário conhecer os institutos e princípios da Lei nº 9.099/1995. As questões envolvendo o Juizado Especial Criminal estão cada vez mais comuns nos concursos de ingresso nas carreiras policiais civis. Por isso, inclua a leitura dessa legislação na sua revisão semanal de estudo.

4. **(Delegado de Polícia Substituto – PC/GO – CESPE – 2017)** No que tange ao procedimento criminal e seus princípios e ao instituto da liberdade provisória, assinale a opção correta.
- O descumprimento de medida cautelar imposta ao acusado para não manter contato com pessoa determinada é motivo suficiente para o juiz determinar a substituição da medida por prisão preventiva, já que a aplicação de outra medida representaria ofensa ao poder imperativo do Estado além de ser incompatível com o instituto das medidas cautelares.
  - Concedida ao acusado a liberdade provisória mediante fiança, será inaplicável a sua cumulação com outra medida cautelar tal como a proibição de ausentar-se da comarca ou o monitoramento eletrônico.
  - Compete ao juiz e não ao delegado a concessão de liberdade provisória, mediante pagamento de fiança, a acusado de crime hediondo ou tráfico ilícito de entorpecente.
  - Caso, após sentença condenatória, advenha a prescrição da pretensão punitiva e seja declarada extinta a punibilidade por essa razão, os valores recolhidos a título de fiança serão integralmente restituídos àquele que a prestou.
  - Ofenderá o princípio constitucional da ampla defesa e do contraditório a defesa que, firmada por advogado dativo, se apresentar deficiente e resultar em prejuízo comprovado para o acusado.

### GABARITO OFICIAL: E

#### JUSTIFICATIVA:

- a) Errado, porque: trata-se de uma faculdade do juiz ao verificar as circunstâncias do caso concreto à luz do art. 282, § 4º, do CPP (“No caso de descumprimento de qualquer das obrigações im-

postas, o juiz, de ofício ou mediante requerimento do Ministério Público, de seu assistente ou do querelante, *poderá substituir a medida*, impor outra em cumulação, *ou, em último caso, decretar a prisão preventiva* (art. 312, par. único”).

- b) Errado, porque: as medidas cautelares, quaisquer que sejam, podem ser aplicadas isolada ou cumulativamente e, com relação específica à fiança, dispõe, nesse mesmo diapasão, o art. 350 do CPP (“Nos casos em que couber fiança, o juiz, verificando a situação econômica do preso, poderá conceder-lhe liberdade provisória, sujeitando-o às obrigações constantes dos arts. 327 e 328 deste Código e a outras medidas cautelares, se for o caso”).
- c) Errado, porque: crimes hediondos ou tráfico ilícito de entorpecente são crimes inafiançáveis (art. 5º, XLIII, da CF, c/c art. 323, II, do CPP).
- d) Errado, porque: no caso de prescrição depois da sentença condenatória e consequente extinção de punibilidade por esse motivo, o valor da fiança será revertido ao pagamento de custas processuais, indenização do dano, da prestação pecuniária e da multa (art. 336, parágrafo único, do CPP).
- e) CERTO, porque: aplicação da Súm. nº 523 do STF (“No processo penal, a falta da defesa constitui nulidade absoluta, mas a sua deficiência só o anulará se houver prova de prejuízo para o réu”).



### Preste Atenção:

Lembre-se de que o juiz sempre poderá deferir a liberdade provisória. Até porque a regra do Estado Democrático de Direito é o estado de inocência e a plena liberdade. Assim, qualquer lei que tolhe, abstratamente, a discricionariedade judicial para garantir a liberdade será considerada, nesse tocante, inconstitucional (HC nº 97.976 – MG, rel. Celso de Mello, 9-3-2009, v.u). Ocorre que existem crimes aos quais não se pode arbitrar fiança (como os hediondos e equiparados: tortura, tráfico ilícito de drogas e terrorismo). Para estes, será possível, a depender do caso concreto, liberdade provisória sem fiança.

5. **(Delegado de Polícia Substituto – PC/GO – CESPE – 2017)** O Código de Processo Penal prevê a requisição, às empresas prestadoras de serviço de telecomunicações, de disponibilização imediata de sinais que permitam a localização da vítima ou dos suspeitos de delito em curso, se isso for necessário à prevenção e à repressão de crimes relacionados ao tráfico de pessoas. Essa requisição pode ser realizada pelo
- a) delegado de polícia, independentemente de autorização judicial e por prazo indeterminado.
  - b) Ministério Público, independentemente de autorização judicial, por prazo não superior a trinta dias, renovável por uma única vez, podendo incluir o acesso ao conteúdo da comunicação.
  - c) delegado de polícia, mediante autorização judicial e por prazo indeterminado, podendo incluir o acesso ao conteúdo da comunicação.
  - d) delegado de polícia, mediante autorização judicial, devendo o inquérito policial ser instaurado no prazo máximo de setenta e duas horas do registro da respectiva ocorrência policial.
  - e) Ministério Público, independentemente de autorização judicial e por prazo indeterminado.

### GABARITO OFICIAL: D

#### JUSTIFICATIVA:

- a) Errado, porque: somente mediante autorização judicial (art. 13-B, *caput*, do CPP) e por período não superior a 30 (trinta) dias, renovável por uma única vez, por igual período (art. 13-B, § 2º, II, do CPP).

- b) Errado, porque: somente mediante autorização judicial (art. 13-B, *caput*, do CPP).
- c) Errado, porque: somente por período não superior a 30 (trinta) dias, renovável por uma única vez, por igual período (art. 13-B, § 2º, II, do CPP).
- d) CERTO, porque: a Lei nº 13.344, de 6 de outubro de 2016, alterou, entre outros, o Código de Processo para introduzir o art. 13-B, cujo *caput* e seu § 3º correspondem à propositura desse teste (Art. 13-B do CPP: “Se necessário à prevenção e à repressão dos crimes relacionados ao tráfico de pessoas, o membro do Ministério Público ou o delegado de polícia poderão requisitar, mediante autorização judicial, às empresas prestadoras de serviço de telecomunicações e/ou telemática que disponibilizem imediatamente os meios técnicos adequados – como sinais, informações e outros – que permitam a localização da vítima ou dos suspeitos do delito em curso”; § 3º – “Na hipótese prevista neste artigo, o inquérito policial deverá ser instaurado no prazo máximo de 72 (setenta e duas) horas, contado do registro da respectiva ocorrência policial”).
- e) Errado, porque: somente mediante autorização judicial (art. 13-B, *caput*, do CPP) e por período não superior a 30 (trinta) dias, renovável por uma única vez, por igual período (art. 13-B, § 2º, II, do CPP).



### Preste Atenção:

Para que reste comprovada a deficiência da defesa, não basta a alegação genérica pelo atual defensor, sendo necessária a especificação da negligência ou inércia do advogado anterior. Aliás, em recente decisão, o STJ entendeu que “cabe à defesa demonstrar que eventual atuação diversa do advogado poderia, de forma concreta, ter acarretado a absolvição do paciente, ainda que pela geração de dúvida no julgador” (HC nº 299.760/SP, rel. Min. Reynaldo Soares da Fonseca, 5ª T., j. 23-8-2016, *DJe* 29-8-2016).

6. **(Delegado de Polícia Substituto – PC/GO – CESPE – 2017)** Relativamente à aplicação da lei processual penal no tempo e no espaço e aos princípios processuais penais constitucionais, assinale a opção correta.
- a) O Código de Processo Penal normatiza o processamento das relações processuais penais em curso perante todos os juízos e tribunais brasileiros, aplicando-se, em caráter subsidiário, as normas procedimentais que versem sobre matérias especiais.
- b) Segundo entendimento expendido pelo STF, a atração por continência ou conexão do processo do corréu ao foro por prerrogativa de função de um dos denunciados constitui violação das garantias do juiz natural e da ampla defesa.
- c) A gravação ambiental por meio de fita magnética, de conversa entre presentes, feita por um dos interlocutores sem o conhecimento do outro é considerada prova ilícita, pois viola preceito constitucional.
- d) O princípio da extraterritorialidade adotado pelo direito processual penal brasileiro não ofende a soberania de outros Estados, já que os ordenamentos jurídicos de todas as nações convergem para o combate às condutas delitivas.
- e) A lei processual penal tem aplicação imediata e é aplicável tanto nos processos que se iniciarem após a sua vigência, quanto nos processos que já estiverem em curso no ato da sua vigência, e até mesmo nos processos que apurarem condutas delitivas ocorridas antes da sua vigência.

### GABARITO OFICIAL: E

#### JUSTIFICATIVA:

- a) Errado, porque: o Código de Processo Penal não normatizou o processamento das relações processuais penais em curso perante todos os juízos e tribunais brasileiros, excetuando, expressamente,

- o rol disposto nos incisos do art. 1º do mesmo código (Art. 1º: “O processo penal rege-se-á, em todo o território brasileiro, por este Código, ressalvados:” I – “os tratados, as convenções e regras de direito internacional”; II – “as prerrogativas constitucionais do Presidente da República, dos ministros de Estado, nos crimes conexos com os do Presidente da República, e dos ministros do Supremo Tribunal Federal, nos crimes de responsabilidade [Constituição, arts. 86, 89, § 2º, e 100]”; III – “os processos da competência da Justiça Militar”; IV – “os processos da competência do tribunal especial [Constituição, art. 122, nº 17]”; V – “os processos por crimes de imprensa”).
- b) Errado, porque: aplicação da Súm. nº 704 do STF: “Não viola as garantias do juiz natural, da ampla defesa e do devido processo legal a atração por continência ou conexão do processo do corréu ao foro por prerrogativa de função de um dos denunciados”.
- c) Errado, porque: a gravação ambiental “clandestina” será considerada válida como prova quando houver justa causa, como ocorre em casos em que a vítima grava uma conversa ambiental por ocasião do cometimento de crime de concussão (direito de autodefesa). É também conhecido como “direito de reserva”, analogia aos arts. 153 e 154 do CP (crimes de violação de segredo). Para a doutrina, justa causa estaria presente nos seguintes casos: (i) consentimento do interessado; (ii) faculdade de comunicação de crime de ação pública; (iii) dever de testemunhar em juízo; (iv) defesa de direito ou interesse legítimo; (v) comprovação de crime ou sua autoria (AVOLIO, 2003. p. 202).
- d) Errado, porque: o processo penal brasileiro adota o princípio da *territorialidade* (art. 1º do CPP). A extraterritorialidade é matéria do Direito Penal (art. 7º do CP).
- e) CERTO, porque: a lei processual penal aplica-se *desde logo, ou seja*, de imediato. Abrange, assim, processos em curso, ainda que referentes a fatos cometidos antes da vigência da lei processual penal (art. 2º do CPP).



### Preste Atenção:

Lembre-se de que só não haverá jurisdição penal para os tribunais e juízes do trabalho (art. 114 da CF).

7. **(Perito Criminal – PC/AC – FUNCAB – 2015)** No inquérito policial, a testemunha fará, sob palavra de honra, a promessa de dizer a verdade do que souber e lhe for perguntado, contudo, quem poderá eximir-se da obrigação de depor é o:
- a) advogado contratado pelo indiciado para realizar sua defesa.
- b) médico a quem o indiciado, por ocasião de uma consulta, forneceu detalhes de seu comportamento.
- c) padre da igreja a quem o indiciado confessou seus segredos.
- d) tabelião a quem o indiciado, para fazer constar em testamento, confiou seus segredos.
- e) irmão do indiciado, que toma conhecimento do fato através de outra pessoa.

### GABARITO OFICIAL: E

#### JUSTIFICATIVA:

- a) Errado, porque: o advogado contratado para a realização da defesa do indiciado, segundo inteligência do art. 207 do CPP, está proibido de realizar o depoimento, por conta de seu mister, sendo certo ainda que consta como um dos direitos inerentes à atividade advocatícia, conforme trata o art. 7º, XIX, da Lei nº 8.906/1994 (Estatuto da OAB), que dispõe o seguinte: “recusar-se a depor como testemunha em processo no qual funcionou ou deva funcionar, ou sobre fato relacionado com pessoa de quem seja ou foi advogado, mesmo quando autorizado ou solicitado pelo constituinte, bem como sobre fato que constitua sigilo profissional”.

- b) Errado, porque: além de o médico não integrar o rol de pessoas a quem o art. 206 do CPP faculta se eximir da prestação de depoimento, está, via de regra, proibido de o fazer, por força do art. 207 do mesmo diploma legal.
- c) Errado, porque: o padre, por razão de seu ofício, está, em regra, proibido de depor, conforme dispõe o art. 207 do CPP.
- d) Errado, porque: o tabelião não integra o rol de pessoas a quem o art. 206 do CPP faculta se eximir de prestar depoimento e ainda, por conta de sua profissão, segundo o art. 207 do CPP, está proibido de realizar o ato, salvo se desobrigado pelo acusado e se quiser fazê-lo.
- e) CERTO, porque: segundo o que preconiza o art. 206 do CPP, o irmão integra o rol das pessoas que poderão se eximir da obrigação de depor.



### Preste Atenção:

Lembre-se: a regra é que a prova testemunhal seja colhida, excetuadas as proibidas de depor – que poderão fazê-lo caso autorizadas pela parte interessada – e as que podem se recusar – as quais deverão ser ouvidas caso a prova do fato não possa ser de outro modo materializada. Observe a dicção categoria do art. 202 do CPP: “Toda pessoa poderá ser testemunha”.

8. **(Perito Criminal – PC/AC – FUNCAB – 2015)** No processo penal, relativamente ao perito, é correto afirmar que:
- a) o perito nomeado poderá, em casos especiais, atuar sozinho.
  - b) deve, quando em atividade na companhia de outro, chegar a um consenso acerca do objeto bem como das conclusões do trabalho, não sendo possível apresentar laudo divergente em separado.
  - c) pode ser determinada a sua oitiva em audiência ou mesmo sua condução coercitiva.
  - d) não pode ser considerado impedido e nem suspeito.
  - e) está obrigado à prestação de compromisso, sendo perito oficial ou nomeado.

### GABARITO OFICIAL: C

#### JUSTIFICATIVA:

- a) Errado, porque: o perito nomeado é o não oficial. Portanto, aplica-se o art. 159, § 1º, do CPP, que demanda a atuação de 2 (dois) peritos não oficiais, portadores de diploma de curso superior, e só após prestarem compromisso de bem e fielmente desempenharem o encargo (art. 159, § 2º, do CPP).
- b) Errado, porque: é possível haver divergência entre peritos, conforme dicção do art. 180 do CPP: “Se houver divergência entre os peritos, serão consignadas no auto do exame as declarações e respostas de um e de outro, ou cada um redigirá separadamente o seu laudo, e a autoridade nomeará um terceiro; se este divergir de ambos, a autoridade poderá mandar proceder a novo exame por outros peritos”.
- c) CERTO, porque: a oitiva em audiência está expressamente prevista no art. 159, § 5º, I, do CPP: Art. 159. (...)

§ 5º Durante o curso do processo judicial, é permitido às partes, quanto à perícia:

I – requerer a oitiva dos peritos para esclarecerem a prova ou para responderem a quesitos, desde que o mandado de intimação e os quesitos ou questões a serem esclarecidas sejam encaminhados com antecedência mínima de 10 (dez) dias, podendo apresentar as respostas em laudo complementar.

Já a condução coercitiva do perito está prevista no art. 278 do CPP: “No caso de não comparecimento do perito, sem justa causa, a autoridade poderá determinar a sua condução”.

- d) Errado, porque: segundo o art. 112 do CPP, o perito integra expressamente o rol de pessoas passíveis de serem consideradas impedidas ou suspeitas, sendo relevante, ainda e nesse pormenor, rememorar a letra dos arts. 279 (impedimento) e 280 (suspeição) do CPP relacionados aos peritos
- Art. 279. Não poderão ser peritos:
- I – os que estiverem sujeitos à interdição de direito mencionada nos ns. I e IV do art. 69 do Código Penal;
- II – os que tiverem prestado depoimento no processo ou opinado anteriormente sobre o objeto da perícia;
- III – os analfabetos e os menores de 21 anos;
- Art. 280. É extensivo aos peritos, no que lhes for aplicável, o disposto sobre suspeição dos juízes.
- e) Errado, porque: segundo disposição do art. 159, § 2º, do CPP, tal obrigatoriedade é atribuída somente ao perito não oficial. Isto se faz coerente pois o perito oficial realiza o compromisso ao tomar posse em seu cargo público.



### Preste Atenção:

O perito deve ser imparcial, daí porque ele pode ser alvo de incidente de suspeição e impedimento. O mesmo não acontece com o assistente técnico, o qual serve como uma espécie de “perito parcial” para a acusação, para o ofendido, para o querelante e para o acusado (art. 159, § 3º, do CPP).

9. (Perito Criminal – PC/AC – FUNCAB – 2015) Em termos de prisão temporária, é correto afirmar que:
- os presos temporários, a critério da autoridade policial, poderão permanecer separados dos demais detentos.
  - a autoridade policial possui atribuição para realizar a prisão temporária mesmo antes da expedição do mandado judicial, bastando que tenha sido instaurado o regular inquérito policial.
  - poderá ser decretada no curso do inquérito policial bem como do processo penal, a fim de assegurar a aplicação da lei penal.
  - após decretada a prisão temporária, será expedido mandado de prisão em duas vias, uma das quais deverá ser entregue ao indiciado e servirá como nota de culpa.
  - extinta a prisão temporária, o indiciado só poderá ser colocado em liberdade por meio de Alvará de Soltura, expedido pelo juiz.

### GABARITO OFICIAL: D

#### JUSTIFICATIVA:

- Errado, porque: segundo disposição expressa do art. 3º da Lei nº 7.960/1989: “Os presos temporários deverão obrigatoriamente permanecer separados dos demais detentos”.
- Errado, porque: a prisão temporária só poderá ser executada depois da expedição do mandado judicial, de acordo com dicção explícita do art. 2º da Lei nº 7.960/1989.
- Errado, porque: a prisão temporária é popularmente conhecida como “prisão policial” e terá tempestividade apenas na fase pré-processual da *persecutio criminis*, sendo certo que a medida só poderá ser decretada pelo juiz mediante representação da autoridade policial ou requerimento do Ministério Público, mas nunca de ofício pelo juiz, tampouco pelo Delegado de Polícia.
- CERTO, porque: é o que está disposto, de forma literal, no art. 2º, § 4º, da Lei nº 7.960/1989.
- Errado, porque: segundo consta no art. 2º, § 7º, da Lei nº 7960/1989, decorrido o prazo da medida e não sendo decretada sua prisão preventiva, o preso deverá ser imediatamente posto em liberdade.

**Preste Atenção:**

Lembre-se das balizas do sistema acusatório, no qual o juiz deve ser imparcial, proferindo decisões fundamentadas em audiência pública. Nesse diapasão, a prisão temporária – antes do recebimento da denúncia ou queixa – será decretada pelo juiz sempre mediante representação da autoridade policial ou requerimento do MP, não havendo possibilidade de sua decretação de ofício (art. 2º da Lei nº 7.960/1989). No que concerne à possibilidade de sua decretação no curso da ação penal, a doutrina e jurisprudência são praticamente unânimes em afirmar sua impossibilidade, pois tal prisão visa, primordialmente, assegurar o êxito das investigações que antecedem o ajuizamento da ação penal. Ora, se havia elementos para oferecimento da denúncia (indícios suficientes de autoria e materialidade delitivas), porque pedir a prisão temporária, cuja função é tutelar as investigações do inquérito policial. Nesse sentido, segue julgado do STJ: “Uma vez recebida a denúncia não mais subsiste o decreto de prisão temporária, que visa resguardar, tão somente, a integridade das investigações” (STJ – HC nº 44987/BA (2005/0099651-9) – rel. Min. Felix Fischer – j. 2-2-2006 – DJ 13-3-2006)

**10. (Perito Criminal – PC/AC – FUNCAB – 2015)** Em relação ao tema provas, analise as assertivas seguintes.

- 1) Com relação ao exame de corpo de delito, serão facultadas ao Ministério Público, ao assistente de acusação, ao ofendido, ao querelante e ao acusado a formulação de quesitos e indicação de assistente técnico.
- 2) Caso fique convencido da materialidade do fato e da existência de indícios suficientes de autoria ou de participação, o juiz, fundamentadamente, pronunciará o acusado.
- 3) Quando a infração deixar vestígios, será realizado o exame de corpo de delito, direto ou indireto, podendo supri-lo a confissão do acusado.
- 4) O inquérito policial é dispensável para propositura da ação penal, podendo supri-lo as peças de informações ou a representação.
- 5) Caso o laudo pericial contenha omissões, obscuridades, contradições ou não respeite as formalidades em sua confecção, o juiz deverá rejeitá-lo por tratar-se de prova ilegítima.

Assinale a opção que contém a sequência de respostas corretas.

- |              |              |
|--------------|--------------|
| a) 2, 3 e 5. | d) 1, 2 e 4. |
| b) 1, 3 e 4. | e) 2, 4 e 5. |
| c) 3, 4 e 5. |              |

**GABARITO OFICIAL: D****JUSTIFICATIVA:**

- a) Errado, porque: os itens 3 e 5 estão incorretos. A sequência de respostas corretas é 1, 2 e 4;
- b) Errado, porque: o item 3 está incorreto. A sequência de respostas corretas é 1, 2 e 4;
- c) Errado, porque: conforme já dito, os itens 3 e 5 estão incorretos. A sequência de respostas corretas é 1, 2 e 4;
- d) CERTO, porque: os itens 1, 2 e 4 estão corretos, nos termos dos artigos 159, § 3º, 413, *caput* e 46, § 1º, do CPP, respectivamente;
- e) Errado, porque: o item 5 está incorreto. A sequência de respostas corretas é 1, 2 e 4.
- 5) Errado, porque: segundo disposição do art. 181 do CPP: “No caso de inobservância de formalidades, ou no caso de omissões, obscuridades ou contradições, a autoridade judiciária mandará suprir a formalidade, complementar ou esclarecer o laudo”.



### Preste Atenção:

Quando o concursando deparar com este tipo de teste, faça combinações com as assertivas que tem certeza que estão certas, cotejando-as com as assertivas que tem certeza que estão erradas. Assim, o candidato não precisará saber todas as alternativas para encontrar a resposta correta.

#### II. (Perito Criminal – PC/AC – FUNCAB – 2015) Acerca das prisões em flagrante, preventiva e domiciliar, assinale a alternativa correta.

- a) O agente somente poderá ser preso em flagrante delito no prazo de vinte e quatro horas a contar do momento da prática da infração penal, sendo certo que a autoridade policial contará com igual prazo para comunicar a prisão ao juiz competente, ao Ministério Público, a Defensoria Pública e a família do preso.
- b) Ocorre hipótese de flagrante impróprio quando o agente é perseguido e preso logo após praticar o delito, pela autoridade, pelo ofendido ou por qualquer pessoa, em situação que faça presumir ser o autor da infração.
- c) A prisão preventiva, por sua natureza cautelar, somente poderá ser decretada pela autoridade judiciária uma única vez.
- d) Em nenhuma hipótese a autoridade policial poderá lavrar o auto de prisão em flagrante se não houver testemunhas da infração praticada.
- e) Prisão domiciliar consiste no recolhimento do indiciado ou acusado em sua residência, só podendo dela ausentar-se com autorização judicial e será concedida ao preso maior de sessenta anos que tenha praticado crime contra a Administração Pública.

#### GABARITO OFICIAL: B

##### JUSTIFICATIVA:

- a) Errado, porque: não há prazo máximo para a realização da prisão em flagrante, ainda que seja na modalidade “flagrante presumido” (art. 302, IV, do CPP), de acordo com a doutrina e jurisprudência dominante.
- b) CERTO, porque: trata-se de reprodução literal do art. 302, III, do CPP.
- c) Errado, porque: a prisão preventiva poderá ser decretada e revogada pelo magistrado, sempre que presente ou ausente qualquer dos requisitos autorizadores, ou não, da medida, tudo isso em benefício da preservação do resultado útil do processo penal que, em larga medida, se alinha à busca da verdade real. Dispõe o art. 316 do CPP que: “O juiz, salvo o caso do art. 312, poderá revogar a prisão preventiva se, no correr do processo, verificar a falta de motivo para que subsista, bem como de novo decretá-la, se sobrevierem razões que a justifiquem”.
- d) Errado, porque: a falta de testemunha não impede o flagrante, mas, neste caso, deve haver 2 testemunhas da apresentação do preso à autoridade, conforme dispõe o art. 304, § 2º, do CPP.
- e) Errado, porque: após o advento da Lei nº 12.403/2011, os arts. 317 e 318 do CPP passaram a tratar expressamente da “prisão domiciliar”, sendo passível de concessão para presos maiores de oitenta anos, e não sessenta como dispunha a alternativa:  
 Art. 318. Poderá o juiz substituir a prisão preventiva pela domiciliar quando o agente for:
  - I – maior de 80 (oitenta) anos;
  - II – extremamente debilitado por motivo de doença grave;
  - III – imprescindível aos cuidados especiais de pessoa menor de 6 (seis) anos de idade ou com deficiência;
  - IV – gestante;
  - V – mulher com filho de até 12 (doze) anos de idade incompletos;
  - VI – homem, caso seja o único responsável pelos cuidados do filho de até 12 (doze) anos de idade incompletos.

**Preste Atenção:**

A alternativa A está incorreta porque o prazo de 24 horas existente no CPP é aquele voltado ao encaminhamento do auto de prisão em flagrante delito ao juiz. Segundo o art. 306 § 1º, do CPP: “Em até 24 horas após a realização da prisão, será encaminhado ao juiz competente o auto de prisão em flagrante e, caso o autuado não informe o nome de seu advogado, cópia integral para a Defensoria Pública”, o qual poderá tomar uma de três decisões: (i) “relaxar a prisão ilegal” (art. 310, I, do CPP); (ii) converter a prisão em flagrante em preventiva, quando presentes os requisitos constantes do art. 312 deste Código, e se revelarem inadequadas ou insuficientes as medidas cautelares diversas da prisão” (art. 310, II, do CPP); ou (iii) “conceder liberdade provisória, com ou sem fiança” (art. 310, III, do CPP). Neste último caso, o juiz homologa o flagrante, pois estão presentes os requisitos legais do art. 302 do CPP, mas, diante da desnecessidade da decretação da medida cautelar prisional (condição subsidiária da prisão cautelar e condição *rebus sic stantibus*), ele – magistrado – concede a liberdade provisória com ou sem fiança (julgamento de conveniência e oportunidade).

**12. (Perito Criminal – PC/AC – FUNCAB – 2015)** Sobre o exame do corpo de delito, é correto afirmar que:

- a) o juiz ou a autoridade policial negará o exame de corpo de delito ou qualquer outra perícia requerida pelas partes, quando não for necessária ao esclarecimento da verdade.
- b) para representar as lesões encontradas no cadáver, os peritos, quando possível, juntarão ao laudo de exame provas fotográficas, esquemas ou desenhos, devidamente rubricados.
- c) na análise das provas, o juiz não ficará adstrito ao laudo, podendo aceitá-lo. Contudo, se rejeitá-lo, deverá ser no todo e não parcialmente.
- d) o exame de corpo de delito deverá ser realizado por dois peritos oficiais, relator e revisor, portadores de diploma de curso superior.
- e) no exame por precatória, a nomeação dos peritos far-se-á pelo juiz deprecante. Nos casos de ação penal privada, por acordo das partes, essa nomeação poderá ser feita pelo juízo deprecado.

**GABARITO OFICIAL: B****JUSTIFICATIVA:**

- a) Errado, porque: segundo o que preconiza o art. 158 do CPP, o exame de corpo de delito, quando a infração deixar vestígios, será indispensável.
- b) CERTO, porque: trata-se de uma reprodução literal do disposto no art. 165 do CPP.
- c) Errado, porque: o juiz não ficará adstrito ao laudo, podendo aceitá-lo ou rejeitá-lo, no todo ou em parte, segundo o art. 182 do CPP. Na doutrina se diz que o juiz é “o perito dos peritos”.
- d) Errado, porque: conforme ensina o art. 159, *caput*, do CPP, o exame de corpo de delito será realizado por um perito oficial, portador de diploma de curso superior.
- e) Errado, porque: a questão inverte a correção dos juízos “deprecante” e “deprecado”, sendo certo exatamente o inverso do que dispôs, ou seja, no exame por precatória, a nomeação dos peritos far-se-á pelo juiz deprecado. Nos casos de ação penal privada, por acordo das partes, essa nomeação poderá ser feita pelo juízo deprecante, conforme disciplina o art. 177 do CPP.

**Preste Atenção:**

Lembre-se, entretanto, que o juízo deprecado é o competente para processar e julgar crime de falso testemunho praticado mediante carta precatória, por força da regra do art. 70 do CPP.

- 13. (Perito Criminal – PC/AC – FUNCAB – 2015)** No que se refere à ação penal, é correto dizer que:
- a) a ação penal nas contravenções poderá ser iniciada por meio de portaria expedida pela autoridade judiciária.
  - b) no caso de morte do ofendido ou quando declarado ausente por decisão judicial, o direito de oferecer queixa ou prosseguir na ação passará ao Ministério Público, na qualidade de substituto processual necessário.
  - c) será admitida ação privada nos crimes de ação pública, se esta não for intentada no prazo legal pelo Ministério Público, cabendo ao Ofendido, se necessário, aditar a queixa, não podendo o MP retomar a ação como parte principal.
  - d) a representação será irretratável, depois de recebida a denúncia.
  - e) a renúncia ao exercício do direito de queixa, em relação a um dos autores do crime, a todos se estenderá.

**GABARITO OFICIAL: E****JUSTIFICATIVA:**

- a) Errado, porque: o art. 26 do CPP prevê: “A ação penal, nas contravenções, será iniciada com o auto de prisão em flagrante ou por meio de portaria expedida pela autoridade judiciária ou policial”. Contudo, este dispositivo não foi recepcionado pela Constituição Federal de 1988 por ferir o sistema acusatório (separação, em órgãos distintos, das atividades estatais de investigar, acusar, defender e julgar), além de ir de encontro ao art. 129, I, da CF/1988, que assegura ao Ministério Público, privativamente, a missão de promover a ação penal pública.
- b) Errado, porque: conforme disposição expressa do art. 31 do CPP, estará legitimado para ser sucessor processual do ofendido seu cônjuge, ascendente, descendente e irmão do ofendido.
- c) Errado, porque: conforme entendimento trazido pelo art. 29 do CPP, havendo negligência do querelante, o Ministério Público retomar a ação como parte principal.
- d) Errado, porque: segundo disposição do art. 25 do CPP, a representação será irretratável após o oferecimento da denúncia e não no ato do recebimento.
- e) CERTO, porque: reprodução literal do art. 49 do CPP.

**Preste Atenção:**

Com relação à sucessão ou substituição no direito de queixa-crime e representação, lembre-se do “CADI”, palavra que ajudará a lembrar de: “cônjuge”, “ascendente”, “descendente” e “irmão”.

- 14. (Perito Criminal – PC/AC – FUNCAB – 2015)** Assinale a alternativa correta dentre as opções seguintes.
- a) A produção de prova pode ser realizada de ofício pelo juiz e a avaliação da prova produzida é, em regra, feita pelo sistema da íntima convicção do juiz.
  - b) Não existe vedação legal para exercer a função de perito para quem tiver prestado depoimento no processo a respeito do objeto da perícia.
  - c) Considerando que no Inquérito Policial não vigora o princípio do contraditório, o advogado do indiciado não poderá, nesta fase, requerer diligências.

- d) O Código de Processo Penal prevê que nos crimes materiais o exame pericial é obrigatório. Entretanto, no processo sumaríssimo do Juizado Especial Criminal, para o oferecimento da denúncia, caso a materialidade esteja comprovada com o Boletim de Atendimento Médico – BAM, o referido exame será prescindível.
- e) Nos casos de exclusiva ação penal privada, o querelante poderá preferir o foro de domicílio ou da residência do réu somente quando o lugar da infração não for conhecido.

### GABARITO OFICIAL: D

#### JUSTIFICATIVA:

- a) Errado, porque: apesar de o início da alternativa estar correto, quanto à apreciação da prova, vigora o princípio da persuasão racional ou livre convencimento motivado pelo juiz.
- b) Errado, porque: o art. 279, II, do CPP impõe literalmente tal impedimento ao perito.
- c) Errado, porque: de acordo com o que dispõe o art. 14 do CPP, o ofendido ou seu representante legal poderá requerer qualquer diligência, que será realizada ou não, a critério da autoridade.
- d) CERTO, porque: tal colocação é verdadeira, de acordo com o art. 77, § 1º, da Lei nº 9.099/1995, que trata do rito sumaríssimo para os crimes de menor potencial ofensivo.
- e) Errado, porque: o enunciado inverte o disposto no art. 73 do CPP pois, nos casos de exclusiva ação penal privada, o querelante poderá preferir o foro de domicílio ou da residência do réu, ainda quando o lugar da infração for conhecido.



#### Preste Atenção:

Quanto ao sistema de apreciação e avaliação da prova, a regra da persuasão racional ou da livre convicção motivada do juiz (relacionada ao brocardo jurídico *iura novit curia*) é a adotada no Brasil, impondo limitação à discricionariedade do juiz, que deve decidir, fundamentadamente, com base na prova dos autos, daí falar-se em discricionariedade regrada (art. 93, IX, da CF).

### 15. (Perito Criminal – Contabilidade – PC/AC – FUNCAB – 2015) Acerca do exame de corpo de delito previsto no Código de Processo Penal, assinale a assertiva correta.

- a) Quando a infração deixar vestígios, será indispensável o exame de corpo de delito, direto ou indireto, podendo supri-lo a confissão do acusado.
- b) O exame de corpo de delito e outras perícias serão realizados por dois peritos oficiais, portadores de diploma de curso superior.
- c) Os peritos não oficiais prestarão o compromisso de bem e fielmente desempenharem o encargo.
- d) Na falta de perito oficial, o exame será realizado por 03 (três) pessoas idôneas.
- e) Não sendo possível o exame de corpo de delito, por haverem desaparecido os vestígios, a prova testemunhal não suprirá a falta.

### GABARITO OFICIAL: C

#### JUSTIFICATIVA:

- a) Errado, porque: a confissão do acusado não poderá suprir a realização do exame de corpo de delito, direto ou indireto, conforme disposição do art. 158 do CPP.
- b) Errado, porque: conforme disposição expressa do art. 159, *caput*, do CPP, em regra o exame de corpo de delito e outras perícias serão realizados por perito oficial, ou seja, depois da alteração legislativa promovida pela Lei nº 11.690/2008, só se exige um único perito para elaboração do exame de corpo de delito e outras perícias.

- c) CERTO, porque: trata-se de disposição literal do art. 159, § 2º, do CPP.
- d) Errado, porque: neste caso, a legislação impõe a análise de duas pessoas idôneas para a realização do exame (art. 159, § 1º, do CPP).
- e) Errado, porque: o art. 167 do CPP é claro em permitir que a prova testemunhal supra a falta do exame de corpo de delito, caso tenham desaparecido os vestígios.



### Preste Atenção:

A atividade pericial é ligada à expressão *visum et repertum*, que significa “ver e reportar”. Trata-se da tarefa pericial precípua de analisar a situação posta a sua apreciação e, assim, deve reportar o que aferiu, independentemente de suas convicções e princípios íntimos. O perito é profissional especializado, no entanto, ele não apenas irá relatar o que viu, mas irá interpretar aquilo que verificou com base em seus conhecimentos técnico-científicos.

- 16. (Perito Criminal – Contabilidade – PC/AC – FUNCAB – 2015)** Acerca das perícias em geral previstas na legislação processual penal, assinale a assertiva correta.
- a) A autópsia será feita pelo menos cinco horas depois do óbito, salvo se os peritos, pela evidência dos sinais de morte, julgarem que possa ser feita antes daquele prazo, o que declararão no auto.
  - b) Nos casos de morte violenta, bastará o simples exame externo do cadáver, quando não houver infração penal que apurar.
  - c) Os cadáveres serão sempre fotografados na posição de decúbito dorsal, bem como, na medida do possível, todas as lesões externas e vestígios deixados no local do crime.
  - d) Para representar as lesões encontradas no cadáver, os peritos, sempre juntarão ao laudo do exame provas fotográficas, esquemas ou desenhos.
  - e) Tratando-se de perícia complexa que abranja mais de uma área de conhecimento especializado, obrigatoriamente será designada a atuação de mais de um perito oficial.

### GABARITO OFICIAL: B

#### JUSTIFICATIVA:

- a) Errado, porque: segundo disposição expressa do art. 162 do CPP, tal exame pericial será realizado pelo menos 6 seis horas depois do óbito, salvo se os peritos, pela evidência dos sinais de morte, julgarem que possa ser feita antes daquele prazo, o que declararão no auto.
- b) CERTO, porque: trata-se de regra trazida pelo art. 162, parágrafo único, do CPP.
- c) Errado, porque: a legislação não impõe tal posição para a fotografia do cadáver, pelo contrário, conforme o art. 164 do CPP, os cadáveres serão sempre fotografados na posição em que forem encontrados.
- d) Errado, porque: os peritos deverão juntar os referidos elementos ao laudo apenas quando for possível, segundo disciplina do art. 165 do CPP.
- e) Errado, porque: de acordo com que se infere da leitura do art. 159, § 7º, do CPP, a atuação de mais de um perito no mesmo ato não é uma obrigatoriedade, tudo irá depender da situação fática.



### Preste Atenção:

Ficar atento a expressões absolutas como “sempre”, “nunca”, “jamais”, pois possuem grande probabilidade de estarem erradas, na medida em que a ciência do direito comporta, em sua absoluta maioria, exceções e ressalvas, repelindo radicalismos.

**17. (Perito Médico – PC/DF – FUNIVERSA – 2015)** Acerca do inquérito policial, assinale a alternativa correta segundo o Código de Processo Penal (CPP) e a doutrina.

- a) O despacho que indeferir o requerimento de abertura de inquérito será irrecorrível.
- b) A instauração de inquérito policial, nos crimes de ação privada, prescinde de requerimento do ofendido.
- c) *Notitia criminis* é a denúncia da ocorrência de uma infração penal e, se possível, do seu autor, à autoridade policial, feita por qualquer do povo.
- d) Nos crimes em que a ação pública depender de representação, a investigação policial só poderá ser iniciada com a provocação do ofendido.
- e) *Delatio criminis* é a ciência, por parte do delegado, da ocorrência de um fato criminoso, podendo ser indireta ou direta.

#### GABARITO OFICIAL: D

#### JUSTIFICATIVA:

- a) Errado, porque: segundo o art. 5º, § 2º, do CPP, caberá recurso para o “chefe de Polícia”.
- b) Errado, porque: a alternativa tenta confundir o candidato com a expressão “prescinde”, sendo certo que, nos crimes de ação privada, o requerimento do ofendido é indispensável, conforme preconiza o art. 5º, § 5º, do CPP.
- c) Errado, porque: a alternativa carrega esboço do conceito de *delatio criminis* (art. 5º, § 3º, do CPP), e não de *notitia criminis*, que possui diversas formas.
- d) CERTO, porque: trata-se de inteligência do art. 5º, § 4º, do CPP, lembrando que o ofendido foi alvo de crime de ação penal pública condicionada à representação.
- e) Errado, porque: a *delatio criminis* é uma denominação doutrinária que representa a comunicação verbal ou por escrito prestada por terceiro identificado (pessoa diversa do ofendido). Sua base legal é o § 3º do art. 5º do CPP.



#### Preste Atenção:

O examinador cobrava do candidato conhecimento doutrinário. Nesse diapasão saibamos, em apertada síntese, o que se segue:

- (i) *Notitia criminis* de cognição imediata: conhecimento pela própria autoridade policial em suas atividades rotineiras;
- (ii) *Notitia criminis* de cognição mediata: conhecimento por terceiros;
- (iii) *Notitia criminis* coercitiva: conhecimento da infração se dá pela apresentação de prisão em flagrante delito;
- (iv) *Delatio criminis*: Qualquer pessoa do povo identificada comunica, pedindo providências (art. 5º, § 3º, do CPP);
- (v) *Notitia criminis inqualificada*: é a famigerada “denúncia anônima”, tecnicamente conhecida como delação apócrifa ou anônima.

**18. (Perito Médico – PC/DF – FUNIVERSA – 2015)** Com relação à busca e apreensão segundo o Código de Processo Penal, é correto afirmar que

- a) se permite a apreensão de armas e munições, instrumentos utilizados na prática de crime ou destinados a fim delituoso, mediante busca domiciliar.
- b) não será efetuada busca e apreensão de objetos necessários à defesa do réu.
- c) a busca pessoal deverá ser precedida da expedição de mandado judicial quando houver fundada suspeita de que a pessoa esteja na posse de objetos ou papéis que constituam corpo de delito.

- d) a busca não poderá ser determinada de ofício.  
e) se permite, em regra, a apreensão de documento em poder do defensor do acusado.

**GABARITO OFICIAL: A****JUSTIFICATIVA:**

- a) CERTO, porque: a questão encontra amparo legal no art. 240, § 1º, *d*, do CPP.  
b) Errado, porque: não há disposição expressa neste sentido, entretanto, infere-se o entendimento em contrário da leitura do art. 242 do CPP, o qual dispõe que a medida poderá ser requerida por qualquer das partes.  
c) Errado, porque: a busca e apreensão deverá acontecer sempre após a expedição de mandado judicial, salvo se a autoridade judiciária acompanhar o ato. Segundo o art. 241 do CPP: “Quando a própria autoridade policial ou judiciária não a realizar pessoalmente, a busca domiciliar deverá ser precedida da expedição de mandado”, lembrando que a presença do Delegado de Polícia na diligência, depois da CF/1988, ainda assim gera a necessidade de expedição prévia de mandado judicial na esteira do art. 5º, XI, da CF/1988).  
d) Errado, porque: segundo o art. 242 do CPP, a medida poderá ser decretada de ofício.  
e) Errado, porque: em regra, não se permite a apreensão de documento em poder do defensor do acusado, salvo quando constituir elemento do corpo de delito, conforme disposição expressa do art. 243, § 2º, do CPP.

**Preste Atenção:**

O examinador cobrou na alternativa C o conhecimento do art. 240 do CPP (“A busca será domiciliar ou pessoal”) e de seu § 2º (“Proceder-se-á à busca pessoal quando houver fundada suspeita de que alguém oculte consigo arma proibida ou objetos mencionados nas letras *b* a *f* e letra *h* do parágrafo anterior.”). Ou seja, a fundada suspeita no cometimento do crime autoriza qualquer agente da Autoridade Policial – leia-se Delegado de Polícia – a proceder busca pessoal, sem necessidade de mandado judicial e desde que esta não importe em violação de domicílio.

**19. (Perito Médico – PC/DF – FUNIVERSA – 2015)** No que se refere às perícias em geral, assinale a alternativa correta.

- a) É vedado às partes formular quesitos às diligências periciais; somente poderá fazê-lo a autoridade policial.  
b) Quando a infração deixar vestígios, será dispensável o exame de corpo de delito.  
c) Se houver dúvida sobre a identidade do cadáver exumado, o reconhecimento será feito pelo instituto de identificação e estatística ou por repartição congênere, sendo vedada a inquirição de testemunhas para esta hipótese.  
d) Nos crimes cometidos com destruição ou rompimento de obstáculo, subtração da coisa, ou por meio de escalada, os peritos, além de descrever os vestígios, devem indicar com que instrumentos, por que meios e em que época presumem ter sido o fato praticado.  
e) Em regra, não é permitido ao juiz negar a perícia requerida pelas partes quando não for necessária a esclarecimento da verdade.

**GABARITO OFICIAL: D****JUSTIFICATIVA:**

- a) Errado, porque: segundo o art. 159, § 3º, do CPP, é facultado ao Ministério Público, ao assistente de acusação, ao ofendido, ao querelante e ao acusado a formulação de quesitos, bem como a indicação de assistente técnico.

- b) Errado, porque: o exame de corpo de delito, nos casos em que a infração deixar vestígios, será indispensável, na linha do art. 158 do CPP.
- c) Errado, porque: segundo disposição expressa do art. 166 do CPP, a inquirição de testemunhas é diligência idônea para identificar o cadáver exumado.
- d) CERTO, porque: trata-se de disposição trazida pelo art. 171 do CPP.
- e) Errado, porque: segundo inteligência do art. 184 do CPP: “Salvo o caso de exame de corpo de delito, o juiz ou a autoridade policial negará a perícia requerida pelas partes, quando não for necessária ao esclarecimento da verdade.”



### Preste Atenção:

Perceba que alguns temas são recorrentes em provas de concurso para ingresso nas carreiras policiais, como a inteligência do art. 159 do CPP nos certames para peritos criminais. Por isso, o importante é direcionar seu estudo, concentrando esforços de memorização nos assuntos mais exigidos nas provas das carreiras que o candidato deseja abraçar.

- 20. (Perito Médico – PC/DF – FUNIVERSA – 2015)** No que se refere à prova documental, assinale a alternativa correta segundo o Código de Processo Penal.
- a) O juiz não pode colher diretamente as provas, independentemente de requerimento de qualquer das partes, ainda que tenha notícia da existência de documento relativo a ponto relevante da acusação ou da defesa.
  - b) As cartas particulares não poderão ser exibidas em juízo pelo respectivo destinatário, ainda que para a defesa de seu direito, se não houver o consentimento do signatário.
  - c) Qualquer fase do processo admite a juntada de documentos, sempre se providenciando a ciência das partes envolvidas, exceto quando a lei dispuser em sentido diverso.
  - d) Os documentos em língua estrangeira deverão ser traduzidos por tradutor público. Na sua falta, é vedado ao magistrado nomear pessoa de confiança e idônea para proceder à tradução, mediante compromisso.
  - e) Findo o processo, o juiz, de ofício, devolverá o documento à parte que o produziu.

### GABARITO OFICIAL: C

#### JUSTIFICATIVA:

- a) Errado, porque: o art. 234 do CPP disciplina exatamente o contrário: “Se o juiz tiver notícia da existência de documento relativo a ponto relevante da acusação ou da defesa, providenciará, independentemente de requerimento de qualquer das partes, para sua juntada aos autos, se possível.”
- b) Errado, porque: segundo o art. 233, par. ún., do CPP: “As cartas poderão ser exibidas em juízo pelo respectivo destinatário, para a defesa de seu direito, ainda que não haja consentimento do signatário.”
- c) CERTO, porque: trata-se de disposição trazida pelo art. 231 do CPP.
- d) Errado, porque: a alternativa é contrária ao prelecionado no art. 236 do CPP, sendo certo que, na falta de tradutor público, o magistrado poderá nomear pessoa idônea para proceder à tradução.
- e) Errado, porque: segundo o texto do art. 238 do CPP: “Os documentos originais, quando não exista motivo relevante que justifique a sua conservação nos autos, poderão, mediante requerimento (nunca de ofício), e ouvido o Ministério Público, ser entregues à parte que os produziu, ficando traslado nos autos.”

**Preste Atenção:**

O princípio da verdade real ou material informa o processo penal, demandando posição ativa do juiz na elucidação dos fatos, consoante art. 234 do CPP: “Se o juiz tiver notícia da existência de documento relativo a ponto relevante da acusação ou da defesa, providenciará, independentemente de requerimento de qualquer das partes, para sua juntada aos autos, se possível.”.

- 21. (Papiloscopista Policial – PC/DF – FUNIVERSA – 2015)** Caberá prisão temporária (Lei nº 7.960/1989) quando for imprescindível para as investigações do inquérito policial e houver fundadas razões, de acordo com qualquer prova admitida na legislação penal, de autoria ou participação do indiciado no crime de
- |                            |                       |
|----------------------------|-----------------------|
| a) homicídio culposo.      | d) corrupção ativa.   |
| b) constrangimento ilegal. | e) tráfico de drogas. |
| c) receptação qualificada. |                       |

**GABARITO OFICIAL: E****JUSTIFICATIVA:**

- a) Errado, porque: o tipo penal anteriormente descrito não integra o rol taxativo do art. 1º da Lei nº 7.960/1989, o qual apresenta as hipóteses que autorizam a medida.
- b) Errado, porque: o tipo penal anteriormente descrito não integra o rol taxativo do art. 1º da Lei nº 7.960/1989, o qual apresenta as hipóteses que autorizam a medida.
- c) Errado, porque: o tipo penal anteriormente descrito não integra o rol taxativo do art. 1º da Lei nº 7.960/1989, o qual apresenta as hipóteses que autorizam a medida.
- d) Errado, porque: o tipo penal anteriormente descrito não integra o rol taxativo do art. 1º da Lei nº 7.960/1989, o qual apresenta as hipóteses que autorizam a medida.
- e) CERTO, porque: o tipo penal anteriormente descrito integra o rol taxativo do art. 1º, III, *n*, da Lei nº 7.960/1989, o qual apresenta as hipóteses que autorizam a medida.

**Preste Atenção:**

Os crimes contidos no rol legal do art. 1º, III, da Lei nº 7.960/1989 encerram um rol taxativo (segundo ampla maioria doutrinária) e não contemplam contravenções penais ou crimes culposos.

- 22. (Papiloscopista Policial – PC/DF – FUNIVERSA – 2015)** Assinale a alternativa correta acerca do reconhecimento de pessoas e coisas e da acareação segundo o Código de Processo Penal (CPP).
- a) A acareação é ato processual presidido pelo promotor de justiça, visando à busca da verdade real.
- b) A acareação não pode ser realizada na fase policial.
- c) Se houver fundado receio de que a pessoa chamada para o reconhecimento, por efeito de intimidação ou outra influência, não diga a verdade em face da pessoa que deve ser reconhecida, a autoridade providenciará para que esta não veja aquela.
- d) Admite-se que várias pessoas sejam chamadas a efetuar o reconhecimento de pessoa ou de objeto, de forma coletiva ou em grupo.
- e) A acareação é inadmissível entre acusados, em razão de seu direito constitucional ao silêncio.

**GABARITO OFICIAL: C**

**JUSTIFICATIVA:**

- a) Errado, porque: a acareação é ato processual presidido pelo magistrado, na fase processual, e pelo delegado de polícia, no inquérito policial, tendo por objeto esclarecer pontos divergentes, em suas declarações, sobre fatos ou circunstâncias relevantes.
- b) Errado, porque: segundo inteligência do art. 6º, VI, do CPP, é possível a realização da acareação na fase inquisitorial, sendo então o ato presidido pelo Delegado de Polícia.
- c) CERTO, porque: o disposto na alternativa anterior encontra amparo legal no art. 226, III, do CPP.
- d) Errado, porque: segundo ensina o art. 228 do CPP, neste caso cada pessoa fará a prova em separado, evitando-se ainda qualquer comunicação entre elas.
- e) Errado, porque: segundo disposição expressa do art. 229 do CPP, o ato será realizado “entre acusados, entre acusado e testemunha, entre testemunhas, entre acusado ou testemunha e a pessoa ofendida, e entre as pessoas ofendidas, sempre que divergirem, em suas declarações, sobre fatos ou circunstâncias relevantes”. Claro que, mesmo durante a acareação, continua vigendo o princípio *nemo tenetur se detegere* (ou “ninguém é obrigado a produzir prova contra si mesmo”), razão pela qual a doutrina e jurisprudência majoritárias entendem que o acusado é obrigado a comparecer ao ato da acareação, mas não precisa responder as indagações que lhe são feitas.

**Preste Atenção:**

Uma das aplicações do princípio *nemo tenetur se detegere* (ninguém é obrigado a produzir prova contra si mesmo – princípio constitucional implícito) é que a pessoa a quem se atribua o escrito será intimada para o ato, devendo comparecer, mas não ficará obrigada (portanto estará desobrigada) a fornecer grafias de seu próprio punho para comparação, mesmo diante do art. 174 do CPP:

Art. 174. No exame para o reconhecimento de escritos, por comparação de letra, observar-se-á o seguinte:

I – a pessoa a quem se atribua ou se possa atribuir o escrito será intimada para o ato, se for encontrada;

II – para a comparação, poderão servir quaisquer documentos que a dita pessoa reconhecer ou já tiverem sido judicialmente reconhecidos como de seu punho, ou sobre cuja autenticidade não houver dúvida;

III – a autoridade, quando necessário, requisitará, para o exame, os documentos que existirem em arquivos ou estabelecimentos públicos, ou nestes realizará a diligência, se daí não puderem ser retirados;

IV – quando não houver escritos para a comparação ou forem insuficientes os exibidos, a autoridade mandará que a pessoa escreva o que lhe for ditado. Se estiver ausente a pessoa, mas em lugar certo, esta última diligência poderá ser feita por precatória, em que se consignarão as palavras que a pessoa será intimada a escrever.

**23. (Papiloscopista Policial – PC/DF – FUNIVERSA – 2015)** Assinale a alternativa correta acerca do inquérito policial e do indiciamento segundo o Código de Processo Penal e a doutrina.

- a) Cabe ao promotor ou ao juiz, mediante requisição, determinar o indiciamento de alguém pela autoridade policial.
- b) Veda-se à vítima requerer ao delegado realização de diligências na fase do inquérito policial.
- c) Cabe à autoridade policial decretar a prisão preventiva do indiciado.
- d) O indiciamento é um ato discricionário da autoridade policial.

- e) Quando a autoridade policial tiver conhecimento da prática da infração penal, deverá averiguar a vida pregressa do indiciado, sob o ponto de vista individual, familiar e social, sua condição econômica, sua atitude e seu estado de ânimo antes e depois do crime e durante ele, além de quaisquer outros elementos que contribuam para a apreciação do seu temperamento e do seu caráter.

### GABARITO OFICIAL: E

#### JUSTIFICATIVA:

- a) Errado, porque: o indiciamento é ato exclusivo da autoridade policial. O instituto decorre da livre convicção motivada do Delegado de Polícia, após criteriosa análise das provas colhidas em sede de IP, de modo a concluir-se que a pessoa indiciada é o provável autor do fato investigado (art. 2º, § 6º, da Lei nº 12.830/2013);
- b) Errado, porque: de acordo com o que dispõe o art. 14 do CPP: “O ofendido ou seu representante legal poderá requerer qualquer diligência, que será realizada, ou não, a critério da autoridade”.
- c) Errado, porque: conforme ensina o art. 311 do CPP, a competência para a decretação da prisão preventiva é do juiz, podendo fazê-lo de ofício ou a requerimento da autoridade policial.
- d) Errado, porque: vige no processo penal como regra e na investigação criminal como um todo os princípios da obrigatoriedade e da indisponibilidade, pautados na máxima *nec delicta maneat impunita* (nenhum delito deve ficar impune). Assim, a doutrina majoritária entende que, uma vez reunidos elementos probatórios suficientes para conduzir a convicção do Delegado de Polícia ao apontamento da autoria delitiva, sem pairar sombra de dúvida, o indiciamento afigura-se ato vinculado, não podendo sua realização sofrer juízo de conveniência e oportunidade.
- e) CERTO, porque: trata-se de disposição expressa do art. 6º, IX, do CPP.



#### Preste Atenção:

Conheça detalhadamente a Lei nº 12.830/2013 (Lei da Investigação Criminal), ela não é extensa e tende a ser muito exigida nos concursos para ingresso nas carreiras policiais.

**24. (Papiloscopista Policial – PC/DF – FUNIVERSA – 2015)** Assinale a alternativa correta acerca do ofendido e das testemunhas.

- a) Em regra, é permitido à testemunha dar sua opinião pessoal em seu depoimento.
- b) Se o magistrado, ao condenar ou absolver o réu, mencionar expressamente que alguma testemunha mentiu, calou ou negou a verdade, deverá remeter cópia do depoimento à autoridade policial, requisitando a instauração de inquérito para apurar o delito de falso testemunho.
- c) O ofendido que, intimado para prestar declarações, não comparecer, sem motivo justo, não poderá ser conduzido à presença da autoridade.
- d) As pessoas de má reputação não podem ser testemunhas.
- e) Em regra, o irmão do acusado não poderá eximir-se da obrigação de depor.

### GABARITO OFICIAL: B

#### JUSTIFICATIVA:

- a) Errado, porque: a testemunha, de forma excepcional, poderá exprimir manifestações de cunho pessoal quando estas forem inseparáveis da narrativa dos fatos, conforme preconiza o art. 213 do CPP.
- b) CERTO, porque: segundo o art. 211 do CPP, em regra, o juiz, ao vislumbrar a ocorrência do falso testemunho, remeterá cópia do depoimento ao Delegado de Polícia para que instaure o Inquérito

Policia, ao passo que, se a divergência entre testemunhas, caracterizadora de eventual mentira, for proferida em plenário do júri, essas testemunhas poderão ser apresentadas imediatamente ao Delegado de Polícia (art. 211, par. ún., do CPP).

- c) Errado, porque: de acordo com inteligência trazida pelo art. 218 do CPP, quando regularmente intimada, a testemunha que deixar de comparecer ao ato sem justo motivo poderá ser conduzida coercitivamente.
- d) Errado, porque: não há qualquer impedimento neste sentido, pelo contrário, o art. 202 do CPP disciplina que toda pessoa poderá ser testemunha.
- e) Errado, porque: a regra trazida pelo art. 206 é de que o irmão poderá se eximir da obrigação de depor. Na sequência do mesmo artigo temos a exceção a essa regra, quando não for possível, por outro modo, obter-se a prova do fato e de suas circunstâncias, sendo certo que não prestará o compromisso, conforme art. 208 do mesmo diploma normativo.



### Preste Atenção:

Os doentes e deficientes mentais e os menores de 14 anos podem ser arrolados como testemunhas, mas serão ouvidos na qualidade de informantes, ou seja, não prestarão o compromisso de dizer a verdade e o teor de suas declarações será levado em consideração com menor peso do que a prova testemunhal, sempre em cotejo com o conjunto probatório coligido nos autos. Veja o art. 208 do CPP: “Não se deferirá o compromisso a que alude o art. 203 aos doentes e deficientes mentais e aos menores de quatorze anos, nem às pessoas a que se refere o art. 206.”.

**25. (Papiloscopista – PC/GO – FUNIVERSA – 2015)** Assinale a alternativa que apresenta crime em que é cabível a prisão temporária, segundo a Lei nº 7.960/1989.

- a) abuso de autoridade
- b) homicídio culposo
- c) furto qualificado
- d) crime contra o sistema financeiro
- e) corrupção ativa

### GABARITO OFICIAL: D

#### JUSTIFICATIVA:

- a) Errado, porque: não consta no rol do art. 1º, III, da Lei nº 7.960/1989.
- b) Errado, porque: não consta no rol do art. 1º, III, da Lei nº 7.960/1989.
- c) Errado, porque: não consta no rol do art. 1º, III, da Lei nº 7.960/1989.
- d) CERTO, porque: está no art. 1º, III, *a*, da Lei nº 7.960/1989.
- e) Errado, porque: não consta no rol do art. 1º, III, da Lei nº 7.960/1989.



### Preste Atenção:

Motivos de política criminal determinaram os crimes passíveis de prisão temporária, relacionando-os no rol do art. 1º, III, da Lei nº 7.960/1989. Inicialmente, foram previstos crimes mais graves, como homicídio doloso qualificado e extorsão mediante sequestro. Porém, reformas legislativas introduziram delitos de gravidade média, como o rapto violento. Logo, o melhor é tentar memorizar as alíneas do inciso III, tendo em mente que neste rol não existem contravenções penais ou crimes culposos.

26. (Papiloscopista – PC/GO – FUNIVERSA – 2015) Com relação ao *habeas corpus* e ao inquérito policial, segundo entendimento do Superior Tribunal de Justiça, assinale a alternativa correta.
- a) O *habeas corpus* pode ser utilizado para trancar o inquérito policial quando restar provada, inequivocamente, sem a necessidade de exame valorativo do conjunto fático-probatório, a atipicidade dos fatos.
  - b) Como regra, o *habeas corpus* serve para o trancamento de inquérito policial.
  - c) O rito do *habeas corpus* prescinde de prova pré-constituída do direito alegado, não necessitando a parte de demonstrar, por meio de documentos que evidenciem a pretensão aduzida, a existência de constrangimento ilegal.
  - d) É inadmissível a utilização do *habeas corpus* para o trancamento de inquérito policial quando restar provada, inequivocamente, sem a necessidade de exame valorativo do conjunto fático-probatório, a ausência de indícios de autoria ou de prova da materialidade do delito.
  - e) O mero indiciamento em inquérito policial, ainda que existam fundadas suspeitas de participação ou autoria delitiva, configura constrangimento ilegal sanável mediante *habeas corpus*.

**GABARITO OFICIAL: A****JUSTIFICATIVA:**

- a) CERTO, porque: esse é o entendimento clássico e recorrente no STJ:  
“A investigação policial somente poderá ser interrompida por *habeas corpus* se de um simples exame dos autos já se verifica, fora de qualquer dúvida, não haver infração penal, em tese, ou que os investigados são absolutamente estranhos aos fatos” (STJ – RSTJ nº 51/366);  
“(…) sendo o inquérito policial mero procedimento administrativo preparatório para a ação penal, não há que se falar em trancamento quando se vislumbra crime em tese” (STJ – RHC nº 2.980-3/SP – rel. Min. Flaquer Scartezini – DJ 8-11-1993).
- b) Errado, porque: o trancamento é excepcional, constituindo forma anômala de encerramento do IP, normalmente deferida judicialmente a partir de pleito em *habeas corpus*.
- c) Errado, porque: o *habeas corpus* é remédio constitucional que repara ou previne o acontecimento de constrangimento ilegal votado ao embaraço no exercício do direito de ir e vir, consoante dicção expressa do art. 5º, LXVIII, da CF/1988. Ademais, todo remédio constitucional, pela celeridade que lhe é inerente, demanda prova pré-constituída do quanto alegado para viabilizar a rápida cessação do abuso de direito exteriorizado no ato coator. Nesse sentido: “não se admite impetração de HC visando exame aprofundado e valoração de provas” (RTJ nº 58/523).
- d) Errado, porque: o trancamento do Inquérito Policial também pode se dar, excepcionalmente, quando “os investigados são absolutamente estranhos ao fato”, na esteira da jurisprudência já transcrita no item correto.
- e) Errado, porque: a jurisprudência mais tradicional do STF já vinha se posicionando assim: “O simples indiciamento em inquérito policial não constitui constrangimento ilegal a ser corrigido por intermédio de *habeas corpus*” (STF – RHC nº 56.019 – DJ 16-6-1978). Mais atualmente, a dicção expressa da Lei nº 12.830/2013 (Lei da Investigação Criminal) dá conta de que o indiciamento é ato privativo e técnico-jurídico do Delegado de Polícia, o que não pode ser interpretado como constrangimento ilegal, desde que devidamente fundamentado com razões de fato e de direito suscitadoras da conclusão indiciária.

**Preste Atenção:**

O Inquérito Policial constitui o lastro probatório mínimo da ação penal, sendo reconhecido, atualmente, como propiciador da justa causa, sem a qual o próprio Inquérito pode ser “trancado” (forma anômala de encerramento do IP, normalmente deferida judicialmente a partir de pleito em *habeas corpus*). Sendo assim, cuidado com alternativas que reduzem a importância do Inquérito Policial, as quais tendem a estar erradas, principalmente em provas de concurso público para ingresso em carreiras policiais.

- 27. (Papiloscopista – PC/GO – FUNIVERSA – 2015)** A respeito da prisão, segundo o Código de Processo Penal e o entendimento do Superior Tribunal de Justiça, assinale a alternativa correta.
- A prisão preventiva justifica-se caso demonstrada sua real indispensabilidade para assegurar a ordem pública, a ordem econômica, a instrução criminal ou a aplicação da lei penal, quando houver prova de autoria, de acordo com o Código de Processo Penal.
  - A prisão cautelar deve ser considerada exceção, uma vez que, por meio dessa medida, priva-se o réu de seu *jus libertatis* antes do pronunciamento condenatório definitivo, consubstanciado na sentença transitada em julgado.
  - A prisão preventiva, enquanto medida de natureza cautelar, pode ser utilizada como instrumento de punição antecipada do indiciado ou do réu.
  - A prisão cautelar confunde-se com a prisão penal, objetivando infligir punição àquele que sofre a sua decretação, embora se destine a atuar em benefício da atividade estatal desenvolvida no processo penal.
  - A privação cautelar da liberdade individual resulta impossível em virtude de expressa cláusula inscrita no próprio texto da Constituição da República, sob pena de conflitar com a presunção constitucional de inocência.

**GABARITO OFICIAL: B****JUSTIFICATIVA:**

- Errado, porque: o art. 312 do CPP fala em “prova da existência do crime” (materialidade delitiva certa) e “indício suficiente de autoria” (autoria provável);
- CERTO**, porque: esse é o entendimento clássico e recorrente no STJ:  
 “Exige-se concreta motivação para o decreto de prisão preventiva, com base em fatos que efetivamente justifiquem a excepcionalidade da medida, em observância aos termos do art. 312 do CPP e da jurisprudência dominante. A mera alusão genérica à gravidade do crime não é suficiente para motivar a custódia excepcional” (STJ – RHC nº 14.690/SP – rel. Min. Gilson Dipp – j. 23-9-2003 – DJ 28-10-2003).
- Errado, porque: como se pode observar pela jurisprudência colacionada, a prisão preventiva é excepcional e só se justifica diante dos motivos expostos no art. 312 do CPP.
- Errado, porque: a prisão preventiva não se confunde com a prisão definitiva; a primeira busca, em síntese, garantir o resultado útil do processo penal, no sentido de preservar e plasmar nos autos a verdade real dos fatos.
- Errado, porque: por ser medida excepcional, que busca preservar a prova dos autos e o resultado útil do processo (art. 312 do CPP), não há que se falar em vilipêndio ao princípio da presunção de inocência, até porque, uma vez cessada a razão que ensejou o decreto prisional preventivo (v.g.: testemunha ocular que estaria sendo ameaçada já foi ouvida), deve ser expedido alvará de soltura.



### Preste Atenção:

Conheça o conteúdo das Súmulas do Superior Tribunal de Justiça e do Supremo Tribunal Federal, mormente as “súmulas vinculantes”. Elas tendem a ser exigidas em concursos públicos, principalmente no Distrito Federal e em Goiás.

- 28. (Escrivão de Polícia Civil – PC/CE – VUNESP – 2015)** Com relação às previsões relativas ao Inquérito Policial no Código de Processo Penal, é correto afirmar que
- o inquérito, nos crimes em que a ação pública depender de representação, poderá, sem ela, ser iniciado, mas seu encerramento dependerá da juntada desta.
  - durante a instrução do Inquérito Policial, são vedados os requerimentos de diligências pelo ofendido, ou seu representante legal; e pelo indiciado, em virtude da sua natureza inquisitorial.
  - nos crimes em que não couber ação pública, os autos do inquérito permanecerão em poder da autoridade policial até a formalização da iniciativa do ofendido ou de seu representante legal, condição esta obrigatória para a remessa dos autos ao juízo competente.
  - todas as peças do inquérito policial serão, num só processado, reduzidas a escrito ou datilografadas e, nesse caso, rubricadas pela autoridade.
  - qualquer pessoa do povo que tiver conhecimento da existência de infração penal em que caiba ação pública poderá, por escrito, comunicá-la à autoridade policial, sendo vedada a comunicação verbal.

### GABARITO OFICIAL: D

#### JUSTIFICATIVA:

- Errado, porque: só poderá iniciar-se o inquérito policial, neste caso, com a representação, consoante predica o art. 5º, § 4º, do CPP.
- Errado, porque: o art. 14 do CPP permite tais requerimentos que serão objeto de apreciação por parte do Delegado de Polícia, sendo, ou não, realizados a depender da conveniência da investigação (celeridade, preservação de provas e busca da verdade real).
- Errado, porque: o art. 5º, § 5º, do CPP reza que, nos crimes de ação penal privada, o inquérito policial correlato só poderá ser iniciado depois do requerimento do ofendido.
- CERTO, porque: é a dicção expressa do art. 9º do CPP: “Todas as peças do inquérito policial serão, num só processado, reduzidas a escrito ou datilografadas e, neste caso, rubricadas pela autoridade”.
- Errado, porque: o art. 5º, § 3º, do CPP é explícito, ao permitir a comunicação verbal de qualquer pessoa do povo à Autoridade Policial, quando se tratar da ocorrência de infração penal (esta hipótese configura, doutrinariamente, o que se chama de *delatio criminis*).



### Preste Atenção:

Irregularidade no procedimento do IP não gera nulidade processual, mas o Delegado de Polícia deve acautelá-se e refazer o ato, principalmente no caso das exceções do art. 155 do CPP, que impõe vedação ao juiz de “fundamentar sua decisão exclusivamente nos elementos informativos colhidos na investigação, ressalvadas as provas cautelares, não repetíveis e antecipadas”, pois estas poderão dar azo à condenação criminal sem necessidade de reprodução em instrução processual penal.

- 29. (Escrivão de Polícia Civil – PC/CE – VUNESP – 2015)** Com relação às disposições do Código de Processo Penal, acerca do exame de corpo de delito e perícias em geral, é correto afirmar que
- a) não sendo possível o exame de corpo de delito, por haverem desaparecido os vestígios, a prova testemunhal poderá suprir-lhe a falta.
  - b) a autópsia será feita até seis horas depois do óbito, salvo se os peritos, pela evidência dos sinais de morte, julgarem que possa ser feita depois daquele prazo, o que declararão no auto.
  - c) na falta de perito oficial, o exame será realizado por 1 (uma) pessoa idônea, portadora de diploma de curso superior.
  - d) o exame de corpo de delito deverá ser feito durante o dia.
  - e) os exames de corpo de delito e as outras perícias serão feitos obrigatoriamente por dois peritos oficiais.

### GABARITO OFICIAL: A

#### JUSTIFICATIVA:

- a) CERTO, porque: é a dicção expressa do art. 167 do CPP: “Não sendo possível o exame de corpo de delito, por haverem desaparecido os vestígios, a prova testemunhal poderá suprir-lhe a falta”.
- b) Errado, porque: segundo o art. 162 do CPP: “A autópsia será feita pelo menos 6 (seis) horas depois do óbito, salvo se os peritos, pela evidência dos sinais de morte, julgarem que possa ser feita antes daquele prazo, o que declararão no auto”.
- c) Errado, porque: o art. 159, § 1º, do CPP exige que, na falta do perito oficial, o exame seja elaborado por duas pessoas idôneas, portadoras de diploma de curso superior.
- d) Errado, porque: o art. 161 do CPP permite que o exame de corpo de delito seja feito em qualquer dia e a qualquer hora.
- e) Errado, porque: o exame de corpo de delito será feito por apenas um perito oficial; na falta deste, poderá ser feita por duas pessoas idôneas portadoras de diploma de curso superior, conforme dispõe o art. 159, *caput*, e § 1º, do CPP.



#### Preste Atenção:

A ideia de esperar 6 (seis) horas ou mais para se realizar a autópsia é para assegurar que o cadáver, efetivamente, o é, ou seja, que a pessoa realmente faleceu, além de ser o tempo razoável para o surgimento inicial dos caracteres da morte.

- 30. (Escrivão de Polícia Civil – PC/CE – VUNESP – 2015)** Com relação às disposições do Código de Processo Penal relativas ao ofendido e às testemunhas, é correto afirmar que
- a) a redação do depoimento da testemunha deverá evitar a utilização de expressões de “baixo calão” usadas pelas testemunhas sem reproduzir fielmente as suas frases.
  - b) durante o depoimento não é permitido que a testemunha manifeste suas apreciações pessoais, salvo quando inseparáveis da narrativa do fato.
  - c) os militares e os funcionários públicos deverão ser ouvidos no local em que exercem suas funções.
  - d) as pessoas impossibilitadas, por enfermidade ou por velhice, de comparecer para depor não serão inquiridas.
  - e) o ofendido será qualificado e fará, sob palavra de honra, a promessa de dizer a verdade do que souber e lhe for perguntado, e, sendo perguntado sobre as circunstâncias da infração, quem seja ou presuma ser o seu autor e sobre as provas que possa indicar, tomar-se-ão por termo as suas declarações.

**GABARITO OFICIAL: B****JUSTIFICATIVA:**

- a) Errado, porque: o art. 215 do CPP predica que a reprodução do depoimento deve ser fiel, cingindo-se às expressões usadas pela testemunha, de modo a reproduzi-las no termo de audiência fidedignamente.
- b) CERTO, porque: é a dicção expressa do art. 213 do CPP: “O juiz não permitirá que a testemunha manifeste suas apreciações pessoais, salvo quando inseparáveis da narrativa do fato”.
- c) Errado, porque: o depoimento dos militares deve ser requisitado à autoridade imediatamente superior ao depoente, ao passo que os funcionários públicos serão intimados a depor diretamente, mas tal intimação será comunicada ao chefe da repartição com antecedência, com o fito de evitar prejuízo na continuidade dos serviços públicos (respectivamente, art. 221, §§ 2º e 3º, do CPP).
- d) Errado, porque: o art. 220 do CPP resolve a questão, dizendo: “As pessoas impossibilitadas, por enfermidade ou por velhice, de comparecer para depor, serão inquiridas onde estiverem”.
- e) Errado, porque: a vítima ou ofendido não é tecnicamente testemunha, pelo fato de não ser equidistante aos fatos (como a testemunha), razão pela qual o ofendido/vítima não presta o compromisso do art. 203 do CPP e é ouvido em sede de declarações e não depoimento.

**Preste Atenção:**

Perceba que a praxe na qual a pessoa alega não desejar ser testemunha não se sustenta tecnicamente. Todos têm a obrigação legal e o dever cívico de serem testemunhas imparciais de fatos que viram, ouviram ou conheceram por outros meios, na medida em que a busca da verdade real no processo penal interessa ao bem comum.

**31. (Escrivão de Polícia Civil – PC/CE – VUNESP – 2015)** Assinale a alternativa correta com relação às disposições previstas no Código de Processo Penal, com relação ao reconhecimento de pessoas e coisas e a acareação.

- a) Não será admitida acareação entre acusado e testemunha.
- b) Do ato de reconhecimento, lavrar-se-á auto pormenorizado, subscrito pela autoridade, pela pessoa chamada para proceder ao reconhecimento e por uma testemunha presencial.
- c) Após a realização do reconhecimento, a pessoa que o fez será convidada a descrever a pessoa que deva ser reconhecida.
- d) É inválida a acareação realizada sem a presença de alguma das testemunhas que divergiram, em suas declarações, sobre fatos ou circunstâncias relevantes.
- e) O reconhecimento de objeto deverá ser realizado com as mesmas cautelas previstas para o reconhecimento de pessoas, desde que aplicáveis.

**GABARITO OFICIAL: E****JUSTIFICATIVA:**

- a) Errado, porque: o art. 229 do CPP permite acareação com todas as combinações (I – testemunha X testemunha, II – testemunha X acusado, III – acusado X ofendido, IV – ofendido X testemunha etc.), pois a intenção é sanar a contradição dos autos, alçando a verdade real dos fatos apurados. Ressalve-se que, caso a vítima/ofendido se sinta intimidada pela presença do acusado, não será obrigada a travar acareação com este.

- b) Errado, porque: o art. 226, IV, do CPP dispõe sobre formalização do ato de reconhecimento pessoal, exigindo assinaturas no auto respectivo da Autoridade Policial, da pessoa chamada a proceder o reconhecimento e de duas testemunhas que presenciaram o ato do reconhecimento.
- c) Errado, porque: essa fase de descrição do suspeito deve ocorrer antes do ato formal de reconhecimento, até para que a Autoridade Policial possa selecionar pessoas que se pareçam fisicamente com o suspeito, de modo a perfilá-las em local adequado, para que a vítima aponte com exatidão aquele que seria o autor do delito sem qualquer indução ou instigação.
- d) Errado, porque: em caso de ausência de alguma testemunha que divergiu de outra no tocante a fatos ou circunstâncias relevantes, o art. 230 do CPP prevê a extração de carta precatória para sanar a contradição, não sendo o caso de decretação de invalidade da acareação, como sugere a alternativa ora analisada.
- e) CERTO, porque: é a dicção expressa do art. 227 do CPP: “No reconhecimento de objeto, proceder-se-á com as cautelas estabelecidas no artigo anterior, no que for aplicável”.



### Preste Atenção:

A regra do art. 227 do CPP é chamada na doutrina de aplicação subsidiária, pois o reconhecimento de coisas segue o regime do reconhecimento de pessoas naquilo que for compatível.

**32. (Escrivão de Polícia Civil – PC/CE – VUNESP – 2015)** Segundo o disposto no Código de Processo Penal, consideram-se indícios:

- a) a circunstância conhecida, mas ainda não provada que, tendo relação com o fato, autorize, por indução, concluir-se a existência de outra ou outras circunstâncias.
- b) o conjunto dos meios de prova de autoria e materialidade que autorize o oferecimento da denúncia por parte do Ministério Público.
- c) a circunstância conhecida e provada que, tendo relação com o fato, autorize o indiciamento do investigado.
- d) a circunstância conhecida e provada que, tendo relação com o fato, autorize, por indução, concluir-se a existência de outra ou outras circunstâncias.
- e) o conjunto dos elementos de prova de autoria e materialidade que autorize o oferecimento da denúncia por parte do Ministério Público.

### GABARITO OFICIAL: D

#### JUSTIFICATIVA:

- a) Errado, porque: o art. 239 do CPP traz uma interpretação autêntica (norma definidora) de indício, observe: “Considera-se indício a circunstância conhecida e provada, que, tendo relação com o fato, autorize, por indução, concluir-se a existência de outra ou outras circunstâncias”. Logo, a circunstância deve ser conhecida e provada.
- b) Errado, porque: o art. 239 do CPP traz uma interpretação autêntica (norma definidora) de indício, observe: “Considera-se indício a circunstância conhecida e provada, que, tendo relação com o fato, autorize, por indução, concluir-se a existência de outra ou outras circunstâncias”. Logo, existem outras alternativas mais bem pormenorizadas, sem contar que os indícios amealhados no inquérito servem também para a defesa, e não só para a acusação.
- c) Errado, porque: o art. 239 do CPP traz uma interpretação autêntica (norma definidora) de indício, observe: “Considera-se indício a circunstância conhecida e provada, que, tendo relação com o fato, autorize, por indução, concluir-se a existência de outra ou outras circunstâncias”. Logo, como já referido, os indícios servem também para consolidar a tese da defesa, pois o inquérito

policial deve se pautar na busca da verdade real, o que pode conduzir à comprovação da inocência do suspeito.

- d) CERTO, porque: é a dicção expressa do art. 239 do CPP: “Considera-se indício a circunstância conhecida e provada, que, tendo relação com o fato, autorize, por indução, concluir-se a existência de outra ou outras circunstâncias”.
- e) Errado, porque: o art. 239 do CPP traz uma interpretação autêntica (norma definidora) de indício, observe: “Considera-se indício a circunstância conhecida e provada, que, tendo relação com o fato, autorize, por indução, concluir-se a existência de outra ou outras circunstâncias”. Logo, como já referido, os indícios servem também para consolidar a tese da defesa, pois o inquérito policial deve se pautar na busca da verdade real, o que pode conduzir à comprovação da inocência do suspeito.



### Preste Atenção:

Conheça os exatos termos da legislação, notadamente a respeito dos institutos que gravitam em torno do inquérito policial, como é o caso do “indício”, definido no art. 239 do CPP. Isso ajudará o candidato nas provas de ingresso nas carreiras policiais.

**33. (Escrivão de Polícia Civil – PC/CE – VUNESP – 2015)** Com relação a buscas e apreensões, é correto afirmar que

- a) a autoridade ou seus agentes poderão penetrar no território de jurisdição alheia, salvo se pertencente a outro Estado quando, para o fim de apreensão, forem no seguimento de pessoa ou coisa, devendo apresentar-se à competente autoridade local, antes da diligência ou após, conforme a urgência desta.
- b) se as autoridades locais tiverem fundadas razões para duvidar da legitimidade das pessoas que, nas diligências de busca e apreensões, entrarem pelos seus distritos, ou da legalidade dos mandados que apresentarem, poderão exigir as provas dessa legitimidade, ainda que em prejuízo da diligência.
- c) a busca em mulher será feita por outra mulher, se não importar retardamento ou prejuízo da diligência.
- d) só será arrombada a porta e forçada a entrada na residência a que será realizada a busca na hipótese de encontrarem-se ausentes os moradores.
- e) sendo determinada a pessoa ou coisa que se vai procurar, é vedado cientificar o morador acerca dela, contudo não sendo encontrada a pessoa ou coisa procurada, os motivos da diligência serão comunicados a quem tiver sofrido a busca, se o requerer.

### GABARITO OFICIAL: C

#### JUSTIFICATIVA:

- a) Errado, porque: o art. 250 do CPP autoriza, no caso descrito, o ingresso no território de outro estado-membro, e a continuidade da diligência pode ensejar prisão em flagrante delito, quando, então, a ocorrência deve ser apresentada à análise técnico-jurídica do Delegado de Polícia da localidade onde aconteceu a prisão.
- b) Errado, porque: o art. 250, § 2º, do CPP resolve a questão autorizando essa confirmação probatória de legitimidade dos mandados, em caso de fundadas razões de dúvida e sempre com a ressalva de que tal providência “não frustre a diligência” em si.
- c) CERTO, porque: é a dicção expressa do art. 249 do CPP: “A busca em mulher será feita por outra mulher, se não importar retardamento ou prejuízo da diligência”.

- d) Errado, porque: o art. 245, § 2º, do CPP autoriza o arrombamento ou entrada forçada em caso de recalcitrância do morador, desde que tal situação ocorra de dia e na posse de mandado de busca e apreensão domiciliar.
- e) Errado, porque: o art. 245, § 5º, do CPP propõe solução diametralmente oposta à alternativa E, na medida em que o morador será intimado a mostrar a pessoa que se procura, não sendo lícito, tampouco razoável, ocultar essa informação.

**Preste Atenção:**

Perceba que o art. 249 do CPP traz a ressalva: “se não importar retardamento ou prejuízo da diligência”. Logo, o legislador fez a opção por privilegiar a execução da busca, em detrimento de eventual desconforto da mulher revistada, até para que a integridade física de todos venha a ser resguardada (v.g.: mulher esconde arma de fogo nas suas vestes e só policiais homens estão na diligência).

- 34. (Escrivão de Polícia Civil – PC/CE – VUNESP – 2015)** No tocante à prisão em flagrante delito, é correto afirmar que
- a) na falta ou no impedimento do escrivão, qualquer pessoa designada pela autoridade lavrará o auto, depois de prestado o compromisso legal.
- b) não havendo autoridade no lugar em que se tiver efetuado a prisão, qualquer pessoa designada pela autoridade lavrará o auto, depois de prestado o compromisso legal.
- c) a falta de testemunhas da infração não impedirá o auto de prisão em flagrante, mas, nesse caso, com o condutor, deverão assiná-lo pelo menos uma pessoa que haja testemunhado a apresentação do preso à autoridade.
- d) a prisão de qualquer pessoa e o local onde se encontre deverão ser comunicados imediatamente ao juiz competente, ao Ministério Público, à família do preso ou à pessoa por ele indicada e à Defensoria Pública.
- e) apresentado o preso à autoridade competente, ouvirá esta o condutor e as testemunhas que o acompanharam e interrogará o acusado sobre a imputação que lhe é feita, lavrando-se auto que será por todos assinado.

**GABARITO OFICIAL: A****JUSTIFICATIVA:**

- a) CERTO, porque: é a dicção expressa do art. 305 do CPP: “Na falta ou no impedimento do escrivão, qualquer pessoa designada pela autoridade lavrará o auto, depois de prestado o compromisso legal”.
- b) Errado, porque: aplica-se, nesse caso, o art. 308 do CPP: “Não havendo autoridade no lugar em que se tiver efetuado a prisão, o preso será logo apresentado à do lugar mais próximo”.
- c) Errado, porque: na verdade são duas testemunhas de apresentação, chamadas pela doutrina de “testemunhas instrumentárias”; sobre isso recomenda-se a leitura do art. 304, § 2º, do CPP.
- d) Errado, porque: não é necessário comunicar o Ministério Público, tampouco a Defensoria Pública; todos os outros estão corretos na linha do art. 306 do CPP: “A prisão de qualquer pessoa e o local onde se encontre serão comunicados imediatamente ao juiz competente e à família do preso ou à pessoa por ele indicada”.
- e) Errado, porque: na verdade, em 2005, o procedimento alusivo ao auto de prisão em flagrante foi alterado para que os condutores, normalmente policiais militares, pudessem retornar às

suas atividades de rotina, com o objetivo de priorizar a presença ostensiva do aparato estatal voltado à Segurança Pública, de molde a inibir o cometimento de outros delitos. Dispõe o art. 304 do CPP:

Art. 304. Apresentado o preso à autoridade competente, ouvirá esta o condutor e colherá, desde logo, sua assinatura, entregando a este cópia do termo e recibo de entrega do preso. Em seguida, procederá à oitiva das testemunhas que o acompanharem e ao interrogatório do acusado sobre a imputação que lhe é feita, colhendo, após cada oitiva, suas respectivas assinaturas, lavrando, a autoridade, afinal, o auto.



### Preste Atenção:

Lembre-se do princípio positivado da instrumentalidade das formas, previsto expressamente no art. 154 do CPC (“Os atos e termos processuais não dependem de forma determinada, senão quando a lei expressamente a exigir, reputando-se válidos os que, realizados de outro modo, lhe preenchem a finalidade essencial”) e com aplicação no processo penal. Destaque-se trecho de posicionamento doutrinário nesse mesmo sentido:

Deve-se entender que, independentemente do que dispõe o art. 572 (tal artigo sugere que a omissão de formalidade essencial deva ser considerada uma causa de nulidade relativa), o ato praticado com inobservância de suas formalidades essenciais tanto poderá ser absolutamente nulo como relativamente nulo e, até mesmo, inexistente, tudo dependendo do caso concreto e, sobretudo, do maior ou menor interesse público integrado à norma processual violada; (Norberto Cláudio Pâncaro Avena. *Processo penal: esquematizado*. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense. São Paulo: Método, 2010).

- 35. (Escrivão de Polícia Civil – PC/CE – VUNESP – 2015)** A Lei nº 7.960/1989 estabelece, em seu art. 1º, III, o rol de crimes para os quais é cabível a decretação da prisão temporária quando imprescindível para as investigações do inquérito policial. Esse rol inclui
- a) o crime de assédio sexual.
  - b) o crime de receptação qualificada.
  - c) o crime de estelionato.
  - d) o crime de furto qualificado.
  - e) os crimes contra o sistema financeiro.

### GABARITO OFICIAL: E

#### JUSTIFICATIVA:

- a) Errado, porque: o tipo penal anteriormente descrito não integra o rol taxativo do art. 1º da Lei nº 7.960/1989, o qual apresenta as hipóteses que autorizam a medida.
- b) Errado, porque: o tipo penal anteriormente descrito não integra o rol taxativo do art. 1º da Lei nº 7.960/1989, o qual apresenta as hipóteses que autorizam a medida.
- c) Errado, porque: o tipo penal anteriormente descrito não integra o rol taxativo do art. 1º da Lei nº 7.960/1989, o qual apresenta as hipóteses que autorizam a medida.
- d) Errado, porque: o tipo penal anteriormente descrito não integra o rol taxativo do art. 1º da Lei nº 7.960/1989, o qual apresenta as hipóteses que autorizam a medida.
- e) CERTO, porque: esses delitos encontram previsão expressa no art. 1º, III, *a*, da Lei nº 7.960/1989.



### Preste Atenção:

A doutrina majoritária entende que poderá ser decretada a prisão temporária quando estiverem presentes circunstâncias do art. 1º, inc. I (“quando imprescindível para as investigações do inquérito policial”) OU inc. II (“quando o indiciado não tiver residência fixa ou não fornecer elementos necessários ao esclarecimento de sua identidade”), da Lei nº 7.960/1989, desde que um dos crimes do rol taxativo do art. 1º, III, da mesma Lei estiverem sendo o mote da investigação:

Art. 1º (...)

III – quando houver fundadas razões, de acordo com qualquer prova admitida na legislação penal, de autoria ou participação do indiciado nos seguintes crimes: a) homicídio doloso; b) sequestro ou cárcere privado; c) roubo; d) extorsão; e) extorsão mediante sequestro; f) estupro; g) atentado violento ao pudor; h) raptio violento; i) epidemia com resultado de morte; j) envenenamento de água potável ou substância alimentícia ou medicinal qualificado pela morte; l) quadrilha ou bando; m) genocídio; n) tráfico de drogas; o) crimes contra o sistema financeiro.

No caso da assertiva correta, aplica-se: art. 1º, II, c/c art. 1º, III, b, todos da Lei nº 7.960/1989.

**36. (Escrivão de Polícia Civil – PC/CE – VUNESP – 2015)** No que diz respeito às disposições constitucionais aplicáveis ao processo penal, é correto afirmar que

- a) ninguém será preso senão em flagrante delito ou por ordem escrita e fundamentada de autoridade judiciária competente, salvo nos casos de transgressão militar ou crime propriamente militar, definidos em lei.
- b) a lei só poderá restringir a publicidade dos atos processuais quando a defesa da intimidade ou o interesse social o exigirem.
- c) não será admitida ação privada nos crimes de ação penal pública.
- d) ninguém será considerado culpado até a publicação de sentença penal condenatória.
- e) o preso tem direito à identificação dos responsáveis por sua prisão ou por seu interrogatório policial, salvo as hipóteses em que a identificação colocar em risco a atividade policial.

### GABARITO OFICIAL: B

#### JUSTIFICATIVA:

- a) Errado, porque: na verdade, a dicção constitucional excepciona os crimes propriamente militares e não os impropriamente militares (art. 5º, LXI, da CF/1988: “ninguém será preso senão em flagrante delito ou por ordem escrita e fundamentada de autoridade judiciária competente, salvo nos casos de transgressão militar ou crime propriamente militar, definidos em lei”).
- b) CERTO, porque: dicção expressa do art. 5º, LX, da CF/1988.
- c) Errado, porque: será possível ação penal privada subsidiária da pública em caso de omissão, conforme predica o art. 5º, LIX, da CF/1988: “será admitida ação privada nos crimes de ação penal pública se esta não for intentada no prazo legal”.
- d) Errado, porque: a quebra da presunção de inocência se dá com o trânsito em julgado da sentença penal condenatória, consoante letra do art. 5º, LVII, da CF/1988: “ninguém será considerado culpado até o trânsito em julgado de sentença penal condenatória”.
- e) Errado, porque: não há ressalva constitucional, ou seja, nos casos narrados, a identificação é obrigatória (art. 5º, LXIV, da CF/1988: “o preso tem direito à identificação dos responsáveis por sua prisão ou por seu interrogatório policial”).



### Preste Atenção:

O Supremo Tribunal Federal, em julgamento plenário do HC nº 126.292, ocorrido no mês de fevereiro de 2016, entendeu, por maioria (7 votos a 4), que o início do cumprimento definitivo da pena deveria se dar com a confirmação da sentença condenatória penal em segunda instância, não sendo necessário aguardar decisões dos Tribunais Superiores (STJ ou STF) para tanto. Tal decisão não tem efeito vinculante, mas serve de importante precedente jurisprudencial que vem sendo seguido em diversos estados-membros. Como a decisão citada é recentíssima e polêmica (por aparentemente contrastar com o art. 5º, LVII, da CF/1988), recomenda-se conhecê-la, mas não utilizá-la, por enquanto, de base para provas de primeira fase, as quais se concentram, precipuamente, na letra da lei, sendo esta fonte – legislação – a mais importante para resolver provas testes.

### 37. (Inspetor de Polícia – PC/CE – VUNESP – 2015) O ato de indiciamento

- a) vincula o Ministério Público, que não poderá requerer o arquivamento do inquérito.
- b) é, em regra, atribuição do delegado de polícia; excepcionalmente tal poder poderá ser conferido ao promotor de justiça.
- c) decorre do fato de a autoridade policial convencer-se da autoria da infração penal, atribuída a determinado(s) indivíduo(s).
- d) transforma o indivíduo suspeito da prática do delito em acusado.
- e) é um ato informal eventualmente realizado durante o inquérito policial.

### GABARITO OFICIAL: C

#### JUSTIFICATIVA:

- a) Errado, porque: a “opinião do delito” (ou *opinio delicti*) resguarda a livre convicção funcional do Promotor de Justiça ao requerer arquivamento do inquérito policial, mesmo que este contenha indiciamento formal por parte do Delegado de Polícia.
- b) Errado, porque: é ato privativo do Delegado de Polícia, conforme dicção expressa do art. 2º, § 6º, da Lei nº 12.830/2013: “O indiciamento, privativo do delegado de polícia, dar-se-á por ato fundamentado, mediante análise técnico-jurídica do fato, que deverá indicar a autoria, materialidade e suas circunstâncias”.
- c) CERTO, porque: o indiciamento nada mais é do que o apontamento da autoria delitiva pelo Delegado de Polícia que se convence, jurídica e fundamentadamente, que determinada pessoa foi autor, coautor ou partícipe de crime, de modo a concentrar as investigações em suas condutas e não na sua pessoa propriamente dita (direito penal do fato e não do autor).
- d) Errado, porque: o que transforma o indivíduo suspeito em acusado, como o próprio nome sugere, é o aforamento da acusação, ou seja, a propositura da denúncia ou queixa-crime, sendo que, se houver recebimento da ação penal pelo juiz, este mesmo indivíduo passa a ser réu e não mais acusado.
- e) Errado, porque: no inquérito policial vige o princípio da obrigatoriedade, forma escrita, entre outros. Ou seja, a formalidade está presente. Por isso e até para que o indiciado tenha conhecimento formal que pesa sobre ele uma suspeita qualificada, o ato de indiciamento não pode ser informal.



### Preste Atenção:

Lembre-se: não é o Código de Processo Penal, mas sim a Lei da Investigação Criminal (art. 2º, § 6º, da Lei nº 12.830/2013) que exige expressamente fundamentação idônea para que se realize o ato do indiciamento.

- 38. (Inspetor de Polícia – PC/CE – VUNESP – 2015)** Sobre os prazos para a conclusão do inquérito policial, é correto afirmar que
- a) se for decretada prisão temporária em crime hediondo, o indiciado pode permanecer preso por até noventa dias, sem que seja necessária a conclusão do inquérito.
  - b) nos crimes de competência da Justiça Federal, o prazo é de quinze dias, prorrogáveis por mais quinze, em regra.
  - c) para os crimes de tráfico de drogas o prazo é de dez dias improrrogáveis.
  - d) se o indiciado estava solto ao ser decretada sua prisão preventiva, o prazo de dez dias conta-se da data da decretação da prisão.
  - e) a autoridade policial possui o prazo de trinta dias improrrogáveis para todos os casos previstos na legislação processual penal.

**GABARITO OFICIAL: B****JUSTIFICATIVA:**

- a) Errado, porque: nesse caso o prazo é de 30 dias, prorrogável por igual período em caso de extrema e comprovada necessidade, como dispõe o art. 2º, § 4º, da Lei nº 8.072/1990 (Lei de Crimes Hediondos).
- b) CERTO, porque: é a dicção expressa do art. 66 da Lei nº 5.010/1966 (Lei Orgânica da Justiça Federal): “O prazo para conclusão do inquérito policial será de quinze dias, quando o indiciado estiver preso, podendo ser prorrogado por mais quinze dias, a pedido, devidamente fundamentado, da autoridade policial e deferido pelo Juiz a que competir o conhecimento do processo”.
- c) Errado, porque: o art. 51 da Lei nº 11.343/2006 estabelece a conclusão do inquérito policial em 30 dias se o indiciado estiver preso e em 90 dias se o suspeito/indicado estiver solto.
- d) Errado, porque: o termo inicial de contagem da prisão preventiva é o cumprimento do mandado judicial de prisão e não da decretação, pois a segregação ambulatorial que dispara a contagem prisional, sendo absurda, também, a hipótese do juiz ter de renovar o mandado a cada 10 dias, depois de sua decretação, se o réu estivesse evadido.
- e) Errado, porque: como se pôde observar das assertivas anteriores, existem diversos prazos para conclusão do inquérito policial no Brasil.

**Preste Atenção:**

Existem diversos prazos para conclusão do Inquérito Policial. Estude-os, pois eles tendem a ser exigidos nas provas de ingresso nas carreiras policiais.

- 39. (Inspetor de Polícia – PC/CE – VUNESP – 2015)** Nos termos do art. 159 do Código de Processo Penal, o exame de corpo de delito e outras perícias serão, em regra, feitos por
- a) um perito não oficial, portador de diploma do curso de Engenharia.
  - b) peritos não oficiais.
  - c) dois peritos oficiais.
  - d) um perito oficial, portador de diploma de curso superior.
  - e) um perito não oficial, portador de diploma do curso de Direito.

**GABARITO OFICIAL: D****JUSTIFICATIVA:**

- a) Errado, porque: o certo é um perito oficial, no diapasão do art. 159 do CPP: “O exame de corpo de delito e outras perícias serão realizados por perito oficial, portador de diploma de curso superior”.

- b) Errado, porque: o certo é um perito oficial, no diapasão do art. 159 do CPP: “O exame de corpo de delito e outras perícias serão realizados por perito oficial, portador de diploma de curso superior”.
- c) Errado, porque: o certo é um perito oficial, no diapasão do art. 159 do CPP: “O exame de corpo de delito e outras perícias serão realizados por perito oficial, portador de diploma de curso superior”.
- d) CERTO, porque: letra expressa do art. 159 do CPP: “O exame de corpo de delito e outras perícias serão realizados por perito oficial, portador de diploma de curso superior”.
- e) Errado, porque: o certo é um perito oficial, no diapasão do art. 159 do CPP: “O exame de corpo de delito e outras perícias serão realizados por perito oficial, portador de diploma de curso superior”.



### Preste Atenção:

Importante conhecer a dicção do art. 155 do CPP (“O juiz formará sua convicção pela livre apreciação da prova produzida em contraditório judicial, não podendo fundamentar sua decisão, exclusivamente, nos elementos informativos colhidos na investigação, ressalvadas as provas cautelares, não repetíveis e antecipadas”) e entender que o contraditório diferido é aquele que será realizado posteriormente, na fase de instrução processual penal. Ou seja, embora o exame necroscópico seja realizado na fase do Inquérito Policial, nada obsta que a defesa (ou mesmo o Promotor), na fase instrutória processual, peça a exumação do corpo para nova perícia, anotando novos quesitos periciais ou, até mesmo, indicando assistente técnico a teor do que possibilita o art. 159, §§ 3º e 4º, do CPP.

- 40. (Inspetor de Polícia – PC/CE – VUNESP – 2015)** Assinale a alternativa correta a respeito do tema “documentos de prova”, previsto no Código de Processo Penal.
- a) As partes sempre podem apresentar documentos em qualquer fase do processo.
  - b) A lei não confere o mesmo valor do original à fotografia do documento, ainda que devidamente autenticada.
  - c) Os documentos em língua estrangeira, sem prejuízo de sua juntada imediata, serão sempre traduzidos por tradutor público.
  - d) As públicas-formas terão valor quando conferidas com o original por qualquer funcionário público, ainda que ausente a autoridade.
  - e) A letra e firma dos documentos particulares serão submetidas a exame pericial, quando contestada a sua autenticidade.

### GABARITO OFICIAL: E

#### JUSTIFICATIVA:

- a) Errado, porque: segundo inteligência do art. 231 do CPP, as partes poderão apresentar documentos em qualquer fase do processo, salvo os casos expressos em lei.
- b) Errado, porque: de acordo com o art. 232, par. ún., do CPP, se devidamente autenticada a fotografia do documento, terá o mesmo valor do original.
- c) Errado, porque: segundo ensina o art. 236 do CPP, os documentos em língua estrangeira serão traduzidos por tradutor público em regra, porém, não sendo possível, o juiz nomeará pessoa idônea para realizar o ato.
- d) Errado, porque: segundo o art. 237 do CPP, as públicas-formas só terão valor quando conferidas com o original, em presença da autoridade.
- e) CERTO, porque: trata-se de disposição expressa trazida pelo art. 235 do CPP.

**Preste Atenção:**

Todas as provas têm valor relativo e devem ser comparadas e sopesadas de acordo com o conjunto probatório dos autos, tudo avaliado na livre convicção motivada do magistrado. Assim, a prova documental não é mais importante que a testemunhal ou mesmo a confissão.

- 41. (Inspetor de Polícia – PC/CE – VUNESP – 2015)** Código de Processo Penal, art. 239: “Considera-se \_\_\_\_\_ a circunstância conhecida e provada, que, tendo relação com o fato, autorize, por \_\_\_\_\_, concluir-se a existência de outra ou outras \_\_\_\_\_”.

Assinale a alternativa que preenche correta e respectivamente as lacunas do enunciado.

- a) indício ... indução ... circunstâncias
- b) contraindício ... indução ... circunstâncias
- c) indício ... dedução ... autorias
- d) contraindício ... indução ... autorias
- e) indício ... dedução ... circunstâncias

**GABARITO OFICIAL: A****JUSTIFICATIVA:**

- a) CERTO, porque: complementa com exatidão a redação trazida pelo art. 239 do CPP.
- b) Errado, porque: as expressões trazidas pelo quesito não complementam o disposto no art. 239 do CPP.
- c) Errado, porque: as expressões trazidas pelo quesito não complementam o disposto no art. 239 do CPP.
- d) Errado, porque: as expressões trazidas pelo quesito não complementam o disposto no art. 239 do CPP.
- e) Errado, porque: as expressões trazidas pelo quesito não complementam o disposto no art. 239 do CPP.

**Preste Atenção:**

Circunstância, como o próprio nome sugere, é aquilo que circunda, que fica em torno, tendo importância no processo penal, principalmente na questão do indício.

- 42. (Inspetor de Polícia – PC/CE – VUNESP – 2015)** Nos termos do Código de Processo Penal, art. 244, a busca pessoal

- a) não dependerá de mandado da autoridade judicial competente, em caso de prisão em flagrante.
- b) sempre dependerá de mandado da autoridade judicial competente.
- c) dependerá de mandado da autoridade policial competente, em caso de medida determinada no curso de busca domiciliar.
- d) dependerá de mandado da autoridade judicial competente, em caso de fundada suspeita de que a pessoa esteja na posse de arma proibida.
- e) dependerá de mandado da autoridade policial competente, em caso de fundada suspeita de que a pessoa esteja na posse de objetos ou papéis que constituam corpo de delito.

**GABARITO OFICIAL: A**

**JUSTIFICATIVA:**

- a) CERTO, porque: segundo dispõe o referido artigo, a medida independerá de mandado judicial, no caso de prisão. Tal alternativa é correta também pela dicção do art. 5º, LXI, da CF/1988.
- b) Errado, porque: o mandado judicial, conforme ensina o art. 244 do CPP, será dispensável no caso de prisão ou quando houver fundada suspeita de que a pessoa esteja na posse de arma proibida ou de objetos ou papéis que constituam corpo de delito, ou quando a medida for determinada no curso de busca domiciliar.
- c) Errado, porque: o mandado será sempre da autoridade judiciária e não da autoridade policial.
- d) Errado, porque: o mandado será sempre da autoridade judiciária e não da autoridade policial, sendo certo que a situação trazida anteriormente dispensa a necessidade de mandado para efetivação da medida;
- e) Errado, porque: o mandado será sempre da autoridade judiciária e não da autoridade policial.

**Preste Atenção:**

Antes da Constituição Federal de 1988, era possível prescindir do mandado judicial de busca e apreensão domiciliar quando o Delegado de Polícia acompanhava a diligência, como previa o art. 241 do CPP. Contudo, esse dispositivo processual se encontra hoje revogado tacitamente pelo fenômeno da não recepção constitucional. Quanto à busca pessoal, ela sempre foi admitida, mesmo sem mandado judicial.

**43. (Inspetor de Polícia – PC/CE – VUNESP – 2015)** O indivíduo “A”, que coloca dolosamente sua carteira na mochila de “B”, para logo em seguida acionar a polícia, sob a alegação de haver sido furtado por “B”; tendo os policiais encontrado a carteira de “A” no interior da mochila de “B”, “B” é preso em flagrante pela prática de crime. A hipótese ora narrada é, pela doutrina, denominada flagrante

- a) esperado.
- b) provocado ou preparado.
- c) retardado ou diferido.
- d) presumido ou ficto.
- e) forjado.

**GABARITO OFICIAL: E****JUSTIFICATIVA:**

- a) Errado, porque: o flagrante esperado é hipótese lícita e absolutamente viável, bem diferente da situação narrada no enunciado. No flagrante esperado os agentes da lei aguardam ou, como o próprio nome do instituto sugere, esperam o momento da consumação delitiva ou tentativa de crime para intervir sem qualquer induzimento ou instigação à prática daquele crime. “Não há flagrante preparado quando a ação policial aguarda o momento da prática delituosa, valendo-se de investigação anterior, para efetivar a prisão, sem utilização de agente provocador” (STJ – RSTJ nº 10/389).
- b) Errado, porque: esta hipótese flagrancial é, como o próprio nome do instituto sugere, provocada por terceiro, normalmente policial, que instiga ou induz o agente a praticar o delito. Aqui se está diante do crime impossível, pois a consumação seria inviável. No enunciado da questão, a pessoa presa em flagrante jamais tomou qualquer atitude para consumir o delito, ou seja, ela não aderiu a qualquer sugestão do terceiro, razão pela qual esta alternativa está incorreta. Sobre o flagrante provocado ou preparado, também chamado de delito de ensaio, delito de experiência

ou delito putativo por obra do agente provocador, observe-se a jurisprudência do Tribunal de Justiça de São Paulo: “somente na aparência é que ocorre um crime exteriormente perfeito. Na realidade, o seu autor é apenas um protagonista inconsciente de uma comédia. O elemento subjetivo do crime existe, é certo, em toda sua plenitude, mas, sob o aspecto objetivo, não há violação da lei pena, senão uma insciente cooperação para a ardilosa averiguação da autoria de crimes anteriores, ou uma simulação, embora ignorada pelo agente, da exterioridade de um crime” (RT nº 689/333).

- c) Errado, porque: o flagrante retardado ou diferido só é possível em casos de investigação criminais voltadas a organizações criminosas e desde que comunicado previamente ao juiz. Este tipo de flagrante – retardado ou diferido – deriva diretamente da “ação controlada”, instituto cuja definição se hospeda no art. 8º da Lei nº 12.850/2013, a saber:
- Art. 8º Consiste a ação controlada em retardar a intervenção policial ou administrativa relativa à ação praticada por organização criminosa ou a ela vinculada, desde que mantida sob observação e acompanhamento para que a medida legal se concretize no momento mais eficaz à formação de provas e obtenção de informações.
- d) Errado, porque: o art. 302, IV, do CPP (“é encontrado, logo depois, com instrumentos, armas, objetos ou papéis que façam presumir ser ele o autor da infração”) aborda o flagrante presumido, ficto ou assimilado, não sendo o caso proposto no enunciado.
- e) CERTO, porque: neste tipo flagrante, como narrado no enunciado da questão, terceiros criam a situação flagrancial antes inexistente. Se este terceiro for policial, ele responderá por abuso de autoridade.



### Preste Atenção:

Não são admitidos em nosso ordenamento jurídico os Flagrantes Provocado (lembre-se da Súm. nº 145 do STF: “Não há crime, quando a preparação do flagrante pela polícia torna impossível a sua consumação”) e Forjado, caso em que se constrói a cena probatória, incriminando, em flagrante, alguém; tal circunstância constitui crime de abuso de autoridade por parte dos policiais que produziram, artificialmente, esse pseudoflagrante.

44. (Inspetor de Polícia – PC/CE – VUNESP – 2015) É admitida a decretação da prisão preventiva de indivíduo primário, civilmente identificado, pela prática de
- quaisquer crimes dolosos punidos com detenção.
  - quaisquer crimes culposos punidos com reclusão.
  - crime doloso punido com pena privativa de liberdade máxima superior a dois anos.
  - crime que envolve violência doméstica e familiar contra a mulher, criança, adolescente, idoso, enfermo ou pessoa com deficiência, para garantir a execução das medidas protetivas de urgência.
  - crime culposo punido com pena privativa de liberdade máxima superior a quatro anos.

### GABARITO OFICIAL: D

#### JUSTIFICATIVA:

- a) Errado, porque: depois da alteração do Código de Processo Penal promovida pela Lei nº 12.403/2011, no tocante à admissão da prisão preventiva, não se adota mais o critério de crimes punidos com detenção ou reclusão, mas sim com relação ao montante da pena. Nesse ponto, veja o que predica o art. 313, I, do CPP: “Nos termos do art. 312 deste Código, será admitida a decretação da prisão preventiva: I – nos crimes dolosos punidos com pena privativa de liberdade máxima superior a 4 (quatro) anos”.

- b) Errado, porque: depois da alteração do Código de Processo Penal promovida pela Lei nº 12.403/2011, no tocante à admissão da prisão preventiva, não se adota mais o critério de crimes punidos com detenção ou reclusão, mas sim com relação ao montante da pena. Nesse ponto, veja o que predica o art. 313, I, do CPP: “Nos termos do art. 312 deste Código, será admitida a decretação da prisão preventiva; I – nos crimes dolosos punidos com pena privativa de liberdade máxima superior a 4 (quatro) anos”.
- c) Errado, porque: o art. 313, I, do CPP fala em pena máxima superior a 4 anos: “Nos termos do art. 312 deste Código, será admitida a decretação da prisão preventiva: I – nos crimes dolosos punidos com pena privativa de liberdade máxima superior a 4 (quatro) anos”.
- d) CERTO, porque: é a dicção expressa do art. 313, III, do CPP. Perceba que, nesses casos, não importa o montante máximo da pena abstratamente cominada ao crime, mas sim o contexto da violência perpetrada.
- e) Errado, porque: só poderia haver prisão preventiva por crime culposos em caso de dúvida sobre os dados qualificativos do autor, o que não pode ser considerado nesta questão, pois o enunciado fala de “indivíduo primário, civilmente identificado”. Observe o que dispõe o art. 313, par. ún., do CPP:

Art. 313. (...)

Parágrafo único: Também será admitida a prisão preventiva quando houver dúvida sobre a identidade civil da pessoa ou quando esta não fornecer elementos suficientes para esclarecê-la, devendo o preso ser colocado imediatamente em liberdade após a identificação, salvo se outra hipótese recomendar a manutenção da medida.



### Preste Atenção:

A Constituição Federal veda a identificação criminal do civilmente identificado (art. 5º, LVIII, da CF/1988). Esta é a regra. Mas a Lei nº 12.037/2009 traz exceções sem contrariar a regra, ou seja, a identificação deve ser necessária para afastar hesitações. Se não existem dúvidas acerca da qualificação do suspeito, a identificação criminal gera constrangimento ilegal. Todavia, se persistirem as dúvidas quanto aos dados qualificativos, o Delegado de Polícia pode representar pela decretação da prisão preventiva prevista no art. 313, par. ún., do CPP.

**45. (Inspetor de Polícia – PC/CE – VUNESP – 2015)** Sobre o instituto da prisão temporária, é correto afirmar que

- a) é cabível sua decretação em alguns crimes culposos.  
 b) é cabível sua decretação em crimes de roubo.  
 c) não é cabível sua decretação em crimes hediondos.  
 d) haverá, sempre que possível, um plantão permanente diurno do Poder Judiciário e do Ministério Público para apreciação dos pedidos de prisão temporária, nas comarcas e seções judiciárias.  
 e) a lei faculta a separação dos presos temporários dos demais detentos.

### GABARITO OFICIAL: B

#### JUSTIFICATIVA:

- a) Errado, porque: não há previsão de crime culposos no rol taxativo do art. 1º, III, da Lei nº 7.960/1989, o qual traz as hipóteses em que é admitida a decretação da medida.  
 b) CERTO, porque: o roubo está previsto no rol taxativo de delitos que comportam a decretação da medida, no art. 1º, III, c, da Lei nº 7.960/1989, autorizando a prisão temporária em caso da incidência do art. 157, *caput*, §§ 1º, 2º ou 3º.

- c) Errado, porque: no rol taxativo do art. 1º, III, da Lei nº 7.960/1989, o qual traz as hipóteses em que é admitida a decretação da medida, estão previstos crimes classificados como hediondos pela Lei nº 8.072/1990 (Lei dos Crimes Hediondos).
- d) Errado, porque: segundo disposição expressa do art. 5º da Lei nº 7.960/1989, sempre haverá um plantão permanente do Poder Judiciário e do Ministério Público para apreciação dos pedidos de prisão temporária, nas comarcas e seções judiciárias, sendo equivocada a expressão “sempre que possível” descrita na alternativa.
- e) Errado, porque: o art. 3º da Lei nº 7.960/1989 impõe a obrigatoriedade de separação entre os presos temporários e os demais presos.



### Preste Atenção:

Lembre-se das balizas do sistema acusatório, no qual o juiz deve ser imparcial, proferindo decisões fundamentadas em audiência pública. Nesse diapasão, a prisão temporária – antes do recebimento da denúncia ou queixa – será decretada pelo juiz sempre mediante representação da autoridade policial ou requerimento do MP, não havendo possibilidade de sua decretação de ofício (art. 2º da Lei nº 7.960/1989). No que concerne à possibilidade de sua decretação no curso da ação penal, a doutrina e jurisprudência são praticamente unânimes em afirmar sua impossibilidade, pois tal prisão visa, primordialmente, assegurar o êxito das investigações que antecedem o ajuizamento da ação penal. Ora, se havia elementos para oferecimento da denúncia (indícios suficientes de autoria e materialidade delitivas), por que pedir a prisão temporária, cuja função é tutelar as investigações do inquérito policial? Nesse sentido, segue julgado do STJ: “Uma vez recebida a denúncia não mais subsiste o decreto de prisão temporária, que visa resguardar, tão somente, a integridade das investigações (STJ – HC nº 44987/BA (2005/0099651-9) – rel. Min. Felix Fischer – j. 2-2-2006 – DJ 13-3-2006)

46. (Inspetor de Polícia – PC/CE – VUNESP – 2015) Constituição da República, art. 5º, inciso XLV: “nenhuma pena passará da pessoa do condenado, podendo a obrigação de reparar o dano e a decretação do perdimento de bens ser, nos termos da lei, estendidas aos sucessores e contra eles executadas, até o limite do valor do patrimônio transferido”.

O dispositivo constitucional ora transcrito refere-se a um dos princípios denominado

- Princípio da correlação.
- Princípio da intranscendência.
- Princípio do privilégio contra a autoincriminação.
- Princípio da oficiosidade ou do impulso oficial.
- Princípio do devido processo legal.

### GABARITO OFICIAL: B

#### JUSTIFICATIVA:

- Errado, porque: no direito processual civil e no direito processual penal, o princípio da correlação é também alcunhado de princípio da adstrição da sentença ao pedido ou, ainda, da vinculação da sentença ao pedido. Este princípio impõe nulidade à sentença *extra petita* (fora do pedido), na medida em que a atividade jurisdicional é inerte e só deve solucionar os exatos termos do conflito de interesses posto na lide.
- CERTO, porque: trata-se da dicção expressa do art. 5º, XLV, da CF/1988, e encerra a ideia de que não poderá haver transcendência da sanção penal a outrem, de modo que a pena tem caráter

personalíssimo, salvo “a obrigação de reparar o dano e a decretação do perdimento de bens ser, nos termos da lei, estendidas aos sucessores e contra eles executadas, até o limite do valor do patrimônio transferido”.

- c) Errado, porque: também chamado de princípio da não autoincriminação ou *nemo tenetur se detegere*, sua essência é permitir ao indiciado/acusado/réu não ser obrigado a produzir prova contra si mesmo (v.g.: numa *blitz* policial o motorista não é obrigado a “soprar” o bafômetro). Este princípio tem *status* constitucional implícito pela maioria da doutrina, derivado do direito ao silêncio (art. 5º, LXIII, da CF/1988).
- d) Errado, porque: a jurisdição é inerte, mas, uma vez provocada por meio da ação, passa a ser interesse do Estado que o processo atinja seu final, com a prestação jurisdicional plena, pois o *ius puniendi* (direito de punir) é tarefa estatal exclusiva. Assim, o princípio do impulso oficial ou da oficiosidade significa que compete ao juiz mover o processo, fase a fase, até seu deslinde final.
- e) Errado, porque: este princípio está no art. 5º, LIV, da CF/1988, e assegura à pessoa o direito de não ser privada de sua liberdade e de seus bens, sem a salvaguarda de um processo desenvolvido dentro dos pilares democráticos da lei, com respeito ao direito de defesa, imparcialidade do juiz e tantos outros.



### Preste Atenção:

Lembre-se o direito ao silêncio tem *status* constitucional e natureza de cláusula pétrea. No momento da prisão, qualquer que seja ela, “o preso será informado de seus direitos, entre os quais o de permanecer calado, sendo-lhe assegurada a assistência da família e de advogado” (art. 5º, LXIII, da CF/1988). Ademais, o Código de Processo Penal, com redação dada pela Lei nº 10.792/2003, encampou o texto constitucional em seu art. 186: “Depois de devidamente qualificado e cientificado do inteiro teor da acusação, o acusado será informado pelo juiz, antes de iniciar o interrogatório, do seu direito de permanecer calado e de não responder perguntas que lhe forem formuladas”.

- 47. (Inspetor de Polícia – PC/CE – VUNESP – 2015)** Populares avisaram a polícia que **João** e **José**, embriagados, discutiam na via pública. Avistados e abordados, os policiais verificaram que nenhum dos dois traziam quaisquer documentos, além de terem localizado na cintura de **João** uma arma de fogo e sob as vestes de **José** uma faca. Nesse contexto, competem aos policiais
- a) conduzir **João** e **José** para a Delegacia de Polícia para responderem pela contravenção penal de perturbação de sossego.
  - b) depois de comprovar a identidade de **João** e **José** e verificando que eles não usavam, no momento da discussão, a arma de fogo e a faca que traziam (respectivamente), liberá-los da abordagem.
  - c) conduzir **João** e **José** para a Delegacia de Polícia, pois praticaram crime de tentativa de lesão corporal (mútua).
  - d) prender **João** e **José** em flagrante delito por tentativa de homicídio, considerando o porte de arma de fogo e a faca, ambos objetos letais.
  - e) conduzir os dois para a Delegacia de Polícia; **José** para responder pela contravenção penal de porte de arma branca, e **João** porque foi preso em flagrante delito por porte ilegal de arma de fogo.

### GABARITO OFICIAL: E

#### JUSTIFICATIVA:

- a) Errado, porque: o contexto da discussão pode, ou não, ter conteúdo criminal, a depender das palavras proferidas. Porém, como o examinador nada especificou, não cabe ao candidato fazê-lo,

- sob pena de equívoco. Contudo, a conduta de João de portar arma de fogo caracteriza o crime do art. 14 ou do art. 16 da Lei nº 10.826/2003 (Estatuto do Desarmamento), ao passo que a conduta de José de trazer consigo arma branca pode ser enquadrada no art. 19 da Lei de Contravenções Penais (Dec.-lei nº 3.688/1941).
- b) Errado, porque: o contexto da discussão pode, ou não, ter conteúdo criminal, a depender das palavras proferidas. Porém, como o examinador nada especificou, não cabe ao candidato fazê-lo, sob pena de equívoco. Contudo, a conduta de João de portar arma de fogo caracteriza o crime do art. 14 ou do art. 16 da Lei nº 10.826/2003 (Estatuto do Desarmamento), ao passo que a conduta de José de trazer consigo arma branca pode ser enquadrada no art. 19 da Lei de Contravenções Penais (Dec.-lei nº 3.688/1941).
- c) Errado, porque: o contexto da discussão pode, ou não, ter conteúdo criminal, a depender das palavras proferidas. Porém, como o examinador nada especificou, não cabe ao candidato fazê-lo, sob pena de equívoco. Contudo, a conduta de João de portar arma de fogo caracteriza o crime do art. 14 ou do art. 16 da Lei nº 10.826/2003 (Estatuto do Desarmamento), ao passo que a conduta de José de trazer consigo arma branca pode ser enquadrada no art. 19 da Lei de Contravenções Penais (Dec.-lei nº 3.688/1941).
- d) Errado, porque: o contexto da discussão pode, ou não, ter conteúdo criminal, a depender das palavras proferidas. Porém, como o examinador nada especificou, não cabe ao candidato fazê-lo, sob pena de equívoco. Contudo, a conduta de João de portar arma de fogo caracteriza o crime do art. 14 ou do art. 16 da Lei nº 10.826/2003 (Estatuto do Desarmamento), ao passo que a conduta de José de trazer consigo arma branca pode ser enquadrada no art. 19 da Lei de Contravenções Penais (Dec.-lei nº 3.688/1941).
- e) CERTO, porque: o contexto da discussão pode, ou não, ter conteúdo criminal, a depender das palavras proferidas. Porém, como o examinador nada especificou, não cabe ao candidato fazê-lo, sob pena de equívoco. Contudo, a conduta de João de portar arma de fogo caracteriza o crime do art. 14 ou do art. 16 da Lei nº 10.826/2003 (Estatuto do Desarmamento), ao passo que a conduta de José de trazer consigo arma branca pode ser enquadrada no art. 19 da Lei de Contravenções Penais (Dec.-lei nº 3.688/1941).



### Preste Atenção:

Utilize, sempre, os dados objetivos descritos no enunciado da questão. Não tente interpretar o enunciado, a não ser que seja absolutamente necessário, ou seja, a não ser que os dados objetivos do problema sejam insuficientes para encontrar a alternativa correta. Lembre-se que a Banca de Concurso, normalmente, prefere seguir textos de lei nas provas teste, exatamente, para fugir de polêmica e evitar recursos administrativos e até judiciais, cujo acolhimento pode travar a marcha do certame.

- 48. (Inspetor de Polícia – PC/CE – VUNESP – 2015)** Sobre os Juizados Especiais Criminais (Lei nº 9.099/1995), pode-se afirmar que
- a) não será preso em flagrante e tampouco estará obrigado a recolher fiança o autor do fato que, após a lavratura do termo circunstanciado, for imediatamente encaminhado ao juizado ou assumir o compromisso de a ele comparecer.
- b) são competentes para o processamento e julgamento das infrações de menor potencial ofensivo a delegacia e o fórum do local da residência da vítima.
- c) será instaurado o termo circunstanciado pela autoridade policial, após a notícia de infração de menor potencial ofensivo, inclusive quando se tratar de crime militar.
- d) não poderá ser processado pelos juizados especiais criminais o autor do fato, se portador de antecedentes criminais.

e) os delitos cuja pena máxima não seja superior a dois anos – excluindo-se daí as contravenções penais – por serem infrações de menor potencial ofensivo, são de competência dos juizados especiais criminais.

### GABARITO OFICIAL: A

#### JUSTIFICATIVA:

- a) CERTO, porque: é a dicção expressa do art. 69, par. ún., da Lei nº 9.099/1995.
- b) Errado, porque: o art. 63 da Lei nº 9.099/1995 diz que: “A competência do Juizado será determinada pelo lugar em que foi praticada a infração penal” e não na localidade de residência da vítima.
- c) Errado, porque: o art. 90-A da Lei nº 9.099/1995 exclui a incidência de crimes militares no regime do Juizado Especial (“As disposições desta Lei não se aplicam no âmbito da Justiça Militar”).
- d) Errado, porque: o art. 60 da Lei nº 9.099/1995 diz que: “O Juizado Especial Criminal, provido por juízes togados ou togados e leigos, tem competência para a conciliação, o julgamento e a execução das infrações penais de menor potencial ofensivo, respeitadas as regras de conexão e continência”. Assim, não existe restrição de julgamento perante o JECRIM caso o autor possua antecedentes criminais.
- e) Errado, porque: as contravenções penais, também chamadas de “crime-anão” na lição clássica de Nelson Hungria, estão incluídas, expressamente, na regra do art. 61 da Lei nº 9.099/1995: “Consideram-se infrações penais de menor potencial ofensivo, para os efeitos desta lei, as contravenções penais e os crimes a que a lei comine pena máxima não superior a 2 (dois) anos, cumulada ou não com multa”.



#### Preste Atenção:

A Lei nº 9.099/1995 encampou o princípio da oportunidade no processo penal, de modo a mitigar a obrigatoriedade na propositura da ação penal nos crimes de menor potencial ofensivo, sendo também despropositado encarcerar alguém que, mesmo estando em hipótese de flagrante delito, ao final do processo não teria contra si imposta pena de privação de liberdade.

49. (Delegado de Polícia – PC/CE – VUNESP – 2015) O inquérito policial, nos crimes em que a ação pública depender de representação, \_\_\_\_\_; nos crimes de ação privada, a auto-riedade policial somente poderá proceder a inquérito \_\_\_\_\_.

Assinale a alternativa que preenche, correta e respectivamente, as lacunas.

- a) depende de queixa-crime para sua instauração ... após colher o consentimento da vítima ou de terceiro patrimonialmente interessado na investigação do fato
- b) pode ser instaurado independentemente dela, mas só pode embasar ação penal após manifestação positiva da vítima ... após oferecimento de queixa-crime
- c) só pode ser iniciado se não houver transcorrido o prazo decadencial de seis meses ... quando acompanharem a representação do ofendido o nome e qualificação de ao menos três testemunhas
- d) não poderá sem ela ser iniciado ... a requerimento de quem tenha qualidade para intentá-la
- e) depende de queixa-crime-para sua instauração ... após oferecimento de queixa-crime

### GABARITO OFICIAL: D

#### JUSTIFICATIVA:

- a) Errado, porque: a queixa-crime é a exteriorização da ação penal privada e não autoriza qualquer deflagração de inquérito policial.
- b) Errado, porque: a queixa-crime é a exteriorização da ação penal privada e não constitui autorização para início das investigações alusivas ao inquérito policial.

- c) Errado, porque: para que se tenha início inquérito policial que investiga crime de ação penal privada (como injúria, difamação e calúnia), é necessário requerimento da vítima. O termo representação é restrito aos crimes de ação penal pública condicionada.
- d) CERTO, porque: trata-se da dicção expressa do art. 5º, §§ 4º e 5º, respectivamente, do CPP.
- e) Errado, porque: a queixa-crime é a exteriorização da ação penal privada e não constitui autorização para início das investigações alusivas ao inquérito policial.



### Preste Atenção:

Uma das diferenças práticas do requerimento para a representação é que o primeiro deve ser feito integralmente pelo ofendido (normalmente mediante petição), ao passo que a representação possui termo já concebido nas unidades policiais, o que facilita sua colheita.

- 50. (Delegado de Polícia – PC/CE – VUNESP – 2015)** Prescreve o art. 6º, VIII, do Código de Processo Penal, logo que tiver conhecimento da prática da infração penal, a autoridade policial deverá ordenar a identificação do indiciado pelo processo datiloscópico, se possível. Acerca do tema, a Constituição da República de 1988
- a) recepcionou integralmente o Código de Processo Penal.
  - b) ampliou as hipóteses de identificação criminal, admitindo-a também para testemunhas e declarantes.
  - c) ampliou os métodos de identificação criminal, admitindo expressamente outros que decorram do progresso científico, tais como os exames de DNA.
  - d) revogou totalmente o dispositivo do Código de Processo Penal, não admitindo mais a identificação criminal.
  - e) determina, com exceções previstas em lei, que o civilmente identificado não será submetido à identificação criminal.

### GABARITO OFICIAL: E

#### JUSTIFICATIVA:

- a) Errado, porque: alguns artigos do CPP foram revogados expressamente e outros tacitamente diante do fenômeno da recepção constitucional ocorrida na publicação da CF/1988. Assim, por exemplo, o art. 585 do CPP que impõe ao réu a obrigatoriedade de recolher-se à prisão para recorrer da decisão de pronúncia, embora conste no texto do Código de Processo Penal, foi revogado tacitamente pelo art. 5º, LVII, da CF/1988 (Súm. nº 347 do STJ: “O conhecimento de recurso de apelação do réu independe de sua prisão”), lembrando que a prisão preventiva é, sim, possível no momento da pronúncia, desde que presentes os requisitos do art. 312 do CPP, mas nunca de forma automática.
- b) Errado, porque: a Constituição Federal permitiu a identificação criminal, mas só para aqueles não identificados civilmente. Logo, embora a CF/1988 não tenha dito explicitamente, posicionou o inciso a esse respeito na sequência dos direitos garantidos ao acusado, o que permite inferir que a identificação criminal não cabe para testemunhas e declarantes, até porque estes podem ser conduzidos coercitivamente por força do art. 218 do CPP, e, caso mintam ou calem a verdade, poderão responder pelo crime de falso testemunho, a depender do caso.
- c) Errado, porque: a Constituição Federal permitiu a identificação criminal, mas só para aqueles não identificados civilmente.
- d) Errado, porque: a Constituição Federal permitiu a identificação criminal, mas só para aqueles não identificados civilmente.
- e) CERTO, porque: trata-se da dicção expressa do art. 5º, LVII, da CF/1988: “O civilmente identificado não será submetido à identificação criminal, salvo nas hipóteses previstas em lei”.

51. (Delegado de Polícia – PC/CE – VUNESP – 2015) A competência para a ação penal, caso
- a) desconhecido o domicílio do ofendido, será estabelecida pelo local da infração.
  - b) desconhecido o local da infração, será estabelecida pela residência ou domicílio do réu.
  - c) desconhecido o domicílio do réu, será estabelecida pela prevenção.
  - d) se trate de ação privada, ficará a cargo do querelante, que pode escolher entre o local da infração e o da sua própria residência.
  - e) se trate de crime tentado, será fixada no lugar onde deveria ter se consumado a infração.

**GABARITO OFICIAL: B****JUSTIFICATIVA:**

- a) Errado, porque: o local da infração determina, como regra, a competência no processo penal, à luz do art. 70 do CPP.
- b) CERTO, porque: trata-se da dicção expressa do art. 72 do CPP: “Não sendo conhecido o lugar da infração, a competência regular-se-á pelo domicílio ou residência do réu”.
- c) Errado, porque: o local da infração determina, como regra, a competência no processo penal, à luz do art. 70 do CPP. Logo, o desconhecimento acerca do local de domicílio do réu não tem relevância, a não ser que se desconheça, em primeiro plano, o lugar da infração e o domicílio do réu, sendo então aplicável o art. 72, § 2º, do CPP, que impõe competência ao juiz que primeiro tomar conhecimento do fato.
- d) Errado, porque: no caso de exclusiva ação privada aplica-se o disposto no art. 73 do CPP, tendo o querelante a opção de intentar queixa-crime no foro de domicílio ou residência do réu, ainda quando conhecido o lugar da infração.
- e) Errado, porque: se o crime foi tentado, aplica-se o art. 70 do CPP, que torna competente o lugar em que foi praticado o último ato de execução.

**Preste Atenção:**

A jurisdição — função de Estado — se materializa, condiciona e limita pela competência, que define previamente a atuação do órgão jurisdicional a partir de critérios de especialização da justiça, distribuição territorial e divisão de serviço, fundada em normas constitucionais e legais. De acordo com essas normas, a definição de competência segue uma sequência lógica, que começa fixando a competência de justiça para, em seguida, estabelecer o âmbito territorial. Quanto a este, também há uma preferência: o lugar da infração prepondera sobre o domicílio ou residência do réu. Vale lembrar, ainda, que a competência absoluta se origina em norma constitucional, de ordem pública, e por isso indisponível pelas partes, cuja violação acarreta em nulidade absoluta.

52. (Delegado de Polícia – PC/CE – VUNESP – 2015) Nos termos do art. 109, § 5º, da Constituição da República de 1988, o incidente de deslocamento de competência para a Justiça Federal é cabível nas hipóteses de grave violação de direitos humanos, com a finalidade de assegurar o cumprimento de obrigações decorrentes de tratados internacionais de direitos humanos dos quais o Brasil seja parte. Pode ser suscitado pelo \_\_\_\_\_ junto ao \_\_\_\_\_.
- Preenchem, correta e respectivamente, as lacunas:
- a) Procurador-Geral de Justiça de qualquer Estado ... Supremo Tribunal Federal
  - b) Procurador-Geral da República ou Procurador-Geral de Justiça de qualquer Estado ... Supremo Tribunal Federal
  - c) Órgão Especial de Tribunal de Justiça ... Supremo Tribunal Federal

- d) Procurador-Geral da República ... Superior Tribunal de Justiça
- e) Presidente de Tribunal de Justiça ou de Tribunal Regional Federal ... Superior Tribunal de Justiça

**GABARITO OFICIAL: D****JUSTIFICATIVA:**

- a) Errado, porque: é o Procurador-Geral da República, chefe maior do Ministério Público Federal, pois a União Federal estava sofrendo ações em Tribunais Internacionais, e que acabava eventualmente condenada por violação aos direitos humanos era a nação, o Brasil como um todo, e não o estado-membro que praticou o vilipêndio.
- b) Errado, porque: é o Superior Tribunal de Justiça, pois este órgão jurisdicional tem por atribuição tradicional solucionar conflitos de competência (art. 105, I, d, da CF/1988).
- c) Errado, porque: é o Superior Tribunal de Justiça, pois este órgão jurisdicional tem por atribuição tradicional solucionar conflitos de competência (art. 105, I, d, da CF/1988).
- d) CERTO, porque: trata-se da dicção expressa do art. 109, § 5º, da CF/1988, cuja redação foi introduzida pela EC nº 45, de 8-12-2004.
- e) Errado, porque: é o Superior Tribunal de Justiça, pois este órgão jurisdicional tem por atribuição tradicional solucionar conflitos de competência (art. 105, I, d, da CF/1988).

- 53. (Delegado de Polícia – PC/SP – VUNESP – 2014)** No processo penal, a prova produzida durante o inquérito policial
- a) pode ser utilizada por qualquer das partes, bem como pelo juiz.
  - b) tem o mesmo valor que a prova produzida judicialmente.
  - c) pode ser utilizada somente pelo juiz.
  - d) não tem valor legal.
  - e) deverá ser sempre ratificada judicialmente para ter valor legal.

**GABARITO OFICIAL: A****JUSTIFICATIVA:**

- a) CERTO, porque: a prova produzida no Inquérito Policial é chamada de indiciária, pois é produzida sem o crivo do contraditório; ocorre que, pelo princípio da comunhão das provas, qualquer prova – indiciária ou não – pertence ao processo e não à parte que a produziu, podendo ser utilizada, indistintamente, pelo réu em sua defesa, pelo promotor nas peças de acusação ou pelo magistrado; neste último caso, o juiz, ao decidir, deve se pautar pelo conjunto probatório contido nos autos processuais, dos quais fazem parte o inquérito policial – normalmente como documento anexado pela denúncia ao processo – sempre lembrando a ressalva do art. 155 do CPP: “o juiz formará sua convicção pela livre apreciação da prova produzida em contraditório judicial, não podendo fundamentar sua decisão exclusivamente nos elementos informativos colhidos na investigação, ressalvadas as provas cautelares, não repetíveis e antecipadas”.
- b) Errado, porque: a prova produzida no inquérito policial deve ser reproduzida na instrução probatória, sob o crivo do contraditório; a esse propósito observe o art. 155 do CPP.
- c) Errado, porque: aplicação do princípio da comunhão de provas.
- d) Errado, porque: tem valor probatório importante ainda que deva ser repetida judicialmente como regra; contudo, no tocante às exceções legais – prova cautelar, não repetível e antecipada – a prova produzida no inquérito policial tem valor determinante para a condenação ou absolvição do réu, mesmo sem observar o crivo do contraditório judicial.
- e) Errado, porque: existem três ressalvas contempladas no art. 155 do CPP, quais sejam: provas cautelares, não repetíveis e antecipadas.



### Preste Atenção:

Lembre-se: palavras e termos peremptórios nas alternativas – como “sempre” – recomendam ao concursando que redobre a atenção, pois normalmente o Direito, como Ciência Humana, repele absolutismo, ou seja, a exceção é quase tão constante quanto a regra jurídica. Outrossim, ao realizar qualquer prova de concurso público tenha em mente a política institucional, isto é, como a carreira que o concursando pretende ingressar observa e aplica determinada questão jurídica. Logo, no concurso de ingresso na carreira de Delegado de Polícia, definições de Inquérito Policial como “mera peça informativa” devem ser avaliadas com cautela, assim como a alternativa “D” que afirmava que a prova produzida no inquérito policial não tem valor legal.

- 54. (Delegado de Polícia – PC/SP – VUNESP – 2014)** A respeito do direito ao silêncio do acusado no inquérito policial, é correto afirmar que
- não importará em confissão, mas em presunção de culpabilidade.
  - importará em confissão.
  - importará em confissão, exceto se o acusado manifestar o direito constitucional de somente falar em juízo.
  - não importará em confissão, entretanto, poderá constituir elemento para formação do convencimento do juiz em eventual processo penal.
  - não importará em confissão.

### GABARITO OFICIAL: D

#### JUSTIFICATIVA:

- Errado, porque: não existe presunção de culpabilidade no Direito Processual Penal; ao revés, vige o princípio constitucional da não culpabilidade antecipada, insculpido no art. 5º, LVII, da CF: “ninguém será considerado culpado até o trânsito em julgado de sentença penal condenatória”.
- Errado, porque: texto explícito do art. 198 do CPP: “o silêncio do acusado não importará confissão, mas poderá constituir elemento para a formação do convencimento do juiz”.
- Errado, porque: observe o teor do art. 186, parágrafo único, do CPP: “o silêncio, que não importará em confissão, não poderá ser interpretado em prejuízo da defesa”.
- CERTO, porque: dicção do art. 6º, V, do CPP – “ouvir o indiciado, com observância, no que for cabível, do disposto no Capítulo III do Título VII, deste Livro, devendo o respectivo termo ser assinado por 2 testemunhas que lhe tenham ouvido a leitura” – combinado com o art. 198 do CPP – “o silêncio do acusado não importará confissão, mas poderá constituir elemento para a formação do convencimento do juiz”.
- Errado, porque: esta assertiva está incompleta, ou seja, ela poderia ser considerada certa caso não houvesse outra alternativa mais adequada ao texto legal vigente; logo, se é verdade que o silêncio do indiciado não importará em confissão, é ainda mais correto dizer que a atitude do indiciado de calar-se no seu interrogatório policial poderá constituir elemento para formação do convencimento do juiz em eventual processo penal, na esteira do art. 198 do CPP.



### Preste Atenção:

Sempre leia atentamente as questões. Às vezes os desgastes físico e mental podem induzir o concursando a assinalar alternativas incompletas, como era o caso da “E”. Portanto, é importante reservar tempo mínimo para avaliar cada assertiva, evitando condutas de marcação imediata da questão no caderno de respostas, sem revisão.

55. **(Delegado de Polícia – PC/SP – VUNESP – 2014)** Em relação ao tema prisão, é correto afirmar que
- a) o emprego de força para a realização da prisão será permitido sempre que a autoridade policial julgar necessário, não existindo restrição legal.
  - b) a prisão poderá ser efetuada em qualquer dia e a qualquer hora, respeitadas as restrições relativas à inviolabilidade de domicílio.
  - c) a prisão cautelar somente ocorre durante o inquérito policial.
  - d) em todas as suas hipóteses, é imprescindível a existência de mandado judicial prévio.
  - e) a prisão preventiva somente ocorre durante o processo judicial.

**GABARITO OFICIAL: B****JUSTIFICATIVA:**

- a) Errado, porque: existe restrição legal: art. 284 do CPP: “não será permitido o emprego da força, salvo a indispensável no caso de resistência ou de tentativa de fuga do preso” – ademais, lembre-se da Súmula Vinculante nº 11 do STF: “só é lícito o uso de algemas em casos de resistência e de fundado receio de fuga ou de perigo à integridade física própria ou alheia, por parte do preso ou de terceiros, justificada a excepcionalidade por escrito, sob pena de responsabilidade disciplinar, civil e penal do agente ou autoridade e de nulidade da prisão ou do ato processual a que se refere, sem prejuízo de responsabilidade civil do Estado”.
- b) CERTO, porque: dicção expressa do art. 283, § 2º, do CPP: “a prisão poderá ser efetuada em qualquer dia e a qualquer hora, respeitadas as restrições relativas à inviolabilidade de domicílio”.
- c) Errado, porque: dicção expressa do art. 311 do CPP: “Em qualquer fase da investigação policial ou do processo penal, caberá a prisão preventiva decretada pelo juiz, de ofício, se no curso da ação penal, ou a requerimento do Ministério Público, do querelante ou do assistente, ou por representação da autoridade policial”.
- d) Errado, porque: pródica constitucional contida no art. 5º, LXI, da CF: “ninguém será preso senão em flagrante delito ou por ordem escrita e fundamentada de autoridade judiciária competente, salvo nos casos de transgressão militar ou crime propriamente militar, definidos em lei”, ou seja, em caso de flagrante delito não será necessária expedição de mandado judicial.
- e) Errado, porque: dicção expressa do art. 311 do CPP: “Em qualquer fase da investigação policial ou do processo penal, caberá a prisão preventiva decretada pelo juiz, de ofício, se no curso da ação penal, ou a requerimento do Ministério Público, do querelante ou do assistente, ou por representação da autoridade policial.”.

**Preste Atenção:**

Perceba, novamente, o uso de termos absolutos como “sempre”, “somente” e “em todas as hipóteses”. Neste caso específico, até a lógica recomenda a assinalação da alternativa “B”, dentro dos princípios constitucionais da inviolabilidade do domicílio.

56. **(Delegado de Polícia – PC/SP – VUNESP – 2014)** Nos termos do § 3º do art. 5º do CPP: “Qualquer pessoa do povo que tiver conhecimento da existência de infração penal em que caiba ação pública poderá, verbalmente ou por escrito, comunicá-la à autoridade policial, e esta, verificada a procedência das informações, mandará instaurar inquérito policial”. Assim, é correto afirmar que
- a) sempre que tomar conhecimento da ocorrência de um crime, a autoridade policial deverá, por portaria, instaurar inquérito policial.

- b) por *delatio criminis* entende-se a autorização formal da vítima para que seja instaurado inquérito policial.
- c) o inquérito policial será instaurado pela autoridade policial apenas nas hipóteses de ação penal pública.
- d) a notícia de um crime, ainda que anônima, pode, por si só, suscitar a instauração de inquérito policial.
- e) é inadmissível o anonimato como causa suficiente para a instauração de inquérito policial na modalidade da *delatio criminis*, entretanto, a autoridade policial poderá investigar os fatos de ofício.

### GABARITO OFICIAL: E

#### JUSTIFICATIVA:

- a) Errado, porque: existem 2 exceções legais, quais sejam, crime de ação penal pública condicionada e crime de ação penal privada, estampadas, respectivamente, no art. 5º, § 4º – “O inquérito, nos crimes em que a ação pública depender de representação, não poderá sem ela ser iniciado” – e § 5º – “Nos crimes de ação privada, a autoridade policial somente poderá proceder a inquérito a requerimento de quem tenha qualidade para intentá-la” – do CPP.
- b) Errado, porque: vige no inquérito policial – assim como no processo penal – o princípio da legalidade ou obrigatoriedade, pelo qual nenhum delito deve ficar impune – *nec delicta maneant impunita*; logo, o requerimento da vítima – crime de ação penal privada – e a representação desta – crime de ação penal pública condicionada – só são exigidos como exceção para viabilizar deflagração de inquérito policial, instrumento investigativo encetado, em regra, de ofício pela autoridade policial – art. 5º, I, do CPP.
- c) Errado, porque: é possível instauração de inquérito policial com vistas a apurar fato, em tese, criminoso, cujo tipo penal comporta ação penal privada – art. 5º, § 5º do CPP: “Nos crimes de ação privada, a autoridade policial somente poderá proceder a inquérito a requerimento de quem tenha qualidade para intentá-la.”
- d) Errado, porque: observe o que diz a Súm. nº 3 aprovada no Seminário Integrado das Polícias Judiciárias da União e do Estado de São Paulo em 26-9-2013: “A denominada ‘denúncia anônima’, como meio precário de cognição da *notitia criminis* pelo Delegado de Polícia, não consubstancia justa causa para instauração de inquérito policial ou para representação por medidas cautelares, conquanto subsista a possibilidade de seu aproveitamento como subsídio a preliminares e informais diligências investigatórias, a serem desenvolvidas com cautela e em estrito respeito aos direitos e garantias individuais”.
- e) CERTO, porque: observe o que diz a Súm. nº 3 aprovada no Seminário Integrado das Polícias Judiciárias da União e do Estado de São Paulo em 26-9-2013: “A denominada ‘denúncia anônima’, como meio precário de cognição da *notitia criminis* pelo Delegado de Polícia, não consubstancia justa causa para instauração de inquérito policial ou para representação por medidas cautelares, conquanto subsista a possibilidade de seu aproveitamento como subsídio a preliminares e informais diligências investigatórias, a serem desenvolvidas com cautela e em estrito respeito aos direitos e garantias individuais”.



#### Preste Atenção:

Conheça as Súmulas aprovadas no encontro da Polícia Judiciária da União e do Estado de São Paulo, em 26-9-2013, a propósito da aprovação da Lei nº 12.830/2013. Elas, certamente, ajudarão o concursando a identificar os temas de relevo na carreira de Delegado de Polícia e que tendem a serem indagadas mais profundamente em concursos públicos.

**57. (Delegado de Polícia – PC/SP – VUNESP – 2014) A fiança**

- a) poderá ser prestada em todas as hipóteses de prisão, salvo no caso de prisão em decorrência de pronúncia.
- b) poderá ser prestada em qualquer termo do processo, inclusive após o trânsito em julgado da sentença.
- c) poderá ser prestada em qualquer termo do processo, enquanto não transitar em julgado a sentença condenatória.
- d) somente poderá ser prestada durante o inquérito policial.
- e) poderá ser prestada nas hipóteses de prisão temporária.

**GABARITO OFICIAL: C****JUSTIFICATIVA:**

- a) Errado, porque: não existe mais a espécie prisional “prisão decorrente de pronúncia”, a qual possuía viés automático; hodiernamente, após a Lei nº 12.403/2011, o momento processual da sentença de pronúncia pode ensejar prisão preventiva, acaso presentes os requisitos legais subjetivos e objetivos dispostos nos arts. 312 e 313 do CPP.
- b) Errado, porque: dicção expressa do art. 334 do CPP: “A fiança poderá ser prestada enquanto não transitar em julgado a sentença condenatória” – não seria razoável permitir fiança depois do trânsito em julgado, pois nessa fase processual inicia-se o cumprimento da pena, enquanto o instituto processual “fiança” foi concebido como medida acautelatória do resultado útil do processo, fator já alcançado no trânsito em julgado seguido de efetiva execução da pena imposta na fase de cognição.
- c) CERTO, porque: dicção expressa do art. 334 do CPP: “A fiança poderá ser prestada enquanto não transitar em julgado a sentença condenatória”.
- d) Errado, porque: dicção expressa do art. 334 do CPP: “A fiança poderá ser prestada enquanto não transitar em julgado a sentença condenatória”.
- e) Errado, porque: a prisão temporária se presta a garantir o sucesso das investigações pré-processuais; logo, a restrição precária da liberdade do suspeito é imprescindível, nesse momento, para viabilizar a mais abalizada colheita probatória; daí ser incompatível o instituto da “fiança” com a “prisão temporária”, à luz dos ditames da Lei nº 7.960/1989.

**Preste Atenção:**

A fiança é um dos institutos mais utilizados, na prática, pelo Delegado de Polícia. Além disso, houve recente modificação no trato legal da matéria (Lei nº 12.403/2011). Por isso, estude bem este instituto, notadamente os arts. 321 a 350 do CPP.

**58. (Delegado de Polícia – PC/SP – VUNESP – 2014) O minucioso relatório policial que encerra determinado inquérito conclui pela ocorrência do crime de estelionato praticado por “X”. O promotor de justiça, entretanto, com base nas descrições contidas no referido documento, denuncia “X” pela prática do crime de furto mediante fraude. Ao receber a peça acusatória, o magistrado**

- a) deverá, em juízo preliminar, modificar a classificação jurídica do crime feita na denúncia, a fim de que fique em consonância com o relatório policial, sob pena de inépcia da denúncia.

- b) poderá, em juízo preliminar, modificar a classificação jurídica do crime feita no relatório policial, a fim de que fique em consonância com a denúncia, sob pena de nulidade da sentença.
- c) poderá devolver os autos ao delegado de polícia responsável, caso entenda que a classificação do crime deva ser retificada.
- d) se não a rejeitar preliminarmente, deverá recebê-la e ordenar a citação do réu “X” para responder à acusação por crime de furto mediante fraude.
- e) deverá devolver os autos ao delegado de polícia responsável pelo relatório, a fim de que seja feita a retificação da classificação do crime, sob pena de inépcia da denúncia.

### GABARITO OFICIAL: D

#### JUSTIFICATIVA:

- a) Errado, porque: o réu se defende dos fatos alegados na peça acusatória, independentemente da tipificação sugerida no relatório final do inquérito policial; a propósito disso veja o art. 383 do CPP: “O juiz, sem modificar a descrição do fato contida na denúncia ou queixa, poderá atribuir-lhe definição jurídica diversa, ainda que, em consequência, tenha de aplicar pena mais grave” que veicula, segundo a doutrina, a chamada *emendatio libelli*.
- b) Errado, porque: o réu se defende dos fatos alegados na peça acusatória, independentemente da tipificação sugerida no relatório final do inquérito policial; a propósito disso veja o art. 383 do CPP: “O juiz, sem modificar a descrição do fato contida na denúncia ou queixa, poderá atribuir-lhe definição jurídica diversa, ainda que, em consequência, tenha de aplicar pena mais grave” que veicula, segundo a doutrina, a chamada *emendatio libelli*.
- c) Errado, porque: além da ressalva já realizada, vale lembrar que o órgão do Ministério Público, em regra, estará impedido de volver os autos de Inquérito Policial à Polícia Judiciária, salvo para realização de diligências imprescindíveis à consolidação da autoria e materialidade delitivas: art. 16 do CPP: “O Ministério Público não poderá requerer a devolução do inquérito à autoridade policial, senão para novas diligências imprescindíveis ao oferecimento da denúncia”.
- d) CERTO, porque: prevalece a tipificação da denúncia, entretanto o réu se defenderá dos fatos alegados na exordial acusatória; caso novas circunstâncias sejam reveladas durante a instrução processual, de modo a tornar o crime mais grave, aplicar-se-á o instituto da *mutatio libelli*: art. 384, *caput*, do CPP: “Encerrada a instrução probatória, se entender cabível nova definição jurídica do fato, em consequência de prova existente nos autos de elemento ou circunstância da infração penal não contida na acusação, o Ministério Público deverá aditar a denúncia ou queixa, no prazo de 5 (cinco) dias, se em virtude desta houver sido instaurado o processo em crime de ação pública, reduzindo-se a termo o aditamento, quando feito oralmente”.
- e) Errado, porque: o réu se defende dos fatos alegados na peça acusatória, independentemente da tipificação sugerida no relatório final do inquérito policial; a propósito disso veja o art. 383 do CPP: “O juiz, sem modificar a descrição do fato contida na denúncia ou queixa, poderá atribuir-lhe definição jurídica diversa, ainda que, em consequência, tenha de aplicar pena mais grave” que veicula, segundo a doutrina, a chamada *emendatio libelli*.



#### Preste Atenção:

Existe método mnemônico neste caso. Lembre-se *mutatio* mudam os fatos, gerando necessidade de aditamento da denúncia, para nova defesa e decisão. Já a *emendatio* é mera emenda do tipo, pequena correção tipificadora, circunstância em que o juiz está autorizado a decidir sem qualquer incidente, pois *iura novit curia* – o juiz conhece o direito.

59. (Delegado de Polícia – PC/SP – VUNESP – 2014) A lei processual penal
- a) tem aplicação imediata, sem prejuízo dos atos realizados sob a vigência de lei anterior.
  - b) somente pode ser aplicada a processos iniciados sob sua vigência.
  - c) tem aplicação imediata, devendo ser declarados inválidos os atos praticados sob a vigência de lei anterior.
  - d) tem aplicação imediata, devendo ser renovados os atos praticados sob a vigência da lei anterior.
  - e) é retroativa aos atos praticados sob a vigência de lei anterior.

**GABARITO OFICIAL: A****JUSTIFICATIVA:**

- a) CERTO, porque: dicção expressa do art. 2º do CPP: “A lei processual penal aplicar-se-á desde logo, sem prejuízo da validade dos atos realizados sob a vigência da lei anterior”.
- b) Errado, porque: dicção expressa do art. 2º do CPP: “A lei processual penal aplicar-se-á desde logo, sem prejuízo da validade dos atos realizados sob a vigência da lei anterior”.
- c) Errado, porque: dicção expressa do art. 2º do CPP: “A lei processual penal aplicar-se-á desde logo, sem prejuízo da validade dos atos realizados sob a vigência da lei anterior”.
- d) Errado, porque: dicção expressa do art. 2º do CPP: “A lei processual penal aplicar-se-á desde logo, sem prejuízo da validade dos atos realizados sob a vigência da lei anterior”.
- e) Errado, porque: dicção expressa do art. 2º do CPP: “A lei processual penal aplicar-se-á desde logo, sem prejuízo da validade dos atos realizados sob a vigência da lei anterior”.

**Preste Atenção:**

Aqui é necessário recordar que a lei processual penal mais nova foi concebida por ser mais moderna e adequada ao contexto social vigente. A ideia é que o processo – concatenação lógica de atos tendentes à sentença – deve seguir uma marcha consentânea com a sociedade em que vive, isto é, sua evolução é inevitável – v.g.: interrogatório e outros atos processuais penais por videoconferência. Daí sua imediata aplicação, pressupondo-se que o trâmite de qualquer processo será beneficiado por seus novos ditames.

60. (Delegado de Polícia – PC/SP – VUNESP – 2014) No delito de homicídio, o exame de corpo de delito
- a) é prova pericial fundamental, sem a qual não pode haver o oferecimento da denúncia.
  - b) deve, em regra, ser realizado por perito oficial, portador de diploma de curso superior.
  - c) é dispensável, no caso de confissão do crime.
  - d) é dispensável, caso existam outras provas da prática delituosa.
  - e) deve ser realizado por dois peritos médicos pertencentes ao Instituto Médico Legal.

**GABARITO OFICIAL: B****JUSTIFICATIVA:**

- a) Errado, porque: sem dúvida o exame de corpo de delito no crime de homicídio – necropsia – é prova pericial fundamental, entretanto pode ser dispensada, excepcionalmente, caso haja impossibilidade de sua realização, podendo suprir-lhe prova testemunhal apenas, consoante previsão do art. 167 do CPP: “Não sendo possível o exame de corpo de delito, por haverem desaparecido os vestígios, a prova testemunhal poderá suprir-lhe a falta.” – exemplo clássico doutrinário é o homicida que empurra seu desafeto precipício abaixo, sendo que o cadáver da vítima se perde em meio às intempéries naturais.

- b) CERTO, porque: dicção expressa do art. 159, *caput*, do CPP: “O exame de corpo de delito e outras perícias serão realizados por perito oficial, portador de diploma de curso superior” – e parágrafo primeiro – “Na falta de perito oficial, o exame será realizado por 2 (duas) pessoas idôneas, portadoras de diploma de curso superior preferencialmente na área específica, dentre as que tiverem habilitação técnica relacionada com a natureza do exame” – do CPP.
- c) Errado, porque: a lei processual penal só dispensa em caso de prova testemunhal, observe o art. 167 do CPP: “Não sendo possível o exame de corpo de delito, por haverem desaparecido os vestígios, a prova testemunhal poderá suprir-lhe a falta”.
- d) Errado, porque: a lei processual penal por motivos de política criminal só excepciona o exame de corpo de delito no caso de prova testemunhal: art. 167 do CPP: “Não sendo possível o exame de corpo de delito, por haverem desaparecido os vestígios, a prova testemunhal poderá suprir-lhe a falta”.
- e) Errado, porque: antes da reforma promovida pela Lei nº 11.690/2008, de fato, o laudo pericial era elaborado por 2 peritos; entretanto, atualmente, o art. 159, *caput*, do CPP autoriza a confecção do exame de corpo de delito por apenas 1 perito, o que veio a desburocratizar a prova, na esteira do desiderato colimado na reforma: art. 159, *caput*, do CPP – “O exame de corpo de delito e outras perícias serão realizados por perito oficial, portador de diploma de curso superior”.



### Preste Atenção:

O cerne da alteração processual promovida pela Lei nº 11.690/2008 foi a desburocratização do processo. Logo, exige-se, atualmente, um só perito oficial na elaboração do laudo. Caso não exista perito oficial, aí sim, serão dois peritos não oficiais com curso superior preferencialmente na área específica do exame – art. 159 *caput* e § 1º do CPP.

61. (Delegado de Polícia – PC/SP – VUNESP – 2014) Cabe recurso de ofício da sentença
- que conceder *habeas corpus*.
  - que absolver o réu por inexistência do crime.
  - de pronúncia.
  - de absolvição sumária.
  - que denegar *habeas corpus*.

### GABARITO OFICIAL: A

#### JUSTIFICATIVA:

- a) CERTO, porque: dicção expressa do art. 574 do CPP – “Os recursos serão voluntários, excetuando-se os seguintes casos, em que deverão ser interpostos, de ofício, pelo juiz: I – da sentença que conceder *habeas corpus*”.
- b) Errado, porque: o art. 574, II, do CPP impõe recurso *de ofício* quando se verificar presente, no caso concreto, excludente de ilicitude – antijuridicidade – ou culpabilidade e não circunstância que aponte para a inexistência do crime; ademais, o art. 574, II, do CPP faz remissão expressa ao art. 411 do CPP que foi objeto de alteração redacional promovida pela Lei nº 11.689/2008: art. 574 – “Os recursos serão voluntários, excetuando-se os seguintes casos, em que deverão ser interpostos, de ofício, pelo juiz:– [...] II – da que absolver desde logo o réu com fundamento na existência de circunstância que exclua o crime ou isente o réu de pena, nos termos do art. 411”.
- c) Errado, porque: a decisão de pronúncia desafia recurso em sentido estrito, consoante art. 581, IV do CPP.

- d) Errado, porque: pelos argumentos já explicitados na análise da assertiva “B” e pelo fato da doutrina eminentemente majoritária entender que houve revogação tácita do art. 574, II, do CPP, uma vez que a profunda modificação engendrada, no procedimento do júri, pela reforma processual penal da Lei nº 11.689/2008 não contemplou hipótese de qualquer recurso *de ofício*.
- e) Errado, porque: dicção expressa do art. 574 – “Os recursos serão voluntários, excetuando-se os seguintes casos, em que deverão ser interpostos, de ofício, pelo juiz: I – da sentença que conceder *habeas corpus*” – do CPP.



### Preste Atenção:

Lembre-se, tecnicamente, o recurso é sempre voluntário, demandando inconformismo expresso da parte sucumbente. O termo “recurso de ofício” traz, em si, uma impropriedade. Por isso, prefira o termo “reexame necessário” que é mais adequado do que “recurso de ofício”.

62. (Delegado de Polícia – PC/SP – VUNESP – 2014) Segundo o princípio da *pas de nullité sans grief*,
- a) não há diferença entre nulidades absolutas e relativas.
- b) no processo penal há prevalência do interesse do réu.
- c) nenhum ato será declarado nulo, se da nulidade não resultar prejuízo.
- d) o réu tem direito de ser julgado por um juiz previamente determinado por lei.
- e) é garantida publicidade aos atos processuais, sob pena de nulidade.

### GABARITO OFICIAL: C

#### JUSTIFICATIVA:

- a) Errado, porque: existem diversas diferenças entre nulidades absolutas e relativas, sendo uma das mais relevantes o fato da primeira poder ser arguida a qualquer tempo, enquanto a última só poderá ser erigida até o ato processual seguinte afeto à parte que a aproveita.
- b) Errado, porque: não é possível dizer que no processo penal haveria prevalência do interesse do réu, o mais adequado seria afirmar que o interesse prevalente é o da busca da verdade real, nos moldes do princípio da verdade material ou real.
- c) CERTO, porque: princípio haurido de doutrina francesa e insculpido no art. 563 do CPP: “nenhum ato será declarado nulo, se da nulidade não resultar prejuízo para a acusação ou para a defesa”.
- d) Errado, porque: a dicção da alternativa afina-se com o conceito de juiz natural, o que não tem a ver com o tema nulidades, tema a ser extraído da palavra *nullité*.
- e) Errado, porque: a assertiva se refere ao art. 93, IX, da CF e não ao primado proposto: *pas de nullité sans grief*.



### Preste Atenção:

Alguns brocardos jurídicos são solicitados em concurso público. Embora não seja a forma ideal de aferição de conhecimento do concursando, algumas palavras podem ajudá-lo a excluir assertivas. *Pas*, em francês, quer dizer “não” e *nullité* significa nulidade. Só isso já seria suficiente para eliminar alternativas equivocadas, deixando o concursando entre a “C” – correta – e a “E” – incorreta – na medida em que a alternativa “A” trazia afirmação evidentemente falsa.

- 63. (Delegado de Polícia – PC/SP – VUNESP – 2014)** No processo penal, as intimações
- a) serão sempre pessoais.
  - b) do defensor constituído serão feitas pelo órgão incumbido da publicidade.
  - c) não são obrigatórias quando se trata do Ministério Público.
  - d) são atos que, se desrespeitados, causam nulidade absoluta do processo.
  - e) serão pessoais, salvo se o réu estiver preso.

**GABARITO OFICIAL: B****JUSTIFICATIVA:**

- a) Errado, porque: “a intimação do defensor constituído, do advogado do querelante e do assistente far-se-á por publicação no órgão incumbido da publicidade dos atos judiciais da comarca, incluindo, sob pena de nulidade, o nome do acusado”, como predica o art. 370, § 1º, do CPP.
- b) CERTO, porque: dicção expressa do art. 370, § 1º, do CPP: “a intimação do defensor constituído, do advogado do querelante e do assistente far-se-á por publicação no órgão incumbido da publicidade dos atos judiciais da comarca, incluindo, sob pena de nulidade, o nome do acusado”.
- c) Errado, porque: neste caso será pessoal, consoante art. 370, § 4º, do CPP: “a intimação do Ministério Público e do defensor nomeado será pessoal”.
- d) Errado, porque: trata-se de nulidade relativa; observe teor do art. 570 do CPP: “A falta ou a nulidade da citação, da intimação ou notificação estará sanada, desde que o interessado compareça, antes de o ato consumir-se, embora declare que o faz para o único fim de argui-la. O juiz ordenará, todavia, a suspensão ou o adiamento do ato, quando reconhecer que a irregularidade poderá prejudicar direito da parte”.
- e) Errado, porque: é verdade que o réu preso será sempre intimado ou citado pessoalmente, segundo art. 360 do CPP, entretanto a intimação pessoal também será deferida ao Ministério Público e ao defensor nomeado, conforme art. 370, § 4º, do CPP.

**Preste Atenção:**

A citação é o ato processual pelo qual o réu tem conhecimento dos fatos contra ele lançados e é convidado a se defender. Já a intimação é a ciência de que determinado ato processual se desenvolverá. Entretanto, não se esqueça da ligação processual penal entre os dois institutos no tocante aos acusados, promovida pelo art. 370, *caput*, do CPP: “Nas intimações dos acusados, das testemunhas e demais pessoas que devam tomar conhecimento de qualquer ato, será observado, no que for aplicável, o disposto no Capítulo anterior”. (“Das Citações”)

- 64. (Delegado de Polícia – PC/SP – VUNESP – 2014)** Quando o réu estiver fora do território da jurisdição processante,
- a) será citado mediante carta precatória.
  - b) será citado por hora certa.
  - c) será julgado à revelia.
  - d) deverá ser dispensado de comparecer nas audiências, devendo ser interrogado por videoconferência.
  - e) deverá solicitar que o processo seja remetido para a comarca de sua residência, a fim de que possa se defender melhor dos fatos que lhe são imputados na denúncia.

**GABARITO OFICIAL: A**

**JUSTIFICATIVA:**

- a) CERTO, porque: dicção expressa do art. 353 do CPP: “quando o réu estiver fora do território da jurisdição do juiz processante, será citado mediante precatória”.
- b) Errado, porque: esta modalidade de citação não existia no processo penal até o advento da Lei nº 11.719/2008 que modificou a redação do *caput* do art. 362 do CPP: “Verificando que o réu se oculta para não ser citado, o oficial de justiça certificará a ocorrência e procederá à citação com hora certa, na forma estabelecida nos arts. 227 a 229 da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 – Código de Processo Civil.
- c) Errado, porque: se o réu estiver fora da comarca processante será citado por edital, este fato – residir ou permanecer temporariamente em outra comarca – não enseja julgamento a revelia.
- d) Errado, porque: tanto o interrogatório, quando outros atos processuais que dependam da participação de pessoa que esteja presa, como acareação, reconhecimento de pessoas e coisas, inquirição de testemunhas e tomada de declarações do ofendido poderão ser feitas por videoconferência desde que presentes as circunstâncias do art. 185, § 2º, do CPP, o que não se afigurou no caso proposto.
- e) Errado, porque: o processo se desenvolve, em regra, no local da consumação delitativa, uma vez que aquela sociedade foi vilipendiada pelo acontecimento delituoso: art. 70, *caput*, do CPP: “A competência será, de regra, determinada pelo lugar em que se consumir a infração, ou, no caso de tentativa, pelo lugar em que for praticado o último ato de execução”.

**Preste Atenção:**

Não se esqueça. Algumas provas se referem a “declarante ou testemunha *fora da terra*” para justificar a utilização de carta precatória e confundir o concurando. Da mesma maneira, jurisdição, tecnicamente, significa o poder-dever do magistrado de dizer o direito, solucionando o caso concreto. Esta prerrogativa se estende por todo território nacional. Na verdade, o que se racionaliza é a “competência”, conhecida, doutrinariamente, como parcela de jurisdição.

65. (Delegado de Polícia – PC/SP – VUNESP – 2014) Dentre os recursos a seguir, aquele em que não é possível a desistência é:
- a) apelação.
  - b) em qualquer recurso interposto pelo Defensor Público.
  - c) protesto por novo júri.
  - d) em qualquer recurso interposto pelo Ministério Público.
  - e) recurso em sentido estrito.

**GABARITO OFICIAL: D****JUSTIFICATIVA:**

- a) Errado, porque: o recurso de apelação é disponível por natureza, pois se trata de inconformismo voluntário de sentença definitiva ou decisão definitiva ou com força de definitiva sobre o qual não recai RESE – recurso em sentido estrito.
- b) Errado, porque: é possível a desistência da apelação neste caso, desde que haja manifesta anuência do réu juntamente com o pedido de desistência do Defensor Público.
- c) Errado, porque: esta espécie recursal foi banida do ordenamento jurídico pela Lei nº 11.689/2008; tratava-se de recurso exclusivo da defesa, sem necessidade de fundamentação, bastando que a defesa demonstrasse que a pena imposta ao réu em crime doloso contra a vida – procedimento do júri – superava 20 (vinte) anos.

- d) CERTO, porque: dicção expressa do art. 576 do CPP: “o Ministério Público não poderá desistir de recurso que haja interposto”.
- e) Errado, porque: o recurso em sentido estrito é disponível por natureza, pois se trata de inconformismo voluntário de decisão interlocutória mista taxativamente prevista no art. 581 do CPP.



### Preste Atenção:

Esta questão poderia se resolvida com o conhecimento do princípio da indisponibilidade que permeia toda a persecução penal pátria. Existe exceção – como a transação penal nos crimes de menor potencial ofensivo – mas a regra mais tradicional e eminente é que tanto a ação penal quanto o recurso interposto pelo Ministério Público não podem ser objeto de desistência, na esteira do brocardo *nec delicta manent impunita* (nenhum delito deve ficar impune).

66. (Delegado de Polícia – PC/SP – VUNESP – 2014) São princípios constitucionais explícitos do processo penal:
- ampla defesa e intervenção mínima.
  - presunção de inocência e lesividade.
  - intervenção mínima e duplo grau de jurisdição.
  - presunção de inocência e ampla defesa.
  - lesividade e intervenção mínima.

### GABARITO OFICIAL: D

#### JUSTIFICATIVA:

- Errado, porque: a intervenção mínima não está prevista explicitamente na Constituição Federal.
- Errado, porque: a lesividade não está prevista explicitamente na Constituição Federal.
- Errado, porque: a intervenção mínima e o duplo grau de jurisdição não estão previstos explicitamente na Constituição Federal.
- CERTO, porque: previstos, respectivamente, no art. 5º, LVII – “ninguém será considerado culpado até o trânsito em julgado de sentença penal condenatória” e inciso LV – “aos litigantes, em processo judicial ou administrativo, e aos acusados em geral são assegurados o contraditório e ampla defesa, com os meios e recursos a ela inerentes” – da CF.
- Errado, porque: a lesividade e a intervenção mínima não estão previstos explicitamente na Constituição Federal.



### Preste Atenção:

Importante pontuar que, na atualidade, a nomenclatura mais adequada para o princípio é “não culpabilidade antecipada” e não de “presunção de inocência”, pois exegese permeada pela dignidade da pessoa humana recomenda o reconhecimento da inocência como “estado” do ser humano e não como mera “presunção”. A característica de “estado” de inocência e não de “presunção” de inocência fortaleceria a própria dignidade humana.

67. (Delegado de Polícia – PC/SP – VUNESP – 2014) Em se tratando de processo penal, assinale a alternativa que apresenta, correta e respectivamente, uma fonte direta e uma fonte indireta.
- Costume e lei.
  - Costume e jurisprudência.

- c) Doutrina e jurisprudência.
- d) Princípios gerais do direito e doutrina.
- e) Lei e costume.

**GABARITO OFICIAL: E****JUSTIFICATIVA:**

- a) Errado, porque: fonte direta é a lei, de onde se haure, imediatamente, todos os ditames do processo penal pátrio; a seu turno, fonte indireta são os costumes e princípios gerais de direito, os quais obrigam o Operador do Direito a realizar exercício hermenêutico – exegese – com vistas a identificar a fonte processual penal adequada, lembrando sempre que o costume, qualquer que seja, não poderá ser *contra legem*, pois somente lei revoga lei.
- b) Errado, porque: fonte direta é a lei, de onde se haure, imediatamente, todos os ditames do processo penal pátrio; a seu turno, fonte indireta são os costumes e princípios gerais de direito, os quais obrigam o operador do direito a realizar exercício hermenêutico – exegese – com vistas a identificar a fonte processual penal adequada, lembrando sempre que o costume, qualquer que seja, não poderá ser *contra legem*, pois somente lei revoga lei.
- c) Errado, porque: fonte direta é a lei, de onde se haure, imediatamente, todos os ditames do processo penal pátrio; a seu turno, fonte indireta são os costumes e princípios gerais de direito, os quais obrigam o operador do direito a realizar exercício hermenêutico – exegese – com vistas a identificar a fonte processual penal adequada, lembrando sempre que o costume, qualquer que seja, não poderá ser *contra legem*, pois somente lei revoga lei.
- d) Errado, porque: fonte direta é a lei, de onde se haure, imediatamente, todos os ditames do processo penal pátrio; a seu turno, fonte indireta são os costumes e princípios gerais de direito, os quais obrigam o Operador do Direito a realizar exercício hermenêutico – exegese – com vistas a identificar a fonte processual penal adequada, lembrando sempre que o costume, qualquer que seja, não poderá ser *contra legem*, pois somente lei revoga lei.
- e) CERTO, porque: fonte direta é a lei, de onde se haure, imediatamente, todos os ditames do processo penal pátrio; a seu turno, fonte indireta são os costumes e princípios gerais de direito, os quais obrigam o Operador do Direito a realizar exercício hermenêutico – exegese – com vistas a identificar a fonte processual penal adequada, lembrando sempre que o costume, qualquer que seja, não poderá ser *contra legem*, pois somente lei revoga lei.

**Preste Atenção:**

O tema fontes do direito é eminentemente doutrinário. Aí reside a dificuldade do teste que pode suscitar, normalmente, algumas interpretações. Entretanto, essa temática é mais tradicional e recorrente, sendo relevante recordar que fonte direta é sempre a lei, conhecimento este que, por si só, já resolveria a questão por eliminação.

- 68. (Médico legista – PC/SP – VUNESP – 2014)** Tendo em vista o que dispõe o Código de Processo Penal no tocante ao exame de corpo de delito e das perícias em geral, é correto afirmar que
- a) o laudo pericial será elaborado no prazo máximo de 10 dias, podendo esse prazo ser prorrogado, em casos excepcionais, a requerimento dos peritos.
  - b) o exame de corpo de delito será realizado por perito oficial, portador de diploma de curso de medicina ou, na falta deste, por um médico de confiança da autoridade policial.

- c) todos os peritos, oficiais e não oficiais, prestarão o compromisso de bem e fielmente desempenhar o encargo assim que forem nomeados para realizar a perícia.
- d) serão facultadas ao Ministério Público, ao assistente de acusação, ao ofendido, ao querelante e ao acusado a formulação de quesitos, sendo, porém, vedada às partes a indicação de assistente técnico.
- e) os cadáveres não poderão ser fotografados no local em que forem encontrados, devendo ser levados imediatamente ao Instituto Médico Legal para o exame pericial.

---

**GABARITO OFICIAL: A**

---

**JUSTIFICATIVA:**

- a) CERTO, porque: dicção expressa do art. 160, parágrafo único, do CPP: “o laudo pericial será elaborado no prazo máximo de 10 (dez) dias, podendo este prazo ser prorrogado, em casos excepcionais, a requerimento dos peritos”.
- b) Errado, porque: dicção expressa dos art. 159, *caput*, e § 1º, do CPP, ou seja, o exame de corpo de delito será realizado por perito oficial portador de diploma de curso superior e, na falta deste, o exame será realizado por duas pessoas idôneas, portadoras de diploma de curso superior preferencialmente na área exigida, após prestação de compromisso de bem e fielmente desempenhar o mister público.
- c) Errado, porque: dicção expressa do art. 159, § 2º, do CPP, percebe que só os peritos não oficiais devem prestar o compromisso, pois os oficiais já realizam juramento no ato da posse do cargo público).
- d) Errado, porque: dicção expressa do art. 159, § 3º, do CPP, no sentido de autorizar todos os referidos não só a formular quesitos, mas também a indicar assistente técnico).
- e) Errado, porque: dicção explícita do art. 164 do CPP: “os cadáveres serão sempre fotografados na posição em que forem encontrados, bem como, na medida do possível, todas as lesões externas e vestígios deixados no local do crime”.

- 69. (Médico legista – PC/SP – VUNESP – 2014)** Segundo o Código de Processo Penal, a circunstância conhecida e provada que, tendo relação com o fato, autorize, por indução, concluir-se a existência de outra ou outras circunstâncias, denomina-se

- a) elemento probante.
- b) perícia.
- c) laudo.
- d) prova.
- e) indício.

---

**GABARITO OFICIAL: E**

---

**JUSTIFICATIVA:**

- a) Errado, porque: dicção expressa do art. 239 do CPP.
- b) Errado, porque: dicção expressa do art. 239 do CPP.
- c) Errado, porque: dicção expressa do art. 239 do CPP.
- d) Errado, porque: dicção expressa do art. 239 do CPP.
- e) CERTO, porque: dicção expressa do art. 239 do CPP: “considera-se indício a circunstância conhecida e provada, que, tendo relação com o fato, autorize, por indução, concluir-se a existência de outra ou outras circunstâncias”.

70. **(Médico legista – PC/SP – VUNESP – 2014)** Conforme dispõe a Lei nº 11.343/2006 (Lei de Tóxicos), para efeito da lavratura do auto de prisão em flagrante e estabelecimento da materialidade do delito,
- a) é suficiente o laudo de constatação da natureza e quantidade da droga, firmado por perito oficial ou, na falta deste, por pessoa idônea.
  - b) é necessário o laudo médico a ser elaborado com base no exame de sangue do acusado.
  - c) deverão ser elaborados, pelo perito oficial, o exame de corpo de delito, bem como o laudo de constatação da droga.
  - d) não será necessário qualquer tipo de laudo pericial.
  - e) serão suficientes o testemunho dos policiais envolvidos na prisão em flagrante e a exibição da droga apreendida.

**GABARITO OFICIAL: A****JUSTIFICATIVA:**

- a) CERTO, porque: dicção explícita do art. 50, § 1º, da Lei nº 11.343/2006, a saber: “para efeito da lavratura do auto de prisão em flagrante e estabelecimento da materialidade do delito, é suficiente o laudo de constatação da natureza e quantidade da droga, firmado por perito oficial ou, na falta deste, por pessoa idônea”.
  - b) Errado, porque: letra explícita do art. 50, § 1º, da Lei nº 11.343/2006 – lembre-se: ninguém é obrigado a produzir prova contra si mesmo – *Nemo tenetur se detegere* – princípio constitucional implícito.
  - c) Errado, porque: letra explícita do art. 50, § 1º, da Lei nº 11.343/2006.
  - d) Errado, porque: letra explícita do art. 50, § 1º, da Lei nº 11.343/2006.
  - e) Errado, porque: letra explícita do art. 50, § 1º, da Lei nº 11.343/2006.
71. **(Perito criminal – PC/SP – VUNESP – 2014)** No tocante ao tema “Inquérito policial”, é correto afirmar que
- a) os instrumentos do crime, bem como os objetos que interessarem à prova, não acompanharão os autos do inquérito.
  - b) o inquérito acompanhará a denúncia ou queixa, sempre que servir de base a uma ou outra.
  - c) a autoridade policial tem o dever de determinar a realização das diligências requeridas pelo indiciado, bem como pelo ofendido, em observância ao princípio do contraditório e da ampla defesa.
  - d) o Ministério Público pode requisitar a devolução do inquérito à autoridade policial para novas diligências, mesmo havendo elementos suficientes ao oferecimento da denúncia, pelos critérios de conveniência e oportunidade.
  - e) a autoridade policial pode mandar arquivar autos de inquérito, em casos de inexistência de prova da autoria ou da materialidade.

**GABARITO OFICIAL: B****JUSTIFICATIVA:**

- a) Errado, porque: dicção expressa do art. 11 do CPP: “os instrumentos do crime, bem como os objetos que interessarem à prova, acompanharão os autos do inquérito”.
- b) CERTO, porque: letra expressa do art. 12 do CPP: “o inquérito policial acompanhará a denúncia ou queixa, sempre que servir de base a uma ou outra”.
- c) Errado, porque: vige no inquérito policial o princípio do inquisitório – ou, para alguns, inquisitorialidade – e não do contraditório e da ampla defesa; prova disso é o art. 14 do CPP: “o ofendido,

ou seu representante legal, e o indiciado poderão requerer diligência, que será realizada, ou não, a juízo da autoridade”.

- d) Errado, porque: o princípio da legalidade ou obrigatoriedade também permeia a atividade do Promotor de Justiça que estará obrigado a promover a denúncia diante de indícios suficientes de autoria e materialidade de crime de ação penal pública incondicionada, excetuadas as exceções da Lei nº 9.099/1995; a propósito do assunto verifique a letra do art. 16 do CPP: “O Ministério Público não poderá requerer a devolução do inquérito à autoridade policial, senão para novas diligências, imprescindíveis ao oferecimento da denúncia”.
- e) Errado, porque: dicção expressa do art. 17 do ICPP: “a autoridade policial não poderá mandar arquivar autos de inquérito”.

**72. (Perito criminal – PC/SP – VUNESP – 2014)** Consoante o tema “Exame do corpo de delito e perícias em geral”, assinale a alternativa correta.

- a) Na falta de peritos oficiais, o exame será realizado por duas pessoas idôneas, portadoras ou não de diploma de curso superior, obrigatoriamente com habilitação técnica relacionada com a natureza do exame.
- b) A decisão do juiz ficará adstrita ao laudo, não podendo rejeitá-lo, no todo ou em parte.
- c) Não sendo possível o exame de corpo de delito, por haverem desaparecido os vestígios, a prova testemunhal poderá suprir-lhe a falta.
- d) Tanto os peritos oficiais quanto os peritos não oficiais devem prestar o compromisso de bem e fielmente desempenhar o encargo.
- e) O exame de corpo de delito deverá ser feito das seis horas às vinte horas de qualquer dia da semana.

### GABARITO OFICIAL: C

#### JUSTIFICATIVA:

- a) Errado, porque: contraria dicção expressa do art. 159, § 1º, do CPP: “na falta de perito oficial, o exame será realizado por 2 (duas) pessoas idôneas, portadoras de diploma de curso superior *preferencialmente* na área específica, dentre as que tiverem habilitação técnica relacionada com a natureza do exame” – grifos nossos.
- b) Errado, porque: o juiz é o perito dos peritos, podendo rejeitar no todo, ou em parte, a conclusão do laudo pericial, consoante art. 182 do CPP: “o juiz não ficará adstrito ao laudo, podendo aceitá-lo ou rejeitá-lo, no todo ou em parte”.
- c) CERTO, porque: dicção expressa do art. 167 do CPP – imagine uma hipótese em que ocorre crime de homicídio, no qual o agente criminoso empurra seu desafeto de precipício; neste caso o exame necroscópico não é possível, podendo prova testemunhal suprir-lhe a ausência.
- d) Errado, porque: dicção expressa do art. 159, § 2º, do CPP, perceba que só os peritos não oficiais devem prestar o compromisso, pois os oficiais já realizam juramento no ato da posse do cargo público.
- e) Errado, porque: art. 161 do CPP deixa claro que: “o exame de corpo de delito poderá ser feito em qualquer dia e a qualquer hora”.

**73. (Perito criminal – PC/SP – VUNESP – 2014)** Em face do tema “Dos peritos e intérpretes”, assinale a alternativa correta.

- a) No caso de não comparecimento do perito, sem justa causa, a autoridade poderá determinar a sua condução.
- b) Apenas o perito não oficial estará sujeito à disciplina judiciária.
- c) As partes poderão intervir na nomeação do perito.

- d) O perito nomeado pela autoridade será obrigado a aceitar o encargo, sob pena de multa, ainda que haja escusa atendível.
- e) Não poderão ser peritos os menores de 25 anos.

**GABARITO OFICIAL: A****JUSTIFICATIVA:**

- a) CERTO, porque: o não comparecimento do perito, mesmo sem justa causa, enseja penalidade de multa, consoante art. 277, parágrafo único, “a” e “b”, do CPP, entretanto o juiz poderá neste caso – ausência de justa causa – ordenar sua condução coercitiva ou sob vara, segundo art. 278 do CPP: “no caso de não comparecimento do perito, sem justa causa, a autoridade poderá determinar a sua condução”.
- b) Errado, porque: dicção expressa do art. 275 do CPP: “o perito, ainda quando não oficial, estará sujeito à disciplina judiciária”.
- c) Errado, porque: assertiva vai de encontro ao art. 276 do CPP: “as partes não intervirão na nomeação do perito”.
- d) Errado, porque: não estará obrigado a desempenhar o encargo se houver escusa atendível, conforme letra expressa do art. 277 do CPP: “O perito nomeado pela autoridade será obrigado a aceitar o encargo, sob pena de multa de cem a quinhentos mil-réis, salvo escusa atendível”.
- e) Errado, porque: apenas os menores de 21 anos e os analfabetos não poderão ser peritos, conforme art. 279, III, do CPP: “art. 279. Não poderão ser peritos: (...) III – os analfabetos e os menores de 21 anos”.

- 74. (Escrivão de Polícia – PC/SP – VUNESP – 2014)** A estrita disciplina do art. 157 do CPP, no que concerne às provas ilícitas, determina que elas são
- a) aceitas de acordo com critérios de razoabilidade e proporcionalidade.
- b) inadmissíveis para condenação, mas podem motivar eventual absolvição.
- c) consideradas inadmissíveis se ofenderem disposições constitucionais, e admissíveis se ofenderem meras disposições legais.
- d) inadmissíveis, mas devem permanecer no processo para fins de análise e eventual validação pelo segundo grau de jurisdição.
- e) inadmissíveis e devem ser desentranhadas do processo.

**GABARITO OFICIAL: E****JUSTIFICATIVA:**

- a) Errado, porque: o princípio da proporcionalidade no processo penal autoriza, excepcionalmente, o sacrifício de direito para salvaguardar outro de maior envergadura; é o caso da prova obtida por meio ilícito que cede em favor do direito à liberdade do réu, segundo entendimento amplamente majoritário na doutrina, além de jurisprudência avalizada, inclusive, pelo Supremo Tribunal Federal.
- b) Errado, porque: perceba que a letra do art. 157 do CPP repudia a utilização de qualquer prova obtida por meio ilícito – “Art. 157. São inadmissíveis, devendo ser desentranhadas do processo, as provas ilícitas, assim entendidas as obtidas em violação a normas constitucionais ou legais”; logo, a peremptoriedade do texto normativo e a indicação explícita do art. 157 do CPP, na apresentação da questão – “estrita disciplina do art. 157 do CPP” – afastam a tese doutrinária e jurisprudencial explicitada anteriormente, razão pela qual esta assertiva está incorreta.
- c) Errado, porque: perceba que a letra do art. 157 do CPP repudia a utilização de qualquer prova obtida por meio ilícito – “Art. 157. São inadmissíveis, devendo ser desentranhadas do processo,

- as provas ilícitas, assim entendidas as obtidas em violação a normas constitucionais ou legais”, sendo expressa a vedação do uso de provas hauridas com violação de dispositivos legais.
- d) Errado, porque: devem ser desentranhadas do processo porque, se lá ficasse, poderia servir de elemento de convencimento “velado” do julgador, isto é, de modo não declarado, aquela prova considerada ilícita, seria conhecida pelo magistrado que acabaria por considerá-la, psicologicamente, no sopesamento do conjunto probatório existente nos autos.
- e) CERTO, porque: dicção expressa do art. 157, *caput*, do CPP: “São inadmissíveis, devendo ser desentranhadas do processo, as provas ilícitas, assim entendidas as obtidas em violação a normas constitucionais ou legais”.

**75. (Escrivão de Polícia – PC/SP – VUNESP – 2014)** Analise as três afirmativas propostas a seguir e coloque (V) para verdadeira ou (F) para falsa.

I. O auto de prisão em flagrante, de acordo com o art. 305 do CPP, só não será lavrado pelo escrivão de polícia mediante falta ou impedimento, e desde que prestado compromisso legal pela pessoa designada pela autoridade para tanto.

II. O termo de fiança, diante do quanto determina o art. 329 do CPP, será lavrado pela autoridade e assinado pelo escrivão e por quem for admitido a prestá-la.

III. O valor em que consistir a fiança, nos termos do quanto prescreve o art. 331 do CPP, será recolhido à repartição arrecadadora federal ou estadual, ou entregue ao depositário público, juntando-se aos autos os respectivos conhecimentos. Nos lugares em que o depósito não se puder fazer de pronto, o valor será entregue ao escrivão ou pessoa abonada, a critério da autoridade, e dentro de três dias dar-se-á ao valor o destino já citado, sendo que tudo constará do termo de fiança.

Assinale a alternativa que apresenta a sequência correta de cima para baixo.

- a) F; F; V  
b) V; F; F  
c) F; F; F  
d) V; V; V  
e) V; F; V

#### GABARITO OFICIAL: E

#### JUSTIFICATIVA:

I. VERDADEIRA: dicção expressa do art. 305 do CPP: “Na falta ou no impedimento do escrivão, qualquer pessoa designada pela autoridade lavrará o auto, depois de prestado o compromisso legal”.

II. FALSA: a lei predica o inverso, ou seja, o termo será lavrado pelo escrivão de polícia e rubricado pela autoridade policial; observe o texto do art. 329 do CPP: “Nos juízos criminais e delegacias de polícia, haverá um livro especial, com termos de abertura e de encerramento, numerado e rubricado em todas as suas folhas pela autoridade, destinado especialmente aos termos de fiança. *O termo será lavrado pelo escrivão e assinado pela autoridade e por quem prestar a fiança, e dele extrair-se-á certidão para juntar-se aos autos*” – grifos nossos.

III. VERDADEIRA: letra expressa do art. 331, *caput*, e parágrafo único, do CPP: “Art. 331. O valor em que consistir a fiança será recolhido à repartição arrecadadora federal ou estadual, ou entregue ao depositário público, juntando-se aos autos os respectivos conhecimentos. Parágrafo único. Nos lugares em que o depósito não se puder fazer de pronto, o valor será entregue ao escrivão ou pessoa abonada, a critério da autoridade, e dentro de três dias dar-se-á ao valor o destino que lhe assina este artigo, o que tudo constará do termo de fiança”.

a) Errado, porque: conforme explicação supra a correta equação é V; F; V.

- b) Errado, porque: conforme explicação supra a correta equação é V; F; V.
- c) Errado, porque: conforme explicação supra a correta equação é V; F; V.
- d) Errado, porque: conforme explicação supra a correta equação é V; F; V.
- e) CERTO, porque: segundo análise epigrafada, esta é a equação certa.

- 76. (Escrivão de Polícia – PC/SP – VUNESP – 2014)** A prisão domiciliar, nos termos do quanto prescreve o art. 317 do CPP, consiste no recolhimento do indiciado ou acusado em
- a) casa do albergado, devendo ficar recluso no período noturno e finais de semana.
  - b) colônia penal agrícola, em quarto separado dos demais detidos.
  - c) unidade prisional de segurança média, com possibilidade de saídas diárias.
  - d) sua residência, só podendo dela ausentar-se com autorização judicial.
  - e) sala de estado maior.

#### **GABARITO OFICIAL: D**

#### **JUSTIFICATIVA:**

- a) Errado, porque: dicção expressa do art. 317 do CPP: “A prisão domiciliar consiste no recolhimento do indiciado ou acusado em sua residência, só podendo dela ausentar-se com autorização judicial”.
  - b) Errado, porque: dicção expressa do art. 317 do CPP: “A prisão domiciliar consiste no recolhimento do indiciado ou acusado em sua residência, só podendo dela ausentar-se com autorização judicial”.
  - c) Errado, porque: dicção expressa do art. 317 do CPP: “A prisão domiciliar consiste no recolhimento do indiciado ou acusado em sua residência, só podendo dela ausentar-se com autorização judicial”.
  - d) CERTO, porque: dicção expressa do art. 317 do CPP: “A prisão domiciliar consiste no recolhimento do indiciado ou acusado em sua residência, só podendo dela ausentar-se com autorização judicial”.
  - e) Errado, porque: dicção expressa do art. 317 do CPP: “A prisão domiciliar consiste no recolhimento do indiciado ou acusado em sua residência, só podendo dela ausentar-se com autorização judicial”.
- 77. (Técnico de Laboratório – PC/SP – VUNESP – 2014)** A respeito do exame de corpo de delito e das perícias em geral, prevê o Código de Processo Penal que, quando a infração deixar vestígios, será
- a) elaborado laudo pericial, no prazo máximo de 5 (cinco) dias.
  - b) indispensável o exame de corpo de delito, direto ou indireto, não podendo supri-lo a confissão do acusado.
  - c) realizada perícia por perito oficial, portador de diploma de nível médio.
  - d) inadmissível, em qualquer hipótese, a prova testemunhal.
  - e) o juiz vinculado ao laudo, não podendo rejeitá-lo.

#### **GABARITO OFICIAL: B**

#### **JUSTIFICATIVA:**

- a) Errado, porque: o art. 160, parágrafo único, do CPP deixa claro que o prazo é de 10 (dez) dias, prorrogável em casos excepcionais.

- b) CERTO, porque: dicção expressa do art. 158 do CPP: “quando a infração deixar vestígios será indispensável o exame de corpo de delito, direto ou indireto, não podendo supri-lo a confissão do acusado”.
- c) Errado, porque: o art. 159 do CPP evidencia que o perito oficial será portador de diploma de curso superior.
- d) Errado, porque: art. 167 do CPP prevê a admissibilidade de prova testemunhal supletiva, quando o exame de corpo de delito se tornar impossível por haverem desaparecido os vestígios do crime.
- e) Errado, porque: o juiz é o perito dos peritos, ou seja, ele pode afastar o laudo, fundamentadamente, e julgar em sentido oposto, consoante preleciona o art. 182 do CPP.

- 78. (Técnico de Laboratório – PC/SP – VUNESP – 2014)** Condutor dirige seu veículo e vê seu maior desafeto atravessando a rua na faixa de pedestres. Estando próximo à faixa, o condutor, consciente, deliberada e intencionalmente, acelera seu veículo e o coloca na direção de seu desafeto, acabando por atropelá-lo e matá-lo. De acordo com o Código Penal, o crime cometido deve ser considerado
- a) culposo porque o agente deu causa ao resultado por imperícia.
  - b) doloso porque o agente não atentou para a faixa de pedestres.
  - c) doloso porque o agente tinha intenção de matar seu desafeto.
  - d) culposo porque o agente deu causa ao resultado por negligência.
  - e) culposo porque o agente deu causa ao resultado por imprudência.

#### **GABARITO OFICIAL: C**

#### **JUSTIFICATIVA:**

- a) Errado, porque: neste caso houve dolo, isto é, vontade livre e consciente de praticar a conduta descrita na lei como crime; a culpa, por sua vez, é a falta de cuidado objetivo necessário, consubstanciada em negligência, imprudência ou imperícia; perceba que na culpa o agente não tem intenção deliberada de produzir o resultado, o qual exsurge independentemente de seu querer; logo, não é este o caso do problema proposto.
  - b) Errado, porque: o crime, de fato, foi doloso, mas a razão não é aquela proposta, ou seja, o motorista ter se atentado, ou não, à faixa de pedestres não gera o dolo, mas sim a vontade livre e consciente de praticar o delito.
  - c) CERTO, porque: esta é a definição clássica de dolo – direto – o qual admite a figura doutrinária de assunção deliberada do risco de produção do resultado típico, neste último caso dolo indireto.
  - d) Errado, porque: não houve negligência, que seria uma culpa omissiva, no caso entabulado.
  - e) Errado, porque: não houve imprudência, que seria uma culpa comissiva, no caso entabulado.
- 79. (Técnico de Laboratório – PC/SP – VUNESP – 2014)** Médico devidamente contratado pela Administração Pública e que está lotado em hospital público exige de familiar de paciente do Sistema Único de Saúde o pagamento de um valor indevido para a realização de uma cirurgia imprescindível. O familiar finge aquiescer com a exigência, mas ao sair do hospital aciona a autoridade policial e não efetua qualquer pagamento. Nesse caso, considerando as previsões do Código Penal, houve crime
- a) tentado, pois não houve o pagamento, circunstância alheia à vontade do médico.
  - b) culposo, porque o agente deu causa ao resultado por imprudência.
  - c) impossível, por ineficácia absoluta do meio, já que a polícia foi acionada.
  - d) tentado, pela superveniência de causa relativamente independente.
  - e) consumado, pois o crime reuniu todos os elementos de sua definição legal.

#### **GABARITO OFICIAL: E**

**JUSTIFICATIVA:**

- a) Errado, porque: pois se está a falar de concussão, delito descrito no art. 316 do CP, que possui natureza formal, ou seja, ele prescreve na figura típica conduta e resultado, mas alcance do resultado naturalístico – recebimento de vantagem indevida – é mero exaurimento criminoso, na medida em que a exigência, por si só, de vantagem indevida já consoma o crime, independentemente do efetivo auferimento ilícito.
- b) Errado, porque: o agente exige vantagem indevida porque deseja; trata-se de vontade livre e consciente de praticar a conduta capitulada como crime.
- c) Errado, porque: a consumação delitiva era possível, sendo que a figura do crime impossível só autoriza incidência quando houver ineficácia *absoluta* do meio ou *absoluta* impropriedade do objeto, isto é, apenas quando o delito, em hipótese alguma, poderia se consumir, o que não ocorreu neste caso.
- d) Errado, porque: o art. 316 do CP predica: “exigir, para si ou para outrem, direta ou indiretamente, ainda que fora da função ou antes de assumi-la, mas em razão dela, vantagem indevida”; percebe-se que o verbo típico é “exigir” e que existe dolo específico consubstanciado na intenção de obter vantagem indevida, sendo o efetivo recebimento fator irrelevante para a consumação; logo, não há falar-se em causa relativamente independente, pois o crime não é material, ou seja, não é necessário atingir o resultado naturalístico – recebimento indevido – para consumir a concussão, sendo qualquer causa – relativa ou absolutamente independente – irrelevante para esta equação jurídica.
- e) CERTO, porque: pois se está a falar de concussão, delito descrito no art. 316 do CP, que possui natureza formal, ou seja, ele prescreve na figura típica conduta e resultado, mas alcance do resultado naturalístico – recebimento de vantagem indevida – é mero exaurimento criminoso, na medida em que a exigência, por si só, de vantagem indevida já consoma o crime, independentemente do efetivo auferimento ilícito.

**80. (Técnico de Laboratório – PC/SP – VUNESP – 2014)** Funcionário público membro de equipe que faz a análise de pedidos de alvará recebe um pedido formulado por um desafeto pessoal seu, que pretende abrir um comércio. O funcionário público, pretendendo prejudicar seu desafeto, não analisa o pedido, guardando o processo em armário em que não pudesse ser visto pelos demais. Considerando o que dispõe o Código Penal sobre os crimes praticados por funcionários públicos contra a Administração em Geral, o funcionário do caso praticou crime de

- a) advocacia administrativa.
- b) peculato.
- c) excesso de exação.
- d) prevaricação.
- e) corrupção passiva.

**GABARITO OFICIAL: D****JUSTIFICATIVA:**

- a) Errado, porque: a conduta deve ser “encaixada” no tipo penal; percebe-se que a ação do agente não se enquadra no art. 321 do CP: “patrocinar, direta ou indiretamente, interesse privado perante a administração pública, valendo-se da qualidade de funcionário” – essa tarefa de colmatação, no qual o operador do direito deve ajustar a conduta realizada ao molde legal criminoso chama-se “subsunção típica”.

- b) Errado, porque: a conduta deve ser “encaixada” no tipo penal; perceba que a ação do agente não se enquadra no art. 312 do CP: “apropriar-se o funcionário público de dinheiro, valor ou qualquer outro bem móvel, público ou particular, de que tem a posse em razão do cargo, ou desviá-lo, em proveito próprio ou alheio” – essa tarefa de colmatação, no qual o operador do direito deve ajustar a conduta realizada ao molde legal criminoso chama-se “subsunção típica”.
- c) Errado, porque: a conduta deve ser “encaixada” no tipo penal; perceba que a ação do agente não se enquadra no art. 316, § 1º, do CP: “se o funcionário exige tributo ou contribuição social que sabe ou deveria saber indevido, ou, quando devido, emprega na cobrança meio vexatório ou gravoso, que a lei não autoriza” – essa tarefa de colmatação, no qual o operador do direito deve ajustar a conduta realizada ao molde legal criminoso chama-se “subsunção típica”.
- d) CERTO, porque: observe que a prevaricação se trata de retardamento – inação – qualificado pela intenção de prejudicar terceiro por quem o funcionário público nutre “sentimento pessoal” deletério; analise o tipo do art. 319 do CP: “retardar ou deixar de praticar, indevidamente, ato de ofício, ou praticá-lo contra disposição expressa de lei, para satisfazer interesse ou sentimento pessoal”.
- e) Errado, porque: a conduta deve ser “encaixada” no tipo penal; perceba que a ação do agente não se enquadra no art. 317 do CP: “solicitar ou receber, para si ou para outrem, direta ou indiretamente, ainda que fora da função ou antes de assumi-la, mas em razão dela, vantagem indevida, ou aceitar promessa de tal vantagem” – essa tarefa de colmatação, no qual o operador do direito deve ajustar a conduta realizada ao molde legal criminoso chama-se “subsunção típica”.

**81. (Investigador de Polícia – PC/SP – VUNESP – 2014)** O inquérito policial

- a) somente será instaurado por determinação do juiz competente.
- b) pode ser arquivado por determinação da Autoridade Policial.
- c) estando o indiciado solto, deverá ser concluído no máximo em 10 dias.
- d) nos crimes de ação pública poderá ser iniciado de ofício.
- e) não poderá ser iniciado por requisição do Ministério Público.

**GABARITO OFICIAL: D**

**JUSTIFICATIVA:**

- a) Errado, porque: o art. 5º, I, do CPP deixa claro que uma das formas para início do Inquérito Policial é “de ofício”, isto é, por ato da Autoridade Policial que “baixa” portaria inaugural, deflagrando o apuratório penal.
- b) Errado, porque: dicção expressa do art. 17 do CPP.
- c) Errado, porque: dicção expressa do art. 10 do CPP.
- d) CERTO, porque: letra explícita do art. 5º, I, do CPP, na esteira do princípio da legalidade ou obrigatoriedade, cuja máxima latina é *nec delicta maneant impunita*: nenhum delito pode ficar impune.
- e) Errado, porque: tal assertiva contraria o art. 5º, II, do CPP.

**82. (Investigador de Polícia – PC/SP – VUNESP – 2014)** O Código de Processo Penal considera, entre outros, como meios de prova:

- a) reconhecimento de coisas; investigação policial; inquirição de testemunha; retrato falado.
- b) busca e apreensão; retrato falado; interrogatório do acusado; confissão.
- c) reconhecimento de pessoas; reconhecimento de coisas; confissão; acareação.
- d) interrogatório do acusado; retrato falado; reconhecimento de pessoas; acareação.
- e) investigação policial; interrogatório do acusado; confissão; acareação.

**GABARITO OFICIAL: C****JUSTIFICATIVA:**

- a) Errado, porque: a investigação policial não é meio –veículo – pelo qual se angaria a prova, mas sim fonte de prova, nascedouro desta, sempre lembrando a ressalva do art. 155 do CPP que, em regra, exige repetição da prova produzida no Inquérito, sob o manto do contraditório judicial, para que ela alcance poderio condenatório.
- b) Errado, porque: a busca e apreensão é mais medida cautelar do que meio de prova, pois a busca pode não redundar em qualquer apreensão, sendo inócua no tocante ao conjunto probatório em si; a seu turno, existem teses doutrinárias que advogam a natureza de “meio de defesa” ou “meio de defesa e meio de prova” – natureza híbrida – para o interrogatório do acusado, o que enfraquece esta alternativa.
- c) CERTO, porque: todas as hipóteses são consideradas meio de prova e estão, respectivamente, nos arts. 226, 227, 197 e 229, todos do CPP.
- d) Errado, porque: existem teses doutrinárias que advogam a natureza de “meio de defesa” ou “meio de defesa e meio de prova” – natureza híbrida – para o interrogatório do acusado, o que enfraquece esta alternativa.
- e) Errado, porque: a investigação policial não é meio –veículo – pelo qual se angaria a prova, mas sim fonte de prova, nascedouro desta, sempre lembrando a ressalva do art. 155 do CPP que, em regra, exige repetição da prova produzida no Inquérito, sob o manto do contraditório judicial, para que ela alcance poderio condenatório; a seu turno, existem teses doutrinárias que advogam a natureza de “meio de defesa” ou “meio de defesa e meio de prova” – natureza híbrida – para o interrogatório do acusado, o que enfraquece esta alternativa.

**83. (Investigador de Polícia – PC/SP – VUNESP – 2014)** Um estabelecimento comercial foi roubado, sendo subtraídos vários objetos de valor. A viatura de um Investigador de Polícia, que passava pelo local, foi acionada por populares que presenciaram o roubo e relataram o ocorrido. Após algumas horas, durante o trabalho de investigação policial, em diligência nas proximidades do local do fato, o investigador surpreende um cidadão com a arma do crime e com vários objetos roubados, sendo este ainda reconhecido pelas vítimas. Diante dessa situação, assinale a alternativa correta.

- a) Não é possível a prisão em flagrante, pois o criminoso não foi surpreendido no momento e no local da prática do crime.
- b) É possível a prisão em flagrante, porém apenas por determinação do juiz competente.
- c) O cidadão somente poderá ser preso preventivamente pela autoridade policial ou judiciária, não se admitindo a prisão em flagrante.
- d) Há possibilidade de prisão em flagrante em razão de o cidadão ter sido encontrado, logo depois, com a arma e objetos que faziam presumir ser ele autor da infração.
- e) O investigador deverá acionar a Polícia Militar, pois somente esta poderá efetuar a prisão em flagrante.

**GABARITO OFICIAL: D****JUSTIFICATIVA:**

- a) Errado, porque: ocorre, *in casu*, a hipótese de flagrante presumido, disposto no art. 302, IV, do CPP: “é encontrado, logo depois, com instrumentos, armas, objetos ou papéis que façam presumir ser ele autor da infração”.

- b) Errado, porque: a prisão em flagrante pode ser imposta por qualquer do povo – como bem preleciona o art. 301 do CPP – e está contida na hipótese constitucional que dispensa ordem judicial, consoante se infere do texto do art. 5º, LXI, da CF: “ninguém será preso senão em flagrante delito ou por ordem escrita e fundamentada de autoridade judiciária competente, salvo nos casos de transgressão militar ou crime propriamente militar, definidos em lei”.
- c) Errado, porque: ocorre, *in casu*, a hipótese de flagrante presumido, disposto no art. 302, IV, do CPP: “é encontrado, logo depois, com instrumentos, armas, objetos ou papéis que façam presumir ser ele autor da infração”.
- d) CERTO, porque: impõe-se a hipótese de flagrante presumido, disposto no art. 302, IV, do CPP: “é encontrado, logo depois, com instrumentos, armas, objetos ou papéis que façam presumir ser ele autor da infração”.
- e) Errado, porque: a prisão em flagrante pode ser imposta por qualquer do povo, como bem preleciona o art. 301 do CPP: “qualquer do povo poderá e as autoridades policiais e seus agentes deverão prender quem quer que seja encontrado em flagrante delito”.

**84. (Escrivão de Polícia – PC/SP – VUNESP – 2013)** Determina o art. 155 do CPP que o juiz formará sua convicção pela livre apreciação da prova produzida em contraditório judicial, não podendo fundamentar sua decisão exclusivamente nos elementos informativos colhidos na investigação,

- a) ressalvadas as provas cautelares e não repetíveis, apenas.
- b) sem qualquer exceção.
- c) ressalvadas as provas cautelares e antecipadas, apenas.
- d) ressalvadas as provas não repetíveis e antecipadas, apenas.
- e) ressalvadas as provas cautelares, não repetíveis e antecipadas.

#### GABARITO OFICIAL: E

#### JUSTIFICATIVA:

- a) Errado, porque: a assertiva está incompleta, uma vez que as provas antecipadas também são exceções.
- b) Errado, porque: existem três ressalvas legais, quais sejam, provas cautelares, não repetíveis e antecipadas.
- c) Errado, porque: a assertiva está incompleta, uma vez que as provas não repetíveis também são exceções.
- d) Errado, porque: a assertiva está incompleta, uma vez que as provas cautelares também são exceções.
- e) CERTO, porque: nos termos da letra do art. 155 do CPP “in fine”, cuja redação é a mesma da assertiva assinalada como correta.



#### Preste Atenção:

Exclua assertivas peremptórias, o Direito, como ciência humana, raramente envereda pelo radicalismo/absolutismo; o “crivo do contraditório” é a regra da instrução processual penal e deve estar presente para gerar condenação, entretanto, as 3 exceções anteriores se justificam por razões lógicas (cautelar – visa a garantir o resultado útil da sentença; não repetível – autoexplicativa; antecipada – são aquelas que se submetem ao contraditório diferido ou postergado, na fase da instrução processual penal, embora tenham sido produzidas antes do processo).

- 85. (Escrivão de Polícia – PC/SP – VUNESP – 2013)** Nos termos do art. 184 do CPP, o juiz ou a autoridade policial negará a perícia requerida pelas partes, quando não for necessária ao esclarecimento da verdade, salvo quando se tratar de
- pedido do acusado.
  - vistoria judicial.
  - pedido do Ministério Público.
  - exame de corpo de delito.
  - perícia contábil.

**GABARITO OFICIAL: D**

**JUSTIFICATIVA:**

- Errado, porque: não é a parte processual que autoriza a exceção, mas sim a natureza da perícia.
- Errado, porque: a assertiva é contraditória, como o juiz negaria a vistoria que ele mesmo realiza?
- Errado, porque: não é a parte processual que autoriza a exceção, mas sim a natureza da perícia.
- CERTO**, porque: nos termos da letra expressa do art. 184 do CPP (“salvo o caso de exame de corpo de delito, o juiz ou a autoridade policial negará a perícia requerida pelas partes, quando não for necessária ao esclarecimento da verdade”).
- Errado, porque: se a perícia não é necessária ao esclarecimento da verdade, segundo afirma o teste, ela poderá ser indeferida pela autoridade policial ou judiciária, com uma única exceção legal, cuja imprescindibilidade foi imposta pela própria norma; este é o caso do exame de corpo de delito e não da perícia contábil.



**Preste Atenção:**

Conheça o teor do Código de Processo Penal, mas entenda que a lógica da questão conduz o concursando a optar pela perícia mais relevante na busca da verdade real (princípio da verdade material ou real); de fato, o deferimento de perícia no corpo de delito (exteriorização da materialidade do crime) sempre pode alterar o quadro fático até então estabelecido, mudando o rumo da investigação ou instrução probatória processual.

- 86. (Escrivão de Polícia – PC/SP – VUNESP – 2013)** Analise as informações apresentadas a seguir e classifique-as como (V) verdadeira ou (F) falsa.

Considerando apenas os termos do art. 295 do CPP, serão recolhidos a quartéis ou a prisão especial, à disposição da autoridade competente, quando sujeitos à prisão antes de condenação definitiva, entre outros,

- os governadores, os prefeitos municipais e os vereadores.
- os magistrados, os diplomados por qualquer das faculdades superiores da República e os ministros de confissão religiosa.
- os cidadãos que já tiverem exercido efetivamente a função de jurado, salvo quando excluídos da lista por motivo de incapacidade para o exercício daquela função, os menores de 21 (vinte e um) anos e os maiores de 70 (setenta) anos.

A classificação correta, de cima para baixo, é:

- V, V, F.
- F, V, F.
- V, V, V.
- V, F, F.
- F, V, V.

**GABARITO OFICIAL: A****JUSTIFICATIVA:**

- a) CERTO, porque: nos termos dos incisos II, VI, VII, VIII e X do art. 295 CPP.
- b) Errado, porque: os governadores, os prefeitos e os vereadores estão contemplados no inc. II do art. 295 CPP).
- c) Errado, porque: os menores de 21 anos e os maiores de 70 gozam do benefício penal da contagem da prescrição pela metade – art. 115 do CP – e não da “prisão especial”.
- d) Errado, porque: os magistrados estão no inc. VI do art. 295 do CPP; os diplomados encontram-se no inc. VII do art. 295 do CPP e os ministros de confissão religiosa são contemplados no inc. VIII do art. 295 do CPP.
- e) Errado, porque: os governadores, os prefeitos e os vereadores estão contemplados no inc. II do art. 295 CPP; os magistrados estão no inc. VI do art. 295 do CPP; os diplomados encontram-se no inc. VII do art. 295 do CPP e, por fim, os ministros de confissão religiosa tem guarida no inc. VIII do art. 295 do CPP.

**Preste Atenção:**

A prisão especial só perdura até o trânsito em julgado da sentença condenatória e, apesar da crítica, sua razão de existência se funda no princípio da não culpabilidade antecipada (“presunção de inocência”) permeado pela praxe do sistema carcerário nacional, no interior do qual muitos dos contemplados pela “prisão especial”, em circunstâncias comuns/normais, estariam condenados à morte (princípio da isonomia: tratar os iguais igualmente e os desiguais desigualmente na medida de suas desigualdades – RUI BARBOSA).

- 87. (Escrivão de Polícia – PC/SP – VUNESP – 2013)** É medida cautelar diversa da prisão, expressamente prevista no art. 319 do CPP, a
- a) imediata reparação dos prejuízos sofridos pela vítima.
  - b) multa.
  - c) monitoração eletrônica.
  - d) prestação de serviços à comunidade.
  - e) imediata reparação dos prejuízos sofridos pelo erário.

**GABARITO OFICIAL: C****JUSTIFICATIVA:**

- a) Errado, porque: a reparação dos prejuízos é consequência da condenação – art. 91, I, do CP – e não medida cautelar.
- b) Errado, porque: a multa é espécie de sanção/pena e não medida cautelar.
- c) CERTO, porque: nos termos da letra do art. 319, IX, do CPP.
- d) Errado, porque: a prestação de serviços à comunidade é espécie de sanção/pena e não medida cautelar.
- e) Errado, porque: a reparação dos prejuízos é consequência da condenação – art. 91, I, do CP – e não medida cautelar.

**Preste Atenção:**

Medida cautelar tem a finalidade de garantir o resultado útil do processo, ou seja, a prolação da sentença mais consentânea com a verdade; a medida cautelar não é pena, ela radica (cria raiz) o réu no distrito da culpa, desestimulando ou tornando dificultosa a eventual fuga.

88. **(Escrivão de Polícia – PC/SP – VUNESP – 2013)** De acordo com o disposto, expressamente, na Lei Federal nº 12.527/2011 (Lei de Acesso à Informação), se depois de solicitar a informação, o interessado souber que houve o extravio da informação solicitada,
- poderá pedir indenização à autoridade administrativa competente.
  - poderá requerer à autoridade competente a imediata abertura de sindicância para apurar o desaparecimento da respectiva documentação.
  - deverá providenciar dados e documentos que tiver e fornecê-los à autoridade competente para restituição da respectiva informação.
  - deverá requerer judicialmente a restituição da informação.
  - poderá requerer a abertura de processo administrativo para punição do responsável e obtenção de respectiva indenização por danos morais.

**GABARITO OFICIAL: B****JUSTIFICATIVA:**

- Errado, porque: a questão faz alusão à Lei nº 12.527/2011, sendo que o pedido de indenização é direito constitucionalmente previsto – art. 5º, X, da CF.
- CERTO, porque: conforme a letra do art. 7º, § 5º, da Lei nº 12.527/2011.
- Errado, porque: a Lei enfoca o acesso à informação, criada para viabilizar, na prática, direito constitucionalmente previsto – art. 5º, XXXIII, da CF – e não para impor obrigação ao cidadão.
- Errado, porque: seria inócuo ajuizar ação judicial para ter acesso à informação que foi extraviada.
- Errado, porque: a Lei que trata da deflagração de sindicância e a indenização por danos morais decorre da Constituição – art. 5º, X, da CF.

**Preste Atenção:**

Após a criação da “Comissão da Verdade” em Brasília, concebida para apurar abusos ocorridos na Ditadura Militar, a Lei nº 12.527/2011 tem sido requisitada, constantemente, em concursos públicos das Polícias, devido aos documentos lá arquivados e o interesse atual que ensejam.

89. **(Escrivão de Polícia – PC/SP – VUNESP – 2013)** Para os efeitos da Lei nº 9.099/1995, com as alterações da Lei nº 11.313/2006 (Lei dos Juizados Especiais Criminais), consideram-se infrações penais de menor potencial ofensivo as contravenções penais e os crimes a que a lei comine pena
- máxima não superior a 2 (dois) anos, cumulada ou não com multa.
  - exclusivamente de multa.
  - mínima de 1 (um) ano e máxima de 3 (três) anos, cumulada ou não com multa.
  - de detenção ou multa.
  - restritiva de direitos.

**GABARITO OFICIAL: A**

**JUSTIFICATIVA:**

- a) CERTO, porque: conforme a letra do art.61 da Lei nº 9.099/1995.
- b) Errado, porque: a multa, quando atribuída em condenação criminal e não paga, não pode ser convertida em pena privativa de liberdade, sendo incoerente a criação de uma Lei para tratar de crimes que jamais ensejariam restrição de direitos ou privação de liberdade (Súm. nº 693 do STF e art. 51 do CP).
- c) Errado, porque: a pena máxima baliza o patamar dos crimes de menor potencial ofensivo, enquanto que a pena mínima – de 1 ano – delinea o instituto da suspensão condicional do processo (art. 89 da Lei nº 9.099/1995).
- d) Errado, porque: é o quantum da pena e não a espécie de pena que definem a incidência da Lei nº 9.099/1995.
- e) Errado, porque: é o quantum da pena e não a espécie de pena que definem a incidência da Lei nº 9.099/1995.

**Preste Atenção:**

Conheça o conteúdo da Lei nº 9.099/1995 e lembre-se que a “transação penal” é igual a 2 anos de pena máxima, enquanto que a “suspensão do processo” é igual a 1 ano de pena mínima.

**90. (Escrivão de Polícia – PC/SP – VUNESP – 2013)** Assinale a alternativa que está de acordo com o disposto na Lei Maria da Penha (Lei nº 11.340/2006).

- a) Em qualquer fase do inquérito policial ou da instrução criminal, caberá a prisão preventiva do agressor, a ser decretada pela autoridade policial competente, desde que esta entenda urgente e indispensável a sua aplicação.
- b) Nos casos de violência doméstica e familiar contra a mulher, poderão ser aplicadas ao réu as penas de detenção, reclusão, de pagamento de cesta básica ou outras de prestação pecuniária, bem como a imposição de multa.
- c) Constatada a prática de violência doméstica e familiar contra a mulher, poderá ser aplicada ao agressor, entre outras, a medida protetiva de urgência de afastamento do lar, domicílio ou local de convivência com a ofendida, podendo a intimação ser entregue pela ofendida diretamente ao agressor.
- d) No atendimento à mulher em situação de violência doméstica e familiar, a autoridade policial deverá, entre outras providências, conceder-lhe as medidas protetivas de urgência cabíveis no caso.
- e) O juiz assegurará à mulher em situação de violência doméstica e familiar, para preservar sua integridade física e psicológica, a manutenção do vínculo trabalhista, quando necessário o afastamento do local de trabalho, por até seis meses.

**GABARITO OFICIAL: E****JUSTIFICATIVA:**

- a) Errado, porque: a autoridade policial não pode decretar prisão, só autoridade judiciária, conforme dispõe o art. 5º, LXI, da CF.
- b) Errado, porque: a ideia da Lei Maria da Penha é impedir o acesso do agressor à agredida, sendo, inclusive, legalmente vedada a incidência da Lei nº 9.099/1995 – art. 41 da Lei nº 11.340/2006.
- c) Errado, porque: a ideia da Lei Maria da Penha é impedir o contato entre agressor e agredida e não facultá-lo.
- d) Errado, porque: as medidas protetivas de urgência são apreciadas pelo juiz no prazo de 48 horas a contar do recebimento do expediente – art. 18 da Lei nº 11.340/2006.
- e) CERTO, porque: de acordo com a letra do art. 9º, § 2º, II, da Lei nº 11.340/2006.

**Preste Atenção:**

A Lei Maria da Penha é uma Lei Protetiva da Mulher, ou seja, seus dispositivos foram criados para protegê-la. Tenha isso em mente ao responder testes desta natureza.

- 91. (Investigador de Polícia – PC/SP – VUNESP – 2013)** No que tange às disposições relativas às provas no Código de Processo Penal, é correto afirmar que
- são admissíveis no processo penal as provas derivadas das ilícitas, salvo quando não evidenciado o nexo de causalidade entre umas e outras, ou quando as derivadas puderem ser obtidas por uma fonte independente das primeiras.
  - mesmo que haja divergência em suas declarações, sobre fatos ou circunstâncias relevantes, a acareação não será admitida entre acusados e testemunha.
  - o juiz ou a autoridade policial negará o requerimento de exame pericial de corpo de delito apresentado pelas partes, quando não for necessário ao esclarecimento da verdade.
  - para análise da admissibilidade das provas derivadas das ilícitas, considera-se fonte independente aquela que por si só, seguindo os trâmites típicos e de praxe, próprios da investigação ou instrução criminal, seria capaz de conduzir ao fato objeto da prova.
  - quando a infração deixar vestígios, será indispensável o exame de corpo de delito, direto ou indireto, podendo supri-lo apenas a confissão do acusado.

**GABARITO OFICIAL: D****JUSTIFICATIVA:**

- Errado, porque: são INADMISSÍVEIS no processo penal as provas derivadas das ilícitas e as exceções descritas são as únicas que admitem esse tipo de prova – art. 157, § 1º, do CPP.
- Errado, porque: o art. 229 do CPP permite acareação entre acusado e testemunha.
- Errado, porque: o exame de corpo de delito é a única exceção do art. 184 do CPP.
- CERTO, porque: conforme a letra do art. 157, § 2º, do CPP – exemplo de interpretação autêntica, isto é, definição de instituto legal feita pela própria norma.
- Errado, porque: a prova testemunha também poderá suprir – art. 167 do CPP.

**Preste Atenção:**

As provas ilícitas são vedadas constitucionalmente – art. 5º, LVI, da CF; da mesma forma, as provas derivadas das ilícitas também são inadmissíveis no processo penal – art. 157, § 1º, do CPP. Essa regra encontra, na lei, duas exceções: “não evidenciado o nexo de causalidade entre umas e outras” e “quando as derivadas puderem ser obtidas por uma fonte independente das primeiras”.

- 92. (Investigador de Polícia – PC/SP – VUNESP – 2013)** Considera-se em flagrante delito:
- o agente que é surpreendido com instrumentos, armas, objetos ou papéis que façam presumir ser ele autor da infração, em qualquer momento da investigação.
  - o agente que é investigado pela prática da infração penal no momento em que a autoridade policial consegue reunir as provas de ter sido ele o autor do crime.
  - o agente das infrações permanentes, enquanto não cessar a permanência.
  - o agente que foge após a prática da infração penal enquanto não for capturado.
  - o agente que é surpreendido na fase dos atos preparatórios da infração penal.

**GABARITO OFICIAL: C**

**JUSTIFICATIVA:**

- a) Errado, porque: o “flagrante presumido” está no art. 302, IV, do CPP e usa o termo “logo depois”.
- b) Errado, porque: as hipóteses do flagrante estão descritas, taxativamente, no art. 302 do CPP.
- c) CERTO, porque: na letra do art. 303 do CPP.
- d) Errado, porque: as hipóteses do flagrante estão descritas, taxativamente, no art. 302 do CPP.
- e) Errado, porque: conforme esclarecido nas alternativas anteriores, as hipótese do flagrante estão descritas, taxativamente, no art. 302 do CPP.

**Preste Atenção:**

Flagrante significa a ardência do crime, ou seja, as hipóteses que autorizam, de imediato, a constrição da liberdade ambulatorial em flagrante delito devem ser constatadas sem demora, mesmo que não haja qualquer lapso temporal máximo descrito na Lei Processual Penal.

- 93. (Investigador de Polícia – PC/SP – VUNESP – 2013)** Conforme o disposto no Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069/1990), o adolescente apreendido por força de ordem judicial e o adolescente apreendido em flagrante de ato infracional serão, respectivamente, desde logo, encaminhados
- a) à Defensoria Pública e ao Ministério Público. O flagrante delito é formalizado pela Autoridade Policial e a ordem de busca e apreensão.
  - b) à autoridade judiciária e à autoridade policial competente.
  - c) à Procuradoria do Estado e à autoridade judiciária competente.
  - d) ao Conselho Tutelar local e à autoridade policial competente.
  - e) à autoridade policial competente e ao Ministério Público.

**GABARITO OFICIAL: B****JUSTIFICATIVA:**

- a) Errado, porque: o flagrante delito é formalizado pela autoridade policial e a ordem de busca e apreensão – que importa em constrição de liberdade – só pode ser emanada do juiz.
- b) CERTO, porque: nos termos da justificativa à alternativa “A”.
- c) Errado, porque: conforme alternativa “A”.
- d) Errado, porque: conforme alternativa “A”.
- e) Errado, porque: conforme alternativa “A”.

**Preste Atenção:**

Se a situação é flagrancial quem formaliza é o Delegado de Polícia na Delegacia, já a ordem de prisão – no caso de busca e apreensão – emana do Juiz.

- 94. (Papiloscopista Policial – PC/SP – VUNESP – 2013)** Citadino Gatuno foi preso em flagrante delito pelo crime de roubo. Ao ser levado à Delegacia de Polícia, no momento da tentativa de sua identificação, Gatuno apresentou o seu documento de identidade (I.G.), o qual, no entanto, por ter sido molhado pela chuva, apresentava rasura que dificultava a identificação do preso. Neste caso, com base no que dispõe a Lei nº 12.037/2009, é correto afirmar que Gatuno
- a) não poderá ser identificado criminalmente, uma vez que não teve culpa na rasura do seu documento de identidade.
  - b) deverá ser identificado criminalmente, mas limitado à juntada do processo datiloscópico ao auto de prisão em flagrante.

- c) não poderá ser identificado criminalmente, em nenhuma hipótese, uma vez que é um direito seu assegurado pela Constituição Federal.
- d) não poderá ser identificado criminalmente.
- e) poderá ser identificado criminalmente, desde que não seja possível a sua identificação civil.

**GABARITO OFICIAL: E****JUSTIFICATIVA:**

- a) Errado, porque: a questão legal assenta-se na certeza da identificação e não na “culpa” pela impossibilidade.
- b) Errado, porque: a identificação criminal acaba sendo uma faculdade da autoridade policial e não dever, sempre tendo em vista a limitação constitucional que apregoa: “Art. 5º, LVIII – o civilmente identificado não será submetido à identificação criminal, salvo nas hipóteses previstas em lei”.
- c) Errado, o art. 5º, LVIII, da CF traz ressalva expressa: “Salvo nas hipóteses previstas em lei”, sendo considerada norma de eficácia contida pela lição de José Afonso da Silva (Aplicabilidade das normas constitucionais; 3. ed. São Paulo: Malheiros, 1998, p 116: “aquelas em que o legislador constituinte regulou suficientemente os interesses relativos a determinada matéria, mas deixou margem à atuação restritiva por parte da competência discricionária do Poder Público, nos termos que a lei estabelecer ou nos termos de conceitos gerais nela enunciados”).
- d) Errado, porque: conforme justificativa à alternativa “C”.
- e) CERTO, porque: nos termos da letra do art. 5º, LVIII, da CF.

**Preste Atenção:**

A Constituição veda a identificação criminal do civilmente identificado, esta é a regra. Mas, a Lei nº 12.037/2009 traz exceções sem contrariar a regra, ou seja, a identificação deve ser necessária para afastar hesitações. Se não existem dúvidas acerca da qualificação do suspeito a identificação criminal gera constrangimento ilegal.

95. **(Papiloscopista Policial – PC/SP – VUNESP – 2013)** Belo Narciso foi indiciado em inquérito policial por crime contra os costumes, tendo sido identificado criminalmente. No entanto, a respectiva denúncia não foi aceita e o inquérito foi definitivamente arquivado. Narciso, preocupado com sua imagem perante terceiros, requereu, em seguida, a retirada de sua identificação fotográfica do inquérito policial. Neste caso, considerando o disposto na Lei nº 12.037/2009, é correto afirmar que Narciso
- a) não tem direito à retirada de sua identificação civil, uma vez que esta se constitui em prova policial, que não pode ser alterada ou suprimida do inquérito policial.
  - b) deverá ter seu pedido atendido, desde que apresente provas de sua identificação civil.
  - c) tem direito à retirada da sua identificação criminal do inquérito, mas terá que obter ordem judicial específica nesse sentido.
  - d) tem direito à retirada da sua identificação do inquérito, pois a presença desta viola o seu direito à imagem, não sendo legal qualquer exigência para que seu pedido seja atendido.
  - e) não pode ter seu pedido atendido, tendo em vista que o inquérito já foi arquivado, não havendo, portanto, interesse de Narciso em seu pedido.

**GABARITO OFICIAL: B****JUSTIFICATIVA:**

- a) Errado, porque: nos termos do art. 7º da Lei nº 12.037/2009: “No caso de não oferecimento da denúncia, ou sua rejeição, ou absolvição, é facultado ao indiciado ou ao réu, após o arquivamento

definitivo do inquérito, ou trânsito em julgado da sentença, requerer a retirada da identificação fotográfica do inquérito ou processo, desde que apresente provas de sua identificação civil”.

- b) CERTO, porque: nos termos da letra do art. 7º da Lei nº 12.037/2009.
- c) Errado, porque: não é necessária ordem judicial.
- d) Errado, “desde que apresente provas de sua identificação civil”.
- e) Errado, porque: existe interesse pautado na Lei.



### Preste Atenção:

A Constituição veda a identificação criminal do civilmente identificado, esta é a regra. Mas, a Lei 12.037/2009 traz exceções sem contrariar a regra, ou seja, a identificação deve ser necessária para afastar hesitações. Se não existem dúvidas acerca da qualificação do suspeito a identificação criminal gera constrangimento ilegal.

96. **(Delegado de Polícia – PC/GO – UEG – 2013)** Durante operação policial na qual Cabelo de Anjo foi investigado e denunciado por crimes previstos no artigo 157, § 2º, do Código Penal, fora apreendido, em virtude de mandado de busca e apreensão e de sequestro de bens móveis, um veículo registrado em nome da empresa X, cujo representante legal é Tripa Seca, uma vez que existiam indícios veementes de que o objeto seria produto da atividade criminosa de Cabelo de Anjo e de que este seria o proprietário de fato do bem. Nesse caso, tem-se o seguinte:
- a) segundo o Código de Processo Penal, a restituição, neste caso, poderá ser ordenada pelo magistrado, membro do Ministério Público ou pela autoridade policial, mediante termos nos autos, desde que não exista dúvida quanto ao direito do representante da empresa.
  - b) o juiz poderá determinar, segundo o Código de Processo Penal, a alienação antecipada, para preservação de seu valor, ante a possibilidade de deterioração e consequente desvalorização do veículo, depositando o montante, até o final do processo, em conta vinculada ao juízo.
  - c) o bem deve ser devolvido ao representante legal da empresa, uma vez que o Código de Processo Penal prevê expressamente que as coisas apreendidas, mesmo quando interessam ao processo, serão restituídas, permanecendo com o representante da empresa até o trânsito em julgado da sentença.
  - d) em caso de dúvida sobre quem seja o verdadeiro proprietário do bem, o juiz, segundo o Código de Processo Penal, manterá os autos do pedido de devolução do bem no juízo criminal, determinando o acautelamento do veículo à autoridade policial ou ao Ministério Público, com a necessária afetação provisória.

### GABARITO OFICIAL: B

#### JUSTIFICATIVA:

- a) Errado, porque: apenas a autoridade policial ou a judiciária podem determinar a entrega.
- b) CERTO, porque: nos termos do art. 144-A do CPP.
- c) Errado, porque: tal situação não é prevista.
- d) Errado, porque: não existe acautelamento na Promotoria que, muitas vezes, utiliza espaço do próprio Fórum.



### Preste Atenção:

Art. 144-A do CPP: “O juiz determinará a alienação antecipada para preservação do valor dos bens sempre que estiverem sujeitos a qualquer grau de deterioração ou depreciação, ou quando houver dificuldade para sua manutenção. (...) § 3º O produto da alienação ficará depositado em conta vinculada ao juízo até a decisão final do processo, procedendo-se à sua conversão em renda para a União, Estado ou Distrito Federal, no caso de condenação, ou, no caso de absolvição, à sua devolução ao acusado.”

97. **(Delegado de Polícia – PC/GO – UEG – 2013)** Magrillo, tecnicamente primário e com residência fixa, foi preso em flagrante pela prática do crime previsto nos artigos 33 e 35 combinado com o artigo 40, I, da Lei nº 11.343/2006, uma vez que, em conjunto com PLG, Gcarrão, Paco e Gomideo, membros do mesmo grupo criminoso organizado, acondicionou 36,5 kg de cocaína, 2,47 kg de maconha e 1,037 kg de crack em 2 botijões de gás adulterados, transportando-os do Paraguai para o Brasil em dois caminhões com placas paraguaias. A prisão em flagrante foi convertida pelo magistrado, a requerimento do Ministério Público, em prisão preventiva, nos termos dos artigos 310 e 312, do Código de Processo Penal. Assim, verifica-se o seguinte:
- a) a prisão preventiva de Magrillo foi corretamente decretada, uma vez que foi atendido o requisito legal do clamor público, além de existir indício de crime e suspeita de autoria, pressupostos legalmente previstos para servir de alicerce ao encarceramento provisório.
  - b) as condições pessoais favoráveis de Magrillo têm, segundo entendimento do Superior Tribunal de Justiça, o condão de, por si sós, ensejarem a revogação de sua prisão preventiva.
  - c) segundo o Superior Tribunal de Justiça, a necessidade de se interromper ou diminuir a atuação de integrantes de grupos criminosos organizados enquadra-se no conceito de garantia da ordem pública, constituindo fundamentação idônea para alicerçar a prisão preventiva.
  - d) segundo o Superior Tribunal de Justiça, a prisão preventiva deverá ser decretada pelo juiz, mesmo quando cabível a sua substituição por outra medida cautelar pessoal.

#### GABARITO OFICIAL: C

#### JUSTIFICATIVA:

- a) Errado, porque: o clamor público não está contemplado no art. 312 do CPP.
- b) Errado, porque: a “primariedade” não é salvo-conduto para cometimento de crime, impedindo a prisão preventiva.
- c) CERTO, porque: nos termos do art. 312 do CPP e interpretação jurisprudencial relacionada.
- d) Errado, porque: o art. 282, § 4º, do CPP deixa claro o caráter subsidiário da prisão preventiva.



#### Preste Atenção:

Jurisprudência do STJ: “NECESSIDADE DA GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA FUNDADA NA INTENSA PARTICIPAÇÃO DOS PACIENTES QUE EXERCIAM A ATIVIDADE GERENCIAL DA ORGANIZAÇÃO CRIMINOSA. EXCESSO DE PRAZO. INOCORRÊNCIA. AÇÃO PENAL CONCLUSA PARA PROLAÇÃO DE SENTENÇA. 1. A necessidade da manutenção da custódia cautelar dos pacientes restou demonstrada pelo magistrado, como garantia da ordem pública, dada as circunstâncias do caso concreto que apontam a intensa participação gerencial dos pacientes na organização criminosa especializada em comercializar veículos provenientes de ilícitos penais. 2. Conclusa a ação penal para prolação de sentença, inexistente, a teor do enunciado da Súmula nº 52, do Superior Tribunal de Justiça, o constrangimento ilegal consubstanciado no excesso de prazo. Ordem denegada.” (HC 57136 RJ 2006/0073204-4)

98. **(Delegado de Polícia – PC/GO – UEG – 2013)** Lekão do Cerrado e Capitão Didi foram presos em flagrante pela prática, em conjunto com terceiro até então não identificado, do crime previsto no artigo 157, do Código Penal. Após, todos foram denunciados pelo Ministério Público. Ato contínuo, foi nomeado pelo juízo, para defesa de todos os réus, o mesmo advogado, uma vez que não indicaram um patrono para suas defesas. Ao serem

ouvidos em juízo, os policiais que os prenderam, arrolados como testemunhas, ratificando suas declarações prestadas perante a autoridade policial, aduziram que escutaram os denunciados conversando e, durante a conversa, imputaram a prática criminosa a Praga de Mãe, bandido conhecido na região, também denunciado pelo Ministério Público em concurso com Lekão do Cerrado e Capitão Didi, exclusivamente com base em tais declarações policiais. Após recusarem responder às perguntas durante o inquérito policial, todos negaram, em juízo, a prática criminosa. Dessa forma, tem-se o seguinte:

- a) é válida, segundo o Supremo Tribunal Federal, a nomeação de um único advogado para todos os réus se a chamada de corréu for peça fundamental para o embasamento da peça acusatória.
- b) segundo o Supremo Tribunal Federal, a chamada de corréu, retratada ou não em juízo, não pode servir como fundamento exclusivo para a condenação.
- c) são inidôneos, segundo o Supremo Tribunal Federal, os depoimentos prestados pelos policiais que efetivaram o flagrante, uma vez que, por suas condições funcionais e interesses na causa, estão impedidos, automaticamente, de serem testemunhas.
- d) o fato de se ouvir dizer que Praga de Mãe teria participação no crime é passível de respaldar pronunciamento judicial condenatório, mormente em face das declarações policiais, uma vez que nosso sistema pátrio, segundo o Supremo Tribunal Federal, admite a culpa por presunção.

#### GABARITO OFICIAL: B

#### JUSTIFICATIVA:

- a) Errado, porque: raciocínio ilógico e contrário à jurisprudência, ora colacionada, do STF.
- b) CERTO, porque: nos termos da interpretação jurisprudencial transcrita a seguir.
- c) Errado, porque: os policiais que efetuaram a prisão não são partes, ou seja, são desinteressados.
- d) Errado, porque: contrária à jurisprudência do STF.



#### Preste Atenção:

“EMENTA: I. “*Habeas corpus*”: cabimento: direito probatório. Não cabe o “*habeas corpus*” para solver controvérsia de fato dependente da ponderação de provas desconstruídas; cabe, entretanto, para aferir a idoneidade jurídica ou não das provas onde se fundou a decisão condenatória. II. Chamada dos corréus na fase policial e o reconhecimento de um deles: inidoneidade para restabelecer a validade da confissão extrajudicial, retratada em Juízo. Não se pode restabelecer a validade da confissão extrajudicial, negando-se valor à retratação, sob o fundamento de que esta é incompatível e discordante das ‘demais provas colhidas’ (C. Pr. Penal, art. 197), especialmente as chamadas dos corréus na fase policial e o reconhecimento de um deles, que de nada servem para embasar a condenação do paciente. **A chamada de co-réu, ainda que formalizada em Juízo, é inadmissível para lastrear a condenação** (Precedentes: HHCC 74.368, Pleno, Pertence, DJ 28-11-1997; 81.172, 1ª T., Pertence, DJ 7-3-2003). Insuficiência dos elementos restantes para fundamentar a condenação”.

99. (Delegado de Polícia – PC/GO – UEG – 2013) Paruara, integrante da quadrilha liderada por Charlito Charlotte, foi instado a se apresentar na delegacia de polícia civil com o objetivo de prestar declarações em inquérito policial que investiga o grupo. Chegando à delegacia, Paruara insinuou que precisaria conversar em particular com o escrivão de polícia X. Este, sem que Paruara notasse, uma vez que, em outras oportunidades, Paruara já havia tentado cooptar policiais, acionou um equipamento de gravação. Após

alguns rodeios, permanecendo X sempre calado, Paruara ofereceu R\$ 5.000,00 para que X passasse informações sobre possíveis operações policiais a serem desenvolvidas em face do grupo criminoso. Imediatamente, X deu voz de prisão a Paruara. Nesse caso, o flagrante foi

- a) esperado e, portanto, a prisão é válida.
- b) provocado e, portanto, a prisão é nula.
- c) forjado e, portanto, a prisão é nula.
- d) preparado e, portanto, a prisão é válida.

#### GABARITO OFICIAL: A

#### JUSTIFICATIVA:

- a) CERTO, porque: o flagrante esperado é aquele que ocorre quando, sabendo que um delito irá ou poderá acontecer, a polícia se prepara para prender o criminoso em flagrante, hipótese totalmente legal.
- b) Errado, porque: não houve indução à prática criminosa.
- c) Errado, porque: uma vez que, certamente, a iniciativa partiu de Paruara.
- d) Errado, porque: o flagrante foi esperado.



#### Preste Atenção:

O flagrante foi esperado, já que o agente policial, em momento algum, provocou a atitude do agente que, por sua vez, agiu por si só, sem qualquer provocação. Desta maneira, a prisão é válida, já que não eivada de qualquer vício.

**100. (Delegado de Polícia – PC/GO – UEG – 2013)** Em outubro de 2009, Bico de Pássaro foi preso em flagrante delito, uma vez que, em cumprimento a mandado de busca e apreensão em sua residência, foi encontrada uma arma de fogo de uso permitido, sem registro. Após instauração de inquérito policial pela suposta prática do crime previsto no artigo 12, da Lei nº 10.826/2003, a defesa impetrou *habeas corpus* requerendo o trancamento do inquérito. O Tribunal de Justiça de Goiás entendeu que o fato evidentemente não constituía crime, uma vez que a Lei nº 11.922/2009 teria ampliado o prazo para registro de armas de fogo para o dia 31 de dezembro de 2009 e, assim, haveria atipicidade do crime de posse de arma de fogo até a mencionada data. A decisão transitou em julgado. No entanto, o Ministério Público, verificando que o Tribunal alterou seu entendimento em outros casos, ofereceu denúncia contra Bico de Pássaro exatamente pelo crime de posse irregular de arma de fogo. A denúncia foi recebida pelo magistrado. Nesse caso, segundo o Superior Tribunal de Justiça, o magistrado

- a) errou, uma vez que o trancamento do inquérito policial fez coisa julgada material e, portanto, só poderia ser reaberto quando fossem encontrados novos elementos de informação que alterassem o panorama probatório inicial.
- b) acertou, uma vez que o trancamento do inquérito policial fez coisa julgada formal e, portanto, poderia ser reaberto em qualquer hipótese.
- c) errou, uma vez que a decisão anterior, reconhecendo o fato como atípico, fez coisa julgada material, não podendo o juiz reapreciar ou desconstituir o decidido pelo Tribunal.
- d) acertou, uma vez que o trancamento do inquérito policial, por fazer coisa julgada material, poderia ser reaberto em qualquer hipótese.

#### GABARITO OFICIAL: C

**JUSTIFICATIVA:**

- a) Errado, porque: se fez coisa julgada material, não há se falar em “reabertura” do caso.
- b) Errado, porque: é verdade que a coisa julgada formal autoriza a reabertura do caso, entretanto, conforme a jurisprudência operou-se coisa julgada material e, se fosse formal, apenas prova materialmente nova seria suficiente para empreendimento de novas investigações.
- c) CERTO, porque: haveria descumprimento de acórdão judicial transitado em julgado.
- d) Errado, porque: se ocorreu coisa julgada material, o inquérito policial não poderia ser “reaberto”.

**Preste Atenção:**

No caso ocorreu a “abolitio criminis temporalis” que é a possibilidade de o agente regularizar, em certo período de tempo, situação jurídico penal. No caso, como o Tribunal determinou, em segunda instância, o arquivamento do inquérito policial com base na atipicidade da conduta, houve a coisa julgada material (Inquérito quando arquivado por atipicidade gera coisa julgada material). Por tudo isso, não é possível reapreciar tal fato.

- 101. (Delegado de Polícia – PC/GO – UEG – 2013)** Em agosto de 2012, o juízo da 11ª Vara Criminal de Goiânia autorizou a polícia civil, em face de indícios de crime de rufianismo (artigo 230, do Código Penal) e tráfico internacional de pessoas para fim de exploração sexual (artigo 231, do Código Penal), sem oitiva prévia do Ministério Público, a proceder interceptação telefônica dos terminais utilizados por Pé de Pano, pelo prazo de 15 dias. Terminado o período, o juiz de direito, após prorrogar as escutas por mais 15 dias, reconheceu sua incompetência e determinou a remessa dos autos à justiça federal, sob o fundamento de que não restou demonstrado o crime de rufianismo. Nesse caso, a interceptação telefônica é
- a) válida, uma vez que a autorização se encontrou alicerçada em representação da autoridade policial civil, legalmente autorizada a implementar as escutas.
  - b) nula desde o início, uma vez que, segundo a Lei 9.296/96 (que regulamenta as interceptações das comunicações), é necessário o pronunciamento prévio do Ministério Público.
  - c) válida, uma vez que é lícita a prorrogação do prazo legal, desde que devidamente fundamentada e demonstrada a indispensabilidade da medida.
  - d) nula desde o início, uma vez que a autorização não foi proveniente de juiz aparentemente competente ao tempo da decisão, à vista do objeto das investigações policiais em curso.

**GABARITO OFICIAL: D****JUSTIFICATIVA:**

- a) Errado, porque: somente o juiz competente para a ação principal poderá deferir a interceptação telefônica.
- b) Errado, porque: o pronunciamento de membro do Ministério Público pode ser dispensado.
- c) Errado, porque: a prova será nula, pois o juiz que a deferiu não era competente para o julgamento da ação principal.
- d) CERTO, porque: conforme dicção expressa do art. 1º da Lei .

**Preste Atenção:**

Art. 1º da Lei de Interceptação Telefônica: “A interceptação de comunicações telefônicas, de qualquer natureza, para prova em investigação criminal e em instrução processual penal, observará o disposto nesta Lei e dependerá de ordem do juiz competente da ação principal, sob sigilo de justiça”.

- 102. (Delegado de Polícia – PC/GO – UEG – 2013)** Cara Grande, funcionário da empresa privada X, foi denunciado pela prática do crime previsto no artigo 157, § 2º, do Código Penal. Recebida a denúncia, foi determinada a sua citação pelo juízo criminal. Entretanto, o oficial de justiça não conseguiu cumprir a determinação judicial. Em certidão lavrada, o meirinho registrou que o réu, na realidade, se ocultara para não ser citado. Nesse caso, segundo o Código de Processo Penal, a citação de Cara Grande será determinada por
- a) edital, no prazo de 30 dias.
  - b) hora certa, na forma estabelecida no Código de Processo Civil.
  - c) edital, no prazo de 15 dias.
  - d) meio do representante da empresa X, que noticiará a existência da ação penal ao réu.

**GABARITO OFICIAL: B****JUSTIFICATIVA:**

- a) Errado, porque: neste caso aplica-se a citação por hora certa.
- b) CERTO, porque: consoante dicção do art. 362, *caput*, e parágrafo único, do CPP.
- c) Errado, porque: neste caso aplica-se a citação por hora certa.
- d) Errado, porque: neste caso aplica-se a citação por hora certa.

**Preste Atenção:**

Letra do art. 362 do CPP: “Verificando que o réu se oculta para não ser citado, o oficial de justiça certificará a ocorrência e procederá à citação com hora certa, na forma estabelecida nos arts. 227 a 229 da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 – Código de Processo Civil. [Redação dada pela Lei nº 11.719, de 2008]. Parágrafo único. Completada a citação com hora certa, se o acusado não comparecer, ser-lhe-á nomeado defensor dativo. [Incluído pela Lei nº 11.719, de 2008]”.

- 103. (Delegado de Polícia – PC/GO – UEG – 2013)** Sobre as provas, segundo o Código de Processo Penal, verifica-se o seguinte:
- a) se o juiz tiver notícia da existência de documento relativo a ponto relevante da acusação ou da defesa, providenciará, independentemente de requerimento de qualquer das partes, a sua juntada aos autos, se possível.
  - b) a acareação será admitida entre acusados, entre testemunhas, entre testemunhas e pessoas ofendidas, entre acusado e testemunha, tendo aquele, neste caso, o dever de declarar a verdade sobre os fatos.
  - c) poderão recusar-se a depor como testemunha o ascendente ou descendente, o afim em linha reta, o cônjuge ou companheiro, o cunhado, o irmão e o pai, mãe, os avós, ou o filho adotivo do acusado, independentemente de não ser possível, por outro modo, obter-se ou integrar-se a prova do fato e de suas circunstâncias.
  - d) não serão ouvidas pelo juiz outras testemunhas além das indicadas pelas partes, devendo o magistrado, no caso de testemunhas referidas, consultá-las sobre o interesse em suas oitivas.

**GABARITO OFICIAL: A****JUSTIFICATIVA:**

- a) CERTO, porque: dicção expressa do art. 234 do CPP.
- b) Errado, porque: o acusado não tem o dever de dizer a verdade, sendo a mentira, no contexto fático alegado, uma tolerância do sistema acusatório penal, em homenagem ao princípio da ampla defesa.

- c) Errado, porque: segundo o art. 206 do CPP, as pessoas elencadas na assertiva poderão se recusar a depor, salvo “se não for possível, por outro modo, obter-se ou integrar-se a prova do fato e de suas circunstâncias”.
- d) Errado, porque: segundo o art. 209, *caput*, e parágrafo primeiro, do CPP o magistrado não precisa consultar as testemunhas referidas, bastando a conveniência da oitiva para que seja imposta sua aferição.



### Preste Atenção:

O princípio da verdade real ou material informa o processo penal, demandando posição ativa do juiz na elucidação dos fatos, consoante art. 234 do CPP: “Se o juiz tiver notícia da existência de documento relativo a ponto relevante da acusação ou da defesa, providenciará, independentemente de requerimento de qualquer das partes, para sua juntada aos autos, se possível”.

**104. (Delegado de Polícia – PC/GO – UEG – 2013)** É princípio aplicável à ação penal de iniciativa privada:

- a) divisibilidade.  
 b) indisponibilidade.  
 c) oportunidade.  
 d) transcendência.

### GABARITO OFICIAL: C

#### JUSTIFICATIVA:

- a) Errado, porque: a ação penal privada é expressamente indivisível conforme art. 48 CPP.
- b) Errado, porque: a ação penal privada é disponível, pois o art. 49 do CPP trata do instituto da renúncia.
- c) CERTO, porque: o querelante tem a faculdade – juízo de conveniência e oportunidade – para ajuizar a queixa-crime.
- d) Errado, porque: aplica-se o princípio constitucional da intranscendência na exata dicção do art. 5º, XLV, da CF.



### Preste Atenção:

A ação penal privada é expressamente indivisível: Art. 48 do CPP: “A queixa contra qualquer dos autores do crime obrigará ao processo de todos, e o Ministério Público velará pela sua indivisibilidade”; Art. 49 do CPP: “A renúncia ao exercício do direito de queixa, em relação a um dos autores do crime, a todos se estenderá”. Por sua vez, a queixa-crime (ação penal privada) é disponível, ou seja, o ofendido pode ingressar com a ação ao seu critério, contrariamente do que ocorre na ação pública. Neste teste, especificamente, exigia-se o conhecimento do princípio da oportunidade que informa a ação penal privada, no seguinte sentido: o querelante tem a faculdade de ajuizar a queixa-crime, não está obrigado a fazê-lo, inversamente do que ocorre na ação penal pública. Por fim, o último princípio alusivo à ação penal privada é a intranscendência, isto é, a ação penal não pode ser proposta contra herdeiros ou outras pessoas a não ser aquelas que cometeram o delito.

- 105. (Delegado de Polícia – PC/GO – UEG – 2013)** Segundo o Código de Processo Penal, a fiança não será concedida nos crimes
- a) punidos com detenção, se houver no processo prova de ser o réu vadio.
  - b) punidos com reclusão que provoquem clamor público.
  - c) cometidos com violência ou ameaça contra a pessoa.
  - d) de racismo e nos definidos como hediondos.

**GABARITO OFICIAL: D****JUSTIFICATIVA:**

- a) Errado, porque: antes da reforma processual da Lei nº 12.403/2011 existia esta vedação, no inc. IV do art. 323 do CPP, já considerada pela doutrina inaplicável por conta da não recepção constitucional – tese doutrinária – da contravenção penal de vadiagem.
- b) Errado, porque: tais crimes não constam no rol do art. 323 do CPP, que disciplina a matéria.
- c) Errado, porque: tais crimes não constam no rol do art. 323 do CPP, que disciplina a matéria.
- d) CERTO, porque: nos termos do art. 323, incs. I e II, do CPP, com redação dada pela Lei nº 12.403/2011.

**Preste Atenção:**

Após a reforma propiciada pela Lei nº 12.403/2011, transformou-se em letra do art. 323 do CPP: “Não será concedida fiança: I – nos crimes de racismo; II – nos crimes de tortura, tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, terrorismo e nos definidos como crimes hediondos”.

- 106. (Delegado de Polícia – PC/GO – UEG – 2013)** Sobre o interrogatório, verifica-se o seguinte:
- a) em caso de mais de um réu, será realizado em conjunto e na presença dos defensores constituídos ou nomeados, ressalvado casos de réu preso, uma vez que sua oitiva será realizada, necessariamente, no estabelecimento prisional em que estiver recolhido.
  - b) é ato privativo do juiz, não sendo, durante o ato, oportunizadas às partes perguntas complementares às formuladas pelo magistrado.
  - c) poderá ser realizado a qualquer momento, tendo o réu, em razão do princípio da ampla defesa, o direito de escolher o momento processual mais adequado para prestar seu depoimento.
  - d) embora essencialmente um meio de defesa, poderá ser considerado em desfavor do réu, se ele, não exercendo seu direito ao silêncio, apresentar versão contrária aos seus interesses.

**GABARITO OFICIAL: D****JUSTIFICATIVA:**

- a) Errado, porque: se trata de derivação do princípio da incomunicabilidade da testemunha: Art. 191 do CPP: “Havendo mais de um acusado, serão interrogados separadamente”.
- b) Errado, porque: nos termos do art. 188 do CPP: “Após proceder ao interrogatório, o juiz indagará das partes se restou algum fato para ser esclarecido, formulando as perguntas correspondentes se o entender pertinente e relevante”.
- c) Errado, porque: embora a primeira premissa esteja correta (art. 196 do CPP: “A todo tempo o juiz poderá proceder a novo interrogatório de ofício ou a pedido fundamentado de qualquer das partes”), o réu não tem o direito de escolher o momento processual de seu interrogatório.
- d) CERTO, porque: o interrogatório não deixa de ser meio de prova e, como tal, poderá ser valorado em desfavor da defesa caso a versão apresentada seja contraditória à prova dos autos, inverossímil, mendaz, entre outras avaliações do magistrado sempre balizadas pelo princípio da persuasão racional – livre convicção motivada pautada na prova dos autos.

**Preste Atenção:**

O juiz analisará o conjunto probatório lançando mão da livre convicção motivada. Para tanto, qualquer meio de prova pode ser utilizado como lastro da condenação ou absolvição. A prova não pertence à defesa ou à acusação, podendo ser usada, indistintamente, pelo juiz, pois a prova busca desnudar a verdade real dos fatos. Exemplo: confissão ou versão contraditória do interrogatório: "(...) Entretanto embora essencialmente seja um meio de defesa, ele (interrogatório) pode-se comprovar um efetivo meio ou fonte de prova, como, aliás qualquer outra modalidade probatória reconhecida pelo ordenamento. É dizer: o depoimento prestado pelo acusado, ainda quando destinado – originária e intencionalmente – a favorecer os interesses defensivos poderá ser considerado em desfavor do réu, se ele, não exercendo o direito de silêncio, apresentar versão contrária aos seus interesses. E não só a confissão pode ser assim entendida; também um depoimento contraditório, desarticulado e evidentemente mendaz poderá ser levado em consideração pelo Juiz, no sentido de infirmar as teses defensivas levantadas pela defesa técnica. Eugênio Pacelli de Oliveira e Douglas Fischer, Comentários ao CPP, fl. 364. (...)”.

- 107. (Delegado de Polícia – PC/GO – UEG – 2013)** As normas genuinamente processuais
- admitirão interpretação extensiva e aplicação analógica, bem como o suplemento dos princípios gerais do direito.
  - não admitem aplicação analógica, mas admitirão interpretação extensiva.
  - não admitem interpretação extensiva, mas admitirão aplicação analógica.
  - serão aplicadas desde logo, mas tornam inválidos os atos praticados sob a égide da lei anterior se desfavoráveis ao imputado.

**GABARITO OFICIAL: A****JUSTIFICATIVA:**

- CERTO, porque: nos exatos termos do art. 3º do CPP.
- Errado, porque: conforme a letra do art. 3º do CPP.
- Errado, porque: conforme a letra do art. 3º do CPP.
- Errado, porque: “a lei processual penal aplicar-se-á desde logo, sem prejuízo da validade dos atos realizados sob a vigência da lei anterior”, de acordo com o art. 2º do CPP.

**Preste Atenção:**

O examinador exigia o conhecimento expresso do art. 3º do CPP: “A lei processual penal admitirá interpretação extensiva e aplicação analógica, bem como suplemento dos princípios gerais de direito”.

- 108. (Escrivão de Polícia – PC/GO – UEG – 2013)** O inquérito policial
- deve ser submetido ao contraditório, nos casos em que o investigado estiver preso.
  - é sigiloso, não podendo o defensor, no interesse de seu representado, ter acesso aos elementos de informação produzidos.
  - podrá ser arquivado por determinação da autoridade policial.
  - é procedimento inquisitório e preparatório, presidido pela autoridade policial.

**GABARITO OFICIAL: D**

**JUSTIFICATIVA:**

- a) Errado, porque: o inquérito policial tem a característica da inquisitorialidade.
- b) Errado, porque: contraria o teor da Súm. Vinc. nº 14 do STF: “É direito do defensor, no interesse do representado, ter acesso amplo aos elementos de prova que, já documentados em procedimento investigatório realizado por órgão com competência de polícia judiciária, digam respeito ao exercício do direito de defesa”.
- c) Errado, porque: nos termos da letra do art. 17 do CPP.
- d) CERTO, porque: nos termos do art. 4º do CPP e doutrina consolidada.

**Preste Atenção:**

O inquérito policial é inquisitório – não contraditório –, também é preparatório – pois serve de lastro probatório mínimo, ou seja, justa causa para a ação penal – e é presidido pela autoridade policial – Delegado de Polícia.

**109. (Escrivão de Polícia – PC/GO – UEG – 2013) A prisão temporária**

- a) poderá ser decretada pelo juiz, durante o curso do processo penal, de ofício ou a pedido do Ministério Público.
- b) possui, no caso de crimes hediondos, prazo de 30 dias, prorrogáveis por igual período em caso de extrema e comprovada necessidade.
- c) será decretada pelo juiz, durante a fase investigativa, de ofício ou a pedido da autoridade policial.
- d) poderá ser decretada pelo juiz durante o inquérito policial ou no curso do processo penal.

**GABARITO OFICIAL: B****JUSTIFICATIVA:**

- a) Errado, porque: o sistema acusatório do processo penal brasileiro impede o juiz de decretar de ofício prisão temporária – ou preventiva, pela maioria da doutrina – sem provocação da autoridade policial ou do Ministério Público.
- b) CERTO, porque: nos exatos termos do art. 2º, § 4º, da Lei nº 8.072/1990 (Lei de Crimes Hediondos).
- c) Errado, porque: conforme mencionado na alternativa “A”.
- d) Errado, porque: conforme mencionado na alternativa “A”.

**Preste Atenção:**

O examinador exigia conhecimento do candidato acerca da Lei de Crimes Hediondos, mais especificamente do art. 2º, § 4º, da Lei nº 8.072/1990: “A prisão temporária, sobre a qual dispõe a Lei nº 7.960/1989, nos crimes previstos neste artigo, terá o prazo de 30 (trinta) dias, prorrogável por igual período em caso de extrema e comprovada necessidade”.

**110. (Escrivão de Polícia – PC/GO – UEG – 2013) Segundo a Constituição Federal, a interceptação telefônica está condicionada à prévia autorização judicial, nas hipóteses e na forma que a lei estabelecer, para fins de**

- a) investigação criminal ou instrução processual penal.
- b) investigação administrativa ou cível ou instrução processual penal.
- c) instrução processual cível e penal ou investigações cíveis ou criminais.
- d) instrução processual penal ou procedimento administrativo.

**GABARITO OFICIAL: A****JUSTIFICATIVA:**

- a) CERTO, porque: nos termos do art. 5º, XII, da CF.
- b) Errado, porque: a interceptação deve ser autorizada apenas em último caso, para fins de investigação criminal ou instrução processual penal de crimes punidos com pena de reclusão.
- c) Errado, porque: nos termos do mencionado na alternativa “B”.
- d) Errado, porque: nos termos do mencionado na alternativa “B”.

**Preste Atenção:**

O examinador exigia conhecimento do art. 5º, XII, da CF: “É inviolável o sigilo da correspondência e das comunicações telegráficas, de dados e das comunicações telefônicas, salvo, no último caso, por ordem judicial, nas hipóteses e na forma que a lei estabelecer para fins de investigação criminal ou instrução processual penal”.

**111. (Escrivão de Polícia – PC/GO – UEG – 2013)** Segundo o Código de Processo Penal, a denúncia será rejeitada se

- a) faltar justa causa para o exercício da ação penal.
- b) houver classificação jurídica incorreta quanto ao crime descrito na peça acusatória.
- c) o promotor de justiça arrolar testemunhas em número superior ao previsto em lei.
- d) o promotor de justiça deixar de pedir a citação do acusado.

**GABARITO OFICIAL: A****JUSTIFICATIVA:**

- a) CERTO, porque: nos exatos termos do inc. III do art. 395 do CPP.
- b) Errado, porque: o acusado se defende dos fatos e não da capitulação jurídica, logo não houve violação ao princípio da ampla defesa.
- c) Errado, porque: tal irregularidade não tem o condão de, por si só, determinar a rejeição da denúncia.
- d) Errado, porque: tal irregularidade não tem o condão de, por si só, determinar a rejeição da denúncia.

**Preste Atenção:**

A justa da ação penal é o lastro probatório mínimo a indicar indícios suficientes de autoria e prova da materialidade delitiva, sem os quais o futuro processo (processo nasce com o recebimento judicial da denúncia ou queixa) ou mesmo o inquérito policial podem ser “trancados” – forma de encerramento anômalo, normalmente solicitada por *habeas corpus*.

**112. (Escrivão de Polícia – PC/GO – UEG – 2013)** No que concerne às provas, segundo o Código de Processo Penal, o magistrado

- a) que, durante o curso do processo ou da investigação criminal, tiver contato com as provas consideradas ilícitas ou ilegais não poderá, após declará-las inadmissíveis, preferir sentença ou acórdão.

- b) poderá ordenar, de ofício, mesmo antes de iniciada a ação penal, a produção antecipada das provas consideradas urgentes e relevantes, observando a necessidade, adequação e proporcionalidade da medida.
- c) formará sua convicção pela livre apreciação das provas e, dessa forma, poderá fundamentar sua sentença exclusivamente nos elementos informativos colhidos na fase de investigação criminal.
- d) não poderá, em face do princípio acusatório, mesmo no curso da instrução, determinar diligências de ofício para dirimir dúvida sobre ponto processual relevante.

**GABARITO OFICIAL: B****JUSTIFICATIVA:**

- a) Errado, porque: essa vedação constava do texto original da reforma processual da Lei nº 11.690/2008, mas foi vetada pelo Presidente da República; seria o § 4º do art. 157 do CPP.
- b) CERTO, porque: nos termos do art. 156, I, do CPP.
- c) Errado, porque: contrário ao texto expresso do art. 155 do CPP.
- d) Errado, porque: o juiz deve ter postura ativa na produção probatória a fim de sanar dúvidas, em busca da verdade real.

**Preste Atenção:**

O juiz deve preservar a prova, consoante art. 156, I, do CPP: “Ordenar, de ofício, mesmo antes de iniciada a ação penal, a produção antecipada das provas consideradas urgentes e relevantes, observando a necessidade, adequação e proporcionalidade da medida”.

**113. (Escrivão de Polícia – PC/GO – UEG – 2013)** Compete ao juízo criminal singular processar e julgar os crimes:

- a) contra a organização do trabalho.
- b) políticos.
- c) praticados em detrimento de bens de sociedades de economia mista.
- d) dolosos contra a vida.

**GABARITO OFICIAL: C****JUSTIFICATIVA:**

- a) Errado, porque: segundo o art. 109, VI, da CF, compete ao juízo federal.
- b) Errado, porque: segundo o art. 109, IV, da CF, compete ao juízo federal.
- c) CERTO, porque: o princípio do “silêncio eloquente” que informa o método hermenêutico, uma vez aplicado ao art. 109 da CF, conduz à conclusão de que aquilo que não foi, expressamente, contemplado, constitui omissão deliberada da norma, motivo pelo qual compete ao juízo criminal singular processar e julgar os crimes praticados em detrimento de bens de sociedades de economia mista.
- d) Errado, porque: segundo o art. 5º, XXXVIII, da CF, compete ao júri, isto é, juízes leigos.

**Preste Atenção:**

Interessante que o concursando leia atentamente as hipóteses do art. 109 da CF (competência da justiça federal), lembrando que, no caso de crime político, o recurso ordinário será endereçado diretamente ao STF (art. 102, II, b, da CF).

- 114. (Escrivão de Polícia – PC/GO – UEG – 2013)** Segundo o Código de Processo Penal, a citação será por
- a) carta registrada, em regra, com aviso de recebimento.
  - b) carta precatória, se o réu estiver no estrangeiro, em lugar sabido.
  - c) edital, quando o réu estiver preso na unidade da federação em que o juiz exerce sua jurisdição.
  - d) edital, no prazo de 15 dias, se o réu não for encontrado.

**GABARITO OFICIAL: D****JUSTIFICATIVA:**

- a) Errado, porque: esta forma de citação não é aceita no processo penal. A regra está no art. 351 do CPP: “A citação inicial far-se-á por mandado, quando o réu estiver no território sujeito à jurisdição do juiz que a houver ordenado”.
- b) Errado, porque: neste caso, o correto é a expedição de carta rogatória, nos termos do art. 369 do CPP.
- c) Errado, porque: neste caso a citação é feita pessoalmente, conforme predica o art. 360 do CPP “se o réu estiver preso, será pessoalmente citado”.
- d) CERTO, porque: nos termos dos arts. 361 e 363, § 1º, do CPP.

**Preste Atenção:**

Dicção do art. 361 do CPP: “Se o réu não for encontrado, será citado por edital, com o prazo de 15 dias”, lembrando que a citação por edital, caso o réu não compareça a juízo, enseja suspensão do processo, juntamente com a suspensão da prescrição penal – art. 366 do CPP.

- 115. (Delegado de Polícia – PC/PA – UEPA – 2013)** De acordo com a Lei de Execução Penal é correto afirmar que:
- a) indivíduo que tenha sido condenado, em processos distintos, a duas penas privativas de liberdade em regime inicial semiaberto, pode iniciar a execução em regime fechado, se o somatório das penas importar em valor incompatível com esse regime.
  - b) a inclusão do apenado no regime aberto depende da comprovação de que o mesmo já está trabalhando, porque deve comprovar a capacidade prévia de sustentar-se por meios lícitos.
  - c) a regressão de regime pode ser imposta ao apenado que, no curso da execução, seja condenado, por sentença transitada em julgado, pela prática de crime doloso ou, nos termos do regulamento da casa penal, da prática de falta grave.
  - d) o regime disciplinar diferenciado pode ser imposto tanto ao condenado quanto ao preso provisório, tendo como fundamento a prática de qualquer crime doloso, porque todos os crimes dolosos constituem faltas graves.
  - e) razões de segurança ou disciplinares autorizam o diretor do estabelecimento penal a suspender ou restringir certos direitos do preso, dentre eles o de receber visitas íntimas, mas não pode ser suspenso o direito às visitas normais dos familiares, porque essa é uma condição básica de ressocialização.

**GABARITO OFICIAL: A****JUSTIFICATIVA:**

- a) CERTO, porque: na esteira do art. 111 da Lei de Execuções Penal c/c o art. 33 § 2º, a, do CP.

- b) Errado, porque: na realidade, deve estar trabalhando ou comprovar a possibilidade de trabalhar imediatamente, vide art. 114 da Lei de Execuções Penais: “Somente poderá ingressar no regime aberto o condenado que:” inciso I “estiver trabalhando *ou comprovar a possibilidade de fazê-lo imediatamente*”.
- c) Errado, porque: aplica-se, neste caso, o art. 118 da Lei de Execuções Penais: “A execução da pena privativa de liberdade ficará sujeita à forma regressiva, com a transferência para qualquer dos regimes mais rigorosos, quando o condenado:” inciso I: “**praticar fato definido como crime doloso** ou falta grave”; inciso II: “sofrer condenação, por crime anterior, cuja pena, somada ao restante da pena em execução, torne incabível o regime”.
- d) Errado, porque: a intenção do legislador, neste caso, é isolar membros de facções criminosas, veja art. 52, §§ 1º e 2º, da Lei de Execuções Penais: “O regime disciplinar diferenciado também poderá abrigar presos provisórios ou condenados, nacionais ou estrangeiros, que **apresentem alto risco para a ordem e a segurança do estabelecimento penal ou da sociedade.**” § 2º “Estará igualmente sujeito ao regime disciplinar diferenciado o preso provisório ou o condenado **sob o qual recaiam fundadas suspeitas de envolvimento ou participação, a qualquer título, em organizações criminosas, quadrilha ou bando.**”.
- e) Errado, porque: a visita dos familiares também pode ser restringida, nos termos da letra do art. 41 da Lei de Execuções Penais: “Constituem direitos do preso:” inciso V: “proporcionalidade na distribuição do tempo para o trabalho, o descanso e a recreação”; inciso X: “**visita do cônjuge, da companheira, de parentes e amigos em dias determinados**”; inciso XV: “contato com o mundo exterior por meio de correspondência escrita, da leitura e de outros meios de informação que não comprometam a moral e os bons costumes”. Parágrafo único: “**Os direitos previstos nos incisos V, X e XV poderão ser suspensos ou restringidos mediante ato motivado do diretor do estabelecimento**”.



### Preste Atenção:

Na fase de execução penal, a pena deve ser individualizada para o executado. Considerando-se o montante global da constrição de liberdade, é o que se chama “unificação de penas”. Já não importa mais de qual processo adveio dada pena, mas a soma das penas privativas de liberdade, descontadas a remição (a cada três dias de trabalho desconta-se um dia de pena) e outra detrações (ex – antecipação de cumprimento de pena em virtude de prisão cautelar na sede da Delegacia de Polícia). Observe a letra do art. 111 da Lei de Execuções Penais: “Quando houver condenação por mais de um crime, no mesmo processo ou em processos distintos, **a determinação do regime de cumprimento será feita pelo resultado da soma ou unificação das penas**, observada, quando for o caso, a detração ou remição”.

**116. (Delegado de Polícia – PC/PA – UEPA – 2013)** Sobre a eficácia da lei processual penal é correto afirmar que:

- a) se trabalhadores são aliciados no Município de Guaribas (Piauí) e reduzidos à condição análoga à de escravo em uma fazenda de Redenção (Pará), considera-se o crime praticado exclusivamente no Pará, porquanto foi onde se deu o ataque ao bem jurídico tutelado.
- b) homem flagrado dirigindo veículo automotor sob embriaguez intensa não pode ser preso nem processado no Brasil, caso se comprove a sua condição de diplomata de outro país, em exercício no Brasil.

- c) uma lei que reduza o prazo para a interposição de recurso não pode ser aplicada aos processos em andamento, haja vista que, em se tratando de norma mais gravosa, não pode retroagir para alcançar processos iniciados antes de sua vigência.
- d) deputado federal que acabou de alvejar, dolosamente, com dois tiros a própria esposa não pode ser preso em flagrante porque a imunidade parlamentar de que goza só permite a prisão após autorização da casa legislativa a que sirva.
- e) a superveniência de lei alterando o procedimento da ação penal surte efeitos imediatos sobre os processos em andamento, determinando a renovação dos atos já praticados que com ela sejam incompatíveis.

### GABARITO OFICIAL: B

#### JUSTIFICATIVA:

- a) Errado, porque: o crime descrito é entendido pela doutrina como crime permanente e, como tal, aplica-se o art. 303 do CPP: “nas infrações permanentes, entende-se o agente em flagrante delito enquanto não cessar a permanência”, sempre lembrando a incidência da prevenção, conforme art. 71 do CPP: “tratando-se de infração continuada ou permanente, praticada em território de duas ou mais jurisdições, a competência firmar-se-á pela prevenção”).
- b) CERTO, porque: a Convenção de Viena, ratificada pelo Brasil, confere ao diplomata imunidade plena – por crimes comuns e funcionais –, o que não se confunde com impunidade, pois será ele processado em seu país de origem.
- c) Errado, porque: a lei processual penal segue o princípio do “tempus regit actum”, incidindo imediatamente, ainda que mais gravosa ao réu, consoante dicção expressa do art. 2º do CPP.
- d) Errado, porque: neste caso, poderá ser preso em flagrante delito, pois trata-se de crime inafiançável, cabendo à Casa Legislativa a qual pertence o parlamentar deliberar acerca de sua prisão por maioria de seus membros – art. 53, § 2º, da CF).
- e) Errado, porque: respeitam-se os atos já praticados, consoante dicção do art. 2º do CPP: “a lei processual penal aplicar-se-á desde logo, sem prejuízo da validade dos atos realizados sob a vigência da lei anterior”.



#### Preste Atenção:

Pela Convenção de Viena, ratificada pelo Brasil, os diplomatas gozam de imunidade penal e processual penal. Isso não quer dizer que o crime cometido no Brasil não será investigado e punido, mas tal circunstância se dará conforme normas do país de origem do diplomata e naquele país. Tal princípio homenageia a soberania do país estrangeiro, lembrando sempre a reciprocidade em relação aos diplomatas brasileiros nos exterior. O diplomata é o representante do Estado estrangeiro, ou seja, ele defende interesses estatais, daí sua imunidade ser extensível a qualquer crime, ainda que não haja nexos causal com o exercício da profissão (diferente do que ocorre com o Cônsul).

- 117. (Delegado de Polícia – PC/PA – UEPA – 2013)** A jurisdição — função de Estado — se materializa, condiciona e limita pela competência, que define previamente a atuação do órgão jurisdicional a partir de critérios de especialização da justiça, distribuição territorial e divisão de serviço, fundados em normas constitucionais e legais. De acordo com essas normas:

I. A nulidade decorrente de incompetência absoluta pode ser suscitada mesmo após o trânsito em julgado da sentença, condenatória ou absolutória, porque não se pode emprestar legalidade a um ato que violou frontalmente as regras aplicáveis à matéria.

II. A definição de competência segue uma sequência lógica, que começa fixando a competência de justiça para, em seguida, estabelecer o âmbito territorial. Quanto a este, também há uma preferência: o lugar da infração prepondera sobre o domicílio ou residência do réu.

III. A conexão processual conduz à prevalência do juízo mais especializado. Por conseguinte, compete à Justiça Militar julgar os crimes comuns praticados em conexão com crimes militares.

IV. A competência absoluta se origina em norma constitucional, de ordem pública e por isso indisponível pelas partes, cuja violação acarreta em nulidade absoluta. Todavia, decisão proferida por juiz absolutamente incompetente reclama novo pronunciamento judicial para sua desconstituição.

V. Órgão jurisdicional de primeiro grau que conheceu de *habeas corpus* contra ato ilegal atribuído a delegado de polícia não se torna prevento para conhecer de ação penal futura, pelos mesmos fatos. A alternativa que contem todas as afirmativas corretas é:

- a) I, II e IV
- b) I, IV e V
- c) II, III e IV
- d) II, IV e V

#### GABARITO OFICIAL: D

#### JUSTIFICATIVA:

- a) Errado, porque: a assertiva I não condiz com a realidade; isto porque a nulidade, ainda que absoluta, não pode anular processo em que o réu foi absolvido, pois violar-se-ia o princípio da vedação da *reformatio in pejus*.
- b) Errado, porque: a assertiva I não condiz com a realidade; isto porque a nulidade, ainda que absoluta, não pode anular processo em que o réu foi absolvido, pois violar-se-ia o princípio da vedação da *reformatio in pejus*.
- c) Errado, porque: a assertiva III não condiz com a realidade; esta é uma exceção expressa na reunião dos processos, para julgamento conjunto, a fim de evitar decisões contraditórias, conforme art. 79 do CPP “A conexão e a continência importarão unidade de processo e julgamento, salvo:” inciso I – “no concurso entre a jurisdição comum e a militar”.
- d) CERTO, porque: efetuando raciocínio de exclusão, as assertivas I e III estão equivocadas pelas razões expostas anteriormente.



#### Preste Atenção:

Conheça as regras de competência descritas no art. 69 e seguintes do CPP. A divisão estampada na assertiva II é verdadeira. Ademais, a competência absoluta advém de norma constitucional, a proteger a ordem pública, daí poder ser alegada em qualquer momento ou grau de jurisdição por novo pronunciamento judicial, ressalvada a hipótese de *reformatio in pejus*. Veja jurisprudência do STJ nesse sentido: *HABEAS CORPUS. SENTENÇA ABSOLUTÓRIA PROFERIDA POR JUIZ ABSOLUTAMENTE INCOMPETENTE. OCORRÊNCIA DE TRÂNSITO EM*

JULGADO. NE REFORMATIO INPEJUS. ORDEM CONCEDIDA. 1. De acordo com a jurisprudência deste Superior Tribunal de Justiça, a declaração de incompetência absoluta do Juízo se enquadra nas hipóteses de nulidade absoluta do processo. Todavia, a sentença prolatada por juiz absolutamente incompetente, embora nula, após transitar em julgado, pode acarretar o efeito de tornar definitiva a absolvição do acusado, uma vez que, apesar de eivada de nulidade, tem como consequência a proibição da reformatio in pejus. 2. O princípio ne reformatio in pejus, apesar de não possuir caráter constitucional, faz parte do ordenamento jurídico complementando o rol dos direitos e garantias individuais já previstos na Constituição Federal, cuja interpretação sistemática permite a *conclusão de que a Magna Carta impõe a preponderância do direito a liberdade sobre o Juiz natural*. Assim, **somente se admite que este último – princípio do juiz natural – seja invocado em favor do réu, nunca em seu prejuízo**. 3. Sob essa ótica, portanto, **ainda que a nulidade seja de ordem absoluta, eventual reapreciação da matéria, não poderá de modo algum ser prejudicial ao paciente, isto é, a sua liberdade**. Não se trata de vinculação de uma esfera a outra, mas apenas de limitação principiológica. (STJ – HC: 146208 PB 2009/0170960-4, Relator: Min. Haroldo Rodrigues (Desembargador convocado do TJ/CE), j. 4-11-2010, 6ª T., *DJe* 16-5-2011).

**118. (Delegado de Polícia – PC/PA – UEPA – 2013)** Sobre inquérito policial, é correto afirmar que:

- a) a prerrogativa do Ministério Público de oferecer denúncia sem prévia instauração de inquérito implica, logicamente, que ao promotor de justiça é dado presidir o inquérito instaurado a partir de sua própria requisição.
- b) a recusa não fundamentada, por parte do delegado presidente, a diligências requeridas pelo defensor do indiciado implica em nulidade do inquérito, passível de correção por *habeas corpus*.
- c) delegado que tomou conhecimento através de um programa de rádio da existência de um cadáver em via pública pode determinar, por portaria, a instauração de inquérito, independentemente de provocação dos interessados ou de requisição do judiciário ou do Ministério Público.
- d) delegado pode recusar-se a instaurar inquérito requisitado por promotor de justiça, para apuração de crime de ação privada, caso a requisição não se faça acompanhar de requerimento do ofendido.
- e) na cena do crime, o delegado deve apreender todos os objetos úteis à elucidação dos fatos, exceto aqueles que, sendo coisas lícitas, sejam reivindicadas pelos proprietários ou possuidores de boa fé.

#### GABARITO OFICIAL: C

#### JUSTIFICATIVA:

- a) Dúvida: tal disposição não consta do CPP e a famigerada “teoria dos poderes implícitos” poderia conduzir a esta conclusão, embora sua aplicação seja um “estrangeirismo” que os candidatos à vaga em carreiras policiais devem evitar encampar.
- b) Errado, porque: a discricionariedade da Autoridade Policial com relação às diligências investigativas é tônica do Inquérito Policial, conforme art. 14 do CPP.
- c) CERTO, porque: a atividade do Delegado de Polícia se pauta pelo princípio da obrigatoriedade, sendo integrante do Poder Executivo e, como tal, uma de suas tarefas é executar a lei sem necessidade de provocação, na esteira do princípio administrativo da autotutela.

- d) **Dúvida:** em verdade esta questão está correta, mesmo o poder requisitório deve observar a lei, até porque requisição, intrinsecamente, quer dizer “ordem baseada na lei”, ou seja, se a requisição for manifestamente ilegal é obrigação do Delegado de Polícia se opor, isto é, não cumprir. Na hipótese descrita na assertiva a requisição parece estar eivada, irremediavelmente, de ilegalidade, pois fere a letra do art. 5º, § 5º, do CPP: “Nos crimes de ação privada, a autoridade policial somente poderá proceder a inquérito a requerimento de quem tenha qualidade para intentá-la”.
- e) **Errado,** porque: no caso aventado, o delegado deve apreender os objetos, encaminhá-los à perícia técnica e, após a confecção do laudo pericial, poderá depositá-los ou entregá-los aos legítimos proprietários, caso não haja mais interesse para a investigação.



### Preste Atenção:

Esta questão foi anulada pela banca que organizou o concurso, pois embora tenha sido selecionada a alternativa *c* como correta, poder-se-ia assinalar, também, com fulcro nas razões expostas anteriormente, a alternativa *d* e até mesmo a alternativa “a”, acaso adotadas algumas teses doutrinárias voltadas à teoria dos poderes implícitos do Ministério Público.

**119. (Escriturário – Investigador – PC/PA – UEPA – 2013)** Sobre inquérito policial, é correto afirmar que:

- comparecer ao local do crime, para garantir a sua integridade, e apreender objetos que tenham relação com o fato, são atribuições do delegado de polícia civil, que não podem ser executadas por investigadores.
- uma vez determinado o arquivamento do inquérito pelo juiz competente, a autoridade policial não pode empreender novas investigações sobre o mesmo fato, a menos que seja requisitada para fazê-lo pelo Ministério Público.
- se o recomendarem as circunstâncias do caso, o juiz pode determinar a incomunicabilidade do indiciado, por até três dias, quando o mesmo não poderá manter contato com familiares, advogados ou terceiros, a fim de prevenir a perda de provas ou influências sobre testemunhas.
- tanto o acusado quanto o suposto ofendido pelo crime podem requerer diligências para elucidação dos fatos, à autoridade policial, mas esta tem liberdade para deferir ou não os pedidos, sem que se possa falar em nulidades.
- investigadores de polícia não podem participar da reconstituição do crime, para prevenir o risco de que os fatos sejam apurados de acordo com a linha investigativa que estiver sendo desenvolvida no momento.

### GABARITO OFICIAL: D

#### JUSTIFICATIVA:

- Errado,** porque: os investigadores de polícia possuem a incumbência funcional de auxiliar nas diligências e na elucidação do fato criminoso, sendo altamente recomendável que acompanhem o Delegado de Polícia no sítio delitivo, com o fito de angariar evidências da autoria e materialidade delitivas.
- Errado,** porque: há dicção expressa do art. 18 do CPP: “Depois de ordenado o arquivamento do inquérito pela autoridade judiciária, por falta de base para a denúncia, a autoridade policial poderá proceder a novas pesquisas, se de outras provas tiver notícia”.
- Errado,** porque: a incomunicabilidade não se estenderá ao advogado por expressa dicção legal: art. 21, parágrafo único, CPP: “A incomunicabilidade, que não excederá de três dias, será decretada por despacho fundamentado do Juiz, a requerimento da autoridade policial, ou do órgão do Ministério Público, respeitado, em qualquer hipótese, o disposto no art. 89, inciso III, do

Estatuto da Ordem dos Advogados do Brasil, o qual remete, atualmente, ao art. 7º, inciso III, da Lei nº 8.906/1994 (novel Estatuto da Ordem dos Advogados do Brasil que revogou, expressamente, em seu art. 87, a Lei nº 4.215/1963, cuja referência ainda persiste no art. 21 do CPP) a saber: “art. 7º são direitos do advogado; (...) III – comunicar-se com seus clientes, pessoal e reservadamente, mesmo sem procuração, quando estes se acharem presos, detidos ou recolhidos em estabelecimentos civis ou militares, ainda que considerados incomunicáveis”.

- d) CERTO, porque: na esteira do art. 14 do CPP e prégica doutrinária de que as eventuais irregularidades atinentes ao IP não maculam o processo judicial concebido a partir dele.
- e) Errado, porque: tudo que disser respeito à elucidação do fato, busca de evidências e persecução da verdade real investigatória deve ser acompanhada, de perto, pelos Investigadores de Polícia, pois estas são suas funções precípua.



### Preste Atenção:

O examinador buscava saber se o candidato conhecia a característica da inquisitorialidade afeta ao Inquérito Policial, consoante dicção expressa do art. 14 do CPP: “O ofendido, ou seu representante legal, e o indiciado poderão requerer qualquer diligência, que será realizada, ou não, a juízo da autoridade”.

**120. (Escriturário – Investigador – PC/PA – UEPA – 2013)** A disciplina legal do *habeas corpus* no Brasil permite afirmar que:

I. A concessão da ordem de *habeas corpus* deve ser pedida pela parte prejudicada ou até mesmo pelo Ministério Público, não se admitindo todavia a concessão de ofício pela autoridade judiciária.

II. O constrangimento ilegal por tempo de prisão superior ao que a lei permite não pode ser alegado quando foi o próprio preso que, tendo pedido diligências, contribuiu para a demora no encerramento do inquérito ou ação penal.

III. Apesar de previsto no Código de Processo Penal como recurso, o *habeas corpus* é uma ação constitucional autônoma, que não admite produção de provas nem exame aprofundado de fatos.

IV. Prisão em flagrante realizada pela autoridade policial enseja *habeas corpus* ao juiz de primeira instância, tendo como autoridade coatora o delegado de polícia, mas se o flagrante for homologado por juiz, este se torna a autoridade coatora e o *habeas corpus* deverá ser impetrado perante o tribunal.

A alternativa que contém todas as afirmativas corretas é:

- a) I, II e III  
 b) I, II e IV  
 c) II e III  
 d) II, III e IV  
 e) III e IV

### GABARITO OFICIAL: E

#### JUSTIFICATIVA:

a) Errado, porque: as assertivas I e II estão erradas. A assertiva I porque admite-se, sim, o *habeas corpus* de ofício, consoante art. 654, § 2º, do CPP – “os juízes e tribunais tem competência para expedir de ofício ordem de *habeas corpus*, quando no curso do processo verificarem que alguém sofre ou está na iminência de sofrer coação ilegal”; já a assertiva II está errada porque o art. 648 do CPP, em seu inciso II, deixa claro que existe, sim, constrangimento ilegal no caso de prisão por mais tempo que a lei determina.

- b) Errado, porque: as assertivas I e II estão erradas. A assertiva I porque admite-se, sim, o *habeas corpus* de ofício, consoante art. 654, § 2º, CPP – “os juízes e tribunais tem competência para expedir de ofício ordem de *habeas corpus*, quando no curso do processo verificarem que alguém sofre ou está na iminência de sofrer coação ilegal”; já a assertiva II está errada porque o art. 648 do CPP, em seu inciso II, deixa claro que existe, sim, constrangimento ilegal no caso de prisão por mais tempo que a lei determina.
- c) Errado, porque: a assertiva II está incorreta, uma vez que o art. 648, II, do CPP deixa claro que existe, sim, constrangimento ilegal no caso de prisão por mais tempo que a lei determina.
- d) Errado, porque: a assertiva II está incorreta, uma vez que o art. 648, II, do CPP deixa claro que existe, sim, constrangimento ilegal no caso de prisão por mais tempo que a lei determina.
- e) CERTO, porque: na esteira da natureza intrínseca ao *habeas corpus* (e não de sua tipificação topológica no Código de Processo Penal) e respeito ao conceito de “autoridade coatora”, sempre lembrando que a última autoridade – policial ou judiciária – a decidir ou cancelar a prisão constituirá polo passivo do remédio constitucional (neste caso, *habeas corpus*).



### Preste Atenção:

O *habeas corpus* tem natureza de ação impugnativa autônoma, pela quase unanimidade da doutrina, pois inaugura processo novo, sendo que o debate se cinge à matéria de direito, não se autorizando reapreciação das provas, lembrando a hipótese da teratologia jurídica (situação claramente incompatível com a prova dos autos) que pode ser sanada pela via estreita do *habeas corpus*. Ademais, o auto de flagrante delito é documento legal confeccionado, *prima facie*, pelo Delegado de Polícia que será autoridade coatora numa eventual impetração de *habeas corpus*. Ocorre que, se houver homologação judicial e a constrição de liberdade persistir, isto significa, hoje, que houve conversão do flagrante em prisão preventiva, modalidade distinta de constrição ambulatorial, sendo o juiz, neste caso, a autoridade coatora para constar no polo passivo de eventual *habeas corpus*. Logo, as assertivas III e IV estão corretas.

**121. (Escriturário – Investigador – PC/PA – UEPA – 2013)** Considera-se juízo competente para processar a ação penal:

- a) o juiz de Brasília, nos casos de crime praticado fora do país, se o réu nunca houver residido no Brasil.
- b) o juiz do domicílio ou residência do réu, com preferência sobre outros critérios definidores de competência. c) o do tribunal do júri, na hipótese de réu denunciado por tentativa de homicídio quando, na fase de pronúncia, tenha havido desclassificação para lesão corporal grave.
- d) no caso de uma criança sequestrada em Belém e mantida em cativeiro em Maracanã, o juiz do local onde a criança seja encontrada pela autoridade policial.
- e) o juiz da capital do Estado, nas hipóteses de crime atribuído a indivíduo que jamais morou no território estadual.

### GABARITO OFICIAL: A

#### JUSTIFICATIVA:

- a) CERTO, porque: na exata dicção do art. 88, *in fine*, do CPP.
- b) Errado, porque: o art. 70 do CPP traz a regra que é do lugar onde se consumou a infração ou de onde ocorreu o último ato de execução em caso de tentativa.
- c) Errado, porque: neste caso, o juiz remeterá os autos ao magistrado competente para julgar – art. 74, § 3º, do CPP, lembrando que, com a reforma processual promovida em 2008, a remição

indicada no art. 74, § 3º, do CPP, deve ser realizada com o art. 419 do CPP e não mais com o art. 410 do CPP, cuja redação restou alterada.

- d) Errado, porque: neste caso, a competência se firmará pela prevenção, consoante art. 71 do CPP por se tratar de delito permanente.
- e) Errado, porque: novamente se aplica o critério da prevenção por expressa dicção legal, vide art. 70, § 3º, do CPP: “Quando incerto o limite territorial entre duas ou mais jurisdições, ou quando incerta a jurisdição por ter sido a infração consumada ou tentada nas divisas de duas ou mais jurisdições, a competência firmar-se-á pela prevenção”.



### Preste Atenção:

O examinador exigia do candidato conhecimento acerca do art. 88 do CPP: “No processo por crimes praticados fora do território brasileiro, será competente o juízo da Capital do Estado onde houver por último residido o acusado. Se este nunca tiver residido no Brasil, será competente o juízo da **Capital da República**”.

**122. (Escriturário – Investigador – PC/PA – UEPA – 2013)** Marque, dentre as opções a seguir, a **ÚNICA** que **NÃO** configura uma situação provável de flagrante delito.

- a) Autor de roubo ocorrido na noite de sábado, que não chegou a ser perseguido mas foi encontrado casualmente na rua e reconhecido pela vítima na manhã do dia seguinte.
- b) Indivíduo encontrado dirigindo um automóvel furtado meia hora antes, que gerou um chamado à Polícia Militar através do serviço 190.
- c) Autor de estupro encontrado saindo do local onde praticou a violência sexual minutos antes.
- d) Indivíduo encontrado com uma faca suja de sangue a poucos metros de local onde uma pessoa acabou de ser morta a facadas.
- e) Indivíduo que, em perseguição a pessoa que pretendia matar, caminha em via pública exibindo arma de fogo.

### GABARITO OFICIAL: A

#### JUSTIFICATIVA:

- a) CERTO, porque: pois para que o “encontro fortuito” possa gerar flagrante presumido é necessária a posse de objetos, instrumentos ou quaisquer itens que induzam à conclusão de ser o abordado autor do crime, sempre dentro de lapso temporal razoável.
- b) Errado, porque: há uma hipótese de flagrante presumido, nos termos do art. 302, IV, do CPP, pois o agente foi encontrado logo depois com a “res furtiva”, o que faz presumir ser ele o autor do delito.
- c) Errado, porque: há uma hipótese de flagrante próprio, nos termos do art. 302, II, do CPP, pois o agente acabou de cometer o crime.
- d) Errado, porque: há uma hipótese de flagrante presumido, nos termos do art. 302, IV, do CPP, pois o agente foi encontrado logo depois com o instrumento do crime, o que faz presumir ser ele o autor do delito.
- e) Errado, porque: há uma hipótese de flagrante delito de homicídio combinado com a tentativa, nos termos do art. 14, II, do CP, pois ele pode ser impedido por qualquer do povo – sendo dever das autoridades e agentes policiais – o que acarretará na não consumação por circunstâncias alheias à sua vontade.

**Preste Atenção:**

Neste caso, o encontro, logo depois, não pode ser considerado hipótese flagrancial presumida, diante da dicção do art. 302, IV, do CPP (“é encontrado, logo depois, com instrumentos, armas, objetos ou papéis que façam presumir ser ele autor da infração”). Perceba que no caso proposto, o autor do crime de roubo foi encontrado “casualmente”, sem a posse de quaisquer itens elencados na lei. Isto quer dizer que não existe flagrante delito, mas a Autoridade Policial pode representar pela prisão temporária. Observe que o art. 302, III, do CPP traz o “logo após” – flagrante impróprio – e o art. 302, IV, do CPP traz o “logo depois” – flagrante presumido –, mas não há prazo delimitado na lei, sendo completamente equivocado falar em 24 horas.

**123. (Escriturário – Investigador – PC/PA – UEPA – 2013)** As disposições constantes do Código de Processo Penal acerca de exame de corpo de delito e perícias em geral permitem que se afirme o seguinte:

- a) fica dispensado o exame de corpo de delito para provar a materialidade da lesão corporal se o acusado confessa haver agredido a vítima.
- b) no caso de lesão corporal que enseje incapacidade para as ocupações habituais por mais de trinta dias, a ausência de perícia complementar não pode ser suprida por prova testemunhal.
- c) uma vez juntados aos autos os resultados das perícias, o juiz não poderá decidir em contrariedade a eles, porque se trata de prova técnica.
- d) entende-se, atualmente, que laudo pericial subscrito por um único perito é perfeitamente válido, porque os recursos científicos estão mais desenvolvidos.
- e) nas perícias laboratoriais, é obrigatório guardar material suficiente para ser usada como contraprova, sendo que a ausência de material pode ensejar a nulidade da perícia.

**GABARITO OFICIAL: E****JUSTIFICATIVA:**

- a) Errado, porque: nos crimes que deixam vestígio será indispensável o exame de corpo de delito – art. 158 do CPP.
- b) Dúvida: existe a dispensa legal do exame complementar suprindo-o por prova testemunhal – art. 168, § 3º, do CPP – mas neste caso de lesão corporal grave que gera incapacidade para ocupações habituais por mais de 30 dias é importante a confecção de laudo complementar, sendo sua ausência, para alguns doutrinadores, motivo para não considerar a lesão corporal como grave, desclassificando a tipificação para a figura básica do *caput* do art. 129 do CP.
- c) Errado, porque: o juiz é o “perito dos peritos”, aplicando-se o art. 182 do CPP: “o juiz não fica adstrito ao laudo, podendo aceitá-lo ou rejeitá-lo, no todo ou em parte”.
- d) Dúvida: assertiva parece estar correta, mas não pela justificativa dada, mas sim pela letra do art. 159 do CPP: “o exame de corpo de delito e outras perícias serão realizados por perito oficial, portador de diploma de curso superior”.
- e) CERTO, porque: na esteira do art. 170 do CPP e princípio do contraditório – ainda que diferido – e da ampla defesa.

**Preste Atenção:**

Esta questão foi anulada pela banca que organizou o concurso, pois embora tenha sido considerada correta a alternativa *e*, seria possível assinalar a alternativa *d e*, até mesmo, a alternativa *b* se adotada a tese doutrinária explanada anteriormente.

- 124. (Delegado de Polícia – PC/BA – CESPE – 2013)** A autoridade policial deve promover as diligências para o devido esclarecimento dos fatos lesivos a algum direito. Essa averiguação deve ser baseada em procedimentos de demonstração, os quais dependem da natureza dos fatos. Com relação a esse assunto, julgue os itens a seguir.

No foro penal, o relatório do médico perito, denominado laudo pericial médico-legal, somente poderá ser solicitado pela autoridade competente até o momento da sentença.

( ) Certo                      ( ) Errado

**GABARITO OFICIAL: ERRADO****JUSTIFICATIVA:**

ERRADO, porque: no foro penal o perito pode ser chamado a intervir em qualquer fase do processo, prova disso é a superveniência de doença mental no curso da execução penal, circunstância que só pode ser constatada por meio de perícia de insanidade mental, veja art. 682 do CPP: “o sentenciado a que sobrevier doença mental, verificada por perícia médica, será internado em manicômio judiciário, ou, à falta, em outro estabelecimento adequado, onde lhe seja assegurada a custódia”.

- 125. (Delegado de Polícia – PC/BA – CESPE – 2013)** Caso haja contradição entre os depoimentos das testemunhas, as confissões dos acusados e as conclusões técnicas dos peritos, o testemunho das pessoas envolvidas, quando estas estiverem sob juramento, deve prevalecer sobre as conclusões técnicas dos peritos.

( ) Certo                      ( ) Errado

**GABARITO OFICIAL: ERRADO****JUSTIFICATIVA:**

ERRADO, porque: o princípio que informa, como regra, a apreciação judicial das provas é o da persuasão racional, pelo qual o magistrado deve valorar as provas dentro do conjunto probatório produzido, sem que haja hierarquia entre os tipos de provas, sendo absolutamente imprescindível a fundamentação da decisão, sob pena de nulidade. A ideia inserida nesse princípio é a de que o magistrado tem liberdade para aplicar o direito ao caso concreto (“*juris*”: direito; “*dictio*”: dizer), função típica, atribuída constitucionalmente, ao Poder Judiciário. Logo, não há que se falar que a prova pericial é menos “valiosa” que a testemunhal ou vice-versa, tudo depende do contexto no qual os fatos estão permeados e das provas produzidas.

- 126. (Delegado de Polícia – PC/BA – CESPE – 2013)** Os técnicos especializados encarregados de realizar o exame dos vestígios materiais relacionados ao fato jurídico são denominados peritos; caso sejam remunerados pelo Estado, serão denominados peritos oficiais.

( ) Certo                      ( ) Errado

**GABARITO OFICIAL: ERRADO**

**JUSTIFICATIVA:**

ERRADO, porque: o examinador exigia conhecimento do art. 2º da Lei nº 12.030/2009, a saber: “No exercício da atividade de perícia oficial de natureza criminal, é assegurado autonomia técnica, científica e funcional, exigido concurso público, com formação acadêmica específica, para o provimento do cargo de perito oficial.”. Ou seja, a diferença entre perito oficial e não oficial não é quem o remunera, até porque depois que os peritos não oficiais são convocados para atuar, na ausência de peritos oficiais, a sua remuneração é paga pelo Estado. A diferença está, exatamente, na condição perene ou transitória do exercício da função pericial.

- 127. (Delegado de Polícia – PC/BA – CESPE – 2013)** Suponha que em naufrágio de embarcação de grande porte, tenha havido tombamento das cabines e demais dependências, antes da evacuação da embarcação e resgate dos passageiros e, em razão desse fato, os sobreviventes tenham sofrido diversos tipos de lesões corporais e centenas tenham morrido por politraumatismo e afogamento. Com base nessa situação hipotética, julgue os itens seguintes, de acordo com a legislação brasileira.

Caso seja comprovada imperícia, negligência ou imprudência da tripulação, esta poderá responder judicialmente pelo crime de homicídio em relação às mortes ocorridas no naufrágio.

( ) Certo                      ( ) Errado

**GABARITO OFICIAL: CERTO****JUSTIFICATIVA:**

CERTO, porque: a relação de causalidade está no art. 13 do CP (“O resultado, de que depende a existência do crime, somente é imputável a quem lhe deu causa. Considera-se causa a ação ou omissão sem a qual o resultado não teria ocorrido”). Neste caso, se houve lesões e mortes ocasionadas por imperícia, negligência ou imprudência, a tripulação da embarcação responderá pela responsabilidade subjetiva decorrente da conduta, ainda que omissiva, e do resultado causado.

- 128. (Delegado de Polícia – PC/BA – CESPE – 2013)** Se, durante o tumulto, determinada pessoa, caída ao chão, tenha sido pisoteada, e, não tendo apresentado nenhuma seqüela da fratura ou do trauma, tenha se recuperado totalmente em sessenta dias, as lesões decorrentes do pisoteamento devem ser consideradas de natureza leve.

( ) Certo                      ( ) Errado

**GABARITO OFICIAL: ERRADO (ANULADA)****JUSTIFICATIVA:**

Esta questão foi anulada pela banca que organizou o concurso – verifique que a questão não deixa claro se a pessoa “pisoteada” ficou mais de 30 dias sem realizar atividades habituais – circunstância que suscita lesão corporal de natureza grave – ou se se submeteu a exame de corpo de delito complementar – formalidade legal absolutamente imprescindível para o reconhecimento da lesão corporal grave nos casos do art. 129, § 1º, I, do CP. O gabarito inicial considerou a assertiva INCORRETA exatamente porque, diante do exame de corpo de delito complementar, poder-se-ia cogitar de lesão corporal grave, mas a falta de informações deu azo à anulação.

**129. (Delegado de Polícia – PC/BA – CESPE – 2013)** Acerca da parte geral do direito penal e seus Institutos, julgue os itens seguintes.

Considere que Joana, penalmente imputável, tenha determinado a Francisco, também imputável, que desse uma surra em Maria e que Francisco, por questões pessoais, tenha matado Maria. Nessa situação, Francisco e Joana deverão responder pela prática do delito de homicídio, podendo Joana beneficiar-se de causa de diminuição de pena.

( ) Certo            ( ) Errado

---

**GABARITO OFICIAL: ERRADO**

---

**JUSTIFICATIVA:**

ERRADO, porque: neste caso, não houve coação moral irresistível. Ou seja, Francisco, maior e capaz, tinha consciência do caráter ilícito do fato e, mesmo assim, executou sua vontade livre e desimpedida de matar a vítima. Joana, que sugeriu lesão corporal, responderá pelas penas a cominadas no art. 129 do CP, com aumento de até a metade se o resultado fosse previsível (art. 29, § 2º, do CP). A seu turno, Francisco responderá por homicídio consumado (art. 121 do CP).

**130. (Delegado de Polícia – PC/BA – CESPE – 2013)** Tanto a conduta do agente que age imprudentemente, por desconhecimento invencível de algum elemento do tipo quanto a conduta do agente que age acreditando estar autorizado a fazê-lo ensejam como consequência a exclusão do dolo e, por conseguinte, a do próprio crime.

( ) Certo            ( ) Errado

---

**GABARITO OFICIAL: ERRADO**

---

**JUSTIFICATIVA:**

ERRADO, porque: o erro sobre elemento do tipo invencível exclui o dolo, mas permite a punição a título de culpa, caso o tipo penal cometido permita expressamente (art. 20 do CP). Diferentemente, o erro sobre a ilicitude do fato inevitável enseja a isenção de pena, caso contrário – erro evitável – permite redução de um sexto a um terço (art. 21 do CP).

**131. (Delegado de Polícia – PC/BA – CESPE – 2013)** O instituto da prescrição é aplicável a medida de segurança a que esteja sujeito o inimputável, não podendo a duração dessa medida ultrapassar o limite máximo abstratamente cominado ao crime.

( ) Certo            ( ) Errado

---

**GABARITO OFICIAL: CERTO (ANULADA)**

---

**JUSTIFICATIVA:**

Esta questão foi anulada pela banca que organizou o concurso – inicialmente a banca examinadora apontou a assertiva como CORRETA, pois os princípios garantistas afetos à pena são também aplicáveis à medida de segurança (art. 96, p. único, do CP: “extinta a punibilidade, não se impõe medida de segurança nem subsiste a que tenha sido imposta”); ocorre que a finalidade da medida de segurança é curativa e, conforme art. 97, § 1º, do CP, a internação dela derivada tem prazo indeterminado – até que o internado restabeleça sua higidez mental, daí a anulação.

- 132. (Delegado de Polícia – PC/BA – CESPE – 2013)** As causas ou concausas absolutamente independentes e as causas relativamente independentes constituem limitações ao alcance da teoria da equivalência das condições.
- ( ) Certo            ( ) Errado

**GABARITO OFICIAL: CERTO**

**JUSTIFICATIVA:**

CERTO, porque: as causas absolutamente independentes são aquelas que, por si só e naturalmente, já produzem o resultado naturalístico. Por sua vez, as causas relativamente independentes que são capazes de produzirem, por si só, o resultado também ensejam rompimento do nexa causal, como retrata o art. 13 § 1º, do CP: “a superveniência de causa relativamente independente exclui a imputação quando, por si só, produziu o resultado (...)”.

- 133. (Delegado de Polícia – PC/BA – CESPE – 2013)** Acerca da parte geral do direito penal e seus Institutos, julgue os itens seguintes.
- Somente mediante expressa manifestação pode o agente diplomático renunciar à imunidade diplomática, porquanto o instituto constitui causa pessoal de exclusão da pena.
- ( ) Certo            ( ) Errado

**GABARITO OFICIAL: ERRADO**

**JUSTIFICATIVA:**

ERRADO, porque: a Convenção de Viena, realizada em 1966 e ratificada pelo Brasil, introduziu as chamadas imunidades diplomáticas e consulares. As primeiras não são passíveis de renúncia, já que o representante estrangeiro está no Brasil para tratar de interesses estatais relativos ao país de origem. A seu turno, o cônsul goza de imunidade apenas quanto aos crimes cometidos em virtude de sua função e pode delas renunciar, já que defende interesses privados do país de origem.

- 134. (Delegado de Polícia – PC/BA – CESPE – 2013)** Considere que Marcos, penalmente imputável, subtraia de seu genitor de sessenta e oito anos de idade, um relógio de alto valor. Nessa situação, o autor não pode beneficiar-se da escusa penal absolutória, em razão da idade da vítima.
- ( ) Certo            ( ) Errado

**GABARITO OFICIAL: CERTO**

**JUSTIFICATIVA:**

CERTO, porque: ante a dicção expressa do art. 183, III, do CP, que trata das exceções à aplicação das escusas absolutórias (art. 183: “não se aplica o disposto nos dois artigos anteriores: III – se o crime é praticado contra pessoa com idade igual ou superior a 60 anos”).

- 135. (Delegado de Polícia – PC/BA – CESPE – 2013)** Em relação aos crimes contra a administração pública e aos delitos praticados em detrimento da ordem econômica e tributária e em licitações e contratos públicos, julgue os itens a seguir.
- Constitui pressuposto material dos crimes de peculato-apropriação e peculato-desvio, em suas formas dolosas, a anterior posse do dinheiro, do valor ou de qualquer outro bem móvel, público ou particular, em razão do cargo ou função.
- ( ) Certo            ( ) Errado

**GABARITO OFICIAL: CERTO****JUSTIFICATIVA:**

CERTO, porque: o peculato-apropriação pressupõe inversão da propriedade, consubstanciada na decisão de ter para si ou para outrem o bem que adveio em virtude de função pública. Já o peculato-desvio, como o próprio nome aponta, deriva do direcionamento indevido do bem após recebê-lo, regularmente, por conta da função pública. Logo, ambas as espécies de peculato pressupõem materialmente a anterior posse do dinheiro, valor, ou qualquer outro bem móvel.

- 136. (Delegado de Polícia – PC/BA – CESPE – 2013)** Servidor público alfandegário que, em serviço de fiscalização fronteiriça, permitir a determinado indivíduo penalmente imputável adentrar o território nacional trazendo consigo, sem autorização do órgão competente e sem o devido desembaraço, pistola de calibre 380 de fabricação estrangeira deverá responder pela prática do crime de facilitação de contrabando, com infração do dever funcional excluída a hipótese de aplicação do Estatuto do Desarmamento.

( ) Certo            ( ) Errado

**GABARITO OFICIAL: ERRADO****JUSTIFICATIVA:**

ERRADO, porque: essa conduta se subsume ao tipo penal descrito no art. 18 da Lei nº 10.826/2003 (“tráfico internacional de arma de fogo”).

**Preste Atenção:**

Subsunção típica é o fenômeno jurídico pelo qual a conduta – ocorrida no mundo fenomênico – se enquadra no molde legal descrito na norma penal. É um raciocínio lógico-jurídico que lembra um encaixe de peça num vão de parede: o item “conduta” deve se amoldar/preencher/colmatar no espaço existente da norma – tipo – penal correlata, sob pena do crime não se verificar – por atipicidade da conduta (impossibilidade do “encaixe”).

- 137. (Delegado de Polícia – PC/BA – CESPE – 2013)** Servidor público que, na qualidade de agente fiscal, exigir vantagem indevida para deixar de emitir auto de infração por débito tributário e de cobrar a conseqüente multa responderá, independentemente do recebimento da vantagem, pela prática do crime de concussão, previsto na parte especial do Código Penal (CP).

( ) Certo            ( ) Errado

**GABARITO OFICIAL: ERRADO****JUSTIFICATIVA:**

ERRADO, porque: tal conduta de subsume, pelo princípio da especialidade ao art. 3º, II, da Lei nº 8.137/1990 (“exigir, solicitar ou receber, para si ou para outrem, direta ou indiretamente, ainda que fora da função ou antes de iniciar seu exercício, mas em razão dela, vantagem indevida; ou aceitar promessa de tal vantagem, para deixar de lançar ou cobrar tributo ou contribuição social, ou cobrá-los parcialmente”).

**138. (Delegado de Polícia – PC/BA – CESPE – 2013)** Considere a seguinte situação hipotética.

Alfredo, alegando, de forma fraudulenta, a terceiros interessados que, por ter influência sobre determinado funcionário público, poderia acelerar a conclusão de processo administrativo de interesse do grupo, cobrou desse grupo vultosa quantia em dinheiro, da qual metade lhe foi paga adiantadamente. Antes da conclusão do processo, entretanto, descobriu-se que Alfredo não tinha qualquer acesso ou influência sobre o referido funcionário.

Nessa situação hipotética, a conduta de Alfredo constitui crime de estelionato, já que ele alegou ter prestígio que, na realidade, não possuía.

Certo       Errado

#### **GABARITO OFICIAL: ERRADO**

##### **JUSTIFICATIVA:**

ERRADO, porque: na verdade, a conduta descrita se subsume ao art. 332 do CP (“tráfico de influência”), já que o tipo penal não exige, para sua consumação, que a influência prometida, a fim de influir em ato praticado por funcionário público, se dê, sendo tratada tal influência como mero exaurimento criminoso.

**139. (Delegado de Polícia – PC/BA – CESPE – 2013)** O dolo direto ou eventual é elemento subjetivo do delito de violação de direito autoral, não havendo previsão para a modalidade culposa desse crime.

Certo       Errado

#### **GABARITO OFICIAL: CERTO**

##### **JUSTIFICATIVA:**

CERTO, porque: só há crime culposos caso conste, expressamente, da letra da lei, o que não ocorre neste caso, como se pode observar no art. 184 e seus parágrafos do Código Penal.



##### **Preste Atenção:**

Lembre-se do princípio da “tipicidade cerrada” existente para o crime culposos, consoante explícita dicção do art. 18, parágrafo único do CP “salvo os casos expressos em lei, ninguém pode ser punido por fato previsto como crime, senão quando o pratica dolosamente”.

**140. (Delegado de Polícia – PC/BA – CESPE – 2013)** Considere que João, por vários meses, tenha captado sinal de televisão a cabo por meio de ligação clandestina e que, em razão dessa ligação, considerável valor econômico tenha deixado de ser transferido à prestadora do serviço. Nessa situação hipotética, considerando-se o entendimento do Superior Tribunal de Justiça a respeito da matéria, João praticou o crime de furto de energia.

Certo       Errado

#### **GABARITO OFICIAL: CERTO**

##### **JUSTIFICATIVA:**

CERTO, porque: em verdade o furto de energia foi concebido para fim diverso, mas com a evolução da tecnologia a jurisprudência contemplou esta hipótese, subsumindo-a no art. 155, § 3º, do CP (“Equipara-se à coisa móvel a energia elétrica ou qualquer outra que tenha valor econômico”).

- 141. (Delegado de Polícia – PC/BA – CESPE – 2013)** No que se refere às contravenções penais, aos crimes em espécie e às leis penais extravagantes, julgue os itens a seguir com base na jurisprudência dos tribunais superiores.

A tentativa de contravenção, mesmo que factível, não é punida.

( ) Certo                      ( ) Errado

---

**GABARITO OFICIAL: CERTO**

---

**JUSTIFICATIVA:**

CERTO, porque: ante a dicção expressa do art. 4º da Lei de Contravenções Penais (Dec.-lei nº 3.688/1941): “não é punível a tentativa de contravenção”.

- 142. (Delegado de Polícia – PC/BA – CESPE – 2013)** Em relação ao inquérito policial, julgue os itens subsequentes, com base no disposto no Código de Processo Penal (CPP) e na doutrina.

Tratando-se de inquéritos policiais instaurados para a apuração de crimes perpetrados por organizações criminosas, é obrigatória a identificação datiloscópica das pessoas investigadas, ainda que tenham apresentado identificação civil.

( ) Certo                      ( ) Errado

---

**GABARITO OFICIAL: CERTO**

---

**JUSTIFICATIVA:**

CERTO, porque: o examinador cobrava conhecimento acerca da dicção expressa do art. 5º da Lei nº 9.034/1995 (Lei de Crime Organizado): “A identificação criminal de pessoas envolvidas com a ação praticada por organizações criminosas será realizada independentemente da identificação civil”. Ocorre que, a Lei nº 12.850/2013, concebida para dar nova disciplina aos crimes cometidos por organização criminosa, não repetiu o dispositivo citado. Entretanto, malgrado a regra constitucional que veda a identificação criminal do civilmente identificado (art. 5º, LVIII, da CF), as exceções da Lei nº 12.037/2009 são suficientes para viabilizar a identificação, notadamente o art. 3º, IV, da Lei (“a identificação criminal for essencial às investigações policiais, segundo despacho fundamentado da autoridade judiciária competente, que decidirá de ofício ou mediante representação da autoridade policial, do MP ou da defesa”).

- 143. (Delegado de Polícia – PC/BA – CESPE – 2013)** De acordo com o CPP, entre os procedimentos a serem adotados pela autoridade policial incluem-se a oitiva do ofendido e a comunicação a ele dos atos da investigação policial, em especial, os relativos ao ingresso ou à saída do acusado da prisão, à designação de data para interrogatório e, no caso de indiciamento do acusado, à remessa dos autos à justiça.

( ) Certo                      ( ) Errado

---

**GABARITO OFICIAL: ERRADO**

---

**JUSTIFICATIVA:**

ERRADO, porque: o examinador cobrava conhecimento acerca da nova redação do art. 201, § 2º, do CPP: “O ofendido será comunicado dos atos processuais relativos ao ingresso e à saída do acusado da prisão, à designação de data para audiência e à sentença e respectivos acórdãos que a mantenham ou modifiquem”. Neste, não se observa qualquer necessidade de aviso acerca do incidente de indiciamento ou encaminhamento dos autos ao Poder Judiciário.

**Preste Atenção:**

Tal previsão veio na esteira do art. 21 da Lei Maria da Penha (Lei nº 11.340/2006) que garantia amplo conhecimento à ofendida dos atos processuais relativos ao agressor e vedava, no parágrafo único, que ela – ofendida – fosse autorizada a entregar intimações ou notificações, diretamente, ao agressor.

- 144. (Delegado de Polícia – PC/BA – CESPE – 2013)** A instauração de inquérito policial para apuração de infrações penais, de competência da justiça estadual, imputadas a prefeito municipal condiciona-se à autorização do Tribunal de Justiça, órgão responsável pelo controle dos atos de investigação depois de instaurado o procedimento apuratório.
- ( ) Certo                      ( ) Errado

**GABARITO OFICIAL: CERTO****JUSTIFICATIVA:**

CERTO, porque: segundo o art. 29, X, da Constituição Federal, os prefeitos terão foro por prerrogativa de função junto ao Tribunal de Justiça Estadual. Logo, caso o prefeito se torne suspeito da prática de crime, a autorização do Tribunal de Justiça Estadual para instaurar Inquérito Policial e dar início às investigações é indispensável para respeitar o comando constitucional. Assim se posiciona, inclusive, o Supremo Tribunal Federal.

- 145. (Delegado de Polícia – PC/BA – CESPE – 2013)** Os delegados de polícia não podem recusar-se a cumprir requisição de autoridade judiciária ou de membro do MP para instauração de inquérito policial.
- ( ) Certo                      ( ) Errado

**GABARITO OFICIAL: ERRADO****JUSTIFICATIVA:**

ERRADO, porque: inicialmente, existe a discussão da quebra de imparcialidade do juiz quando este determina instauração de inquérito policial. Estaria ele, nesse caso, ferindo o sistema acusatório. Ademais, a requisição para instauração de Inquérito Policial deve ser rechaçada se extinta a punibilidade do agente, entre outras causas de evidente constrangimento ilegal que vem sendo debatidas e apontadas na doutrina, tanto que a jurisprudência admite impetração de *habeas corpus* no desiderato de “trancar” o Inquérito Policial, quando este carece de “justa causa”.

- 146. (Delegado de Polícia – PC/BA – CESPE – 2013)** No que se refere a questões e processos incidentes, julgue os próximos itens.
- A autoridade policial que, na fase de investigação criminal, desconfiar da integridade mental do acusado, poderá, sem suspender o andamento do inquérito policial, determinar, de ofício, que o acusado se submeta a exame de sanidade mental, a ser realizado por peritos oficiais.
- ( ) Certo                      ( ) Errado

**GABARITO OFICIAL: ERRADO****JUSTIFICATIVA:**

ERRADO, porque: o examinador cobrava conhecimento da letra do art. 149, § 1º, do CPP (“O exame poderá ser ordenado ainda na fase do inquérito, mediante representação da autoridade policial ao

juiz competente.”), além do art. 149, § 2º, do CPP (“O juiz nomeará curador ao acusado, quando determinar o exame, ficando suspenso o processo, se já iniciada a ação penal, salvo quanto às diligências que possam ser prejudicadas pelo adiamento.”).

- 147. (Delegado de Polícia – PC/BA – CESPE – 2013)** A restituição de coisas apreendidas em poder do investigado, no âmbito do inquérito policial, pode ser ordenada pela autoridade policial, desde que não haja vedação legal à restituição das coisas e inexistência de importância à prova da infração, ou desde que a restituição não sirva à reparação do dano causado pelo crime e seja indubitável o direito do reclamante, após oitiva obrigatória do MP.
- ( ) Certo                      ( ) Errado

#### GABARITO OFICIAL: ERRADO

##### JUSTIFICATIVA:

ERRADO, porque: o examinador cobrava conhecimento do art. 120 do CPP (“A restituição, quando cabível, poderá ser ordenada pela autoridade policial ou juiz, mediante termo nos autos, desde que não exista dúvida quanto ao direito do reclamante.”), notadamente seu § 3º (“Sobre o pedido de restituição será sempre ouvido o Ministério Público.”), § 4º (“Em caso de dúvida sobre quem seja o verdadeiro dono, o juiz remeterá as partes para o juízo cível, ordenando o depósito das coisas em mãos de depositário ou do próprio terceiro que as detinha, se for pessoa idônea.”) e, por fim, § 5º (“Tratando-se de coisas facilmente deterioráveis, serão avaliadas e levadas a leilão público, depositando-se o dinheiro apurado, ou entregues ao terceiro que as detinha, se este for pessoa idônea e assinar termo de responsabilidade.”)

- 148. (Delegado de Polícia – PC/BA – CESPE – 2013)** Se, no curso de uma investigação criminal, a autoridade policial tomar conhecimento de questão prejudicial controversa da qual dependa a existência do crime investigado, a autoridade deverá ordenar a suspensão do procedimento e comunicar o fato ao MP, para que este tome as medidas cabíveis para a solução de controvérsia prejudicial obrigatória.
- ( ) Certo                      ( ) Errado

#### GABARITO OFICIAL: ERRADO

##### JUSTIFICATIVA:

ERRADO, porque: neste caso, a Autoridade Policial poderá representar ao Juiz de Direito, pugnando para que decida a questão prejudicial ou, considerando que esta – questão prejudicial – acarreta na inexistência do crime investigado, enquanto não solucionada, a Autoridade Policial pode relatar o Inquérito Policial, vislumbrando seu arquivamento, até que novas provas sejam colhidas e viabilizem a “reabertura” das investigações (art. 18 do CPP). De qualquer maneira, a Autoridade Policial não está autorizada a sustar o trâmite do procedimento, por falta de amparo legal.

- 149. (Delegado de Polícia – PC/BA – CESPE – 2013)** Com relação às provas criminais, julgue os itens que se seguem.
- É indispensável o exame pericial, direto ou indireto, nos casos em que a infração penal deixe vestígios, não podendo supri-lo a confissão do acusado, facultada ao MP, ao assistente de acusação, ao ofendido, ao querelante e ao acusado a indicação de assistente técnico para atuar na etapa processual após sua admissão pelo juiz e a conclusão dos exames e elaboração do laudo pelos peritos oficiais.
- ( ) Certo                      ( ) Errado

**GABARITO OFICIAL: CERTO****JUSTIFICATIVA:**

CERTO, porque: o examinador desejava testar o conhecimento do concursando acerca do art. 158 do CPP (“Quando a infração deixar vestígios, será indispensável o exame de corpo de delito, direto ou indireto, não podendo supri-lo a confissão do acusado.”) e do art. 159, § 3º, do CPP (“Serão facultadas ao Ministério Público, ao assistente de acusação, ao ofendido, ao querelante e ao acusado a formulação de quesitos e indicação de assistente técnico.”).

- 150. (Delegado de Polícia – PC/BA – CESPE – 2013)** Consoante a interpretação doutrinária da legislação penal, as buscas e apreensões são consideradas não só meios de prova, mas também providências acautelatórias da atividade probante (medida cautelar), podendo ser executadas em qualquer fase da persecução penal.

( ) Certo                      ( ) Errado

**GABARITO OFICIAL: CERTO****JUSTIFICATIVA:**

CERTO, porque: para a lei é meio de prova, tanto que está inserida no Título VII do Código de Processo Penal (“Da Prova”). Por sua vez, a Doutrina entende que a prova não é eterna e, diante da possibilidade de perecimento de coisas e pessoas, trata-se de medida acautelatória, podendo ser materializada no âmbito do inquérito policial, da instrução processual penal, bem como na execução penal.

**Preste Atenção:**

Lembre-se a busca é atividade que, logicamente, antecede a apreensão, sendo esta dependente daquela; ambas, no entanto, tem natureza híbrida de meio de prova e medida acautelatória processual penal.

- 151. (Delegado de Polícia – PC/BA – CESPE – 2013)** Com relação às provas criminais, julgue os itens que se seguem.

De acordo com o CPP, o interrogatório do investigado, em regra, pode ser realizado em qualquer etapa do inquérito policial, e por intermédio do sistema de videoconferência ou de outro recurso tecnológico de transmissão de sons e imagens em tempo real, desde que o investigado esteja recolhido em unidade da federação distinta daquela em que se realize o procedimento e tal medida seja necessária para prevenir risco à segurança pública, em razão de fundada suspeita de que o preso integre organização criminosa ou possa fugir durante o deslocamento.

( ) Certo                      ( ) Errado

**GABARITO OFICIAL: ERRADO****JUSTIFICATIVA:**

ERRADO, porque: o interrogatório por videoconferência se presta apenas à fase judicial, já que o art. 185, § 2º, do CPP diz que a medida é excepcional e que o juiz (e não o Delegado de Polícia) poderá decretá-la por despacho fundamentado, ainda que se trate de réu preso na mesma Comarca, mas diante de uma das hipóteses do rol legal taxativo, entre os quais se lê no inciso I do mesmo dispositivo (CPP: art. 185, § 2º, I: “prevenir risco à segurança pública, quando exista fundada suspeita de que o preso integre organização criminosa ou de que, por outra razão, possa fugir durante o deslocamento”).

**Preste Atenção:**

Foi superada a discussão de que o interrogatório por videoconferência poderia ferir a imediatidade encampada pelo princípio da identidade física do juiz, o qual restou reconhecido e positivado na mesma reforma processual penal (art. 399, § 2º, do CPP: “o juiz que presidiu a instrução deverá proferir a sentença”).

- 152. (Delegado de Polícia – PC/BA – CESPE – 2013)** Nessa situação, por força do disposto contido no CPP, deverão os agentes apresentar o cidadão à autoridade policial de Feira de Santana – BA e, nessa ocasião, ele será informado de seus direitos constitucionais. Caso não apresente o nome de seu advogado, a defensoria pública será cientificada da prisão. A autoridade policial, após execução das formalidades legais, comunicará da prisão ao juízo do local de cumprimento da medida, o qual informará ao juízo que a decretou.
- ( ) Certo                      ( ) Errado

**GABARITO OFICIAL: CERTO****JUSTIFICATIVA:**

CERTO, porque: o examinador exigia o conhecimento da dicção de dois artigos de lei, a saber: (i) art. 289-A, § 3º, do CPP (“A prisão será imediatamente comunicada ao juiz do local de cumprimento da medida o qual providenciará a certidão extraída do registro do Conselho Nacional de Justiça e informará ao juízo que a decretou.”); (ii) art. 289-A, § 4º, do CPP (“O preso será informado de seus direitos, nos termos do inciso LXIII do art. 5º da Constituição Federal e, caso o autuado não informe o nome de seu advogado, será comunicado à Defensoria Pública.”).

- 153. (Delegado de Polícia – PC/BA – CESPE – 2013)** Um delegado de polícia, tendo recebido denúncia anônima de que Milton estaria abusando sexualmente de sua própria filha, requereu, antes mesmo de colher provas acerca da informação recebida, a juiz da vara criminal competente a interceptação das comunicações telefônicas de Milton pelo prazo de quinze dias, sucessivamente prorrogado durante os quarenta e cinco dias de investigação. Kátia, ex-mulher de Milton, contratou o advogado Caio para acompanhar o inquérito policial instaurado. Milton, então, ainda no curso da investigação, resolveu interceptar, diretamente e sem o conhecimento de Caio e Kátia, as ligações telefônicas entre eles, tendo tomado conhecimento, devido às interceptações, de que o advogado cometera o crime de tráfico de influência. Em razão disso, Milton procurou Kátia e solicitou que ela concordasse com a divulgação do conteúdo das gravações telefônicas, ao que Kátia anuiu expressamente. Milton, então, apresentou ao delegado o conteúdo das gravações, que foram utilizadas para subsidiar ação penal iniciada pelo MP contra Caio, pela prática do crime de tráfico de influência. Com base nessa situação hipotética, julgue os itens seguintes, a respeito das interceptações telefônicas.
- O fato de Kátia — que era interlocutora dos diálogos gravados — ter consentido posteriormente com a divulgação do conteúdo das gravações não legitima o ato nem justifica sua utilização como prova.
- ( ) Certo                      ( ) Errado

**GABARITO OFICIAL: CERTO****JUSTIFICATIVA:**

CERTO, porque: trata-se de prova ilícita, interceptação telefônica sem prévia autorização legal, que viola o art. 5º, XII, da CF. Tal prova deve ser desentranhada dos autos e o consentimento de um

dos interlocutores, ainda que vítima, não legitima sua utilização em juízo. Lembre-se, entretanto, que pelo princípio da proporcionalidade sua utilização seria possível para “inocentar” o réu, pois o princípio constitucional que assegura a liberdade ambulatorial está num patamar superior ao do princípio que veda a utilização das provas ilícitas (entendimento consolidado jurisprudencialmente, inclusive no Supremo Tribunal Federal).



### Preste Atenção:

A ideia da utilização da prova ilícita no processo a fim de beneficiar o acusado decorre da aplicação do princípio “in dubio pro reo” e é aceita amplamente pela doutrina e jurisprudência, chancelado explicitamente pelo Supremo Tribunal Federal (HC 74.678 – DF, rel. Min. Moreira Alves, 1ª Turma), embasando-se também na hipossuficiência e limitação de meios que o réu detém para se defender.

**154. (Delegado de Polícia – PC/BA – CESPE – 2013)** O delegado de polícia não poderia ter determinado a instauração de inquérito policial exclusivamente com base na denúncia anônima recebida.

( ) Certo            ( ) Errado

### GABARITO OFICIAL: CERTO

#### JUSTIFICATIVA:

CERTO, porque: a Constituição Federal veda o anonimato (art. 5º, IV, da CF: “é livre a manifestação do pensamento, sendo vedado o anonimato”). Daí se depreende que a chamada “denúncia anônima” não deve gerar, de imediato, instauração de IP. Antes, a Autoridade Policial deve ordenar diligências e providências que tenham o condão de conferir contornos de veracidade à delação inominada. No caso de verossimilhança, aí sim, deve-se determinar a deflagração de Inquérito, sob pena de gerar inúmeros constrangimentos ilegais. Tal raciocínio é utilizado na ferramenta policial do disque-denúncia.



### Preste Atenção:

*HC 106664 MC/SP\** do Supremo Tribunal Federal (Informativo STF nº 629/2011)  
PERSECUÇÃO PENAL E DELAÇÃO ANÔNIMA. DOUTRINA. PRECEDENTES. PRETENDIDA EXTINÇÃO DO PROCEDIMENTO PENAL. DESCARACTERIZAÇÃO, NA ESPÉCIE, DA PLAUSIBILIDADE JURÍDICA DO PEDIDO. MEDIDA CAUTELAR INDEFERIDA.

– As autoridades públicas não podem iniciar qualquer medida de persecução (penal ou disciplinar), apoiando-se, unicamente, para tal fim, em peças apócrifas ou em escritos anônimos. É por essa razão que o escrito anônimo não autoriza, desde que isoladamente considerado, a imediata instauração de “persecutio criminis”.

– Peças apócrifas não podem ser formalmente incorporadas a procedimentos instaurados pelo Estado, salvo quando forem produzidas pelo acusado ou, ainda, quando constituírem, elas próprias, o corpo de delito (como sucede com bilhetes de resgate no crime de extorsão mediante sequestro, ou como ocorre com cartas que evidenciem a prática de crimes contra a honra, ou que corporifiquem o delito de ameaça ou que materializem o “crimen falsi”, p.ex.).

– Nada impede, contudo, que o Poder Público, provocado por delação anônima (“disque-denúncia”, p. ex.), adote medidas informais destinadas a apurar, previamente, em averiguação sumária, “com prudência e discricção”, a possível ocorrência de eventual situação de ilicitude penal, desde que o faça com o objetivo de conferir a verossimilhança dos fatos nela denunciados, em ordem a promover, então, em caso positivo, a formal instauração da “persecutio criminis”, mantendo-se, assim, completa desvinculação desse procedimento estatal em relação às peças apócrifas.

– Diligências prévias que, promovidas pelo Departamento de Polícia Federal, revelariam a preocupação da Polícia Judiciária em observar, com cautela e discricção, as diretrizes jurisprudenciais estabelecidas, em tema de delação anônima, pelo Supremo Tribunal Federal e pelo Superior Tribunal de Justiça.

**155. (Delegado de Polícia – PC/BA – CESPE – 2013)** A interceptação telefônica solicitada pelo delegado de polícia e autorizada judicialmente é nula, haja vista ter sido sucessivamente prorrogada pelo magistrado por prazo superior a trinta dias, o que contraria a previsão legal de que o prazo da interceptação telefônica não pode exceder quinze dias, renovável uma vez por igual período.

( ) Certo            ( ) Errado

#### GABARITO OFICIAL: ERRADO

#### JUSTIFICATIVA:

ERRADO, porque: existe discussão doutrinária acerca da possibilidade, ou não, de seguidas renovações do prazo de 15 dias para continuidade de interceptação telefônica. O Superior Tribunal de Justiça, entretanto, já decidiu pela possibilidade – interceptação por mais de 30 dias: mais de 1 renovação – quando presente o binômio investigativo: razoabilidade e necessidade da medida, sempre em decisão fundamentada da Autoridade Judiciária.



#### Preste Atenção:

*RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 25.268 – DF (2009/0011646-2)*

RECURSO ORDINÁRIO EM *HABEAS CORPUS*. CRIMES DE FALSIFICAÇÃO, CONTRA O SISTEMA FINANCEIRO NACIONAL, LAVAGEM DE DINHEIRO E FORMAÇÃO DE QUADRILHA. INTERCEPTAÇÃO TELEFÔNICA. PRORROGAÇÕES SUCESSIVAS. POSSIBILIDADE. COMPLEXIDADE DA ORGANIZAÇÃO CRIMINOSA. NECESSIDADE DA MEDIDA. DECISÕES FUNDAMENTADAS. DURAÇÃO RAZOÁVEL (CERCA DE UM ANO). DECLINAÇÃO DE COMPETÊNCIA DO JUÍZO. VALIDADE DA PROVA. ESCUTAS FEITAS NO CURSO DE INVESTIGAÇÃO CRIMINAL. FATOS OCORRIDOS EM DIVERSOS LOCAIS. INTERCEPTAÇÃO TELEMÁTICA DE DADOS. OBSERVÂNCIA DAS PRESCRIÇÕES LEGAIS. AUSÊNCIA DE AFRONTA A NORMAS CONSTITUCIONAIS. RECURSO DESPROVIDO.

1. Segundo jurisprudência pacífica desta Corte Superior, a posterior declinação de competência do Juízo não tem o condão de, só por si, invalidar a prova colhida mediante interceptação telefônica, em procedimento cautelar pré-processual, ordenado na fase investigatória por decisão devidamente fundamentada e em respeito às exigências legais, ainda mais se os fatos desenrolavam-se em diversos locais, de sorte que, até então, aquele Juízo era o competente para tal ato.

2. É possível a renovação sucessiva de interceptações telefônicas, já que o prazo de 15 dias, previsto no art. 5º da Lei nº 9.296/96, é prorrogável por igual período, quantas vezes for necessário, devendo-se observar, contudo, o princípio da razoabilidade e a necessidade da medida para a atividade investigatória, comprovada concretamente em decisão fundamentada. Precedentes do STJ e do STF. Na espécie, tais pressupostos foram respeitados, pelo que não há falar em ilegalidade das prorrogações de interceptação telefônica, que perduraram por aproximadamente um ano, prazo razoável, face às peculiaridades do caso: complexa organização criminosa, que atuava em prejuízo do Sistema Financeiro Nacional.

3. Este Tribunal Superior firmou entendimento no sentido de ser legal, ex vi do art. 1º, parágrafo único, da Lei nº 9.296/96, a interceptação do fluxo de comunicações em sistema de informática e telemática, se for realizada em feito criminal e mediante autorização judicial, não havendo qualquer afronta ao art. 5º, XII, da CF.

4. Recurso ordinário a que se nega provimento.

- 156. (Delegado de Polícia – PC/BA – CESPE – 2013)** A interceptação telefônica realizada por Milton é ilegal, porquanto desprovida da necessária autorização judicial.
- ( ) Certo                      ( ) Errado

**GABARITO OFICIAL: CERTO**

**JUSTIFICATIVA:**

CERTO, porque: o examinador cobrava do candidato conhecimento acerca do art. 5º, XII da Constituição Federal (“é inviolável o sigilo da correspondência e das comunicações telegráficas, de dados e das comunicações telefônicas, salvo, no último caso, por ordem judicial, nas hipóteses e na forma que a lei estabelecer para fins de investigação criminal ou instrução processual penal”), bem como do art. 1º da Lei nº 9.296/1996 (“A interceptação de comunicações telefônicas, de qualquer natureza, para prova em investigação criminal e em instrução processual penal, observará o disposto nesta Lei e dependerá de ordem do juiz competente da ação principal, sob sigilo de justiça.”)

- 157. (Delegado de Polícia – PC/BA – CESPE – 2013)** Determinado policial militar efetuou a prisão em flagrante de Luciano e o conduziu à delegacia de polícia. Lá, com o objetivo de fazer Luciano confessar a prática dos atos que ensejaram sua prisão, o policial responsável por seu interrogatório cobriu sua cabeça com um saco plástico e amarrou-o no seu pescoço, asfixiando-o. Como Luciano não confessou, o policial deixou-o trancado na sala de interrogatório durante várias horas, pendurado de cabeça para baixo, no escuro, período em que lhe dizia que, se ele não confessasse, seria morto. O delegado de polícia, ciente do que ocorria na sala de interrogatório, manteve-se inerte. Em depoimento posterior, Luciano afirmou que a conduta do policial lhe provocara intenso sofrimento físico e mental.
- Considerando a situação hipotética anteriormente e o disposto na Lei Federal nº 9.455/1997, julgue os itens subsequentes.
- O delegado não pode ser considerado coautor ou partícipe da conduta do policial, pois o crime de tortura somente pode ser praticado de forma comissiva.
- ( ) Certo                      ( ) Errado

**GABARITO OFICIAL: ERRADO**

**JUSTIFICATIVA:**

ERRADO, porque: a própria Constituição Federal, em seu art. 5º, XLIII, já impôs ao legislador infra-constitucional que a Lei de Tortura previsse punição também para “os que, podendo evitá-los, se omitirem”. Daí porque o art. 1º, § 2º, da Lei nº 9.455/1997 trouxe hipótese de “tortura” por omissão.

- 158. (Delegado de Polícia – PC/BA – CESPE – 2013)** Para a comprovação da materialidade da conduta do policial, é imprescindível a realização de exame de corpo de delito que confirme as agressões sofridas por Luciano.
- ( ) Certo                      ( ) Errado

**GABARITO OFICIAL: ERRADO****JUSTIFICATIVA:**

ERRADO, porque: a Lei nº 9.455/1997 deixa claro, em seu art. 1º, que o sofrimento causado pela tortura pode ser “físico ou mental”. Logo, nessa segunda hipótese não há que se falar em exame de corpo de delito para que o crime se configure. Ademais, o art. 167 do CPP admite prova testemunhal supletiva em caso de impossibilidade de realização de exame de corpo de delito direto ou indireto.

- 159. (Delegado de Polícia – PC/BA – CESPE – 2013)** João, preso em flagrante pela prática do crime de roubo, foi encaminhado à delegacia de polícia, onde apresentou a carteira nacional de habilitação para identificar-se, visto que não portava sua carteira de identidade. Ainda assim, o delegado determinou que João fosse submetido à perícia dactiloscópica.
- Com base nessa situação hipotética, julgue os itens que se seguem à luz do disposto na Lei nº 12.037/2009.
- Nos termos da Lei nº 12.037/2009, a identificação criminal de João se justifica pelo fato de ele estar sendo indiciado pela prática de crime de roubo.
- ( ) Certo                      ( ) Errado

**GABARITO OFICIAL: ERRADO****JUSTIFICATIVA:**

ERRADO, porque: a Lei nº 12.037/2009 realmente traz exceções à não identificação criminal do civilmente identificado (princípio constitucional insculpido no art. 5º, LVIII), entretanto, roubo não é uma delas. Se fosse falsidade documental ou constasse nos sistemas policiais o uso de diversos nomes, aí sim poder-se-ia autorizar a identificação criminal. Ademais, a CNH – Carteira Nacional de Habilitação – é um documento capaz de atestar a identificação civil ao se considerar a letra do art. 2º, VI, da Lei nº 12.037/2009.

**Preste Atenção:**

Não se esqueça que o mandamento constitucional começa com vedação, observe: “art. 5º, LVIII, da CF: *o civilmente identificado não será submetido a identificação criminal, salvo nas hipóteses previstas em lei*”.

- 160. (Delegado de Polícia – PC/BA – CESPE – 2013)** Em relação aos direitos e deveres fundamentais expressos na Constituição Federal de 1988 (CF), julgue os itens subsecutivos.
- A conversa telefônica gravada por um dos interlocutores não é considerada interceptação telefônica.
- ( ) Certo                      ( ) Errado

**GABARITO OFICIAL: CERTO****JUSTIFICATIVA:**

CERTO, porque: a gravação de um dos interlocutores operada por outro faz parte do princípio da ampla defesa – autodefesa – e não fica ao talante do regime da Lei nº 9.296/1996, pois está ausente a figura do interceptador, o terceiro, cuja presença violaria o princípio da intimidade e do sigilo das comunicações que se pretende preservar no art. 5º, XII, da Constituição Federal.

- 161. (Delegado de Polícia – PC/BA – CESPE – 2013)** João, preso em flagrante pela prática do crime de roubo, foi encaminhado à delegacia de polícia, onde apresentou a carteira nacional de habilitação para identificar-se, visto que não portava sua carteira de identidade. Ainda assim, o delegado determinou que João fosse submetido à perícia dactiloscópica.

Com base nessa situação hipotética, julgue os itens que se seguem à luz do disposto na Lei nº 12.037/2009.

Ao determinar a identificação criminal de João, o delegado praticou o delito de constrangimento ilegal.

( ) Certo                      ( ) Errado

**GABARITO OFICIAL: ERRADO****JUSTIFICATIVA:**

ERRADO, porque: qualquer crime cometido no exercício da função e com abuso das prerrogativas legais enseja, pelo princípio da especialidade, a aplicação da Lei de Abuso de Autoridade: Lei nº 4.898/1965.

**Preste Atenção:**

Lembre-se do princípio da especialidade que propõe: “lei especial prevalece sobre lei geral” (esta é uma das ferramentas da hermenêutica, entendida como “arte de bem interpretar o Direito, selecionando a lei aplicável ao caso concreto”).



# DIREITOS HUMANOS

## Sobre a Autora

### **Renata Baptista Zanin**

Mestre em Direito Internacional pela Universidade Católica de Santos.

Especialista em Direito Constitucional pela Escola Superior de Direito Constitucional.

Professora de Direito Constitucional, Direitos Humanos e Direito Internacional.

Ganhadora do “Concurso de Artigos sobre o Livro Branco de Defesa Nacional – 2011” promovido pelo Ministério da Defesa na categoria Identidade Nacional.

Delegada de Polícia do Estado de São Paulo.



1. **(Investigador de Polícia – PC/MG – FUMARC – 2014)** É livre a criação, a fusão, a incorporação e a extinção de partidos políticos, resguardados a soberania nacional, o regime democrático, o pluripartidarismo e os direitos fundamentais da pessoa humana e observados os seguintes preceitos, exceto:
- a) a prestação de contas à Justiça Eleitoral.
  - b) a proibição de recebimento de recursos financeiros de entidade ou governo estrangeiros ou de subordinação a estes.
  - c) o caráter nacional.
  - d) o funcionamento parlamentar de acordo com o estatuto.

**GABARITO OFICIAL: D****JUSTIFICATIVA:**

- a) Errado, porque: esse é um dever expressamente previsto em nossa CF/1988 (art. 17, III).
- b) Errado, porque: essa é uma obrigação expressamente prevista em nossa CF/1988 (art. 17, II).
- c) Errado, porque: essa é uma característica expressamente prevista em nossa CF/1988 (art. 17, I).
- d) CERTO, porque: está em desacordo com o art. 17, IV, da CF/1988, que relata: funcionamento parlamentar de acordo com a lei.

**Preste Atenção:**

A liberdade de criação dos partidos políticos está intimamente ligada ao nosso sistema democrático e à eleição dos representantes, tendo em vista que, no Brasil, não há possibilidade de candidatura avulsa (um dos requisitos é a filiação partidária).

2. **(Investigador de Polícia – PC/MG – FUMARC – 2014)** Nos termos do art. 5º da Constituição Federal de 1988, não é correto o que se afirma em:
- a) Independe do pagamento de taxas a obtenção de certidões em repartições públicas, para defesa de direitos e esclarecimento de situações de interesse pessoal.
  - b) Independe do pagamento de taxas o direito de petição aos Poderes Públicos em defesa de direitos ou contra ilegalidade ou abuso de poder.
  - c) São gratuitas as ações de “habeas corpus” e “habeas data” e, também, cabe ao Estado prestar assistência jurídica integral e gratuita a todos brasileiros, mesmo quando o cidadão tenha suficiência de recursos.
  - d) São gratuitos o registro civil de nascimento e a certidão de óbito para os reconhecidamente pobres, na forma da lei.

**GABARITO OFICIAL: C****JUSTIFICATIVA:**

- a) CERTO, porque: é o expressamente previsto no art. 5º, XXXIV, da CF/1988.
- b) CERTO, porque: é o expressamente previsto no art. 5º, XXXIV, da CF/1988.
- c) Errado, porque: tal alternativa está em desacordo com os preceitos do art. 5º, LXVII e LXIV, da CF/1988: são gratuitas as ações de *habeas corpus* e *habeas data* e, também, cabe ao Estado prestar assistência jurídica integral e gratuita àquele que comprove insuficiência de recursos.
- d) CERTO, porque: é o expressamente previsto no art. 5º, LXXVI, da CF/1988.

**Preste Atenção:**

Apesar de o registro civil de nascimento e de óbito constarem como gratuitos apenas para os reconhecidamente pobres, na prática, são considerados atos necessários ao exercício da cidadania, portanto a gratuidade é estendida a todos.

3. **(Escrivão de Polícia – PC/SP – VUNESP – 2014)** A Constituição Federal de 1988 enuncia que a República Federativa do Brasil é um Estado Democrático de Direito, que possui, dentre outros, os seguintes fundamentos:
- a) a soberania, a busca do pleno emprego e a função social da propriedade.
  - b) a defesa do consumidor, a função social da propriedade e a busca do pleno emprego.
  - c) o pluralismo político, a redução das desigualdades regionais e sociais e a propriedade privada.
  - d) a cidadania, a dignidade da pessoa humana e os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa.
  - e) a cidadania, a função social da propriedade e a promoção do bem de todos, sem qualquer discriminação

**GABARITO OFICIAL: D****JUSTIFICATIVA:**

- a) Errado, porque: nem todos são fundamentos: soberania é um dos fundamentos da república (prevista no art. 1º da CF), contudo, a busca pelo pleno emprego e a função social da propriedade não estão ali elencados.
- b) Errado, porque: não estão dispostos no art. 1º da CF.
- c) Errado, porque: apesar do pluralismo político ser um dos fundamentos, a redução das desigualdades é um dos objetivos da República (previsto no art. 3º da CF) e a propriedade privada está garantida no art. 5º, portanto é um direito individual.
- d) CERTO, porque: é o disposto no art. 1º da CF.
- e) Errado, porque: apesar da cidadania ser fundamento, a função social da propriedade está elencada no art. 5º da CF e, portanto, não é fundamento da República e, finalmente, a promoção do bem de todos é um dos objetivos previsto no art. 3º da CF.

**Preste Atenção:**

Como já comentado em questões semelhantes, é necessário o estudo exaustivo dos arts. 1º, 3º e 4º da CF. As provas, independentemente de banca examinadora ou do cargo almejado, invariavelmente repetem tal questão! É necessário decorar: os fundamentos do art. 1º, os objetivos do art. 3º e os princípios das relações internacionais elencados no art. 4º, todos da CF.

4. **(Papiloscopista Policial – PC/SP – VUNESP – 2013)** “Aprovada em 1948, é o documento base da luta universal contra a opressão e a discriminação, defende a igualdade e a dignidade das pessoas e reconhece que os direitos humanos e as liberdades fundamentais devem ser aplicados a cada cidadão do planeta”. [www.brasil.gov.br].
- Assinale a alternativa que aponta corretamente o nome do documento de direitos humanos de que trata essa conceituação.
- a) Carta Democrática Interamericana.

- b) Declaração Universal dos Direitos Humanos.
- c) Convenção Americana de Direitos Humanos de São José da Costa Rica.
- d) Carta das Nações Unidas.
- e) Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão.

**GABARITO OFICIAL: B****JUSTIFICATIVA:**

- a) Errado, porque: a Carta Democrática Interamericana datada de 11-9-2001, buscou o reconhecimento de que a democracia representativa é indispensável para a estabilidade, a paz e o desenvolvimento da região. Elencou, também, que um dos propósitos da OEA é promover e consolidar a democracia representativa, respeitado o princípio da não-intervenção. (Preâmbulo da Carta)
- b) CERTO, porque: apenas a atenção ao ano de aprovação já seria suficiente para a correta marcação da resposta. Em 1948 foi aprovada a Declaração Universal dos Direitos Humanos (DHDU), marco histórico que universalizou os direitos humanos.
- c) Errado, porque: com a Convenção Americana de Direitos Humanos, ou também conhecida como Pacto de São José da Costa Rica, os Estados signatários reafirmaram, em 1969, seu propósito de consolidar, dentro do quadro das instituições democráticas, um regime de liberdade pessoal e de justiça social, fundado no respeito dos direitos humanos essenciais. Reconheceram que os direitos essenciais da pessoa humana não derivam do fato de ser ela nacional de determinado Estado, mas sim do fato de ter como fundamento os atributos da pessoa humana, razão por que justificam uma proteção internacional, de natureza convencional, coadjuvante ou complementar da que oferece o direito interno dos Estados americanos. (Preâmbulo da Convenção)
- d) Errado, porque: a Carta das Nações Unidas cria, em 1945, a Organização das Nações Unidas (ONU). Consta em seu Preâmbulo as seguintes palavras: “Nós, os povos das nações unidas, resolvidos a preservar as gerações vindouras do flagelo da guerra, que por duas vezes, no espaço da nossa vida, trouxe sofrimentos indizíveis à humanidade, e a reafirmar a fé nos direitos fundamentais do homem, na dignidade e no valor do ser humano, na igualdade de direito dos homens e das mulheres, assim como das nações grandes e pequenas, e a estabelecer condições sob as quais a justiça e o respeito às obrigações decorrentes de tratados e de outras fontes do direito internacional possam ser mantidos, e a promover o progresso social e melhores condições de vida dentro de uma liberdade ampla.”
- e) Errado, porque: a Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão de 1789 afirma que “os representantes do Povo Francês constituídos em Assembleia Nacional, considerando, que a ignorância o olvido e o menosprezo aos Direitos do homem são as únicas causas dos males públicos e da corrupção dos governos, resolvem expor uma declaração solene os direitos naturais, inalienáveis, imprescritíveis e sagrados do homem, a fim de que esta declaração, sempre presente a todos os membros do corpo social, permaneça constantemente atenta a seus direitos e deveres, a fim de que os atos do Poder Legislativo e do Poder Executivo possam ser a cada momento comparados com o objetivo de toda instituição política e no intuito de serem pôr ela respeitados; para que as reclamações dos cidadãos fundamentais daqui pôr diante em princípios simples e incontestáveis, venham a manter sempre a Constituição e o bem-estar de todos.” (Preâmbulo da Declaração)



### Preste Atenção:

Não confundir a DHDU com a Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão. Esta foi concebida no contexto da Revolução Francesa, o ano de sua aprovação foi 1789; aquela está vinculada ao Sistema Global de Proteção à Pessoa Humana sob os auspícios da Organização das Nações Unidas (ONU).

5. **(Papiloscopista Policial – PC/SP – VUNESP – 2013)** “Princípio (...) que se reveste de autoaplicabilidade, não é – enquanto postulado fundamental de nossa ordem político-jurídica – suscetível de regulamentação ou de complementação normativa. Esse princípio – cuja observância vincula, incondicionalmente, todas as manifestações do Poder Público – deve ser considerado, em sua precípua função de obstar discriminações e de extinguir privilégios (...)” (STF – MI n. 58-DF – Pleno – rel. Min. Celso de Mello)

O excerto de julgado anteriormente reproduzido trata de um princípio intimamente relacionado com os direitos humanos e que é explicitamente protegido em nossa Constituição Federal, denominado expressamente de princípio da

- a) moralidade.
- b) isonomia.
- c) legalidade.
- d) segurança jurídica.
- e) lealdade.

### GABARITO OFICIAL: B

#### JUSTIFICATIVA:

- a) Errado, porque: o princípio da moralidade norteia o ideal da “boa administração”. Influenciado pela doutrina de Maurice Hauriou o princípio busca separar o justo do injusto, o moral do imoral, o bem do mal, o honesto do desonesto.
- b) CERTO, porque: o princípio da isonomia ou igualdade vem desenvolvido no voto anteriormente enxertado. Segue mais uma parte desta manifestação do STF que é importante para o entendimento da questão:  
 “A igualdade na lei – que opera numa fase de generalidade puramente abstrata – constitui exigência destinada ao legislador que, no processo de sua formação, nela não poderá incluir fatores de discriminação, responsáveis pela ruptura da ordem isonômica. A igualdade perante a lei, contudo, pressupondo lei já elaborada, traduz imposição destinada aos demais poderes estatais, que, na aplicação da norma legal, não poderão subordiná-la a critérios que ensejem tratamento seletivo ou discriminatório. A eventual inobservância desse postulado pelo legislador imporá ao ato estatal por ele elaborado e produzido a eiva de inconstitucionalidade.”
- c) Errado, porque: o princípio da legalidade administrativa baseia-se na concepção de que caberá o agir somente diante de lei. A Administração Pública somente pode agir ou deixar de agir se existir lei autorizando.
- d) Errado, porque: a segurança jurídica traz importantes direitos individuais para os cidadãos: a irretroatividade das leis, o respeito ao direito adquirido, ato jurídico perfeito e a coisa julgada, entre outros. Baseia-se na confiança que o indivíduo precisa ter perante o ordenamento jurídico no qual ele está inserido.

- e) Errado, porque: não existe previsão expressa deste princípio, a não ser o princípio da lealdade processual – matéria de direito processual que foge do intuito da obra (e, via de regra, dos editais da polícia).



### Preste Atenção:

O princípio da isonomia ou igualdade deve obrigatoriamente ser apreendido sob seus dois aspectos: o formal – em que todos são iguais perante a lei – e o material – em que se preza o tratamento desigual para os desiguais e que seja realizado na exata medida da desigualdade.

6. **(Papiloscopista Policial – PC/SP – VUNESP – 2013)** O princípio de direito penal, que é uma garantia essencial aos direitos humanos do homem, devendo ser assegurado em um estado democrático de direito, conhecido pela expressão em latim *nullum crimen nulla poena sine lege*, significa que
- nulo o crime e nula pena sob a lei vigente.
  - o crime cometido sob a regência do devido processo legal deve ser anulado.
  - a lei penal não deve retroagir, a não ser para punir o réu.
  - o crime hediondo deve ser punido mesmo sem lei.
  - não há delito e nem pena sem prévia cominação legal.

### GABARITO OFICIAL: E

#### JUSTIFICATIVA:

- Errado, porque: não existe correspondente legal.
- Errado, porque: não existe correspondente legal.
- Errado, porque: a lei penal não deve retroagir, *salvo para beneficiar* o réu.
- Errado, porque: não existe correspondente legal.
- CERTO, porque: por expressa definição contida no art. 5º, XXXIX, da CF, estamos diante do princípio da legalidade e da anterioridade da lei penal.



### Preste Atenção:

O princípio da legalidade penal exige que, para criação de fatos típicos, seja editada lei. Lei em sentido estrito do termo. Desta forma, a doutrina aponta que este princípio também pode ser entendido como princípio da reserva legal.

7. **(Papiloscopista Policial – PC/SP – VUNESP – 2013)** A República Federativa do Brasil constitui-se em Estado Democrático de Direito e tem como fundamento, entre outros,
- os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa.
  - a igualdade entre os povos.
  - o partidarismo político.
  - o desenvolvimento nacional.
  - o respeito aos presos.

### GABARITO OFICIAL: A

#### JUSTIFICATIVA:

- CERTO, porque: segundo o art. 1º da CF, “a República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado Democrático

de Direito e tem como fundamentos: I – a soberania; II – a cidadania; III – a dignidade da pessoa humana; IV – os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa; V – o pluralismo político.”

- b) Errado, porque: não está previsto expressamente no art. 1º da CF.
- c) Errado, porque: não está previsto expressamente no art. 1º da CF, pelo contrário, consta a necessidade na criação de ambiente propício ao pluralismo político.
- d) Errado, porque: não está previsto expressamente no art. 1º da CF.
- e) Errado, porque: não está previsto expressamente no art. 1º da CF.



### Preste Atenção:

Para o estudo desta questão – que é muito cobrada em provas diversas – além do artigo anteriormente apontado, o candidato também deve estudar os arts. 3º da CF que trata dos objetivos da República e o 4º da CF que aponta quais são os princípios nas relações internacionais.

8. **(Investigador de Polícia – PC/SP – VUNESP – 2013)** No Sistema Global de proteção dos direitos humanos, há um tratado que foi aprovado e promulgado pelo Brasil, vindo a ser constitucionalizado no direito brasileiro por ter sido aprovado pelo mesmo procedimento das emendas constitucionais, fazendo, agora, parte do bloco de constitucionalidade brasileiro. Esse documento internacional é o (a)
- a) Estatuto de Roma, que criou o Tribunal Penal Internacional.
  - b) Convenção contra a Tortura e outros Tratamentos ou Penas Cruéis, Desumanos ou Degradantes.
  - c) Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu protocolo Facultativo.
  - d) Convenção sobre os Direitos da Criança.
  - e) Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher.

### GABARITO OFICIAL: C

#### JUSTIFICATIVA:

- a) Errado, porque: este tratado tem força supralegal. Foi incorporado em nosso ordenamento jurídico com respeito ao disposto no § 2º do art. 5º da CF. Por meio do Dec. nº 4.388/2002.
- b) Errado, porque: este tratado tem força supralegal. Foi incorporado em nosso ordenamento jurídico com respeito ao disposto no § 2º do art. 5º da CF. Por meio do Dec. nº 6.085/2007.
- c) CERTO, porque: Desde 2004 pode ser internalizado no Brasil tratado internacional que verse sobre direitos humanos com força de emenda constitucional. É o que se depreende da leitura do § 3º do art. 5º da CF. Foi exatamente o que aconteceu com a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo. A forma de internalização se deu a partir do voto de três quintos de cada casa do Congresso Nacional, em dois turnos.
- d) Errado, porque: este tratado tem força supralegal. Foi incorporado em nosso ordenamento jurídico com respeito ao disposto no § 2º do art. 5º da CF. Por meio do Dec. nº 9.9710/1990.
- e) Errado, porque: este tratado tem força supralegal. Foi incorporado em nosso ordenamento jurídico com respeito ao disposto no § 2º do art. 5º da CF. Por meio do Dec. nº 4.316/2002.



### Preste Atenção:

Os tratados internacionais sobre direitos humanos que foram internalizados antes de 2004 e, portanto, sem a possibilidade da votação qualificada, ficaram numa posição hierárquica de supralegalidade – acima das leis infraconstitucionais e abaixo da Constituição Federal.

9. (Investigador de Polícia – PC/SP – VUNESP – 2013) Na evolução dos direitos humanos, costumam-se classificar, geralmente, as gerações dos direitos em três fases (Eras dos Direitos), conforme seu processo evolutivo histórico.

Assinale a alternativa que representa, correta e cronologicamente, essa classificação.

- a) Direitos civis; direitos políticos; direitos fundamentais.
- b) Igualdade; liberdade; fraternidade.
- c) Direitos individuais; direitos coletivos; direitos políticos e civis.
- d) Direitos civis e políticos; direitos econômicos e sociais; direitos difusos.
- e) Liberdades positivas; liberdades negativas; direitos dos povos.

#### GABARITO OFICIAL: D

#### JUSTIFICATIVA:

- a) Errado, porque: direitos civis e políticos pertencem a primeira dimensão. Direitos fundamentais é gênero em que todas as gerações estão incluídas.
- b) Errado, porque: este é o lema da Revolução Francesa. Igualdade material = direitos de segunda geração, liberdade = de primeira geração e fraternidade = terceira geração.
- c) Errado, porque: direitos individuais, políticos e civis são direitos de primeira geração e os direitos coletivos, de terceira.
- d) CERTO, porque: a questão cobra do candidato conhecimento acerca das gerações/dimensões dos direitos fundamentais. Os direitos de primeira (direitos individuais: civis e políticos), segunda (direitos sociais: sociais, econômicos e culturais), terceira (direitos da coletividade: direitos coletivos/difusos) e, mesmo não fazendo parte da questão, complementamos a quarta geração: (direitos pertinentes a genética, biossegurança).
- e) Errado, porque: liberdades positivas é nomenclatura que *pode* representar direitos de segunda geração – não seria uma expressão muito correta, tanto que não é comumente empregada, as liberdades negativas representam direitos de primeira geração e direitos dos povos é parte dos direitos de terceira geração.



#### Preste Atenção:

Atenção! Mesmo que por didática exista a compartimentalização dos direitos fundamentais em gerações, isso é apenas ilustrativo. Não existe entre as gerações qualquer hierarquia, isto é, não é porque, como defendem alguns, estamos na quinta ou sexta geração que os direitos da primeira caíram em desuso, estão ultrapassados. De forma alguma! Os direitos fundamentais são sistemáticos e indivisíveis.

10. (Investigador de Polícia – PC/SP – VUNESP – 2013) Dentre os documentos reconhecidos internacionalmente e que limitaram o poder do governante em relação aos direitos do homem, encontra-se o mais remoto e pioneiro antecedente que submetia o Rei a um corpo escrito de normas, procurava afastar a arbitrariedade na cobrança de impostos e implementava um julgamento justo aos homens.

Esse importante documento histórico dos direitos humanos denomina-se

- a) Talmude.
- b) Magna Carta da Inglaterra.
- c) Alcorão.
- d) Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão da França.
- e) *Bill of Rights*.

**GABARITO OFICIAL: B****JUSTIFICATIVA:**

- a) Errado, porque: é documento da religião judaica.
- b) CERTO, porque: em 1215, na Inglaterra, surgiu o que ficou conhecido pelos doutrinadores como sendo a primeira constituição do mundo. *Magna Charta Libertatum seu Concordiam inter regem Johannem at barones pro concessione libertatum ecclesiae et regni angliae*, totalmente redigida em latim, em que se apresentou numa primeira tentativa de limitar o poder soberano – Rei João conhecido com João sem-terra. Ali havia, dentre outras coisas, limitação na forma da cobrança dos impostos e um início do devido processo legal.
- c) Errado, porque: é documento da religião islã.
- d) Errado, porque: apesar de ser um dos documentos listados como históricos para os direitos humanos, não corresponde ao texto trazido pela questão.
- e) Errado, porque: apesar de ser um dos documentos listados como históricos para os direitos humanos, não corresponde ao texto trazido pela questão.

**Preste Atenção:**

Apesar de ser reconhecida como tal, nela faltava algo que hoje é essencial para caracterizar um documento como sendo uma constituição: direitos e garantias fundamentais. Apesar de algumas regras de devido processo legal, não podemos depreender da Magna Carta a concepção atual de constituição (limitação do poder, organização do Estado e Poderes e direitos e garantias individuais).

**II. (Investigador de Polícia – PC/SP – VUNESP – 2013)** A Convenção Americana de Direitos Humanos, também conhecida como Pacto de São José da Costa Rica, aprovada e assinada em 22-11-1969, é um marco fundamental no sistema interamericano de proteção dos direitos humanos e entrou em vigor em 18-7-1978. Sua aplicação no Brasil acabou por gerar súmula vinculante do Supremo Tribunal Federal (Súmula Vinculante nº 25, DOU de 23-12-2009), que, em relação aos direitos humanos, decidiu que

- a) ninguém poderá ser condenado ou sentenciado, sem o devido processo legal.
- b) só é lícito o uso de algemas em casos de resistência e de fundado receio de fuga ou de perigo à integridade física própria ou alheia, por parte do preso ou de terceiros.
- c) não haverá penas cruéis e não será tolerada a tortura no Brasil.
- d) é proibida a pena de morte no Brasil, exceto em tempo de guerra.
- e) é ilícita a prisão civil de depositário infiel, qualquer que seja a modalidade do depósito.

**GABARITO OFICIAL: E****JUSTIFICATIVA:**

- a) Errado, porque: este é o princípio do devido processo legal.
- b) Errado, porque: este é o disposto na Súmula Vinculante nº 11.
- c) Errado, porque: não corresponde a matéria tratada na súmula, e sim de regras dispostas na CF.
- d) Errado, porque: não corresponde a matéria tratada na súmula, e sim de regra disposta na CF.
- e) CERTO, porque: tendo em vista o caráter supralegal do Pacto Internacional de São José da Costa Rica, ele não conta com força hierárquica para alterar a Constituição Federal. Sendo assim, o art. 5º, LXVII, da CF não sofreu alteração; consta, em seu texto a possibilidade de prisão civil por decretação da infidelidade do depositário. Para corrigir tal impropriedade o STF expediu Súmula

Vinculante proibindo a prisão civil do depositário. Atualmente, a única espécie de prisão civil é a do devedor de alimentos.



### Preste Atenção:

Cuidado!

Ainda persiste a figura da prisão civil do depositário infiel na Constituição Federal? A resposta é afirmativa, não houve alteração do texto constitucional.

Existe a possibilidade de alguém ser preso por dívida civil diante da decretação de depositário infiel? A resposta é negativa, tendo em vista a Súm. Vinc. nº 25 do STF.

**12. (Escrivão de Polícia Civil – PC/SP – VUNESP – 2013)** Com relação à pena de morte, o Pacto Internacional dos Direitos Civis e Políticos dispõe que

- a) obriga todos os Estados que ainda a apliquem a tomarem medidas para a sua abolição.
- b) não deverá ser imposta em casos de crime cometido por menores de 18 anos, nem aplicada a mulheres em estado de gravidez.
- c) é vedada sua imposição a pessoas maiores de 60 anos e a pessoas portadoras de deficiências físicas.
- d) pode ser adotada livremente, desde que devidamente aprovada pelo respectivo Parlamento.
- e) é totalmente vedada a sua adoção, ficando os Estados que ainda a adotem obrigados a suspendê-la de imediato.

### GABARITO OFICIAL: B

#### JUSTIFICATIVA:

- a) Errado, porque: falta de correspondente legal.
- b) CERTO, porque: segundo o art. 6º, item 5, o *Pacto Internacional dos Direitos Civis e Políticos* preleciona que a pena de morte não deverá ser imposta em casos de crimes cometidos por pessoas menores de 18 anos, nem aplicada a mulheres em estado de gravidez.
- c) Errado, porque: falta de correspondente legal.
- d) Errado, porque: falta de correspondente legal.
- e) Errado, porque: falta de correspondente legal.



### Preste Atenção:

No *Pacto de São José da Costa Rica* (art. 4º, item 5), além destas pessoas (menores de 18 anos e mulheres grávidas) temos ainda que não será aplicada pena de morte à pessoa que no momento da perpetração do delito contar com mais de 70 anos. *Não confundir!*

**13. (Escrivão de Polícia Civil – PC/SP – VUNESP – 2013)** Assinale a alternativa que contempla a afirmativa que está em consonância com o disposto no Pacto Internacional dos Direitos Civis e Políticos.

- a) Ninguém poderá ser privado do direito de entrar em seu próprio país, exceto se estiver sendo formalmente acusado de terrorismo.
- b) Não haverá penas restritivas de direitos.
- c) Toda pessoa que for presa e possuir diploma de curso superior terá direito a cela especial e separada dos demais presos.

- d) Se, depois de perpetrado o delito, a lei estipular a imposição de pena mais leve, o delinquente não poderá dela beneficiar-se.
- e) Ninguém poderá ser obrigado a executar trabalhos forçados ou obrigatórios.

### GABARITO OFICIAL: E

#### JUSTIFICATIVA:

- a) Errado, porque: art. 12, item 4 “Ninguém poderá ser privado do direito de entrar em seu próprio país”.
- b) Errado, porque: art. 9, item 1 “Toda pessoa tem à liberdade e a segurança pessoais. Ninguém poderá ser preso ou encarcerado arbitrariamente. Ninguém poderá ser privado de sua liberdade, salvo pelos motivos previstos em lei e em conformidade com os procedimentos”.
- c) Errado, porque: não há correspondente normativo.
- d) Errado, porque: art. 15, item 1 “Ninguém poderá ser condenado por atos ou omissões que não constituam delito de acordo com direito nacional ou internacional, no momento em que foram cometidos. Tampouco poder-se-á impor pena mais grave do que a aplicável no momento da ocorrência do delito. Se, depois de perpetrado o delito, a lei estipular a imposição de pena mais leve, o delinquente deverá beneficiar-se”.
- e) CERTO, porque: a assertiva está de acordo com o art. 8º, item 3, a.



#### Preste Atenção:

Apesar do item e da questão ter sido apontado como gabarito, é necessário complementá-lo. Senão, vejamos: art. 8º, item 3 “a) Ninguém poderá ser obrigado a executar trabalhos forçados ou obrigatórios; b) A alínea a do presente parágrafo não poderá ser interpretada no sentido de proibir, nos países em que certos crimes sejam punidos com prisão e trabalhos forçados, o cumprimento de uma penas de trabalhos forçados, imposta por um tribunal competente”.

- 14. (Escrivão de Polícia Civil – PC/SP – VUNESP – 2013)** Consoante o que estabelece expressamente a Declaração Universal dos Direitos Humanos, é correto afirmar que
- a) a instrução promoverá a compreensão, a tolerância e a amizade entre todas as nações e grupos raciais ou religiosos, sendo obrigatório o ensino religioso nas escolas públicas.
- b) o poder público deve financiar os estudos dos alunos em escolas privadas quando não houver vagas em escolas públicas.
- c) os pais têm prioridade de direito na escolha do gênero de instrução que será ministrada a seus filhos.
- d) toda pessoa tem direito à instrução, que será gratuita em todos os graus.
- e) a instrução técnico-profissional será acessível a todos, bem como a instrução superior, esta baseada na condição econômico-financeira da pessoa.

### GABARITO OFICIAL: C

#### JUSTIFICATIVA:

- a) Errado, porque: art. XXVI, item 2 “a instrução será orientada no sentido do pleno desenvolvimento da personalidade humana e do fortalecimento do respeito pelos direitos humanos e pelas liberdades fundamentais. A instrução promoverá a compreensão, a tolerância e a amizade entre todas as nações e grupos raciais ou religiosos, e coadjuvará as atividades das Nações Unidas em prol da manutenção da paz”.
- b) Errado, porque: não há previsão normativa para tal assertiva.

- c) CERTO, porque: a assertiva está de acordo com o disposto no art. XXVI, item 3.
- d) Errado, porque: art. XXVI, item 1 “toda pessoa tem direito à instrução. A instrução será gratuita, pelo menos nos graus elementares e fundamentais. A instrução elementar será obrigatória”.
- e) Errado, porque: art. XXVI, item 1 “A instrução técnico-profissional será acessível a todos, bem como a instrução superior, esta baseada no mérito”.



### Preste Atenção:

Art. XVIII “Toda pessoa tem direito à *liberdade de pensamento*, consciência e religião; este direito inclui a liberdade de mudar de religião ou crença e a liberdade de manifestar essa religião ou crença, *pelo ensino*, pela prática, pelo culto e pela observância, isolada ou coletivamente, em público ou em particular.”

**15. (Delegado de Polícia – PC/PA – UEPA – 2013)** Sobre a Convenção Americana dos Direitos Humanos (Pacto de São José da Costa Rica), é correto afirmar que:

- I. Determina que a pena de morte somente poderá ser aplicada aos crimes mais graves, que não tenham qualquer conotação política, ficando vedada a elaboração de leis ampliando o rol de crimes sujeitos a ela, bem como a sua aplicação sobre menores de 18 ou maiores de 70 anos, além de mulheres grávidas.
- II. Veda a prática da tortura, exceto nos países que já a aplicam como forma legal de interrogatório ou produção de provas, devendo esses países, no entanto, comprometer-se a eliminá-la progressivamente, respeitado o princípio de autodeterminação.
- III. Reforça medidas já contempladas na legislação brasileira, tais como a obrigatória separação entre presos condenados e presos provisórios; a responsabilização de menores infratores através de órgão jurisdicional especializado e com processo mais célere; e a ênfase dada à função ressocializadora da pena.
- IV. Reconhece, como garantias judiciais do acusado em processo criminal, o direito à defesa técnica, inclusive por advogado oferecido pelo Estado; o direito de não- incriminação e o direito de, em caso de absolvição, não ser novamente processado pelos mesmos fatos.
- V. Proíbe expressamente os trabalhos forçados, com rigor maior do que a legislação brasileira, porque impede até mesmo o trabalho obrigatório do preso, parte da disciplina do sistema penitenciário, que violaria a dignidade humana na medida em que sujeita o apenado à perda de benefícios.

A alternativa que contém todas as afirmativas corretas é:

- a) I, II e III
- b) I, III e IV
- c) I, III e V
- d) III e IV
- e) III, IV e V

### GABARITO OFICIAL: D

#### JUSTIFICATIVA:

- I. Errado, porque: em virtude de que somente nos países que não houverem abolido a pena de morte poderá vigorar o descrito. Além de que, a questão da idade apontada na alternativa deve estar adstrita à época do cometimento do delito. Veja “dica” logo a seguir.
- II. Errado, porque: contraria os termos do art. 5º Direito à integridade pessoal (...) 2. Ninguém deve ser submetido a torturas, nem a penas ou tratos cruéis, desumanos ou degradantes.

- III. CERTO, porque: tais formulações encontram correspondência com o disposto na Convenção.
- IV. CERTO, porque: tais formulações encontram correspondência com o disposto na Convenção.
- V. Errado, porque: contraria os termos do art. 6º - Proibição da escravidão e da servidão (...) 3. Não constituem trabalhos forçados ou obrigatórios para os efeitos deste artigo: a) os trabalhos ou serviços normalmente exigidos de pessoa reclusa em cumprimento de sentença ou resolução formal expedida pela autoridade judiciária competente. Tais trabalhos ou serviços devem ser executados sob a vigilância e controle das autoridades públicas, e os indivíduos que os executarem não devem ser postos à disposição de particulares, companhias ou pessoas jurídicas de caráter privado.



### Preste Atenção:

- Art. 4º Do direito à vida. (...) 2. Nos países que não houverem abolido a pena de morte, essa só poderá ser imposta pelos delitos mais graves, em cumprimento de sentença final de tribunal competente e em conformidade com a lei que estabeleça tal pena, promulgada antes de haver o delito sido cometido. *Tampouco se estenderá sua aplicação a delitos aos quais não se aplique atualmente.*
3. Não se pode restabelecer a pena de morte nos Estados que a hajam abolido.
4. Em nenhum caso pode a pena de morte ser aplicada a delitos políticos, nem a delitos comuns conexos com delitos políticos.
5. Não se deve impor a pena de morte a pessoa que, *no momento da perpetração do delito, for menor de dezoito anos, ou maior de setenta*, nem aplicá-la a mulher em estado de gravidez.
6. Toda pessoa condenada à morte tem direito a solicitar anistia, indulto ou comutação da pena, os quais podem ser concedidos em todos os casos. Não se pode executar a pena de morte enquanto o pedido estiver pendente de decisão ante a autoridade competente.

16. (Agente de Polícia – PC/AL – CESPE – 2012) Julgue os itens que se seguem acerca da Convenção Americana sobre Direitos Humanos (Pacto de São José da Costa Rica).

A Convenção Americana sobre Direitos Humanos prevê a proibição da escravidão e da servidão, assim compreendidos, entre outras hipóteses, os trabalhos forçados exigidos de pessoa reclusa em cumprimento de sentença ou resolução formal expedida pela autoridade judiciária competente.

( ) Certo                      ( ) Errado

### GABARITO OFICIAL: ERRADO

#### JUSTIFICATIVA:

ERRADO, porque: o Pacto afirma, realmente, a proibição da escravidão e da servidão, mas não proíbe a pena de trabalhos forçados. Os países, em tese, podem adotar tal sanção penal. De qualquer forma, adotando ou não a pena de trabalhos forçados, o Pacto alerta que não constituem trabalhos forçados ou obrigatórios “os trabalhos ou serviços normalmente exigidos de pessoa reclusa em cumprimento de sentença ou resolução formal expedida pela autoridade judiciária competente”.



### Preste Atenção:

No Brasil, segundo o art. 5º, XLVII, c, da Constituição Federal, não é possível a adoção de pena de trabalhos forçados.

17. (Agente de Polícia Prova – PC/AL – CESPE – 2012) De acordo com a referida convenção, toda pessoa tem direito à liberdade de pensamento e de expressão, porém está sujeita à responsabilidade ulterior e à censura prévia.

( ) Certo            ( ) Errado

**GABARITO OFICIAL: ERRADO**

**JUSTIFICATIVA:**

ERRADO, porque: segundo o art. 13 do Pacto de São José da Costa Rica, haverá liberdade de pensamento e de expressão: “1. Toda pessoa tem o direito à liberdade de pensamento e de expressão. Esse direito inclui a liberdade de procurar, receber e difundir informações e ideias de qualquer natureza, sem considerações de fronteiras, verbalmente ou por escrito, ou em forma impressa ou artística, ou por qualquer meio de sua escolha. 2. *O exercício do direito previsto no inciso precedente não pode estar sujeito à censura prévia, mas a responsabilidades ulteriores, que devem ser expressamente fixadas pela lei a ser necessárias para assegurar: a) o respeito aos direitos ou à reputação das demais pessoas; ou b) a proteção da segurança nacional, da ordem pública, ou da saúde, ou da moral públicas.*”



**Preste Atenção:**

A Constituição Federal prevê, para os abusos cometidos na liberdade de expressão, a indenização referente ao dano moral, material ou à imagem e, ainda, o direito de resposta que será proporcional ao agravo.

18. (Agente de Polícia – PC/AL – CESPE – 2012) A referida convenção estabelece que somente o casamento, ou a união estável, é o núcleo natural e fundamental da sociedade e deve ser protegido pela sociedade e pelo Estado.

( ) Certo            ( ) Errado

**GABARITO OFICIAL: ERRADO**

**JUSTIFICATIVA:**

ERRADO, porque: na verdade, a família é o núcleo natural e fundamental da sociedade e deve ser protegida pela sociedade e pelo Estado. Sendo reconhecido o direito do homem e da mulher de contraírem casamento e de constituírem uma família.



**Preste Atenção:**

Acerca do direito de constituir uma família, tem-se intimamente ligado a ele o direito a um nome: toda pessoa tem direito a um prenome e aos nomes de seus pais ou ao de um destes. A lei deve regular a forma de assegurar a todos esse direito, mediante nomes fictícios, se for necessário. É o que está disposto no art. 18 do Pacto de São José da Costa Rica.

19. (Agente de Polícia – PC/AL – CESPE – 2012) A usura deve ser reprimida pela lei, de acordo com a Convenção Americana sobre Direitos Humanos.

( ) Certo            ( ) Errado

**GABARITO OFICIAL: CERTO****JUSTIFICATIVA:**

CERTO, porque: por expressa definição do art. 21, item 3, tanto a usura, como qualquer outra forma de exploração do homem pelo homem, devem ser reprimidas pela lei.

**Preste Atenção:**

De acordo com o Dec. nº 22.626/1933 e posteriores alterações, usura, na legislação pátria, é “toda a simulação ou prática tendente a ocultar a verdadeira taxa do juro ou a fraudar os dispositivos desta lei, para o fim de sujeitar o devedor a maiores prestações ou encargos, além dos estabelecidos no respectivo título ou instrumento” (art. 13).

20. **(Agente de Polícia – PC/AL – CESPE – 2012)** Apesar de consagrar o direito à vida, a Convenção Americana sobre Direitos Humanos prevê que a aplicação da pena de morte, para os países que a adotam, pode ser aplicada aos delitos mais graves, incluindo os delitos políticos.

( ) Certo            ( ) Errado

**GABARITO OFICIAL: ERRADO****JUSTIFICATIVA:**

ERRADO, porque: o Pacto dita que nos países que não houverem abolido a pena de morte ela só poderá ser imposta pelos delitos mais graves, em cumprimento de sentença final de tribunal competente e em conformidade com a lei que estabeleça tal pena. *Em nenhum caso pode a pena de morte ser aplicada a delitos políticos, nem a delitos comuns conexos com delitos políticos.*

**Preste Atenção:**

Não se deve impor a pena de morte à pessoa que, no momento da perpetração do delito, for menor de dezoito anos ou maior de setenta, nem aplicá-la a mulher em estado de gravidez.

21. **(Escrivão de Polícia – PC/AL – CESPE – 2012)** Acerca da Convenção Americana sobre Direitos Humanos (CADH), julgue os itens seguintes.

Somente os Estados-partes e a Comissão Interamericana de Direitos Humanos têm o direito de submeter um caso à decisão da Corte Internacional de Direitos Humanos.

( ) Certo            ( ) Errado

**GABARITO OFICIAL: CERTO****JUSTIFICATIVA:**

CERTO, porque: segundo a Convenção, em seu art. 61, somente os Estados-Partes (que já tenham entregue a declaração de submissão à jurisdição da Corte Interamericana) e a própria Comissão terão acesso à Corte.

**Preste Atenção:**

A sentença proferida pela Corte Interamericana de Direitos Humanos é inapelável e definitiva.

- 22. (Escrivão de Polícia – PC/AL – CESPE – 2012)** A CADH admite a possibilidade de asilo, em território estrangeiro, de pessoa que cometa crime comum não vinculado à atividade política.

( ) Certo            ( ) Errado

**GABARITO OFICIAL: ERRADO****JUSTIFICATIVA:**

ERRADO, porque: toda pessoa tem o direito de buscar e receber asilo em território estrangeiro, em caso de perseguição por delitos políticos ou comuns conexos com delitos políticos, e nunca em razão de crime comum – perseguição legítima não dará ensejo à concessão de asilo político.

**Preste Atenção:**

No Brasil a concessão ou não de asilo político é ato discricionário do Presidente da República.

- 23. (Escrivão de Polícia – PC/AL – CESPE – 2012)** É assegurado a qualquer pessoa apresentar à Comissão Interamericana de Direitos Humanos petições que contenham denúncias ou queixas de violação da CADH por um Estado-parte.

( ) Certo            ( ) Errado

**GABARITO OFICIAL: CERTO****JUSTIFICATIVA:**

CERTO, porque: segundo a Convenção, em seu art. 44, “qualquer pessoa ou grupo de pessoas, ou entidade não governamental legalmente reconhecida em um ou mais Estados-Membros da Organização, pode apresentar à Comissão petições que contenham denúncias ou queixas de violação desta Convenção por um Estado-Parte.”

**Preste Atenção:**

Se a Comissão não obter êxito, isto é, se não for reparado o direito objeto da denúncia ou da queixa, a Comissão encaminhará o processo à Corte Interamericana de Direitos Humanos.

- 24. (Delegado de Polícia – PC/AL – CESPE – 2012)** Com relação ao Pacto de São José da Costa Rica, julgue o item a seguir.

Toda pessoa tem deveres para com a sua família, a sua comunidade e a humanidade, sendo que o direito individual é limitado pelo direito dos demais, pela segurança de todos e pelas exigências do bem comum, em uma sociedade democrática.

( ) Certo            ( ) Errado

**GABARITO OFICIAL: CERTO****JUSTIFICATIVA:**

CERTO, porque: segundo o art. 32 que trata da *correlação entre deveres e direitos*: “1. Toda pessoa tem deveres para com a família, a comunidade e a humanidade. 2. Os direitos de cada pessoa são limitados pelos direitos dos demais, pela segurança de todos e pelas justas exigências do bem comum, em uma sociedade democrática.”

**Preste Atenção:**

Este art. 32 comprova que não existe direito absoluto. Haverá sempre um limitador, seja legal ou principiológico, que impedirá o exercício amplo e irrestrito do direito.

- 25. (Inspetor de Polícia – Civil – PC/CE – CESPE – 2012)** A respeito da Declaração Universal de Direitos Humanos (DUDH), julgue os itens que se seguem.

Toda pessoa vítima de perseguição tem o direito de procurar e de gozar asilo em outros países, mesmo em caso de perseguição legitimamente motivada por crime de direito comum ou por ato contrário aos propósitos e princípios das Nações Unidas.

( ) Certo                      ( ) Errado

**GABARITO OFICIAL: ERRADO****JUSTIFICATIVA:**

ERRADO, porque: toda pessoa, vítima de perseguição, tem o direito de procurar e de gozar asilo em outros países. Este direito não pode ser invocado em caso de perseguição legitimamente motivada por crimes de direito comum ou por atos contrários aos propósitos e princípios das Nações Unidas.

**Preste Atenção:**

Não configura crime político, para fim de obstar o acolhimento de pedido de extradição, homicídio praticado por membro de organização revolucionária clandestina, em plena normalidade institucional de Estado Democrático de direito, sem nenhum propósito político imediato ou conotação de reação legítima a regime opressivo. (Ext 1.085, rel. Min. Cezar Peluso, j. 16-12-2009, Plenário, DJe de 16-4-2010)

- 26. (Inspetor de Polícia – Civil – PC/CE – CESPE – 2012)** Julgue os próximos itens, relativos à Convenção Internacional sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Racial.

Serão consideradas discriminação racial as medidas especiais tomadas com o único objetivo de assegurar o progresso adequado de certos grupos raciais ou étnicos, ainda que tais medidas não conduzam, em consequência, à manutenção de direitos separados para diferentes grupos raciais.

( ) Certo                      ( ) Errado

**GABARITO OFICIAL: ERRADO****JUSTIFICATIVA:**

ERRADO, porque: não serão consideradas discriminações raciais as medidas especiais tomadas como o único objetivo de assegurar progresso adequado de certos grupos raciais ou étnicos ou

indivíduos que necessitem da proteção que possa ser necessária para proporcionar a tais grupos ou indivíduos igual gozo ou exercício de direitos humanos e liberdades fundamentais, contanto que tais medidas não conduzam, em consequência, a manutenção de direitos separados para diferentes grupos raciais e não prossigam após terem sido alcançados os seus objetivos.

**Preste Atenção:**

Nesta Convenção, a expressão “discriminação racial” significará qualquer distinção, exclusão, restrição ou preferência baseada em raça, cor, descendência ou origem nacional ou étnica que tem por objetivo ou efeito anular ou restringir o reconhecimento, gozo ou exercício num mesmo plano, (em igualdade de condição), de direitos humanos e liberdades fundamentais no domínio político econômico, social, cultural ou em qualquer outro domínio de sua vida (art. 1º, item 1).

27. (Inspetor de Polícia – Civil – PC/CE – CESPE – 2012) Essa convenção aplica-se em âmbito universal à proteção aos direitos à igualdade, proibindo, entre outras, distinções, exclusões, restrições e preferências feitas por um Estado entre cidadãos e não cidadãos.

( ) Certo      ( ) Errado

**GABARITO OFICIAL: ERRADO**

**JUSTIFICATIVA:**

ERRADO, porque: esta Convenção não se aplicará às distinções, exclusões, restrições e preferências feitas por um Estado Parte nesta Convenção entre cidadãos. Nada nesta Convenção poderá ser interpretado como afetando as disposições legais dos Estados Partes, relativas a nacionalidade, cidadania e naturalização, desde que tais disposições não discriminem contra qualquer nacionalidade particular.

**Preste Atenção:**

Nenhuma *lei* poderá discriminar brasileiro nato do brasileiro naturalizado, exceto à *Constituição Federal* – que inclusive já o faz. Haverá tratamento diferenciado para nato e naturalizado, por exemplo, na extradição e no acesso a certos cargos públicos.

28. (Inspetor de Polícia – Civil – PC/CE – CESPE – 2012) Discriminação racial é toda distinção, exclusão, restrição ou preferência baseada em raça, cor, descendência ou origem nacional ou étnica que tenha por objeto ou resultado anular ou restringir o reconhecimento, gozo ou exercício em um mesmo plano (em igualdade de condição) de direitos humanos e liberdades fundamentais nos campos político, econômico, social, cultural ou em qualquer outro campo da vida pública.

( ) Certo      ( ) Errado

**GABARITO OFICIAL: CERTO**

**JUSTIFICATIVA:**

CERTO, porque: de acordo com o art. 1º, item I, da Convenção.

**Preste Atenção:**

Será estabelecido um Comitê para a eliminação da discriminação racial (doravante denominado “o Comitê”) composto de 18 peritos conhecidos pela alta moralidade e imparcialidade, que serão eleitos pelos Estados Membros dentre seus nacionais, e que atuarão a título individual, levando-se em conta uma repartição geográfica equitativa e a representação das formas diversas de civilização, assim como dos principais sistemas jurídicos. Este comitê possui como presidente, o embaixador brasileiro José Augusto Lindgren Alves. (Reeleito para novo mandato de 4 anos, que se inicia em 2014)

- 29. (Inspetor de Polícia – Civil – PC/CE – CESPE – 2012)** A respeito da Convenção contra a Tortura e outros Tratamentos ou Penas Cruéis, Desumanos ou Degradantes, julgue os itens seguintes.

Nenhum país procederá à expulsão, devolução ou extradição de pessoa para outro Estado quando houver razões substanciais para crer que essa pessoa corre perigo de ali ser submetida a tortura.

( ) Certo                      ( ) Errado

**GABARITO OFICIAL: CERTO**

**JUSTIFICATIVA:**

CERTO, porque: de acordo com o art. 3º da Convenção.

**Preste Atenção:**

Para a Convenção tortura designa qualquer ato pelo qual dores ou sofrimentos agudos, físicos ou mentais, são infligidos intencionalmente a uma pessoa a fim de obter, dela ou de terceira pessoa, informações ou confissões; de castigá-la por ato que ela ou terceira pessoa tenha cometido, ou seja, suspeita de ter cometido; de intimidar ou coagir esta pessoa ou outras pessoas; ou por qualquer motivo baseado em discriminação de qualquer natureza; quando tais dores ou sofrimentos são infligidos por um funcionário público ou outra pessoa no exercício de funções públicas, ou por sua instigação, ou com o seu consentimento ou aquiescência (art. 1º).

- 30. (Inspetor de Polícia – Civil – PC/CE – CESPE – 2012)** Tortura é qualquer ato pelo qual dores ou sofrimentos agudos são infligidos à pessoa a fim de se obterem informações ou confissões, ainda que tais dores ou sofrimentos sejam consequências unicamente de sanções legítimas.

( ) Certo                      ( ) Errado

**GABARITO OFICIAL: ERRADO**

**JUSTIFICATIVA:**

ERRADO, porque: conforme art. 1º *in fine* “não se considerará como tortura as dores ou sofrimentos que sejam consequência unicamente de sanções legítimas, ou que sejam inerentes a tais sanções ou delas decorram”.

**Preste Atenção:**

Em nenhum caso poderão invocar-se circunstâncias excepcionais, como ameaça ou estado de guerra, instabilidade política interna ou qualquer outra emergência pública, como justificação para a tortura.

- 31. (Inspetor de Polícia – Civil – PC/CE – CESPE - 2012)** Acerca da teoria geral dos direitos humanos e da dignidade da pessoa humana, julgue os itens a seguir.

A dignidade da pessoa humana é um fundamento da República Federativa do Brasil.

( ) Certo                      ( ) Errado

**GABARITO OFICIAL: CERTO****JUSTIFICATIVA:**

CERTO, porque: de acordo com o art. 1º, III, da CF.

**Preste Atenção:**

A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado Democrático de Direito e tem como fundamentos: a dignidade da pessoa humana.

- 32. (Inspetor de Polícia – Civil – PC/CE – CESPE – 2012)** Acerca da teoria geral dos direitos humanos e da dignidade da pessoa humana, julgue os itens a seguir.

O direito internacional dos direitos humanos, fenômeno que antecedeu à Primeira Guerra Mundial, pode ser conceituado como uma construção consciente vocacionada a assegurar a dignidade humana.

( ) Certo                      ( ) Errado

**GABARITO OFICIAL: ERRADO****JUSTIFICATIVA:**

ERRADO, porque: existem documentos datados de antes de Cristo que corroboram a preocupação humana em defender-se de violências e agressões, sejam as praticadas entre indivíduos, sejam as praticadas pelo Estado contra o seu cidadão. Acontece que o marco histórico que altera o âmbito de obrigatoriedade das normas de direitos humanos é a Segunda Guerra Mundial. Foi com a Declaração Universal dos Direitos Humanos que a disciplina passa do interesse meramente interno de cada país, para a comunidade internacional. Com o fim da Segunda Guerra Mundial, podemos afirmar que os direitos humanos tornaram-se matéria internacional.

**Preste Atenção:**

A Declaração Universal dos Direitos Humanos faz parte do sistema global de proteção a pessoa humana e encontra-se sob os auspícios da ONU. Tendo sido adotada e proclamada pela Resolução nº 217 A (III) da Assembleia Geral das Nações Unidas em 10 de dezembro de 1948.

**33. (Inspetor de Polícia – Civil – PC/CE – CESPE - 2012)** A respeito da Declaração Universal de Direitos Humanos (DUDH), julgue os itens que se seguem.

Toda pessoa tem direito à liberdade de opinião e expressão. Esse direito inclui a liberdade de, sem interferência, ter opiniões e de procurar, receber e transmitir informações e ideias por quaisquer meios e independentemente de fronteiras.

( ) Certo ( ) Errado

**GABARITO OFICIAL: CERTO**

**JUSTIFICATIVA:**

CERTO, porque: há expressa menção do art. XIX da DUDH.



**Preste Atenção:**

Por ser uma Declaração a DUDH não tem força obrigatória, isto é, sua desobediência, via de regra, não gerará sanção para o Estado.

**34. (Inspetor de Polícia – Civil – PC/CE – CESPE – 2012)** Segundo a DUDH, ninguém poderá ser culpado por ação ou omissão que, no momento da sua prática, não constituía delito perante o direito nacional ou internacional.

( ) Certo ( ) Errado

**GABARITO OFICIAL: CERTO**

**JUSTIFICATIVA:**

CERTO, porque: há expressa menção do art. XI, item 2.



**Preste Atenção:**

A DUDH também reconhece a presunção da inocência, princípio que é adotado em nossa Constituição Federal (contudo, há quem entenda que no Brasil vigora o princípio da não culpabilidade, que seria mais restrito do que o princípio da inocência). Diz a DUDH: Toda pessoa acusada de um ato delituoso tem o direito de ser presumida inocente até que a sua culpabilidade tenha sido provada de acordo com a lei, em julgamento público no qual lhe tenham sido asseguradas todas as garantias necessárias à sua defesa.

**35. (Escrivão de Polícia Civil – PC/MG – FUMARC – 2011)** Para a proteção dos direitos humanos, o instrumento de maior importância no sistema interamericano é a Convenção Americana de Direitos Humanos, também denominada Pacto de San José da Costa Rica.

Leia as assertivas a seguir:

I. Foi esse Pacto assinado em San José, na Costa Rica, em 1969, mas somente entrou em vigor somente em 1988, com a promulgação da chamada Constituição Cidadã no Brasil.

II. Apenas Estados-membros da Organização dos Estados Americanos têm o direito de aderir à Convenção Americana, que até março de 2010 contava com 25 Estados-partes.

III. Os Estados-Partes da Convenção têm deveres negativos que consistem em não violar os direitos, as medidas necessárias para assegurar o pleno exercício dos direitos humanos internacionais são da competência da ONU.

Marque a opção CORRETA:

a) Somente a assertiva I é incorreta.

- b) As assertivas I, II e III estão corretas.
- c) As assertivas I, II e III estão incorretas.
- d) Somente a assertiva II está correta.

**GABARITO OFICIAL: D****JUSTIFICATIVA:**

I. Errado, porque: o Pacto de São José da Costa Rica entrou em vigor no Brasil em 1992. Por meio do Dec. nº 678/1992 o Brasil internalizou este tratado internacional. Foi somente a partir da promulgação deste decreto que ele passou a ter força de lei e ser obrigatório para o Brasil.

II. CERTO, porque: em razão de a Convenção ser tratado internacional inserido no Sistema Americano de Proteção, e, ainda, de estar vinculada à OEA, somente Estados-Membros poderão aderir a tal norma internacional.

III. Errado, porque: no tratado pode-se encontrar deveres negativos, mas também prestações positivas que o Estado deve prestar. O Pacto faz parte do sistema regional de proteção à pessoa humana, portanto, desvinculado da ONU.

**Preste Atenção:**

Os sistemas de proteção da pessoa humana são: Global – cujo órgão máximo é a ONU; Regionais – Americano, Africano e Europeu.

**36. (Escrivão de Polícia Civil – PC/MG – FUMARC – 2011)** Na Constituição de 1988, os direitos sociais foram enumerados no art. 6º e são eles:

- a) A educação, a saúde, liberdade de expressão, a segurança, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, previdência social, a proteção à maternidade e à infância e a assistência aos desamparados.
- b) A educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, previdência social, a proteção à maternidade e à infância e a assistência aos desamparados.
- c) A educação, a saúde, a igualdade, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, previdência social, a proteção à maternidade e à infância e a assistência aos desamparados.
- d) A educação, a saúde, a propriedade, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, previdência social, a proteção à maternidade e à infância e a assistência aos desamparados.

**GABARITO OFICIAL: B****JUSTIFICATIVA:**

- a) Errado, porque: a liberdade de expressão não está inserida no art. 6º da CF.
- b) CERTO, porque: por expressa dicção do art. 6º da CF, são direitos sociais: a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma da Constituição.
- c) Errado, porque: a igualdade não está inserida no art. 6º da CF.
- d) Errado, porque: a propriedade não está inserida no art. 6º da CF.

**Preste Atenção:**

Os direitos sociais, ou seja, direitos de segunda geração/dimensão, não se encontram taxativamente elencados no art. 6º da CF. Eles estão espalhados ao longo de todo o texto constitucional, sendo, sempre possível, a inserção de novos direitos individuais, sociais ou coletivos.

**37. (Escrivão de Polícia Civil – PC/MG – FUMARC – 2011)** A Declaração Universal dos Direitos Humanos, adotada em 10 de dezembro de 1948, objetiva delinear uma ordem pública mundial fundada no respeito à dignidade da pessoa humana. Leia e analise as assertivas a seguir:

I. A Declaração compreende um conjunto de direitos e faculdades sem as quais um ser humano não pode desenvolver sua personalidade física, moral e intelectual.

II. Sendo universal, é aplicável a todas as pessoas de todos os países, raças, religiões e sexos, condicionada à aplicação ao regime político dos territórios nos quais incide.

III. Consolida a afirmação de uma ética universal, ao consagrar um consenso sobre valores de cunho universal a serem seguidos pelos Estados.

Marque a opção CORRETA.

- a) Somente as assertivas I e II estão corretas.
- b) Somente as assertivas II e III estão corretas.
- c) Somente as assertivas I e III estão corretas.
- d) Somente a assertiva I está correta.

### GABARITO OFICIAL: C

#### JUSTIFICATIVA:

I. CERTO, porque: as normas de direitos humanos buscam elencar um patamar mínimo de direitos, cuja falta impede a concretização da dignidade da pessoa humana.

II. Errado, porque: sendo universal, é aplicável a todas as pessoas de todos os países, raças, religiões e sexos, não importando a origem, crença, decisão política do Estado.

III. CERTO, porque: foi ao final da Segunda Guerra Mundial que os Estados perceberam que de nada adiantaria proteger os direitos dos seus nacionais dentro de seus territórios se, ao se depararem fora deste limite territorial, estes indivíduos ficassem vulneráveis a todo e qualquer desrespeito a direitos humanos – porque não havia regramento mínimo para os demais Estados. Para corrigir tal discrepância, os direitos humanos tornaram-se, então, regras universais e delimitaram um patamar mínimo ético a ser obedecido por todos.



#### Preste Atenção:

A Declaração Universal dos Direitos Humanos é marco histórico dos direitos humanos e foi elaborada no contexto pós Segunda Guerra Mundial. Neste momento histórico os países perceberam que era necessário criar um conjunto de normas que ultrapassassem a autonomia privada interna de cada país. Foi, então, que surgiram as regras universais de direitos humanos universais.

**38. (Delegado de Polícia – PC/MG – 2011)** A Constituição da República de 1988 alargou significativamente o campo dos direitos e garantias fundamentais, por isso é um marco jurídico da transição ao regime democrático no Brasil. Nesse processo de transição, é acentuada, na Constituição, a preocupação em assegurar os valores da dignidade e do bem-estar da pessoa humana, como imperativo de justiça social. Não corrobora com o contexto anterior, este entendimento o argumento:

- a) Os objetivos fundamentais do Estado brasileiro visam à concretização da democracia econômica, social e cultural, a fim de efetivar na prática a dignidade da pessoa humana.
- b) Os direitos fundamentais, que têm como núcleo a dignidade da pessoa humana, são elementos básicos para a realização do princípio democrático, tendo em vista que exercem uma função democratizadora.
- c) A Constituição traz a previsão expressa do valor da dignidade da pessoa humana como imperativo da justiça social, mas que deve ceder frente à necessidade de se preservar a ordem democrática.

- d) O valor da dignidade da pessoa humana impõe-se como núcleo básico e informador de todo o ordenamento jurídico como critério e parâmetro que orienta a compreensão do sistema constitucional.

### GABARITO OFICIAL: C

#### JUSTIFICATIVA:

- a) Certo, porque: os objetivos da República Federativa do Brasil estão dispostos no art. 3º da CF e, da simples leitura de tal norma, verifica-se tal finalidade. Além de que, é fonte de interpretação que irradia efeitos por todo o ordenamento jurídico, a efetivação da dignidade da pessoa humana.
- b) Certo, porque: A dignidade da pessoa humana é um dos fundamentos da República Federativa do Brasil (art. 1º da CF) e, portanto é alicerce de toda a sociedade brasileira. A melhor forma de concretizar tal alicerce é entregar a todo indivíduo os direitos elencados como fundamentais em nossa CF.
- c) ERRADO, porque: apesar de não existirem direitos absolutos (nem mesmo a vida é um direito absoluto, pois ela poderá ser relativizada em tempo de guerra ou mesmo no momento em que se permite o aborto, por exemplo) os direitos humanos somente cederão frente a um outro direito legalmente estabelecido. Não há espaços para relativização dos direitos humanos se a lei não o fizer expressamente. A alternativa *c* traz uma possibilidade que não existe.
- d) Certo, porque: Conforme explicado nas alternativas anteriores, a dignidade da pessoa humana será paradigma para qualquer dúvida na aplicação da norma no caso concreto. É nela que se baseia (ou deveria basear) toda e qualquer manifestação do Poder Público.



#### Preste Atenção:

Dois exemplos em que há restrição normativa de direitos fundamentais estão expressos nos arts. 136 e 139 da CF, quais sejam: estado de defesa e estado de sítio, respectivamente. Porém, em nenhum deles haverá restrição direta à dignidade da pessoa humana, vejamos:

“Art. 136. (...) § 1º O decreto que instituir o estado de defesa determinará o tempo de sua duração, especificará as áreas a serem abrangidas e indicará, nos termos e limites da lei, as medidas coercitivas a vigorarem, dentre as seguintes: I – restrições aos direitos de: a) reunião, ainda que exercida no seio das associações; b) sigilo de correspondência; c) sigilo de comunicação telegráfica e telefônica; II – ocupação e uso temporário de bens e serviços públicos, na hipótese de calamidade pública, respondendo a União pelos danos e custos decorrentes. (...)”

Art. 139. Na vigência do estado de sítio decretado com fundamento no art. 137, I, só poderão ser tomadas contra as pessoas as seguintes medidas: I – obrigação de permanência em localidade determinada; II – detenção em edifício não destinado a acusados ou condenados por crimes comuns; III – restrições relativas à inviolabilidade da correspondência, ao sigilo das comunicações, à prestação de informações e à liberdade de imprensa, radiodifusão e televisão, na forma da lei; IV – suspensão da liberdade de reunião; V – busca e apreensão em domicílio; VI – intervenção nas empresas de serviços públicos; VII – requisição de bens.”

- 39. (Delegado de Polícia – PC-MG – 2011)** Os fundamentos do Estado Democrático de Direito, conforme expressos na Constituição são:

- a) Os direitos políticos: votar e ser votado.  
 b) A cidadania e a dignidade da pessoa humana.  
 c) Federalismo e República, como formas de organização política.  
 d) Meio ambiente e cultura, como bens de uso comum do povo.

**GABARITO OFICIAL: B****JUSTIFICATIVA:**

- a) Errado, porque: tais direitos não estão expressamente considerados no art. 1º da CF.
- b) CERTO, porque: a questão exigia o conhecimento do art. 1º da CF, que assim dispõe: “Art. 1º A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado Democrático de Direito e tem como fundamentos: I – a soberania; II – a cidadania; III – a dignidade da pessoa humana; IV – os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa; V – o pluralismo político.”
- c) Errado, porque: tais direitos não estão expressamente considerados no art. 1º da CF.
- d) Errado, porque: tais direitos não estão expressamente considerados no art. 1º da CF.

**Preste Atenção:**

Nossa democracia é classificada como semidireta ou semi-indireta, pois alterna mecanismos diretos e indiretos de tomadas de decisão pelo povo. Vejamos o disposto no parágrafo único do art. 1º da CF: “Todo o poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos [democracia indireta] ou diretamente [democracia direta, por meio de plebiscito, referendo e lei de iniciativa popular], nos termos desta Constituição.”

- 40. (Delegado de Polícia – PC/MG – 2011)** Os direitos e garantias, enumerados na Constituição, não excluem outros decorrentes do regime e dos princípios por ela adotados, ou dos tratados internacionais em que a República Federativa do Brasil seja parte.

Leia e analise as assertivas a seguir:

I. A Constituição atribuiu aos direitos internacionais uma natureza especial e diferenciada, qual seja, a natureza de norma constitucional.

II. Os direitos enunciados nos tratados de direitos humanos, de que o Brasil é parte, integram o elenco dos direitos constitucionalmente consagrados.

III. A interpretação sistemática do texto constitucional exige que a dignidade da pessoa seja o parâmetro orientador para a compreensão do fenômeno constitucional.

Marque a opção CORRETA:

- a) apenas as assertivas I e II estão corretas.
- b) as assertivas I, II e III estão incorretas.
- c) as assertivas I, II e III estão corretas.
- d) apenas as assertivas II e III estão corretas.

**GABARITO OFICIAL: D****JUSTIFICATIVA:**

I. Errado, porque: nosso sistema normativo não adota a teoria monista, e sim a dualista. Sendo assim, as normas internacionais – tratados internacionais – somente ingressarão em nosso ordenamento jurídico após um processo de internalização.

II. CERTO, porque: após o processo de internalização, e, desde que seja respeitado o procedimento especial, os tratados de direitos humanos receberão força de norma constitucional. O procedimento especial a que estes tratados necessitam passar é a aprovação por dois terços dos votos dos membros de cada Casa do Congresso Nacional e que esta votação aconteça em dois turnos (art. 5º, § 3º, da CF).

III. CERTO, porque: a interpretação sistemática é aquela que percebe as normas dentro de um todo lógico e harmônico. Não seria utilizar-se desta metodologia destacar a norma e utilizá-la de forma isolada. Exemplo: o direito de propriedade está previsto no art. 5º, XXII, da CF. Mas, se não há uso da propriedade, se não há aplicação da função social (art. 5º, XXIII, da CF) de nada valerá aquele primeiro direito. É preciso entendê-lo dentro de um conjunto, dentro do todo e, somente assim, haverá real compreensão do alcance da norma.



### Preste Atenção:

O rol dos direitos e garantias individuais, conhecidos como cláusulas pétreas em nossa Constituição Federal, não poderá ser diminuído. Contudo, qualquer alteração que inclua novos direitos poderá sempre acontecer.

**41. (Delegado de Polícia – PC/SP – 2011)** As penas que poderão ser fixadas pelo Tribunal Penal Internacional (Estatuto de Roma, 1998) são:

- a) expatriação, prisão até 30 anos ou perpétua e perda dos produtos, bens e haveres provenientes do crime.
- b) prisão, no mínimo de 3 anos e, no máximo, perpétua, multa, ou perda de produtos e bens provenientes do crime, ainda que de forma indireta.
- c) advertência, prisão, de 3 anos a 30 anos e a perda dos produtos, bens e haveres provenientes do crime.
- d) prisão até 30 anos ou perpétua, multa e perda dos produtos, bens e haveres provenientes do crime.
- e) expatriação, prisão de 3 a 30 anos ou perpétua e perda dos produtos, bens e haveres decorrentes do crime.

### GABARITO OFICIAL: D

#### JUSTIFICATIVA:

- a) Errado, porque: não há previsão expressa para a expatriação.
- b) Errado, porque: há previsão expressa de que o limite será de 30 anos e não de 3 anos.
- c) Errado, porque: não há previsão expressa para advertência e o prazo será de até 30 anos.
- d) CERTO, porque: as penas previstas no Estatuto de Roma são: pena de prisão por um número determinado de anos, até ao limite máximo de 30 anos; ou pena de prisão perpétua, se o elevado grau de ilicitude do fato e as condições pessoais do condenado o justificarem. Além da pena de prisão, poderá ser aplicado também multa, de acordo com os critérios previstos no Regulamento Processual; a perda de produtos, bens e haveres provenientes, direta ou indiretamente, do crime, sem prejuízo dos direitos de terceiros que tenham agido de boa-fé (art. 77 do Estatuto de Roma).
- e) Errado, porque: não há previsão expressa para a expatriação; o limite será de 30 anos sem penalidade mínima fixada.



### Preste Atenção:

O Tribunal Penal Internacional é competente para julgar apenas quatro fatos típicos: genocídio, crimes contra a humanidade, crimes de guerra e agressão internacional (art. 5º do Estatuto de Roma).

- 42. (Delegado de Polícia – PC/SP – 2011)** De acordo com a Convenção Interamericana para Prevenir e Punir a Tortura (1985), podem ser sujeitos ativos do crime de tortura
- apenas funcionários ou empregados públicos, ou particulares desde que instigados pelos dois primeiros.
  - apenas funcionários ou empregados públicos, ainda que em período de estágio probatório ou equivalente.
  - qualquer pessoa, desde que tenha a intenção de impor grave sofrimento físico ou mental.
  - exclusivamente empregados ou funcionários públicos, agindo em razão do ofício ou função.
  - qualquer pessoa, desde que seja penalmente responsável nos termos da lei do Estado Parte.

---

**GABARITO OFICIAL: A**

**JUSTIFICATIVA:**

- CERTO, porque: por expressa determinação do art. 3º da Convenção “serão responsáveis pelo delito de tortura: *a)* Os empregados ou funcionários públicos que, atuando nesse caráter, ordenem sua execução ou instiguem ou induzam a ela, cometam-no diretamente ou, podendo impedi-lo, não o façam; *b)* As pessoas que, por instigação dos funcionários ou empregados públicos a que se refere a alínea *a*, ordenem sua execução, instiguem ou induzam a ela, cometam-no diretamente ou nele sejam cúmplices.”
- Errado, porque: terceiros também podem praticar tal fato típico.
- Errado, porque: empregados ou funcionários públicos no exercício de suas funções e terceiros instigados por estes. Somente tais pessoas serão sujeitos ativos do crime.
- Errado, porque: terceiros também podem praticar tal fato típico.
- Errado, porque: Não será qualquer pessoa, somente as elencadas anteriormente.



**Preste Atenção:**

O fato de haver agido por ordens superiores não eximirá da responsabilidade penal correspondente.

- 43. (Delegado de Polícia – PC/SP – 2011)** A Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher estabelece que os Estados Partes se comprometem a
- fomentar qualquer concepção estereotipada dos papéis masculino e feminino em todos os níveis.
  - derrogar todas as disposições penais nacionais que constituam discriminação contra as mulheres.
  - conceder bolsas e acesso aos programas de educação supletiva em maior número para compensar as desigualdades passadas.
  - desencorajar a educação mista, privilegiando os programas de alfabetização funcional para as mulheres.
  - proibir a demissão por motivo de gravidez, permanecendo aquelas motivadas pelo estado civil.

---

**GABARITO OFICIAL: B**

**JUSTIFICATIVA:**

- Errado, porque: agindo assim os Estados estariam aumentando a discriminação. Fomentar significa incentivar.

- b) CERTO, porque: segundo o art. 2º da Convenção, nas alíneas *f* e *g*, respectivamente, aos Estados será obrigatória a adoção de todas as medidas adequadas, inclusive de caráter legislativo, para modificar ou derrogar leis, regulamentos, usos e práticas que constituam discriminação contra a mulher e ainda, a derrogação de todas as disposições penais nacionais que constituam discriminação contra a mulher.
- c) Errado, porque: não há expressa definição legal.
- d) Errado, porque: não há expressa definição legal – e tal atitude seria considerada discriminatória.
- e) Errado, porque: a demissão por motivo de gravidez é, verdadeiramente proibida, e não há possibilidade alguma da demissão fundada no estado civil da pessoa.



### Preste Atenção:

O art. 4º estabelece que “a adoção pelos Estados-Partes de medidas especiais de caráter temporário destinadas a acelerar a igualdade de fato entre o homem e a mulher não se considerará discriminação na forma definida nesta Convenção, mas de nenhuma maneira implicará, como consequência, a manutenção de normas desiguais ou separadas; essas medidas cessarão quando os objetivos de igualdade de oportunidade e tratamento houverem sido alcançados.”

44. **(Delegado de Polícia – PC/SP – 2011)** Quando, no final do século XVIII, foram declarados os direitos fundamentais, eram encarados essencialmente como
- a) interesses coletivos não individualizáveis.
  - b) proliferação dos direitos naturais e objetivos.
  - c) expressões da liberdade humana em face do Poder.
  - d) objetivos políticos efetivamente protegidos.
  - e) vulgarização e trivialização dos direitos naturais.

### GABARITO OFICIAL: C

#### JUSTIFICATIVA:

- a) Errado, porque: os direitos coletivos ainda não eram a preocupação do ser humano. Ainda não havia a percepção de direitos coletivos e/ou difusos.
- b) Errado, porque: os direitos fundamentais são considerados, a partir da Revolução Francesa, inatos ao ser humano. Não possuem origem num ato humano. Este conjunto de direitos existem simplesmente porque os homens existem. Acontece que, a positivação destes direitos – inatos, direitos naturais – trouxe a novel possibilidade de exigir o seu cumprimento. Aquilo que “existia” apenas objetivamente, passa a ter subjetividade: o indivíduo pode insurgir-se contra o Estado – possuidor do direito objetivo – para fazer valer o seu direito concretamente, subjetivamente.
- c) CERTO, porque: a questão trata do contexto histórico da Revolução Francesa, mais precisamente da promulgação da Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão de 1789. Nela estão contidos os direitos fundamentais alcançados com os ideais iluministas – os direitos fundamentais e os direitos humanos são direitos inatos ao ser humano. Não nos foram entregues tais direitos, mas sim, são parte do nosso patrimônio desde o nascimento com vida – apesar de que existem alguns direitos que serão protegidos desde a concepção.
- d) Errado, porque: seu objetivo principal era a proteção do ser humano, individualmente considerado.
- e) Errado, porque: as revoluções ocorridas no século XVII foram influenciadas pelos ideais iluministas e, fortemente pela concepção jusnaturalista dos direitos fundamentais. Mas não houve a “vulgarização e trivialização” dos direitos naturais, pelo contrário, talvez, sem o dogma da exis-

tência de direitos inatos aos seres humanos, não seria possível transpor a barreira dos direitos que asseguravam o *status quo* (que asseguravam a manutenção do Estado Absolutista).

**Preste Atenção:**

Os grandes direitos individuais trazidos no contexto da Revolução Francesa foram: liberdade, não opressão do Estado, segurança e propriedade.

- 45. (Delegado de Polícia – PC/SP – 2011)** As regras mínimas das Nações Unidas para o tratamento dos presos não incluem
- a) o respeito às crenças religiosas e aos preceitos morais do grupo a que pertença o preso.
  - b) que todos são dotados de razão e consciência e devem agir com espírito de fraternidade.
  - c) as razões da prisão de qualquer pessoa e a autoridade competente que a ordenou.
  - d) a separação entre pessoas presas preventivamente e presos condenados.
  - e) que os presos jovens deverão ser mantidos separados dos presos adultos.

**GABARITO OFICIAL: B****JUSTIFICATIVA:**

- a) Certo, porque: consta expressamente neste documento internacional em seu art. 6º.
- b) ERRADO, porque: as alternativas expressam direitos e garantias que foram entregues aos presos, exceto o item b; esta expressão consta, *ipsis litteris*, no art. 1º da Declaração Universal dos Direitos Humanos e, neste momento, não há alusão específica aos presos. Trata-se de uma afirmativa com destinatários gerais.
- c) Certo, porque: consta expressamente neste documento internacional em seu art. 7º.
- d) Certo, porque: consta expressamente neste documento internacional em seu art. 8º.
- e) Certo, porque: consta expressamente neste documento internacional em seu art. 8º.

**Preste Atenção:**

Entre outros direitos previstos nas regras mínimas para tratamento dos presos, temos o conhecido banho de sol, que consiste em, pelo menos, *uma hora* por dia para fazer, ao ar livre, exercícios apropriados.

# CRIMINOLOGIA

## Sobre o Autor

### **Renato Topan**

Mestre em Direito pela PUC-SP.

Professor universitário e de Cursos Preparatórios para Concursos Públicos.

Professor de Criminologia da Academia de Polícia de São Paulo.

Delegado de Polícia do Estado de São Paulo.



1. **(Médico Legista – PC/SP – VUNESP – 2014)** A Reforma Penal de 1984, que alterou integralmente a Parte Geral do Código Penal e editou a Lei de Execução Penal, especialmente em dispositivos como o cumprimento progressivo da pena privativa de liberdade, bem como a Lei nº 9.714/1998, que reformulou o sistema de penas alternativas, são exemplos concretos da aplicação da teoria sociológica da criminalidade conhecida como
- a) justiça restaurativa.
  - b) *gradient tendency*.
  - c) *labelling approach*.
  - d) teoria da anomia.
  - e) terceira escola.

**GABARITO OFICIAL: C****JUSTIFICATIVA:**

- a) Errado, porque: justiça restaurativa tem como ponto central de seus estudos a mediação de conflitos.
- b) Errado, porque: o conceito de *gradient tendency* está relacionado à Escola de Chicago.
- c) CERTO, porque: medidas despenalizadoras, como penas alternativas, buscam mitigar os efeitos estigmatizadores do crime, identificados pela teoria do *labelling approach* como uma das causas da criminalidade.
- d) Errado, porque: a teoria da anomia não influenciou reformas legislativas no Brasil.
- e) Errado, porque: a terceira escola não influenciou na reforma penal do código brasileiro de 1984.

**Preste Atenção:**

A Teoria do *Labelling Approach*, também conhecida como etiquetamento, rotulação ou interacionismo simbólico, pertence à teoria sociológica do conflito.

2. **(Médico Legista – PC/SP – VUNESP – 2014)** Aqueles que atribuem à pena privativa de liberdade função de prevenir a infração penal unicamente através da segregação do delinquentes são adeptos da teoria que defende a função \_\_\_\_\_ da pena.
- Completa corretamente a lacuna:
- a) retributiva
  - b) preventiva especial positiva
  - c) preventiva geral negativa
  - d) preventiva geral positiva
  - e) preventiva especial negativa

**GABARITO OFICIAL: E****JUSTIFICATIVA:**

- a) Errado, porque: a função retributiva da pena tem como efeito apenas castigar.
- b) Errado, porque: a função preventiva especial positiva tem caráter ressocializador e pedagógico.
- c) Errado, porque: a função preventiva geral negativa tem caráter inibitório para os demais membros da sociedade, quando observam a punição de um de seus integrantes.
- d) Errado, porque: a função preventiva geral positiva tem característica de inculcar na sociedade o valor de respeito aos valores protegidos pela norma.
- e) CERTO, porque: a função preventiva especial negativa tem caráter neutralizador ou incoizizador na medida em que prende o infrator, impedindo que ele em liberdade pratique novos crimes.

**Preste Atenção:**

O Código Penal brasileiro adota a teoria mista, conforme dispõe o art. 59: O juiz, atendendo à culpabilidade, aos antecedentes, à conduta social, à personalidade do agente, aos motivos, às circunstâncias e consequências do crime, bem como ao comportamento da vítima, estabelecerá, conforme seja necessário e suficiente para reprovação e prevenção do crime.

3. **(Auxiliar de Necropsia – PC/SP – VUNESP – 2013)** Para a Criminologia, o crime é um fenômeno
- |                |            |              |
|----------------|------------|--------------|
| a) filosófico. | c) social. | e) jurídico. |
| b) normativo.  | d) penal.  |              |

**GABARITO OFICIAL: C****JUSTIFICATIVA:**

- a) Errado, porque: filosofia significa amor à sabedoria.
- b) Errado, porque: essa é característica do Direito.
- c) CERTO, porque é fenômeno social ou comunitário.
- d) Errado, porque: penal é característico do Direito.
- e) Errado, porque: essa é característica do Direito.

**Preste Atenção:**

Sob o enfoque criminológico, o crime é problema social; portanto, fenômeno comunitário.

4. **(Auxiliar de Necropsia – PC/SP – VUNESP – 2013)** A Criminologia Contemporânea
- a) é uma ciência empírica e interdisciplinar.
  - b) estuda o crime, o criminoso, mas não a vítima.
  - c) não é dotada de autonomia, por receber profunda influência de diversas outras ciências, tais como o Direito e a Sociologia.
  - d) não tem, por bases, a observação e a experiência.
  - e) é uma ciência normativa e valorativa.

**GABARITO OFICIAL: A****JUSTIFICATIVA:**

- a) CERTO, porque: é ciência empírica, por ser baseada na experiência e na observação dos fatos, e interdisciplinar, por ter interface com outras ciências como Sociologia, Psicologia, Medicina etc.
- b) Errado, porque: a Criminologia Contemporânea também estuda a vítima.
- c) Errado, porque: a Criminologia Contemporânea tem autonomia.
- d) Errado, porque: observação e experiência são características do empirismo e a Criminologia é empírica.
- e) Errado, porque: essas são características da ciência do Direito.

**Preste Atenção:**

Criminologia é ciência do “ser”, é empírica. Direito é ciência do “dever-ser”, é normativa.

5. **(Auxiliar de Necropsia – PC/SP – VUNESP – 2013)** Assinale a alternativa que corresponde a um dos postulados da Escola Positiva.
- a) O fundamento da punibilidade é o livre-arbítrio.
  - b) O método empregado é o lógico-dedutivo.
  - c) A pena deve ter caráter retributivo.
  - d) O delito é um fenômeno de natureza biológica, física e social.
  - e) O crime é um ente jurídico.

**GABARITO OFICIAL: D****JUSTIFICATIVA:**

- a) Errado, porque: livre-arbítrio é da Escola Clássica.
- b) Errado, porque: o método é o indutivo-experimental. O método lógico-dedutivo é da Escola Clássica.
- c) Errado, porque: para a Escola Positiva, a pena deve ter caráter de defesa social.
- d) CERTO, porque: para a Escola Positiva, o crime é um fenômeno natural e social, causado por fatores internos e externos.
- e) Errado, porque: essa é a definição de crime conforme a Escola Clássica.

**Preste Atenção:**

A Escola Positiva considera o evento criminoso como determinismo, não havendo opções de escolha por parte do criminoso.

6. **(Auxiliar de Necropsia – PC/SP – VUNESP – 2013)** A teoria \_\_\_\_\_ entende que indivíduos, principalmente os mais jovens, aprendem comportamentos delinquentes mediante convívio com outros indivíduos que já são criminosos. Assinale a alternativa que preenche corretamente a lacuna.
- a) da criminologia crítica
  - b) do *labelling approach*
  - c) da criminologia radical
  - d) da identificação diferencial
  - e) da associação diferencial

**GABARITO OFICIAL: E****JUSTIFICATIVA:**

- a) Errado, porque: Criminologia Crítica ou Radical é a Nova Criminologia de cunho marxista.
- b) Errado, porque: *Labelling Approach* é conhecido como etiquetamento, e a qualidade de criminoso é consequência do processo de estimatização pelos órgãos de justiça criminal.
- c) Errado, porque: a Criminologia Radical ou Crítica tem inspiração marxista.
- d) Errado, porque: a Teoria da Identificação Diferencial é submodelo da teoria da aprendizagem social, mas com a influência dos meios de comunicação de massa.
- e) CERTO, porque: defende que o comportamento criminoso é aprendido por imitação.

**Preste Atenção:**

Associação Diferencial surge com o reconhecimento da existência dos crimes de colarinho branco.

7. **(Auxiliar de Necropsia – PC/SP – VUNESP – 2013)** A respeito dos fatores impulsionadores da criminalidade, assinale a alternativa correta.
- A televisão desfruta de liberdade de imprensa quase absoluta, mas não propaga a banalização da violência em sua programação.
  - A falta de qualificação profissional da mão de obra brasileira influencia no aumento dos índices criminais.
  - A migração, que gera dificuldades de adaptação cultural por parte dos envolvidos, não fomenta a elevação dos índices criminais.
  - A proliferação de favelas propicia a promiscuidade nas relações sociais, mas não influi no aumento dos índices criminais.
  - O desemprego não influi no aumento de índices criminais de cunho patrimonial.

**GABARITO OFICIAL: B****JUSTIFICATIVA:**

- Errado, porque: a televisão propaga a banalização da violência em sua programação.
- CERTO, porque: o subemprego pode influenciar os índices criminais, em especial os crimes patrimoniais.
- Errado, porque: a migração pode fomentar a elevação dos índices criminais.
- Errado, porque: as condições precárias de habitação influem no aumento dos índices criminais.
- Errado, porque: o desemprego influi no aumento de índices criminais de cunho patrimonial.

**Preste Atenção:**

Todos os fatores relacionados na questão são de ordem social.

8. **(Auxiliar de Necropsia – PC/SP – VUNESP – 2013)** Os órgãos institucionais de controle da criminalidade são aqueles responsáveis pelo controle social formal. Corresponde(m) a um deles:
- a igreja.
  - a família.
  - o sistema penitenciário.
  - os sindicatos.
  - a escola.

**GABARITO OFICIAL: C****JUSTIFICATIVA:**

- Errado, porque: igreja corresponde a controle social informal.
- Errado, porque: família corresponde a controle social informal.
- CERTO, porque: o sistema penitenciário atua de forma coercitiva após o cometimento do crime.
- Errado, porque: sindicato exerce o controle social informal, pois tem a mesma estrutura social de uma associação.
- Errado, porque: a escola corresponde a controle social informal.

**Preste Atenção:**

Controle social formal é formado pelo sistema de justiça criminal, como Polícia, Ministério Público, Poder Judiciário e Sistema Penitenciário.

9. **(Auxiliar de Necropsia – PC/SP – VUNESP – 2013)** O sofrimento provocado pela conduta violadora dos direitos da vítima, resultado da ocorrência de um delito, é chamado de
- vitimização secundária.
  - subvitimização.
  - sobrevitimização.

- d) vitimização primária.
- e) vitimização terciária.

**GABARITO OFICIAL: D****JUSTIFICATIVA:**

- a) Errado, porque: na vitimização secundária a vítima sofre com a má prestação do serviço pelos órgãos do sistema de justiça criminal (Polícia, Justiça e Ministério Público).
- b) Errado, porque: não há na doutrina dominante referência à expressão subvitimização.
- c) Errado, porque: sobrevivimização é sinônimo de vitimização secundária.
- d) CERTO, porque: são os danos causados à vítima.
- e) Errado, porque: na vitimização terciária o condenado é vítima do sistema de punição, sofrendo além do previsto em lei.

**Preste Atenção:**

Vitimização primária é a relação direta dos danos causados pelo fato criminoso à vítima.

Nas questões de números a seguir, assinale a alternativa que preenche corretamente a lacuna dos trechos apresentados.

- 10. (Auxiliar de Necropsia – PC/SP – VUNESP – 2013)** São \_\_\_\_\_ as prostitutas, os travestis e os usuários de drogas, por possuírem predisposição permanente e inconsciente de atraírem os criminosos para si.
- a) vítimas simbólicas
  - b) vítimas latentes
  - c) *iter victimae*
  - d) vítimas omissas
  - e) pseudovítimas

**GABARITO OFICIAL: B****JUSTIFICATIVA:**

- a) Errado, porque: simbólicas são vítimas de seus ideários.
- b) CERTO, porque: as pessoas indicadas têm predisposição para ser vítima.
- c) Errado, porque: *iter victimae* são as etapas do processo de vitimização.
- d) Errado, porque: omissas são as vítimas que não denunciam os crimes.
- e) Errado, porque: a pessoa torna-se pseudovítima, também conhecida como vítima agressora, quando ela própria agride e acaba sendo vítima de uma legítima reação. Ex.: morta por força de legítima defesa, diante de uma injusta agressão que partir dela mesma.

**Preste Atenção:**

Vitimologia é o estudo da vítima.

- 11. (Auxiliar de Necropsia – PC/SP – VUNESP – 2013)** A atuação do sistema carcerário é considerada fator de \_\_\_\_\_ de cometimento de crimes na sociedade.
- a) repressão primária
  - b) prevenção terciária

- c) repressão secundária
- d) prevenção primária
- e) prevenção secundária

**GABARITO OFICIAL: B****JUSTIFICATIVA:**

- a) Errado, porque: a doutrina dominante não se utiliza da expressão repressão primária, mas criminalização ou seletividade primária, que significa a produção de leis que definem condutas como crimes.
- b) CERTO, porque: a prevenção terciária atua sobre o preso de maneira individual.
- c) Errado, porque: a doutrina dominante não se utiliza da expressão repressão secundária, mas criminalização ou seletividade secundária, que significa a aplicação da lei penal no caso concreto diante do cometimento da infração penal.
- d) Errado, porque: a prevenção primária busca neutralizar as causas dos conflitos que podem levar à criminalidade (melhoria da qualidade de vida, saúde, educação, emprego etc.).
- e) Errado, porque: a prevenção secundária atua sobre segmentos sociais específicos e vulneráveis e não individuais, como ações policiais direcionadas e intervenções urbanas pontuais (ex.: iluminação pública).

**Preste Atenção:**

O objetivo da prevenção terciária é evitar a reincidência.

12. (Auxiliar de Necropsia – VUNESP – 2013) Na \_\_\_\_\_, os membros de determinada comunidade são intimidados pela aplicação de penas às práticas criminosas, o que pode fazê-los reconsiderar eventuais planos delitivos.
- a) prevenção geral positiva
  - b) prevenção especial positiva
  - c) prevenção especial negativa
  - d) prevenção geral negativa
  - e) repressão especial

**GABARITO OFICIAL: D****JUSTIFICATIVA:**

- a) Errado, porque: prevenção geral positiva é direcionada à consciência geral da sociedade; a aplicação da pena reafirma a existência da lei.
- b) Errado, porque: prevenção especial positiva incide sobre o autor do crime e tem caráter ressocializador.
- c) Errado, porque: prevenção especial negativa representa a prisão corporal do autor do crime, também conhecida como neutralização ou inocuidação.
- d) CERTO, porque: na prevenção geral negativa a pena aplicada ao criminoso deve funcionar como intimidação aos demais membros da sociedade.
- e) Errado, porque: a questão trata de espécies de prevenção e não de repressão.

**Preste Atenção:**

Prevenção especial tem influência sobre o criminoso. Prevenção geral tem influência sobre a sociedade.

13. (Auxiliar de Papiloscopista – PC/SP – VUNESP – 2013) São objetos de estudo da criminologia o crime, \_\_\_\_\_, a vítima e \_\_\_\_\_. Assinale a alternativa que completa o texto, correta e respectivamente.

- a) a pena ... a assistência à vítima
- b) o *modus operandi* ... a filosofia
- c) o criminoso ... o controle social
- d) o instrumento utilizado ... a psicologia
- e) o ressarcimento ... o patrimônio

**GABARITO OFICIAL: C**

**JUSTIFICATIVA:**

- a) Errado, porque: a pena faz parte do estudo sobre o controle social do delito.
- b) Errado, porque: o “modus operandi” faz parte do estudo do crime e a filosofia é ciência diferente da criminologia.
- c) CERTO, porque: o criminoso ou o delinquente e o controle social do delito também são objetos de estudo da Criminologia.
- d) Errado, porque: o instrumento utilizado é importante para a investigação e para a criminalística, não sendo objeto de estudo da criminologia. A psicologia é ciência diferente da criminologia.
- e) Errado, porque: o ressarcimento e o patrimônio não dizem respeito ao estudo da criminologia.



**Preste Atenção:**

Tradicionalmente são objetos de estudo da Criminologia o crime e o criminoso. Modernamente acrescentaram-se a vítima e o controle social do delito.

14. (Auxiliar de Papiloscopista – PC/SP – VUNESP – 2013) A criminologia entende o crime como um fenômeno

- a) ideológico.
- b) subjetivo.
- c) objetivo.
- d) político.
- e) social.

**GABARITO OFICIAL: E**

**JUSTIFICATIVA:**

- a) Errado, porque: a criminologia não se ocupa de questões ideológicas.
- b) Errado, porque: o crime não pode ser considerado apenas como fenômeno subjetivo.
- c) Errado, porque: a criminologia se ocupa do crime como fator social e não objetivo.
- d) Errado, porque: a criminologia não se ocupa de questões políticas, mas constrói conhecimento por meio da observação de fenômenos sociais para amparar as políticas públicas de segurança.
- e) CERTO, porque: é fenômeno social ou comunitário.



**Preste Atenção:**

O crime é fenômeno comunitário, portanto atinge o corpo social.

15. (Auxiliar de Papiloscopista – PC/SP – VUNESP – 2013) A \_\_\_\_\_ surgiu na Europa, influenciada pelos fisiocratas e iluministas; possui três fases: antropológica, so-

ciológica e jurídica; priorizou os interesses sociais aos individuais. Em 1876, foi publicado o livro “O homem delinquente”, que instaurou um período científico de estudos criminológicos, assim, é conhecida ainda como “surgimento da fase científica da criminologia”. Assinale a alternativa que completa corretamente a lacuna do texto.

- a) Escola Criminológica
- b) Escola Política Criminal ou Moderna Alemã
- c) Escola Clássica
- d) *Terza Scuola*
- e) Escola Positiva

#### GABARITO OFICIAL: E

#### JUSTIFICATIVA:

- a) Errado, porque: a Escola Criminológica é o gênero do qual decorrem as Escolas Clássica, Positiva, Eclética, Alemã etc.
- b) Errado, porque: a Escola Alemã desenvolve fundamento na Política Criminal, que são meios de prevenção e repressão contra a criminalidade.
- c) Errado, porque: a Escola Clássica é fundada no livre-arbítrio.
- d) Errado, porque: também conhecida como Escola Eclética, sustenta que o crime é fenômeno social e individual.
- e) CERTO, porque: sendo a fase antropológica de Cesare Lombroso, a fase sociológica de Enrico Ferri e fase jurídica de Raffaele Garofalo.



#### Preste Atenção:

Teve início com Cesare Lombroso, que escreveu o livro *O homem delinquente*.

**16. (Auxiliar de Papiloscopista – PC/SP – VUNESP – 2013)** São considerados autores que desenvolveram trabalhos na Escola Clássica:

- a) Cesare Bonesana, Francesco Carrara e Giovanni Carmignani.
- b) Franz von Lizst, Adolphe Prins e Von Hammel.
- c) Enrico Ferri, Cesare Lombroso e Marquês de Pombal.
- d) Cesare Lombroso, Paul Topinard e Rafael Garófalo.
- e) Manuel Carnevale, Bernardino Alimena e João Impallomeni.

#### GABARITO OFICIAL: A

#### JUSTIFICATIVA:

- a) CERTO, porque: eles são os mais conhecidos propagadores vinculados à Escola Clássica.
- b) Errado, porque: eles pertencem à Escola Alemã.
- c) Errado, porque: eles pertencem à Escola Positiva.
- d) Errado, porque: eles pertencem à Escola Positiva.
- e) Errado, porque: eles pertencem à Terceira Escola – *Terza Scuola*.



#### Preste Atenção:

A Escola Clássica é inspirada nas ideias iluministas.

**17. (Auxiliar de Papiloscopista – PC/SP – VUNESP – 2013)** Quanto à teoria neorretribucionista, é correto afirmar:

- a) surgiu na Europa, no século passado, baseada na teoria do consenso, tem como objetivo coibir o crime organizado e os crimes transnacionais, o que inibiria os crimes menos graves.
- b) surgiu nos Estados Unidos, inspirada na escola de Chicago, com a denominação “lei e ordem” ou “tolerância zero”, decorrente da teoria das janelas quebradas, tem como objetivo coibir os pequenos delitos, o que inibiria os mais graves.
- c) surgiu na Inglaterra, está baseada na teoria da subcultura delinquente, ou seja, o comportamento criminoso é um sintoma de dissociação entre as aspirações socioculturais e os meios desenvolvidos para alcançar essas aspirações.
- d) surgiu na Itália, na década de sessenta, é uma das mais importantes teorias do conflito, por meio dessa teoria, a criminalidade não é resultante somente da conduta humana, mas a consequência de um processo em que se atribui uma qualidade à pessoa.
- e) surgiu na Alemanha, no século XIX, defende que o comportamento do criminoso é aprendido, nunca herdado, criado ou desenvolvido pelo sujeito ativo, tem como objetivo identificar e punir rigorosamente o criminoso para servir de exemplo, a chamada prevenção geral.

#### **GABARITO OFICIAL: B**

#### **JUSTIFICATIVA:**

- a) Errado, porque: surgiu nos Estados Unidos e deriva da Teoria do Conflito.
- b) CERTO, porque: estabelece relação entre desordem urbana e criminalidade no que se refere a tolerância zero e a experiência das janelas quebradas.
- c) Errado, porque: surgiu nos Estados Unidos, não está baseada na teoria da subcultura delinquente.
- d) Errado, porque: surgiu nos Estados Unidos.
- e) Errado, porque: surgiu nos Estados Unidos, no século XIX. Comportamento aprendido é descrição da Teoria da Associação Diferencial.



#### **Preste Atenção:**

A Teoria Neorretribucionista é também chamada de realismo de direita. Vale dizer que a Escola de Chicago teve sua maior expressão entre os anos de 1920 e 1940 e se baseia em sistema de prevenção urbana, e o neorretribucionismo aconteceu na década de 80 e 90 com ideias repressivas. Portanto, o que existe entre esses dois movimentos Escola de Chicago e neorretribucionismo é o palco de observação da criminalidade urbana, sendo então vertentes criminológicas distintas.

**18. (Auxiliar de Papiloscopista – PC/SP – VUNESP – 2013)** Assinale a alternativa correta quanto aos fatores condicionantes e desencadeantes da criminalidade.

- a) O desrespeito entre as pessoas quanto a raça, cor, sexo e etnia não são fatores relevantes que propiciam a criminalidade na sociedade.
- b) A distribuição de renda adequada, a mão de obra qualificada e um sistema de ensino de qualidade favorecem a criminalidade.
- c) As condições desfavoráveis de habitação e moradia propiciam a promiscuidade, o desaparecimento de valores, o desrespeito ao próximo e a baixa autoestima, portanto, não são fatores desencadeantes da criminalidade.
- d) O crescimento populacional ordenado ou planejado, a presença do poder público em todas as áreas sociais e a educação de qualidade são fatores desencadeantes da criminalidade.
- e) A migração pode causar dificuldades de adaptação em face das diferenças culturais, hábitos e valores bem como um excedente de mão de obra, propiciando uma alta taxa de desemprego, o que influencia na criminalidade.

**GABARITO OFICIAL: E****JUSTIFICATIVA:**

- a) Errado, porque: o preconceito é fator relevante para a quebra da harmonia social, podendo levar ao crime.
- b) Errado, porque: as questões apresentadas desfavorecem a criminalidade, pois fortalecem o controle social informal.
- c) Errado, porque: esses são fatores desencadeantes da criminalidade.
- d) Errado, porque: esses não são fatores desencadeantes, pelo contrário, inibem o crime.
- e) CERTO, porque: há um desequilíbrio social.

**Preste Atenção:**

A questão versa sobre a gênese ou origem do crime ligados a fatores sociais.

- 19. (Auxiliar de Papiloscopista – PC/SP – VUNESP – 2013)** A vitimologia é uma ciência que se ocupa do estudo da vítima e da vitimização, dessa forma, a classificação das vítimas em “vítima ideal ou inocente; provocadora; e, agressora ou imaginária” foi proposta por
- a) Israel Drapkin.
  - b) Edwin Sutherland.
  - c) Hans Von Hentig.
  - d) Benjamim Mendelsohn.
  - e) Hans Gross.

**GABARITO OFICIAL: D****JUSTIFICATIVA:**

- a) Errado, porque: Israel Drapkin foi quem presidiu o 1º Simpósio Internacional de Vitimologia no ano de 1973 em Israel.
- b) Errado, porque: seu principal estudo versa sobre crimes de colarinho branco, mas no campo da vitimologia, estudou as vítimas de má-fé que contribui com os escroques, ou seja, fraudadores.
- c) Errado, porque: desenvolveu a seguinte classificação: vítima isolada, vítima por aproximação, vítima com ânimo de lucro, vítima com ânsia de viver, vítima agressiva, vítima sem valor, vítima pelo estado emocional, vítima por mudança da fase de existência, vítima perversa, vítima alcoólatra, vítima depressiva, vítima voluntária, vítima indefesa, vítima falsa, vítima imune, vítima reincidente, vítima que se converte em autor, vítima propensa, vítima resistente, vítima da natureza.
- d) CERTO, porque: essa proposta é de Benjamin Mendelsohn.
- e) Errado, porque: seu estudo versou sobre vítimas de fraude.

**Preste Atenção:**

Trata-se de classificação que busca identificar na vítima eventual comportamento, ainda que não consciente, que de alguma forma contribua para o evento criminoso.

- 20. (Auxiliar de Papiloscopista – PC/SP – VUNESP – 2013)** A falta de amparo dos órgãos públicos às vítimas, a omissão do Estado e da sociedade proporcionam, muitas vezes, o não registro do crime, ocorrendo o que se chama de “cifra negra” (quantidade de crimes

que não chegam ao conhecimento do Estado). O fenômeno mencionado é conhecido por vitimização

- a) quaternária.
- b) quindenária.
- c) secundária.
- d) terciária.
- e) primária.

### GABARITO OFICIAL: C

#### JUSTIFICATIVA:

- a) Errado, porque: não há previsão doutrinária.
- b) Errado, porque: não há previsão doutrinária.
- c) CERTO, porque: o sistema de justiça criminal não ampara a vítima, muitas vezes fazendo com que ela não leve a notícia do crime ao conhecimento das autoridades públicas.
- d) Errado, porque: vitimização terciária é o sofrimento excessivo por parte do agente criminoso, além do legalmente previsto.
- e) Errado, porque: vitimização primária é a consequência natural que a vítima sofre com o cometimento do crime, como dano patrimonial, físico e psicológico.



#### Preste Atenção:

Na vitimização secundária ou sobrevivimização, a vítima é vítima duas vezes. Uma pelo criminoso e outra pelo Estado que não atende suas mínimas expectativas.

Nota: determinados doutrinadores apontam que as características descritas no enunciado referem-se à vitimização terciária (Nestor Sampaio Penteadado Filho em *Manual Esquemático de Criminologia*, Saraiva, 2. ed., p. 76). Outros, entretanto, definem vitimização terciária como aquela sofrida pelo detento que extrapola os limites legais da sanção que lhe é imposta, como tempo excessivo na prisão e sevícias (Sergio Salomão Schecaira em *Criminologia*, RT, 3. ed., p. 65). Ao que tudo indica, nessa questão, o examinador adotou o posicionamento de Shecaira.

**21. (Auxiliar de Papiloscopista – PC/SP – VUNESP – 2013)** Compreende-se por “prevenção delitiva” o conjunto de ações que visam evitar a ocorrência do delito. Assim sendo, a prevenção terciária está focada

- a) no recluso, o que permite identificar o destinatário; visa a sua recuperação, evitando a reincidência, é realizada por meio de medidas socioeducativas e ressocializadoras.
- b) na raiz do conflito criminal, para neutralizá-lo antes que o problema se manifeste, como educação, emprego, moradia e segurança; é, sem dúvida nenhuma, a mais eficaz.
- c) nos setores da sociedade que podem, a médio e longo prazos, desencadear problemas criminais; apresenta-se por meio de ações policiais e controle dos meios de comunicação.
- d) no controle de natalidade, por meio de ações educativas de planejamento e controle familiar, estruturado nos programas sociais do governo com apoio financeiro.
- e) na migração, com o objetivo de evitar grande concentração populacional numa determinada região, favorecendo o desemprego, moradias irregulares e conflito étnico.

**GABARITO OFICIAL: A****JUSTIFICATIVA:**

- a) CERTO, porque: a prevenção terciária está voltada para aquele que já cometeu a infração penal e tem o objetivo de evitar novas ações criminais praticadas pelo mesmo indivíduo.
- b) Errado, porque: essa é a prevenção primária.
- c) Errado, porque: essa é a prevenção secundária.
- d) Errado, porque: trata-se de medida de prevenção primária.
- e) Errado, porque: essa é medida de prevenção secundária, pois focada em determinada área de maneira seletiva.

**Preste Atenção:**

Prevenção primária atua a médio e longo prazos. Prevenção secundária atua a curto e médio prazos. Prevenção terciária atua individualmente.

- 22. (Auxiliar de Papiloscopista – PC/SP – VUNESP – 2013)** Pena é uma sanção afliativa, imposta pelo Estado ao autor de uma infração penal, que tem por objetivo inibir a ocorrência criminal; trata-se da prevenção delitiva. Isto posto, quais são as espécies de penas previstas no Código Penal brasileiro?
- a) Limitação de final de semana, comparecimento obrigatório ao juízo mensalmente e trabalhos forçados.
  - b) De morte, cruel e degradante.
  - c) Privativas de liberdade, restritivas de direitos e multa.
  - d) Medida de segurança, medida socioeducativa e banimento.
  - e) Pecuniária, de caráter perpétuo e prestação de serviço à comunidade.

**GABARITO OFICIAL: C****JUSTIFICATIVA:**

- a) Errado, porque: trabalhos forçados são proibidos pela Constituição Federal no art. 5º, XLVII, *c*.
- b) Errado, porque: essas penas estão proibidas pelo art. 5º, III e XLVII, *a* e *d* da Constituição Federal.
- c) CERTO, porque: está de acordo com o art. 32 do Código Penal.
- d) Errado, porque: medida de segurança é tratamento para inimputáveis ou semi-imputáveis; medida socioeducativa é aplicada ao menor de idade e o banimento é proibido pelo art. 5º, XLVII, *d*.
- e) Errado, porque: o caráter perpétuo é proibido pelo art. 5º, XLVII, *b*.

**Preste Atenção:**

Princípio da humanidade da pena.

- 23. (Perito Criminal – PC/SP – VUNESP – 2012)** Assinale a alternativa correta, a respeito da Criminologia.
- a) Constitui seu objeto a análise apenas do delito e do delinquente, ficando o estudo da vítima sob a alçada da psicologia social.
  - b) São características fundamentais de seu método o dogmatismo e a intervencionalidade.
  - c) É uma técnica de investigação policial, que faz parte das Ciências Jurídicas.
  - d) São suas finalidades a explicação e a prevenção do crime bem como a intervenção na pessoa do infrator e avaliação dos diferentes modelos de resposta ao crime.

- e) É uma ciência dogmática e normativista, que se ocupa do estudo do crime e da pena oriunda do comportamento delitivo.

**GABARITO OFICIAL: D****JUSTIFICATIVA:**

- a) Errado, porque: também é objeto de estudo da Criminologia a vítima e o controle social do delito.  
b) Errado, porque: o método utilizado pela Criminologia é o empírico, ou seja, da observação, da experiência, do mundo real. O dogmatismo é próprio do Direito (ciências jurídicas).  
c) Errado, porque: não é técnica de investigação policial. Criminologia é ciência autônoma, não fazendo parte de nenhuma outra.  
d) CERTO, porque: a Criminologia busca entender o fenômeno da criminalidade, elaborar medidas de prevenção ao crime e ajustamento do infrator.  
e) Errado, porque: ciência dogmática e normativista são características do Direito. A Criminologia é empírica e interdisciplinar.

**Preste Atenção:**

A criminologia é ciência empírica e interdisciplinar, e modernamente busca desenvolver técnicas de prevenção criminal.

**24. (Perito Criminal – PC/SP – VUNESP – 2012) Assinale a alternativa correta.**

- a) A Teoria do Controle postula que o crime ocorre como resultado de um equilíbrio entre os impulsos em direção à atividade criminosa e os controles éticos ou morais que a detêm. Interessa-se principalmente pelas motivações que os indivíduos possuem para executar os crimes.  
b) A Escola de *Buffalo* é o berço da moderna Sociologia americana.  
c) A moderna Sociologia Criminal contempla o fato delitivo invariavelmente como “fenômeno natural” e pretende explicá-lo em função de um determinado marco jurídico.  
d) A Teoria Estrutural-Funcionalista explica o efeito criminógeno das grandes cidades, valendo-se dos conceitos de desorganização e contágio inerentes aos modernos núcleos urbanos e, sobretudo, invocando o debilitamento do controle social nestes núcleos.  
e) Teorias do Conflito, tradição na Sociologia Criminal norte-americana, pressupõem a existência, na sociedade, de uma pluralidade de grupos e subgrupos que, eventualmente, apresentam discrepâncias em suas pautas valorativas.

**GABARITO OFICIAL: E****JUSTIFICATIVA:**

- a) Errado, porque: a Teoria do Controle busca explicar o crime e tem como fonte a Escola Positiva, por suas vertentes, a teoria bioantropológica, a teoria psicodinâmica e a teoria psicossociológica, em que o interesse principal não está baseado na motivação.  
b) Errado, porque: a Escola de Chicago é o berço da moderna Sociologia americana no que se refere à criminalidade urbana.  
c) Errado, porque: contempla um fenômeno social e é a ciência do Direito que se utiliza de marcos jurídicos, não a Criminologia.  
d) Errado, porque: a Teoria Estrutural-Funcionalista está associada à Teoria Criminológica da Anomia. A Teoria Criminológica que relaciona crime e cidade é a Escola de Chicago, proveniente da Teoria Ecológica.

- e) CERTO, porque: as Teorias do Conflito são de berço norte-americano e pressupõem a existência de uma sociedade que se relaciona pela força e coerção. É uma relação de dominantes e dominados.



**Preste Atenção:**

Doutrinariamente, as Teorias Sociológicas dividem-se em Teoria do Consenso e Teoria do Conflito.

**25. (Perito Criminal – PC/SP – VUNESP – 2012)** Assinale a alternativa correta.

- a) No modelo clássico (tradicional) de Justiça Criminal, a vítima é encarada como mero objeto, pois dela se espera que cumpra seu papel de testemunha, com todos os inconvenientes e riscos que isso acarreta.
- b) A Vitimologia não possui relação com a Sociologia.
- c) A Vitimologia não estuda a vítima e suas relações com o infrator e com o sistema de perseguição criminal.
- d) A Vitimologia não possui relação com a Criminologia.
- e) No modelo clássico (tradicional) de Justiça Criminal, a vítima é encarada como sujeito passivo da relação jurídica, pois dela se espera que cumpra seu papel de ofendido, com todos os direitos e deveres que isso acarreta.

**GABARITO OFICIAL: A**

**JUSTIFICATIVA:**

- a) CERTO, porque: após a fase da vingança privada, em que a vítima promovia justiça pelas próprias mãos, o Estado chama para si o monopólio da distribuição da justiça e coloca a vítima no papel de coadjuvante no sistema de justiça criminal, com valor de mero objeto de prova, neutralizando-a.
- b) Errado, porque: a Vitimologia possui relação com a Sociologia. A Criminologia é ciência e é interdisciplinar, portanto, estabelece relação com outras ciências, em especial com a Sociologia.
- c) Errado, porque: a Vitimologia estuda a vítima e suas relações com o infrator e com o sistema de perseguição criminal.
- d) Errado, porque: a Vitimologia possui relação com a Criminologia. Um dos objetos de estudo da Criminologia é a Vitimologia.
- e) Errado, porque: o modelo clássico não prevê conjunto de direitos à vítima para sua proteção.



**Preste Atenção:**

A doutrina aponta três grandes períodos sobre a importância ou o papel da vítima: “idade de ouro”, neutralização e revalorização. O modelo clássico é da neutralização.

**26. (Perito Criminal – PC/SP – VUNESP – 2012)** As melhoras da educação, do processo de socialização, da habitação, do trabalho, do bem-estar social e da qualidade de vida das pessoas de uma determinada comunidade são os elementos essenciais de um programa de prevenção:

- a) terciária.
- b) quinária.
- c) secundária.
- d) primária.
- e) quaternária.

**GABARITO OFICIAL: D****JUSTIFICATIVA:**

- a) Errado, porque: a terciária está direcionada ao condenado que cumpre pena e visa evitar a reincidência.
- b) Errado, porque: não há, na doutrina, menção a essa espécie.
- c) Errado, porque: a secundária está ligada a setores da sociedade que sofrem com o crime (direcionamento de ações policiais, como o aumento do policiamento em determinada área, iluminação pública, programas de apoio às vítimas etc.).
- d) CERTO, porque: a primária atua sobre a origem do problema, buscando evitar a ocorrência de crimes com a implementação de direitos sociais (moradia, educação, saúde, emprego etc.).
- e) Errado, porque: não há na grande maioria da doutrina, menção a citada prevenção quaternária.

**Preste Atenção:**

A doutrina aponta três espécies quanto à prevenção: a primária, a secundária e a terciária.

**27. (Perito Criminal – PC/SP – VUNESP – 2012) A moderna Criminologia**

- a) tem por seus protagonistas o delinquente, a vítima e a comunidade.
- b) vislumbra o delito como enfrentamento formal, simbólico e direto entre dois rivais – o Estado e o infrator – que se enfrentam, isolados da sociedade, à semelhança da luta entre o bem e o mal.
- c) não considera como seu objeto de debate os aspectos político-criminais das técnicas de intervenção social e de seu controle.
- d) tem o castigo do infrator por exaurimento das expectativas que o fato delitivo desencadeia.
- e) tem por seus principais objetivos a reparação do dano causado ao Estado, a ressocialização do delinquente e a repressão do crime.

**GABARITO OFICIAL: A****JUSTIFICATIVA:**

- a) CERTO, porque: a questão versa os objetos de destaque modernos, sendo que tradicionalmente a criminologia tinha como foco de estudo apenas a conduta delitiva (o crime) e o delinquente, não estudando com profundidade a vítima nem a comunidade.
- b) Errado, porque: não se concebe mais o enfrentamento do crime como uma questão isolada da sociedade, devendo haver interação o Estado e setores sociais.
- c) Errado, porque: considera como seu objeto de debate os aspectos político-criminais das técnicas de intervenção social e de seu controle.
- d) Errado, porque: a moderna Criminologia busca a reabilitação e reinserção do infrator, não se restringindo ao efeito repressivo (castigo).
- e) Errado, porque: tem por seus principais objetivos a ressocialização do delinquente. Busca modernamente a prevenção do crime, mais do que sua repressão.

**Preste Atenção:**

Os objetos de estudo da Criminologia são o crime, o criminoso, a vítima e o controle social do delito.

- 28. (Investigador de Polícia – PC/SP – VUNESP – 2012)** Entende-se por Etiologia Criminal a ciência que estuda e investiga:
- a) a criminalística, isto é, o processo de desenvolvimento do crime.
  - b) a transmissão congênita de fatores psicológicos, propensos ao desenvolvimento da criminalidade.
  - c) a criminogênese, que objetiva explicar quais são as causas do crime.
  - d) o fenômeno do delito e as formas de prevenção secundária.
  - e) a transmissão genética de fatores biológicos, propensos ao desenvolvimento da criminalidade.

**GABARITO OFICIAL: C****JUSTIFICATIVA:**

- a) Errado, porque: a criminalística é disciplina auxiliar e informativa das atividades policiais e judiciárias da investigação criminal, que engloba a balística, a medicina legal, entre outras correlatas.
- b) Errado, porque: não estuda e investiga a transmissão congênita de fatores psicológicos, propensos ao desenvolvimento da criminalidade.
- c) CERTO, porque: a Etiologia é o estudo ou ciência das causas, e a criminogênese (gênese ou origem do crime) objetiva explicar quais são as causas do crime.
- d) Errado, porque: não estuda e investiga o fenômeno do delito e as formas de prevenção secundária.
- e) Errado, porque: transmissão genética é causa explicativa restrita à Escola Positiva.

**Preste Atenção:**

A Etiologia é o estudo ou ciência das causas de forma ampla.

- 29. (Investigador de Polícia – PC/SP – VUNESP – 2012)** Os objetos de estudo da moderna Criminologia são:
- a) a vítima e o delinquente.
  - b) o crime, o criminoso, a vítima e o controle social.
  - c) o delito e o delinquente.
  - d) o problema social, suas causas biológicas e o mimetismo.
  - e) o crime e os fatores biopsicológicos decorrentes de sua prática.

**GABARITO OFICIAL: B****JUSTIFICATIVA:**

- a) Errado, porque: faltaram o crime e o controle social do delito.
- b) CERTO, porque: os objetos de estudo da moderna criminologia são o crime, o criminoso, a vítima e o controle social.
- c) Errado, porque: faltaram a vítima e o controle social do delito.
- d) Errado, porque: mimetismo é o comportamento humano pela imitação.
- e) Errado, porque: o item apenas faz referência ao crime e ao criminoso.

**Preste Atenção:**

Criminologia é uma ciência empírica e interdisciplinar que se ocupa do estudo do crime, da pessoa do infrator ou criminoso, da vítima e do controle social do comportamento delitivo.

**30. (Investigador de Polícia – PC/SP – VUNESP – 2012)** A Teoria do Etiquetamento ou do *labelling approach* inspirou no Direito Penal Brasileiro a instituição:

- a) da Lei de Segurança Nacional.
- b) do Código Penal Militar.
- c) da Lei dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais.
- d) da Teoria do Direito Penal do Inimigo.
- e) da Lei dos Crimes Hediondos.

**GABARITO OFICIAL: C**

**JUSTIFICATIVA:**

- a) Errado, porque: é inspirado em modelo repressivo.
- b) Errado, porque: é inspirado em modelo repressivo.
- c) CERTO, porque: a pessoa que comete uma infração penal é rotulada, etiquetada de criminoso, ficando estigmatizada, reduzindo suas opções de ressocialização gerando, por consequência, uma tendência à reincidência. A “etiqueta” é materializada pelos atestados de antecedentes e fichamentos criminais. A Lei nº 9.099/1995 dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais, que é inspirada em modelo não-repressivo, em seu art. 76, §§ 4º e 6º, dispõe sobre medidas que não constarão em certidão de antecedentes criminais. Essa teoria é também conhecida como interacionismo simbólico, rotulação ou reação social.
- d) Errado, porque: é inspirado em modelo repressivo.
- e) Errado, porque: é inspirado em modelo repressivo.



**Preste Atenção:**

Qualquer medida que atue de forma despenalizadora tem o objetivo de diminuir os efeitos do etiquetamento ou *Labelling Approach*.

**31. (Investigador de Polícia – PC/SP – VUNESP – 2012)** São teorias do conflito as teorias:

- a) das áreas criminais, da identificação diferencial e da criminologia crítica.
- b) da desorganização social, da neutralização e das áreas criminais.
- c) do conflito cultural, do etiquetamento e da associação diferencial.
- d) da associação diferencial, da subcultura e do estrutural-funcionalismo.
- e) da criminologia crítica, da rotulação e da criminologia radical.

**GABARITO OFICIAL: E**

**JUSTIFICATIVA:**

- a) Errado, porque: áreas criminais e identificação diferencial são inspiradas na teoria sociológica do consenso e não do conflito.
- b) Errado, porque: são teorias inspiradas na teoria sociológica do consenso.
- c) Errado, porque: teoria da associação diferencial é inspirada na teoria do consenso.
- d) Errado, porque: as teorias da associação diferencial, subcultura e estrutural-funcionalista são inspiradas na teoria sociológica do consenso.
- e) CERTO, porque: são teorias do conflito: *Labelling Approach* (também conhecido como interacionismo simbólico, etiquetamento, rotulação ou reação social) e Teoria Crítica ou Radical.

**Preste Atenção:**

Criminologia crítica ou radical se equivalem. Rotulação (ou Etiquetamento) é sinônimo de *Labelling Approach*.

**32. (Investigador de Polícia – PC/SP – VUNESP – 2012)** É considerado o pai da Vitimologia:

- a) Cesare Lombroso.
- b) Raffaele Garofalo.
- c) Émile Durkheim.
- d) Benjamin Mendelsohn.
- e) Cesare Bonesana.

**GABARITO OFICIAL: D****JUSTIFICATIVA:**

- a) Errado, porque: Cesare Lombroso é da Escola Positiva.
- b) Errado, porque: Raffaele Garofalo é da Escola Positiva.
- c) Errado, porque: Émile Durkheim está ligado à Teoria Estrutural-Funcionalista – Anomia.
- d) CERTO, porque: Benjamin Mendelsohn, em função da conferência proferida em Bucareste no ano de 1947 com o título “Um novo horizonte na ciência biopsicossocial: a vitimologia”.
- e) Errado, porque: Cesare Bonesana é da Escola Clássica.

**Preste Atenção:**

Benjamin Mendelsohn, professor da Universidade Hebraica de Jerusalém, proferiu conferência em Bucareste com o título “Um horizonte novo na ciência biopsicossocial: a vitimologia” (1947).

**33. (Investigador de Polícia – PC/SP – VUNESP – 2012)** Entende(m)-se por vitimização terciária

- a) os danos materiais e morais diretamente causados pelo delito, em face da vítima.
- b) a conduta de terceiros ou de eventos oriundos da natureza.
- c) o aborrecimento e o temor causados pela necessidade de comparecer aos órgãos encarregados de persecução criminal para o formal registro da ocorrência bem como para a indicação de seu algoz.
- d) a discriminação que a vítima recebe de seus familiares, amigos e colegas de trabalho, em forma de segregação e humilhação, por conta do delito por ela sofrido.
- e) a sobrevitimização, como o suicídio ou a autolesão.

**GABARITO OFICIAL: D****JUSTIFICATIVA:**

- a) Errado, porque: o texto da alternativa trata da vitimização primária.
- b) Errado, porque: a conduta de terceiros melhor se contextualiza na vitimização primária e eventos oriundos exclusivamente da natureza não têm influência criminal.
- c) Errado, porque: o texto da alternativa trata da vitimização secundária.
- d) CERTO, porque: se refere ao preconceito que a vítima recebe em seu círculo de convivência, como frequentemente ocorre nos crimes sexuais e de violência doméstica.

- e) Errado, porque: a sobrevivimização é também conhecida como vitimização secundária, ou seja, sofrimento adicional causado pela dinâmica do sistema de justiça criminal, como preconceito, desatenção, falta de sensibilidade dos agentes públicos, burocratização do sistema etc.

**Preste Atenção:**

Quanto ao fenômeno vitimológico a vitimização se classifica em primária, secundária e terciária. O gabarito aponta a alternativa “C”, todavia há autores que definem a ideia de vitimização terciária sobre o condenado que sofre punições além das previstas em lei.

34. (Investigador de Polícia – PC/SP – VUNESP – 2012) Um indivíduo que, ao abrir a porta de seu veículo automotor, a fim de sair do estacionamento de um *shopping center*, é surpreendido por bandido armado que estava homiziado em local próximo, aguardando a primeira pessoa a quem pudesse roubar, é:
- a) tão culpado quanto o criminoso.
  - b) vítima ideal.
  - c) mais culpado que o criminoso.
  - d) exclusivamente culpado.
  - e) vítima de culpabilidade menor.

**GABARITO OFICIAL: B****JUSTIFICATIVA:**

- a) Errado, porque: a vítima tão culpada quanto o criminoso, contribui de maneira significativa para o evento delitivo, como nos casos do crime de aborto provocado com o consentimento da gestante.
- b) CERTO, porque: é vítima ideal ou vítima completamente inocente, que não concorreu para o evento criminoso.
- c) Errado, porque: a vítima mais culpada que o criminoso ou vítima provocadora, de maneira voluntária ou culposa colabora para que o crime ocorra, como nos casos de homicídio em decorrência de injusta provocação da vítima.
- d) Errado, porque: vítima exclusivamente culpada ou vítima agressora, simuladora ou imaginária é provocadora do crime e, em reação legítima de terceiro contra seu ato é atingida. Ex.: terceiro age em legítima defesa atingindo a pessoa-vítima que é exclusivamente culpada.
- e) Errado, porque: na situação de vítima de culpabilidade menor ou vítimas menos culpada que o criminoso ou “ex ignorantia”, existe um grau não voluntário de colaboração da vítima no evento criminoso. Ex. Ostentação inconsciente de bens preciosos em locais que alta incidência de crimes patrimoniais.

**Preste Atenção:**

Essa classificação se refere às vítimas quanto à sua participação no evento:

- a) ideais ou completamente inocentes;
- b) vítimas menos culpadas que os criminosos;
- c) vítimas tão culpadas quanto os criminosos;
- d) vítimas mais culpadas que os criminosos; e
- e) vítimas como únicas culpadas.

35. (Investigador de Polícia – PC/SP – VUNESP – 2012) A atuação das polícias, do ministério público e da justiça criminal, quando focada em determinados grupos ou setores da

sociedade, por possuírem maior risco de praticar o crime ou de ser vitimados por este, constitui programa de prevenção

- a) secundária.
- b) quaternária.
- c) primária.
- d) quinária.
- e) terciária.

#### GABARITO OFICIAL: A

##### JUSTIFICATIVA:

- a) CERTO, porque: são medidas direcionadas para determinados setores da sociedade com maior vulnerabilidade para as ocorrências criminais, com tomada pontual de ações como policiamento focado, programas de apoio, iluminação pública etc.
- b) Errado, porque: não há menção doutrinária sobre essa espécie.
- c) Errado, porque: a primária busca neutralizar a origem do conflito como investimento em educação, emprego, infraestrutura etc.
- d) Errado, porque: não há menção doutrinária sobre essa espécie.
- e) Errado, porque: a terciária trata de medidas voltadas ao detento, para que não volte a delinquir, evitando a reincidência.



#### Preste Atenção:

Doutrinariamente, a prevenção divide-se em primária, secundária e terciária.

36. (Investigador de Polícia – PC/SP – VUNESP – 2012) O legislador brasileiro, ao dispor sobre as funções da reprimenda pela prática de infração penal no artigo 59 do Código Penal – *O juiz, atendendo à culpabilidade, aos antecedentes, à personalidade do agente, aos motivos, às circunstâncias e consequências do crime, bem como ao comportamento da vítima, estabelecerá, conforme seja necessário e suficiente para reprovação e prevenção do crime...* –, adotou a teoria da:

- a) função reeducativa da pena.
- b) função de prevenção especial da pena.
- c) função de prevenção geral da pena.
- d) função retributiva da pena.
- e) função mista ou unificadora da pena.

#### GABARITO OFICIAL: E

##### JUSTIFICATIVA:

- a) Errado, porque: essa é uma característica da Teoria Relativa.
- b) Errado, porque: essa é uma característica da Teoria Relativa
- c) Errado, porque: essa é uma característica da Teoria Relativa.
- d) Errado, porque: essa é uma característica da Teoria Absoluta da pena.
- e) CERTO, porque: a Teoria Mista é uma junção das Teorias Absoluta e a Relativa.

**Preste Atenção:**

Basicamente três correntes dominam o estudo da função da pena. A Teoria Absoluta, que defende o caráter punitivo ou repressivo da pena, a Teoria Relativa, que tem função preventiva de reeducação e intimidação e a Teoria Mista que adota conceito repressivo da Teoria Absoluta e conceito preventivo da Teoria Relativa, conforme dispõe o art. 59 do Código Penal Brasileiro.

**37. (Escrivão de Polícia – PC/SP – VUNESP – 2012)** A Criminologia dos dias atuais

- a) é uma ciência empírica, interdisciplinar, multidisciplinar e integrada.
- b) é uma ciência jurídica, autônoma, não controlável e sistematizada.
- c) não é considerada uma ciência, mas parte do Direito Penal.
- d) não é considerada uma ciência, mas parte da Sociologia.
- e) não é considerada uma ciência, mas parte da Antropologia.

**GABARITO OFICIAL: A****JUSTIFICATIVA:**

- a) CERTO, porque: modernamente a Criminologia é ciência empírica (baseada na experiência e na observação) e interdisciplinar.
- b) Errado, porque: não é uma ciência jurídica, somente autônoma.
- c) Errado, porque: é considerada uma ciência autônoma.
- d) Errado, porque: é considerada uma ciência autônoma.
- e) Errado, porque: é considerada uma ciência autônoma.

**Preste Atenção:**

Lembre-se que os objetos de análise da Criminologia são o crime, o delinquente, a vítima e o controle social do delito.

**38. (Escrivão de Polícia – PC/SP – VUNESP – 2012)** São teorias do consenso as teorias

- a) da desorganização social; da identificação diferencial; da criminologia crítica.
- b) do etiquetamento; da associação diferencial; do conflito cultural.
- c) da criminologia crítica; da subcultura; do estrutural-funcionalismo.
- d) da criminologia radical; da associação diferencial; da identificação diferencial.
- e) da desorganização social; da neutralização; da associação diferencial.

**GABARITO OFICIAL: E****JUSTIFICATIVA:**

- a) Errado, porque: são, somente, na alternativa, a da desorganização social e da identificação diferencial.
- b) Errado, porque: é, somente, na alternativa, a da associação diferencial.
- c) Errado, porque: são, somente, na alternativa, a da subcultura e do estrutural-funcionalismo.
- d) Errado, porque: são, somente, na alternativa, a da associação diferencial e da identificação diferencial.
- e) CERTO, porque: a teoria da desorganização social está associada à Escola de Chicago; a teoria da neutralização é considerada uma correção da subcultura delinquente. Ambas, inclusive a associação diferencial pertencem à teoria do consenso.

**Preste Atenção:**

Pertencem à Teoria do Consenso a Escola de Chicago, a Subcultura Delinquente, Anomia e Associação Diferencial.

- 39. (Escrivão de Polícia – PC/SP – VUNESP – 2012)** A corrente de pensamento criminológico que aponta, como técnica utilizada pelo criminoso para sua autojustificação, um procedimento racional em que atribui a culpa pelos seus atos antissociais aos agentes públicos encarregados de sua punição (policiais, membros do ministério público, magistrados), os quais seriam corruptos, parciais e inescrupulosos, é denominada teoria
- a) do estrutural-funcionalismo.
  - b) da criminologia crítica.
  - c) da neutralização.
  - d) do conflito cultural.
  - e) da criminologia radical.

**GABARITO OFICIAL: C****JUSTIFICATIVA:**

- a) Errado, porque: não é o estrutural-funcionalismo.
- b) Errado, porque: não é a criminologia crítica.
- c) CERTO, porque na teoria ou na técnica de neutralização, indivíduos, dentre outras explicações pelos seus atos, apelam para a “condenação dos que condenam”, justificando suas condutas desviantes como reação pelas atitudes e repressões arbitrárias que sofrem dos órgãos de controle social como a presença de um Estado corrupto, opressor e explorador.
- d) Errado, porque: não é o conflito cultural.
- e) Errado, porque: não é a criminologia radical.

**Preste Atenção:**

É considerada uma correção de rumo da Teoria da Subcultura Delincente.

- 40. (Escrivão de Polícia – PC/SP – VUNESP – 2012)** Veículos de comunicação em massa de todo o país noticiaram, em 12 de junho de 2012, que a região dorsal da estátua do Cristo Redentor de Belo Horizonte foi pichada naquela madrugada por dois homens, com a inscrição “... RONADINHO 49” (*sic*), em homenagem ao novo craque do Clube Atlético Mineiro. O comportamento desses indivíduos é relacionado à teoria sociológica
- a) da cifra dourada.
  - b) do conflito cultural.
  - c) das áreas criminais.
  - d) da subcultura delinquente.
  - e) do “labelling approach”.

**GABARITO OFICIAL: D****JUSTIFICATIVA:**

- a) Errado, porque: a cifra dourada é a não notificação às autoridades dos crimes de colarinho branco.

- b) Errado, porque: o conflito cultural é a teoria que explica os conflitos culturais internos como fator de criminalidade.
- c) Errado, porque: as áreas criminais estão relacionadas à Escola de Chicago.
- d) CERTO, porque: pode ser definida como comportamento desviante de pessoas que pertençam a um grupo específico com valores significativos próprios, como os pichadores, as gangues juvenis e as torcidas organizadas.
- e) Errado, porque: o *labelling approach* refere-se ao processo de criminalização por estigma pela condição de criminoso. É o etiquetamento ou a rotulação.

**Preste Atenção:**

A subcultura delinvente, que também faz parte da Teoria Social do Consenso, foi concebida por Albert Cohen em seu livro *Delinquent boys*.

41. (Escrivão de Polícia – PC/SP – VUNESP – 2012) Assinale a alternativa correta a respeito da Vitimologia.
- a) O comportamento da vítima em nada contribui para a ocorrência do crime contra si praticado.
  - b) A Vitimologia estuda o papel da vítima no episódio danoso, o modo pelo qual participa, bem como sua contribuição na ocorrência do delito.
  - c) A Vitimologia nasceu como ramo das ciências jurídicas, por conta das observações feitas pelos estudiosos a respeito do comportamento da vítima perante o ordenamento jurídico em vigor.
  - d) A Vitimologia surgiu, como ramo da Criminologia, em 1876, por meio da obra “O Homem Delinvente”, de Cesare Lombroso.
  - e) O comportamento da vítima sempre contribui para a ocorrência do crime contra si praticado.

**GABARITO OFICIAL: B****JUSTIFICATIVA:**

- a) Errado, porque: o comportamento da vítima, pode contribuir para a ocorrência do crime contra si praticado.
- b) CERTO, porque: a Vitimologia observa a vítima frente ao fenômeno criminal em todos os seus aspectos.
- c) Errado, porque: Criminologia não se confunde com ciência jurídica.
- d) Errado, porque: o início do estudo sistematizado sobre as vítimas se iniciou com Benjamin Mendelsohn.
- e) Errado, porque: o comportamento da vítima nem sempre para a ocorrência do crime contra si praticado. Nas classificações desenvolvidas existem as vítimas ideais ou completamente inocentes, que não contribuem para o evento criminoso, como vítimas das popularmente chamadas “balas perdidas”.

**Preste Atenção:**

Nas classificações desenvolvidas existem as vítimas menos culpadas que os criminosos; tão culpadas que os criminosos; vítimas mais culpadas que os criminosos e vítimas como únicas culpadas.

42. (Escrivão de Polícia – PC/SP – VUNESP – 2012) Entende-se por sobrevitimização
- a) a vitimização secundária, a qual consiste em sofrimento causado à vítima pelas instâncias formais da justiça criminal.
  - b) a vitimização secundária, a qual consiste em efeitos decorrentes do crime, como, por exemplo, o dano patrimonial, físico e moral sofridos pela vítima, como consequência do crime.
  - c) a vitimização primária, a qual consiste em discriminação oriunda do círculo de relacionamentos familiares e sociais da vítima, em razão do delito.
  - d) a vitimização primária, a qual consiste em efeitos decorrentes do crime, como, por exemplo, o dano patrimonial, físico e moral sofridos pela vítima, como consequência do crime.
  - e) a vitimização terciária, a qual consiste em discriminação oriunda do círculo de relacionamentos familiares e sociais da vítima, em razão do delito.

**GABARITO OFICIAL: A****JUSTIFICATIVA:**

- a) CERTO, porque: vitimização secundária é sinônimo de sobrevitimização.
- b) Errado, porque: a alternativa trata da vitimização primária.
- c) Errado, porque: a organizadora tem entendido que o conceito exposto na alternativa se refere à vitimização terciária.
- d) Errado, porque: a sobrevitimização também é conhecida como vitimização secundária, e não primária.
- e) Errado, porque: vitimização terciária não equivale à sobrevitimização.

**Preste Atenção:**

Importante atentar que a questão fala de sobrevitimização, ainda que algumas alternativas tenham em si enunciados corretos em suas definições. Assim, a única alternativa que encontra correspondência é a alternativa *a*.

43. (Escrivão de Polícia – PC/SP – VUNESP – 2012) São conhecidas por \_\_\_\_\_ os crimes que não são registrados em órgãos oficiais encarregados de sua repressão, em decorrência de omissão das vítimas, por temor de represália. Assinale a alternativa que preenche corretamente a lacuna.
- a) estatísticas azuis
  - b) estatísticas brancas
  - c) cifras douradas
  - d) cifras negras
  - e) cifras cinzas

**GABARITO OFICIAL: D****JUSTIFICATIVA:**

- a) Errado, porque: a doutrina adota a nomenclatura cifra e não estatística. Além do mais, não há na doutrina majoritária menção as estatísticas azuis, mas sim crimes de colarinho azul, em referência aos praticados por pessoas economicamente pobres.
- b) Errado, porque: não há referência doutrinária sobre estatísticas brancas, mas sim cifra branca, que corresponde aos crimes esclarecidos.
- c) Errado, porque: cifra dourada representa a ausência de notificação no que se refere à criminalidade de colarinho branco, ou seja, crimes fiscais, corrupção etc.

- d) CERTO, porque: nem todas as infrações penais comuns, como furtos, roubos, estupros etc. que são praticadas chegam ao conhecimento das autoridades públicas. Essa massa de infrações que fica oculta é chamada de cifra negra.
- e) Errado, porque: são infrações penais que chegam ao conhecimento da Autoridade Policial, porém não se convertem em processo criminal.



### Preste Atenção:

O motivo para não registro pode ser variado, não necessariamente medo de represália. A doutrina não utiliza a expressão estatística, mas sim cifras.

44. (Escrivão de Polícia – PC/SP – VUNESP – 2012) As políticas públicas de prevenção criminal terciária têm por público-alvo
- a vítima de violência doméstica.
  - o adolescente.
  - o preso.
  - o idoso.
  - o usuário de drogas ilícitas.

### GABARITO OFICIAL: C

#### JUSTIFICATIVA:

- Errado, porque: a alternativa se refere a prevenção secundária.
- Errado, porque: a alternativa se refere a prevenção secundária.
- CERTO, porque: a prevenção terciária representa medidas voltadas ao detento para que não volte a delinquir, evitando a reincidência.
- Errado, porque: a alternativa se refere a prevenção secundária.
- Errado, porque: a alternativa se refere a prevenção secundária.



### Preste Atenção:

As alternativas *a*, *b*, *d* e *e* podem ser classificadas como medidas de prevenção secundária, pois são voltadas a grupos vulneráveis específicos.

45. (Escrivão de Polícia – PC/SP – VUNESP – 2012) Assinale a alternativa que apresenta corretamente uma das características da função retributiva da pena, segundo a Teoria Absoluta.
- Analogia: pena independente da gravidade do delito.
  - Duração indeterminada: a duração da pena dependerá, dentre outros fatores, do comportamento do apenado.
  - Infligibilidade: a pena consistirá em aflição corporal.
  - Derrogabilidade: o delito terá, por consequência, uma punição, ainda que injusta.
  - Responsabilidade penal individual: a pena não passará da pessoa do condenado.

### GABARITO OFICIAL: E

#### JUSTIFICATIVA:

- Errado, porque: a pena deve ser proporcional à gravidade do delito.
- Errado, porque: a Constituição Federal proíbe a pena de caráter perpétuo – art. 5º, XLVII, *b*.

- c) Errado, porque: a Constituição Federal proíbe as penas de trabalho forçado e cruéis, conforme art. 5º, XLVII, *c e e*.
- d) Errado, porque: qualquer medida punitiva deve respeitar o devido processo legal, a ampla defesa e o princípio da legalidade, conforme art. 5º, XXXIX, da CF.
- e) CERTO, porque: segundo o Princípio da Personalidade, a pena não pode passar da pessoa do condenado.



### Preste Atenção:

Art. 5º, XLV, da Constituição Federal.

- 46. (Agente Policial – PC/SP – VUNESP – 2012)** É correto afirmar que a Criminologia
- a) é uma ciência do dever-ser.
  - b) não é uma ciência interdisciplinar.
  - c) não é uma ciência multidisciplinar.
  - d) é uma ciência normativa.
  - e) é uma ciência empírica.

### GABARITO OFICIAL: E

#### JUSTIFICATIVA:

- a) Errado, porque: a Criminologia é uma ciência do ser (natural). Ciência do dever-ser é o Direito.
- b) Errado, porque: é interdisciplinar, que significa a coesão dos vários saberes específicos (Sociologia, Direito, Estatística etc.).
- c) Errado, porque: é multidisciplinar, por ser composta por vários saberes específicos.
- d) Errado, porque: normativa é ciência jurídica, do Direito.
- e) CERTO, porque: empírico refere-se à observação e a experiência.



### Preste Atenção:

Criminologia é ciência empírica e interdisciplinar.

- 47. (Agente Policial – PC/SP – VUNESP – 2012)** É correto afirmar que a Criminologia contemporânea tem por objetos
- a) o delito, o delinquente, a vítima e o controle social.
  - b) a tipificação do delito e a cominação da pena.
  - c) apenas o delito, o delinquente e o controle social.
  - d) apenas o delito e o delinquente.
  - e) apenas a vítima e o controle social.

### GABARITO OFICIAL: A

#### JUSTIFICATIVA:

- a) CERTO, porque: a Criminologia ocupa-se do estudo do crime, da pessoa do infrator ou criminoso, da vítima e do controle social do comportamento delitivo.
- b) Errado, porque: essas características são do Direito.
- c) Errado, porque: também o é objeto de estudo a vítima.
- d) Errado, porque: também o são objetos de estudo a vítima e o controle social.
- e) Errado, porque: também o são objetos de estudo o delito e o delinquente.

**Preste Atenção:**

Tradicionalmente, apenas se estudava o crime e o criminoso; modernamente foram incluídos no estudo da Criminologia a vítima e o controle social do delito.

48. **(Agente Policial – PC/SP – VUNESP – 2012)** A história da Criminologia conta com grandes autores que, com suas obras, contribuíram significativamente na construção desse ramo do conhecimento. É correto afirmar que Cesare Bonesana (1738-1794), o marquês de Beccaria, foi autor da obra
- a) *O Homem Delinquente.*
  - b) *Dos Delitos e das Penas.*
  - c) *Antropologia Criminal.*
  - d) *O Ambiente Criminal.*
  - e) *Sociologia Criminal.*

**GABARITO OFICIAL: B****JUSTIFICATIVA:**

- a) Errado, porque: o autor de *O Homem Delinquente* é Cesare Lombroso.
- b) CERTO, porque: *Dos Delitos e das Penas* foi escrito por Cesare Bonesana, conhecido por Marquês Beccaria, em 1764.
- c) Errado, porque: *Antropologia Criminal* corresponde ao estudo realizado por Cesare Lombroso no início da Escola Positiva.
- d) Errado, porque: pertence à Sociologia Criminal.
- e) Errado, porque: se refere à Escola da Sociologia Criminal.

**Preste Atenção:**

Cesare Bonesana pertence à Escola Clássica.

49. **(Agente Policial – PC/SP – VUNESP – 2012)** Cesare Lombroso (1835-1909), médico e cientista italiano, foi considerado um dos expoentes da corrente de pensamento denominada
- a) Escola Positiva.
  - b) Escola Clássica.
  - c) Escola Jusnaturalista.
  - d) *Terza Scuola.*
  - e) Escola de Política Criminal ou Moderna Alemã.

**GABARITO OFICIAL: A****JUSTIFICATIVA:**

- a) CERTO, porque: Cesare Lombroso inicia os estudos antropológicos e científicos, inaugurando a Escola Positiva.
- b) Errado, porque: o expoente da Escola Clássica é Cesare Bonesana, o marquês de Beccaria.
- c) Errado, porque: é considerada Escola do Direito.
- d) Errado, porque: os expoentes são Manuel Carnevale, Bernardino Alimena e João Impallomeni.
- e) Errado, porque: os principais expoentes são Franz Von Lizst, Adolphe Prins e Von Hammel.

**Preste Atenção:**

Lombroso, Ferri e Garofalo pertencem à Escola Positiva.

50. (**Agente Policial – PC/SP – VUNESP – 2012**) A respeito dos fatores impulsionadores da criminalidade, assinale a alternativa correta.
- a) O bom funcionamento do sistema de educação e ensino não é fator inibitório de criminalidade na sociedade.
  - b) O crescimento populacional de uma determinada localidade sempre eleva os índices criminais.
  - c) Não há qualquer relação entre o aumento do poder aquisitivo de determinado grupo social e o crescimento da delinquência.
  - d) A má distribuição de renda influencia o aumento de todos os índices criminais de uma determinada localidade.
  - e) A pobreza influi no aumento de índices criminais de cunho patrimonial.

**GABARITO OFICIAL: E****JUSTIFICATIVA:**

- a) Errado, porque: o bom funcionamento do sistema de educação e ensino é fator inibitório de criminalidade na sociedade, pois fortalece o controle social informal.
- b) Errado, porque: o crescimento populacional de uma determinada localidade nem sempre eleva os índices criminais.
- c) Errado, porque: estudos apontam que pode haver relação dependendo das circunstâncias.
- d) Errado, porque: a má distribuição de renda influencia o aumento de alguns índices criminais de uma determinada localidade, como acontece com os crimes patrimoniais.
- e) CERTO, porque: a má distribuição de renda conduz à pobreza e pode levar à busca de bens patrimoniais por meio de atos criminosos, como furto e roubo.

**Preste Atenção:**

A criminalidade é multicausal, ou seja, tem sua origem nas mais diversas e variadas causas, podendo haver ou não influência dependendo das circunstâncias. O que não é possível é afirmar de forma categórica que determinada causa ou fator sempre ou nunca influenciará na criminalidade. Cuidado com expressões como “sempre”, “todos”, “nunca”, “jamais”.

51. (**Agente Policial – PC/SP – VUNESP – 2012**) Fenômeno comum em países em desenvolvimento ou emergentes, \_\_\_\_\_ propicia(m) a promiscuidade, o afrouxamento dos freios morais, o desrespeito ao próximo e outros desvios comportamentais, empurrando aqueles que vivem ou sobrevivem nessas situações a uma existência marcada pela inclinação ao crime. Assinale a alternativa que preencha corretamente a lacuna do texto.
- a) a migração
  - b) a religião
  - c) o subemprego
  - d) as condições precárias de habitação
  - e) a política

**GABARITO OFICIAL: D****JUSTIFICATIVA:**

- a) Errado, porque: o mero deslocamento de pessoas não produz os efeitos descritos.
- b) Errado, porque: a religião fortalece os freios morais.
- c) Errado, porque: o subemprego, por si só, não é capaz de produzir o afrouxamento dos freios morais e o desrespeito ao próximo.
- d) CERTO, porque: a precariedade da habitação é um dos fatores criminógenos estudados pela Escola de Chicago.
- e) Errado, porque: somente a má utilização da política leva a fatores desestabilizadores.

**Preste Atenção:**

Associe desordem urbana à Escola de Chicago.

52. **(Agente Policial – PC/SP – VUNESP – 2012)** O comportamento inadequado da vítima que de certo modo facilita, instiga ou provoca a ação de seu verdugo é denominado
- a) vitimização terciária.
  - b) vitimização secundária.
  - c) periculosidade vitimal.
  - d) vitimização primária.
  - e) vitimologia.

**GABARITO OFICIAL: C****JUSTIFICATIVA:**

- a) Errado, porque: vitimização terciária é a consequência excessiva do crime sobre o condenado como sevícias e tempo de prisão além do necessário. Parte da doutrina também entende que vitimização terciária é a discriminação que a vítima recebe de seu ciclo social em razão do crime sofrido.
- b) Errado, porque: na vitimização secundária a vítima é desamparada pelo sistema de justiça criminal, como preconceito pelo Judiciário, falta de atenção pela Polícia etc.
- c) CERTO, porque: a vítima é instigadora de delitos.
- d) Errado, porque: vitimização primária é consequência direta e danosa do crime sobre a vítima, como perda do patrimônio, da vida, dignidade sexual etc.
- e) Errado, porque: a Vitimologia é ramo de estudo da Criminologia.

**Preste Atenção:**

A questão trata da classificação das vítimas no que se refere à *participação* ou à *provocação do evento criminoso*, ou seja, quanto ao seu comportamento, que podem ser divididas em três grandes grupos: 1) vítima inocente, 2) vítima provocadora e 3) vítima agressora, simuladora ou imaginária. Já vitimização refere-se às consequências negativas que uma pessoa sofre com o crime na qualidade de vítima.

53. **(Agente Policial – PC/SP – VUNESP – 2012)** Os “crimes de colarinho branco” são delitos conhecidos na Criminologia por
- a) crimes contra a dignidade social.

- b) crimes de menor potencial ofensivo.
- c) cifras cinza.
- d) cifras amarelas.
- e) cifras douradas.

**GABARITO OFICIAL: E****JUSTIFICATIVA:**

- a) Errado, porque: “crimes contra a dignidade social” é um título de crimes do Código Penal.
- b) Errado, porque: crimes de menor potencial ofensivo são as infrações definidas pela Lei nº 9.099/1995, crimes com pena máxima até 2 anos e contravenções penais.
- c) Errado, porque: cifras cinza referem-se às infrações que chegam ao conhecimento da autoridade policial, todavia se encerram no âmbito policial, como a falta de representação nos crimes de ação penal pública condicionada.
- d) Errado, porque: cifras amarelas são infrações praticadas por policiais no exercício de suas funções que não chegam ao conhecimento do órgão corregedor ou fiscalizador.
- e) CERTO, porque: cifra dourada é a falta de notificação ou conhecimentos dos crimes de colarinho branco pelas autoridades competentes.

**Preste Atenção:**

Cifra negra refere-se à criminalidade comum (roubo, estupro, furto etc.) e cifra dourada refere-se à criminalidade de colarinho branco (crimes financeiros, tributário etc.).

- 54. (Agente Policial – PC/SP – VUNESP – 2012)** Entende(m)-se por prevenção primária
- a) as ações policiais dirigidas aos indivíduos vulneráveis.
  - b) as políticas públicas dirigidas aos grupos de risco.
  - c) aquela dirigida exclusivamente ao preso, em busca de sua reinserção familiar e/ou social.
  - d) o trabalho de conscientização social, o qual atua no fenômeno criminal, em sua etiologia.
  - e) aquela que age em momento posterior ao crime ou na iminência de seu acontecimento.

**GABARITO OFICIAL: D****JUSTIFICATIVA:**

- a) Errado, porque: trata-se de prevenção secundária.
- b) Errado, porque: trata-se de prevenção secundária.
- c) Errado, porque: trata-se de prevenção terciária.
- d) CERTO, porque: busca neutralizar a raiz do problema, investindo em educação, emprego, habitação digna etc.
- e) Errado, porque: essa é técnica repressiva, agindo depois que o crime ocorre.

**Preste Atenção:**

Etiologia refere-se às causas; no caso, ataca as origens do problema prevenindo o crime.

55. **(Agente Policial – PC/SP – VUNESP – 2012)** No que concerne à prevenção do delito, de acordo com o Código Penal Brasileiro, assinale a alternativa correta.
- a) A função da pena é unicamente repressiva, sendo irrelevante sua adequação em face do delinquirente individualmente considerado.
  - b) A função da prevenção especial da pena consiste principalmente na intimidação dos propensos a delinquir.
  - c) O legislador penal brasileiro adotou a teoria mista, também denominada eclética ou unitária da pena.
  - d) A função da prevenção geral da pena consiste principalmente em reeducação do condenado bem como em sua ressocialização.
  - e) A função da pena é unicamente preventiva, sendo irrelevante sua adequação em face do delinquirente individualmente considerado.

**GABARITO OFICIAL: C****JUSTIFICATIVA:**

- a) Errado, porque: a função da pena é também preventiva, nos termos do art. 59 do Código Penal.
- b) Errado, porque: essa é função definida como prevenção geral e não especial.
- c) CERTO, porque: nos termos do art. 59 do Código Penal, a pena tem função preventiva e repressiva.
- d) Errado, porque: essa é função da prevenção especial e não geral.
- e) Errado, porque: as funções são preventiva e repressiva.

**Preste Atenção:**

A pena, quer seja privativa de liberdade, restritiva de direito ou multa, deverá ser o suficiente para reprovação e prevenção do crime nos termos do art. 59 do Código Penal.

56. **(Papiloscopista Policial – PC/SP – VUNESP – 2012)** Contemporaneamente, a criminologia é conceituada como
- a) uma ciência empírica e social que estuda o criminoso, a pena e o controle social.
  - b) uma ciência empírica e multidisciplinar que estuda as formas como os crimes são cometidos.
  - c) uma ciência empírica e interdisciplinar que estuda o crime, o criminoso, a vítima e o controle social.
  - d) uma ciência jurídica e interdisciplinar que estuda as formas como os crimes são cometidos.
  - e) uma ciência jurídica e multidisciplinar que estuda o crime, o criminoso, a pena e a vítima.

**GABARITO OFICIAL: C****JUSTIFICATIVA:**

- a) Errado, porque: faltou o crime, além do mais, a pena não é considerada como objeto principal de estudo da Criminologia.
- b) Errado, porque: a Criminologia não se preocupa exclusivamente como os crimes são cometidos, ou seja, o *modus operandi* do delito.
- c) CERTO, porque: é o conceito moderno de Criminologia.
- d) Errado, porque: não é ciência jurídica.

- e) Errado, porque: não é ciência jurídica e a pena não é considerada objeto principal de estudo da Criminologia.



### Preste Atenção:

Os objetos de estudo da Criminologia moderna são o crime, o criminoso ou o delinquente, a vítima e o controle social do delito. Lembre-se, também, de que ciência jurídica é o Direito.

- 57. (Papiloscopista Policial – PC/SP – VUNESP – 2012)** Os métodos científicos utilizados pela criminologia são
- métodos experimental e dedutível, como ciência jurídica que são.
  - métodos psicológico e sociológico, como ciências empírica e exata que são.
  - métodos físico e individual, como ciências social e dedutível que são.
  - métodos físico e biológico, como ciência jurídica que são.
  - métodos biológico e sociológico, como ciências empírica e experimental que são.

### GABARITO OFICIAL: E

#### JUSTIFICATIVA:

- Errado, porque: a Criminologia não é uma ciência jurídica e o método utilizado pela Criminologia é o indutivo.
- Errado, porque: a Criminologia não é uma ciência exata.
- Errado, porque: a Criminologia segue método indutivo.
- Errado, porque: não é uma ciência jurídica. Ciência jurídica é o Direito.
- CERTO, porque: a Criminologia está fundada na observação e experiência do ser e dos acontecimentos sociais.



### Preste Atenção:

Método é instrumento para busca do conhecimento, no caso, o fenômeno criminal.

- 58. (Papiloscopista Policial – PC/SP – VUNESP – 2012)** Este autor foi o criador da chamada “sociologia criminal”. Para ele, a criminalidade derivava de fenômenos antropológicos, físicos e culturais. Trata-se de
- Francesco Carrara.
  - Cesare Lombroso.
  - Rafael Garófalo.
  - Enrico Ferri.
  - Franz von Lizst.

### GABARITO OFICIAL: D

#### JUSTIFICATIVA:

- Errado, porque: Carrara pertence à Escola Clássica.
- Errado, porque: apesar de Lombroso pertencer à Escola Positiva, seus estudos estão focados para a Antropologia Criminal.

- c) Errado, porque: Garófalo apesar de pertencer à Escola Positiva, seus estudos destacaram o conceito de delito natural, que significa a violação dos sentimentos altruísticos de piedade e probidade.
- d) CERTO, porque: Ferri pertence à Escola Positiva, da Sociologia Criminal, agregando fatores físicos e culturais ao criminoso, além do antropológico desenvolvido por Lombroso.
- e) Errado, porque: Von Lizst pertence à Escola de Política Criminal ou Moderna Alemã.

**Preste Atenção:**

Ferri é discípulo de Lombroso e, por isso, além do fator antropológico desenvolvido por Lombroso – “criminoso nato” –, Ferri agrega aos seus estudos fatores físicos e culturais, ou seja, fatores externos.

- 59. (Papiloscopista Policial – PC/SP – VUNESP – 2012)** Pode-se afirmar que estão entre os princípios fundamentais da escola clássica da criminologia:
- a) o crime, na escola clássica, é um ente jurídico, não é uma ação, mas sim uma infração; a punibilidade deve ser baseada no livre-arbítrio; adota-se o método e raciocínio lógico-dedutivo.
  - b) a pena, que é um instrumento de defesa social; a escola clássica, que se utiliza do método indutivo-experimental; os objetos de estudo da ciência penal, que são o crime, o criminoso, a pena e o processo.
  - c) o crime é visto como um fenômeno social e individual na escola clássica; a pena tem caráter aflitivo, cuja finalidade é a defesa social.
  - d) o direito penal, que é uma obra humana; a responsabilidade social que decorre do determinismo social; o delito, que é um fenômeno natural e social.
  - e) a distinção entre imputáveis e inimputáveis existente na escola clássica; a responsabilidade moral baseada no determinismo (quem não tiver a capacidade de se levar pelos motivos deverá receber uma medida de segurança).

**GABARITO OFICIAL: A****JUSTIFICATIVA:**

- a) CERTO, porque: a ideia do crime como uma infração é de Francesco Carrara. Para a Escola Clássica o homem é um ser livre e racional e o crime é resultado de simples opção, ou seja, o livre-arbítrio.
- b) Errado, porque: o método utilizado pela Escola Clássica é o lógico-dedutivo e não há preocupação com o processo.
- c) Errado, porque: para a Escola Clássica o crime é visto como um ente jurídico.
- d) Errado, porque: Determinismo social não é ideia da Escola Clássica, que se fundamenta no livre arbítrio.
- e) Errado, porque: a distinção encontra amparo na Terceira escola ou eclética e não na Escola Clássica.

**Preste Atenção:**

Escola Clássica tem como fundamento o contratualismo de Rousseau.

60. (Papiloscopista Policial – PC/SP – VUNESP – 2012) De acordo com a Sociologia Criminal, pode-se citar como exemplo da Teoria de Consenso:
- a) a Teoria crítica.
  - b) a Teoria radical.
  - c) a Teoria das janelas quebradas.
  - d) a Teoria da associação diferencial.
  - e) a Teoria do conflito.

**GABARITO OFICIAL: D****JUSTIFICATIVA:**

- a) Errado, porque: a Teoria Crítica ou Radical pertence à Teoria Sociológica do Conflito.
- b) Errado, porque: a Teoria Radical ou Crítica pertence à Teoria Sociológica do Conflito.
- c) Errado, porque: a Teoria das Janelas Quebradas é considerada como derivada do Neorretribucionismo.
- d) CERTO, porque: a Teoria da Associação Diferencial pertence à Teoria Sociológica do Consenso.
- e) Errado, porque: a Teoria Sociológica do Conflito está no mesmo patamar que a Teoria Sociológica do Consenso.

**Preste Atenção:**

Teoria Crítica ou Radical se equivalem conforme doutrina dominante. Fazem parte da Teoria do Consenso: Escola de Chicago, Associação Diferencial, Anomia e Subcultura Delinquente. Pertencem à Teoria do Conflito: *Labelling Approach* e Teoria Crítica ou Radical.

61. (Papiloscopista Policial – PC/SP – VUNESP – 2012) Uma das mais importantes teorias do conflito surgiu nos Estados Unidos nos anos de 1960 e seus principais expoentes foram Erving Goffman e Howard Becker. Trata-se da
- a) Teoria do *labelling approach*.
  - b) Teoria da subcultura delinquente.
  - c) Teoria da desorganização social.
  - d) Teoria da anomia.
  - e) Teoria das zonas concêntricas.

**GABARITO OFICIAL: A****JUSTIFICATIVA:**

- a) CERTO, porque: se trata da Teoria do *Labelling Approach*, também conhecida como interacionismo simbólico, etiquetamento, rotulação ou reação social.
- b) Errado, porque: a Teoria da Subcultura Delinquente pertence à Teoria Sociológica do Consenso e tem seus estudos iniciais desenvolvidos por Albert Cohen.
- c) Errado, porque: a Teoria da Desorganização Social pertence à Teoria Sociológica do Consenso – Escola de Chicago e tem como principais nomes Robert Park, Ernest Burgess, Clifford Shaw e Henry McKay.
- d) Errado, porque: a Teoria da Anomia pertence à Teoria Sociológica do Consenso e tem como nomes principais Robert Merton e Emile Durkheim.
- e) Errado, porque: a Teoria das Zonas Concêntricas pertence à Escola de Chicago, vertente da Teoria Sociológica do Consenso.

**Preste Atenção:**

Mesmo sem saber quais foram os expoentes, a única Teoria do Conflito é a Teoria do *Labelling Approach*.

- 62. (Papiloscopista Policial – PC/SP – VUNESP – 2012)** De acordo com Benjamim Mendelsohn, as vítimas são classificadas em:
- a) vítimas primárias, vítimas secundárias e vítimas terciárias.
  - b) vítimas ideais, vítimas menos culpadas que os criminosos, vítimas tão culpadas quanto os criminosos, vítimas mais culpadas que os criminosos e vítimas como únicas culpadas.
  - c) vítimas desatentas, vítimas desinformadas, vítimas descuidadas, vítimas inocentes, vítimas provocativas e vítimas participativas.
  - d) vítimas perfeitas, vítimas participativas, vítimas concorrentes, vítimas imperfeitas e vítimas contumazes.
  - e) vítimas inocentes, vítimas conscientes e vítimas culpadas.

**GABARITO OFICIAL: B****JUSTIFICATIVA:**

- a) Errado, porque: a classificação refere-se ao processo de vitimização.
- b) CERTO, porque: essa classificação foi desenvolvida por Mendelsohn.
- c) Errado, porque: não corresponde à classificação de Mendelsohn.
- d) Errado, porque: não corresponde à classificação de Mendelsohn.
- e) Errado, porque: não corresponde à classificação de Mendelsohn.

**Preste Atenção:**

A classificação leva em conta a participação da vítima no evento criminoso.

- 63. (Papiloscopista Policial – PC/SP – VUNESP – 2012)** O estudo da vitimologia atual, baseada numa tendência política criminal eficiente, privilegia:
- a) a assistência social ao delinquente, bem como um atendimento eficiente do poder público.
  - b) a assistência psicológica à vítima e tratamento adequado ao delinquente, para sua recuperação.
  - c) uma pena que recupere o delinquente, sociabilizando-o, com trabalho e educação.
  - d) uma punição exemplar para o delinquente, de forma que se cumpra a função retributiva da pena.
  - e) a reparação dos danos e indenização dos prejuízos da vítima.

**GABARITO OFICIAL: E****JUSTIFICATIVA:**

- a) Errado, porque: o objeto de atenção da vitimologia é a vítima, e não o delinquente.
- b) Errado, porque: a vitimologia não tem por objeto de estudo o delinquente, mas sim a vítima.
- c) Errado, porque: o objeto de estudo é a vítima, e não o delinquente.
- d) Errado, porque: o delinquente não é alvo de estudo da vitimologia.
- e) CERTO, porque: nos dias de hoje, temos o resgate da vítima e sua importância.

**Preste Atenção:**

A doutrina aponta três grandes momentos da vítima no curso da história: “idade de ouro”, neutralização do poder da vítima e revalorização ou resgate.

- 64. (Papiloscopista Policial – PC/SP – VUNESP – 2012)** A prevenção criminal secundária é aquela que atua
- a) na recuperação do recluso, visando a sua socialização por meio do trabalho e estudo, evitando sua reincidência.
  - b) em setores específicos ou de maior vulnerabilidade da sociedade, por meio de ação policial, programas de apoio e controle das comunicações.
  - c) na qualidade de vida de um povo, na proteção aos bens patrimoniais e nos direitos individuais e sociais.
  - d) nos direitos sociais universalmente conhecidos, como educação, moradia e segurança.
  - e) na reparação do dano causado em razão da delinquência, assistindo o recluso com programas psicológicos e de assistência social.

**GABARITO OFICIAL: B****JUSTIFICATIVA:**

- a) Errado, porque: essa é a prevenção terciária.
- b) CERTO, porque: é voltada a setores da sociedade e não ao indivíduo. Utiliza-se de instrumentos preventivos de curto e médio prazo, como policiamento preventivo e focado, iluminação pública, controle de comunicações etc.
- c) Errado, porque: essa alternativa trata-se, a rigor, de prevenção primária, tendo em vista o item citar direitos sociais e individuais.
- d) Errado, porque: essa é a prevenção primária.
- e) Errado, porque: programas voltados ao recluso fazem parte da prevenção terciária.

**Preste Atenção:**

A prevenção secundária se utiliza de instrumentos preventivos de efeitos a curto e médio prazos.

- 65. (Papiloscopista Policial – PC/SP – VUNESP – 2012)** Uma das formas que o Estado Democrático de Direito possui para prevenir o crime é a pena. De acordo com a teoria mista que estuda as penas, estas têm a finalidade de:
- a) punir o delinquente de forma proporcional ao mal praticado.
  - b) trazer mais tranquilidade para a sociedade, uma vez que o criminoso não estará mais nas ruas.
  - c) retomar a tranquilidade e a paz pública.
  - d) prevenção geral e prevenção especial.
  - e) afastar o delinquente da sociedade, para evitar novos crimes.

**GABARITO OFICIAL: D****JUSTIFICATIVA:**

- a) Errado, porque: só aponta o efeito repressivo (punir).
- b) Errado, porque: a alternativa está incompleta, citando apenas a prevenção especial, na medida em que retira das ruas o delinquente.

- c) Errado, porque: o restabelecimento da tranquilidade e paz social está mais voltado à prevenção geral.
- d) CERTO, porque: é a classificação estabelecida pela doutrina, sendo que existe a prevenção geral negativa e positiva e prevenção especial negativa e positiva.
- e) Errado, porque: essa é tão somente característica da prevenção especial.

**Preste Atenção:**

A prevenção geral é voltada à sociedade. A prevenção especial é voltada ao indivíduo que cometeu o crime.



# LÍNGUA PORTUGUESA

## Sobre a Autora

### **Tatiane Felix da Cruz Medrado**

Palestrante e especialista em Língua Portuguesa pela PUC-SP.  
Professora de Língua Portuguesa em Cursos Preparatórios para  
Concursos Públicos.  
Professora em Cursos Pré-vestibulares.



1. **(Escrivão – PC/SP – VUNESP – 2014)** Dois termos que descrevem o estado de espírito demonstrado pelo protagonista no primeiro e no segundo quadrinho, respectivamente, são
- empolgação e enlevo.
  - hesitação e desânimo.
  - exaltação e regozijo.
  - alegria e exultação.
  - entusiasmo e frustração.

**GABARITO OFICIAL: E****JUSTIFICATIVA:**

- Errado, porque: no primeiro quadrinho até se poderia pensar na ideia de empolgação, contudo, no segundo, não há “enlevo”, ou seja, encantamento.
- Errado, porque: no primeiro quadrinho o personagem não está hesitante.
- Errado, porque: a ideia de exaltação poderia ser atribuída ao primeiro quadrinho, mas “regozijo”, isto é, prazer, não representa a segunda situação.
- Errado, porque: no segundo quadrinho não há “exultação”, ou seja, alegria.
- CERTO, porque: ao observar o primeiro quadrinho, percebe-se que o personagem está entusiasmado com o feriado, contudo, ao se deparar com o trânsito, frustra-se.

**Preste Atenção:**

Para interpretar charges e quadrinhos é necessário não apenas estar atento às falas dos personagens, mas também – e principalmente – às figuras e expressões.

2. **(Escrivão – PC/SP – VUNESP – 2014)** Em ambas as falas do personagem, o termo para apresenta a noção de
- |                  |                |
|------------------|----------------|
| a) conformidade. | d) finalidade. |
| b) proporção.    | e) quantidade. |
| c) alternância.  |                |

**GABARITO OFICIAL: D****JUSTIFICATIVA:**

- Errado, porque: a ideia de conformidade, isto é, de acordo, é estabelecida principalmente pelas conjunções conformativas, tais como “conforme”, “consoante”, “segundo”.
- Errado, porque: “para” não é usado para dar ideia de proporção, as palavras que têm tal função são as conjunções proporcionais “à medida que” e “à proporção que”.
- Errado, porque: a principal conjunção que estabelece entre as orações a ideia de alternância é “ou”.
- CERTO, porque: não apenas pelo uso de “para” seguido por um verbo no infinitivo, mas também pela própria interpretação do trecho, percebe-se a relação de finalidade, ou seja, de propósito. “Para escapar do estresse” e “para acabar com o estresse” têm o sentido de “com a finalidade de” escapar e acabar.
- Errado, porque: não há a ideia de quantidade no trecho.

**Preste Atenção:**

Para a interpretação efetiva de um trecho é sempre necessário analisar o contexto e também o uso dos conectivos tais como as conjunções.

Leia o texto para responder às questões a seguir.

*Os turistas que visitarão o Brasil neste ano, atraídos, especialmente, pela Copa do Mundo, devem injetar US\$ 9,2 bilhões na economia do País, estima o Instituto Brasileiro de Turismo (Embratur). Em todo o ano de 2014, são esperados sete milhões de turistas estrangeiros no país, o que seria um recorde. Se for confirmada a previsão, esse valor representará um crescimento de 38,5% sobre os US\$ 6,64 bilhões que ingressaram no País, trazidos pelos turistas, em 2013.*

*“A presença de sete milhões de turistas significa, provavelmente, a geração de recursos superiores aos da indústria automobilística e aos da indústria de papel e celulose no Brasil, mostrando a importância econômica do turismo e, portanto, a necessidade de haver investimentos públicos e privados, como vem ocorrendo na expansão da rede hoteleira”, disse o presidente da EMBRATUR, Flávio Dino.*

*Segundo Dino, é preciso receber bem o turista estrangeiro e, para isso, é necessário ampliar investimentos em infraestrutura (como aeroportos) e ensinar línguas estrangeiras a profissionais que têm contato com esses turistas. “Tenho muita confiança na necessidade de haver investimentos e competitividade, ou seja, haver políticas públicas e ações privadas que garantam preços justos, para que esses turistas possam ser bem acolhidos e também economicamente estimulados a voltar ao Brasil”, disse.*

*(Francisco Carlos de Assis, O Estado de S. Paulo, 1º jan. 2014, <http://zip.net/bmlZTY>. Adaptado)*

3. **(Escrivão – PC/SP – VUNESP – 2014)** Afirma-se, corretamente, que um assunto tratado no texto é
- a) a ausência de investimentos públicos e privados na rede hoteleira no Brasil.
  - b) o crescimento da economia brasileira decorrente de investimentos estrangeiros na indústria.
  - c) o anúncio da destinação de verbas da EMBRATUR para ampliar os aeroportos brasileiros.
  - d) a boa recepção que os turistas estrangeiros tiveram no Brasil em 2013 e sua intenção em retornar em 2014.
  - e) a importância da vinda de turistas estrangeiros, em 2014, para a economia brasileira.

### GABARITO OFICIAL: E

#### JUSTIFICATIVA:

- a) Errado, porque: o texto fala exatamente o contrário, ou seja, que haverá investimentos na rede hoteleira.
- b) Errado, porque: o investimento por meio dos turistas estrangeiros será na economia de um modo geral, não apenas na indústria.
- c) Errado, porque: não há essa informação no texto, logo, não é lícita a inferência.
- d) Errado, porque: o texto fala apenas do ano de 2014 em que os turistas virão por conta da copa.
- e) CERTO, porque: o texto disserta sobre a importância da vinda dos turistas para a economia, atraídos pela Copa. Tal informação é ratificada a partir da leitura do trecho: “Os turistas que visitarão o Brasil neste ano, atraídos, especialmente, pela Copa do Mundo, devem injetar US\$ 9,2 bilhões na economia do País, estima o Instituto Brasileiro de Turismo (EMBRATUR)”.



#### Preste Atenção:

Quando o examinador perguntar sobre o assunto central do texto, sendo ele dissertativo, deve-se verificar o primeiro parágrafo, ou seja, a introdução.

4. **(Escrivão – PC/SP – VUNESP – 2014)** Na passagem que inicia o texto – Os turistas que visitarão o Brasil neste ano, atraídos, especialmente, pela Copa do Mundo, *devem injetar* US\$ 9,2 bilhões na economia do País, *estima* o Instituto Brasileiro de Turismo (EMBRATUR) –, as expressões verbais em destaque indicam que o valor a ser introduzido pelos turistas na economia do Brasil em 2014.
- a) não pode ser suposto antes do fim de 2014.

- b) está exato, pois já se sabe quanto os turistas gastarão.
- c) foi previsto por um cálculo aproximado.
- d) foi calculado sem qualquer margem para erro.
- e) não tinha sido orçado até a publicação do texto.

**GABARITO OFICIAL: C****JUSTIFICATIVA:**

- a) Errado, porque: foi feita uma estimativa antes do término do ano e até a Copa.
- b) Errado, porque: o valor foi estimado, é uma suposição, por isso não se pode afirmar que é exato.
- c) CERTO, porque: a expressão verbal “devem injetar” já remete a uma hipótese, a um valor estimado pela EMBRATUR, logo, pode-se afirmar que é um cálculo aproximado.
- d) Errado, porque: estimativas têm margem para erro.
- e) Errado, porque: a partir da leitura do trecho não se pode fazer tal inferência.

**Preste Atenção:**

Há questões que não exigem a interpretação do texto todo, mas apenas de um trecho dele. Deve-se, portanto, estar atento apenas ao que o examinador perguntou. No caso, sobre o valor semântico das expressões verbais.

5. **(Escrivão – PC/SP – VUNESP – 2014)** Considere a seguinte passagem do primeiro parágrafo, à qual foi acrescida uma lacuna.

Em todo o ano de 2014, são esperados sete milhões de turistas estrangeiros no país, o que seria um recorde. Se for confirmada a previsão \_\_\_\_\_, esse valor representará um crescimento de 38,5% sobre os US\$ 6,64 bilhões que ingressaram no País, trazidos pelos turistas, em 2013.

A expressão que completa a lacuna corretamente, atendendo às regras de regência do termo previsão, conforme a norma-padrão da língua portuguesa, está em

- a) ante o número de turistas.
- b) sobre o número de turistas.
- c) no número de turistas.
- d) perante o número de turistas.
- e) entre o número de turistas.

**GABARITO OFICIAL: B****JUSTIFICATIVA:**

- a) Errado, porque: o substantivo previsão, neste caso, não aceita a preposição “ante”.
- b) CERTO, porque: no contexto, o substantivo “previsão” exige a preposição “sobre” para se conectar ao seu complemento. Também estaria correta a preposição “de”.
- c) Errado, porque: “previsão” não aceita a preposição “em”.
- d) Errado, porque: “previsão” não exige a preposição “perante”.
- e) Errado, porque: “previsão” não se associa à preposição “entre”.

**Preste Atenção:**

A regência é a parte da gramática que estuda a complementação entre os termos da oração e, nesse caso, há a necessidade do uso de preposição.

6. (Escrivão – PC/SP – VUNESP – 2014) Atendendo às regras de concordância da norma-padrão da língua portuguesa, o trecho do segundo parágrafo – ... a necessidade de haver investimentos públicos e privados, como vem ocorrendo na expansão da rede hoteleira... – está reescrito corretamente em
- ... a necessidade de *que existam* investimentos públicos e privados, como *os que estão sendo aplicados* na expansão da rede hoteleira...
  - ... a necessidade de *que existam* investimentos públicos e privados, como *os que está sendo aplicado* na expansão da rede hoteleira...
  - ... a necessidade de *que exista* investimentos públicos e privados, como *os que estão sendo aplicados* na expansão da rede hoteleira...
  - ... a necessidade de *que exista* investimentos públicos e privados, como *os que estão sendo aplicado* na expansão da rede hoteleira...
  - ... a necessidade de *que existam* investimentos públicos e privados, como *os que estão sendo aplicado* na expansão da rede hoteleira...

### GABARITO OFICIAL: A

#### JUSTIFICATIVA:

- CERTO, porque: o verbo “existir” substituiu o verbo “haver” no trecho original, portanto, precisa concordar no plural com o sujeito “investimentos públicos e privados”; já a expressão “estão sendo aplicados” concorda em gênero e número com o pronome “os”.
- Errado, porque: a expressão “está sendo aplicado” não concorda no plural com o sujeito “os”.
- Errado, porque: o verbo “existir” não concorda no plural com o núcleo do sujeito “investimentos”.
- Errado, porque: além do verbo “existir” não concordar com “investimentos”, o adjetivo “aplicado” não está no plural para concordar com “os”.
- Errado, porque: o adjetivo “aplicado” não concorda com “os”.



#### Preste Atenção:

A concordância trata da harmonia de gênero e número entre os termos de uma oração. A nominal diz respeito à combinação entre os nomes – substantivo, adjetivo, pronome, artigo etc. –, a verbal se refere ao sujeito e ao verbo.

Leia o último parágrafo, para responder às questões a seguir.

*Segundo Dino, é preciso receber bem o turista estrangeiro e, para isso, é necessário ampliar investimentos em infraestrutura (como aeroportos) e ensinar línguas estrangeiras a profissionais que têm contato com esses turistas. “Tenho muita confiança na necessidade de haver investimentos e competitividade, ou seja, haver políticas públicas e ações privadas que garantam preços justos, para que esses turistas possam ser bem acolhidos e também economicamente estimulados a voltar ao Brasil”, disse.*

7. (Escrivão – PC/SP – VUNESP – 2014) É correto concluir que, para Dino,
- competitividade e preços justos podem estar relacionados.
  - investimentos públicos dependem de ações privadas.
  - o governo deve estimular a competitividade entre os turistas.
  - os turistas serão atraídos ao Brasil caso haja investimento em publicidade.
  - a iniciativa privada deve ser recompensada pelo governo se acolher bem o turista.

### GABARITO OFICIAL: A

**JUSTIFICATIVA:**

- a) CERTO, porque: segundo Dino, para estimular o turista a comprar, é necessário haver políticas públicas que garantam preços justos e, assim, a competitividade.
- b) Errado, porque: não há relação de dependência entre as políticas públicas e ações privadas.
- c) Errado, porque: a competitividade não é entre os turistas, mas entre os setores da economia.
- d) Errado, porque: os turistas serão estimulados a voltar por conta de uma boa organização econômica, não pelo investimento em publicidade.
- e) Errado, porque: não se pode fazer tal inferência a partir da leitura do trecho.

**Preste Atenção:**

Para se interpretar bem um trecho, deve-se estar atento às palavras e expressões utilizadas pelo autor para que não se façam inferências incorretas.

8. **(Escrivão – PC/SP – VUNESP – 2014)** Na passagem – Segundo Dino, é preciso receber bem o turista estrangeiro e, para isso, é necessário ampliar investimentos em infraestrutura (como aeroportos) e ensinar línguas estrangeiras a profissionais que têm contato com esses turistas. –, os parênteses são usados para
- a) isolar um comentário que contradiz a informação anterior.
  - b) mostrar que o termo *aeroportos* equivale à informação central da passagem.
  - c) intercalar uma expressão acessória, que tem o valor de uma exemplificação.
  - d) indicar que a expressão *como aeroportos* é usada com sentido pejorativo.
  - e) introduzir o primeiro elemento de uma sequência enumerativa apresentada.

**GABARITO OFICIAL: C****JUSTIFICATIVA:**

- a) Errado, porque: o trecho não contradiz a informação, mas explica.
- b) Errado, porque: “aeroportos” é uma explicação, não a informação central.
- c) CERTO, porque: os parênteses servem exatamente para isolar um termo que acrescenta uma informação, uma explicação.
- d) Errado, porque: o termo é uma explicação, não está com sentido pejorativo.
- e) Errado, porque: não há enumeração no trecho.

**Preste Atenção:**

Parênteses, travessões e vírgulas são pontuações sinônimas quando isolam um termo acessório, uma explicação.

9. **(Escrivão – PC/SP – VUNESP – 2014)** Um antônimo para o termo *estimulados*, em destaque, é
- a) persuadidos.
  - b) desmotivados.
  - c) compelidos.
  - d) incitados.
  - e) coagidos.

**GABARITO OFICIAL: B**

**JUSTIFICATIVA:**

- a) Errado, porque: “persuadidos” significa “convencidos”, logo, não tem relação de sentido com “estimulados”.
- b) CERTO, porque: “desmotivados” significa “sem motivação ou vontade”, por isso é o antônimo – sentido contrário – de “estimulados” que é “estar motivado”.
- c) Errado, porque: “compelidos” significa “intimidados”, então não tem relação de sentido com “estimulados”.
- d) Errado, porque: “incitados” é sinônimo a “estimulados”, ou seja, ambos têm o mesmo sentido.
- e) Errado, porque: “coagidos” significa “forçados”, logo, não está associado a ideia de “estimulados”.

**Preste Atenção:**

Palavras antônimas são as que têm sentido oposto. Para fazer tal reconhecimento, deve-se pensar não só no sentido próprio da palavra, mas também em sua aplicação no contexto.

10. (Escrivão – PC/SP – VUNESP – 2014) Leia a tira de Hagar, por Chris Browne.



(Folha de S.Paulo, 22 dez. 2013, <http://zip.net/bxl0Q8>)

Considerando o contexto global da tira, com a frase – É hora de mostrar a eles quem vocês são! –, Hagar demonstra ter a expectativa de que seus homens

- a) sejam indiferentes à chegada dos inimigos.
- b) mostrem-se subservientes aos inimigos.
- c) tratem os inimigos com clemência.
- d) demonstrem sua valentia aos inimigos.
- e) furem-se a enfrentar os inimigos.

**GABARITO OFICIAL: D**

**JUSTIFICATIVA:**

- a) Errado, porque: Hagar não deseja que os homens sejam indiferentes, mas que mostrem quem são.
- b) Errado, porque: o que Hagar quer é que seus homens mostrem-se valentes, não subservientes.
- c) Errado, porque: pelo contexto, pode-se inferir que Hagar quer que seus homens lutem bravamente, não com piedade e clemência.
- d) CERTO, porque: a partir da leitura da tirinha, pode-se concluir que Hagar quer que seus homens se mostrem valentes aos inimigos.
- e) Errado, porque: Hagar quer que seus homens enfrentem bravamente os inimigos.

**Preste Atenção:**

Ao interpretar uma tirinha, charge ou quadrinho, é necessário estar atento não apenas às falas, mas também à expressão dos desenhos.

Leia o texto para responder às questões a seguir.

**Sob ordens da chefia**

*Ah, os chefes! Chefões, chefinhos, mestres, gerentes, diretores, quantos ao longo da vida, não? Muitos passam em brancas nuvens, perdem-se em suas próprias e pequenas histórias. Mas há outros cujas marcas acabam ficando bem nítidas na memória: são aqueles donos de qualidades incomuns.*

*Por exemplo, o meu primeiro chefe, lá no finalzinho dos anos 50: cinco para as oito da noite, e eu começava a ficar aflito, pois o locutor do horário ainda não havia aparecido. A rádio da pequena cidade do interior, que funcionava em três horários, precisava abrir às oito e como fazer? Bem, o fato é que eu era o técnico de som do horário, precisava “passar” a transmissão lá para a câmara, e o locutor não chegava para os textos de abertura, publicidade, chamadas. Meu chefe, de lá, tomou a iniciativa:*

*– Ei rapaz, deixe ligado o microfone, largue isso aí, vá pro estúdio e ponha a rádio no ar. Vamos lá, firme, coragem! – foi a minha primeira experiência: fiz tudo como mandava e ele pôde, assim, transmitir tudo sem problemas.*

*No dia seguinte, muita apreensão logo de manhã, aguardando o homem. Será que tinha alguma crítica? Mas eis que ele chega, simpático e sorridente como sempre, e me abraça.*

*– Muito bem! Você está aprovado. Quer começar amanhã na locução?*

*Alguns meses antes do seu falecimento, reencontrei-o num lançamento de livro: era o mesmo de cinquenta e tantos anos atrás: magrinho, calva luzidia, falante, sempre cheio de planos para o futuro.*

*E o chefe das pestanas brancas, anos depois: estremeçíamos quando ele nos chamava para qualquer coisa, fazendo-nos entrar na sua sala imensa, já suando frio e atentos às suas finas e cortantes palavras. Olhar frio, imperturbável, postura ereta, ágil, sempre trajando ternos impecáveis. Suas atitudes? Dinâmicas, surpreendentes.*

*Uma vez, precisando de algumas instruções, perguntei a sua secretária se poderia “entrar”.*

*– Não vai dar. – Respondeu-me ela. – Está ocupadíssimo, em reunião. Mas volte aqui um pouco mais tarde. Vamos ver!*

*Voltei uns cinquenta minutos depois, cauteloso, e quase não acreditei no que ouvi: – Sinto muito, o chefe está viajando para a Alemanha.*

*Era bem diferente daquele outro da mesma empresa, descontraído, amigo de todos: não era somente um chefe, era um líder, bem conhecido entre os revendedores. Todos sentíamos prazer em trabalhar com ele, e para ele. Até quando o serviço resultava numa sonora bronca – sempre justificada, é claro. Jeitão simples, de fino humor, tratava tudo com o tempero da sua criatividade nata. “Punha para frente” até quem precisava demitir: intercedia lá fora em seu favor, o que víamos com nossos próprios olhos.*

*Não chamava ninguém do seu pessoal a toda hora, a não ser que o assunto fosse sério mesmo: se tinha algo a tratar no dia a dia, chegava pessoalmente, numa boa, às vezes até sentava numa de nossas mesas para expor o assunto. Aliás, era o único chefe que se lembrava de me dar um abraço e dizer “parabéns” no dia do meu aniversário.*

(Gustavo Mazzola, *Correio Popular*, 4 set. 2013, <http://zip.net/br10k3>. Adaptado)

11. (Escrivão – PC/SP – VUNESP – 2014) Para permanecer na memória, na opinião do autor, o chefe deve
- a) esquivar-se de dar ordens aos funcionários.
  - b) saber ignorar as reclamações de seus subordinados.
  - c) ser amável e permissivo com seus colaboradores.
  - d) desconsiderar a hierarquia e tratar a todos como iguais.
  - e) ter qualidades singulares, que fogem ao usual.

**GABARITO OFICIAL: E****JUSTIFICATIVA:**

- a) Errado, porque: o autor não afirma que os chefes devem se esquivar de dar ordens, mas que elas sejam dadas de maneira diferente.
- b) Errado, porque: o autor não defende que os chefes devam ignorar as reclamações.
- c) Errado, porque: embora fale sobre amabilidade, o autor não defende que os chefes devam se permissivos com seus colaboradores.
- d) Errado, porque: em sua argumentação, o autor não defende que os chefes devam desconsiderar a hierarquia.
- e) CERTO, porque: pelos sentidos do texto e da história narrada, pode-se inferir que os chefes que ficam na memória são os que têm atitudes diferentes da maioria dos chefes. Pode-se ratificar isso a partir da leitura do trecho: “Ah, os chefes! Chefões, chefinhos, mestres, gerentes, diretores, quantos ao longo da vida, não? Muitos passam em brancas nuvens, perdem-se em suas próprias e pequenas histórias. Mas há outros cujas marcas acabam ficando bem nítidas na memória: são aqueles donos de qualidades incomuns”.

**Preste Atenção:**

Ao interpretar um trecho de texto, é importante manter-se as palavras e ideias expressas para que não se façam inferências incorretas.

12. (Escrivão – PC/SP – VUNESP – 2014) Ao iniciar o primeiro parágrafo com a frase – Ah, os chefes! Chefões, chefinhos, mestres, gerentes, diretores, quantos ao longo da vida, não? –, o autor
- a) demonstra que abordará o assunto por um viés acentuadamente técnico.
  - b) confere a seu discurso um ar de sobriedade e grande erudição.
  - c) apresenta a temática do texto com objetividade e impessoalidade intensas.
  - d) imprime ao texto um tom de conversa e intimidade com o leitor.
  - e) anuncia que deverá tratar do assunto do texto com formalidade.

**GABARITO OFICIAL: D****JUSTIFICATIVA:**

- a) Errado, porque: ao se analisar já o primeiro trecho do texto, percebe-se um tom de impessoalidade e não técnico.
- b) Errado, porque: da forma como o texto foi construído, isto é, de maneira coloquial, percebe-se que não há erudição.
- c) Errado, porque: o autor conta suas experiências, logo, não é impessoal.
- d) CERTO, porque: já a partir do primeiro trecho, nota-se um tom de conversa e coloquialidade.
- e) Errado, porque: o assunto é tratado de maneira informal e coloquial.

**Preste Atenção:**

Além da atenção às ideias do texto, é importante entender o tipo de linguagem utilizada pelo autor para, assim, compreender qual é a intenção daquele que escreve, isto é, se o texto será mais sério, argumentativo ou mais informal e impessoal.

- 13. (Escrivão – PC/SP – VUNESP – 2014)** No texto, o autor faz referência a três chefes que teve e, ao apresentá-los,
- sugere que os três eram idênticos no modo de agir e na maneira de se relacionarem com seus funcionários.
  - restringe-se à descrição de traços psicológicos, pois foi o caráter, e não a aparência, daqueles homens que ficou gravado em sua memória.
  - recorre a sua própria memória, evocando eventos do passado para ilustrar o comportamento desses chefes.
  - fornece informações sobre seu próprio percurso profissional, mostrando que, embora tivesse trocado de chefe, nunca trocou de emprego.
  - estabelece uma escala decrescente de importância, em que os chefes são mencionados conforme a posição que ocupavam na hierarquia da empresa.

**GABARITO OFICIAL: C****JUSTIFICATIVA:**

- Errado, porque: o autor compara as diferenças entre os chefes.
- Errado, porque: o autor faz descrições físicas dos chefes citados a fim de mostrar como eram e a impressão que passavam.
- CERTO, porque: o texto levanta a discussão da liderança a partir das memórias do autor.
- Errado, porque: o autor fala de dois empregos diferentes na narrativa.
- Errado, porque: os chefes são de empresas diferentes e, claro, não há nenhuma escala de comparação.

**Preste Atenção:**

Nos concursos, a interpretação de texto nada mais é do que o reconhecimento de paráfrases dos trechos mais importantes, por isso, é necessário grifar os fragmentos mais significantes para que não sejam feitas inferências incorretas.

- 14. (Escrivão – PC/SP – VUNESP – 2014)** Segundo o autor, o primeiro chefe era um homem que
- era comedido para falar.
  - era circunspecto e cauteloso.
  - não gostava de correr riscos.
  - parecia sempre melancólico.
  - tinha muitos projetos.

**GABARITO OFICIAL: E****JUSTIFICATIVA:**

- Errado, porque: na descrição feita, não há referência a esta característica de ser comedido para falar.
- Errado, porque: não há referência no texto ao fato do primeiro chefe ser cauteloso ou cuidadoso.

- c) Errado, porque: pelo contexto, o primeiro chefe gostava de correr riscos, tanto que deu uma chance de supetão ao autor.
- d) Errado, porque: não há referência no texto ao fato de ele ser melancólico.
- e) CERTO, porque: no trecho descritivo: “Alguns meses antes do seu falecimento, reencontrei-o num lançamento de livro: era o mesmo de cinquenta e tantos anos atrás: magrinho, calva luzidia, falante, sempre cheio de planos para o futuro”, há referência ao fato do primeiro chefe ter vários projetos.

**Preste Atenção:**

Quando se lê um texto narrativo, é importante estar atento às descrições, pois elas compõem o personagem e dão embasamento aos fatos.

- 15. (Escrivão – PC/SP – VUNESP – 2014)** A respeito do segundo chefe, o autor conta: “... estremecíamos quando ele nos chamava para qualquer coisa, fazendo-nos entrar na sua sala imensa, já suando frio e atentos às suas finas e cortantes palavras”. Com isso, percebe-se que esse chefe
- a) portava-se com muita afabilidade.
  - b) incutia medo a seus funcionários.
  - c) era notável por sua humildade.
  - d) expressava-se com cortesia e serenidade.
  - e) ficava encabulado diante dos funcionários.

**GABARITO OFICIAL: B****JUSTIFICATIVA:**

- a) Errado, porque: a partir da leitura das descrições do segundo chefe, não se pode inferir que ele era afável, mas o contrário disso.
- b) CERTO, porque: reparando no trecho “já suando frio e atentos às suas finas e cortantes palavras”, pode-se inferir que os funcionários tinham medo do chefe.
- c) Errado, porque: pela descrição do chefe, ele não era humilde.
- d) Errado, porque: o autor afirma que as palavras do chefe eram cortantes, logo, não eram proferidas com cortesia e serenidade.
- e) Errado, porque: o segundo chefe não se encabulava diante dos funcionários, segundo o autor.

**Preste Atenção:**

Quando se lê um texto narrativo é importante estar atento às descrições, pois elas compõem o personagem e dão embasamento aos fatos.

- 16. (Escrivão – PC/SP – VUNESP – 2014)** De acordo com o autor, as atitudes do segundo chefe eram
- a) apáticas.
  - b) inesperadas.
  - c) previsíveis.
  - d) regradas.
  - e) vagarosas.

**GABARITO OFICIAL: B**

**JUSTIFICATIVA:**

- a) Errado, porque: pelas descrições feitas, o segundo chefe não tinha atitudes apáticas, ou seja, indiferente.
- b) CERTO, porque: segundo as descrições do autor, o segundo chefe tinha atitudes surpreendentes, como se vê no trecho: “Olhar frio, imperturbável, postura ereta, ágil, sempre trajando ternos impecáveis. Suas atitudes? Dinâmicas, surpreendentes”.
- c) Errado, porque: as atitudes eram surpreendentes e não previsíveis.
- d) Errado, porque: segundo o autor, as atitudes do segundo chefe eram dinâmicas.
- e) Errado, porque: o autor descreve as atitudes como dinâmicas.

**Preste Atenção:**

Quando se lê um texto narrativo, é importante estar atento às descrições, pois elas compõem o personagem e dão embasamento aos fatos.

- 17. (Escrivão – PC/SP – VUNESP – 2014)** No contexto do penúltimo parágrafo, ao afirmar que o terceiro chefe “não era somente um chefe, era um líder”, o autor chama a atenção para o fato de que esse chefe despertava, naqueles com quem trabalhava,
- a) respeito e consideração.
  - b) indisciplina e rebeldia.
  - c) ansiedade e aflição.
  - d) obediência e inveja.
  - e) submissão e temor.

**GABARITO OFICIAL: A****JUSTIFICATIVA:**

- a) CERTO, porque: a partir da leitura das características do terceiro chefe e de suas atitudes, pode-se concluir que ele despertava respeito e admiração.
- b) Errado, porque: como o último chefe era bom, não se pode inferir que ele despertava nas pessoas indisciplina ou rebeldia.
- c) Errado, porque: ansiedade e aflição são sentimentos ruins, logo, não poderiam ser despertados por um líder bom como o terceiro chefe.
- d) Errado, porque: o terceiro chefe não despertava inveja, mas sim admiração.
- e) Errado, porque: a partir da leitura das descrições do terceiro chefe, ele era um bom líder, logo, não poderia despertar submissão e terror.

**Preste Atenção:**

Para entender o perfil dos personagens no decorrer da leitura de uma narrativa, é importante atentar-se às descrições feitas pelo autor.

- 18. (Escrivão – PC/SP – VUNESP – 2014)** Uma característica que apenas o primeiro e o terceiro chefes têm em comum é a
- a) simpatia.
  - b) presunção.
  - c) negligência.
  - d) fanfarrice.
  - e) intransigência.

**GABARITO OFICIAL: A****JUSTIFICATIVA:**

- a) CERTO, porque: pelas descrições feitas dos chefes, ambos tratavam seus colaboradores com simpatia.
- b) Errado, porque: a partir da leitura das descrições feitas, não se pode inferir que os chefes eram presunçosos, isto é, vaidosos ou orgulhosos.
- c) Errado, porque: a negligência não foi citada como característica dos chefes.
- d) Errado, porque: segundo as descrições do autor, os chefes não eram fanfarrões, ou seja, indisciplinados.
- e) Errado, porque: para o autor, os chefes não eram intransigentes, ou seja, intolerantes.

**Preste Atenção:**

Ao interpretar uma narração, é necessário estar atento às descrições feitas para fundamentar e entender os fatos contados.

**19. (Escrivão – PC/SP – VUNESP – 2014)** O chefe que tratava o autor com maior intimidade é o

- a) segundo, porque este permitia que o autor entrasse em sua sala sem precisar avisar.
- b) primeiro, porque este convidou o autor a trabalhar como técnico de som.
- c) segundo, porque este sempre recebia o autor com palavras finas e ternos impecáveis.
- d) terceiro, porque este cumprimentava o autor com um abraço no dia de seu aniversário.
- e) terceiro, porque, após arrepende-se de demitir o autor, recomendou-o a um novo empregador.

**GABARITO OFICIAL: D****JUSTIFICATIVA:**

- a) Errado, porque: o segundo chefe fazia seus funcionários suarem frio ao entrar em sua sala.
- b) Errado, porque: o primeiro o convidou a ser o locutor.
- c) Errado, porque: segundo o autor, as palavras do segundo chefe eram cortantes, ou seja, duras.
- d) CERTO, porque: o autor descreve o terceiro chefe da seguinte maneira: “Era bem diferente daquele outro da mesma empresa, descontraído, amigão de todos: não era somente um chefe, era um líder, bem conhecido entre os revendedores.(...) Aliás, era o único chefe que se lembrava de me dar um abraço e dizer ‘parabéns’ no dia do meu aniversário”.
- e) Errado, porque: não há essa informação no texto.

**Preste Atenção:**

Para reconhecer a personalidade de cada personagem, é necessário estar atento às descrições feitas.

**20. (Escrivão – PC/SP – VUNESP – 2014)** As formas verbais conjugadas no modo imperativo, expressando ordem, instrução ou comando, estão destacadas em

- a) Mas *há* outros cujas marcas *acabam* ficando bem nítidas na memória: *são* aqueles donos de qualidades incomuns. (primeiro parágrafo)
- b) *Voltei* uns cinquenta minutos depois, cauteloso, e quase não *acreditei* no que ouvi... (nono parágrafo)

- c) – Ei rapaz, *deixe* ligado o microfone, *largue* isso aí, *vá* pro estúdio e *ponha* a rádio no ar. (segundo parágrafo)
- d) Bem, o fato é que eu *era* o técnico de som do horário, *precisava* “passar” a transmissão lá para a câmara, e o locutor não *chegava* para os textos de abertura, publicidade, chamadas. (segundo parágrafo)
- e) ... estremeçíamos quando ele nos chamava para qualquer coisa, *fazendo*-nos entrar na sua sala imensa, já *suando* frio e atentos às suas finas e cortantes palavras. (sexto parágrafo)

**GABARITO OFICIAL: C****JUSTIFICATIVA:**

- a) Errado, porque: os verbos estão conjugados no presente do indicativo, o modo da certeza.
- b) Errado, porque: os verbos estão no pretérito perfeito do indicativo, o modo da certeza.
- c) CERTO, porque: os verbos estão no imperativo, o modo da ordem.
- d) Errado, porque: os verbos estão no pretérito imperfeito do indicativo, o modo da certeza.
- e) Errado, porque: os verbos estão no gerúndio, indicando uma ação em progresso.

**Preste Atenção:**

Os modos verbais são os que indicam como o verbo foi utilizado, ou seja, o indicativo representa a certeza; o subjuntivo, a hipótese e o imperativo, a ordem.

**21. (Escrivão – PC/SP – VUNESP – 2014)** Considere o termo destacado nas seguintes passagens do texto:

- Por exemplo, o meu primeiro chefe, *lá* no finalzinho dos anos 50... (segundo parágrafo)
- ... precisava “passar” a transmissão *lá* para a câmara... (segundo parágrafo)
- ... intercedia *lá* fora em seu favor... (penúltimo parágrafo)

O termo *lá* expressa, respectivamente, noção de

- a) tempo, lugar e modo.
- b) causa, modo e lugar.
- c) lugar, lugar e modo.
- d) causa, modo e tempo.
- e) tempo, lugar e lugar.

**GABARITO OFICIAL: E****JUSTIFICATIVA:**

- a) Errado, porque: na última ocorrência o advérbio “lá” não expressa modo.
- b) Errado, porque: na primeira ocorrência o advérbio “lá” não expressa “causa” e, na segunda, não há referência ao modo.
- c) Errado, porque: na primeira ocorrência não há ideia de “lugar” e, no último, não há ideia de modo.
- d) Errado, porque: na primeira ocorrência do advérbio não há ideia de causa; no segundo, não há sentido de modo e, no último, não há ideia de tempo.
- e) CERTO, porque: pelo contexto, na primeira ocorrência, o advérbio “lá” dá ideia de tempo; já no segundo e no terceiro trechos, a referência é a lugar.

**Preste Atenção:**

Advérbio é a classe gramatical cuja função é indicar circunstâncias ao verbo ou intensificar adjetivos ou outros advérbios. Ao indicar circunstâncias, obviamente mudam ou acrescentam dados ao texto, por isso é necessário interpretar o contexto em que aparecem.

Os advérbios estabelecem principalmente as circunstâncias de modo, tempo, lugar.

22. (Escrivão – PC/SP – VUNESP – 2014) O termo destacado na passagem do último parágrafo – Não chamava ninguém do seu pessoal a toda hora, a não ser que o assunto fosse sério *mesmo*... – tem sentido equivalente a
- igualmente.
  - realmente.
  - tampouco.
  - talvez.
  - difícilmente.

**GABARITO OFICIAL: B****JUSTIFICATIVA:**

- Errado, porque: o advérbio “igualmente” não corresponde textualmente a “mesmo” nesta frase.
- CERTO, porque: o advérbio “realmente”, pelos sentidos do texto, pode, sem prejuízo semântico, substituir a palavra “mesmo”.
- Errado, porque: a conjunção “tampouco” não é sinônima a “mesmo”.
- Errado, porque: o advérbio “talvez” expressa dúvida, logo, não é sinônimo a “mesmo”.
- Errado, porque: o advérbio “difícilmente” não tem o mesmo sentido que “mesmo”.

**Preste Atenção:**

Advérbio é a classe gramatical cuja função é indicar circunstância ao verbo – de tempo, modo, lugar, companhia, intensidade, afirmação, negação etc. – ou intensificar adjetivos e outros advérbios. Embora haja algumas palavras específicas que representam tais circunstâncias, o melhor é analisar o contexto em que elas aparecem.

23. (Escrivão – PC/SP – VUNESP – 2014) A passagem que permanece correta após o acréscimo do acento indicativo de crase, por seu uso ser facultativo no contexto, é:
- ... o chefe está viajando para à Alemanha. (nono parágrafo)
  - ... se tinha algo à tratar... (último parágrafo)
  - ... perguntei à sua secretária... (sétimo parágrafo)
  - ... ponha à rádio no ar. (segundo parágrafo)
  - Não chamava ninguém do seu pessoal à toda hora... (último parágrafo)

**GABARITO OFICIAL: C****JUSTIFICATIVA:**

- Errado, porque: não se usa acento indicador de crase diante da maioria dos substantivos próprios indicativos de lugar.

- b) Errado, porque: não pode haver crase antes de verbos.
- c) CERTO, porque: o acento indicativo de crase antes de pronomes possessivos femininos é facultativo.
- d) Errado, porque: não há crase antes de palavras masculinas.
- e) Errado, porque: não há crase antes de pronomes indefinidos.



### Preste Atenção:

O acento indicador de crase representa a junção de uma preposição e de um artigo feminino, logo, só é possível o uso desse acento antes de palavra feminina. Além disso, é necessário verificar as locuções adverbiais femininas que sempre são acentuadas. Um macete para auxiliar na identificação da crase é trocar a palavra feminina por uma masculina da seguinte forma:

o que permitiu ÀS tribos

o que permitiu AOS grupos (PREPOSIÇÃO E ARTIGO)

Quando encontramos a junção “AO” antes da palavra masculina, haverá acento indicador de crase diante da feminina.

Vale lembrar que antes de pronomes possessivos femininos o uso da crase é facultativo.

Leia a tira para responder às questões a seguir.



(Folha de S. Paulo, 3 jan. 2014. Adaptado)

- 24. (Investigador de Polícia – PC/SP – VUNESP – 2014)** De acordo com a norma-padrão, no primeiro quadrinho, na fala de Hagar, deve ser utilizada uma vírgula, obrigatoriamente,
- a) antes da palavra “olho”.
  - b) antes da palavra “e”.
  - c) depois da palavra “evitar”.
  - d) antes da palavra “evitar”.
  - e) depois da palavra “e”.

### GABARITO OFICIAL: C

#### JUSTIFICATIVA:

- a) Errado, porque: se houver uma vírgula antes de “olho” haverá separação entre o sujeito e o verbo.
- b) Errado, porque: não há vírgula antes de conjunção aditiva.
- c) CERTO, porque: “doutor” é um vocativo, isto é, a forma como Hagar chama o interlocutor, por isso deve ser obrigatoriamente isolado por vírgula.
- d) Errado, porque: se aparecer uma vírgula antes de “evitar” haverá separação de verbos de uma mesma locução.
- e) Errado, porque: não há vírgula após conjunção aditiva.



### Preste Atenção:

Para que a pontuação esteja correta é importante considerar, além do contexto, a sequência lógica das orações, qual seja: sujeito + verbo + complementos + adjuntos adverbiais. Quando algum termo sair dessa sequência ou interferir nela, deve-se usar pontuação adequada.

A mesma ideia de sequência lógica aplica-se ao período composto por subordinação: oração principal + oração subordinada iniciada por conjunção. Caso a subordinada apareça deslocada, será marcada por vírgula. No que diz respeito ao período coordenado, geralmente são separadas por vírgulas as orações adversativas (iniciadas pelas conjunções *mas*, *porém*, *contudo*, *todavia*, *entretanto*), as conclusivas (*portanto*, *logo*, *então*, *por isso*, *dessa forma*) e as explicativas (*porque*, *pois*, *já que*, *uma vez que*).

Vale lembrar que também são isolados por vírgula o aposto – termo explicativo – e o vocativo, chamamento numa oração.

- 25. (Investigador de Polícia – PC/SP – VUNESP – 2014)** Na fala de Hagar, a oração “... e já ganho peso!” deve ser entendida como
- causa de olhar para a comida.
  - finalidade de olhar para a comida.
  - modo de olhar para a comida.
  - consequência de olhar para a comida.
  - oposição para olhar para a comida.

### GABARITO OFICIAL: D

#### JUSTIFICATIVA:

- Errado, porque: a causa, ou seja, o motivo de ganhar peso não é olhar para a comida, na verdade, é o contrário.
- Errado, porque: ganhar peso não é a finalidade, isto é, o propósito de Hagar olhar para a comida.
- Errado, porque: ganhar peso não é a forma como Hagar olha para a comida.
- CERTO, porque: ganhar peso é a consequência, o resultado de Hagar olhar para comida, segundo ele.
- Errado, porque: ganhar peso não está em oposição ao fato de Hagar olhar para a comida.



### Preste Atenção:

Ao interpretar períodos e saber qual a relação de sentido entre eles, é necessário analisar os elementos conectores. No caso, o advérbio “já” auxilia no entendimento da ideia de consequência entre as orações.

- 26. (Investigador de Polícia – PC/SP – VUNESP – 2014)** Levando-se em consideração o contexto geral da tira, conclui-se que, no segundo quadrinho, o Dr. Zook está
- comovido.
  - meditativo.
  - irritado.
  - distraído.
  - entristecido.

### GABARITO OFICIAL: B

**JUSTIFICATIVA:**

- a) Errado, porque: observando a figura e a postura do médico não se pode inferir que está comovido.
- b) CERTO, porque: a postura do médico e todo o contexto leva à conclusão de que o personagem meditou antes de aplicar a “solução” ao problema de Hagar.
- c) Errado, porque: o contexto e a postura do personagem não demonstram que ele está irritado.
- d) Errado, porque: o tipo de postura do personagem não parece de distração.
- e) Errado, porque: o personagem não demonstra tristeza.

**Preste Atenção:**

Ao se interpretar tirinhas, charges ou quadrinhos é essencial que se note não apenas as falas dos personagens mas também – e principalmente – as figuras, suas expressões e posturas.

**27. (Investigador de Polícia – PC/SP – VUNESP – 2014)** De acordo com a norma-padrão da língua portuguesa, a lacuna na fala da mulher de Hagar, no último quadrinho, deve ser preenchida com:

- a) Onde
- b) Qual lugar
- c) De que lugar
- d) Que lugar
- e) Aonde

**GABARITO OFICIAL: A****JUSTIFICATIVA:**

- a) CERTO, porque: a mulher quer saber em que lugar o médico estudou, logo, o pronome “onde” deve ser usado para fazer tal referência.
- b) Errado, porque: para que haja referência a lugar, seria necessário acrescentar a preposição “em” à pergunta “ qual lugar”.
- c) Errado, porque: a preposição “em” é a indicada para indicar lugar, não a preposição “de”.
- d) Errado, porque: é necessário acrescentar a preposição “em” à pergunta “que lugar” para que haja referência a lugar.
- e) Errado, porque: o pronome “aonde” é uma junção do pronome “onde” e da preposição “a”, logo, só há possibilidade de usar essa forma quando um termo da oração exige tal preposição.

**Preste Atenção:**

“Onde” e “aonde” são formas bem parecidas e ambas remetem à ideia de lugar, contudo, o primeiro é usado sem preposição, fazendo referência a um lugar estático. Já o segundo – aonde – é uma junção do pronome com a preposição “a” solicitada por verbos que indiquem movimentação. Observe:

ONDE você está? (o verbo indica estaticidade)

AONDE você vai? (o verbo indica movimentação e exige preposição “a”)

Leia o texto para responder às questões a seguir.

*O trânsito brasileiro, há muito tempo, tem sido responsável por uma verdadeira carnificina. São cerca de 40 mil mortes a cada ano; quase metade delas, segundo especialistas, está associada ao consumo de bebidas alcoólicas. Não é preciso mais do que esses dados para justificar a necessidade de combater a embriaguez ao volante. Promulgada em 2008, a chamada lei seca buscava alcançar precisamente esse objetivo. Sua aplicação, porém, vinha sendo limitada pelos tribunais brasileiros.*

*O problema estava na própria legislação, segundo a qual era preciso comprovar “concentração de álcool por litro de sangue igual ou superior a seis decigramas” a fim de punir o motorista bêbado.*

*Tal índice, contudo, só pode ser aferido com testes como bafômetro ou exame de sangue. Como ninguém é obrigado a produzir provas contra si mesmo, o condutor que recusasse os procedimentos dificilmente seria condenado.*

*Desde dezembro de 2012, isso mudou. Com nova redação, a lei seca passou a aceitar diversos outros meios de prova – como testes clínicos, vídeos e depoimentos. Além disso, a multa para motoristas embriagados passou de R\$ 957,70 para R\$ 1.915,40.*

*(Folha de S.Paulo, 3 jan. 2014)*

- 28. (Investigador de Polícia – PC/SP – VUNESP – 2014)** De acordo com o texto, a nova redação dada à lei seca
- a) busca coibir a embriaguez ao volante independentemente das decisões dos tribunais que, em geral, aplicam pesadas multas aos infratores.
  - b) torna-a mais rígida, o que é positivo, já que as estatísticas confirmam a necessidade de se combater a embriaguez ao volante.
  - c) aceita novos tipos de prova e implica multa menos onerosa aos motoristas embriagados, atendendo melhor às necessidades do trânsito brasileiro.
  - d) endurece as ações contra os motoristas embriagados, o que é um contrassenso, levando em consideração o perfil do motorista brasileiro.
  - e) faz com que ela tenha menos probabilidade de ser posta em prática, pois dificilmente um condutor vai produzir prova contra si mesmo.

#### **GABARITO OFICIAL: B**

#### **JUSTIFICATIVA:**

- a) Errado, porque: a nova redação não desconsidera as decisões dos tribunais, mas apenas passou a aceitar outros meios de prova.
- b) CERTO, porque: a nova redação sobre a lei seca torna-a mais rígida uma vez que aceita outras formas de confirmação de que o motorista dirigia embriagado, o que é positivo para se coibir tal crime. O trecho: “Desde dezembro de 2012, isso mudou. Com nova redação, a lei seca passou a aceitar diversos outros meios de prova – como testes clínicos, vídeos e depoimentos. Além disso, a multa para motoristas embriagados passou de R\$ 957,70 para R\$ 1.915,40” confirma essa inferência.
- c) Errado, porque: a multa passou a ser mais cara, segundo o texto.
- d) Errado, porque: a nova redação não é um contrassenso, na verdade, é algo positivo.
- e) Errado, porque: a aceitação de outras formas de provar que o motorista está embriagado facilita colocar a lei em prática.



#### **Preste Atenção:**

Nos concursos, a interpretação de texto nada mais é do que o reconhecimento de paráfrases dos trechos mais importantes. Para ratificar as informações contidas nas alternativas, é importante grifar as informações essenciais do texto a fim de evitar inferências erradas.

- 29. (Investigador de Polícia – PC/SP – VUNESP – 2014)** Na primeira frase do texto, o termo *carnificina* significa
- a) conflito.
  - b) imposição.
  - c) confusão.
  - d) matança.
  - e) tortura.

**GABARITO OFICIAL: D****JUSTIFICATIVA:**

- a) Errado, porque: no período não é possível inserir a ideia de conflito, haja vista o contexto em que é aplicado.
- b) Errado, porque: “imposição” significa “determinação, ordem”, sentido que não caberia no contexto.
- c) Errado, porque: não há possibilidade de o substantivo “confusão” ser associado ao contexto.
- d) CERTO, porque: o substantivo “carnificina” significa “massacre, matança”.
- e) Errado, porque: “tortura” não está associada ao sentido do texto.

**Preste Atenção:**

Palavras sinônimas são as que podem substituir outras sem que haja alteração de sentido. Já as antônimas representam o sentido oposto. Para se fazer tal análise semântica, há que se considerar a aplicação das palavras no contexto em que aparecem.

**30. (Investigador de Polícia – PC/SP – VUNESP – 2014)** O texto deixa claro que

- a) a maior parte das mortes no trânsito acontece por causa da embriaguez.
- b) os tribunais brasileiros tentaram proibir as mudanças na redação da lei seca.
- c) a relação entre direção e consumo de álcool merece estudos mais profundos.
- d) os dados sobre o trânsito brasileiro mostram a ineficácia da nova lei seca.
- e) a antiga redação da lei seca possibilitava que infratores se livrassem das penas.

**GABARITO OFICIAL: A****JUSTIFICATIVA:**

- a) CERTO, porque: segundo o texto e as pesquisas nele citadas, grande parte das mortes no trânsito é causada pela embriaguez. O trecho: “O trânsito brasileiro, há muito tempo, tem sido responsável por uma verdadeira carnificina. São cerca de 40 mil mortes a cada ano; quase metade delas, segundo especialistas, está associada ao consumo de bebidas alcoólicas” ratifica tal afirmação.
- b) Errado, porque: não há no texto a afirmação de que os tribunais tentaram proibir as mudanças, mas apenas que elas vinham sendo limitadas por eles.
- c) Errado, porque: já há estudos e pesquisas que confirmem a perigosa relação entre direção e consumo de álcool.
- d) Errado, porque: a ineficácia não está na nova redação da lei seca, mas na antiga.
- e) Errado, porque: a antiga redação possibilitava que infratores não produzissem provas contra si mesmos.

**Preste Atenção:**

A interpretação de texto nada mais é do que o reconhecimento de paráfrases dos trechos mais importantes. Para ratificar as informações contidas nas alternativas, é importante grifar as informações essenciais do texto a fim de evitar inferências erradas.

**31. (Investigador de Polícia – PC/SP – VUNESP – 2014)** De acordo com a lei seca promulgada em 2008, um motorista seria punido se houvesse

- a) quantidade menor que seis decigramas de álcool, em um litro de seu sangue.
- b) concentração mínima de um litro de álcool para cada litro de seu sangue.
- c) presença de álcool por litro de seu sangue igual ou superior a seis decigramas.
- d) qualquer indicativo da existência de álcool em seu sangue.
- e) negação para realizar exame de sangue ou teste do bafômetro.

#### GABARITO OFICIAL: C

##### JUSTIFICATIVA:

- a) Errado, porque: segundo o texto, a concentração de álcool no sangue precisa ser igual ou superior a seis decigramas.
- b) Errado, porque: a concentração não seria de um litro, mas igual ou superior a seis decigramas por litro de sangue.
- c) CERTO, porque: deve haver a presença de álcool igual ou superior a seis decigramas, tal como está no trecho: segundo a qual era preciso comprovar “concentração de álcool por litro de sangue igual ou superior a seis decigramas” a fim de punir o motorista bêbado.
- d) Errado, porque: não é qualquer indicação, mas igual ou superior a seis decigramas por litro de sangue.
- e) Errado, porque: a antiga lei não negava a realização de exame de sangue.



#### Preste Atenção:

Para ratificar as informações contidas nas alternativas, é importante grifar as informações essenciais do texto a fim de evitar inferências erradas.

**32. (Investigador de Polícia – PC/SP – VUNESP – 2014)** A cada ano, ocorrem cerca de 40 mil mortes; segundo especialistas, quase metade delas está associada \_\_\_\_ bebidas alcoólicas. Isso revela a necessidade de um combate efetivo \_\_\_\_ embriaguez ao volante.

As lacunas do trecho devem ser preenchidas, correta e respectivamente, com:

- a) às ... a
- b) as ... à
- c) à ... à
- d) às ... à
- e) à ... a

#### GABARITO OFICIAL: D

##### JUSTIFICATIVA:

- a) Errado, porque: no segundo caso, o substantivo “combate” exige preposição “a” e o substantivo “embriaguez” é feminino, logo, deveria ter sido usado o acento indicador de crase.
- b) Errado, porque: na primeira ocorrência, o adjetivo “associada” exige preposição e a palavra “bebidas” é feminina, logo, ocorre a crase.
- c) Errado, porque: o substantivo “bebidas” está no plural e não há crase caso não haja artigo.
- d) CERTO, porque: na primeira ocorrência, o adjetivo “associada” exige preposição e a palavra “bebidas” é feminina e antecedida de artigo “as”, logo, ocorre o acento indicativo de crase. No segundo caso, o substantivo “combate” exige preposição “a” e o substantivo “embriaguez” é feminino, por isso antecedido de artigo o que leva à ocorrência do acento de crase.
- e) Errado, porque: no primeiro caso não foi usado artigo, portanto não pode haver crase; no segundo caso, deveria ter sido usado o acento por haver a junção de preposição e artigo.

**Preste Atenção:**

O acento indicador de crase representa a junção de uma preposição e de um artigo feminino, logo, só é possível o uso desse acento antes de palavra feminina. Além disso, é necessário verificar as locuções adverbiais femininas que sempre são acentuadas. Um macete para auxiliar na identificação da crase é trocar a palavra feminina por uma masculina da seguinte forma:

Associada ÀS bebidas alcoólicas

Associada AOS copos (PREPOSIÇÃO E ARTIGO)

Quando encontramos a junção “AO” antes da palavra masculina, haverá acento indicador de crase diante da palavra feminina.

- 33. (Investigador de Polícia – PC/SP – VUNESP – 2014)** Sem prejuízo de sentido ao texto, na oração – ... *a chamada lei seca buscava alcançar precisamente esse objetivo* –, o advérbio “precisamente” pode ser substituído por
- exatamente.
  - provavelmente.
  - definidamente.
  - raramente.
  - possivelmente.

**GABARITO OFICIAL: A****JUSTIFICATIVA:**

- CERTO, porque: o advérbio “precisamente” funciona como uma afirmação assim como “exatamente”, logo, são palavras sinônimas.
- Errado, porque: o advérbio “provavelmente” indica dúvida, não certeza.
- Errado, porque: embora “definitivamente” indique afirmação, não é sinônimo no contexto a “precisamente”.
- Errado, porque: o advérbio “raramente” indica circunstância de tempo.
- Errado, porque: o advérbio “possivelmente” indica dúvida.

**Preste Atenção:**

Advérbio é a classe gramatical cuja função é indicar circunstância ao verbo – de tempo, modo, lugar, companhia, intensidade, afirmação, negação etc. – ou intensificar adjetivos e outros advérbios. Embora haja algumas palavras específicas que representam tais circunstâncias, o melhor é analisar o contexto em que elas aparecem.

- 34. (Investigador de Polícia – PC/SP – VUNESP – 2014)** No texto, a passagem “*concentração de álcool por litro de sangue igual ou superior a seis decigramas*” está entre aspas porque se trata
- da fala de um especialista em trânsito brasileiro.
  - de informação cuja verdade pode ser questionada.
  - de transcrição de trecho da chamada lei seca.
  - de informação essencial da nova lei seca.
  - de fala comum da maior parte da população.

**GABARITO OFICIAL: C**

**JUSTIFICATIVA:**

- a) Errado, porque: embora as aspas possam marcar a fala de outro no texto, não é este o caso, haja vista não haver nenhuma referência a especialista.
- b) Errado, porque: o trecho isolado por aspas não é questionável.
- c) CERTO, porque: o autor quis mostrar um trecho literal da chamada lei seca para exemplificar sua argumentação.
- d) Errado, porque: as aspas não mostram informações essenciais.
- e) Errado, porque: pelo contexto, reconhece-se que não é a fala de outro no texto.

**Preste Atenção:**

As aspas têm a função de marcar o discurso direto no texto, isto é, a fala de outro e, além disso, também marca trecho de outros textos.

Para responder às questões a seguir, considere o trecho:

*Tal índice, contudo, só pode ser aferido com testes como bafômetro ou exame de sangue. Como ninguém é obrigado a produzir provas contra si mesmo, o condutor que recusasse os procedimentos dificilmente seria condenado.*

**35. (Investigador de Polícia – PC/SP – VUNESP – 2014)** A conjunção “Como”, no contexto em que está empregada, estabelece relação de sentido de

- a) comparação.
- b) causa.
- c) conclusão.
- d) explicação.
- e) conformidade.

**GABARITO OFICIAL: A****JUSTIFICATIVA:**

- a) CERTO, porque: pelo contexto, os testes são comparados ao bafômetro, ou seja, igual a ele.
- b) Errado, porque: não há relação de causa, ou seja, de motivo, no contexto.
- c) Errado, porque: a ideia de conclusão normalmente é representada por conjunções como “portanto, por isso, logo”.
- d) Errado, porque: em um texto, o sentido de explicação é estabelecido pelas conjunções “porque, pois, já que”.
- e) Errado, porque: embora “como” possa ser uma conjunção conformativa, não há este sentido de acordo no contexto.

**Preste Atenção:**

A função das conjunções é estabelecer um determinado sentido entre as orações, por isso só podem ser trocadas por outras pertencentes ao mesmo grupo, caso contrário, será alterado o valor semântico do texto. Há conjunções coordenativas (aditivas, adversativas, alternativas, conclusivas, explicativas) e subordinativas (causais, consecutivas, condicionais, concessivas, comparativas, finais, proporcionais, temporais).

**36. (Investigador de Polícia – PC/SP – VUNESP – 2014)** Assinale a alternativa correta quanto à concordância.

- a) Como as pessoas não são obrigado a produzir provas contra si mesmo, aquelas que recusasse os procedimentos dificilmente seria condenada.
- b) Como as pessoas não são obrigadas a produzir provas contra si mesmo, aquelas que recusasse os procedimentos dificilmente seriam condenadas.
- c) Como as pessoas não é obrigada a produzir provas contra si mesmas, aquelas que recusasse os procedimentos dificilmente seria condenada.
- d) Como as pessoas não são obrigadas a produzir provas contra si mesmas, aquelas que recusassem os procedimentos dificilmente seriam condenadas.
- e) Como as pessoas não são obrigada a produzir provas contra si mesma, aquelas que recusassem os procedimentos dificilmente seriam condenada.

**GABARITO OFICIAL: D**

**JUSTIFICATIVA:**

- a) Errado, porque: o adjetivo “obrigado” não concordou em gênero e número com o substantivo “pessoas”; o pronome “mesmo” não concordou com o substantivo “pessoas” e, por fim, o verbo “recusar” não está no plural em concordância com o sujeito “aquelas”.
- b) Errado, porque: o pronome “mesmo” não concordou com o substantivo “pessoas” e, ainda, o verbo “recusar” não está no plural em concordância com o sujeito “aquelas”.
- c) Errado, porque: o verbo “ser” e o adjetivo “obrigado” não pluralizaram de acordo com o substantivo “pessoas” e, ainda, o verbo “recusar” não está no plural de acordo com “aquelas”.
- d) CERTO, porque: o sujeito “pessoas” exige que o verbo “ser”, o adjetivo “obrigado” e o pronome “mesmo” concordem no feminino e no plural. Já o verbo “recusar” mantém-se no plural em concordância com “aquelas”.
- e) Errado, porque: o adjetivo “obrigado” não concordou em gênero e número com o substantivo “pessoas” e, ainda, o pronome “mesmo” não concordou com o substantivo “pessoas”.



**Preste Atenção:**

A concordância verbal consiste na análise da harmonia entre sujeito e verbo, no que diz respeito ao número – singular e plural. Já a concordância nominal analisa a combinação entre as palavras – substantivo, adjetivo, artigo, pronomes... – no que se refere ao gênero e ao número.

**37. (Investigador de Polícia – PC/SP – VUNESP – 2014)** Na oração – ... *dificilmente seria condenado* –, a forma verbal “seria” expressa uma ação

- a) concluída.
- b) repetitiva.
- c) incerta.
- d) imprevista.
- e) presente.

**GABARITO OFICIAL: C**

**JUSTIFICATIVA:**

- a) Errado, porque: uma ação concluída estaria conjugada no pretérito perfeito do indicativo, logo, “dificilmente foi condenado”.

- b) Errado, porque: pelo contexto, não é uma ação repetitiva.
- c) CERTO, porque: o verbo “ser” está conjugado no futuro do pretérito do indicativo, ou seja, um futuro incerto.
- d) Errado, porque: pelo contexto, não há ideia de ação imprevista.
- e) Errado, porque: o verbo “ser” está conjugado no futuro, não no presente.



### Preste Atenção:

Os modos verbais são os que indicam como o verbo foi utilizado, ou seja, o indicativo representa a certeza; o subjuntivo, a hipótese e o imperativo, a ordem.

- 38. (Investigador de Polícia – PC/SP – VUNESP – 2014)** Merece apoio a proposta da Anvisa \_\_\_\_ cigarros sejam vendidos em embalagens genéricas, \_\_\_\_\_ conste só o nome do produto e o fabricante – além, é claro, dos já tradicionais alertas do Ministério da Saúde –, sem espaço para cores e outros elementos gráficos que possam caracterizar-se como mensagens publicitárias.

(Hélio Schwartzman, Cigarros genéricos. *Folha de S.Paulo*, 10 nov. 2013. Adaptado)

As lacunas do texto devem ser preenchidas, correta e respectivamente, com:

- a) de que ... nas quais
- b) que ... das quais
- c) de que ... aonde
- d) que ... do qual
- e) de que ... do qual

### GABARITO OFICIAL: A

#### JUSTIFICATIVA:

- a) CERTO, porque: o substantivo “proposta” exige a preposição “de” e a ideia de lugar pressuposta no contexto faz com que o verbo “constar” necessite da preposição “em” antes do pronome relativo “as quais”.
- b) Errado, porque: a palavra “proposta” exige preposição “de” e a ideia de lugar é indicada pela preposição “em”.
- c) Errado, porque: a forma “aonde” é a junção do pronome “onde” e da preposição “a”, a qual não é exigida pelo verbo “constar”.
- d) Errado, porque: o substantivo “proposta” exige a preposição “de” e a ideia de lugar pressuposta no contexto faz com que o verbo “constar” necessite da preposição “em” antes do pronome relativo que, no caso, foi usado erroneamente, isto é, sem variação.
- e) Errado, porque: o verbo “constar” necessita da preposição “em” antes do pronome relativo que, no caso, foi usado erroneamente, isto é, sem variação.



### Preste Atenção:

O pronome relativo “que”, classe gramatical cuja função é substituir um termo e relacionar as orações, pode ser substituído por “o qual” e suas respectivas variações. Além de se observar a utilização desse termo, é importante analisar a necessidade de preposição na oração a partir da análise dos verbos, substantivos e adjetivos que aparecem depois do pronome relativo.

Leia a tira para responder às questões a seguir.



(Folha de S.Paulo, 10 nov. 2013)

- 39. (Investigador de Polícia – PC/SP – VUNESP – 2014)** Se a personagem trabalhasse com palestras motivacionais, como lhe perguntou seu interlocutor no primeiro quadrinho, a palavra “sonhos” significaria
- |                  |                |
|------------------|----------------|
| a) caprichos.    | d) desilusões. |
| b) especulações. | e) aspirações. |
| c) tormentos.    |                |

**GABARITO OFICIAL: E**

**JUSTIFICATIVA:**

- a) Errado, porque: palestras motivacionais não trabalham com caprichos.  
 b) Errado, porque: o substantivo “especulações” significa “análise, teoria”, logo, não está associada a ideia de palestras motivacionais.  
 c) Errado, porque: palestras motivacionais não estão associadas a “tormentos”.  
 d) Errado, porque: palestras motivacionais não estão associadas a “desilusões”.  
 e) CERTO, porque: “aspirações” significa “desejos, vontade”, por isso a palavra “sonhos” está associada a tal ideia.



**Preste Atenção:**

São chamadas de sinônimas as palavras que, embora diferentes, apresentam o mesmo sentido. Já as antônimas são as que apresentam sentido oposto. Para considerar essas palavras, é necessário analisar o contexto.

- 40. (Investigador de Polícia – PC/SP – VUNESP – 2014)** No contexto em que está empregada, a frase – *Pode experimentar...* –, em conformidade com a norma-padrão da língua portuguesa, pode ser substituída por
- |                              |                              |
|------------------------------|------------------------------|
| a) Pode experimentar eles... | d) Pode-lhes experimentar... |
| b) Pode experimentar-nos...  | e) Pode experimentar-lhes... |
| c) Pode experimentá-los...   |                              |

**GABARITO OFICIAL: C**

**JUSTIFICATIVA:**

- a) Errado, porque: o pronome “eles” não pode ser usado como complemento verbal.  
 b) Errado, porque: o pronome “nos” se refere a “nós”.  
 c) CERTO, porque: o pronome oblíquo “os” completa o sentido do verbo “experimentar” que é transitivo direto, isto é, não exige preposição.  
 d) Errado, porque: o pronome “lhes” só pode complementar o sentido de verbos que exijam preposição, ou seja, transitivos indiretos.

- e) Errado, porque: o pronome “lhes” só pode complementar o sentido de verbos que exijam preposição, ou seja, transitivos indiretos.



### Preste Atenção:

Nesta questão é necessário saber a transitividade dos verbos em destaque, para que o pronome pessoal oblíquo substitua o complemento de forma adequada. Os pronomes “o, a, os, as” – e suas respectivas variações – devem substituir apenas o objeto direto, isto é, termo que acompanha o verbo sem a necessidade de preposição.

Já os pronomes “lhe e lhes” substituem o objeto indireto, complemento preposicionado.

- 41. (Investigador de Polícia – PC/SP – VUNESP – 2014)** Na frase – ... *que os sonhos estão uma delícia...* –, a palavra “que” pode ser substituída por
- a) mas. d) se.  
 b) pois. e) quando.  
 c) portanto.

### GABARITO OFICIAL: B

#### JUSTIFICATIVA:

- a) Errado, porque: a conjunção “mas” estabelece relação de oposição entre as orações e, se usada no período do texto, traria incoerência.
- b) CERTO, porque: o personagem explica ao interlocutor que os sonhos estão uma delícia, por isso a utilização da conjunção explicativa “pois” é correta.
- c) Errado, porque: “portanto” é uma conjunção conclusiva, relação que não existe no período.
- d) Errado, porque: “se” é uma conjunção condicional e traria incoerência ao período.
- e) Errado, porque: “quando” é uma conjunção temporal.



### Preste Atenção:

A função das conjunções é estabelecer um determinado sentido entre as orações, por isso só podem ser trocadas por outras pertencentes ao mesmo grupo, caso contrário, será alterado o valor semântico do texto. Há conjunções coordenativas (aditivas, adversativas, alternativas, conclusivas, explicativas) e subordinativas (causais, consecutivas, condicionais, concessivas, comparativas, finais, proporcionais, temporais).

Leia o texto para responder às questões a seguir.

#### Compras de Natal

*A cidade deseja ser diferente, escapar às suas fatalidades. \_\_\_\_\_ de brilhos e cores; sinos que não tocam, balões que não sobem, anjos e santos que não \_\_\_\_\_, estrelas que jamais estiveram no céu.*

*As lojas querem ser diferentes, fugir à realidade do ano inteiro: enfeitam-se com fitas e flores, neve de algodão de vidro, fios de ouro e prata, cetins, luzes, todas as coisas que possam representar beleza e excelência.*

*Tudo isso para celebrar um Meninozinho envolto em pobres panos, deitado numas palhas, há cerca de dois mil anos, num abrigo de animais, em Belém.*

(Cecília Meireles, *Quatro Vozes*. Adaptado)

**42. (Investigador de Polícia – PC/SP – VUNESP – 2014)** De acordo com a norma-padrão da língua portuguesa, as lacunas do texto devem ser preenchidas, correta e respectivamente, com:

- a) Se enche ... movem-se
- b) Se enchem ... se movem
- c) Enchem-se ... se move
- d) Enche-se ... move-se
- e) Enche-se ... se movem

**GABARITO OFICIAL: E**

**JUSTIFICATIVA:**

- a) Errado, porque: no primeiro caso, o pronome “se” não pode aparecer antes do verbo “encher”, haja vista que não há palavra atrativa de próclise. Já no segundo caso, o pronome deveria estar antes do verbo devido à presença da palavra negativa “não”.
- b) Errado, porque: além da posição do pronome estar errada no primeiro caso, o verbo “encher” não concorda no singular com o sujeito “cidade”.
- c) Errado, porque: o verbo “encher” não concorda no singular com o sujeito “cidade”, assim como o verbo “mover” não concorda no plural com seu sujeito “anjos e santos”.
- d) Errado, porque: no segundo caso, a concordância do verbo “mover” e a posição do pronome estão inadequadas.
- e) CERTO, porque: o verbo “encher” concorda no singular com o sujeito “cidade” e o pronome “se” encontra-se depois do verbo já que não há palavra atrativa de próclise. No segundo caso, o verbo “mover” concorda no plural com seu sujeito “anjos e santos” e o pronome a ele associado posicionado antes por conta da atração feita pela palavra negativa “não”.



**Preste Atenção:**

Nesta questão há dois assuntos: a concordância verbal e a colocação pronominal.

A concordância trata da harmonia de gênero e número entre os termos de uma oração. A nominal diz respeito à combinação entre os nomes – substantivo, adjetivo, pronome, artigo etc. –, a verbal se refere ao sujeito e ao verbo.

Já a colocação pronominal, isto é, a posição do pronome em relação ao verbo, chamadas de próclise (pronome antes do verbo), ênclise (pronome depois do verbo) e mesóclise (pronome no meio do verbo).

São palavras atrativas de próclise: outros pronomes, conjunções, advérbios, palavras negativas. Na ausência de tal atratividade, constrói-se a ênclise (exceto se o verbo estiver no particípio) ou a mesóclise, caso o verbo esteja conjugado no futuro.

**43. (Investigador de Polícia – PC/SP – VUNESP – 2014)** Na frase – *Tudo isso para celebrar um Meninozinho envolto em pobres panos...* –, o diminutivo no substantivo destacado expressa

- a) repulsa.
- b) humor.
- c) ironia.
- d) afetividade.
- e) desdém.

**GABARITO OFICIAL: D**

**JUSTIFICATIVA:**

- a) Errado, porque: pelo contexto, percebe-se que a autora fala de uma forma carinhosa sobre o menino Jesus.
- b) Errado, porque: o texto fala do natal de uma forma reflexiva e não se refere ao menino de uma forma humorada.
- c) Errado, porque: não há ironia no contexto.
- d) CERTO, porque: o diminutivo foi usado para se referir afetivamente ou carinhosamente ao menino Jesus.
- e) Errado, porque: a autora não desdenha ou desmerece o menino.

**Preste Atenção:**

Ao interpretar um texto é importante estar atento aos elementos de coesão e à utilização das palavras em sentido figurado.

Leia o texto para responder às questões a seguir.

**Por que educação é importante?**

*Para um indivíduo prosperar, basta que ele consiga um trabalho. Mas, para a sociedade progredir, é preciso que as pessoas façam seu trabalho, ou seja, que efetivamente criem bens e serviços. Essa diferença já era conhecida dos economistas clássicos.*

*Frédéric Bastiat (1801-1850), em seus impagáveis Sofismas Econômicos, imagina uma petição ao rei para que todos os súditos sejam proibidos de usar a mão direita. A razão do pedido é explicada na forma de silogismo: quanto mais uma pessoa trabalha, mais rica ela fica; quanto mais dificuldades precisa superar, mais trabalha; logo, quanto mais dificuldades uma pessoa tem de superar, mais rica ela se torna.*

*Quando a coisa é colocada assim de forma escancarada, percebemos o ridículo da situação. O problema é que raciocínios muito parecidos com esse, quando vendidos sob a palavra de ordem da preservação de empregos, ganham sólido apoio popular.*

*Esse é, na opinião de Bryan Caplan, uma espécie de viés econômico que compromete a noção de democracia.*

*Fazendo coro a Bastiat e a outros economistas ortodoxos, Caplan sustenta que, enquanto a população vê o desemprego como “destruição de postos de trabalho”, especialistas nele veem a “essência do crescimento econômico, a produção de mais com menos”. Um exemplo esclarecedor é o da evolução da mão de obra agrícola nos EUA: “Em 1800, era preciso utilizar quase 95 de 100 americanos para alimentar o país. Em 1900, 40%. Hoje, 3% (...) Os trabalhadores que deixaram de ser necessários nas fazendas foram usados na produção de casas, móveis, roupas, cinema (...)”.*

*E onde entra a educação nessa história? Uma força de trabalho intelectualmente preparada não apenas produz com maior eficiência como ainda pode ser mais facilmente readaptada para outras funções, quando seus trabalhos se tornam obsoletos. Cada vez mais, a educação se torna matéria-prima do crescimento.*

*(Hélio Schwartzman. Folha de S.Paulo, 8 jan. 2014)*

**44. (Médico Legista – PC/SP – VUNESP – 2014)** Conforme informações do texto, os *Sofismas econômicos* de Frédéric Bastiat

- a) apresentam argumentos segundo os quais a prosperidade de uma pessoa, assim como da sociedade, depende da conservação dos empregos.
- b) eram ridicularizados por outros economistas clássicos, que não concordavam com a proibição do uso da mão direita pelos escravos.
- c) traduzem a ideia de que as dificuldades são molas propulsoras para se obterem riquezas.
- d) são compartilhados pelo autor, que reconhece a verdade que há nesse raciocínio e sua contribuição à democracia.
- e) eram seguidos pelos reis, que obrigavam seus súditos a usarem apenas a mão esquerda para desenvolverem habilidades.

**JUSTIFICATIVA:**

- a) Errado, porque: segundo o texto, a prosperidade não depende da conservação dos empregos, mas das dificuldades pelas quais a pessoa passa e que a incentiva a trabalhar mais.
- b) Errado, porque: as opiniões ortodoxas não eram ridicularizadas.
- c) CERTO, porque: segundo o ator de *Sofismas econômicos* a lógica é “quanto mais uma pessoa trabalha, mais rica ela fica; quanto mais dificuldades precisa superar, mais trabalha; logo, quanto mais dificuldades uma pessoa tem de superar, mais rica ela se torna”, portanto, pode-se inferir que as dificuldades são molas propulsoras para se obter riquezas.
- d) Errado, porque: não há referência à contribuição da democracia no texto, ao contrário, para o autor, tal raciocínio compromete a democracia.
- e) Errado, porque: a referência ao rei e seus súditos era apenas uma alusão para se traçar a argumentação.

**Preste Atenção:**

Nos concursos, a interpretação de texto nada mais é do que o reconhecimento de paráfrases dos trechos mais importantes, por isso, é necessário grifar os trechos mais consideráveis para que não sejam feitas inferências incorretas.

- 45. (Médico Legista – PC/SP – VUNESP – 2014)** Na opinião de Bryan Caplan, com relação ao desemprego,
- a) o povo o vê como uma grande oportunidade para a criação de novas modalidades de trabalho e crescimento econômico.
  - b) os especialistas tratam-no como uma oportunidade para o aumento da produção, com uma diminuição da mão de obra.
  - c) a visão que os especialistas têm dele vai ao encontro dos anseios da maior parte da população.
  - d) os especialistas e a população consideram-no a possibilidade de melhor aproveitamento dos trabalhadores e o fortalecimento da democracia.
  - e) os especialistas encaram-no como um entrave para o desenvolvimento da economia.

**GABARITO OFICIAL: B****JUSTIFICATIVA:**

- a) Errado, porque: a população vê o desemprego como “destruição de postos de trabalho” e não como oportunidade.
- b) CERTO, porque: enquanto a população vê com maus olhos, os especialistas veem como “a ausência do crescimento econômico” com a diminuição da mão de obra, ao que o autor chama de “produção de mais com menos”.
- c) Errado, porque: a visão dos especialistas e da maioria da população são contrárias.
- d) Errado, porque: apenas os especialistas têm tal visão otimista.
- e) Errado, porque: os especialistas não tratam como entrave, ou seja, como empecilho, ao contrário, acham positivo o desemprego.

**Preste Atenção:**

É necessário grifar os trechos mais importantes do texto para que não sejam feitas inferências incorretas.

- 46. (Médico Legista – PC/SP – VUNESP – 2014)** A resposta à pergunta contida no título do texto – *Por que educação é importante?* – pode ser encontrada na seguinte frase do texto:
- Uma força de trabalho intelectualmente preparada (...) produz com maior eficiência (e) pode ser mais facilmente readaptada para outras funções,...
  - Para um indivíduo prosperar, basta que ele consiga um trabalho.
  - ... quanto mais dificuldades precisa superar, mais trabalha; logo, quanto mais dificuldades uma pessoa tem de superar, mais rica ela se torna.
  - ... especialistas nele [no desemprego] veem a “essência do crescimento econômico, a produção de mais com menos”.
  - “Os trabalhadores que deixaram de ser necessários nas fazendas foram usados na produção de casas, móveis, roupas, cinema...”.

### GABARITO OFICIAL: A

#### JUSTIFICATIVA:

- CERTO, porque: após tecer suas argumentações, ao final do texto o autor conclui que a educação é importante para que o trabalhador possa se readaptar a outras funções sempre que necessário.
- Errado, porque: o trecho “basta que ele consiga um trabalho” não ratifica a ideia de que a educação é importante.
- Errado, porque: o trecho que argumenta a importância das dificuldades para que o indivíduo enriqueça valoriza apenas o trabalho e não a educação.
- Errado, porque: a informação sobre o desemprego não faz referência à importância da educação.
- Errado, porque: esse exemplo não mostra a importância da educação.



#### Preste Atenção:

Há questões que não exigem a interpretação do texto todo, mas apenas de um trecho dele. Deve-se, portanto, estar atento apenas ao que o examinador perguntou.

- 47. (Médico Legista – PC/SP – VUNESP – 2014)** Os trechos destacados em: – A razão do pedido é explicada na forma de silogismo: *quanto mais uma pessoa trabalha, mais rica ela fica*; quanto mais dificuldades precisa superar, mais trabalha; *logo*, quanto mais dificuldades uma pessoa tem de superar, mais rica ela se torna – expressam, correta e respectivamente, ideia de
- comparação e conclusão.
  - consequência e adversidade.
  - proporcionalidade e conclusão.
  - proporcionalidade e oposição.
  - conformidade e condição.

### GABARITO OFICIAL: C

#### JUSTIFICATIVA:

- Errado, porque: com a expressão “quanto mais ... mais” não estabelece comparação.
- Errado, porque: a expressão conjuntiva “quanto mais ... mais” não estabelece comparação e a conjunção “logo” não indica adversidade, ou seja oposição.
- CERTO, porque: pelo contexto “quanto mais ... mais” indica proporcionalidade e a conjunção “logo” é utilizada para estabelecer relação de conclusão.
- Errado, porque: a conjunção “logo” não indica oposição ou adversidade.

- e) Errado, porque: a expressão “quanto mais ... mais” não indica conformidade, bem como “logo” não é usada para estabelecer relação de condição.



### Preste Atenção:

A função das conjunções é estabelecer um determinado sentido entre as orações, por isso só podem ser trocadas por outras pertencentes ao mesmo grupo, caso contrário, será alterado o valor semântico do texto. Há conjunções coordenativas (aditivas, adversativas, alternativas, conclusivas, explicativas) e subordinativas (causais, consecutivas, condicionais, concessivas, comparativas, finais, proporcionais, temporais).

48. (Médico Legista – PC/SP – VUNESP – 2014) Considerando as regras de regência, de concordância e do emprego da crase, assinale a alternativa que preenche, correta e respectivamente, as lacunas do texto a seguir.

#### Homens respondem pior \_\_\_ vacina da gripe

*Quanto maior o nível de testosterona, menor é a resposta \_\_\_ imunização, revela novo estudo americano.*

(...)

*Altos níveis do hormônio masculino \_\_\_\_\_ a um enfraquecimento do sistema imune.*

*Mulheres respondem melhor \_\_\_ vacina contra a gripe do que os homens.*

(...)

*Pesquisas experimentais (...) já tinham levantado suspeitas \_\_\_\_\_ poderia haver uma interação entre testosterona e a resposta autoimune.*

(Excertos de artigo publicado na Folha de S.Paulo, 22 jan. 2014)

- a) a ... à ... está associado ... a ... que  
 b) à ... à ... estão associados ... à ... de que  
 c) à ... à ... está associado ... à ... de que  
 d) à... a ... estão associado ... à ... a que  
 e) à ... a ... estão associados ... a ... que

### GABARITO OFICIAL: B

#### JUSTIFICATIVA:

- a) Errado, porque: na primeira ocorrência há o encontro de uma preposição e de um artigo feminino, logo, deveria haver o acento indicador de crase; na terceira oração a concordância deve ser feita no plural; na quarta frase deveria haver crase e, finalmente, faltou a preposição “de” exigida pelo substantivo “suspeitas” na última oração.
- b) CERTO, porque: na primeira ocorrência há o encontro da preposição “a” exigida pelo verbo “responder” e do artigo feminino, logo, há crase; no segundo período, a preposição “a” também é necessária por exigência do substantivo “resposta”. Já na terceira frase a expressão “estão associados” concorda no plural com o sujeito “altos níveis do hormônio masculino”. Na quarta oração, o verbo “responder” exige preposição “a” e, somada ao artigo feminino “a” resulta em crase. Por fim, o substantivo “suspeitas” requer preposição “de” para se unir ao seu complemento.
- c) Errado, porque: a concordância da expressão verbal “está associada” deveria ser feita no plural para se harmonizar com o sujeito “altos níveis de hormônio masculino”.
- d) Errado, porque: na segunda oração deveria haver o acento indicativo de crase e, no último período, a preposição exigida pela regência do substantivo “suspeitas” é “de”.
- e) Errado, porque: na segunda e na quarta oração deveria haver acento indicativo de crase e, no último período, a regência do substantivo “suspeitas” exige a preposição “de”.

**Preste Atenção:**

O acento indicador de crase representa a junção de uma preposição e de um artigo feminino, logo, só é possível o uso desse acento antes de palavra feminina. Além disso, é necessário verificar as locuções adverbiais femininas que sempre são acentuadas. Um macete para auxiliar na identificação da crase é trocar a palavra feminina por uma masculina da seguinte forma:

*Homens respondem pior À vacina da gripe*

*Homens respondem pior AO vírus* (PREPOSIÇÃO E ARTIGO)

Quando encontramos a junção “ao” antes da palavra masculina, haverá acento indicativo de crase diante da feminina.

Já a concordância verbal consiste na análise da harmonia entre sujeito e verbo, no que diz respeito ao número – singular e plural. Já a concordância nominal analisa a combinação entre as palavras – substantivo, adjetivo, artigo, pronomes... – no que se refere ao gênero e ao número.

Leia o trecho para responder às questões a seguir.

*A pesquisa encontrou um dado curioso: homens com baixos níveis de testosterona tiveram uma resposta imunológica melhor a essa medida, similar \_\_\_\_\_.*

**49. (Médico Legista – PC/SP – VUNESP – 2014)** A alternativa que completa, corretamente, o texto é:

a) das mulheres

d) à das mulheres

b) às mulheres

e) ao das mulheres

c) com das mulheres

**GABARITO OFICIAL: D****JUSTIFICATIVA:**

a) Errado, porque: a regência do adjetivo “similar” exige o uso da preposição “a”.

b) Errado, porque: pelo contexto, o que é similar é a resposta, logo, essa palavra precisa estar subentendida na oração.

c) Errado, porque: o adjetivo “similar” exige a preposição “a”.

d) CERTO, porque: pelo contexto, a oração é “homens com baixos níveis de testosterona tiveram uma resposta imunológica melhor a essa medida, similar À RESPOSTA das mulheres”. Como a palavra “resposta” está subentendida, o acento indicador de crase – resultado da junção da preposição “a” e do artigo feminino “a” – aparece antes da forma “das”.

e) Errado, porque: foi usado o artigo “o” na expressão “ao das mulheres”.

**Preste Atenção:**

O acento indicador de crase representa a junção de uma preposição e de um artigo feminino, logo, só há possibilidade de usar esse acento antes de palavra feminina. Além disso, é necessário verificar as locuções adverbiais femininas que sempre são acentuadas.

**50. (Médico legista – PC/SP – VUNESP – 2014)** Os dois-pontos empregados na frase apresentada têm a mesma função que em:

a) A obra fala sobre o que é o “sal da vida”: não sentir culpa por se dar o direito ao descanso e de perceber os raros encantos simples da vida.

(ISTOÉ, 15 jan. 2014)

- b) Um rapaz que foi pai muito jovem, e era um pai maravilhoso, certa vez se queixou sorrindo: – “Todo dia a mesma coisa, levanta a tampa do vaso, escova os dentes...”  
(Lya Luft)
- c) O repórter comentou a respeito de Nelson Ned: – “Sua especialidade eram as canções ‘estoura-peito’, isto é, boleros e baladas românticas...”  
(Veja, 15 jan. 2014. Adaptado)
- d) A gente precisa continuar acreditando que é preciso construir: a vida, o futuro, o caráter, a família, as amizades e os amores.  
(Lya Luft. Adaptado)
- e) ... resolveu lançar-se (Françoise) em outra seara após receber um cartão-postal de um amigo em férias com a seguinte mensagem: “Uma semana roubada de férias na Escócia.”  
(ISTOÉ, 15 jan. 2014)

**GABARITO OFICIAL: A****JUSTIFICATIVA:**

- a) CERTO, porque: na oração do enunciado os dois-pontos foram usados para iniciar uma explicação, assim como ocorre neste período.
- b) Errado, porque: nesta oração os dois-pontos foram usados para iniciar discurso direto, ou seja, a fala de um personagem.
- c) Errado, porque: nesta oração os dois-pontos também foram usados para iniciar discurso direto, ou seja, a fala de um personagem.
- d) Errado, porque: neste período os dois-pontos foram usados para iniciar uma enumeração de itens.
- e) Errado, porque: os dois-pontos foram utilizados para mostrar uma fala.

**Preste Atenção:**

Os dois-pontos são utilizados para iniciar uma explicação, uma enumeração e para marcar discurso direto.

Leia o poema de Cecília Meireles para responder às questões a seguir.

*“Encostei-me a ti, sabendo bem que eras somente onda.  
Sabendo bem que eras nuvem, depus a minha vida em ti.  
Como sabia bem tudo isso, e dei-me ao teu destino frágil,  
Fiquei sem poder chorar, quando caí.”*

- 51. (Médico Legista – PC/SP – VUNESP – 2014)** Nesse poema, a fim de caracterizar a transitoriedade dos sentimentos, dos afetos, o eu lírico se vale de
- a) hipérbole, intensificando, por meio de expressões exageradas, o relacionamento amoroso.
- b) eufemismo, empregando termos como *encostei-me* e *depus* para amenizar a desilusão amorosa.
- c) antítese, apresentando expressões de sentido oposto, como *Sabendo bem* e *sem poder chorar*, a fim de realçar os sentimentos do eu lírico.
- d) metáfora, empregando palavras com sentido que não lhes é comum, para mostrar a fragilidade dos sentimentos da pessoa amada.
- e) pleonasma, intensificando o sentimento amoroso do ser amado por meio da redundância.

**GABARITO OFICIAL: D****JUSTIFICATIVA:**

- a) Errado, porque: não há exageros na descrição dos sentimentos. É um exemplo de hipérbole a oração “chorei rios de lágrimas”.

- b) Errado, porque: os termos em destaque não são suavizações de sentido. Um exemplo de eufemismo seria “foi morar no céu” para se referir à morte.
- c) Errado, porque: não há sentidos opostos na caracterização dos sentimentos.
- d) CERTO, porque: a metáfora é a utilização de palavras ou expressões em sentido figurado, o que ocorre em todo o poema, como no trecho “sabendo bem que eras somente onda”.
- e) Errado, porque: não há redundâncias na descrição dos sentimentos.



### Preste Atenção:

Figuração ou conotação representa a utilização de palavras ou expressões em sentido diferente do que é estipulado. Para entender tal troca, é necessário analisar o contexto em que os termos foram aplicados. Por outro lado, a denotação é o uso das palavras em sentido próprio.

- 52. (Médico Legista – PC/SP – VUNESP – 2014)** Nos versos, os termos em destaque – *depus* e *frágil* – são, respectivamente, sinônimo e antônimo de
- a) abandonei e transitório.
  - b) renunciei e efêmero.
  - c) neguei e irresistível.
  - d) despojei e débil.
  - e) depositei e vigoroso.

### GABARITO OFICIAL: E

#### JUSTIFICATIVA:

- a) Errado, porque: “depus” não tem o mesmo sentido de “abandonei” bem como “frágil” não tem sentido oposto a “transitório”.
- b) Errado, porque: “depus” não tem o mesmo sentido de “renunciei” bem como “frágil” não tem sentido oposto a “efêmero”.
- c) Errado, porque: “depus” não tem o mesmo sentido de “neguei” bem como “frágil” não tem sentido oposto a “irresistível”.
- d) Errado, porque: “depus” não tem o mesmo sentido de “despojei” bem como “frágil” não tem sentido oposto a “débil”.
- e) CERTO, porque: “depus” tem o mesmo sentido de “depositei” e “frágil” tem sentido oposto a “vigoroso”.



### Preste Atenção:

São chamadas de sinônimas as palavras que, embora diferentes, apresentam o mesmo sentido. Já as antônimas são as que apresentam sentido oposto. Para analisar essas palavras, é necessário estudar o contexto.

Leia a manchete (Texto I), a faixa dos manifestantes (Texto II) e a tirinha (Texto III).

#### Texto I

*Projeto de Campos está parado há 2 anos*

*Obra de presídio anunciada pelo governador de PE como modelo de parceria público-privada já tem problemas estruturais.*

(Folha de S.Paulo, 10 jan. 2014)

## Texto II



(Folha de S. Paulo, 10 jan. 2014)

## Texto III



(Browne, Cris. Hagar. Folha de S. Paulo. São Paulo, 2 abr. 2003. Adaptado)

53. (Médico Legista – PC/SP – VUNESP – 2014) De acordo com a norma-padrão da língua portuguesa, analise as afirmações e assinale a alternativa correta.
- O texto I está incorreto. Com a correção, seria: Projeto de Campos está parado a dois anos.
  - O texto III merece três correções: *haverá* momentos..., *em que* você terá... e *de que* o mundo... .
  - O texto II está correto: ... obra paralisada a quase 2 anos.
  - Os textos I e II estão corretos; os empregos de *há* e *a* apresentam, respectivamente, tempo decorrido e tempo futuro.
  - Os textos I e III possuem incorreções.

## GABARITO OFICIAL: B

## JUSTIFICATIVA:

- Errado, porque: não há erro no texto I. A forma “há” está correta para indicar tempo transcorrido.
- CERTO, porque: o verbo “haver” no texto III está no sentido de “existir”, logo, é impessoal e deve permanecer apenas no singular. Por exigência da regência no contexto, há necessidade da preposição “em”.
- Errado, porque: a preposição “a” é usada para indicar tempo futuro, no contexto, a forma correta seria “há” para fazer referência ao passado.
- Errado, porque: no segundo texto o uso do “a” está incorreto.
- Errado, porque: não há desvio no texto I.



## Preste Atenção:

Para não confundir a grafia de “a” e “há”, basta analisar no texto a referência ao tempo. Para indicar tempo futuro, usa-se “a”; já para a alusão ao tempo transcorrido ou passado, a forma do verbo haver “há” é a indicada.

Outra forma de empregar o verbo haver corretamente é quando ele tem os sentidos de “existir, ocorrer ou acontecer” o que o torna impessoal, isto é, não possui sujeito, devendo então concordar apenas no singular.

Leia o texto para responder às questões a seguir.

*O caso dos mecânicos que sabiam ler*

*Segundo alguns historiadores, houve dois sacolejos maiores na história da humanidade. O resto foi \_\_\_ tremelique. O primeiro foi domesticação dos cereais – começando com o trigo selvagem. Com isso, gerou-se uma relativa abundância de alimentos, o que permitiu \_\_\_ tribos, até então nômades, sedentarizarem-se. As cidades trouxeram \_\_\_ densidade humana requerida para o fermento da criatividade e para inúmeras atividades produtivas e artísticas. Afirma-se que elas foram a grande inovação de todos os tempos. Mas a agricultura induziu o seu desenvolvimento.*

*A segunda transformação drástica foi a Revolução Industrial.*

*Um tecelão, em Constantinopla, trabalhava três horas para comprar um pão de meio quilo – o mesmo que na Roma de César.*

*A partir de 1600, o tempo baixou para duas horas. Hoje são necessários cinco minutos. Esse espantoso salto de produtividade tornou possível oferecer a todos um padrão digno de vida.*

*Mas por que a Revolução Industrial aconteceu na Inglaterra, no século XVIII?*

*Há uma nova explicação, curiosa e persuasiva. Como resultado do desenvolvimento das escolas inglesas, pela primeira vez na história apareceram mecânicos capazes de ler artigos científicos. E também de se corresponder com colegas e pesquisadores.*

*Os bons mecânicos sabiam lidar com máquinas e construir toda espécie de engenhoca. Mas aos que tinham novas ideias faltavam o horizonte intelectual e a motivação para implementá-las.*

*No mundo das sociedades científicas de então, os pesquisadores elucubravam, mas não sabiam fazer coisas, não conheciam a manufatura. Portanto, os avanços do pensamento não tinham pontes para o mundo da indústria.*

*É então que entram em cena os mecânicos-leitores. Na ânsia de ficarem ricos, começaram a escarafunchar o que escreviam os cientistas. Como tinham amigos com interesses similares, trocavam cartas, discutindo seus projetos.*

*Perceberam que, se inventassem, se inovassem, poderiam abrir empresas e que patentes poderiam proteger suas novidades.*

*Os tais mecânicos-leitores começam a inovar, criando bombas a vapor, teares e uma infinidade de pequenas invenções que permitem os grandes saltos subsequentes.*

*Portanto, os mecânicos-leitores foram diretamente os responsáveis por uma das duas mais importantes transformações da humanidade. Sugestivo, pois não?*

(Claudio de Moura Castro. *Revista Veja*. 11 dez. 2013. Adaptado)

**54. (Agente administrativo – PC/SP – VUNESP – 2014)** Considerando-se as regras de uso do acento indicativo de crase, as lacunas presentes no primeiro parágrafo do texto devem ser preenchidas, por

a) a ... às ... à

d) a ... as ... a

b) a ... às ... a

e) à ... as ... à

c) à ... às ... a

### GABARITO OFICIAL: B

#### JUSTIFICATIVA:

- a) Errado, porque: não há acento indicativo de crase na última ocorrência uma vez que o verbo “trazer” não exige preposição “a”, logo, não há a contração com o artigo feminino.
- b) CERTO, porque: a expressão adverbial “a tremelique” é masculina, logo, não aceita acento indicativo de crase; na segunda ocorrência o verbo “permitir” exige preposição “a” e o substantivo “tribos” é feminino, portanto, há a junção das duas classes gramaticais que formam a crase; e a palavra densidade é substantivo, portanto pede apenas o uso do artigo.
- c) Errado, porque: não há acento de crase na expressão adverbial masculina “a tremelique”.
- d) Errado, porque: na segunda ocorrência há preposição e artigo, por isso deveria haver acento de crase.

- e) Errado, porque: não há crase na expressão adverbial masculina “a tremelique”; no segundo caso, deveria ser usada a crase pois há preposição e artigo feminino; finalmente, na última ocorrência não deve existir crase porque o verbo “trazer” não exige preposição.

**Preste Atenção:**

O acento indicador de crase representa a junção de uma preposição e de um artigo feminino, logo, só é possível o uso desse acento antes de palavra feminina. Além disso, é necessário verificar as locuções adverbiais femininas que sempre são acentuadas. Um macete para auxiliar na identificação da crase é trocar a palavra feminina por uma masculina da seguinte forma:

o que permitiu ÀS tribos

o que permitiu AOS grupos (PREPOSIÇÃO E ARTIGO)

Quando encontramos a junção “AO” antes da palavra masculina, haverá acento de crase diante da feminina.

- 55. (Agente administrativo – PC/SP – VUNESP – 2014)** Leia o início do primeiro parágrafo do texto.

Segundo alguns historiadores, houve dois *sacolejões* maiores na história da humanidade. O resto foi *tremelique*.

As palavras em destaque foram utilizadas pelo autor para enfatizar a ideia, corrente entre os historiadores, de que os dois eventos históricos, descritos no primeiro e segundo parágrafos do texto,

- tiveram pouca relevância, quando comparados a outros importantes momentos da história da humanidade.
- trouxeram mudanças no mesmo nível de muitas outras que ocorreram ao longo da história da humanidade.
- têm importância histórica relativa, já que seus resultados tiveram alcance limitado, beneficiando apenas uma pequena parcela da sociedade.
- ocasionaram algumas mudanças nos modos de produção, beneficiando as indústrias, mas que não resultaram em qualquer melhoria para a população.
- tiveram grande importância, pois ocasionaram profundas mudanças sociais e culturais, por isso merecem destaque no contexto da história da humanidade.

**GABARITO OFICIAL: E****JUSTIFICATIVA:**

- Errado, porque: como foram “sacolejões”, ou seja, mexeu-se com as estruturas, não é lícito afirmar que os eventos tiveram pouca relevância.
- Errado, porque: segundo o texto, o primeiro foi um “sacolejão” e o outro apenas um “tremelique”, portanto, de intensidade e relevância diferentes.
- Errado, porque: o alcance dos fatos não foi relativo, mas efetivo segundo o texto.
- Errado, porque: os fatos resultaram em melhoria para a população.
- CERTO, porque: segundo o texto, os fatos históricos tiveram grande importância e ocasionaram grandes mudanças sociais.

**Preste Atenção:**

Nos concursos, a interpretação de texto nada mais é do que o reconhecimento de paráfrases dos trechos mais importantes. Para ratificar as informações contidas nas alternativas, é importante grifar as informações essenciais do texto a fim de evitar inferências erradas.

- 56. (Agente administrativo – PC/SP – VUNESP – 2014)** De acordo com o texto, uma nova explicação para a Revolução Industrial, que aconteceu na Inglaterra, defende que o desenvolvimento da indústria, nesse período, pode ser diretamente relacionado
- ao aumento da densidade humana e da produção de cereais, o que permitiu aos habitantes das cidades formar tribos nômades que disseminavam conhecimento.
  - ao desenvolvimento das escolas, o que permitiu a mecânicos que construíam máquinas consultar a produção científica e compartilhar esse conhecimento.
  - ao surgimento das cidades e à escassez de alimentos, que foram determinantes para o desenvolvimento de novas formas de aumentar a produção agrícola.
  - à inovação no campo das atividades de produção artística e cultural, que teve início nas cidades, e se estendeu para a produção industrial, ainda na Roma de César.
  - ao aumento na produção de pães, na Roma de César, o que permitiu às pessoas, bem alimentadas, dedicarem-se às atividades produtivas e artísticas.

**GABARITO OFICIAL: B****JUSTIFICATIVA:**

- Errado, porque: o desenvolvimento da indústria não se deve ao aumento da densidade humana, mas por conta dos mecânicos-leitores.
- CERTO**, porque: o texto deixa claro que o desenvolvimento da indústria pode ser relacionado ao desenvolvimento das escolas que formaram mecânicos-leitores. O trecho: “Há uma nova explicação, curiosa e persuasiva. Como resultado do desenvolvimento das escolas inglesas, pela primeira vez na história apareceram mecânicos capazes de ler artigos científicos. E também de se corresponder com colegas e pesquisadores” confirma tal inferência.
- Errado, porque: segundo o texto, o desenvolvimento da indústria não se deve ao surgimento das cidades, mas sim das escolas.
- Errado, porque: o desenvolvimento da indústria se deve ao surgimento das escolas e não à inovação no campo das atividades de produção artística e cultural.
- Errado, porque: o desenvolvimento da indústria não se deve ao aumento na produção de pães.

**Preste Atenção:**

Nos concursos, a interpretação de texto nada mais é do que o reconhecimento de paráfrases dos trechos mais importantes.

- 57. (Agente administrativo – PC/SP – VUNESP – 2014)** De acordo com o segundo parágrafo do texto, “Um tecelão, em Constantinopla, trabalhava três horas para comprar um pão de meio quilo – o mesmo que na Roma de César. (...) Hoje são necessários cinco minutos”. Essa informação permite afirmar que a Revolução Industrial representou, para a humanidade, uma transformação
- trivial.
  - corriqueira.
  - ordinária.
  - radical.
  - insignificante.

**GABARITO OFICIAL: D****JUSTIFICATIVA:**

- a) Errado, porque: pelo contexto, a transformação não foi trivial, ou seja, simples.
- b) Errado, porque: pelos sentidos do trecho, a transformação não foi corriqueira, isto é, habitual.
- c) Errado, porque: o contexto não permite a inferência de que a transformação foi “ordinária”, quer dizer, comum.
- d) CERTO, porque: pelos sentidos do trecho, infere-se que a transformação foi radical, haja vista que a mudança foi muito grande.
- e) Errado, porque: por ser a mudança muito radical, não se pode afirmar que foi insignificante.

**Preste Atenção:**

Para ratificar as informações contidas nas alternativas, é importante grifar as informações essenciais do texto a fim de evitar inferências erradas.

**58. (Agente administrativo – PC/SP – VUNESP – 2014)** Assinale a alternativa em que a reescrita da frase – Os bons mecânicos sabiam lidar com máquinas e construir toda espécie de engenhoca – está correta quanto à concordância, de acordo com a norma-padrão da língua.

- a) Toda espécie de engenhoca eram construídas por bons mecânicos, os quais sabia lidar com máquinas.
- b) Toda espécie de engenhoca era construída por bons mecânicos, os quais sabia lidar com máquinas.
- c) Toda espécie de engenhoca eram construída por bons mecânicos, os quais sabiam lidar com máquinas.
- d) Toda espécie de engenhoca era construídas por bons mecânicos, os quais sabia lidar com máquinas.
- e) Toda espécie de engenhoca era construída por bons mecânicos, os quais sabiam lidar com máquinas.

**GABARITO OFICIAL: E****JUSTIFICATIVA:**

- a) Errado, porque: o verbo “ser” não concorda com o sujeito singular “espécie”, assim como o verbo “saber” não estabelece concordância no plural com “os quais”, termo que substitui “mecânicos”.
- b) Errado, porque: o verbo “saber” não estabelece concordância no plural com “os quais”, termo que substitui “mecânicos”.
- c) Errado, porque: o verbo “ser” não concorda com o sujeito singular “espécie”.
- d) Errado, porque: o adjetivo “construída” está no plural, por isso não concorda com o substantivo “espécies”, bem como o verbo “saber” não concorda com “os quais”.
- e) CERTO, porque: o verbo “ser” e o adjetivo “construída” concordam com o sujeito singular “espécie”, assim como o verbo “saber” estabelece concordância no plural com “os quais”, termo que substitui “mecânicos”.



**Preste Atenção:**

As conjunções representam a classe gramatical cuja função é relacionar as orações e estabelecer um determinado valor semântico entre elas, portanto, só são sinônimas as que pertencem ao mesmo grupo de sentido.

Leia a tira para responder às questões a seguir.



(Disponível em: <http://revistaescola.abril.com.br>.)

Acesso em 8-12-2013, Adaptado)

61. (Agente administrativo – PC/SP – VUNESP – 2014) A forma verbal destacada em – Talvez você *queira* aumentar a aposta... – é utilizada pela menina para se referir a uma hipótese, uma possibilidade, como ocorre com a expressão verbal destacada em:

- Afirma-se* que elas foram a grande inovação de todos os tempos.
- Com isso, *gerou-se* uma relativa abundância de alimentos...
- Um tecelão, em Constantinopla, *trabalhava* três horas para comprar um pão de meio quilo...
- Perceberam que, se *inventassem*, se inovassem, poderiam abrir empresas...
- Na ânsia de ficarem ricos, *começaram* a escarafunchar o que escreviam os cientistas.

**GABARITO OFICIAL: D**

**JUSTIFICATIVA:**

- a) Errado, porque: o verbo “afirmar” não indica hipótese uma vez que está conjugado no presente do indicativo, modo da certeza.
- b) Errado, porque: o verbo “gerar” está conjugado no pretérito perfeito do indicativo, modo da certeza.
- c) Errado, porque: o verbo “trabalhar” está conjugado no pretérito imperfeito do indicativo, modo que indica certeza.
- d) CERTO, porque: o verbo “inventar” está conjugado no pretérito imperfeito do subjuntivo, modo que indica a hipótese.
- e) Errado, porque: o verbo “começar” está conjugado no pretérito perfeito do indicativo, modo da certeza.

**Preste Atenção:**

Os modos verbais indicam como o verbo foi utilizado, ou seja, o indicativo representa a certeza; o subjuntivo, a hipótese e o imperativo, a ordem.

- 62. (Agente administrativo – PC/SP – VUNESP – 2014)** Em – Você podia me dar os 25 centavos *agora* e evitar a humilhação *depois!* –, os termos destacados expressam, respectivamente, circunstâncias de
- a) afirmação e de afirmação.
  - b) intensidade e de afirmação.
  - c) tempo e de tempo.
  - d) modo e de causa.
  - e) tempo e de modo.

**GABARITO OFICIAL: C****JUSTIFICATIVA:**

- a) Errado, porque: os advérbios “agora” e “depois” não indicam afirmação, mas tempo. Os advérbios que normalmente indicam afirmação são: sim, efetivamente, com certeza etc.
- b) Errado, porque: o advérbio “agora” não indica intensidade, as palavras que representam tal circunstância são: mais, muito, bastante; “depois” não indica afirmação.
- c) CERTO, porque: “agora” e “depois” são advérbios que indicam tempo.
- d) Errado, porque: o advérbio “agora” não indica modo, as principais palavras que estabelecem tal circunstância são: bem, mal, rapidamente, corretamente etc. Também o advérbio “depois” não indica causa.
- e) Errado, porque: o advérbio “depois” não indica modo.

**Preste Atenção:**

Advérbio é a classe gramatical cuja função é indicar circunstância ao verbo – de tempo, modo, lugar, companhia, intensidade, afirmação, negação etc. – ou intensificar adjetivos e outros advérbios. Embora haja algumas palavras específicas que representam tais circunstâncias, o melhor é analisar o contexto em que elas aparecem.

- 63. (Agente administrativo – PC/SP – VUNESP – 2014)** Assinale a alternativa em que a reescrita da fala da menina presente no primeiro quadrinho está correta quanto ao uso da pontuação, de acordo com a norma-padrão da língua portuguesa.
- a) Desta vez, nem tente copiar minhas respostas, Calvin, ou eu chamo a professora.

- b) Desta vez nem tente, copiar minhas respostas Calvin, ou eu chamo a professora.
- c) Desta vez, nem tente, copiar minhas respostas Calvin, ou eu chamo a professora.
- d) Desta vez, nem tente copiar, minhas respostas Calvin, ou eu chamo, a professora.
- e) Desta vez, nem tente, copiar minhas respostas Calvin ou eu chamo, a professora.

**GABARITO OFICIAL: A****JUSTIFICATIVA:**

- a) CERTO, porque: o advérbio de tempo deslocado para o início da oração foi isolado por vírgula, assim como o vocativo “Calvin”. A oração principal é “nem tente copiar minhas respostas ou eu chamo a professora”.
- b) Errado, porque: o advérbio de tempo deslocado para o início da oração não foi isolado por vírgula. Após o verbo “tentar” a vírgula não deveria ser usada por separá-lo de seu complemento. Por fim, o vocativo “Calvin” não foi isolado por vírgulas.
- c) Errado, porque: após o verbo “tentar” a vírgula não deveria ser usada por separá-lo de seu complemento. Por fim, o vocativo “Calvin” não foi isolado por vírgulas.
- d) Errado, porque: após o verbo “copiar” a vírgula não deveria ser usada por separá-lo de seu complemento. O vocativo “Calvin” não foi isolado por vírgulas e, por fim, a vírgula após o verbo “chamar” o separa de seu respectivo complemento.
- e) Errado, porque: após o verbo “tentar” a vírgula não deveria ser usada por separá-lo de seu complemento. O vocativo “Calvin” não foi isolado por vírgulas e, ainda, a vírgula após o verbo “chamar” o separa de seu respectivo complemento.

**Preste Atenção:**

Para que a pontuação esteja correta é importante considerar, além do contexto, a sequência lógica das orações, qual seja: sujeito + verbo + complementos + adjuntos adverbiais. Quando algum termo sair dessa sequência ou interferir nela, deve-se usar pontuação.

A mesma ideia de sequência lógica aplica-se ao período composto por subordinação: oração principal + oração subordinada iniciada por conjunção. Caso a subordinada apareça deslocada, será marcada por vírgula. No que diz respeito ao período coordenado, geralmente são separadas por vírgulas as orações adversativas (iniciadas pelas conjunções *mas*, *porém*, *contudo*,  *todavia*, *entretanto*), as conclusivas (*portanto*, *logo*, *então*, *por isso*, *dessa forma*) e as explicativas (*porque*, *pois*, *já que*, *uma vez que*).

Leia o texto para responder às questões a seguir.

*“Geração do diploma” lota faculdades, mas decepciona empresários*

*Na última década, o número de matrículas no ensino superior no Brasil dobrou. Só entre 2011 e 2012, por exemplo, 867 mil brasileiros receberam um diploma, segundo a mais recente Pesquisa Nacional de Domicílio (PNAD) do IBGE. “Mas, mesmo com essa expansão, na indústria de transformação, por exemplo, tivemos um aumento de produtividade de apenas 1,1% entre 2001 e 2012, enquanto o salário médio dos trabalhadores subiu 169% (em dólares)”, diz Rafael Lucchesi, diretor de educação e tecnologia na Confederação Nacional da Indústria (CNI).*

*O desapontamento do mercado com o que já está sendo chamado de “geração do diploma” é confirmado por especialistas, organizações empresariais e consultores de recursos humanos.*

*“Os empresários não querem canudo. Querem capacidade de dar respostas e de apreender coisas novas. E, quando testam isso nos candidatos, rejeitam a maioria”, diz o sociólogo e especialista em relações do trabalho da Faculdade de Economia e Administração da USP, José Pastore.*

*Entre empresários, já são lugar-comum relatos de administradores recém-formados que não sabem escrever um relatório ou fazer um orçamento, arquitetos que não conseguem resolver equações simples*

ou estagiários que ignoram as regras básicas da linguagem. Isso significa que uma parte dos universitários no país até sabe ler textos simples, mas é incapaz de interpretar e associar informações.

Um exemplo de descompasso entre as necessidades do mercado e os predicados de quem consegue um diploma no Brasil é um estudo feito pelo grupo de Recursos Humanos Manpower.

De 38 países pesquisados, o Brasil é o segundo mercado em que as empresas têm mais dificuldade para encontrar talentos, atrás apenas do Japão.

É claro que, em parte, isso se deve ao aquecimento do mercado de trabalho brasileiro. Mas, segundo um estudo divulgado pelo Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas (IPEA), os brasileiros com mais de 11 anos de estudo formariam 50% do contingente de desempregados.

“Mesmo com a expansão do ensino e maior acesso ao curso superior, os trabalhadores brasileiros não estão conseguindo oferecer o conhecimento específico que as boas posições requerem”, explica Márcia Almstrom, do grupo Manpower.

(Ruth Costas. [http://www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/2013/10/131004\\_mercado\\_trabalho\\_diplomas\\_ru.shtml](http://www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/2013/10/131004_mercado_trabalho_diplomas_ru.shtml). Acesso em: 9-10-2013. Adaptado)

**64. (Agente administrativo – PC/SP – VUNESP – 2014)** De acordo com o texto, parte dos trabalhadores brasileiros com diploma de nível superior de ensino

- está sempre migrando de uma empresa para outra em busca de salários mais altos, impulsionada pelo bom currículo escolar e pelo desenvolvimento da competência profissional.
- não consegue interpretar e associar informações mais complexas, o que constitui um obstáculo para a utilização dos conhecimentos específicos necessários para o desempenho de suas funções.
- tem intenção de desempenhar funções mais complexas, que exijam boa formação, resultando em escassez de profissionais dispostos a desenvolver atividades corriqueiras, de baixa remuneração.
- migra para outros países, em busca de salários mais atraentes e de reconhecimento, enquanto o mercado brasileiro continua com dificuldades para encontrar bons profissionais.
- sofre com o constante assédio das grandes empresas, por causa do bom desempenho profissional, o que tem contribuído para que exija salários cada vez mais altos.

### GABARITO OFICIAL: B

#### JUSTIFICATIVA:

- Errado, porque: o texto não afirma que os brasileiros com diploma migram de uma empresa para outra.
- CERTO, porque: os formados em nível superior não conseguem interpretar nem associar informações mais complexas, o que os prejudica no desempenho das funções. Tal afirmação pode ser confirmada com o seguinte trecho: “Entre empresários, já são lugar-comum relatos de administradores recém-formados que não sabem escrever um relatório ou fazer um orçamento, arquitetos que não conseguem resolver equações simples ou estagiários que ignoram as regras básicas da linguagem. Isso significa que uma parte dos universitários no país até sabe ler textos simples, mas é incapaz de interpretar e associar informações”.
- Errado, porque: o texto afirma o contrário: que os recém-formados não têm capacidade de exercer funções mais complexas.
- Errado, porque: não há essa informação no texto.
- Errado, porque: grande parte dos brasileiros com diploma não tem bom desempenho profissional.



#### Preste Atenção:

Nos concursos, a interpretação de texto nada mais é do que o reconhecimento de paráfrases dos trechos mais importantes. Para ratificar as informações contidas nas alternativas, é importante grifar as informações essenciais do texto a fim de evitar inferências erradas.

- 65. (Agente administrativo – PC/SP – VUNESP – 2014)** De acordo com as informações dos dois primeiros parágrafos do texto, embora o número de matriculados no ensino superior tenha dobrado nos últimos dez anos no Brasil e o salário médio do trabalhador brasileiro tenha se elevado, o aumento na produtividade tem se mostrado
- a) significativo. d) empolgante.  
 b) elogiável. e) decepcionante.  
 c) expressivo.

**GABARITO OFICIAL: E****JUSTIFICATIVA:**

- a) Errado, porque: “significativo” foi o aumento no número de matriculados nas universidades, mas o aumento na produtividade não foi satisfatório.  
 b) Errado, porque: o aumento na produtividade não foi bom, logo, não é “elogiável”.  
 c) Errado, porque: a produtividade não tem sido “expressiva”, ao contrário disso.  
 d) Errado, porque: segundo o texto, o aumento na produtividade não é bom, por isso não pode ser “empolgante”.  
 e) CERTO, porque: para o autor, embora haja aumento no número de pessoas inscritas nas universidades, a produtividade tem se mostrado “decepcionante”. Fato que se confirma a partir da leitura do trecho: “O desapontamento do mercado com o que já está sendo chamado de ‘geração do diploma’ é confirmado por especialistas, organizações empresariais e consultores de recursos humanos”.

**Preste Atenção:**

Nos concursos, a interpretação de texto nada mais é do que o reconhecimento de paráfrases dos trechos mais importantes. Para ratificar as informações contidas nas alternativas, é importante grifar as informações essenciais do texto a fim de evitar inferências erradas.

- 66. (Agente administrativo – PC/SP – VUNESP – 2014)** No contexto, o termo destacado na frase – Um exemplo de descompasso entre as necessidades do mercado e os *predicados* de quem consegue um diploma no Brasil... – tem sentido equivalente ao de
- a) equívocos. d) receios.  
 b) anseios. e) propósitos.  
 c) atributos.

**GABARITO OFICIAL: C****JUSTIFICATIVA:**

- a) Errado, porque: “equívocos” significa “erros”, logo, não é sinônimo a “predicados”.  
 b) Errado, porque: “anseios” significa “desejos”.  
 c) CERTO, porque: “predicados” significa “características”, “qualidades”, portanto é sinônimo a “atributos”.  
 d) Errado, porque: “receio” significa “medo”.  
 e) Errado, porque: “propósito” significa “finalidade”.

**Preste Atenção:**

São chamadas de sinônimas as palavras que, embora com formas diferentes, apresentam o mesmo sentido. Já as antônimas são as que apresentam sentido oposto. Para avaliar essas palavras, é necessário analisar o contexto.

**67. (Agente administrativo – PC/SP – VUNESP – 2014)** Assinale a alternativa em que o trecho destacado está corretamente reescrito, mantendo-se as relações de sentido estabelecidas no texto original.

“Mas, *mesmo com essa expansão*, na indústria de transformação, por exemplo, tivemos um aumento de produtividade de apenas 1,1% entre 2001 e 2012 ...”.

- “Mas, *uma vez que com essa expansão*, na indústria de transformação, por exemplo, tivemos um aumento de produtividade de apenas 1,1% entre 2001 e 2012 ...”.
- “Mas, *apesar dessa expansão*, na indústria de transformação, por exemplo, tivemos um aumento de produtividade de apenas 1,1% entre 2001 e 2012 ...”.
- “Mas, *antes dessa expansão*, na indústria de transformação, por exemplo, tivemos um aumento de produtividade de apenas 1,1% entre 2001 e 2012 ...”.
- “Mas, *de modo que com essa expansão*, na indústria de transformação, por exemplo, tivemos um aumento de produtividade de apenas 1,1% entre 2001 e 2012 ...”.
- “Mas, *à proporção que com essa expansão*, na indústria de transformação, por exemplo, tivemos um aumento de produtividade de apenas 1,1% entre 2001 e 2012 ...”.

### GABARITO OFICIAL: B

#### JUSTIFICATIVA:

- Errado, porque: foi utilizada uma conjunção explicativa “uma vez que” provocando incoerência textual.
- CERTO, porque: a locução conjuntiva “mesmo com” estabelece no contexto a ideia de concessão, por isso pode, sem prejuízo para o todo, ser substituída por “apesar de”.
- Errado, porque: a conjunção “antes de” estabelece ideia de tempo.
- Errado, porque: “de modo que” é uma expressão conjuntiva que indica consequência.
- Errado, porque: a locução “à proporção que” expressa ideia de proporção.



#### Preste Atenção:

A função das conjunções é estabelecer um determinado sentido entre as orações, por isso só podem ser trocadas por outras pertencentes ao mesmo grupo, caso contrário, será alterado o valor semântico do texto. Há conjunções coordenativas (aditivas, adversativas, alternativas, conclusivas, explicativas) e subordinativas (causais, consecutivas, condicionais, concessivas, comparativas, finais, proporcionais, temporais).

**68. (Agente administrativo – PC/SP – VUNESP – 2014)** Considere os trechos:

- “Os empresários não querem canudo. Querem capacidade de dar respostas”...
- Entre empresários, já são lugar-comum relatos de administradores recém-formados que não sabem escrever um relatório ou fazer um orçamento...

Mantendo-se inalterado o sentido dos trechos, os termos em destaque podem ser substituídos, correta e respectivamente, por:

- |                 |                         |                    |
|-----------------|-------------------------|--------------------|
| a) sobre; após. | c) por; com.            | e) perante; entre. |
| b) sob; em.     | d) para; a respeito de. |                    |

### GABARITO OFICIAL: D

#### JUSTIFICATIVA:

- Errado, porque: devido à regência do substantivo “capacidade”, a preposição “sobre” não pode substituir “de”, assim como o substantivo “relatos” não exige preposição “após”.

- b) Errado, porque: a preposição “sob” não poderia acompanhar “capacidade”, bem como “em” não poderia se associar a “relatos”.
- c) Errado, porque: a preposição “por” não é exigida pela regência de “capacidade” e “com” não se associa a “relatos”.
- d) CERTO, porque: pelo contexto, a preposição “para” pode substituir “de” dando ao trecho a ideia de finalidade, assim como o substantivo “relatos” pode estar associado à expressão “a respeito de” por se tratar de algo.
- e) Errado, porque: “perante” não substituiria com coerência a preposição “de” associada ao substantivo “capacidade”, nem “entre” completaria o sentido de “relatos”.



### Preste Atenção:

As preposições, além de relacionarem as palavras, podem estabelecer entre elas determinados sentidos, por isso, deve-se sempre analisar o contexto.

- 69. (Agente administrativo – PC/SP – VUNESP – 2014)** Assinale a alternativa em que o termo destacado está empregado, no contexto, em sentido figurado.
- a) “Na última década, o número de *matrículas* no ensino superior no Brasil dobrou.”
  - b) “... na indústria de transformação, por exemplo, tivemos um aumento de *produtividade* de apenas 1,1% entre 2001 e 2012...”
  - c) “Entre empresários, já são lugar-comum *relatos* de administradores recém-formados que não sabem escrever...”
  - d) “Um *exemplo* de descompasso entre as necessidades do mercado e os predicados de quem consegue um diploma...”
  - e) “Os empresários não querem *canudo*. Querem capacidade de dar respostas e de apreender coisas novas”.

### GABARITO OFICIAL: E

#### JUSTIFICATIVA:

- a) Errado, porque: o substantivo “matrículas” está usado no contexto em seu sentido próprio, isto é denotativo.
- b) Errado, porque: o substantivo “produtividade” está usado no contexto em seu sentido próprio, não no figurado.
- c) Errado, porque: o substantivo “relatos” está usado no contexto em seu sentido próprio, isto é denotativo.
- d) Errado, porque: o substantivo “exemplo” não está empregado em sentido figurado, mas em seu sentido próprio, isto é denotativo.
- e) CERTO, porque: o substantivo “canudo” foi usado em sentido figurado, conotativo, significando no contexto “diploma, formação”.



### Preste Atenção:

Figuração ou conotação representa a utilização de palavras ou expressões em sentido diferente do que é estipulado. Para entender tal troca, é necessário *analisar* o contexto em que os termos foram aplicados. Por outro lado, a denotação é o uso das palavras em sentido próprio.

**70. (Agente administrativo – PC/SP – VUNESP – 2014)** Considere a frase:

De 38 países pesquisados, o Brasil é o segundo mercado *em que* as empresas têm mais dificuldade para encontrar talentos, atrás apenas do Japão.

A expressão destacada pode ser corretamente substituída, mantendo-se inalterado o sentido do texto original e de acordo com a norma-padrão da língua portuguesa, por:

- a) no qual. d) com o qual.  
 b) pelo qual. e) em cujo o qual.  
 c) do qual.

**GABARITO OFICIAL: A****JUSTIFICATIVA:**

- a) CERTO, porque: o pronome relativo “que” pode, sem prejuízo semântico e sem provocar desvio gramatical, ser substituído por “o qual”. Por conta da regência do contexto, é necessária a preposição “em” que antecedendo o pronome “o qual” forma “no qual”.
- b) Errado, porque: o pronome relativo “que” pode, sem prejuízo semântico e sem provocar desvio gramatical, ser substituído por “o qual”, mas o contexto não exige a preposição “por”.
- c) Errado, porque: o contexto não exige a preposição “de”.
- d) Errado, porque: não é possível usar a preposição “com”.
- e) Errado, porque: o pronome relativo “cujo” deve ser usado apenas para estabelecer relação de posse entre os termos que relaciona.

**Preste Atenção:**

O pronome relativo “que”, classe gramatical cuja função é substituir um termo e relacionar as orações, pode ser substituído por “o qual” e suas respectivas variações. Além de se observar a utilização desse termo, é importante observar a necessidade de preposição na oração a partir da análise dos verbos, substantivos e adjetivos que aparecem depois do pronome relativo.

**71. (Agente administrativo – PC/SP – VUNESP – 2014)** Releia os seguintes trechos do texto:

- “Mas, mesmo com essa *expansão*, na indústria de transformação, por exemplo, tivemos um aumento de produtividade de apenas 1,1% entre 2001 e 2012...”
- “Os empresários não querem canudo. Querem capacidade de dar respostas e de apreender coisas novas. E, quando testam isso nos candidatos, *rejeitam* a maioria...”

Os termos destacados nos trechos têm sentidos contrários expressos, respectivamente, por:

- a) retração; aprovam.  
 b) normalização; recusam.  
 c) impulsão; preservam.  
 d) regularização; destacam.  
 e) extensão; favorecem.

**GABARITO OFICIAL: A****JUSTIFICATIVA:**

- a) CERTO, porque: “expansão”, isto é, “ampliação” tem como antônimo “retração”; “rejeitam”, ou seja, “afastam, negam” é contrário a “aprovam”.

- b) Errado, porque: “expansão” não tem relação de sentido com “normalização” e “rejeitam” pode ser sinônima a “recusam”, não antônima.
- c) Errado, porque: “expansão” não tem relação de sentido com “impulsão”.
- d) Errado, porque: “expansão” não tem relação de sentido com “regularização”, assim como não há referência semântica entre “rejeitam” e “destacam”.
- e) Errado, porque: “expansão” não é contrária a “extensão”, mas “rejeitam” é antônima a “favorecem”.

**Preste Atenção:**

Para reconhecer a relação de antonímia, isto é, o sentido contrário entre as palavras é necessário analisar não só o significado, mas também a aplicação no contexto.

- 72. (Agente administrativo – PC/SP – VUNESP – 2014)** Assinale a alternativa em que a palavra/expressão destacada tem sentido equivalente ao do termo destacado no trecho: Só entre 2011 e 2012, por exemplo, 867 mil brasileiros receberam um diploma, *segundo* a mais recente Pesquisa Nacional de Domicílio (PNAD) do IBGE.
- a) Os novos profissionais podem atender às necessidades do mercado, *desde que* se propõem a continuar adquirindo conhecimento.
  - b) Alguns profissionais recém-formados têm dificuldades para associar informações, *de acordo com* os empresários.
  - c) Os empresários buscam os profissionais mais qualificados, *uma vez que* há muitos recém-formados em busca de trabalho.
  - d) Os novos profissionais querem ser reconhecidos e valorizados, *embora* tenham dificuldades para desempenhar suas funções.
  - e) Profissionais recém-formados têm pressa para entrar no mercado de trabalho, *ainda que* não estejam realmente preparados.

**GABARITO OFICIAL: B****JUSTIFICATIVA:**

- a) Errado, porque: a conjunção “desde que” estabelece sentido de condição.
- b) CERTO, porque: a locução conjuntiva “de acordo com”, assim como a conjunção “segundo”, estabelece sentido de conformidade, de acordo.
- c) Errado, porque: a locução conjuntiva “uma vez que” dá ideia de explicação.
- d) Errado, porque: a conjunção “embora” estabelece no contexto relação de concessão.
- e) Errado, porque: a locução conjuntiva “ainda que” estabelece no contexto relação de concessão.

**Preste Atenção:**

A função das conjunções é estabelecer um determinado sentido entre as orações, por isso só podem ser trocadas por outras pertencentes ao mesmo grupo, caso contrário, será alterado o valor semântico do texto. Há conjunções coordenativas (aditivas, adversativas, alternativas, conclusivas, explicativas) e subordinativas (causais, consecutivas, condicionais, concessivas, comparativas, finais, proporcionais, temporais).

**73. (Agente administrativo – PC/SP – VUNESP – 2014)** Assinale a alternativa correta quanto à concordância das palavras, de acordo com a norma-padrão da língua portuguesa.

- Parece haver um descontentamento generalizado dos empresário em relação aos profissionais recém-formados, conforme a constatação de recentes pesquisas.
- Parece haver um descontentamento generalizado dos empresários em relação aos profissionais recém-formados, conforme a constatação de recente pesquisas.
- Parece haver um descontentamento generalizado dos empresários em relação aos profissionais recém-formados, conforme a constatação de recentes pesquisas.
- Parece haver um descontentamento generalizado dos empresários em relação aos profissionais recém-formado, conforme a constatação de recentes pesquisas.
- Parece haver um descontentamento generalizado dos empresários em relação aos profissionais recém-formados, conforme a constatação de recentes pesquisa.

### GABARITO OFICIAL: C

#### JUSTIFICATIVA:

- Errado, porque: o substantivo “empresário” aparece no singular estando seu artigo no plural.
- Errado, porque: o adjetivo “recente” não concorda no plural com o substantivo “pesquisas”.
- CERTO, porque: todos os substantivos e adjetivos concordam entre si em relação ao gênero e ao número.
- Errado, porque: o adjetivo “recém-formado” não pluralizou em concordância com o substantivo “profissionais”.
- Errado, porque: o substantivo “pesquisa” está no singular e o adjetivo “recentes” no plural.



#### Preste Atenção:

A concordância verbal consiste na análise da harmonia entre sujeito e verbo, no que diz respeito ao número – singular e plural. Já a concordância nominal analisa a combinação entre as palavras – substantivo, adjetivo, artigo, pronomes... – no que se refere ao gênero e ao número.

Leia a tira para responder às questões a seguir.



- 74. (Perito Criminal – PC/SP – VUNESP – 2014)** O segundo quadrinho deixa claro que o cachorro
- a) agride seu dono para que este pague as contas.
  - b) exige uma ração melhor do que a que come.
  - c) foi contra a ideia de uma ração mais barata.
  - d) espera que o dono se livre das despesas e da ração.
  - e) fica feliz com a ideia do dono de cortar despesas.

**GABARITO OFICIAL: C****JUSTIFICATIVA:**

- a) Errado, porque: a agressão não foi motivada pelas contas, mas pela questão da ração.
- b) Errado, porque: o cachorro quer uma ração melhor, não quer a mais barata.
- c) CERTO, porque: ao dizer que terá de comprar uma ração mais barata, o cão se enfurece com seu dono.
- d) Errado, porque: o cachorro não espera que o dono se livre da ração, mas que não compre uma mais barata.
- e) Errado, porque: o cachorro não fica feliz, haja vista que ataca o dono.

**Preste Atenção:**

Ao interpretar uma tirinha, charge ou quadrinho, é necessário estar atento não apenas às falas, mas também à expressão dos desenhos.

- 75. (Perito Criminal – PC/SP – VUNESP – 2014)** Considerando-se os sentidos expressos pelas frases no primeiro quadrinho, elas podem ser agrupadas corretamente em um único período com a seguinte redação:
- a) Estou cheio de contas, embora terei que comprar uma ração um pouco mais barata.
  - b) Estou cheio de contas, porque terei que comprar uma ração um pouco mais barata.
  - c) Estou cheio de contas, enquanto terei que comprar uma ração um pouco mais barata.
  - d) Estou cheio de contas, portanto terei que comprar uma ração um pouco mais barata.
  - e) Estou cheio de contas, entretanto terei que comprar uma ração um pouco mais barata.

**GABARITO OFICIAL: D****JUSTIFICATIVA:**

- a) Errado, porque: pelo contexto, não há uma relação de concessão entre as orações. Com a conjunção “embora”, o texto ficaria incoerente.
- b) Errado, porque: a conjunção “porque” estabelecerá entre as orações uma ideia de explicação.
- c) Errado, porque: se se acrescentar a conjunção “enquanto” o texto ficará incoerente, já que será estipulada uma relação de tempo.
- d) CERTO, porque: “ter de comprar ração mais barata” é o resultado óbvio, a conclusão do fato de o personagem estar “cheio de contas”, logo, há entre as orações uma relação de conclusão que pode ser demonstrada pelo acréscimo da conjunção “portanto”.
- e) Errado, porque: “entretanto” é uma conjunção adversativa, ou seja, dá ideia de oposição. Se inserida no contexto provocará incoerência.



### Preste Atenção:

A função das conjunções é estabelecer um determinado sentido entre as orações, por isso só podem ser trocadas por outras pertencentes ao mesmo grupo, caso contrário, será alterado o valor semântico do texto. Há conjunções coordenativas (aditivas, adversativas, alternativas, conclusivas, explicativas) e subordinativas (causais, consecutivas, condicionais, concessivas, comparativas, finais, proporcionais, temporais).

**76. (Perito Criminal – PC/SP – VUNESP – 2014)** Assinale a alternativa correta quanto à concordância verbal, à concordância nominal e ao emprego de pronome.

- a) Existem muitas contas para eu pagar. Para ter menos despesa, vou comprar uma ração mais barata.
- b) Existem muitas contas para mim pagar. Para ter menos despesa, vou comprar uma ração mais barata.
- c) Há muitas contas para mim pagar. Para ter menos despesa, vou comprar uma ração mais barata.
- d) Há muitas contas para eu pagar. Para ter menos despesa, vou comprar uma ração mais barata.
- e) Existe muitas contas para mim pagar. Para ter menos despesa, vou comprar uma ração mais barata.

### GABARITO OFICIAL: A

#### JUSTIFICATIVA:

- a) CERTO, porque: o verbo “existir” está no plural para estabelecer concordância com o sujeito “contas”; o pronome pessoal reto “eu” foi usado corretamente para representar o sujeito do verbo “pagar” e, por fim, o advérbio “menos” é sempre invariável, logo, não flexiona no feminino.
- b) Errado, porque: o pronome pessoal oblíquo “mim” não pode ser usado para representar o sujeito de um verbo.
- c) Errado, porque: o pronome pessoal oblíquo “mim” não pode ser usado para representar o sujeito de um verbo.
- d) Errado, porque: o advérbio de intensidade “menos” é sempre invariável.
- e) Errado, porque: o verbo “existir” não estabeleceu concordância com o núcleo do sujeito “contas”, além disso, o pronome “mim” não deve ser usado para representar o sujeito de um verbo.



### Preste Atenção:

Pronomes pessoais são os que representam as pessoas do discurso. Eles são divididos em dois grupos: retos e oblíquos; os primeiros – eu, tu, ele, nós, vós, eles – têm a função de representar os sujeitos dos verbos; já os segundos – me, mim, comigo, te, ti, contigo etc. – funcionam como complementos verbais ou nominais. Para utilizá-los corretamente é necessário observar suas funções na oração.

A concordância verbal consiste na análise da harmonia entre sujeito e verbo, no que diz respeito ao número – singular e plural. Já a concordância nominal analisa a combinação entre as palavras – substantivo, adjetivo, artigo, pronomes... – no que se refere ao gênero e ao número.

**77. (Perito Criminal – PC/SP – VUNESP – 2014)** No último quadrinho, *Cães* é a flexão no plural do substantivo *Cão*. Assim como esse substantivo, outros que fazem o plural com a terminação “ães” são:

- a) mão, mamão, filão.
- b) pão, capitão, escrivão.
- c) anão, órgão, chão.
- d) órfão, telão, melão.
- e) alemão, vilão, cidadão.

#### GABARITO OFICIAL: B

#### JUSTIFICATIVA:

- a) Errado, porque: o plural de mão é mãos; mamão, mamões e filão, filões.
- b) CERTO, porque: todos os plurais terminam em –ães. Pães, capitães e escrivães.
- c) Errado, porque: o plural de anão é anãos; órgão, órgãos; chão, chãos.
- d) Errado, porque: o plural de órfão é órfãos; telão, telões; melão, melões.
- e) Errado, porque: o plural de alemão é alemães; vilão, vilões; cidadão, cidadãos.



#### Preste Atenção:

Não há uma regra específica para reconhecermos a pluralização de palavras terminadas em “ao”.

Leia o texto para responder às questões a seguir.

*A Copa do Mundo começa em 12 de junho. Está \_\_\_ apenas seis meses de distância. As obras em muitos dos estádios da Copa estão muito atrasadas. E os custos de acomodação e viagem para os torcedores que irão \_\_\_ Copa já são previstos como astronômicos. A Copa do Mundo é um dos poucos eventos internacionais que atrai pessoas em todo o planeta. E em junho o mundo todo estará observando o Brasil.*

(Kenneth Maxwell, *O ano que nos aguarda*. Folha de S.Paulo, 28 nov. 2013. Adaptado)

**78. (Perito Criminal – PC/SP – VUNESP – 2014)** As lacunas do texto devem ser preenchidas, correta e respectivamente, com:

- a) à ... a
- b) à ... à
- c) há ... a
- d) a ... a
- e) a ... à

#### GABARITO OFICIAL: E

#### JUSTIFICATIVA:

- a) Errado, porque: não há acento indicativo de crase antes do advérbio “apenas” e faltou acento da crase antes do substantivo feminino “copa”.
- b) Errado, porque: não há acento indicativo de crase antes do advérbio “apenas”.
- c) Errado, porque: a conjugação do verbo haver – “há” – deve ser usada para indicar tempo passado; faltou crase antes do substantivo feminino “copa”.
- d) Errado, porque: faltou acento indicador de crase antes do substantivo feminino “copa”.
- e) CERTO, porque: na primeira ocorrência, a indicação no contexto é de tempo futuro, logo, deve-se usar a preposição “a”; no segundo caso, há o acento indicador de crase porque existe a junção de uma preposição e um artigo feminino.

**Preste Atenção:**

Há – conjugação do verbo haver que indica tempo passado; a – preposição que indica tempo futuro ou distância.

O acento indicador de crase representa a junção de uma preposição e de um artigo feminino, logo, só há possibilidade de se usar esse acento antes de palavra feminina. Além disso, é necessário verificar as locuções adverbiais femininas que sempre são acentuadas. Um macete para auxiliar na identificação da crase é trocar a palavra feminina por uma masculina da seguinte forma:

IRÃO À COPA

IRÃO AO JOGO (PREPOSIÇÃO E ARTIGO)

Quando encontramos a junção “AO” antes da palavra masculina, haverá acento indicador de crase diante da feminina.

79. **(Perito Criminal – PC/SP – VUNESP – 2014)** No trecho – *As obras em muitos dos estádios da Copa estão muito atrasadas* –, o termo *atrasadas* é sinônimo de
- a) prematuras.                                      c) demoradas.                                      e) concomitantes.
- b) antecipadas.                                      d) antepostas.

**GABARITO OFICIAL: C****JUSTIFICATIVA:**

- a) Errado, porque: prematuras significa antecipadas.
- b) Errado, porque: antecipadas é antônima a atrasadas.
- c) CERTO, porque: atrasadas e demoradas têm o mesmo sentido.
- d) Errado, porque: antepostas significa colocadas antes.
- e) Errado, porque: concomitantes significa ao mesmo tempo.

**Preste Atenção:**

São chamadas de sinônimas as palavras que, embora diferentes, apresentam o mesmo sentido. Para analisar essas palavras, é necessário examinar o contexto.

Leia o texto para responder às questões a seguir.

*Minador do Negrão, no interior de Alagoas, está acostumada a conviver com o drama da seca. A recente estiagem secou os reservatórios de água, comeu o verde das pastagens e dizimou 20% do gado. A planície avermelhada, pontuada por mandacarus e palmas, é a mesma de 50 anos atrás, quando o município serviu de cenário para o longa-metragem Vidas Secas, inspirado no romance de Graciliano Ramos. Apesar da paisagem desoladora, o comércio local prospera como em nenhum outro momento de sua história. Muitos moradores atribuem o feito ao Bolsa-Família, programa de transferência de renda do governo federal. “As pessoas aqui sobrevivem da agricultura. Se não chove, não tem nada. Agora, a mulher recebe o benefício, faz uma feirinha na cidade e alimenta a economia”, afirma a prefeita. Os repasses federais contemplam 872 famílias na cidade, mais de dois terços da população. “Não fosse essa renda, muita gente teria morrido de fome”.*

*O programa atende atualmente 13,8 milhões de famílias brasileiras, o equivalente a um quarto da população. O valor médio do benefício é de 152 reais. Para 2013, o orçamento previsto chega a 24 bilhões de reais. O elevado investimento tem retorno. Cada real transferido pelo governo gera 2,4 reais no consumo final das famílias, segundo um estudo divulgado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) no dia 15. O efeito multiplicador não para por aí. Cada real gasto pelo programa resulta*

no incremento de 1,78 real no PIB. “Ao garantir uma renda mínima aos mais pobres, há um aumento do consumo que faz a economia prosperar”, afirma o economista Marcelo Neri, presidente do IPEA.

(Carta Capital, 30 out. 2013)

80. (Perito Criminal – PC/SP – VUNESP – 2014) Assinale a alternativa em que o termo em destaque está empregado em sentido figurado.
- a) A recente estiagem secou os reservatórios de água, *comeu* o verde das pastagens...
  - b) ... quando o município serviu de *cenário* para o longa-metragem *Vidas Secas*...
  - c) ... o comércio local prospera como em nenhum outro *momento* de sua história.
  - d) Cada real transferido pelo governo gera 2,4 reais no *consumo* final das famílias...
  - e) Cada real gasto pelo *programa* resulta no incremento de 1,78 real no PIB.

### GABARITO OFICIAL: A

#### JUSTIFICATIVA:

- a) CERTO, porque: o verbo “comer” aparece em sentido figurado ou conotativo, indicando que a estiagem acabou com o verde das pastagens.
- b) Errado, porque: o substantivo cenário foi utilizado em seu sentido próprio, sem necessidade de interpretação.
- c) Errado, porque: o substantivo “momento” não foi utilizado em sentido figurado, mas próprio.
- d) Errado, porque: o substantivo “consumo” foi usado em sentido próprio, sem figuração.
- e) Errado, porque: o substantivo “programa” não foi usado em sentido figurado, mas em sentido próprio.



#### Preste Atenção:

Figuração ou conotação representa a utilização de palavras ou expressões em sentido diferente do que é estipulado. Para entender tal troca, é necessário analisar o contexto em que os termos foram aplicados. Por outro lado, a denotação é o uso das palavras em sentido próprio.

81. (Perito Criminal – PC/SP – VUNESP – 2014) Na frase – *Muitos moradores atribuem o feito ao Bolsa-Família...* –, a expressão “o feito” refere-se
- a) à gravação do longa-metragem *Vidas Secas*.
  - b) à estiagem vivida pela população.
  - c) ao aumento do valor do Bolsa-Família.
  - d) ao progresso do comércio na cidade.
  - e) à distribuição de renda pelo governo federal.

### GABARITO OFICIAL: D

#### JUSTIFICATIVA:

- a) Errado, porque: o feito do bolsa-família não foi a gravação do filme, mas a melhora do comércio na cidade.
- b) Errado, porque: o feito atribuído ao programa Bolsa-Família não está associado à estiagem.
- c) Errado, porque: o aumento do valor do benefício não é o feito atribuído ao programa Bolsa-Família.
- d) CERTO, porque: se se considerar o trecho: “Apesar da paisagem desoladora, o comércio local prospera como em nenhum outro momento de sua história. Muitos moradores atribuem o feito ao Bolsa-Família, programa de transferência de renda do governo federal”, atesta-se que a razão do comércio ter melhorado foi o programa Bolsa-Família.



**JUSTIFICATIVA:**

- a) Errado, porque: a conjunção “quando” não indica consequência, a principal conjunção para tal sentido é “que”; bem como “se” não é usada para indicar causa, usa-se para isso a conjunção “como”.
- b) Errado, porque: a conjunção “se” não indica conclusão, “portanto” faz tal relação; “segundo” não se refere à comparação.
- c) Errado, porque: a conjunção “quando” não indica causa, a principal conjunção para isso é “como”; “se” não indica conclusão, “portanto” faz tal relação; “segundo” não indica comparação, normalmente “assim como” é usada para comparar.
- d) Errado, porque: “quando” não indica conclusão, “portanto” faz tal relação; “segundo” não indica finalidade, usa-se “a fim de” para estabelecer esse sentido.
- e) CERTO, porque: “quando” é uma conjunção temporal; “se” indica condição e, por fim, “segundo” é usada para estabelecer relação de conformidade, de acordo.

**Preste Atenção:**

A função das conjunções é estabelecer um determinado sentido entre as orações, por isso só podem ser trocadas por outras pertencentes ao mesmo grupo, caso contrário, será alterado o valor semântico do texto. Há conjunções coordenativas (aditivas, adversativas, alternativas, conclusivas, explicativas) e subordinativas (causais, consecutivas, condicionais, concessivas, comparativas, finais, proporcionais, temporais).

- 84. (Perito Criminal – PC/SP – VUNESP – 2014)** De acordo com a norma-padrão da língua portuguesa, a frase – “Minador do Negrão, no interior de Alagoas, está acostumada a conviver com o drama da seca” – está corretamente reescrita quanto à regência em:
- a) Minador do Negrão, no interior de Alagoas, está habituada sobre o drama da seca.
- b) Minador do Negrão, no interior de Alagoas, está habituada ao drama da seca.
- c) Minador do Negrão, no interior de Alagoas, está habituada pelo drama da seca.
- d) Minador do Negrão, no interior de Alagoas, está habituada no drama da seca.
- e) Minador do Negrão, no interior de Alagoas, está habituada ante o drama da seca.

**GABARITO OFICIAL: B****JUSTIFICATIVA:**

- a) Errado, porque: o adjetivo “habituada” não aceita a preposição “sobre”.
- b) CERTO, porque: de acordo com as normas de regência, o adjetivo “habituada” exige preposição “a”.
- c) Errado, porque: o adjetivo “habituada” não aceita a preposição “por”.
- d) Errado, porque: o adjetivo “habituada” não aceita a preposição “em”.
- e) Errado, porque: o adjetivo “habituada” não aceita a preposição “ante”.

**Preste Atenção:**

Analisar a regência, seja ela verbal ou nominal, pressupõe que se deva verificar a necessidade de preposição que um determinado termo tem para completar o seu sentido.

85. (Perito Criminal – PC/SP – VUNESP – 2014) Assinale a alternativa correta quanto à pontuação.
- a) A prefeita de Minador do Negrão afirma que: A mulher recebe o benefício, faz uma feirinha na cidade e alimenta a economia.
  - b) A prefeita de Minador do Negrão, afirma. “A mulher recebe o benefício, faz uma feirinha na cidade e alimenta a economia”.
  - c) A prefeita de Minador do Negrão afirma: “A mulher recebe o benefício, faz uma feirinha na cidade e alimenta a economia”.
  - d) A prefeita, de Minador do Negrão, afirma que, a mulher recebe o benefício, faz uma feirinha na cidade e alimenta a economia.
  - e) A prefeita de Minador do Negrão, afirma: A mulher recebe o benefício, faz uma feirinha na cidade e alimenta a economia.

**GABARITO OFICIAL: C****JUSTIFICATIVA:**

- a) Errado, porque: faltaram aspas para marcar a fala da prefeita.
- b) Errado, porque: antes do verbo “afirmar” não deveria haver vírgula, pois separa o sujeito de seu respectivo predicado.
- c) CERTO, porque: as aspas marcaram a fala da prefeita e a vírgula após “benefício” marca enumeração de ações.
- d) Errado, porque: faltaram aspas para marcar a fala da prefeita; a vírgula após “prefeita” separa o substantivo de seu respectivo adjetivo; a vírgula utilizada depois de “Negrão” separa o sujeito de seu predicado, bem como a vírgula após “que” separa termos sequentes da oração.
- e) Errado, porque: faltaram aspas para marcar a fala da prefeita; a vírgula antes de “afirma” separa o sujeito do predicado.

**Preste Atenção:**

Para que a pontuação esteja correta é importante considerar, além do contexto, a sequência lógica das orações, qual seja: sujeito + verbo + complementos + adjuntos adverbiais. Quando algum termo sair dessa sequência ou interferir nela, deve-se usar pontuação adequada.

A mesma ideia de sequência lógica aplica-se ao período composto por subordinação: oração principal + oração subordinada iniciada por conjunção. Caso a subordinada apareça deslocada, será marcada por vírgula. No que diz respeito ao período coordenado, geralmente são separadas por vírgulas as orações adversativas (iniciadas pelas conjunções *mas*, *porém*, *contudo*,  *todavia*, *entretanto*), as conclusivas (*portanto*, *logo*, *então*, *por isso*, *dessa forma*) e as explicativas (*porque*, *pois*, *já que*, *uma vez que*).

Ainda vale lembrar que as aspas servem para marcar discurso direto, isto é, a fala de outra pessoa no texto e, ainda, para isolar palavras usadas em sentido conotativo ou estrangeirismos.

86. (Perito Criminal – PC/SP – VUNESP – 2014) Assinale a alternativa correta quanto à colocação pronominal.
- a) A economia prospera, quando garante-se renda mínima aos mais pobres.
  - b) Não produz-se nada com a agricultura, se não chove na cidade.
  - c) A cidade estimulou que filmasse-se ali o longa-metragem *Vidas Secas*.
  - d) Se convive com o drama da seca em Minador do Negrão.
  - e) Atualmente se atendem 13,8 milhões de famílias brasileiras com o programa.

**GABARITO OFICIAL: E****JUSTIFICATIVA:**

- a) Errado, porque: o pronome oblíquo “se” deveria estar antes do verbo por ser atraído pela conjunção “quando”, formando “quando se garante”.
- b) Errado, porque: a palavra negativa “não” atrai o pronome para antes do verbo, logo, estaria correto “não se produz”.
- c) Errado, porque: a palavra “que” é atrativa de próclise, por isso deveria estar ali a forma “que se filmasse”.
- d) Errado, porque: pronomes oblíquos átonos não iniciam orações, portanto, o correto seria “convive-se”.
- e) CERTO, porque: o advérbio “atualmente” atrai o pronome oblíquo para antes do verbo, daí a forma “atualmente se atendem” estar correta.

**Preste Atenção:**

Para responder a essa questão é fundamental lembrar-se das regras de colocação pronominal, isto é, a posição do pronome em relação ao verbo, chamada de próclise (pronome antes do verbo), ênclise (pronome depois do verbo) e mesóclise (pronome no meio do verbo).

São palavras atrativas de próclise: outros pronomes, conjunções, advérbios, palavras negativas. Na ausência de tal atratividade, constrói-se a ênclise (exceto se o verbo estiver no particípio) ou a mesóclise, caso o verbo esteja conjugado no futuro.

Leia o texto a seguir para responder às questões a seguir.

*Retratos de família*

*FOTOGRAFIAS: haverá coisa mais preciosa? Em tempos arcaicos, talvez. A minha avó costumava contar que o maior tesouro que trouxe da casa dos pais eram as fotos de família. Álbuns com fotos em preto e branco, algumas coloridas (manualmente, claro) e impressas em cartão grosso. Todas elas insubstituíveis. Estranho tempo, esse, em que os retratos valem tanto como ouro.*

*Hoje vivemos o supremo paradoxo: nunca se tiraram tantas fotos; nunca elas tiveram tão pouco valor.*

*O jornal Guardian avisa que 2014 será o ano em que o mundo vai bater recordes no número de fotos tiradas: qualquer coisa como 3 trilhões. Esse excesso não pode ser coisa boa: a facilidade com que hoje se tiram fotos é diretamente proporcional à facilidade com que nos esquecemos delas.*

*Uma amiga, aliás, contava-me há tempos uma história instrutiva: em três anos de maternidade, ela acumulara mais de mil fotos do primogênito. Até descobrir que não tinha nenhuma para mostrar em papel ou em moldura – permaneciam todas na memória do laptop, ou na câmera, ou no celular. À espera de melhores dias.*

*Três trilhões de fotos para 2014, diz o Guardian. E, no fim de contas, é como se o mundo não tirasse uma única foto que realmente importe.*

(João Pereira Coutinho. Folha de S.Paulo, 7 jan. 2014)

- 87. (Técnico de laboratório – PC/SP – VUNESP – 2014)** De acordo com as informações do texto, é correto afirmar que, em tempos antigos,
- a) era costume as fotos serem pagas com ouro.
  - b) objetos de ouro eram guardados em casa.
  - c) as fotos eram comercializadas pelo mesmo preço do ouro.
  - d) as pessoas davam muita importância às fotos.
  - e) tiravam-se tantas fotos quanto hoje.

**GABARITO OFICIAL: D**

**JUSTIFICATIVA:**

- a) Errado, porque: o texto afirma que as fotografias valiam tanto quanto ouro e, claro, esta ideia tem valor figurativo.
- b) Errado, porque: não há tal informação no texto. O tesouro a que se refere o autor está associado ao valor sentimental que possuíam as fotografias.
- c) Errado, porque: não há tal informação no texto.
- d) CERTO, porque: a referência “as fotografias valerem tanto quanto ouro” diz respeito ao valor sentimental, ou seja à importância que se dava às fotos, algo que não ocorre mais nos tempos atuais.
- e) Errado, porque: antigamente não se tiravam tantas fotos como hoje.

**Preste Atenção:**

Nos concursos, a interpretação de texto nada mais é do que o reconhecimento de paráfrases dos trechos mais importantes, por isso, é necessário grifar os trechos mais consideráveis para que não sejam feitas inferências incorretas.

88. (Técnico de laboratório – PC/SP – VUNESP – 2014) Considere a seguinte passagem do texto:

Álbuns com fotos em preto e branco, algumas coloridas (manualmente, claro) e impressas em cartão grosso.

A expressão entre parênteses, referindo-se ao colorido de algumas fotos do tempo da avó do autor, torna evidente que, naqueles tempos,

- a) as máquinas fotográficas reproduziam, com a mesma facilidade, fotos em preto e branco e coloridas.
- b) as pessoas preferiam as fotos coloridas porque eram mais nítidas e baratas.
- c) eram comuns tanto as fotos em preto e branco como as coloridas.
- d) a foto colorida era obtida a partir da pintura do fotógrafo.
- e) as fotos coloridas não tinham muito sucesso porque precisavam ser feitas em papel muito grosso.

**GABARITO OFICIAL: D****JUSTIFICATIVA:**

- a) Errado, porque: a partir da leitura, pode-se inferir que no tempo da avó do autor as máquinas não produziam fotos coloridas.
- b) Errado, porque: não havia fotos coloridas naquela época, logo, não podemos inferir que as pessoas as preferissem.
- c) Errado, porque: as fotos coloridas não eram comuns.
- d) CERTO, porque: os parênteses são utilizados para acrescentar uma explicação ao contexto. Neste caso, a explicação dada ratifica que a foto colorida era obtida a partir da pintura do fotógrafo, isto é, manualmente.
- e) Errado, porque: não há informação sobre o tipo de papel no texto.

**Preste Atenção:**

Para que não se façam inferências incorretas, é importante grifar as informações essenciais do texto.



**Preste Atenção:**

Ao pensar em palavras sinônimas – aquelas que têm o mesmo sentido –, é necessário não só refletir no sentido das palavras, mas também no contexto em que elas se aplicam.

**91. (Técnico de laboratório – PC/SP – VUNESP – 2014)** Leia o seguinte trecho:

... a facilidade com que hoje se tiram fotos é diretamente proporcional à facilidade com que nos esquecemos delas.

Assinale a alternativa em que, do ponto de vista da regência e da concordância, a reescrita das frases apresenta forma correta.

- ... hoje, com a mesma facilidade que se tira fotos, esquecemos delas.
- ...a mesma facilidade de que hoje tiramos fotos, também nos esquecemos delas.
- ... com a mesma facilidade em que hoje são tiradas fotos, estas são esquecidas de nós.
- ... hoje, a facilidade que as fotos são tirada é equivalente a facilidade que elas são esquecida.
- ... hoje, a facilidade com que nos esquecemos das fotos é a mesma com que elas são tiradas.

**GABARITO OFICIAL: E****JUSTIFICATIVA:**

- Errado, porque: o substantivo “facilidade” exige preposição “com” e, para que o verbo “esquecer” seja acompanhado de preposição “de”, é necessário que ele esteja associado a um pronome reflexivo.
- Errado, porque: a preposição exigida pelo substantivo “facilidade” é “com”.
- Errado, porque: a preposição exigida pelo substantivo “facilidade” é “com” e não “em”. Além disso, o adjetivo “esquecidas” deveria estar acompanhado da preposição “por”.
- Errado, porque: o substantivo “facilidade” exige preposição “com”, além disso, a concordância do adjetivo “esquecida” está incorreta.
- CERTO, porque: o substantivo “facilidade” exige preposição “com” e o verbo “esquecer”, a preposição “de”, tendo em vista que está acompanhado do pronome “nos”.

**Preste Atenção:**

Analisar a regência pressupõe a verificação da necessidade de complementação de um determinado termo (verbo, substantivo ou adjetivo) e se ela exige preposição (a, ante, até, após, com, contra, de, desde, em, entre, para, por, sem, sob, sobre, trás).

Já a concordância verbal consiste na análise da harmonia entre sujeito e verbo, no que diz respeito ao número – singular e plural. Já a concordância nominal analisa a combinação entre as palavras – substantivo, adjetivo, artigo, pronomes... – no que se refere ao gênero e ao número.

**92. (Técnico de laboratório – PC/SP – VUNESP – 2014)** Leia o trecho reescrito a partir das ideias do texto.

Uma amiga mostrava-me as fotos do primogênito que \_\_\_\_\_ e \_\_\_\_\_ na memória do laptop até que \_\_\_\_\_ melhores dias.

Em conformidade com a norma-padrão da língua portuguesa, o trecho alterado deve ser corretamente preenchido com:

- a) foi tirada ... permanecia ... houvesse
- b) foram tiradas ... permaneciam ... houvessem
- c) foram tiradas ... permanecia ... houvesse
- d) foram tiradas ... permaneciam ... houvesse
- e) foi tirada ... permaneciam ... houvessem

### GABARITO OFICIAL: D

#### JUSTIFICATIVA:

- a) Errado, porque: o sujeito das formas verbais “foi tirada” e “permanecia” é “as fotos do primogênito”, logo, deveriam concordar no plural.
- b) Errado, porque: o verbo “haver” quando tem o mesmo sentido de “existir” é impessoal devendo, portanto, permanecer apenas no singular.
- c) Errado, porque: o verbo “permanecer” deve concordar no plural de acordo com o sujeito “as fotos do primogênito”.
- d) CERTO, porque: o sujeito das formas verbais “foi tirada” e “permanecia” é “as fotos do primogênito”, logo, concordam no plural; já o verbo “haver” por estar no mesmo sentido de “existir” é impessoal devendo, portanto, permanecer apenas no singular.
- e) Errado, porque: o sujeito da forma verbal “foi tirada” é “as fotos do primogênito”, logo, deveria concordar no plural; além disso, o verbo “haver” quando tem o mesmo sentido de “existir” é impessoal devendo, portanto, permanecer apenas no singular.



#### Preste Atenção:

A concordância verbal consiste na análise da harmonia entre sujeito e verbo, no que diz respeito ao número – singular e plural. Já a concordância nominal analisa a combinação entre as palavras – substantivo, adjetivo, artigo, pronomes... – no que se refere ao gênero e ao número.

**93. (Técnico de laboratório – PC/SP – VUNESP – 2014)** Assinale a alternativa em que a função dos dois-pontos na frase está corretamente indicada entre parênteses.

- a) Escreve o cientista: “A capacidade de experimentar sentimentos significa que os cães têm um nível de sensibilidade muito grande. (introduzir uma indicação bibliográfica)
- b) Cláudio me respondeu: “Estamos estudando beleza com um filósofo francês”. (introduzir a fala de um interlocutor)
- c) Uma amiga, aliás, contava-me há tempos uma história instrutiva: em três anos de maternidade, ela acumulara mais de mil fotos do primogênito. (introduzir uma enumeração)
- d) Esse excesso não pode ser coisa boa: a facilidade com que hoje se tiram fotos é diretamente proporcional à facilidade com que nos esquecemos delas. (introduzir uma citação)
- e) ... o mundo vai bater recordes no número de fotos tiradas: qualquer coisa como 3 trilhões. (introduzir a citação de um autor)

### GABARITO OFICIAL: B

#### JUSTIFICATIVA:

- a) Errado, porque: a função dos dois-pontos nesta frase foi introduzir a fala de um especialista.
- b) CERTO, porque: os dois-pontos introduziram a resposta do interlocutor.

- c) Errado, porque: os dois-pontos serviram para fazer uma explicação.
- d) Errado, porque: os dois-pontos introduziram uma explicação.
- e) Errado, porque: os dois-pontos introduziram uma explicação.



### Preste Atenção:

Os dois-pontos são utilizados para iniciar uma explicação, uma enumeração e para marcar discurso direto.

- 94. (Técnico de laboratório – PC/SP – VUNESP – 2014)** Quanto ao emprego e à colocação do pronome e do acento indicativo da crase, assinale a alternativa que está de acordo com a norma-padrão da Língua portuguesa.
- a) Jamais tirou-se tanta foto que valesse à pena ficar na memória do laptop.
  - b) Em 2014, o número de fotos chegará à 3 trilhões e muitos nem as verão.
  - c) Quanto às fotos, famílias antigas guardavam-nas como um tesouro.
  - d) Minha avó falou para mim guardar as fotos e nunca desprezará-las.
  - e) As fotos pertenciam as famílias, que atribuíam-lhes muito valor.

### GABARITO OFICIAL: C

#### JUSTIFICATIVA:

- a) Errado, porque: o pronome “se” deveria estar antes do verbo “tirar”, haja vista a presença do advérbio “jamais”. Além disso, não há crase na expressão “valer a pena”.
- b) Errado, porque: não há crase antes de palavras ou expressões masculinas.
- c) CERTO, porque: a palavra “quanto” exige preposição “a” que, somada ao artigo feminino “as” resulta no acento indicador de crase. O pronome “as” apareceu após o verbo “guardavam” por não haver palavra atrativa no período.
- d) Errado, porque: o pronome pessoal “mim” não deve ser usado para representar o sujeito, o correto é usar o pronome “eu”.
- e) Errado, porque: faltou acento indicativo de crase antes do substantivo feminino “famílias”; além disso, o pronome “lhes” deveria estar antes do verbo devido à presença da palavra “que”.



### Preste Atenção:

O acento indicativo de crase representa a junção de uma preposição e de um artigo feminino, logo, só é possível o uso desse acento antes de palavra feminina. Além disso, é necessário verificar as locuções adverbiais femininas que sempre são acentuadas. Um macete para auxiliar na identificação da crase é trocar a palavra feminina por uma masculina. Quando encontramos a junção “AO” antes da palavra masculina, haverá crase diante da feminina.

Quanto à colocação pronominal, vale lembrar que se trata da posição dos pronomes oblíquos átonos em relação ao verbo. Para o pronome aparecer antes do verbo – colocação denominada próclise – é necessário que haja palavras chamadas “atrativas”, tais como advérbios, pronomes, conjunções, termos negativos.

95. (Técnico de laboratório – PC/SP – VUNESP – 2014) Analise a charge.



(Charge do “rolezinho”. Folha de S.Paulo, 17-1-2014)

A charge sugere que

- os jovens acabam aceitando o convite do dono da loja.
- o dono da loja teme que os jovens decidam fazer um “rolezinho” em seu estabelecimento.
- os jovens não dão importância para a leitura de livros.
- o dono da loja tem os mesmos interesses dos jovens.
- o dono da loja fica triste por não ter sido convidado a participar do “rolezinho”.

### GABARITO OFICIAL: C

#### JUSTIFICATIVA:

- Errado, porque: os jovens não aceitam o convite de entrar na livraria, preferem outras atrações do *shopping*.
- Errado, porque: o dono da loja não teme o rolezinho, ao contrário, convida os jovens a fazê-lo.
- CERTO, porque: infere-se da charge que os jovens não dão importância para a leitura, tanto que não aceitam o convite do dono da livraria.
- Errado, porque: os interesses são diferentes, os jovens não se importam com a leitura.
- Errado, porque: o dono da loja fica triste porque os jovens não aceitaram o convite.



#### Preste Atenção:

Para interpretar charges e quadrinhos é necessário não apenas estar atento às falas dos personagens, mas também – e principalmente – às figuras e expressões.

96. (Técnico de laboratório – PC/SP – VUNESP – 2014) Assinale a alternativa que completa, corretamente, as lacunas existentes em trecho de ofício de um cidadão dirigido a um deputado.

Ofício nº 04

A Sua Excelência o Senhor

Deputado XXXXXXXXXXXXXXXX

Câmara dos Deputados

XXXXXXX – Brasília – DF

Assunto: XXXXXXXXXXXXXXXX

Senhor Deputado,

Informo a \_\_\_\_\_ que a solicitação constante em \_\_\_\_ carta foi cumprida integralmente, obedecendo aos requisitos necessários.

(...)

Conforme \_\_\_\_ perceber, em breve estará concluído o trabalho solicitado.

Respeitosamente,

XXXXXXXXXXXXXXXXXX

- |  |                                      |
|--|--------------------------------------|
| a) Sua Excelência ... vossa ... pode     | d) Sua Senhoria ... sua ... podeis   |
| b) Sua Senhoria ... vossa ... podes      | e) Vossa Excelência ... sua ... pode |
| c) Vossa Excelência ... vossa ... podeis |                                      |

### GABARITO OFICIAL: E

#### JUSTIFICATIVA:

- a) Errado, porque: a forma “Sua Excelência” deve ser utilizada quando se fala sobre a autoridade, além disso, o pronome possessivo “vossa” não pode concordar com pronomes de tratamento.
- b) Errado, porque: além da forma “Sua Senhoria” dever ser utilizada quando se fala sobre a autoridade, ainda não condiz com o tratamento dado a um deputado. A forma correta seria “Vossa Excelência”. O pronome possessivo “vossa” e o verbo “poder” não concordam na 3ª pessoa com o pronome de tratamento.
- c) Errado, porque: O pronome possessivo “vossa” e o verbo “poder” não concordam na 3ª pessoa com o pronome de tratamento.
- d) Errado, porque: além da forma “Sua Senhoria” dever ser utilizada quando se fala sobre a autoridade, ainda não condiz com o tratamento dado a um deputado, a forma correta seria “Vossa Excelência”. O verbo “poder” não concorda na 3ª pessoa com o pronome de tratamento.
- e) CERTO, porque: a forma “Vossa Excelência” é a correta para se tratar um deputado, além disso, o pronome possessivo e o verbo concordam na 3ª pessoa com o pronome de tratamento.



#### Preste Atenção:

Os pronomes de tratamento são utilizados para fazer referências mais formais às pessoas, para tanto, usa-se principalmente Excelência e Senhoria. O primeiro é adequado ao tratamento de autoridades pertencentes aos três poderes (Executivo, Legislativo e Judiciário); o segundo, para as demais autoridades.

Vale lembrar que tais pronomes exigem concordância apenas na 3ª pessoa.

Texto para as questões a seguir.

1 *No Brasil, duas grandes concepções de segurança pública opõem-se desde a reabertura democrática até o presente: uma centrada na ideia de combate, outra, na de prestação de serviço público.*

*A primeira concebe a missão institucional das polícias em termos bélicos, atribuindo-lhes o papel de combater os 7 criminosos, que são convertidos em inimigos internos. A política de segurança é, então, formulada como estratégia de guerra, e, na guerra, medidas excepcionais se justificam.*

10 *Instaura-se, adotando-se essa concepção, uma política de*  
*segurança de emergência e um direito penal do inimigo. Esse*  
 13 *modelo é remanescente do regime militar e, há décadas, tem*  
*sido naturalizado, não obstante sua incompatibilidade com*  
*a ordem constitucional brasileira. Nesses anos, o inimigo*  
 16 *interno anterior — o comunista — foi substituído pelo*  
*traficante, como elemento de justificação do recrudescimento*  
*das estratégias bélicas de controle social.*

*A segunda concepção está centrada na ideia de que a*  
 19 *segurança é um serviço público a ser prestado pelo Estado e*  
*cujo destinatário é o cidadão. Não há, nesse caso, mais inimigo*  
*a combater, mas cidadão para servir. A polícia democrática não*  
 22 *discrimina, não faz distinções*  
*arbitrárias: trata os barracos nas favelas*  
*como domicílios invioláveis, respeita os direitos*  
 25 *individuais, independentemente de classe, etnia e orientação*  
*sexual, não só se atendo aos limites inerentes ao estado*  
*democrático de direito, mas entendendo que seu principal papel*  
 28 *é promovê-lo. A concepção democrática estimula a*  
*participação popular na gestão da segurança pública, valoriza*  
*arranjos participativos e incrementa a transparência das*  
 31 *instituições policiais. O combate militar é, então, substituído*  
*pela prevenção, pela integração com políticas sociais, por*  
*medidas administrativas de redução dos riscos e pela ênfase na*  
 34 *investigação criminal. A decisão de usar a força passa por*  
*considerar não apenas os objetivos específicos a serem*  
*alcançados pelas ações policiais, mas também, e*  
 37 *fundamentalmente, a segurança e o bem-estar da população*  
*envolvida.*

Cláudio Pereira de Souza Neto. **A segurança pública na Constituição Federal de 1988: conceituação constitucionalmente adequada, competências federativas e órgãos de execução das políticas.** Internet: <[www.oab.org.br](http://www.oab.org.br)> (com adaptações).

A respeito das ideias e de aspectos linguísticos do texto anterior, julgue as questões **104 a 113**.

- 97. (Delegado de Polícia – PC/BA – CESPE – 2013)** Infere-se das informações do segundo parágrafo do texto que, ao tratarem os criminosos como “inimigos internos” (L. 7), as instituições responsáveis pela segurança pública correm o risco de violar regras do Estado democrático de direito.

( ) Certo                      ( ) Errado

#### **GABARITO OFICIAL: CERTO**

#### **JUSTIFICATIVA:**

CERTO, porque: segundo o autor, dado o caráter de guerra que se instaura a partir da visão do criminoso como “inimigo interno”, é possível que, exatamente como numa guerra, medidas excepcionais, fora da lei até, possam ser justificadas.

- 98. (Delegado de Polícia – PC/BA – CESPE – 2013)** Depreende-se do texto que “a ordem constitucional brasileira” (L. 14) é incompatível com as “medidas excepcionais” (L. 9) adotadas nas guerras.

( ) Certo                      ( ) Errado

**GABARITO OFICIAL: ERRADO****JUSTIFICATIVA:**

ERRADO, porque: o que é incompatível com “a ordem constitucional brasileira” é a “política de segurança de emergência e um direito penal do inimigo”.

- 99. (Delegado de Polícia – PC/BA – CESPE – 2013)** Conclui-se do terceiro parágrafo do texto que a concepção de segurança pública como prestação de serviço público tem suplantado, no Brasil, a concepção de segurança pública como combate aos criminosos.
- ( ) Certo            ( ) Errado

**GABARITO OFICIAL: ERRADO****JUSTIFICATIVA:**

ERRADO, porque: o autor apenas descreve, no terceiro parágrafo, as características da concepção de segurança pública como prestação de serviço público ao cidadão, não é feita afirmação durante o texto acerca de qual política é empregada no Brasil.

- 100. (Delegado de Polícia – PC/BA – CESPE – 2013)** De acordo com o texto, adotando-se a concepção de segurança como prestação de serviço público, a decisão de usar a força policial deixa de ser baseada apenas na consecução de objetivos específicos.
- ( ) Certo            ( ) Errado

**GABARITO OFICIAL: CERTO****JUSTIFICATIVA:**

CERTO, porque: para o autor, quando se adota a concepção de segurança como prestação de serviço público, o foco maior está no bem-estar do cidadão de um modo geral.

- 101. (Delegado de Polícia – PC/BA – CESPE – 2013)** A forma verbal “Instaura” (L. 10) poderia ser corretamente flexionada no plural “Instauram”, caso em que passaria a concordar com ambos os núcleos do sujeito composto “uma política de segurança de emergência e um direito penal do inimigo” (L. 10-11).
- ( ) Certo            ( ) Errado

**GABARITO OFICIAL: CERTO****JUSTIFICATIVA:**

CERTO, porque: quando o sujeito é composto por termos sinônimos, é possível que se faça concordância com os dois núcleos ou com apenas um deles.

- 102. (Delegado de Polícia – PC/BA – CESPE – 2013)** A expressão “não obstante” (L. 13) poderia ser corretamente substituída por “apesar de” ou por “embora”, sem prejuízo na ideia original do período.
- ( ) Certo            ( ) Errado

**GABARITO OFICIAL: ERRADO**

**JUSTIFICATIVA:**

ERRADO, porque: “não obstante” é uma conjunção adversativa, isto é, dá ideia de oposição à lógica estabelecida na oração anterior. São adversativas: mas, porém, contudo, todavia, entretanto. Já as conjunções “apesar de” e “embora” são concessivas, estabelecem relação de frustração, de impedimento.

- 103. (Delegado de Polícia – PC/BA – CESPE – 2013)** No trecho “não só se atendo aos limites inerentes ao Estado democrático de direito” (L. 25-26), a partícula “se”, cujo referente é “A polícia democrática” (L. 21), exerce a função de complemento da forma verbal “atendo”.
- ( ) Certo            ( ) Errado

**GABARITO OFICIAL: ERRADO****JUSTIFICATIVA:**

ERRADO, porque: no período, a partícula “se” é acompanhante do verbo “ater”, que é pronominal, ou seja, deve ser sempre usado e associado a um pronome.

- 104. (Delegado de Polícia – PC/BA – CESPE – 2013)** Dada a argumentação desenvolvida no texto, o adjetivo “arbitrárias” (L. 22) pode ser interpretado tanto como “em desacordo com as regras ou normas” quanto como “abusivas”.
- ( ) Certo            ( ) Errado

**GABARITO OFICIAL: CERTO****JUSTIFICATIVA:**

CERTO, porque: “arbitrária” significa “que depende só da vontade”, “ilegal”, “associada a capricho de alguém”, por isso no contexto pode-se atribuir a esse adjetivo a ideia de “abusiva”.

- 105. (Delegado de Polícia – PC/BA – CESPE – 2013)** No trecho “que seu principal papel é promovê-lo” (L. 26-27), o pronome “seu” refere-se a “polícia democrática” (L. 21) e a forma pronominal “lo” refere-se a “estado democrático de direito” (L. 25-26).
- ( ) Certo            ( ) Errado

**GABARITO OFICIAL: CERTO****JUSTIFICATIVA:**

CERTO, porque: os pronomes representam os principais elementos de coesão, ou seja, elementos que retomam termos de maneira a se fazer uma relação textual.

- 106. (Delegado de Polícia – PC/BA – CESPE – 2013)** O emprego da vírgula logo após “criminosos” (L. 7) justifica-se por isolar oração de caráter explicativo.
- ( ) Certo            ( ) Errado

**GABARITO OFICIAL: CERTO****JUSTIFICATIVA:**

CERTO, porque: no trecho “criminosos, que são convertidos em inimigos internos.” A vírgula isola uma oração subordinada adjetiva explicativa, cuja função é caracterizar um termo da oração principal. Toda oração explicativa deve ser marcada por vírgulas, travessões ou parênteses. Dado

o seu caráter de acréscimo de informação, essa oração pode ser retirada do contexto sem prejuízo semântico ou gramatical.

Com base no Manual de Redação da Presidência da República, julgue as questões a seguir.

*A língua escrita, como a falada, compreende diferentes níveis, de acordo com o uso que dela se faça. Por exemplo, em uma carta a um amigo, podemos nos valer de determinado padrão de linguagem que incorpore expressões extremamente pessoais ou coloquiais; em um parecer jurídico, não se há de estranhar a presença do vocabulário técnico correspondente. Nos dois casos, há um padrão de linguagem que atende ao uso que se faz da língua, a finalidade com que a empregamos.*

**Manual de Redação da Presidência da República.**

**107. (Delegado de Polícia – PC/BA – CESPE – 2013)** Recomenda-se o emprego da expressão "Cordialmente" como fecho para correspondências oficiais entre autoridades de mesma hierarquia ou de hierarquia inferior.

( ) Certo            ( ) Errado

#### **GABARITO OFICIAL: ERRADO**

##### **JUSTIFICATIVA:**

ERRADO, porque: segundo o Manual de Redação da Presidência da República, devem ser usados os fechos "Atenciosamente" para autoridades de um modo geral e "Respeitosamente" para os chefes de poder.

Outras formas de encerramento ferem o caráter de impessoalidade exigido a toda redação oficial.

**108. (Delegado de Polícia – PC/BA – CESPE – 2013)** O caráter impessoal das comunicações oficiais decorre da ausência de impressões individuais de quem comunica, da impessoalidade conferida ao destinatário da comunicação e do tratamento impessoal a ser dado aos assuntos tratados nas comunicações.

( ) Certo            ( ) Errado

#### **GABARITO OFICIAL: CERTO**

##### **JUSTIFICATIVA:**

CERTO, porque: segundo o Manual de Redação da Presidência da República, são características de qualquer texto oficial: impessoalidade, uso do padrão culto da linguagem, clareza, concisão, formalidade e uniformidade.

Leia o texto e responda às questões a seguir.

##### **Cultura**

*Ele disse: "O teu sorriso é como o primeiro suave susto de Julieta quando, das sombras perfumadas do jardim sob a janela insone, Romeu deu voz ao sublime Bardo e a própria noite aguçou seus ouvidos."*

E ela disse: “Corta essa.”

E ele disse: “A tua modéstia é como o rubor que assoma à face de rústicas campônias acoçadas num quadro de Bruegel, pai, enaltecendo seu rubicundo encanto e derrotando o próprio simular de recato que a natureza, ao deflagrá-lo, quis.”

E ela disse: “Cumé que é?”

E ele: “Eu te amo como jamais um homem amou, como o Amor mesmo, em seu autoamor, jamais se considerou capaz de amar.”

E ela: “Tô sabendo...”

“Tu és a chuva e eu sou a terra; tu és ar e eu sou fogo; tu és estrume, eu sou raiz.”

“Pô!”

“Desculpe. Esquece este último símile. Minha amada, minha vida. A inspiração é tanta que transborda e me foge, eu estou bêbado de paixão, o estilo tropeça no meio-fio, as frases caem do bolso...”

“Sei...”

“Os teus olhos são dois poços de águas claras onde brinca a luz da manhã, minha amada. A tua fronte é como o muro de alabastro do templo de Zamaz-al-Kaad, onde os sábios iam roçar o nariz e pensar na Eternidade. A tua boca é uma tâmara partida... Não, a tua boca é como um... um... Pera só um pouquinho...”

“A tua boca, a tua boca, a tua boca... (Uma imagem, meu Deus!)”

“Que qui tem a minha boca?”

“A tua boca, a tua boca... Bom, vamos pular a boca. O teu pescoço é como o pescoço de Greta Garbo na famosa cena da nuca em *Madame Walewska*, com Charles Boyer, dirigido por Clarence Brown, iluminado por...”

“Ó escuta aqui...”

“Eu tremo! Eu desfaleço! Ela quer que eu a escute! Como se todo meu ser não fosse uma membrana que espera a sua voz para reverberar de amor, como se o céu não fosse a campana e o Sol o badalo desta sinfonia especial: uma palavra dela...”

“Tá ficando tarde.”

“Sim, envelhecemos. O Tempo, soturno cocheiro deste carro fúnebre que é a Vida. Como disse Eliot, aliás, Yeats – ou foi Lampedusa? –, o Tempo, esse surdo-mudo que nos leva às costas...”

“Vamos logo que hoje eu não posso ficar toda a noite.”

[...]

“Já sei!”

“O que? Volta aqui, pô...”

Como um punhado de amoras na neve das estepes. A tua boca é como um punhado de amores na neve das estepes!”

VERÍSSIMO, Luís Fernando. *Cultura*. In: *As mentiras que os homens contam*. Rio de Janeiro: Ojetiva, 2000. p. 140-151.

**109. (Médico Legista – PC/ES – FUNCAB – 2013)** “Como se todo meu ser não fosse uma membrana que espera a sua voz para reverberar de amor, [...]”.

Assinale a afirmativa correta sobre o fragmento, retirado do texto.

- O termo REVERBERAR é, morfologicamente, um advérbio.
- Apalavra QUE é um pronome relativo.
- DE AMOR compõem uma locução verbal.
- COMO SE atribui ideia de oposição ao segmento.
- MEU é um pronome substantivo possessivo.

### GABARITO OFICIAL: B

#### JUSTIFICATIVA:

- Errado, porque: “reverberar” é um verbo, já que expressa uma ação.
- CERTO, porque: nesta questão foi solicitada a análise morfológica, isto é, a classificação das palavras segundo sua utilização no texto. O pronome relativo é a classe gramatical cuja função é substituir um termo e fazer relações semânticas. Na frase, “que” se refere a “uma membrana”.

Uma forma simples de saber se “que” é efetivamente um pronome relativo, é substituí-lo por “o qual” e suas variações. Se a troca for possível, ratifica-se a classificação. Observe:

“(…) Uma membrana *que* espera a sua voz (…)”

“(…) Uma membrana *a qual* espera a sua voz (…)”

- c) Errado, porque: temos uma locução substantiva.
- d) Errado, porque: nessa alternativa, “como” estabelece relação de comparação.
- e) Errado, porque: a palavra “meu” não é um pronome substantivo (substitui um nome). Indica posse, mas é um pronome adjetivo, aquele que tem a função de acompanhar um substantivo.

**110. (Médico Legista – PC/ES – FUNCAB – 2013)** Como ficaria o verbo da frase “[...] a própria noite aguçou seus ouvidos”, flexionado na voz passiva analítica?

- a) são aguçados.
- b) seriam aguçados.
- c) fossem aguçados.
- d) foram aguçados
- e) aguçou-se.

#### GABARITO OFICIAL: D

#### JUSTIFICATIVA:

- a) Errado, porque: o verbo da oração original está no pretérito perfeito, logo, não poderia estar na voz passiva associado a um verbo no presente do indicativo.
- b) Errado, porque: a forma “seriam aguçados” não corresponde a “aguçou” por conta da troca de tempo verbal – do pretérito perfeito para o futuro do pretérito.
- c) Errado, porque: a forma “fossem aguçados” está no pretérito imperfeito do subjuntivo, enquanto a frase original apresenta o verbo no pretérito perfeito.
- d) CERTO, porque: no período “[...] A própria noite aguçou seus ouvidos”, o objeto direto “seus ouvidos” passará a ser o sujeito, então a frase assumirá a seguinte forma: “*Seus ouvidos* foram aguçados pela própria noite”. É essencial observar também que permaneça a mesma conjugação e concordância do verbo.
- e) Errado, porque: “aguçou-se” é uma forma de voz passiva chamada sintética. Até poderia ser utilizada, caso houvesse a concordância com “seus ouvidos” da seguinte maneira: “Aguçaram-se seus ouvidos”.



#### Preste Atenção:

Voz passiva é o tipo de oração em que o verbo indica que o sujeito sofre a ação expressa. Para que uma frase possa ser transposta para a passiva é necessário que o verbo seja transitivo direto, pois o objeto direto se transformará em sujeito passivo.

**111. (Médico Legista – PC/ES – FUNCAB – 2013)** Em “A inspiração é tanta QUE transborda [...]”, a palavra destacada, morfologicamente, é:

- a) conjunção integrante.
- b) índice de indeterminação do sujeito.
- c) partícula apassivadora.
- d) pronome reflexivo.
- e) conjunção subordinativa consecutiva.

#### GABARITO OFICIAL: E

#### JUSTIFICATIVA:

- a) Errado, porque: conjunção integrante é a que não possui valor semântico e inicia oração subordinada substantiva. Por exemplo: Desejo **que** se reestabeleça logo.

- b) Errado, porque: índice de indeterminação de sujeito é representado pelo pronome SE, associado a um verbo transitivo indireto ou intransitivo. Por exemplo: Fala-se das pessoas ruins.
- c) Errado, porque: partícula apassivadora é representada pelo pronome SE, associado a um verbo transitivo direto e auxiliando a mostrar que o sujeito sofre a ação. Por exemplo: Alugam-se casas.
- d) Errado, porque: pronome reflexivo é o que dá ideia de que o sujeito pratica e sofre a ação ao mesmo tempo. Os principais são: me, te, se, nos, vos.
- e) CERTO, porque: na frase dada, é uma conjunção consecutiva, pois estabelece entre as orações uma relação de consequência.



### Preste Atenção:

Nesta questão, mais uma vez, há a necessidade de se classificar morfológica-mente a palavra “que”. Para tanto, basta substituir “que” por “o qual”. Caso essa troca caiba na oração, trata-se de pronome relativo; não sendo possível a alteração, “que” é uma conjunção. O tipo de conjunção vai depender do contexto.

- 112. (Médico Legista – PC/ES – FUNCAB – 2013)** Assinale a alternativa em que o complemento do verbo transitivo da frase foi, de acordo com a norma padrão e as regras de colocação pronominal, corretamente substituído por um pronome oblíquo.
- a) “E a própria noite aguçou SEUS OUVIDOS.”/“E a própria noite aguçou-OS”.
  - b) “Romeu deu VOZ ao sublime Bardo”/“Romeu deu-LHE ao sublime Bardo”.
  - c) “Esquece ESTE ÚLTIMO SÍMILE.”/“Esquece-LHE.”
  - d) “É verdade que admirava A SUA BOCA.”/“É verdade que admirava-A.”
  - e) “As palavras do jovem desafiavam O SEU ENTENDIMENTO.”/“As palavras do jovem desafiavam-LHES.”

### GABARITO OFICIAL: A

#### JUSTIFICATIVA:

- a) CERTO, porque: a questão solicita duas análises: a da regência do verbo, isto é, da complementação com ou sem preposição, e a colocação pronominal. No primeiro caso, a norma culta preceitua que os pronomes pessoais oblíquos (o, a, os, as) apenas podem substituir ou representar o objeto direto – complemento sem preposição. Já as formas **lhe** e **lhes** devem representar o objeto indireto – termo preposicionado. Além dessa análise, os períodos só estarão corretos se a posição dos pronomes – próclise, ênclise, mesóclise – estiver adequada.
  - b) Errado, porque: o pronome **lhe** substituiu termos sem preposição (objeto direto).
  - c) Errado, porque: o pronome **lhe** substituiu termos sem preposição (objeto direto).
  - d) Errado, porque: o pronome **a** corretamente substituiu o termo “a sua boca”, que é um objeto direto. Contudo há na frase a palavra “que”, palavra atrativa de pronome oblíquo. Assim, a próclise seria adequada da seguinte forma: que a admirava.
  - e) Errado, porque: o pronome **lhe** substituiu termos sem preposição (objeto direto).
- 113. (Médico Legista – PC/ES – FUNCAB – 2013)** A função sintática do segmento destacado em “[...] Romeu deu voz AO SUBLIME BARDO [...]” é:
- a) adjunto adverbial.
  - b) complemento nominal.
  - c) agente da passiva.
  - d) objeto indireto.
  - e) objeto direto.

### GABARITO OFICIAL: D

**JUSTIFICATIVA:**

- a) Errado, porque: adjunto adverbial é o termo que indica circunstância (tempo, modo, lugar etc.) a um verbo.
- b) Errado, porque: complemento nominal é o termo preposicionado que dá sentido a um nome (substantivo, adjetivo ou advérbio).
- c) Errado, porque: agente da passiva é o termo iniciado pela preposição “por” e que representa aquele que faz a ação na voz ativa (oração em que o sujeito sofre a ação).
- d) CERTO, porque: o trecho em destaque “ao sublime bardo” se relaciona com o verbo “dar” a partir de uma preposição; é, portanto, um objeto indireto, termo que completa o verbo transitivo com o auxílio da preposição.
- e) Errado, porque: objeto direto é o termo que se associa ao verbo transitivo sem a necessidade de auxílio de preposição.

**Preste Atenção:**

Analisar a função sintática de um termo pressupõe que se perceba a relação desses termos com outros do período.

**114. (Médico Legista – PC/ES – FUNCAB – 2013)** Assinale a alternativa que apresenta reescrita da frase “Desculpe. Esquece este último SÍMILE.”, mantendo o mesmo valor semântico da palavra destacada, e fazendo as alterações necessárias à obediência às normas de concordância.

- a) Desculpe. Esquece este último SÍMBOLO.
- b) Desculpe. Esquece esta última ANALOGIA.
- c) Desculpe. Esquece esta última VEROSSIMILHANÇA.
- d) Desculpe. Esquece esta última SIMONIA.
- e) Desculpe. Esquece esta última SIMBIOSE.

**GABARITO OFICIAL: B****JUSTIFICATIVA:**

- a) Errado, porque: símbolo não é sinônimo à símile.
- b) CERTO, porque: o sentido da palavra “símile” está associado a “igual”, a “de mesmo sentido”, portanto “analogia” também pode ser usada com esses sentidos.
- c) Errado, porque: verossimilhança significa semelhante à verdade.
- d) Errado porque: simonia significa bênção.
- e) Errado, porque: simbiose significa mistura.

**115. (Médico Legista – PC/ES – FUNCAB – 2013)** A crônica indica que há um descompasso entre as personagens. Qual a razão, mostrada no texto, para que isso ocorra?

- a) O distanciamento do narrador provoca o descompasso no relacionamento amoroso e na situação de paquera.
- b) A tentativa de sedução por parte da personagem masculina intimida a personagem feminina.
- c) As situações externas aos diálogos interferem diretamente no comportamento das personagens.
- d) As diferenças linguísticas entre a personagem masculina e a personagem feminina.
- e) O pragmatismo da personagem masculina exposto pelas interferências do narrador.

**GABARITO OFICIAL: D**

**JUSTIFICATIVA:**

- a) Errado, porque: o narrador apenas conta a história, não há interferência dele no descompasso entre as personagens.
- b) Errado, porque: não é o comportamento, mas sim a linguagem que não agrada a personagem feminina.
- c) Errado, porque: não há interferência externa na situação.
- d) CERTO, porque: a linguagem rebuscada usada pela personagem masculina não agradou a feminina, por isso o descompasso entre eles.
- e) Errado, porque: não é a praticidade da personagem masculina que incomoda a feminina.

**116. (Médico Legista – PC/ES – FUNCAB – 2013)** As figuras de linguagem são usadas como recursos estilísticos para dar maior valor expressivo à linguagem.

No seguinte trecho “Tu és a chuva e eu sou a terra [...]” predomina a figura, denominada:

- a) onomatopeia.
- b) hipérbole.
- c) metáfora.
- d) catacrese.
- e) sinestesia.

**GABARITO OFICIAL: C****JUSTIFICATIVA:**

- a) Errado, porque: onomatopeia é a reprodução de sons.
- b) Errado, porque: hipérbole é a figura de linguagem em que há um exagero na apresentação dos sentidos.
- c) CERTO, porque: a metáfora é a figura de linguagem cuja função é especificar uma comparação.
- d) Errado, porque: catacrese é a figura de linguagem pela qual uma palavra se emprega com sentido desviado da natural significação, por falta de uma palavra própria ou a palavra própria não ser de uso comum.
- e) Errado, porque: sinestesia é a figura de linguagem em que se faz referência aos sentidos (tato, paladar, audição etc.).

**117. (Médico Legista – PC/ES – FUNCAB – 2013)** “Vamos LOGO que hoje eu não posso ficar toda a noite.”

A palavra em destaque atribui ao segmento uma ideia de:

- a) concessão.
- b) conclusão.
- c) tempo.
- d) condição.
- e) oposição.

**GABARITO OFICIAL: C****JUSTIFICATIVA:**

- a) Errado, porque: o sentido de concessão teria de ser expresso por conjunções concessivas como: embora, apesar de, ainda que, mesmo que.
- b) Errado, porque: a relação de conclusão é representada pelas conjunções: portanto, por isso, logo, então.
- c) CERTO, porque: no contexto, “logo” é um advérbio de modo/condição. Nem sempre essa palavra é advérbio, pode também ser uma conjunção conclusiva. Quem especifica o sentido das palavras é apenas o contexto.
- d) Errado, porque: o valor condicional seria expresso por conjunções condicionais: se, caso, desde que, só se.

- e) Errado, porque: oposição é expressa por conjunções adversativas: mas, porém, contudo, todavia, entretanto.



### Preste Atenção:

Observe que a palavra “logo” pode ser tanto conjunção conclusiva como advérbio temporal. Nesses casos, mais que decorar as palavras, deve-se reconhecer o valor semântico que o texto expõe.

Texto para as questões a seguir.

#### O crime eletrônico

*O combate à violência é uma necessidade geral, não apenas no Brasil, mas no resto do mundo. Os meios de que a sociedade dispõe, nessa luta crescente e sem fim, são esqueléticos e se revelam impotentes para deter ou diminuir a onda de crimes que devasta a sociedade e ameaça cada um de nós.*

*Em linhas gerais, pode-se dizer que os meios de defesa crescem em progressão aritmética e os recursos da violência crescem em progressão geométrica. Um desses meios, que não inclui sequestros, estupros, saques, arrastões e balas perdidas, é fornecido por meio da mais sofisticada e útil conquista da tecnologia: a internet.*

*Não é mole o que corre de violento e de boçal no correio eletrônico. Sem poupar a verdade, a honra alheia, a decência mínima que todo cidadão deve cultivar, a internet está servindo como cloaca de ressentimentos, inveja, calúnias, impotência existencial, fracassos profissionais, constituindo-se numa mídia clandestina e irresponsável, onde vale tudo.*

*Bem sei que o assunto preocupa os responsáveis pela decência do novo e mais instantâneo meio de comunicação do mundo moderno. Mas se torna cada vez mais difícil localizar e punir os criminosos eletrônicos. Houve o caso daquele rapaz, acho que das Filipinas, que deu um rombo no banco inglês onde a própria Rainha tinha conta. Foi identificado.*

*Recentemente, um hacker que caluniou o presidente da República parece que foi também localizado. São exceções, ainda.*

*Prevalece a impunidade, que estimula o crime em quantidade e malefício.*

*Os benefícios da internet são óbvios, numerosos e cada vez mais indispensáveis à vida moderna.*

*Mas há que se encontrar um meio de impedir que a poderosa arma seja usada contra a sociedade civilizada que desejamos ser.*

(CONY, Carlos Heitor. O crime eletrônico. *Folha on-line*. Disponível em: <[www.folha.uol.com.br/folha/pensata/ult505u181.shtml](http://www.folha.uol.com.br/folha/pensata/ult505u181.shtml)>. Acesso em: 6-2-2013. Fragmento adaptado)

**118. (Médico Legista – PC/ES – FUNCAB – 2013)** De acordo com o texto, é correto afirmar:

- A mídia moderna, independente do meio de comunicação utilizado e do tempo, pratica o vale-tudo.
- É comum a punição dos criminosos que, através dos meios eletrônicos, atentam contra a moral e a ética.
- A internet não pode ser responsabilizada pela invasão da vida privada de seus usuários, promovida por hackers.
- Os crimes cometidos por meios eletrônicos necessitam de um largo espaço de tempo para serem executados.
- Há clara preocupação em se combater os crimes eletrônicos, para garantir a segurança dos usuários da internet.

### GABARITO OFICIAL: E

#### JUSTIFICATIVA:

- Errado, porque: o autor não afirma que há um vale-tudo.
- Errado, porque: segundo o autor, a exceção é quem é punido por crimes cometidos por meio da internet.
- Errado, porque: o autor afirma que a internet é responsável pela invasão da vida privada.

- d) Errado, porque: segundo o autor, os crimes acontecem rapidamente.
- e) CERTO, porque: o autor do texto argumenta, no decorrer da dissertação, que se deve combater os crimes eletrônicos, mas tal afirmação fica mais pontual a partir do terceiro parágrafo.

**119. (Médico Legista – PC/ES – FUNCAB – 2013)** O autor não apenas discute como espectador o tema do combate à violência eletrônica, mas também se posiciona pessoalmente contra essa violência. Essa interferência pessoal está expressa no seguinte fragmento, transcrito do texto:

- a) “O combate à violência é uma necessidade geral, não apenas no Brasil, mas no resto do mundo.”
- b) “Recentemente, um hacker que caluniou o presidente da República parece que foi também localizado.”
- c) “Prevalece a impunidade, que estimula o crime em quantidade e malefício.”
- d) “Os meios de que a sociedade dispõe [...] se revelam impotentes para deter ou diminuir a onda de crimes que devasta a sociedade e ameaça cada um de nós.”
- e) “Os benefícios da internet são óbvios, numerosos e cada vez mais indispensáveis à vida moderna.”

#### **GABARITO OFICIAL: D**

##### **JUSTIFICATIVA:**

- a) Errado, porque: o autor fala do Brasil, mas não interfere neste trecho.
- b) Errado, porque: o autor cita um hacker neste trecho e, portanto, não se posiciona.
- c) Errado, porque: o autor não se posiciona, fala apenas sobre a impunidade.
- d) CERTO, porque: ao usar a expressão “cada um de nós”, o autor se posiciona pessoalmente no texto.
- e) Errado, porque: embora seja a opinião do autor, não há uma interferência direta neste trecho.

**120. (Médico Legista – PC/ES – FUNCAB – 2013)** Considere o seguinte fragmento, transcrito do texto:

“Mas se torna cada vez mais difícil localizar e punir os criminosos eletrônicos.”

Levando-se em conta a norma-padrão da língua portuguesa, afirma-se corretamente que:

- a) A colocação do pronome SE também estaria correta, mesmo se feita depois do verbo a que se refere.
- b) MAIS, assim como MAS, é um advérbio de intensidade.
- c) O termo ELETRÔNICOS é um adjunto adnominal.
- d) O adjetivo DIFÍCIL está flexionado no grau superlativo absoluto sintético.
- e) Semanticamente, no contexto, TORNAR significa VOLTAR.

#### **GABARITO OFICIAL: C**

##### **JUSTIFICATIVA:**

- a) Errado, porque: o que se afirma nessa alternativa está incorreto, tendo em vista que há na frase dada uma palavra atrativa, o que faz com que o pronome esteja obrigatoriamente antes do verbo.
- b) Errado, porque: “mais” até pode ser advérbio de intensidade, contudo “mas” é uma conjunção adversativa.
- c) CERTO, porque: adjunto adnominal é o termo sintático que se associa ao núcleo de um termo. Por essência, é um acréscimo de informação e pode ser retirado do contexto sem prejuízo gramatical. No período analisado, “eletrônicos” é adjunto de “criminosos”, núcleo do objeto direto do verbo.
- d) Errado, porque: o adjetivo difícil está no grau normal, sem superlativos.

e) Errado, porque: o verbo “tornar” na frase foi usado no sentido de “ser” ou “estar”.

**121. (Médico Legista – PC/ES – FUNCAB – 2013)** Em “Os meios de QUE a sociedade dispõe, nessa luta crescente e sem fim [...]”, o QUE, morfologicamente, é:

- a) pronome indefinido. d) conjunção integrante.  
 b) conjunção subordinativa. e) pronome relativo.  
 c) substantivo.

### GABARITO OFICIAL: E

#### JUSTIFICATIVA:

- a) Errado, porque: a palavra “que” não exerce função de pronome indefinido (todo, tudo, muito, pouco, algum, alguém etc.).  
 b) Errado, porque: conjunção é a classe gramatical cuja função é relacionar as orações.  
 c) Errado, porque: substantivo é a classe gramatical cuja função é denominar seres.  
 d) Errado, porque: conjunção é a classe gramatical cuja função é relacionar as orações.  
 e) CERTO, porque: a palavra “que” pode exercer duas funções gramaticais: pronome relativo e conjunção. No primeiro caso, “que” irá substituir um termo e relacionar as orações; no segundo, há apenas a função de juntar as frases.



#### Preste Atenção:

Para distinguir tais classificações, há um macete simples: basta substituir “que” por “o qual”. Se essa troca acontecer, assim como “o qual” é pronome relativo, “que” também será. Observe:  
 “Os meios de *que* a sociedade dispõe.”  
 “Os meios *dos quais* a sociedade dispõe.”

**122. (Médico Legista – PC/ES – FUNCAB – 2013)** A função sintática do segmento destacado em “O combate À VIOLÊNCIA é uma necessidade geral [...]” encontra correta classificação na alternativa:

- a) objeto direto. d) adjunto adnominal.  
 b) objeto indireto. e) aposto.  
 c) complemento nominal.

### GABARITO OFICIAL: C

#### JUSTIFICATIVA:

- a) Errado, porque: objeto direto é o termo que completa o sentido de um verbo sem a necessidade de preposição.  
 b) Errado, porque: objeto indireto é o termo que completa o sentido de um verbo a partir do auxílio de uma preposição.  
 c) CERTO, porque: o termo destacado na frase “o combate à *violência* é uma necessidade geral [...]” completa o sentido do substantivo “combate”, é, portanto, um complemento nominal.  
 d) Errado, porque: adjunto adnominal é o termo descartável de uma oração, o qual se associa ao núcleo de um termo.  
 e) Errado, porque: aposto é um termo explicativo normalmente utilizado entre vírgulas devido à sua característica de termo acessório.

**Preste Atenção:**

Analisar a função sintática pressupõe que se identifique a relação entre os termos da oração: sujeito – assunto do verbo –, objetos direto e indireto – complementos do verbo –, adjuntos adnominais e verbais – acessórios – e aposto, termo explicativo.

- 123. (Médico Legista – PC/ES – FUNCAB – 2013)** Pela estrutura linguística realizada na organização da oração “Um desses meios, [...] é fornecido por meio da mais sofisticada e útil conquista da tecnologia: a internet.”, pode-se afirmar que o verbo está flexionado na voz:
- passiva sintética.
  - passiva analítica.
  - reflexiva.
  - ativa.
  - recíproca.

**GABARITO OFICIAL: B****JUSTIFICATIVA:**

- Errado, porque: a voz passiva sintética é a que apresenta o SE funcionado como partícula apassivadora.
- CERTO, porque: voz passiva analítica é quando a estrutura do oração mostra que o sujeito da oração sofre a ação a partir de uma locução verbal.
- Errado, porque: a voz reflexiva é aquela em que há a indicação de que o sujeito pratica e sofre a ação ao mesmo tempo.
- Errado, porque: a voz ativa é a que indica que o sujeito pratica a ação.
- Errado, porque: a voz recíproca é a que indica que dois sujeitos praticam e sofrem a ação ao mesmo tempo.

**Preste Atenção:**

Há dois tipos de se estabelecer a voz passiva:

Analítica: verbo de ligação e predicativo do sujeito:

“Um desses meios, [...] *É fornecido* por meio da mais sofisticada e útil conquista.”

Sintética: verbo associado à partícula apassivadora:

“*Fornece-se* um desses meios.”

Portanto, na frase dada, há a voz passiva analítica.

Leia o texto para responder às questões a seguir.

**Veteranos criminosos**

*A Guerra do Vietnã se faz presente até hoje. De acordo com uma dissertação de Jason Lindo e Charles Stoecker, a violência vivida e praticada pelos soldados dos EUA no Vietnã se manifesta até hoje em sua vida civil. A probabilidade de um veterano branco ser preso por um crime violento é significativamente mais alta do que para alguém que não tenha sido convocado naquele período – apesar de os tribunais serem mais lenientes com veteranos em transgressões menos graves do que com os não combatentes.*

*Os autores do texto presumem que o trauma de guerra não modifica tanto a personalidade, mas diminui o limiar do senso de violência dos ex-soldados. Desde os anos 1960, o Exército dos Estados Unidos vem promovendo o “Programa de Dessentivização” – um esforço para aumentar o limite do que*

é suportável para os ex-soldados. Isso é feito especialmente por meio de simulações de guerra muito realistas, \_\_\_\_\_o inimigo se parece com um iraquiano.

(Geo, n. 40, 2012.)

**124. (Perito Criminal – PC/SP – VUNESP – 2013)** Em conformidade com a norma-padrão da língua portuguesa, a lacuna na última frase do texto deve ser preenchida com:

- a) nas quais.
- b) aonde.
- c) para a qual.
- d) que.
- e) cujo.

#### GABARITO OFICIAL: A

##### JUSTIFICATIVA:

- a) CERTO, porque: pronome relativo “as quais” antecedido de preposição “em” fazendo referência a “simulações de guerra muito realistas”.
- b) Errado, porque: pronome “onde” antecedido de preposição “a” não poderia ser usado por não fazer referência a um lugar.
- c) Errado, porque: além de o pronome não estabelecer concordância com a expressão a que se refere (“situações”), não há nenhum termo na oração que exija a preposição “para”.
- d) Errado, porque: na frase, há a necessidade de preposição “em”, logo, o correto seria “em que”.
- e) Errado, porque: o pronome “cujo” deve ser usado apenas para estabelecer relação de posse entre os elementos, o que não existe no contexto.



#### Preste Atenção:

Ao analisar os pronomes relativos – que, quem, onde, o qual e cujo – faz-se necessário verificar, além do uso, a necessidade de preposição antes de tal classe gramatical.

**125. (Perito Criminal – PC/SP – VUNESP – 2013)** A ideia central do texto é que os veteranos de guerra

- a) levam uma vida normal após a exposição à violência intensa.
- b) preferem ser presos a tornarem-se pessoas menos violentas.
- c) são mais propensos a desenvolver comportamento violento.
- d) praticam atos violentos estritamente nos períodos de guerra.
- e) têm o senso de violência mais equilibrado depois de irem à guerra.

#### GABARITO OFICIAL: C

##### JUSTIFICATIVA:

- a) Errado, porque: o autor afirma exatamente o contrário, os veteranos não levam uma vida normal após a exposição à violência.
- b) Errado, porque: o texto não faz referência a tal preferência.
- c) CERTO, porque: a partir da leitura do texto, entende-se que, devido à participação em guerras, os ex-soldados têm o senso de violência menos equilibrado, o que se confirma com o trecho: “os autores do texto presumem que o trauma de guerra não modifica tanto a personalidade, mas diminui o limiar do senso de violência dos ex-soldados”.
- d) Errado, porque: segundo o texto, os atos de violência permanecem mesmo após a guerra.
- e) Errado, porque: o autor afirma que os ex-soldados têm o senso de violência diminuído.

**Preste Atenção:**

A ideia central, aquela sob a qual o autor fundamenta sua tese, normalmente está apresentada no primeiro parágrafo do texto dissertativo, isto é, na introdução.

- 126. (Perito Criminal – PC/SP – VUNESP – 2013)** Sem que haja alteração do sentido original do texto, a passagem – ... apesar de os tribunais serem mais lenientes com veteranos em transgressões menos graves do que com os não combatentes. – pode ser reescrita da seguinte forma:
- ... embora os tribunais sejam mais brandos com veteranos em transgressões menos graves do que com os não combatentes.
  - ... mesmo que os tribunais sejam mais rigorosos com veteranos em transgressões menos graves do que com os não combatentes.
  - ... não obstante os tribunais sejam mais controladores com veteranos em transgressões menos graves do que com os não combatentes.
  - ... ainda que os tribunais sejam mais intransigentes com veteranos em transgressões menos graves do que com os não combatentes.
  - ... caso os tribunais sejam mais cautelosos com veteranos em transgressões menos graves do que com os não combatentes.

**GABARITO OFICIAL: A****JUSTIFICATIVA:**

- CERTO, porque: encontra-se a conjunção “embora” – sinônima a “apesar de” – e o adjetivo “brando”, em substituição a “leniente”.
- Errado, porque: há uma conjunção concessiva “mesmo que”, porém “rigorosos” não é sinônimo à “leniente”.
- Errado, porque: há uma conjunção concessiva “não obstante”, contudo, “controladores” não é sinônimo à “leniente”.
- Errado, porque: há uma conjunção concessiva “ainda que”, porém “intransigentes” não é sinônimo à “leniente”.
- Errado, porque: a conjunção utilizada “caso” não estabelece relação de concessão, mas sim de condição.

**Preste Atenção:**

Há dois focos nesta questão: a relação semântica de concessão estabelecida pela conjunção “apesar de” e o significado da palavra “leniente”.

- 127. (Perito Criminal – PC/SP – VUNESP – 2013)** Assinale a alternativa correta quanto à concordância verbal e à colocação pronominal, de acordo com a norma-padrão.
- Em sua dissertação, Jason Lindo e Charles Stoecker expõem que se manifestam até hoje, na vida civil dos soldados dos EUA, a violência vivida e praticada por estes no Vietnã.
  - Se manifesta até hoje, na vida civil dos soldados dos EUA, a violência vivida e praticada por eles no Vietnã, segundo expõem Jason Lindo e Charles Stoecker em sua dissertação.
  - Em sua dissertação, Jason Lindo e Charles Stoecker expõe que manifesta-se até hoje, na vida civil dos soldados dos EUA, a violência vivida e praticada por estes no Vietnã.
  - Se manifestam até hoje, na vida civil dos soldados dos EUA, a violência vivida e praticada por eles no Vietnã, segundo expõe Jason Lindo e Charles Stoecker em sua dissertação.



**Preste Atenção:**

Além de considerar a classe gramatical, é importante analisar o contexto em que os advérbios foram inseridos.

**129. (Perito Criminal – PC/SP – VUNESP – 2013)** Leia a charge.



(Diário Catarinense, 14-8-2012)

Na perspectiva da personagem, o desempenho do Brasil no ranking das medalhas nas Olimpíadas está muito bom, porque

- os esportes têm resultados excepcionais, assim como aqueles obtidos na educação, no IDH e na inclusão digital.
- o resultado está aquém do que o país obtém na qualidade da educação, no IDH e na inclusão digital.
- é melhor ter um desempenho pior nos esportes, mas melhor em qualidade da educação, IDH e inclusão digital.
- isso equipara os resultados nos esportes aos que o país tem em qualidade da educação, IDH e inclusão digital.
- o resultado é superior aos obtidos na educação, no IDH e na inclusão digital.

**GABARITO OFICIAL: E****JUSTIFICATIVA:**

- Errado, porque: a charge ironiza exatamente o fato de a educação não obter um desempenho tão bom quanto nos outros quesitos sociais.
- Errado, porque: o resultado nos esportes, na verdade, está além do que o Brasil obteve nos outros itens.
- Errado, porque: há um pensamento talvez generalizador, porém incompatível com o que a charge diz.
- Errado, porque: os resultados são diferentes – os do esporte são maiores.
- CERTO, porque: há, claro, uma ironia na fala da personagem, já que ele compara o resultado superior obtido no campo dos esportes aos resultados de outros itens tão importantes ao país como o IDH e a inclusão digital.



### Preste Atenção:

Deve-se analisar o texto sempre segundo a perspectiva do autor, deixando de lado as afirmações generalizadoras.

Leia o texto para responder às questões a seguir.

\_\_\_\_\_ décadas tenho privado com alcoólatras em vários estágios de dependência. Todos resistentes a tratamento. Um deles nem admitia o assunto, mesmo quando os vômitos matinais de sangue já tornavam sua situação desesperadora. A eventualidade de uma internação, com a interrupção do fornecimento de bebida, lhe era intolerável.

Quando se trata de álcool, a dependência leva anos para se instalar, durante os quais o bebedor tem tempo para constituir família, aprender um ofício e afirmar-se profissionalmente – até que a progressão da doença acabe com tudo. \_\_\_\_\_ vezes, uma última centelha de consciência \_\_\_\_\_ faz procurar ajuda. Se esta \_\_\_\_\_ a tempo, e o processo destrutivo for interrompido e controlado, a pessoa, com esforço e sorte, pode retomar sua vida e tentar devolvê-la ao que era antes de a dependência ter se instalado.

(Ruy Castro, "Sem começo ou meio". Folha de S.Paulo, 17.10.2012. Adaptado)

**130. (Perito Criminal – PC/SP – VUNESP – 2013)** De acordo com a norma-padrão da língua portuguesa, as lacunas do texto devem ser preenchidas, respectivamente, com:

- a) Há ... Às ... o ... vier                      c) À ... As ... lhe ... veio                      e) Há ... As ... lhe ... vim  
b) À ... Às ... o ... vir                      d) A ... Às ... o ... vir

### GABARITO OFICIAL: A

#### JUSTIFICATIVA:

- a) CERTO, porque: Há – fazendo referência a tempo passado ou transcorrido.  
Às – crase obrigatória na locução adverbial de tempo “às vezes”.  
O – pronome oblíquo átono representando o objeto direto do verbo fazer (o pronome “lhe” só deve ser usado para substituir o objeto indireto, termo preposicionado).  
Vier – conjugação do verbo “vir” no futuro do subjuntivo.
- b) Errado, porque: à – não faz referência a tempo passado e “vir” é conjugação do verbo “ver”.
- c) Errado, porque: à – não faz referência a tempo passado, “As” é apenas artigo, “lhe” só pode acompanhar verbos que exigem preposição, “veio” está no pretérito perfeito.
- d) Errado, porque: a – não faz referência a tempo passado e “vir” é conjugação do verbo “ver”.
- e) Errado, porque: as – apenas artigo, “lhe” acompanha apenas verbos com preposição e “vim” é conjugação na 1ª pessoa do singular.



### Preste Atenção:

Nesta questão, foram analisados alguns termos que costumeiramente são confundidos:

HÁ, conjugação do verbo haver, que pode ser usado para fazer referência a tempo passado ou transcorrido. Não deve ser confundido com a preposição A, a qual indica tempo futuro ou distância.

O, pronome oblíquo átono que deve substituir termos não preposicionados (objeto direto) e LHE, também pronome oblíquo átono, mas que só deve ser usado para substituir termos preposicionados (objeto indireto).

VIER, conjugação do verbo VIR no futuro do subjuntivo e VIR, conjugação de VER também no futuro do subjuntivo.

**131. (Perito Criminal – PC/SP – VUNESP – 2013)** Assinale a alternativa correta quanto à pontuação e à colocação pronominal.

- a) Um deles, mesmo quando os vômitos matinais de sangue já tornavam-lhe a situação desesperadora nem admitia o assunto.
- b) Um deles, mesmo quando os vômitos matinais de sangue já lhe tornavam a situação desesperadora, nem admitia o assunto.
- c) Um deles, mesmo quando os vômitos matinais de sangue já lhe tornavam a situação desesperadora nem admitia o assunto.
- d) Um deles mesmo quando os vômitos matinais de sangue já tornavam-lhe a situação desesperadora nem admitia o assunto.
- e) Um deles mesmo quando os vômitos matinais de sangue já lhe tornavam a situação desesperadora, nem admitia o assunto.

### GABARITO OFICIAL: B

#### JUSTIFICATIVA:

- a) Errado, porque: após a palavra “desesperadora” deveria ter sido usada uma vírgula para isolar a oração concessiva iniciada em “mesmo que”. Além disso, o pronome “lhe” está mal posicionado na oração: deveria estar antes do verbo por conta da atração exigida pelo advérbio “já”.
- b) CERTO, porque: a oração principal “um deles nem admitia o assunto” foi intercalada por outra, “mesmo quando os vômitos matinais de sangue já lhe tornavam a situação desesperadora”, por isso a utilização de duas vírgulas. Além disso, o pronome oblíquo “lhe” está corretamente colocado antes do verbo, devido à atração do advérbio “já”.
- c) Errado, porque: após a palavra “desesperadora” deveria ter sido usada uma vírgula para isolar a oração concessiva iniciada em “mesmo que”.
- d) Errado, porque: após “um deles” e após a palavra “desesperadora” deveria ter sido usada uma vírgula para isolar a oração concessiva iniciada em “mesmo que”. O pronome “lhe” também está mal posicionado na oração: deveria estar antes do verbo por conta da atração exigida pelo advérbio “já”.
- e) Errado, porque: após “um deles” deveria ter sido usada uma vírgula para isolar a oração temporal iniciada em “quando”.



#### Preste Atenção:

Ao se analisar a pontuação de um período, deve-se levar em consideração a sua sequência lógica: sujeito + verbo + complementos + adjuntos adverbiais. Os termos ou orações que interferem ou se deslocam dessa ordem devem ser isolados por vírgulas.

**132. (Perito Criminal – PC/SP – VUNESP – 2013)** Assinale a alternativa correta quanto à regência nominal e verbal.

- a) Quando o bebedor tem consciência que precisa de ajuda, não se opõe interromper e controlar o processo destrutivo, o que lhe permitirá retomar o ritmo de uma vida saudável.
- b) Quando o bebedor tem consciência de que precisa de ajuda, não se opõe de interromper e controlar o processo destrutivo, o que o permitirá retomar o ritmo de uma vida saudável.
- c) Quando o bebedor tem consciência que precisa de ajuda, não se opõe em interromper e controlar o processo destrutivo, o que lhe permitirá retomar o ritmo de uma vida saudável.

- d) Quando o bebedor tem consciência de que precisa de ajuda, não se opõe a interromper e controlar o processo destrutivo, o que lhe permitirá retomar o ritmo de uma vida saudável.
- e) Quando o bebedor tem consciência de que precisa de ajuda, não se opõe contra interromper e controlar o processo destrutivo, o que o permitirá retomar o ritmo de uma vida saudável.

**GABARITO OFICIAL: D****JUSTIFICATIVA:**

- a) Errado, porque: faltou a preposição “de” exigida pelo substantivo “consciência”.
- b) Errado, porque: o verbo “opor” não exige a preposição “de” e o pronome “o” não pode substituir o termo preposicionado que acompanha o verbo “retomar”.
- c) Errado, porque: faltou a preposição “de” exigida por “consciência”.
- d) CERTO, porque: o substantivo “consciência” exige preposição “de”; o verbo “opor” é regido pela preposição “a”; e, por fim, associado ao verbo “permitir”, foi utilizado o pronome oblíquo “lhe”, o qual representa o termo preposicionado do verbo, ou seja, o objeto indireto.
- e) Errado, porque: o verbo “opor” não exige preposição “contra” e o pronome “o” não deve representar o termo preposicionado associado ao verbo “retornar”.

**Preste Atenção:**

A Regência analisa a necessidade de complementação que um determinado termo – verbo, substantivo ou adjetivo – tem em uma oração. Para saber se a Regência está conforme a norma culta da Língua Portuguesa, deve-se verificar a possibilidade dessa complementação ser preposicionada. Também faz parte da Regência a crase, o uso dos pronomes O e LHE e a classificação de transitividade.

- 133. (Perito Criminal – PC/SP – VUNESP – 2013)** O último voo dos ônibus espaciais já aconteceu. E deixou um gosto amargo na boca dos fãs da exploração espacial. O que acontece agora? Em uma palavra: nada. Todas aquelas ideias de concluir a construção de uma estação espacial e então usá-la como espaço porto e campo de provas, antes do lançamento de tripulações na direção da Lua e Marte, culminando com a efetiva colonização do sistema solar, se esvaíram pelo ralo. Ficaram só na promessa. É o fim da era espacial como a conhecemos.

(Superinteressante, agosto de 2011)

No texto, está empregada em sentido figurado a expressão

- a) “ralo”, significando escoamento de resíduos.
- b) “voo”, significando viagem perigosa.
- c) “gosto amargo”, significando dissabor.
- d) “estação espacial”, significando devaneio humano.
- e) “colonização”, significando exploração desenfreada.

**GABARITO OFICIAL: C****JUSTIFICATIVA:**

- a) Errado, porque: “ralo” está aplicado em seu sentido literal – denotação.
- b) Errado, porque: “voo” está aplicado em seu sentido denotativo.

- c) CERTO, porque: a expressão foi usada no sentido figurado (conotação) – “gosto amargo” faz referência ao insucesso do voo dos ônibus espacial.
- d) Errado, porque: pelo contexto, “estação espacial” não se refere a “devaneio humano”, pois está usado no sentido literal ou denotativo.
- e) Errado, porque: no contexto, “colonização” pode até ser associado à ideia de “exploração”, mas o adjetivo “desenfreada” não condiz com a interpretação do texto.



### Preste Atenção:

Conotação é quando se usam as palavras ou expressões em sentido figurado, metafórico; já a denotação representa o sentido literal dos termos. Para se fazer tal análise deve-se considerar unicamente o contexto em que se aplicam as ideias.

Leia o texto para responder às questões a seguir.

#### Mais denso, menos trânsito

*As grandes cidades brasileiras estão congestionadas e em processo de deterioração agudizado pelo crescimento econômico da última década. Existem deficiências evidentes em infraestrutura, mas é importante também considerar o planejamento urbano.*

*Muitas grandes cidades adotaram uma abordagem de desconcentração, incentivando a criação de diversos centros urbanos, na visão de que isso levaria a uma maior facilidade de deslocamento.*

*Mas o efeito tem sido o inverso. A criação de diversos centros e o aumento das distâncias multiplicam o número de viagens, dificultando o investimento em transporte coletivo e aumentando a necessidade do transporte individual.*

*Se olharmos Los Angeles como a região que levou a desconcentração ao extremo, ficam claras as consequências. Numa região rica como a Califórnia, com enorme investimento viário, temos engarrafamentos gigantescos que viraram característica da cidade.*

*Os modelos urbanos bem-sucedidos são aqueles com elevado adensamento e predominância do transporte coletivo, como mostram Manhattan e Tóquio.*

*O centro histórico de São Paulo é a região da cidade mais bem servida de transporte coletivo, com infraestrutura de telecomunicação, água, eletricidade etc. Como em outras grandes cidades, essa deveria ser a região mais adensada da metrópole. Mas não é o caso. Temos, hoje, um esvaziamento gradual do centro, com deslocamento das atividades para diversas regiões da cidade.*

*A visão de adensamento com uso abundante de transporte coletivo precisa ser recuperada. Desse modo, será possível reverter esse processo de uso cada vez mais intenso do transporte individual, fruto não só do novo acesso da população ao automóvel, mas também da necessidade de maior número de viagens em função da distância cada vez maior entre os destinos da população.*

(Henrique Meirelles, *Folha de S.Paulo*, 13.01.2013. Adaptado)

- 134. (Papiloscopista – PC/SP – VUNESP – 2013)** A partir da leitura do primeiro parágrafo, pode-se concluir que a degeneração das grandes cidades brasileiras tem sido acelerada
- pelo crescimento econômico da última década.
  - pela ausência de manutenção das grandes rodovias.
  - pela falta de investimento por parte de empresas privadas.
  - pela inexistência de transporte individual.
  - pela concentração de moradores em zonas muito pobres.

**JUSTIFICATIVA:**

- a) CERTO, porque: o trecho “agudizado pelo crescimento econômico da última década” ratifica que foi o crescimento econômico da última década o responsável pela degeneração das grandes cidades brasileiras.
- b) Errado, porque: a ausência de manutenção das grandes rodovias não é o fator que causa a degeneração das grandes cidades brasileiras, quem faz isso é o crescimento econômico da última década.
- c) Errado, porque: a falta de investimento por parte de empresas privadas é um problema, mas não é o causador a degeneração das grandes cidades brasileiras, quem faz isso é o crescimento econômico da última década.
- d) Errado, porque: o autor não afirma que deva acontecer a inexistência de transporte público, muito menos que esse é o fator que causa a degeneração das grandes cidades brasileiras.
- e) Errado, porque: a concentração de moradores em lugares distante não é de forma alguma o fator que causa a degeneração das grandes cidades brasileiras.

**Preste Atenção:**

Quando o examinador fizer referência a um parágrafo específico, a interpretação deve estar limitada a ele e não ao texto como um todo. Neste caso, por se tratar do primeiro parágrafo, a pergunta fez referência à introdução, ao assunto principal.

**135. (Papiloscopista – PC/SP – VUNESP – 2013)** Para o autor, a criação de diversos centros urbanos dificulta o deslocamento, porque

- a) limita as atividades dos indivíduos a uma única área da cidade.
- b) obriga os cidadãos a usar o transporte coletivo.
- c) acarreta uma redução do número de rodovias.
- d) diminui a necessidade de construção de vias públicas.
- e) multiplica o número de viagens da população.

**GABARITO OFICIAL: E****JUSTIFICATIVA:**

- a) Errado, porque: Lendo o trecho “mas o efeito tem sido o inverso. A criação de diversos centros e o aumento das distâncias multiplicam o número de viagens” confirma a alternativa e justifica a dificuldade de deslocamento nas grandes cidades.
- b) Errado, porque: ao contrário, o cidadão prefere usar o transporte individual.
- c) Errado, porque: não há referência a redução do número de rodovias.
- d) Errado, porque: na verdade, aumenta a necessidade de construção de vias públicas.
- e) CERTO, porque: a criação de diversos centros urbanos dificulta o deslocamento porque multiplica o número de viagens da população, o que é ratificado pelo trecho: “A criação de diversos centros e o aumento das distâncias multiplicam o número de viagens, dificultando o investimento em transporte coletivo e aumentando a necessidade do transporte individual.”

**Preste Atenção:**

Quando o examinador exigir a análise de um trecho do texto, a interpretação deve estar limitada a ele e não ao texto todo. Neste caso, foi solicitado o entendimento do desenvolvimento da dissertação.

- 136. (Papiloscopista – PC/SP – VUNESP – 2013)** Uma alternativa apontada no texto para a melhoria do trânsito nas grandes cidades, além do adensamento, está em
- a) ampliar a malha viária no entorno das cidades.
  - b) proibir a circulação de veículos nas regiões centrais.
  - c) investir no transporte coletivo.
  - d) estimular a aquisição de automóveis.
  - e) restringir o horário de circulação de veículos.

**GABARITO OFICIAL: C****JUSTIFICATIVA:**

- a) Errado, porque: não é esta a solução apontada pelo autor, já que aumentar a malha viária também acarretaria o aumento de transporte privado.
- b) Errado, porque: o autor não fala em proibição.
- c) CERTO, porque: para o autor, “a visão de adensamento com uso abundante de transporte coletivo precisa ser recuperada”, evitando, assim, o excesso de transporte individual, tão prejudicial às grandes cidades.
- d) Errado, porque: o que o autor sugere é exatamente o contrário: desestimular o transporte privado em preferência ao público.
- e) Errado, porque: não há referência à restrição.

**Preste Atenção:**

Como o texto lido é uma dissertação, isto é, uma argumentação acerca de um tema, encontra-se a solução apontada no último parágrafo, chamado conclusão.

- 137. (Papiloscopista – PC/SP – VUNESP – 2013)** Na opinião do autor, o centro histórico de São Paulo deveria ser a região mais adensada da metrópole, uma vez que é a mais
- a) populosa e concentra o maior número de empresas.
  - b) rica em termos de infraestrutura e transporte público.
  - c) frequentada por trabalhadores e paulistanos no geral.
  - d) tradicional e considerada polo turístico da cidade.
  - e) carente quanto à oferta de serviços de saneamento.

**GABARITO OFICIAL: B****JUSTIFICATIVA:**

- a) Errado, porque: não é o fato de ser populosa que faria a região ser a mais adensada.
- b) CERTO, porque: o trecho “o centro histórico de São Paulo é a região da cidade mais bem servida de transporte coletivo, com infraestrutura de telecomunicação, água, eletricidade etc.” confirma a alternativa que garante ser o centro histórico a região mais rica em relação à infraestrutura.
- c) Errado, porque: o autor não faz referência ao fato de a região ser frequentada por trabalhadores e paulistanos em geral.
- d) Errado, porque: não é dada como justificativa no texto o fato de São Paulo ser um região tradicional.
- e) Errado, porque: não existe tal referência no texto.

**Preste Atenção:**

Quando o examinador exigir a análise de um trecho do texto, a interpretação deve estar limitada a ele e não ao texto todo. Neste caso, foi solicitado o entendimento do desenvolvimento da dissertação.

- 138. (Papiloscopista – PC/SP – VUNESP – 2013)** As expressões mais denso e menos trânsito, no título, estabelecem entre si uma relação de
- a) hipótese e concessão.
  - b) conformidade e negação.
  - c) causa e consequência.
  - d) alternância e explicação.
  - e) comparação e adição.

**GABARITO OFICIAL: C****JUSTIFICATIVA:**

- a) Errado, porque: para se estabelecer relação de hipótese, haveria a necessidade de aparecer na frase a conjunção “se” ou qualquer outra condicional; já para a ideia de concessão, seriam necessárias conjunções concessivas tais como: embora, apesar de, ainda que.
- b) Errado, porque: a relação de conformidade é estabelecida com o auxílio de conjunções conformativas: com, segundo, conforme.
- c) CERTO, porque: segundo as ideias desenvolvidas no texto – sintetizadas no título –, se a utilização do transporte coletivo for mais densa, conseqüentemente haverá menos trânsito. Embora não tenham sido usadas conjunções causais ou consecutivas, estão pressupostas tais relações.
- d) Errado, porque: o sentido de alternância é estabelecido com o auxílio das conjunções alternativas: ou, ou...ou, ora...ora. A relação de explicação, por sua vez, é indicada a partir dos conectores porque, pois, já que, uma vez que.
- e) Errado, porque: a comparação é indicada por meio das conjunções como, assim como, tal qual; a adição a partir das conjunções aditivas: e, não só...mas também, nem, tampouco.

**Preste Atenção:**

Quando o examinador solicitar a análise de relações de sentido, normalmente se encontrará a resposta a partir do reconhecimento das conjunções – classe gramatical cuja função é relacionar as orações e estabelecer um determinado sentido entre elas. Existem conjunções coordenativas – aditivas, alternativas, adversativas, conclusivas e explicativas – e subordinativas – causais, consecutivas, condicionais, concessivas, comparativas, conformativas, finais, proporcionais e temporais.

- 139. (Papiloscopista – PC/SP – VUNESP – 2013)** Assinale a alternativa em que a frase do primeiro parágrafo – Existem deficiências evidentes em infraestrutura, mas é importante também considerar o planejamento urbano. – está reescrita corretamente e sem alteração da mensagem.
- a) Embora existam deficiências evidentes em infraestrutura, é importante também considerar o planejamento urbano.
  - b) É importante também considerar o planejamento urbano, portanto existem deficiências evidentes em infraestrutura.
  - c) Existem deficiências evidentes em infraestrutura, pois é importante também considerar o planejamento urbano.

- d) Na medida em que existem deficiências evidentes em infraestrutura, é importante também considerar o planejamento urbano.
- e) É importante também considerar o planejamento urbano, tanto que existem deficiências evidentes em infraestrutura.

**GABARITO OFICIAL: A****JUSTIFICATIVA:**

- a) CERTO, porque: a conjunção adversativa “mas”, usada no trecho do texto, estabelece relação de oposição entre as orações. Numa reescritura, é possível trocar tal relação por uma concessiva com o auxílio da conjunção “embora”.
- b) Errado, porque: a conjunção “portanto” é conclusiva e não pode ser sinônima à adversativa “mas”.
- c) Errado, porque: “pois” é explicativa.
- d) Errado, porque: “na medida que”, usada na alternativa, é causal.
- e) Errado, porque: “tanto que”, na última alternativa, é explicativa.

**Preste Atenção:**

O tema da questão é a relação de adversidade estabelecida pela conjunção “mas”, usada no trecho do texto. Era necessário procurar uma alternativa com uma conjunção sinônima, o que ocorre com a palavra “embora”.

**140. (Papiloscopista – PC/SP – VUNESP – 2013)** Observe o trecho do último parágrafo.

Desse modo, será possível reverter esse processo de uso cada vez mais intenso do transporte individual, fruto não só do novo acesso da população ao automóvel, mas também da necessidade de maior número de viagens em função da distância cada vez maior entre os destinos da população.

A palavra que substitui, sem alteração de sentido, o termo fruto, tal como empregado no texto, é

- a) promotor. d) simbolizador.
- b) resultante. e) concorrente.
- c) agravante.

**GABARITO OFICIAL: B****JUSTIFICATIVA:**

- a) Errado, porque: “promotor” não é sinônimo a “fruto” no contexto.
- b) CERTO, porque: no contexto, a palavra “fruto” tem o sentido de “resultante” do “uso mais intenso do transporte individual”.
- c) Errado, porque: “agravante” e “fruto” não estabelecem relação semântica semelhante.
- d) Errado, porque: “simbolizador” não é sinônimo a “fruto”.
- e) Errado, porque: “concorrente” não tem o mesmo sentido de “fruto”.

**Preste Atenção:**

Para entender o sentido de um termo, deve-se não apenas considerar o significado da palavra, mas também o contexto em que foi aplicada.

141. (Papiloscopista – PC/SP – VUNESP – 2013) Observe a primeira frase do texto.

As grandes cidades brasileiras estão congestionadas e em processo de **deterioração** agudizado pelo crescimento econômico da última década.

Assinale a alternativa que apresenta um antônimo para o termo destacado.

- a) decadência  
b) perecimento  
c) desestabilização  
d) expansão  
e) recessão

### GABARITO OFICIAL: D

#### JUSTIFICATIVA:

- a) Errado, porque: decadência é sinônimo a deterioração.  
b) Errado, porque: perecimento pode ser usado com o mesmo sentido de deterioração.  
c) Errado, porque: deterioração, pelo contexto em que foi aplicado, poderia ter relação de sentido com desestabilização.  
d) CERTO, porque: deterioração está usado com o sentido negativo no contexto, por isso, seu antônimo pode ser reconhecido a partir da palavra expansão.  
e) Errado, porque: deterioração e recessão podem ser considerados sinônimos pelo contexto.



#### Preste Atenção:

Palavras antônimas são aquelas de sentido oposto (logo, contrário à “deterioração”). Já palavras sinônimas são as de mesmo sentido. Para entender tais relações, é necessário analisar o contexto.

142. (Papiloscopista – PC/SP – VUNESP – 2013) Leia o cartum de Jean Galvão.



(<https://www.facebook.com/jeangalvao.cartunista>)

Considerando a relação entre a fala do personagem e a imagem visual, pode-se concluir que o que o leva a pular a onda é a necessidade de

- a) demonstrar respeito às religiões.  
b) realizar um ritual místico.  
c) divertir-se com os amigos.  
d) preservar uma tradição familiar.  
e) esquivar-se da sujeira da água.

### GABARITO OFICIAL: E

#### JUSTIFICATIVA:

- a) Errado, porque: não há referência à religião na charge.

- b) Errado, porque: a questão mística está em segundo plano, a ideia do autor era fazer uma ironia.
- c) Errado, porque: não há referência à diversão com amigos.
- d) Errado, porque: a charge não se refere à tradição.
- e) CERTO, porque: ironicamente, o autor faz um trocadilho com o rito popular de pular ondas à época do ano novo e a poluição do mar. É necessário, segundo o cartum, pular as ondas para desviar da sujeira proveniente do homem.



### Preste Atenção:

Ao analisar cartuns, é necessário não apenas considerar o texto, mas também – e principalmente – a imagem.

Leia o texto para responder às questões a seguir.

#### Pulseira high-tech ajuda a encontrar criança na praia

*Pulseiras de silicone à prova d'água ligadas a um sistema eletrônico são as novas estratégias disponíveis aos pais para ajudar a localizar filhos perdidos na praia.*

*Só no período de 21 de dezembro de 2012 a 10 de janeiro de 2013, o litoral paulista somou 323 casos de crianças perdidas, segundo o Corpo de Bombeiros – o que representa um avanço de 41% em relação à temporada de 2011/2012 e de 201% ante a de 2010/2011.*

*De fabricação chinesa, a nova pulseirinha chega primeiro às areias do Guarujá. A ideia é da ONG Anjos do Verão. O grupo de voluntários instala um código numérico em baixo relevo na pulseira – que pode ser usada por até dois anos – e cadastra no sistema dados da criança, celular e e-mail dos pais e de outros familiares.*

*Se a criança se perder, quem encontrá-la verá na pulseira instruções para que envie uma mensagem eletrônica ao grupo ou acione o código na internet. Assim que o código é digitado, familiares cadastrados recebem automaticamente uma mensagem dizendo que a criança foi encontrada.*

*O sistema permite ainda cadastrar o nome e o telefone de quem a encontrou e informar um ponto de referência. Um geolocalizador também avisará os pais de onde o código foi acionado.*

*Segundo o coordenador da Anjos do Verão, Rui Silva, a ideia é instituir uma nova forma de identificação, sem correr o risco de expor dados da criança e da família.*

*A ONG planeja levar o sistema para além da faixa de areia. “Queremos criar um ponto de encontro eletrônico que sirva não só para as praias, mas também para o pai que leva os filhos ao shopping, ao aeroporto ou até à rua 25 de Março”, diz Silva.*

(Natália Cancian, Folha de S.Paulo, 13.01.2013. Adaptado)

#### Glossário

*high-tech: de alta tecnologia*

- 143. (Papiloscopista – PC/SP – VUNESP – 2013)** De acordo com o texto, a pulseira eletrônica é distribuída pela ONG Anjos do Verão com a finalidade de
- a) impedir crianças de se distanciarem dos pais.
  - b) facilitar a localização de crianças perdidas.
  - c) alertar os pais sobre o risco de perder os filhos.
  - d) auxiliar a encontrar vítimas de afogamento nas praias.
  - e) identificar possíveis sequestradores de crianças.

#### GABARITO OFICIAL: B

#### JUSTIFICATIVA:

- a) Errado, porque: a finalidade da pulseira é facilitar o reconhecimento da localização da criança e não impedir seu distanciamento.
- b) CERTO, porque: ao lermos o primeiro trecho do texto, “pulseiras de silicone à prova d'água ligadas a um sistema eletrônico são as novas estratégias disponíveis aos pais para ajudar a

localizar filhos perdidos na praia”, já obtemos a informação essencial que mostra a finalidade da pulseira.

- c) Errado, porque: tal alerta não é norteado pelo uso da pulseira.
- d) Errado, porque: a pulseira auxilia a encontrar crianças perdidas e não afogados.
- e) Errado, porque: não há referência a sequestradores no texto.



### Preste Atenção:

Quando a pergunta faz referência ao assunto principal do texto, normalmente se encontra a resposta na introdução do texto, principalmente se ele for dissertativo, como é o caso.

- 144. (Papiloscopista – PC/SP – VUNESP – 2013)** Segundo o coordenador da Anjos do Verão, a pulseira eletrônica
- a) apresenta alta durabilidade, que ultrapassa dois anos de uso contínuo.
  - b) será distribuída gratuitamente aos frequentadores das praias do Guarujá.
  - c) deve ser usada por menores de todas as faixas etárias.
  - d) auxiliou o trabalho dos bombeiros durante os últimos verões.
  - e) oferece maior proteção aos dados da criança e da família.

### GABARITO OFICIAL: E

#### JUSTIFICATIVA:

- a) Errado, porque: não há informação sobre a durabilidade da pulseira.
- b) Errado, porque: embora as primeiras pulseiras sejam usadas no Guarujá, não há referência à gratuidade.
- c) Errado porque: a pulseira será usada apenas por crianças, segundo o texto.
- d) Errado, porque: a pulseira ainda não havia sido instituída no último verão.
- e) CERTO, porque: a autora do texto é bem clara ao expor em discurso indireto o que pensa o coordenador do projeto. Observe o trecho: “segundo o coordenador da Anjos do Verão, Rui Silva, a ideia é instituir uma nova forma de identificação, sem correr o risco de expor dados da criança e da família”.



### Preste Atenção:

Quando a questão se referir a um trecho do texto – no caso, a fala do coordenador do projeto –, a interpretação deve se limitar ao recorte sugerido apenas, e não ao texto todo.

- 145. (Papiloscopista – PC/SP – VUNESP – 2013)** Considerando o conjunto das informações do último parágrafo, com a frase – A ONG planeja levar o sistema para além da faixa de areia. –, a autora quer dizer que a ONG planeja
- a) expandir o sistema para outras áreas.
  - b) demarcar as fronteiras de uso do sistema.
  - c) levar o sistema para praias de todo o litoral paulista.
  - d) tornar o sistema mais resistente à areia da praia.
  - e) agilizar o acesso ao sistema nas praias.

### GABARITO OFICIAL: A

**JUSTIFICATIVA:**

- a) CERTO, porque: a autora usa a expressão metafórica “além da faixa de areia” para se remeter ao fato de que o sistema da pulseirinha não ficará limitado apenas às praias, podendo também ser usado em outras áreas e regiões.
- b) Errado, porque: “para além” da fronteira não faz referência à demarcação de fronteiras.
- c) Errado, porque: como a referência foi “além da faixa de areia”, conclui-se que não é apenas no litoral paulista.
- d) Errado, porque: a frase não se associa à resistência à areia.
- e) Errado, porque: a ideia está associada à expansão do projeto e não ao processo de agilizar o processo.

**Preste Atenção:**

A questão é sobre apenas uma frase retirada do texto e não sobre o texto todo. Deve-se limitar a interpretação a tal frase.

**146. (Papiloscopista – PC/SP – VUNESP – 2013)** Assinale a alternativa em que a frase do texto se mantém correta após o acréscimo das vírgulas.

- a) Assim que o código é digitado, familiares cadastrados, recebem automaticamente, uma mensagem dizendo que a criança foi encontrada.
- b) Um geolocalizador também, avisará, os pais de onde o código foi acionado.
- c) Se a criança se perder, quem encontrá-la, verá na pulseira instruções para que envie, uma mensagem eletrônica ao grupo ou acione o código na internet.
- d) O sistema permite, ainda, cadastrar o nome e o telefone de quem a encontrou e informar um ponto de referência.
- e) De fabricação chinesa, a nova pulseirinha, chega primeiro às, areias do Guarujá.

**GABARITO OFICIAL: D****JUSTIFICATIVA:**

- a) Errado, porque: a vírgula após “cadastrados” está errada por separar sujeito e verbo, além disso, o adjunto adverbial “automaticamente” deveria estar entre vírgulas, já que interrompeu a sequência entre o verbo e seu respectivo complemento.
- b) Errado, porque: não deveria ser usada nenhuma vírgula, uma vez que a oração está em sua ordem direta.
- c) Errado, porque: há uma oração subordinada condicional deslocada para o início do período, por isso a vírgula após “perder”. As demais pontuações estão incorretas por separarem termos na ordem direta.
- d) CERTO, porque: a sequência lógica da oração foi respeitada. O adjunto adverbial “ainda” foi isolado por vírgulas por estar entre o sujeito e o verbo.
- e) Errado, porque: a vírgula depois de “chinesa” está correta por isolar um termo deslocado para antes do sujeito, contudo, após “pulseirinha” e “às”, não deveria haver vírgula, por se tratar de termos na sequência lógica.

**Preste Atenção:**

Para saber se a vírgula está corretamente utilizada, deve-se considerar a ordem lógica das orações: sujeito + verbo + complementos + adjuntos adverbiais. Se a oração obedecer a tal ordem, não se usa vírgula, contudo, caso haja algum termo fora dela ou interferindo nela, usa-se a pontuação.

**147. (Papiloscopista – PC/SP – VUNESP – 2013)** Assinale a alternativa que substitui, corretamente e sem alterar o sentido da frase, a expressão destacada em – Se a criança se perder, quem encontrá-la verá na pulseira instruções para que envie uma mensagem eletrônica ao grupo ou acione o código na internet.

- a) Caso a criança perdeu...  
 b) Caso a criança se perda...  
 c) Caso a criança se perca...  
 d) Caso a criança estivera perdida...  
 e) Caso a criança se havia perdido...

### GABARITO OFICIAL: C

#### JUSTIFICATIVA:

- a) Errado, porque: a conjugação do verbo não está correta para a indicação de hipótese.  
 b) Errado, porque: “perda” é um substantivo e não conjugação do verbo “perder”, a forma correta seria “perca”.  
 c) CERTO, porque: a conjunção “se” foi trocada por “caso” e, por se tratar de período composto por subordinação, é necessário analisar também a conjugação do verbo “perder” no modo subjuntivo (situação hipotética).  
 d) Errado, porque: a forma “estivera” não indica hipótese. O correto seria “esteja”.  
 e) Errado, porque: a forma verbal não condiz com a indicação de hipótese.



#### Preste Atenção:

Havendo a necessidade de se analisar uma reescritura, deve-se avaliar também as formas verbais entre outros aspectos gramaticais como a concordância, a regência.

**148. (Papiloscopista – PC/SP – VUNESP – 2013)** Considerando as regras de regência verbal, assinale a alternativa que completa, correta e respectivamente, as lacunas da frase.

A ONG Anjos do Verão colabora \_\_\_\_\_ trabalho do Corpo de Bombeiros, empenhando-se \_\_\_\_\_ encontrar crianças perdidas.

- a) do ... sobre  
 b) pelo ... de  
 c) no ... ante  
 d) com o ... para  
 e) o ... entre

### GABARITO OFICIAL: D

#### JUSTIFICATIVA:

- a) Errado, porque: o verbo colaborar não exige preposição “de” nem “empenhar” a preposição “sobre”.  
 b) Errado, porque: “colaborar” não aceita a preposição “por”, bem como “empenhar” não exige “de”.  
 c) Errado, porque: a preposição “em” não se associa ao verbo colaborar e “ante” não acompanha “empenhar”.  
 d) CERTO, porque: a regência do verbo “colaborar” exige a preposição “com”, e o verbo “empenhar”, por sua vez, necessita da preposição “para” (também é aceita a preposição “em”).  
 e) Errado, porque: “colaborar” exige preposição “com” e “empenhar” não aceita preposição “entre”.

**Preste Atenção:**

Quando o examinador exigir a análise da regência, deve-se ater à necessidade de complementação de um termo (no caso, o verbo) e verificar se tal complementação acontece com ou sem o auxílio de uma preposição.

Leia o texto para responder às questões a seguir.

**Perdida, só me lembrava do “índio” do prédio**

*“A única coisa que ela sabe é que tem o desenho de um índio na porta do prédio”, dizia o sorveteiro, um pouco confuso, sem saber o que fazer com aquela criança perdida na avenida em frente à praia. Ele tentava convencer duas senhoras a assumir o problema, que, no caso, era eu.*

*Em silêncio, de cabeça baixa, eu morria de vergonha diante de tamanha proeza – conseguir me perder entre os poucos metros que separavam o edifício onde estava com minha família e a banca de revistas. Tão senhora de mim aos oito anos de idade, nem percebi que segui em direção à praia, quando deveria voltar.*

*E lá fui eu com as duas novas tutoras e o sorveteiro, em busca do tal edifício. Para elas, o jeito era chamar a polícia.*

*Anda de um lado, pergunta do tal índio pro outro, até que ouço uma voz: “achamos”. Uma prima, quase em prantos, me abraçou e disse: “estávamos desesperados”.*

*Lá pelos anos 70, sem celular, iPhone, iPad ou outras tantas muletas, a estratégia foi cada integrante da família se dividir e fixar um tempo para voltar à porta do prédio. Estavam todos lá, minha mãe, primos, tia, o sorveteiro, as duas mulheres e eu – ainda muda. Só choro, abraço e, para o meu espanto, nenhuma bronca. E a cara de surpresa quando todos viram que só eu havia reparado no tal índio pintado na porta do prédio.*

*Talvez nada disso teria acontecido se tivesse uma dessas pulseirinhas de identificação. Mas talvez também não tivesse aprendido que é sempre bom saber como voltar pra casa.*

*(Denise Chiarato, Folha de S.Paulo, 13.01.2013. Adaptado)*

**149. (Papiloscopista – PC/SP – VUNESP – 2013)** No texto, a narradora

- conta o episódio de quando se perdeu dos familiares aos oito anos.
- relata sua experiência de encontrar uma criança perdida na rua.
- fala da experiência de ter voltado para casa com a ajuda de um dispositivo eletrônico.
- expõe sua indignação contra pais que perdem seus filhos.
- lembra quando foi severamente repreendida pelos pais por ter se perdido.

**GABARITO OFICIAL: A****JUSTIFICATIVA:**

- CERTO, porque: A pergunta é sobre o assunto principal do texto, ou seja, a experiência da narradora, ainda criança, de ter se perdido dos familiares. Fato que se confirma a partir da leitura do trecho: “em silêncio, de cabeça baixa, eu morria de vergonha diante de tamanha proeza – conseguir me perder entre os poucos metros que separavam o edifício onde estava com minha família e a banca de revistas. Tão senhora de mim aos oito anos de idade, nem percebi que segui em direção à praia, quando deveria voltar”.
- Errado, porque: a narradora conta sua própria experiência e não de outra criança.
- Errado porque: houve uma tentativa de se misturar a experiência da autora com o texto anterior sobre pulseiras high-tech.
- Errado, porque: ao contar sua experiência, a autora expõe indignação.
- Errado, porque: não há referência a este tipo de lembrança no texto.

**Preste Atenção:**

Ainda que não seja um texto dissertativo, também é no início do texto que se encontra o assunto principal dele.

- 150. (Papiloscopista – PC/SP – VUNESP – 2013)** Assinale a alternativa que completa corretamente a lacuna do texto.

O fato de a menina saber que havia o desenho de um índio na porta do prédio mostrou-se \_\_\_\_\_ para que ela soubesse voltar para casa sozinha.

- a) indispensável                      c) essencial                      e) vantajoso  
b) inútil                                  d) conveniente

**GABARITO OFICIAL: B****JUSTIFICATIVA:**

- a) Errado, porque: a informação sobre o índio não auxiliou em nada, logo, não foi indispensável.  
b) CERTO, porque: a partir da leitura do texto, principalmente do desfecho da história, percebe-se que apenas a criança havia reparado no desenho do índio na porta do prédio, logo, de nada adiantou essa informação. Além disso, uma prima a encontrou antes que os que acompanhavam a menininha chegassem ao tal prédio desenhado.  
c) Errado, porque: se não ajudou a encontrar a menina, não foi essencial.  
d) Errado, porque: a informação não era importante, portanto não se pode pensar que foi conveniente.  
e) Errado, porque: por não ter ajudado em nada, a informação sobre o índio não foi vantajosa.

**Preste Atenção:**

Deve-se aplicar as palavras a partir da conclusão da interpretação do texto.

- 151. (Papiloscopista – PC/SP – VUNESP – 2013)** Releia o último parágrafo.

“Talvez nada disso teria acontecido se tivesse uma dessas pulseirinhas de identificação. Mas talvez também não tivesse aprendido que é sempre bom saber como voltar pra casa.”

A autora conclui que a experiência de perder-se pode ser

- a) divertida.                              c) letal.                              e) destrutiva.  
b) traumática.                              d) instrutiva.

**GABARITO OFICIAL: D****JUSTIFICATIVA:**

- a) Errado, porque: pelos relatos da autora, não foi divertido estar perdida.  
b) Errado, porque: em nenhum momento a narradora disse ter se traumatizado, apenas relata um momento tenso.  
c) Errado, porque: como houve um bom final – a volta para a casa – não foi letal (fatal, mortal).  
d) CERTO, porque: segundo a autora, o acontecimento permitiu uma experiência que a ensinou o valor de voltar para casa, assim, provavelmente teria mais cautela ao se distanciar de locais ou pessoas conhecidos, daí poder-se concluir que o fato foi instrutivo.  
e) Errado, porque: como a autora disse que aprendeu o valor de voltar para casa, conclui-se que a experiência não foi destrutiva.



**Preste Atenção:**

Analisar a Regência pressupõe verificar a necessidade de preposição que um determinado termo tem para se associar ao seu complemento.

- 154. (Papiloscopista – PC/SP – VUNESP – 2013)** Assinale a alternativa em que a concordância das formas verbais destacadas se dá em conformidade com a norma-padrão da língua.
- Haviam várias hipóteses acerca do que poderia ter acontecido com a criança.
  - Era duas horas da tarde, quando a criança foi encontrada.
  - Existia várias maneiras de voltar para casa, mas a criança se perdeu mesmo assim.
  - Chegou, para ajudar a família, vários amigos e vizinhos.
  - Fazia horas que a criança tinha saído e os pais já estavam preocupados.

**GABARITO OFICIAL: E****JUSTIFICATIVA:**

- Errado, porque: o verbo *haver* – quando usado nos sentidos de existir, ocorrer e acontecer – deve concordar apenas na terceira pessoa do singular; portanto, deveria estar escrito *“havia”*.
- Errado, porque: o sujeito do verbo é *“duas horas”*, logo, o verbo deveria estar no plural *“eram”*.
- Errado, porque: o sujeito do verbo *“existir”* é *“várias maneiras de voltar para casa”*, portanto, deveria estar no plural – *“existiam”*.
- Errado, porque: o verbo *“chegar”* não concorda com seu respectivo sujeito *“vários amigos e vizinhos”*.
- CERTO, porque: o verbo *“fazer”* quando indica tempo transcorrido é impessoal, ou seja, deve permanecer apenas no singular. Além disso, as formas *“tinha saído”* e *“estavam”* concordam com seus respectivos sujeitos: a criança e pais.

**Preste Atenção:**

Ao verificar a Concordância Verbal, deve-se procurar o sujeito de cada verbo, pois é ele quem determina se o verbo ficará no singular ou no plural. Vale lembrar os casos especiais com *“haver”* nos sentidos de *“existir, ocorrer, acontecer”* e *“fazer”* indicando tempo transcorrido: nesses casos, os verbos são impessoais e devem permanecer apenas no singular.

- 155. (Papiloscopista – PC/SP – VUNESP – 2013)** Assinale a alternativa em que a frase está reescrita corretamente, em conformidade com a norma-padrão da língua.
- Encontram-se na praia, todos os anos, centenas de crianças perdidas da família.
- Têm sido encontradas na praia, todos os anos, centenas de crianças perdidas da família.
  - Têm sido encontrados na praia, todos os anos, centenas de crianças perdidas da família.
  - Têm sido encontrado na praia, todos os anos, centenas de crianças perdidas da família.
  - Tem sido encontrado na praia, todos os anos, centenas de crianças perdidas da família.
  - Tem sido encontrada na praia, todos os anos, centenas de crianças perdidas da família.

**GABARITO OFICIAL: A****JUSTIFICATIVA:**

- CERTO, porque: a forma *“têm sido encontradas”* deve ficar no plural e no feminino para estabelecer concordância com *“centenas de crianças perdidas da família”*. Lembrando que o plural do verbo *“ter”* é marcado pelo acento circunflexo.

- b) Errado, porque: “encontrados” está no masculino e, portanto, não concorda com “centenas de crianças”.
- c) Errado, porque: “encontrado” está no singular e masculino, portanto, não concorda com “centenas de crianças”.
- d) Errado, porque: “tem sido encontrado” está no singular e no masculino, portanto, não concorda com “centenas de crianças”.
- e) Errado, porque: “tem sido encontrada” está no singular, portanto, não concorda com “centenas de crianças”.



### Preste Atenção:

Nesta questão, trabalhou-se com a regra de concordância verbo-nominal. Para se analisar tal assunto, deve-se observar as variações de gênero e número das palavras e a harmonia entre elas.

- 156. (Papiloscopista – PC/SP – VUNESP – 2013)** Assinale a alternativa em que o acento indicativo de crase está empregado corretamente.
- a) O sorveteiro dispôs-se à procurar os pais da garotinha.
  - b) O ideal é que a criança peça ajuda à algum membro da Polícia ou do Corpo de Bombeiros.
  - c) A criança, chorando, não sabia à quem pedir ajuda.
  - d) Logo a menina foi devolvida à mãe, que estava desesperada.
  - e) É aconselhável que a criança saiba chegar à um ponto de referência.

### GABARITO OFICIAL: D

#### JUSTIFICATIVA:

- a) Errado, porque: não há crase antes de verbo.
- b) Errado, porque: não há crase antes de pronome indefinido.
- c) Errado porque: não ocorre crase antes de pronome relativo.
- d) CERTO, porque: a palavra “devolvida” exige preposição “a” e antes do substantivo feminino “mãe” há artigo, assim, a crase está correta.
- e) Errado, porque: não ocorre crase antes de artigo indefinido.



### Preste Atenção:

O acento indicador de crase representa a junção de uma preposição e de um artigo feminino, logo, só há possibilidade desse acento antes de palavra feminina. Um macete para auxiliar na identificação da crase é trocar a palavra feminina por uma masculina da seguinte forma:

Logo a menina foi devolvida **à mãe**, que estava desesperada.

Logo a menina foi devolvida **AO PAI**, que estava desesperada. (PREPOSIÇÃO E ARTIGO)

- 157. (Papiloscopista – PC/SP – VUNESP – 2013)** Assinale a alternativa em que o pronome destacado está posicionado de acordo com a norma-padrão da língua.
- a) Ela não lembrava-se do caminho de volta.
  - b) A menina tinha distanciado-se muito da família.
  - c) O pai alegrou-se ao encontrar a filha.
  - d) A garota disse que perdeu-se dos pais.
  - e) Ninguém comprometeu-se a ajudar a criança.

**GABARITO OFICIAL: C****JUSTIFICATIVA:**

- a) Errado, porque: há a palavra “não” que atrai o pronome oblíquo átono para antes do verbo por isso, deveria ter sido construída uma próclise.
- b) Errado, porque: embora não haja palavra atrativa, era necessária a construção da próclise, uma vez que, com verbos no particípio, não se constrói ênclise (pronome oblíquo após o verbo).
- c) CERTO, porque: exatamente por não haver palavra atrativa, o pronome apareceu depois do verbo.
- d) Errado, porque: há a palavra “que” a qual atrai o pronome oblíquo átono para antes do verbo por isso, deveria ter sido construída uma próclise.
- e) Errado, porque: há a palavra “ninguém” que atrai o pronome oblíquo átono para antes do verbo, por isso, deveria ter sido construída uma próclise.

**Preste Atenção:**

Para que seja construída a próclise – pronome oblíquo antes do verbo – é necessário que apareçam palavras atrativas, tais como: as palavras negativas, a palavra “que”, outros pronomes e advérbios. Caso não apareçam essas palavras, o pronome deverá aparecer depois do verbo (ênclise).

Leia a charge para responder às questões a seguir.



(Folha de S.Paulo, 30-9-2012)

- 158. (Investigador de Polícia – PC/SP – VUNESP – 2013)** Segundo a esposa de Hagar, na juventude ele era
- a) introspectivo.
  - b) calmo.
  - c) sensível.
  - d) entusiasmado.
  - e) carinhoso.

**GABARITO OFICIAL: D**

**JUSTIFICATIVA:**

- a) Errado, porque: “introspectivo” significa “aquele que reflete sobre si mesmo”, logo, não é sinônimo a “impetuoso”.
- b) Errado, porque: impetuoso e calmo não são sinônimos.
- c) Errado, porque: sensível não se associa ao sentido de impetuoso.
- d) CERTO, porque: ao afirmar que Hagar era impetuoso, sua mulher quis dizer que ele, na juventude, era entusiasmado.
- e) Errado, porque: carinho não possui o mesmo sentido de impetuoso.

**Preste Atenção:**

Nessa questão trabalhou-se com a relação de sinônimos, ou seja, palavras que possuem o mesmo sentido textual.

**159. (Investigador de Polícia – PC/SP – VUNESP – 2013)** Assinale a alternativa correta quanto à pontuação e à colocação pronominal.

- a) Infelizmente, se transformou, o ímpeto de Hagar, num passo lento depois que casamos.
- b) Depois que casamos, infelizmente se transformou, o ímpeto de Hagar num passo lento.
- c) Infelizmente se transformou o ímpeto de Hagar num passo lento, depois que casamos.
- d) Se transformou num passo lento, infelizmente, o ímpeto de Hagar depois que casamos.
- e) Depois que casamos infelizmente transformou-se num passo lento o ímpeto de Hagar.

**GABARITO OFICIAL: C****JUSTIFICATIVA:**

- a) Errado, porque: há o uso incorreto de próclise, ao se iniciar uma oração com pronome.
- b) Errado, porque: a pontuação está errada, pois há a separação de sujeito e predicado “infelizmente se transformou, o ímpeto de Hagar”.
- c) CERTO, porque: “infelizmente” atraiu o pronome oblíquo para antes do verbo, formando, então, uma próclise. A vírgula após “lento” isola uma oração adverbial temporal.
- d) Errado, porque: há o uso incorreto de próclise, ao se iniciar uma oração com pronome.
- e) Errado, porque: há o uso incorreto de ênclise, já que o advérbio “infelizmente” deve atrair o pronome.

**Preste Atenção:**

Houve duas análises nesta questão: pontuação e colocação pronominal. No primeiro caso, deve-se verificar principalmente a sequência lógica da oração (sujeito, verbo, complementos e adjuntos adverbiais) e, no segundo, é necessário reconhecer se há palavras atrativas (negativas, pronomes, advérbios, conjunções) que fazem com que o pronome oblíquo fique antes do verbo (próclise).

Leia o texto para responder às questões a seguir.

**Vovó cortês**

*RIO DE JANEIRO – Parece uma queda travada pelos dois braços de uma só pessoa. De um lado da mesa, a Constituição, que garante a liberdade de expressão, de imprensa e de acesso à informação. Do outro, o Código Civil, que garante ao cidadão o direito à privacidade e o protege de agressões à sua honra*

e intimidade. Dito assim, parece perfeito – mas os copos e garrafas afastados para os lados, abrindo espaço para a luta, não param em cima da mesa.

A Constituição prevê que os historiadores e biógrafos se voltem para a história do país e reconstituam seu passado ou presente em narrativas urdidas ao redor de protagonistas e coadjuvantes.

Já o Código Civil, em seu artigo 20, faz com que não apenas o protagonista tenha amparo na lei para se insurgir contra um livro e exigir sua retirada do mercado, como estende essa possibilidade a coadjuvantes de quarta grandeza ou a seus herdeiros.

Significa que um livro sobre D. Pedro 1º pode ser embargado por algum contraparente da família real que discorde de um possível tratamento menos nobre do imperador. Ou que uma tetra-tetra-tetraneta de qualquer amante secundária de D. Pedro não goste de ver sua remota avó sendo chamada de cortesã – mesmo que, na época, isso fosse de domínio público –, e parta para tentar proibir o livro.

Quando se comenta com estrangeiros sobre essa permanente ameaça às biografias no Brasil, a reação é: “Sério? Que ridículo!”. E somos obrigados a ouvir. Nos EUA e na Europa, se alguém se sente ofendido por uma biografia, processa o autor se quiser, mas o livro segue em frente, à espera de outro que o desmintam. A liberdade de expressão é soberana.

É a que se propõe a Associação Nacional dos Editores de Livros: arguir no Supremo Tribunal Federal a inconstitucionalidade do artigo 20 do Código Civil.

(Folha de S.Paulo, 17-8-2012. Adaptado.)

- 160. (Investigador de Polícia – PC/SP – VUNESP – 2013)** As informações textuais mostram que, em determinados contextos, os preceitos da Constituição e os do Código Civil
- são deixados de lado, quando há o interesse em preservar personalidades políticas.
  - resguardam as biografias de contestações judiciais para preservar o direito de imprensa.
  - preservam o direito à liberdade de expressão para os historiadores e os biógrafos.
  - impedem que personalidades sejam destratadas publicamente por seus atos pretéritos.
  - entram em choque, opondo diferentes posicionamentos, como no caso das biografias.

### GABARITO OFICIAL: E

#### JUSTIFICATIVA:

- Errado, porque: o autor não afirma que são deixados de lado os preceitos da Constituição, mas que entram em choque com o Código Civil.
- Errado, porque: como são confusos, o preceitos do direito não resguardam as biografias.
- Errado, porque: por entrarem em choque, os direitos não preservam, segundo o autor, o direito de liberdade de expressão.
- Errado, porque: não há referência ao tratamento com as personalidades.
- CERTO, porque: ao ler o texto, principalmente no trecho “de um lado da mesa, a Constituição, que garante a liberdade de expressão, de imprensa e de acesso à informação. Do outro, o Código Civil, que garante ao cidadão o direito à privacidade e o protege de agressões à sua honra e intimidade”, confirma-se a afirmação de que a Constituição e o Código Civil entram em choque em determinados contextos.



#### Preste Atenção:

Quando o examinador fizer referência a um trecho específico do texto, a interpretação deve se limitar a tal trecho e não ao texto todo.

- 161. (Investigador de Polícia – PC/SP – VUNESP – 2013)** O título, em harmonia e coerência com as informações textuais, reporta à
- liberdade de expressão nos EUA e na Europa.
  - falta de publicização da vida das figuras públicas no Brasil.

- c) divulgação de fatos conhecidos, mas constrangedores.
- d) arcaica liberdade de expressão prevista na Constituição.
- e) soberania da liberdade de expressão no mundo.

**GABARITO OFICIAL: C****JUSTIFICATIVA:**

- a) Errado, porque: o título não faz referência à liberdade de expressão apenas nestes países.
- b) Errado, porque: a partir da informação “vovó cortesã” não se pode associar a qualquer referência de falta de publicização da vida das figuras públicas.
- c) CERTO, porque: o título faz referência a um fato conhecido, recuperado no seguinte trecho: “ou que uma tetra-tetra-tetraneta de qualquer amante secundária de D. Pedro não goste de ver sua remota avó sendo chamada de cortesã – mesmo que, na época, isso fosse de domínio público –, e parta para tentar proibir o livro”. Para o autor, ainda que o fato seja constrangedor, deveria ser divulgado nas biografias.
- d) Errado, porque: não há associação com a Constituição.
- e) Errado, porque: o título não permite nenhuma referência à soberania da liberdade de expressão no mundo.

**Preste Atenção:**

Neste caso, conforme o enunciado, não se deve considerar o título isoladamente, até porque para entendê-lo é necessário considerar o texto todo.

**162. (Investigador de Polícia – PC/SP – VUNESP – 2013)** Emprega-se a linguagem figurada na seguinte passagem do texto:

- a) ... o Código Civil, que garante ao cidadão o direito à privacidade e o protege de agressões à sua honra e intimidade.
- b) ... mas os copos e garrafas afastados para os lados, abrindo espaço para a luta, não param em cima da mesa.
- c) A Constituição provê que os historiadores e biógrafos se voltem para a história do país e reconstituam seu passado ou presente...
- d) ... a Constituição, que garante a liberdade de expressão, de imprensa e de acesso à informação.
- e) É a que se propõe a Associação Nacional dos Editores de Livros: arguir no Supremo Tribunal Federal a inconstitucionalidade do artigo 20 do Código Civil.

**GABARITO OFICIAL: B****JUSTIFICATIVA:**

- a) Errado, porque: o trecho do texto não possui linguagem figurada, está construído a partir da linguagem denotativa (sentido literal).
- b) CERTO, porque: no texto, o autor compara o confronto entre a Constituição e o Código Civil a uma luta de queda de braço, ou seja, foi estabelecida uma metáfora, recurso de linguagem figurada.
- c) Errado, porque: o trecho do texto não possui linguagem figurada, está construído a partir da linguagem denotativa (sentido literal).
- d) Errado, porque: a linguagem utilizada é a denotativa, em que as palavras ou expressões aparecem no seu sentido próprio.
- e) Errado, porque: este trecho do texto não possui linguagem figurada, está construído a partir da linguagem denotativa (sentido literal).

**Preste Atenção:**

Linguagem figurada ou conotativa é aquela em que se usa uma comparação para exprimir determinado assunto; já a denotativa expressa as ideias de maneira literal, sem fazer uso de nenhum recurso de linguagem.

**163. (Investigador de Polícia – PC/SP – VUNESP – 2013)** Considere as frases:

– A Constituição provê que os historiadores e biógrafos se voltem para a história do país e reconstituam seu passado ou presente em narrativas urdidadas ao redor de protagonistas e coadjuvantes.

– ... arguir no Supremo Tribunal Federal a inconstitucionalidade do artigo 20 do Código Civil.

Os termos em destaque têm como sinônimos, respectivamente,

- |                                  |  |
|----------------------------------|--|
| a) sugere, pensadas e invalidar. | d) antecipa, concluídas e impugnar.    |
| b) obriga, tecidas e acusar.     | e) regulamenta, tramadas e argumentar. |
| c) dispõe, fechadas e contestar. |  |

**GABARITO OFICIAL: E****JUSTIFICATIVA:**

- a) Errado, porque: “sugerir” e “pensadas” até poderiam estar na mesma relação semântica que “provê”, contudo, “invalidar” não é sinônimo a “arguir”.
- b) Errado, porque: “provê” não é sinônimo a “obriga” e “arguir” não significa “acusar”.
- c) Errado, porque: “fechadas” não estabelece o mesmo sentido de “urdidas”.
- d) Errado, porque: “provê” não é sinônimo a “antecipa”; “urdidas” não pode ser trocado por “concluídas”.
- e) CERTO, porque: o verbo “prover” e “regulamentar” são sinônimos no contexto, assim como “urdidas” e “tramadas” também têm o mesmo sentido. Os verbos “arguir” e “argumentar” também possuem o mesmo valor semântico.

**Preste Atenção:**

Foi solicitada a análise de palavras sinônimas, isto é, com o mesmo sentido e aplicação textual.

**164. (Investigador de Polícia – PC/SP – VUNESP – 2013)** A frase dos estrangeiros – “Sério? Que ridículo!” – indica que eles

- a) discordam da proposta da Associação Nacional dos Editores de Livros.
- b) discordam do artigo 20 do Código Civil.
- c) concordam com a garantia ao cidadão do direito à privacidade.
- d) discordam das garantias constitucionais brasileiras.
- e) concordam com os embargos às publicações.

**GABARITO OFICIAL: B****JUSTIFICATIVA:**

- a) Errado, porque: os estrangeiros discordam apenas do art. 20.
- b) CERTO, porque: os estrangeiros discordam do artigo 20, que prevê o direito de a biografia ser contestada ou modificada pelos que se sentem desconfortáveis com o conteúdo ali exposto.

- c) Errado, porque: os estrangeiros discordam da ideia de direito à privacidade.
- d) Errado, porque: talvez fosse a “pegadinha”, contudo, a afirmação feita abrange todas as garantias constitucionais brasileiras, e o autor não diz que os estrangeiros não concordam com todas elas, mas apenas com o artigo 20.
- e) Errado, porque: os estrangeiros não concordam com os embargos.



### Preste Atenção:

Quando o examinador fizer referência a um trecho específico do texto, a interpretação deve se limitar a tal trecho e não ao texto todo. Neste caso, o entendimento se dá a partir de apenas uma fala.

Para responder às questões a seguir, considere a seguinte passagem do segundo parágrafo do texto: “Já o Código Civil, em seu artigo 20, faz com que não apenas o protagonista tenha amparo na lei para se insurgir contra um livro e exigir sua retirada do mercado, como estende essa possibilidade a coadjuvantes de quarta grandeza ou a seus herdeiros”.

- 165. (Investigador de Polícia – PC/SP – VUNESP – 2013)** Mantendo o sentido do texto, o início do trecho está corretamente reescrito em:
- a) O Código Civil, inclusive, em seu artigo 20...
  - b) Nos tempos de hoje, o Código Civil em seu artigo 20...
  - c) O Código Civil, por sua vez, em seu artigo 20...
  - d) Neste momento, o Código Civil, em seu artigo 20...
  - e) O Código Civil, no entanto, em seu artigo 20...

### GABARITO OFICIAL: C

#### JUSTIFICATIVA:

- a) Errado, porque: “inclusive” dá uma ideia de adição.
- b) Errado, porque: o termo “nos tempos de hoje” faz referência a tempo.
- c) CERTO, porque: Como é feita uma comparação entre a Constituição e o Código Civil no texto, o autor mostra o que cada um defende a partir de elementos coesivos, como o uso do advérbio “já”. No contexto em que está inserido, para que se continue com o paralelo, pode-se usar “por sua vez”.
- d) Errado, porque: “neste momento” estabelece uma relação de tempo.
- e) Errado, porque: a conjunção “no entanto” estabelece relação de oposição entre os termos.



### Preste Atenção:

Além de se considerar o contexto, neste tipo de questão, devem ser observadas as conjunções e as circunstâncias indicadas pelos advérbios.

- 166. (Investigador de Polícia – PC/SP – VUNESP – 2013)** O par correlato “não apenas... como”, em destaque na passagem do texto, estabelece entre as orações relação de
- a) adversidade.
  - b) alternância.
  - c) conclusão.
  - d) adição.
  - e) explicação.

### GABARITO OFICIAL: D

**JUSTIFICATIVA:**

- a) Errado, porque: não é estabelecida relação de adversidade. Tal sentido é expresso por conjunções como “mas, porém, contudo...”.
- b) Errado, porque: relação de alternância é representada por conjunções alternativas: ou, ou...ou. ora...ora.
- c) Errado, porque: a relação de conclusão é mostrada com o auxílio de conjunções como “portanto, logo, então...”.
- d) CERTO, porque: expressões correlatas como “não só... mas também”, “não apenas... como também”, “não somente... como também” são usadas para estabelecer relação de adição e, portanto, são sinônimas à conjunção “e”.
- e) Errado, porque: as principais conjunções explicativas são: porque, pois, já que uma vez que.

**Preste Atenção:**

As conjunções representam a classe gramatical cuja função é relacionar as orações e estabelecer um determinado sentido entre elas. Assim, é necessário analisar o contexto em que foram usadas para se reconhecer o tipo de relação semântica.

- 167. (Investigador de Polícia – PC/SP – VUNESP – 2013)** Assinale a alternativa em que o período – Nos EUA e na Europa, se alguém se sente ofendido por uma biografia, processa o autor se quiser... – está corretamente redigido em conformidade com a norma-padrão da língua portuguesa.
- a) Nos EUA e na Europa, caso as pessoas se sintam ofendidas por uma biografia, processam o autor caso queiram...
  - b) Nos EUA e na Europa, caso as pessoas se sentirem ofendidos por uma biografia, processa-se o autor caso quiserem...
  - c) Nos EUA e na Europa, caso as pessoas se sente ofendidas por uma biografia, processa o autor caso se quer...
  - d) Nos EUA e na Europa, caso as pessoas se sintam ofendido por uma biografia, processam-se o autor caso se quer...
  - e) Nos EUA e na Europa, caso as pessoas se sentem ofendido por uma biografia, processam o autor caso querem...

**GABARITO OFICIAL: A****JUSTIFICATIVA:**

- a) CERTO, porque: tanto o verbo “sentir” quanto o adjetivo “ofendido” concordam com “pessoas”, sujeito da oração. Daí a forma “se sintam ofendidas” estar no plural e no feminino. Além disso, a conjugação do verbo “sentir” no presente do subjuntivo, dado o contexto hipotético em que está inserido.
- b) Errado, porque: os verbos “sentir” e “querer” não estão corretamente conjugado no subjuntivo.
- c) Errado, porque: além do verbo “sentir” não estar corretamente conjugado no subjuntivo, há erro de concordância – o verbo está no singular. O verbo “querer” também está incorreto em sua forma.
- d) Errado, porque: há um desvio de concordância nominal – o adjetivo “ofendido” não concordou com ‘pessoas’. Além disso, “processar” não deveria estar associado a um pronome, bem como ‘querer’ foi mal conjugado.
- e) Errado, porque: os verbos “sentir” e “querer” não estão corretos na conjugação de subjuntivo.

**Preste Atenção:**

Questões que solicitam análise de norma culta – sem especificar um assunto – têm, na maioria das vezes, casos de concordância e regência. Vale lembrar que a concordância estuda a harmonia entre os termos em relação ao gênero e ao número; já a regência trata da necessidade de preposição.

- 168. (Investigador de Polícia – PC/SP – VUNESP – 2013)** Depois da Constituição, o Código Penal é a mais importante peça jurídica. É ele que define os limites de fato \_\_\_ liberdade individual e estabelece quando o Estado está autorizado \_\_\_ exercer violência contra o cidadão, encarcerando-\_\_\_.

(Folha de S.Paulo, 17.06.2012. Adaptado.)

De acordo com a norma-padrão, as lacunas do texto são preenchidas, correta e respectivamente, com:

- a) à ... à ... o                      c) a ... à ... o                      e) à ... a ... o  
b) a ... a ... lhe                      d) à ... à ... lhe

**GABARITO OFICIAL: E****JUSTIFICATIVA:**

- a) Errado, porque: o segundo “a” não deveria estar com acento de crase por se tratar apenas de uma preposição. Não há crase antes de verbos.  
b) Errado, porque: na primeira ocorrência deveria ter sido usado o acento indicador de crase, uma vez que há a junção de preposição e artigo feminino. Além disso, o pronome “lhe” não pode representar termo sem preposição (objeto direto).  
c) Errado, porque: o primeiro “a” deveria receber acento de crase, mas o segundo não.  
d) Errado, porque: o segundo “a” não recebe acento de crase por estar antes de um verbo e, ainda, há o pronome “lhe” representando o objeto direto.  
e) CERTO, porque: no primeiro espaço, há necessidade do acento de crase antes da palavra feminina “liberdade”, porque o verbo “definir” exige preposição “a” (na frase, ele é direto e indireto). No segundo caso, contudo, embora “autorizado” requeira preposição “a”, não ocorre crase por não haver após a preposição uma palavra feminina, mas sim o verbo “exercer”. No trecho em que aparece “encarcerar”, o pronome “o” – objeto direto, termo sem preposição – substitui a palavra “cidadão”.

**Preste Atenção:**

A questão solicitou a análise da regência verbal e nominal, por isso, torna-se necessário verificar a ocorrência de preposição no texto.

- 169. (Investigador de Polícia – PC/SP – VUNESP – 2013)** Leia a charge.



(Gazeta do Povo, 01.11.2012. Adaptado.)

Em norma-padrão da língua portuguesa, a fala do funcionário demitido é completada com:

- a) ... prefiro ser demitido a ser demetido.
- b) ... prefiro antes ser demitido que ser demetido.
- c) ... prefiro mais ser demitido do que ser demetido.
- d) ... prefiro ser demitido do que ser demetido.
- e) ... prefiro mais ser demitido a ser demetido.

### GABARITO OFICIAL: A

#### JUSTIFICATIVA:

- a) CERTO, porque: o verbo “preferir” apenas aceita a preposição “a” em sua regência.
- b) Errado, porque: o verbo preferir foi usado sem preposição.
- c) Errado, porque: embora seja comum esta utilização, o verbo “preferir” não aceita a preposição “de” nem advérbios de intensidade.
- d) Errado, porque: o verbo não aceita a preposição “de’.
- e) Errado, porque: embora a preposição “a” esteja correta, o verbo não aceita advérbio de intensidade.



#### Preste Atenção:

A questão requereu a análise da regência do verbo “preferir”, o qual – segundo a norma culta – é transitivo direto e indireto, exigindo na parte indireta apenas a preposição “a”. Vale lembrar que tal verbo não aceita advérbios de intensidade para auxiliar a contextualização.

Leia o texto para responder às questões a seguir.

#### Madrugada

*Duas horas da manhã. Às sete, devia estar no aeroporto. Foi quando me lembrei de que, na pressa daquela manhã, ao sair do hotel, deixara no banheiro o meu creme dental. Examinei a rua. Nenhuma farmácia aberta. Dei meia volta, rumei por uma avenida qualquer, o passo mole e sem pressa, no silêncio da noite.*

*Alguma farmácia haveria de plantão... Rua deserta. Dois ou três quarteirões mais além, um guarda. Ele me daria indicação. Deu.*

*Farmácia Metrópole, em rua cujo nome não guardei.*

*– O senhor vai por aqui, quebra ali, segue em frente.*

*Dez ou doze quarteirões. A noite era minha. Lá fui. Pouco além, dois tipos cambaleavam. Palavras vazias no espaço cansado. Atravessei, cauteloso, para a calçada fronteira. E já me esquecera dos companheiros eventuais da noite sem importância, quando estremeci, ao perceber, pelas pisadinhas leves, um cachorro atrás de mim. Tenho velho horror a cães desconhecidos. Quase igual ao horror pelos cães conhecidos, ou de conhecidos, cuja lambida fria, na intimidade que lhes tenho sido obrigado a conceder, tantas vezes, me provoca uma incontrolável repugnância.*

*Senti um frio no estômago. Confesso que me bambeou a perna. Que desejava de mim aquele cão ainda não visto, evidentemente à minha procura? Os meus bêbados haviam dobrado uma esquina. Estávamos na rua apenas eu e aqueles passos cada vez mais próximos. Minha primeira reação foi apressar a marcha.*

*Mas desde criança me ensinaram que correr é pior. Cachorro é como gente: cresce para quem se revela o mais fraco. Dominei-me, portanto, só eu sei com que medo. O bicho estava perto. Ia atacar-me a barriga da perna? Passou-me pela cabeça o grave da situação. Que seria de mim, atacado por um cão feroz numa via deserta, em plena madrugada, na cidade estranha? Como me arranjaria? Como reagiria? Como lutar contra o monstro, sem pedra nem pau, duas coisas tão úteis banidas pela vida urbana?*

*Nunca me senti tão pequeno. Eu estava só, na rua e no mundo. Ou melhor, a rua e o mundo estavam cheios, cheios daqueles passos cada vez mais vizinhos. Sim, vinham chegando. Não fui atacado, porém. O animal já estava ao meu lado, teque-teque, os passinhos sutis. Bem... Era um desconhecido*

*inofensivo. Nada queria comigo. Era um cão notívago, alma boêmia como tantos homens, cão sem teto que despertara numa soleira de porta e sentira fome. Com certeza, saindo em busca de latas de lixo e comida ao relento.*

*Um doce alívio me tomou. Logo ele estaria dois, três, dez, muitos passinhos miúdos e leves cada vez mais à frente, cada vez mais longe... Não se prolongou, porém, a repousante sensação.*

*O animal continuava a meu lado, acertando o passo com o meu – teque-teque, nós dois sozinhos, cada vez mais sós... Apresssei a marcha.*

*Lá foi ele comigo. Diminuí. O bichinho também. Não o olhara ainda. Sabia que ele estava a meu lado. Os passos o diziam. O vulto. Pelo canto do olho senti que ele não me olhava também, o focinho para a frente, o caminhar tranquilo, muito suave, na calçada larga.*

(Orígenes Lessa. *Balbino, Homem do Mar*. Fragmento adaptado.)

- 170. (Investigador de Polícia – PC/SP – VUNESP – 2013)** O texto é uma narrativa em primeira pessoa na qual o narrador-personagem relata uma situação de
- comichidade, ao encontrar um cachorro realmente perigoso, mas que por sorte não o atacou.
  - saudosismo, ao pensar nos cachorros assemelhados aos seres humanos.
  - delírio, ao relembrar os perigos vividos ao ser atacado por cachorros conhecidos e desconhecidos.
  - temor, ao sair de madrugada pelas ruas e ser acompanhado de um cachorro.
  - pavor, ao deparar-se com um cachorro violento que o persegue na madrugada.

#### GABARITO OFICIAL: D

#### JUSTIFICATIVA:

- Errado, porque: não há nada cômico neste trecho da narrativa do autor.
- Errado, porque: é impossível inferir que o narrador sinta saudades de algo ou alguém.
- Errado, porque: o narrador não delira, haja vista contar um fato real, além disso ele não foi atacado.
- CERTO, porque: embora o autor faça referência à semelhança entre cachorro e o homem, o tema de sua narrativa é o temor que sente dos cachorros de um modo geral e, naquele caso específico, do animal que o acompanhava na madrugada.
- Errado, porque: até poderíamos pensar que o narrador estava apavorado, contudo, a partir da leitura sabemos que o cachorro não era violento.



#### Preste Atenção:

Texto narrativo é aquele em que se expõe um fato, conta-se uma história. Há um narrador que pode estar em primeira ou terceira pessoa. Ao ler um texto desse tipo, deve-se estar atento aos personagens, à descrição do espaço, às indicações de tempo, além do próprio fato em si. É a partir de tais indicações que se descobrem as intenções do narrador – ironia, comichidade, saudosismo, temor, delírio etc.

- 171. (Investigador de Polícia – PC/SP – VUNESP – 2013)** O sentimento do narrador, ao pressentir a companhia do cachorro, decorre de
- sua ojeriza em relação a esse tipo de animal.
  - seu estado de leve embriaguez e cansaço.
  - seu mau humor por causa do creme dental que acabara.
  - sua sensação de insegurança com a presença dos bêbados.
  - sua saudade dos tempos de infância e de juventude.

**GABARITO OFICIAL: A****JUSTIFICATIVA:**

- a) CERTO, porque: a partir do trecho “tenho velho horror a cães desconhecidos. Quase igual ao horror pelos cães conhecidos, ou de conhecidos, cuja lambida fria, na intimidade que lhes tenho sido obrigado a conceder, tantas vezes, me provoca uma incontrolável repugnância”. Confirma-se que o narrador tem ojeriza – horror, repugnância – a cães.
- b) Errado, porque: não há tais sentimentos em relação à presença do cão.
- c) Errado, porque: não há relação entre o fato do creme dental acabar e a presença do cachorro.
- d) Errado, porque: a pergunta se refere apenas ao momento em que o narrador sente a presença do cão, não de bêbados.
- e) Errado, porque: o narrador diz que sente “velho horror a cães desconhecidos”, mas isso não permite a inferência de que ele sente saudade de tempos da infância e de juventude.

**Preste Atenção:**

Quando o examinador fizer referência a um trecho específico do texto, a interpretação deve se limitar a tal trecho e não ao texto todo. Neste caso, apenas ao momento em que o narrador sente a presença do cão.

- 172. (Investigador de Polícia – PC/SP – VUNESP – 2013)** Na passagem – Ou melhor, a rua e o mundo estavam cheios, cheios daqueles passos cada vez mais vizinhos. –, o termo vizinhos significa que o narrador considerava que os passos
- a) eram de alguma pessoa conhecida.                      d) indicavam um morador do local.
- b) assemelhavam-se a de um turista.                      e) se faziam ouvir bem além no quarteirão.
- c) estavam a uma pequena distância.

**GABARITO OFICIAL: C****JUSTIFICATIVA:**

- a) Errado, porque: a palavra vizinho não se refere à pessoa conhecida, mas sim à proximidade do cachorro.
- b) Errado, porque: não há relação de sentido entre a palavra vizinho e turista.
- c) CERTO, porque: o termo “vizinho” no contexto faz referência à proximidade do cachorro em relação ao narrador.
- d) Errado, porque: a palavra vizinho não está usada em seu sentido literal, por isso não faz referência a morador.
- e) Errado, porque: o termo vizinho está usado em relação à proximidade e não a distância.

**Preste Atenção:**

Para interpretar as palavras e expressões não se deve considerar apenas seu sentido literal ou denotativo, mas sua aplicação no contexto. Tudo depende do que o autor quis representar no texto.

- 173. (Investigador de Polícia – PC/SP – VUNESP – 2013)** Na frase – Atravessei, cauteloso, para a calçada fronteira. –, são antônimo de cauteloso e sinônimo de fronteira, respectivamente:
- a) petulante e divisa.

- b) presumido e adjacente.
- c) prevenido e limiar.
- d) incauto e anterior.
- e) imprudente e frontal.

**GABARITO OFICIAL: E****JUSTIFICATIVA:**

- a) Errado, porque: “petulante” não é antônimo a “cauteloso”, nem “fronteira” sinônimo a “divisa”.
- b) Errado, porque: “cauteloso” não tem relação de sentido com “presumido” e “adjacente” não é sinônimo a “fronteira”.
- c) Errado, porque: “prevenido” é sinônimo a “cauteloso”, a questão pedia uma palavra antônima; além disso, “limiar” não é sinônimo a “fronteira”.
- d) Errado, porque: “incauto” não tem relação de sentido com “cauteloso” e “anterior” não é sinônimo a “fronteira”.
- e) CERTO, porque: a palavra “imprudente” – sem prudência ou cuidado – é o oposto de “cauteloso” – com cuidado ou cautela. Além disso, pelo contexto, “fronteira” é sinônima a “frontal” (calçada da frente, fronteira, frontal).

**Preste Atenção:**

Palavras antônimas são aquelas com sentido oposto e as sinônimas, as que possuem o mesmo sentido. Para se fazer a análise de tais palavras é imprescindível analisar o contexto.

- 174. (Investigador de Polícia – PC/SP – VUNESP – 2013)** No trecho – O bicho estava perto. Ia atacar-me a barriga da perna? Passou-me pela cabeça o grave da situação. Que seria de mim, atacado por um cão feroz numa via deserta, em plena madrugada, na cidade estranha? Como me arranjaría? Como reagiria? Como lutar contra o monstro, sem pedra nem pau, duas coisas tão úteis banidas pela vida urbana? –, as orações interrogativas indicam as
- a) evocações do passado do narrador.
  - b) hipóteses levantadas pelo narrador.
  - c) possibilidades de o narrador atacar o bicho.
  - d) brincadeiras do narrador com a situação.
  - e) sugestões dos transeuntes ao narrador.

**GABARITO OFICIAL: B****JUSTIFICATIVA:**

- a) Errado, porque: a referência ao passado é acerca de um velho medo de cães, o que não está neste trecho específico.
- b) CERTO, porque: por conta do temor que sentia, o narrador arquiteta hipóteses enquanto o cachorro se aproxima.
- c) Errado, porque: é o contrário: o narrador faz suposições porque sentia medo do cachorro atacá-lo.
- d) Errado, porque: o narrador não brincava, dado o temo que sentia.
- e) Errado, porque: o narrador estava sozinho e fazia hipóteses em seus pensamentos.



### Preste Atenção:

Quando o examinador fizer referência a um trecho específico do texto, a interpretação deve se limitar a tal trecho e não ao texto todo.

**175. (Investigador de Polícia – PC/SP – VUNESP – 2013)** Assinale a alternativa em que o trecho, reescrito com base nas informações textuais, está de acordo com a norma-padrão da língua portuguesa.

- a) Já tinha dado duas horas da manhã e, às sete, eu devia estar no aeroporto. Lembrei-me, então, de que estava sem creme dental, pois, na pressa daquela manhã, ao sair do hotel, tinha deixado-o no banheiro.
- b) Já era duas horas da manhã e, às sete, eu devia estar no aeroporto. Me lembrei, então, de que estava sem creme dental, pois, na pressa daquela manhã, ao sair do hotel, o tinha deixado no banheiro.
- c) Já era duas horas da manhã e, às sete, eu devia estar no aeroporto. Lembrei, então, de que estava sem creme dental, pois, na pressa daquela manhã, ao sair do hotel, tinha lhe deixado no banheiro.
- d) Já eram duas horas da manhã e, às sete, eu devia estar no aeroporto. Lembrei, então, que estava sem creme dental, pois, na pressa daquela manhã, ao sair do hotel, tinha-o deixado no banheiro.
- e) Já tinham dado duas horas da manhã e, às sete, eu devia estar no aeroporto. Me lembrei, então, que estava sem creme dental, pois, na pressa daquela manhã, ao sair do hotel, tinha-o deixado no banheiro.

### GABARITO OFICIAL: D

#### JUSTIFICATIVA:

- a) Errado, porque: há um erro de concordância verbal – já tinham dado duas horas – e de colocação pronominal em “tinha deixado-o”, não há ênclise com verbos no particípio.
- b) Errado, porque: há um erro de concordância verbal – era duas horas –, pois o verbo deveria estar no plural e há, ainda, um desvio de colocação pronominal em “me lembrei” já que pronome oblíquo não inicia período.
- c) Errado, porque: há um erro de concordância verbal no trecho “era duas horas da manhã” em que o verbo deveria estar no plural; dois desvios de regência: o primeiro no período “Lembrei, então, de que estava sem creme dental,”, uma vez que o verbo “lembrar”, quando usado sem pronome reflexivo, não aceita a preposição “de”, o segundo, na utilização do pronome “lhe” no período “tinha lhe deixado no banheiro”, o qual só deve representar o complemento verbal preposicionado (objeto indireto).
- d) CERTO, porque: além da concordância de plural do verbo “ser” com o sujeito “duas horas”, e da regência do verbo “lembrar” (o qual – quando acompanhado de pronome reflexivo – exige preposição “de”) estarem corretas, a colocação do pronome “me” em relação ao verbo lembrar – pronome oblíquo não inicia frase – e do pronome “o” na estrutura “tinha-o lembrado” também seguiram a norma culta, uma vez que não se constrói ênclise (pronome depois) com verbo no particípio.
- e) Errado, porque: há um desvio de colocação pronominal e de regência no trecho “Me lembrei, então, que estava sem creme dental”, tendo em vista que pronome oblíquo não inicia frase e que o verbo “lembrar”, quando usado com pronome reflexivo, exige preposição “de”.



**JUSTIFICATIVA:**

- a) Errado, porque: não há alteração de sentido, já que no contexto “examinei” e “olhei” são sinônimos.
- b) Errado, porque: ao trocar “na calçada larga” por “na amplitude da calçada” não há alteração de sentido.
- c) Errado, porque: a posição da palavra “nenhuma”, neste caso, não configurou alteração de sentido.
- d) Errado, porque: o acréscimo de “naquela madrugada” não alterou o sentido, apenas reforçou uma ideia óbvia – duas horas da manhã é madrugada.
- e) CERTO, porque: a posição do pronome indefinido “alguma” em relação ao substantivo “farmácia” altera o sentido da comunicação. Aparecendo antes do substantivo, entende-se que haveria, sim, farmácia de plantão. Usado depois do substantivo, tem-se a ideia de negação, isto é, “nenhuma” farmácia estaria aberta.

**Preste Atenção:**

Analisar a alteração semântica pressupõe verificar o sentido conotativo (figurado), denotativo (literal), além do uso das classes gramaticais (substantivo, adjetivo, artigo, pronome etc.) e suas aplicações no contexto.

Leia o texto para responder às questões a seguir.

**“Educação de Futuros Milionários” descarta necessidade de curso superior**

*Dustin Moskovitz, cofundador do Facebook, Sean Parker, presidente fundador do Facebook, e Matt Mullenweg, criador do WordPress, são algumas das pessoas que não concluíram o ensino superior e se tornaram profissionais bem-sucedidos.*

*Buscando compreender o que considerou ser uma tendência para o século 21, Michael Ellsberg realizou seu estudo, que resultou no livro Educação de Futuros Milionários, agora publicado no Brasil.*

*Descartar a necessidade de cursar uma faculdade não quer dizer que o estudo se tornou obsoleto ou algo que pode ser negligenciado. Para Ellsberg, ser autodidata e continuar estudando são as chaves para o sucesso profissional.*

*(Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br>>, 8-11-2012. Adaptado.)*

**178. (Escrivão de Polícia – PC/SP – VUNESP – 2013)** O termo tendência, em destaque no segundo parágrafo, refere-se ao fato de

- a) o estudo formal ter se tornado uma condição premente para a conquista de altos salários no universo corporativo.
- b) existir a possibilidade de aumentar o número de profissionais bem-sucedidos que não cursaram o ensino superior.
- c) a seleção de profissionais para o trabalho em grandes multinacionais ignorar a formação escolar do candidato.
- d) o enriquecimento precoce entre jovens graduados ter se tornado certo.
- e) o sucesso profissional ser mais garantido àqueles jovens que não chegaram a ingressar na universidade.

**GABARITO OFICIAL: B****JUSTIFICATIVA:**

- a) Errado, porque: segundo o autor, o estudo não é condição premente para a conquista do sucesso profissional.

- b) CERTO, porque: no contexto em que aparece, a palavra “tendência” aparece associada à ideia anteriormente exposta de que é possível pessoas que não cursaram o nível superior alcançarem sucesso profissional.
- c) Errado, porque: o autor não afirma que as empresas ignoram a formação dos candidatos.
- d) Errado, porque: segundo o texto o enriquecimento não é certo.
- e) Errado, porque: o autor não afirma que o sucesso é mais garantido aos que não cursaram a universidade.

**Preste Atenção:**

Quando o examinador exigir a análise de um trecho do texto, a interpretação deve estar limitada a ele e não ao texto todo. Neste caso, foi solicitado o entendimento do desenvolvimento da dissertação.

- 179. (Escrivão de Polícia – PC/SP – VUNESP – 2013)** De acordo com a leitura do texto, para quem deseja alcançar o sucesso profissional, permanecer estudando é
- a) improfícuo.
  - b) supérfluo.
  - c) excessivo.
  - d) imprescindível.
  - e) antiquado.

**GABARITO OFICIAL: D****JUSTIFICATIVA:**

- a) Errado, porque: “improfícuo” significa “sem proveito”, portanto está fora do contexto.
- b) Errado, porque: para o autor, estudar é importante e não supérfluo.
- c) Errado, porque: no contexto não é cabível a referência a “excessivo”.
- d) CERTO, porque: embora o texto fale sobre um estudo que analisa a possibilidade de se alcançar sucesso profissional sem ingressar na universidade, o autor destaca o pensamento do pesquisador ao dizer que “ser autodidata e continuar estudando são as chaves para o sucesso profissional”, logo, permanecer estudando é imprescindível.
- e) Errado, porque: pelo contexto, estudar é importante, não antiquado.

**Preste Atenção:**

É necessário procurar compreender não só o contexto como um todo, mas também o significado das palavras e expressões para interpretar os textos.

- 180. (Escrivão de Polícia – PC/SP – VUNESP – 2013)** Observe a passagem do primeiro parágrafo:
- “... são algumas das pessoas que não concluíram o ensino superior e se tornaram profissionais bem-sucedidos.”
- Assinale a alternativa em que o acréscimo de uma conjunção explicita a ideia de oposição entre as orações dessa passagem.
- a) e, assim, se tornaram profissionais bem-sucedidos.
  - b) e, pois, se tornaram profissionais bem-sucedidos.
  - c) e, contudo, se tornaram profissionais bem-sucedidos.
  - d) e, portanto, se tornaram profissionais bem-sucedidos.
  - e) e, porque, se tornaram profissionais bem-sucedidos.

**GABARITO OFICIAL: C**

**JUSTIFICATIVA:**

- a) Errado, porque: a conjunção utilizada expressa ideia de conclusão.
- b) Errado, porque: foi usada uma conjunção explicativa.
- c) CERTO, porque: no enunciado da questão, é solicitado o reconhecimento de uma relação de oposição, o que é estabelecido a partir do uso de conjunções adversativas (mas, porém, contudo, todavia, entretanto, não obstante).
- d) Errado, porque: há conjunção conclusivas.
- e) Errado, porque: foi usada uma conjunção explicativa.

**Preste Atenção:**

É necessário analisar o valor semântico das conjunções. As principais são as adversativas (oposição), as conclusivas (relação lógica), as explicativas (justificativa).

- 181. (Escrivão de Polícia – PC/SP – VUNESP – 2013)** No que se refere às regras de regência nominal, assinale a alternativa que substitui corretamente a expressão destacada em – Buscando compreender o que considerou ser uma tendência para o século 21, Michael Ellsberg realizou seu estudo (...).
- a) Determinado a
  - b) Empenhado sob
  - c) Resolvido de
  - d) Propenso em
  - e) Disposto com

**GABARITO OFICIAL: A****JUSTIFICATIVA:**

- a) CERTO, porque: o adjetivo “determinado” está corretamente associado à preposição “a”.
- b) Errado, porque: “empenhado” exige preposição “a”.
- c) Errado, porque: “resolvido” exige preposição “a”.
- d) Errado, porque: “propenso” também exige preposição “a”.
- e) Errado, porque: “disposto” exige preposição “a”.

**Preste Atenção:**

A regência nominal é a parte da gramática que estuda a relação de dependência entre os nomes – substantivos, adjetivos e advérbios – e os termos que completam seu sentido. Analisar a preposição usada nessa relação é essencial.

- 182. (Escrivão de Polícia – PC/SP – VUNESP – 2013)** Assinale a alternativa que completa respectivamente as lacunas, em conformidade com a norma-padrão de conjugação verbal. Há quem acredite que alcançará o sucesso profissional quando \_\_\_\_\_ um diploma de mestrado, mas há aqueles que \_\_\_\_\_ de opinião e procuram investir em cursos profissionalizantes.
- a) obtiver ... divergem
  - b) obter ... divergem
  - c) obtesse ... devirgem
  - d) obter ... divirgem
  - e) obtiver ... divergem

**GABARITO OFICIAL: E**

**JUSTIFICATIVA:**

- a) Errado, porque: “divergem” é uma conjugação inexistente.
- b) Errado, porque: pelo contexto, o verbo “obter” deve ser conjugado no subjuntivo, logo, assumiria a forma “obtiver”
- c) Errado, porque: as formas “obtesse” e “devirgem” são inexistentes.
- d) Errado, porque: “obter/ deveria ser / obtiver” e a forma “divergem” é inexistente.
- e) CERTO, porque: o verbo “obter” segue o mesmo modelo de conjugação do verbo “ter”, assim, se no futuro do subjuntivo “ter” toma a forma “tiver”, “obter” será “obtiver”. “Divergir”, conjugado no contexto no presente do indicativo, assume a forma “divergem”.

**Preste Atenção:**

Para conjugar alguns verbos, deve-se procurar o seu radical. Por exemplo, a partir do verbo “ter”, conjugam-se “obter, conter, deter, manter, reter, abster, ater, entreter”. De “pôr” saem todos os verbos terminados em “por”; as mesmas formas de “ver” são as de ‘prever, rever, antever’; já o verbo “vir” é o modelo para “intervir, provir, advir, sobrevir, convir, avir-se e desavir-se”.

**183. (Escrivão de Polícia – PC/SP – VUNESP – 2013)** Leia o cartum.



(Mandrade, disponível em: <[www1.folha.uol.com.br](http://www1.folha.uol.com.br)>, 2-10-2012.)

A expressão desde que estabelece, entre as orações, relação de

- a) condição.
- b) comparação.
- c) conformidade.
- d) causa.
- e) consequência.

**GABARITO OFICIAL: A****JUSTIFICATIVA:**

- a) CERTO, porque: “Desde que” é uma locução conjuntiva condicional, assim como “se”.
- b) Errado, porque: a principal conjunção comparativa é “assim como”.
- c) Errado, porque: a relação de conformidade é estabelecida principalmente pela conjunção “conforme”.
- d) Errado, porque: a ideia de causa é representada principalmente por “como”.
- e) Errado, porque: a relação de consequência se dá a partir do uso da conjunção “que”.

**Preste Atenção:**

Além de analisar o contexto, é necessário conhecer as conjunções – coordenativas (aditivas, alternativas, adversativas, conclusivas e explicativas) e subordinativas (causais, consecutivas, comparativas, condicionais, concessivas, conformativas, finais, proporcionais, temporais).

Leia o texto para responder às questões a seguir.

### Um mundo sem estantes

*Um amigo entra na minha casa nova, vê as estantes ainda vazias e começa o bombardeio: “Para que espaço para tanto livro? Livro está acabando”. Ele não quer saber da vista, de nenhum detalhe da obra, da arquitetura ou da decoração. O incômodo com as estantes é maior que tudo isso.*

*Para me safar do cerco, banco o moderno. “Claro que eu sei, os livros eletrônicos são o futuro. Mas isso aqui é para armazenar o que eu já tenho, entende?” Cascata, tática diversionista. Eu sabia que, se já estava sob tiroteio pesado, tudo iria piorar quando meu amigo visse a outra face do móvel. Ali, eu dava os primeiros passos para guardar meus CDs. Mas o sentimento só dura até o próximo balaço: “E esse monte de lugar para CDs? CD não vai existir mais”. Em busca de trégua, sugiro sairmos para jantar. Encontramos a mulher dele. Como na faixa de Gaza, o cessar-fogo tem curta duração. “O Álvaro está maluco, botou um monte de estantes na casa nova, parece que não sabe que livros e CDs estão condenados.”*

*Isso faz alguns anos. Nem preciso dizer que, tanto para livros quanto para CDs, o espaço naquelas estantes, que pareciam obsoletas, está no fim. E o mais irônico: meu amigo, profeta do apocalipse do plástico e do papel, nunca chegou a comprar um leitor eletrônico de livros. Continua encomendando seus volumes de papel. Já eu, dono do imóvel ultrapassado, adotei o livro digital. Caminho sem volta para um mundo sem estantes? Talvez não.*

*O futuro desse universo cada vez mais digital é cheio de riscos. Imagine: colapso na nuvem. Crashes de servidores, fibras ópticas rompidas, blecautes em série nos principais polos hi-tech da Terra. Nos primórdios da web, uma situação assim teria uma consequência grave: internet fora do ar. Grave, porém única.*

*Músicas, filmes e demais arquivos baixados pela rede estariam a salvo, guardados nos computadores das casas das pessoas. Mas, hoje, tudo mudou. Um crash gigantesco seria muito mais devastador. Porque cada vez menos gente armazena em casa seus arquivos digitais. Está tudo em servidores poderosos, espalhados pelo mundo. Nessa nuvem, digital e amorfa.*

*Não é fora de propósito imaginar um cenário de perda de contato com essa nuvem. Sem livros físicos, sem CDs, os arquivos digitais ficariam perdidos na nuvem isolada. A desordem digital extrema. E o mundo das ideias salvo pelas estantes.*

(Álvaro Pereira Júnior, *Folha de S.Paulo*, 8-12-2012. Adaptado.)

### Glossário

*crash: quebra, colapso*

*hi-tech: de tecnologia avançada*

*web: rede, internet*

**184. (Escrivão de Polícia – PC/SP – VUNESP – 2013)** Na opinião do autor, os

- livros eletrônicos têm qualidade superior à dos livros físicos.
- CDs e livros de papel devem ser descartados por ocuparem muito espaço.
- livros eletrônicos não deixarão lugar para os livros de papel.
- livros físicos podem continuar existindo ao lado dos eletrônicos.
- CDs, assim como os livros físicos, são antiquados e inúteis.

### GABARITO OFICIAL: D

#### JUSTIFICATIVA:

- Errado, porque: o autor não afirma tal superioridade, ao contrário, fala sobre a importância dos livros físicos.
- Errado, porque: o texto não diz que os livros de papel devem ser descartados, mas sim que podem conviver com os eletrônicos.
- Errado, porque: é incorreta tal inferência, o autor acredita que sempre haverá livros de papel.
- CERTO, porque: apesar de o autor afirmar que já comprara um leitor digital e explicitar as vantagens de se ter tudo arquivado de forma digital, fica claro que ele é tradicional, quando, na iminência de um colapso na rede, ele diz: “E o mundo das ideias salvo pelas estantes”.

- e) Errado, porque: o autor cita exatamente que os CDs e livros de papel são úteis, principalmente se houver algum problema tecnológico.



**Preste Atenção:**

Para responder este tipo de enunciado, deve-se considerar o texto todo, não apenas um recorte.

- 185. (Escrivão de Polícia – PC/SP – VUNESP – 2013)** No segundo parágrafo, ao descrever a maneira como o amigo o abordou a respeito de suas estantes para livros e CDs, o autor remete a um cenário de
- sonho, o que se evidencia pelo uso dos termos sentimento e maluco.
  - guerra, o que se evidencia pelo uso dos termos tiroteio e cessar-fogo.
  - festa, o que se evidencia pelo uso dos termos tática e jantar.
  - comemoração, o que se evidencia pelo uso dos termos trégua e mulher.
  - dança, o que se evidencia pelo uso dos termos móvel e passos.

**GABARITO OFICIAL: B**

**JUSTIFICATIVA:**

- Errado, porque: o autor se refere a uma discussão com o amigo e não a um cenário de sonho.
- CERTO, porque: o autor utiliza-se do valor semântico das palavras “tiroteio” e “cessar-fogo” para comparar o diálogo que desenvolvia com o amigo a um cenário de guerra.
- Errado, porque: já que há uma discussão entre os dois, não existe cenário de festa.
- Errado, porque: devido à discussão, a ideia não é de comemoração.
- Errado, porque: a discussão não pode ser associada à ideia de dança.



**Preste Atenção:**

Quando o examinador exigir a análise de um trecho do texto, a interpretação deve estar limitada a ele e não ao texto todo.

- 186. (Escrivão de Polícia – PC/SP – VUNESP – 2013)** Na expressão do terceiro parágrafo – profeta do apocalipse do plástico e do papel –, o termo apocalipse tem sentido equivalente a
- descoberta.
  - êxito.
  - fim.
  - justiça.
  - resistência.

**GABARITO OFICIAL: C**

**JUSTIFICATIVA:**

- Errado, porque: a ideia de “descoberta” não é sinônima a “profeta do apocalipse”.
- Errado, porque: o autor faz referência a alguém que proclama o fim do plástico e do papel, logo, não está associado a “êxito”.
- CERTO, porque: embora “apocalipse” signifique “revelação”, é comum associar tal vocábulo à ideia de “fim”, por se tratar do último livro da Bíblia, em que se acredita descrever o final dos tempos. Percebe-se essa alusão também por meio da palavra “profeta”, utilizada no contexto.
- Errado, porque: a ideia de justiça não se aplica ao contexto.
- Errado, porque: resistência não foi o que o autor quis expressar ao dizer que o amigo anunciava o fim dos CDs e livros de papel.

**Preste Atenção:**

Em questões que exigem a análise de termos sinônimos deve-se considerar não apenas o sentido literal das palavras e expressões, mas também o contexto em que foram aplicados.

- 187. (Escrivão de Polícia – PC/SP – VUNESP – 2013)** De acordo com o autor, o futuro digital é “cheio de riscos” porque
- a) o armazenamento de dados em servidores potentes é muito caro e inacessível ao usuário comum.
  - b) os servidores existentes são precários, com capacidade muito limitada para armazenar informações.
  - c) as pessoas continuam guardando os arquivos em papel nas suas casas, onde há pouca segurança.
  - d) os indivíduos perdem a liberdade de expressão ao permitirem que o governo monitore seus dados.
  - e) os usuários comuns não têm controle sobre o local em que seus dados são armazenados.

**GABARITO OFICIAL: E****JUSTIFICATIVA:**

- a) Errado, porque: o autor não faz referência ao custo desse armazenamento.
- b) Errado, porque: a autor afirma exatamente o contrário, ou seja, que os servidores são potentes e estão espalhados pelo mundo.
- c) Errado, porque: o texto afirma que poucas pessoas armazenam seus arquivos em casa.
- d) Errado, porque: não há referência à perda de liberdade de expressão.
- e) CERTO, porque: como os usuários não têm controle de onde seus dados serão armazenados, há o risco de, num eventual problema técnico, tais dados se perderem.

**Preste Atenção:**

No enunciado da questão, há a presença da conjunção “porque”, logo, o examinador quer uma justificativa para a afirmação de que o futuro digital é cheio de riscos. Tal explicação encontra-se no trecho “porque cada vez menos gente armazena em casa seus arquivos digitais. Está tudo em servidores poderosos, espalhados pelo mundo. Nessa nuvem, digital e amorfa. (...) Não é fora de propósito imaginar um cenário de perda de contato com essa nuvem. Sem livros físicos, sem CDs, os arquivos digitais ficariam perdidos na nuvem isolada”.

# RACIOCÍNIO LÓGICO

## Sobre o Autor

### **Roberto Eugênio Pereira Soares**

Especialista em Matemática Aplicada (probabilidade e estatística) pela UNICSUL-SP.

Professor de Cursos Preparatórios para Concursos Públicos.

Docente em Matemática, Raciocínio Lógico, Matemática Financeira e Estatística.

Professor titular na Escola Superior Paulista de Administração (ESPA-FGV/GRU-SP).



1. **(Papiloscopista – PC/GO – FUNIVERSA – 2015)** Rafael, Sousa, Carlos, Jairo e Adão, papiloscopistas da Polícia Civil do estado de Goiás, nasceram em Goiânia, Ceres, Anápolis, Abadiânia e Rio Verde, não necessariamente nessa ordem. No mês de janeiro, eles participaram de um curso de especialização, em Goiânia, para aprimorar e padronizar procedimentos referentes a locais de crimes. Rafael, Carlos e o nascido em Rio Verde desconhecem pesquisas necropapiloscópicas; o que nasceu em Anápolis dividiu alojamento com Adão; Rafael, Carlos e Jairo zombaram do sotaque do que nasceu em Abadiânia; no almoço de final do curso, o que nasceu em Goiânia, Carlos, Jairo e Sousa comeram um delicioso frango com pequi e o de Anápolis preferiu churrasco. Com base nessa situação hipotética, é correto afirmar que
- Adão nasceu em Ceres e Sousa nasceu em Rio Verde.
  - Rafael nasceu em Goiânia e Jairo nasceu em Abadiânia.
  - Sousa nasceu em Anápolis e Carlos nasceu em Ceres.
  - Carlos nasceu em Abadiânia e Rafael nasceu em Anápolis.
  - Jairo nasceu em Rio Verde e Adão nasceu em Goiânia.

**GABARITO OFICIAL: E****Resolução:**

Para resolvermos esse tipo de questão, devemos fazer uma associação da seguinte maneira: vamos separar as informações e preencher a tabela de associação.

Rafael, Carlos e o nascido em Rio Verde. Com essa informação, podemos dizer que nem Rafael nem Carlos nasceram em Rio Verde.

	Goiânia	Ceres	Anápolis	Abadiânia	Rio Verde
Rafael					NÃO
Sousa					
Carlos					NÃO
Jairo					
Adão					

O que nasceu em Anápolis dividiu alojamento com Adão. Com essa informação, podemos dizer que Adão não nasceu em Anápolis.

	Goiânia	Ceres	Anápolis	Abadiânia	Rio Verde
Rafael					NÃO
Sousa					
Carlos					NÃO
Jairo					
Adão			NÃO		

Rafael, Carlos e Jairo zombaram do sotaque do que nasceu em Abadiânia. Com essa informação, podemos afirmar que nenhum dos três nasceu em Abadiânia.

	Goiânia	Ceres	Anápolis	Abadiânia	Rio Verde
Rafael				NÃO	NÃO
Sousa					
Carlos				NÃO	NÃO
Jairo				NÃO	
Adão			NÃO		

No almoço de final do curso, o que nasceu em Goiânia, Carlos, Jairo e Sousa comeram um delicioso frango com pequi e o de Anápolis preferiu churrasco. Com essa informação, podemos dizer que Carlos, Jairo e Sousa não nasceram em Goiânia nem em Anápolis.

	Goiânia	Ceres	Anápolis	Abadiânia	Rio Verde
Rafael				NÃO	NÃO
Sousa	NÃO		NÃO		
Carlos	NÃO		NÃO	NÃO	NÃO
Jairo	NÃO		NÃO	NÃO	
Adão			NÃO		

Assim, agora será possível terminar de preencher a tabela de associação.

Veja que sobrou Anápolis para o Rafael, pois nenhum dos outros nasceu em Anápolis. Assim, podemos finalizar geral, pois vai sempre sobrar uma cidade para alguém. Vejamos:

	Goiânia	Ceres	Anápolis	Abadiânia	Rio Verde
Rafael	NÃO	NÃO	SIM	NÃO	NÃO
Sousa	NÃO		NÃO		
Carlos	NÃO		NÃO	NÃO	NÃO
Jairo	NÃO		NÃO	NÃO	
Adão			NÃO		

Veja que agora sobrou Goiânia para Adão.

	Goiânia	Ceres	Anápolis	Abadiânia	Rio Verde
Rafael	NÃO	NÃO	SIM	NÃO	NÃO
Sousa	NÃO		NÃO		NÃO
Carlos	NÃO		NÃO	NÃO	NÃO
Jairo	NÃO		NÃO	NÃO	
Adão	SIM	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO

Veja que agora sobrou Abadiânia para Sousa, e assim será possível terminar o preenchimento.

Veja:

	Goiânia	Ceres	Anápolis	Abadiânia	Rio Verde
Rafael	NÃO	NÃO	SIM	NÃO	NÃO
Sousa	NÃO	NÃO	NÃO	SIM	NÃO
Carlos	NÃO	SIM	NÃO	NÃO	NÃO
Jairo	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO	SIM
Adão	SIM	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO

Logo, a resposta correta é a alternativa E = Jairo nasceu em Rio Verde e Adão nasceu em Goiânia.

2. **(Papiloscopista – PC/GO – FUNIVERSA – 2015)** Dos candidatos inscritos para o concurso para papiloscopista da Polícia Civil do estado de Goiás, 850 compareceram para realizar as provas de conhecimentos gerais, de conhecimentos específicos e discursiva. Todas as provas foram corrigidas e constatou-se que 290 candidatos não atingiram a pontuação mínima na prova de conhecimentos específicos, 330 não atingiram a pontuação mínima na prova discursiva, 190 não atingiram a pontuação mínima na prova de conhecimentos gerais, 135 não atingiram a pontuação mínima nas provas de conhecimentos específicos e discursiva, 90 não atingiram a pontuação mínima nas provas de conhecimentos específicos e gerais, 150 não atingiram a pontuação mínima nas provas de conhecimentos gerais e discursiva e 65 não atingiram a pontuação mínima em nenhuma das 3 provas.

Considerando esse caso hipotético, é correto afirmar que, dos 850 candidatos que fizeram as provas de conhecimentos gerais, de conhecimentos específicos e discursiva, a quantidade que atingiu pontuação mínima nas 3 provas foi

- a) superior a 390. d) superior a 330 e inferior a 360.  
 b) inferior a 300. e) superior a 360 e inferior a 390.  
 c) superior a 300 e inferior a 330.

**GABARITO OFICIAL: D**

**Resolução:**

Temos aqui mais uma questão sobre diagramas lógicos, teoria dos conjuntos. Vamos aos dados mais importantes:

Total = 850

Conhecimentos específicos = 290

Prova discursiva = 330

Conhecimentos gerais = 190

Conhecimentos específicos e discursiva = 135

Conhecimentos específicos e gerais = 90

Gerais e discursiva = 150

Nenhuma das 3 provas = 65

Aplicando o “macete”:

$G = 290 + 330 + 190 = 810$

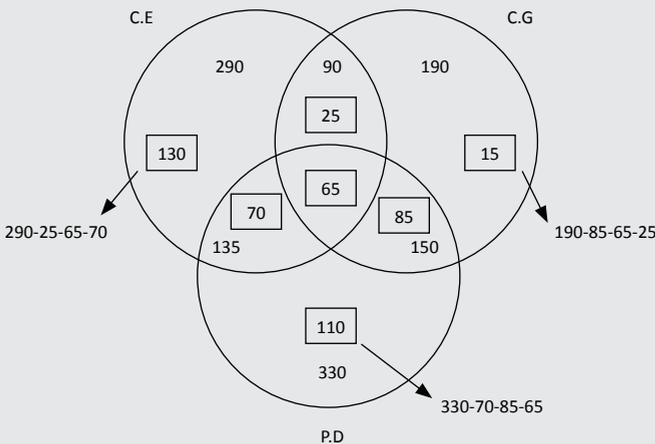
$M = 135 + 90 + 150 = 375$

$P = 65$

Logo, temos:  $810 - 375 + 65 = 500$

Como o total é igual a 850, então a quantidade que falta é 350.

**Demonstração por diagramas**



Somando todas as caixinhas, temos:  $130 + 25 + 65 + 70 + 85 + 110 + 15 = 500$ . Então, para o total de 850, faltam 350.



**Preste Atenção:**

Sempre que no exercício sobre diagramas lógicos forem fornecidos todos os dados e a pergunta for a intersecção dos três conjuntos, basta usar a dica, que é:

$G - M + P$ , do resultado, ver quanto falta para o total, pois este valor será a resposta.

- $G$  = grande: as três quantidades maiores, ou seja, os valores dos conjuntos individuais. Melhor dizendo, não entra nenhuma intersecção. São eles: total de A, total de B, total de C.
- $M$  = médio: os valores das intersecções de dois, ou seja, são os valores que estão separados pelo e. Melhor dizendo, A e B; A e C; B e C.
- $P$  = pequeno (é o valor do nenhum).

3. (**Papiloscopista – PC/GO – FUNIVERSA – 2015**) Entre os 100 papiloscopistas aprovados no concurso, 3 serão escolhidos para chefiarem 3 departamentos diferentes. Considerando que todos os 100 sejam igualmente competentes para ocupar qualquer das chefias e que apenas um chefiará cada um desses departamentos, a quantidade de possibilidades de escolha é igual a
- a) 56.300. d) 161.700.  
 b) 970.200. e) 104.800.  
 c) 560.800.

**GABARITO OFICIAL: B****Resolução:**

Temos aqui uma questão sobre princípio da contagem (princípio multiplicativo). Como é necessário escolher 3 papiloscopistas dentre 100, pensamos da seguinte maneira:

100	99	98
1 <sup>o</sup>	2 <sup>o</sup>	3 <sup>o</sup>

Veja que, para a escolha do primeiro, temos 100 possibilidades; para a escolha do segundo, temos 99 possibilidades, pois já tinha escolhido um dos 100; e, por fim, temos 98 possibilidades para a escolha do terceiro.

Agora basta multiplicar as possibilidades e pronto. Resposta =  $100 \times 99 \times 98 = 970.200$  maneiras.

4. (**Médico Legista – PC/SP – VUNESP – 2014**) As afirmações I, II e III estão associadas a conceitos básicos do raciocínio lógico ou da Teoria dos Conjuntos:
- I. O valor lógico de uma conjunção de duas proposições é verdade somente quando ambas as proposições são verdadeiras.
- II. Em uma afirmação condicional cujo valor lógico é verdade, a antecedente e a consequente sempre são verdadeiras.
- III. A reunião de conjuntos está associada à disjunção inclusiva, ao passo que a interseção de conjuntos está relacionada à conjunção.
- Avaliando-se as afirmações I, II e III, pode-se concluir corretamente que o valor lógico delas são, respectivamente,
- a) falsidade, verdade, verdade. d) verdade, verdade, falsidade.  
 b) verdade, falsidade, verdade. e) falsidade, falsidade, falsidade.  
 c) verdade, verdade, verdade.

**GABARITO OFICIAL: B****Resolução:**

Vamos aqui comentar cada uma das afirmações. Vejamos:

I. CERTO, porque: veja que o texto fala do valor lógico da conjunção. Sabemos que na conjunção, que é o nosso conectivo (e), ( $\wedge$ ), ao construirmos a tabela-verdade, podemos observar que está correta a afirmação, pois na conjunção só temos valor lógico verdadeiro, se as duas proposições forem verdadeiras. Vejamos:

p	q	$p \wedge q$
V	V	<b>V</b>
V	F	<b>F</b>
F	V	<b>F</b>
F	F	<b>F</b>

II. Errado, porque: primeiro sabemos que a condicional é o nosso conectivo ( implicação = se então =  $\rightarrow$ ), e sabemos que só será falso se o antecedente for (V) e o conseqüente for (F), ou seja, no nosso macete será a nossa velha ( VERA- FISCHER). Assim, podemos dizer que não necessariamente a antecedente e a conseqüente têm que ser verdadeira para que a proposição seja verdadeira. Vejamos:

p	q	$p \rightarrow q$
V	V	V
V	F	F
F	V	V
F	F	V

III. CERTO, porque: podemos aqui lembrar que disjunção inclusiva é o caso do conectivo (ou), e conjunção como já falamos é o nosso (e). Assim, quando falamos em teoria dos conjuntos, lembramos que A ou B, nada mais é do que a união do conjunto A com o conjunto B, e quando falamos de A e B, falamos de interseção, ou seja (ambos) A e B. Assim a afirmação está correta.

**5. (Médico Legista – PC/SP – VUNESP – 2014)** Considere a afirmação:

*Todos os quatro elementos ingeriram a mesma substância S e morreram por envenenamento.*

Uma negação lógica para a afirmação apresentada está contida na alternativa:

- Pelo menos um dos quatro elementos não ingeriu a substância S ou não morreu por envenenamento.
- Todos os quatro elementos não ingeriram a mesma substância S e não morreram por envenenamento.
- Nenhum dos quatro elementos ingeriu a substância S ou morreu por envenenamento.
- Talvez os quatro elementos não tenham ingerido a substância S, mas todos morreram por envenenamento.
- Existe apenas um dos quatro elementos que não ingeriu a substância S, mas morreu por envenenamento.

**GABARITO OFICIAL: A**

**Resolução:**

Lembramos aqui algumas das palavras que podemos negar o quantificador (TODO), (pelo menos um; algum; existe pelo menos um ou existe algum), lembramos que temos que negar o verbo, também podemos observar que na frase tem um conectivo (e), que sua negação é o (ou). Assim, podemos dizer que a negação ficará da seguinte maneira:

“Pelo menos um dos quatro elementos não ingeriu a substância S ou não morreu por envenenamento”

Todos, negou (Pelo menos um)

Ingeriu, negou (não ingeriu)

(e), negou (ou)

**6. (Médico Legista – PC/SP – VUNESP – 2014)** Considere as premissas I, II e III.

I. Se Carlos é legista, então ele é médico.

II. Se Ana é perita criminal, então ela é policial civil.

III. Ana é policial civil e Carlos é legista.

Uma conclusão que pode ser indicada para que, juntamente com essas três premissas, se tenha um argumento válido é

a) Carlos não é médico.

b) Carlos é médico e Ana é perita criminal.

c) Carlos é médico se, e somente se, Ana é perita criminal.

- d) Carlos é médico ou Ana não é perita criminal.  
e) Ana é perita criminal.

### GABARITO OFICIAL: D

#### Resolução:

Para analisarmos este argumento, devemos prosseguir da seguinte maneira:

Como em (I) e (II), o conectivo é o (então), não podemos falar nada por enquanto, mas em (III), o conectivo é o (e), e lembramos que no (e), conjunção, só será verdade se os dois lados forem verdadeiros, portanto, podemos dizer que:

III: Ana é policial civil (V) e Carlos é legista (V), pois para ser verdade os dois lados tem que ser verdade.

Assim como já sabemos que Ana é policial civil (V) e Carlos é legista (V), de (II), podemos dizer que: II; Se Ana é perita criminal, então ela é policial civil (V) (não podemos afirmar se ela é perita, pois no então só será falso se for  $(V \rightarrow F)$ , e aqui não tem como ser falso, independente do antecessor.

I. Se Carlos é legista (V), então ele é médico (V). Como sabemos que ele é legista, então o outro lado só pode ser verdadeiro, pois não pode ser (F) se não vai ser, (Vera-Fischer) e não pode.

Assim, das alternativas que temos, a única que podemos afirmar é a letra D. Pois Carlos é médico ou Ana não é perita criminal. Observe que não sabemos se Ana é perita, mas temos certeza que Carlos é médico.

7. **(Médico Legista – PC/SP – VUNESP – 2014)** A sequência 1, 2, 4, 8, 16, ..., 262.144, 524.288 tem 20 elementos. Cada elemento dessa sequência está escrito em uma única bolinha, e em nenhuma bolinha estão gravados mais que um número da sequência. As 20 bolinhas, e somente elas, estão no interior de uma urna, interior esse que não se pode enxergar. Uma dessas bolinhas é retirada da urna, aleatoriamente.
- A probabilidade de, na bolinha retirada, estar escrito um número divisível por 256, ou seja, um número que dividido por 256 resulta em quociente inteiro e deixa resto zero, é
- a) 55%.  
b) 50%.  
c) 60%.  
d) 45%.  
e) 40%.

### GABARITO OFICIAL: C

#### Resolução:

Uma das maneiras de resolver o exercício é escrever os 20 elementos da sequência. Vejamos:

Observe que a sequência crescente está sempre multiplicando por 2. Vejamos todos os 20.

1, 2, 4, 8, 16, 32, 64, 128, 256, 512, 1.024, 2.048, 4.096, 8.192, 16.384, 32.768, 65.536, 131.072, 262.144, 524.288.

Agora temos que ver qual deles divide 256 e resta (zero). Basta observar que os que não divide 256, são aqueles menores que 256. Assim temos os 8 (oito) primeiros que não divide, pois são menores que 256. Assim, dos vinte, doze são os que divide 256.

Logo  $P = 60\%$ .

8. **(Médico Legista – PC/SP – VUNESP – 2014)** George precisa criar uma senha de cinco dígitos distintos. Para isso, ele pode utilizar os números de 0 a 9 e as 26 letras do nosso

alfabeto. Se ele quiser utilizar como 1º dígito um número ímpar, como 2º dígito uma vogal, como 3º dígito um número par, e como últimos dois dígitos um número e uma letra ou vice-versa, então é verdade que a senha que George criará será uma de um universo com total de

- a) 50 000 senhas.
- b) 81 senhas.
- c) 48 senhas.
- d) 26 000 senhas.
- e) 32 000 senhas.

### GABARITO OFICIAL: A

#### Resolução:

De imediato, sabemos que quando é para formar senha, devemos usar PFC = princípio fundamental da contagem, (multiplicativo), neste caso temos:

(do zero ao nove, temos 10 algarismos: 0, 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9), (alfabeto = 26 letras, conforme texto).

1ª restrição: 1º dígito (ímpar), temos 5 possibilidades (1, 3, 5, 7, 9).

2ª restrição: 2º dígito (vogal), temos 5 possibilidades (a, e, i, o, u).

3ª restrição: 3º dígito (par), temos 5 possibilidades (0, 2, 4, 6, 8).

4ª restrição: 4º dígito, queremos um algarismo e uma letra, como não falou respectivamente, devemos, ter primeiro letras ou algarismos então temos 25 possibilidades de letras, (pois já usamos uma letra no 2º dígito) e 8 de algarismos (pois já usamos dois, nas duas restrições (ímpar e par).



Sabemos que devemos multiplicar, não podemos esquecer que no final temos que multiplicar por 2, pois os últimos dois dígitos não têm ordem, pode ser letra e número ou número e letra.

Logo, temos que o resultado da multiplicação será:  $5 \times 5 \times 5 \times 25 \times 8 \times 2 = 50.000$ .

9. **(Técnico de laboratório – PC/SP – VUNESP – 2014)** Para um seminário de artes marciais, inscreveram-se 500 pessoas. Do total de inscritos, 200 praticam caratê, 250 praticam kung fu e 300 praticam aikido. Todos os praticantes de kung fu também praticam uma das outras duas modalidades, e nenhum dos inscritos pratica as três modalidades. Sabendo-se que, nesse seminário, 70 pessoas praticam tanto caratê quanto aikido e que 80 pessoas praticam apenas aikido, o número de inscritos que não praticam essas modalidades é
- a) 70.
  - b) 30.
  - c) 50.
  - d) 80.
  - e) 100.

### GABARITO OFICIAL: A

#### Resolução:

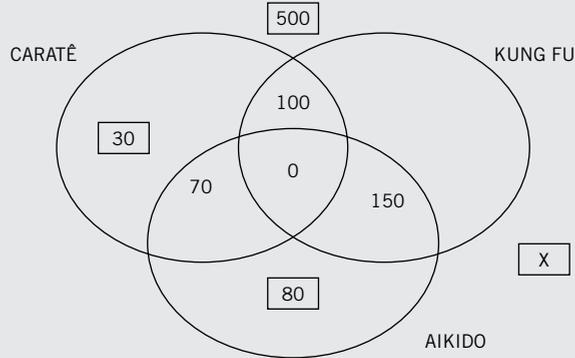
Temos aqui uma questão sobre diagramas lógicos (teoria dos conjuntos). Lembro aqui, que no problema fala-se de apenas, devemos fazer uma caixinha para identificar o apenas (muito importante). Vejamos:

O que o texto nos pede são os que não gosta de nenhum, assim chamamos de X. Logo, podemos dizer que:

$$30 + 100 + 70 + 150 + 80 + x = 500$$

$$430 + x = 500$$

$$x = 500 - 430 = 70.$$



**10. (Técnico de laboratório – PC/SP – VUNESP – 2014)** Dois conjuntos contêm 7 números pares consecutivos cada. O número de elementos da intersecção desses dois conjuntos é igual a 3. A diferença entre o maior e o menor elemento do conjunto união desses dois conjuntos, nessa ordem, é

- 4.
- 10.
- 8.
- 20.
- 2.

#### GABARITO OFICIAL: D

##### Resolução:

Primeiramente, vamos enumerar, ou seja, colocar os elementos dos conjuntos:

Seja conjunto A: {2, 4, 6, 8, 10, 12, 14}

Seja conjunto B: {10, 12, 14, 16, 18, 20, 22}

Veja que no problema fala-se em 3 elementos em comum, e como a pergunta é feita com relação ao maior e ao menor, pegamos os elementos comuns, sendo os maiores, pois assim o conjunto B vai atingir o seu maior valor. Logo, a diferença será  $22 - 2 = 20$ .

**11. (Investigador de Polícia – PC/SP – VUNESP – 2014)** Um antropólogo estadunidense chega ao Brasil para aperfeiçoar seu conhecimento da língua portuguesa. Durante sua estadia em nosso país, ele fica muito intrigado com a frase “não vou fazer coisa nenhuma”, bastante utilizada em nossa linguagem coloquial. A dúvida dele surge porque

- a conjunção presente na frase evidencia seu significado.
- o significado da frase não leva em conta a dupla negação.
- a implicação presente na frase altera seu significado.
- o significado da frase não leva em conta a disjunção.
- a negação presente na frase evidencia seu significado.

#### GABARITO OFICIAL: B

**Resolução:**

Neste problema aqui temos um caso de interpretação de texto, pois a frase “não vou fazer coisa nenhuma”, tem apenas um conectivo de negação, mas não tem significado para modificar a frase, uma vez que a frase quer dizer que a pessoa vai ficar (descansando, ou seja, sem fazer atividade alguma). Logo, o significado da frase não leva uma dupla interpretação.

- 12. (Investigador de Polícia – PC/SP – VUNESP – 2014)** João e Maria são professores da rede pública de ensino e gostam muito de conhecer novos lugares. Considerando a proposição “João e Maria viajam sempre durante as férias escolares”, assinale a negação dessa proposição.
- “João e Maria não viajam sempre durante as férias escolares”.
  - “João e Maria viajam sempre durante o período letivo”.
  - “João e Maria viajam algumas vezes durante as férias escolares”.
  - “João e Maria viajam algumas vezes durante o período letivo”.
  - “João e Maria não viajam sempre durante o período letivo”.

**GABARITO OFICIAL: A****Resolução:**

Neste exercício, podemos observar em primeiro lugar o termo (sempre), que a negação seria (às vezes não, alguma vez não, pelo menos uma vez não), mas como podemos observar que nas alternativas não temos negação com nenhuma das três citadas, lembramos aqui também que poderíamos também negar o conectivo (e) por (ou) . Assim, como nas alternativas não aparece nenhuma negação do termo sempre e do conectivo (e), devemos negar a frase por completo negando apenas o verbo.

“João e Maria viajam sempre durante as férias escolares.”

“João e Maria não viajam sempre durante as férias escolares.”

- 13. (Investigador de Polícia – PC/SP – VUNESP – 2014)** O princípio da não contradição, inicialmente formulado por Aristóteles (384-322 a.C.), permanece como um dos sustentáculos da lógica clássica. Uma proposição composta é contraditória quando
- a) seu valor lógico é falso e todas as proposições simples que a constituem são falsas.
  - b) uma ou mais das proposições que a constituem decorre/ decorrem de premissas sempre falsas.
  - c) seu valor lógico é sempre falso, não importando o valor de suas proposições constituintes.
  - d) suas proposições constituintes não permitem inferir uma conclusão sempre verdadeira.
  - e) uma ou mais das proposições que a constituem possui/ possuem valor lógico indeterminável.

**GABARITO OFICIAL: C****Resolução:**

Lembrando aqui do princípio da não contradição. Se algo é aquilo que é, não pode ser outra coisa, sob o mesmo aspecto e ao mesmo tempo. Por exemplo, se o brasileiro João está doente agora, não está são, ainda que, daqui a pouco, possa vir a curar-se, embora, enquanto João, ele seja brasileiro, doente ou são. Obs.: As proposições são ditas contraditórias, quando se opõem tanto em qualidade, quanto em extensão. Enquanto uma é universal, a outra é particular; enquanto uma é afirmativa, a outra é negativa. Logo, a partir das definições anteriores, podemos dizer que a alternativa correta é a letra C. Seu valor lógico é sempre falso, não importando o valor de suas proposições constituintes.

- 14. (Investigador de Polícia – PC/SP – VUNESP – 2014)** Para a resolução das questões, considere a seguinte notação dos conectivos lógicos:  $\wedge$  para conjunção,  $\vee$  para disjunção e

para negação. Uma proposição composta é tautológica quando ela é verdadeira em todas as suas possíveis interpretações.

Considerando essa definição, assinale a alternativa que apresenta uma tautologia.

a)  $p \vee q$ .

b)  $p \wedge p$ .

c)  $p \wedge q$ .

d)  $p \vee p$ .

e)  $p \wedge q$ .

### GABARITO OFICIAL: D

#### Resolução:

Para sabermos se uma expressão lógica é uma tautologia, devemos desenvolver sua tabela-verdade e ver se os valores lógicos da última coluna da tabela são todos verdadeiros.

Lembrete: sabemos que para construirmos as tabelas verdades, temos que saber que:

– Quando está separado pelo (ou), ( $\vee$ ), só será (F), se as duas forem (F).

– Quando está separado pelo (e), ( $\wedge$ ), só será (V), se as duas forem (V).

– Quando está separado pelo se... então, ( $\rightarrow$ ), só será (F), se for VERA-FISCHER ( $V \rightarrow F$ )

– Quando está separado pelo (se e somente se), ( $\leftrightarrow$ ), é sempre (V), se as duas forem iguais.

Vejam os:

Letra A = não é tautologia, pois os resultados da última coluna não são todos verdadeiros.

p	q	$\neg q$	$p \vee \neg q$
V	V	F	<b>V</b>
V	F	V	<b>V</b>
F	V	F	<b>F</b>
F	F	V	<b>V</b>

Letra B = não é tautologia, pois os resultados da última coluna não são todos verdadeiros.

p	q	$\neg p$	$p \wedge \neg p$
V	V	F	<b>F</b>
V	F	F	<b>F</b>
F	V	V	<b>F</b>
F	F	V	<b>F</b>

Letra C: não é tautologia, pois os resultados da última coluna não são todos verdadeiros.

p	q	$\neg p$	$\neg p \wedge q$
V	V	F	<b>F</b>
V	F	F	<b>F</b>
F	V	V	<b>V</b>
F	F	V	<b>F</b>

Letra D: Sim, é tautologia, pois os resultados da última coluna são todos verdadeiros.

Resposta: letra (D) Se no problema pedisse contradição, seria a letra B.

p	q	$\neg p$	$p \vee \neg p$
V	V	F	<b>V</b>
V	F	F	<b>V</b>
F	V	V	<b>V</b>
F	F	V	<b>V</b>

15. (Investigador de Polícia – PC/SP – VUNESP – 2014) Considerando a proposição

$\neg (p \vee q)$ , assinale a alternativa que apresenta uma proposição que lhe seja equivalente.

a)  $\neg p \wedge \neg q$ .

b)  $p \vee q$ .

c)  $\neg p \vee q$ .

d)  $\neg p$ .

e)  $\neg q$ .

**GABARITO OFICIAL: A**

**Resolução:**

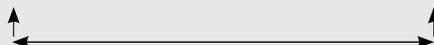
Aqui o problema pede uma equivalência da expressão  $\neg(p \vee q)$ , o correto é desenvolver as tabelas para cada uma das alternativas, mas, neste caso, podemos fazer apenas a negação da expressão. Vejamos:

A negação de  $(p \vee q)$  é  $\neg p \wedge \neg q$ , então este resultado está na alternativa (A).

Observe a tabela-verdade:

p	q	$\neg p$	$\neg q$	$\neg p \wedge \neg q$
V	V	F	F	<b>F</b>
V	F	F	V	<b>F</b>
F	V	V	F	<b>F</b>
F	F	V	V	<b>V</b>

p	q	$(p \vee q)$	$\neg(p \vee q)$
V	V	V	<b>F</b>
V	F	V	<b>F</b>
F	V	V	<b>F</b>
F	F	F	<b>V</b>



- 16. (Investigador de Polícia – PC/SP – VUNESP – 2014)** Argumentos são compostos por uma ou mais premissas e conclusões e podem ser classificados como categóricos ou hipotéticos. Assinale a alternativa que apresenta um argumento hipotético bicondicional.
- Ninguém pode ser são-paulino e corintiano. Como João é corintiano, ele não é são-paulino.
  - Todos os seres humanos são mortais. Sócrates é um ser humano, logo Sócrates é mortal.
  - Jantarei hoje se, e somente se, for ainda cedo. Como são apenas 19h00, sairei para jantar.
  - Uma pessoa é bondosa ou não é bondosa. Bruno é bondoso. Logo, Bruno não é malvado.
  - Se hoje for quarta-feira, irei ao cinema com João. Como hoje é terça, então não poderei ir.

**GABARITO OFICIAL: C**

**Resolução:**

A bicondicional nada mais é do que o nosso conectivo (se e somente se  $\leftrightarrow$ ). Vejamos cada alternativa:

Letra A: o conectivo é o (e) conjunção.

Letra B: temos um quantificador universal positivo (todos são).

Letra C: temos o conectivo se e somente se. Que é bicondicional.

Letra D: temos o conectivo ou disjunção.

Letra E: temos o conectivo se e somente se condicional.

- 17. (Investigador de Polícia – PC/SP – VUNESP – 2014)** Argumentos também podem ser classificados como válidos ou inválidos do ponto de vista de sua estrutura formal, independentemente da verdade ou falsidade de suas premissas. Dentre os exemplos, a seguir, assinale o argumento válido.
- Algumas pessoas são simpáticas. O carteiro é uma pessoa. Logo, todos os carteiros são simpáticos.
  - Todos os seres humanos são mortais; uma vez que João é mortal, logo João é um ser humano.
  - Algumas focas moram na Patagônia. Alguns pinguins moram na Patagônia. Logo, todos os pinguins não são focas.
  - Todos os móveis são de madeira. Todas as cadeiras são móveis. Logo, todos os pássaros são móveis.

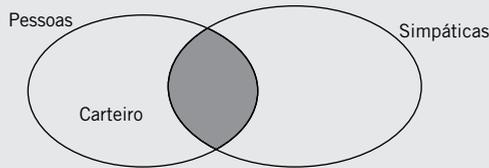
e) Nenhum mamífero é uma ave. Há mamíferos voadores. Logo, alguns animais voadores não são aves.

### GABARITO OFICIAL: E

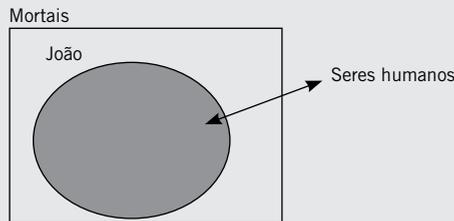
#### Resolução:

Vamos analisar cada uma das alternativas.

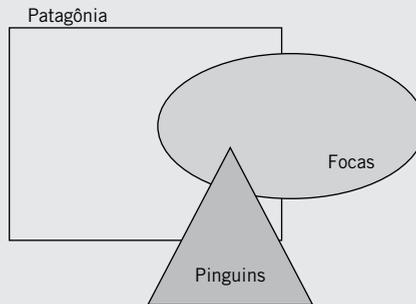
a) Errado, porque: veja, no desenho, que não podemos garantir que todos os carteiros são simpáticos.



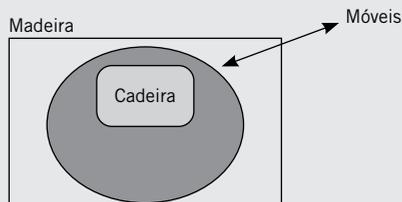
b) Errado, porque: veja, no desenho, que não podemos garantir que João é um ser humano.



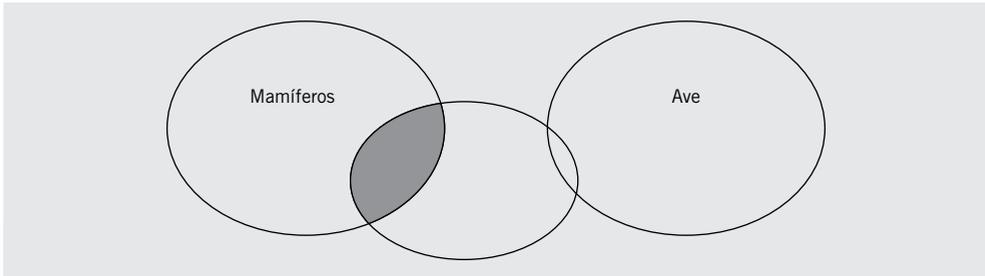
c) Errado, porque: veja, no desenho, que podemos dizer que alguns pinguins podem ser focas, e ainda assim o desenho acompanha o texto.



d) Errado, porque: veja, no desenho, que nada podemos falar sobre pássaros.



e) CERTO, porque: veja, no desenho, que alguns animais voadores não são aves, pois existem animais voadores que são mamíferos, e eles não podem ser aves (área hachurada). Logo, alternativa correta é a letra (E).



**18. (Investigador de Polícia – PC/SP – VUNESP – 2014)** Um jovem casal está planejando a construção de sua casa. Para isso, o casal precisa decidir se a casa terá 2 ou 3 dormitórios; se pedirão um empréstimo habitacional à Caixa Econômica, ao Banco do Brasil ou a um banco privado específico e, por fim, se construirão a casa no terreno que compraram a prazo ou se venderão esse terreno e comprarão outro. Quantas possibilidades de escolha o casal tem no total?

- a) 12. d) 10.  
 b) 26. e) 20.  
 c) 7.

#### GABARITO OFICIAL: A

##### Resolução:

Temos aqui um probleminha de PFC (princípio fundamental da contagem). Lembrando que neste caso devemos fazer uma multiplicação das possibilidades, e não uma soma.

Vejam os:

1º passo: quantas são as possibilidades que o casal tem para escolher o número de dormitórios?

$N = 2$ .

2º passo: quantas são as possibilidades para a escolha do banco?  $N = 3$ .

3º passo: quantas são as possibilidades para o local da construção?  $N = 2$ .

Assim, devemos multiplicar os resultados:  $2 \times 3 \times 2 = 12$ .

Logo, o casal tem um total de 12 possibilidades.

**19. (Investigador de Polícia – PC/SP – VUNESP – 2014)** Para enfeitar uma parede de seu novo escritório de advocacia, Maria foi comprando quadros com diferentes cenários: uma praia catarinense, as luzes da Avenida Paulista, flores tropicais, crianças brincando num parque e uma cachoeira na montanha. Na hora de pendurar os quadros, porém, ficou em dúvida sobre a ordem em que os colocaria. De quantas maneiras diferentes os quadros podem ser pendurados sequencialmente na parede?

- a) 80. d) 140.  
 b) 120. e) 25.  
 c) 10.

#### GABARITO OFICIAL: B

##### Resolução:

Primeiramente, vamos ver o número de diferentes cenários dos quadros.

Temos: (praia), (luzes), (flores), (crianças), (cachoeira).

Podemos ver então que temos 5 cenários distintos. Como no problema não pede alguma restrição, devemos apenas fazer fatorial de 5. Ou seja:

$5! = 5 \times 4 \times 3 \times 2 \times 1 = 120$  possibilidades.

- 20. (Investigador de Polícia – PC/SP – VUNESP – 2014)** Uma empresa de computadores tem, ao todo, 240 funcionários, estando assim distribuídos: 60 funcionários montam os aparelhos, 80 fazem a instalação dos programas, 45 se dedicam a tarefas de manutenção, 40 são vendedores e 15 são responsáveis pelo trabalho administrativo. Se escolhermos aleatoriamente um dos funcionários da empresa, qual será a probabilidade de ele dedicar-se à montagem dos aparelhos?
- a) 35%.  
b) 25%.  
c) 30%.  
d) 60%.  
e) 40%.

**GABARITO OFICIAL: B****Resolução:**

Pessoal, esta questão não tem muito o que fazer, basta calcular uma simples divisão:

Temos que a probabilidade nada mais é do que:  $P = \frac{\text{Nº DE CASOS FAVORÁVEIS (QUERO)}}{\text{Nº DE CASOS POSSÍVEIS (TOTAL)}}$

Assim, queremos (ele dedicar-se à montagem dos aparelhos), e o total é igual a 240.

$$\text{Logo: } P = \frac{60}{240} = 25\%.$$

- 21. (Escrivão de Polícia – PC/SP – VUNESP – 2013)** Assinale a alternativa que apresenta corretamente a conclusão do seguinte argumento:
- Se Pedro é engenheiro, então Pedro fez faculdade. Pedro é engenheiro. Logo, Pedro fez faculdade.
- a) Pedro não fez faculdade.  
b) Pedro é engenheiro.  
c) Pedro não é engenheiro.  
d) O argumento não tem conclusão.  
e) Pedro fez faculdade.

**GABARITO OFICIAL: E****JUSTIFICATIVA:**

- a) Errado, porque: se Pedro não tivesse feito faculdade, a afirmação inicial seria falsa, pois teríamos a 1ª proposição verdadeira e a 2ª, falsa.
- b) Errado, porque: sim, Pedro é engenheiro, essa é a 1ª proposição, ela é suficiente para que a segunda ocorra, porém não é necessária. Ela sozinha, no caso da condicional, não nos diz nada claramente, vamos ficar dependendo da segunda proposição ainda.
- c) Errado, porque: se a 1ª proposição fosse falsa, tanto faria a 2ª ser falsa ou verdadeira, de qualquer forma a afirmação seria verdadeira, ou seja, ficaria inconclusivo.
- d) Errado, porque: o argumento não tem conclusão. Não teria conclusão se Pedro não fosse engenheiro (1ª proposição falsa), pois aí independente da 2ª ser V ou F, a afirmação seria verdadeira de qualquer maneira, logo, o argumento apresenta conclusão, pois o enunciado afirma que Pedro É engenheiro (1ª proposição verdadeira).
- e) CERTO, porque: lógico, temos que “Se Pedro é engenheiro, então Pedro fez faculdade” e depois o exercício nos diz que Pedro é engenheiro (1ª proposição verdadeira), para que o argumento seja verdadeiro, temos NECESSARIAMENTE que ter a 2ª proposição também verdadeira, ou seja, Pedro NECESSARIAMENTE tem que ter feito faculdade.

**Resolução:**

Sabemos que um argumento é válido quando todas as premissas são verdadeiras e a conclusão também. Assim:

– Se Pedro é engenheiro (verdadeiro), então podemos concluir que Pedro fez faculdade, pois, se, do contrário, temos ( $V \rightarrow F$ ), então, seria F (falso).

**22. (Escrivão de Polícia – PC/SP – VUNESP – 2013)** Em um silogismo, o *termo médio* é o termo que aparece em ambas as premissas. Assinale a alternativa que apresenta corretamente qual é o termo médio do seguinte silogismo:

Todo homem é mortal. Nenhum mortal é pedra. Logo, nenhum homem é pedra.

- a) Mortal.
- b) Pedra.
- c) Todo.
- d) Nenhum.
- e) Homem.

**GABARITO OFICIAL: A**

**Resolução:**

Temos, neste caso, duas premissas e uma conclusão. Vejamos:

P1: Todo homem é mortal.

P2: Nenhum mortal é pedra.

Conclusão: Nenhum homem é pedra.

Assim, sabendo que o termo médio é aquele que se repete nas premissas, podemos, então, concluir que esta será a palavra (mortal), pois se encontra nas duas premissas.

**23. (Escrivão de Polícia – PC/SP – VUNESP – 2013)** Assinale a alternativa que apresenta corretamente a conclusão silogística que se pode inferir das seguintes premissas: “Todo brasileiro é cidadão” e “João é brasileiro”.

- a) Algum cidadão é brasileiro.
- b) João é cidadão.
- c) João não é cidadão.
- d) Todo cidadão é brasileiro.
- e) Nenhum brasileiro é cidadão.

**GABARITO OFICIAL: B**

**Resolução:**

Vamos desenvolver os diagramas lógicos, com base nas premissas. Vejamos:

P1: Todo brasileiro é cidadão.

P2: João é brasileiro.



Com base nos diagramas, podemos concluir que João é cidadão.

**24. (Assistente Social – PC/ES – FUNCAB – 2013)** Partindo das premissas:

- (1) Todo delegado é justo.
- (2) Todo delegado é formado em direito.
- (3) Leonardo é justo.
- (4) Amanda é perita.

Pode-se concluir que:

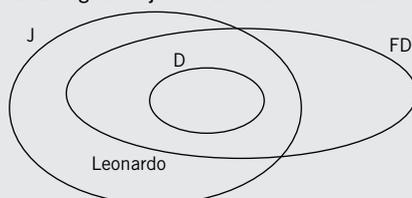
- Toda pessoa justa é formada em direito.
- Leonardo é delegado.
- Amanda é justa.
- Há pessoas formadas em direito que são justas.
- Leonardo e Amanda são formados em direito.

### GABARITO OFICIAL: D

#### Resolução:

Aqui, temos um caso de silogismo, o qual podemos resolver por meio de diagramas lógicos. Vejamos:

D: Delegado J: justo FD: formado em direito



Com base nos diagramas, podemos analisar as alternativas:

- Toda pessoa justa é formada em direito. (Não garante, veja o diagrama.)
- Leonardo é delegado. (Não temos certeza, pois sabemos apenas que ele é justo.)
- Amanda é justa. (Não temos certeza, pois o que sabemos é que ela é perita.)
- Há pessoas formadas em direito que são justas. (SIM, basta olhar o diagrama e verificar, pois, como todo delegado é formado em direito e também é justo, logo, há pessoas que são formadas em direito e são justas.)
- Leonardo e Amanda são formados em direito. (Não; veja que não podemos garantir que Leonardo é formado em direito e nem Amanda.)

**25. (Escrivão de Polícia – PC/SP – VUNESP – 2013)** Um total de onze indivíduos moram distribuídos em no máximo cinco casas. Considere que pode haver casas sem indivíduos morando e que cada indivíduo mora apenas em uma única casa. Pode-se afirmar necessariamente sobre essa situação que

- todos moram em uma única casa.
- há uma casa em que ninguém mora.
- há uma casa com pelo menos três indivíduos morando.
- há uma casa com exatamente cinco indivíduos morando.
- há indivíduos morando em todas as casas.

### GABARITO OFICIAL: C

#### JUSTIFICATIVA:

Temos 11 indivíduos e, no máximo, 5 casas:

Vejamos as possibilidades das alternativas, lembrando que, no máximo, na casa pode ter 1, 2, 3, 4 ou 5.

- Errado, porque: não podemos garantir, pois pode ter casa com 2, 2, 2, 2 e 3.
- Errado, porque: não podemos garantir, pois podemos distribuir os 11 nas casas.
- CERTO, porque: de qualquer maneira, como temos no máximo 5 casas, ao dividir 11 pessoas entre elas, em alguma terá mais de 2 indivíduos, ou seja, terá pelo menos 3. Assim, podemos concluir que a alternativa correta é a letra C.









**34. (Psicólogo – PC/ES – FUNCAB – 2013)** Considere que as seguintes afirmações são verdadeiras:

“Alguma candidata é médica.”

“Toda candidata é formada.”

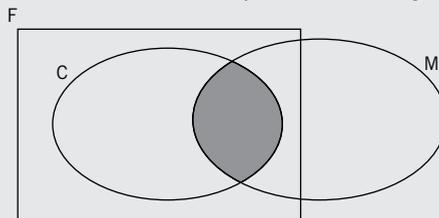
Assim sendo, das opções a seguir, a única verdadeira é:

- Alguma candidata médica não é formada.
- Alguma candidata não médica não é formada.
- Alguma candidata formada é médica.
- Toda candidata médica não é formada.
- Toda candidata formada é médica.

### GABARITO OFICIAL: C

#### Resolução:

Sendo C = Candidata, M = Médica e F = Formada, podemos usar diagramas lógicos. Vejamos:



Logo, observando o diagrama, podemos afirmar que “Alguma candidata formada é médica” (parte hachurada amarela).

**35. (Psicólogo – PC/ES – FUNCAB – 2013)** Dada a proposição “Se Cíntia é assistente social, então Martha é psicóloga”, uma proposição equivalente é:

- Se Cíntia não é assistente social, então Martha não é psicóloga.
- Martha é psicóloga se, e somente se, Cíntia é assistente social.
- Se Martha não é psicóloga, então Cíntia não é assistente social.
- Se Martha é psicóloga, então Cíntia é assistente social.
- Cíntia é assistente social e Martha é psicóloga.

### GABARITO OFICIAL: C

#### Resolução:

Vejamos que a proposição está separada pelo conectivo (então =  $\rightarrow$ ), e pede uma equivalência. Para fazer a equivalência do conectivo então, temos duas possibilidades, vejamos:

– 1ª: (invertem-se as frases, depois negam-se as duas), ou seja,  $(\sim q \rightarrow \sim p)$ ; veja que neste caso o conectivo não muda.

– 2ª: (nega-se a 1ª ou repete-se 2ª), ou seja,  $(\sim p \vee q)$ ; veja que neste caso o conectivo muda para “ou”. Assim, temos:

1ª possibilidade = Se Martha é psicóloga, então Cíntia é assistente social.

2ª possibilidade = Cíntia não é assistente social ou Martha é psicóloga.

Então, podemos ver que, nas alternativas, temos 1ª possibilidade e “a 1ª proposição”, logo, correta a alternativa da letra C.

**36. (Psicólogo – PC/ES – FUNCAB – 2013)** Se Fábio é amigo de Felipe, então Adriano não é amigo de Alberto. Ou Adriano é amigo de Alberto, ou Edson é amigo de Eurico. Se Paulo

não é amigo de Pedro, então Fábio é amigo de Felipe. Ora, nem Edson é amigo de Eurico nem Igor é amigo de Ivan. Logo:

- Edson é amigo de Eurico ou Fábio é amigo de Felipe.
- Se Adriano é amigo de Alberto, Fábio é amigo de Felipe.
- Paulo é amigo de Pedro e Fábio é amigo de Felipe.
- Paulo é amigo de Pedro e Adriano é amigo de Alberto.
- Paulo não é amigo de Pedro e Adriano é amigo de Alberto.

### GABARITO OFICIAL: D

#### Resolução:

Temos aqui uma questão de lógica de argumentação, na qual as proposições estão separadas pelos conectivos “ou, ou” e “então”. Lembrando que, na argumentação, temos o macete de, sempre que no final do texto aparecer “ora”, depois dele, sabemos que a frase é verdadeira e é por ela que iremos iniciar a resolução.

Assim, depois da palavra “ora”, coloca-se V na frase, e depois é só procurá-la nas outras argumentações e aplicar o macete. Lembrando: se estiver separado pelo “então”, os lados são iguais, e se estiver separado pelo “ou”, os lados são diferentes. Assim, observando-se a última frase do enunciado, podemos concluir que nem Edson é amigo de Eurico nem Igor é amigo de Ivan. Procurando nas demais frases, podemos ver que a segunda cita Edson. Assim, temos que ela é F, e dessa forma até completar todas as argumentações. Vejamos:

– Se Fábio é amigo de Felipe, então Adriano não é amigo de Alberto.

F F

– Ou Adriano é amigo de Alberto, ou Edson é amigo de Eurico.

V F

– Se Paulo não é amigo de Pedro, então Fábio é amigo de Felipe.

F F

Ora, nem Edson é amigo de Eurico nem Igor é amigo de Ivan.

V

Assim, podemos concluir que a alternativa correta é a letra D.

### 37. (Médico Legista – PC/ES – FUNCAB – 2013) Considere verdadeira a declaração:

“Se alguém é delegado, então não tem medo.”

Com base na declaração, é correto concluir que:

- Se alguém não tem medo, então é delegado.
- Se alguém tem medo, então não é delegado.
- Se alguém não tem medo, então não é delegado.
- Se alguém não é delegado, então tem medo.
- Se alguém não é delegado, então não tem medo.

### GABARITO OFICIAL: B

#### Resolução:

Nesta questão, apesar de não ter sido perguntado qual a equivalência, existem alguns finais de frase nos quais podemos identificar que ela é pedida: “assim, temos”, “podemos concluir”, “então”, “portanto”. Veja que, ao final desta questão, temos “correto concluir que”, portanto, recorreremos à equivalência do conectivo “então”. Vejamos:

Lembrando que, para a equivalência do “então”, temos duas possibilidades:

– 1ª: (invertem-se as frases, depois negam-se as duas), ou seja,  $(\sim q \rightarrow \sim p)$ ; veja que neste caso o conectivo não muda.

– 2ª: (nega-se a primeira ou repete-se a segunda), ou seja,  $(\sim p \vee q)$ ; veja que neste caso o conectivo muda para “ou”.

Assim, vamos analisar: Se alguém é delegado, então não tem medo.

1ª possibilidade = Se alguém tem medo, então não é delegado.

2ª possibilidade = Alguém não é delegado ou não tem medo.

Neste caso, temos correta a alternativa de letra B, pela 1ª possibilidade.

**38. (Médico Legista – PC/ES – FUNCAB – 2013)** A negação da proposição “Luciana é médica e legista da Polícia Civil” é:

- Luciana é médica ou é legista da Polícia Civil.
- Luciana não é médica e é legista da Polícia Civil.
- Luciana não é médica ou é legista da Polícia Civil.
- Luciana não é médica e não é legista da Polícia Civil.
- Luciana não é médica ou não é legista da Polícia Civil.

**GABARITO OFICIAL: E**

**Resolução:**

Primeiro passo, quando no exercício pede uma negação ou equivalência, é encontrar o conectivo que separa a proposição. Neste caso, o conectivo é o “e”, ou seja, uma conjunção. Então, lembrando a negação do conectivo “e”, sabemos que é “ou”. Ou seja, se temos  $(P \text{ e } Q)$ , sua negação é  $(\sim P \text{ ou } \sim Q)$ . Logo, a negação da proposição “Luciana é médica e legista da Polícia Civil” é “Luciana não é médica **ou** não é legista da Polícia Civil”. Alternativa E.

**39. (Médico Legista – PC/ES – FUNCAB – 2013)** Dada a proposição “Se Cíntia é assistente social, então Martha é psicóloga”, uma proposição equivalente é:

- Se Cíntia não é assistente social, então Martha não é psicóloga.
- Martha é psicóloga se, e somente se, Cíntia é assistente social.
- Se Martha não é psicóloga, então Cíntia não é assistente social.
- Se Martha é psicóloga, então Cíntia é assistente social.
- Cíntia é assistente social e Martha é psicóloga.

**GABARITO OFICIAL: C**

**Resolução:**

Vejamos que a proposição está separada pelo conectivo (então =  $\rightarrow$ ), e pede uma equivalência. Para fazer a equivalência do conectivo então, temos duas possibilidades, vejamos:

– 1ª: (invertem-se as frases, depois negam-se as duas), ou seja,  $(\sim q \rightarrow \sim p)$ ; veja que neste caso o conectivo não muda.

– 2ª: (nega-se a 1ª ou repete-se 2ª), ou seja,  $(\sim p \vee q)$ ; veja que neste caso o conectivo muda para “ou”. Assim, temos:

1ª possibilidade = Se Martha é psicóloga, então Cíntia é assistente social.

2ª possibilidade = Cíntia não é assistente social ou Martha é psicóloga.

Então, podemos ver que, nas alternativas, temos a 1ª proposição, logo, correta a alternativa da letra C.



**GABARITO OFICIAL: B**

**Resolução:**

Aqui, temos um probleminha de associação (correlacionamento). Devemos fazer uma tabelinha para associar as cores das bolas e seus respectivos donos. Vejamos:

– Pedro não é dono da bola azul.

	Azul	Amarela	Verde
Pedro	<b>N</b>		
Tiago			
João			

– João é dono da bola amarela.

	Azul	Amarela	Verde
Pedro	<b>N</b>	<b>N</b>	<b>S</b>
Tiago	<b>S</b>	<b>N</b>	<b>N</b>
João	<b>N</b>	<b>S</b>	<b>N</b>

Com base nas tabelas de correlacionamento, podemos dizer que a alternativa correta será de letra B.

**43. (Investigador de Polícia – PC/SP – VUNESP – 2013)** Sobre as tabelas de verdade dos conectivos de disjunção (inclusiva), conjunção e implicação (material), assinale a alternativa correta.

- a) As conjunções só são falsas quando ambos os conjuntos são falsos.
- b) Não existe implicação falsa com antecedente verdadeiro.
- c) As disjunções são falsas quando algum dos disjuntos é falso.
- d) Só há um caso em que as implicações são verdadeiras.
- e) As implicações são verdadeiras quando o antecedente é falso.

**GABARITO OFICIAL: E**

**Resolução:**

Lembrando:

– Conectivo (ou = disjunção inclusiva) só será F, se os dois lados forem F.

– Conectivo (então= condicional, implicação (material)), só será F, se “Vera-Fischer”, ou seja, ao 1º lado V e ao 2º lado F.

Suas tabelas:

p	q	$p \vee q$
V	V	<b>V</b>
V	F	<b>V</b>
F	V	<b>V</b>
F	F	<b>F</b>

p	q	$p \rightarrow q$
V	V	<b>V</b>
V	F	<b>F</b>
F	V	<b>V</b>
F	F	<b>V</b>

Assim, podemos dizer que as implicações são verdadeiras quando o antecedente é falso.

**44. (Investigador de Polícia – PC/SP – VUNESP – 2013)** Considere a seguinte notação para os conectivos lógicos:  $\sim$  (para a negação),  $\vee$  (para a disjunção inclusiva),  $\&$  (para a conjunção) e  $\supset$  (para a implicação material). Considerando que A e B representam enunciados verdadeiros e M e N representam enunciados falsos, assinale a alternativa que corresponde ao valor de verdade da seguinte forma sentencial:

$$(\sim A \ \& \ M) \supset (\sim B \ \vee \ N)$$

- a) O mesmo valor de  $A \vee D$ .

- b) O valor de verdade não pode ser determinado.  
 c) Verdadeiro.  
 d) Falso.  
 e) O mesmo valor de  $\sim M$  &  $\sim N$ .

**GABARITO OFICIAL: D****Resolução:**

Precisamos lembrar aqui dos valores lógicos na tabela-verdade, vejamos:

p	q	$p \vee q$
V	V	V
V	F	V
F	V	V
F	F	F

p	q	$p \rightarrow q$
V	V	V
V	F	F
F	V	V
F	F	V

p	q	$p \wedge q$
V	V	V
V	F	F
F	V	F
F	F	F

p	q	$p \leftrightarrow q$
V	V	V
V	F	F
F	V	F
F	F	V

Assim, para resolver  $(\sim A \wedge M) \supset (\sim B \vee N)$ , vamos separar os seus valores:

A e B representam enunciados verdadeiros e M e N representam enunciados falsos (fornecido pelo texto do enunciado).

$$A = V \quad B = V \quad M = F \quad N = F$$

$$\text{Logo: } (A \wedge \sim M) \rightarrow (\sim B \vee N)$$

$$(V \wedge V) \rightarrow (F \vee F)$$

$$V \rightarrow F = F$$

45. (Investigador de Polícia – PC/SP – VUNESP – 2013) Assinale qual das seguintes formas sentenciais é uma tautologia.

a)  $X \supset (X \wedge Y)$

c)  $Y \supset (X \supset Y)$

e)  $Y \supset (Y \supset X)$

b)  $\sim X \wedge \sim \sim X$

d)  $X \wedge (Y \vee X)$

**GABARITO OFICIAL: C****Resolução:**

Usando os valores lógicos da tabela-verdade correspondente, e lembrando que tautologia é quando os resultados da última coluna de uma tabela-verdade são todos verdadeiros, desenvolvendo as tabelas de cada alternativa, observamos que a única, na qual todos os valores lógicos da sua última coluna são verdadeiros, é da a letra C. Vejamos:

$$Y \supset (X \supset Y), \text{ ou seja: } p \rightarrow (q \rightarrow p)$$

p	q	$p \rightarrow (q \rightarrow p)$	
V	V	$V \rightarrow (V \rightarrow V)$	V
V	F	$V \rightarrow (V \rightarrow V)$	V
F	V	$F \rightarrow (F \rightarrow F)$	V
F	F	$F \rightarrow (F \rightarrow V)$	V

46. (Investigador de Polícia – PC/SP – VUNESP – 2013) Assinale qual das formas senten-  
ciais seguintes é equivalente à forma  $\sim P \vee Q$ .

a)  $P \supset Q$

d)  $\sim\sim P \supset \sim Q$

b)  $(P \vee \sim Q) \supset Q$

e)  $P \& \sim Q$

c)  $(P \& Q) \supset P$

### GABARITO OFICIAL: A

#### Resolução:

Primeiramente, temos que desenvolver a tabela correspondente a  $\sim P \vee Q$ , vejamos:

p	q	$\sim p \vee q$	
V	V	F ou V	V
V	F	F ou F	F
F	V	V ou V	V
F	F	V ou F	V

Agora, temos que encontrar uma tabela que tenha os mesmos valores lógicos, e desenvolvê-la. Antes, porém, de desenvolver as tabelas correspondentes às alternativas, podemos observar que o resultado da tabela desenvolvida é o mesmo do conectivo “então”. Podemos afirmar, dessa forma, que a resposta correta é a da letra A. Vejamos:

Letra A:

p	q	$p \rightarrow q$
V	V	V
V	F	F
F	V	V
F	F	V

47. (Investigador de Polícia – PC/SP – VUNESP – 2013) Assinale qual é a contraditória do enunciado “Todo homem é mortal”.

a) Algum homem é mortal.

d) Nenhum homem é mortal.

b) Algum homem não é mortal.

e) Nenhum mortal é homem.

c) Algum mortal não é homem.

### GABARITO OFICIAL: B

#### Resolução:

Aqui, o que devemos fazer é uma negação da proposição.

Lembrando que a negação de “todo é”, é:

– Algum não é.

– Pelo menos um não é.

– Existe algum (pelo menos um) que não é.

Assim, a negação pedida será “Algum homem não é mortal”.

48. (Investigador de Polícia – PC/SP – VUNESP – 2013) Considerando os conectivos usuais de negação, disjunção (inclusiva), conjunção e implicação (material), assinale a alternativa correta.

a) Não existem tautologias só com o conectivo de implicação.

b) Não existem tautologias com o conectivo de conjunção.

c) Não existem contradições sem que ocorra o conectivo de negação.

- d) Não existem contradições com apenas uma letra sentencial (considerando que ela pode ser utilizada mais de uma vez).
- e) Existem tautologias que só possuem os conectivos de disjunção e conjunção.

**GABARITO OFICIAL: C****Resolução:**

Para lembrar: para termos uma contradição, todos os valores lógicos da última coluna de uma tabela-verdade devem ser falsos. Assim, fica claro que a alternativa correta é a da letra C, visto que, para que tenhamos uma contradição, devemos negar algum valor lógico no desenvolvimento de qualquer tabela-verdade.

49. (Investigador de Polícia – PC/SP – VUNESP – 2013) Assinale a alternativa que representa a estrutura do seguinte argumento:

Se João é professor, então João ministra aulas.  
João não é professor.  
Logo, João não ministra aulas.

- a) *Modus tollens*.  
b) Adição.  
c) Dilema construtivo.  
d) Silogismo disjuntivo.  
e) *Modus ponens*.

**GABARITO OFICIAL: A****Resolução:**

Lembrando, silogismo condicional é aquele cuja premissa maior é uma proposição condicional dividida em duas partes:

- a condição (ou antecedente);
- condicionado (ou consequente).

Este silogismo pode ter um modo positivo e um modo negativo, ambos válidos.

Positivo = O modo positivo é chamado *modus ponens*.

Negativo = O modo negativo é também chamado de *modus tollens*.

Veja que, neste exercício, temos um modo negativo (João não é professor), logo, temos um *modus tollens*.

50. (Investigador de Polícia – PC/SP – VUNESP – 2013) Quando um argumento dedutivo é válido, isso significa que
- a) se as premissas são falsas, a conclusão é falsa.
- b) premissas e conclusão devem ter sempre o mesmo valor de verdade.
- c) se a conclusão é falsa, deve haver alguma premissa falsa.
- d) não existe situação em que as premissas são verdadeiras e a conclusão, falsa.
- e) as premissas são sempre verdadeiras.

**GABARITO OFICIAL: D****Resolução:**

Definições importantes para resolver o exercício:

- Argumentos tanto podem ser válidos quanto inválidos. Se um argumento é válido, e a sua premissa é verdadeira, a conclusão deve ser verdadeira: um argumento válido não pode ter premissa verdadeira e uma conclusão falsa.

- Um argumento válido pode ter premissas falsas e uma conclusão falsa.
- Não existe situação em que as premissas são verdadeiras e a conclusão falsa.

Basta lembrar de silogismo.

Portanto, podemos dizer que a alternativa correta é a de letra D.

**51. (Investigador de Polícia – PC/SP – VUNESP – 2013)** Em um reino distante, um homem cometeu um crime e foi condenado à forca. Para que a sentença fosse executada, o rei mandou que construíssem duas forcas e determinou que fossem denominadas de Forca da Verdade e Forca da Mentira. Além disso, ordenou que na hora da execução o prisioneiro deveria proferir uma sentença assertiva qualquer. Se a sentença fosse verdadeira, ele deveria ser enforcado na Forca da Verdade. Se, por outro lado, a sentença fosse falsa, ele deveria ser enforcado na Forca da Mentira. Assim, no momento da execução, foi solicitado que o prisioneiro proferisse a sua asserção. Ao fazer isso, o carrasco ficou completamente sem saber o que fazer e a execução foi cancelada!

Assinale qual das alternativas representa a asserção que o prisioneiro teria proferido.

- a) “Está chovendo forte”.
- b) “O carrasco não vai me executar”.
- c) “A soma dos ângulos de um triângulo é cento e oitenta graus”.
- d) “Dois mais dois é igual a cinco”.
- e) “Serei enforcado na Forca da Mentira”.

#### **GABARITO OFICIAL: E**

##### **Resolução:**

Podemos observar que esta é uma questão de pura interpretação, em que não precisamos usar nenhum artifício de lógica para resolver:

Primeiramente, lendo o texto, não encontramos nada relacionado às alternativas A, C e D; depois, basta ver que, de qualquer maneira, o prisioneiro será executado, falando verdade ou mentira (veja a 1ª linha do enunciado, “foi condenado à forca”). Assim, podemos concluir que a resposta certa será a alternativa de letra E.

**52. (Investigador de Polícia – PC/SP – VUNESP – 2013)** Assinale a alternativa que represente o modo e a figura do silogismo seguinte:

Todo sapo é verde.  
 Algum cão não é verde.  
 Logo, nenhum cão é sapo.

- a) OAE – 2.
- b) AEI – 4.
- c) EAO – 1.
- d) AOE – 2.
- e) AIE – 3.

#### **GABARITO OFICIAL: D**

##### **Resolução:**

Modos do silogismo categórico:

Para identificar o modo de um silogismo, basta identificar os tipos das premissas e a conclusão, ou seja, ver se são tipo A, E, I ou O.

A = Todos os A são B

E = Nenhum A é B

I = Alguns A são B

O = Alguns A não são B

Por exemplo,

Todos os filósofos são grandes pensadores. – Tipo A

Alguns escritores são filósofos. – Tipo I

Logo, nenhum escritor é grande pensador. – Tipo E

O silogismo é do tipo AIO.

Nenhum desportista é preguiçoso. – Tipo E

Alguns homens são preguiçosos. – Tipo I

Alguns homens não são desportistas. – Tipo O

O silogismo é do tipo EIO.

Assim, vamos desenvolver o modo do exercício pedido.

Todo sapo é verde = A

Algum cão não é verde = O

Nenhum cão é sapo = E

Temos, então, um modo **AOE**, que aparece na alternativa D.

- 53. (Papiloscopista Policial – PC/SP – VUNESP – 2013)** Em um concurso de dança, só era permitida a inscrição de grupos formados por 1 menino e 2 meninas ou de grupos formados por 4 meninos e 3 meninas. Sabendo-se que 13 meninos se inscreveram para esse concurso, o número mínimo de meninas inscritas nesse concurso foi de:

a) 11.

c) 15.

e) 9.

b) 13.

d) 17.

### GABARITO OFICIAL: A

#### Resolução:

Podemos pensar da seguinte maneira: temos

para cada grupo de 1h  $\longrightarrow$  2m

4h  $\longrightarrow$  3m

No concurso de dança foram inscritos dois tipos de grupos:

**G1: 1 menino e 2 meninas**

**G2: 4 meninos e 3 meninas**

Como o grupo 1 tem mais meninas que meninos, para conseguirmos o menor número possível de meninas ao mesmo tempo que temos um total de 13 meninos devemos tentar juntar o máximo possível de grupos do tipo 2, da seguinte maneira:

G2: 4 meninos e 3 meninas

G2: 4 meninos e 3 meninas

G2: 4 meninos e 3 meninas

G1: 1 menino e 2 meninas

Total: 13 meninos e 11 meninas

- 54. (Papiloscopista Policial – PC/SP – VUNESP – 2013)** O computador que Ricardo quer comprar é R\$ 125,00 mais caro na loja A do que na loja B. Ao negociar um preço mais baixo, conseguiu, na loja A, um desconto de 20% para compra à vista, enquanto que, na loja B, conseguiu, para compra à vista, um desconto de 10%. Ao fazer as contas, Ricardo

verificou que as propostas nas duas lojas resultavam em um mesmo preço final para o computador, no valor de

- a) R\$ 1.125,00.                      c) R\$ 900,00.                      e) R\$ 1.250,00.  
b) R\$ 1.000,00.                      d) R\$ 1.500,00.

**GABARITO OFICIAL: C**

**Resolução:**

A melhor maneira de responder a esta questão é utilizando as alternativas, pois os valores são inteiros e a porcentagem pedida é conhecida. Mas vamos desenvolver um outro raciocínio:

Sejam:

$$\text{Loja A} = x + 125$$

$$\text{Loja B} = x$$

Sendo que a loja A deu um desconto de 10% e, a B, 20%, ficando iguais, então, temos:

$$0,80x + 100 = 0,90x$$

$$100 = 0,90x - 0,80x$$

$$100 = 0,10x$$

$$100/0,10 = x$$

$$x = 1000,00$$

Assim, com o desconto em qualquer uma das lojas, temos:

Loja A =  $1125 - 20\% = 900$  e, na loja B =  $1000 - 10\% = 900$ .

- 55. (Papiloscopista Policial – PC/SP – VUNESP – 2013)** Para pintar um prédio, 7 homens trabalharam por 6 dias. A partir de então, para que o serviço de pintura terminasse mais rapidamente, foram contratados mais 7 homens com a mesma força de trabalho daqueles que já estavam trabalhando. No total, foram necessários 19 dias para completar o serviço de pintura. Se todos os 14 homens estivessem trabalhando juntos desde o primeiro dia de serviço, a pintura do prédio ficaria pronta em
- a) 12 dias.                              d) 16 dias.  
b) 14 dias.                              e) 8 dias.  
c) 10 dias.

**GABARITO OFICIAL: D**

**Resolução:**

Temos aqui um problema de regra de três simples:

Regra de três inversamente proporcional:

$$\begin{array}{l} \uparrow 7 \text{ ————— } 6 \text{ dias} \quad \downarrow \\ | 14 \text{ ————— } x \text{ dias} \quad \downarrow \end{array}$$

Logo,  $14x = 42$

$$x = 42/14$$

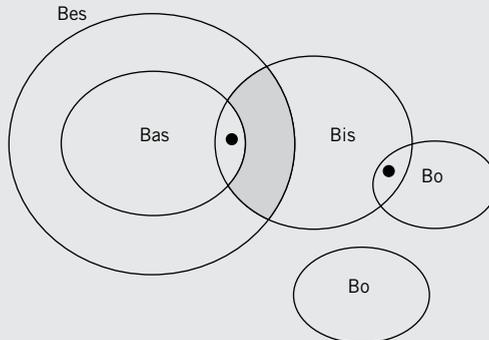
$$x = 3.$$

Somando, então,  $3 + 13 = 16$  dias.

- 56. (Papiloscopista Policial – PC/SP – VUNESP – 2013)** No planeta *Babebibo*, todos os *Bas* são *Bes* e alguns *Bes* são *Bis*. Sabendo-se que nenhum *Be* é *Bo*, é possível concluir que
- a) alguns *Bis* são *Bos*.                              d) alguns *Bas* são *Bis*.  
b) nenhum *Ba* é *Bo*.                              e) todos os *Bis* são *Bos*.  
c) nenhum *Bi* é *Bo*.

**GABARITO OFICIAL: B****Resolução:**

Temos aqui uma questão de silogismo, na qual devemos desenvolver os diagramas lógicos. Vejamos:



Observe que o está pintado é o que temos certeza. A parte que está apenas com um pontinho mostra o que pode ser e pode não ser, ou seja, não temos certeza. Assim, podemos concluir que a única alternativa correta, aquela de que temos certeza, é a de letra B (nenhum Ba é Bo).

- 57. (Papiloscopista Policial – PC/SP – VUNESP – 2013)** Antonio, Bernardo e Caetano são três amigos. Sempre que uma pergunta é feita a eles, dois falam a verdade e um mente. Ao serem questionados sobre quem era o mais velho, responderam:

Antonio: Bernardo nasceu primeiro.

Bernardo: Eu não sou o mais velho.

Caetano: Antonio é o mais velho.

O nome de quem mentiu ao responder a essa pergunta e o nome do mais velho dos amigos são, respectivamente,

- a) Bernardo e Bernardo.      c) Antonio e Antonio.      e) Antonio e Bernardo.  
b) Bernardo e Caetano.      d) Caetano e Caetano.

**GABARITO OFICIAL: C****Resolução:**

Temos aqui um caso de verdades e mentiras:

Macete para este tipo de questão:

– Se apenas um estiver mentindo, coloca-se V (Verdade) nas frases que não estão acusando.

– Se apenas um falar a Verdade, coloca-se M (Mentira) nas frases que estão acusando.

Assim, como a pergunta é “quem é o mais velho”, então as frases que estão acusando serão a 1ª e a 3ª, pois elas acusam de ser mais velho algum dos amigos.

“dois falam a verdade e um mente”. Neste caso usaremos o macete da mentira anterior.

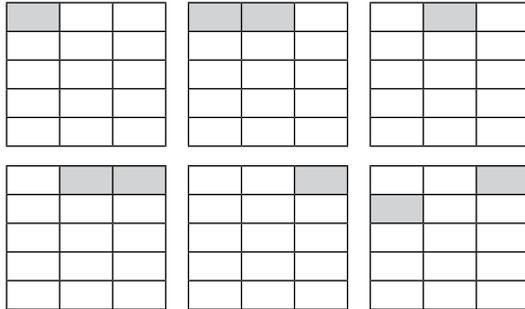
Veja que, neste caso, usando o macete, a frase de Bernardo será verdadeira e, assim, Antonio estará mentindo. Como só tem um dos amigos que mente, então Caetano fala a verdade. Assim, podemos concluir que Antonio mente e ele é o mais velho, e a resposta correta é a alternativa C.

Antonio: Bernardo nasceu primeiro.  M

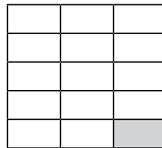
Bernardo: Eu não sou o mais velho.  V

Caetano: Antonio é o mais velho.  V

58. (Papiloscopista Policial – PC/SP – VUNESP – 2013) A figura seguinte apresenta os seis primeiros elementos de uma sequência:



Sendo a figura seguinte o último elemento dessa sequência, o total de elementos da sequência é



- a) 29.
- b) 31.
- c) 32.
- d) 30.
- e) 28.

**GABARITO OFICIAL: A**

**Resolução:**

Podemos observar que a sequência de quadradinhos escuros é: 1, 2, 1, 2, 1, 2, e assim por diante. Então, podemos pensar que, se em cada figura tem 15 quadradinhos, então  $15 \times 2 = 30$ , mas temos que retirar 1, pois a última figura tem um quadradinho escuro. Logo, temos a resposta correta na letra A.

59. (Papiloscopista Policial – PC/SP – VUNESP – 2013) Para sair do fundo de um buraco de 1510 centímetros de profundidade, uma minhoca consegue subir 111 cm a cada 5 minutos. A cada 15 minutos, a minhoca precisa parar por um minuto para descansar, porém, durante o descanso, a minhoca escorrega e desce 11 cm. O tempo, em minutos, que a minhoca levará para sair do buraco é

- a) 64.
- b) 59.
- c) 79.
- d) 74.
- e) 69.

**GABARITO OFICIAL: D**

**Resolução:**

Total = 1510 cm  
 Subida 111 ———— 5 min.  
 Em 15 min, temos  $111 \times 3 = 333$ cm; descanso de 1min, desce 11cm.  
 Assim, podemos dizer que em, 16 min, temos  $333 - 11 = 322$ .  
 Logo, podemos fazer  $322 \text{ ———— } 16\text{min}$   
 $1510 \text{ ———— } x$



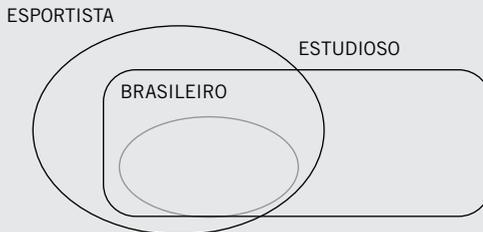
- Bruna = 20
  - Joana = menos que 20 e mais que 10
- Assim, podemos afirmar que Maria come menos de todas.

- 62. (Perito em Telecomunicação – PC/ES – FUNCAB – 2013)** Considerando que todo brasileiro é esportista, que todo brasileiro é estudioso, que Paulo é inteligente e que João é delegado, pode-se concluir que:
- a) Há pessoas estudiosas que são esportistas.
  - b) Paulo é brasileiro.
  - c) João é esportista.
  - d) Paulo é escrivão.
  - e) João é dançarino.

**GABARITO OFICIAL: A**

**Resolução:**

Para resolver esta questão, devemos desenvolver os diagramas lógicos. Vejamos:



Veja que Paulo e João não têm nada a ver com os diagramas lógicos, então podemos eliminar as alternativas que referem-se a eles. Logo, a única que sobra é a letra A. Pois é esta que está correta.

- 63. (Perito em Telecomunicação – PC/ES – FUNCAB – 2013)** João é professor ou Rita é diretora. Se Tiago gosta de matemática, então Sara não é secretária. Se Sara não é secretária, então Rita não é diretora. João não é professor e Beatriz não estuda. Pode-se concluir, corretamente:
- a) João não é professor e Rita não é diretora.
  - b) Rita é diretora e Sara é secretária.
  - c) Tiago gosta de matemática e Beatriz não fuma.
  - d) João não é professor e Tiago gosta de matemática.
  - e) Tiago não gosta de matemática e Sara não é secretária.

**GABARITO OFICIAL: B**

**Resolução:**

Temos aqui uma lógica de argumentação, lembrando que nela podemos usar o macete de que, se estiver separado pelo “então”, os lados são iguais, e, se tiver separado pelo “ou”, os lados são diferentes. Assim, temos:

P1: João é professor ou Rita é diretora.

F V

P2: Se Tiago gosta de matemática, então Sara não é secretária.

V F

P3: Se Sara não é secretária, então Rita não é diretora.

F F

P4: João não é professor e Beatriz não estuda.

V

Considerando a P4 verdadeira, como temos o conectivo “e”, em que só é verdade se os dois lados são verdadeiros, então, temos que “João não é professor e Beatriz não estuda” (verdade). Então, vamos fazer o macete nas outras: temos que encontrar uma das duas frases contidas em (P4), nas outras proposições, assim podemos observar que na P1, temos que João é professor, da P4, sabemos então que João não é professor, logo o outro lado será (V) e assim Rita é diretora. Agora temos que encontrar Rita nas demais e continuar aplicando o macete anterior. Com base nas argumentações, podemos afirmar que a alternativa correta será de letra B.

- 64. (Perito em Telecomunicação – PC/ES – FUNCAB – 2013)** Marque a alternativa que contém a proposição logicamente equivalente a
- “Se os preços são altos, então os gastos são baixos”.
- Se os gastos não são baixos, então os preços não são altos.
  - Se os gastos são altos, então os preços são altos.
  - Se os preços não são altos, então os gastos não são baixos.
  - Os preços são baixos e os gastos são baixos.
  - Ou os preços ou os gastos são baixos.

#### GABARITO OFICIAL: A

##### Resolução:

Lembrando que primeiramente devemos identificar o conectivo, sempre que a pergunta for negação ou equivalência. Neste caso, o conectivo lógico é o “então” e, lembrando sua equivalência, temos dois casos práticos:

– 1ª possibilidade: (invertem-se as frases, depois se negam as duas), ou seja,  $(\sim q \rightarrow \sim p)$ ; veja que neste caso o conectivo não muda.

– 2ª possibilidade: (nega-se a 1ª ou repete-se a 2ª), ou seja,  $(\sim p \vee q)$ ; veja que neste caso o conectivo muda para “ou”. Assim, temos:

1ª possibilidade = “Os gastos não são baixos, então os preços não são altos.”

2ª possibilidade = “Preços não são altos ou gastos são baixos.”

- 65. (Perito em Telecomunicação – PC/ES – FUNCAB – 2013)** Marque a alternativa que contém a negação da proposição “Todos os peixes dos oceanos são saborosos”.
- Alguns peixes dos oceanos são saborosos.
  - Existem peixes dos oceanos que não são saborosos.
  - Existem peixes dos oceanos que são saborosos.
  - Nenhum peixe dos oceanos não é saboroso.
  - Os peixes dos oceanos são mamíferos.

#### GABARITO OFICIAL: B

##### Resolução:

Lembrando que a negação de “todos são” é:

– Algum não é.

– Pelo menos um não é.

– Existem algum (pelo menos um) que não é.

Assim, a alternativa correta será B, “Existem peixes dos oceanos que não são saborosos”.

- 66. (Perito em Telecomunicação – PC/ES – FUNCAB – 2013)** Considerando verdadeira a frase “Todo brasileiro é apaixonado por futebol”, pode-se concluir, corretamente:
- Se é apaixonado por futebol, então não é brasileiro.

- b) Se é apaixonado por futebol, então é brasileiro.
- c) Se não é apaixonado por futebol, então não é brasileiro.
- d) Se não é apaixonado por futebol, então é brasileiro.
- e) Se não é brasileiro, então não é apaixonado por futebol.

**GABARITO OFICIAL: C**

**Resolução:**

Criemos os diagramas, para poder fazer uma boa observação. Vejamos:



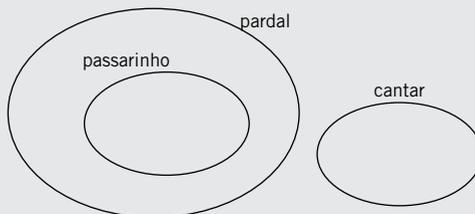
Assim, pelos diagramas, podemos observar que a única alternativa correta é a de letra C, em que “Se não é apaixonado por futebol, então é brasileiro”.

- 67. (Perito em Telecomunicação – PC/ES – FUNCAB – 2013)** Considerando que todos os passarinhos são pardais e que nenhum pardal sabe cantar, marque a alternativa correta.
- a) Algum passarinho não é pardal.
  - b) Algum passarinho sabe cantar.
  - c) Nenhum passarinho é pardal.
  - d) Algum pardal sabe cantar.
  - e) Nenhum passarinho sabe cantar.

**GABARITO OFICIAL: E**

**Resolução:**

Observando o diagrama, podemos dizer que a alternativa correta será a de letra E, em que “nenhum passarinho sabe cantar”, pois está correta. Veja que nenhum pardal sabe cantar, logo, não tem como algum passarinho saber cantar.



- 68. (Farmacêutico Legista – PC/MA – FGV – 2012)** Uma companhia é composta por 72 soldados, e à solenidade compareceram todos os 72 soldados. Eles estavam arrumados em forma retangular com x colunas tendo em cada uma delas y soldados, sendo x e y números inteiros maiores do que um.
- A quantidade de valores diferentes possíveis para x é:
- a) 18.
  - b) 16.
  - c) 12.
  - d) 10.
  - e) 8.

**GABARITO OFICIAL: D**

**Resolução:**

Neste caso basta encontrar os divisores de 72, ou seja quais os valores que x pode assumir. Vejamos: Divisores de 72: (1,2,3,4,6,8,9,12,18,24,36,72)

Como os números são maiores do que um, então do conjunto temos que eliminar o 1 (um) e o (72), pois  $72:1 = 72$ , logo nem um dos dois podem fazer parte. Assim temos 10 divisores de 72 que satisfaz os possíveis valores de x.

- 69. (Farmacêutico Legista – PC/MA – FGV – 2012)** Um pelotão de 36 policiais está formado em 4 colunas com 9 policiais em cada uma delas. João é um desses 36 policiais. Inicialmente, sorteia-se aleatoriamente um policial de cada coluna. Em seguida, sorteia-se, também aleatoriamente, um dos quatro policiais sorteados inicialmente. A probabilidade de o policial sorteado no fim desse processo ser o João é:

a)  $\frac{13}{36}$

c)  $\frac{1}{9}$

e)  $\frac{1}{36}$

b)  $\frac{1}{4}$

d)  $\frac{1}{13}$

**GABARITO OFICIAL: E****Resolução:**

Sabemos que o total é 36, como está dividido em 4 colunas com 9 em cada: vejamos, como primeiramente sorteia 1 (um de cada), assim podemos pensar da seguinte maneira:

Primeiramente retiramos 1 de 9, ou seja temos grupos de 9 em cada coluna, então a chance de ser João é  $\frac{1}{9}$  e depois como selecionamos apenas 4, logo a chance de ser João será 1 de 4. Assim temos:

$$\frac{1}{9} \cdot \frac{1}{4} = \frac{1}{36}$$

- 70. (Farmacêutico Legista – PC/MA – FGV – 2012)** Em uma sala há policiais civis e militares do Estado do Maranhão, bem como policiais federais. Nessa sala, para cada dois policiais civis do Estado do Maranhão há três policiais militares e para cada três policiais militares há cinco policiais federais. Em relação ao número total de policiais na sala, a porcentagem daqueles que são policiais civis do Estado do Maranhão é de:

a) 10%.

c) 20%.

e) 30%.

b) 15%.

d) 25%.

**GABARITO OFICIAL: C****Resolução:**

Temos aqui um problema de razão, onde o próprio exercício nos fala a quantidade, veja que a relação entre as quantidades dá um total de 10. Vejamos:

PC = 2

PM = 3

PF = 5

Então com relação ao total, a porcentagem de policiais civis é igual a  $\frac{2}{10} = 20\%$ .

- 71. (Farmacêutico Legista – PC/MA – FGV – 2012)** Entre vinte policiais civis há doze homens e oito mulheres. Deseja-se escolher, entre eles, quatro policiais civis sendo dois homens e duas mulheres. O número total de conjuntos distintos de quatro policiais civis que se pode escolher nas condições dadas é:

a) 7392.

c) 384.

e) 94.

b) 1848.

d) 188.

**GABARITO OFICIAL: B****Resolução:**

Temos aqui um caso de combinação, sempre que no problema pedir para formar grupos, equipes, onde a ordem não importa, devemos resolver o problema por combinação:

12H e 8M

$$C_{12,2} \quad C_{8,2}$$

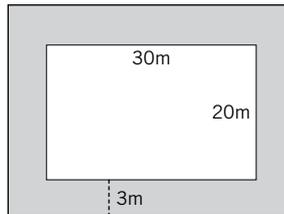
Calculando:

$$C_{12,2} = \frac{12!}{2!10!} = \frac{12 \cdot 11 \cdot 10!}{2 \cdot 1 \cdot 10!} = 66$$

$$C_{8,2} = \frac{8!}{2!6!} = \frac{8 \cdot 7 \cdot 6!}{2 \cdot 1 \cdot 6!} = 28$$

Então temos total =  $66 \times 28 = 1848$ .

72. (Farmacêutico Legista – PC/MA – FGV – 2012) Uma quadra de esportes tem a forma de um retângulo de 30m por 20m. Essa quadra foi ampliada com uma faixa de 3m de largura construída em toda a volta. A área da quadra aumentou em:



- a) 24%.
- b) 32%.
- c) 48%.
- d) 56%.
- e) 68%.

**GABARITO OFICIAL: D****Resolução:**

Primeiramente sabemos que a área de um retângulo é igual a base x altura, então a área original, é igual a  $30 \times 20 = 600\text{m}^2$ .

– Como o aumento foi de 3m cada lado, então a nova área fica igual a  $36 \times 36 = 936\text{m}^2$ .

Portanto ao aumento em área é  $936 - 600 = 336$  e em porcentagem é:

$$600 \text{ ———— } 100\%$$

$$336 \text{ ———— } X$$

$$600x = 33600$$

$$X = 56\%$$

73. (Farmacêutico Legista – PC/MA – FGV – 2012) A figura a seguir mostra uma viga AB de 4m de comprimento presa no ponto A a uma parede vertical. A viga é mantida na posição



Sabendo que Maria ouve a televisão (V), façamos os seus valores lógicos: Sabemos que quando está separado pelo conectivo (e), basta que um lado seja (F) que o seu valor será (F). Assim, como temos uma condicional, e sabendo que o conseqüente é Falso, então para que a proposição seja verdadeira, o seu antecedente terá que ser Falso. Logo a única alternativa que podemos concluir com certeza, será a letra D.

**75. (Farmacêutico Legista – PC/MA – FGV – 2012)** Abelardo, Benito e Caetano conversam sobre futebol em um bar. Dois deles são irmãos e o outro é filho único. O dono do bar ouviu parte da conversa e ficou sabendo que um deles torce pelo Sampaio Corrêa, outro pelo Maranhão e o outro pelo Moto Club.

Prestando mais atenção percebeu ainda que:

- Abelardo não torce pelo Sampaio Corrêa.
- Benito não torce pelo Maranhão.
- O irmão de Caetano torce pelo Moto Club.
- O que não tem irmão torce pelo Sampaio Corrêa.

Pode-se concluir que:

- a) Abelardo é irmão de Benito. d) Caetano torce pelo Maranhão.  
 b) Benito é irmão de Caetano. e) Abelardo torce pelo Maranhão.  
 c) Benito torce pelo Moto Club.

### GABARITO OFICIAL: B

#### Resolução:

Temos aqui uma questão de associação (correlacionamento), devemos desenvolver uma tabela para associar as pessoas aos seus respectivos times; vejamos.

1º Abelardo não torce pelo Sampaio Corrêa.

	S. Corrêa	Maranhão	M. Club
Abelardo	<b>NÃO</b>		
Benito			
Caetano			

2º Benito não torce pelo Maranhão.

	S. Corrêa	Maranhão	M. Club
Abelardo	<b>NÃO</b>		
Benito		<b>NÃO</b>	
Caetano			

3º O irmão de Caetano torce pelo Moto Club (assim Caetano não torce pelo M. Club).

	S. Corrêa	Maranhão	M. Club
Abelardo	<b>NÃO</b>		
Benito		<b>NÃO</b>	
Caetano			<b>NÃO</b>

4º O que não tem irmão torce pelo Sampaio Corrêa (assim como Caetano tem irmão, ele não torce pelo S. Corrêa).

	S. Corrêa	Maranhão	M. Club
Abelardo	<b>NÃO</b>	<b>NÃO</b>	<b>SIM</b>
Benito	<b>SIM</b>	<b>NÃO</b>	<b>NÃO</b>
Caetano	<b>NÃO</b>	<b>SIM</b>	<b>NÃO</b>

76. (Delegado de Polícia – PC/SP – 2011) Qual o número de linhas de uma tabela-verdade utilizada para determinar o valor lógico de uma proposição composta formada por 4 (quatro) proposições simples?
- a) 16  
b) 24  
c) 48  
d) 8  
e) 4

**GABARITO OFICIAL: A****Resolução:**

Para determinar o número de linhas de uma tabela-verdade, devemos ter a base sempre igual a 2 (dois), elevado ao número de proposições, ou seja, letras distintas. Neste caso, pergunta-se o total de linhas de 4 proposições, então, temos:  $2^4 = 16$ .

77. (Delegado de Polícia – PC/SP – 2011) Em lógica, pelo princípio do terceiro excluído,
- a) uma proposição falsa pode ser verdadeira e uma proposição verdadeira pode ser verdadeira.  
b) uma proposição verdadeira pode ser falsa, mas uma proposição falsa é sempre falsa.  
c) uma proposição ou será verdadeira, ou será falsa, não há outra possibilidade.  
d) uma proposição verdadeira é verdadeira e uma proposição falsa é falsa.  
e) nenhuma proposição poderá ser verdadeira e falsa ao mesmo tempo.

**GABARITO OFICIAL: C****Resolução:****Definições:***Princípios da lógica*

A lógica é dependente de três princípios fundamentais: o princípio da identidade, o da não contradição e o do terceiro excluído.

Princípio da identidade:  $A \text{ é } A$ .

Uma coisa é o que é. O que é, é; e o que não é, não é. Esta formulação remonta a Parmênides de Eleia.

Princípio da não contradição:

Uma coisa não pode ser e não ser ao mesmo tempo, segundo uma mesma perspectiva. Ou seja, não podemos dizer, por exemplo, que “A Teresa é e não é alcacerense”. Em termos de proposições, uma proposição não pode ser verdadeira e falsa ao mesmo tempo; uma proposição e a sua negação não podem ser simultaneamente verdadeiras; e duas proposições contraditórias não podem ser simultaneamente verdadeiras.

Princípio do terceiro excluído:

Uma coisa deve ser ou então não ser; não há uma terceira possibilidade (o terceiro é excluído).

Assim, temos, pelas definições, que a alternativa correta será a de letra C.

78. (Delegado de Polícia – PC/SP – 2011) Todo policial civil é bacharel em direito. A negação dessa afirmação é:
- a) Todos os policiais civis devem ser bacharéis em direito.  
b) Todos os policiais civis não são bacharéis em direito.  
c) Nenhum policial civil é bacharel em direito  
d) Existe policial civil que não é bacharel em direito.  
e) Não existe policial civil que não seja bacharel em direito.

**GABARITO OFICIAL: D**



**Resolução:**

Temos aqui uma proposição composta, onde está separada pelo conectivo ( $\wedge$ ) e.

Lembramos que a negação do conectivo “e” ( $\wedge$ ) é “ou” ( $\vee$ ), portanto neste caso a negação de  $(P \vee \sim Q) \wedge R$ , é  $(\sim P \wedge Q) \vee (\sim R)$ .

**82. (Delegado de Polícia – PC/ES – CESPE – 2011)**

A questão da desigualdade de gênero na relação de poder entre homens e mulheres é forte componente no crime do tráfico de pessoas para fins de exploração sexual, pois as vítimas são, na sua maioria, mulheres, meninas e adolescentes. Uma pesquisa realizada pelo Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime (UNODC), concluída em 2009, indicou que 66% das vítimas eram mulheres, 13% eram meninas, enquanto apenas 12% eram homens e 9% meninos.

Ministério da Justiça. *Enfrentamento ao tráfico de pessoas: relatório do plano nacional*. Janeiro de 2010. p. 23 (com adaptações).

Com base no texto anterior, julgue os itens a seguir.

Se as vítimas indicadas na pesquisa totalizaram 250 pessoas, então o número de maneiras distintas de se escolher um grupo de 3 homens entre as vítimas será superior a 4.000.

( ) Certo ( ) Errado

**GABARITO OFICIAL: CERTO****Resolução:**

Primeiro devemos calcular o total de vítima homens:

Total pesquisado = 250

Homens = 12% = 30

Neste caso queremos formar um grupo com 3 homens, logo devemos fazer uma combinação  $C_{30,3}$ . Logo temos:

$$C_{30,3} = \frac{30!}{3! \cdot 27!} = \frac{30 \cdot 29 \cdot 28 \cdot 27!}{3 \cdot 2 \cdot 1 \cdot 27!} = 4.060$$

Portanto a quantidade de maneiras distintas de se escolher 3 homens é igual a 4.060, e é superior a 4.000.

**83. (Delegado de Polícia – PC/ES – CESPE – 2011)** Se for escolhida ao acaso uma das vítimas indicadas na pesquisa, a probabilidade de que ela seja ou do sexo feminino ou um menino será inferior a 80%.

( ) Certo ( ) Errado

**GABARITO OFICIAL: ERRADO****Resolução:**

Primeiramente vamos calcular a quantidade de vítimas do sexo feminino e vítimas meninos.

Sexo feminino + meninos = 66% + 13% + 9% = 88% = 220.

Assim a probabilidade é igual a:  $P = \frac{220}{250} = 88\%$ . Então a probabilidade é superior a 80%, assim a afirmativa está ERRADA.

**84. (Delegado de Polícia – PC/ES – CESPE – 2011)** O argumento “A maioria das vítimas era mulher. Marta foi vítima do tráfico de pessoas. Logo Marta é mulher” é um argumento válido.

( ) Certo ( ) Errado

**GABARITO OFICIAL: ERRADO**

**Resolução:**

Como a argumento fala apenas a maioria, então não podemos afirmar. Para este argumento ser valido, deveria falar todas as vítimas eram mulheres. Logo o argumento não é valido.

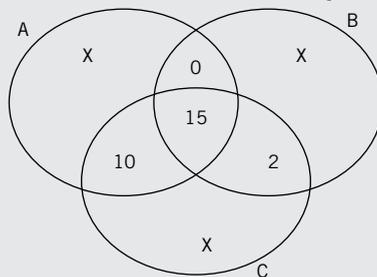
- 85. (Delegado de Polícia – PC/ES – CESPE – 2011)** Acerca de operações com conjuntos, julgue o item subsequente.

Considere que os conjuntos A, B e C tenham o mesmo número de elementos, que A e B sejam disjuntos, que a união dos três possuía 150 elementos e que a interseção entre B e C possuía o dobro de elementos da interseção entre A e C. Nesse caso, se a interseção entre B e C possui 20 elementos, então B tem menos de 60 elementos.

( ) Certo ( ) Errado

**GABARITO OFICIAL: ERRADO****Resolução:**

Temos aqui uma questão que devemos resolver através dos diagramas lógicos. Vejamos:



Veja que na interseção de A e B = 0, pois no texto diz que A e B são disjuntos, isso significa que a interseção entre eles é vazia, e devemos lembrar que dos 150, existem elementos de A, de B e de C, retirando as interseções de (A,C) e (B,C), podemos então afirmar que não sobrará menos de 60 elementos como o texto afirma, assim a afirmação está Errada.

- 86. (Delegado de Polícia/Médico Legista/Perito Criminal – PC/ES – CESPE – 2011)** Julgue os próximos itens, relativos à lógica sentencial, em que os símbolos  $\wedge$ ,  $\vee$ ,  $\sim$  e  $\rightarrow$  representam, respectivamente, as operações lógicas “e”, “ou”, “não” e “implicação”.

Se a proposição R for falsa e se a proposição composta  $(P \wedge Q) \rightarrow (\sim Q \vee R)$  for verdadeira, então a proposição P será verdadeira.

( ) Certo ( ) Errado

**GABARITO OFICIAL: ERRADO****Resolução:**

Temos nesta questão total uso dos valores lógicos (tabela-verdade).

Sabemos que R = (F).

Sendo a proposição  $(P \wedge Q) \rightarrow (\sim Q \vee R)$  = VERDADEIRA, temos então que:

Lembramos aqui que uma proposição composta pelo conectivo então ( $\rightarrow$ ), só será (F) se a primeira for (V) e a segunda (F), assim se atribuirmos (F), para (P), vejamos que podemos ter o valor da proposição também verdadeira.

$$(P \wedge Q) \rightarrow (\sim Q \vee R)$$

$$(F \wedge F) \rightarrow (V \vee F)$$

$$(F) \rightarrow (V) = V.$$

Assim podemos afirmar que a proposição R, for (F), não podemos garantir que (P) será verdadeira.

- 87. (Escrivão de Polícia/Perito em Telecomunicações/Perito Papiloscópico – PC/ES – CESPE – 2011)** Para descobrir qual dos assaltantes – Gavião ou Falcão – ficou com o dinheiro roubado de uma agência bancária, o delegado constatou os seguintes fatos:
- F1 – se Gavião e Falcão saíram da cidade, então o dinheiro não ficou com Gavião;  
 F2 – se havia um caixa eletrônico em frente ao banco, então o dinheiro ficou com Gavião;  
 F3 – Gavião e Falcão saíram da cidade;  
 F4 – havia um caixa eletrônico em frente ao banco ou o dinheiro foi entregue à mulher de Gavião.
- Considerando que as proposições F1, F2, F3 e F4 sejam verdadeiras, julgue os itens subsequentes, com base nas regras de dedução.
- A proposição F2 é logicamente equivalente à proposição “Se o dinheiro não ficou com Gavião, **então** não havia um caixa eletrônico em frente ao banco”.
- ( ) Certo            ( ) Errado

**GABARITO OFICIAL: CERTO****Resolução:**

Lembrando que para a equivalência do (então) temos duas possibilidades:

- 1ª possibilidade: (inverte as frases, depois nega as duas), ou seja ( $\sim q \rightarrow \sim p$ ), veja que neste caso o conectivo não muda.
- 2ª possibilidade: (nega a primeira ou repete 2ª), ou seja ( $\sim p \vee q$ ), veja que neste caso o conectivo muda para o (ou). Assim temos:

F2:” se havia um caixa eletrônico em frente ao banco, **então** o dinheiro ficou com Gavião;

P

Q

1ª possibilidade: se o dinheiro não ficou com Gavião, então não havia um caixa eletrônico em frente ao banco.

- 88. (Escrivão de Polícia/Perito em Telecomunicações/Perito Papiloscópico – PC/ES – CESPE – 2011)** A proposição “O dinheiro foi entregue à mulher de Gavião” é verdadeira.
- ( ) Certo            ( ) Errado

**GABARITO OFICIAL: CERTO****Resolução:**

Partindo de F3 = V, temos então que fazer os valores lógicos das demais, vejamos:

F1 – se Gavião e Falcão saíram da cidade, então o dinheiro não ficou com Gavião;

V

V

F2 – se havia um caixa eletrônico em frente ao banco, então o dinheiro ficou com Gavião;

F

F

F3 – Gavião e Falcão saíram da cidade;

V

F4 – havia um caixa eletrônico em frente ao banco ou o dinheiro foi entregue à mulher de Gavião.

F

V

Como na F4, o conectivo é o (ou), assim podemos afirmar que se o dinheiro foi entregue à mulher de gavião.

- 89. (Escrivão de Polícia/Perito em Telecomunicações/Perito Papiloscópico – PC/ES – CESPE – 2011)** A negação da proposição F4 é logicamente equivalente à proposição “Não

havia um caixa eletrônico em frente ao banco ou o dinheiro não foi entregue à mulher de Gavião”.

( ) Certo ( ) Errado

### GABARITO OFICIAL: ERRADO

#### Resolução:

Seja F4 = havia um caixa eletrônico em frente ao banco ou o dinheiro foi entregue à mulher de Gavião.

– Vejamos que o conectivo que separa a proposição é (ou), e a negação do (ou), é o conectivo (e), portanto a negação de F4 será:

– não havia um caixa eletrônico em frente ao banco e o dinheiro não foi entregue à mulher de Gavião. Assim a afirmação está ERRADA, pois o conectivo não foi trocado.

90. (Escrivão de Polícia/Perito em Telecomunicações/Perito Papioscópico – PC/ES – CESPE – 2011) Para o bom desempenho das funções dos agentes, os departamentos de polícia frequentemente realizam compras de equipamentos. Para certa compra licitada, um fabricante ofereceu 6 modelos de radiotransmissores. Com base nessa situação, julgue o item que se segue.

Suponha que, para cada lote de 3 radiotransmissores de determinado modelo, a probabilidade de 1 deles apresentar defeito é 0,25, de 2 deles apresentarem defeito é 0,025, e de 3 apresentarem defeito é 0,0005. Nessa situação, considerando-se que, se pelo menos 1 dos radiotransmissores de um lote apresentar defeito, todo o lote será rejeitado, é correto afirmar que a probabilidade de se rejeitar um lote é inferior a 25%.

( ) Certo ( ) Errado

### GABARITO OFICIAL: ERRADO

#### Resolução:

Das informações, podemos dizer que:

	1	2	3
Defeito	0,25	0,025	0,0005

Assim, a probabilidade de pelo menos 1 é:

$$P(1) = 0,25$$

$$P(2) = 0,025$$

$$P(3) = 0,005$$

Logo a probabilidade de pelo menos 1 (um) é  $= 0,25 + 0,025 + 0,005 = 0,28 = 28\%$ . Portanto superior a 25%.

91. (Escrivão de Polícia/Perito em Telecomunicações/Perito Papioscópico – PC/ES – CESPE – 2011) Uma pesquisa de rua feita no centro de Vitória constatou que, das pessoas entrevistadas, 60 não sabiam que a polícia civil do Espírito Santo possui delegacia com sistema on-line para registro ou denúncia de certos tipos de ocorrência e 85 não sabiam que uma denúncia caluniosa pode levar o denunciante à prisão por 2 a 8 anos, além do pagamento de multa. A partir dessas informações, julgue o item seguinte.

Considerando-se que também foi constatado que 10 dos entrevistados não sabiam do canal de comunicação on-line nem das penalidades cabíveis a denúncias caluniosas, é correto concluir que 135 pessoas não tinham conhecimento de pelo menos uma dessas questões.

( ) Certo ( ) Errado

**GABARITO OFICIAL: CERTO****Resolução:**

Temos aqui as seguintes informações:

- 60 não sabiam que a polícia civil do Espírito Santo possui delegacia com sistema on-line para registro ou denúncia de certos tipos de ocorrência.
- 85 não sabiam que uma denúncia caluniosa pode levar o denunciante à prisão por 2 a 8 anos, além do pagamento de multa.
- 10 dos entrevistados não sabiam do canal de comunicação on-line nem das penalidades cabíveis a denúncias caluniosas.
- Podemos usar aqui os diagramas lógicos, (teoria dos conjuntos), ou seja:

$$(A \cup B) = N(A) + N(B) - N(A \cap B)$$

$$(A \cup B) = 60 + 85 - 10 = 135.$$

Assim podemos afirmar que 135 pessoas não tinham conhecimentos de pelo menos uma das questões.

- 92. (Escrivão de Polícia/Perito em Telecomunicações/Perito Papioscópico – PC/ES – CESPE – 2011)** Os policiais da delegacia de defesa do consumidor apreenderam, em um supermercado, 19,5 kg de mercadorias impróprias para o consumo: potes de 150 g de queijo e peças de 160 g de salaminho.

Com base nessa situação, julgue os itens a seguir.

Se 80 potes de queijo foram apreendidos, então foram apreendidos menos de 8 kg de salaminho.

( ) Certo                      ( ) Errado

**GABARITO OFICIAL: CERTO****Resolução:**

Total em Kg = 19,5.

Potes queijo = 150g x 80 = 12000g = 12kg.

Então 19,5kg – 12kg = 7,5kg (salaminho)

- 93. (Escrivão de Polícia/Perito em Telecomunicações/Perito Papioscópico – PC/ES – CESPE – 2011)** Se cada pote de queijo era vendido a R\$ 9,80 e cada peça de salaminho era vendida a R\$ 12,50, e se o prejuízo do supermercado decorrente do impedimento da venda desses produtos foi calculado em R\$ 1.427,50, então foram apreendidos 50 potes de queijo e 75 peças de salaminho.

( ) Certo                      ( ) Errado

**GABARITO OFICIAL: CERTO****Resolução:**

Venda queijo = 9,80 x 50 = 490

Venda salaminho = 12,50 x 75 = 937,50

Total = 490 + 937,50 = 1427,50.

- 94. (Escrivão de Polícia/Perito em Telecomunicações/Perito Papioscópico – PC/ES – CESPE – 2011)** Um argumento constituído por uma sequência de três proposições
- P1, P2 e P3, em que P1 e P2 são as premissas e P3 é a conclusão

– é considerado válido se, a partir das premissas P1 e P2, assumidas como verdadeiras, obtém-se a conclusão P3, também verdadeira por consequência lógica das premissas.

A respeito das formas válidas de argumentos, julgue os próximos itens.

Nessas condições, é correto concluir que o argumento de premissas P1 e P2 e conclusão P3 é válido.

Se as premissas P1 e P2 de um argumento forem dadas, respectivamente, por “Todos os leões são pardos” e “Existem gatos que são pardos”, e a sua conclusão P3 for dada por “Existem gatos que são leões”, então essa sequência de proposições constituirá um argumento válido.

( ) Certo            ( ) Errado

**GABARITO OFICIAL: ERRADO**

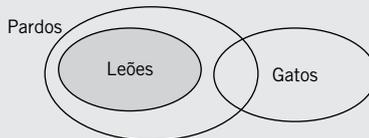
**Resolução:**

Temos aqui um caso claro de silogismo, vejamos:

P1 = Todos os leões são pardos

P2 = Existem gatos que são pardos

P3 = Conclusão; Existem gatos que são leões



– Assim podemos ver que não podemos afirmar que existem gatos que são leões. Logo não é um argumento válido. Afirmação ERRADA.

**95. (Escrivão de Polícia/Perito em Telecomunicações/Perito Papiloscópico – PC/ES – CESPE – 2011)** Considere a seguinte sequência de proposições:

P1 – Existem policiais que são médicos.

P2 – Nenhum policial é infalível.

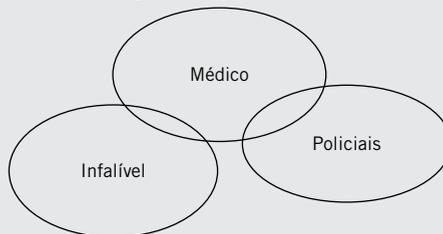
P3 – Nenhum médico é infalível.

( ) Certo            ( ) Errado

**GABARITO OFICIAL: ERRADO**

**Resolução:**

Temos aqui novamente um caso de silogismo. Vejamos:



Veja que não podemos garantir se tem médico infalível ou se não tem. Assim o argumento não é válido.



# INFORMÁTICA

## Sobre o Autor

### **Eduardo Soares Benjamin**

Especialização em Administração de Empresas pela Fundação Getulio Vargas.

Graduação em Tecnologia da Informação pela Universidade Mackenzie.

Professor Coordenador de TCC da Fundação do Instituto Tecnológico de Osasco.

Professor de Cursos Preparatórios para Concursos Públicos.

Professor nos cursos Central de Concursos, Federal Concursos e Complexo Damásio de Jesus.



1. **(Delegado da Polícia Civil – PC/SP – VUNESP – 2014)** Na montagem de uma rede local, para interligar um grupo de 4 computadores, é utilizado cabeamento estruturado padrão CAT-5. O elemento de rede usado para interligar esses computadores chama-se comutador, e o cabo usado para interligar o computador com o comutador chama-se “cabo fim a fim”. O conector usado na montagem desse cabo é
- a) TI-578.
  - b) RX-45.
  - c) RJ-45.
  - d) BSI-8.
  - e) ATC-32.

**GABARITO OFICIAL: C****JUSTIFICATIVA:**

- a) Errado, porque: a alternativa apresentada “TI-578” não é o conector para o cabo de par trançado, indicado na questão de cabo fim a fim.
  - b) Errado, porque: a alternativa apresentada “RX-45” não é o conector para o cabo de par trançado.
  - c) CERTO, porque: o conector RJ-45 é o indicado para o cabo par trançado categoria CAT-5.
  - d) Errado, porque: a alternativa apresentada “BSI-8” não é o conector para o cabo de par trançado.
  - e) Errado, porque: a alternativa apresentada “ATC-32” não é o conector para o cabo de par trançado.
2. **(Delegado da Polícia Civil – PC/SP – VUNESP – 2014)** Com a evolução da computação pessoal, foi necessário desenvolver uma interface de computador que possibilitasse a conexão de periféricos sem a necessidade de desligar o computador. Essa interface permite conectar diversos equipamentos como: mouse, teclado, impressoras, câmeras digitais e webcam com o computador.
- Assinale a alternativa que contém o nome dessa interface.
- a) HDLC.
  - b) USB.
  - c) ATX.
  - d) IDE.
  - e) VGA.

**GABARITO OFICIAL: B****JUSTIFICATIVA:**

- a) Errado, porque: o descrito na alternativa A “HDLC” não é interface que permite conectar diversos equipamentos como: mouse, teclado, impressoras, câmeras digitais e webcam com o computador. “HDLC” é um protocolo de comunicação utilizado na camada 2 – enlace de dados do modelo OSI.
- b) CERTO, porque: “USB” ou “Universal Serial Bus” é interface que permite conectar diversos equipamentos como: mouse, teclado, impressoras, câmeras digitais e webcam com o computador conectado a USB.
- c) Errado, porque: o descrito na alternativa C “ATX” não é interface que permite conectar diversos equipamentos como: mouse, teclado, impressoras, câmeras digitais e webcam com o computador. “ATX” ou “Advanced Technology Extended” foi um padrão de placa-mãe criado pela Intel em 1995.
- d) Errado, porque: o descrito na alternativa D “IDE” não é interface que permite conectar diversos equipamentos. O padrão “IDE”, não mais utilizado nos dias hoje, era uma tecnologia que permitiu, durante um período, se conectar o HD na placa-mãe.
- e) Errado, porque: o descrito na alternativa E “VGA” não é interface que permite conectar diversos equipamentos. O padrão “VGA” ou “Video Graphics Array” é utilizado como conector de vídeo das placas gráficas.

3. (**Delegado da Polícia Civil – PC/SP – VUNESP – 2014**) Assinale a alternativa que contém o endereço de uma página da internet cujo acesso está utilizando técnica de criptografia.
- a) <http://www.sp.senac.br:8080>                      d) <https://www.google.com.br>  
b) <https://www.globo.com/secur.php>                      e) <http://gmail.com/porta1.html>  
c) <http://www.yahoo.com.br>

**GABARITO OFICIAL: D****JUSTIFICATIVA:**

- a) Errado, porque: a URL <http://www.sp.senac.br:8080> não determina um endereço de um *site* seguro.  
b) Errado, porque: a URL <https://www.globo.com/secur.php> está errada as barras // estão invertidas.  
c) Errado, porque: a URL <http://www.yahoo.com.br> não determina de um *site* seguro.  
d) CERTO, porque: a URL <https://www.google.com.br> determina um endereço de um *site* seguro. O protocolo HTTPS (HyperText Transfer Protocol Secure) juntamente com o protocolo SSL (Secure Sockets Layer) proveem a segurança da comunicação entre dois *hosts* através da criptografia.  
e) Errado, porque: a URL <http://gmail.com/porta1.html> não determina um endereço de um *site* seguro.

**Preste Atenção:**

Quando a URL (endereço completo de um *site*) iniciar com o protocolo HTTP, a comunicação com o servidor da página não é segura. Quando a URL começa com o HTTPS, a comunicação com o servidor da página é segura.

**Atenção!**

A segurança é conseguida através de criptografia.

4. (**Escrivão da Polícia Civil – PC/SP – VUNESP – 2014**) No sistema operacional Windows 7, em sua configuração padrão, deseja-se organizar os arquivos de maior interesse, de modo que eles possam ser vistos a partir de um único local.
- O recurso que pode ser utilizado para essa finalidade é a(o)
- a) Biblioteca.                      c) Barra de Tarefas.                      e) Barra de Arquivos.  
b) Barra de Ferramentas.                      d) Organizador de Arquivos.

**GABARITO OFICIAL: A****JUSTIFICATIVA:**

- a) CERTO, porque: a Biblioteca do Windows 7 é um recurso de administração de disco que permite que se organize, veja e acesse os arquivos independente de suas extensões ou tipo e também, independente de onde eles estejam salvos fisicamente.  
b) Errado, porque: a Barra de Ferramentas não permite organizar os arquivos de maior interesse, de modo que eles possam ser vistos a partir de um único local.  
c) Errado, porque: a Barra de Tarefas não permite organizar os arquivos de maior interesse, de modo que eles possam ser vistos a partir de um único local.

- d) Errado, porque: não existe um Organizador de Arquivos que permite organizar os arquivos de maior interesse, de modo que eles possam ser vistos a partir de um único local.
- e) Errado, porque: a Barra de Arquivos não permite organizar os arquivos de maior interesse, de modo que eles possam ser vistos a partir de um único local.



**Preste Atenção:**

As Bibliotecas – novo recurso do Windows 7 – tornam mais fácil localizar, trabalhar e organizar arquivos espalhados por seu PC ou pela rede. Uma biblioteca reúne suas coisas em um lugar – sem importar onde realmente elas estão armazenadas.

5. **(Escrivão da Polícia Civil – PC/SP – VUNESP – 2014)** Uma das características do Atalho de Teclado para um atalho para programa, que pode ser criado no sistema operacional Windows 7, em sua configuração padrão, é que a tecla de atalho escolhida será utilizada precedida
- a) da tecla Ctrl, apenas.
  - b) das teclas Shift + Ctrl + Alt.
  - c) das teclas Shift + Alt, apenas.
  - d) das teclas Ctrl + Alt, apenas.
  - e) da tecla Alt, apenas.

**GABARITO OFICIAL: D**

**JUSTIFICATIVA:**

- a) Errado, porque: os atalhos de teclado são iniciados automaticamente com Ctrl+Alt
- b) Errado, porque: os atalhos de teclado são iniciados automaticamente com Ctrl+Alt.
- c) Errado, porque: os atalhos de teclado são iniciados automaticamente com Ctrl+Alt.
- d) CERTO, porque: os atalhos de teclado são iniciados automaticamente com Ctrl+Alt.
- e) Errado, porque: os atalhos de teclado são iniciados automaticamente com Ctrl+Alt.



**Preste Atenção:**

No endereço eletrônico a seguir, você pode descobrir todos os atalhos de teclado do Windows.

<http://windows.microsoft.com/pt-br/windows/keyboard-shortcuts#keyboard-shortcuts=windows-7>

6. **(Escrivão da Polícia Civil – PC/SP – VUNESP – 2014)** No sistema operacional Windows 7, em sua configuração padrão, existe um recurso para ajudar a assegurar a preservação dos arquivos, por meio da realização de cópias de *backup*. Sobre esse recurso, é correto afirmar que
- a) ele pode ser acessado selecionando-se, na sequência, o botão Iniciar, o Painel de Controle, o Sistema e Segurança e o Backup e a Restauração.
  - b) a restauração de *backups* é realizada sempre no Modo de Segurança do Windows 7.
  - c) arquivos de tamanho superior a 1 GBytes não podem ser salvos no *backup*.
  - d) os *backups* são armazenados sempre na nuvem, por segurança.
  - e) por questões de segurança, os *backups* deverão ser sempre realizados de forma manual.

**GABARITO OFICIAL: A**

**JUSTIFICATIVA:**

- a) CERTO, porque: a sequência para ativar a funcionalidade Backup é realmente: clicar no botão Iniciar → o Painel de Controle → Sistema e Segurança e o Backup e a Restauração.



- b) Errado, porque: a restauração de *backups* também pode ser realizada no Modo Normal do Windows.
- c) Errado, porque: os arquivos de tamanho superior a 1 GBytes podem ser salvos no *backup*.

- d) Errado, porque: os *backups* hoje podem ser armazenados na nuvem, como também podem ser armazenados em CD, DVD, Pendrive e Hard-disk.
- e) Errado, porque: os *backups* são armazenados podem ser armazenados, mas nem sempre na nuvem. Outro detalhe, a nuvem ou cloud não garante segurança total.



**Preste Atenção:**

Backup é uma cópia de segurança.

7. (Escrivão da Polícia Civil – PC/SP – VUNESP – 2014) Windows Explorer do sistema operacional Windows 7, em sua configuração padrão, possui o recurso Pesquisar Documentos, representado a seguir.



Caso o *mouse* seja colocado na caixa de pesquisa, e se dê um clique com o seu botão esquerdo, será

- a) iniciada a pesquisa por um documento especificado.
- b) aberta uma janela que possibilita adicionar um filtro de pesquisa.
- c) exibida na tela a relação dos arquivos encontrados na pesquisa até esse instante.
- d) aberta uma janela para programar o horário no qual se pretende realizar a pesquisa.
- e) gerado um arquivo com o resultado da pesquisa.

**GABARITO OFICIAL: B**

**JUSTIFICATIVA:**

- a) Errado, porque: caso o *mouse* seja colocado na caixa de pesquisa, e se dê um clique com o seu botão esquerdo, não é iniciada a pesquisa por um documento especificado.
- b) CERTO, porque: caso o *mouse* seja colocado na caixa de pesquisa, e se dê um clique com o seu botão esquerdo, é aberta uma janela que possibilita adicionar um filtro de pesquisa.



- c) Errado, porque: caso o *mouse* seja colocado na caixa de pesquisa, e se dê um clique com o seu botão esquerdo, não é exibida na tela a relação dos arquivos encontrados na pesquisa até esse instante.

- d) Errado, porque: caso o *mouse* seja colocado na caixa de pesquisa, e se dê um clique com o seu botão esquerdo, não é aberta uma janela para programar o horário no qual se pretende realizar a pesquisa.
- e) Errado, porque: caso o *mouse* seja colocado na caixa de pesquisa, e se dê um clique com o seu botão esquerdo, não é gerado um arquivo com o resultado da pesquisa.

8. (Escrivão da Polícia Civil – PC/SP – VUNESP – 2014) Um usuário do MS-Word 2010 editou um documento e identificou a necessidade de aumentar o tamanho da fonte de uma palavra do texto, visando dar-lhe maior destaque. Uma forma de realizar essa tarefa, estando a palavra selecionada, é clicar no seguinte botão:



### GABARITO OFICIAL: E

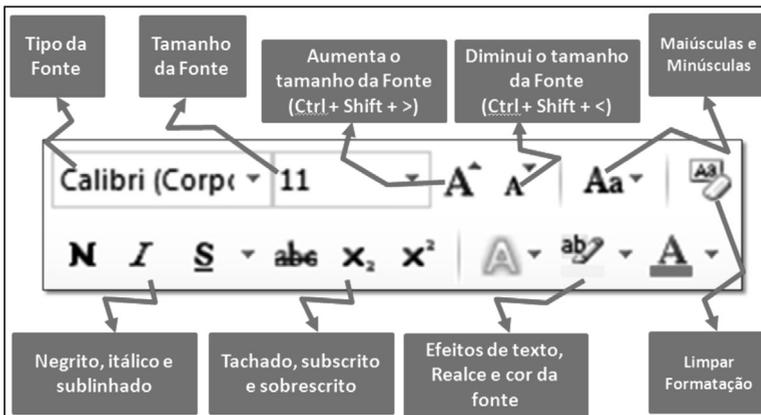
#### JUSTIFICATIVA:

- a) Errado, porque: o botão limpa a formatação.
- b) Errado, porque: o botão aplica o efeito de fonte sobrescrito.
- c) Errado, porque: o botão diminui a fonte.
- d) Errado, porque: o botão alterna entre maiúsculas e minúsculas.
- e) CERTO, porque: o botão aumenta a fonte.



#### Preste Atenção:

Procure guardar estes botões que são cobrados na prova!



9. (Escrivão da Polícia Civil – PC/SP – VUNESP – 2014) No MS-Word 2010, na guia Layout da Página, existe o grupo Configurar Página, onde podem ser visualizados os seguintes botões:



Os nomes dos recursos relacionados com esses botões, da esquerda para a direita, são, respectivamente,

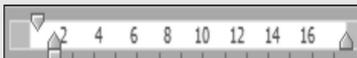
- Régua, Próxima Página e Margens.
- Mostrar Régua, Reduzir uma Página e Dimensões.
- Margens, Orientação e Tamanho.
- Cabeçalho & Rodapé, Zoom Out e 100%.
- Uma Página, Duas Páginas e Largura da Página.

**GABARITO OFICIAL: C**

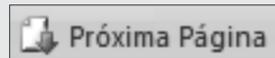
**JUSTIFICATIVA:**

- a) Errado, porque: os botões apresentados pelos ícones não são: Régua, Próxima Página e Margens. Os botões desta alternativa estão mostrados a seguir:

Régua



Próxima Página

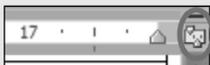


Margens

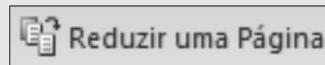


- b) Errado, porque: os botões apresentados pelos ícones não são: Mostrar Régua, Reduzir uma Página e Dimensões. Os botões desta alternativa estão mostrados a seguir:

Mostrar Régua

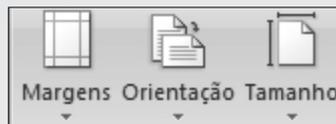


Reduzir uma Página



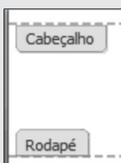
Este ícone habilita e desabilita a régua do seu texto.

- c) CERTO, porque: os botões apresentados pelos ícones não são: Margens, Orientação e Tamanho.



- d) Errado, porque: os botões apresentados pelos ícones não são: Cabeçalho & Rodapé, Zoom Out e 100%. Os botões desta alternativa estão mostrados a seguir:

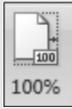
Cabeçalho & Rodapé



Zoom Out

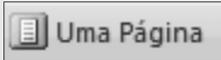


100%

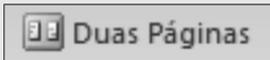


e) Errado, porque: os botões apresentados pelos ícones não são: Uma Página, Duas Páginas e Largura da Página. Os botões desta alternativa estão mostrados a seguir:

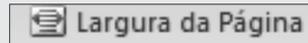
Uma Página



Duas Páginas



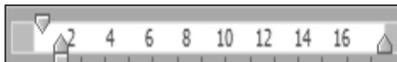
Largura da Página



### Preste Atenção:

Os ícones dos itens citados na questão são:

Régua



Mostrar Régua

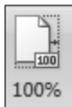


Este ícone habilita e desabilita a régua do seu texto.

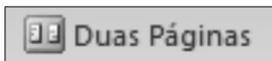
Cabeçalho &amp; Rodapé



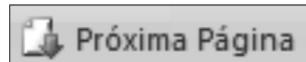
100%



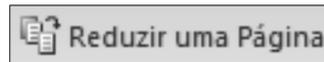
Duas Páginas



Próxima Página



Reduzir uma Página



Zoom Out



Uma Página



Largura da Página



**10. (Escrivão da Polícia Civil – PC/SP – VUNESP – 2014)** Os documentos editados no MS-Word 2010 podem ser melhor formatados quando se inserem quebras no texto. No caso das quebras de seção, alguns dos tipos permitidos são:

- Início do Texto, Fim do Texto e Meio do Texto.
- Tabela, Caixa de Texto e Quebra Automática.

- c) Próxima Página, Página Par e Página Ímpar.
- d) Página, Coluna e Documento.
- e) Contínuo, Alternado e Aleatório.

**GABARITO OFICIAL: C**

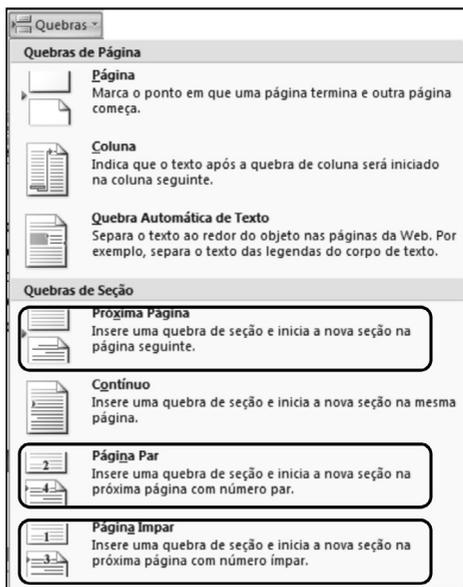
**JUSTIFICATIVA:**

- a) Errado, porque: Início do Texto, Fim do Texto e Meio do Texto não são quebras permitidas.
- b) Errado, porque: Tabela, Caixa de Texto e Quebra Automática não são quebras permitidas.
- c) CERTO, porque: Próxima Página, Página Par e Página Ímpar são quebras permitidas.
- d) Errado, porque: Página, Coluna e Documento não são quebras permitidas.
- e) Errado, porque: Contínuo, Alternado e Aleatório não são quebras permitidas.



**Preste Atenção:**

As quebras do Word são configuradas partir da seguinte sequência de comandos: Guia Layout da Página → Grupo Configurar Página → Botão Quebras (Inserir Página e Quebras de Seção), apresentando a janela a seguir:



Quebras apresentadas na alternativa correta.

- 11. (Escrivão da Polícia Civil – PC/SP – VUNESP – 2014)** No MS-Word 2010, por padrão, ao se clicar no botão Imagem, acessível por meio da guia Inserir, grupo Ilustrações, abre-se
- a) o aplicativo Paint, possibilitando a edição de uma imagem que será transportada do Paint para o Word.
  - b) uma biblioteca para a escolha de um símbolo predefinido, presente no computador.
  - c) um menu de figuras geométricas predefinidas, presentes no computador.
  - d) uma janela para que o arquivo de imagem possa ser selecionado, a partir do computador ou da rede.
  - e) a janela de edição no próprio aplicativo, para que se possa editar uma figura.

**GABARITO OFICIAL: D**

**JUSTIFICATIVA:**

- a) Errado, porque: o aplicativo Paint não é ativado.
- b) Errado, porque: não surge uma biblioteca para a escolha de um símbolo predefinido, presente no computador.
- c) Errado, porque: não surge um menu de figuras geométricas predefinidas, presentes no computador.
- d) CERTO, porque: surge uma janela para que o arquivo de imagem possa ser selecionado, a partir do computador ou da rede.
- e) Errado, porque: a janela de edição no próprio aplicativo, para que se possa editar uma figura, não é habilitada.

**12. (Escrivão da Polícia Civil – PC/SP – VUNESP – 2014)** Em uma planilha elaborada no MS-Excel 2010, a célula A1 possui a palavra Casa, e a célula B1, a palavra amarela.

Uma fórmula que pode ser colocada na célula C1, de modo que ela exiba o resultado da concatenação dos conteúdos das células A1 e B1, exibindo Casa amarela, com um espaço entre as duas palavras, é:

- a) =A1&space&B1
- b) =A1+20h+B1
- c) =CONC(A1; space; B1)
- d) =A1&"espaço"&B1
- e) =A1&" "&B1

**GABARITO OFICIAL: E****JUSTIFICATIVA:**

- a) Errado, porque: aparecerá a mensagem de erro #NOME?
- b) Errado, porque: aparecerá a mensagem de erro #VALOR!
- c) Errado, porque: aparecerá a mensagem de erro #NOME?
- d) Errado, porque: aparecerá o texto "Casaespaçoamarela."
- e) CERTO, porque: aparecerá o texto Casa amarela, com um espaço entre as palavras.

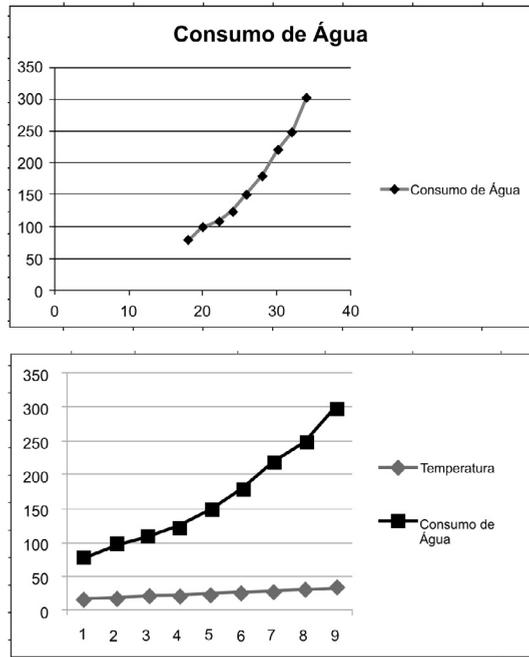
**Preste Atenção:**

O símbolo "&" E comercial indica um dos operadores do Excel. É operador de concatenação. Concatenação faz a união de células que contenham caracteres alfanuméricos e/ou símbolos especiais, como a letra "A" ou o símbolo "?"

**13. (Escrivão da Polícia Civil – PC/SP – VUNESP – 2014)** A tabela, a seguir, elaborada no MS-Excel 2010, apresenta o consumo de água (coluna B) em função da temperatura ambiente (coluna A) em uma cidade.

	A	B
1	Temperatura	Consumo de Água
2	18	80
3	20	100
4	22	110
5	24	125
6	26	150
7	28	180
8	30	220
9	32	250
10	34	300

Os dois gráficos, a seguir, foram elaborados a partir dessa tabela, por meio da seleção de todos os elementos das colunas A e B simultaneamente, e a escolha de tipos de gráficos permitidos pelo MS-Excel 2010.



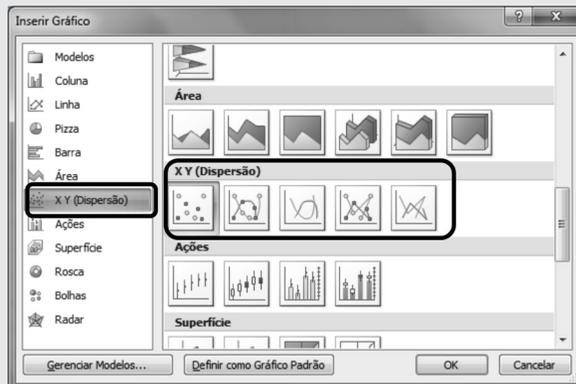
Dentre os tipos de gráficos que o MS-Excel 2010 suporta, é correto afirmar que

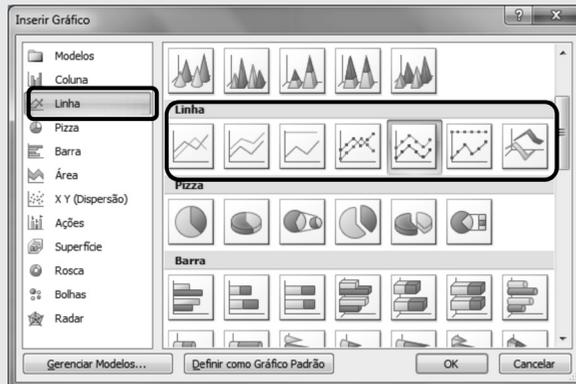
- a) o primeiro é um Gráfico de Dispersão e o segundo é um Gráfico de Linha.
- b) ambos são Gráficos de Ações.
- c) ambos são Gráficos de Dispersão.
- d) ambos são Gráficos de Tendências.
- e) o primeiro é um Gráfico de Coluna e o segundo é um Gráfico Combinado.

**GABARITO OFICIAL: A**

**JUSTIFICATIVA:**

a) CERTO, porque: o primeiro é um Gráfico de Dispersão e o segundo é um Gráfico de Linha. Podemos verificar através da imagem do próprio Excel.

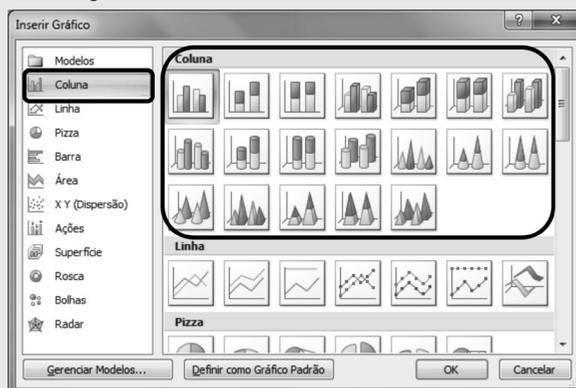




- b) Errado, porque: os gráficos não são de Ações. A imagem a seguir representa um gráfico de Ações.
- c) Errado, porque: somente um dos gráficos é dispersão, o primeiro. Conforme vimos na imagem da alternativa A.
- d) Errado, porque: os gráficos não são de Tendências. Um gráfico de tendência é um minigráfico incorporado em uma célula. Com os gráficos de tendência e sparklines (Minigráficos), o Excel 2010 trouxe a possibilidade que, uma vez inseridos em uma célula da planilha, estes gráficos possam resunir visualmente, as tendências nos dados. Este tipo de gráfico mostra as tendências de uma série de valores, tais como os aumentos ou diminuições sazonais, os ciclos econômicos ou destaca os valores máximos e mínimos. Para aumentar o impacto, coloque o gráfico de tendências perto dos dados que ele representa. Veja o exemplo a seguir:

Data	Vendas	Tendência
jan-09	25000	18 541
fev-09	16000	17 766
mars-09	18000	17 067
abril-09	5050	16 293
maio-09	19000	15 544
junho-09	12000	14 770
julho-09	15000	14 021
agosto-09	17200	13 247

- e) Errado, porque: o primeiro não é um Gráfico de Coluna e não existe Gráfico Combinado. A imagem a seguir representa um gráfico de Coluna.



**14. (Escrivão da Polícia Civil – PC/SP – VUNESP – 2014)** A tabela, a seguir, elaborada no MS-Excel 2010, apresenta o consumo de água (coluna B) em função da temperatura

ambiente (coluna A) em uma cidade. Considerando que o consumo de referência é 110, acrescentou-se a coluna C que apresenta a Variação do Consumo em relação ao valor de referência. Uma possível fórmula, que permite calcular a Variação do Consumo em relação ao consumo de referência, para a temperatura 32, supondo que a formatação da coluna C seja Percentagem com uma casa após a vírgula, é:

	A	B	C
1	Temperatura	Consumo de Água	Variação de Consumo
2	18	80	-27,30%
3	20	100	-9,1%
4	22	110	0,0%
5	24	125	13,6%
6	26	150	36,4%
7	28	180	63,6%
8	30	220	100,0%
9	32	250	127,3%
10	34	300	172,7%

a)  $=100/B4*(B9-B4)$   
 b)  $=\%(B4,B9)$

c)  $=(B9-B4)/B4$   
 d)  $=(B4-B9)/B9$

e)  $=PERCENTIL(B4,B9)$

**GABARITO OFICIAL: C**

**JUSTIFICATIVA:**

- a) Errado, porque: a fórmula apresentada não permite calcular a Variação do Consumo em relação ao consumo de referência, para a temperatura 32.
- b) Errado, porque: a fórmula apresentada não permite calcular a Variação do Consumo em relação ao consumo de referência, para a temperatura 32.
- c) CERTO, porque: a fórmula apresentada permite calcular a Variação do Consumo em relação ao consumo de referência, para a temperatura 32.
- d) Errado, porque: a fórmula apresentada não permite calcular a Variação do Consumo em relação ao consumo de referência, para a temperatura 32.
- e) Errado, porque: a fórmula apresentada não permite calcular a Variação do Consumo em relação ao consumo de referência, para a temperatura 32.

15. (Escrivão da Polícia Civil – PC/SP – VUNESP – 2014) Supondo o MS-Excel 2010, em sua configuração padrão, para que novas macros possam ser criadas, deve-se

- a) ativar o Editor de Macros, gerar uma macro, atribuir-lhe um nome e chamar o Compilador de Macros.
- b) antes configurá-lo para que seja exibida a Guia Desenvolvedor, que não é mostrada por padrão.
- c) selecionar a guia Macros, presente na Faixa de Opções, e selecionar o botão Criar Novas Macros.
- d) primeiramente escolher um nome de no máximo 16 caracteres para a macro, que pode possuir letras, números, espaços e símbolos, como @, # e \$.
- e) baixar do site da Microsoft um programa complementar que possibilita criar macros e inseri-las no MS-Excel 2010.

**GABARITO OFICIAL: B**

**JUSTIFICATIVA:**

- a) Errado, porque: esta sequência ativar o Editor de Macros, gerar uma macro, atribuir-lhe um nome e chamar o Compilador de Macros, não permite que as macros sejam criadas.
- b) CERTO, porque: no endereço da Microsoft: <http://office.microsoft.com/pt-br/excel-help/mostrar-a-guia-desenvolvedor-HA101819080.aspx>, ela nos informa:

“A guia **Desenvolvedor** não é exibida por padrão, mas você pode adicioná-la à faixa de opções quando desejar fazer ou usar o seguinte:

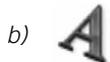
- Escrever macros.
  - Executar macros que você gravou anteriormente.
  - Usar comandos XML.
  - Usar controles ActiveX.
  - Criar aplicativos para usar com os programas do Microsoft Office.
  - Usar controles de formulário no Microsoft Excel.
  - Trabalhar com o ShapeSheet no Microsoft Visio.
  - Criar novas formas e estênceis no Microsoft Visio.
- c) Errado, porque: esta sequência selecionar a guia Macros, presente na Faixa de Opções, e selecionar o botão Criar Novas Macros, não permite que as macros sejam criadas.
- d) Errado, porque: para dar um nome à *macro* não podemos utilizar espaços e símbolos, como @, # e \$.
- e) Errado, porque: não é necessário baixar do *site* da Microsoft um programa complementar que possibilita criar *macros* e inseri-las no MS-Excel 2010.



### Preste Atenção:

No endereço <http://office.microsoft.com/pt-br/excel-help/inicio-rapido-criar-uma-macro-HA010370613.aspx> você encontra toda a orientação para começar a trabalhar com macros.

- 16. (Escrivão da Polícia Civil – PC/SP – VUNESP – 2014)** Um usuário do MS-PowerPoint 2010 deseja inserir, em um *slide*, um texto utilizando estilos do WordArt. Para tanto, esse usuário deve selecionar o seguinte botão:



### GABARITO OFICIAL: B

#### JUSTIFICATIVA:

- a) Errado, porque: o ícone apresentado é para inserir Clip-art no PowerPoint.
- b) CERTO, porque: o ícone apresentado é para inserir WordArt no PowerPoint.
- c) Errado, porque: o ícone apresentado é para inserir Número de slides no PowerPoint.
- d) Errado, porque: o ícone apresentado é para inserir Símbolos no PowerPoint.
- e) Errado, porque: o ícone apresentado é para inserir uma ação no PowerPoint.
- 17. (Escrivão da Polícia Civil – PC/SP – VUNESP – 2014)** Um usuário do MS-PowerPoint 2010 deseja alterar o Tema utilizado para a confecção de seus slides. Para tanto, esse usuário deve selecionar a guia
- a) Animações.
  - b) Exibição.
  - c) Inserir.
  - d) Revisão.
  - e) Design.

### GABARITO OFICIAL: E

**JUSTIFICATIVA:**

- a) Errado, porque: a guia Animação é para aplicar uma ação, uma animação num determinado slide.
- b) Errado, porque: a guia Exibição é para visualizar os slides de diversas formas.
- c) Errado, porque: a guia Inserir é para inserir determinados elementos na apresentação.
- d) Errado, porque: a guia Revisão é para executar o procedimento de verificação ortográfica no texto.
- e) CERTO, porque: a guia Design permite alterar o Tema utilizado para a confecção de seus slides.

**18. (Escrivão da Polícia Civil – PC/SP – VUNESP – 2014)** Considere o seguinte botão presente na guia Apresentação de Slides do MS-PowerPoint 2010:



A função desse botão é

- a) alterar o tipo de transição da apresentação.
- b) alterar a resolução da apresentação.
- c) ocultar o slide atual da apresentação de slides.
- d) abrir o painel de tradução.
- e) testar intervalos da apresentação.

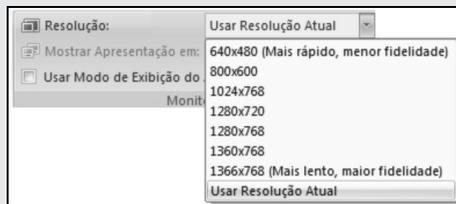
**GABARITO OFICIAL: C**

**JUSTIFICATIVA:**

a) Errado, porque: para alterar o tipo de transição entre os slides existem alguns botões como:



b) Errado, porque: para alterar a resolução da apresentação o botão é:



c) CERTO, porque: o ícone do botão apresentado na questão  realmente oculta slide.

d) Errado, porque: para abrir o painel de tradução o botão é .

e) Errado, porque: para testar intervalos da apresentação o botão é .

**19. (Escrivão da Polícia Civil – PC/SP – VUNESP – 2014)** Uma mensagem de e-mail foi editada em um *software* de e-mail típico e será enviada para antonio@daqui.com. Caso se deseje que a mesma mensagem seja copiada para manuel@dali.com, sem que antonio@daqui.com saiba sobre a cópia, o endereço manuel@dali.com deve ser inserido no campo:

- a) Assunto:
- b) Cc:
- c) Para:
- d) Cco:
- e) Anexo:

**GABARITO OFICIAL: D****JUSTIFICATIVA:**

- a) Errado, porque: “Assunto” que é apresentado na alternativa é para informar sobre o contexto do e-mail.
- b) Errado, porque: “Cc” ou “Com cópia” que é apresentado na alternativa é usado para enviar uma cópia do conteúdo do e-mail para outro destinatário.
- c) Errado, porque: “Para” que é apresentado na alternativa é para informar o destinatário do e-mail.
- d) CERTO, porque: “Cco” ou “Com cópia oculta” que é apresentado na alternativa é usado para enviar uma cópia do conteúdo do e-mail, oculta, sem que os outros destinatários saibam que aquela cópia do e-mail foi enviada.
- e) Errado, porque: “Anexo” que é apresentado na alternativa é a funcionalidade para anexar um arquivo, por exemplo, ao e-mail.

**Preste Atenção:**

Guarde Cc – Com cópia e Cco – Com cópia oculta.

20. (Escrivão da Polícia Civil – PC/SP – VUNESP – 2014) Os *softwares* de e-mail típicos disponibilizam diversos recursos para facilitar e agilizar a edição e o envio de mensagens de e-mails. Por exemplo, as informações de contato, endereço etc., que são inseridas frequentemente no final das mensagens, podem ser armazenadas e inseridas automaticamente em cada nova mensagem. Esse recurso é conhecido como
- a) Caixa de texto.
  - b) Contato.
  - c) Cartão de visita.
  - d) Hiperlink.
  - e) Assinatura.

**GABARITO OFICIAL: E****JUSTIFICATIVA:**

- a) Errado, porque: “Caixa de texto” não é recurso para facilitar e agilizar a edição e o envio de mensagens de e-mails. Por exemplo, as informações de contato, endereço etc., que são inseridas frequentemente no final das mensagens.
- b) Errado, porque: “Contato” é um recurso disponível no Catálogo de endereço.
- c) Errado, porque: “Cartão de visita” não é recurso para facilitar e agilizar a edição e o envio de mensagens de e-mails. Por exemplo, as informações de contato, endereço etc., que são inseridas frequentemente no final das mensagens.
- d) Errado, porque: “Hiperlink” presente é um recurso que permite criar um hiperlink.
- e) CERTO, porque: “Assinatura” permite agilizar a edição e o envio de mensagens de e-mails. Por exemplo, as informações de contato, endereço etc., que são inseridas frequentemente no final das mensagens, podem ser armazenadas e inseridas automaticamente em cada nova mensagem.

**Preste Atenção:**

Assinatura de e-mail não é o mesmo que Assinatura digital. Para assinar digitalmente o e-mail, é necessário o usuário possuir um Certificado Digital.



- 23. (Escrivão da Polícia Civil – PC/SP – VUNESP – 2014)** A busca por informação na Internet é muito facilitada pelo uso dos *sites* de busca como o Google e o Bing. Nesses *sites* de busca, caso seja inserida a frase: “ocorrências criminais 2013”, inclusive com as aspas, no campo de busca, o resultado da busca será todos os *sites* que apresentam informações que contenham
- a) as palavras *ocorrências*, *criminais* e *2013* em qualquer ordem de aparição.
  - b) as ocorrências criminais do ano de 2013.
  - c) as palavras *ocorrências* e *criminais*, nessa ordem, e no ano de 2013.
  - d) a frase exata: *ocorrências criminais 2013*.
  - e) as palavras *ocorrências*, *criminais* e *2013*, mesmo que intercaladas por outras palavras.

**GABARITO OFICIAL: D****JUSTIFICATIVA:**

- a) Errado, porque: uma frase entre aspas retorna a frase exata na busca, aquela que está entre aspas. Para atender as palavras apresentadas na alternativa A deveria ser o operador de interseção, o sinal +. A busca deveria ser preenchida com *ocorrências+criminais+2013*.
- b) Errado, porque: para atender as palavras apresentadas na alternativa B, a busca deveria ser preenchida com *ocorrências criminais .. 2013*.
- c) Errado, porque: para atender as palavras apresentadas na alternativa C, a busca deveria ser preenchida com *“ocorrências + criminais” .. 2013*.
- d) CERTO, porque: uma frase entre aspas retorna a frase exata na busca.
- e) Errado, porque: para atender as palavras apresentadas na alternativa A deveria ser o operador de interseção, o sinal +. A busca deveria ser preenchida com *ocorrências+criminais+2013*.

- 24. (Investigador Civil – PC/SP – VUNESP – 2014)** No sistema operacional Windows 7, em sua configuração padrão, selecionou-se um arquivo e pressionou-se as teclas Shift + Delete. Sobre esse arquivo, é correto afirmar que
- a) será ocultado na visualização da pasta, mas continuará presente nela.
  - b) será compactado para ocupar menos espaço.
  - c) apenas as informações associadas a ele, como a data de sua criação, serão apagadas.
  - d) será excluído da pasta na qual se encontra e transferido para a Lixeira.
  - e) será excluído permanentemente do computador, sem ser colocado na Lixeira.

**GABARITO OFICIAL: E****JUSTIFICATIVA:**

- a) Errado, porque: para ocultar o arquivo, deve-se clicar com o botão direito sobre o mesmo e na lista de opções que surgir, clicar em Propriedades e marcar a caixa de seleção “Oculto”.
- b) Errado, porque: para compactar o arquivo, deve-se clicar com o botão direito sobre o mesmo e na lista de opções que surgir, clicar em Propriedades, depois clicar em Avançados e marcar a caixa de seleção “Compactar o conteúdo para economizar espaço em disco”.
- c) Errado, porque: não existe a possibilidade no Windows de se apagar apenas as informações associadas a ele, como a data de sua criação.
- d) Errado, porque: para excluir um arquivo da pasta e colocá-lo na lixeira deve-se usar apenas a tecla “DEL”.
- e) CERTO, porque: “SHIFT” + “DEL” digitados após o arquivo estar selecionado, apaga-o permanentemente do disco

25. (Investigador Civil – PC/SP – VUNESP – 2014) Considere os seguintes textos, numerados de 1 a 4, editados no MS-Word 2010:

1	Texto
2	<u>Texto</u>
3	<i>Texto</i>
4	<b>Texto</b>

Os efeitos de fonte dos textos apresentados são:

- a) 1-Tachado, 2-Sublinhado, 3-Itálico e 4-Tachado.
- b) 1-Riscado, 2-Destacado, 3-Sublinhado tracejado e 4-Tachado composto.
- c) 1-Itálico, 2-Destacado, 3-Tracejado e 4-Itálico duplo.
- d) 1-Tachado, 2-Sublinhado, 3-Sublinhado e 4-Tachado duplo.
- e) 1-Destacado, 2-Sublinhado, 3-Pontilhado e 4-Tachado.

**GABARITO OFICIAL: D**

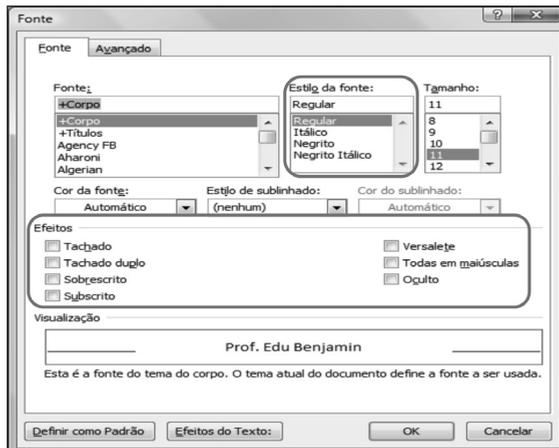
**JUSTIFICATIVA:**

- a) Errado, porque: o item 1 está Tachado, o item 2 está Sublinhado mas, o item 3 não está Itálico, está Sublinhado. O item 4 está Tachado Duplo.
- b) Errado, porque: o item 1 está Tachado, não existe o termo “Riscado”. O item 2 está Sublinhado, não existe o termo “Destacado”. O item 3 não está Sublinhado, o termo “Tracejado” serve para designar um tipo de sublinhado. O item 4 está tachado duplo. Atenção! Não existe “Tachado composto”.
- c) Errado, porque: o item 1 está Tachado, não Itálico. O item 2 está sublinhado, não existe o termo “Destacado”. O item 3 está Sublinhado. O item 4 está Tachado Duplo, não existe o termo “Itálico Duplo”.
- d) CERTO, porque: o item 1 está Tachado, o item 2 está Sublinhado, assim como o item3 e, finalmente o item 4 está Tachado Duplo.
- e) Errado, porque: o item 1 está Tachado, não existe o termo “Destacado”. O item 2 está Sublinhado. O item 3 também está Sublinhado, não existe “Pontilhado”. O item 4 está Tachado Duplo.



**Preste Atenção:**

A Vunesp está tentando, em suas provas criar uma confusão de entendimento junto ao concurseiro. Cuidado!!! Efeito de fonte não é a mesma coisa de Estilo de Fonte. Veja a imagem que ilustra a caixa de diálogo fonte.





b) Errado, porque: quando se seleciona Uma Coluna, podemos perceber na imagem que a aparece somente a largura em centímetros de uma única coluna.



c) Errado, porque: quando se seleciona Duas Colunas, podemos perceber na imagem a largura em centímetros de ambas as colunas, coluna 1 e coluna 2 são idênticas. Neste nosso exemplo a largura é de 8,5 cm para cada uma das colunas.



d) Errado, porque: quando se seleciona Três Colunas, podemos perceber na imagem a largura em centímetros de ambas as colunas, coluna 1, coluna 2 e a coluna 3 são idênticas. Neste nosso exemplo a largura é de 5,25 cm para cada uma das colunas.



- e) Errado, porque: quando se seleciona Colunas Direita, podemos perceber na imagem que a coluna da direita fica com uma largura em centímetros menor do que a da esquerda.



- 27. (Investigador Civil – PC/SP – VUNESP – 2014)** No MS-Excel 2010, em sua configuração padrão, a célula A1 exibe o valor -345,456. Um usuário selecionou essa célula e a formatou como Moeda, sendo que, a partir dessa ação, passou a ser exibido ##### no lugar do número.

Sobre essa situação, é correto afirmar que

- o valor presente na célula não suporta a nova formatação.
- o símbolo exibido indica que o valor é negativo.
- a célula não é suficientemente larga para exibir os dados.
- a célula está bloqueada para formatação.
- o número presente na célula, por possuir 3 casas após a vírgula, não pode ser representado como moeda.

### GABARITO OFICIAL: C

#### JUSTIFICATIVA:

- Errado, porque: a mensagem de erro exibida como ##### não está relacionada ao valor presente na célula não suportar a nova formatação.
- Errado, porque: a mensagem de erro exibida como ##### não aparece em virtude do valor ser negativo.
- CERTO, porque: a presença de ##### numa célula do Excel pode indicar duas coisas:
  - O conteúdo da célula é maior do que o espaço (largura da coluna) definido pelo usuário para acomodá-lo,
  - Foi inserida na célula uma data ou hora negativa.
- Errado, porque: a mensagem de erro exibida como ##### não aparece em virtude da célula está bloqueada para formatação.
- Errado, porque: a mensagem de erro exibida como ##### não aparece em virtude do número presente na célula, por possuir 3 casas após a vírgula, não pode ser representado como moeda.

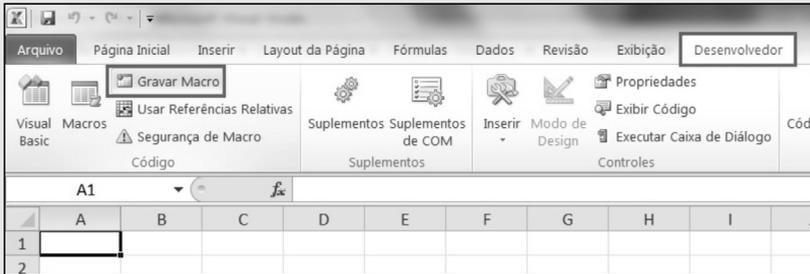
- 28. (Investigador Civil – PC/SP – VUNESP – 2014)** Para se criar uma Macro no MS-Excel 2010, deve-se clicar em Gravar Macro, que se encontra no grupo Código da guia

- Desenvolvedor.
- Dados.
- Fórmulas.
- Inserir.
- Macro.

### GABARITO OFICIAL: A

**JUSTIFICATIVA:**

a) CERTO, porque: a sequência de comandos apresentados está correta. Veja a imagem:



- b) Errado, porque: a Guia Dados está relacionada a funcionalidades que podem ser realizadas com os DADOS. Classificar, filtrar etc.
- c) Errado, porque: a Guia Fórmulas está relacionada à criação de fórmulas, fórmulas baseadas em funções, auditoria e correção de fórmulas etc.
- d) Errado, porque: a Guia Inserir está relacionada à inserção de imagens, textos, desenhos etc.
- e) Errado, porque: a Guia Macros está relacionada a criação de macros e outras funcionalidades relativas ao Visual Basic.

**29. (Investigador Civil – PC/SP – VUNESP – 2014)** Utilizou-se a seguinte fórmula na célula A1 de uma planilha elaborada no MS-Excel 2010:

$$=SE (B1<HOJE () ; "a" ; SE (B2>=HOJE () ; "b" ; "c" ) )$$

Supondo que a data atual seja 08/02/2014, para que a letra c seja apresentada na célula A1, é suficiente que

- a) B1=08/02/2014 e B2=08/02/2014
- b) B1=07/02/2014 e B2=07/02/2014
- c) B1=09/02/2014 e B2=09/02/2014
- d) B1=07/02/2014 e B2=08/02/2014
- e) B1=08/02/2014 e B2=07/02/2014

**GABARITO OFICIAL: E**

**JUSTIFICATIVA:**

Vamos resolver a função SE do Excel. Precisamos sempre lembrar a sintaxe da função → =SE(Condição;Verdadeiro;Falso).

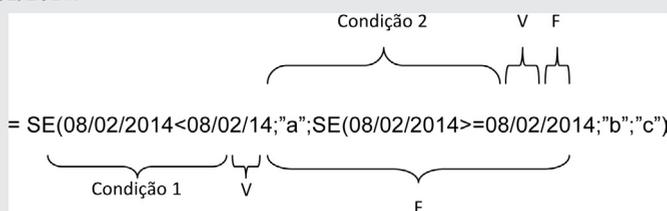
1º) Função HOJE() → Retorna a data atual, a data do dia.

2º) A banca informou que a data atual é 08/02/2014. Com base nesta data vamos resolver a questão.

3º) Vamos substituir a variável da data HOJE(), substituindo também as variáveis B1 e B2 conforme as alternativas.

4º) O objetivo da questão é encontrar as variáveis B1 e B2 para que apareça a letra "c".

a) Errado. Vejamos a resolução com as variáveis apresentadas na alternativa A → B1=08/02/2014 e B2=08/02/2014.



A 1ª condição é Falsa as datas são iguais. Neste caso o Excel vai fazer os cálculos do Falso e testar a condição 2.

A 2ª condição é Verdadeira. A data 08/02/2014 é igual a data 08/02/2014 e neste caso o Excel vai apresentar o que está na condição verdadeira, a letra “b”. O examinador colocou na questão que quer seja apresenta a letra “c”.

- b) Errado. Vejamos a resolução com as variáveis apresentadas na alternativa B → B1=07/02/2014 e B2=07/02/2014.

$$= \text{SE}(\underbrace{07/02/2014 < 08/02/14; "a"}_{\text{Condição 1}}, \underbrace{\text{SE}(07/02/2014 >= 08/02/2014; "b"; "c")}_{\text{Condição 2}})$$

Condição 2
V
F

A 1ª condição é Verdadeira a data 07/02/14 é menor que data 08/02/14. Neste caso o Excel vai apresentar o que está na condição verdadeira, a letra “a”. Lembrando mais uma vez, o examinador colocou na questão que quer seja apresenta a letra “c”.

- c) Errado. Vejamos a resolução com as variáveis apresentadas na alternativa C → B1=09/02/2014 e B2=09/02/2014.

$$= \text{SE}(\underbrace{09/02/2014 < 08/02/14; "a"}_{\text{Condição 1}}, \underbrace{\text{SE}(09/02/2014 >= 08/02/2014; "b"; "c")}_{\text{Condição 2}})$$

Condição 2
V
F

A 1ª condição é Falsa a data 09/02/14 é maior que a data 08/02/14. Neste caso o Excel vai fazer os cálculos do Falso e testar a condição 2.

A 2ª condição é Verdadeira. A data 09/02/2014 é maior que a data 08/02/2014 e neste caso o Excel vai apresentar o que está na condição verdadeira, a letra “b”. O examinador colocou na questão que quer seja apresenta a letra “c”.

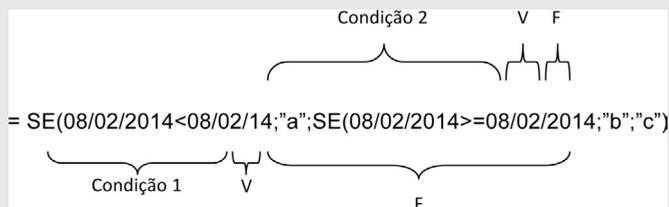
- d) Errado. Vejamos a resolução com as variáveis apresentadas na alternativa D → B1=07/02/2014 e B2=08/02/2014.

$$= \text{SE}(\underbrace{07/02/2014 < 08/02/14; "a"}_{\text{Condição 1}}, \underbrace{\text{SE}(08/02/2014 >= 08/02/2014; "b"; "c")}_{\text{Condição 2}})$$

Condição 2
V
F

A 1ª condição é Verdadeira a data 07/02/14 é menor que data 08/02/14. Neste caso o Excel vai apresentar o que está na condição verdadeira, a letra “a”. Lembrando mais uma vez, o examinador colocou na questão que quer seja apresenta a letra “c”.

- e) CERTO. Vejamos a resolução com as variáveis apresentadas na alternativa D → B1=08/02/2014 e B2=07/02/2014.



A 1ª condição é Falsa a data 08/02/14 não é menor que data 08/02/14. Neste caso o Excel vai fazer os cálculos do Falso e testar a condição 2.

A 2ª condição é Falsa. A data 08/02/2014 não é maior e nem igual a data 08/02/2014 e neste caso o Excel vai apresentar o que está na condição falsa, a letra "c". É justamente a letra que o examinador colocou na questão para que seja apresentada, a letra "c".

**30. (Investigador Civil – PC/SP – VUNESP – 2014)** Um usuário do MS-PowerPoint 2010 deseja alterar a orientação de um texto selecionado. Para tanto, esse usuário deve selecionar o seguinte botão:

- a)
- b)
- c)
- d)
- e)

**GABARITO OFICIAL: D**

**JUSTIFICATIVA:**

- a) Errado, porque: o botão da alternativa "A" é para colocar Marcadores no PowerPoint.
- b) Errado, porque: o botão da alternativa "B" é para definir o Layout do slide no PowerPoint.
- c) Errado, porque: o botão da alternativa "C" é para colocar Colunas num texto no PowerPoint.
- d) CERTO, porque: o botão da alternativa "D" permite alterar a orientação de um texto selecionado no PowerPoint.
- e) Errado, porque: o botão da alternativa "E" é para alterar o espaçamento entre as linhas de um texto no PowerPoint.

**31. (Investigador Civil – PC/SP – VUNESP – 2014)** Considere uma mensagem de e-mail editada em um software de e-mail típico no qual o campo Para: é preenchido com: contato@nono.com. Caso o endereço de e-mail: chefe@nono.com seja inserido no campo Cco:,

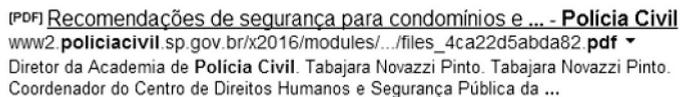
- a) contato@nono.com receberá a mensagem da mesma forma que chefe@nono.com e ambos serão informados sobre a recepção da mensagem.
- b) chefe@nono.com receberá uma cópia da mensagem sem que contato@nono.com saiba.
- c) contato@nono.com receberá a mensagem cujo endereço do remetente terá sido alterado para chefe@nono.com.
- d) chefe@nono.com receberá a confirmação do recebimento da mensagem por contato@nono.com.
- e) chefe@nono.com receberá uma mensagem informando que contato@nono.com recebeu aquela mensagem.

**GABARITO OFICIAL: B**

**JUSTIFICATIVA:**

- a) Errado, porque: contato@nono.com receberá a mensagem. Mas não saberá que a mensagem também foi encaminhada para chefe@nono.com. O endereço chefe@nono.com foi definido como oculto.
- b) CERTO, porque: o fato de chefe@nono.com ter sido copiado como CCo, Com Cópia oculta não permitirá que contato@nono saiba que o e-mail foi enviado para o destinatário chefe@nono.com.
- c) Errado, porque: contato@nono.com receberá a mensagem mas sem que o endereço do remetente terá sido alterado para chefe@nono.com.
- d) Errado, porque: chefe@nono.com não receberá a confirmação do recebimento da mensagem por contato@nono.com.
- e) Errado, porque: chefe@nono.com não receberá uma mensagem informando que contato@nono.com recebeu aquela mensagem.

- 32. (Investigador Civil – PC/SP – VUNESP – 2014)** A seguinte figura foi extraída de uma janela de um navegador na qual foi realizada uma busca utilizando-se um *site* de busca típico.


 (PDF) [Recomendações de segurança para condomínios e ... - Polícia Civil](#)  
 www2.policiacivil.sp.gov.br/x2016/modules/.../files\_4ca22d5abda82.pdf ▾  
 Diretor da Academia de Polícia Civil. Tabajara Novazzi Pinto. Tabajara Novazzi Pinto.  
 Coordenador do Centro de Direitos Humanos e Segurança Pública da ...

Com base nas informações da figura, pode-se dizer que o resultado da busca é um *link* para

- a) um arquivo que contém “Recomendações de segurança para condomínios e ...”.
- b) acessar a página *web* do *site* da Polícia Civil, em formato pdf.
- c) o programa que deve ser baixado para que o *site* da Polícia Civil possa ser acessado.
- d) o *site* denominado “Recomendações de segurança para condomínios e ...”.
- e) instalar um módulo de segurança para o acesso ao *site* da Polícia Civil.

**GABARITO OFICIAL: A****JUSTIFICATIVA:**

- a) CERTO, porque: o resultado da busca é um *link* para um arquivo que contém “Recomendações de segurança para condomínios e ...conforme podemos verificar na imagem da questão.
- b) Errado, porque: conforme a imagem da prova não é um acesso acessar para a página *web* do *site* da Polícia Civil, em formato pdf. As páginas de internet são na maioria das vezes em formato HTML.
- c) Errado, porque: conforme a imagem da prova não é um acesso acessar para a página *web* do *site* da Polícia Civil, em formato pdf. As páginas de internet são na maioria das vezes em formato HTML.
- d) Errado, porque: conforme a imagem da prova não é um acesso para o *site* denominado “Recomendações de segurança para condomínios e ...”.
- e) Errado, porque: conforme a imagem da prova não será instalado um módulo de segurança para o acesso ao *site* da Polícia Civil.

- 33. (Investigador Civil – PC/SP – VUNESP – 2014)** Considerando-se a comunicação com a internet, por meio de um *tablet*, é correto afirmar que

- a) só pode ser feita por meio dos padrões 3G ou 4G.
- b) requer o uso de um computador como intermediário da conexão.
- c) pode ser feita por meio de uma conexão WiFi.

- d) só pode ser feita por meio de um dispositivo com *bluetooth*.
- e) necessita ter, obrigatoriamente, um *smartphone* acoplado ao *tablet*.

**GABARITO OFICIAL: C**

**JUSTIFICATIVA:**

- a) Errado, porque: a conexão à internet através de um tablet pode ser feita por outras tecnologias além do 3G e 4G.
- b) Errado, porque: a conexão à internet através de um tablet não requer o uso de um computador como intermediário da conexão.
- c) CERTO, porque: uma das maneiras de conectar à internet através de um tablet pode ser via uma conexão WiFi.
- d) Errado, porque: a conexão à internet através de um tablet pode ser feita de outras maneiras além daquela que usa um dispositivo com *bluetooth*.
- e) Errado, porque: a conexão à internet através de um tablet não necessita de um *smartphone* acoplado ao *tablet*.

**34. (Médico-legista da Polícia Civil – PC/SP – VUNESP – 2014)** Assinale a alternativa correta em relação aos sistemas operacionais.

- a) Sistemas operacionais de código aberto não possuem suporte técnico.
- b) Windows é um sistema operacional de código aberto e por isso é o mais usado.
- c) Windows é um sistema operacional mais seguro porque tem o código aberto.
- d) Linux é um sistema operacional de código fechado e por isso ainda é pouco usado.
- e) Um sistema operacional de código aberto pode ter seu código alterado por qualquer usuário.

**GABARITO OFICIAL: E**

**JUSTIFICATIVA:**

- a) Errado, porque: sistemas operacionais de código aberto *também* possuem suporte técnico.
- b) Errado, porque: Windows é um sistema operacional de código aberto fechado, é conhecido como Software proprietário.
- c) Errado, porque: segurança de um software não tem nada a ver se o software é de código aberto ou não.
- d) Errado, porque: Linux é um sistema operacional de código aberto.
- e) CERTO, porque: um sistema operacional de código aberto pode ter seu código alterado por qualquer usuário.

**35. (Médico-legista da Polícia Civil – PC/SP – VUNESP – 2014)** Recomenda-se que um usuário de computador sempre tenha uma cópia de segurança de seus arquivos. A operação que realiza este procedimento é conhecida como

- a) Digitalização.
- b) Codificação.
- c) Certificação Digital.
- d) Decodificação.
- e) Backup.

**GABARITO OFICIAL: E**

**JUSTIFICATIVA:**

- a) Errado, porque: digitalização é o processo de tornar imagens ou texto em dígitos.
- b) Errado, porque: codificação é cifrar, codificar algo.

- c) Errado, porque: certificação digital é uma tecnologia voltada para a segurança de sistemas que permite que transações eletrônicas dos mais diversos tipos sejam realizadas considerando sua integridade, sua autenticidade e sua confidencialidade, de forma a evitar que adulterações, captura de informações privadas ou outros tipos de ações indevidas ocorram.
- d) Errado, porque: decodificação é processo inverso da codificação.
- e) CERTO, porque: backup permite a criação de cópia de segurança de seus arquivos.

**36. (Médico-legista da Polícia Civil – PC/SP – VUNESP – 2014)** A operação de enviar um arquivo do computador local para um servidor na Internet, entendendo-se servidor como outro computador remoto conectado na Internet, é chamada de

- a) Transferência Secundária.
- b) Download.
- c) E-mail.
- d) Upload.
- e) Transferência Primária.

#### GABARITO OFICIAL: D

##### JUSTIFICATIVA:

- a) Errado, porque: a operação de enviar um arquivo do computador local para um servidor na Internet não é transferência secundária.
- b) Errado, porque: download é a operação de receber um arquivo em um computador local de um servidor de Internet.
- c) Errado, porque: e-mail é correio eletrônico.
- d) CERTO, porque: Upload é a operação de enviar um arquivo do computador local para um servidor na Internet, entendendo-se servidor como outro computador remoto conectado na Internet.
- e) Errado, porque: a operação de enviar um arquivo do computador local para um servidor na Internet não é transferência primária.

**37. (Médico-legista da Polícia Civil – PC/SP – VUNESP – 2014)** A comunicação entre computadores conectados à Internet é feita por meio de protocolos. Existem protocolos distintos para cada tipo de serviço de comunicação. Assinale a alternativa que contém, respectivamente, um protocolo de navegação de páginas na Internet e um protocolo para envio de e-mail.

- a) HTTP e SNMP.
- b) HTTPS e SMTP.
- c) HTTP e HTTPS.
- d) FTP e SMTP.
- e) SMTP e SNMP.

#### GABARITO OFICIAL: B

##### JUSTIFICATIVA:

- a) Errado, porque: o protocolo SNMP (Simple Network Management Protocol) ou *Protocolo de Gerência Simples de Rede* é um protocolo de gerência típica de redes TCP/IP, da camada de aplicação, que facilita o intercâmbio de informação entre os dispositivos de rede, como placas e computadores.
- b) CERTO, porque: HTTPS é um protocolo de transferência de hipertexto seguro que transfere, mostra as páginas de internet. E o SMTP (Simple Mail Transfer Protocol) permite o envio do e-mail.
- c) Errado, porque: como já vimos o HTTP (HyperText Transfer Protocol) faz a transferência de arquivos na internet e o HTTPS faz a mesma transmissão de forma segura através da criptografia dos dados. O HTTPS não envia email.
- d) Errado, porque: FTP (File Transfer Protocol) é um protocolo de transferência de arquivo.
- e) Errado, porque: o SMTP envia email e o SNMP é um protocolo de gerenciamento de rede.



curso pertence ao grupo “Alinhamento” da guia “Início” e é representado pelo botão . Assinale a alternativa que contém o nome do recurso utilizado.

	A	B
1	Equipe	
2	Carlos	Agente
3	Eliana	Perito
4	Felipe	Perito

antes

	A	B
1	Equipe	
2	Carlos	Agente
3	Eliana	Perito
4	Felipe	Perito

depois

- a) Alinhar no Meio.  
 b) Centralizar.  
 c) Orientação.  
 d) Mesclar e Centralizar.  
 e) Quebrar Texto Automaticamente.

### GABARITO OFICIAL: D

#### JUSTIFICATIVA:

- a) Errado, porque: para Alinhar no Meio o botão é .
- b) Errado, porque: para Centralizar o botão é .
- c) Errado, porque: para alterar a Orientação do papel o botão é .
- d) CERTO, porque: o botão apresentado na questão é o de Mesclar e Centralizar.
- e) Errado, porque: para Quebrar Texto Automaticamente o botão é .



#### Preste Atenção:

A ação de mesclar é tornar um conjunto de células em uma única célula.

41. (Oficial Administrativo da Polícia Civil – PC/SP – VUNESP – 2014) A figura seguinte apresenta o grupo “Parágrafo”, da guia “Início” do MS-Word 2010, em sua configuração padrão.



Assinale a alternativa que contém o nome do recurso representado pelo botão , capaz de alinhar o texto às margens esquerda e direita, ao mesmo tempo, adicionando espaço extra entre as palavras quando necessário.

- a) Classificar.  
 b) Justificar.  
 c) Mostrar Tudo.  
 d) Espaçamento entre linhas.  
 e) Marcadores.

**GABARITO OFICIAL: B**

**JUSTIFICATIVA:**

- a) Errado, porque: para Classificar no meio o botão é .
- b) CERTO, porque: o botão apresentado na questão é o de Justificar.
- c) Errado, porque: para Mostrar Tudo o botão é .
- d) Errado, porque: para alterar Espaçamento entre linhas o botão é .
- e) Errado, porque: para inserir os Marcadores o botão é .

**42. (Oficial Administrativo da Polícia Civil – PC/SP – VUNESP – 2014)** No Internet Explorer 8, em sua configuração padrão, ao pressionar o botão F5 do teclado, o usuário \_\_\_\_\_ a página exibida atualmente pelo navegador. Assinale a alternativa que preenche corretamente a lacuna.

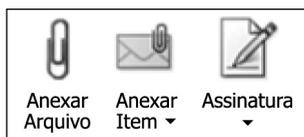
- a) atualiza
- b) fecha
- c) imprime
- d) abre
- e) copia

**GABARITO OFICIAL: A**

**JUSTIFICATIVA:**

- a) CERTO, porque: a tecla F5 atualiza a página acessada, faz o “refresh” da página.
- b) Errado, porque: a tecla que fecha a página, a janela onde a página está sendo apresentada é Ctrl + W.
- c) Errado, porque: para imprimir é Ctrl + P.
- d) Errado, porque: para abrir uma nova janela para uma página de internet é Ctrl + T.
- e) Errado, porque: a tecla F5 não executa a cópia.

**43. (Oficial Administrativo da Polícia Civil – PC/SP – VUNESP – 2014)** Observe a figura, seguinte, extraída do grupo “Incluir”, da guia “Mensagem”, do formulário de edição de mensagens do MS-Outlook 2010, em sua configuração padrão.



Assinale a alternativa que descreve corretamente a ação associada ao botão “Anexar Arquivo”.

- a) Imprimir a mensagem antes de ser enviada.
- b) Escolher um ou mais arquivos para serem enviados junto com a mensagem.
- c) Limpar toda a formatação do texto da mensagem.
- d) Salvar uma cópia da mensagem na pasta de rascunhos.
- e) Enviar uma notificação ao remetente quando a mensagem for lida.

**GABARITO OFICIAL: B**

**JUSTIFICATIVA:**

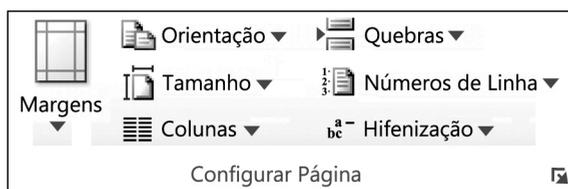
- a) Errado, porque: o botão “Anexar Arquivo” não permite imprimir arquivo. Para imprimir um arquivo o botão é .
- b) CERTO, porque: o botão “Anexar Arquivo” permite escolher um ou mais arquivos para serem enviados junto com a mensagem.
- c) Errado, porque: o botão “Anexar Arquivo” não permite limpar toda a formatação do texto da mensagem. Para limpar toda a formatação do texto da mensagem o botão é .
- d) Errado, porque: o botão “Anexar Arquivo” não permite salvar uma cópia da mensagem na pasta de rascunhos.
- e) Errado, porque: o botão “Anexar Arquivo” não permite enviar uma notificação ao remetente quando a mensagem for lida.

- 44. (Perito Criminal da Polícia Civil – PC/SP – VUNESP – 2014)** No MS-Windows XP, em sua configuração padrão, para remover ou ejetar, com segurança, um HD externo conectado em uma porta USB, o usuário pode: clicar sobre o ícone \_\_\_\_\_ da área de notificações \_\_\_\_\_, selecionar o dispositivo que será removido e, então, desconectar o dispositivo do computador quando o Windows avisar que é seguro. Considere que o dispositivo não está sendo usado e pode ser removido. Assinale a alternativa que preenche, correta e respectivamente, as lacunas do enunciado.
- a) “Remover hardware com segurança” ... do ícone Meu computador  
 b) “Meu computador” ... da Barra de tarefas  
 c) “Remover hardware com segurança” ... da Barra de tarefas  
 d) “Remover hardware com segurança” ... da Área de trabalho  
 e) “Meu computador” ... da Área de trabalho

**GABARITO OFICIAL: C****JUSTIFICATIVA:**

- a) Errado, porque: “Remover hardware com segurança” não é um ícone do “Meu computador”.
- b) Errado, porque: o ícone “Meu computador” não existe Barra de Tarefas e não remove dispositivos.
- c) CERTO, porque: o ícone “Remover hardware com segurança” da área de notificações da Barra de tarefas remove dispositivos conectados a USB.
- d) Errado, porque: o ícone “Remover hardware com segurança” nas faz parte da Área de trabalho.
- e) Errado, porque: o ícone “Meu computador” presente na Área de trabalho não remove dispositivos instalados na porta USB.

- 45. (Perito Criminal da Polícia Civil – PC/SP – VUNESP – 2014)** A figura, a seguir, apresenta o grupo Configurar Página, da guia Layout da Página, do MS-Word 2010, em sua configuração padrão.



Assinale a alternativa que identifica a opção do grupo que permite alternar as páginas entre os layouts: Retrato (vertical) e Paisagem (horizontal).

- a) Margens.
- b) Quebras.
- c) Tamanho.
- d) Orientação.
- e) Colunas.

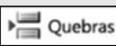
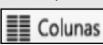


**Preste Atenção:**

Muita atenção aos botões. A organizadora Vunesp sempre trabalha com imagens. É fundamental a observação. A Microsoft na maioria das vezes foi muito feliz na elaboração dos desenhos dos botões. O que você, candidato, deve estar sempre atento é ao formato do botão.

**GABARITO OFICIAL: D**

**JUSTIFICATIVA:**

- a) Errado, porque: do grupo configurar página, o botão  é que permite alterar as Margens da página.
- b) Errado, porque: do grupo configurar página, o botão  é que permite executar Quebras.
- c) Errado, porque: do grupo configurar página, o botão  é que permite alterar os Tamanhos do papel.
- d) CERTO, porque: a opção Orientação, botão do grupo  permite alternar as páginas entre os layouts: Retrato (vertical) e Paisagem (horizontal).
- e) Errado, porque: do grupo configurar página, o botão  é o que permite alterar as quantidades das colunas.

46. (Perito Criminal da Polícia Civil – PC/SP – VUNESP – 2014) Observe a figura, a seguir, extraída do MS-Excel 2010, em sua configuração padrão. Ela apresenta parte de uma planilha, na qual as células B2, B3 e B4 contêm valores no formato Número, com duas casas decimais.

	A	B
1	Descrição	Medida (m)
2	Largura	1,20
3	Comprimento	2,36
4	Altura	3,44

Assinale a alternativa que contém os novos valores das células B2, B3 e B4, nesta ordem, quando nelas for aplicado, apenas uma vez, o recurso associado ao botão , do grupo

Número, da guia Início.

- a) 1,2; 2,4; 3,4.
- b) 0,120; 0,236; 0,344.
- c) 1,20; 2,36; 3,44.
- d) 1; 2; 3.
- e) 1,200; 2,360; 3,440.

**GABARITO OFICIAL: A**

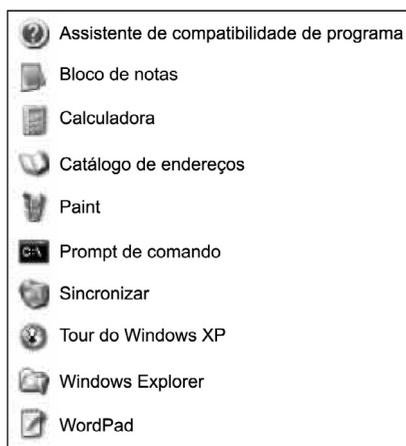
**JUSTIFICATIVA:**

- a) CERTO, porque: os conteúdos das células B2 = 1,20, B3 = 2,36 e B4 = 3,44 são apresentados com 2 casas decimais. No texto da questão o examinador afirma que as células foram selecionadas e logo após o botão  foi pressionado uma única vez. O botão em questão diminui casa decimal fazendo com que os conteúdos apresentados nas células sejam: B2 = 1,2 B3 = 2,4 e B4 = 3,4.
- b) Errado, porque: qualquer que fosse a alternativa correta, os números apresentados nas células deveriam conter apenas uma casa decimal.
- c) Errado, porque: qualquer que fosse a alternativa correta, os números apresentados nas células deveriam conter apenas uma casa decimal.
- d) Errado, porque: qualquer que fosse a alternativa correta, os números apresentados nas células deveriam conter apenas uma casa decimal.
- e) Errado, porque: qualquer que fosse a alternativa correta, os números apresentados nas células deveriam conter apenas uma casa decimal.

**Preste Atenção:**

Se o número a ser eliminado no arredondamento for 5 ou maior que 5, o arredondamento é para cima e o Excel soma 1 ao número à esquerda. Se o número a ser eliminado no arredondamento for 4 ou menor que 4, o arredondamento é para baixo e o Excel mantém o número à esquerda.

47. **(Perito Criminal da Polícia Civil – PC/SP – VUNESP – 2014)** Considere a figura, a seguir, extraída do MS-Windows XP, em sua configuração padrão. Ela apresenta parte da pasta Acessórios, do Menu Iniciar.



Assinale a alternativa que contém o nome do programa que oferece um ponto de entrada para a digitação de comandos e permite executar tarefas no computador sem utilizar a interface gráfica do Windows.

- a) Paint. d) Assistente de compatibilidade de programa.  
 b) Bloco de notas. e) Windows Explorer.  
 c) Prompt de comando.

**JUSTIFICATIVA:**

- a) Errado, porque: o acessório Paint é utilizado para trabalhar com arquivos de imagem do tipo BitMap.
- b) Errado, porque: o acessório Bloco de notas é utilizado para trabalhar com arquivos de textos.
- c) CERTO, porque: é o acessório Prompt de comando que oferece um ponto de entrada para a digitação de comandos e permite executar tarefas no computador sem utilizar a interface gráfica do Windows.



- d) Errado, porque: o Assistente de compatibilidade de programa usado para simular o comportamento de versões anteriores do Windows não permite o acesso ao Prompt de comando.
- e) Errado, porque: o Windows Explorer permite a navegação na máquina do usuário.

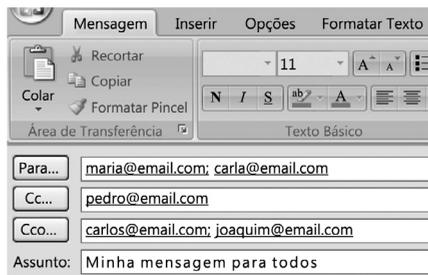


**Preste Atenção:**

Duas maneiras para executar o Prompt de comando.

- 1º) Botão Iniciar → Todos os programas → Acessórios → Prompt de Comando
- 2º) Botão Iniciar → Na caixa de pesquisa do botão Iniciar → Digitar CMD (Command)

**48. (Perito Criminal da Polícia Civil – PC/SP – VUNESP – 2014)** Considere a figura, extraída do MS-Outlook 2007, em sua configuração padrão.

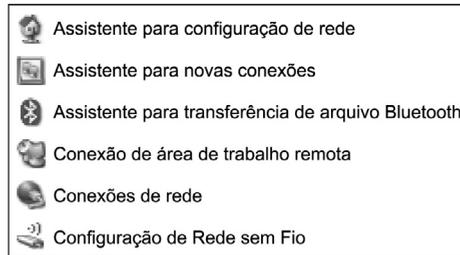


Assinale a alternativa que descreve corretamente o que acontece com o destinatário do endereço eletrônico pedro@email.com, quando a mensagem for enviada.

- a) Ele recebe uma cópia da mensagem, e o endereço dele não será visto pelos outros destinatários.
- b) Ele recebe uma confirmação de envio, sem a mensagem, e o endereço dele não será visto pelos outros destinatários.
- c) Ele recebe uma confirmação de envio, sem a mensagem, e o endereço dele será visto pelos outros destinatários.
- d) Ele recebe uma cópia da mensagem, e o endereço dele será visto pelos outros destinatários.



50. **(Escrivão da Polícia Civil – PC/SP – VUNESP – 2014)** A figura seguinte, exibe o conteúdo do menu Comunicações, que pertence ao menu “Iniciar > Todos os programas > Acessórios” do MS-Windows XP Professional, em sua configuração padrão.



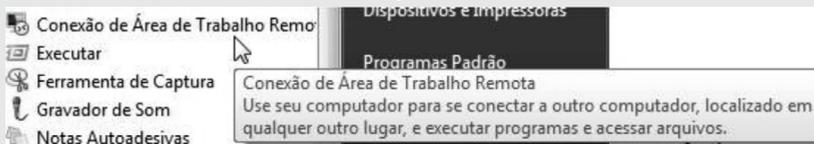
Assinale o item desse menu que permite ao usuário controlar outro computador, utilizando apenas o nome ou o endereço IP do controlado na rede. Considere que o computador a ser controlado roda o MS-Windows XP Professional e está previamente configurado para essa ação.

- a) Conexão de área de trabalho remota.                      d) Configuração de Rede sem Fio.  
 b) Assistente para novas conexões.                          e) Assistente para configuração de rede.  
 c) Conexões de rede.

**GABARITO OFICIAL: A**

**JUSTIFICATIVA:**

- a) CERTO, porque: Conexão de área de trabalho remota permite ao usuário controlar outro computador, utilizando apenas o nome ou o endereço IP do controlado na rede.



- b) Errado, porque: Assistente para novas conexões, permite você criar novas conexões no seu computador.  
 c) Errado, porque: Conexões de rede permite você ver suas conexões de rede.  
 d) Errado, porque: Configuração de Rede sem Fio permite você lidar com suas configurações de rede.  
 e) Errado, porque: Assistente para configuração de rede como nome diz é um assistente para configuração de rede.

51. **(Técnico de Laboratório da Polícia Civil – PC/SP – VUNESP – 2014)** Assinale a alternativa que descreve o resultado da execução do seguinte comando em um ambiente Linux:

`cp /home/ocorrencias.txt /home/backup`

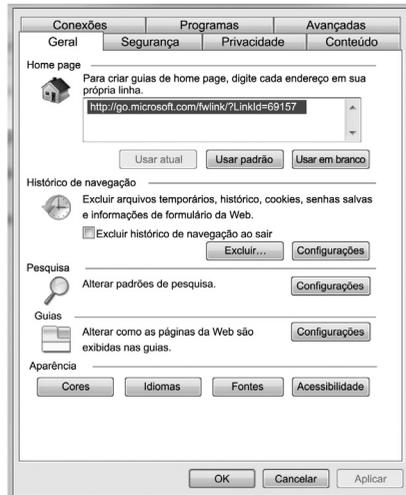
Considere que a pasta /home/backup está vazia, e que as permissões de acesso e o espaço em disco são suficientes para a ação.

- a) Uma cópia do arquivo ocorrencias.txt será enviada para a pasta /home/backup.  
 b) O arquivo ocorrencias.txt será renomeado para backup.  
 c) O arquivo ocorrencias.txt será apagado da pasta /home e da pasta /home/backup.  
 d) O arquivo ocorrencias.txt será apagado da pasta /home, apenas.  
 e) O arquivo ocorrencias.txt será apagado da pasta /home e uma cópia será enviada para a pasta /home/backup.

**GABARITO OFICIAL: A****JUSTIFICATIVA:**

- a) CERTO, porque: a execução do seguinte comando em um ambiente Linux: `cp /home/ocorrencias.txt /home/backup`. O comando `cp` → Copia arquivos e diretórios.
- b) Errado, porque: para renomear ou mover arquivos o comando é `mv`.
- c) Errado, porque: para apagar arquivos ou diretórios o comando é `rm`.
- d) Errado, porque: para apagar arquivos ou diretórios o comando é `rm`.
- e) Errado, porque: para apagar arquivos o comando é `mv` e para copiar o comando é `cp`, ou `mv` para mover arquivos.

52. (Técnico de Laboratório da Polícia Civil – PC/SP – VUNESP – 2014) Observe a figura a seguir, extraída do MS-Windows 7, em sua configuração padrão.



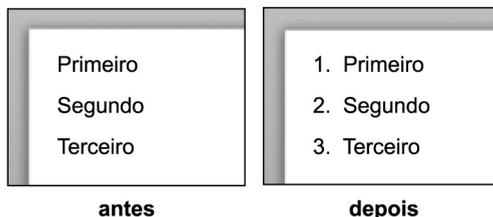
Para ter acesso a este painel de configuração, exibido na figura, o usuário pode acessar o Painel de Controle, no modo de exibição de ícones grandes, e clicar no item.

- a) Barra de Tarefas e Menu Iniciar.
- b) Opções da Internet.
- c) Ferramentas Administrativas.
- d) Central de Rede e Compartilhamento.
- e) Firewall do Windows.

**GABARITO OFICIAL: B****JUSTIFICATIVA:**

- a) Errado, porque: na Barra de Tarefas e Menu Iniciar do Windows não temos acesso a janela apresentada.
- b) CERTO, porque: para se ter acesso a este painel de configuração, exibido na figura, o usuário pode acessar o Painel de Controle, no modo de exibição de ícones grandes, e clicar no item OPÇÕES DA INTERNET.
- c) Errado, porque: em Ferramentas Administrativas do Windows não temos acesso à janela apresentada.
- d) Errado, porque: em Central de Rede e Compartilhamento do Windows não temos acesso à janela apresentada.
- e) Errado, porque: no Firewall do Windows não temos acesso à janela apresentada.

53. (Técnico de Laboratório da Polícia Civil – PC/SP – VUNESP – 2014) Observe as figuras, a seguir, extraídas do MS-Word 2010, em sua configuração padrão, para responder à questão. Elas apresentam parte de um documento de texto, em dois momentos: antes e depois da aplicação de um recurso de formatação.



Assinale a alternativa que contém o nome do recurso aplicado, entre os dois momentos das figuras, e que pertence ao grupo Parágrafo da guia Página Inicial.

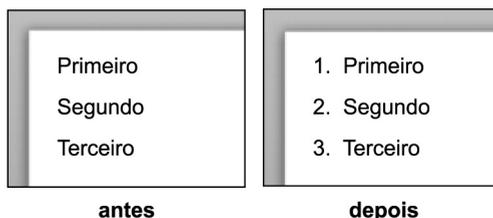
- a) Classificar.
- b) Espaçamento de Linha e Parágrafo.
- c) Marcadores.
- d) Indicador.
- e) Numeração.

**GABARITO OFICIAL: E**

**JUSTIFICATIVA:**

- a) Errado, porque: Classificar coloca elementos de uma tabela em ordem crescente ou decrescente segundo um critério estabelecido.
- b) Errado, porque: Espaçamento de Linha e Parágrafo altera os espaços entre as linhas do texto ou mesmo o espaçamento entre parágrafos.
- c) Errado, porque: os Marcadores colocam símbolos na frente de cada linha de parágrafo.
- d) Errado, porque: o Indicador cria um nome específico para um ponto do seu texto.
- e) CERTO, porque: Numeração cria números arábicos, romanos ou alfabéticos.

54. (Técnico de Laboratório da Polícia Civil – PC/SP – VUNESP – 2014) Observe as figuras, a seguir, extraídas do MS-Word 2010, em sua configuração padrão, para responder à questão. Elas apresentam parte de um documento de texto, em dois momentos: antes e depois da aplicação de um recurso de formatação.



Para desfazer a ação que aplicou o recurso de formatação na questão anterior, o usuário pode clicar no botão Desfazer, localizado na Barra de Ferramentas de Acesso Rápido, ou utilizar o seguinte atalho de teclado:

- a) CTRL+T
- b) CTRL+D
- c) CTRL+M
- d) CTRL+Z
- e) CTRL+L

**GABARITO OFICIAL: D**

**JUSTIFICATIVA:**

- a) Errado, porque: CTRL + T seleciona tudo.
- b) Errado, porque: CTRL + D abre a caixa de diálogo Fonte.
- c) Errado, porque: CTRL + M tem a mesma funcionalidade da tecla TAB.
- d) CERTO, porque: CTRL + Z desfaz e CTRL + R refaz.
- e) Errado, porque: CTRL + L até a versão do Office 2007 abria a caixa de diálogo Localizar. A partir do Office 2010 CTRL + L abre um Painel de Navegação.

**Preste Atenção:**

No livro (impresso) há várias explicações sobre teclas de atalho.

55. **(Técnico de Laboratório da Polícia Civil – PC/SP – VUNESP – 2014)** Para responder à questão, observe a figura, a seguir, extraída do MS-Excel 2010, em sua configuração padrão. Ela apresenta uma tabela com os resultados dos ensaios realizados por um técnico de laboratório.

	A	B
1	<b>Ensaio</b>	<b>Valor</b>
2	Ensaio 1	4
3	Ensaio 2	7
4	Ensaio 3	1
5		4

Assinale a alternativa que apresenta o nome do recurso do grupo Classificar e Filtrar, da guia Dados, que permite definir vários critérios simultâneos para classificar os ensaios do

intervalo A1:B4 e é representado pelo ícone

- a) Classificar de A a Z.
- b) Classificar de Z a A.
- c) Classificar.
- d) Filtro.
- e) Filtro avançado.

**GABARITO OFICIAL: C****JUSTIFICATIVA:**

- a) Errado, porque: Classificar de A a Z, o botão é
- b) Errado, porque: Classificar de Z a A, o botão é
- c) CERTO, porque: o botão é o que classifica.
- d) Errado, porque: Filtro é conseguido pelo botão
- e) Errado, porque: Filtro avançado, o botão é

56. **(Técnico de Laboratório da Polícia Civil – PC/SP – VUNESP – 2014)** Para responder à questão, observe a figura, a seguir, extraída do MS-Excel 2010, em sua configuração padrão. Ela apresenta uma tabela com os resultados dos ensaios realizados por um técnico de laboratório.

	A	B
1	<b>Ensaio</b>	<b>Valor</b>
2	Ensaio 1	4
3	Ensaio 2	7
4	Ensaio 3	1
5		4

Assinale a alternativa que contém a fórmula que, quando inserida na célula B5, resulta no mesmo valor apresentado nela atualmente.

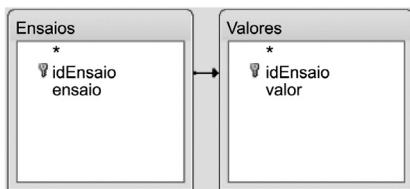
- a) =MÉDIA (B2:B4)                      c) =MÉDIA (B2;B4)/3                      e) =MÉDIA (B2;B4)  
 b) =SOMA (B2:B4)/4                      d) =SOMA (B2:B3)/3

**GABARITO OFICIAL: A**

**JUSTIFICATIVA:**

- a) CERTO, porque: o valor apresentado na célula B5 é 4. Este valor foi conseguido pela soma de B2 + B3 + B4 e depois dividido por três. Foi calculada a média de B2 até B4, ou função Média → =MÉDIA(B2:B4).
- b) Errado, porque: para aplicar a função SOMA. Neste caso o intervalo a ser somado deve ser de B2 até B4, é o que está apresentado na questão. O que está errado é que o resultado desta soma deveria ser dividido por 3. Foram somados e elementos.
- c) Errado, porque: na fórmula apresentada =MÉDIA (B2;B4)/3 há vários erros. Como a função utilizada foi a MÉDIA não precisa dividir o resultado por 3. Outro erro. O intervalo (B2;B4) apresenta o ; (ponto e vírgula) que indica o operador de referência E. Deveria ser o operador de referência : (dois-pontos) que indica ATÉ.
- d) Errado, porque: na fórmula apresentada =SOMA (B2:B3)/3 apresenta o intervalo errado. A função SOMA deveria ser =SOMA(B2:B4)/3.
- e) Errado, porque: na fórmula apresentada =MÉDIA (B2;B4) foi usado o operador de referência errado ; ao invés do : .

57. (Técnico de Laboratório da Polícia Civil – PC/SP – VUNESP – 2014) Observe a figura, a seguir, extraída do MS-Access 2010, em sua configuração padrão, para responder à questão.



A figura apresenta o Modo Design de uma consulta com duas tabelas: Ensaios e Valores, previamente relacionadas pelo campo idEnsaio. Essa consulta está configurada para exibir todos os campos das duas tabelas, sem filtros, e o tipo de junção deve incluir todos os registros da tabela Ensaios e somente os registros da tabela Valores quando os campos idEnsaio forem iguais.

O ícone , posicionado em frente ao campo idEnsaio, indica que o campo é uma chave \_\_\_\_\_ da tabela Ensaios, ou seja, dentre outras características, não permite valores duplicados ou nulos, e identifica de forma exclusiva cada registro armazenado na tabela.

Assinale a alternativa que preenche corretamente a lacuna.

- a) de pesquisa                                      d) exclusiva  
 b) primária    e) automática  
 c) recursiva

**GABARITO OFICIAL: B**



**JUSTIFICATIVA:**

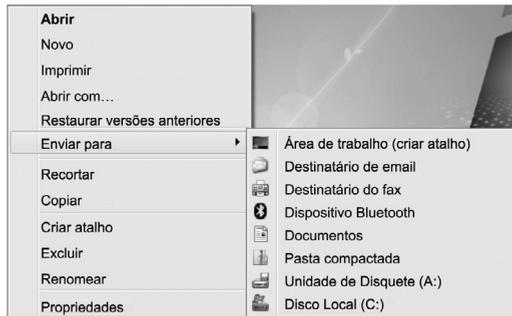
- a) Errado, porque: como não se especificou um critério para a pesquisa irão retornar todos os registros da tabela. Neste caso 5 e não 11 registros.
- b) Errado, porque: como não se especificou um critério para a pesquisa irão retornar todos os registros da tabela. Neste caso 5 e não 6 registros.
- c) Errado, porque: como não se especificou um critério para a pesquisa irão retornar todos os registros da tabela. Neste caso 5 e não 8 registros.
- d) Errado, porque: como não se especificou um critério para a pesquisa irão retornar todos os registros da tabela. Neste caso 5 e não 1 registro.
- e) CERTO, porque: como não se especificou um critério para a pesquisa irão retornar todos os registros da tabela. Neste caso 5.



**Preste Atenção:**

Um critério de consulta é uma regra que identifica os registros que você deseja incluir no resultado da consulta. Nem todas as consultas devem incluir critérios, mas se não estiver interessado em visualizar todos os registros armazenados na fonte do registro base, será necessário adicionar critérios a uma consulta ao planejá-la.

59. (Técnico de Laboratório da Polícia Civil – PC/SP – VUNESP – 2014) Considere a figura, a seguir, extraída do menu de contexto da planilha Ensaios.xlsx, que está na Área de trabalho do MS-Windows 7, em sua configuração padrão.



Assinale a alternativa que descreve o que acontece quando o usuário clica na opção “Documentos”, do item “Enviar para” do menu de contexto. Considere que a pasta de destino está vazia e que as permissões de acesso e o espaço em disco são suficientes para a ação.

- a) A planilha é mantida na Área de trabalho, e um atalho é enviado para a pasta Documentos.
- b) A planilha é apagada da Área de trabalho, e uma cópia é enviada para a pasta Documentos.
- c) Um atalho para a pasta Documentos é criado na Área de trabalho.
- d) A planilha é apagada da Área de trabalho, e um atalho é enviado para a pasta Documentos.
- e) A planilha é mantida na Área de trabalho, e uma cópia é enviada para a pasta Documentos.

**GABARITO OFICIAL: E**

**JUSTIFICATIVA:**

- a) Errado, porque: a planilha será mantida na Área de trabalho, e uma cópia e não um atalho é enviado para a pasta Documentos.
- b) Errado, porque: a planilha não é apagada da Área de trabalho.

- c) Errado, porque: não é um atalho para a pasta Documentos que será criado na Área de trabalho.
- d) Errado, porque: a planilha não é apagada da Área de trabalho.
- e) CERTO, porque: a planilha é mantida na Área de trabalho, e uma cópia é enviada para a pasta Documentos.

**60. (Técnico de Laboratório da Polícia Civil – PC/SP – VUNESP – 2014)** Observe os aplicativos, a seguir, que podem ser acessados pelo usuário quando ele clica no botão Iniciar e depois em “Todos os Programas” do Windows 7, em sua configuração padrão. Ao conectar um scanner no computador, é possível digitalizar um material escrito utilizando o programa:

-  Ferramenta de Captura
-  Paint
-  Windows Fax and Scan
-  Windows Media Center
-  Windows Media Player

- a) Ferramenta de Captura.
- b) Windows Media Player.
- c) Paint.
- d) Windows Fax and Scan.
- e) Windows Media Center.

#### GABARITO OFICIAL: D

#### JUSTIFICATIVA:

- a) Errado, porque: Ferramenta de Captura é utilizada para capturar uma parte da tela.
- b) Errado, porque: Windows Media Player é utilizado para reproduzir uma mídia.
- c) Errado, porque: o Paint é um acessório que permite editar e criar desenhos.
- d) CERTO, porque: a ferramenta Windows Fax and Scan permite digitalizar um material escrito.
- e) Errado, porque: Windows Media Center é uma ferramenta que abre o centro de entretenimento do Windows.

**61. (Técnico de Laboratório da Polícia Civil – PC/SP – VUNESP – 2014)** O \_\_\_\_\_ é um aplicativo do MS-Windows 7 que permite ao usuário criar desenhos em uma área de desenho em branco ou sobre imagens existentes.

Assinale a alternativa que preenche corretamente a lacuna do enunciado.

- a) Paint.
- b) Windows Explorer.
- c) Windows Media Player.
- d) Bloco de Notas.
- e) Prompt de Comando.

#### GABARITO OFICIAL: A

#### JUSTIFICATIVA:

- a) CERTO, porque: o acessório Paint permite ao usuário criar desenhos em uma área de desenho em branco ou sobre imagens existentes.
- b) Errado, porque: O Windows Explorer é para explorar a máquina. Localizar arquivos nas unidades de disco, localizar computadores na rede etc.
- c) Errado, porque: Windows Media Player é um tocador de mídia.
- d) Errado, porque: Bloco de Notas é um pequeno e simples editor de texto do Windows.
- e) Errado, porque: Prompt de Comando é para acessar a antiga interface caractere do DOS. Para digitar na linha de comando numa tela preta.

- 62. (Técnico de Laboratório da Polícia Civil – PC/SP – VUNESP – 2014)** Assinale a alternativa que contém o nome de um padrão que permite conectar e desconectar mais de um periférico: uma impressora, um pendrive e um teclado, por exemplo, em uma única porta, sem que seja necessário desligar o computador.
- a) High-Definition Multimedia Interface.
  - b) Video Graphics Array.
  - c) Universal Serial Bus.
  - d) Integrated Drive Electronics.
  - e) Central Processing Unit.

**GABARITO OFICIAL: C**

**JUSTIFICATIVA:**

- a) Errado, porque: a HDMI (High-Definition Multimedia Interface) é uma conexão para vídeo.
- b) Errado, porque: a VGA (Video Graphics Array) também é uma conexão para vídeo.
- c) CERTO, porque: a USB (Universal Serial Bus) permite conectar e desconectar mais de um periférico: uma impressora, um pendrive e um teclado, por exemplo, em uma única porta, sem que seja necessário desligar o computador.
- d) Errado, porque: a IDE (Integrated Drive Electronics) é uma antiga interface para unidades de discos.
- e) Errado, porque: Central Processing Unit (CPU) é processador.

- 63. (Técnico de Laboratório da Polícia Civil – PC/SP – VUNESP – 2014)** Quando o usuário utiliza um endereço com o prefixo `https://` para acessar uma página na Internet, tal como `https://www.google.com.br`, ele está
- a) compartilhando arquivos com outros usuários utilizando o protocolo FTP.
  - b) criando um backup local para a página acessada.
  - c) permitindo acesso remoto de outros computadores, sem protocolo definido.
  - d) utilizando um protocolo de comunicação criptografado.
  - e) proibindo a criação de cookies.

**GABARITO OFICIAL: D**

**JUSTIFICATIVA:**

- a) Errado, porque: o prefixo `https://` não indica compartilhamento de arquivos com outros usuários utilizando o protocolo FTP.
- b) Errado, porque: o prefixo `https://` não cria um backup local para a página acessada.
- c) Errado, porque: o prefixo `https://` não permite acesso remoto de outros computadores, sem protocolo definido.
- d) CERTO, porque: o prefixo `https://` indica que se está utilizando um protocolo de comunicação criptografado.
- e) Errado, porque: o prefixo `https://` não impede a criação de cookies.

- 64. (Técnico de Laboratório da Polícia Civil – PC/SP – VUNESP – 2014)** Considere a figura, a seguir, extraída do MS-Outlook 2010, em sua configuração padrão.



Quando a mensagem for enviada, o destinatário do endereço eletrônico carlos@email.com

- a) receberá uma cópia da mensagem, e o endereço dele será visto pelos outros destinatários.
- b) receberá uma confirmação de envio, sem a mensagem, e o endereço dele será visto pelos outros destinatários.
- c) receberá uma cópia da mensagem, e o endereço dele não será visto pelos outros destinatários.
- d) receberá uma cópia da mensagem, uma confirmação de envio, e seu endereço será visto pelos outros destinatários.
- e) receberá uma confirmação de envio, sem a mensagem, e o endereço dele não será visto pelos outros destinatários.

**GABARITO OFICIAL: C****JUSTIFICATIVA:**

- a) Errado, porque: o destinatário do endereço eletrônico carlos@email.com receberá uma cópia da mensagem, e o endereço dele não será visto pelos outros destinatários.
- b) Errado, porque: o destinatário do endereço eletrônico carlos@email.com não receberá uma confirmação de envio, sem a mensagem, e o endereço dele não será visto pelos outros destinatários.
- c) CERTO, porque: o destinatário do endereço eletrônico carlos@email.com receberá uma cópia da mensagem, e o endereço dele não será visto pelos outros destinatários.
- d) Errado, porque: o destinatário do endereço eletrônico carlos@email.com receberá uma cópia da mensagem, não receberá uma confirmação de envio, e seu endereço não será visto pelos outros destinatários.
- e) Errado, porque: o destinatário do endereço eletrônico carlos@email.com não receberá uma cópia da mensagem, uma confirmação de envio, e seu endereço não será visto pelos outros destinatários.

- 65. (Técnico de Laboratório da Polícia Civil – PC/SP – VUNESP – 2014)** O Comitê Gestor da Internet no Brasil define \_\_\_\_\_ como um programa, ou parte de um programa de computador, normalmente malicioso, que se propaga inserindo cópias de si mesmo e se tornando parte de outros programas e arquivos, para executar ações danosas ou atividades maliciosas em um computador.

Assinale a alternativa que preenche corretamente a lacuna do enunciado.

- a) o spam
- b) o vírus
- c) o antivírus
- d) a criptografia
- e) o firewall

**GABARITO OFICIAL: B****JUSTIFICATIVA:**

- a) Errado, porque: spam é um e-mail indesejável enviado a uma grande quantidade de internautas.
- b) CERTO, porque: o vírus é um programa, ou parte de um programa de computador, normalmente malicioso, que se propaga inserindo cópias de si mesmo e se tornando parte de outros programas e arquivos, para executar ações danosas ou atividades maliciosas em um computador.
- c) Errado, porque: o antivírus serve para proteger a máquina contra o vírus.
- d) Errado, porque: a criptografia é uma técnica de segurança que codifica a mensagem que será transmitida pela internet.
- e) Errado, porque: o firewall protege a sua máquina contra invasão.

- 66. (Escrivão de Polícia – PC/SP – VUNESP – 2013)**



Assinale a alternativa que contém somente aqueles aplicativos fixados na barra de tarefa e que não estão em uso no momento.

- a) Internet Explorer e Google Chrome.
- b) Windows Explorer e Windows Media Player.
- c) Windows Explorer e MS-Word.
- d) MS-Word e Google Chrome.
- e) MS-Outlook e MS-Word.

**GABARITO OFICIAL: A**

**JUSTIFICATIVA:**

- a) CERTO, porque: o Internet Explorer e o Google Chrome não estão sendo usados, não estão rodando na memória. Ambos não têm uma borda. No Windows 7 os ícones que aparecem na barra de tarefas fixados na barra, aparecem sem nenhuma borda, conforme a imagem: . Os ícones que aparecem com bordas indicam que o aplicativo a ele associado está rodando, isto é, executando na memória. Vejamos a imagem: . Se um ícone encontra-se rodando, executando na memória apresenta bordas no seu contorno. Se um ícone em que está a barra de tarefas não apresenta uma borda podemos afirmar que ele está fixado na barra de tarefas.
- b) Errado, porque: Windows Explorer  está rodando e Windows Media Player  como não tem uma borda está fixado na barra de tarefas.
- c) Errado, porque: Windows Explorer  está rodando na memória, assim como o MS-Word .
- d) Errado, porque: o MS-Word  está rodando e o Google Chrome  está fixado na barra de tarefas.
- e) Errado, porque: o MS-Outlook  está fixando na barra de tarefas e o MS-Word  está rodando.

67. (Escrivão de Polícia – PC/SP – VUNESP – 2013) Considere a janela do Windows Explorer do MS-Windows 7, em sua configuração original, apresentada na figura a seguir.



Assinale a alternativa correta.

- a) As subpastas Apresentações, Aulas, Doctos e Planilhas encontram-se no disco rígido.
- b) As subpastas Aulas e Planilhas não possuem arquivos.
- c) É possível observar que existem vários atalhos na pasta Concursos.
- d) Os arquivos Matéria e Notas são documentos do MS-Word.
- e) Concursos é uma subpasta que também possui subpastas.

**GABARITO OFICIAL: E**

**JUSTIFICATIVA:**

- a) Errado porque: a alternativa A afirma: “As subpastas Apresentações, Aulas, Doctos e Planilhas encontram-se no disco rígido”. Vejamos a imagem.



*Painel de Navegação*

As subpastas em questão estão sendo exibidas na janela anterior.

Na janela do Painel de Navegação percebemos que a unidade que está sendo explorada é a unidade de disco removível e não o disco rígido como afirmado na questão.

- b) Errado, porque: essa alternativa afirma: “As subpastas Aulas e Planilhas não possuem arquivos”. Esta afirmação está errada. As pastas no Windows 7 são representadas conforme a imagem a seguir:



Na imagem da prova nós temos os seguintes ícones:



A pasta Aulas tem arquivos

enquanto a pasta Planilhas não.

- c) Errado, porque: essa alternativa afirma: “É possível observar que existem vários atalhos na pasta Concursos”. A afirmação está errada. Quando há uma pasta atalho, a mesma é representada por um ícone com uma setinha, conforme imagem ao lado. Na imagem da prova não encontramos nenhuma pasta com a seta.



- d) Errado, porque: ela traz “Os arquivos Matéria e Notas são documentos do MS-Word”. Vamos nos ater à imagem dos arquivos:



O ícone do arquivo matéria demonstra que ele é do aplicativo PowerPoint, enquanto o ícone do arquivo Notas demonstra que ele foi gerado com o bloco de notas.

- e) CERTO, porque: concursos é uma subpasta que também possui subpastas. Podemos entender essa afirmativa através da imagem a seguir:



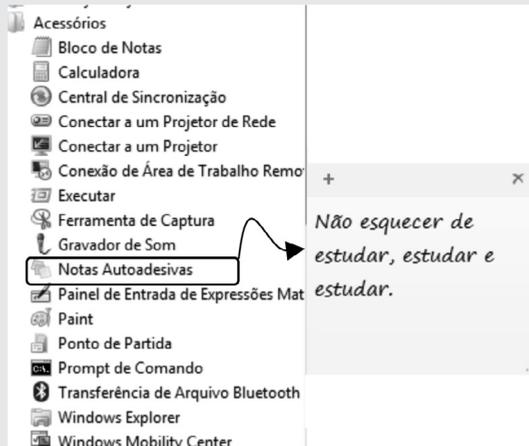
Podemos visualizar a pasta Concursos, que é uma subpasta da pasta ProvasMinhas, e também através da setinha na frente da pasta Concursos, que ela tem subpastas.

68. **(Escrivão de Polícia – PC/SP – VUNESP – 2013)** O MS-Windows 7, em sua versão original, possui vários programas úteis para o usuário, dentre eles as Notas Autoadesivas. Esse recurso é encontrado na seguinte opção a partir do botão Iniciar:
- a) Windows Explorer.
  - b) Painel de Controle.
  - c) Acessórios.
  - d) Computador.
  - e) Documentos.

**GABARITO OFICIAL: C**

**JUSTIFICATIVA:**

- a) Errado, porque: Windows Explorer não é o local que se encontram as Notas Autoadesivas.
- b) Errado, porque: Painel de Controle não é o local que se encontram as Notas Autoadesivas.
- c) CERTO, porque: as Notas Autoadesivas se encontram nos Acessórios do Windows.



Através da sequência de comandos:

1. Clicar no botão Iniciar.
2. Clicar em Todos os programas.
3. Clicar em Acessórios
4. Clicar em Notas Autoadesivas.

Acessamos a funcionalidade cobrada na questão.

- d) Errado, porque: computador não é o local que se encontram as Notas Autoadesivas.
- e) Errado, porque: documentos não é o local que se encontram as Notas Autoadesivas.



Aluno	Matéria	Nota
Kate Perry	Química	6,5
Britney Spears	Física	8,0
Rihanna	Biologia	5,5

*O texto foi convertido para 4 linhas.*

b) Errado, porque: a alternativa “B” traz 10 como a quantidade de linhas resultantes no texto.  
 c) Errado, porque: a alternativa “C” traz 12 como a quantidade de linhas resultantes no texto.  
 d) Errado, porque: a alternativa “D” traz 1 como a quantidade de linhas resultantes no texto.  
 e) Errado, porque: a alternativa “E” traz 3 como a quantidade de linhas resultantes no texto.

70. (Escrivão de Polícia – PC/SP – VUNESP – 2013) Um usuário do MS-Word 2010, em sua configuração padrão, digitou o seguinte texto em uma página em branco:

## Polícia Civil do Estado de São Paulo

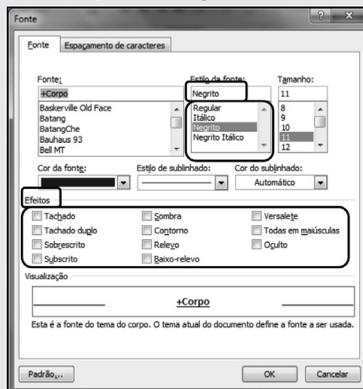
Assinale a alternativa que contém somente palavras com aplicação de efeitos na fonte.

- a) Estado e Paulo. d) Polícia, do e de.  
 b) Civil, Estado, São e Paulo. e) Civil e São.  
 c) Polícia, Estado e Paulo.

**GABARITO OFICIAL: E**

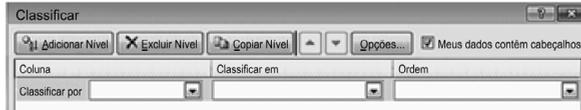
**JUSTIFICATIVA:**

Esta questão pegou muita gente de surpresa. Atenção!



- a) Errado, porque: nas palavras: **Estado** e Paulo não estão aplicados *efeitos de fonte*. Na verdade nestas palavras estão aplicados *estilos da fonte*. Fica mais fácil de você entender as formatações que podemos aplicar no texto observando a caixa de diálogo Fonte do Word.  
 b) Errado, porque: na alternativa temos as palavras Civil, que está formatado com efeito de fonte sobrescrito. Na palavra Estado a formatação é um estilo de fonte negrito, a palavra São está com efeito de fonte tachado e a palavra Paulo está com estilo de fonte itálico.  
 c) Errado, porque: na alternativa temos as palavras Polícia que está sem formatação de texto. A palavra Estado está com a formatação negrito que é um estilo de fonte e a palavra Paulo está com estilo de fonte itálico.  
 d) Errado, porque: na alternativa temos as palavras Polícia a palavra do e a palavra de. Todas as palavras estão sem formatação de texto.  
 e) CERTO, porque: as únicas palavras com efeito de fonte são Civil com efeito de fonte sobrescrito e São com efeito de fonte tachado.

71. (Escrivão de Polícia – PC/SP – VUNESP – 2013) A figura a seguir exibe a janela Classificar, do MS-Excel 2010, na sua configuração padrão.



Em Opções **Opções...**, é possível

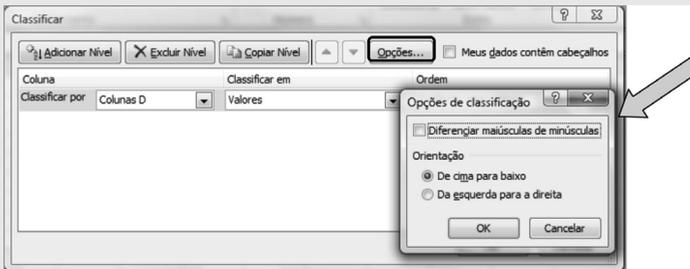
- escolher classificar por ícones de célula.
- alterar a orientação de cima para baixo ou da esquerda para a direita.
- inverter a ordem de classificação de A a Z para Z a A.
- definir uma lista personalizada de classificação.
- escolher classificar por cor da célula ou da fonte.

### GABARITO OFICIAL: B

#### JUSTIFICATIVA:

- Errado, porque: no botão Opções não é possível escolher classificar por ícones de célula.
- CERTO, porque: no botão Opções é possível alterar a orientação de cima para baixo ou da esquerda para a direita.

Ao se clicar no botão será apresentada a janela:



- Errado, porque: no botão Opções não é possível inverter a ordem de classificação de A a Z para Z a A.
- Errado, porque: no botão Opções não é possível definir uma lista personalizada de classificação.
- Errado, porque: no botão Opções não é possível escolher classificar por cor da célula ou da fonte.

72. (Escrivão de Polícia – PC/SP – VUNESP – 2013) Observe o fragmento de planilha do MS-Excel 2010, em sua configuração original, apresentado a seguir.

	D	E	F
10	Folha de Pagamento		
11	Func	Salário	
12	Scarlet	R\$ 4.000	
13	Jolie	R\$ 8.000	
14	Phoebe	R\$ 15.000	
15	Monica	R\$ 12.000	
16			

Ao inserirmos na célula F11 a fórmula =MÉDIA(E12+E13\*2;E12/4;E15) somada ao salário da Scarlet, encontraremos o mesmo valor de salário do(s) funcionário(s)

- Monica.
- Scarlet + Jolie.
- Phoebe.
- Jolie.
- Phoebe + Monica.

### GABARITO OFICIAL: C

**JUSTIFICATIVA:**

Precisa calcular na célula **F11**: **MÉDIA(E12+E13\*2;E12/4;E15)** somada ao salário da Scarlet.

	D	E	F
10	Folha de Pagamento		
11	Func	Salário	=MÉDIA(E12+E13*2;E12/4;E15) + SALÁRIO SCARLET
12	Scarlet	R\$ 4.000	
13	Jolie	R\$ 8.000	
14	Phoebe	R\$ 15.000	
15	Monica	R\$ 12.000	
16			

Resolvendo passo a passo:

1º) Multiplicação E13\*2 + E12 (Primeiro faz a multiplicação). O conteúdo da célula E13 que é igual R\$ 8.000,00 \* 2 resultando em R\$ 16.000,00 + o conteúdo da célula E12 que resultará em R\$ 16.000,00 + R\$ 4.000,00 que é R\$ 20.000,00.

2º) Dividir E12/4. O conteúdo da célula E12 que é R\$ 4.000,00 dividido por 4 que resultará em R\$ 1.000,00.

3º) Os fatores foram calculados e agora é só tirar a média.

A formula ficou assim = MÉDIA(R\$ 20.000,00+R\$ 1.000,00+R\$12.000,00). Os dois primeiros fatores foram calculados e o terceiro é simplesmente o conteúdo da célula E15 que é igual a R\$ 12.000,00.

O resultado será (R\$ 20.000,00 + R\$ 1.000,00 + R\$ 12.000,00) / 3 à R\$ 33.000,00 / 3 à R\$ 11.000,00 Para finalizar o exercício devemos somar o valor calculado R\$ 11.000,00 ao salário de Scarlet R\$ 4.000,00 resultando R\$ 15.000,00. O mesmo valor do salário de Phoebe.

- a) Errado, porque: o valor resultante da fórmula não é o mesmo da funcionária Mônica.
- b) Errado, porque: o valor resultante da fórmula não é o mesmo da soma do salário de Scarlet e de Jolie.
- c) CERTO, porque: o valor resultante da fórmula **é o mesmo do** funcionária Phoebe.
- d) Errado, porque: o valor resultante da fórmula não é o mesmo da funcionária Jolie.
- e) Errado, porque: o valor resultante da fórmula não é o mesmo da soma do salário de Phoebe e de Monica.

**73. (Escrivão de Polícia – PC/SP – VUNESP – 2013)** No MS-PowerPoint 2010, em sua configuração original, o usuário incluiu um slide no tema Conteúdo com Legenda, conforme exibido na figura a seguir.





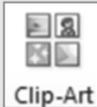
O ícone  é denominado.

- a) Elemento Gráfico SmartArt. d) Clipe de Mídia.  
 b) Gráfico. e) Clip-Art.  
 c) Imagem do Arquivo.

### GABARITO OFICIAL: E

#### JUSTIFICATIVA:

- a) Errado, porque: o ícone em questão não é do Elemento Gráfico SmartArt.  
 b) Errado, porque: o ícone em questão não é do Gráfico.  
 c) Errado, porque: o ícone em questão não é Imagem do Arquivo.  
 d) Errado, porque: o ícone em questão não é Clipe de Mídia.  
 e) CERTO, porque: questão realmente simples.



É o botão que insere clip-art no seu slide.

74. (Escrivão de Polícia – PC/SP – VUNESP – 2013) Observe as opções disponíveis no grupo Desenho, do menu Página Inicial, do MS-PowerPoint 2010, na sua configuração padrão.



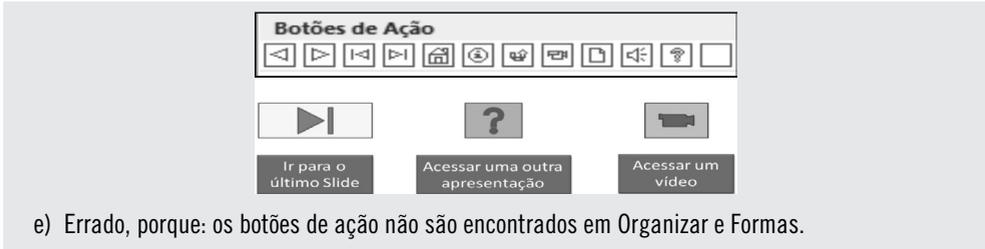
Os botões de ação são encontrados em

- a)  e  d)   
 b)  e)  e   
 c) 

### GABARITO OFICIAL: D

#### JUSTIFICATIVA:

- a) Errado, porque: os botões de ação não são encontrados em Estilos Rápidos e Organizar.  
 b) Errado, porque: os botões de ação não são encontrados em Organizar.  
 c) Errado, porque: os botões de ação não são encontrados em Estilos Rápidos.  
 d) CERTO, porque: a questão é relativamente simples para quem enriquece a sua apresentação com os botões de ação que permitem os mais diversos links ao mais diversos tipos de formatos de arquivo.



e) Errado, porque: os botões de ação não são encontrados em Organizar e Formas.

75. (Escrivão de Polícia – PC/SP – VUNESP – 2013) Observe a tela de um webmail (correio eletrônico da Internet), apresentada parcialmente na figura a seguir.



É correto afirmar que na caixa de entrada existem

- a) 10 mensagens não lidas.
- b) 10 mensagens no total.
- c) 7 mensagens no total.
- d) 3 mensagens não lidas.
- e) 4 mensagens lidas.

**GABARITO OFICIAL: A**

**JUSTIFICATIVA:**

a) CERTO, porque: nos serviços de e-mail, o número em negrito mostra as mensagens que ainda não foram lidas. Como exemplo veja a imagem da minha caixa de email do Gmail. Percebemos que na caixa de entrada em negrito (3.728) temos a quantidade de e-mails ainda não lidos.



- b) Errado, porque: não são 10 mensagens no total, e sim 10 mensagens não lidas.
- c) Errado, porque: não são 7 mensagens no total, e sim 10 mensagens não lidas.
- d) Errado, porque: não são 3 mensagens não lidas, e sim 10 mensagens não lidas.
- e) Errado, porque: não são 4 mensagens lidas, e sim 10 mensagens não lidas.

76. (Investigador de Polícia – PC/SP – VUNESP – 2013) A área de transferência do MS-Windows 7, na sua configuração padrão,
- a) consegue armazenar arquivos inteiros, mas não pastas.
  - b) trabalha com um bloco de informações por vez, ou seja, o conteúdo anterior será sempre substituído pelo novo conteúdo.
  - c) é visualizada após a execução do comando clipbrd.exe.
  - d) consegue armazenar apenas pastas que não contêm subpastas.
  - e) armazena qualquer tipo de informação, exceto som; exemplos: arquivos com extensão MP3.

#### GABARITO OFICIAL: B

##### JUSTIFICATIVA:

- a) Errado, porque: a Área de Transferência não armazena arquivos ou pastas, mas objetos que foram copiados ou recortados de um lugar (texto, planilha, página web) e serão colocados em outro local como um arquivo texto, uma planilha, uma apresentação de slides etc.
- b) CERTO, porque: a Área de Transferência é uma área de armazenamento temporário de informações que você copiou ou moveu de um lugar e planeja usar em algum outro lugar. Você pode selecionar texto ou elementos gráficos e, em seguida, usar os comandos Recortar ou Copiar para mover sua seleção para a Área de Transferência, onde ela será armazenada até que você use o comando Colar para inseri-la em algum outro lugar. Por exemplo, pode ser necessário copiar uma seção de texto de um site e, em seguida, colar esse texto em uma mensagem de email. A Área de Transferência está disponível na maioria dos programas do Windows. (Microsoft).
- c) Errado, porque: o nome clipboard e o seu comando clipbrd.exe, nome do programa executável que permite a visualização da Área de Transferência do Windows, estão presentes nas versões Windows XP e Windows Vista, não na versão do Windows 7 que conta com o comando CLIP para visualizar a área de transferência. Para fazer o comando CLIPBRD.EXE funcionar no Windows 7, é preciso copiar o arquivo de C:\Windows\System32 em um computador com Windows XP e colar na mesma pasta do Windows 7.
- d) Errado, porque: pode se armazenar pastas que contenham subpastas. Olhe o texto extraído do site Microsoft:

“A classe Clipboard fornece métodos que você pode usar para interagir com o recurso de Área de Transferência do sistema operacional Windows. Muitos aplicativos usam a Área de Transferência como um repositório temporário para dados. Por exemplo, processadores de texto usam a Área de Transferência durante operações de recortar e colar. A Área de Transferência também é útil para transferir dados de um aplicativo para outro”.

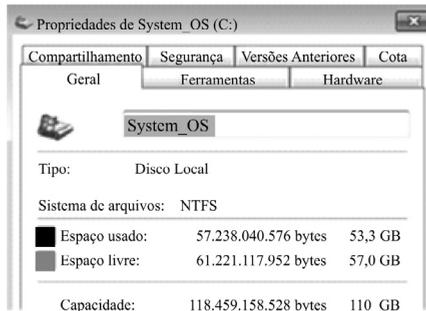
Alguns aplicativos armazenam dados na área de transferência em vários formatos para aumentar o número de outros aplicativos que potencialmente podem usar os dados. Um formato da Área de Transferência é uma string que identifica o formato. Um aplicativo que usa o formato identificado pode recuperar os dados associados na área de transferência. A classe DataFormats fornece nomes de formato predefinidos para seu uso. Você também pode usar seus próprios nomes de formato ou usar o tipo de um objeto como seu formato. Para obter informações sobre como adicionar dados à Área de transferência, consulte Como adicionar dados à área de transferência.

Para determinar se a Área de Transferência contém dados em um determinado formato, use um dos métodos ContainsFormat ou o método GetData. Para recuperar dados da Área de Transferência, use um dos métodos GetFormat ou o método GetData. Esses métodos são novos no .NET Framework 2.0.

Para acessar dados da Área de Transferência usando versões anteriores ao .NET Framework 2.0, use o método GetDataObject e chame os métodos do IDataObject retornado. Para determinar se um determinado formato está disponível no objeto retornado, por exemplo, chame o método GetDataPresent.” <http://msdn.microsoft.com/pt-br/library/vstudio/c2thcsx4.aspx>

e) Errado, porque: o texto anterior também justifica porque a alternativa E está errada. É possível copiar/recortar arquivos de som, sejam WMA, MID, WAV e MP3.

**77. (Investigador de Polícia – PC/SP – VUNESP – 2013)** Considere a figura que mostra parcialmente a janela propriedades do disco rígido de um computador com MS-Windows 7, em sua configuração original.



Assinale a alternativa que contém um dos aplicativos disponíveis na guia Ferramentas, visível na janela citada.

- a) Backup.
- b) Windows Explorer.
- c) Painel de Controle.
- d) Windows Defender.
- e) Paint.

**GABARITO OFICIAL: A**

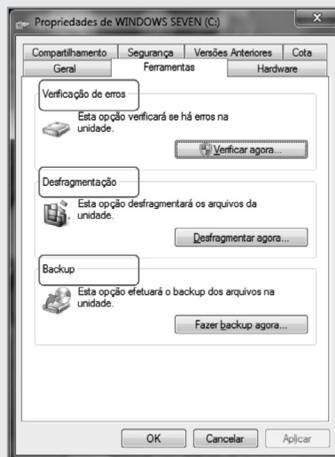
**JUSTIFICATIVA:**

a) CERTO, porque: na mesma janela, Propriedades do Disco Rígido ao clicarmos na guia Ferramentas temos as seguintes funcionalidades (aplicativos):

*Verificação de erro:* Verifica se há erros no disco.

*Desfragmentação do disco:* Regrava os dados dos arquivos em setores contíguos do disco.

*Backup:* Incializa o wizard (assistente) do Windows que realiza as cópias de segurança.



- b) Errado, porque: o Windows Explorer não um aplicativo disponível guia de Ferramentas.
- c) Errado, porque: o Painel de Controle não um aplicativo disponível guia de Ferramentas.
- d) Errado, porque: o Windows Defender não um aplicativo disponível guia de Ferramentas.
- e) Errado, porque: o Paint não um aplicativo disponível guia de Ferramentas.

**78. (Investigador de Polícia – PC/SP – VUNESP – 2013)** A figura seguinte apresenta parte da área de trabalho do MS-Windows 7:



Um dos aplicativos em execução é o

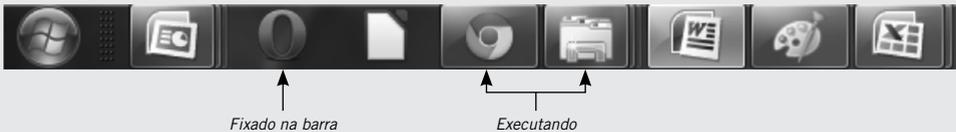
- a) Internet Explorer.
- b) Microsoft Outlook.
- c) Microsoft PowerPoint.
- d) Microsoft Excel.
- e) Microsoft Word.

### GABARITO OFICIAL: E

#### JUSTIFICATIVA:

Esse assunto abordado nesta questão está sendo recorrente na Vunesp. Uma imagem com um detalhe da Barra de Tarefas do Windows e a pergunta. Qual o aplicativo que está em execução ou com o aplicativo fixado na barra?

Das opções das alternativas a única que mostra um aplicativo com bordas é o Word. Como já explicado aqui neste livro, os aplicativos que estão rodando aparecem delineados por uma borda.



- a) Errado, porque: o aplicativo Internet Explorer não está em execução conforme podemos observar na barra de tarefas.
- b) Errado, porque: o aplicativo Microsoft Outlook não está em execução conforme podemos observar na barra de tarefas.
- c) Errado, porque: o aplicativo Microsoft PowerPoint não está em execução conforme podemos observar na barra de tarefas.
- d) Errado, porque: o aplicativo Microsoft Excel não está em execução conforme podemos observar na barra de tarefas.
- e) CERTO, porque: podemos observar o ícone do Microsoft Word apresenta na barra de tarefas e uma borda ao seu redor.

Utilize as afirmações seguintes para responder às questões a seguir.

O texto a seguir será convertido em tabela pelo MS-Word 2010, na sua configuração padrão, sem que o usuário altere as opções apresentadas na janela Converter Texto em Tabela encontrada em Tabela no menu Inserir.

ITEM; QTDE; VALOR; Livros 1 R\$25 Revistas 3 R\$30

79. **(Investigador de Polícia – PC/SP – VUNESP – 2013)** Assinale a alternativa com a quantidade de colunas e linhas que serão sugeridas, respectivamente.
- a) 4 e 1.
  - b) 9 e 1.
  - c) 3 e 3.
  - d) 9 e 3.
  - e) 4 e 3.

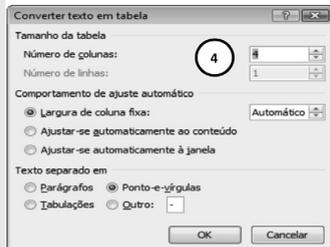
**GABARITO OFICIAL: A**

**JUSTIFICATIVA:**

Questão anulada pela organizadora. Veja a imagem a seguir que descreve a sequência da ação correta para converter o texto em tabela.



- 1) Selecionar o texto a ser convertido.
- 2) Clicar na guia Inserir no Grupo Tabela, no botão Tabela.
- 3) Clicar no Botão Tabela e na Opção Converter Texto em Tabela.



- 4) Na janela Converter texto em tabela, o número de colunas sugeridas serão 4 e o número de linhas sugerido será 1. Alternativa A.

**Embasamento para anulação:** A organizadora descreveu assim a questão: “O texto a seguir será convertido em tabela pelo MS-Word 2010, na sua configuração padrão, sem que o usuário altere as opções apresentadas na janela Converter Texto em Tabela encontrada em Tabela no menu Inserir”. No texto anterior encontramos problemas na formulação da questão:

1º) Não selecionou o texto. Se nenhum texto for selecionado, quando se clicar no Botão Tabela da Guia Inserir a opção da funcionalidade “Converter texto em tabela” estará desabilitada impedindo a execução do procedimento da questão.

2º) Gerou confusão para o entendimento. Menu Inserir???? Não existe mais o termo Menu.

**Obs.:** Alguns dos meus alunos no estado de São Paulo entraram com recurso e lograram êxito. A Vunesp anulou a questão para aqueles que impetraram o recurso.

Se o texto tivesse sido selecionado as alternativas da questão poderiam assim ser interpretadas.

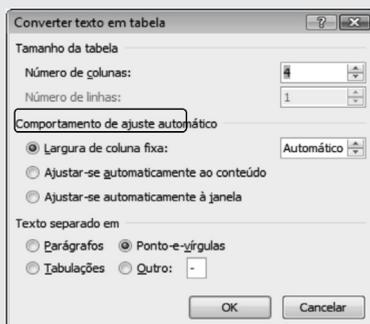
- a) CERTO, porque: conforme podemos perceber na sequência das imagens apresentadas. A sugestão do aplicativo para a conversão do texto para tabela seria uma tabela de 4 colunas por 1 linha.
- b) Errado, porque: não seria uma tabela de 9 colunas por uma linha a sugestão do aplicativo para a conversão do texto em tabela.
- c) Errado, porque: não seria uma tabela de 3 colunas por 3 linhas a sugestão do aplicativo para a conversão do texto em tabela.
- d) Errado, porque: não seria uma tabela de 9 colunas por 3 linhas a sugestão do aplicativo para a conversão do texto em tabela.
- e) Errado, porque: não seria uma tabela de 4 colunas por 3 colunas a sugestão do aplicativo para a conversão do texto em tabela.

- 80. (Investigador de Polícia – PC/SP – VUNESP – 2013)** O comportamento de ajuste automático padrão será
- a) Altura de linha fixa.
  - b) Ajustar-se automaticamente ao conteúdo.
  - c) Ajustar-se automaticamente à janela.
  - d) Largura de coluna fixa.
  - e) Texto separado em espaços.

### GABARITO OFICIAL: D

#### JUSTIFICATIVA:

Selecionando o texto e sem alterar as opções apresentadas na janela Converter Texto em Tabela (imagem a seguir) encontrada em Tabela no menu (guia) Inserir. Chega-se ao resultado da questão.



**Obs.:** Alguns dos meus alunos no estado de São Paulo entraram com recurso e lograram êxito. A Vunesp anulou a questão para aqueles que impetraram o recurso. Motivo: O texto que serviu para a questão foi o mesmo da questão anterior. O texto não selecionado.

Se o texto da questão anterior que originou esta pergunta tivesse sido selecionado poderíamos interpretar as alternativas da questão dessa maneira:

- a) Errado, porque: o comportamento de ajuste automático padrão não seria Altura de linha fixa.
- b) Errado, porque: o comportamento de ajuste automático padrão não seria Ajustar-se automaticamente à janela.
- c) Errado, porque: o comportamento de ajuste automático padrão não seria Ajustar-se automaticamente à janela.
- d) CERTO, porque: o comportamento de ajuste automático padrão seria Largura de coluna fixa, conforme podemos visualizar na imagem anterior.

e) Errado, porque: o comportamento de ajuste automático padrão não seria Texto separado em espaços.

81. (Investigador de Polícia – PC/SP – VUNESP – 2013) A figura I exibe uma planilha do MS-Excel 2010, na sua configuração padrão, recém-digitada pelo usuário:

	A	B
1	<b>Status</b>	<b>Solicitação</b>
2	Implantada	9909
3	Análise	1101
4	Homologação	5505
5	Testes	7707
6	Homologação	8808
7	Iniciar	3303

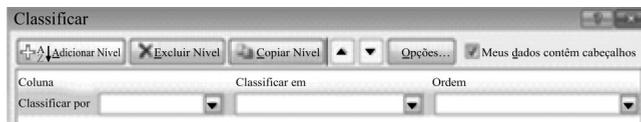
Figura I

A figura II mostra a mesma planilha classificada:

	A	B
1	<b>Status</b>	<b>Solicitação</b>
2	Iniciar	3303
3	Análise	1101
4	Testes	7707
5	Homologação	5505
6	Homologação	8808
7	Implantada	9909

Figura II

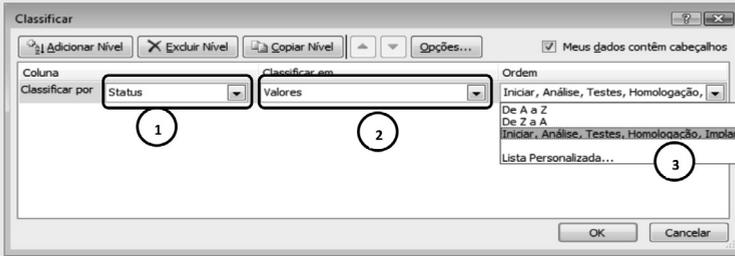
Assinale a alternativa que contém as opções de classificação utilizadas na figura II, conforme figura a seguir:



- a) Classificar por Status  
Classificar em Etapas de Projeto  
Ordem Lista Personalizada (Iniciar, Análise, Testes, Homologação, Implantada)
- b) Classificar por Solicitação  
Classificar em Ícone de Célula  
Ordem Lista Personalizada (Iniciar, Análise, Testes, Homologação, Implantada)
- c) Classificar por Status  
Classificar em Valores  
Ordem De Z a A
- d) Classificar por Solicitação  
Classificar em Valores  
Ordem De A a Z
- e) Classificar por Status  
Classificar em Valores  
Ordem Lista Personalizada (Iniciar, Análise, Testes, Homologação, Implantada)

**JUSTIFICATIVA:**

- a) Errado, porque: a sequência descrita na alternativa não está correta para a classificação final apresentada na questão.
- b) Errado, porque: a sequência descrita na alternativa não está correta para a classificação final apresentada na questão.
- c) Errado, porque: a sequência descrita na alternativa não está correta para a classificação final apresentada na questão.
- d) Errado, porque: a sequência descrita na alternativa não está correta para a classificação final apresentada na questão.
- e) CERTO, porque: a sequência descrita na alternativa está correta para a classificação final apresentada na questão. Conforme a janela a seguir.



Questão muito difícil. Requer que o candidato conheça vários níveis de procedimentos da funcionalidade Classificar Planilha e da funcionalidade Listas Personalizadas. É a sequência descrita anteriormente, passo a passo.

82. **(Investigador de Polícia – PC/SP – VUNESP – 2013)** O botão  Área de Impressão encontrado no menu Layout da Página do MS-Excel 2010, na sua configuração padrão, permite definir a área de impressão de intervalo(s) de células previamente selecionado(s) de
- a) várias planilhas de um grupo adjacente de células.
  - b) várias pastas de trabalho de uma planilha.
  - c) uma pasta de trabalho da planilha.
  - d) uma planilha da pasta de trabalho.
  - e) várias planilhas de uma célula.

**GABARITO OFICIAL: D****JUSTIFICATIVA:**

- a) Errado, porque: o Excel não permite definir a área de impressão de intervalo(s) de células previamente selecionado(s) de várias planilhas de um grupo adjacente de células.
- b) Errado, porque: o Excel não permite definir a área de impressão de intervalo(s) de células previamente selecionado(s) de várias pastas de trabalho de uma planilha.
- c) Errado, porque: o Excel não permite definir a área de impressão de intervalo(s) de células previamente selecionado(s) de uma pasta de trabalho da planilha.
- d) CERTO, porque: o Excel permite definir a área de impressão de intervalo(s) de células previamente selecionado(s) de somente uma planilha da pasta de trabalho. Conforme a imagem anterior. Para imprimir uma seleção precisamos primeiro selecionar a área que se quer imprimir. Só é possível realizar tal procedimento em uma planilha da pasta. Só podemos selecionar a área a ser impressa se selecionarmos primeiramente uma planilha da pasta. Veja imagem a seguir.



e) Errado, porque: o Excel não permite definir a área de impressão de intervalo(s) de células previamente selecionado(s) de várias planilhas de uma célula.

83. (Investigador de Polícia – PC/SP – VUNESP – 2013) Para mostrar um apontador laser durante uma apresentação de slide do MS-PowerPoint 2010, na sua configuração padrão, mantenha pressionada a tecla \_\_\_\_\_ e pressione o botão \_\_\_\_\_ do mouse. Assinale a alternativa que preenche, correta e respectivamente, as lacunas do enunciado.
- a) CTRL ... principal (esquerdo)
  - b) ALT ... secundário (direito)
  - c) CTRL ... secundário (direito)
  - d) ALT ... principal (esquerdo)
  - e) ENTER ... secundário (direito)

**GABARITO OFICIAL: A**

**JUSTIFICATIVA:**

- a) CERTO, porque: no modo de exibição Apresentação de Slides ou Leitura, você pode transformar seu mouse em um apontador laser para chamar a atenção da audiência para algo em um slide.
  1. Siga um destes procedimentos:
    - Para usar o apontador laser no modo de exibição Apresentação de Slides, na guia **Apresentação de Slides**, no grupo **Iniciar Apresentação de Slides**, clique em **Do Começo** ou **Do Slide Atual** para iniciar a apresentação de slides.
    - Para usar o apontador laser no modo de exibição Leitura, na guia **Exibir**, no grupo **Modos de Exibição de Apresentação**, clique em **Modo de Exibição de Leitura**.
  2. Pressione e mantenha pressionada a tecla CTRL, clique com o botão esquerdo do mouse e aponte para o conteúdo no slide que deseja enfatizar. Como enunciado na alternativa A. <http://office.microsoft.com/pt-br/powerpoint-help/transformar-o-mouse-em-um-apontador-laser-HA101794344.aspx>
- b) Errado, porque: para mostrar um apontador laser durante uma apresentação de slide do MS-PowerPoint 2010 não surte efeito pressionar a tecla ALT juntamente com o botão secundário (direito) do mouse.
- c) Errado, porque: para mostrar um apontador laser durante uma apresentação de slide do MS-PowerPoint 2010 não surte efeito pressionar a tecla CTRL juntamente com o botão secundário (direito) do mouse.
- d) Errado, porque: para mostrar um apontador laser durante uma apresentação de slide do MS-PowerPoint 2010 não surte efeito pressionar a tecla ALT juntamente com o botão principal (esquerdo) do mouse.

- e) Errado, porque: para mostrar um apontador laser durante uma apresentação de slide do MS-PowerPoint 2010 não surte efeito pressionar a tecla ENTER juntamente com o botão secundário (direito) do mouse.

84. (Investigador de Polícia – PC/SP – VUNESP – 2013) Observe as opções disponíveis no grupo Texto do menu Inserir do MS-PowerPoint 2010, em sua configuração original:



Clicando em  Número do slide e marcando a opção Número do slide, a informação será inserida no (a)

- a) região central do rodapé. d) canto direito do cabeçalho do slide.  
 b) canto direito do rodapé do slide. e) região central do cabeçalho.  
 c) canto esquerdo do cabeçalho do slide.

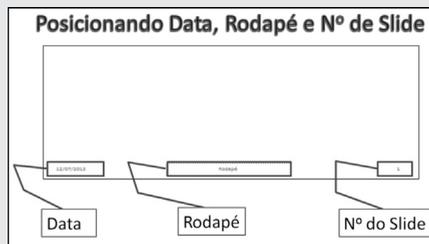
### GABARITO OFICIAL: B

#### JUSTIFICATIVA:

- a) Errado, porque: o número do slide não será inserido na região central do rodapé.  
 b) CERTO, porque: o número do slide será inserido canto direito do rodapé do slide. Veja a sequência de imagens a seguir:



No PowerPoint, editor de apresentação da Microsoft podemos numerar os slides através da sequência Guia Inserir → Grupo Texto → Número do slide.



Na imagem anterior, podemos perceber onde fica posicionados a DATA, RODAPÉ, Nº do SLIDE. O Nº de Slide conforme o questionamento da questão fica no canto direito do rodapé do slide.

- c) Errado, porque: o número do slide não será inserido canto esquerdo do cabeçalho do slide.  
 d) Errado, porque: o número do slide não será inserido no canto direito do cabeçalho do slide.  
 e) Errado, porque: o número do slide não será inserido no canto direito do cabeçalho do slide.

85. (Investigador de Polícia – PC/SP – VUNESP – 2013) No Google, o caracter que deve ser adicionado imediatamente antes da palavra para procurar por essa palavra e também por seus sinônimos é:

- a) " c) % e) &  
 b) ~ d) #

**GABARITO OFICIAL: B**

**JUSTIFICATIVA:**

Bem. Os internautas, na sua maioria, desconhecem, mas, o Google permite vários tipos de filtragem nas suas buscas. Vamos a elas:

1. *Pesquisa avançada no Google (Básico)*

Operador	Localizar páginas com:
Concurso Público	As palavras Concurso e Público
São Paulo OR Rio	Com qualquer uma das palavras: São Paulo ou Rio
“Concursos no ano 2014”	Frase exata: Concursos no ano 2014
Informática -LibreOffice	A palavra Informática mas NÃO a palavra LibreOffice
Star Wars Episode +I	O título do filme, incluindo o algarismo romano I
Emprego ~competência sinônimos.	Sites sobre o Emprego que tenham a palavra Competência e seus
define:phishing	Definição para a palavra phishing encontrada em diversos sites na Web.

2. *Pesquisa avançada no Google (Cálculos)*

Cálculos de busca	Aplicado em:	Escreva na caixa de busca:
+ - * /	operações básicas	12 + 34 - 56 * 7 / 8
% of	porcentagem de...	45% of 39
^ or **	eleva a potência...	2^5 or 2**5
unidade in unidade	conversor de unidades	10 Euros in USD, 100 lbs in

3. *Pesquisa avançada no Google (Informações Específicas)*

Busca Restrita	Significado:	Escreva na caixa de busca:
site:	busca em somente um site ou domínio	Word site:microsoft.com (Busca a palavra Word no site da Microsoft).
[#]..[#]	busca um intervalo de números	DVD player \$100..150 (Busca DVD players entre \$100 e \$150.)
filetype: (ou ext:)	busca arquivos por extensão específica	Curso de Informática filetype:pdf (Busca páginas de Cursos de Informática formato pdf.)
link:	exibe páginas que apontam para o link buscado	link: concursos públicos (Busca páginas que linkam para Concursos Públicos)
safesearch:	exclui conteúdo adulto	safesearch: Educação Sexual (Busca por Educação Sexual sem retornar sites adultos.)

4. *Pesquisa avançada no Google (Informações Específicas)*

Busca Restrita	Significado:	Escreva na caixa de busca:
intext:	Os termos devem aparecer no corpo da página.	intext: Prova Agente (Busca páginas Prova Agente está incluída no texto da página.)
allintitle:	Todos os termos buscados devem aparecer no título da página.	allintitle: Google Advanced Operators (Busca por páginas que contenham “Google,” “Advanced,” e “Operators”. no título da página)
allinurl:	As palavras buscadas devem aparecer inteiramente na URL.	allinurl:ajuda google (Busca por sites com as palavras «google» & «ajuda» na URL.)
inurl:	Os termos devem aparecer na URL da página.	inurl:talk site:undergoogle.blogspot.com (Busca páginas do Undergoogle cujo URL contenha a palavra «talk.»)

Vamos comentar as questões uma a uma.

- a) Errado, porque: o símbolo “ não procura por palavras sinônimas. Na verdade um texto entre aspas faz com que a busca seja feita pela frase exata.
- b) CERTO, porque: o símbolo ~ procura por palavras sinônimas.
- c) Errado, porque: o símbolo % não procura por palavras sinônimas. Na verdade é um operador de percentual.



Assinale a alternativa que preenche corretamente a lacuna do texto.

- a) Área de trabalho                      c) Área de transferência                      e) Biblioteca Documentos  
 b) Biblioteca Imagens                      d) Biblioteca Downloads

**GABARITO OFICIAL: C**

**JUSTIFICATIVA:**

- a) Errado, porque: o conjunto de teclas quando pressionadas não envia uma imagem da tela para a Área de trabalho.  
 b) Errado, porque: o conjunto de teclas quando pressionadas não envia uma imagem da tela para a Biblioteca de Imagens.  
 c) CERTO, porque: o conjunto de teclas quando pressionadas envia uma imagem da tela para a Área de trabalho. A Área de transferência do Windows é uma área de armazenamento temporário que serve para armazenar os arquivos copiados com CTRL + C, recortados com CTRL + X ou “fotografados” com PRINT + SCREEN / ALT + PRINT + SCREEN que você irá transferir de um local para outro. Por exemplo, uma imagem que você copia no Google Imagens e vai colar no seu texto no Word. A Área de trabalho (desktop) não tem esse propósito assim, como todas as bibliotecas do Windows.  
 d) Errado, porque: o conjunto de teclas quando pressionadas não envia uma imagem da tela para a Biblioteca Downloads.  
 e) Errado, porque: o conjunto de teclas quando pressionadas não envia uma imagem da tela para a Biblioteca de Documentos.

88. (Papiloscopista Policial – PC/SP – VUNESP – 2013) Na figura a seguir, é exibida uma janela do MS-Windows 7, na sua configuração original:



Com base nos objetos exibidos na janela e considerando que um dos objetos está selecionado, pode-se afirmar que

- a) Provas é uma pasta que possui arquivos.  
 b) Agente e Escrivão são arquivos do WordPad.  
 c) Aulas é um arquivo que contém gráficos e documentos.  
 d) ao pressionar CTRL+X e, em seguida, CTRL+V, será criado o objeto Concursos – Cópia.  
 e) ao pressionar CTRL+X e, em seguida, CTRL+V, o objeto será mantido com o mesmo nome, mesmo após a exibição de uma janela de aviso.

**GABARITO OFICIAL: E**

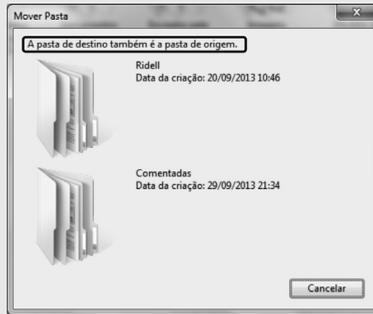
**JUSTIFICATIVA:**

a) Errado, porque: o ícone Provas, como vemos na figura  , está vazio.

b) Errado, porque: olhando para os ícones dos arquivos  Agente e Escrivão percebemos que são arquivos do Word.

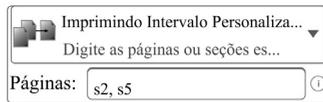
c) Errado, porque: é uma pegadinha.  Aulas não é um arquivo é uma pasta, um diretório.

d) Errado, porque: afirma que ao pressionar CTRL + X (recortar) e depois pressionar CTRL + V (colar) será criado uma cópia do arquivo recortado. Na verdade isto ocorreria se fosse uma operação de cópia (CTRL + V) e não de uma operação para mover a pasta para o mesmo local (CTRL + X e CTRL + V).



e) CERTO, porque: conforme afirmado “ao pressionar CTRL+X e, em seguida, CTRL+V, o objeto será mantido com o mesmo nome, mesmo após a exibição de uma janela de aviso”. A mensagem ao lado aparecerá após a sequência destes comandos.

**89. (Papiloscopista Policial – PC/SP – VUNESP – 2013)** Observem, na figura a seguir, os parâmetros de impressão de um documento do MS-Word 2010, na sua configuração padrão.



Assinale a alternativa que contém o que será impresso.

- a) Seção 2 e seção 5.                      c) Seção 2 ou seção 5.                      e) Páginas 2 e 5.  
 b) Seção 2 até seção 5.                      d) Páginas 2, 3, 4 e 5.

**GABARITO OFICIAL: A****JUSTIFICATIVA:**

a) CERTO, porque: quando num determinado texto do Word, o usuário, precisa de duas formatações diferentes, como uma página com orientação paisagem e, outra página, com orientação retrato, o usuário deve quebrar uma nova seção. As seções permitem também que você faça numerações de páginas diferentes em diversas partes no texto ou mesmo coloque vários cabeçalhos diferentes no seu texto.

Ao colocar num intervalo de impressão s2, s5 a organizadora quer saber se você sabe que a parte do texto que será impresso será a da seção 2 e seção 5. Se o examinador colocasse s2-s5, seria a impressão da seção 2 até a seção 5.

- b) Errado, porque: ao colocar num intervalo de impressão s2, s5 não será impresso da Seção 2 até seção 5.
- c) Errado, porque: ao colocar num intervalo de impressão s2, s5 não será impresso da Seção 2 ou seção 5.
- d) Errado, porque: ao colocar num intervalo de impressão s2, s5 não será impresso as Páginas 2, 3, 4 e 5.
- e) Errado, porque: ao colocar num intervalo de impressão s2, s5 não será impresso as Páginas 2 e 5.

90. (Papiloscopista Policial – PC/SP – VUNESP – 2013) Assinale a alternativa que contém



o tipo de quebra indicado pelo ícone, encontrado no menu Layout da Página do MS-Word 2010.

- a) Próxima Página.
- b) Página.
- c) Quebra Automática de Texto.
- d) Coluna.
- e) Contínuo.

**GABARITO OFICIAL: D**

**JUSTIFICATIVA:**

- a) Errado, porque: o ícone apresentado não representa uma quebra de Próxima Página.
- b) Errado, porque: o ícone apresentado não representa uma quebra de Página.
- c) Errado, porque: o ícone apresentado não representa uma Quebra Automática de Texto.
- d) CERTO, porque: o ícone apresentado representa uma quebra de Coluna.

O Word permite que o usuário utilize-se de quebras forçadas de texto, de coluna, de página e de seção. Estas quebras permitem que, por exemplo, o usuário que acabou de digitar um parágrafo no meio de uma página, passe imediatamente para página seguinte. Isto é possível com uma quebra de página. A Vunesp cobra do candidato exatamente dessa maneira: coloca uma imagem de um botão e pergunta sobre a sua função. Cuidado!!! As teclas de atalho são: **CTRL + ENTER** → Quebra página, **SHIFT + ENTER** → Quebra automática de texto, **CTRL + SHIFT + ENTER** → Quebra a coluna.

Na guia Layout da Página, grupo Configurar página tem o botão Quebras  que permite ao usuário realizar diversas quebras no seu texto. Veja a imagem a seguir.

A imagem mostra o menu 'Quebras' do Microsoft Word 2010. O menu está dividido em duas seções principais:

- Quebras de Página:**
  - Página:** Marca o ponto em que uma página termina e outra página começa.
  - Coluna:** Indica que o texto após a quebra de coluna será iniciado na coluna seguinte.
  - Quebra Automática de Texto:** Separa o texto ao redor do objeto nas páginas da Web. Por exemplo, separa o texto das legendas do corpo de texto.
- Quebras de Seção:**
  - Próxima Página:** Insere uma quebra de seção e inicia a nova seção na página seguinte.
  - Contínuo:** Insere uma quebra de seção e inicia a nova seção na mesma página.
  - Página Par:** Insere uma quebra de seção e inicia a nova seção na próxima página com número par.
  - Página Ímpar:** Insere uma quebra de seção e inicia a nova seção na próxima página com número ímpar.

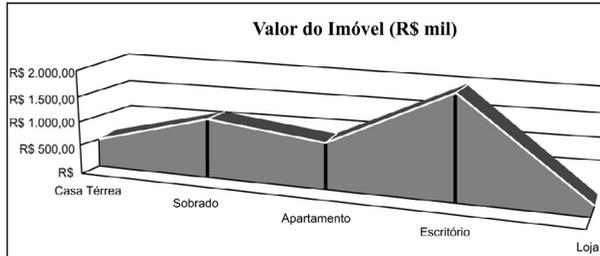
Diagramação da imagem:

- Um colchete à direita agrupa as opções 'Página', 'Coluna' e 'Quebra Automática de Texto' sob o rótulo 'Quebrando Página'.
- Outro colchete à direita agrupa as opções 'Próxima Página', 'Contínuo', 'Página Par' e 'Página Ímpar' sob o rótulo 'Quebrando Seção'.

O botão cobrado na prova realiza a quebra de coluna. Questão muito simples. O ícone do botão mostra a mudança de uma coluna para a outra.

- e) Errado, porque: o ícone apresentado não representa uma quebra Contínuo. Isso não existe no Word.

91. (Papiloscopista Policial – PC/SP – VUNESP – 2013) Observe o gráfico construído no MS-Excel 2010.



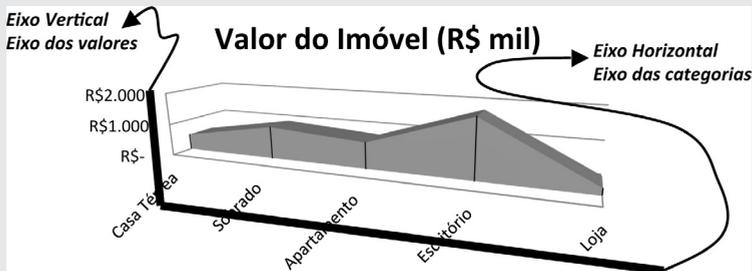
Com relação ao gráfico, assinale a alternativa correta.

- a) O valor do imóvel está no eixo de categoria.  
 b) Os tipos de imóvel estão no eixo de categoria.  
 c) Trata-se de um gráfico de superfície.  
 d) Nesse tipo de gráfico, a entrada de legenda considera o cabeçalho do eixo de categoria.  
 e) Os rótulos estão visíveis.

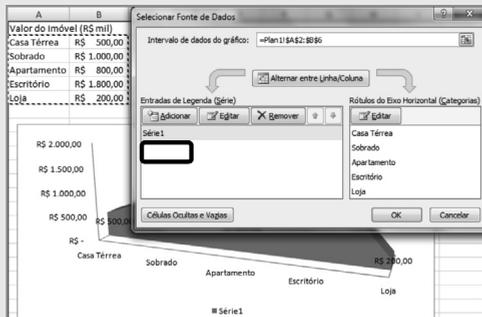
### GABARITO OFICIAL: B

#### JUSTIFICATIVA:

- a) Errado, porque: o valor do imóvel não está no eixo de categoria. O valor do imóvel está no eixo vertical, conhecido como eixo de valores.  
 b) CERTO, porque: os tipos de imóvel estão no eixo da categoria. Vamos entender a imagem:

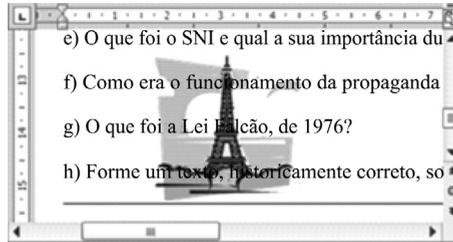


- c) Errado, porque: o gráfico é um gráfico de Área 3D (linhas com preenchimento).



- d) Errado, porque: percebemos que a Legenda do Gráfico não considera o cabeçalho do eixo de categorias, apenas 'Série' de valores.
- e) Errado, porque: analisando o gráfico percebemos que os rótulos não estão visíveis.

92. (Papiloscopista Policial – PC/SP – VUNESP – 2013) Observe o documento do MS-Word 2010, apresentado parcialmente na figura a seguir.



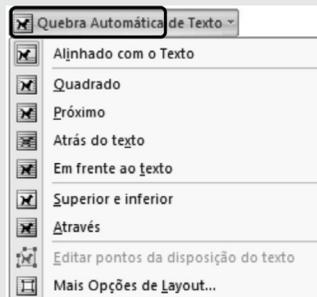
A figura foi disposta no texto da seguinte forma:

- a) 
- b) 
- c) 
- d) 
- e) 

**GABARITO OFICIAL: C**

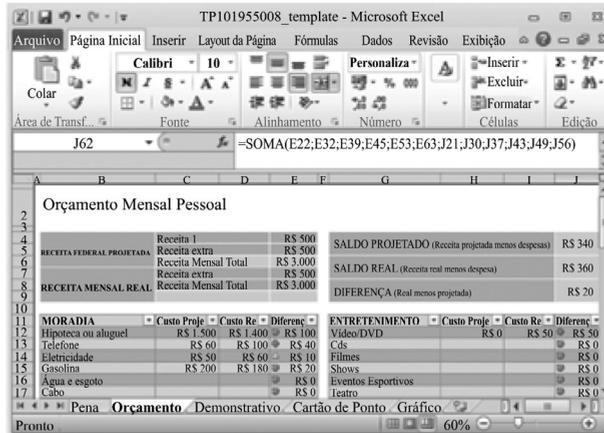
**JUSTIFICATIVA:**

- a) Errado, porque: o ícone apresentado na alternativa, Superior e inferior, dispõe a imagem na própria linha.
- b) Errado, porque: o ícone apresentado na alternativa, Quadrado, dispõe a imagem com o texto em volta de sua borda.
- c) CERTO, porque: na guia Layout da Página, no grupo Organizar ou na Barra Ferramentas Imagem, temos o botão Quebra Automática de texto que permite que posicionemos uma figura no local que desejarmos. Na questão a imagem foi colocada atrás do texto.



- d) Errado, porque: o ícone apresentado na alternativa, Em frente ao texto, dispõe a imagem na frente do texto.
- e) Errado, porque: o ícone apresentado na alternativa, Alinhado com o texto, a imagem permanece com o texto que vem antes e depois da imagem.

93. (Papiloscopista Policial – PC/SP – VUNESP – 2013) Observe a tela do MS-Excel 2010, apresentada na figura a seguir.



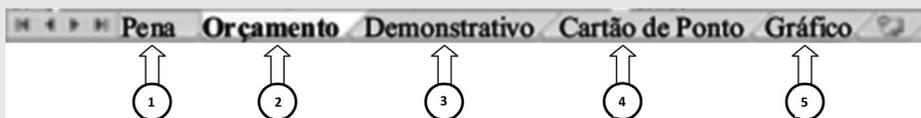
Assinale a alternativa que contém a quantidade de planilhas existentes na pasta de trabalho e o modo de exibição da planilha Orçamento, respectivamente.

- a) 1 e Normal. d) 4 e Normal.  
 b) 4 e Layout da Página. e) 5 e Layout da Página.  
 c) 5 e Visualização de Quebra de Página.

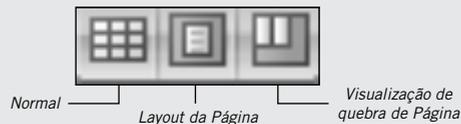
### GABARITO OFICIAL: C

#### JUSTIFICATIVA:

Na parte inferior da figura nós temos a quantidade de planilhas na pasta. Cinco planilhas.



Na parte inferior da janela temos o modo de visualização da planilha:



Na questão a imagem da planilha apresentada mostra que ela está no modo de Visualização de quebra de Página.

Conforme a imagem, podemos interpretar as alternativas apresentadas pela organizadora:

- a) Errado, porque: ela traz a quantidade de 1 planilha existentes na pasta de trabalho e o modo de exibição Normal. Errado.  
 b) Errado, porque: ela traz a quantidade de 4 planilhas existentes na pasta de trabalho e o modo de exibição Layout de Página. Errado.  
 c) CERTO, porque: na questão a imagem da planilha apresentada mostra que a pasta conte 5 planilhas e está no modo de Visualização de quebra de Página.  
 d) Errado, porque: ela traz a quantidade de 4 planilhas existentes na pasta de trabalho e o modo de exibição Normal. Errado.

e) Errado, porque: ela traz a quantidade de 5 planilhas existentes na pasta de trabalho e o modo de exibição Layout de Página. Errado.

94. (Papiloscopista Policial – PC/SP – VUNESP – 2013) Considere a planilha do MS-Excel 2010, apresentada na figura a seguir.

	A	B	C	D	E	F	G	
1	<b>Controlador de Pressão Sanguínea</b>							
2								
3			Nome _____					
5				Sístole	Diastólico			
6			Pressão sanguínea do alvo*	120	80			
8				Sístole	Diastólico			
9			Ligar para o médico se acima _____					
10								
11			Número de telefone do médico _____					
12			* Padrão do National Institutes of Health					
13								
			<b>Data</b>	<b>Hora</b>	<b>Sístole</b>	<b>Diastólico</b>	<b>Frequência Cardíaca</b>	<b>Emergência</b>
14			1/11/06	De Manhã	129	79	72	Não
15			1/11/06	À Noite	133	80	75	Não
16			2/11/06	De Manhã	142	86	70	Pronto Socorro
17			2/11/06	À Noite	141	84	68	Pronto Socorro
18			3/11/06	De Manhã	137	84	70	Pronto Socorro
19			3/11/06	À Noite	139	83	72	Pronto Socorro
20			4/11/06	De Manhã	140	85	78	Pronto Socorro
21			4/11/06	À Noite	138	85	69	Pronto Socorro
22			5/11/06	De Manhã	135	79	75	Não
23			5/11/06	À Noite	136	81	72	Pronto Socorro
24			6/11/06	De Manhã	137	83	69	Pronto Socorro
25			6/11/06	À Noite	138	85	66	Pronto Socorro
26			7/11/06	De Manhã	135	80	67	Não
27			7/11/06	À Noite	142	85	72	Pronto Socorro
28								

Na coluna Emergência, aparecerá o texto Pronto Socorro quando os indicadores Sístole e Diastólico forem superiores a 120 e 80, respectivamente.

Assinale a alternativa com a fórmula aplicada na célula G16 e que atende aos requisitos descritos.

- a) =SE(OU(D16<=120;E16>=80);"Pronto Socorro";"Não")
- b) =SE(OU(D16>120;E16>80);"Não";"Pronto Socorro")
- c) =SE(OU(D16<120;E16>80);"Não";"Pronto Socorro")
- d) =SE(E(D16>=120;E16>80);"Não";"Pronto Socorro")
- e) =SE(E(D16>120;E16>80);"Pronto Socorro";"Não")

**GABARITO OFICIAL: E**

**JUSTIFICATIVA:**

Esta questão, considerada difícil, exigiu um bom conhecimento do candidato em relação ao Excel. Trata de duas funções lógicas: SE e E. Usando a função **E** como argumento teste\_lógico da função **SE**, podemos testar várias condições diferentes em vez de apenas uma.

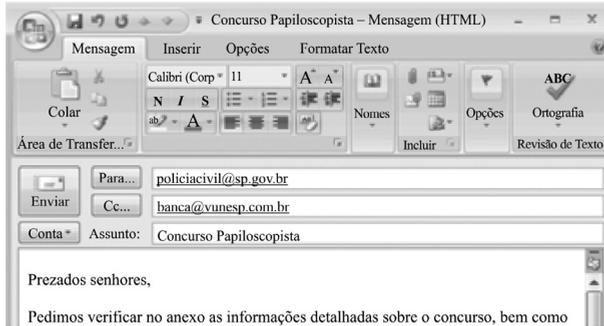
Foi isto cobrado pela examinadora. Os indicadores de pressão alta, Sístole e Diastólico superior a 120 e 80 respectivamente. A ideia do examinador foi essa: Quando a medição da Sístole (Movimento de contração do coração e das artérias, responsável pelo impulso que faz circular o sangue) for superior, maior que 120 e a medição Diastólico (fase de relaxamento do músculo cardíaco) for superior, maior que 80, na planilha do Excel deverá aparecer a frase PRONTO SOCORRO se não for maior nos dois casos, a palavra NÃO deverá aparecer na planilha.

- a) Errado, porque: as funções utilizadas foram SE e OU. Na questão, para a coluna "G". Emergência conter a informação "Pronto Socorro" as funções necessárias na fórmula do Excel tem que ser SE e E.
- b) Errado, porque: as funções utilizadas foram SE e OU. Na questão, para a coluna "G". Emergência conter a informação "Pronto Socorro" as funções necessárias na fórmula do Excel tem que ser SE

e E. As saídas do Verdadeiro e Falso também foram trocadas. Se as pressões estiveram alta vai aparecer a palavra NÃO.

- c) Errado, porque: as funções utilizadas foram SE e OU também.
- d) Errado, porque: as funções utilizadas foram SE e E. Essa parte da função está correta. O problema desta questão é que as saídas do Verdadeiro e Falso foram trocadas. Se as pressões estiveram alta vai aparecer a palavra NÃO.
- e) CERTO, porque: a alternativa E é justamente aquela que atende o solicitado na questão. Dá para “sacar” as funções necessárias: SE e E.

**95. (Papiloscopista Policial – PC/SP – VUNESP – 2013)** Observe o correio eletrônico do MS-Outlook, parcialmente ilustrado na figura a seguir.



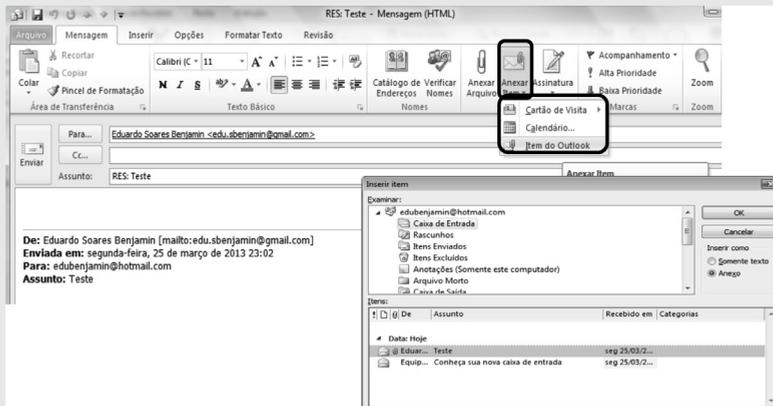
Ao clicar no ícone  encontrado no grupo Incluir da barra de ferramentas, o usuário pretende

- a) anexar outro e-mail que se encontra na Caixa de Entrada.
- b) anexar documento que se encontra na biblioteca Documentos do computador.
- c) verificar a ortografia e gramática do texto.
- d) salvar a mensagem na pasta Rascunhos.
- e) adicionar destinatários copiados existentes na lista de contatos do usuário.

## GABARITO OFICIAL: A

### JUSTIFICATIVA:

- a) CERTO, porque: a alternativa correta é que diz “anexar outro e-mail que se encontra na Caixa de Entrada”. Alternativa A, conforme indicado na imagem a seguir.



- b) Errado, porque: ao clicar no ícone proposto na questão não será anexado documento que se encontra na biblioteca Documentos do computador.
- c) Errado, porque: ao clicar no ícone proposto na questão não será verificada a ortografia e gramática do texto.
- d) Errado, porque: ao clicar no ícone proposto na questão não será salva a mensagem na pasta Rascunhos.
- e) Errado, porque: ao clicar no ícone proposto na questão não adicionado destinatários copiados existentes na lista de contatos do usuário.

96. (Papiloscopista Policial – PC/SP – VUNESP – 2013) Observe o URL a seguir.

<http://www.vunesp.com.br/PCSP1206/status.html>

Assinale a alternativa que identifica corretamente um componente do URL, conforme as normas descritas na RFC 1738.

- a) Caminho: http://
- b) Servidor: status.html
- c) Recurso: www.vunesp.com.br
- d) Caminho: /PCSP1206/status.html
- e) Protocolo: //www

**GABARITO OFICIAL: D**

**JUSTIFICATIVA:**

Vejamos as partes de uma URL (Localizador Uniforme de Recursos):

[http://www.vunesp.com.br/pcsp1206/PCSP1206\\_306\\_001725.pdf](http://www.vunesp.com.br/pcsp1206/PCSP1206_306_001725.pdf)

⏟
⏟
⏟
⏟

Protocolo
Máquina - Servidor (domínio)
Caminho(path)
Recurso (o que se pretende)

Na URL da questão temos:

<http://www.vunesp.com.br/PCSP1206/status.html>

http → Protocolo HyperText Transfer Protocol

www.vunesp.com.br → máquina, servidor

/PCSP1206/ → Caminho (Path)

status.html → Recurso

A questão cita a RFC 1738 (Request For Comments 1738).

Os RFCs são um conjunto de documentos de referência junto a Comunidade Internet e que descrevem, especificam, ajudam as aplicações a standardizarem, isto é, padronizarem suas funcionalidades de acordo com procedimentos básicos da Internet. Debatem e estabelecem a maioria das normas, padrões, de tecnologias e protocolos ligados à Internet e às redes em geral.

Na RFC 1738 temos a seguinte afirmativa: **Alguns esquemas URL (como o FTP, HTTP e regimes de arquivo) contêm nomes que podem ser considerados hierárquicos; os componentes da hierarquia são separados por “/”**.

Portanto segundo a referida RFC 1738 citado na questão todos os elementos (partes) da URL que são separados por “/”(barra) são componentes:

<http://www.vunesp.com.br/PCSP1206/status.html>

Muito confusa a questão. O candidato poderia se confundir entra a alternativa (C) Caminho:

/PCSP1206/status.html (apontada como correta) e a alternativa (E) Protocolo: //www. Passível de anulação.

**Embasamento para anulação:** Conforme o artigo “Controle jurisdicional nos concursos públicos” extraído do site (<http://jus.com.br/revista/texto/6560/controle-jurisdicional-nos-concursos-publicos>), temos um tópico que trata do controle jurisdicional nos concursos públicos:

- Questão com mais de uma resposta correta

Por outro lado, quando a questão comportar mais de uma resposta como correta, deve o Judiciário, da mesma forma, aprofundar-se em seu mérito e, se for o caso, reconhecer como verdadeiras também aquelas não contempladas pelo gabarito.

Isto porque, em se tratando de ato administrativo vinculado, a comissão está obrigada a emitir a resposta correta/verdadeira, mesmo que haja mais de uma para a questão que formulou ao candidato. Em outras palavras, sua vinculação consiste em proferir como resposta todas aquelas que forem corretas e verdadeiras.

Por exemplo: se uma questão indagar qual dos números a seguir é “par”, dando como alternativas 01, 02, 03, 04 e 05, não resta dúvida que, dentre elas, existem duas corretas.

Insistindo a comissão em apenas uma delas (02 ou 04) como corretas, mesmo após a interposição de recurso administrativo, cabe ao judiciário examinar a alternativa assinalada pelo candidato que, injustamente, não foi contemplada pelo gabarito.

Concluindo o Judiciário pela sua exatidão, compete a este anular toda a questão ou, alternativamente, determinar à comissão que se reconheça como verdadeira também a alternativa assinalada, porquanto “dizer que é incorreto quando na verdade está certo, exprime ilegalidade”.

Ademais, quando o gabarito enuncia como correta apenas uma delas, por questão de lógica, todas as outras estão excluídas, ou melhor, a comissão as considera incorretas. Questão intrigante, mas com solução, evidencia-se quando houver divergência na questão formulada ao candidato.

Sabe-se que, consoante já salientado, não existe verdade absoluta, principalmente quando se está diante das ciências sociais, incluindo-se aí o Direito. As divergências doutrinárias e jurisprudenciais são comumente visualizadas nos meios jurídicos.

Para tal solução, deve-se utilizar da verdade relativa, isto é, verossímil, facilmente encontrada por meio do Princípio da Razoabilidade. Quando numa questão houver dissidência, a comissão deve aceitar como resposta (correta/verdadeira) todas aquelas que forem razoáveis e verossímeis, pois, do contrário, se estaria prejudicando o candidato que optou por uma das correntes também aceitáveis. Se porventura a comissão não contemplar todas as teses verossímeis/razoáveis e negar, posteriormente, o recurso administrativo do candidato prejudicado, tem este a possibilidade de invocar a tutela jurisdicional para que, com base no princípio da razoabilidade, o Poder Judiciário anule toda a questão ou reconheça como verdadeiras todas as teses, desde que razoáveis e verossímeis.

É evidente que tal tarefa não é fácil, mas o Judiciário não pode curva-se diante de lesão ou ameaça de direito. Essa razoabilidade e verossimilhança, naturalmente, demandam análise diante de um caso concreto, todavia, não se pode deixar de reconhecê-las quando a tese estiver amparada em um número aceitável de adeptos. Por outro lado, quando ela mostrar-se totalmente desarrazoada, sem qualquer fundamento nas ciências, deverá ser imediatamente descartada.

Nesse aspecto, a jurisprudência mostra-se, ao revés, mais contundente. Confira-se o precedente:

20999 – CONCURSO PÚBLICO – QUESITO DE PROVA OBJETIVA – ADMISSIBILIDADE DE ANULAÇÃO PELO PODER JUDICIÁRIO EM CASOS EXCEPCIONAIS – INOCORRÊNCIA DE PREJUÍZOS AOS DEMAIS CANDIDATOS APROVADOS – LITISCONSÓRCIO NECESSÁRIO – INEXISTÊNCIA – Excepcionalmente, restando demonstrado que a resposta considerada correta pela banca examinadora está, objetivamente, em desacordo com o ramo de conhecimento investigado, houver erro material ou vício na formulação da questão, é admissível o Poder Judiciário anular questão de concurso. (...). Preliminar de nulidade da sentença rejeitada.

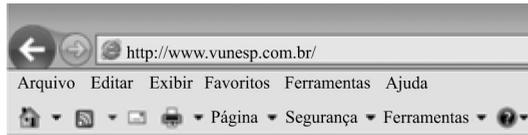
Apelação dos autores parcialmente provida. Apelação da União e remessa oficial improvidas. (TRF 5ª R. – AC 106.703 – (96.05.27664-0) – PE – 3ª T. – Rel. Des. Fed. Conv. Manoel Erhardt – DJU 24.10.2002 – p. 888)

Resta claro, assim, que nesta parte a jurisprudência mostra-se mais evoluída, ao ponto de anular questões de concurso em desacordo com a matéria expressamente prevista no edital.

Independente da possibilidade muito grande para a anulação da questão, vamos comentar uma a uma as questões.

- a) Errado, porque: o caminho da URL não é o http://, isto é o protocolo.
- b) Errado, porque: o servidor da URL não status.html, isto é o caminho ou path.
- c) Errado, porque: o recurso da URL não é www.vunesp.com.br, isto é o servidor.
- d) CERTO, porque: o caminho da URL (o que mais se aproxima) é /PCSP1206/status.html.
- e) Errado, porque: o protocolo da URL não é //www, isto é parte do servidor.

97. **(Papiloscopista Policial – PC/SP – VUNESP – 2013)** Observe a figura, que mostra parte do Internet Explorer 9.



O bloqueador de pop-ups encontra-se em

- a) Página.
- b) Exibir.
- c) Ferramentas.
- d) Segurança.
- e) Arquivo.

**GABARITO OFICIAL: C**

**JUSTIFICATIVA:**

Questão recorrente em concurso público quando o assunto é navegador: Menu Ferramentas. É através do menu Ferramentas que configuramos o navegador (Internet Explorer, Mozilla Firefox, Google Chrome)

Pop-ups são aquelas janelinhas indesejáveis que se abrem juntamente com alguns sites.

- a) Errado, porque: o bloqueador de pop-ups não se encontra na guia Página.
- b) Errado, porque: o bloqueador de pop-ups não se encontra na guia Exibir.
- c) CERTO, porque: para impedir sua abertura podemos configurar o Internet Explorer através da seguinte sequência de comandos: Menu Ferramentas à Opções de Internet à Guia Privacidade à Botão Bloqueador de Pop-ups.
- d) Errado, porque: o bloqueador de pop-ups não se encontra na guia Segurança.
- e) Errado, porque: o bloqueador de pop-ups não se encontra na guia Arquivo.

98. **(Delegado de Polícia – PC/SP – VUNESP – 2013)** A denominada licença GPL (já traduzida para o português: Licença Pública Geral)

- a) Garante as liberdades de execução, estudo, redistribuição e aperfeiçoamento de programas assim licenciados, permitindo a todos o conhecimento do aprimoramento e acesso ao código fonte.
- b) representa a possibilidade da Administração Pública em utilizar gratuitamente de certos softwares em face da supremacia do interesse público.
- c) representa a viabilidade do público em geral aproveitar o software em qualquer sentido porém preservando a propriedade intelectual do desenvolvedor.
- d) garante ao desenvolvedor os direitos autorais em qualquer país do mundo.
- e) assegura apenas a distribuição gratuita de programas.

**GABARITO OFICIAL: A**

**JUSTIFICATIVA:**

a) CERTO, porque: a Licença Pública Geral GNU é uma licença copyleft livre para softwares e outros tipos de obras. As licenças de muitos softwares e outros trabalhos práticos são projetadas para tirar a sua liberdade de compartilhar e modificar as obras. Pelo contrário, a Licença Pública Geral GNU pretende garantir sua liberdade de compartilhar e modificar todas as versões de um programa - para ter certeza que permanece software livre para os seus usuários. A Free Software Foundation usa a Licença Pública Geral GNU para a maioria do nosso software, que se aplica também a qualquer outro trabalho lançado dessa maneira por seus autores. Você pode aplicá-la aos seus programas também.

Quando falamos de software livre, estamos nos referindo à liberdade, não preço. A General Public License são desenhadas para se certificar que você tem a liberdade de distribuir cópias de software livre, que receba código-fonte ou possa obtê-lo se você quiser, que você pode alterar o software ou utilizar partes dele em novos programas livres e que você sabe que pode fazer essas coisas. <http://www.gnu.org/copyleft/gpl.html#translations>

É o que comentamos no nosso curso:

**Software livre** se refere à liberdade dos usuários executarem, copiarem, distribuírem, estudarem, modificarem e aperfeiçoarem o software. Mais precisamente, ele se refere a quatro tipos de liberdade, para os usuários do software:

- A liberdade de executar o programa, para qualquer propósito.
- A liberdade de estudar como o programa funciona, e adaptá-lo para as suas necessidades através do acesso ao código-fonte.
- A liberdade de redistribuir cópias de modo que você possa ajudar ao seu próximo.
- A liberdade de aperfeiçoar o programa, e liberar os seus aperfeiçoamentos, de modo que toda a comunidade se beneficie.

- b) Errado, porque: a licença GPL não representa a possibilidade da Administração Pública em utilizar gratuitamente de certos softwares em face da supremacia do interesse público.
- c) Errado, porque: a licença GPL não representa a viabilidade do público em geral aproveitar o software em qualquer sentido porem preservando a propriedade intelectual do desenvolvedor.
- d) Errado, porque: a licença GPL não garante ao desenvolvedor os direitos autorais em qualquer país do mundo.
- e) Errado, porque: a licença GPL não assegura apenas a distribuição gratuita de programas. Para quem sabe o conceito de software livre não teve dificuldade para resolver a questão.

**99. (Delegado de Polícia – PC/SP – VUNESP – 2013)** DHCP e TCP/IP constituem, respectivamente,

- a) protocolo de serviço de controle de transmissão e protocolo de IPs dinâmicos.
- b) protocolos de distribuição e controle.
- c) protocolo de controle de transmissão por IP e serviço de concessão.
- d) protocolos de entrada e saída de dados.
- e) protocolo de serviço com concessão de IPs dinâmicos e protocolo de controle de transmissão por IP.

**GABARITO OFICIAL: E****JUSTIFICATIVA:**

- a) Errado, porque: os protocolos DHCP e TCP/IP não são protocolo de serviço de controle de transmissão e protocolo de IPs dinâmicos.
- b) Errado, porque: os protocolos DHCP e TCP/IP não são protocolos de distribuição e controle.

- c) Errado, porque: os protocolos DHCP e TCP/IP não são protocolo de controle de transmissão por IP e serviço de concessão.
- d) Errado, porque: os protocolos DHCP e TCP/IP não são protocolo de serviço de controle de transmissão e protocolo de IPs dinâmicos.
- e) CERTO, porque: o DHCP (“Dynamic Host Configuration Protocol” ou “protocolo de configuração dinâmica de endereços de rede”) permite que todos os micros da rede recebam suas configurações de rede automaticamente a partir de um servidor central, sem que você precise ficar configurando os endereços manualmente em cada um. E nós mostramos isso em aula através da janela Status de uma conexão de Internet. Veja a figura:

Falamos também que esse sistema de atribuição dinâmica permite que o mesmo Nº de IP possa ser usado por mais de um internauta. Como os números de IP versão IPv4 já acabaram, esse rodízio, permite, enquanto a nova versão do IPv6 não esteja toda implementada, que não falte números de IP para os usuários da internet.

O TCP (Transmission Control Protocol) que atua na camada 4 (Transporte) do modelo ISO/OSI, tem a função de empacotar e desempacotar os pacotes que serão entregues pela rede e que devem ter a sua entrega confirmada. O TCP estabelece conexão entre hosts (duas máquinas) e garante a entrega dos pacotes.

**100. (Delegado de Polícia – PC/SP – VUNESP – 2013)** A razão de se configurar um número específico de proxy no navegador da internet

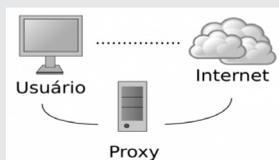
- a) permite bloquear acesso de crianças a sites inadequados.
- b) impede a contaminação por vírus e malwares em geral.
- c) objetiva um determinado acesso específico na rede.
- d) é condição essencial para se navegar na internet por qualquer provedor.
- e) funciona como endereço favorito para posterior acesso.

**GABARITO OFICIAL: C**

**JUSTIFICATIVA:**

- a) Errado, porque: ao se configurar um proxy na máquina não se controla o bloquear acesso de crianças a sites inadequados.
- b) Errado, porque: ao se configurar um proxy na máquina não se impede a contaminação por vírus e malwares em geral.
- c) CERTO, porque: ao se configurar um proxy na máquina não objetiva um determinado.

O Proxy serve como um intermediário entre os PCs de uma rede e a Internet.



Firewall e Proxy são programas que atuam na borda de uma rede, ou seja, é por eles que todo o tráfego de rede passa. Eles filtram, protegem e direcionam esse tráfego.

Justamente por esta posição estratégica é possível configurá-los para promover melhor segurança, permitindo acesso apenas ao que é necessário. Esta configuração é feita no Firewall, pois a maioria do que trafega pela internet e nas redes é feito por meio do protocolo TCP/IP e do uso de portas.

Através do Proxy é possível gerenciar o que cada usuário está acessando, proibindo sites e downloads de determinados arquivos. Maior segurança para que redes acima de 20 computadores

fiquem protegidas contra invasões, perdas causadas por vírus ou roubos de informação causada por trojans, bem como outros danos causados por outros malwares.

Ainda é possível criar regras no Firewall para que a rede possa ser acessada externamente. Nesse caso, uma pessoa de casa ou em uma viagem de negócios, poderia acessar os recursos que estão na rede da empresa. É o acesso à intranet da empresa usando como via de acesso a internet. Pontos importantes de um Servidor Proxy:

1. Compartilhar a conexão com a Internet quando existe apenas um IP disponível (o Proxy é o único realmente conectado à Web, os outros PCs acessam através dele).
  2. Melhorar o desempenho do acesso através de um cache de páginas.
  3. Bloquear acesso a determinadas páginas.
- d) Errado, porque: ao se configurar um proxy na máquina não é condição essencial para se navegar na internet por qualquer provedor.
- e) Errado, porque: ao se configurar um proxy na máquina não funciona como endereço favorito para posterior acesso.

**101. (Delegado de Polícia – PC/SP – VUNESP – 2013)** Para se configurar o acesso ao servidor de e-mail por meio de um aplicativo gerenciador e necessário conhecer, em regra,

- a) os protocolos de envio POP e recebimento SMTP, além do IP da máquina.
- b) os protocolos de envio SMTP e recebimento POP, além do endereço de e-mail.
- c) os protocolos IMAP e SMTP, além do IP da máquina.
- d) os protocolos de envio POP e recebimento SMTP, além do endereço de e-mail.
- e) os protocolos IMAP e POP, o IP da máquina, além do endereço de e-mail.

### GABARITO OFICIAL: B

#### JUSTIFICATIVA:

- a) Errado, porque: o protocolo POP é de recebimento e o protocolo SMTP é de envio de email.
- b) CERTO, porque:

Vimos no curso para configurar um email cliente (Outlook, Mozilla Thunderbird, Eudora) precisamos de:

Conta do usuário: [fulanodetal@xxxxxx.com](mailto:fulanodetal@xxxxxx.com) ou .com.br

Protocolos ou servidores de entrada: HTTP, POP, POP3, IMAP

Protocolo ou servidor de saída: SMTP

Adicionar Nova Conta de Email

**Configurações de Email na Internet**  
Todas estas configurações são necessárias para que a conta de email funcione.

**Informações do Usuário**

Nome: Edu Benjamin  
Endereço de Email: edu.sbenjamin@hotmail.com

**Informações do Servidor**

Tipo de Conta: POP3  
Servidor de entrada de emails: POP3  
Servidor de saída de emails (SMTP): HTTP

**Informações de Logon**

Nome de Usuário: \_\_\_\_\_  
Senha: \_\_\_\_\_  
 Lembrar senha

Exigir logon usando Autenticação de Senha de Segurança (SPA)

**Testar Configurações da Conta**  
Depois de preencher as informações nesta tela, é recomendável testar a conta clicando no botão abaixo. (Requer conexão com a rede.)

Testar configurações da conta...

Mais Configurações...

< Voltar Avançar > Cancelar

- c) Errado, porque: os protocolos IMAP e SMTP, além do IP da máquina apresentados na alternativa estão incorretos.
- d) Errado, porque: os protocolos estão trocados.
- e) Errado, porque: os protocolos apresentados na alternativa estão incorretos.

**102. (Delegado de Polícia – PC/SP – VUNESP – 2013)** Constituem sistemas operacionais de código aberto

- a) Free Solaris, MAC OS, Open BSD.
- b) DOS, Linux e Windows.
- c) Linux, Mac OS, Windows e OS 2.
- d) Linux, OpenBSD e Free Solaris.
- e) Windows, Mac OS, OpenBSD.

**GABARITO OFICIAL: D**

**JUSTIFICATIVA:**

- a) Errado, porque: o MAC OS não é código aberto.
- b) Errado, porque: o DOS, o Windows e OS 2 não são código aberto.
- c) Errado, porque: o MAC OS, o Windows e OS 2 não são código aberto.
- d) CERTO, porque: por exclusão resolvemos com muita tranquilidade a questão. Vejamos: o MAC OS é software proprietário Apple enquanto o Windows é software proprietário Microsoft. Resta só a alternativa do gabarito. Sem dificuldades.
- e) Errado, porque: o Windows e o MAC OS não são código aberto.

**103. (Delegado de Polícia – PC/SP – VUNESP – 2013)** Assinale a alternativa incorreta.

- a) O Calc possibilita a edição de fórmulas.
- b) arquivos de extensão .odt são conversíveis para .xls.
- c) O Base viabiliza a edição de banco de dados.
- d) arquivos de texto de extensão odt editado pelo Broffice ou Open Office não abrem no Windows pois foram elaborados em Linux.
- e) O Writer, da suite Libreoffice ou Broffice, possui botão nativo na barra de tarefas que permite a conversão de texto era PDF.

**GABARITO OFICIAL: D**

**JUSTIFICATIVA:**

Assunto também tratado em aulas de concurso público e de fácil resolução. Vamos ao comparativo dos aplicativos das respectivas Suítes Office.

Aplicativo	MS-Office	BrOffice.Org
Processador de texto	Word	Writer
Planilha Eletrônica	Excel	Calc
Apresentação de Slides	Power Point	Impress
Banco de Dados	Access	Base

- a) Certo, porque: o Calc como o Excel permite a realização de operações matemáticas entre outras.
- b) Certo, porque: no **Salvar Como** dos aplicativos BrOffice você pode converter os arquivos para extensões de MS-Office.
- c) Certo, porque: o Base é um Gerenciador de Banco de Dados.
- d) ERRADO, porque: a alternativa D que afirma “arquivos de texto de extensão odt editado pelo BrOffice ou Open Office não abrem no Windows pois foram elaborados em Linux”. A família BrOffice (hoje extinta) e LibreOffice são suítes offices que contém aplicativos que rodam tanto no ambiente Windows como no ambiente Linux.

e) Certo, porque: no Writer, Calc e Impress existe o botão  que permite a exportação dos respectivos arquivos para PDF.

**104. (Delegado de Polícia – PC/BA – CESPE – 2013)** O gerenciamento das chaves criptográficas tem grande influência sobre o uso adequado de procedimentos de criptografia, como ocorre no caso da criptografia assimétrica, que depende da preservação do estrito sigilo das chaves criptográficas privadas.

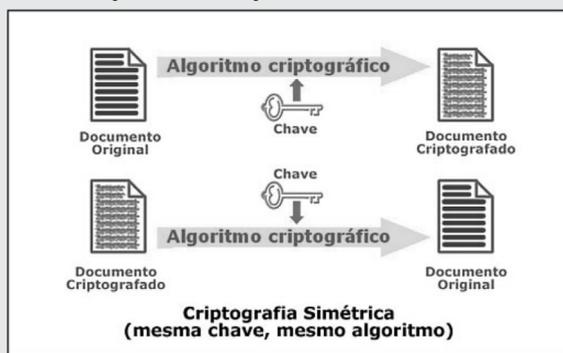
( ) Certo            ( ) Errado

### GABARITO OFICIAL: CERTO

#### JUSTIFICATIVA:

CERTO, porque: as chaves criptográficas são divididas em dois grupos:

- **Chave simétrica:** Esse é um tipo de chave muito simples. O emissor criptografa a mensagem com uma chave e o receptor vai usar esta para descriptografá-la. Uma única chave é usada na codificação e na decodificação da informação.

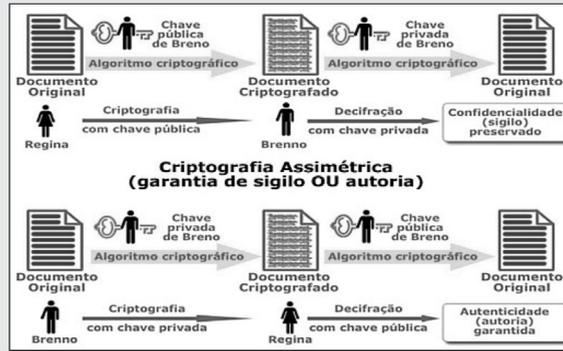


O problema dessa chave é que o emissor tem que dar um jeito de enviá-la para o receptor poder descriptografar e decodificar a mensagem. Como fazê-lo com segurança?

Esse sistema de criptografia simétrica funciona bem com os protocolos HTTPS e SSL, usados por instituições financeiras e comerciais em serviços como Internet-Banking e E-commerce. Por quê? Essas instituições utilizam-se desses protocolos e mais de uma chave simétrica conhecida como RC (Ron's Code ou Rivest Cipher). Criado por Ron Rivest, na empresa RSA Data Security, esse algoritmo faz uso de chaves que vão de 8 a 1024 bits. Possui várias versões: RC2, RC4, RC5 e RC6, que diferem uma da outra por trabalhar com chaves maiores.

Essas instituições são responsáveis pela criptografia dos dados que saem da nossa máquina, descriptografia dos dados quando chegam a seus servidores, criptografia dos dados que saem dos servidores e, finalmente, pela descriptografia dos dados quando retornam a nossa máquina. Neste caso, pode-se usar a criptografia simétrica, uma única chave, pois não precisa compartilhá-la com o usuário.

- **Chave assimétrica:** Também conhecida como “chave pública”, esse tipo trabalha com duas chaves: uma denominada privada e outra denominada pública. Na criptografia assimétrica, uma pessoa deve criar uma chave de codificação e enviá-la a quem for mandar informações a ela. Essa é a pública. Outra chave deve ser criada para a decodificação. Esta deve ser secreta. Então na criptografia assimétrica temos:



- Chave pública: Pode ser do conhecimento de todos, esta é utilizada para codificar a informação ou o arquivo.
- Chave privada: Esta deve ser mantida em segredo, pois é utilizada para descodificar o arquivo.

**105. (Delegado de Polícia – PC/BA – CESPE – 2013)** Os sistemas Windows e Linux se assemelham na possibilidade de uso de interface de linha de comandos: o comando **DIR**, no Windows, pode produzir listagem de arquivos em pasta ou diretório, assim como o comando **LS**, no Linux.

- ( ) Certo                      ( ) Errado

**GABARITO OFICIAL: CERTO**

**JUSTIFICATIVA:**

CERTO, porque: tanto o Sistema Operacional Windows como o Sistema Operacional Linux permitem que se interaja com eles por meio de uma interface caractere. O comando **DIR**, originário do sistema operacional DOS (*Disk Operating System*), que hoje pode ser executado por meio do prompt de comando do Windows, lista o conteúdo de um diretório. No Linux temos um comando similar que é o comando **LS** que também lista o conteúdo de um diretório.



**Preste Atenção:**

Agora cuidado!!! Lá vai uma dica para resolver questões entre comparação do Windows e Linux. Quando em uma questão um sistema for colocado de forma superior ao outro, como nessa situação: **“O Windows permite que o usuário anexe arquivos para serem enviados por e-mail, enquanto o Linux não permite tal funcionalidade”**. Normalmente a questão estará errada. Pense nisso! Entretanto, quando uma questão colocar os dois sistemas operacionais no mesmo nível de funcionalidades como nesta questão **“Os sistemas Windows e Linux se assemelham”**, na maioria das vezes a questão estará correta.

**106. (Delegado de Polícia – PC/BA – CESPE – 2013)** O formato ODT, utilizado em plataformas de edição de textos do BROffice, é nativamente adotado na plataforma de edição de textos do Windows.

- ( ) Certo                      ( ) Errado

**GABARITO OFICIAL: ERRADO**

**JUSTIFICATIVA:**

ERRADO, porque: é fácil, é só guardar a relação das extensões a seguir. Como editores de textos no Windows têm duas grandes famílias de Suite Office (conjunto de programas voltados para as tarefas do dia a dia).

Aplicativo	Office 2003	Office 2007	Office 2010	BrOffice
Processador de Texto	Word .doc	Word .docx	Word .docx	Writer .odt
Planilha Eletrônica	Excel .xls	Excel .xlsx	Excel .xlsx	Calc .ods
Apresentação de slides	PowerPoint .ppt	PowerPoint .pptx	PowerPoint .pptx	Impress .odp
Gerenciador de Banco de dados	Access .mdb	Access .accdb	Access .accdb	Base .odf

Portanto a extensão **odt** não é nativa do ambiente Windows, na verdade, a extensão nativa para o caso de documentos de textos é **docx**.

- 107. (Delegado de Polícia – PC/BA – CESPE – 2013)** Diferentemente do uso básico de serviços de webmails, que não dependem da configuração dos servidores POP3, SMTP ou IMAP pelo usuário, nos aplicativos de Outlook Express ou no Mozilla Thunderbird, essa configuração é tipicamente necessária.

( ) Certo      ( ) Errado

**GABARITO OFICIAL: CERTO****JUSTIFICATIVA:**

CERTO, porque: o sistema de e-mail consiste de dois servidores diferentes funcionando em uma máquina servidora. Uma é para enviar e-mail chamado de **servidor SMTP** (Simple Mail Transfer Protocol – Protocolo de Transferência de Correio Simples). Para receber e-mail pode-se utilizar um **servidor POP3** (Post Office Protocol) ou um **servidor IMAP** (Internet Mail Access Protocol). Esses protocolos utilizam portas de comunicação de TCP (Transmission Control Protocol).

Tabela de protocolos de e-mails, portas de comunicação e sistemas de criptografia.

	Porta TCP	Porta TCP Segura
HTTP	80	443 – Encriptação SSL/TLS
POP	109	1.109 – Kerberos
POP3	110	995 – Encriptação SSL
IMAP (IMAP4)	143	993 – Encriptação SSL
SMTP	25	587 – Encriptação TLS

Serviços como Gmail, Yahoo, Hotmail e outros do tipo de webmail configuram automaticamente os serviços e protocolos de e-mail.

No endereço <<http://antispam.br/porta25/tire-suas-duvidas/>>, recentemente se publicou um serviço sobre a gerência da porta 25. Veja o texto:

**“Mas o que é gerência de porta 25?** É o conjunto de ações, aplicadas em redes residenciais, para separar a submissão de e-mails por um usuário, do transporte de mensagens entre servidores de e-mail. A submissão de e-mails, feita via softwares como Thunderbird e Outlook, passa a ser por uma porta exclusiva para esse fim: a 587/TCP, com autenticação. Já o transporte continua sendo feito via 25/TCP”.

**“Serviços como Gmail, Yahoo! e Hotmail serão afetados?** Haverá mudanças apenas para quem usa programas leitores de e-mail, quem usa esses serviços via webmail não precisa mudar a configuração. Todos estes provedores de e-mail já oferecem o serviço de submissão na porta 587/TCP”. Portanto, os serviços de webmail configuram automaticamente os protocolos e as portas de e-mail. Esta questão foi anulada pela banca que organizou o concurso.

**Embasamento para anulação:** A utilização do termo “servidores” prejudicou o julgamento objetivo do item, motivo pelo qual se opta por sua anulação.

- 108. (Delegado de Polícia – PC/BA – CESPE – 2013)** São vantagens do uso de cloud storage, em comparação com as formas tradicionais de uso de infraestruturas de tecnologias de informação e comunicação, independentemente da disponibilidade de acesso à Internet, a manutenção, sob quaisquer circunstâncias, do sigilo e da preservação de dados pela nuvem.
- ( ) Certo                      ( ) Errado

#### **GABARITO OFICIAL: ERRADO**

##### **JUSTIFICATIVA:**

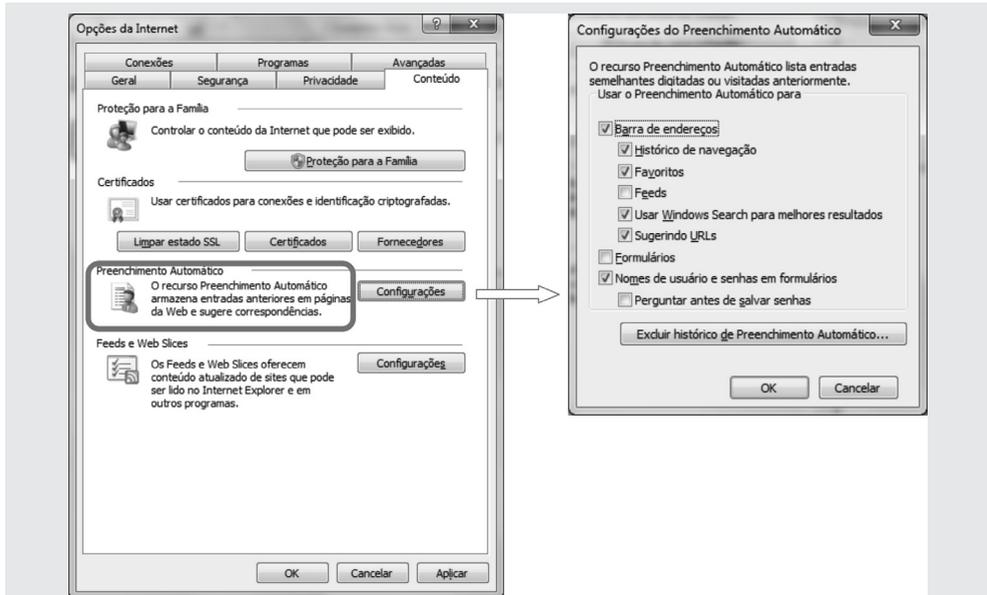
ERRADO, porque: dois erros na questão. Analisemos a primeira parte do texto: “**São vantagens do uso de cloud storage, em comparação com as formas tradicionais de uso de infraestruturas de tecnologias de informação e comunicação, independentemente da disponibilidade de acesso à Internet**”. Está aí o primeiro erro: “**independentemente de acesso à internet**”. Para se ter acesso aos dados armazenados nas nuvens ou *cloud storage*, é preciso ter acesso à rede, estar conectado. E a outra parte fala: “**sob quaisquer circunstâncias, do sigilo e da preservação de dados pela nuvem**”. Segurança nos dias de hoje é um sonho a ser alcançado.

- 109. (Escrivão de Polícia – PC/GO – UEG – 2013)** Os principais navegadores disponíveis, como o Internet Explorer e o Firefox, possibilitam escolher o tipo de informações de formulários da web, que eles poderão armazenar e preencher automaticamente para agilizar o processo de navegação. Sobre esse recurso no Internet Explorer 7, constata-se que
- a) o recurso de **Preenchimento Automático** poderá ser habilitado na **Guia Segurança**, no **Menu Favoritos**.
  - b) por questão de segurança, sites confiáveis e serviços de webmails não permitem a utilização dos dados retidos pelo recurso de **Preenchimento Automático**.
  - c) uma vez armazenadas as informações de **Preenchimento Automático**, o procedimento de exclusão desses dados dependerá de autorização do provedor do site relacionado ao conteúdo.
  - d) o recurso de **Preenchimento Automático** poderá lembrar-se de endereços da web e de informações inseridas em formulários da web ou senhas.

#### **GABARITO OFICIAL: D**

##### **JUSTIFICATIVA:**

- a) Errado, porque: Essa primeira alternativa indica o caminho errado. O recurso **Preenchimento** lista entradas semelhantes digitadas ou visitadas anteriormente, sem distinção para sites seguros.
- b) Errado, porque: Como dito anteriormente, o recurso **Preenchimento** lista entradas semelhantes digitadas ou visitadas, sem distinção para sites seguros.
- c) Errado, porque: O próprio usuário pode excluir as informações armazenadas no **Preenchimento Automático**.
- d) CERTO, porque: O descrito na alternativa D está corretíssimo. Vejamos a imagem da janela do Internet Explorer, Opções de Internet:



No grupo Preenchimento Automático, ao se clicar no botão configurações, temos a janela exibida à direita, onde podemos configurar o Preenchimento Automático para:

- Histórico de Navegação
- Favoritos
- Feeds (Recurso de internet que descarrega as “fontes” – informações na nossa máquina).
- Usar Windows Search (motor de busca)
- Sugerindo URLs
- Formulários
- Nome e usuário e senhas.

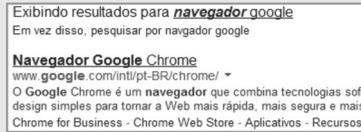
Como exposto na alternativa “D” o recurso de **Preenchimento Automático** poderá **lembrar-se** de endereços da web e de informações inseridas em formulários da web ou senhas.

**110. (Escrivão de Polícia – PC/GO – UEG – 2013)** Os mecanismos de busca disponíveis na Internet (Google, Yahoo, entre outros) são sistemas que auxiliam no processo de navegação, consulta e seleção de conteúdos. Consultas mais refinadas auxiliam na diminuição das páginas apresentadas como resultado. Em relação aos recursos do Google, constata-se que

- a) a falta de recursos que permitam particularizar os resultados em um idioma específico dificulta o processo de análise.
- b) o sistema de busca não identifica erros ortográficos em português, por exemplo, o que exige mais atenção dos usuários de países com idioma diferente do inglês.
- c) a utilização do sinal de menos (-) precedendo um termo informado no campo de consulta indica que o resultado deverá excluir todos os documentos que possuam este termo.
- d) a utilização de termos entre aspas possibilita que o resultado da consulta apresente todos os documentos que contenham qualquer uma das palavras contidas no texto de consulta indicado entre as aspas.

**JUSTIFICATIVA:**

- a) Errado, porque: Essa alternativa traz uma inverdade ao afirmar que faltam recursos no Google para especificar um idioma para as páginas buscadas.
- b) Errado, porque: O sistema identifica erros ortográficos e os corrige automaticamente. Podemos perceber na imagem a seguir. Ao digitarmos **navegador**, o Google exibiu resultado para **navegador**.



- c) CERTO, porque: como exposto no texto anterior no qual expliquei detalhadamente os operadores de busca no Google ao utilizarmos o símbolo “-” numa determinada busca estamos fazendo a pesquisa em todos os sites da internet exceto no site colocado depois do símbolo “-”. Na prova de Perito da PC no estado de São Paulo no ano de 2013, foi colocada a imagem:



Podemos entender que a palavra “multithread” será pesquisada em todas as páginas na internet exceto (menos) no site: wikipedia.org.

- d) Errado, porque: um texto entre aspas faz com que o Google retorne páginas que contenha a frase exata que foi buscada. A seguir, temos alguns operadores que servem para filtrar os resultados das buscas. Com eles é possível fazer “milagre” com o buscador. Conheça os **principais operadores do Google**, qual sua utilidade e como usá-los.
  - **site:** filtra os resultados de acordo com o domínio. Procure conteúdo dentro de um site específico ou todos com um determinado domínio. Exemplo: ipad site: **apple.com**; emprego site: **gov.br**.
  - **filetype:** busca arquivos de acordo com sua extensão. Entre as suportadas pelo Google, estão PDF, DOC, XLS, PPT, PNG, JPEG, etc. (lista completa). Exemplo: jornal filetype: png; ebook jornalismo filetype: PDF.
  - **termo:** ao utilizar o sinal de **hífen** junto a uma palavra, excluimos todos os resultados que a tenham no conteúdo. Exemplo: coluna digital – conta-giros.
  - **buscando uma frase inteira:** para pesquisar uma frase ou expressão inteira, coloque-a entre aspas. Muito útil para achar letras/nomes de músicas. Exemplo: “prefiro ser essa metamorfose ambulante do que ter aquela velha opinião formada sobre tudo”.
  - **OR:** não se trata de um filtro, mas de um acréscimo à pesquisa. Quando se procura por algo que seja conhecido por mais de um nome, essa técnica é uma boa pedida. Exemplo: amizade OR amigo. Quando se utiliza mais de uma palavra-chave acrescida de OR, ela deve estar entre aspas. Exemplo: “campeonato brasileiro” OR “taça Brasil”.
  - **intext:** procura por uma palavra específica dentro de um texto. Ao buscar uma expressão usando aspas, ainda assim ela pode estar presente em vários textos diferentes. O **intext:** adiciona mais um filtro à busca. Exemplo: “metamorfose ambulante” intext:Raul.

**III. (Escrivão de Polícia – PC/GO – UEG – 2013)** O LibreOffice Writer é um editor de textos de código livre. A edição de documentos de textos pode ser agilizada com a utilização de

teclas de atalho. Dentre esses recursos do Writer, versão 3.6.3.2, configuração padrão em português, tem-se que:

- ao pressionar simultaneamente as teclas Ctrl e S (Ctrl + S) o sistema salva o documento em edição.
- é possível ao usuário inserir novos atalhos a partir do menu Ferramentas, escolhendo na guia **Avançado** o item **Teclado**.
- para abrir um novo documento devem-se pressionar simultaneamente as teclas **Ctrl** e **A** (Ctrl + A).
- para se localizar uma palavra ou frase em um documento de texto utiliza-se o atalho **Ctrl** e **L** (Ctrl + L).

### GABARITO OFICIAL: A

#### JUSTIFICATIVA:

- CERTO, porque: o LibreOffice Writer, sucessor do BrOffice Writer, quando traduzido para o português não teve as teclas de atalho também traduzidas. Veja alguns exemplos comparativos com o Word:

Funcionalidade \ Aplicativo	Word	Writer
Salvar	Ctrl + B	Ctrl + S
Negrito	Ctrl + N	Ctrl + B (Bold)
Itálico	Ctrl + I	Ctrl + I
Sublinhado	Ctrl + S	Ctrl + U (Underline)
Localizar	Ctrl + L	Ctrl + F (Find)
Abrir arquivo novo	Ctrl + O	Ctrl + N (New)

- Errado, porque: com relação a essa alternativa, a organizadora não descreveu nem a sequência correta dos comandos para se chegar à guia **Avançado**. Mesmo estando nessa guia, não há opção para o usuário configurar novos atalhos.
- Errado, porque: a tecla de atalho **Ctrl + A**, que nessa alternativa indica a abertura de um novo documento, só se aplica ao Word. No Writer o **A** é de **All** (Tudo). **Ctrl + A** seleciona tudo.\
- Errado, porque: essa alternativa da questão também está incorreta. Para se localizar uma palavra no Writer usa-se **Ctrl + F**, veja a tabela anterior. **Ctrl + L** localiza palavras no Word 2003/2007. No Word 2010 o **Ctrl + L** abre um recurso novo conhecido como Painel de Navegação.

**112. (Escrivão de Polícia – PC/GO – UEG – 2013)** No LibreOffice Writer, versão 3.6.3.2, configuração padrão em português, o usuário pode adicionar com rapidez marcadores ou números às linhas de texto existentes, ou o editor pode automaticamente criar listas à medida que o usuário digita. Sobre esse recurso, nota-se o seguinte:

- em listas com vários níveis de endentação deve-se respeitar o padrão adotado para o maior nível, ou seja, os subitens de um item numerado, também deverá ser do tipo numérico.
- para ativar ou desativar o recurso de marcadores o usuário pode fazer uso do ícone , disponível na barra de ferramentas ou mesmo utilizar a tecla de atalho **F11**.
- para se criar mais de uma lista enumerada em um mesmo documento e reiniciar a numeração automaticamente é necessário inserir uma quebra de seção.
- para ativar ou desativar o recurso de numeração automática o usuário pode fazer uso do ícone , disponível na barra de ferramentas ou mesmo utilizar a tecla de atalho **F12**.

### GABARITO OFICIAL: D

**JUSTIFICATIVA:**

- a) Errado, porque: essa alternativa está errada na parte que diz que os subitens de um item numerado também devem ser numéricos. Você pode começar com níveis de números e quebrá-los para subníveis literais (a, b, c, etc).
- b) Errado, porque: essa alternativa traz dois erros importantes. O botão  aumenta o recuo. Os botões para ativar ou desativar o recurso de marcadores são:  .
- c) Errado, porque: essa alternativa traz outro erro. Pode-se reiniciar a numeração sem ter que criar uma nova seção.
- d) CERTO, porque: as listas de vários níveis nos editores de textos permitem que se diagrama de uma maneira inteligente e legível textos que abordam assuntos mais complexos, ou mesmo livros e apostilas. Esse recurso está presente no Writer.

**113. (Escrivão de Polícia – PC/GO – UEG – 2013)** A planilha eletrônica LibreOffice Calc, versão 3.6.3.2, configuração padrão em português, permite a edição de planilhas, geração de gráficos e cálculos matemáticos e estatísticos. Sobre recursos desse software constata-se o seguinte:

- a) a fórmula **=SOMA(C1;C5)** inserida na célula **C5** apresentará o mesmo resultado da fórmula **=C1+C2+C3+C4+C5** inserida na célula **C6**.
- b) ao inserir na célula **C6** a fórmula **=SOMA(C1:C4)**, a planilha apresentará na célula em que a fórmula foi inserida a soma dos valores contidos nas células **C1, C2, C3 e C4**.
- c) ao inserir na célula **C6** a fórmula **=MED(C1;C5)**, a planilha apresentará na célula em que a fórmula foi inserida a média dos valores contidos nas células **C1 e C5**.
- d) ao inserir na célula **C9** a fórmula **=MAX(D7:E8)**, a planilha apresentará na célula em que a fórmula foi inserida o maior valor entre os valores contidos nas células **D7 e E8**.

**GABARITO OFICIAL: B**

**JUSTIFICATIVA:**

- a) Errado, porque: o **ponto e vírgula** no intervalo da função **=SOMA(C1;C5)** é um operador de referência que indica **E**. Portanto, nesse caso, a soma é do conteúdo da célula **C1** mais o conteúdo da célula **C5**.
- b) CERTO, porque: para a soma de **C1+C2+C3+C4+C5**, o operador de referência que deveria ser usado é o **dois-pontos**, que significa **ATÉ**, como indicado nessa alternativa. **=SOMA(C1:C4)** indica a soma do conteúdo da célula até o conteúdo da **C4**, como o indicado na questão “soma dos valores contidos nas células **C1, C2, C3 e C4**”.

A3	=MED(A1:D1)			
	A	B	C	D
1	2	4	5	6
2				
3	4,5			

- c) Errado, porque: essa alternativa é uma pegadinha. **=MED** é função mediana. A mediana é o número no centro de um conjunto de números. Nessa alternativa o examinado refere-se à função **=MÉDIA**. A função **=MED** está sendo aplicada na planilha supra; a mediana retorna ao número central do intervalo, que nesse caso é a soma do número 4, e o número 5 dividido por 2, retornado 4,5.
- d) Errado, porque: a função **=MAX** dessa alternativa apresenta um erro de sintaxe. O correto seria **=MÁXIMO**.

**114. (Delegado de Polícia – PC/GO – UEG – 2013)** Um recurso importante de alguns editores de textos atuais é a possibilidade da construção automática de índice. Com um índice é possível obter uma noção clara de como um documento está organizado. Para a construção de índices no Microsoft Word 2003, em sua configuração padrão, uma das formas é a seguinte:

- a) através do menu **Inserir**, escolher a opção **Referência** e, finalmente, optar por índice analítico.
- b) estruturar o documento adequadamente e quando salvar escolher a opção **Salvar com Índice**.
- c) preparar o documento para a inserção de índice, isto é, toda linha do texto que for compor o índice deverá ter o marcador Índice.
- d) através do menu **Ferramentas**, escolher a opção Índice; o editor analisará o documento e produzirá a melhor estrutura de índice para o documento.

---

**GABARITO OFICIAL: A****JUSTIFICATIVA:**

**ATENÇÃO:** Esta questão foi anulada pela banca que organizou o concurso. Comentando a questão anulada e embasando o motivo da anulação estamos também, expondo ao leitor, candidato de concurso público, informações importantes para o seu aprendizado. Eu não excluiria.

**Embasamento para anulação:** No Word 2003 o caminho para colocar índice em um texto após a formatação **Estilo, Capítulo 1, Capítulo 2 e Capítulo 3** é **Menu Inserir à Referência** à Índices e no fim, na janela **Índices**, clicar na guia Índice Analítico.

- a) CERTO, porque: A alternativa é a que mais se aproxima da sequência certa de comandos para se criar o índice, mas ela está incompleta. Motivo da anulação.
- b) Errado, porque: não existe esta sequência de comandos no Word 2003. “Estruturar o documento adequadamente e quando salvar escolher a opção **Salvar com Índice**”.
- c) Errado, porque: não existe esta possibilidade de edição no Word. “Preparar o documento para a inserção de índice, isto é, toda linha do texto que for compor o índice deverá ter o marcador Índice”.
- d) Errado, porque: não existe a opção Índice no Menu **Ferramentas**. A opção Índice no Word 2003 a opção Índice encontra-se no Menu Inserir à Referência à Índices.

**115. (Delegado de Polícia – PC/GO – UEG – 2013)** Sobre fundamentos de segurança da informação e programas maliciosos, é CORRETO afirmar:

- a) deve-se dar preferência ao uso de programas de troca de mensagens, como o MSN, para substituir o e-mail, dado que o risco de contaminação nesses programas é praticamente nulo.
- b) mesmo um inocente e-mail de uma fonte conhecida, e contendo apenas uma imagem ou uma proteção de tela, pode se tornar fonte de contaminação.
- c) programas maliciosos denominados trojans não podem ser detectados por antivírus, necessitando, portanto, de programas específicos.
- d) spywares são programas que têm como finalidade vigiar o computador para evitar contaminação por **adwares**.

---

**GABARITO OFICIAL: B**

**JUSTIFICATIVA:**

- a) Errado, porque: o spim, por exemplo, é o termo empregado para os “spams via Instant Messenger”, ou seja, o envio de mensagens eletrônicas não solicitadas por meio dos aplicativos de troca de mensagens instantâneas como o Microsoft Messenger e o ICQ.
- b) CERTO, porque: cibercriminosos estão usando um Cavalo de Troia, chamado de Bugat, para invadir smartphones a fim de roubar códigos de autenticação enviados a clientes de bancos via mensagens de texto SMS. O método de ataque foi identificado por pesquisadores da empresa de segurança RSA, em análises desenvolvidas no RSA Anti-Fraud Command Center (AFCC), em Israel e Estados Unidos.  
O Bugat, também conhecido como Cridex, foi descoberto em agosto de 2010. Ele foi inicialmente projetado para realizar transações de alto valor (entre 100 mil e 200 mil dólares por dia) em contas comerciais e corporativas por meio de esquemas de fraude automatizados e manuais.
- c) Errado, porque: os malwares (softwares maliciosos), trojans ou cavalo de Troia podem ser detectados por bons antivírus e por produtos de defesas conhecidos por Internet Secure. O que torna essa alternativa errada.
- d) Errado, porque: essa alternativa fala em malware spyware (programa espião que monitora a máquina do usuário) como “protetor” contra adwares, que são programas relacionadas a propagandas indesejáveis.

**116. (Delegado de Polícia – PC/GO – UEG – 2013)** Sistemas informatizados de qualquer natureza têm um papel decisivo na qualidade do serviço ofertado pelos seus usuários. Entretanto, com relação ao CORRETO uso desses sistemas de informação deve-se:

- a) exigir, com responsabilidade, que os profissionais de informática mantenham os dados do sistema sempre corretos e confiáveis.
- b) manter sempre um controle paralelo ao sistema a fim de assegurar a confiabilidade do mesmo.
- c) manter os hardwares sempre atualizados para que novas funcionalidades do seu sistema estejam sempre disponíveis.
- d) utilizar corretamente o sistema, pois dessa forma os dados constantes neste serão mais corretos e confiáveis.

**GABARITO OFICIAL: D****JUSTIFICATIVA:**

Essa questão é muito subjetiva.

- a) Errado, porque: os dados do sistema, não programas, são de responsabilidade do usuário e não do pessoal de sistemas.
- b) Errado, porque: quando implantamos um sistema novo, devemos, enquanto na sua fase inicial de utilização, manter o sistema antigo de forma que ambos trabalhem por um tempo, paralelamente. Enquanto o sistema novo não se mostre, na sua fase inicial de utilização confiável, para que se possa abandonar o antigo, deve-se trabalhar com ambos.
- c) Errado, porque: não tem como uma empresa, ou mesmo um usuário, manter sempre o seu hardware atualizado. Dá para imaginar uma empresa grande com milhares de computadores, como um banco, trocando todas as suas máquinas a cada novo lançamento da indústria. O elemento central de uma máquina é o processador. O fundador da Intel, Gordon Moore, ditou uma lei que se tornou celebre. A famosa lei de Moore diz: “A quantidade de transistores que poderiam ser colocados em uma mesma área de um processador dobraria a cada dezoito meses, mantendo-se o mesmo custo de fabricação, com isso dobrando a sua capacidade de processamento”. O con-

ceito da lei se mantém até hoje com uma pequena mudança. Os dezoito meses caíram para doze meses. Não dá para trocar computadores a cada doze meses, dá?

- d) CERTO, porque: é de uma evidência muito grande, como cita a própria alternativa: utilizar corretamente o sistema.

**117. (Delegado de Polícia – PC/GO – UEG – 2013)** A difusão do uso de e-mail facilitou os processos de investigação. A atividade de busca de informações passou a ter como oportunidade o acesso a um grande reduto de dados: o histórico constante nas caixas de e-mail. Entretanto, existem ainda restrições, como a seguinte:

- a) a ausência de e-mails com data superior a seis meses, que são automaticamente apagados pelo sistema no intuito de não sobrecarregar os bancos de dados.
- b) a dificuldade de acesso a caixas de e-mails públicos denominados webmails, principalmente quando estes estão hospedados em países com legislação diferente.
- c) a exclusão automática de anexos após a leitura e confirmação do recebimento da mensagem.
- d) o acesso às mensagens e anexos, visto que as ferramentas **Clientes** implementam, automaticamente, criptografia, impossibilitando a leitura.

---

**GABARITO OFICIAL: B**

---

**JUSTIFICATIVA:**

- a) Errado, porque: os e-mails não são apagados automaticamente.
- b) CERTO, porque: para criptografar a mensagem, o usuário deve ter um certificado digital instalado na máquina ou em um cartão do tipo smart card, ou em token do tipo pendrive, e informar para o serviço de correio que quer criptografar o e-mail.
- c) Errado, porque: não há exclusão automática após a leitura de e-mails.
- d) Errado, porque: a criptografia não é automática.

**118. (Delegado de Polícia – PC/GO – UEG – 2013)** A automação via sistemas informatizados tende a causar profundas mudanças nos ambientes em que ela chega.

Entretanto, é comum que nos primeiros momentos as informações sejam armazenadas no formato de documentos de texto e planilhas. Supondo que todas as informações de um órgão estejam armazenadas dessa forma e que se deseja obter informações consolidadas, é necessária:

- a) a utilização de bancos de dados que permitam o armazenamento de grande quantidade de informações.
- b) a reentrada das informações existentes em um software específico para avaliação e conversão dos conteúdos.
- c) a junção, por vezes, dos dados constantes nos documentos e planilhas. Ainda que não trivial é possível de ser implementada.
- d) a implantação de novos sistemas automatizados, pois uma base de dados no Word e outra no Excel, por exemplo, não podem ser integradas.

Outra questão muito subjetiva.

---

**GABARITO OFICIAL: C**

---



**JUSTIFICATIVA:**

- a) Errado, porque: o protocolo **DHCP** (Dynamic Host Configuration Protocol ou Protocolo de Configuração Dinâmica de Endereços de Rede) – permite que todos os micros da rede recebam suas configurações de rede automaticamente a partir de um servidor central, sem que você precise ficar configurando os endereços manualmente em cada um, não é protocolo de correio eletrônico.
- b) CERTO, porque: **SMTP** (Simple Mail Transfer Protocol ou Protocolo de Transferência de Correio Simples) – protocolo para enviar e-mail e **POP3** (Post Office Protocol ou Protocolo dos correios) – protocolo para receber e-mail.
- c) Errado, porque: **DNS** (Domain Name System ou Sistema de Nomes de Domínios) –é uma base de dados hierárquica, distribuída pelo mundo todo, que funciona através da resolução de nomes de domínios em endereços IP.
- d) Errado, porque: já vimos o protocolo **DHCP** (Dynamic Host Configuration Protocol ou Protocolo de Configuração Dinâmica de Endereços de Rede) – permite que todos os micros da rede recebam suas configurações de rede automaticamente, o No de IP para se acessar a rede.
- e) Errado, porque: os protocolos estão trocados. O POP3 serve para receber email e o SMTP serve para enviar email.

**121. (Delegado de Polícia – PC/PA – UEPA – 2013)** Ao analisar a planilha a seguir elaborada no MS-Excel 2010. Na Célula D13 deve aparecer:

	A	B	C	D	E	F
1	Funcionário	E-mail	Setor	Ramal		
2	Ana	ana@gmail.com	RH	323		
3	Hello	hellioneves@hotmail.com	Informática	244		
4	Joana	joana@desert.med.br	Dep Financeiro	210		
5	Leandro	leandro21@uol.com.br	Dep Financeiro	210		
6	Luisa	luisa@yahoo.com	Auditoria Interna	245		
7	Maria	mariaaa@gmail.com	RH	323		
8	Paulo	paulo_lopes@uepa.br	Engenharia	332		
9	Roberval	rober@hotmail.com	RH	323		
10	Sula	sulia@gmail.com	Informática	244		
11						
12						
13	Digite o nome do Funcionário:		PAULO	=PROCV(C13:\$A\$2:\$D\$10;3;0)		
14						

- a) paulo\_lopes@uepa.br, Engenharia, 332.
- b) paulo\_lopes@uepa.br.
- c) Engenharia.
- d) 332.
- e) #N/A.

**GABARITO OFICIAL: C****JUSTIFICATIVA:**

- a) Errado, porque: não é **paulo\_lopes@uepa.br, Engenharia, 332** que a função PROCV retornará.
- b) Errado, porque: não é **paulo\_lopes@uepa.br** que a função PROCV retornará.
- c) CERTO, porque: a função **PROCV** permite procurar um determinado valor em uma matriz, trazendo para a planilha o valor encontrado. Localiza um valor na primeira coluna de uma matriz de tabela e retorna um valor na mesma linha de outra coluna na matriz da tabela.

O **V** em PROCV significa **vertical**. Já o **H** em PROCH significa **horizontal**. Na questão foi utilizada PROCV, em vez de PROCH. O valor a ser encontrado está localizado em uma coluna da planilha. Bem, para entender a questão temos que entender a sintaxe da função PROCV.

**Sintaxe:** PROCV (valor\_procurado; matriz\_tabela; núm\_índice\_coluna; procurar\_intervalo)

**Valor\_procurado:** O valor a ser localizado na primeira coluna da matriz da tabela, pode ser um valor ou uma referência.

**Matriz\_tabela:** Duas ou mais colunas de dados. Use uma referência a um intervalo ou nome de intervalo. Os valores na primeira coluna de **matriz\_tabela** são aqueles procurados por **valor\_procurado**.  
**Núm\_índice\_coluna:** É o número da coluna em **matriz\_tabela**, a partir do qual o valor correspondente deve ser retornado. Um **núm\_índice\_coluna** de 1 retornará o valor na primeira coluna em **matriz\_tabela**; um **núm\_índice\_coluna** de 2 retornará o valor na segunda coluna em **matriz\_tabela**, e assim por diante.

Vamos agora analisar a função PROCV da prova: =PROCV(C13;\$A\$2:\$D\$10;3;0).

	A	B	C	D	E	F
1	Funcionário	E-mail	Setor	Ramal		
2	Ana	ana@gmail.com	RH	323		
3	Heljo	helioneves@hotmail.com	Informática	244		
4	Joana	joana@desert.med.br	Dep Financeiro	210		
5	Leandro	leandro21@uol.com.br	Dep Financeiro	210		
6	Luisa	luisa@yahoo.com	Auditoria Interna	245		
7	Maria	mariaaa@gmail.com	RH	323		
8	Paulo	paulo_lobes@uepa.br	Engenharia	332		
9	Roberval	rober@hotmail.com	RH	323		
10	Sula	sulla@gmail.com	Informática	244		
11						
12						
13	Digite o nome do Funcionário:		PAULO	=PROCV(C13;\$A\$2:\$D\$10;3;0)		
14						

**C13** = PAULO é o item procurado.

**\$A\$2:\$D\$10** é o intervalo de procura.

**3** é o número da coluna que deverá retornar o seu conteúdo. Nesse caso retornará a informação contida na terceira coluna, C, na linha onde está o funcionário PAULO. Engenharia! Resposta da questão.

- d) Errado, porque: não é paulo\_332 que a função PROCV retornará.
- e) Errado, porque: não é paulo\_#N/A que a função PROCV retornará.

**122. (Delegado de Polícia – PC/PA – UEPA – 2013)** O setor de Informática da empresa ABC realiza diariamente backup de seu servidor de arquivos. Durante este procedimento, ocorre uma verificação no horário da última alteração do arquivo a fim de se certificar que este foi alterado após o último backup. Apenas destes arquivos modificados é realizado o backup. Nesta situação é correto afirmar que o backup realizado é do tipo:

- a) Incremental
- b) Normal
- c) Completo
- d) Parcial
- e) Particionado

**GABARITO OFICIAL: A**

**JUSTIFICATIVA:**

a) CERTO, porque: uma vez que o arquivo mudou, toda vez que o backup diferencial for empregado, o arquivo (alterado) em questão será backupeado.

Para entender vejamos os tipos de backups (mini slides da minha aula sobre os tipos de backups):



- Completo ou Normal: Efetua backup de todos os arquivos do disco.
- Diário: Efetua backup dos arquivos modificados ou criados em um determinado dia.

- Incremental: Efetua backup dos arquivos modificados ou criados a partir da data do último realizado.
  - Diferencial: Efetua backup dos arquivos modificados ou criados a partir da data do último realizado, de forma acumulativa.
  - Vamos entender a diferença entre backup incremental e diferencial.  
Enquanto o incremental, em um determinado período de utilização, só faz o backup dos arquivos que mudaram (alterados ou criados), o diferencial, no mesmo período de utilização, também fará o backup dos arquivos que mudaram, mas de forma acumulativa, isto é, uma vez que o arquivo sofreu uma determinada alteração a partir de certa data, esse será backpeado pelo método de backup diferencial, mesmo que o arquivo não sofra mais alterações.  
Obs.: Quando se utilizam os backups incrementais ou diferenciais, deve-se inicialmente proceder a execução do backup completo, que será a garantia inicial de que todos os arquivos foram backupeados. Para economizar tempo e dinheiro depois de realizá-lo completamente, você pode, gastando menos discos ou fitas de backup, utilizar os incrementais ou diferenciais. Quando você tiver que retornar o backup, o primeiro a ser retornado é o completo. Estando você a trabalhar com o incremental, depois de retornar o backup completo, você deve retornar todos os discos do incremental. Agora, estando você a trabalhar com o backup diferencial, depois de retornar o completo, basta retornar o último disco do backup diferencial. Nele estarão todas as modificações de todos os arquivos criados ou modificados a partir da data da realização do completo.
- b) Errado, porque: o backup normal faz o backup de tudo.
- c) Errado, porque: o backup completo faz o backup de tudo.
- d) Errado, porque: o backup parcial, encontrado em banco de dados tipo SQL (Structure Query Language) é muito parecido com o backup completo mas, o backup parcial só terá os dados do grupo de arquivos primários do SQL, bem como, os grupos de arquivos leitura/gravação.
- e) Errado, porque: particionado é relativo à divisão dos discos em partições.

**123. (Delegado de Polícia – PC/PA – UEPA – 2013)** Leia as afirmativas sobre sistemas de armazenamento e assinale a alternativa correta.

I. O disco rígido é um equipamento confiável e de grande capacidade para armazenamento de dados, podendo chegar a até 4 TB em discos domésticos. Contudo, sua conexão ao computador só pode ser realizada através de uma interface IDE, o que torna o acesso as informações lento.

II. As SSDs (Solid State Drive) são mídias de armazenamento que se conectam ao computador através de uma interface SATA. Possuem um desempenho superior aos discos rígidos tradicionais e são bem mais velozes.

III. Discos híbridos são dispositivos que unem a velocidade de uma unidade SSD, armazenando os arquivos mais frequentemente usados e garantindo o acesso rápido a eles e um HD tradicional que armazena o restante dos dados. A alternativa que contem todas as afirmativas corretas é:

a) I, II e III

c) II e III

e) II

b) I e II

d) I e III

### GABARITO OFICIAL: C

#### JUSTIFICATIVA:

- a) Errado, porque: ela traz como corretas todas as afirmativas e isso não é verdade. A afirmativa I está incorreta quando associa a um HD de 4TB uma controladora IDE. A controladora IDE, muito utilizado para controlar as primeiras unidades de discos do tipo disquete e os primeiros HDs (Discos Rígidos), não são mais utilizados e sim controladoras SATA.

- b) Errado, porque: ela também traz a afirmativa I como correta e, você pode ver, na explicação anterior que ela está incorreta.
- c) CERTO, porque: ela traz como certa as afirmativas II e III, perfeito. Na afirmativa II temos “As SSDs (Solid State Drive) são mídias de armazenamento que se conectam ao computador através de uma interface SATA. Possuem um desempenho superior aos discos rígidos tradicionais e são bem mais velozes.” A memória flash NAND permite que múltiplos endereços sejam apagados ou escritos em uma só operação. Esses tipos de memória são conhecidos como memória flash ou Solid State Drive (SSD). Elas possuem e muito, um desempenho superior aos HDs normais. Nesta mesma alternativa temos a afirmação III “Discos híbridos são dispositivos que unem a velocidade de uma unidade SSD, armazenando os arquivos mais frequentemente usados e garantindo o acesso rápido a eles e um HD tradicional que armazena o restante dos dados” que também está correta. Discos híbridos são uma mistura de um HD com um SSD. Os discos híbridos combinam os discos magnéticos do HD, que possuem uma grande capacidade de armazenamento, com a velocidade dos discos SSD, com sua, ainda, pouca capacidade de armazenamento. O disco SSD monitora os dados que são acessados no disco rígido e armazenam os dados acessados com uma maior frequência no disco SSD, utilizando um conceito de cache (antecipação). Quando precisar dos dados, o computador irá procurá-los nos discos SSD, tornando o acesso mais veloz.
- d) Errado, porque: ela traz a afirmativa I que está incorreta.
- e) Errado, porque: ela só traz como correta a afirmativa II e além dela, a afirmativa III também está correta.

**124. (Escriturário/Investigador de Polícia – PC/PA – UEPA – 2013)** Quanto aos Sistemas de Arquivos utilizados nos diferentes sistemas operacionais, assinale a opção que preenche corretamente as lacunas do texto a seguir:

\_\_\_\_\_ e \_\_\_\_\_ são sistemas de arquivo da plataforma Windows, enquanto que \_\_\_\_\_ é um sistema de arquivo desenvolvido para o Linux.

A alternativa correta é:

- a) FAT32, NTFS, EXT2
- b) NTFS, HFS, SWAP
- c) EXT2, EXT3, SWAP
- d) FAT32, JFS, EXT3
- e) NTFS, JFS, Reiser

**GABARITO OFICIAL: A**

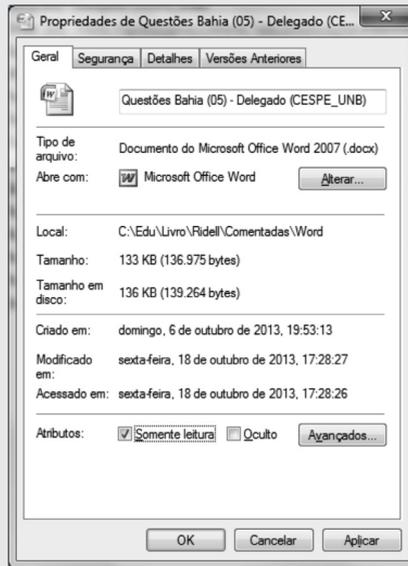
**JUSTIFICATIVA:**

- a) CERTO, porque: os sistemas de arquivos FAT32, NTFS, EXT2 nesta ordem para se encaixar nas lacunas da questão. Sistemas de arquivos do Windows: FAT32 (antigo) e NTFS (atual).
- b) Errado, porque: HFS (Hierarchical File System) é um sistema de arquivos de computadores Apple e SWAP é uma técnica de troca entre os dados que estão na memória e vai para o disco para disponibilizar mais espaço na memória do computador, técnica conhecida como memória virtual.
- c) Errado, porque: EXT2 e EXT3 são sistemas de arquivos Linux.
- d) Errado, porque: o sistema de arquivo JFS (Journaling File System) é um sistema de arquivos criado pela IBM, padrão aberto ou open source para rodar nos equipamentos de grande porte que trabalham com sistema operacional Linux.
- e) Errado, porque: pelo mesmo motivo da alternativa “D”.

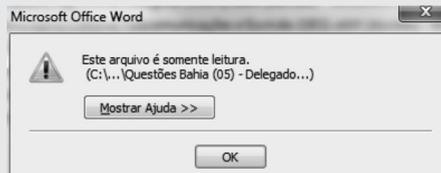
**125. (Escriturário/Investigador de Polícia – PC/PA – UEPA – 2013)** Em uma agência de publicidade, o backup de seu servidor de arquivos é realizado diariamente. Durante este procedimento, todos os arquivos são copiados para uma mídia externa, inclusive os ar-



- Senha de proteção → protege o documento com uma senha evitando que ele seja aberto. O documento só poderá ser aberto com uma senha.
  - Senha de gravação → protege o documento com uma senha evitando que ele seja regravado. O documento pode ser aberto, editado, formatado só que, na hora de gravá-lo, o Word não deixa. Aparecerá a mensagem documento só de leitura, obrigando ao usuário alterar o nome do arquivo preservando o conteúdo do arquivo em que foi colocada a senha.
- b) Errado, porque: não cabe acesso com senha neste tipo de atributo.
- c) CERTO, porque: quando se atribui a um determinado arquivo a condição somente leitura conforme a imagem:



Não se pode salvar o arquivo porque o seu atributo não permite. E a imagem da janela a seguir informará ao usuário. Que o arquivo é somente leitura.



- d) Errado, porque: o processador de texto não está danificado.
- e) Errado, porque: não existe tal atributo. O tipo de acesso implementado leitura e gravação.

**127. (Escriturário/Investigador de Polícia – PC/PA – UEPA – 2013)** A gerência de dispositivos de entrada e saída é uma tarefa realizada:

- a) pela BIOS.
- b) pelo Sistema Operacional.
- c) por programas específicos instalados na máquina.
- d) pela memória RAM.
- e) pelo próprio dispositivo.

**JUSTIFICATIVA:**

- a) Errado, porque: não é o BIOS, Sistema Básico de Entrada e Saída que é responsável pela gerência de dispositivos de Entrada e Saída.
- b) CERTO, porque: o sistema operacional é o gerente da máquina responsável pela execução de suas tarefas básicas, como todo o gerenciamento dos dispositivos de entrada e saída. Questão bem tranquila.
- c) Errado, porque: não são programas específicos instalados na máquina que gerenciam os dispositivos de entrada e saída e sim, o Sistema Operacional.
- d) Errado, porque: não é a memória RAM a responsável pelo gerenciamento dos dispositivos de entrada e saída.
- e) Errado, porque: não é o próprio dispositivo que é responsável pelos dispositivos de entrada e saída.

**Preste Atenção:**

O Sistema Operacional é o gerente da máquina. Realiza todas as tarefas básicas da máquina nos poupando este trabalho.

**128. (Papiloscopista Policial – PC/PA – UEPA – 2013)** Julgue os itens a seguir sobre os protocolos de comunicação em rede utilizados na Internet.

- I. O protocolo IP é o protocolo responsável pela identificação das máquinas conectadas na Internet e pelo encaminhamento correto dos dados entre elas.
- II. O protocolo responsável pelo transporte de informações entre páginas web é o WWW.
- III. O protocolo responsável pelo envio de email é o FTP.

A alternativa que contém todas as afirmativas corretas é:

- a) I, II e III
- b) II e III
- c) I e III
- d) III
- e) I

**GABARITO OFICIAL: E****JUSTIFICATIVA:**

- a) Errado, porque: não são todas as afirmativas que estão corretas. Vamos rever uma a uma as afirmativas: A afirmativa I está correta: é o protocolo IP é o protocolo responsável pela identificação das máquinas conectadas na Internet e pelo encaminhamento correto dos dados entre elas. Já a afirmativa II diz: "O protocolo responsável pelo transporte de informações entre páginas web é o WWW" que é errado afirmar. Quem executa o transporte das informações das páginas web é o HTTP (TyperText Transfer Protocol) ou FTP (File Transfer Protocol). A afirmativa III diz que o protocolo responsável pelo envio de email é o FTP também está incorreta. O protocolo que envia e-mail é o SMTP (Simple Mail Transfer Protocol) e não o FTP.
- b) Errado, porque: ela cita como correta as afirmativas II e III. Estas duas afirmativas estão incorretas.
- c) Errado, porque: a afirmativa I está correta mas, a afirmativa III está incorreta.
- d) Errado, porque: a afirmativa III está incorreta.
- e) CERTO, porque: a única afirmativa correta é a I. A afirmativa II está errada, pois quem executa o transporte das informações das páginas web é o HTTP (TyperText Transfer Protocol) ou FTP (File Transfer Protocol). O protocolo que envia e-mail é o SMTP (Simple Mail Transfer Protocol) e não o FTP.

- 129. (Papiloscopista Policial – PC/PA – UEPA – 2013)** Sobre os principais navegadores da Internet é correto afirmar que:
- a) o Internet Explorer possui versões para Windows e Linux.
  - b) o Microsoft Outlook é um navegador que trabalha exclusivamente com o protocolo HTTPS.
  - c) o Google Chrome e o Safari são navegadores proprietários que funcionam em qualquer sistema operacional.
  - d) Mozilla Firefox e Opera são navegadores que possuem versões para Windows e Linux.
  - e) o Ubuntu é um navegador que trabalha em qualquer plataforma.

**GABARITO OFICIAL: D**

**JUSTIFICATIVA:**

- a) Errado, porque: o Internet Explorer roda no Windows.
  - b) Errado, porque: o Microsoft Outlook não é um navegador de Internet, mas um correio cliente de e-mails.
  - c) Errado, porque: o Google Chrome (da Google) e o Safari (da Apple) operam em alguns sistemas, mas não em todos os sistemas operacionais.
  - d) CERTO, porque: os navegadores Mozilla Firefox e o Opera são dois browser open source, onde o código fonte é disponibilizado para possíveis melhorias por parte da comunidade do software livre. Ambos os aplicativos rodam tanto no ambiente Windows como no ambiente Linux.
  - e) Errado, porque: Ubuntu é uma distro (distribuição) Linux.
- 130. (Papiloscopista Policial – PC/PA – UEPA – 2013)** Durante o envio de um e-mail para vários destinatários, é correto afirmar que:
- a) o campo CC deve ser preenchido com um destinatário e o campo CCo com os demais.
  - b) todos os endereços podem ser escritos no campo Para.
  - c) os endereços utilizados devem estar cadastrados previamente no catálogo de endereços.
  - d) não se pode anexar arquivos de vídeo em e-mails para vários destinatários.
  - e) os anexos possuem um tamanho máximo padrão de 5 Mb, não sendo possível o envio de arquivos maiores.

**GABARITO OFICIAL: B**

**JUSTIFICATIVA:**

- a) Errado, porque: o campo CC é usado para destinatários que foram citados no texto e o campo CCO (Com Cópia Oculta) para destinatários que receberão a mensagem, porém seu endereço não será mostrado para os demais, cópia oculta.
- b) CERTO, porque: é possível enviar um e-mail para várias contas usando somente o campo Para. O mais comum é indicar uma conta principal nesse campo e as demais no campo CC (Com Cópia).
- c) Errado, porque: o catálogo de endereços dos serviços de e-mail permite, para comodidade e melhor administração das contas, o prévio cadastro dos endereços eletrônicos e outras informações relevantes ao contato como: Endereço, Telefone, etc. Uma vez que seus contatos estejam cadastrados, podem-se criar grupos de acordo com as suas características, agrupando-os de acordo com um determinado critério: amigos da sua turma de escola, amigos da sua empresa, familiares, e assim por diante. Ao encaminhar um determinado e-mail, você pode fazê-lo endereçado ao grupo. A afirmativa está errada no que tange a frase, “devem estar cadastrados”. É possível enviar uma mensagem para alguém que não esteja no catálogo de endereços.
- d) Errado, porque: podemos anexar vídeos ao e-mail e encaminhá-los a vários usuários.

e) Errado, porque: cada serviço de e-mail estipula o tamanho máximo do arquivo a ser anexado. Por exemplo, o Gmail habilita arquivos até 25 MB, o Yahoo arquivos até 100 MB.

**131. (Papiloscopista Policial – PC/PA – UEPA – 2013)** Ao clicarmos simultaneamente as teclas de atalho ctrl + O no Microsoft Word, ocorre que:

- a) o texto do documento atual é selecionado.
- b) abre uma janela com opções para a impressão do documento.
- c) abre um documento em branco.
- d) abre uma janela para salvar o documento com um outro nome.
- e) coloca em negrito a palavra próxima do cursor.

### **GABARITO OFICIAL: C**

#### **JUSTIFICATIVA:**

Vamos à listinha das teclas de atalho das alternativas?

Alternativa A	Errado, porque:	Selecionar Tudo	Ctrl + T
Alternativa B	Errado, porque:	Caixa de diálogo impressão	Ctrl + P
Alternativa C	CERTO, porque:	Abrir um documento novo	Ctrl + O
Alternativa D	Errado, porque:	Janela Salvar Como	F12
Alternativa E	Errado, porque:	Negritar o texto	Ctrl + N